



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

HERMESON CLAUDIO MENDONÇA MENEZES

**A MISTIFICAÇÃO DA *ACCOUNTABILITY*: PROCESSOS IDEOLÓGICOS NA
REALIDADE EFETIVA DO MECANISMO NA EDUCAÇÃO**

FORTALEZA

2023

HERMESON CLAUDIO MENDONÇA MENEZES

A MISTIFICAÇÃO DA *ACCOUNTABILITY*: PROCESSOS IDEOLÓGICOS NA
REALIDADE EFETIVA DO MECANISMO NA EDUCAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientadora: Profa. Dra. Clarice Zientarski.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M511m Menezes, Hermeson Claudio Mendonça.
A mistificação da accountability : processos ideológicos na realidade efetiva do mecanismo na educação /
Hermeson Claudio Mendonça Menezes. – 2023.
779 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação
em Educação, Fortaleza, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Clarice Zientarski.
1. Accountability. 2. Accountability Educacional. 3. Mistificação. 4. Ideologia. 5. Essência e
Aparência. I. Título.

CDD 370

HERMESON CLAUDIO MENDONÇA MENEZES

A MISTIFICAÇÃO DA *ACCOUNTABILITY*: PROCESSOS IDEOLÓGICOS NA
REALIDADE EFETIVA DO MECANISMO NA EDUCAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 10/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Clarice Zientarski (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Elton Luiz Nardi
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

Prof. Dr. Evaldo Piolli
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Profa. Dra. Marilda Pasqual Schneider
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

Profa. Dra. Simone de Fátima Flach
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Dedico este trabalho com todo o meu amor à minha mãe, Guiomar (a nossa querida Diomar). Um verdadeiro exemplo de mulher nordestina, uma guerreira forte, uma fortaleza inabalável que sempre cuidou de seus filhos, mesmo nos momentos mais difíceis da vida. Mãe, o meu mais profundo agradecimento é para você. Te amo!

E, também, dedico esta pesquisa acadêmica ao meu amado irmão Carlos (*in memoriam*), exemplo de um ser humano íntegro e ético, que sempre esteve ao meu lado, sempre me socorrendo, sem fazer alardes, nos momentos em que mais precisei. Irmão, saiba que o meu carinho por você é eterno.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Que a vida é uma grande aventura, disso não tenho dúvida. Nela coexistem de forma indissociável a fantasia extravagante e a realidade acachapante, o sonho e a razão, pois, no limiar da razão existe um mundo fantástico. À vista disso, a loucura da vida não é sonhar, fantasiar que se é *cavaleiro andante*, mas ser privado de sonhar. A loucura não reside em *ver gigantes* em uma sociedade reificada, mas arremeter sozinho contra eles e, após ser golpeado por seus braços armados, sendo lançado ao chão, pensar que a luta é inútil, que os sonhos estão perdidos, que só resta resignar-se, aceitar a lei da selva, adaptar-se e, por fim, acorrentar-se ao edifício da irracionalidade que gera monstros em um *mundo absurdo*.

Mas, como é doce a alegria de saber que a história não está determinada e que na vida cotidiana não somos cavaleiros errantes e solitários; outros caminham conosco. Diante disso, desejo agradecer de forma carinhosa a todos que contribuíram para que esta tese tenha se efetivado, em um tempo de desvalorização das relações humanas e do conhecimento.

Aos meus pais, Guiomar (a *Diomar*) e Nelson (*in memoriam*), pelo amor, exemplo de vida e determinação. Minha mãe, que sempre se dedicou a doar o melhor de si para seus filhos; mulher guerreira que fazia Maria Bonita ficar acabrunhada; fortaleza inabalável, que sempre estendeu a mão para nos amparar, escolhendo muitas vezes se machucar para que seus filhos permanecessem em pé. Meu pai, que, mesmo rústico, foi capaz de nos ensinar o valor de ajudar o próximo e os princípios de honestidade e do trabalho. Homem de fibra forte, sempre se reinventando e inventando a vida em seus causos de experiências da vida

Aos meus irmãos, de virtudes inúmeras, Wally (amigo), Nelrismar (abnegada), Bosco (resistente), César (lutador), Carlos (leal – *in memoriam*), Irone (inspiração) e Nelcimar (dedicado e amoroso), os meus agradecimentos, pelo carinho e pela aliança fraterna. Cada um de vocês deixou uma marca indelével em meu ser. Talvez eu não tenha sido o irmão que vocês mereciam, mas felizmente tenho a felicidade de fazer parte dessa família.

A minha esposa Cristiane e meu filho Azrael, obrigado pelo amor, cumplicidade e paciência, tomando meus desígnios como seus. Vocês foram minha fortaleza, meu abrigo quando fui assolado pelas hordas da desilusão. Dificilmente chegaria ao término desta travessia se em vários momentos vocês não tivessem remado o barco durante as tempestades. Sei que foi difícil suportar os silêncios, os isolamentos, a ausência, o mau humor... Esse tempo não será recuperado, por isso, sou grato a vocês, por terem suportado. Como se diz: é no fogo

que o amor (o ouro e a prata) é provado... Por isso, obrigado!

À minha orientadora e amiga Prof.a Dra. Clarice Zientarski (por todos chamada de “mamãe”), pela paciência, auxílio na travessia das terras inóspitas e algumas inexploradas, mas principalmente quero te agradecer por sempre correr em meu auxílio, nos momentos em que precisei de um ombro amigo. Obrigado, fessora, por ter acreditado em mim e por ter me ensinado tanto sobre o marxismo. Não sei se aprendi tudo que tu querias, mas tentei seguir os passos que iluminastes. Em vários momentos eu caía na gargalhada, pensando: Clarice vai me matar, quando ler isso aqui!

Aos professores da banca de minha defesa. Prof.a Dra. Marilda Pasqual Schneider, pela paciência e delicadeza no trato pessoal, bem como por seu profissionalismo ímpar e é claro por ter me ensinado tanto sobre meu objeto de pesquisa. Porém, acima de tudo, sou grato pelas oportunidades que me proporcionaste de “dominar” as *feras da accountability* – os conceitos categoriais que a atravessam. Ao prof. Dr. Elton Luiz Nardi, serei eternamente grato, pela parceria, incentivo e inspiração para minha forjadura enquanto pesquisador. Por certo, fostes um de meus principais faróis na academia. Contigo, aprendi as mais diversas técnicas sobre as artes náuticas da pesquisa, o que me levou a ousar sair/escapar da *terra dos ciclopes*.

Prof.a Dra. Simone de Fátima Flach, quero agradecer por ter aceitado os desafios de caminhar ao meu lado na construção da pesquisa, mesmo com ela em andamento. Sei como é difícil, por isso te agradeço por todas as indicações que me destes para superar as fragilidades de meu texto. Assim, obrigado. Ao Prof. Dr. Evaldo Piolli, quero agradecer por tudo o que me ensinaste nas disciplinas em que fui teu aluno. Mesmo à distância, tuas aulas foram um divisor de águas, pois por meio delas consegui avançar no estudo do método. E, não posso deixar de agradecer por compor minha banca, pelo respeito e admiração que nutro por ti.

É claro que não poderia deixar de agradecer à querida Prof.a Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha, minha (sem que ela soubesse) coorientadora. Professora cuja presença está marcada pela tinta de minha caneta em várias passagens da tese. Onde existir poesia, cinema, literatura, ali saiba que eu pensei: o que será que a Rose vai achar?

Aos meus amigos Eraldo, Danielle Veloso, Gerson, Gilvan, Júnior, Luís Moreira, Marcelo e a querida Micheline (*in memoriam*), que sempre me inspiram, na busca de minha própria humanidade. As amadas amigas Jessika, Rosângela, Sandy, Sonia, Valmira, Valéria, e ao querido amigo Anderson, que estiveram ao meu lado nas aventuras do labirinto acadêmico. Enfim, agradeço a todos que me acompanharam na escalada desta montanha (muitas vezes sisífica), em minha mais longa viagem.

“O que represento para mim como real (*realiter*) é para mim uma representação real” que atua sobre mim, e nesse sentido *todos os deuses*, tanto os pagãos como os cristãos, tiveram existência real. O velho Moloque não reinou? O Apolo de Delfos não constituiu um poder na vida dos gregos? [...] Se alguém imaginar que possui cem táleres, se essa representação não for para ele uma qualquer, uma representação subjetiva, se ele acreditar nela, os cem táleres imaginários terão para ele o mesmo valor de cem táleres reais. Por exemplo, ele contrairá dívidas com base em sua imaginação, e esta desempenhará o mesmo papel de quando a humanidade inteira contraía dívidas em nome dos seus deuses (Marx, 2018, p. 133).

RESUMO

Ao reconhecer a disputa ideológica em relação ao conceito de *accountability* – uma tecnologia social de manipulação, de intervenções tecnocráticas, a favor da reprodução do *status quo* nos séculos XX-XXI –, esta tese analisa a *accountability*, em particular, a *accountability* no campo educacional e seu progressivo processo de mistificação. Ainda, defende que esse processo converte a *accountability* em um mecanismo ideológico que avigora o produtivismo – a densificação utilitarista – na era gerencial, contribuindo para tornar opaca ou para mascarar a lógica de desigualdade do metabolismo social do capital. Sobre a *accountability*, vinculada ao próprio potencial de novo desenho institucional gerencialista e de governança na ordem neoliberal, ressalta o seguinte problema de pesquisa: De que modo se processa (se incrementa e se propaga) a mistificação ideológica da *accountability* educacional? Como desdobramento desse problema e diante da instrumentalização da *accountability*, na *sociedade das fantasmagorias* com sua dinâmica de *poder* e de *controle*, soma algumas questões, como: Em seu desenvolvimento histórico, como se articula a constituição do conteúdo e da forma da *accountability*? Qual a *raison d'être* da *accountability* e da *accountability* educacional? Na era gerencial, qual *quid pro quo* contribui (e como?) para a mistificação da *accountability*, produzindo a ideia de uma neutralidade axiológica? Explorando as características de um projeto socioeconômico, com reverberações nos mais diversos campos, a pesquisa se orienta pela teoria do conhecimento materialista dialético, que implicou em considerar como base metodológica norteadora, a pesquisa bibliográfica e as categorias marxiano-marxista – como essência e aparência, no fazer científico. Ao recorrer à literatura sobre a *accountability*, majoritariamente centrada nas teorias foucaultianas, bourdieusianas, pós-modernas e/ou na teoria crítica, operou-se um movimento de confronto, de incorporação, de rejeição e de supressão dessas correntes do conhecimento científico. No entrelaçamento que envolve a práxis *accountability*, o estudo recorreu, como contributo investigativo, a outras duas metodologias, de caráter mais episódico e/ou indireto: pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, com professores e gestores de escolas de destaque (alto desempenho), contempladas no *Prêmio Escola com Excelência em Desempenho 2020*, no município de Fortaleza/Ceará. Destaca, ademais, o uso das técnicas de análise de conteúdo, devidamente ajustadas à epistemologia marxiana. Nessa lida, ao operar a desmistificação da *accountability* – desvelando-a enquanto uma *ideologia orgânica*, um espetáculo da engenharia do mercado na política educacional –, a pesquisa concluiu que a *accountability* mistificada é um *deus ex machina* – um mecanismo de controle

social e de relações de poder, cuja substancialização se realiza em inter-relação e em interação com a mistificação ativa do termo, ocorre: mediante sua reificação terminológica e conceitual; ante a intransparente transparência; por sua conceituação, sempre expansiva; pela disputa entre seus estudiosos; em virtude da antropomorfização organizacional; devido à ideologia da neutralidade científica. Por fim, em tempos nebulosos, a tese é um texto científico que desafia a hegemonia da barbárie do capital, contribuindo para desmistificar a *accountability*, logo, armando os indivíduos na luta contra as forças que reproduzem a exploração e a desigualdade social.

Palavras-chave: *Accountability*; *Accountability* Educacional; Mistificação; Ideologia; Essência e Aparência.

ABSTRACT

By acknowledging the ideological dispute in relation to the concept of accountability – a social technology of manipulation, of technocratic interventions, in favor of the reproduction of the status quo in the twentieth and twenty-first centuries – this thesis analyzes accountability, in particular, accountability in the educational field and its progressive process of mystification. Furthermore, it argues that this process converts accountability into an ideological mechanism that invigorates productivism – utilitarian densification – in the managerial era, contributing to make opaque or to mask the logic of inequality in the social metabolism of capital. Regarding accountability, linked to the very potential of a new managerial and governance institutional design in the neoliberal order, the following research problem is highlighted: How is the ideological mystification of educational accountability processed (increased and propagated)? As a result of this problem and in the face of the instrumentalization of accountability, in the society of phantasmagoria with its dynamics of power and control, it adds some questions, such as: In its historical development, how is the constitution of the content and form of accountability articulated? What is the *raison d'être* of educational accountability and accountability? In the managerial age, what *quid pro quo* contributes (and how?) to the mystification of accountability, producing the idea of an axiological neutrality? Exploring the characteristics of a socioeconomic project, with reverberations in the most diverse fields, the research is guided by the theory of dialectical materialist knowledge, which implied considering as a guiding methodological basis, the bibliographic research and the Marxian-Marxist categories – as essence and appearance, in scientific practice. By resorting to the literature on accountability, mostly centered on foucauldian, bourdieusian, postmodern theories and/or critical theory, there was a movement of confrontation, incorporation, rejection and supersumption of these currents of scientific knowledge. In the interweaving that involves accountability praxis, the study resorted, as an investigative contribution, to two other methodologies of a more episodic and/or indirect nature: documentary research and semi-structured interviews, with teachers and managers of outstanding schools (high performance), contemplated in the *School with Excellence in Performance Award 2020*, in the municipality of Fortaleza/Ceará. It also highlights the use of content analysis techniques, duly adjusted to marxian epistemology. In this work, by demystifying *accountability* – unveiling it as an *organic ideology*, a spectacle of market engineering in educational policy – the research concluded that *mystified* accountability is a *deus ex machina* – a mechanism of social control and power relations, whose

substantialization. If it takes place in interrelation and in interaction with the active mystification of the term, it occurs: through its terminological and conceptual reification; in the face of intransparent transparency; by its conceptualization, always expansive; by the dispute between its scholars; by virtue of organizational anthropomorphization; due to the ideology of scientific neutrality. Finally, in nebulous times, the thesis is a scientific text that challenges the hegemony of the barbarism of capital, contributing to demystify *accountability*, thus arming individuals in the struggle against the forces that reproduce exploitation and social inequality.

Keywords: Accountability; Educational Accountability; Mystification; Ideology; Essence and Appearance.

RESUMO

Al reconocer la disputa ideológica en torno al concepto de accountability – una tecnología social de manipulación, de intervenciones tecnocráticas, a favor de la reproducción del status quo en los siglos XX-XXI –, esta tesis analiza la accountability, en particular, la accountability en el ámbito educativo campo y su progresivo proceso de mistificación. Además, argumenta que este proceso convierte la accountability en un mecanismo ideológico que vigoriza el productivismo – densificación utilitarista – en la era gerencial, contribuyendo a opacar o enmascarar la lógica de la desigualdad en el metabolismo social del capital. En cuanto a la accountability, vinculada al potencial mismo de un nuevo diseño institucional gerencial y de gobernanza en el orden neoliberal, se destaca el siguiente problema de investigación: ¿Cómo se procesa (aumenta y propaga) la mistificación ideológica de la accountability educativa? A raíz de esta problemática y frente a la instrumentalización de la accountability, en la sociedad de fantasmagoría con sus dinámicas de poder y control, agrega algunas preguntas, tales como: En su desarrollo histórico, ¿cómo se articula la constitución del contenido y la forma de la rendición de cuentas? ¿Cuál es la razón de ser de la accountability y la accountability educativas? En la era gerencial, ¿qué quid pro quo contribuye (¿y cómo?) a la mistificación de la accountability, produciendo la idea de una neutralidad axiológica? Explorando las características de un proyecto socioeconómico, con reverberaciones en los más diversos campos, la investigación se orienta por la teoría del conocimiento materialista dialéctico, lo que implica considerar como base metodológica orientadora, la investigación bibliográfica y las categorías marxista-marxistas – como esencia y apariencia, en la práctica científica. Al recurrir a la literatura sobre accountability, centrada principalmente en las teorías foucaultianas, bourdieusianas, posmodernas y/o de la teoría crítica, se produjo un movimiento de confrontación, incorporación, rechazo y supersunción de estas corrientes del conocimiento científico. En el entretejido que envuelve la praxis de la accountability, el estudio recurrió, como contribución investigativa, a otras dos metodologías, de carácter más episódico y/o indirecto: la investigación documental y las entrevistas semiestructuradas, con docentes y directivos de escuelas destacadas (alto rendimiento), contempladas en el *Premio Escuela con Excelencia en el Desempeño 2020*, en el municipio de Fortaleza/Ceará. También destaca el uso de técnicas de análisis de contenido, debidamente ajustadas a la epistemología marxista. En este trabajo, al desmitificar la *accountability* – develándola como una *ideología orgánica*, un espectáculo de ingeniería de mercado en la política educativa –, la investigación concluyó que la *accountability* mistificada es un *deus*

ex machina, un mecanismo de control social y de relaciones de poder, cuya sustancialización si tiene lugar en interrelación y en interacción con la mistificación activa del término, se produce: a través de su cosificación terminológica y conceptual; frente a la transparencia poco transparente; por su conceptualización, siempre expansiva; por la disputa entre sus estudiosos; en virtud de la antropomorfización organizacional; debido a la ideología de la neutralidad científica. Finalmente, en tiempos nebulosos, la tesis es un texto científico que desafía la hegemonía de la barbarie del capital, contribuyendo a desmitificar la *accountability*, armando así a los individuos en la lucha contra las fuerzas que reproducen la explotación y la desigualdad social.

Palavras-chave: Accountability; Accountability Educativa; Mistificación; Ideología; Esencia y Apariencia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Efeito de contaminação: panorama bibliográfico-documental	51
48Figura – Esquema que circunscreve os <i>Tópicos Guia</i>	55
Figura 3 – Metodologia aplicadas nas entrevistas: as nove técnicas de Berry	58
Figura 4 – Etapas da análise de conteúdo: explorando os documentos e as entrevistas ...	65
Figura 5 – Estrutura da Tese: organização dos capítulos (todo-parte e parte-todo)	68
Figura 6 – <i>Accountability</i> em movimento: a articulação estrutura e superestrutura	145
Figura 7 – O Movimento circular e regressivo da <i>accountability</i>	148
Figura 8 – A espiral da <i>accountability</i> I: um movimento no espaço-tempo	151
Figura 9 – <i>Accountability</i> : uma unidade dialética	174
Figura 10 – A espiral da <i>accountability</i> II: natureza constitutiva	177
Figura 11 – Gatos canônicos e gatos metafóricos	218
Figura 12 – O princípio de funcionamento da câmara escura	222
Figura 13 – Trotsky: a fotomanipulação da Era Stalin	267
Figura 14 – Van Gogh: <i>O par de sapatos</i>	269
Figura 15 – Ilusão holográfica	283
Figura 16 – <i>La reproduction interdite</i>	313
Figura 17 – Ícone, índice e símbolo.....	322
Figura 18 – O Triângulo de Peirce e o Triângulo de Dahlberg.....	324
Figura 19 – Símbolo: a suástica (cruz gamada) para além da representação nazista	329
Figura 20 – <i>Symphony No. 3 in E-flat Major: “Eroica”</i>	338
Figura 21 – Cartaz: <i>Triunfo da vontade</i>	347
Figura 22 – <i>Accountability</i> na casa de espelhos: o real e seu reflexo (imagem)	358
Figura 23 – <i>Accountability</i> : um estado de equilíbrio metaestável	368
Figura 24 – Configuração Política: localização de clãs pelo Ceará	417

Figura 25 – <i>Paic</i> : Regime de Colaboração	421
Figura 26 – A árvore: um sistema	434
Figura 27 – <i>Accountability</i> (um elefante na sala?): a parte tomada como o todo	440
Figura 28 – Um bolo de <i>accountability</i> : recheio de controle	459
Figura 29 – <i>Accountability</i> : tensões e contradições de um mecanismo em movimento	479
Figura 30 – A árvore de desempenho: uma metáfora (língua) do Capital	505
Figura 31 – O Pecado Original: a Serpente, espelho de Eva?	525
Figura 32 – A árvore de desempenho sobralense	528
Figura 33 – A metafísica da Escola Nota 10: o mercado de frutos selecionados	531
Figura 34 – ICMS Educacional: a fórmula do IQE	575
Figura 35 – IQE: um mecanismo de controle de risco moral	577
Figura 36 – Mapas: proficiências médias (LP) no Spaece-Alfa por município	581
Figura 37 – Mapas: proficiências médias (LP) no Spaece 5º ano EF por município	581
Figura 38 – Mapas: proficiências médias (MT) no Spaece 5º ano EF por município	581
Figura 39 – Mapas: proficiências médias (LP) no Spaece 9º ano EF por município	582
Figura 40 – Mapas: proficiências médias (MT) no Spaece 9º ano EF por município	582
Figura 41 – Gráficos: proficiências médias no Spaece 5º ano EF ao longo do tempo	639
Figura 42 – Gráficos: Proficiências médias no Spaece 9º ano EF ao longo do tempo	640
Figura 43 – Gráficos: Proficiências médias no Spaece 3º ano EM ao longo do tempo	641
Figura 44 – O Espelho do Spaece: Espelho, espelho meu, me diz quem eu sou?	644
Figura 45 – O homem na câmara escura: a inversão do ser-em-si e do ser-para-si	647
Figura 46 – Spaece Girl: pintando o mapa verde do Ceará	653
Figura 47 – Mistificação da <i>accountability</i>	666

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Leis de política educacional: o caso do Ceará	48
Quadro 2 – Reverberações das Conferências/Fóruns nas reformas na educação no Brasil	50
Quadro 3 – Estrutura das <i>Questões Guia</i> da entrevista semiestruturada	56
Quadro 4 – Dados das escolas selecionadas	63
Quadro 5 – Um mapa político-partidário do Ceará: décadas de 1980-2020	416
Quadro 6 – ICMS Educacional: do Ceará para o Brasil	426
Quadro 7 – Diferenças entre <i>Responsibility</i> e <i>Accountability</i>	628
Quadro 8 – Políticas de incentivo vinculadas ao Spaece-Alfa	633
Quadro 9 – Políticas de incentivo vinculadas ao Spaece 5º ano EF	634
Quadro 10 – Políticas de incentivo ao Spaece 9º ano EF	635
Quadro 11 – Políticas de incentivo vinculadas ao Spaece 3º ano Ensino Médio (EM)	365
Gráfico 1 – O <i>horror vacui</i> da <i>accountability</i>	287
Gráfico 2 – <i>Accountability</i> em movimento: uma história não linear	355
Gráfico 3 – ICMS Educacional – Ceará: repasses (2009-2022)	424
Gráfico 4 – Percentual de municípios que atingiram a meta do Ideb: Rede Municipal 2019	425
Gráfico 5 – Proficiências médias (LP) no Spaece-Alfa ao longo do tempo	639

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID	Agency for International Development
AIE	Aparelho Ideológico de Estado
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CA	Capitalismo Artista
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe
CILEME	Campanha de Levantamentos e Inquéritos para o Ensino Médio e Elementar
CLAD	Conselho Latino-americano de Administração Pública
CNB	Construindo um Novo Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPEM	Coordenadoria de Cooperação com os Municípios
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
CUC	Universidad de La Costa
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DDHC	Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789
ED1E1	Entrevista com Diretor 01 da Escola 01
ENW	Estado Neoweberiano
EP1E1	Entrevista com Professor 01 da Escola 01
EUA	Estados Unidos da América
FACED	Faculdade de Educação
FED/USA	Federal Reserve the United States of America
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GEPPAYA	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Avaliação Educacional e Accountability

GEPPGE	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas, Gestão da Educação e Formação de Professores da Universidade Federal do Ceará
GN	Gênesis
GPR	Gestão por Resultados
ICA	Internacional Cooperation Administration
ICMS	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDE	Índice de Desempenho Escolar
IDE-Alfa	Índice de Desempenho Escolar - Alfabetização
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituições de Ensino Superior
IESED	Instituto Interuniversitario de Investigación Educativa
IFAI	Instituto Federal de Acceso a la Información Pública
INEP	Instituto Nacional de Pedagogia
INES	Indicadores de Sistemas Educacionais
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
IQA	Índice de Qualidade da Alfabetização
IQE	Índice de Qualidade Educacional
IQF	Índice de Qualidade do Fundamental
IQM	Índice de Qualidade do Meio Ambiente
IQS	Índice de Qualidade da Saúde
LEPACE	Laboratório de Estudo e Pesquisa de Accountability no Estado do Ceará
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAIS PAIC	Programa de Aprendizagem na Idade Certa
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MP3	MPEG-1/2 Audio Layer 3
NCLB	No Child Left Behind Act
NPM	New Public Management
NPR	National Partnership for Reinventing Government
NURC	Norma Urbana Linguística Culta

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECD	Organization for Economic Co-operation and Development
ONG	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIC	Programa Alfabetização na Idade Certa
PAIC+5	Programa Aprendizagem na Idade Certa – 5º ano EF
PDE-Escola	Plano de Desenvolvimento da Escola
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEMED	Prêmio Escola com Excelência em Desempenho
PEN10	Prêmio Escola Nota Dez
PFL	Partido da Frente Liberal
PFT	Produtividade Fatorial Total
PIIE	Instituto Interdisciplinario de Investigaciones en Educación
PISA	Programme for International Student Assessment
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMEB	Programa de Modernização e Melhoria da Educação Básica
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPS	Partido Popular Socialista
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSO	Public Service Orientation
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PUCV	Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso
QI	Quociente de Inteligência
RM	Romanos
S/A	Sociedade Anônima

SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria da Educação
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEFOR	Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza
SME	Secretaria Municipal de Educação
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
SPAECE-ALFA	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - Alfabetização
SWAP	Sector Wide Approach
TALIS	Teaching and Learning International Survey
TCI	Teoria do Capital Intelectual
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TPE	Todos pela Educação
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UCO	Universidad de Colima
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
UPN	Universidad Pedagógica Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
U.S / USA	United States of America
USAID	United States Agency for International Development
USEF	United States Equestrian Federation Rule Book
WB	World Bank

LISTA DE SÍMBOLOS

%	Porcentagem
+	Mais
=	Igual
÷	Divisão
≥	Maior ou igual
≤	Menor ou igual
§	Parágrafo
Δ	Delta
D	Densidade
m	Massa
R\$	Reais
v	Volume (unidade de medida)
x	Vezes
t	Tomo
Σ	Somatório
US \$	Dólar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	24
1.1	Ser ou não ser mistificada, eis a questão: problema e pressupostos.....	35
1.2	Do “conhece-te a ti mesmo” ao “só sei que nada sei”: questões e objetivos.....	40
1.3	O fio de Ariadne: as categorias de análise.....	42
1.4	A barca de Caronte: procedimentos (roteiro) metodológicos da pesquisa.....	44
1.4.1	<i>Pesquisa bibliográfica</i>	46
1.4.2	<i>Pesquisa documental</i>	48
1.4.3	<i>Entrevistas semiestruturadas</i>	53
1.4.3.1	Seleção dos entrevistados	60
1.4.4	<i>A análise dos dados: as técnicas de análise de conteúdo</i>	65
1.5	“Siga a estrada dos tijolos amarelos”: a estrutura da tese.....	67
	BLOCO I: “DECIFRA-ME, ENQUANTO TE DEVORO	72
2	ACCOUNTABILITY: “DECIFRA-ME, ENQUANTO TE DEVORO”	73
2.1	O abstrato e o concreto: o solo movediço do campo conceitual.....	82
2.1.1	<i>John Stuart Mill: nomes, proposições e os princípios da lógica e da matemática</i>	88
2.1.2	<i>O conceito no contexto do fazer científico: por uma perspectiva social e histórica</i>	98
2.2	<i>Accountability: uma “análise concreta de situações concretas”</i>	105
2.2.1	<i>Accountability – na antiguidade e medievo: do sentido ao aparecimento</i>	106
2.2.2	<i>Accountability – na modernidade: uma coisa em movimento na era da razão</i>	109
2.2.3	<i>Accountability em um mundo de “tempos fraturados”</i>	123
3	DO ESPANTO (SENSO COMUM) À REFLEXÃO (COMPLEXO): AS CATEGORIAS E AS LEIS DA ACCOUNTABILITY	141
3.1	A espiral da <i>accountability</i> : latência, denominação, integração e teoria.....	147
3.2	<i>Accountability</i> : o necessário e o contingente.....	160
	BLOCO II: NADA É O QUE APARENTA SER	182
4	A MISTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA: ACCOUNTABILITY NA CÂMARA ESCURA	183
4.1	A mistificação ideológica: o estranhamento e seus desdobramentos.....	190
4.2	Nada é o que aparenta ser: a inversão da determinação do real.....	214
5	UM ESPECTRO RONDA O MUNDO: O ESPECTRO DA ACCOUNTABILITY?	240
5.1	A espectralidade da <i>accountability</i> : ser ou não ser, espectro?	248

5.1.1	<i>Accountability: força (forma) material no movimento da essência e aparência</i>	259
5.2	<i>Accountability na câmara escura: uma ilusão holográfica?</i>	265
5.2.1	<i>Accountability – para além da ilusão holográfica: uma prática social</i>	275
	BLOCO III: “QUEM SOU EU?”	292
6	“QUEM SOU EU?”: ACCOUNTABILITY – UNIDADE DIALÉTICA (PALAVRA & CONCEITO)	293
6.1	“Sem pedras o arco não existe”: <i>accountability – palavra e conceito</i>	298
6.2	Entre máscaras e espelhos: o duplo-uno da <i>accountability</i>	308
6.3	A epistemologia semiótica da <i>accountability</i>: ícone, índice e símbolo	318
6.4	O caráter sógnico e simbólico da linguagem: o hieróglifo social	326
6.5	Uma representação imagética do conceito científico <i>accountability</i>	338
7	ACCOUNTABILITY ATRAVÉS DO ESPELHO: O QUE ENCONTRAREMOS POR LÁ?	355
7.1	Um caminho para a servidão (in)voluntária: <i>accountability</i> na era da gestão.	367
7.2	O mito da axiologia neutral: a intransparente transparência da <i>accountability</i>	386
7.2.1	<i>O estranho caso do Dr. Jekyll e Mr. Hyde: a falsa dicotomia do ser...?</i>	391
7.2.2	<i>A intransparência na gestão dos porcos: a (in)transparência da <i>accountability</i>.</i>	397
7.2.3	<i>Narciso acha feio o que não é espelho: a (in)transparência no reflexo do capital</i>	413
8	“QUEM SOU EU?”: EU SOU EU MESMA	430
8.1	<i>Accountability</i>: seria um elefante ou um camaleão brincando na sala?	437
8.2	<i>Accountability</i> na caixa: o gato de Schrödinger sorri para Alice	463
8.2.1	<i>O nó górdio da <i>accountability</i>: mecanismo de controle e dispositivo de legitimação – antípodas solidárias</i>	471
	BLOCO IV: A EQUAÇÃO DA ANTIVIDA	488
9	ESCOVAR A ACCOUNTABILITY A CONTRAPELO: A ÁRVORE DO BEM E DO MAL	489
9.1	O <i>intèrieur</i> da organização educacional: a reprodução na <i>arbor generis capitalis</i>	491
9.2	A árvore de desempenho: eis que “vossos olhos se abrirão e sereis como deuses” – Será?	515
9.2.1	<i>O jardim da árvore ressequida: um distópico paraíso – (re)conquistado?</i>	527
10	ACCOUNTABILITY E A GESTÃO DA ALMA: A EQUAÇÃO DA ANTIVIDA	544
10.1	A metamorfose de um mito: de trabalho-castigo para trabalho-glorificação de Deus	549

10.1.1	<i>(Un)accountability e liberdade: estudantes, indivíduos isolados?</i>	557
10.1.2	<i>Robinsons Crusóés: indivíduos calculadores, isolados e livres</i>	566
10.2	A árvore da antívída: dominação e resistência no jardim da empresa gerencial ..	573
10.3	Responsabilidade, responsabilização e culpa: a Serpente, espelho de Eva?	594
11	ECCE HOMO: QUEM SOU?	608
11.1	A <i>Bildung</i> do indivíduo <i>accountable</i>: a degenerescência da formação	611
11.2	O <i>homo accountable</i>: um réquiem para o <i>homo oeconomicus</i>?	623
11.3	A fabricação do <i>homo accountable</i>: a gestão da alma do neosujeito?	645
	BLOCO V: DESMISTIFICANDO A ACCOUNTABILITY	661
12	À GUISA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS	662
	REFERÊNCIAS	671
	APÊNDICE A – CRONOGRAMA (QUESTIONÁRIO E ENTREVISTAS) ...	748
	APÊNDICE B – QUESTÕES GUIA: GESTORES(AS)	749
	APÊNDICE C – QUESTÕES GUIA: PROFESSORES(AS)	750
	APÊNDICE D – CARTA CONVITE	751
	APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	752
	ANEXO A – QUADRO DE ELEMENTOS NÃO VERBAIS	754
	ANEXO B – LEITURA E INTERPRETAÇÃO DOS INDICADORES:	
	SPAECE-ALFA (2º ANO EF)	756
	ANEXO C – PADRÕES DE DESEMPENHO E ITENS: SPAECE-ALFA (2º ANO EF)	762
	ANEXO D – REGIONAIS DE FORTALEZA	773
	ANEXO E – DISTRITOS ESCOLARES DE FORTALEZA	774
	ANEXO F – A PROFICIÊNCIA AJUSTADA DOS MUNICÍPIOS	775

1 INTRODUÇÃO

Esta tese defende que o fenômeno da *mistificação* converte a *accountability* em um mecanismo ideológico, que avigora o produtivismo – densificação utilitarista – na *era gerencial*, contribuindo para tornar opaca, intangível ou mascarar a lógica de desigualdade do *metabolismo social do capital*.

Nossa pesquisa vincula-se à linha Trabalho e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC), grupo de estudo e pesquisa marxiano-marxista, que investiga as correlações entre o mundo do trabalho e a educação e os reflexos de suas transformações. Seus eixos têm propiciado estudos acerca das políticas educacionais formuladas no Brasil e na América Latina, orquestradas por governos nacionais e subnacionais, sob a égide do *modelo econômico neoliberal periférico*¹ – com

¹ As derivações prefixais que se ligam ao conceito *liberalismo* são prolíferas: *neo* (do grego *néos*, novo), *ultra* (do latim *ultra*, que está além de), *pós* (do latim *post*, depois) e *ordo* (do latim *ordem* – designação antiga que remete a palavra *cevada* –, constituindo o termo *ordoliberalismo* alemão). Todavia, de todas essas derivações, a mais fecunda (disseminada) tem sido a expressão *neoliberalismo*, transmitindo a ideologia burguesa, desde a década de 1980, no rastro: [a] do *Golpe de 1979*, referência à elevação da taxa de juros pelo *Federal Reserve* (FED/USA), para conter a inflação estadunidense; [b] da *Era Reagan-Thatcher* – período dos governos de Margaret Thatcher (Inglaterra, 1979–1990) e Ronald Reagan (EUA, 1981–1989) –, delineando um autoproclamado *novo* curso para o sistema capitalista, no Centro e na Periferia do sistema global; e, segundo Chomsky (2002), [c] ao *Consenso de Washington* (1989), composto de dez regras básicas, dentre elas, a liberação (desregulamentação) do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado (ajuste de preços), fim da inflação (estabilidade macroeconômica) e privatização. Contudo, a despeito de ser uma expressão largamente utilizada, “não sabemos ainda precisar com exatidão o que é o *neoliberalismo*, que acabou se tornando uma categoria muito difusa. Se por um lado é claro que conhecemos os seus efeitos, [por outro lado] em termos analíticos ele se tornou num conceito muito escorregadio” (Salama, 2000, p. 139). Apesar das controvérsias de sua definição e mesmo estando distante do *status* de categoria conceitual precisa e sistematizada, o *neoliberalismo*, com suas diretrizes de ajuste fiscal e tendências político-militares, representa a “transformação radical da produção genuinamente orientada para o consumo em destruição” (Mészáros, 1989, p. 60) – aquilo que o autor chama de *continuum depressivo*, em função de que a ciência é posta à sombra do complexo militar-industrial e as crises do/no sistema não são eliminadas, mas “administradas” e “estendidas”, “tanto no sentido temporal, como no que diz respeito à sua localização estrutural no conjunto global” (p. 97). Com a *destruição produtiva*, avulta-se a ligação íntima e visceral do Estado com o sistema produtivo, induzindo a própria Nação – em uma reestruturação produtiva e reestruturação espacial – a corporificar em si a função de produtora, compradora e consumidora, garantindo a manutenção de determinados capitais. Conforme Mészáros (2016b, p. 671), “essa garantia é proporcionada ao capital pela emergência e consolidação patrocinada pelo Estado do ‘complexo bélico-militar/industrial’, que temporariamente desloca [por isso, reestruturação espacial] várias das [suas] contradições mais importantes”. Para Oliveira (2006, p. 247) o termo está aquém da tragédia que ele representa: “De nada nos serve agredir a realidade: neoliberalismo, neocolonialismo são termos aquém da tragédia”. Feitas tais considerações, ressaltamos que, embora exista uma rejeição tanto teórica quanto política ao termo neoliberalismo, em virtude do prefixo *neo* (que alude a algo *novo*), optamos por manter seu uso em nossa tese, por considerarmos que as concepções que visam substituí-la, como o termo *ultraliberalismo*, exigiria uma espécie de arqueologia do pensamento ultraliberal, o que foge ao escopo de nossa investigação. Além disso, a adoção da categoria ultraliberalismo poderia dificultar e confundir a análise da *accountability*, ao invés de torná-la mais clara, pois, seus teóricos/estudiosos dialogam com o conceito *neoliberalismo*. É claro que concordamos com as críticas da historiadora Fontes (2005, p. 154), ao afirmar que o *neoliberalismo* “tem como núcleo o contraste fundamental com o período anterior [keynesianista], considerado por muitos como ‘áureo’”. Portanto, o prefixo *neo*

diretrizes centradas na contrarreforma do Estado e na reestruturação produtiva.

É valioso destacar que nossa pesquisa tem sua gênese nas descobertas, equívocos cometidos (que devem ser revistos e superados) e questões não respondidas durante a fase do Mestrado em Educação (PPGE/UFC – 2017/18), período profícuo em que pesquisamos “A *accountability* educacional – arquétipo do Estado Gerencial e Avaliador: os (des)caminhos da democracia e a preservação do *establishment*” (Menezes, 2019). À época, após exaustiva investigação, constatamos que a *accountability*, no crepúsculo do século XX e alvorecer do XXI, é uma expressão tecnocrática, conformada aos ideários da *modernização conservadora*²,

indicaria uma mudança econômico-política, com reverberações socioculturais, como se a *nova* era fosse uma inflexão e descontinuação, isto é, a superação das ideias do período do pós-guerra (1945-75) – a chamada *era de ouro* (Hobsbawm, 2011) do capitalismo regulado – e o pós-crise estrutural do capital (1975-). A ideia de neoliberalismo “reduz a percepção do conteúdo similarmente capitalista e imperialista que liga os dois períodos, assim como apaga a discrepância que predominara entre a existência da população trabalhadora nacional nos países imperialistas e nos demais” (Fontes, 2005, p. 154), ocultando as continuidades em sobrevalorização às rupturas, além de mascarar que os *novos (velhos)* elementos constituintes representam uma radicalização dos preceitos do liberalismo clássico (século XVII-XVIII). À vista disso, a fim de evitar e superar as dificuldades ou erros/equívocos teóricos resultantes do uso meramente descritivo do conceito e/ou seu uso, desconsiderando as contradições entre teoria e prática, bem como, as diferentes formas que o sistema assume nos mais distintos países, utilizamos, em nossa tese, o termo neoliberalismo considerando a abordagem dialética organizada por Duménil e Lévy (2006, tradução nossa), que sugere, à luz do marxismo, três ordens de análise: [1] a relação entre neoliberalismo e classe social; [2] a relação entre economia, política e natureza de classe do Estado; [3] a relação entre os planos internacional e nacional, trazendo para o debate, as questões do imperialismo, financeirização e mundialização (Galvão, 2008). Estabelecido esse tripé, faz-se necessário atentarmos ainda para outra especificidade, qual seja, a distinção no uso de três expressões ao longo de nosso texto: *neoliberal(ismo)*, aplicado à doutrina político-econômica mais geral; *projeto neoliberal*, forma concreta como o neoliberalismo, expressa-se nos programas político-econômicos no Brasil, sendo resultante das lutas de classe; e, *modelo econômico neoliberal periférico*, forma como o projeto neoliberal se configura, ajustando-se as especificidades da estrutura econômica nacional e latino-americana (Filgueiras, 2006). Com essas delimitações esperamos evitar equívocos de: [i] *ordem teórica* – ao se definir o neoliberalismo de forma excessivamente ampla e imprecisa, não superando o senso comum da noção de *Estado Mínimo* e sem abordar satisfatoriamente como teóricos e defensores encaram o *Estado de Direito*, as *políticas sociais* e as questões de *justiça social*; [ii] *natureza analítica* – a incapacidade de explicar e interpretar adequadamente os processos cognitivos, refletidos em valores, crenças e visões de mundo (enquanto paradigma neoliberal) na formulação de políticas públicas; [iii] *caráter metodológico* – a operacionalização empírica inadequada para classificar determinada política pública como neoliberal, em vista da imprecisão e da indefinição conceitual (Fernandes; Borges, 2008). Assim, o uso do conceito neoliberalismo vai emergindo no texto de forma processual, possibilitando a compreensão de suas ligações com a hodierna concepção e difusão das políticas de *accountability*, em sua simbiose com os valores e diretrizes gerencialista e de governança. Por fim, temos como fio condutor conceitual a seguinte definição de neoliberalismo: “uma *configuração de poder* particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso. Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, esse período pode ser descrito como uma nova *hegemonia financeira*, que faz lembrar as primeiras décadas do século XX nos EUA” (Duménil; Lévy, 2007, p. 2).

² A passagem das diversas formações sociais para a modernidade tem ocupado a mesa de debates no campo das ciências sociais, fato manifesto na ampla produção acadêmica nacional. Os caminhos e descaminhos que conduziram o país à modernização sempre estiveram, por seu turno, ligados ao nosso passado colonial e seu estudo perpassa a própria construção da identidade nacional, o que foi escrutinado pela pena de Oliveira Vianna a Nestor Duarte, Sérgio Buarque a Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. a Raymundo Faoro, entre outros. Dentre as teorias que trataram o tema, uma das mais bem-sucedidas liga-se à noção de *modernização conservadora*. Conforme Menezes (2019, p. 41), esse conceito foi “elaborado pelo sociólogo político estadunidense Barrington Moore Jr. [...], para descrever/analisar o desenvolvimento [progresso] capitalista na Alemanha e no Japão, entremeados por um pacto político entre a burguesia industrial e a oligarquia rural –

cooperando para a preservação do *status quo* e *establishment* na/da democracia liberal.

Essa concepção, sustenta, como veremos mais adiante, a relação dialética entre o problema e a proposta de pesquisa, manifestas na ação de analisar a *accountability* e seu progressivo processo de mistificação, que induz o sujeito “a endossar, ‘consensualmente’, valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversas a seus interesses vitais” (Mészáros, 2013, p. 8).³

Tendo em conta que a *accountability* encontra-se em contínuo estado de correlação e de interdependência universal com o mundo; e que seu conceito retrata as formas universais do ser, os aspectos e os laços universais da realidade objetiva, é preciso trazer à lume sua específica articulação entre si e com o todo. É necessário demonstrar suas determinações delimitadoras recíprocas, suas propriedades que traduzem a natureza de seus elementos formadores e os condicionados por causas externas, aquilo que é introduzido do exterior com o qual interage.

Desse modo, tratamos a *accountability* como um *mecanismo ideológico*⁴, com

pacto orquestrado no interior do Estado –, sem rupturas violentas. Moore Jr (1975), em sua obra *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, identifica três caminhos para atingir-se a modernidade: as vias democráticas (modelo inglês, francês e norte americano), autoritária (capitalista – [...] *passou através de formas políticas reacionárias até culminar com o fascismo*) e socialista revolucionária (via comunista – que se desenvolveu na Rússia e na China)”.

³ Destaquemos ainda, que nossa investigação está relacionada a duas outras pesquisas - ambas com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A primeira, intitulada **Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Avaliação Educacional e Accountability (GEPPAYA)**, é coordenada pela Prof.^a Dra. Marilda Pasqual Schneider da UNOESC, sendo resultado da articulação e do trabalho colaborativo entre instituições de quatro países da América Latina: Brasil, Chile, Colômbia e México. O grupo conta com a participação de estudantes de graduação e de cursos de mestrado e de doutorado em educação ou áreas afins, bem como com pesquisadores de instituições nacionais e internacionais. Os integrantes brasileiros estão vinculados às seguintes instituições nacionais: *Universidade do Oeste de Santa Catarina* (UNOESC), *Universidade Estadual de Ponta Grossa* (UEPG) e *Universidade Federal do Ceará* (UFC). Do Chile, o grupo conta com a participação de investigadores da *Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso* (PUCV), *Instituto Interdisciplinario de Investigaciones en Educación* (PIIE), *Instituto Interuniversitario de Investigación Educativa* (IESED), *Universidad de Los Lagos*, *Universidad Arturo Prat* e *Universidad de Magallanes*. Da Colômbia, participam investigadores de duas instituições: *Universidad de La Costa* (CUC) e *Universidad Pedagógica Nacional* (UPN). Do México, participam investigadores da *Universidad de Colima* (UCO). A segunda pesquisa, intitulada **Afirmção da accountability na gestão da educação pública: rebatimentos no plano da democratização**, é coordenada em nível nacional pelo Prof.^o Dr. Elton Luiz Nardi da UNOESC; e, no âmbito local, no Estado do Ceará, é coordenada pela Prof.^a Dra. Clarice Zientarski (UFC). Este projeto constitui uma pesquisa em rede nacional com o objetivo de analisar os encaminhamentos político-práticos realizados por governos de municípios brasileiros, em sintonia com políticas de regulação educacional por resultados, que indicam a afirmação da accountability como mecanismo de gestão da educação pública, bem como os impactos desses encaminhamentos na democratização da gestão escolar. O campo empírico abrange cinco capitais: Florianópolis (SC), São Paulo (SP), Goiânia (GO), Palmas (TO) e Fortaleza (CE), uma em cada região geográfica do país. O projeto reúne pesquisadores da *Universidade do Oeste de Santa Catarina* (UNOESC), *Pontifícia Universidade Católica de Campinas* (PUC-Campinas), *Universidade Federal do Tocantins* (UFT), *Universidade Estadual do Piauí* (UESPI) e *Universidade Federal do Ceará* (UFC).

⁴ Para um esclarecimento sobre o uso do termo *mecanismo* e porque prescindimos do conceito *dispositivo* vide a subseção 8.2.1, “*O nó górdio da accountability: mecanismo de controle e dispositivo de legitimação* –

suas formas e conteúdo, cujo propósito é a transmissão e/ou transformação de movimento e força, de si próprio e da formação dada (coisa, objeto, processo, fenômeno – no sentido de coisa) com a qual interage. Enquanto mecanismo, a moderna *accountability* retém em si, como conceitos assimétricos, duas naturezas: uma *normativa*, como virtude ou qualidade, e outra *descritiva*, como mecanismo social ou uma relação institucional.

Etimologicamente, o termo *accountability* deriva de duas raízes: contar (*counting*) e responder (*answering*; no sentido de *responder por – answering for*). De acordo com Heidemann e Salm (2009, p. 303), a palavra *accountability* deriva do latim, sendo composta por “*ad + computare*”, significando “contar para; prestar contas a; dar satisfação a; corresponder à expectativa de”. As noções convencionais de *accountability* dizem respeito, portanto, ao fato de alguém ser chamado para *prestar contas (account)*⁵, *responder (answer)* por algo a alguém; *ser responsável (responsible)*, mostrar-se *accountable* por alguma coisa diante de alguém (Facal; Mazouz, 2013; Mulgan, 2000).

Nada obstante, a raiz do termo *accountability* esteja ligada à noção de *contabilidade (accounting)*, ou melhor, de *prestação de contas (rendering accounts)* e à noção de governança de autoridades sobre funcionários – fato identificado em documentos, pelo

antípodas solidárias”. Contudo, à guisa de uma breve justificativa, a delimitação *mecanismo ideológico* (uma força motriz que gera *movimento* em outras coisas, objetos, processos, fenômenos; sendo o Estado o centro do poder e controle, logo, o ente *regulador*) tensiona reflexivamente o conceito *accountability* no interior da tradição filosófica marxiano-marxista, estabelecendo uma contraposição a noção de *dispositivo de accountability* (que emite a ideia de um poder difuso). Ou seja, para o estudo da *accountability* – em sua relação com as ideias de *poder, controle* e seus *efeitos disciplinadores* – divergimos das concepções de *dispositif* de Foucault (2007, 2014), com suas relações entre o conteúdo e a expressão do poder; semelhantemente, das noções de *dispositivo* e *contra dispositivo* de Agamben (2005); de *agenciamento* e/ou *reunião* de elementos vibrantes, estabelecidos por Deleuze e Guattari (1997); ou a noção de *diagrama* de Foucault, bem como sua interpretação realizada por Deleuze (1988) – o *diagrama* seria uma máquina abstrata, uma multiplicidade espaço-temporal que se define a partir de funções e matérias informais, p. ex., o modelo de sociedade disciplinar da peste é um diagrama, da lepra, um outro diagrama. Entretanto, temos um *relativo* alinhamento com a perspectiva de *aparelho ideológico* de Althusser (1980, 2008), expressamos “*relativo*”, pois aproximamo-nos com ressalvas, haja vista o processo de subjetivação e dessubjetivação de tal teoria, que ignora a própria dialética materialista. O diálogo com a noção de *aparelho* perpassa a *Teoria/Escola de Regulação*, que tem por “base o trabalho de Michel Aglietta (economista marxista francês), [que] estudam os conceitos de regime de acumulação (extensivo e intensivo), modo de regulação (competitivo e monopolista) e modo de desenvolvimento” (Menezes, 2019, p. 221).

⁵ A palavra *account* (traduzida por *prestar contas*), origem do conceito *accountability*, tem como raiz, segundo Hirano (2006, p. 34), no termo “*accoun*”, tendo por “sinônimos *reckon* e *bill*. *Account* é palavra composta por *ad* e *count*, que significa contar a uma pessoa. *Account* significa a coisa contada. *Reckoning* vem do verbo *reckon*, significa a coisa calculada em sua totalidade. *Bill*, deriva do latim baixo *billa* e do latim *bull*. Donde deriva a ‘bula papal’, por exemplo. *Account* é a forma genérica; *reckon* e *bill* são termos específicos. *Reckoning* e *bill* são formas de *account*. *Account* define os detalhes, a soma total do que foi enumerado, contado. *Reckoning* implica o registro e a anotação das coisas calculadas em sua totalidade; *bill* denota os detalhes, com seus encargos. *Account*, do uso extensivo do termo, é aplicável a tudo o que é anotado, as particularidades do que é considerado que vale a pena ser noticiado individualmente ou coletivamente. [Fragmento] Retirado de *Crabb’s English Synonyms* de autoria de George Crabb. Routledge & Kegan Paul. London, Boston, Melbourne and Henley. 1982”.

menos desde o início do primeiro milênio (Bovens, 2005, 2007a; Dubnick, 1998; Higgs, 2004) – sua definição conceitual tem se demonstrado, para alguns de seus estudiosos, como algo elusivo (Mainwaring, 2003; O’Kelly; Dubnick, 2014a).

Apesar da *construção social difusa* do significado do termo *accountability*, criando associações e *abstrações arbitrárias* relativas a seu conceito, com implicações em seu uso, desde a segunda metade do século XX, as mudanças operadas em seu sentido (conceitual) original e central não alteraram aquilo que lhe é necessário: “‘prestar contas’ a alguma autoridade por suas ações, [...] sentido com o pedigree mais longo na literatura [...] e na compreensão dos seus praticantes” (Mulgan, 2000, p. 555, tradução nossa).

Nesse sentido, a *accountability* como uma expressão ideológica de controle – um *mecanismo de controle* (Mulgan, 2000; Uhr, 1993), embora os conceitos sejam distintos – formula-se como um mecanismo *performativo e prefigurativo*: performativo na medida em que sua *natureza normativa* orienta o comportamento, funcionando como uma forma de ação social que produz mudança; e prefigurativo porque antecipa em suas *bases descritivas* a forma de sociedade almejada.

Eis que, em seu movimento construtivo, a *accountability* perdeu parte de “sua antiga simplicidade e passou a exigir constante esclarecimento e categorização”, em função de sua complexa constituição – disso resultou a noção, entre muitos pesquisadores, de um conceito “sempre expansivo” (Mulgan, 2000, p. 555, tradução nossa). Hall, Frink e Buckley (2017) julgam que o estudo da *accountability*, no campo da pesquisa acadêmica, ainda se encontra em estágio incipiente. Fator que sugere o adensamento da investigação sobre o termo, a pensar ser esse um conceito que tem escapado à categorização clara e objetiva.

Uma decorrência dessa situação, ao lado das mudanças na *accountability* ao longo do tempo (Ranson, 2003; Teo; Osborne, 2014), é visto na esfera do discurso político e científico, ao constatar-se que “a ‘accountability’, muitas vezes, serve como um termo guarda-chuva conceitual, que cobre vários outros conceitos distintos, como transparência, equidade, democracia, eficiência, capacidade de resposta, responsabilidade e integridade” (Bovens, 2007a, p. 449, tradução nossa).

No campo da educação, que é o nosso foco de estudo, as medidas com finalidade de *accountability* podem se referir a julgamentos baseados/centrados em: *sistemas sociais*⁶

⁶ Conforme Luhmann (2016), os *sistemas sociais* são entidades, instituições/organizações auto-organizadas e axiomáticamente autorreferenciais, abrangendo todas as interações sociais, ou seja, todas as formas de comunicação e interação entre os sujeitos em uma sociedade – um sistema fechado em si mesmo, dito de outra forma, referencia a si mesma e se reproduz internamente, sem depender (plenamente) de fatores externos para

(Sobe, 2012); diferentes tipos de documentação sobre as políticas educacionais; o progresso dos estudantes, com seus conhecimentos; habilidades e competências, e a questão de saber se as organizações educacionais, gestores e professores atendem aos requisitos definidos para eles.

Como historiadores têm demonstrado, a *accountability* aplicada à educação é um processo que existe há alguns séculos (Sobe; Boven, 2014; Ydesen; Andreassen, 2014), mas sua combinação com *testes com consequências* – políticas relacionadas ao mecanismo *accountability* educacional –, tanto para os estudantes quanto para as escolas, é um fenômeno recente. Até o início do século XX, a administração da escola e *accountability* eram questões eminentemente locais, com os testes padronizados compondo apenas parte da governança – uma reivindicação de autoridade isolada (Dorn, 2007).

Estudiosos da educação veem as recentes mudanças no conceito de *accountability* como resultado da influência da ideologia neoliberal (Ball, 1998; Bansel, 2015; Hursh, 2007; Ranson, 2003), desenvolvendo-se extensivamente em paralelo à expansão do *New Public Management* (NPM)⁷ e sua tensão com os valores subjacentes aos princípios weberianos

sua existência e funcionamento. Esses sistemas sociais se engajam uns com os outros, mas o engajamento é trabalhado em processos contínuos de definição de limites. Isso significa que, de forma crítica, os sistemas produzem os contextos nos quais operam, estabelecendo uma diferenciação funcional entre um sistema e seu ambiente. Por exemplo, a educação é um sistema social que se diferencia de outros sistemas sociais, como a economia ou a política, e que estabelece seus próprios limites e fronteiras. Isso significa que os sistemas produziram os contextos em que operam (isto é, a diferenciação funcional entre um sistema e seu ambiente). A diferenciação funcional refere-se ao processo pelo qual um sistema, como uma organização ou instituição, desenvolve estruturas e funções internas especializadas para lidar com as demandas e influências do ambiente externo. Nesse sentido, a “diferenciação” se refere à especialização das partes internas de um sistema para lidar com funções específicas. Por exemplo, em uma escola, pode haver departamentos para lidar com questões acadêmicas, administrativas, de suporte aos estudantes, entre outras. Cada uma dessas partes na estrutura geral desempenha funções específicas que contribuem para o funcionamento da escola. A “funcional” refere-se à maneira como essas especializações internas contribuem para a capacidade do sistema de lidar com as demandas e influências do ambiente externo. Por exemplo, a diferenciação funcional em uma escola permitiria que ela atendesse às necessidades acadêmicas, sociais, administrativas e outras demandas que surgem do ambiente externo, como as expectativas dos pais, as políticas governamentais e as mudanças na comunidade. Portanto, a diferenciação funcional entre um sistema e seu ambiente envolve a capacidade do sistema de desenvolver estruturas internas especializadas que lhe permitem lidar de forma eficaz com as influências e demandas externas, contribuindo para sua adaptação e sobrevivência em um ambiente em constante mudança. Nesse cenário, as políticas de *accountability*, seguindo as perspectivas de Sobe (2012), podem reforçar sistemas sociais ao promover a transparência (mesmo que de forma parcial) e a responsabilização dos atores sociais envolvidos em determinado sistema. Aqui, a *accountability* é entendida como um conjunto de mecanismos e práticas que visam garantir que os atores sociais sejam responsáveis por suas ações e decisões, e que prestem contas à sociedade sobre suas atividades, o que pode contribuir para a manutenção da estabilidade e da ordem social, ou seja, do *status quo* e *establishment*.

⁷ Em função de sua heterogeneidade entre os países e de governo para governo em que foi implementada, com constantes alterações no decorrer dos processos reformistas dos Estados capitalistas no pós-1970, a capacidade de síntese das características da NPM é bastante restrita. Em função dessa peculiaridade, Cavalcante (2017) identifica duas fases em seu desenvolvimento. Na primeira geração, a NPM possuiu três distintas configurações: i) gerencialismo puro (*managerialism*) – produtividade, redução e otimização dos gastos públicos, eficiência como valor e cidadão como cliente; ii) *consumerismo* – efetividade e qualidade, satisfação

(Facal; Mazouz, 2013). Com isso, suas atuais formas têm imposto novas (velhas) ideologias no interior da escola (Au, 2011; De Lissovoy, 2013; Dorn, 2007).

Com a *virada neoliberal*⁸, a *accountability* foi alçada ao *status* de escudo e clava, meio e mensagem da boa governança, transformando-se “numa panaceia (ou mesmo num fetiche)” (Afonso, 2012, p. 472); um “conceito de ouro contra o qual ninguém pode se opor” (Bovens; Schillemans; T Hart, 2008, p. 225, tradução nossa), especialmente, nas *restauradas sociedades democráticas*⁹ (Afonso, 2009c), com sua sociabilidade gerencial visando (na aparência) proteger os interesses dos cidadãos (Grossi; Thomasson, 2015).

Os laços da *accountability*, desde o final dos anos 1970 até o presente, com a *díade gerencialismo-governança*, têm gestado novas relações entre a sociedade e os governos. Esses laços têm resultado em mecanismos (processos) e dispositivos (ferramentas) de responsabilização, controle social e coerção, avaliação, monitoramento, transparência e informação, competição e participação (Bresser-Pereira, 2009; Halligan; Buick; O’Flynn, 2011). À luz desse cenário, o próprio conceito de *accountability* tem sofrido mudanças, distinguindo-se de suas tradicionais abordagens primevas (Erkkilä, 2007; Menezes, 2019).

Em nossa pesquisa, muito embora façamos uma imersão nas questões conceituais que envolvem a *accountability*, um *termo polissêmico*, não realizamos um estudo semântico ou linguístico detalhado e específico da palavra. A investigação da mistificação que está posta não traça um estudo científico da linguagem ou palavra no espaço e tempo. Preocupamo-nos com o processo de abstração do conceito *accountability* nas relações sociais. Interessa-nos,

dos cidadãos usuários/consumidores, descentralização administrativa, incentivo à competição entre organizações; e iii) *Public Service Orientation* (PSO) – conjugação entre a *accountability* e o binômio justiça- equidade. Na segunda geração, o enfoque das iniciativas reformistas centra a NPM: na busca por eficiência; empoderamento do cidadão; *accountability* e transparência. Para “Pawson e Jacobs (2010), foi no governo trabalhista britânico, sob a liderança do primeiro ministro Tony Blair, que o redesenho do movimento reformista se materializa a partir de quatro componentes centrais: i) gestão de desempenho de cima pra baixo (top down); ii) aumento da concorrência e da contestação na prestação de serviços públicos; iii) aumento da pressão dos cidadãos – incluindo por meio da escolha e ‘voz’; e iv) medidas para fortalecer a capacidade e os recursos dos servidores públicos” (p. 16-17).

⁸ Harvey (2012), na obra “Neoliberalismo: história e implicações”, aponta que a virada neoliberal – a virada de um regime de política econômica keynesiano para um regime neoliberal – teve início nos EUA, na década de 1970, quando o juiz da Suprema Corte, Lewis Powell, afirmou que os ataques ao sistema de livre mercado tinham ido longe demais e que era preciso mudar a forma como as pessoas pensam “sobre as corporações, o direito, a cultura e o indivíduo” (p. 53). No Brasil, podemos conjecturar que a virada neoliberal ocorreu a partir da década de 1990, período em que o país abriu a sua economia no plano comercial e logo em seguida, no plano financeiro, principalmente, após o Plano Real no ano de 1994.

⁹ Segundo Huntington (1994), ocorreram três ondas de democratização na modernidade, entrecortadas por transições em sentido oposto, ondas reversas: 1ª onda democrática (1828-1926), originada com as Revoluções Americana (1766) e Francesa (1789); onda reversa (1922-1942), avanço de regimes autoritários; 2ª onda democrática (1943-1962), período do pós-Guerra Mundial; onda reversa (1958-1975), fase marcada pela abrangência da Guerra Fria; e, 3ª onda democrática (1974 – até os dias atuais), iniciada na Europa meridional e está identificada com a Revolução dos Cravos, em Portugal (1974).

portanto, a disputa ideológica que é travada, na sociedade de classes, em relação ao conceito de *accountability*.

Assim, sua conceituação deve apreender a historicidade, ou seja, a dialética e as contradições da própria história. Só com essa ação poderemos chegar ao entendimento que a *accountability* não é resultado da consciência, uma mera teoria e, tampouco, um fenômeno oriundo da linguagem, pois, tais processos não criam a realidade, antes, estas são produzidas no movimento de uma realidade histórica, sendo e tornando-se elas mesmas, parte dessa realidade.

A negação da batalha das ideias, a luta ideológica entre forças hegemônicas e a possibilidade de uma *contra hegemonia* (Williams, 1973, 1979)¹⁰, lança-nos no *sensu comum*, com implicações para o mundo do trabalho e da educação. Colaborando para a legitimidade da agenda política de um projeto neoliberal, as recentes formas da *accountability*, na miríade de teorias sobre a gestão da coisa pública, aparecem como uma ortodoxia, que toma a *performance*¹¹ como *fonte de valor* – um processo que podemos taxar por inexorável e inevitável – moldando o trabalho, a educação e o *conhecimento* às exigências da nova fase da acumulação do capital.

Diante do anunciado, para lograr êxito na proposição elegida e realizar um estudo comprometido com a mudança da realidade social, adotamos como teoria do conhecimento o materialismo dialético (Marx, 2008a, 2010b, 2011, 2013b, 2017a, 2017b; Marx; Engels, 2016; Mészáros, 2013, 2014a, 2016b). Porquanto, ao buscar revelar o existente por trás do véu das aparências, as formas gerais do ser social e os laços da realidade, a dialética da totalidade coopera para o entendimento do que há nas práticas cotidianas dos indivíduos que distorcem seus mapas cognitivos da organização social, obliterando a relação contraditória entre capital e trabalho.

Na resistência à *ideologia orgânica do capital* que degrada a vida social, impondo

¹⁰ “Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alternada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática” (Williams, 1979, p. 115-116).

¹¹ A *performance*, “[...] implica julgamento, comparação e exposição, tomados respectivamente como formas de controle, de atrito e de mudança. Performances – de sujeitos individuais ou organizações – servem como medidas de produtividade ou resultados, como formas de apresentação da qualidade ou momentos de promoção ou inspeção. Elas significam, encapsulando ou representando um valor, a qualidade ou a valia de um indivíduo ou de uma organização dentro de um campo de julgamento” (Ball, 2010, p. 38).

representações ideais a favor de uma obediência passiva à realidade existente, não podemos vincular a educação apenas aos aspectos gnosiológicos. Devemos articular a educação aos processos de transformação radical da existência e, nessa esteira, a desmistificação da *accountability* coloca-se como um contributo à luta dos *subalternos*¹² (Gramsci, 2002, v. 5), pois colabora para desvelar a necessidade de transformação das condições materiais e sociais da vida.

A teoria marxiana, *essencialmente desmistificadora* (Camatte, 2006), propicia bases para investigar o funcionamento dos *aparelhos e mecanismos ideológicos* que regulam a visibilidade e a invisibilidade social. Assim, partindo da noção de totalidade, a realidade como um todo estruturado, buscamos superar a fragmentação do conjunto de fatos que compõe a realidade e as concepções a-históricas, uma vez que a própria *accountability* está inserida no conjunto de respostas à *crise estrutural do capital*¹³ (Mészáros, 2000, 2015a, 2016a, 2016b), logo, a compreensão de sua forma e conteúdo estão relacionadas à realidade social.

Para descobrirmos a dialética da *accountability*, explicitando a contraditoriedade imanente e essencial de sua constituição, desvelando com isto sua mistificação, é necessária a capacidade de adentrar na ortopraxia de sua própria *natureza* e na perspectiva teórica de seu estudo: suas categorias (particularidades do conceito, refletindo suas propriedades e aspectos da realidade) e suas leis (reflexo das ligações e relações que a envolvem).

Assim, a relevância e o diferencial de nosso trabalho assentam-se no contributo à ação de desmistificação da *accountability*, possibilitando a crítica à dissimulação das relações sociais meritocráticas, operadas pelo minimalismo gerencial da sociabilidade burguesa, com suas *abstrações arbitrárias* do conceito *accountability* – vago de relações sociais reais, como se as relações do homem com o mundo, em cuja realidade efetiva a *accountability* é formada, fossem unívocas e unilaterais, desconsiderando que essas relações dependem do que (e como) o homem se apropria do mundo.

Buscamos colaborar com o debate sobre a *accountability*, não com o intuito de

¹² Contemporaneamente, a categoria *subalterno* e o conceito de *subalternidade* têm sido utilizados para descrever as condições de vida de grupos destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. No entanto, na teoria gramsciana, tratar das classes subalternas vai além disso. A subalternidade aparece dialeticamente interligada com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis, todas relacionadas aos processos de dominação presentes na sociedade. Por isso, analisar a categoria subalterno envolve desvendar as operações político-culturais da hegemonia que marginalizam, escondem ou suprimem a história das camadas de classe em situações de exploração (Gramsci, 2002, v. 5).

¹³ Para Mészáros (2016b), a *crise estrutural do capital* não se restringiu a esfera socioeconômica, ela se expandiu a todas as dimensões da sociedade, já que “[...] o capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente [...]” (p. 800).

construir uma nova conceituação, mas, refletir sobre caminhos para uma compreensão teórica em torno de *abstrações razoáveis* de sua categorização, que possibilite descobrir e descrever o *modus* determinante da dissimulação operada por sua mistificação. Para tanto, consideramos, de modo cumulativo, os estudos pretéritos da natureza da *accountability*, salientando que ao adotarmos o materialismo dialético como aporte teórico, almejamos contribuir para seu estudo em uma perspectiva analítica diversa das linhas hegemônicas, sejam alinhadas à teoria crítica, à foucaultiana, à bourdeniana ou às *pós-modernas*¹⁴.

O percurso metodológico da pesquisa, um roteiro muito próprio para a análise do objeto estudado (descrição a ser adensada na seção 1.4 – “A barca de Caronte: procedimentos (roteiro) metodológicos da pesquisa”), está adequada, de um lado, a força de *abstração* – competência intelectual “peculiar da individualidade [... do pesquisador, a] capacidade mental de escavar e garimpar as coisas” (Chasin, 2009, p. 122), captando o movimento do real; de outro, está assentada na fundamentação ontoprática do conhecimento, na determinação social do pensamento e na presença histórica do objeto.

Desta forma, não pretendemos realizar uma simples coleta ou agrupamento de dados empiristas e/ou uma descrição do objeto, por um silogismo lógico superficial. Almejamos compreender a *natureza construtiva da accountability* (determinação de relações através da análise) e acessar a essência da coisa (*o verdadeiro de algo*, essa coisa que é parte da *realidade*). Com isso, queremos afirmar que não caímos no erro metafísico de conceber a essência da *accountability* como o significado da coisa dada, aquilo que a coisa é em si, confundindo o fato de ser algo com o verdadeiro de algo.

Portanto, analisamos a *accountability* e os caminhos que incrementam e propagam sua mistificação, em um processo de abstração, destrinchando-a (não em sentido ordinário, que consistiria em separar, um simples decompor um todo em suas partes), mas, compreendendo-a em sua especificidade e na relação com as demais formações dadas.

¹⁴ Para Mészáros (2014a, 2016b), o termo *pós-modernidade* é um equívoco teórico, que implica na ocultação dos determinantes ideológicos da ordem do capital, uma visão anistórica, com tendência ao “esquecimento”, desprezando a tradição iluminista e suas conquistas. A pós-modernidade tem, entre seus pilares, *o fim da história*, uma teoria iniciada com Hegel, no século XIX, e que sugere o fim dos processos históricos de mudança, quando a humanidade alcançasse a estabilidade, o que ocorreria pela ascensão do liberalismo e da igualdade jurídica. No século XX, com a crise e queda do socialismo real, impactando o antagonismo “socialismo vs. liberalismo”, essa ideia foi retomada por Francis Fukuyama, em suas obras *O fim da história*, publicado em 1989, e *O fim da história e o último homem*, publicado em 1992. Essas obras unem-se ao corolário teórico da década de 1950, do *fim das ideologias* políticas, formulado por Henry Stuart Hughes e expressa por Daniel Bell, na obra *O fim da ideologia*, de 1959, defendendo a superação das contradições sociais e lutas de classes, bem como dos intelectuais críticos. Nessa esteira, surge, no século XXI a *pós-verdade* – “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (D’Ancona, 2018, p.20), intensificando o que Lukács (2022) classificou como *o irracionalismo na estrutura da subjetividade hegemônica*.

Para esse percurso, diante da prioridade ôntica do objeto e indicando a *differentia specifica* das formas de ser, utilizamos a epistemologia marxiana no fazer científico, buscando superar as dicotomias “quantitativo vs. qualitativo”, “subjetividade vs. objetividade”, “indução vs. dedução”. A abordagem materialista dialética não exclui o quantitativo do qualitativo, como veremos detalhadamente mais adiante, antes, incorpora-os por meio da lógica dialética, na relação entre interior-exterior – considerando a unidade indissolúvel dos opostos e a identidade dos contrários.

Destaque-se, ainda, que utilizamos as técnicas de análise de conteúdo (Bardin, 2016), aplicada nas seguintes etapas (levantamentos):

- a) pesquisa bibliográfica, *base norteadora e fundamento de nossa investigação teórico-analítica*, com estudo de literatura especializada, artigos acadêmicos, dissertações, teses etc.

Aqui, devemos chamar a atenção que não trilhamos os caminhos da epistemologia cartesiana, que delimita o método – e, por consequência a metodologia – a “um conjunto de regras que por si só garantem a obtenção de resultados desejados” (Cardoso, 1976, p. 62). Por isso, em nosso percurso metodológico, o acervo bibliográfico, mesmo que central, não está sozinho. A esse recurso acrescentamos, como suporte, outras duas dimensões – de caráter mais episódico e/ou indireto:

- b) pesquisa documental, com ponderações sobre leis, decretos, relatórios, dentre outras fontes;
- c) entrevistas semiestruturadas com gestores e professores da educação básica do município de Fortaleza/CE.

O foco documental e empírico, mesmo que não seja central em nossa tese, pois, não nos detemos de modo específico em seu uso ou exame, tem como propósito/função apoiar as nossas perspectivas *teórico-analíticas*, em relação a mistificação da *accountability*, numa realidade contextual particular. Logo, esses instrumentais metodológicos nos auxiliam a pôr à prova as premissas nesta tese defendidas, a ponto de refutarmos e/ou aceitarmos certas teorias sociais rivais, incorporando, de forma transformada ou não, alguns conceitos que façam avançar a pesquisa científica.

Em relação as entrevistas, realizadas com gestores e professores, consideramos, os aspectos relacionais da *accountability* em certa singularidade organizacional, que apresenta certa particularidade, mas que também é geral, porque exhibe uma característica que a torna geral, a saber: escolas público-estatais de alto desempenho, especificamente, as turmas do 2º ano do ensino básico fundamental, mantidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de

Fortaleza/CE.

Trata-se de estudar a forma da *accountability* no campo da educação, com a qual nos confrontamos na superfície da sociedade e, assim, obtermos uma melhor compreensão de seus impactos nas políticas educacionais. Ao enfocarmos a *accountability*, rastreamo-la como um conceito e uma prática em consolidação, na organicidade público-estatal brasileira, em sintonia com os processos de inter e transnacionalização – na confluência entre o local, o nacional e o global (Barroso, 2003; Dale, 2000; Walford, 2001).

Cientes que as formas da *accountability* diferem nos distintos cenários nacionais e subnacionais, com sua *efetividade*¹⁵ dependente do contexto específico no qual está inserida (Ryan; Feller, 2009); e que seu uso interfere na maneira que cada sociedade aborda seus edifícios culturais em geral e sistemas (ou redes) educacionais em particular (Hopmann, 2008), consideramos relevante esclarecer como a mistificação da *accountability* se processa tanto a nível teórico como empírico.

Uma vez apresentada a proposição da pesquisa e alguns elementos inaugurais de nossa tese (teoria do conhecimento, percurso metodológico, justificativa e relevância), parece-nos apropriado, em uma primeira aproximação, discorrer sobre o objeto em si da investigação, a saber: a mistificação ideológica da *accountability*, levando em consideração a manifestação de sua forma particular no campo educacional.

1.1 Ser ou não ser mistificada, eis a questão¹⁶: problema e pressupostos

Inicialmente, é necessário esclarecer que o caráter enigmático da mistificação da *accountability* advém (mas, não exclusivamente) do fato de que são os próprios sujeitos que reproduzem a legalidade da sociabilidade burguesa. Nessa circunstância, a mistificação se coloca como um mistério, um enigma a ser desvelado por aqueles que buscam subverter as representações difundidas de que a política e o trabalho, no campo educacional, relacionam-se,

¹⁵ O conceito de *efetividade* (derivada de efetivo, do latim *effectivus*, é sinônimo de positivo, existência, certeza e objetividade), filosoficamente falando, pode ser entendido como a capacidade de um processo ou sistema de alcançar seus objetivos de forma real e concreta, levando em consideração não apenas questões técnicas, mas também questões éticas, morais e políticas. Ela representa, portanto, a materialização, no mundo dos fatos, dos preceitos legais, simbolizando a aproximação entre o “*dever-ser* normativo” e o “*ser* da realidade social”.

¹⁶ O que está posto, na paráfrase, que adaptamos, do famoso monólogo de *Hamlet* (Shakespeare, 2015, Ato III, Cena I, p. 111), são as contradições que permeiam a própria *forma e conteúdo* da *accountability*, que afeta e é afetada pela própria consciência dos sujeitos históricos, fazendo nossas, as palavras de Iasi (2014, p. 14): “A consciência do ser humano como indivíduo olha o mundo no qual deve sobreviver [...]. Olha a sociedade humana como algo estranho ao humano, como algo que lhe conduz à morte em vez de lhe garantir a vida”. Assim, suscitamos problemas e pressupostos que desafiem a *accountability mistificada* a revelar-se.

de forma inexorável, aos valores e ideários neoliberais.

Pelo processo de mistificação, a *compreensão cognitiva* do indivíduo, formada a partir de suas experiências vividas sobre o que ele produz e o que se produz em torno dele, é distorcida, mascarando como o mundo social realmente funciona. Entretanto, a mistificação não se reduz a uma mera visão enganosa do real ou falsidade das ideias, como se o entendimento do mundo exterior fosse um erro cognitivo ou alucinação. Ela é uma distorção específica de uma realidade específica, um véu que oculta as contradições efetivas da realidade, na medida em que essa aparece como a-histórica e sem conflitos.

O debate que se estabelece traz à baila a *accountability* subsumida à lógica neoliberal, com sua pretensa justeza moral na construção de uma política educacional assentada na forma-propriedade, que sustenta a sociedade capitalista, tal como ela é – sociabilidade que relega a maioria dos *sujeitos* à miséria material e espiritual, (re)produzindo a desigualdade.

As políticas e os sistemas educacionais não são concebidos abstraídos do conjunto das múltiplas determinações que envolvem a sociedade. A educação é uma dimensão da vida, uma mediadora na formação do ser humano-genérico, intimamente articulada aos processos de produção e reprodução da vida social. Sendo parte constitutiva da totalidade, como afirma Mészáros (2016b, p. 265): “Nenhuma sociedade pode persistir sem seu sistema próprio de educação”. E, o autor ainda esclarece:

A educação formal está estreitamente integrada à totalidade dos processos sociais, e até mesmo no tocante à consciência do indivíduo particular suas funções são julgadas de acordo com sua *raison d'être* identificável na sociedade como um todo. [...] A questão central da “contestação” corrente das instituições educacionais estabelecidas não é simplesmente o “tamanho das classes”, a “inadequação da infraestrutura de pesquisa” etc., mas a *raison d'être* da própria educação (Mészáros, 2016b, p. 277).

A *raison d'être* da educação, no século XXI, é um campo em disputa, opondo de um lado, os defensores da *emancipação humana*¹⁷ e do outro, os amantes da *Teoria do*

¹⁷ Conforme o *Dicionário do pensamento marxista* (Bottomore, 2001), a concepção de emancipação contrapõe-se à visão liberal de liberdade (concebida como ausência de interferência e de coerção), e à noção mais ampla de liberdade como autodeterminação, como defendia o movimento humanista e Iluminista. Para Bottomore, Marx compreende a liberdade “em termos da eliminação dos obstáculos à emancipação humana, isto é, ao múltiplo desenvolvimento das potencialidades humanas e à criação de uma forma de associação digna da condição humana” (p. 182). Essa interpretação coaduna com as condições para a emancipação teorizadas por Marx (2010e, p. 54): “Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada, quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas *forces propres* [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma de força *política*”. Neste sentido, a emancipação

*Capital Humano*¹⁸. No primeiro grupo, estão os teóricos e estudiosos marxistas, dentre outros; e, no segundo, estão, p. ex., as asseclas dos organismos multilaterais, com suas diretrizes centradas nos valores e ideários neoliberais, acomodando a *accountability* à (ir) racionalidade do capital – logo, podemos dizer que a educação se encontra no fogo cruzado entre a emancipação e a barbárie.

Enquanto fenômeno indissociável da sociedade, a educação pode alavancar uma transformação social ou servir como um instrumento para a manutenção das condições de exploração do capital. No entanto, como meio de subversão da ordem estabelecida, a educação isoladamente não basta, pois, “[...] não transforma de modo direto e imediato e sim de modo indireto e mediato, isto é, agindo sobre os sujeitos da prática” (Saviani, 2003, p. 73). Isso posto, “é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (Mészáros, 2015a, p. 27).

Não à toa, a fábrica da *nova (velha) razão do mundo* (Dardot; Laval, 2016) busca plasmar, por meio da educação, sujeitos flexíveis, adaptáveis ao espetáculo dantesco do mercado, verdadeiro *moinho satânico* (Polanyi, 2000) a desarticular e triturar em um sistema frio e impessoal a vida humana. Como decorrência, a *mercadoria educação* passa a legitimar a exploração dos trabalhadores na ordem do capital atuando para “induzi-los à sua aceitação passiva” (Mészáros, 2015a, p.17).

Nas palavras de Suchodolski (2002, p. 97), tenta-se “persuadir os indivíduos [a crerem] que ao submeterem-se às condições existentes [eles] realizavam uma obra profundamente justa e criadora”. Contra essa *ilusão* da consciência, o autor arremata que sua superação não pode ser realizada apenas no campo ideológico, faz-se necessário sobrepujar “[...] qualquer contradição real da existência; requer, pois, um tal domínio das relações sociais

constitui-se na supressão, superação e transcendência de todas as formas de alienação. Ela fundamenta-se na conciliação entre o ser humano e a natureza, entre o ser humano e a comunidade e entre o ser humano e o ser humano.

¹⁸ O economista estadunidense Schultz (1973) postulou, na década de 1950, o conceito de *capital humano*, na tentativa de explicar as desigualdades de desenvolvimento dos Estados-nação e as desigualdades individuais ou de segmentos sociais. A partir dessa ideia, formulou-se a ideologia da *Teoria do Capital Humano*, com ampla receptividade na América Latina. Segundo Frigotto e Ciavatta (2001, p. 7): “Para essa teoria, a vergonhosa e crescente desigualdade que o capitalismo monopolista explicitava, e se tornava cada vez mais difícil de esconder, devia-se fundamentalmente, ao fraco investimento em educação, essa tida como gérmen gerador de capital humano. A fórmula seria simples: maior investimento social ou individual em educação significava maior produtividade e, conseqüentemente, maior crescimento econômico e desenvolvimento em termos globais e ascensão social do ponto de vista individual”. A *Teoria do Capital Humano* impactou as políticas educacionais, articulando relações entre educação e trabalho, mormente com o avanço da educação técnica e programas de formação profissional, sem vínculo com as demandas de transformação social: “Essas políticas não incluem uma definição sobre como conseguir que o capital humano, seja algo mais do que um recurso de baixo custo para o capital, e de fato promovem a equidade à custa do empobrecimento dos setores médios urbanos, sem afetar as camadas de alta renda” (Coraggio, 2000, p. 78).

que de força estranha, que escraviza os homens, as transforme em expressão da sua actividade consciente” (p. 151).

Nessa perspectiva, temos uma pedagogia do capital, que mascara e distorce as contradições reais da sociedade burguesa, com sua assimetria entre a existência humana e seu ideal. De mais a mais, a pesquisa lança-nos na polêmica sobre a educação como mercadoria e no interior da tensão dialética da luta pela transformação da realidade, ou seja, no jogo de dominação-resistência, que envolve o trabalho estranhado.

Ao propormos uma análise sobre a *accountability* educacional, não negamos, pois, a importância da *cultura da avaliação*, tampouco, dos métodos quantitativos ou a relevância das ferramentas de *prestação de contas* e *responsabilização*. Todavia, realizamos uma análise crítica sobre as formas ideológicas de sua mistificação e o seu uso prático como *mecanismo de dominação social* – fato manifesto pela “cultura da auditoria”, “novo cluster semântico”¹⁹ (Shore; Wright, 2000, p. 60, tradução nossa) na virada neoliberal – e de *controle*, com suas instâncias objetivas e subjetivas, operantes na realidade organizacional imposta à escola, aos trabalhadores, aos estudantes e às redes.

Os imperativos do capital e os diversos domínios sociais, com seus fatores de perturbação, afetam, portanto, “a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (Mészáros, 2016b, p. 797), pois, os elementos e propriedades que fundamentam, organizam e dimensionam a *accountability* são resultantes das diferentes formações materiais no sistema em movimento.

¹⁹ *Cluster* é uma palavra de origem inglesa que significa grupo ou agrupamento, em um sistema de integração de dados de acordo com critérios semânticos ou fonológicos. Pelo *clustering* (clusterização), técnica de agrupar, separa-se em grupos ou categoriza-se elementos, a partir de características que possuem em comum. Segundo Shore e Wright (2000, p. 60-61, tradução nossa), “A medida que os conceitos migram para novos contextos, sua relação com outros termos-chave muda e novos ‘*semantic clusters*’ se formam para criar novas maneiras poderosas de pensar e agir. Esses *semantic clusters* fornecem os fios a partir dos quais discursos e ideologias são tecidos e, quando bem-sucedidos, formam a base conceitual sobre a qual novas instituições são fundadas e adquirem legitimidade cultural. Este processo, pelo qual uma palavra-chave em migração se torna o centro de um novo cluster semântico, exemplifica o que Strathern (1992) rotula de ‘efeito de domínio’, pelo qual a lógica conceitual de uma ideia associada a um domínio é transposta para outro, muitas vezes com resultados imprevistos. No caso do novo gerencialismo [... enquanto] ‘auditoria’, foi divorciado de seu significado estritamente financeiro e passou a ser associado a um novo grupo de termos: ‘desempenho’, ‘garantia de qualidade’, ‘controle de qualidade’, ‘disciplina’, ‘acreditação’, ‘*accountability*’, ‘transparência’, ‘eficiência’, ‘eficácia’, ‘valor pelo dinheiro’, ‘responsabilidade’, ‘benchmarking’, ‘boa prática’, ‘revisão por pares’, ‘verificação externa’, ‘parte interessada’ e ‘capacitação’ (Comissão de Auditoria 1984: 3). [... Desde] o início dos anos 1980, uma onda de mudanças varreu os setores públicos da maioria dos países da OCDE e vários mecanismos de mercado foram introduzidos em um esforço para aumentar a eficiência, a *accountability* e o poder dos consumidores sobre o setor público”. Na prática, a *accountability* é associada a um procedimento de auditoria adotado nas operações de uma ampla gama de instituições sociais e educacionais, para: identificar com o que se está lidando; análise (coleta e medição) focada e precisa de dados; desenvolvimento de estratégias com objetivos, ações e metas.

Ao estudarmos a *accountability*, inserida na dialética entre aquilo que se mostra superficialmente e a natureza íntima das coisas, almejamos conhecer a sua essência e as leis de seu movimento. Mas também, interessa-nos aqui, a aparência da *accountability*, não a simples descrição do fenômeno, mas a forma em que ela aparece e se relaciona com a essência na *vida cotidiana* – no que Lukács (1987) qualificou como *o real* e Lefebvre (1991) chamou de *vida da realidade* – de indivíduos e no arranjo de instituições/organizações.

Necessitamos compreender, na vida cotidiana, a unidade e a luta dos contrários que dão conteúdo ao conceito da categoria *accountability*, no dia a dia da agenda educacional, para interpelarmos, p. ex., as relações sociais reificadas, que articulam sua efetivação – que a reduz ao seu aspecto formal e funcional, desconsiderando o contexto social de sua criação, reforçando ideologicamente a aparência de *neutralidade axiológica* (do alemão *Wertfreiheit*, a *liberdade em relação aos valores*) – por meio da relação entre Estado, Mercado e Sociedade.

Esse processo, racionalmente encobridor, tem por consequência, atribuir *abstrações arbitrárias* e descontextualizadas à *accountability*, dissimulando determinados interesses sociopolíticos em sua efetividade. Isso mascara, p. ex., que nas relações sociais reificadas o estudante – trabalhador em *ato* e *potência*²⁰ – é reduzido a um cidadão-consumidor – cidadão abstrato, regulado pela estratificação ocupacional – desumanizado nas relações mercantis, ou seja, uma mercadoria consumidora da mercadoria educação.

Em face do conjunto exposto e tendo em vista que o fenômeno da mistificação distorce e mascara a maneira sobre como o mundo social se organiza e se desenvolve, apresentamos o problema norteador de nossa pesquisa, no campo da educação em disputa: **De que modo se processa (incrementa e propaga) a mistificação ideológica da *accountability* educacional?**

No mundo deteriorado pelo fetichismo da mercadoria, vemo-nos diante da necessidade de decifrar as determinações da *accountability* no campo da educação e como ela, uma vez alinhada às políticas neoliberais, por meio de uma representação ideal distorcida, é mistificada de modo a coproduzir e ser produzida por determinada consciência reificada, que opera na subjetividade dos indivíduos, a partir de uma objetividade, conformando o *ser social* à dinâmica de funcionamento do capital.

Uma maneira de abordar essas relações é analisar a *accountability* de forma não

²⁰ Sobre o estudante, ser que trabalha quando estuda, Gramsci (2004, v. 2, p. 51-52) declara: “Deve-se convencer muita gente de que o estudo é também um trabalho, e muito cansativo, com um tirocínio particular próprio, não só intelectual, mas também muscular-nervoso: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e até mesmo sofrimento”.

restritiva – ir além das medidas de resultados ou variáveis baseadas em dados indexados –, considerando nesse estudo, de que modo ela funciona como um *sistema social com seus efeitos específicos* (Sobe, 2012). Ou seja, a forma da “*accountability* mudou, não é mais apenas um instrumento ou componente importante dentro do sistema, atualmente [em muitos países – a nível nacional ou subnacional] ela constitui o próprio sistema” (Ranson, 2003, p. 459, tradução nossa). De forma similar, Bovens (2007a) declara que a *accountability* tornou-se, na dinâmica da administração pública, tanto um instrumento como uma meta.

Diante do exposto, esta tese parte de dois pressupostos correlacionados:

- a) A *accountability* mistificada, com sua racionalidade utilitarista e pragmática, é um *deus ex machina*, cuja substancialização se processa na realidade pela (i) *mistificação ativa*, em razão de um (ii) *antropomorfismo organizacional* e por intermédio do (iii) *mito da axiologia da neutralidade*.
- b) A *accountability* mistificada no cerne da produção social da ordem do capital é um mecanismo de controle social e de relações de poder, dissimulando, em uma *intransparente transparência*, o espetáculo da engenharia do mercado, na política educacional do Estado – o que a torna uma *ideologia orgânica*.

Estabelecido o problema – *continuum* norteador da pesquisa – e os pressupostos, passamos a definir as questões e objetivos que balizam as linhas mestras da teia investigativa.

1.2 Do “conhece-te a ti mesmo” ao “só sei que nada sei”²¹: questões e objetivos

A mistificação ideológica tem incidido no conteúdo da *accountability*, em sua estrutura conceitual, ajustando-a ao produtivismo educacional, avigorando a mercantilização da educação na *Era Gerencial*, conforme o desenho econômico e político-organizacional global do projeto neoliberal. Diante da instrumentalização da *accountability*, na *sociedade das*

²¹ O aforismo *conhece-te a ti mesmo e conhecerás os deuses e o universo*, em sua extensão, que abre esta seção encontrava-se escrita no pórtico de entrada do templo do deus Apolo, na cidade grega de Delfos. Sócrates (c. 469-399 a.C.), ao tomar conhecimento que a pitonisa de Delfos, afirmara que não *havia ninguém mais sábio que Sócrates*, de pronto contestou. Após inquirir os sábios de Atenas para que eles pudessem mostrar-lhe o que era o conhecimento, percebeu que esses sábios tinham interpretações erradas, repletas de falsas certezas. Sócrates entendeu que a mensagem do oráculo dizia respeito ao fato dele possuir um autoconhecimento, compreendendo a sua própria ignorância; então, Sócrates, proferiu a famosa frase: *Só sei que nada sei*. O que está posto é o princípio que o primeiro passo para o verdadeiro conhecimento é o autoconhecimento. Se queremos conhecer o mundo à nossa volta, seu movimento e suas leis, devemos em primeiro lugar, conhecer quem nós somos – uma busca incessante. Na utilização do duplo aforismo, buscamos afirmar que, assentados em nossos conhecimentos de pesquisador, em contínuo movimento, somos cientes de nossas limitações e por isso perguntamos, questionamos etc., pois temos dúvidas a serem dirimidas e objetivos a serem alcançados, um deles é desmistificar nosso objeto de investigação.

fantasmagorias – ou como diz Debord (2013), na *sociedade do espetáculo* – com sua dinâmica de *poder* e *controle*, ensejamos algumas questões para o estudo da mistificação da *accountability* educacional, a saber:

- a) Em seu desenvolvimento histórico, como se articula a constituição do conteúdo e forma da *accountability*?
- b) A processualidade *expansiva* do conceito *accountability*, com novas definições e propriedades é (e de que modo?) resultado de sua mistificação?
- c) Qual a *raison d'être* da *accountability* e, de modo particular, da *accountability* educacional?
- d) Na unidade da identidade e da diferença, como se combina *palavra* e *conceito* na mudança e permanência da *accountability*?
- e) Como a mistificação ideológica da *accountability* opera na política educacional, (re) produzindo distorções por meio da *avaliação externa em larga escala*²²?
- f) Na era gerencial, qual *quid pro quo* contribui (e como?) para a mistificação da *accountability*, produzindo a ideia de uma neutralidade axiológica?
- g) Pode uma organização escolar – estrutura inanimada – ser *accountable*?
- h) De que modo a mistificação efetiva-se no cotidiano de gestores e professores?

À vista do exposto, faz-se necessário definir objetivos que auxiliem a elucidar a mistificação da *accountability* educacional. Assim, para a consecução da pesquisa, definimos o seguinte objetivo geral: **analisar a *accountability*, de modo particular, a *accountability* no campo educacional e seu progressivo processo de mistificação**. Para isso, consideramos o modo como essa mistificação incrementa-se e propaga-se, distorcendo os mapas cognitivos dos sujeitos sobre a lógica da sociabilidade do capital. Ou seja, não temos a menor pretensão de fazer um arrazoado analítico com fins de conceituar a *accountability*.

Para atender as pretensões desse objetivo mais amplo, definimos os seguintes objetivos específicos:

- a) compreender o movimento e o grau de desenvolvimento do conhecimento da *accountability*, exprimindo a unidade do histórico e do lógico, para a concepção de seu conteúdo e forma;
- b) examinar o processo de mistificação ideológica, suas bases categoriais, para o

²² A *avaliação externa em larga escala*, em linhas gerais, é uma ferramenta oriunda de espaço externo à escola, operando como processo de monitoramento e controle, que “[...] tem servido para viabilizar uma lógica de gerenciamento da educação, reconfigurando, por um lado, o papel do Estado e, por outro, a própria noção de educação pública, ao difundir uma ideia de qualidade que supõe diferenciações no interior dos sistemas públicos de ensino, como condição mesma de produção de qualidade” (Souza; Oliveira, 2003, p. 879).

estudo da efetivação da mistificação da *accountability*;

- c) investigar as bases constitutivas da *accountability*, para além de sua aparência, logo, os aspectos modeladores de seu sentido original e central;
- d) analisar a interação e inter-relação entre a *accountability* e a sociabilidade do mundo do capital, que difunde o mito da axiologia neutral, em tessituras com a educação – as avaliações externas em larga escala;

Na seção “O fio de Ariadne: as categorias de análise”, estabelecemos as categorias que norteiam o caminho trilhado para a consecução desses objetivos, sem perder de vista que:

Na produção e reprodução da vida social, isto é, na criação de si mesmo como ser histórico-social, o homem produz: 1) os bens materiais, o mundo materialmente sensível, cujo fundamento é o trabalho; 2) as relações e as instituições sociais, o complexo das condições sociais; 3) e, sobre a base disto, as ideias, as concepções, as emoções, as qualidades humanas e os sentidos humanos correspondentes (Kosik, 2002, p. 126).

Com essa afirmação, estabelecemos os liames que definem os vínculos do rico acervo teórico, com a produção e reprodução da vida social. Cada categoria é resultante do trabalho humano, em uma relação objetividade-subjetividade do ser social, criando do “próprio fundamento materialmente econômico [como uma determinação determinada], ideias correspondentes e todo um conjunto de formas de consciência” (Kosik, 2002, p. 124) definindo, conforme o autor, as formas específicas do movimento do homem no mundo.

1.3 O fio de Ariadne²³: as categorias de análise

No movimento da história, as categorias adotadas cooperam para o conhecimento da realidade, mediada por elementos de análise e intervenção, após sucessivas aproximações. Para superar a aparência, impõe-se trazer ao debate as categorias de análise, em íntima relação

²³ Na mitologia grega, Ariadne é a princesa de Creta, filha do Rei Minos e da Rainha Pasífae – que de uma união não-natural com o Touro de Creta, gerou o Minotauro, ser metade homem e metade touro, criatura que se alimentava de seres humanos e fora presa no Labirinto do Rei Minos. Conta a lenda que Teseu resolveu enfrentar a criatura. Ariadne, então, entregou-lhe uma espada (para matar a criatura) e um fio de lã (para que ele se orientasse). Teseu, ao entrar no labirinto, segurou uma das pontas do novelo, enquanto a outra ficou atada à entrada do Labirinto, para que ele pudesse achar o caminho de volta. Entendemos que o esforço a ser despendido pelo pesquisador é semelhante ao de Teseu. Assim, com o *fio de Ariadne* – as categorias da pesquisa – somos capazes de nos guiar e vencer o encontro mortal com a fera semi-humana (o desconhecido). Aqui, podemos entender a dupla temporalidade no Labirinto (a pesquisa): pode ser tomada como os caminhos da ciência, nem sempre aplainados – percorrer suas rotas complexas é estar ciente dos estranhamentos e deslocamentos que devem ser enfrentados. Contudo, ao mesmo tempo, são caminhos que podem levar ao desvelamento, ao esclarecimento – para vencer o desconhecido é preciso (des)velá-lo, tirar-lhe o véu que encobre sua essência. Esse é o desafio das categorias, elas são como *fios de Ariadne*, que nos auxiliam na travessia, a fim de não nos perdermos.

com as questões da vida cotidiana do ser social, inseridas em uma realidade histórica, na qual nosso objeto de pesquisa está em movimento. Isto significa que devemos elencar as categorias detentoras de propriedades e as correlações internas necessárias para o conhecimento da *accountability* e do processo que resulta em sua mistificação.

Concebidas “como graus do desenvolvimento do conhecimento exprimindo a unidade do histórico e do lógico” (Cheptulin, 2004, p. 61), as categorias expressam as formas de conscientização nos conceitos da relação do homem com o mundo, suas propriedades e leis mais gerais e essenciais em um movimento do abstrato ao concreto e retornando à efetividade. Ou seja, devemos buscar realizar *abstrações ontológicas* (Chasin, 2009), categorias simples, derivadas da própria coisa, e não seguir etapas ou categorias exógenas ao ser. Em decorrência, as categorias elencadas foram definidas conforme (i) o sistema de categorias do materialismo dialético, (ii) a área de estudo da *accountability* e (iii) o campo da política educacional. Sendo, ainda, organizadas em dois grupos interdependentes: categorias gerais – subdivididas em filosóficas e científicas – e categorias específicas.

No âmbito das categorias filosóficas, Cheptulin (2004, p. 57-58) esclarece: “[...] as categorias (filosóficas) refletem as particularidades desse estágio e são, de certa maneira, graus e pontos de apoio do homem acima da natureza, para o conhecimento desta”. As categorias filosóficas, enquanto formas de pensamento, refletem as propriedades – essenciais e comuns – dos fenômenos, engendradas pela consciência, na realidade objetiva, ao longo da história, expressando um nível superior de conhecimento teórico. Conforme os interesses de nossa investigação, emergem do materialismo dialético: **ideologia, mistificação, essência e aparência**, entendendo que elas colaboram para desvelar a mistificação da *accountability* educacional.

Na mesma toada, Triviños (2017, p. 15) explica o uso das categorias científicas: “Cada ciência tem elaborado suas próprias categorias que a configuram como tal. Para que um tipo de conhecimento se constitua numa ciência deve atingir a capacidade de elaborar suas próprias categorias científicas”. Em razão desse entendimento, priorizamos as seguintes categorias: ***accountability* e *accountability* educacional**.

Triviños (2017, p. 15) afirma que o pesquisador, além das categorias gerais, deve elaborar “[...] as suas próprias categorias, para sistematizar os dados reunidos, que necessitem de algum tipo de organização, para serem mais bem apreciados à luz das categorias filosóficas e científicas”. As principais categorias extraídas de nossas entrevistas com gestores e professores, foram: controle, responsabilização, prestação de contas, avaliação, informação e

transparência. A seleção das categorias obedeceu ao critério de que elas compõem o conteúdo da *accountability*, além de emergirem do próprio acervo bibliográfico e documental analisado.

Nesse périplo, as categorias filosóficas e as categorias científicas são analisadas “com a diacronia e sincronia [apreendidas] na totalidade concreta da hodiernidade brasileira, [...] que envolvem o objeto de pesquisa [...], buscando não incorrer em equívocos anacrônicos ou de reproduções mecânicas [...]” (Menezes, 2019, p. 19). Pesquisar a mistificação da *accountability*, portanto, significa compreender a realidade histórica (movimento) manifesta na vida concreta dos sujeitos.

As experiências dos sujeitos históricos definem e redefinem, segundo Thompson (1987, 1998), suas práticas e pensamentos. Isso posto, quando se realiza uma investigação sobre as formas de mistificação na vida cotidiana dos indivíduos – fenômenos manifestos por interpretações, falas, ações etc. – suas experiências devem ser analisadas, estabelecendo uma rica perspectiva teórico-metodológica de reconhecimento da realidade.

Uma vez esboçadas as categorias de análise, parece-nos apropriado, na sequência, discorrer sobre o roteiro da investigação, a forma que analisamos a coisa e rastreamos suas conexões íntimas – como observou Marx (2013b, p. 93), “Não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos” – para só depois de captarmos a matéria, expormos o movimento do real.

1.4 A barca de Caronte²⁴: procedimentos (roteiro) metodológicos da pesquisa

Na produção e reprodução da vida, a relação objetividade-subjetividade faz-se exposta na vida do indivíduo, influenciando a maneira que o *ser* (re)age, diante das situações concretas, como apreende-se de Marx (2008a, p. 248): “A fome é a fome, mas a fome que se

²⁴ Na mitologia clássica greco-romana, Caronte é o barqueiro do *Mundo Inferior*, responsável por transportar as almas dos recém-mortos em sua travessia entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, navegando sobre as águas do rio Estige e Aqueronte. Para realizarem a travessia, cabia aos recém-mortos pagar o óbolo (moeda) a Caronte pela viagem. Aquele que não tinha condições de arcar com o pagamento estava reservado o destino de vagar às margens dos rios por cem anos. Ao aludirmos a este mito buscamos construir uma metáfora com a condição do pesquisador, que investiga terras estranhas (objeto). Para nos desvencilharmos, à semelhança de Dante, das armadilhas do desconhecido, necessitamos de um guia (Virgílio – poeta romano autor da Eneida) e um meio de transporte (os aportes teóricos e método-metodológicos) que nos conduza/oriente. O pesquisador que enfrenta uma investigação sem os recursos método-metodológicos (guia e transporte) adequados está fadado a vagar sem destino, sempre às margens (na aparência) do objeto/sujeito. Se desejamos transpor os limites do desconhecido (chegar à essência) devemos pagar o preço: o rigor método-metodológico alinhado ao aporte teórico – elementos que devem ser carregados no alforje do pesquisador, como companheiros inseparáveis da viagem. Contudo, essa travessia, digamos, dantesca, sempre induzirá a novos caminhos, pois a pesquisa sempre suscitará novas investigações.

satisfaz com carne cozinhada, comida com faca e garfo, não é a mesma fome que come a carne crua servindo-se das mãos, das unhas, dos dentes”. Assim, a atividade humana cria o produto a ser consumido pelo sujeito, a necessidade imediata e social do produto (o desejo, o apetite), bem como o modo de consumi-lo e, no movimento do processo produtivo, o consumo é a força motora (o móbil) que impulsiona a produção – e na ordem do capital, essa produção é reificada.

Apropriando-nos de uma concepção lukacsiana, podemos afirmar que “o *ser* só pode ser abordado como *ser* se for objetivamente determinado em todos os sentidos”, ou seja, “Um ser privado de determinações é apenas produto do pensamento: uma abstração de todas as determinações” (Lukács, 2010b, p. 171). Ao estudarmos a mistificação, buscamos nos aproximar da expressão da realidade, na forma que o *ser* a interpreta, seja em sua essência ou aparência. Isso significa considerar como a mistificação se faz presente na vida do *ser* que sofre, produz e reproduz seus efeitos. Bem como, investigar as tendências contraditórias que são próprias da *accountability*, a luta dos contrários que impulsionam seu desenvolvimento – sua passagem de um estado a outro – e que impactam a vida do *ser social*.

Munidos desse entendimento, partimos do pressuposto de que se faz necessário a combinação de instrumentos metodológicos na pesquisa, para uma aproximação da expressão da realidade. Por aproximação, queremos dizer, à luz de Fernandes (2004), que a realidade é complexa, inesgotável e que não tem a capacidade de *falar de si*:

[...] é evidente que os cientistas sociais se empenhariam em uma tarefa sem fim, se pretendessem esgotar, por meios exclusivamente empíricos, a realidade concreta. [...]. A realidade concreta é inexaurível e, tal como ela se oferece imediatamente ao observador, caótica e obscura (Fernandes, 2004, p. 142).

No entanto, a possibilidade de conhecer cientificamente a realidade, mesmo que parcialmente, é auxiliado pela reconstrução dessa mesma realidade em seus sistemas sociais, isto é, nos seus contextos empíricos: “É óbvio que fatos dessa ordem não são susceptíveis de tratamento científico imediato. Para que tais fatos adquiram alguma significação precisa é necessário estabelecer o que representam nos contextos empíricos de que fazem parte [...]” (Fernandes, 2004, p. 131). (Retomaremos essa questão um pouco mais adiante).

Procuramos detalhar o uso dos procedimentos adotados, indicando na sequência algumas das escolhas bibliográficas, agrupadas segundo sua finalidade. De modo semelhante, citamos alguns dos documentos selecionados, expostos em um conjunto de quadros. Além disso, discorreremos sobre a adoção de entrevistas semiestruturadas – aqui, transitamos mais

demoradamente, pormenorizando e justificando seu uso –, bem como a utilização das técnicas de análise de conteúdo.

1.4.1 Pesquisa bibliográfica

Conforme Thiollent (1987, p.40), “qualquer procedimento de investigação envolve pressupostos teóricos e práticos variáveis segundo os interesses sociopolíticos que estão em jogo no ato de conhecer”. A seleção do acervo (*corpus*) bibliográfico da pesquisa em educação expressa uma orientação constituída em função do método teórico explicitamente formulado, processo do qual podemos aludir que não existe neutralidade na investigação.

Em nossa seleção, organizada em função do fenômeno investigado, as categorias *mistificação* e *accountability* educacional nos conduziram as quatro bases bibliográficas que sustentam a pesquisa: 1. Fundamentação teórica marxiano-marxista; 2. Percursos método-metodológicos; 3. Estudo da *accountability*; 4. Educação e Política educacional.

Nessa organicidade, a **fundamentação teórica marxiano-marxista** ampara-se em: István Mészáros, Friedrich Engels e Karl Marx. Com esses teóricos tratamos, sobretudo, as categorias mistificação e ideologia. Destacam-se ainda os teóricos marxistas Alexandre Cheptulin, György Lukács, Karel Kosik e Reinhart Koselleck.

Para fundamentar e orientar os **percursos método-metodológicos** adotamos como referenciais: Laurence Bardin, para a análise de conteúdo; Eneida Shiroma e Olinda Evangelista, no exame de documentos de políticas educacionais; Augusto Triviños, Friedrich Engels, Karl Marx, Michel Thiollent e Miriam Limoeiro Cardoso, como arcabouço teórico para o desenvolvimento da metodologia e como guias para a pesquisa em ciências sociais.

A fim de conhecer o fenômeno pesquisado, somamos ao aporte marxiano-marxista, perspectivas analíticas distintas desse campo, haja vista que majoritariamente os estudos sobre *accountability* não são amparados no materialismo dialético. Em vista disso, dialogamos com teóricos que balizam, de modo hegemônico, tais estudos: Jacques Derrida, Jean Baudrillard, Gilles Deleuze, Michael Foucault, Ludwig Wittgenstein, dentre outros.

Destaquemos ainda, o diálogo heterodoxo e profícuo que mantemos com Guy Debord e Walter Benjamin, teóricos da *Escola de Frankfurt* ligados à *Teoria Crítica*, ambos estudiosos importantes para entendermos aspectos particulares da estética e cultura de massas. Esclarecemos que os trabalhos desses dois teóricos são mediados, em nossa tese, por autores marxistas. E, por fim, recorreremos a Hanna Arendt, para uma compreensão dos conceitos de responsabilização, responsabilidade e culpa, elementos fundamentais para os atuais estudos

sobre *accountability*.

Propomos essa aproximação a fim de integrar as similitudes e meio de superar as divergências nos variados conteúdos e formas atribuídas à *accountability*. Procedendo assim, já anunciamos a *accountability* atravessada pela ciência política, filosofia, educação etc., o que permite captar a *unidade e luta dos contrários* no processo de formação da *accountability*, evidenciando a força motora que faz avançar suas mudanças conceituais.

Nos **estudos da *accountability*** destacam-se: Almerindo Janela Afonso, Amanda Sinclair, Andreas Schedler, Elton Nardi, Frederick Mosher, Hermes Menezes, Marilda Schneider, Mark Bovens, Melvin Dubnick, Richard Mulgan, Sherman Dorn, dentre vários outros estudiosos e teóricos desse campo do conhecimento, que ainda está em processo de consolidação no Brasil. Já na fundamentação da nossa análise teórica sobre **educação e política educacional**, destacam-se, direta ou indiretamente: Dermeval Saviani, Luís Carlos de Freitas, Gaudêncio Frigotto e Olinda Evangelista, dentre outros.

Uma vez apresentada a base teórico-bibliográfica de nossa pesquisa, façamos uma ponderação: embora defendamos o rigor no trabalho científico, não abraçamos, como já afirmado, o reducionismo metodológico que engessa a pesquisa por meio de procedimentos pré-estabelecidos: “entende-se o método como parte de um corpo teórico integrado em que ele envolve as técnicas, dando-lhes sua razão, perguntando-lhes sobre as possibilidades e as limitações que trazem ou podem trazer às teorias a que servem no trabalho sobre seu objeto” (Cardoso, 1976, p. 62).

Ao dialogarmos com nosso objeto, ao definirmos – para os fins particulares – o aporte bibliográfico, devemos ter claro, como destaca Cardoso (1976, p. 90), que no ato de fazer ciência “[...] a renovação é permanente: da teoria, do método, da técnica, do objeto”. O caráter científico do método está nessa transformação, que não se dá a partir do vazio, “parte-se de uma teoria-base para problematizar o objeto que lhe é próprio, quando ele aparece como um desafio. Mas também ela se problematiza enquanto faz ciência” (p. 90).

Por isso, embora os dados oriundos das fontes documentais, aos quais aludiremos na próxima subseção, não sejam centrais em nossa pesquisa, eles nos auxiliam no movimento do abstrato, do teórico para o concreto, entendido como o real com suas determinações. Ora, o real só passa a ter sentido e é conhecido quando são explicitadas suas determinações, e é nesse ponto que se inserem os documentos: “O caráter de concreto está estreitamente vinculado ao de determinação. O que conta de fato são as determinações. Atinge-se o concreto quando se compreende o real pelas determinações que o fazem ser como é [...]” (Cardoso, 1990, p. 24).

Os documentos, como objetos concretos e reais, são determinações que se ligam a outras determinações, muitas destas na qualidade de objetos teóricos, que são construídas e identificadas pela ação do pensamento. Ou seja, partindo do princípio que a concretude não está em ser real, pois “[...] para esta concepção não basta ter realidade para ser concreto” (Cardoso, 1990, p. 24), nós chegamos ao conhecimento quando fazemos desse real *concreto de pensamento*: “[...] esse concreto é um concreto novo, porque pensado. É um concreto produzido no pensamento, para reproduzir o concreto real (‘as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento’) [...]” (p. 23-24).

Por isso, os documentos nos ajudam a problematizar o objeto, ou seja, esclarecer como se processou a origem e (se processa) o desenvolvimento da *accountability* e o *modus operandi* de sua mistificação ideológica, com seus efeitos sobre a educação. Assim, munidos de um arcabouço teórico-bibliográfico, fornecido por obras de autores clássicos, teóricos e estudiosos da área de pesquisa sobre *accountability*, ampliando o campo de estudos sobre o problema investigado, seguimos para a delimitação do acervo documental.

1.4.2 Pesquisa documental

A pesquisa documental, com suas especificidades sócio-histórica, retrata valores cujos fundamentos teóricos e intencionalidades são frutos de relações sociais. Afetando a totalidade social, o documento “intrínseco e extrinsecamente ideológico, expressa os interesses, as visões de mundo e as lutas por hegemonia entre os mais diversos grupos sociais; e, é essencialmente qualitativo, em um conjunto quantitativo” (Menezes, 2019, p. 22).

Diante do exposto, como textos basilares, selecionamos para análise, documentos, pareceres e relatórios produzidos no âmbito do poder público, no Estado do Ceará – um caso emblemático e repercussivo de políticas de *accountability* educacional no Brasil –, tendo sido destacadas algumas leis que serviram de farol para a implantação do *Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará* (Spaace), representadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Leis de política educacional: o caso do Ceará

Autor	Ano	Lei
Ceará	2004	Lei nº 13.541, de 22 de novembro de 2004. Institui o Programa de Modernização e Melhoria da Educação Básica – PMMEB, nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública do Estado do Ceará.
Ceará	2007a	Lei nº 14.023, de 17 de dezembro de 2007. Modifica a Lei nº 12.612, de 7 de agosto de 1996, que define critérios para distribuição do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e dá outras providências.

Continua.

Quadro 1 – Leis de política educacional: o caso do Ceará

Autor	Ano	Título
Ceará	2009b	Lei nº 14.371, de 19 de junho de 2009. Cria o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhor resultado no Índice de Desempenho Escolar e Alfabetização (IDE-Alfa), e dá outras providências.
Fortaleza	2014	Lei Complementar nº 169, de 12 de setembro de 2014. Dispõe sobre a gestão democrática e participativa da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza, institui o Programa Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (PMDE), modifica o Estatuto do Magistério de Fortaleza, e dá outras providências.
Ceará	2015	Lei nº 15.923, de 15 de dezembro de 2015, regulamentada pelo Decreto nº 32.079, de 9 de novembro de 2016.
Ceará	2016a	Decreto nº 32.079, de 9 de novembro de 2016. Regulamenta a Lei nº 15.923, de 15 de dezembro de 2015, que cria o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo, quinto e nono anos do ensino fundamental, e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conclusão.

Considerando que as políticas educacionais cearense estão inseridas no contexto de diretrizes nacionais e transnacionais, que dominam o debate sobre a relação Capital e Trabalho, realizamos a análise dos documentos locais a partir de uma triangulação com materiais selecionados do acervo de organismos multilaterais, como: Banco Mundial (BM), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).²⁵

Tanto no entrecruzamento de textos, como no manuseio do arquivo, objetivamos obter dados para compreendermos a influência da regulação transnacional, para a formulação de políticas de educação no Brasil, com ênfase nas políticas de *accountability* educacional. Com o acervo documental, identificamos os marcos que sustentam a implementação do mecanismo *accountability*, nas reformas educacionais de países latino-americanos e caribenhos, mormente, no Estado do Ceará, em perspectiva sócio-histórica, no diálogo entre o passado e o presente.

Para a realização dessa etapa documental da pesquisa, foram analisadas leis, decretos e resoluções publicadas pelos governos federal e estadual (cearense) em relação às suas políticas educacionais e a contrarreforma do Estado, destacando Lei nº 14.023/2007 (Ceará, 2007a), que modificou dispositivos da Lei nº 12.612/1996 (Ceará, 1996), que definia critérios para distribuição da parcela de receita do produto e arrecadação do *Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)*.

²⁵ Especificação das organizações em língua inglesa: World Bank (WB), Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) e United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco).

Os marcos legais que definem as políticas educacionais no Brasil trazem em sua constituição, os interesses que permeiam a elaboração dos documentos e leis, conforme o jogo de forças travado no interior do Estado. Os marcos legais no campo da educação são reflexos da luta de classes entre intelectuais orgânicos, instâncias governamentais e sociedade civil, que produzem recomendações para a tomada de decisões nas áreas de políticas públicas.

Para refletir sobre a influência dos organismos multilaterais, selecionamos alguns documentos, amparados em duas bases: primeiro, por expressarem as concepções ideológicas destas organizações sobre a *raison d'être* da educação, uma ferramenta tida por imprescindível para o desenvolvimento das nações na *nova* ordem global. Nesse viés, uma segunda razão, refere-se à natureza dos documentos, resultante do *efeito de contaminação* (Barroso, 2003) ou *empréstimo de políticas educativas* (Walford, 2001) promovido por organismos multilaterais, intelectuais orgânicos, *think tanks* e o mercado – em simbiose com o Estado – e que influenciam na formulação das políticas educacionais brasileiras.

Para exemplificar a influência dos organismos multilaterais como BM, OCDE e Unesco, no fomento da elaboração da política educacional, montamos o Quadro 2 e a Figura 1, em que relacionamos algumas das Conferências/Fóruns (Jomtien, 1990; Dakar, 2000; Incheon, 2015) organizados por esses organismos, para tratar sobre educação, com recorte nos acordos resultantes do processo de globalização e seus efeitos na legislação brasileira.

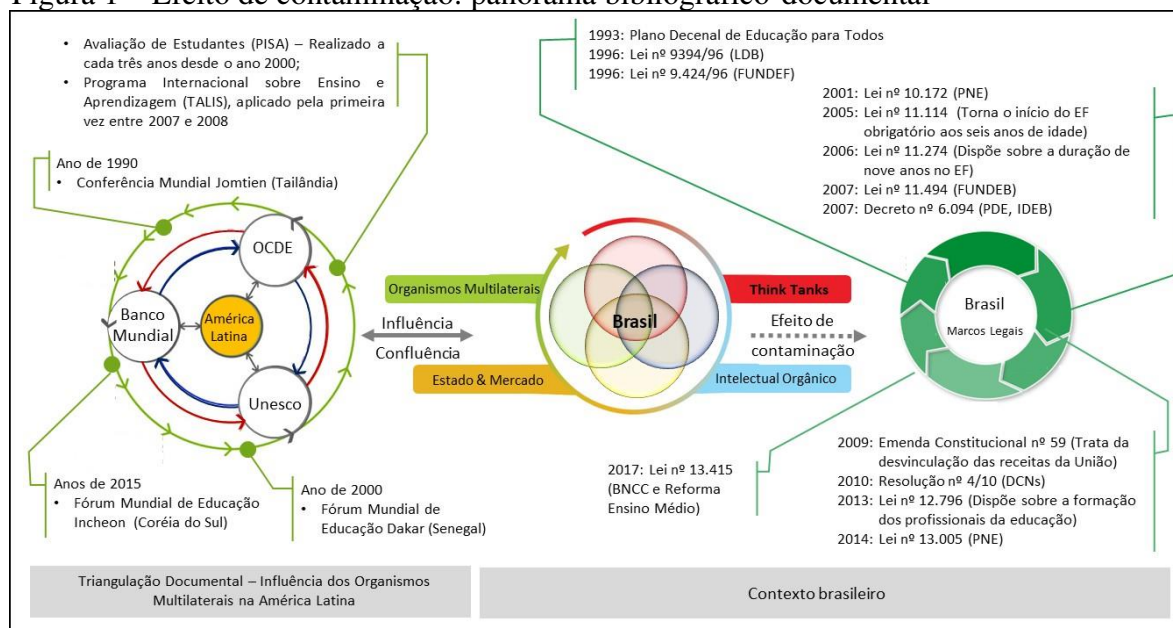
Quadro 2 – Reverberações das Conferências/Fóruns nas reformas na educação no Brasil

Conferências/Fórum	Declarações	Confluência/Influência no Brasil	
		Ano	Política para educação básica
Ano: 1990 Conferência Mundial Jomtien (Tailândia)	Meta: Jomtien (1990-2000) Declaração Mundial sobre Educação para Todos	1993	• Plano Decenal de Educação para Todos (Brasil, 1993)
		1996a	• Lei nº 9.394/96 (LDBEN)
		1996b	• Lei nº 9.424/96 (FUNDEF)
Ano: 2000 Fórum Mundial de Educação Dakar (Senegal)	Meta: Dakar (2000-2015) Declaração Educação Para Todos: Compromisso de Dakar	2001	• Lei nº 10.172 (PNE)
		2005	• Lei nº 11.114 (Torna o início do EF obrigatório aos seis anos de idade)
		2006	• Lei nº 11.274 (Dispõe sobre a duração de nove anos no EF)
		2007a	• Lei nº 11.494 (FUNDEB)
		2007b	• Decreto nº 6.094 (PDE, Ideb)
		2009	• Emenda Constitucional nº 59 (Trata da desvinculação das receitas da União)
		2010	• Resolução nº 4/10 (DCN)
		2013	• Lei nº 12.796 (Dispõe sobre a formação dos profissionais da educação)
2014	• Lei nº 13.005 (PNE)		
Ano: 2015 Fórum Mundial de Educação Incheon (Coréia do Sul)	Meta: Incheon (2016-2030) Declaração de Incheon:	2017	• Lei nº 13.415 (BNCC e Reforma Ensino Médio)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Segue a especificação das abreviaturas referidas no Quadro: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); Ensino Fundamental (EF); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB); Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola);

Figura 1 – Efeito de contaminação: panorama bibliográfico-documental



Fonte: Elaborada pelo autor.

A Figura 1 é um esforço de condensação, que visa dar materialidade expositiva à forma de conceber a dinâmica da política educacional brasileira, à vista que a materialidade da *accountability*, nos planos nacional e subnacional, envolve um conjunto de influências e confluências de interesses. Por isso,

[...] os documentos – incompletos e imperfeitos [...] – [... uma vez em mãos do pesquisador possibilitam] sua inquirição para entender-se quando, como, por quem e por que foram produzidos. As fontes primárias trazem as marcas da sua produção original, de seu tempo de produção, de sua história. É necessário, então, captar as múltiplas determinações da fonte e da realidade que a produz; significa dizer captar os projetos litigantes e os interesses que os constituem, que tampouco serão percebidos em todos os seus elementos. [...] Documentos derivam de determinações históricas que devem ser apreendidas no movimento da pesquisa, posto que não estão imediatamente dadas na documentação (Evangelista, 2012, p. 60).

O conjunto de documentos tratados foi examinado a partir das técnicas de análise de conteúdo (procedimento descrito na subseção 1.4.4, “A análise dos dados: as técnicas de análise de conteúdo”), considerando as categorias gerais e específicas. Essa ação colaborou para desvelar a mistificação da *accountability*, expondo as múltiplas determinações – lutas entre as forças *hegemônicas* (Gramsci, 2016, v. 3) e *contra hegemônicas* – que impactam a elaboração e formulação das políticas educacionais.

Nessa perspectiva, a análise da *accountability* requer a aproximação em relação

aos sujeitos com ela envolvidos de modo direto – no nosso caso, gestores e professores –, pois: a realidade existe, nos afeta e nos “[...] fornece elementos que os sentidos podem captar. Eles são percebidos, apreendidos, interpretados, colocados como evidência a confirmar ou informar formulações anteriores [...]” (Cardoso, 1976, p. 65).

Mas, sem negar a existência da realidade, não supervalorizamos a experiência como principal fonte do conhecimento. Ao realizarmos entrevistas semiestruturadas tensionamos apreender dos indivíduos, aquilo que experienciam, pensam, sabem, fazem e argumentam sobre a realidade. Por isso, sem esquecer a importância da empiria, as questões buscam suscitar uma (re)ação por parte do ser que sofre os efeitos da mistificação, compreendendo que é a razão que comanda o processo do conhecimento. Mas, essa razão só se torna realizante a partir de sua relação com a realidade (Cardoso, 1976).

Assim, embora as entrevistas não ocupem espaço central em nossa investigação, elas nos dão informações (empíricas) do real, mesmo que haja limitações da realidade de *falar de si*, e informar a essência das relações sociais que lhe dão sustentação. Uma vez que, apesar da densidade do real, tudo que o real *fala sobre si* não é suficiente para garantir o entendimento da realidade. Faz-se necessário uma ação do pensamento sobre o real, que transforme o real em um objeto científico, objeto teórico (Cardoso, 1978).

Por isso, deslocamos o conhecimento empírico do centro da prática científica, ou seja, a teoria ocupa o centro do processo investigativo – compreendendo que todo o processo investigativo é um trabalho teórico. Mas, não devemos esquecer que existe uma ascendência do sujeito-pesquisador nas relações de conhecimento. Por mais que o acervo bibliográfico, os documentos e as experiências dos entrevistados sejam importantes é a razão (sobremodo do pesquisador, que está no mundo) que exerce o comando do processo de investigação.

Logo, não há neutralidade. Assim, em concordância com Cardoso (1976, 1978), o conhecimento é um ato determinado pelo sujeito que busca (conforme interesses, digamos, ideológicos) conhecer o mundo, atribuindo-lhe significado. Dito de outro modo, não é o real que se dá a conhecer, tampouco é a realidade que se faz objeto do conhecimento. É claro que existe a realidade, mas, “*A realidade ela mesma só se torna objeto como termo da relação, como coisa pensada [...]*” (Cardoso, 1976, p. 65).

É na relação entre o sujeito e o mundo – e aqui por mundo entendamos a totalidade concreta, onde as experiências de outros sujeitos se fazem presentes – que a realidade se torna objeto de conhecimento. Fora desse encontro, que é dialético e marcado pela contradição, não há objeto a ser conhecido. Dito isso, avancemos na explicação e justificativa do uso das entrevistas semiestruturadas, pontuando seus limites e possibilidades.

1.4.3 Entrevistas semiestruturadas

Ao permitir, ao mesmo tempo, a *liberdade de expressão* (concepções e opiniões) e a *manutenção do foco* (questões e objetivos), na *relação entrevistador-entrevistado*, a técnica da entrevista possibilita a obtenção de dados, impressões e percepções sobre as compreensões cognitivas do respondente, relativas ao processo social da vida real – sejam manifestas em suas *experiências* (Thompson, 1981), no *senso comum* (Gramsci, 2006, v. 1) e/ou em sua *práxis* (Marx; Engels, 2016).²⁶

Isso posto, tendo como paradigma teórico-metodológico o *Questionário de 1880* de Marx, publicado pela primeira vez na *Revue Socialiste*, a 20 de abril de 1880, e elaborado para fins de investigação das condições de vida e saúde da classe trabalhadora (Thiollent, 1987), definimos a entrevista semiestruturada como uma das etapas para a coleta de dados.

Assim, compreendemos que para o desenvolvimento do *processo ativo da vida* faz-se necessário desmistificar a realidade, ação que contribui para a formação “de uma massa revolucionária que revolucione não apenas as condições particulares da sociedade até então existente, como também a própria ‘produção da vida’ que ainda vigora” (Marx; Engels, 2016, p. 43). Nesse processo, “a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos” (p. 94), passando a ter significado na vida do sujeito.²⁷ Por isso, o objeto de nossa investigação impôs à pesquisa, a técnica de entrevista, pois para analisar a mistificação, não podemos nos ancorar em *abstrações e/ou fraseologias apartadas do mundo real*.

²⁶ Em perspectiva não marxista, a metodóloga Maria C. de S. Minayo (2012) elenca quatro termos estruturantes para a análise qualitativa: a experiência, a vivência, o senso comum e a ação. A experiência, fenômeno afetado pela cultura e expressa na linguagem, é a compreensão do indivíduo sobre seu lugar no mundo; a vivência, é resultado da reflexão ou interpretação do indivíduo sobre uma experiência, podendo ser influenciada pelo coletivo; o senso comum seria o conhecimento acumulado pelo indivíduo e formulado a partir de suas próprias experiências e vivências, sendo expresso por suas crenças e opiniões, manifestadas nas suas atitudes e linguagem. Por fim, teríamos a ação, relacionada à prática que conduz a construção ou transformação do mundo.

²⁷ Marx e Engels (2016, p. 94-95) esclarecem: “Esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos. Ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos são os homens, não em quaisquer isolamento ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observável, sob determinadas condições. Tão logo seja apresentado esse processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas. Ali onde termina a especulação, na vida real, começa também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. As fraseologias sobre a consciência acabam e o saber real tem de tomar o seu lugar. A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, no máximo, um compêndio dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens. Se separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares”.

O uso das entrevistas semiestruturadas, com suas perguntas abertas, possibilitaram que as interpretações (concepções e opiniões) dos entrevistados, sobre *a produção da vida real* emergissem, demonstrando de forma empiricamente observável as *inversões da realidade*. Para tanto, essa técnica, ao ser aplicada aos trabalhadores em educação, lançou luz sobre suas experiências no mundo do trabalho, como eles, de forma distintas, percebem, sentem e são impactados pelas políticas público-estatais.

Nesse processo ativo, retomando aqui os *Questionários de 1880*, quando Marx aplicou sua enquete operária, como um instrumento de pesquisa social, além da investigação em si, ele almejou fortalecer a luta da classe trabalhadora, instigando reflexões sobre a vida real. Por meio de uma técnica de inquirição teleológica, Marx atuou na politização dos respondentes, adotando a entrevista como estratégia de problematização e conscientização para a transformação: “o essencial era que os questionários, chegando aos operários, dessem-lhes novas possibilidades de conhecer a maneira pela qual a exploração capitalista funciona” (Lanzardo, 1987, p. 244-245).²⁸

Em nossa pesquisa, o uso da entrevista tem duplo viés, a semelhança da proposta

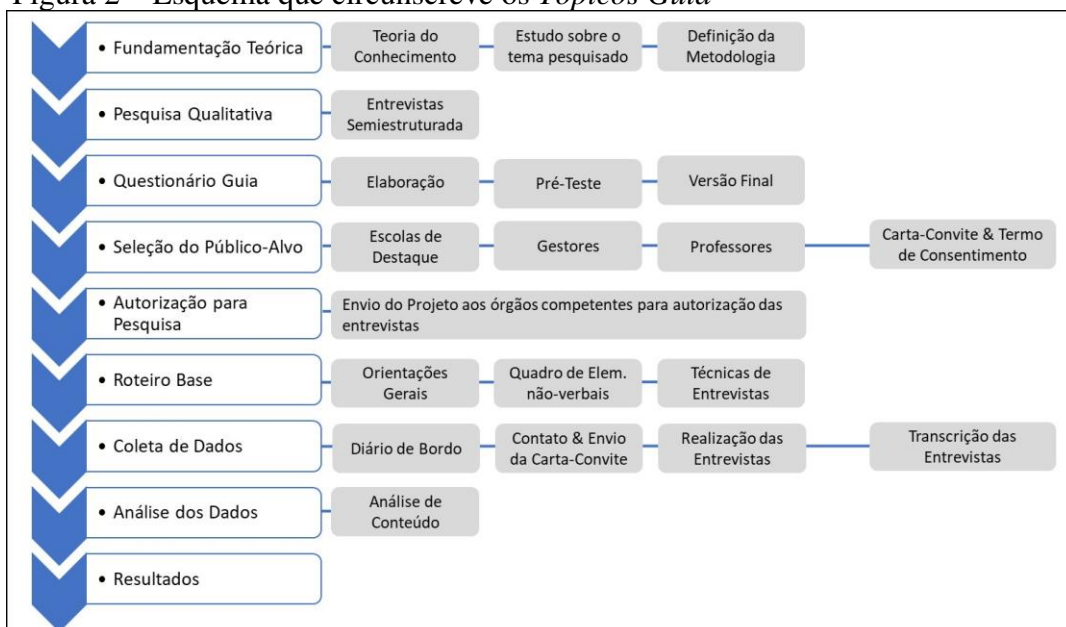
²⁸ Ao localizar a Enquete operária marxiana em seu contexto histórico, Alves e Jackson (2017, p. 14) afirmam que: “No final da década de 1870, o movimento operário francês começava a se reconstruir após a dura repressão que se seguiu à Comuna de Paris, em 1871. Foi nesse contexto que, em 1880, Marx (1982) redigiu e publicou a Enquete operária. A primeira referência de Marx (2008) à necessidade de elaboração de enquetes ocorreu em 1866, em nome do Conselho Central Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), quando o autor solicitou a elaboração de inquéritos estatísticos sobre a situação dos operários nos países em que a AIT atuava. Marx (2008) destaca que, para agir, é preciso conhecer a realidade sobre a qual se vai atuar, e as enquetes contribuiriam para isso”. Dentre as 101 perguntas que compõem o *Questionário de 1880* de Marx, podemos destacar, para exemplificar a estratégia de problematização e conscientização política utilizada pelo autor, as seguintes questões – envolvendo [a] desenvolvimento e utilização, [b] acidentes de trabalho, [c] jornadas e intensidade do trabalho, [d] salários e condições de vida: “1) Qual é o seu ofício? [...] 15) Indique o número de edifícios ou locais em que funcionam os diferentes ramos da indústria. Descreva a especialidade em que você trabalha, referindo-se não apenas à parte técnica como também à fadiga muscular e nervosa que o trabalho lhe impõe, e de como repercute, em geral, sobre a saúde do operário. 16) Descreva as condições higiênicas da fábrica: tamanho das instalações e lugar destinado a cada operário; ventilação, temperatura, caiação das paredes; condições em que se encontram os sanitários; limpeza em geral; ruído das máquinas, pó do metal, umidade, etc. [...] 26) Em caso de acidente, o patrão está legalmente obrigado a indenizar o operário ou a família? 27) Se não é obrigado, ele já tem pago indenização àqueles que sofreram acidentes enquanto trabalhavam para enriquecê-lo? [...] 59) Você observou que, ao lhe pagarem com atraso, obrigam-no, frequentemente, a recorrer à casa de penhores na qual você deve depositar uma taxa de juros alta e despojar-se de coisas que lhe são necessárias? Você observou que isso o obrigou a endividar-se junto aos comerciantes e a tornar-se devedor deles? Conhece casos em que operários perderam seus salários por causa da falência ou da bancarrota de seus patrões? [...] 100) Quais são, em geral, as condições físicas, intelectuais e morais em que vivem os operários que trabalham em seu ofício?” (Marx, *Questionário de 1880*, In: Thiollent, 1987, p. 249-256). O que Marx opera com seu questionário é mais do que um levantamento de dados, ou uma simples enquete operária, ele instiga o trabalhador, sem criar uma falsa ilusão de imparcialidade, a analisar sua condição, ou como explica Thiollent “Ao dizer que os operários são os únicos capazes de descrever convenientemente as condições nas quais são explorados, Marx faz mais do que indicar um simples procedimento operário. Coloca o princípio de um método de trabalho político [...]” (p. 233). Com isso, a enquete marxiana possibilita caminhos para os operários questionarem o processo de produção, suas condições e efeitos, que resultam na riqueza de poucos e na exploração de muitos.

marxiana: coletar informações sobre o processo de mistificação das políticas de *accountability*, a partir da realidade dos trabalhadores em educação; e, confrontar os entrevistados com as contradições no mundo do trabalho, bem como suscitar reflexões e questionamentos a respeito da lógica neoliberal e das políticas gerencialistas que se impõem à educação, possibilitando novas/outras apreensões sobre a totalidade concreta.

Resultando que a técnica da entrevista nos impôs três questões: (a) planejamento da coleta de informações, ou seja, elaboração, sequência, projeto piloto e linguagem de perguntas que atinjam os objetivos pretendidos; (b) variáveis que afetam os dados de coleta e análise, como a influência do pesquisador na produção do discurso, processo de raciocínio e memória do entrevistado; e, (c) tratamento e exame de informações, como a metodologia – análise de conteúdo – empregada e a teoria da investigação.

Com a preocupação que as entrevistas pudessem transcorrer de forma lógica e plausível, adotamos: (a) *Cronograma da Coleta de Dados* (Apêndice A), meio para organizar as etapas de elaboração do questionário, solicitar autorizações e realizar as entrevistas, visando a gestão do tempo e assegurando que as fases da investigação fossem executadas dentro dos prazos definidos; (b) *Tópicos Guia* (Figura 2), roteiro que orientou a fase de entrevistas especificando, p. ex., os momentos da fundamentação teórica, questões guia, seleção de público-alvo, comunicação com aos órgãos competentes; e, (c) *Questões Guia* (Apêndice B e C), conjunto de perguntas/questões ancoradas no aporte teórico, problema, questões e objetivos da pesquisa, sendo composto pelos principais temas a serem abordados.

Figura 2 – Esquema que circunscreve os *Tópicos Guia*



Fonte: Elaborada pelo autor.

As *Questões Guia* foram divididas em três partes: 1. Dados da escola selecionada; esse conjunto de dados secundários foi previamente coletado para municiar o pesquisador durante a entrevista – informações compondo o *Diário de Bordo*. 2. Entrevista com Gestores, composta por seis questões, distribuídas em três blocos. 3. Entrevista com Professores, composta por seis questões, distribuídas em três blocos (Quadro 3).

Quadro 3 – Estrutura das *Questões Guia* da entrevista semiestruturada

Seção	Dia	Bloco	Questão	Finalidade
Entrevista com gestores e	Encontro Presencial	Bloco I: Ideb e Spaece	1 a 2	Discutir a relação entre gestão e Ideb-Spaece, considerando como influenciam o cotidiano da escola e a noção de qualidade da educação.
		Bloco II: A política de <i>accountability</i>	3 a 4	Verificar qual compreensão os respondentes possuem sobre o mecanismo <i>accountability</i> .
		Bloco III: A gestão educacional	5 a 6	Sondar qual o impacto gerado pelo mecanismo <i>accountability</i> sobre o Diretor/Gestor da escola.
Entrevista com professores		Bloco I: Ideb e Spaece	1 a 2	Discutir a importância do Ideb e Spaece para a educação e como esses dispositivos influenciam o cotidiano da escola.
		Bloco II: A política de <i>accountability</i>	3 a 4	Verificar qual compreensão os respondentes possuem sobre o mecanismo <i>accountability</i> .
		Bloco III: A <i>práxis</i> educativa	5 a 6	Discutir a relação entre gestão e Ideb-Spaece. Considerando como influenciam o cotidiano da escola, o planejamento do professor e sua própria <i>práxis</i> educativa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A estruturação das *Questões Guia* permitiu que o mesmo conjunto de questões orientasse as perguntas aos entrevistados – logo, oportunizou uma mínima homogeneidade. Além disso, o seu caráter semiestrutural, combinando estrutura, flexibilidade e o uso das chamadas *follow up questions* (perguntas que pedem ao entrevistado que aprofunde determinado tema – exemplo: poderia me dizer algo mais sobre isso?) preservou a interação entre pesquisador e entrevistado, possibilitando mudanças e/ou ajustes no roteiro. Com essa dinâmica, a entrevista afirmou-se com um processo de coconstrução dos dados, uma vez que na interação entre as partes envolvidas, houve uma construção bem como desconstrução de determinada realidade e sentimentos (Berry, 1999; Gaskell, 2003).

A organização das perguntas das *Questões Guia* foi estruturada de forma a fornecer elementos que dialogaram com o problema e com as questões de pesquisa, possibilitando o confronto com os dados coletados das fontes bibliográfico-documentais. Esse procedimento possibilitou identificar, descrever e explicar os fenômenos analisados, uma vez que a vida cotidiana dos indivíduos está sujeita às contradições da sociedade.

Uma vez organizado os instrumentos da pesquisa, iniciamos o contato com os entrevistados. O convite para a participação na pesquisa de tese de doutorado foi realizada

primeiramente por meio de ligação telefônica ao corpo gestor das escolas selecionadas. Na ligação, foi marcado um encontro para apresentação da *Carta-convite* (Apêndice D), contendo informações acerca do projeto de pesquisa.

Após apresentação da carta-convite, solicitamos ao gestor da escola, o quadro de docentes ou a indicação de um professor. Cumpridos os procedimentos iniciais, partimos para as entrevistas, de forma presencial e nas dependências da escola. Realizamos um encontro por participante, com duração média de 1h, previamente agendado em dia e horário conveniente ao entrevistando.

Utilizamos como instrumento de gravação o microfone do smartphone Motorola modelo *moto g⁹ power*, com áudio em formato Mp3. Além disso, durante as entrevistas foram feitas anotações (*Diário de Bordo*) das ocorrências não-verbais (gestos, silêncios, expressões etc.), manifestadas por parte do entrevistado e da interação entrevistador-intervistado. A transcrição (degravação) de cada encontro ocorreu no mesmo dia do evento, visto que as informações estavam recentes na memória do pesquisador. Destaquemos, ainda, que algumas entrevistas não foram gravadas, pois não houve a autorização por parte de gestores e professores, resultando no registro manual das falas dos respondentes.

As transcrições foram feitas pelo próprio pesquisador, ao longo do período de coleta de forma literal – utilizando o *Word Office da Microsoft 365* – e posteriormente foram adequadas as normas do protocolo Norma Urbana Linguística Culta (NURC), visando tornar o texto mais claro e de fácil compreensão.²⁹

Seguimos um *Roteiro Base*: 1. Apresentação – identificação e agradecimento; 2. Consentimento – entrega e explicação sobre o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (TCLE) (Apêndice E)³⁰; 3. Explicação do objetivo da entrevista; 4. Autorização para gravar a entrevista – caso a gravação não fosse autorizada, eram realizadas anotações de trechos-chave das respostas no *Diário de Bordo*; 5. Uso do *Questionário Guia* – nem todas as perguntas foram literalmente realizadas; 6. Perguntas de *follow-up*; 7. Estratégias de entrevista – uso das técnicas de entrevistas indicadas por Berry (1999) – sintetizadas na Figura 3; 8. Anotações no *Diário de Bordo*; 9. Encerramento da entrevista.

²⁹ Para nos orientar nas transcrições, adotamos alguns códigos definidos por Marcuschi (1986 *apud* Manzini, 2012) e apresentados no *Anexo A, Quadro de Elementos não verbais*. Os códigos utilizados foram registrados no *Diário de Bordo* e devidamente relacionado aos eventos ou às falas as quais se vinculam.

³⁰ No interagir da entrevista, na externalização das falas, silêncios, emoções, gestos, questionamentos etc., pesquisador e entrevistado constroem relações de confidencialidade. A participação dos sujeitos será, portanto, consentida mediante assinatura do TCLE, e os entrevistados serão devidamente informados dos procedimentos e fins acadêmicos da investigação, ressaltando-se ainda que a exposição dos relatos preservará o anonimato das fontes e as entrevistas ficarão depositadas no banco de dados da linha Trabalho e Educação (PPGE/UFC).

Figura 3 – Metodologia aplicada nas entrevistas: as nove técnicas de Berry



Fonte: Elaborada pelo autor, baseado em Berry (1999).

O formato da entrevista – natureza aberta e não hermética – ao permitir a inclusão e adequações de perguntas, à medida que as concepções e opiniões do respondente foram expressas, contribuiu para a desmistificação do real, ao provocar uma reflexão crítica sobre a educação e a própria vida cotidiana do trabalhador. Esta flexibilidade, perseguida em todo o processo de coleta de dados, facilitou ao pesquisador ajustar sua entrevista, conforme o potencial das informações coletadas, o que “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (Triviños, 2019, p. 152). Disso, resultou questões de intersubjetividade e flexibilidade, propiciando a coleta de dados e a *geração de um rico material* (Minayo; Guerreiro, 2014), o que aprimorou a problematização da pesquisa, pois a conjuntura dos respondentes lhe foi agregada.

É evidente que esse *modus operandi* da entrevista não está isento de valores e pressupostos – seja por parte do pesquisador ou do entrevistado. A natureza interativa da técnica, além de mapear opiniões-preexistentes, gerou conhecimentos, ao trazer à baila temas e informações que os respondentes desconheciam ou questionamentos que nunca tiveram antes. Assim, como já salientado, a entrevista é um processo de coconstrução de material (dados, interpretações etc.), na medida em que há apreensões e exteriorizações da realidade.

Isso significa que as entrevistas são sugestionadas pelos chamados *efeitos do entrevistador* (Mosley, 2013), fenômeno que pode afetar os dados coletados. Por isso, embora

tais *efeitos* sejam positivos eles não podem manipular/induzir as respostas dos entrevistados, logo, devem ser corretamente conduzidos e analisados, para verificar como influenciaram os discursos, processos de raciocínio e memória do respondente.

Para superar as incertezas contidas em uma entrevista, “à ilusão da transparência’ dos fatos sociais [...] ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea” (Bardin, 2016, p. 34), adotamos as técnicas de análise de conteúdo. Além disso, questionários e entrevistas, como técnicas, são “dispositivos de obtenção de informações cujas qualidades, limitações e distorções devem ser metodologicamente controladas” (Thiollent, 1987, p. 22); é para efetuar esse controle/manuseio que utilizamos a análise de conteúdo. Em seu conjunto de procedimentos, tal instrumento segue os pressupostos da hermenêutica, a arte de interpretar os textos misteriosos, mas suportado por processos de validação/autenticação sobre os quais operamos algumas adequações para seu uso, em conformidade à teoria marxiana.

A análise de conteúdo, como ferramenta de investigação, não é apenas uma técnica, mas um conjunto de técnicas refinadas de análise, de comunicação, que cooperam para o conhecimento de variáveis históricas, sociológicas etc. Nas ciências sociais, esse instrumento é utilizado no estudo das comunicações emitidas entre os homens, seja de forma: linguística (escrita ou oral), icônica (sinais, imagens etc.) ou códigos semióticos (o que não é linguístico, mas portador de significações como, p. ex., gestos).

Transitando entre o rigor da objetividade e a criatividade, imaginação ou intuição da subjetividade, a análise de conteúdo lida com um discurso falado, relativamente espontâneo, do entrevistado que encena o que ele viveu, sentiu e pensou sobre alguma coisa (Bardin, 2016). No caso de entrevistas, o não explicitado (a mensagem não verbal, o silêncio, os gestos, as omissões etc.) é um elemento tão importante, quanto o pronunciado oralmente.

Para Triviños (2019, p. 60), a análise de conteúdo reúne “[...] procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obtendo indicadores quantitativos ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens”. Com o conjunto de procedimentos da análise de conteúdo, refinam-se as entrevistas e busca-se extrair ou escutar na mensagem o que efetivamente está contido nela.

Definido o modelo de entrevista e as técnicas de análise, passamos a precisar a coleta de dados e a seleção dos sujeitos a serem entrevistados, em uma amostragem do tipo intencional, não probabilística. Com base em nosso julgamento, escolhemos os entrevistados a partir: do contexto educacional; de suas experiências de trabalho, do senso comum e da *práxis* relacionados à política educacional e a avaliação externa em larga escala; e, almejando

obter representação subjetiva. A seleção (de julgamento), portanto, foi definida por critério de “[...] imaginação social científica para perceber quando temas considerados importantes e que não poderiam estar presentes em um planejamento ou expectativa anterior, aparecerem na discussão” (Bauer; Gaskell, 2008, p. 67), à vista que

[...] o objetivo da pesquisa qualitativa é apresentar uma amostra do espectro dos pontos de vista. [...] Aqui, devido ao fato de o número de entrevistas ser necessariamente pequeno, o pesquisador deve usar sua imaginação social científica para montar a seleção dos respondentes. [...] Em algumas circunstâncias, a pesquisa pode assumir um procedimento por fases. Neste caso, a primeira fase pode empregar um delineamento de amostra baseado em todas as informações acessíveis anteriormente à investigação do tema. Tendo avaliado as informações desta fase, a segunda pode, então, focar categorias específicas de entrevistados que pareçam ser particularmente interessantes (Bauer; Gaskell, 2008, p. 70).

Diante do exposto, “[...] a finalidade real da pesquisa *não é contar* opiniões ou processos [...]” – por esta razão não adotamos o levantamento da *frequência* de dados durante a análise de conteúdo – mas de modo contrário, visamos “[...] explorar o aspecto de opiniões e as diferentes representações sobre o assunto em questão [...]” (Bauer; Gaskell, 2008, p. 68), destacando as contradições que marcam a vida cotidiana e cotidianidade do ser social. Uma vez definido o referencial teórico, as categorias, o tema central da pesquisa e o que perguntar, partimos para a fase seguinte da aplicação da técnica de entrevista: a quem perguntar. O que nos conduz aos procedimentos relativos ao levantamento de dados com seus aspectos éticos.

1.4.3.1 Seleção dos entrevistados

O estado do Ceará, em virtude da dimensão chave da *Gestão por Resultados* (GpR) – caracterizada como conjunto de políticas descentralizadoras, avaliativas, curriculares e meritocráticas – para o desenho e monitoramento das políticas públicas, credencia-se como um importante centro para o estudo das políticas educacionais gerencialistas. Além de ter sido um dos precursores na implantação do modelo de *accountability* educacional no Brasil, com a gradativa experiência de avaliação em rede iniciada no ano de 1992; fenômenos que refletem os efeitos e resultados das políticas, programas ou projetos educacionais conformados à lógica do desempenho e cultura profissional.

Esse fenômeno operou-se no estado com a criação do Spaece³¹ – sistema inserido na vertente Avaliação de Desempenho Acadêmico e caracterizado como avaliação externa em

³¹ Para Araujo (2010, p. 762) o Spaece insere-se na lógica do regime de colaboração que intenta “equalizar as graves desigualdades regionais e intraestatais, estabelecendo uma cooperação vertical [...], significando um caminho aberto para o estabelecimento futuro de cooperações horizontais entre os entes federados”.

larga escala, com a finalidade de avaliar as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática.

As informações coletadas por meio do Spaece visam identificar o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos estudantes. Realizada de forma censitária, as avaliações abrangem todos os 184 municípios do estado – abarcando tanto escolas estaduais como municipais. Tendo como orientação as *Matrizes de Referência* alinhadas ao *Sistema de Avaliação da Educação Básica* (Saeb), o Spaece estabelece, a partir dos resultados alcançados *rankings*, classificações e premiações no campo da educação pública. Além disso, segundo o cumprimento de metas nas proficiências em Língua Portuguesa e Matemática dos discentes, condicionam-se os parâmetros de desempenho, mérito e bonificação dos docentes.

Destaque-se, ainda, no regime de colaboração, a implementação do *Prêmio Escola Nota Dez* (PEN10)³², considerada pelo Estado, “[...] como política indutora para as escolas melhorarem seus resultados; [e] como política apoiadora às escolas com menores resultados [...]” (Ceará, 2013, p. 1). As medidas de valor agregado, os padrões estaduais básicos comuns e os *rankings* escolares relacionados ao prêmio têm reverberado como pressão sobre os gestores, professores e estudantes. Responsabilizados pelo desempenho da aprendizagem dos estudantes, escolas, gestores e professores são qualificados como (im)produtivos, em função dos resultados (in)satisfatórios, gerando concorrência entre as unidades educacionais.

Nesta distopia, educa-se para uma cidadania abstrata, compelindo os indivíduos a viverem “o gozo *solipsista* das democracias capitalistas, [e] que lhes enxergam como mero dado estatístico das avaliações” (Menezes, 2019, p. 326). O que impele o avanço do *ethos* burguês, naturalizado na sociedade neoliberal, ao reforçar os *valores* do individualismo, utilitarismo e concorrência, mediante a ciência quantificável da *accountability* educacional – ampliando a pressão das políticas *high-stakes* sobre gestores, professores e estudantes.

O caso da cidade de Fortaleza/CE é um exemplo. No ano de 2020, um total de 167 escolas público-estatais foram vencedoras do *Prêmio Escola com Excelência em Desempenho 2020 (Pemed-2020)*³³, percentual equivalente a 76% das escolas do município. Como reflexo da política de premiação, 830 estudantes foram premiados e receberam *smartphones*, devido

³² Disciplinado pela Lei nº 15.923/2015 (Ceará, 2015) e regulamentada pelo Decreto nº 32.079/2016 (Ceará, 2016a).

³³ Criada pela Lei Complementar n. 169, de 12 de setembro de 2014 (Fortaleza, 2014). A primeira versão do Pemed ocorreu no ano de 2015, quando 32 escolas públicas foram premiadas pela SME, dividindo entre elas um orçamento de R\$ 550 mil. Entretanto, ao longo dos anos, o valor e a diversidade de premiações foram elevados, devido à melhora nos resultados das escolas. No ano de 2020, o prêmio municipal concentrou verba de R\$ 3,6 milhões para ser convertido em melhorias às unidades escolares, distribuídos conforme o *ranking* dos resultados no Spaece e Spaece-Alfa no ano de 2019 (Fortaleza, 2020).

ao resultado positivo de aprendizado (alfabetização e proficiência), segundo a Secretaria Municipal da Educação – SME (Fortaleza, 2020).

Estudantes responsáveis e responsabilizados, mais que premiados, foram *convertidos em indivíduos mensuráveis*, submetidos a uma objetividade contábil. Em relação ao avanço dessa política de *accountability*:

[...] as escolas de ensino fundamental [...] buscam atingir o status de Escola Nota Dez e acabam se rendendo aos princípios da meritocracia, do tecnicismo e da produtividade, desvirtuando geralmente o verdadeiro sentido da educação para a ideia de instruir e ensinar os alunos para os testes padronizados. Esse tipo de política educacional transfere a preocupação com o aprendizado para a preocupação preponderante com os resultados em testes de desempenho [...] (Araújo, 2020, p. 31).

A cultura meritocrática e congêneres formam o *ethos* neodarwinista do *homem accountable* – *continuum* do *homo oeconomicus*, postulado da racionalidade ou maximizador racional, cujas ações regem-se pelas leis do mercado e pela lógica cartesiana – disseminado por políticas vinculadas à ideologia do desempenho. Na confluência perversa de valores competitivos, os mecanismos de avaliação geram efeitos de dissolução dos vínculos humanos, como discorre Dardot e Laval (2016, p. 350-351): “[...] o essencial, como bem notou Éric Pezer, é fabricar o homem *accountable* (responsável) [...] o indivíduo deve ser responsável por si mesmo, responder por seus atos diante dos outros e ser inteiramente calculável”.

Como especifica Ball (2010), indivíduos movidos por uma cultura que *fabrica subjetividades* têm a *performance* incutida em sua alma (razão), produzindo efeitos como a construção de parâmetros de autoavaliação (culpados/responsáveis pelo seu próprio fracasso). Conformados às metas e padrões, os indivíduos devem se tornar cada vez mais *accountable*.

Na educação baseada em resultados, indivíduos são excitados por uma demanda incessante de performatividade. Políticas que privam o estudante do acesso ao conhecimento acumulado e sistematizado. O currículo e os planejamentos escolares, no caso do Ceará, passam a ser regidos por descritores do Spaece.

Nessa conjuntura, a seleção de candidatos a entrevistados é formada por doze trabalhadores da área de educação pública na Rede Básica de Ensino do Município de Fortaleza/CE, divididos em dois grupos. O primeiro é composto por seis gestores escolares; o segundo é formado por seis professores do 2º ano do Ensino Fundamental. Especificamente, em relação aos candidatos, o critério de escolha baseou-se na escola em que trabalham, as quais estão no topo do *ranking* das vencedoras do *Pemed 2020*.³⁴

³⁴ Esse resultado tem fortalecido o projeto educacional do governo municipal, que visa: atingir as metas globais

Os trabalhadores de escolas públicas de destaque – por sua propalada excelência e desempenho, enquanto modelos de alta performance acomodadas as diretrizes da *New Public Management* – estão submetidos a sobre-esforço na realização de suas tarefas. Em virtude da reconfiguração do mundo do trabalho, com mudanças nos modelos de gestão, novas formas de controle e vigilância, gestores e professores desenvolvem sua atividade sob pressão por resultados. Nesse rearranjo, transfere-se ao trabalhador/estudante a responsabilidade pelo desempenho/*performance* nos sistemas de avaliações externas em larga escala, exigindo uma prestação de contas conformada por mecanismos rígidos de mensuração (Menezes, 2019).

A SME, no ano de 2020, premiou as unidades escolares do 2º ano do Ensino Fundamental que obtiveram 85% dos alunos alfabetizados no nível desejável, bem como aquelas com proficiência igual ou maior a 190 pontos atingidos no Spaece-Alfa 2019.³⁵ De um total de 220 unidades de ensino voltadas à educação de crianças na rede municipal de Fortaleza, 167 (76%) foram vencedoras do Pemed 2020. As posições dessas instituições estão entre as melhores classificações no Spaece e no Spaece-Alfa no ano de 2019.

Dentre as escolas vencedoras do Pemed 2020, a SME destacou em seu *ranking* as três mais bem posicionadas em cada um de seus seis *Distritos Escolares*³⁶, constituindo um universo de dezoito escolas consideradas em destaque de excelência e desempenho. O Quadro 4 apresenta a pontuação das escolas, especificando o distrito e o desempenho em proficiência e alfabetização.

Quadro 4 – Dados das escolas selecionadas

Escola	Distrito	Proficiência	Alfabetização
Escola Municipal Lenira Jurema de Magalhães - EI / EF	I	253,24	97,6%
Escola Municipal Professor Luís Costa	II	268,60	100%
Escola Municipal de Tempo Integral Francisca Fernandes Magalhaes - EI / EF	III	244,30	100%
Escola Municipal Dom Manoel da Silva Gomes	IV	259,80	100%
Escola Municipal Rachel Viana Martins	V	266,00	97,8%
Escola Municipal João Saraiva Leão - EI / EF	VI	239,20	96,9

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em documento da SME (Fortaleza, 2020).

É desse grupo que selecionamos os doze candidatos à entrevista (seis gestores e seis professores), oriundos das escolas classificadas em primeiro lugar no *ranking* de cada distrito, perfazendo um total de seis escolas selecionadas.

de alfabetizar 100% das crianças até o 2º ano fundamental; elevar para 7.0 o Ideb nos anos iniciais do Ensino Fundamental até 2025; e, elevar para 6.0 o Ideb nos anos finais até 2025 (Fortaleza, 2020).

³⁵ Vide Anexo B, “Leitura e interpretação dos indicadores: Spaece-Alfa (2º ano EF)”, e Anexo C, “Padrões de desempenho: Spaece-Alfa (2º ano EF)”, para um sucinto entendimento dos fundamentos da proficiência e alfabetização adotados no Spaece-Alfa.

³⁶ Vide Anexo E, “Distritos Escolares de Fortaleza”.

Do universo selecionado, realizamos um total de *cinco visitas e dez entrevistas*³⁷. Dois fatores foram determinantes para esse recorte: 1. Só fomos recebidos por gestores e professores de cinco, das seis unidades escolares selecionadas³⁸; 2. O *ponto de saturação* na coleta de dados foi alcançado na terceira escola visitada. Para esse *ponto de saturação*, na transferência de significações psicoculturais de dados de um meio original (entrevistados) para outro meio (pesquisador), consideramos o *paradoxo da amostragem*: a amostra é inútil se não for representativa da população, sendo que em certas pesquisas é inviável ou desnecessário o tratamento probabilístico da amostra.

Ao realizarmos a terceira bateria de entrevistas (gestor-professor), nenhum dado novo foi encontrado, o que se repetiu na quarta escola visitada, de onde não veio nenhum acréscimo de novas informações e juízos significativos, ao ponto de alterar a compreensão do fenômeno estudado. Todavia, para garantir a confirmação da saturação e critério de confiabilidade adotado, realizou-se a quinta visita, com mais duas entrevistas.

Os passos percorridos até a identificação do momento adequado para interromper a coleta de dados e obtenção da saturação teórica, foram: Passo 1- Registro de dados brutos, com a realização de dez entrevistas, sendo seis gravadas e quatro registradas manualmente; Passo 2 - Imersão nas informações coletadas, com a leitura flutuante dos dados primários, na medida em que eram realizadas; Passo 3 - Compilação das análises individuais, com alocação dos temas e tipos de enunciados. A constatação da saturação ocorreu mediante identificação de ausência de elementos novos em cada agrupamento, conforme as técnicas de análise de conteúdo a serem descritas na próxima subseção.

A entrevista semiestruturada, ao possibilitar extrair daquilo que é subjetivo a lógica das relações sociais, a dinâmica social construtora de visões de mundo, abre caminho para o desvelar das contradições que engendram esse sistema de desumanização da vida do ser social. À vista disso, uma vez confrontadas na análise de dados a vida cotidiana dos gestores e professores com os processos teóricos relativos à mistificação, poderemos contribuir para a desmistificação das políticas de *accountability*.

³⁷ Todas os entrevistados tiveram sua identidade ocultada, sendo-lhes atribuídos nomes fictícios. Como meio de controle interno, adotamos um código para cada entrevista com gestores/diretores (ED) e professores (EP), conforme as escolas, sendo que a numeração das escolas não segue a numeração dos distritos: Entrevista com Diretor 01 da Escola 01 (ED1E1) e Entrevista com Professor 01 da Escola 01 (EP1E1).

³⁸ Tivemos dificuldades para o agendamento das entrevistas com o gestor e professores em uma das unidades escolares selecionadas. O obstáculo apresentado deveu-se, principalmente, ao calendário letivo da escola, que inviabilizou vários dos encontros previamente agendados. Após vários adiamentos e em vista do ponto de saturação ter sido alcançado na terceira unidade escolar, optamos por não dar sequência a sexta visita.

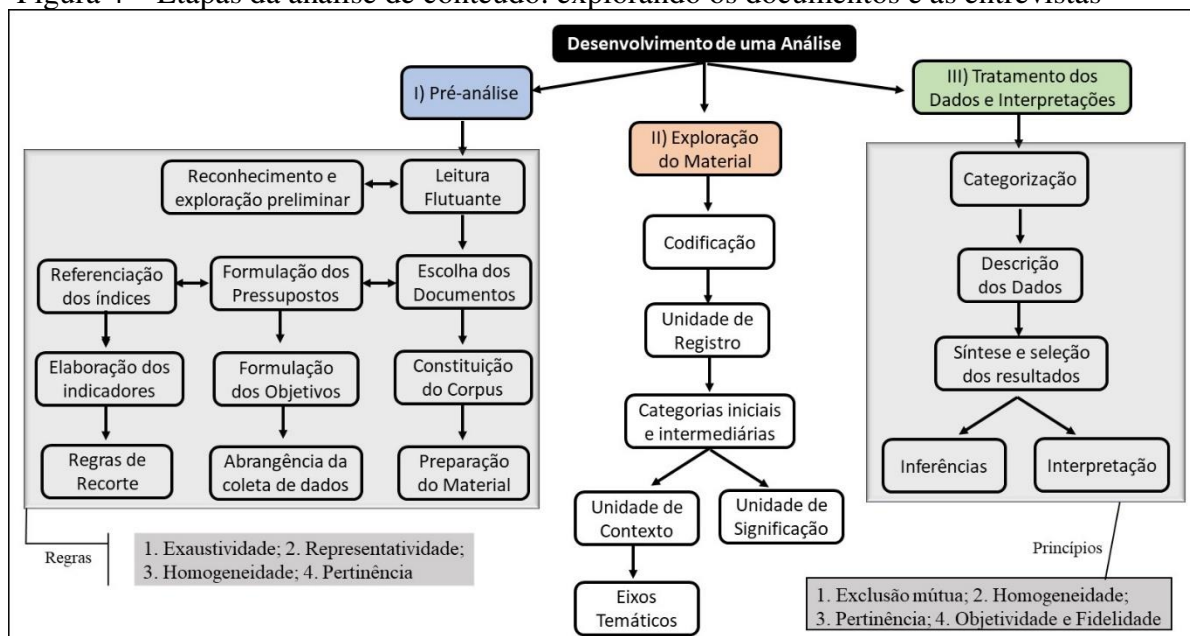
1.4.4 A análise dos dados: as técnicas de análise de conteúdo

A coleta de dados qualitativos, com a análise de fontes documentais e aplicação de entrevistas semiestruturadas, tende a gerar um expressivo volume de informações, o que exige do pesquisador a definição e a justificativa dos procedimentos metodológicos adequados, para o manuseio e exame das fontes (Bauer; Gaskell, 2008). Para tanto, como já apresentado, adotamos, com adaptações/adequações, as técnicas de análise de conteúdo, como instrumento de organização e categorização dos dados extraídos dos documentos e entrevistas.

No decorrer do manuseio das fontes documentais, transcrição das entrevistas e organização do *Diário de Bordo*, realizamos os procedimentos sugeridos por Bardin (2016): 1. Pré-análise das fontes; 2. Exploração do Material; 3. Tratamento dos resultados, inferências e interpretações. Nesse périplo, consideramos as fontes e o contexto sócio-histórico para além de seu conteúdo manifesto, desvelando o que está oculto nos documentos. A triangulação de fontes (bibliográfica, documental e entrevistas) possibilitou rica compreensão das impressões e percepções dos entrevistados, tratando de revelar o conteúdo latente, desvelando ideologias e fenômenos sociais (Triviños, 2019).

Na Figura 4, apresentamos as etapas (desenvolvimento) da análise de conteúdo em nossa investigação.

Figura 4 – Etapas da análise de conteúdo: explorando os documentos e as entrevistas



Fonte: Elaborada pelo autor, baseado nos procedimentos da *análise de conteúdo* de Bardin (2016).

A fase da *pré-análise*, envolveu o primeiro contato com o acervo (documentos e entrevistas transcritas), objetivando sua organização – aqui se trata da constituição do *corpus*

de análise, ou seja, “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 2016, p. 126). Realizamos nessa fase, a leitura flutuante do acervo, deixando-nos “invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas” (Franco, 2008, p. 52).

Concluída a Pré-análise, partimos para a Exploração do Material. Nesse estágio, operamos a descrição analítica do acervo, de forma *crítica*, tendo a teoria do conhecimento e os objetivos da pesquisa como balizas, aprofundando o exame do *corpus* da investigação – conforme Bardin (2016, p. 131): com uma pré-análise bem realizada, essa fase “não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas”.

Com o *tratamento dos resultados* (interpretação referencial), na fase de análise propriamente dita, efetuamos a interpretação, a reflexão e o estabelecimento das relações com os dados coletados – foi o momento da descrição dos dados e síntese dos resultados, com posterior inferências, ou seja, a indução (roteiro) das variáveis (causas), a começar de inferências (efeitos indicadores). Nesse estágio, realizamos a justaposição dos dados, extraíndo as significações temáticas (finais) do conteúdo, a partir das categorias relacionadas, que segundo Bardin (2016, p. 147): emergem por meio de uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

Não obstante, os procedimentos de análise, por mais que almejem a objetividade, estão submetidos à subjetividade do pesquisador. Ao interagirem com o pesquisador pelos chamados *efeitos do entrevistador*, no caso das entrevistas, p. ex., os respondentes participam de um processo de coconstrução do material (produzem conhecimento). Com base nessas considerações, podemos dizer que a análise de conteúdo, ao ser utilizada como uma ferramenta de pesquisa e instrumento de produção do conhecimento, é um campo de tensões que abrange o conteúdo manifesto dos documentos e seu conteúdo latente.

Ao disponibilizar meios procedimentais para captar o universo das impressões e percepções dos informantes em seu contexto, além de organizar o material coletado pela pesquisa em sua fase de coleta de dados – gerindo a profusão de informações – a análise de conteúdo cria barreiras para que essas não fiquem esparsas e desconectadas, gerando a perda de coerência – representatividade e pertinência – no material reunido. Na construção gradativa dos significados, categorias e inferências a análise de conteúdo contribui para o desvelamento inicial do objeto.

Portanto, ao proporcionar uma pesquisa exaustiva das bases categoriais das fontes documentais (declaradas ou ocultas) e das mensagens verbais (oral ou escrita), gestuais ou

silenciosas dos informantes, as técnicas da análise de conteúdo somam-se ao método dialético de Marx. Assim, definidas as diretrizes preliminares da investigação, conforme a orientação teórica marxiano-marxista, segue-se a apresentação da estrutura ou composição da tese.

1.5 “Siga a estrada dos tijolos amarelos”³⁹: a estrutura da tese

Antes de apresentarmos a estrutura da tese, faz-se mister esclarecer que findamos, após cinco anos de árdua pesquisa, a fase de investigação. Logo, esta *Introdução* compõe a *exposição* do movimento do real. Assim, vencemos a fase inicial, aquela na qual “antecipar conclusões do que é preciso demonstrar em primeiro lugar é pouco correto, e o leitor que quiser seguir-me deverá decidir-se a passar do particular ao geral” (Marx, 2008b, p. 23).

Em geral, de forma inadvertida, “equipara-se o método de exposição à forma de apresentação, não se percebendo, por conseguinte, que ele é o método de explicitação, graças ao qual o fenômeno se torna transparente, racional, compreensível” (Kosik, 2002, p. 37). De forma similar, Müller (1982, p. 1) alerta que a exposição tem sido reduzida “à necessidade de um esforço prévio de apropriação analítica do objeto anterior à sua exposição metódica”. Isso, “Quando não se toma o termo ‘exposição’ no seu sentido comum de discurso, de texto escrito (ou falado), que se organiza metodicamente, conforme o encadeamento das proposições, transferindo-se o ônus da dialética para o método de pesquisa”. Para Marx (2013b, p. 26):

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori.

O próprio método de exposição “designa o modo como o objeto, suficientemente

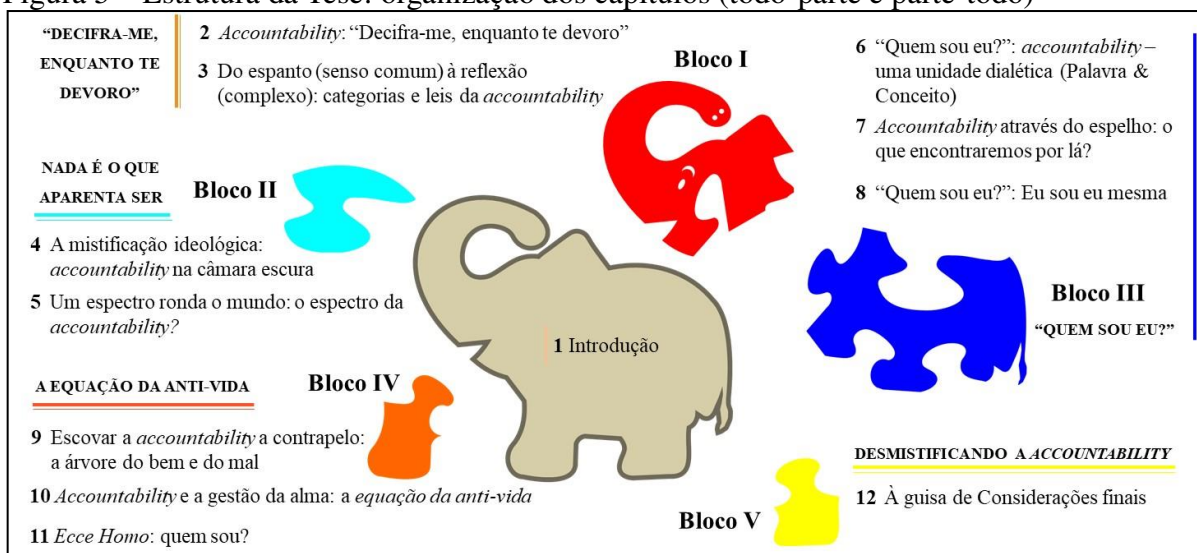
³⁹ Na obra *O Mágico de Oz*, de Frank Baum (2013), os personagens buscam caminhar na estrada de tijolos amarelos, uma alusão ao *Caminho Dourado* do Budismo, que conduz a alma à iluminação, e obter a realização de seus desejos: o Homem de Lata, coração; o Leão, coragem; o Espantalho, cérebro; Dorothy e seu cão Toto, retornarem para casa. Baum elaborou em sua obra uma profunda alegoria teosófica (do grego, *theos* = deus, *sofia* = sabedoria), um misticismo filosófico baseado na matemática ou ciência. Apropriamo-nos desta alegoria, mas, afastando-nos de seu misticismo, pretendemos construir uma outra alegoria, a do caminhar em uma estrada sólida (aportes teórico-filosóficos), que deve conduzir a um ponto de chegada. Se a estrada, n’*O Mágico de Oz*, começa com uma espiral em expansão – um simbolismo da permanência do ser através das mudanças, uma forma logarítmica que indica o crescimento, o avanço. Nossa estrada começa com esta *Introdução*. No decorrer do percurso, muitas descobertas, conquistas e adversidades vão ser encaradas. Ao término, todavia, o *Mágico* (uma espécie de *Demiurgo* a manipular o real que movimenta ferramentas e dispositivos para controlar as pessoas e fazê-las adorá-lo) será desmistificado, sua farsa amparada em artifícios e efeitos especiais desvelada. Se Dorothy tinha em Toto, seu companheiro canino, a voz que a alertava dos perigos e dissimulações, tal e qual nós teremos em cada capítulo uma ação para denunciar o que está atrás da cortina, controlando os efeitos especiais do charlatão Capital.

apreendido e analisado, desdobra-se em suas articulações próprias e como o pensamento as desenvolve em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico” (Müller, 1982, p. 2). Por isso, a exposição não é uma simples autoexposição do objeto, senão ele seria acrítico, mas é uma exposição crítica, com base em suas contradições e na lógica interna do objeto, ou seja, do movimento efetivo de seu próprio conteúdo, dado que:

A exposição [...] requer] um trabalho prévio de investigação (“escavação” e “garimpo”), de maturação do objeto, de sua captação com detalhes, de suas formas de evolução, de suas conexões íntimas, para depois expor adequadamente, sistemático e criticamente, a sua lógica interna; vale dizer, é preciso um esforço intelectual de investigação, de apropriação do conteúdo, de apreensão do movimento interno, efetivo, do real, e de exposição, de expressão, ideal desse conteúdo, para livrar-se do “envoltório místico”, da “crosta idealista”, extraindo o núcleo, o “caroço racional” de dentro das coisas, pois, afinal de contas, “a pérola não sai sozinha da ostra” (Chagas, 2011, p. 3).

Devemos entender, portanto, que a *investigação* é um esforço de apropriação das determinações do conteúdo do objeto no próprio objeto, por meio de um adensamento teórico que se diferencia da *exposição*, embora sejam dois momentos inseparáveis; e esta exposição é distinta da apresentação. Seguindo essas balizas, a tese está dividida, além desta *introdução*, em mais onze unidades, distribuídos em **cinco blocos** (Figura 5).

Figura 5 – Estrutura da Tese: organização dos capítulos (todo-parte e parte-todo)



Fonte: Elaborada pelo autor.

Em sua organicidade, a Introdução não compõe ou não se insere na estrutura dos blocos. Além disso, os blocos estão encadeados aos objetivos específicos – com exceção do último bloco (V), que corresponde as *Considerações Finais*.

No Capítulo I, “**Introdução**”, correspondente a presente unidade, apresentamos o

tema e expomos a teoria do conhecimento que sustenta a investigação, além da organização do trabalho, com suas partes constitutivas: proposição, relevância, justificativa, problema, pressupostos, questões, objetivos e relação pesquisador-pesquisa. Ademais, tratamos sobre os procedimentos, técnicas e recursos adotados, discriminando a base bibliográfica e documental selecionada, o modelo das entrevistas e, por fim, a forma de tratamento de dados (análise de conteúdo).

O **Bloco I**, “Decifra-me, enquanto te devoro”, é composto pelos Capítulos II e III. No Capítulo II, “**Accountability: decifra-me, ou te devoro**”, tratamos das bases históricas e sociológicas que deram origem (sentido e definição conceitual) à *accountability*. Para tanto, seguimos os marcos de sua origem, mas sem a pretensão de discorrer sobre a história e/ou genealogia da *accountability*. Tão somente buscamos identificar os *sentidos* da *accountability* nos mais distintos rincões, do Oriente ao Ocidente. Seja na Antiga Mesopotâmia e Egito, seja nos tempos da Grécia Clássica, tocando à Inglaterra medieval, à formação política dos EUA, e à Dinamarca moderna; até chegarmos à contemporaneidade, com a China de Capitalismo de Estado, o Chile da *Era Pinochet*, os EUA (da Guerra Fria aos Governos Bush e Clinton) e o Brasil dos *Tempos FHC*.

Compondo um dueto com a unidade anterior, o Capítulo III, “**Do espanto (senso comum) à reflexão (complexo): as categorias e as leis da accountability**”, trata dos elementos que constituem a estrutura de um conceito: essência, forma, conteúdo, fundamento etc. Logo, tratamos sobre os aspectos modeladores de um conceito, que induzem a seu sentido original e central, ao que lhe é necessário e contingente. Nessa esteira, destacamos a inter-relação e interação da *accountability* consigo mesma e com o meio externo, nos processos de *latência*, *denominação*, *integração* e *teoria*, em um movimento espiral que culmina na efetividade do mecanismo.

Elucidadas as bases históricas de um conceito, logo da própria *accountability*, lançamo-nos ao **Bloco II**, “Nada é o que aparenta ser”, estruturado a partir dos Capítulos IV e V. No Capítulo IV, “**A mistificação ideológica: a accountability na câmara escura**”, iremos escrutinar as categorias que sedimentam o processo de mistificação: reificação, fetichismo e a alienação/estranhamento. Para entender as inter-relações entre essas categorias, exploramos suas relações com a noção de trabalho. Nesse âmago, abordamos a *accountability* como estando em uma *câmara escura*, resultado dos processos de inversão do real. Consideramos, nessa perspectiva, a ideologia no reino das mercadorias e suas relações invertidas, que tomam os indivíduos como objetos e os objetos por indivíduos. Fenômeno esse, agudizado pelo mecanismo *accountability* mistificado, que toma a aparência como se fosse a essência nos

processos educacionais.

Com a formulação do Capítulo V, “**Um espectro ronda o mundo: o espectro da *accountability*?**”, constituímos um segundo par analítico, investigando a *accountability*, tendo como mote as ameaças aos fundamentos das ciências sociais, assombradas pelo relativismo epistemológico. Evocamos o personagem hamletiano do espectro, que expõe, para nossos fins, os receios e medos de uma sociedade que se depara com a *negação da possibilidade de se conhecer a verdade*, em um tempo histórico que instaura a dúvida da própria possibilidade de se conceituar. Tecendo análises sobre as categorias de essência e aparência, retomamos as discussões sobre a *câmara escura*, para com isso, compreendermos o uso de *metáforas e símiles* aplicadas a *accountability*.

Após o Capítulo V, antessala do estudo da natureza da *accountability*, o **Bloco III**, “Quem sou eu?”, avança na exposição da tese, a partir de três atos (partes). No Capítulo VI, “**Quem sou eu?: *Accountability* – unidade dialética (palavra e conceito)**”, identificamos algumas bases constitutivas da *accountability*, a partir da relação “palavra & conceito”, um duplo-uno, elementos dialeticamente integrados. Isso possibilita entender a *accountability* para além de sua aparência, evidenciando as contradições da epistemologia semiótica (ícone, índice e símbolo) que a expressa na materialidade concreta do mundo.

Após esse movimento, entramos no Capítulo VII, “***Accountability* através do espelho: o que encontraremos por lá?**”, em que se descortina os fundamentos do mecanismo da servidão (in) voluntária, operante por meio do gerencialismo. Em um capítulo pujante no uso de *analogias e metáforas/símiles*, tratamos sobre o mito da axiologia neutral, a intransparente transparência da era neoliberal, que implanta uma forma particular de gestão, cuja marca é a imposição de um modelo de ser, *ser accountable*.

Na sequência, emerge o Capítulo VIII, “**Quem sou eu?: Eu sou eu mesma**”, em que tratamos de modo específico da noção de conceito e conceitualização do mecanismo *accountability*, analisando a relação todo-parte e parte-todo da coisa. Aqui, uma vez exposto o movimento histórico do mecanismo *accountability*, os elementos que estruturam um conceito, os aspectos filosóficos da mistificação e a análise sobre a possibilidade de se conceituar, chegamos ao capítulo que trata da natureza do conceito *accountability*.

Após abordarmos os aspectos centrais e modeladores da *accountability*, iniciamos o **Bloco IV**, “A equação da atividade”, em que escovamos a *accountability* a contrapelo, a fim de revelar as lutas e contradições no *intèrieur* da escola, de modo específico, a loucura por trás da *árvore de desempenho*, árvore que desumaniza a educação e os sujeitos presos a sua irracionalidade. Esse é o debate travado no nosso Capítulo IX, “**Escovar a *accountability* a**

contrapelo: a árvore do bem e do mal”, o qual está intimamente conectado ao Capítulo X, “**Accountability e a gestão da alma: a equação da antívida**”, no qual examinamos as sutis mudanças na relação “trabalho-castigo-glorificação”, para entender a metamorfose de um mito. Esse estudo, possibilita compreender como o estudante é coisificado, reificado por meio de uma *práxis* utilitária, que o converte em um Robinson Crusoe moderno, responsável, responsabilizado e culpado pelo seu próprio fracasso, conforme a equação da antívida das avaliações em larga escala.

Fechada a décima unidade de nosso texto, expomos o Capítulo XI, “**Ecce Homo: Quem sou?**”. Nesse último caso, não se trata especificamente da *accountability*, mais do ser, da criatura por ela forjada, na forjadura do capital. Discorreremos sobre a *Bildung* do indivíduo e sua degenerescência, ser convertido em um *homo accountable*, que longe de ser um *réquiem* do *homo oeconomicus*, é sua versão mais performática.

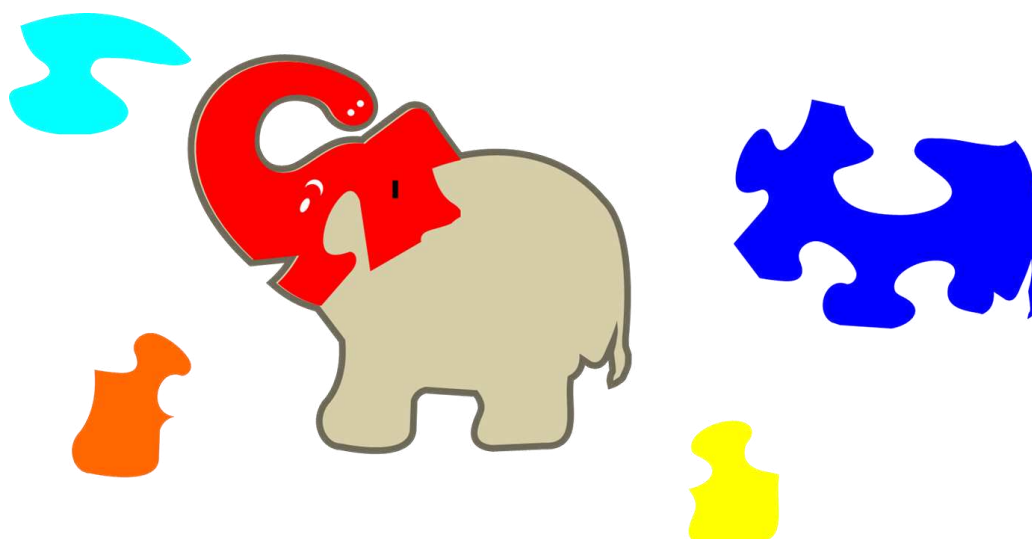
Por fim, temos o **Bloco V**, as **Considerações Finais**, apanhado final das partes do todo, expondo a interação e inter-relação entre *accountability* e sociabilidade do capital. Aqui, tecemos ponderações sobre a *accountability* desmistificada, visando contribuir para o trilhar caminhos diversos da ideologia hegemônica. Assim, auxiliando na construção de uma ação prática que confronte e supere os mecanismos e dispositivos de controle do capital, com suas armas/estratégias ideológicas, que reproduzem a exploração e transformam indivíduos concretos em seres abstratos.

À vista do exposto, o esforço homérico desta pesquisa não se consubstancia no mero exercício acadêmico ou elucubração teórica, amorfa e inerte às lutas sociais. Dotado de instrumentais heurísticos, em uma perspectiva crítico-ontológica, exploramos o movimento dinâmico do real, cooperando para desmistificar a *lógica da desigualdade de classe e entre classes do metabolismo social do capital* e sua complexa teia de relações ideológicas, expressa nas políticas de *accountability*, que avigoram o produtivismo utilitarista e a densificação da mercantilização educacional.

Diante do conjunto apresentado, faço minhas, de forma despretensiosa, as palavras de Marx, escritas no prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*,

Com este esboço [...] dos meus estudos [...] eu quis mostrar unicamente que minhas opiniões, de qualquer maneira que sejam julgadas e por pouco que concordem com os preconceitos ligados aos interesses da classe dominante, são fruto de longos e conscienciosos estudos. Mas no umbral da ciência, como à entrada do ‘inferno’ impõem-se: “Qui si convien la sciare ogni sospetto / Ogni viltá convien che qui sai morta” [Deixe-se aqui tudo o que é suspeito / Mate-se aqui toda vileza] (Marx, 2008a, p. 50).

BLOCO I
“DECIFRA-ME, ENQUANTO TE DEVORO”



2 *ACCOUNTABILITY*: “DECIFRA-ME, ENQUANTO TE DEVORO”

3 DO ESPANTO (SENSO COMUM) À REFLEXÃO (COMPLEXO): CATEGORIAS E
LEIS DA *ACCOUNTABILITY*

Objetivo I

Compreender o movimento e o grau de desenvolvimento do conhecimento da *accountability*, exprimindo a unidade do histórico e do lógico para a concepção de seu conteúdo e forma

2 ACCOUNTABILITY: “DECIFRA-ME, ENQUANTO TE DEVORO”⁴⁰

O sociólogo e teórico da comunicação e da cultura Raymond Williams (1979), ao operar reflexões sobre o capitalismo em movimento, tomando como referência a classe trabalhadora concreta, inseriu no debate o conceito de *Cultura*, ponderando que “os conceitos mais básicos”, fios condutores do conhecimento, “não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos” (p. 16).

O conceito de *cultura* é por si só de difícil definição, posto que reúne em si uma miríade de possibilidades de estudos, “[termo] que em si mesmo, através de variações e complicação, incorpora não só as questões, mas também as contradições através das quais se desenvolveu. Esse conceito funde e confunde as experiências e tendências radicalmente diferentes de sua formação” (Williams, 1979, p. 16).

Para Thompson (1998), o *processo ativo* (prática social pela qual o ser humano faz sua história – que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos sociais) está em interação e inter-relação com a cultura, com suas condições materiais e de identidade presentes na formação da consciência, necessidades e interesses de classe. Daí, não podemos incorrer no erro de conceber a cultura de forma restrita, como um “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos, artefatos) em que se acham incorporados” (p. 17).

Cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que *há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole*; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (Thompson, 1998, p.17, grifo nosso).

Segundo Ellen Wood (2006, p. 61), o que interessa a Thompson são as relações presentes no processo de produção, ou seja, as relações de exploração, dominação e

⁴⁰ O uso da sentença “Decifra-me, enquanto te devoro” é uma paráfrase do ultimato, “Decifra-me ou te devoro”, da *Esfinge de Tebas*, antigo mito grego, e faz alusão aos desafios do conhecimento. À semelhança da Esfinge, que eliminava aqueles que se mostrassem incapazes de responder a seu enigma, a sentença aqui reelaborada faz alusão a ordem alienante e fetichista do metabolismo social do capital, que atemoriza ou despedaça com suas garras aqueles que cruzam seu caminho. Esse mito é utilizado no título desta seção como uma analogia relativa à ordem mistificada (mascarada etc.) que cerca e espreita (envolve) os sujeitos alienados, presos no labirinto do capital, impedidos de verem o mundo sensível, seja pelo medo (não serem aceitos pelo sistema – colocados como inadaptados) e/ou devorados (explorados até o esgotamento). Uma das formas de resistência contra as garras da Esfinge é desmistificar a realidade, desvelando os portais (possibilidades) que conduzem a uma história não determinista, com suas vias de resistência contra a ordem subsumida ao capital.

apropriação, que “dão forma a todos os aspectos da vida social em conjunto e o tempo todo, ou exercem pressão sobre eles”. Distintamente do *culturalismo*⁴¹, que dá ênfase às determinações dos fatores culturais, no processo de formação dos sujeitos, da sociedade e dos conflitos sociais, para Thompson, a relação entre cultura e relações sociais tem outra coloração, uma vez que o próprio conceito de cultura:

[...] é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas históricas específicas das relações sociais e de trabalho (Thompson, 1998, p. 22).

Esteado nas preocupações de Williams e Thompson, mas deslocando o objeto de análise para a categoria *accountability*, é possível atentar para os perigos que cercam o debate conceitual e o estudo teórico de um termo complexo, considerado por muitos estudiosos como em *contínua expansão* (Mulgan, 2000), cujo vocábulo “apresenta alguma instabilidade semântica porque corresponde de fato a um conceito com significados e amplitudes plurais” (Afonso, 2009c, p. 58). Por isso, não se pode incorrer no erro, como alerta o próprio Mulgan (2000), em estender o escopo e o significado de *accountability* em várias direções, muito além do seu significado central, o que pode enfraquecer seu escrutínio.⁴²

Conforme O’Kelly e Dubnick (2014a), considerada no passado uma espécie de *responsibility*, a *accountability* evoluiu, mas sua compreensão tem se tornado obscura, muito em função de sua *contínua expansão*. Além disso, temos que a *accountability* é permeada por armadilhas e constantes possibilidades de cair no senso comum, nas generalizações (ora *minimalistas*, outra ora *maximalistas*), em erros analíticos e dificuldades em conceituá-la, “[...] apesar dos muitos esforços para defini-la ou descrevê-la – para chegar à sua essência conceitual [...]” (Dubnick, 2014, p. 23, tradução nossa). Mainwaring (2003, p. 6, tradução

⁴¹ No culturalismo, princípio norteador da pós-modernidade, “a ideia de uma cultura estável, pré-moderna e organizadamente unificada” é estranho, uma vez que impera a concepção do hibridismo e da liquidez intangível da matéria social (Eagleton, 2000, p. 29-30, tradução nossa). A teoria culturalista pós-moderna se sustenta em “uma alienação peculiarmente moderna do social, em relação ao econômico, os meios para a vida material”, o que conduz a “afirmação de uma identidade específica – nacional, sexual, étnica, regional – em detrimento à ‘transcendência’ dessa particularização”. Ocorre, assim, a generalização dos conflitos pontuais (apartados da luta de classes), e se tornam “o próprio léxico do conflito político”, e o “protesto contra as alienações da modernidade” acaba por gerar o isolamento, a individualização (atomização), “reproduzindo em sua própria fragmentação” (p. 38 e 43) culturalista. “Para o culturalismo”, afirma o autor (p. 92), “não há questão sobre uma dialética entre a natureza e a cultura, uma vez que a natureza é cultural de qualquer forma”.

⁴² Mulgan (2000), no instigante artigo “‘Accountability’: an ever-expanding?”, analisa a expansão indevida da *accountability* para além de seu escopo e significado central. Partindo de uma abordagem comparativa com os princípios de responsabilidade (*responsibility*), diálogo democrático entre cidadãos, controle (*control*) e capacidade de resposta (*responsiveness*), o autor busca estabelecer limites ao uso estendido da *accountability*, que muitas vezes tornam seu entendimento ininteligível.

nossa) explica que: objetivamente, a *accountability* se trata de “um conceito [categorial] distante do consenso. De fato, o significado de ‘accountability’ é tão obscuro [confuso] quanto os conceitos são nas ciências sociais”.

Em perspectiva, parcialmente diversa, no que se refere à questão do *consenso*, Schedler (1999, p. 13, tradução nossa) pontua que o “[...] campo de aplicação [da *accountability*] é tão amplo como o seu potencial para o consenso [... mesmo com seu] significado permanecendo evasivo, com fronteiras indefinidas e estrutura interna confusa”.

Ora, para superarmos essas, digamos, supostas *fronteiras indefinidas e estrutura interna confusa* da *accountability*, mencionadas por Schedler, consideramos ser necessário ou interessante ter em conta duas questões, que estão no centro do debate neoliberal sobre a educação: Os educadores estão a cumprir as expectativas para as quais são contratados? Os alunos estão a aprender o que precisam saber – na era da informação e do conhecimento?

Embora não tenhamos a pretensão de responder tais questões, elas sinalizam duas direções para o estudo do mecanismo *accountability* educacional: a intenção das políticas de *accountability* e os efeitos de sua efetividade. Por isso, o capítulo em tela, segue uma rota entrecortada por esses caminhos, e que dá corpo (forma e conteúdo) a própria *accountability*: a cultura – gerando a *accountability culture*.

Tratamos esse eixo emergente de duas formas: nos Blocos III-IV, a *accountability culture* é examinada a partir das escolas e dos sujeitos históricos, ou seja, amparamo-nos na concepção de que os mecanismos e dispositivos externos (avaliações externas, processos de regulação etc.), que influenciam o funcionamento das escolas, não podem ser tomados como meios exclusivos para a efetividade da *accountability*.

Isso nos conduz para o estudo da *accountability* considerando os valores, normas etc. existentes e/ou sedimentados no cotidiano e organicidade interna da escola, materializado por exemplo: por uma *ética* (presente no relato da *árvore judaico-cristã do bem e do mal*), por uma *prática pedagógica* (externada pela *árvore da proficiência*) e por uma organicidade gerencial (manifesta na *árvore de alto desempenho*), elementos que agindo em conjunto, criam ou fortalecem uma certa mentalidade e/ou identidade dos sujeitos.

A segunda forma, a qual nos ateremos neste capítulo, introduz a cultura no estudo da efetividade do mecanismo *accountability*. A *accountability culture* serve de fio condutor para a compreensão do próprio conceito categorial de *accountability*, no seu movimento no espaço e tempo. Dito de outra forma, para a adequada análise do mecanismo *accountability* educacional é necessário ter clareza de que os esforços para sua efetividade exigem o envolvimento ativo da sociedade em geral e da comunidade escolar, em particular.

Isso tem uma implicação direta para o estudo da *accountability*. Expliquemos: na análise da efetividade da *accountability*, pelo menos no Brasil, há a ideia de que o movimento da *accountability* pressupõe uma pressão externa sobre a escola, por meio, p. ex., do sistema educacional. Como se as escolas (comunidade escolar), sem mecanismos e dispositivos de regulação e regulamentação externos, pudessem escapar da *accountability*.

Mas, essa ideia ignora o que McCary, Peel e McColskey (1997) identificaram, em sua obra “Using accountability as a lever for changing the culture of schools: examining district strategies” (“Utilizar a accountability como alavanca para mudar a cultura das escolas: examinar estratégias distritais”, tradução nossa): a existência de uma responsabilidade de baixo para cima que incorpora a *accountability* em toda a cultura escolar.

Pensemos essa questão, em relação ao Brasil, recorrendo a Paulo Freire (2003). Diz o educador: “[...] a avaliação da prática é fator importante e indispensável à formação da educadora. Quase sempre, lamentavelmente, avaliamos a pessoa da professora e não sua prática. Avaliamos para punir e não para melhorar a ação dos sujeitos e não para formar” (p. 15). Freire observou que as práticas disciplinadoras resultavam numa pedagogia tecnocrática que ignorava o papel intelectual que os professores desempenhavam na vida dos estudantes. E, ele destacou que os professores reproduziam culturalmente essas práticas disciplinadoras.

O que buscamos afirmar aqui é a premissa de que na escola existe uma cultura de responsabilidade preexistente que, pode, projetar para um *sentido de accountability*, mesmo que a *accountability* não esteja declarada ou com práticas mal coordenadas. Mas, para a correta análise desse processo, devemos compreender como gestores e professores negociam com os mecanismos externos, concebidos para torná-los *accountables*. Ou seja, como a comunidade escolar concilia as responsabilidades definidas internamente com as expectativas externas, onde os educadores dão sentido às questões de *accountability*.

Por isso, Abelmann *et al.* (1999), em artigo intitulado “When accountability knocks, will anyone answer?” (“Quando a accountability bater à porta, alguém responderá?”, tradução nossa), observam que a força do *sistema interno de accountability* afeta como as escolas e os sujeitos respondem às medidas impostas externamente. Escolas com sistemas internos fortes tendem a aceitar padrões externos quando consistentes com os valores existentes; e resistirão a eles, quando não forem compatíveis com os seus.

O que os autores descobriram em seus estudos, sobre o sistema escolar norte-americano, no final do século XX – em um contexto onde a *No Child Left Behind Act* (NCLB) ainda não havia sido implementada nos EUA – é que as escolas pesquisadas tinham padrões pré-existentes de *accountability*: i) os professores (individuais), tinham um senso pessoal de

responsabilidade (*responsibility*), definindo as expectativas do trabalho dos estudantes e o que estes deveriam aprender; *ii*) em algumas escolas, os professores definiam, em conjunto, as expectativas a serem alcançadas e as normas/regras da organização; *iii*) além de que, em muitas escolas, existiam mecanismos formais de *accountability*, com submissão de planos de aula que aderiam à procedimentos disciplinares ou controle curricular (Abelmann *et al.*, 1999).

Com isso, os investigadores problematizaram que:

Em vez de perguntarmos como é que as escolas respondem a políticas concebidas para as tornar accountable perante autoridades externas, devemos perguntar como é que as escolas chegam a formular as suas próprias concepções de accountability e qual o papel, se é que há algum, que as políticas externas desempenham nessas concepções. A nossa teoria de trabalho sobre a accountability baseia-se na crença de que os sistemas de accountability externa operam à margem de fatores poderosos dentro da escola e que a compreensão destes fatores é uma condição prévia importante para entender como e porque é que as escolas respondem da forma como o fazem às pressões externas para a accountability (Abelmann *et al.*, 1999, p. 38, tradução nossa).

Nesse sentido, devemos superar o caráter puramente descritivo que tem imperado em vários estudos das políticas de *accountability* e, principalmente, refutar o senso comum de que a efetividade da *accountability* restringe-se a tornar visível o fluxo e a circulação de dados através da *dataficação* – conceito que se refere aos processos e impactos da governação de nossas vidas baseada em dados, como uma nova forma de valor.⁴³ Devemos, para a adequada compreensão da *accountability* conceber a existência de uma *cultura* no interior da escola, *um conjunto de práticas negociadas e coreografadas entre educadores e decisores políticos* (Ball, 2003).

Pois, a *accountability* está cada vez mais integrada as novas formas de vigilância e de performatividade, afirmando, legitimando e seduzindo, através de discursos de *qualidade* – ao mesmo tempo que regulam e governam, em um contexto de regulamentação – a cultura de

⁴³ É inegável que vivemos em um tempo cada vez mais dominado por números e estatísticas, fato apresentado de forma simples, mas reveladora, por Boyle (2001 *apud* Ball, 2003, p. 215, tradução nossa): “Medimos o nosso pulso coletivo 24 horas por dia com a utilização de estatísticas. Entendemos a vida dessa maneira, embora, de alguma forma, quanto mais números usamos, mais as grandes verdades parecem escapar de nossos dedos. Apesar de todo esse controle numérico, sentimo-nos tão ignorantes como sempre em relação às respostas às grandes questões”. Todavia, como veremos nas seções 4.1 e 11.3, respectivamente, “A mistificação ideológica: o estranhamento e seus desdobramentos” e “A fabricação do *homo accountable*: a gestão da alma do neosujeito?”, por mais que a moderna *accountability* encontre-se ligada ao fenômeno da *quantofrenia* (*vide* nota 89, p. 208), não podemos incorrer no erro de condicionar (restringir) sua efetividade e conceituação aos processos *quantofrênicos*. Conceber essa relação de forma rígida, pode nos conduzir ao erro crasso de reduzir a *accountability* a um efeito das práticas gerencialistas. Com esse alerta ponderamos que o mecanismo *accountability* vale-se da *quantofrenia* e *dataficação*, mas tais tendências não definem conceitualmente o fundamental da *accountability*.

desempenho da escola. Isso, para garantir o que Ball *et al.* (2012, p. 514, tradução nossa) chamaram de “o fornecimento de desempenhos sistemáticos e institucionais melhorados – todos os quais fazem parte de uma ‘cultura de auditoria’ neoliberal mais ampla [...]”. Cultura que tem a tendência de transformar os propósitos sociais mais amplos da educação numa política econômica e industrial (Ball, 2013), de modo que as medições de *accountability* de dados de *qualidade da educação* são tratados como profundamente políticos e impulsionados por imperativos econômicos.

É nessa senda, da hegemonia da economia neoliberal, que a educação básica fundamental – mas, não exclusivamente – tornou-se a linha de partida para medições da *qualidade* escolar, inseridas na *corrida econômica global*⁴⁴, de modo que “a educação dos primeiros anos é reduzida a uma mercadoria para aumentar o ‘capital humano’ e a utilidade (empregabilidade) de um indivíduo numa economia neoliberal estritamente definida – homo economicus” (Urban, 2015, p. 5, tradução nossa).

Por isso, como veremos ao longo do texto, as diversas formações materiais (coisa, objeto, processo, fenômeno – no sentido de coisa) agem sobre a *accountability* de forma sincrônica (coincidência temporal das situações), bem como diacrônica (sucessão delas), em dada realidade, provocando modificações de uns nos outros, algumas necessárias e outras contingentes. Aliás, a *accountability* é resultado de um processo histórico que deve ser explicado a partir das relações sociais reais (sistema de relações) e não da autonomização dos conceitos.

Em determinadas circunstâncias, os distintos conceitos em interação passam uns pelos outros, mudam-se uns nos outros e transformam-se em seus contrários (Cheptulin, 2004). Esse movimento de produção e intercâmbio material opera na *accountability* certas modificações em sua formação material, refletidas em suas particularidades, deformando a manifestação do conteúdo de sua essência. Fenômeno acentuado com a virada neoliberal, que conforma a *accountability* à transformação nos modos de regulação do Estado, de acordo com a racionalidade mercantil.

A forma moderna de regulação da *accountability* e sua relação com as formações materiais e práticas societárias de regulação⁴⁵, em geral, têm contribuído, na sociedade de

⁴⁴ Paradoxalmente, em um tempo que se alvora pós-moderno, a *accountability* baseada em dados acaba por se tornar um porto-seguro contra a própria negação da verdade e relativismo, substituindo o fluxo e a incerteza da “modernidade líquida” (Bauman e Lyon, 2014), pela aparente solidez dos “fatos” e números que pretendem demonstrar o “impacto” e, portanto, o valor das coisas, objetos, processos, fenômenos.

⁴⁵ A critério de primeira aproximação com o conceito regulação, para posterior adensamento nos capítulos sétimo e oitavo, podemos afirmar que no campo educacional a regulação vincula-se aos mecanismos de

classes, para gerar *consentimentos fabricados* (Herman; Chomsky, 2002) que a depender do contexto político-econômico, modificam a forma e o conteúdo da *accountability*. Superar esses consensos, com seus modos de agir – ou como coloca Kosik (2002, p. 81), “o homem se acostuma até com a força” –, significa não se submeter diante da nova cotidianidade, mas sim ir além da banalização da consciência cotidiana dissociada da história e da compreensão da imutabilidade do real, chegando ao ponto de aperceber-se como sujeito ativo na construção da própria realidade histórica.

Para Ruff (2019) e Kim & Yun (2019), o dinamismo das políticas educacionais em nível nacional e subnacional tem demonstrado que os usos da *accountability* têm se sofisticado, assumindo formas ajustadas ao *managerialism*. Fenômeno que ajuda a entender as qualidades *polimórficas e promíscuas da accountability* (Dubnick, 2008), como veremos mais à frente. No entanto, paradoxalmente, sua própria expansão e obscuridade têm lhe outorgado um certo *poder imagético*, uma espécie de projeção do que se deseja ser/ter/expressar. Figurando no domínio do espetáculo, simbolismo e performance, a *accountability*, como termo estratégico, passou a ser uma daquelas palavras geradoras de consensos sócio-políticos.

Na realidade, sob o efeito do encantamento da *conciliação* – mas, agora no campo das classes sociais –, em uma sociedade cindida, que dilacera a consciência humana em uma mistificação ideológica, as políticas de *accountability* são instrumentalizadas em prol de um utilitarismo político.

Verifica-se que é impossível construir uma análise séria e densa dos sentidos que permeiam o conceito de *accountability* sem levar em consideração que o termo, imerso em transformações e disputas, foi cunhado filosoficamente, atravessado pelo peso histórico e cultural da sociabilidade do capital. Nesse sentido, o uso da expressão *palavra-chave cultural*, formulada por Williams (2007), atribuída por Dubnick (2014) ao conceito de *accountability* é esclarecedor. Diz o autor:

Raymond Williams (1976; 1983) [... cunhou a expressão palavra-chave cultural] para designar esses termos no vocabulário de uma comunidade que não apenas fornecem percepções significativas sobre as prioridades e valores dessa sociedade, mas também desempenham um papel significativo na criação do ambiente cultural

controle social e aos princípios da *indústria educativa* – tecnificação, racionalização e ideologização (Moeglin, 2010) – identificadas nas formas da *gestão hiperburocrática* (Lima, 2012) com a organização (produtiva) educacional, ou seja, a intensificação da burocracia, impondo modelos com forte viés gerencialista à educação. Ao conceber-se a regulação como um instrumento para a *manutenção do equilíbrio*, opera-se uma aproximação da concepção funcionalista de Durkheim (2002), para quem a regulação é consensual e elemento impeditivo da anomia social.

dinâmico que conecta e molda arenas sociais importantes e problemáticas. Assim, o significado de uma palavra-chave cultural não vem do significado técnico ou restrito de um termo - ou seja, da forma como é definido em alguma fonte confiável, como o dicionário -, mas sim de suas “relações complexas com outras palavras igualmente complexas” (Durant 2006, p. 4) dentro do meio cultural dinâmico em que desempenha um papel central e frequentemente controverso (Dubnick, 2014, p. 23, tradução nossa).

Williams (2007) percebeu que certas palavras, como cultura – e podemos, por certo, incluir *accountability* – “assumiam na língua não apenas uma forma intelectual, mas histórica” (p. 30). Williams questiona, em *Palavras-chave*, a noção de que as palavras têm um sentido em si mesmas, destacando as mudanças no significado de certos termos ao longo do tempo. Significado cuja construção é resultado das contradições e conflitos sociais, arraigados nas experiências e demandas de cada período histórico.

Para o entendimento da realidade que perpassa a palavra-chave *accountability* ou, em perspectiva koselleckiana, a relação palavra-conceito, o artigo “Uma história dos Conceitos: problemas teóricos e práticos” é bastante elucidativo:

Naturalmente não é toda palavra existente em nosso léxico que pode se transformar num conceito e que, portanto, pode ter uma história. Palavras como oh!, ah!, und (e) etc., são palavras que não comportariam *prima facie* uma história do conceito (seriam desprovidas de sentido). É preciso estabelecer a distinção entre conceito e palavra, ainda que não me atenha à divisão dos lingüistas. [...] De forma evidentemente simplificada, podemos admitir que cada palavra remete-nos a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo. No entanto, nem todos os sentidos atribuídos às palavras eu consideraria relevantes do ponto de vista da escrita de uma história dos conceitos. [...] Tomemos, por exemplo, as palavras Estado (Staat), ou Revolução (Revolution), ou História (Geschichte), ou Classe (Klasse), ou Ordem (Stand), ou Sociedade (Gesellschaft). Todas elas sugerem imediatamente associações. Essas associações pressupõem um mínimo de sentido comum (minimal *Bedeutungsgehalt*), uma pré-aceitação de que se trata de palavras importantes e significativas. A certa altura temos que nos interrogar acerca dos limites e fronteiras que separariam palavras em si teorizáveis, e acerca de que palavras seriam em si reflexivas (Koselleck, 1992, p. 134-135).

Para superar a complexidade desse problema, no qual a *accountability* está inserida, faz-se necessário estabelecer *pontes teóricas* entre as diversas disciplinas das Ciências Sociais e praticar uma *interpretação mútua*, fertilizando uma gama de novos e diferentes questionamentos e abordagens sobre a *accountability*. Uma vez que, as “categorias ou ‘modelos’ derivados de um contexto precisam ser testados, refinados e, talvez, redefinidos no curso da investigação histórica” (Thompson, 2001, p. 229), temos que: essa lógica, aplicada no estudo teórico da *accountability*, evidencia-se no diálogo entre a história e a sociologia, filosofia política e a ciência política, pelo qual se examina o movimento e desenvolvimento da *accountability* como um *processo ativo*.

Em uma crítica ao reducionismo econômico de algumas correntes teóricas, Thompson (2001, p. 207) afirma que não se pode desconsiderar “a autonomia dos acontecimentos políticos ou culturais”, mesmo que esses sejam “condicionados pelos acontecimentos ‘econômicos’” – diversamente do que defendem os materialistas ortodoxos. Em suas palavras:

Quando se estabelece uma conexão ou uma relação causal entre acontecimentos determinados (da ordem da superestrutura) e uma certa configuração de interesses de classe (da ordem da base), pensa-se que as exigências da explicação histórica foram satisfeitas porque esses acontecimentos foram caracterizados como burgueses, pequeno-burgueses, proletários etc. O erro não está em estabelecer essas relações, mas em sugerir que as ideias ou os acontecimentos são, por sua natureza, redutíveis ao contexto causal que os explica. [...] Nessas *demarches* da análise histórica ou sociológica (ou política), é essencial (assumir) o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem “a reboque”, seguindo os fenômenos econômicos a distância: eles estão, em seu surgimento, presos na mesma rede de relações (Thompson, 2001, p. 208-209).

Logo, deve-se superar o antagonismo entre objetividade e subjetividade – uma vez que a “análise da realidade social despojada da vida subjetiva transforma-se em sociologismo; ao mesmo tempo, a análise da vida subjetiva despojada da objetividade transforma-se em psicologismo” (Resende, 2009, p. 18-19).

Ao enfatizar o *processo ativo* na efetividade da *accountability*, temos o diálogo, no campo das ciências sociais, entre a História e a Sociologia, o que pode evitar a generalização e anacronismos em torno da *accountability*. Nesta ponte teórica, considerando a ideia de processo e transformação, temos que o fenômeno social *accountability* não pode ser estudado apenas em sua *sincronia*; é necessário um estudo que considere sua *diacronia*.

Uma sociologia sincrônica da *accountability*, que não relaciona o conjunto dos interesses e condições materiais de determinada sociedade, em sua dinâmica, está fadada a uma análise funcional do fenômeno, desconsiderando sua mobilidade e esvaziando a própria noção de *práxis*. Por isso, a dimensão histórica torna-se imprescindível nessa equação, com seu teor diacrônico, dialético e comparativo, identificando as transformações, rupturas e contradições da *accountability*, bem como, das instituições e sistemas sociais que a circunscrevem.

Nessa perspectiva, a presente unidade se ergue estruturada em duas seções: “O abstrato e o concreto: o solo movediço do campo conceitual” e “*Accountability*: uma ‘análise concreta de situações concretas’”. Na primeira parte, tratamos sobre a *natureza* dos conceitos e sua relação com os nomes; enquanto na segunda, expomos a origem e desenvolvimento da *accountability* no aspecto histórico, e como isso impactou sua própria constituição conceitual.

É claro que não objetivamos realizar uma genealogia ou arqueologia da *accountability*, nos moldes foucaultianos – abordagem carente das contradições históricas e tensões ideológicas –, que tem predominado nas revisões de literatura sobre o tema, muitas vezes restritas a simples descrição fenomenológica de seus descritores. Tampouco, temos a pretensão de investigar a evolução da *accountability*, mas tão somente identificar e analisar contextos singulares, enquanto particular, de seu aparecimento, origem e desenvolvimento, compreendendo com isso, seu movimento no *espaço e tempo*⁴⁶.

2.1 O abstrato e o concreto: o solo movediço do campo conceitual

Ao nos movermos sobre o solo *movediço* do campo conceitual da *accountability*, lançando mão do materialismo dialético para a análise dos paradoxos científicos, em relação à produção e à operacionalização de conceitos, irrompem algumas perguntas: “o que distingue a palavra de um conceito?”, “para que servem os conceitos e as categorias?” e “por que não podemos prescindir deles para a construção do conhecimento?” Estas questões são relevantes para a investigação científica em dois aspectos: o ontológico, sobre compreensão da realidade; e o epistemológico, sobre a possibilidade e meios para se atingir a compreensão da realidade.

Em uma perspectiva ontológica, o conceito, como matéria (forma e conteúdo), não é algo fixo e imutável, mas histórico. Sendo que sua base pode ser criada no cotidiano de pessoas comuns, sob a forma de palavra (*unidade de comunicação*), como um *pseudoconceito*, uma *noção* ou representação (uma forma do conhecimento empírico) do estágio sensorial da consciência. Nesse estágio, sua função é explicar (sem pretensões científicas ou filosóficas) a vida cotidiana. A ideia expressa pelo *pseudoconceito* ampara-se, portanto, no *senso comum*, possuindo uma imagem sensorialmente determinada para seu significado ou seu sentido.

Entretanto, a relação entre palavra e conceito adquire outra conotação, quando estamos lidando com os conteúdos das categorias científicas que se tornaram historicamente vinculadas a esses termos. Dito isso, queremos ponderar que “a palavra aufere ao conceito

⁴⁶ As noções de espaço e tempo não se restringem as ideias de espaço e tempo físico, mas como afirma Cheptulin (2004, p. 181) “o espaço é a extensão das formações materiais particulares e a relação entre cada uma delas com as outras formações materiais”, enquanto o “tempo é a duração da existência das formações materiais e a relação de cada uma delas com as formações anteriores e posteriores”. Sobre isso, nos diz Engels (2015, p. 100), no *Anti-Dühring*: “Pois as formas básicas de todo ser são espaço e tempo, e um ser fora do tempo é um absurdo tão grande quanto um ser fora do espaço”. Contrário à esta compreensão, Foucault (2014, 2015) substituirá a ideia de um espaço absoluto pela fusão espaço-tempo, em uma perspectiva de pensar o poder-saber, fora de um *locus*.

uma forma linguística e o conceito é seu conteúdo significativo. Contudo, o conceito difere do objeto ao qual se refere, uma vez que ele é a determinação e representação de características do ser-objeto – o conceito é o correlato intencional do objeto” (Menezes, 2019, p. 61).

Em virtude da especificidade da palavra (termo/nome) atribuída a um conceito categorial, a compreensão da ascensão do abstrato ao concreto, conforme a lógica dialética, é, a nosso ver, imprescindível. Isso indica ser necessário *superar* as formulações teóricas de palavra e conceito fundamentados, p. ex., nos *tratados de lógica da escolástica medieval*, da *filosofia materialista dos séculos XVI a XVIII*, dos *idealistas e racionalistas* que ainda vigoram (reformulados) entre nós.⁴⁷ Esclareçamos, de maneira concisa, logo, sem a menor pretensão de um arrazoado filosófico, essa questão.

Para os filósofos escolásticos, que não distinguiam conceitos de nomes, os conceitos (nomes), por exporem propriedades e relações das coisas, eram abstratos, enquanto nomes de coisas eram considerados concretos. Essa interpretação resultou no *nominalismo*, que concebia os nomes como designações subjetivas de coisas concretas individuais (p. ex., livro, casa, muralha, carro), percebidas sensorialmente e observadas diretamente (imagens gráficas); enquanto o termo abstrato (p. ex., beleza, virtude, força, ou seja, as propriedades, relações e leis recorrentes e vistas como imutáveis), designava o conteúdo de coisas mentalmente isoladas.

Já entre filósofos materialistas dos séculos XVI-XVIII, existia uma visão mecanicista, opondo de um lado a *ilusão subjetiva* e, do outro, a *qualidade objetiva*. A primeira ideia seria o concreto, um produto da atividade dos órgãos sensoriais do homem; enquanto, a segunda seria o objeto fora da consciência (características temporais, espaciais e formas geométricas), algo totalmente abstrato. Em outras palavras, em uma perspectiva nominalista, mantendo a cisão entre concreto e abstrato, os conceitos, exceto os matemáticos, eram vistos basicamente como auxílio a memória e a comunicação humana, ordenando os dados de suas experiências.

Há que se fazer, nesse ponto específico, uma ressalva. Muito embora o materialismo dialético de Marx e Engels tenha sofrido influência dos materialistas da Antiguidade, do século das luzes ou de Ludwig Feuerbach (no século XIX), eles não a receberam de forma acrítica. Na realidade, existe uma distância considerável entre os dois

⁴⁷ Para a interpretação das correntes filosóficas em tela somos devedores do estudo de Evald Vasilievich Ilienkov (1982), *A Dialética do Abstrato e do Concreto em O Capital de Karl Marx*.

materialismos. O próprio Engels explica essa diferença, quando especifica que uma das limitações da filosofia materialista do século XVIII consistia:

[...] em sua incapacidade para conceber o mundo como um processo, como uma matéria sujeita ao desenvolvimento histórico. Isto correspondia ao estágio das Ciências Naturais naquela época e ao modo metafísico, isto é, antidialético, de filosofar que com ele se relacionava. [...] Esta concepção anti-histórica imperava também no campo da História (Engels, 2012, p. 141-142).

Por desconsiderar o caráter dialético da natureza e da história, em que não há nada de absoluto ou eterno, mas tudo está em constante transformação, esse materialismo filosófico do século XVIII, bem como parte do materialismo da primeira metade do século XIX, mergulhou no mecanicismo. Assim, desprovido da ideia de contradição e de uma concepção de história como processo, esse materialismo deu à filosofia idealista uma relativa vantagem na corrida ideológica.

De modo peculiar, idealistas imaterialistas ou subjetivos – como George Berkeley (1685-1753) – e empiristas radicais – como David Hume (1711-1776), com seu ceticismo filosófico – reduziram conceitos a nomes, a signos ou a símbolos convencionais. Os conceitos seriam formas, *a priori*, da sensibilidade e do entendimento; disto temos os objetos materiais externos ao homem (as cidades, as montanhas etc.) como percepções ou um misto de percepções e ideias, alojados na esfera do espírito humano (*mente*, possuindo a faculdade da memória), que transcende o corpo através das sensações. O homem, ao utilizar as faculdades do pensamento, da imaginação e da memória teria em sua mente imagens perfeitas. A sala, o sofá e a cadeira, p. ex., seriam percepções trabalhadas pela imaginação, que as coloca fora do nosso corpo, mas não existiriam fora do espírito.

Essa compreensão, no rastro do pensamento aristotélico, resulta em categorias lógicas, reduzindo os conceitos à mera abstração dos fenômenos e percepções individuais; bem como reduziu-se o conceito à palavra, ao termo. Para essa limitada teoria empírica, o conhecimento seria absorvido pelos sentidos humanos, como a memorização. Isso se daria de tal forma, que as experiências e os conhecimentos adquiridos resultariam da prática e habilidade de usar corretamente as palavras, ou seja, o pensamento estaria subordinado a aspectos linguísticos de um conhecimento racional. Assim, refutavam o princípio materialista e a própria questão da verdade objetiva dos conceitos universais; tendência ainda viva hodiernamente na forma de concepções neopositivistas – positivismo lógico ou filosofia analítica.

Diversamente da tradição idealista imaterial, que seccionava o mundo dos homens do mundo das Ideias, tratando a presença humana na Natureza como *um império num império*,

Baruch de Espinosa (1632-1677) enfatizou nosso enraizamento na substância mesma que nos constitui e possibilita a ação e o pensamento. Numa abordagem que se pretendia realista, o filósofo vai censurar os que desconhecem essa fundação ontológica; criticando o viés metafísico e a dificuldade em se reconhecer a auto legalidade do mundo humano e natural, Espinosa vai defender a sociedade como um prolongamento da ordem natural. Em suas palavras:

A maior parte daqueles que escreveram sobre as afecções e a maneira de viver dos homens parecem ter tratado, não de coisas naturais que seguem as leis comuns da Natureza, mas de coisas que estão fora da Natureza. Mais ainda, parecem conceber o homem na Natureza como um império num império. Julgam, com efeito, que o homem perturba a ordem da natureza mais que a segue [...] (Espinosa, 1983, p. 175).

Prosseguindo na leitura do texto, Espinosa critica os adeptos de uma teoria política que separava radicalmente os homens de sua fundação natural. Além disso, ele enfatizou que o conceito (de *substância*) não poderia ser concebido abstratamente de modo sensorial, gravada em nomes e termos. Isto seria uma forma do conhecimento imaginativo vago. No entanto, falhou em entender que os *instrumentos intelectuais* eram produtos do trabalho humano e não da natureza, ou seja, não identificou na relação teoria e prática a conexão entre o pensamento e a atividade prática com objetos.

Vale lembrar que não nos alvamos, nesse estágio, em tecer análises minuciosas, apenas almejamos apresentar concepções específicas para um melhor entendimento da relação palavra-conceito. Esse delineamento fica ainda mais manifesto quando abordamos a filosofia de Espinosa, seja por sua complexidade (expressa por antecipações brilhantes da dialética, fato manifesto na composição formal dos conceitos universais concretos, oposta aos simples universais abstratos); seja, principalmente, pelo esforço que se desenrola a partir da segunda metade do século XX, até os dias de hoje, de se estabelecer um diálogo entre a obra de Marx e a de Espinosa, que busca fundar o chamado *marxismo espinosano*⁴⁸. Por isso, ficaremos apenas com essas considerações sobre o pensamento de Espinosa.

⁴⁸ Autores como Louis Althusser, Maximilien Rubel, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Antonio Negri são conhecidos por criticarem o que qualificam de reminiscência do teleologismo na tradição marxista e buscam uma aproximação entre Marx e Espinosa. Essa interpretação, que ganhou força no século XX, argumenta que Espinosa antecipou alguns conceitos da teoria marxista. Muito embora esta premissa esteja parcialmente correta, eles parecem ignorar um ponto fundamental: Marx rejeita explicitamente a ideia de derivar as relações sociais e políticas dos fenômenos naturais, algo que é recorrente na crítica marxiana aos economistas de sua época. Espinosa, por outro lado, defende que o homem faz parte da natureza e segue suas leis gerais. Por esta razão, o “marxismo espinosano” é objeto de crítica por parte de muitos estudiosos marxistas, que argumentam que ela é equivocada e reducionista, devido: 1. Subestima a importância do papel da luta de classes na teoria marxista. Para Marx, a luta de classes é a força motriz da história, e o motor da transformação social. Essa perspectiva se distancia da concepção espinosana de uma certa ordem natural, em que a razão é capaz de

Com Immanuel Kant (1724-1804) temos a tentativa de conciliação dos princípios do racionalismo e empirismo, a partir da visão idealista-subjetivista do conhecimento. Nesse viés filosófico, Kant concebeu o conceito como uma representação comum ou uma unidade analítica de representações. Assim, o conceito seria um tipo de cognição (representação que se relaciona com consciência a um objeto), uma cognição universal, que contrastaria com a intuição (uma cognição singular).

Na *Lógica*, Kant (1992) recusa a separação dos conceitos em classes distintas: abstrato e concreto. Ele afirma que todo conceito tem: primeiro, *forma*, manifesta em sua universalidade, que expressa algo em geral, um caráter definitivo genérico ou específico da coisa. Em outros termos, uma criação do entendimento por operações lógicas, a partir de representações dadas (comparação, reflexão e abstração). Segundo, *matéria*, enquanto representação do objeto. Todavia, qualquer conceito, em uma perspectiva kantiana, é um conceito abstrato quanto ao seu *uso*. Uso esse que pode ter diferentes graus, conforme o modo que se trata o conceito – agora mais, agora menos abstrato ou concreto, isto é, retira ou adiciona a ele agora mais, agora menos definições (Ilienkov, 1982).

De acordo com a visão kantiana, quanto mais abstrato for o conceito, menor será seu conteúdo. Por efeito, quanto mais características/definições são adicionados ao conceito, mais concreto ele é. Ou seja, temos uma relação inversa entre *conteúdo* e *extensão* do conceito. Nesse ponto, chegamos ao âmago de nossa síntese da ideia de conceito kantiano, qual seja: um conceito nunca alcança o limite da concreticidade; existe, portanto, um *conceito superior*; mais abstrato, mais amplo, que retém em sua composição certa unidade, certa síntese de definições; e, um *conceito inferior*, mais estreito, assim, subordinado, que contém outros sob si.

Por exemplo, o conceito de *felino* tem sob si – e não em si – o conceito de *tigre*, mas está sob o conceito de *animal*. Já o conceito de *animal*, por sua vez, está no conceito de *felino*, e não sob ele. Apliquemos esse exemplo ao nosso objeto de pesquisa: o conceito de *accountability* tem sob si – e não em si – o conceito de *accountability democrática*, mas está

estabelecer a harmonia entre os seres humanos. 2. Tende a reduzir a teoria marxista a uma interpretação idealista, em que as ideias têm primazia sobre as condições materiais. Para Marx, a mudança social não é resultado de ideias ou de concepções filosóficas, mas sim das contradições materiais da sociedade. Essa abordagem materialista é incompatível com a perspectiva espinosana, que busca compreender a realidade por meio de uma análise conceitual. 3. Por fim, a aproximação entre Espinosa e Marx pode gerar uma interpretação equivocada da teoria marxista, ao reduzi-la a uma mera filosofia moral. Para esses críticos, a teoria marxista é uma análise científica das contradições sociais e das formas de superá-las, e não uma simples reflexão sobre os valores morais. Portanto, é preciso ter cautela ao tentarmos aproximar o pensamento marxiano e espinosano, sem levar em conta as diferenças fundamentais entre as suas abordagens.

sob o conceito de *controle*. Já o conceito de *controle*, por sua vez, está no conceito de *accountability* e não sob ele.

A semelhança de Kant, Hegel (1995) também assumiu que qualquer conceito era abstrato, mas diferente daquele, desde que essa abstração não expressasse em sua definição a realidade sensorialmente contemplada. O pensamento abstrato, nesse caso, não seria uma virtude, ao contrário, seria uma deficiência: quanto mais abstrato o conceito, mais pobre em definições ele seria. Com isso, a expressão do geral no conceito é personificada nas palavras (sempre abstratas), sendo os conceitos, como unidade da diversidade, incapazes de expressar o individual.

No entanto, se a palavra/termo/nome expressa apenas a similaridade abstrata entre coisas individuais, isso ainda não seria, conforme o pensamento hegeliano, um *conceito*; tão só, seria uma *noção* ou representação. O conceito não expressaria simplesmente o geral, assim como em sua unidade, conteria a riqueza dos particulares. Portanto, um conceito genuíno do objeto, em suas conexões mútuas, não é somente abstrato, mas necessariamente concreto, concreticidade manifesta na unidade das definições do mesmo tipo, por meio da *unidade concreta de definições abstratas*.

Todavia, para avançarmos sobre a ideia de conceito operada pelo filósofo alemão, convém tratar da distinção central entre símbolo e signo em sua teoria da linguagem, o que faremos no Capítulo VI, em sua quarta seção. Assim, correndo o risco de pecar pelo excesso de condensação, mas para atender nossos propósitos, basta considerar, no momento, que em Hegel (1995, p. 292), segundo sua própria doutrina: “O conceito é o que é livre, enquanto potência substancial essente para si, e é totalidade, enquanto cada um dos momentos é o todo que ele mesmo é, e é posto com ele como unidade inseparável; assim, na sua identidade consigo, o conceito é o determinado em si e para si [...]”. Isso dá a entender que o conceito é aquilo que une, compõe as ideias.

O problema do idealismo da concepção hegeliana do abstrato e do concreto consiste em considerar o concreto, em última análise, como o produto do pensamento; como se a habilidade para sintetizar definições abstratas fosse uma propriedade do pensamento, ao invés da conexão universal ou de uma realidade percebida sensorialmente, objetiva, existente e independente de qualquer pensamento.

Fechando a síntese do conjunto de teorias não marxianas que abordam a passagem do abstrato ao concreto, que atendem aos nossos interesses, qual seja, o pensar sobre a relação palavra-conceito, tratemos agora, em uma subseção específica, da *refutação conceitualista* ou *anticonceitualismo* milliano.

2.1.1 John Stuart Mill: nomes, proposições e os princípios da lógica e da matemática

A análise social, no século XVIII, obedecia à autoridade dos filósofos iluministas, destacando-se Davi Ricardo (1772-1823) e, principalmente, Adam Smith (1723-1790). Contudo, não há dúvida que na filosofia e política do século XIX, a influência de John Stuart Mill (1806-1873) e Marx é decisiva, cada um à sua própria maneira. O primeiro, considerado à época o *autor da moda*, apregoava a *liberdade* do indivíduo dos abusos do poder estatal; enquanto o segundo, visava a *liberdade* ou emancipação da humanidade do jugo alienante da ordem do capital.

Dado marcante da teoria de Mill foi ter lançado as bases da revisão do utilitarismo como ideologia suprema e a formulação dos princípios do *homo oeconomicus* (ou seja, não do conceito em si e tampouco da palavra, a qual nunca foi citada em seus textos), com seus quatro interesses distintos: acumulação, lazer, luxo e procriação. Por essa abstração, Mill coloca na base das ciências morais a motivação humana por riqueza, causa pela qual se raciocinaria dedutivamente na ciência, a fim de chegar a conclusões. O que Mill buscava operar aqui, por um lado, era afirmar que a ciência da economia política se preocupava com o homem e, por outro, com realizar uma harmonização da relação capital-trabalho.

O mais importante a sublinhar, para atender as nossas pretensões, é a questão dos *nomes, proposições e os princípios da lógica e da matemática* que envolvem as ideias de palavra e conceito em Mill. Para isso, destaquemos que Marx observou atentamente o método milliano e que em ambos os autores, a *abstração*, o raciocínio puro (e não apenas a empiria) exerceu um papel fundamental na metodologia de pesquisa.

Outro aspecto relevante, refere-se ao problema de como se relacionam as *verdades abstratas* e os *fenômenos concretos*, que a nosso ver, ampara-se em duas bases: 1) Mill toma o abstrato, em um sentido lógico, como o oposto de concreto, por isso sua formulação de *verdade abstrata* e *verdade concreta* (nesse ponto façamos uma ponderação, como veremos *para o materialismo dialético marxiano-marxista não existe verdade abstrata, a verdade é sempre concreta*); 2) seu método está intimamente ligado a uma concepção idealista-subjetivista da relação entre pensamento e realidade objetiva.

A tese da verdade debatida por Mill traz para o debate, ao criticar o *intuicionismo*, a ideia de que as verdades lógicas e matemáticas não são simplesmente linguísticas, elas contêm informações substanciais não linguísticas. Assim, um dos objetivos da lógica milliana é indagar como nós chegamos ao conhecimento que não é intuitivo, distinguindo (em

questões que não são auto evidentes) entre coisas demonstradas e não demonstradas, entre o que é digno e o que é indigno de crença.

No desenvolvimento da teoria econômica clássica, assistiu-se a disputa entre duas tendências metodológicas: de um lado, os defensores de que as verdades dos princípios da Economia só poderiam ser julgadas *a posteriori*, ou seja, as premissas teóricas eram tidas como derivadas da observação casual e não sistemática dos fatos; a outra tendência asseverava os princípios do raciocínio econômico verdadeiros *a priori* – quer dizer, a certeza delas é conhecida antes da experiência. Assim, as hipóteses básicas não são derivadas de observações específicas de eventos concretos, mas de premissas psicológicas, pelo uso da introspecção. Mill defendia a segunda perspectiva.

No *Prefácio* da 1ª edição do *Capital*, Marx (2013b, p. 78) advertia que “[...] na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópios nem reagentes químicos” e arremata que: “O físico observa processos naturais, em que eles aparecem mais nitidamente e menos obscurecidos por influências perturbadoras ou, quando possível, realiza experimentos em condições que asseguram o transcurso puro do processo”.

Nota-se em Marx que o método, dentre vários procedimentos, é calcado na capacidade de fazer *abstrações razoáveis*, conforme um proceder dedutivo e *analítico* (ou seja, como indução e raciocínio). Isso conduz Marx a diretiva de buscar afastar as influências perturbadoras. Esse detalhe do método marxiano é similar (mas, não idêntico) ao método milliano que desconsidera, de início, as *causas perturbadoras* – fatores (perturbações) que podem afetar o resultado de um fenômeno econômico de maneira significativa, mas que não são considerados pela ciência econômica em sua análise teórica padrão; essas *causas* podem incluir, por exemplo, eventos imprevisíveis, mudanças repentinas nas preferências dos consumidores, desastres naturais, entre outros.

Ainda a nível de esclarecimento da distinção da *causa perturbadora* entre Marx e Mill, podemos pontuar que: para o primeiro, o *homo oeconomicus* não é referência diretiva; já para o segundo, a contradição entre *teoria* e *prática* (eventos reais ou fatos) permitiria constatar o lugar em que atuam as causas perturbadoras, sendo que o método, *a posteriori*, serviria para verificar verdades e não para descobri-las.

Ou seja, Marx e Mill têm abordagens diferentes em relação às causas perturbadoras. Enquanto Mill (1973) acredita que essas causas devem ser levadas em conta no momento da aplicação prática da teoria econômica, Marx (2013b) argumenta que as causas perturbadoras são inerentes ao próprio sistema capitalista e, portanto, devem ser consideradas na análise teórica. Para Marx, as crises econômicas, p. ex., são resultado das contradições

inerentes ao sistema capitalista e não podem ser explicadas apenas por meio da análise teórica padrão da ciência econômica. Já Mill acredita que a ciência econômica deve incorporar apenas as causas que atuam em todos os casos, mas que as perturbações devem ser levadas em conta no momento da aplicação prática da teoria econômica (Mattos, 2004).

Ainda que a ciência da economia política só incorpore em suas análises as causas presentes em todos os casos investigados, outras causas atuam em casos específicos; e se forem importantes, para os resultados da ciência, devem também ser incorporados no momento da aplicação prática. É nesse contexto que as motivações humanas de descrição, diferente daquelas associadas a abstração do *homo oeconomicus*, seriam, para a teoria milliana, as principais *causas perturbadoras*. Com isso, o sistema teórico levaria em conta inúmeros fatores (Feijó, 2015; Mattos, 2004).

Uma explanação mais demorada dos pontos de vista de Mill justifica-se aqui, por eles exprimirem de forma consistente a tradição antidialética, especificamente na apreciação do abstrato e do concreto como categorias lógicas. Além disso, ele nos auxilia a entender a virada semântica que influenciou a relação palavra-conceito, a partir do universo de seu “Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva” (Mill, 1973), no qual faz oposição ao modelo do *empirismo materialista* do século XVIII, de Thomas Hobbes e Jean Locke.

O modelo hobbes-lockeano tinha na (teoria da) linguagem um instrumento para o estabelecimento do *contrato social*, supondo que a função da linguagem seria comunicar pensamentos e na *troca* (leia-se, literalmente *troca*) de ideias os indivíduos estabeleceriam acordos de convívio social. Nesse sentido, conforme a teoria erigida por esses pensadores contratualistas, *usamos a linguagem em nossa vida social para comunicar nossos pensamentos*, pois os *nomes se referiam a ideias e não às coisas em si*. Contra essa tese conceitualista, Mill afirmou que o significado dos nomes não são nossas ideias, mas as coisas mesmas:

Se somente se quer dizer que o conceito apenas, e não a própria coisa, é evocado pelo nome ou comunicado ao ouvinte, não há condição para que seja negado. Todavia, parece haver boas razões para se aderir ao uso comum, e designar [como na verdade o próprio Hobbes faz em outros lugares] com a palavra solo nome do sol e não o nome de nossa ideia do sol. Pois os nomes não têm tão-só a finalidade de fazer o ouvinte conceber o que concebemos, mas também de informá-lo do que cremos (Mill, 1973, v. I, ii, §1, tradução nossa).

Como podemos perceber, Mill refuta a tese que usamos a linguagem tão somente para comunicar o conteúdo de representações subjetivas, ou que os nomes tenham as ideias como seus referentes imediatos. Por isso, Mill (1973, v. I, i, §2, tradução nossa) afirma: “Tudo o que possa ser objeto de crença ou mesmo de descrença deve, quando expresso em palavras,

assumir a forma de uma proposição”. Por isso, ao enunciarmos uma proposição que contém a palavra *sol*, p. ex., por mais que tenhamos em mente a ideia de *sol*, isso não significa que o discurso proposicional se refira à ideia de *sol*; a ideia de *sol*, expressão do intelecto de quem enuncia a proposição, refere-se a parte de um conteúdo proposicional, que representa um fato objetivo do mundo (Prado, 2006b, 2015).

O que Mill busca afirmar na manipulação do *nome sol* é um raciocínio que opere a distinção entre proposições *verbais* e *reais*, conforme princípios da lógica e da matemática. Por essa ação, distinguiriam-se as proposições que *não transmitem* novas informações e aquelas que *transmitem* novas informações. Fato relevante desta diferença é que todas as proposições reais são *a posteriori*; por consequência as proposições verbais são *a priori*, além de serem vazias de conteúdo – elas nos informam sobre o que as palavras significam (linguagem), em vez de nos esclarecer como o mundo funciona.

Na teoria de Mill, ainda seguindo os moldes aristotélicos, o sentido proposicional (de afirmação ou negação de algo) é determinado pela síntese de dois *nomes* ou termos (sujeito e predicado) ligados pela cópula. O sujeito é o nome ou termo que denota a coisa acerca do qual algo é afirmado ou negado. O predicado é o nome ou termo que denota aquilo que é afirmado ou negado. A cópula é o sinal que denota que há uma afirmação ou negação. Na proposição “o sol é quente”, p. ex., a cópula “é” mostra que está sendo afirmada a qualidade de “quente” (emissor de calor) da estrela solar.

Em uma lógica conceitualista, o caminho seria outro. Exemplifiquemos essa questão, inserindo no debate o mecanismo *accountability*: uma pessoa (emissor) ao pensar no mecanismo *accountability* pode proferir a palavra “*accountability*”. Aqui, podemos conjecturar que ela está pensando no mecanismo *accountability* e, nesse caso, o significado imediato de palavra “*accountability*”, tal como foi proferida, significaria a ideia de *accountability* na mente do emissor no ato da enunciação. No entanto, ao utilizar a palavra “*accountability*” para expressar uma crença num fato do mundo, no qual a *accountability* está inserida, a palavra “*accountability*” terá um outro significado, pois está inserida num dado contexto proposicional; o que tornaria insustentável a tese conceitualista. Certamente, o emissor deve estar pensando no mecanismo *accountability* e deve ser capaz de ter uma ideia de *accountability*, para que possa enunciar uma proposição no qual o termo “*accountability*” aparece.

Para Mill, a linguagem não se reduz ao uso pragmático de comunicar o conteúdo dos nossos pensamentos, ideias ou representações; ela também possui a função de enunciação proposicional, expressando o *objeto de nossas crenças* – algo em íntima conexão com o valor

da verdade, esta, sempre relacionada a um conteúdo crido, remetendo-nos a uma dimensão lógico-verificativa. Aqui, conforme Lúcio Lourenço Prado (2015, p. 12), Mill insere na teoria semântica a ideia de verdade, em que: “embora a crença em si mesma seja um estado de consciência e, por isso mesmo, uma manifestação absolutamente subjetiva, quando cremos, cremos em algo, e esse algo é algo absolutamente objetivo”.

O ato da crença, no qual uma proposição é tomada por verdadeira, refere-se a algo (o objeto portador da crença) e tem um caráter intencional. Por isso, deve-se perguntar: qual a referência do ato intencional da atribuição de verdade? Logo, a crença tem uma relação com algo objetivo, que transcende a própria consciência. Mill (1973), certamente, defendia que a linguagem é fundamentada enquanto fenômeno proposicional à enunciação de verdades, isto é, um instrumento representando trechos de discurso de uma maneira precisa e sem ambiguidades.

Essa interpretação milliana sobre a natureza e a função pragmática da linguagem – que assume uma *função lógico-veritativa* (ou função de verdade; em que a opinião atua como operador-padrão), em oposição à *dimensão sócio pragmática* (uso comunicativo da linguagem, para produzir ações pragmáticas) hobbes-lockeana – fez-se sentir, sobretudo, na elaboração do aparato conceitual que propiciou o emergir da filosofia analítica.

Embora os avanços no campo da lógica e filosofia, no final do século XIX e princípio do XX, tenham resultado na superação de princípios sobre semântica e lógica propostos por Mill, sua influência ainda foi sentida, p. ex., no advento da *virada linguística*⁴⁹ e nas discussões semânticas da primeira metade do século XX. Tendo influenciado pensadores como o pai da lógica moderna, Gottlob Frege (teórico do *princípio de contexto*) e o primeiro Ludwig Wittgenstein (2002b), autor do influente *Tractatus* – obra que objetiva determinar os limites da linguagem, enquanto instrumento de descrição do mundo; sendo o

⁴⁹ A *virada linguística* foi um movimento filosófico que iniciou entre o final do século XIX e princípio do XX tendo como objetivo principal questionar a ideia de que a linguagem é apenas um meio de representar a realidade. Seus adeptos defendem que a linguagem é, na verdade, constitutiva da realidade, ou seja, a linguagem não apenas descreve a realidade, mas também a cria e a molda. Um de seus principais filósofos foi J.L. Austin, que desenvolveu a teoria dos atos de fala. Segundo Austin, a linguagem não apenas descreve a realidade, mas também pode ser usada para realizar ações, como prometer, pedir, ordenar, entre outras. Essas ações são chamadas de atos de fala e são tidas como fundamentais para a compreensão da linguagem e da realidade. Em síntese, as características da virada linguística incluem: 1. Ênfase na análise da linguagem para a compreensão da realidade, a fim de compreender como ela funciona e como ela molda a nossa compreensão da realidade. 2. Crítica à ideia de que a linguagem é apenas um meio de representar a realidade. A linguagem é tida como constitutiva da realidade, ou seja, a linguagem não apenas descreve a realidade, mas também a cria e a molda, ou seja, a forma como usamos a linguagem influencia a forma como percebemos e compreendemos a realidade. 3. Importância dos atos de fala na compreensão da linguagem e da realidade. Os atos de fala são ações que realizamos por meio da linguagem, como prometer, pedir, ordenar, entre outras (Sampaio, 2017).

elemento próprio do uso (descritivo) da linguagem, perguntar pela verdade ou pela falsidade, ou seja, operar uma *proposição*.

Sintetizemos, nesse momento, alguns aspectos da influência de Mill sobre a virada linguística, considerando sua teoria milliana da conotação, que trouxe novidades significativas para o estabelecimento das bases em que se edificou a virada semântica na filosofia. De acordo com Mill, as palavras têm dois tipos de significado: o denotativo e o conotativo. O significado denotativo de uma palavra é a sua referência direta a um objeto ou conceito no mundo. Por exemplo, a palavra “gato” denota um animal de quatro patas com pelos e bigodes. Já o significado conotativo de uma palavra é a sua associação com outras ideias ou conceitos que não são diretamente referidos pela palavra. Vejamos: a palavra “gato” pode conotar ideias como fofura, independência, astúcia, entre outras (Prado, 2005, 2006a).

Logo, segundo Mill, as palavras não têm significado por si mesmas, mas apenas em relação a outras palavras e conceitos na linguagem. Essa teoria se baseia na ideia de que as palavras têm significado porque se referem a coisas no mundo, independentemente de nossas experiências. Além disso, sua teoria do conhecimento definia a importância da linguagem para a compreensão do mundo e do conhecimento humano. Mill argumentava que a lógica formal era necessária para a compreensão do conhecimento, pois permitia a inferência de verdades, a partir de outras verdades, sem a necessidade de recorrer a experiências subjetivas.

Dito isso, retomemos nossa análise sobre a negação do conceitualismo. Para Mill (1973, v. I, ii, §4, tradução nossa), nome “concreto é o que representa uma coisa; nome abstrato é o que representa o atributo de uma coisa. Assim, João, o mar, esta mesa, são nomes de coisas. [...]”. Por sua vez, Branco, Velho e Homem são os nomes de muitas coisas; no caso de Homem, p. ex., a “[...] humanidade é o nome de um atributo dessas coisas”. Com isso, Mill divide os nomes em gerais e singulares, sendo que cada nome tem uma conotação (implicam algum atributo) e uma denotação (referem algum indivíduo ou coisa na descrição).

O nome geral *homem*, p. ex., denota Locke, Hobbes, Espinosa etc., e o faz porque todos compartilham algum(ns) atributo(s) (p. ex., animal racional), conotados por homem. Já o nome *vermelho* denota todas as coisas vermelhas e conota o atributo vermelhidão. A palavra *vermelhidão*, operando como nome próprio (em que seu significado deriva inteiramente do que ele denota), em contrapartida, denota um atributo, mas *não* conota um atributo.

Para compreender mais adequadamente essa questão, retomemos a discussão acerca da natureza dos nomes ou termos, em relação às proposições verbais e reais. Para Mill (1973), as proposições verbais, por serem vazias de conteúdo, tão somente afirmam algo sobre o significado do nome, mas não fornecem informações sobre questões de fato. Isto

significa que, “como os nomes e seu significado são inteiramente arbitrários, essas proposições não são, estritamente falando, suscetíveis de verdade ou falsidade, mas somente de conformidade ou desconformidade ao uso ou convenção” (v. I, vi., §1, tradução nossa). Por ser a única coisa que conhecemos *a priori*, esse tipo de proposição simplesmente “afirma acerca de uma coisa, sob um nome particular, somente o que se afirma acerca dela no fato de chamá-la por esse nome; e que, portanto, ou não dá qualquer informação, ou a dá com relação ao nome, não à coisa” (v. I, vi., §4, tradução nossa).

Contudo, as proposições reais “predicam acerca de uma coisa algum fato não envolvido no significado do nome, por meio do qual a proposição o exprime; algum atributo não conotado pelo nome” (Mill, 1973, v. I, vi, §4). Essas proposições transmitem informações que já *não* estão contidas nos nomes ou termos empregados, e a sua verdade ou falsidade dependem da relação com os fenômenos do mundo. Exemplifiquemos: “a *accountability* reforça os instrumentos de transparência nos regimes democráticos”. Essa construção predica algo acerca da coisa *accountability* que não está contida no seu significado (nesse caso, a denotação da coisa particular) e a verdade ou não disso, depende da *accountability* efetivamente reforçar os instrumentos de transparência nos regimes democráticos.

Utilizando as palavras concreto e abstrato no sentido que lhes deram os escolásticos, Mill (1973, v. I, ii, § 4) refuta o uso da “expressão ‘nomes abstratos’ a todos os nomes que são resultado de uma abstração ou generalização e, conseqüentemente, a todos os nomes gerais, ao invés [como ele defende] de limitá-la aos nomes dos atributos”. Essa prática, na opinião milliana, “[...] deixa a importante classe de palavras, os nomes dos atributos, sem nenhuma denominação distintiva e concisa”, ou seja, sem uma designação específica.

Por *atributos*, nome geral ou comum de todos os atributos particulares, Mill (1973) quer dizer propriedades, qualidades ou relações gerais entre coisas individuais abstratas. Nesse ponto é importante destacar que, na teoria milliana, tem-se “por nome abstrato, o nome de um atributo; por nome concreto, o nome de um objeto” (*Ibid.*, v. I, ii, § 4).

Em suma, conceitos como branco, velho e homem são propriedades comuns das coisas individuais; brancura, velhice, humanidade são características de alguma outra coisa. Sendo assim, todas essas propriedades, que não podem ser concebidas independentemente do objeto, existem tão somente *no e através* de objetos individuais, como formas de objetos individuais – por isso seus nomes são concretos.

Já, os nomes abstratos, nomes de *atributos*, o tratamento é distinto. Nomes abstratos (ou, conceitos – uma vez que na teoria milliana os termos são sinônimos) expressam propriedades, qualidades e relações gerais, cuja existência independe dos objetos individuais,

como objetos separados, como brancura, coragem, igualdade etc. Muito embora esses termos também sejam *nomes gerais* (nomes concretos); o que está posto aqui é o conteúdo do conceito que existe independente de coisas individuais, pois, existem fora deles – por mais que sejam confundidos como pertencentes a coisa.

Para Mill (1973), os objetos (*brancura, coragem, igualdade, similaridade, visibilidade, valor* etc.) que se encontram fora da *coisa em si*, ou seja, independentes das coisas individuais, existem em nosso próprio espírito, “conforme a seguinte enumeração e classificação de todas as coisas nomeáveis”: “1.º [Na forma de] Sentimentos, ou Estados de Consciência”, ou “2.º [Nas ...] mentes que experimentam tais sentimentos”, ou “4.º [Nas Sucessões e Coexistências, as Semelhanças e Diferenças, entre sentimentos ou estados de consciência” (v. I, iii, § 14). Sendo que todos esses objetos deveriam ser concebidos abstratamente e não poderiam ser tomados como propriedades, qualidades ou relações das coisas individuais.

Para nós, a falha da delimitação milliana do abstrato-concreto está na cisão, artificial, operada entre supostos conceitos existentes no pensamento e os ligados a objetos específicos. Sobre essa questão, Ilienkov (1982) é elucidativo: Mill concebe uma delimitação problemática, pois estipula “que alguns conceitos deveriam ser vinculados na mente com as coisas individuais (fenômenos), dados em contemplação, enquanto outros deveriam ser considerados fora desta conexão, como objetos específicos”, independentes de quaisquer fenômenos:

Por exemplo, valor em geral, valor enquanto tal, pode, de acordo com Mill, ser concebido na abstração, sem analisar qualquer dos tipos de sua existência fora da cabeça. Isso pode e deve ser feito precisamente por razão de que ele não existe como um método artificial de avaliação ou mensuração, como um princípio geral da atitude subjetiva do homem para com o mundo de coisas, isto é, como certa atitude moral. Não pode, portanto, ser considerado como uma propriedade das próprias coisas, fora da cabeça, fora da consciência. De acordo com este tipo de lógica, da qual Mill é um representante clássico, é precisamente por isso que o valor deveria ser considerado somente como um conceito, somente como um fenômeno moral *a priori*, independentemente das propriedades objetivas das coisas fora da cabeça e opostas a elas. Enquanto tal, somente existe na autoconsciência, no pensamento abstrato. É por isso que pode ser considerado “abstratamente”, e este será o modo correto de considerá-lo (Ilienkov, 1982).

Mill estabelece no plano metodológico, como resultado da distinção entre ciências naturais e sociais, a separação entre as leis da mente (referente às propriedades do agente) e as leis da matéria (que dizem respeito ao objeto sobre o qual se age, sendo apreendidas pela observação empírica). Por meio dessa cisão, o objeto apresentaria uma identidade, sendo que o sujeito cognoscitivo seria capaz de apreender o objeto pela introspecção.

Em Marx é diferente. Para o *mouro*, os supostos da teoria são validados conforme a capacidade de apreensão da essência da *coisa*, com base em um estudo sistemático – por isso a ênfase marxiana nos momentos da investigação e exposição no método de pesquisa. Já na verificação, a prática social e histórica tem prevalência diante dos *experimentos controlados* (em que se estudaria uma causa isolada para prever e controlar seus efeitos). Por isso, no momento da abstração, da construção puramente teórica, devemos nos apoderar da matéria, em seus pormenores, perquirir as conexões existentes e só depois de concluído esse trabalho, descrever adequadamente o movimento real.

Nesse âmbito, como afirma Marx (2011, p. 54) “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações”. Aqui, o conhecimento teórico é conhecimento do concreto, mas essa realidade concreta não se revela em sua imediatez ao pensamento, por isso, deve ser reproduzida pela abstração e depois testado na viagem inversa: do abstrato ao concreto. Devemos, nesse ponto, ressaltar que para Marx a fonte do conhecimento abstrato não adviria do esforço mental do indivíduo, mas de um processo em que se combina pensamento (teoria) e ação, ou seja, de sua *práxis*.

Podemos dizer, a partir de uma perspectiva hegeliana, que um conceito não pode existir como simples palavra, termo ou símbolo. Realizar essa extração é reduzir o conceito a um símbolo linguístico; além disso, a palavra tomada isoladamente tão somente designa um objeto, nomeando-o, servindo como signo. Não podemos excluir da razão de ser do conceito a *práxis*, mediação necessária e determinante do saber e do seu existir. Com isso, lançamos mão de categorias possíveis de significação material (como a categoria de *totalidade*).

Portanto, diante de ideologias hegemônicas, *conceituar* – no nosso caso, muito mais que um *nominar* – é uma ação que visa superar o relativismo e conhecer a realidade, conhecer não apenas para dominar (controlar), mas para enfrentar a realidade concreta, para transformá-la, tornando para isso o invisível, visível. Eis que o *conceituar*, que também envolve a ação de *nomear*, resulta de uma atividade humana prático-crítica, desnaturalizando e problematizando os fenômenos sociais.

Em uma perspectiva epistemológica, partindo da *teoria da práxis*, a unidade entre teoria e ação faz-se presente de modo indissociável no processo de teorização. Entendamos o seguinte: os fenômenos, tanto naturais quanto sociais, não podem ser concebidos como pura abstração do pensamento, pois são processos que envolvem a interação entre pensamento e experiência; além disso, fenômenos reais ocorrem sob condições (movimentos) particulares no espaço e tempo, transformando o meio e sendo transformados. Disto podemos aduzir que a *práxis* fundamenta o processo de conhecimento: “A práxis do homem não é atividade prática

contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade” (Kosik, 2002, p. 202).

Ora, a produção humana não pode ser restrita aos bens tangíveis feitos em fábricas, ou seja, produção de mercadorias corpóreas que têm existência no tempo e no espaço. Para Kosik (2002, p. 202) “na obra e na criação humana – como em um processo ontocriativo – é que se manifesta a realidade e, de certo modo, realiza-se o acesso à realidade”. Portanto, o ser humano é um ser ontocriativo, ser que cria a sua própria realidade humano-social e pode, pela *práxis*, compreendê-la e transformá-la.

Na *Contribuição à crítica da Filosofia do direito de Hegel*, Marx (2008a) pondera que a crítica não pode ser concebida como uma análise das condições a priori do pensamento, tampouco refere-se à realidade fora das relações humanas. A crítica se ampara no desvelar a realidade humana, em suas determinações, na sociedade em que está inserida. Nesse caso, por meio de uma *práxis* política, orientada para a transformação da sociedade de classes, o homem busca conhecer para transformar e transformar conhecendo. Essa concepção de *práxis* confronta e questiona o conhecimento amparado no idealismo, na fenomenologia ou no positivismo: não existe um conceito puro, neutro e atemporal.

Por certo, a realidade não é comprovada pela mera abstração, mas por processos que envolvam tanto um conhecer objetivo quanto o subjetivo, o que resulta em uma postura filosófica e política que considere a indissociabilidade entre conceito (teoria) e (inter)ação da coisa com a sua própria natureza e circunstâncias históricas. Não existe uma linha que separe teoria e ação à maneira dos lógicos. Esses processos se interpenetram, gerando e resultando uma multiplicidade de complexos diferentes. E isso acontece porque a oposição dialética pode ligar-se a subprocessos, ou seja, processos menores envolvendo o abstrato e o concreto da coisa.

A própria formulação de conceitos, como um processo que se origina na materialidade do cotidiano, que é zona de mediação concreta entre as teleologias e causalidades, está condicionada pelo modo de produção em atividade. O ato de conceituar, portanto, é uma ação intelectual diretamente relacionado à capacidade da sociedade de compreender e de decifrar a complexidade dos fenômenos sociais. Por isso, devemos considerar que a realidade não é imediatamente evidente, mas exige um processo de mediação e interpretação, que parte da análise das relações sociais e materiais que condicionam os fenômenos observados.

2.1.2 O conceito no contexto do fazer científico: por uma perspectiva social e histórica

Em sua obra *Futuro Passado*, Koselleck (2006a) reflete sobre o conceito e sua relação com a história e a linguagem. Para o autor, os conceitos só adquirem significado dentro de um determinado sistema teórico ou esquema de pensamento. Isso significa que um conceito não tem significado isolado, mas é determinado pela rede de conceitos que compõem um determinado campo do saber. Por exemplo, o conceito de “tempo” não pode ser compreendido de forma isolada, mas só faz sentido dentro de um sistema de conceitos que inclui, por exemplo, as ideias de passado, presente e futuro. De modo semelhante, o conceito de *accountability* só pode ser compreendido no sistema que inclui, p. ex., controle, informação, avaliação, responsabilidade e prestação de contas.

O caráter simbólico do conceito demonstra sua utilidade no fazer científico, na medida em que, ao possibilitar a existência do pensamento (*abstração razoável*), torna possível estudar, organizar, isolar e comparar propriedades dos objetos da experiência. Os conceitos permitem a comunicação humana e, portanto, são também os elementos essenciais da ciência, haja vista sua capacidade de condensar certa quantidade qualitativa de informações.

Isto posto, temos que os conceitos são representações simbólicas, que correspondem ao significado de termos, que não são considerados entidades linguísticas em sentido estrito. E, embora estejam vinculados a palavras, como já afirmamos, não podem ser confundidos com elas (Koselleck, 1992). O papel das palavras é dar corpo comunicativo aos conceitos. Já os termos, conforme explica Faulstich (2006, p. 28), são:

- (i) signos que encontram sua funcionalidade nas linguagens de especialidade, de acordo com a dinâmica das línguas; (ii) entidades variantes, porque fazem parte de situações comunicativas distintas; (iii) itens do léxico especializado que passam por evoluções, por isso devem ser analisados no plano sincrônico e no plano diacrônico das línguas.

A construção de conceitos é essencial em todos os campos do conhecimento, especialmente na ciência. Sem conceitos bem definidos, a compreensão e a análise de fenômenos se tornam caóticas e imprecisas, e a confusão entre conceitos pode resultar em ideias equivocadas, gerando dificuldade para o avanço científico. Por exemplo, no campo da psicologia, a distinção entre ansiedade e medo ou entre angústia, preocupação e *stress* é fundamental para a compreensão e o tratamento de distúrbios psicológicos. Agora, imagine que um historiador esteja estudando as relações socioeconômicas entre a Europa Medieval e o

Brasil Colonial. Sem um rigor conceitual, o pesquisador pode incorrer em equívocos e distorções em sua análise.

Tratemos essa questão na seguinte perspectiva: se o historiador transpuser as bases socioeconômicas e políticas do modo de produção reinante na França da Idade Média Central (séculos XI-XIII) para o Brasil dos séculos XVI-XVII, ele pode incorrer no erro de defender a existência do modo de produção feudal na colônia portuguesa. Para evitar essa confusão, o historiador precisa definir com clareza, rigor e acuidade os conceitos que utiliza em sua análise do medievo, como feudo, suserano, vassalo, servo e cliente. De modo semelhante, deve proceder em relação ao período colonial, com termos como *plantation*, sesmarias, escravo, colono, donatários, entre outros.

Cada um desses conceitos possui uma definição específica, que ajuda o historiador a compreender como funcionava a sociedade francesa e brasileira, nas respectivas épocas, como eram as relações de poder e de produção e como cada sociedade se organizava politicamente. Dessa forma, uma definição cuidadosa para a conceitualização do termo é uma ação fundamental para que o pesquisador compreenda a realidade da coisa, objeto, processo, fenômeno, de forma a evitar distorções em sua análise, o que contribui para a superação do senso comum e para escapar dos anacronismos.

Os conceitos não resgatam ou capturam a realidade, mas sim favorecem a construção organizada, problematizada e de profundidade das contradições dessa realidade, permitindo generalizações e comparações. O nível de generalização dos conceitos pode variar em relação ao grau de “concretude” dos fenômenos aos quais fazem alusão, e é tarefa da ciência relacionar o abstrato e o concreto, o geral e o específico, o abrangente e o restrito. Assim, o conceito não é uma entidade elementar, trivial ou indivisível, mas sim uma construção que envolve um conjunto de técnicas simbólicas.

Todavia, quanto mais elevado o nível de abstração do processo de conceitualização, mais distante o conceito pode se tornar em relação ao referente concreto. Ademais, quando empregados por diversos quadros de referência, os conceitos podem gerar problemas comunicativos, já que podem assumir diferentes significados. Isso pode ser ilustrado pelos termos *liberdade*, *igualdade*, *revolução* e *accountability*, que assumem distintas compreensões, a depender do referencial teórico.

Além disso, o alto grau de abstração de um conceito pode resultar em sua identificação a um *constructor*, ou seja, uma ideia teórica, cuja construção se realiza a partir de conceitos de nível inferior de abstração e é dotada de existência sistêmica. Isso ocorre porque o *constructor* não permite uma apreensão direta dos conceitos, sendo necessário

defini-lo ou caracterizá-lo com o recurso da incorporação de outros conceitos de menor nível de abstração, ou baseado em variáveis e fenômenos observáveis e mensuráveis. Na física, p. ex., o conceito de “densidade” (D) seria um *constructor* que requer um nível maior de abstração e, para ser conceituado, faz-se necessário a utilização de outros termos, como “massa” (m) e “volume” (v), sendo densidade igual a massa dividida pelo volume, ou seja, “ $D = m / v$ ”.

Além disso, um *constructor* pode ser criado para expressar ideias mais complexas ou para descrever fenômenos que não podem ser descritos com um único conceito. Considerando a teoria semântica, os *constructos* são unidades que possuem um significado que é derivado dos conceitos que os compõem. No entanto, cada entidade linguística preserva suas propriedades, que podem ser distintas dos seus constituintes. Por exemplo, o termo “gato preto” não é simplesmente a combinação do conceito de “gato” e o conceito de “preto”, mas sim uma entidade linguística com um significado próprio e que pode ser utilizado em contextos diferentes do seu constituinte “gato” ou “preto”.

Assim, um conceito pode ser um dos elementos que compõem um *constructor*, mas nem todo conceito é um *constructor*. Por exemplo, o conceito de “energia” e o conceito de “solar” podem ser combinados para formar o *constructor* “energia solar”, que representa uma fonte de energia, gerada a partir da luz do sol. Já o conceito de “energia”, isoladamente não é um *constructor*, mas um conceito básico e, digamos, “independente”.

No campo da terminologia, o processo de formação de um *constructor* pode levar, *pari passu*, à identificação de um conjunto de termos relacionados que constituem um *cluster*. Um exemplo de *cluster* é o conjunto de termos relacionados ao campo da astronomia: estrela, planeta, cometa, galáxia, meteoro, constelação, entre outros. Todos compõem um conjunto de elementos relacionados pela sua significação na área da astronomia, sendo que cada um possui um significado específico que o diferencia dos demais.⁵⁰

Nesse caso, a identificação de um *constructor* subjacente permite a organização e a sistematização ou hierarquização dos termos, de acordo com sua relação semântica no interior do *cluster*, facilitando assim a comunicação e a compreensão entre os especialistas de uma determinada área do conhecimento.

Vejamos essa questão a partir do conceito de *accountability*. Com a cultura da auditoria, *cluster semântico* na virada neoliberal, a *accountability* tem sido cada vez mais utilizada em diversas áreas, como governança, administração pública, finanças e educação,

⁵⁰ Vide nota 19, p. 38, para uma definição de *cluster semântico*.

sendo relacionada à responsabilidade de prestar contas das ações e decisões tomadas por um indivíduo ou organização. A partir desse conceito lhe é atribuído o valor de *cluster* de termos relacionados, como transparência, prestação de contas, responsabilidade, governança, eficácia, entre outros.

É claro que esses termos são usados para explicar diversos aspectos (dimensões, tipologias e pilares) da *accountability neoliberal* (Besley, 2019; Hall, 2007; Mcdermott). Por exemplo, a transparência seria uma forma de demonstrar que uma organização está disponibilizando informações, sendo responsável e ética em suas ações. A prestação de contas seria o ato de apresentar informações, assumindo a responsabilidade sobre o desempenho e resultados de uma organização. Já a governança corporativa, por sua vez, é uma forma de garantir que as decisões tomadas por uma organização sejam transparentes e responsáveis.

Contudo, será que podemos dizer que a *accountability* é um *constructor* – ideia abstrata construída, a partir da observação de diferentes aspectos relacionados? E será que a *accountability* é um *cluster semântico* – formado por termos conectados que ajudam a explicar diferentes aspectos do *constructor*? A nosso ver, não! A *accountability* não é um *constructor* e tampouco um *cluster semântico*. Esse entendimento é importante para a compreensão adequada do conceito de *accountability*.

Como veremos no Capítulo V, a *accountability* não é um *espectro*, mas uma força material, concreta, cujo conceito é uma abstração razoável, ou seja, não é independente ou desconectada da realidade, antes é resultado da realidade material em que está inserida. Nesse sentido, a construção conceitual da *accountability* não se dá por meio da observação dos fenômenos isolados – transparência, prestação de contas, dentre outros, que em determinado *contexto* se relacionam –, mas sim pela análise crítica das relações sociais e dos modos de produção que caracterizam uma determinada sociedade.

Dessa forma, a *accountability* não se constitui a partir da identificação de *clusters* de termos relacionados, mas sim a partir da compreensão das contradições, das leis que regem o fenômeno e dos conflitos presentes nas relações sociais. A ideia de *cluster* de termos relacionados, indevidamente aplicado à *accountability*, pode levar a uma compreensão fragmentada do conceito. Além disso, ao identificar um conjunto de termos isolados, mas relacionados à *accountability*, corre-se o risco de perder de vista as contradições e os conflitos que permeiam as relações sociais que a *accountability* busca regulamentar.

Na ordem do capital, os sujeitos são *accountable*, conforme a dinâmica da sociabilidade neoliberal. Dessa forma, o conceito de transparência, p. ex., seria um dos termos relacionados à *accountability*. Como apontam Garsten e Montoya (2008, p. 3, tradução

nossa), “a transparência está intimamente ligada a um ethos neoliberal de governança que promove o individualismo, o empreendedorismo, formas voluntárias de regulamentação e tipos formalizados de accountability”.

Uma das narrativas mais invocadas hodiernamente é a de que a transparência, em seu sentido moderno, amplia a visibilidade e a *accountability* de algo ou alguém, perante um espectro mais amplo de sujeitos ou organizações/instituições. Com isso, temos que o conceito global de transparência (entendido como um apelo à maior liberalização da informação) está engendrado na mercantilização da informação, como um bem a ser produzido e trocado, ao colocar os dados em circulação, por meio de divulgações públicas.

Entretanto, a partir de Debord (2013), e sua análise da *sociedade do espetáculo* – produzida por meio da maximização da mercantilização –, podemos conjecturar que a transparência produz a ilusão de uma sociedade que pode ser vista, conhecida, compreendida e confiável. Os efeitos dessa ilusão de transparência são alienantes, gerando a despolitização dos sujeitos numa sociedade permissiva pós-moderna.

É digno de nota que Byung-Chul Han (2014) descreve a transparência como um *dispositivo neoliberal*. Fung, Graham e Weil (2007, p. 5, tradução nossa) afirmam que “a engenhosidade da transparência direcionada reside na mobilização da escolha individual, das forças de mercado e da democracia participativa por meio de uma ação governamental relativamente leve”. Já o *Grupo de Trabalho sobre Transparência e Accountability* do *Bank of International Settlements* definiu a transparência como: “processo pelo qual informações sobre condições, decisões e ações existentes se tornam acessíveis, visíveis e compreensíveis” (Sheng, 2010, p. 15, tradução nossa).⁵¹

No entanto, imaginar que a transparência torna mais *acessível, visível e compreensível* o funcionamento de uma organização, por meio da divulgação de informações, é uma mistificação ideológica. Funcionando metaforicamente para denotar a capacidade de “ver através” e “tornar visível”, a transparência está inserida em um campo semântico mais amplo de “visibilidade” e “luz”, que inclui: supervisão, observação, vigilância e *a mão invisível* – todas ideias que aparecem também dentro do paradigma neoliberal. Menezes (2021), em seu artigo, “O espetáculo da *accountability* em educação: a ‘in’ visibilidade sob a insígnia da transparência”, diz:

⁵¹ O *Bank for International Settlements* é uma organização internacional responsável pela supervisão bancária, operando por meio da cooperação entre Bancos Centrais e outras agências dos países membros, na busca de estabilidade monetária e financeira. Sediado em Basileia, na Suíça, reúne 55 bancos centrais de todo o mundo, dentre estes, o Banco Central do Brasil.

[...] o quão complexas ficaram [no mundo globalizado e neoliberal] a gestão das políticas governamentais e a centralização da transparência para o controle do “poder invisível”. De acordo com Bobbio (1990, p. 97), o segredo transforma o que deveria ser transparente (“poder visível”) em opaco (“poder invisível”), impedindo o controle do Estado pela sociedade: “a vitória do poder visível sobre o poder invisível jamais se completa: o poder invisível resiste aos avanços do poder visível, inventando sempre novos modos de se esconder, de ver sem ser visto”. Mas, dialeticamente, onde as autoridades misteriosas (*arcana imperii*) exercem o poder invisível, seus opositores, o contrapoder, também atuam, muitas vezes ocultamente (*arcana seditionis*), o que pode impedir os primeiros de se perpetuarem (Menezes, 2021, p. 19).

Assim, o neoliberalismo engloba uma política tanto do visível quanto do invisível. O projeto liberal de luz e visibilidade – que emanou do pensamento iluminista do século XVII-XVIII (a *Era das Luzes*) – fragmenta-se em um projeto que reivindica poder dos mecanismos invisíveis do mercado. Foucault (2008), ao analisar a teoria smithiana da *mão invisível* do mercado, fala de como a *invisibilidade é absolutamente indispensável* para o funcionamento do neoliberalismo. Ele explica que essa invisibilidade implica que nenhum agente econômico deve ou pode buscar o bem comum.

Certamente, o neoliberalismo se baseia no privilégio do sentido da transparência – da visão. A informação é fixada na medição, quantificação, auditoria e supervisão, como formas de dinamizar o desempenho econômico, por meio da produção, divulgação e circulação de dados. A transparência, portanto, legitima por meio de noções de *accountability* o desempenho neoliberal. Em suma, a transparência é uma ferramenta ideológica no neoliberalismo. (Retomaremos essa discussão sobre *transparência* no Capítulo VII).

Isso nos leva a compreensão que a *accountability* é um todo que reúne diferentes conceitos, formando uma nova unidade de significado que não pode ser reduzida aos seus constituintes. Nesse sentido, a *accountability*, termo complexo que representa um conjunto de ideias, práticas e valores sociais, não pode ser compreendido apenas pela soma ou combinação de conceitos independentes.

Eis que o conceito de *accountability* é construído a partir da análise crítica da realidade material, e não pode ser visto como um *constructor*, um termo que apenas se relaciona com outros termos, ou um *cluster* – um conjunto formal de conceitos e suas relações, em um domínio específico – mas sim como uma expressão das contradições e dos conflitos presentes nas relações sociais capitalistas. Logo, *accountability* não é um *símbolo vazio* – mera abstração sem uma correspondência com a realidade concreta.

Entretanto, se *accountability* não é um *constructor* e tampouco um *cluster semântico*, isso implica a perda de sua característica agrupadora? De modo algum! O caráter

agrupador da *accountability* manifesta-se com aqueles conceitos mais particulares que ela agrupa e que possuem suas *notas* (qualidades, características). Todavia, esses últimos possuem certa singularidade (enquanto particularidade), o que lhes afere certa especificidade no conjunto.

Dessa maneira, *accountability educacional no ensino superior* manifesta ou acrescenta à expressão “*accountability educacional*”, o seu caráter específico de ação no âmbito da “educação superior”. Assim como a expressão “*accountability educacional*” já havia acrescentado o aspecto de atuação na esfera “educacional” ao conceito geral de “*accountability*”. Conforme se observa, todas as características que definem o conceito mais amplo de *accountability* – como a responsabilidade, a obrigação de prestar contas a alguém por alguma coisa, a instituição de responsabilização por uma ação praticada, a necessidade de fornecer informações e ser avaliado – estão presentes na composição da *accountability educacional*, mas esta última acrescenta-lhe características particulares, tipo: abordar os desequilíbrios de poder entre diferentes atores da educação, como professores, pais e funcionários do governo (Unesco, 2017).

Desta forma, outros conceitos relacionados à *accountability* que não se enquadram em seu universo específico estão relacionados a propriedades, processos ou situações generalizadas que ajudam a compreender o mundo ao nosso redor. O conceito de “performance” ligado ao desempenho gerencial, p. ex., é utilizado para avaliar a eficiência e eficácia das ações realizadas por uma organização e sujeitos, buscando medir quantitativamente o desempenho de uma atividade, processo ou produto, comparando-se o resultado obtido com o resultado esperado. Com isso, são identificados pontos fortes e fracos para que possam ser implementadas medidas, de melhoria contínua, conforme uma lógica gerencialista.

Termos como “essência” e “aparência”, que se referem a propriedades ou características internas e externas de algo, respectivamente, não produzem sistemas de classificação, sendo aspectos mais subjacentes e difíceis de quantificar ou qualificar. Da mesma forma, atributos ou propriedades podem ser conceituados, como “transparência”, “neoliberalismo” e “gerencialismo”, mas estas são modalidades conceituais que atravessam a *accountability* – e que realizam seu potencial generalizador, sem gerar necessariamente agrupamentos.

Esse conjunto de elementos são *conceitos transversais*, pois atravessam diferentes áreas de conhecimento e termos como *accountability* – parafraseando Burke (2005), *para cima, para baixo, para dentro e para fora* –, interagindo com outros conceitos e contextos

para formar uma trama teórica. Assim, a transparência, p. ex., não é um conceito que se relaciona apenas com a *accountability*, mas com vários processos e conceitos.

Logo, o conceito é um instrumento, cujo conteúdo, em uma processualidade histórica, envolve a indissociabilidade entre teoria e (inter)ação da coisa, portanto, os critérios de cientificidade não são um produto subjetivo, mas uma imposição da coisa. O conceito, portanto, é um fenômeno cuja teoria e prática estão inseridas num contexto sócio-histórico com suas múltiplas determinações – enquanto determinações determinadas. Esse entendimento invariavelmente remete as perguntas que introduziram esta seção, que podem ser representadas por outra pergunta a coisa conceituada: quem é ou o que é você – coisa conceituada? O que nos lança na busca de examinar a *accountability* em situações concretas.

2.2 *Accountability*: uma “análise concreta de situações concretas”

Em seus estudos do método dialético, Lênin nos ensina que *a análise concreta de uma situação concreta* é a alma viva do marxismo (Paulo Netto, 2010), o “ponto culminante da autêntica teoria”, como diria Lukács (2012a, p. 62). Isso é de suma importância, pois guiamos no estudo da *accountability*. Em uma posição avessa ao dogmatismo, procuramos dar conta de conhecer a *accountability*, explicando-a a partir de uma situação concreta, para encontrar o geral no particular, por meio da análise de seu uso prático, que não é apartado da teoria.

Ressaltar a particularidade da *accountability*, em seu movimento histórico, considerando as contradições e disputas em seu conjunto, ao longo do processo de desenvolvimento, possibilita-nos “[...] encontrar, no novo momento de uma situação, aquilo que o liga ao processo anterior e, nas leis gerais do processo histórico, o elemento novo que nunca cessa de surgir; a encontrar a parte no todo e o todo na parte [...]” (Lukács, 2012a, p. 101).

Além disso, a *accountability* não é um termo *novo*, ela é um processo que *ronda o mundo* desde priscas eras. Sua aparição (origem) remonta, a depender do autor referenciado, à Antiguidade (Bird, 1973; Carmona; Ezzamel, 2007; Ezzamel, 1997; Gray; Jenkins, 1993; Soll, 2014), à Idade Média (Bovens, 2007a; Bovens; Schillemans; Goodin, 2014; Bryer, 2000; Dubnick, 2002; Godfrey; Hooper, 1996; Mulgan, 2000; Thick, 1999) ou à Modernidade (Bevir, 2011; Cumbe; Inácio, 2018; Elster, 1999).

Por certo, à semelhança das classes sociais, a *accountability* “não surgiu como o sol numa hora determinada” (Thompson, 1987, p. 9), ela não é um acaso fortuito, é algo que

se constitui pouco a pouco, modificando-se no espaço-tempo. Menezes (2019, p. 83), baseado em O'Donnell (1998), corrobora essa percepção, ao afirmar ser “necessário para a correta conceituação da *accountability*, considerar [su]a matriz clássica, inscrita em três correntes do pensamento político: a *democrática* (noção de igualdade), a *liberal* (princípios de direito) e a *republicana* (noção de atividade pública e sujeição à lei)”.⁵²

Nessa perspectiva, a *accountability* é um *conceito clássico*, com conteúdo interno definido – como veremos nos Capítulos III e VIII – cujo conteúdo está inscrito em uma matriz clássica. Isso colabora para o entendimento de que em seu desenvolvimento, a *accountability* incorpora antecedentes históricos e culturais em geral e a forma política de governo em particular. O que torna esta última, uma chave analítica para pensarmos as práticas de *accountability* e seus fortes efeitos disciplinadores – suas correlações com o *poder* e o *controle*.

2.2.1 Accountability – na antiguidade e medievo: do sentido ao aparecimento

A ação de *prestar contas* (*account*), o ato de enumerar e anotar as particularidades do que é contado, considerando o que vale a pena ser informado, individual ou coletivamente, é uma prática que, de acordo com Carmona e Ezzamel (2007), estaria presente na literatura contábil das civilizações antigas, como na Mesopotâmia e no antigo Egito, em uma espécie de *human accountability*, operando em três esferas: de indivíduo para indivíduo; de indivíduo para o estado e do estado para o indivíduo.

Ezzamel (1997) observou em documentos do antigo Egito, o registro de práticas de verificação detalhada dos valores dos impostos devidos aos celeiros do estado, sendo anotadas as avaliações e as entregas de tributos esperados, com as respectivas responsabilidades ligadas a datas, locais e indivíduos específicos. O autor constatou a existência de uma contabilidade no funcionamento das padarias (com conclusões semelhantes

⁵² Para O'Donnell (1998), as três matrizes – democrática, liberal e a republicana – fundamentam-se na distinção entre o público (área do desenvolvimento humano, segundo o pensamento republicano) e o privado (local do desenvolvimento da vida humana, conforme a tradição liberal). “La democracia en sus impulsos igualadores, el liberalismo en su vocación de proteger las libertades individuales y el republicanismo en su severa concepción de las obligaciones de quienes gobiernan, cada cual a su modo patrocina otro aspecto fundamental de la poliarquía y del estado constitucional que se supone deber coexistir con ella: el imperio de la ley o, puesto en términos más contemporáneos, la vigencia del estado de derecho; todos los ciudadanos tienen el mismo derecho de participar en la formación de las decisiones colectivas dentro del marco institucional existente; a esta regla democrática se añade el imperativo republicano de que nadie, ni siquiera quienes gobiernan, puede situarse por encima de la ley, y la advertencia liberal de que ciertas libertades y garantías jamás se deben vulnerar” (p. 32).

aplicadas às cervejarias), por meio da qual as contas implicavam contagem das medidas, metas de saída, relatos de variância etc.; todas as informações possibilitando uma forma de controle e algo que reportaria a uma *human accountability*, aduzindo a uma visualização do desempenho dos indivíduos e dos institutos.

Segundo Menezes (2019) e Soll (2014), havia na antiga Atenas (séculos VIII a.C. – V d.C.) um complexo sistema de contabilidade e auditoria pública no governo democrático, que indicaria uma prática similar a *accountability*. De acordo com Zumofen (2016), a expressão *responder por (answering for)*, contido na definição do conceito *accountability*, remonta aos tempos da Grécia Clássica, em que os cidadãos em funções públicas eram chamados a *prestar contas* publicamente à polis. Essa seria a primeira aparição da noção de *responder por suas ações (answering for one's actions)*.

O controle político e a responsabilização, na antiguidade ateniense, operavam por meio da *dokimasia* e *éudynai*, instrumentos de *avaliação e prestação de contas*, aos quais eram submetidos sobretudo magistrados, antes e depois de assumirem o posto; *eisangelia*, um meio de denúncia pública contra ações de cidadãos (como corrupção e conspiração) que feriam aos interesses da *pólis*; por último, *graphé para nomon*, uma ação judicial destinada a defender as leis contra abusos dos governantes (Aristóteles, 1985; Elster, 1999; Menezes, 2019).

As cidades-Estados gregas desenvolveram leis e instituições, visando conter os atos arbitrários dos agentes públicos, bem como, estabeleciam os deveres dos cidadãos em relação à *koinonia politiké* (comunidade política), os limites da polis e da própria participação (poder) do povo (Finley, 1988; Heródoto, 1985; Tucídides, 2001). Muito embora o cidadão comum (desprovido de bens) pudesse exercer atividades públicas, as leis previam punições aos aventureiros que sem possuírem *qualidades* se lançavam à vida pública. Essa cultura reduzia a atuação dos cidadãos pobres: “O povo sabe que é do interesse da cidade que ele não exerça estes cargos [no governo e no comando das forças militares] e que sejam os mais poderosos a exercê-los” (Pseudo-Xenofonte, 2013, p. 74).

Aristóteles (1985), defendendo o governo dos melhores (segundo a renda ou por suas capacidades), expõe que mesmo sem governar, o povo ainda manteria “o poder de eleger os altos funcionários do governo e de *fiscalizar-lhes as contas* [...] [exigindo-lhes] *prestação de contas*, e sejam jurados nos tribunais”. Mesmo para um crítico do sistema democrático, Aristóteles reconhece a necessidade “que os altos funcionários tenham de *responder perante alguém*, e não possam fazer tudo de maneira que lhes parecer melhor” (p. 191-192, grifo nosso).

Com isso, podemos conjecturar que Carmona e Ezzamel (2007), Ezzamel (1987), Menezes (2019), Soll (2014) e Zumofen (2016) não inserem a *accountability* no debate da Antiguidade, na perspectiva da existência da palavra à época, mas enquanto um *sentido*, princípio cujos traços podem ser localizados antes da constituição do próprio conceito. Assim, não se atribui aos elementos isolados de prestar contas, responsabilização, avaliação, controle etc., a existência conceitual da *accountability*, pois além da palavra *em si*, *falta-lhes*: a unidade na diversidade do conjunto de elementos operantes e a expressão de certo conteúdo particular.

Foi com o *Domesday Book* (também conhecido como *The Book of Judgment – O Livro do Juízo Final*, tradução nossa), documento concluído em 1086, que a noção formal de *accountability* veio a ser registrada pela primeira vez. O *Livro* foi um censo de propriedades e recursos realizado no reinado de Guilherme I, o Conquistador (em normando, William I), que governou a Inglaterra de 1066-1087. A compilação de ativos possibilitou a discriminação e a tributação, ou seja, o estabelecimento por uma *renderização de contas* (*rendering accounts*) dos critérios para a cobrança de impostos (Bovens, 2007a; Bovens; Schillemans; Goodin, 2014).

Com isso, o rei Guilherme I estabeleceu as bases da *governança real* (Bovens 2007a), fundamento para as relações de poder relacionadas à emergência das tradições jurídicas e a obrigações impostas pelo suserano a seus vassallos. Tal ação possibilitou, por um lado, a centralização administrativa e regulação das contas públicas, mediante *registros contábeis ativos* (*accounting records assets*), dívidas, promessas ou acordos, resultando na obrigação moral dos vassallos prestarem contas de suas propriedades e ações quando solicitados pelo rei. Por outro lado, estabeleceu os princípios pelos quais um indivíduo ou organização é julgada.

Bovens (2007a) e Bovens, Schillemans e Goodin (2014), ao indicarem que a noção formal do termo *accountability* apareceu pela primeira vez no *Domesday Book*, possibilitam, em diálogo com autores que localizaram o sentido da noção de *accountability* na Antiguidade, uma distinção entre a ideia de *princípio primeiro* (*ponto de partida*) e a categoria *causa*, o elemento motor que impulsiona as mudanças na *accountability*.

Por *princípio primeiro* da *accountability* concebemos a matéria, em outros termos, a *realidade concreta na qual se encontra a base das coisas e dos fenômenos existentes – a realidade objetiva*. Como *causa*, temos a interação das diversas formações, mas igualmente aos elementos e aspectos da própria *coisa em si* (o que lhe é interno e necessário), em uma correlação entre o interno com o externo, acarretando mudanças correspondentes; mudanças

que produzem um *efeito*, resultado do *laço causa-efeito*, nas formações, elementos e aspectos (Cheptulin, 2004).

O *princípio primeiro* da *accountability* não está na origem do termo, tampouco, nos traços de suas propriedades existentes na Antiguidade, mas na realidade concreta em que o aparecimento ocorreu: um contexto político, no século XI da Inglaterra medieval, marcado pelo controle e estabelecimento de certos critérios para a cobrança de impostos. Já a *causa*, seria a ação recíproca entre o controle administrativo, tributário, jurídico etc., com os elementos e aspectos que formam a própria *coisa*, ou seja, o *prestar contas*, o *responder por suas ações*, a *informação* etc. Como resultado da *causa*, temos o *efeito*, no necessário *laço causa-efeito*, que é manifesto na formação da *coisa em si*, ou seja, a própria *accountability*, além das mudanças correspondentes nas formações em interação.

Logo, a *causa* não é uma ação unilateral dessa ou daquela força sobre a *coisa em si*, ao contrário dessa parcialidade, a *causa representa a interação de duas partes*. Por isso, se no *laço causa e efeito* (caráter necessário) a *accountability esperada* não se efetivou, isso mostra que determinada *causa* necessária (da *accountability esperada*) foi violada, entrando em ação outra *causa*, produzindo outro *efeito*, uma *accountability* com outras propriedades. (Retomaremos essa discussão sobre *causa e efeito* no Capítulo III).

Segue-se que, as mudanças ocorridas ao longo da Baixa Idade Média (do século XI-XV), com o esfacelamento progressivo dos laços de dependência (suserania e vassalagem), alteraram a organização social, econômica e política europeia, com efeito, na *accountability*, cujo conceito desvinculou-se gradualmente da dimensão financeira e contábil, desenvolvendo seu próprio significado. Desse modo, quando o capitalismo comercial arrasava as bases do poder da ordem feudal, pensadores e revolucionários dos séculos XVII-XVIII debateram sobre os mecanismos de controle do poder político e da promoção dos direitos civis, em sociedades convulsionadas por transformações socioeconômicas e políticas.

2.2.2 Accountability – na modernidade: uma coisa em movimento na era da razão

Ao visitar as ideias de John Locke, Charles de Montesquieu e Jacques Rousseau, tendo a liberdade como o valor central de suas teorias sobre o governo do Estado, o pensamento dos *Federalistas*, durante a formação dos Estados Unidos da América (EUA), no século XVIII, desenvolveu as declarações de direitos civis e os mecanismos de controle externo, como os *checks and balances* (freios e contrapesos) – aspectos presentes nas constituições modernas.

Os mecanismos de *checks and balances* serviam como instrumentos para conter a crise em torno do controle político das facções (*Federalistas versus Confederalistas*) e as disputas entre as instâncias do recém-nascido EUA. Nos *Artigos Federalistas*, Madison afirmou que se fazia necessário reordenar o equilíbrio de forças sociopolíticas, para isso, o mecanismo de freios e contrapesos reunia a tentativa de conciliar o direito de voto da maioria – sufrágio universal masculino e não censitário – com a garantia dos direitos de propriedade da minoria (Hamilton; Madison; Jay, 1993). Nesse ponto, as classes trabalhadoras deveriam delegar o poder a outros homens de maior vulto, mais ricos, tendo em vista que esses reuniriam mais condições de defender seus interesses. Hamilton deixa isso claro, quando assinala que:

Mecânicos e fabricantes sempre se inclinarão, com poucas exceções, a dar seus votos a comerciantes [...]. Sabem que o comerciante é seu benfeitor e amigo natural e percebem que, por mais que possam ter uma justa confiança em seu próprio bom senso, seus interesses serão mais eficazmente promovidos pelo comerciante que por eles próprios. Estas e muitas outras considerações que poderiam ser feitas provam, e a experiência confirma, que artesãos e fabricantes estarão em geral dispostos a dar seus votos aos comerciantes e aos indicados por eles. Cabe-nos, portanto, considerar os comerciantes como representantes naturais de todas essas classes da comunidade (Hamilton; Madison; Jay, 1993, p. 255).

Um dos objetivos com os *checks and balances*, na relação do sistema eleitoral com as esferas do Estado, era conter as novas forças sociais em suas pretensões de poder, em vista da estruturação do novo governo ter sido composto por setores populares. O constitucionalismo norte-americano, com seu princípio de mudanças lentas e evolutivas, sua prestação de contas, sua avaliação e sua responsabilização, sem revolução, tensões ou fraturas sociais, mas transformações, fruto de um processo negocial e de acomodações, negava a possibilidade de disputas de classe no governo e expressava a ideia de *neutralidade* do Estado (Assis, 2013; Mayer, 1992).

Já com a Revolução Francesa, em 1789, introduziu-se uma organização societal, tendo como expoente maior o cidadão, em substituição ao súdito, é o cidadão burguês, afirmando os princípios de *liberté, égalité e fraternité*. Os teóricos da Revolução, tratando da relação representantes-representados, foram basilares para o debate sobre o controle político, tendo como obra central o famoso *Qu'est-ce que le Tiers État (O que é o Terceiro Estado)* ou *A Constituinte Burguesa*, em sua versão em português, do abade Emmanuel Joseph Sieyès. (Madelin, 2004; Menezes, 2019). Em sua obra, Sieyès qualificou a nobreza de parasitas inúteis e empenhou-se em demonstrar a utilidade da burguesia (Cruz, 2002).

Desta forma, a burguesia foi alçada à porta voz da Revolução, o que culminou na positivação dos direitos fundamentais de liberdade (econômica e política) e cidadania

(abstrata) burguesa. Como efeito, a representação passou a ser concebida como uma “*representação sem alienação*” (*représentation sans aliénation*), com implicações na “[...] necessidade de perpétua vigilância dos cidadãos perante os seus representantes, [criando] a ideia de controle por parte da cidadania do comportamento daqueles” (Máiz, 2007, p. 169, tradução nossa). Cultura política que foi selada no artigo XV da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789⁵³, que definiu ser direito/dever da sociedade solicitar a prestação de contas de qualquer agente público, gerando a ideia de que o poder precisava ser medido e controlado (DDHC, 2015; Menezes, 2019; Soll, 2014).

No século XIX, no tempo da *Primavera dos Povos* (1848), marcada por inúmeras revoluções, *o mundo se achava fora de equilíbrio* (Hobsbawm, 2009), e o temor/medo do proletariado e do comunismo aterrorizava a Europa, ficando claro que os movimentos sociais estavam indo longe demais. É um momento político em que novas fórmulas de controle são desenhadas. Um dos principais grupos revolucionários, a burguesia, descobriu que preferia a *ordem* à ameaça do fim da propriedade (*Idem*, 2016) e deslocou-se à direita:

Em 1848-49, os moderados liberais fizeram então duas importantes descobertas na Europa ocidental: que revoluções eram perigosas e que algumas de suas mais substanciais exigências (especialmente em assuntos econômicos) poderiam vir a ser atingidas sem elas. A burguesia cessara então de ser uma força revolucionária (Hobsbawm, 2016, p. 40).

Para Bryer (2000), a ascensão do capitalismo deslocou o controle político do feudalismo para o controle econômico, em relação à atividade de responsabilizar os indivíduos. A ação de prestar contas do camponês e vassal ao senhor (suserano), passou a recair sobre a administração (*responsável por – answering for* – gerir e distribuir ao capitalista os ganhos provenientes do trabalho assalariado), de acordo com critérios de desempenho decididos para a tarefa, muitas vezes aplicando a expectativa de metas a serem alcançadas.

Em um contexto de reação à ascensão capitalista, a *Comuna de Paris*, herdeira de 1789, foi deflagrada em março de 1871, durando até maio do mesmo ano. A *Comuna* foi uma insurreição e um governo da classe operária, a primeira experiência de um poder nas mãos dos trabalhadores, e, como tal, uma *revolução-aurora* (Marx, 2016a). Anunciadora do movimento e das revoluções operárias que iriam moldar a história do século XX, ela

⁵³ Em seu art. 15, a *Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789*, estabelece: “A sociedade tem o direito de exigir de cada agente público uma prestação de contas da sua administração” (“La société a le droit de demander compte à tout agent public de son administration”) (DDHC, 2015, grifo nosso, tradução nossa). Muito embora a ideia de responsabilização e prestação de contas não tenham sido bandeiras incendiárias, que levassem a massa revolucionária às ruas, eles suscitaram iniciativas reformistas.

alimentou-se do *sol poente* da Revolução (que não cumprira aquilo que prometera)⁵⁴, assim como do *sol nascente* (um programa novo de uma *classe social ascendente – o proletariado*) (Willard, 2002).

Se a *Comuna* foi um governo operário, isso sugere que, no final do século XIX, a classe proletária teria demonstrado capacidade para elaborar um programa político próprio e organizar-se em torno dele. Essa análise, por certo, incomodava os ideólogos burgueses. Ao assumirem o controle da *capital do mundo*, os *communards* lutaram pela *república social*, tomando diversas medidas de proteção ao trabalho e à população pobre: foram suprimidos o trabalho noturno; o ensino passou a ser laico, gratuito e politécnico.

Com o *Decreto de 16 de Abril*, os *communards* recolocaram em marcha as fábricas abandonadas, entregando a administração aos trabalhadores. Após o decreto, e em decorrência dele, algo de novo foi organizado: os delegados e demais funcionários da *Comuna* não poderiam receber salário maior que o de um operário qualificado e poderiam ter seus *mandatos revogados* a qualquer momento, uma vez que, sem qualquer exceção, eram *responsáveis* e substituíveis a qualquer momento (Marx, 2016a).

Na “total elegibilidade e removibilidade de todos os funcionários” (Lênin, 2007, p. 87), a *Comuna* adotava instrumentos de controle, *prestação de contas (redevabilité)*, avaliação e *responsabilização (responsabilité)*, mas tais processos não correspondiam à efetividade de um mecanismo *accountability*. Eram processos, mesmo que em inter-relação, não resultantes de análises de metas, critérios ou indicadores de desempenho, decididos para a tarefa, *imputação (imputabilité)* de sanção ou bonificação – por mais que os mandatos dos *gestores* pudessem ser revogados –, tampouco relacionavam-se ao princípio de *account*, ou seja, *relatar* e *contar*, com fins de julgar os detalhes do que foi enumerado.

Esse detalhe, digamos sutil, da não efetividade da *accountability* na *Comuna*, revela alguns dos riscos presentes no uso do termo *accountability*, sem considerar a realidade concreta ou o espaço e tempo, como: anacronismo, inadequada sincronia e diacronia, tradução e adaptação (acomodação) restritiva. Por exemplo, o termo *accountability* é traduzido para o francês por *responsabilité*, *redevabilité* ou *imputabilité*. Contudo, no âmbito conceitual e categorial, nenhum dos três termos expressa o conteúdo da *accountability*. Assim, sem uma análise da materialidade histórica e das contradições que envolvem a *accountability* e o termo

⁵⁴ A Comuna tinha que levar adiante as transformações burguesas inacabadas, como disse Engels, “aplainar o terreno”: “Ou eles decretaram reformas que a burguesia republicana falhara em implementar por pura covardia, porém constituíam uma base necessária para a livre ação da classe trabalhadora – como a implementação do princípio de que a religião, *diante do Estado*, é uma questão meramente privada [...]” (Engels, 2016, p. 192).

de sua tradução, ao invés de clarificar o entendimento do conceito que a palavra original contém, pode ocultar seu real conteúdo (com suas propriedades) ou confundir sua apreensão.

Para a adequada conceituação da *accountability*, trilhando a crítica koselleckiana, podemos afirmar que não é possível restringir a análise do conceito à dimensão linguística. Todo conceito, entrelaçado a um conjunto de textos e contextos de caráter único e particular, no espaço e tempo, não é estático, e mesmo que a palavra (traduzida) não se altere, seu conteúdo modifica-se histórico-socialmente, pois:

[...] devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem, que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia. Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar (Koselleck, 2006a, p. 104).

Os conceitos, portanto, não são atemporais. Eles constituem camadas distintas, com *níveis linguísticos* que evidenciam a ressignificação das palavras, em um movimento semântico, comportando em si estruturas de repetição e dialeticidade, impedindo diferentes formas de repetição, a depender do tipo de texto e contexto, o que impacta a tradução, por exemplo, da palavra *accountability* em sua expansão no espaço e tempo.

Isso implica que, para o uso do termo *accountability* fora de seu universo de origem, palavra anglo-normanda, deve-se considerar que ela não tem “[...] equivalentes semânticos no continente europeu. [Em ...] outras línguas, como francês, português, espanhol, alemão ou holandês, não há equivalente exato para o termo e (ainda) não distinguem semanticamente entre 'responsibility' e 'accountability'” (Bovens, 2007a, p. 449, tradução nossa). Tampouco, existe um equivalente preciso em língua portuguesa (Brasil), sendo traduzida por *prestação de contas* e/ou *responsabilização* (Pinho; Sacramento, 2009), ignorando que tais termos têm sua própria definição conceitual, que não correspondem ao conceito da categoria *accountability*.

Esse fato ocorre, em grande medida, porque a tradução não *transporta* o sentido de uma língua para outra. Enquanto a palavra traduzida deve expor os pontos de convergência, divergência e complementaridade das diversas línguas, apontando o que a forma traduzida esconde; a palavra *não* traduzida deve revelar aquilo que a língua original carrega consigo. Buscar no uso dos termos *adaptados* a spectralidade do original, é reconhecer a possível metamorfose do sentido da palavra traduzida. Ao retornar continuamente ao original, constata-se a necessidade de se entender o espaço e tempo que a *accountability* foi formada e como os novos contextos de seu aparecimento interferem em seu conteúdo e forma, podendo alterar sua definição conceitual.

O que nos leva a entender que na diacronia está contida a sincronia. Na perspectiva diacrônica se avalia a duração e a força de um conceito, bem como suas respectivas estruturas, para que se possa “ultrapassa[r] a alternativa estreita entre diacronia e sincronia, passando a remeter à possibilidade de simultaneidade da não-simultaneidade que possa estar em um conceito” (Koselleck, 2006a, p. 115). Behn (1998), ao tratar da *accountability*, recomenda que se deve ir além da análise conceitual, da pura definição teórica (normativa formal), deve-se considerar, também, o seu processo de desenvolvimento, sua razão de ser: *accountability de quem, para quem e para atingir quais resultados?* Burke (2005) acrescenta a esta perspectiva um outro elemento: *accountability, por quais meios e com quais consequências?*

Sinclair (1995) ressalta a função ideológica da linguagem na formação da compreensão do conceito de *accountability* – ou como diria Bakhtin (2010), a língua, em seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico –, enfatizando que a *accountability* tem significados específicos a depender de cada disciplina: auditores discutem a *accountability* como se fosse uma questão financeira; cientistas políticos, destacam seu imperativo político; juristas, seu arranjo constitucional. Em nosso caso, os educadores, tratam-na como um mecanismo de prestação de contas, avaliação e responsabilização, que aduz a *culpa e responsabilidade por*.

Como afirma Cheptulin (2004, p. 176): “As diferentes formações materiais [...] não coexistem simplesmente, mas agem umas sobre outras, provocando mudanças mútuas e encontrando-se, assim, em correlação, e interdependência determinadas”. O movimento e o desenvolvimento da *accountability* obedecem a esta *lei da correlação* – um sistema de ligações.

Já confirmamos, até o momento, duas características consensuais e centrais no movimento do conceito de *accountability*, com seus diferentes conteúdos e formas, a saber: o elemento de contagem e a imensa importância do espaço e tempo, com seu contexto histórico e cultural em geral e a forma de governo em particular. Dito isto, avancemos em nossa análise do movimento e desenvolvimento da *accountability*.

A segunda onda revolucionária liberal europeia, no século XIX, abalou os sistemas administrativos e de governança, seja redesenhando o absolutismo, seja substituindo-o por uma democracia liberal. Os novos modelos de governo emergentes, mesmo distintos, estabeleceram o controle sobre a educação (com sua complexa estrutura e organização escolar), da Inglaterra aos EUA, passando pela Dinamarca, enquadrando os diversos interesses conflitantes dos atores sociais à nova realidade econômica e à legislação burguesa

que emergia.

Na década de 1830, na Grã-Bretanha vitoriana, desenvolveu-se conceitualmente a noção de *meta* – dados quantificáveis das contribuições oficiais – que fundamenta o Estado moderno. As inovações administrativas resultaram na técnica da *avaliação estatística* que foi aplicada no levantamento de nascimentos, mortes e casamentos. Isso exigiu, a título de exemplo, o registro padronizado de casamentos, por meio da assinatura com o nome ou uma cruz por parte dos noivos: “[...] a quantificação desses tipos de casos, nos quais as marcas são feitas, mostrarão a proporção dos que não sabem escrever de maneira alguma e dos que escrevem de maneira imperfeita” (Porter, 1843, p. 277 *apud* Vincent, 2014, p. 548).

O Estado passou, desde esse tempo, a empreender atividades com mensuração – prática que coincidiu com o momento em que o desempenho das crianças em escolas começou a ser avaliado – para medir graus de capacidade e a própria alfabetização. A *ignorância* (tida à época como uma incapacidade de acessar o conhecimento registrado) era relacionada à criminalidade e à revolta social, como apreende-se das discussões sobre a reforma educacional de 1839:

[...] dois terços das crianças de classes mais humildes estavam completamente sem acesso à educação. A consequência dessa negligência foi que os registros de crimes estavam aumentando e dos 22 mil crimes cometidos naquele ano, 20 mil foram cometidos por pessoas totalmente destituídas de educação (Hansard, 1839, col. 298 *apud* Vincent, 2014, p. 550).

Para os vitorianos, o analfabetismo era uma *doença social e moral* que deveria ser erradicada, pois dela provinha a delinquência. No *mundo distópico* da rápida velocidade de urbanização e industrialização, no qual as crianças inglesas viviam exploradas e em pobreza extrema, submetidas à *Nova Lei dos Pobres*, de 1834 – baseada na vigilância, na internação e no controle social dos pobres –, a violência urbana não era compreendida como resultante, na ordem do capital, de um esgarçamento do tecido social como um todo.

Para além das diretrizes estabelecidas como norteadoras do controle social, a partir dos anos de 1830, avançou o discurso de um liberalismo mais incisivo, com os princípios do livre mercado apresentados como alternativa necessária para a resolução dos distúrbios sociais. Nisso, tem-se uma intelectualidade, identificada com um projeto de industrialização, que contemplava a escolarização medida pelos índices de alfabetização como uma estratégia de renovação social e de categorização cultural da sociedade:

[...] a remoção da ignorância [provocada pelo analfabetismo] trará significativas contribuições para a restauração da saúde moral das comunidades e consequentemente inseri-las no gozo racional das bênçãos cada vez mais disponíveis pela sua aceitação.” (Porter, 1843, p. 173). [Nisso temos que] A contagem era uma

forma de categorização. A população estava separada em duas colunas nas tabelas de alfabetização. As colunas descreviam uma sociedade dividida. De um lado, os educados e racionais, do outro, os que não possuíam educação e que seriam escravos dos seus próprios juízos de valores e do egoísmo (Vincent, 2014, p. 551).

Na conjuntura da Revolução Industrial, o Parlamento Britânico, visando ampliar a massa escolarizada e proporcionar uma educação *sólida e barata*, implantou, na década de 1860, um *sistema de accountability por resultados* (*system of accountability by results*). A *Comissão de Newcastle*, responsável por recomendar as estratégias da reforma, concluiu que às classes pobres da população na escolha de uma escola, procuravam saber se a escola fornecia uma boa leitura, escrita e aritmética, o que seria rentável para a criança durante toda a sua vida. Havia em grande parte da população, à época, uma visão instrumental em relação à sala de aula, o que motivava a valorização de habilidades relacionadas com letras e números, em vez de uma superestrutura voltada para a instrução moral, ética ou reformatória. Além disso, a *Comissão* identificou que os professores estavam gastando muito pouco tempo ensinando aos alunos as matérias básicas (Kuchapski, 2001, 2002; Vincent, 2014).

O programa educacional do século XIX é também estratégia política de hegemonia social, um *modus operandi* da intelectualidade apegada ao industrialismo capaz de cooptar uma parte da classe trabalhadora. Possivelmente por isso, em resposta às questões suscitadas pela *Comissão de Newcastle*, o Parlamento definiu:

“[...] o que as crianças de cada 'série' deveriam ser capazes de realizar em termos de leitura, escrita e aritmética, e vinculou o pagamento de subvenções ao desempenho dos alunos nessa estreita faixa de habilidades” (Layton & Lacey, 1981, p. 26). Embora o pagamento por resultados tenha desaparecido gradualmente até o final do século XIX, os exames padronizados introduzidos por ele se institucionalizaram no ensino fundamental e, posteriormente, nos sistemas de ensino médio. (Nixon, 1992) (Kuchapski, 2002, p. 3, tradução nossa).

Definir paradigmas educacionais em plena Era Industrial, uma ordem que estabeleceu o livre mercado e a indústria como eixos do progresso e do bem-estar, revela, para além de reformas legislativas, o grande esforço de convencimento social – consenso societal. A implantação de um sistema de *accountability por resultados*, em um tempo convulsionado por problemas sociais, demonstra a combinação de um cientificismo da economia política com pareceres morais, sem que haja uma separação tão clara entre ambos.

Saindo da Grã-Bretanha, talvez o caso dinamarquês seja um bom exemplo para se entender a força dos pareceres morais na nova ordem liberal que se formava e seus impactos na educação e fundamentos para as futuras políticas de *accountability*. Encerrando gradualmente o domínio da igreja e sedimentando as bases das práticas de prestação de contas, avaliação e responsabilização, sob o guarda-chuva do controle, desenvolveu-se no país

nórdico uma cultura que constituiu as condições para o que viria a se tornar, no século XX, na Dinamarca, um *sistema de accountability* (Sobe, 2012); um sistema social funcionando com suas maneiras/formas específicas, com efeitos específicos.

Como desdobramento da *Primavera dos Povos*, a Dinamarca aboliu em 1849 o regime da monarquia absolutista, introduzindo um sistema político assentado na democracia liberal. Elaborou-se, então, uma nova constituição, de cariz burguesa, que possibilitou o debate sobre as escolas, seu conteúdo e sua governança. O modelo educacional dinamarquês, imperante desde o século XVI, estabelecia uma gestão, conteúdo e sistema de controle das escolas primárias, como nos informa Ydesen e Andreasen (2014), que controlava as escolas e sua administração por meio de inspeções realizadas ou por meio do envolvimento da igreja. Esse sistema possuía uma estrutura hierárquica que emanava do rei e envolvia “[...] toda a gama de atores, desde os bispos e a nobreza aos superintendentes e reitores rurais, aos mestres-escolas e às crianças e seus pais” (p. 5, tradução nossa).

A responsabilização escolar, entre os séculos XVI-XVIII, recaía sobre jovens e seus pais, punidos por não cumprirem o que se esperava deles. Assim, os pais prestavam contas ao professor (o mestre-escola) e tinham a obrigação de que seus filhos frequentassem a escola e mantivessem o comportamento correto. Ao professor era incumbida a tarefa de “[...] ‘fazer exames públicos dos jovens nas igrejas com a frequência com que fossem instruídos pelo deão rural ou pelo vigário’ [... Caso não aplicassem os testes poderiam] ‘perder o cargo público’ [...]” (Ydesen; Andreasen, 2014, p. 5, tradução nossa).

Para além da dimensão ritual de testar a juventude, verificar e sinalizar a ordem, o que se assiste na Dinamarca, como acontecimentos assentados em uma base sociocultural, é o *prelúdio* de uma transformação que Behn (1998) e Burke (2005) definem como uma *razão de ser da accountability*. Esse *prelúdio*, antecedente de uma *accountability* em composição, fez-se presente nas ações, visando: *atingir resultados* políticos (manutenção do controle social e da monarquia absoluta), estabelecendo para isso *alguns meios* educacionais (relação entre Estado e Igreja) que resultou em *consequências* políticas (certa ética de trabalho de diligência e uma estrutura social de reconhecimento).

Para esse complexo sistema funcionar, implementou-se processos de fiscalização e coleta de informações⁵⁵, como estatísticas sobre os alunos, salas de aula, dias letivos,

⁵⁵ Ydesen e Andreasen (2014) destacam que mesmo diante do avanço liberal e queda da monarquia absolutista em 1849, a abolição do papel do clero na inspeção das escolas não se efetuou automaticamente. Os argumentos econômicos de que a contratação de inspetores ministeriais seria onerosa, enquanto os vigários e

frequência escolar e comentários dos professores; dados sobre a escola, obtidos com visitas periódicas (algumas de surpresa); levantamento sobre o desempenho dos jovens, alguns dados gerados por exames anuais, em um total de dois, realizados na presença da comissão escolar e em formato de desempenho oral; em relação aos professores:

Há alguma evidência arquivística de que os reitores até classificaram os professores (Nørr, 2006). [...]. Andersen [reitor escolar] criou uma escala de notas de 1 a 3, sendo 1 a nota mais alta. Além das notas principais, o reitor acrescentava um sinal de mais ou um ponto de interrogação, resultando na seguinte escala: 1, 1?, 2+, 2, 2?, 3+ e 3. A nota média ficou em torno de 2+. Em dois casos o reitor ajustou a escala de notas e atribuiu as notas 4 e 3? (Ydesen; Andreassen, 2014, p. 9, tradução nossa).

Em seus registros, Andersen chegava a comparar e avaliar as escolas, professores e alunos. Com isso, geralmente, os professores eram responsabilizados pelos resultados obtidos – bons ou maus. Sendo que, em reuniões subsequentes à aplicação dos exames, discutiam-se os dados e o desempenho dos professores. Eis que as notas tinham uma importância significativa, principalmente para a promoção do aluno individual para o ano seguinte, o que demonstrava a relevância dos exames periódicos como ferramenta de responsabilização dos alunos pela sua própria aprendizagem (Ydesen; Andreassen, 2014).

O sistema dinamarquês demonstra que a *accountability* é resultado de um processo histórico, um movimento de superação do simples pelo complexo. Na Dinamarca dos séculos XVI-XIX, é possível identificar que as propriedades da *accountability* do século XXI, faziam-se presentes à época, como: controle, prestação de contas (relatórios de professores e reitores), avaliação (exames, notas, comparação entre as escolas), responsabilização, sanção, informação (com coleta de dados de desempenho, frequência etc.).

A análise desse cenário indica que a *accountability* está imersa nas *relações sociais* e sua efetivação (origem, conceituação e desenvolvimento) está imbrincada com o Estado e a sociedade, na relação entre as bases estrutural (econômica) e superestrutural (dimensão cultural, ideológica etc.), como expressão da subjetividade objetivada do ser social:

Sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda a classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes (Marx, 2017b, p. 60).

Williams (1979) destaca que os conceitos “não se moveram no mesmo ritmo, mas cada um deles, num ponto crítico, foi afetado pelo movimento dos outros”, processo só

decanos faziam a tarefa gratuitamente, predominou para manter o sistema de inspeção clerical. Somente no século XX esse sistema de inspeção foi superado.

percebível em retrospectiva histórica, nem sempre sincrônica, uma vez que na concretização das transformações “o que estava dando conteúdo às novas ideias, e até certo ponto estava sendo fixado nelas, era uma experiência sempre complexa e em grande parte sem precedente” (p. 18).

No movimento de construção de uma ideia, em geral, “a maior parte do moderno pensamento social” não contempla o fato de que “suas formas partem, na prática, dos problemas não-solucionados dos conceitos modeladores iniciais” (Williams, 1979, p. 19). Se os termos modeladores da *accountability* estavam (quase) todos lá, na Dinamarca dos séculos XVI-XIX, isso não implica, necessariamente, que a palavra, o conceito e a própria ideia de *accountability* estivessem lá – como de fato não estavam, existia um *prelúdio*, quer dizer, um *sentido* que remetia ao funcionamento de um mecanismo *accountability*. Todavia, faltava uma integralidade sistêmica ao processo. Por isso, e por outras razões, devemos atentar que para tratar sobre a *accountability* em dado espaço-tempo, em um debate sobre sua efetividade, conceituação e (não) tradução ou adaptação do termo, sem considerar as articulações teórico-práticas e as relações sociais, não se poderá ir muito longe na investigação.

Existem perguntas práticas que só poderão ser respondidas se forem reconhecidos os problemas inerentes ao conceito de *accountability*; e, graças à abstração e limitação de certos termos, como prestação de contas e responsabilidade, será possível estender outros conceitos, como avaliação, informação e sanção para o conhecimento da *accountability*. No processo do movimento de um estágio a outro, a *accountability* não pode ser dissociada da realidade e, por sua vez, esta não pode ser pensada de forma fragmentada. Com seus conteúdos e modificações próprias, conforme a correlação entre motivação e ação, as partes da *accountability*, em suas áreas de concentração, desenvolvem fundamentos teóricos distintos, mas em relação – ligadas e isoladas – umas com as outras. Portanto, a *accountability* está relacionada a fenômenos ou a movimentos diversos no espaço e tempo que afetam seu conteúdo.

Isso significa que a efetividade da *accountability* possui uma realidade histórica (movimento), resultando em certa qualidade (propriedades que indicam sua essência) e certa quantidade (propriedades que exprimem sua grandeza). A forma concreta da *accountability*, como veremos no Capítulo III, por um lado, envolve os *saltos da qualidade* (mudanças bruscas – com rupturas de gradação) do *todo* e de suas *partes*. Por outro, as mudanças quantitativas operam-se de forma mais lenta e gradativa, nas quais o qualitativo depende da formação que envolve o objeto, em um acúmulo gradual de novas qualidades, enfraquecendo antigas qualidades (Cheptulin, 2004; Kosik, 2002; Lefebvre, 1991).

O caso das *World's Fairs* (*Feiras Mundiais*) do final do século XIX, que ocorriam nos EUA, é revelador sobre as mudanças operadas na *accountability* ao longo do tempo, como um reflexo dos *saltos* (qualitativos e quantitativos) que envolvem seu conteúdo, forma e uso prático. Esses eventos contribuíram significativamente para o desenvolvimento de estruturas sociais e institucionais, funcionando como sistema de *accountability* educacional:

As exposições educacionais nas Feiras Mundiais podem incluir uma variedade às vezes confusa de objetos, documentos e informações. Os expositores - sejam nações, estados / províncias e, ocasionalmente, cidades ou instituições específicas - podem apresentar a arquitetura, o design e os sistemas de ventilação das escolas; livros didáticos e outros impressos; globos, mapas e outros dispositivos didáticos; carteiras escolares e outros itens de mobiliário; bem como mapas, tabelas, gráficos e cartazes que ilustram vários aspectos educacionais, como treinamento de professores, as disposições para supervisão administrativa centralizada e / ou local, a distribuição geográfica das escolas e assim por diante” (Sobe; Boven, 2014, p. 3, tradução nossa).

As exposições “[...] permitiram que sistemas e práticas educacionais fossem ‘auditados’ por públicos leigos e especialistas [...]” (Sobe; Boven, 2014, p. 3, tradução nossa). Para Robert H. Bancroft, autor da história oficial da Feira de Chicago, em sua descrição da Exposição Mundial Colombiana de 1893, nas *World's Fairs*:

[...] podem ser comparados os sistemas [educacionais] de países a muitos milhares de quilômetros de distância, os sistemas desenvolvidos sob governo autocrático e republicano, sistemas denominacionais com o sistema público dos estados, todos agrupados dentro de alguns milhares de metros de espaço, e ainda apresentando uma ilustração mais clara de métodos, aparelhos e resultados que poderiam ser obtidos em uma longa viagem pelo mundo (Bancroft, 1893, p. 252 *apud* Sobe; Boven, 2014, p. 4-5, tradução nossa).

Servindo como *rituais de verificação*, as feiras difundiam ideias e modelos sobre o que significava ser moderno (Sobe; Boven, 2014), distintamente da concepção de controle administrativo, comparação e *rankings* ligados às atuais políticas de *accountability*. Enquanto as *World's Fairs*, no final do século XIX, eram espaços para uma *accountability* na educação, visando a incorporação de novos recursos, métodos e projetos de reforma e modernização escolar, a *accountability* do século XXI tem impingido políticas, visando os fins (resultados) e não os meios do processo educacional.

Um outro exemplo, paradigmático a nosso ver, do uso da *accountability*, em seu processo de movimento histórico e que retrata a própria mudança que se opera em seu sentido original e central, é relatado no estudo de Detzen e Hoffmann (2020), trabalho que contribui para a compreensão da *accountability* em sua correlação com a *responsibility* e o controle. Ao estudarem as demandas de *accountability* na *Handelshochschule Leipzig*, escola de negócios autônoma na Alemanha, à época do estado hitlerista (1933-1945), os autores identificaram o

uso ideológico da *accountability* para fins de dominação.

Detzen e Hoffmann (2020) buscaram demonstrar como a doutrina nazista entrou na universidade em uma conjuntura de mudanças sociais extremas, afetando acadêmicos nos níveis organizacional e individual. A *accountability* foi sendo utilizada pelo regime totalitário como instrumento de Estado para dominação – controlando pelo medo (coerção e vigilância) e manipulação política e ideológica (sanção e premiação). Essa ação submeteu a maioria dos acadêmicos ao regime, tornando-os sujeitos *de accountability*, mediante normas ideológicas e de produção (científica) que lhes eram impostas e/ou foram social e culturalmente aceitas/toleradas.

A educação alemã sucumbiu à racionalidade schmittiana do par antitético amigo-inimigo, que “[...] designa o grau de intensidade extrema de uma associação ou dissociação”. Sendo que o antitético “representa a negação [do outro e] de sua própria forma de existência, devendo, portanto, ser repellido e combatido, para a preservação da própria forma de vida, segundo sua modalidade de ser” (Schmitt, 1992, p. 52).

Na sociedade vigiada, controlada, submetida às normas de comportamento, regras de responsabilidade, cobrança por resultados e obediência aos valores autoritários, o *inimigo* é o outro (o estrangeiro, adversário e até mesmo o não colaborador). Schmitt, ao acolher o nazismo, parece-nos ser, no campo acadêmico, a personificação de sua própria teoria. Ao ser alçado como um dos intelectuais do *3º Reich alemão*, Schmitt tornou-se no par antitético, o *amigo* (do *Führer*), oferecendo uma versão empobrecida da vida política, justificando a cisão social: na relação antitética, a negação do *inimigo* (o bárbaro – o opositor, aquele não adequado à ordem imperante) representaria a afirmação dos valores e qualidades do *amigo* (o civilizado – o indivíduo ajustado à nova ordem, ou seja, o ser reificado) (Borón; González, 2006; Menezes, 2019).

No tragicômico simulacro do *3º Reich*, a sociedade vigiada assistiu, nos intramuros das instituições educacionais, partidários da *realpolitik* saudando o espírito da época, em um *pacto faustiano* que lhes privavam da liberdade. Intelectuais schmittianos selaram a própria *desumanização*, rendendo-se aos processos de deformação humana e de instrumentalização das práticas científicas em prol da incivilidade do capital.

A *accountability* sujeita a *sentimentos políticos* (Ericksen, 2012), conformada por uma relação antitética, reproduz uma específica consciência social, exteriorização tecnocrática e ideológica da consciência prática da sociedade de classes. Essa expressão ideológica, como depreende-se de Mészáros (2013, p. 9), “[...] se constitui como *consciência prática inescapável* de tais sociedades, vinculada à articulação dos conjuntos de valores e estratégias

rivais que visam o controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos”.

Ajustada à lógica *fabril*, a universidade produz racionalidades utilitária e técnica, objetivando a vida por intermédio de uma funcionalização que nega a própria humanidade do *ser*, pela aceitação do consenso para a barbárie – a vitória sobre o *inimigo* e a coisificação humana. Com essa destrutividade, as práticas científicas são usadas como um instrumento de dominação, afetando a produção do conhecimento que cede lugar ao poder e a burocracia.

Nesse momento, chegamos a uma nova etapa do movimento e desenvolvimento da *accountability*. Evidencia-se com os estudos de Detzen e Hoffmann (2020), ao destacarem o uso teórico-prático da *accountability* pelo regime nazista, que o mecanismo sofreu mudanças substanciais desde sua primeira menção no *Domesday Book*. A *accountability*, que chegou perto de ser confundida com o controle, embora os dois termos tenham permanecido distintos, teve seu conteúdo e forma, ou uso teórico-prático, maximizados para além da governança, ligando-se a *valores de reificação individuais* na prestação de contas. Esse movimento reverberou na própria conceituação da *accountability*.

À medida que a ciência da *Administração* tornou-se objeto de estudo, tanto por sua complexificação, como pela popularização da teoria da burocracia weberiana – numa época em que o governo estadunidense de Franklin D. Roosevelt (1933-1945) ampliava, pelo *New Deal (Novo Acordo)*, a prestação de serviços governamentais, exigindo dos servidores públicos um *comportamento ético* na realização das tarefas que lhe haviam sido confiadas, ou seja, que executassem as atividades de modo adequado e sem oportunismo – passou-se a examinar as noções de *accountability*, responsabilidade e controle, em interação e inter-relação, atinando para o conhecimento de cada um dos conceitos.

Nas querelas que envolvem a *accountability* – desencadeada em grande medida com base no debate sobre sua conceituação na década de 1940, entre Carl Friedrich (1940) e Heinrich Finer (1941), envolvendo sua natureza normativa e descritiva – houve inúmeras redefinições do conceito, a partir de pontos de vista relacionais, psicológicos, mecânicos, comportamentais ou funcionais. Somando-se ao seu escrutínio externo, a *responsibility* interna, uma espécie de senso interno do indivíduo, inseriu-se dois novos fundamentos para o estudo da *accountability*: *consciência* e *valores morais*.

A esse debate, que lança luz à relação dialética entre os fatores *internos* e *externos* da *accountability* (Mulgan, 2000), acrescentou-se nas décadas de 1950-1960, na conjuntura da Guerra Fria, a questão do valor atribuído à educação, considerada um *recurso econômico* – um *bem posicional* (Marginson, 2004) na ordem do capital, que ao lado do conhecimento são tidos como *ativos competitivos-chave* (Carnoy; Rhoten, 2002) – para garantir o progresso e

crescimento econômico das nações.

Nesse sentido, a vida cotidiana em tempos de reestruturação produtiva, é subsumida pela cotidianidade, um espaço modelado pelo Mercado em simbiose com o Estado, que tende a limitar os sujeitos históricos a uma vivência de ser autômato, um mecanismo (quando muito um ser robótico) na era da reestruturação produtiva. Sujeito convertido em consumidor voraz de eficiência produtiva; um cidadão abstrato, induzido a abraçar a reprodução acrítica de práticas e saberes profissionais no cotidiano no mundo do trabalho.

2.2.3 *Accountability em um mundo de “tempos fraturados”*⁵⁶

Para além da Guerra Fria, a *era dos extremos* cristalizou a questão social sob uma ótica filantrópica (em detrimento dos avanços societários), reforçando os princípios e garantias relativas à propriedade privada, bem como aprofundou o ideário gerencialista. Com a mistificada premissa da redução no tamanho do Estado e busca por maior eficiência, tanto no funcionamento da máquina pública, como por parte da própria Nação, mascarou-se a *diminuição e o controle do poder das classes subalternas*.

Nesta lógica, contextualizemos inicialmente a *accountability* educacional em *tempos fraturados*, a partir de cinco movimentos. **Primeiro:** Em decorrência da Guerra Fria, período de tensão político-ideológico, envolvendo EUA e União Soviética (URSS), entre 1947 e 1991, e países alinhados, em que o avanço tecno-científico tornou-se símbolo de superioridade, tanto de um modelo político-econômico, como de um modelo de sociedade. Nesse contexto, quando a URSS obteve sucesso no lançamento do satélite Sputnik (4 de outubro de 1957), primeiro satélite artificial a orbitar a Terra, deu-se início à *corrida espacial* com reverberações nos sistemas educacionais do mundo ocidental.

Como resposta ao avanço soviético, o governo estadunidense, crendo que seu modelo educacional, então existente, era lento para atender às novas demandas, buscou tornar

⁵⁶ Para Hobsbawm (2013, p. 9-10), as últimas décadas do século XX foram *tempos fraturados*, “uma época da história que perdeu o rumo e que [...] aguarda, desgovernada e desorientada, um futuro irreconhecível”. Em outra construção metafórica, o autor atribui a esse século XX a peja de *era dos extremos*, pois nenhum outro período conheceu tamanha assimetria entre os polos, sejam eles de quais áreas forem com suas suspeitas, dúvidas e esgarçamentos (*Ibid.*, 2011). São tempos desassossegados, em que se evidenciou o paradoxal crepúsculo da educação e do conhecimento. A partir dessa assimetria, pode-se ponderar que no primeiro quinto do século XXI, cujo destino epocal, em parte, subjaz nas políticas de *accountability*, assiste-se o exacerbamento dos *tempos fraturados*, pois no prelúdio deste *velho novo século*, a sociedade global submerge “ao golpe triplo da revolução da ciência e da tecnologia [iniciada ainda] no século XX, que transformou antigas maneiras de ganhar a vida antes de destruí-las, da sociedade de consumo de massas [...], e da decisiva entrada das massas na cena política como consumidores e eleitores” (*Ibid.*, 2013, p. 13).

seu sistema educacional mais responsável. Concebendo o uso da ciência e da tecnologia como fundamental para a engenharia da mudança, teceu-se a união do aparato (pesquisa e desenvolvimento) militar com a educação; aquilo que Mészáros (1989, 2016b) qualificou de *complexo militar-industrial*: um complexo que se estabelece como centro que organiza a dinâmica sócio metabólica do capital, em íntima e visceral relação com o Estado.

Dessa maneira, as reformas e os modelos de *accountability* educacional nos EUA sofreram a influência do Departamento de Defesa, mediante seu *Sistemas de Programação, Planejamento e Orçamento*. Conforme Kuchapski (2001, 2002), administradores do antigo Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar (do qual proveio, em 1979, o Departamento de Educação), entre os anos de 1965-67, eram obrigados a participar de seminários promovidos pelo programa, a fim de aprenderem uma *abordagem científica para a gestão e controle do processo educacional*. Disso, resultou uma perspectiva de gestão e programas de *accountability* que se fazem presentes nos modelos de planejamento até os dias atuais.

Segundo: Ainda na efervescência das décadas de 1950/60 nos EUA, no contexto das lutas *Pelos Direitos Civis*, tivemos em 17 de maio de 1954, na esteira de outras conquistas, a decisão histórica no caso *Brown vs. Board of Education*, em que a *Suprema Corte* julgou como inconstitucional a existência de escolas públicas segregadas. A decisão, efeito da luta em defesa da dessegregação, garantiu o direito à Linda Brown, cidadã afro-americana, então com 7 anos, de estudar numa escola até então reservada a brancos, na pequena cidade de Topeka, Kansas.

No entanto, em um movimento de reação à dessegregação, desencadeou-se uma estratégia de *resistência massiva* das elites brancas, ação que incidiu sobre o sistema escolar. No governo do estado da Virgínia/EUA, em 1956, desenvolveu-se a política de *vouchers*, ligada ao conceito da *escolha da família (parent choice)*, pela qual os pais escolhem a escola para matricular seus filhos, recebendo do Estado os recursos para arcar com os custos educacionais; dito de outra forma, a elite branca receberia recursos públicos, para matricular seus filhos em escolas não frequentadas por negros, além de autorizar-se o ensino domiciliar.

Foi no cenário da crise escolar de dessegregação na Virgínia que James Buchanan, professor da *George Mason University* e um dos principais economistas dos Estados Unidos, promoveu as *ideias econômicas e sociais libertárias*, conhecidas por *teoria da escolha pública* (teoria que aplica os conceitos da economia de mercado à política e aos serviços públicos). Ao lado de economistas como Milton Friedman (*Escola de Chicago*) e Friedrich Hayek (*Escola Austríaca*), Buchanan (*Escola da Virgínia*) compôs parte do quadro da *Mont*

Pèlerin Society, uma organização internacional neoliberal, que seguiu os preceitos esboçados pelo *Colóquio Walter Lippmann*⁵⁷.

As ideias de Buchanan tiveram grande impacto no governo de Reagan (EUA, 1981-1989) e Thatcher (Reino Unido, 1979-1990), ao aconselhar seus proponentes em sua busca por liberar mercados e postular o governo como o *problema* e não a *solução*. A *Escola da Virgínia*, financiada por magnatas norte-americanos, treinou acadêmicos, políticos, empresários e os mais variados profissionais liberais a aplicar perspectivas rígidas da direita no funcionamento do Mercado e do Estado, influenciando diretamente na privatização de escolas, justificando o modelo de *charters schools* – escola pública não-estatal – que atuaria em paralelo a *parent choice*:

Sob um sistema de escolha, novos programas inovadores surgiriam em resposta à demanda dos pais. A produtividade melhoraria à medida que os ineficientes saíssem do negócio devido ao declínio nas matrículas. Para seus defensores, a escolha da escola apresenta uma alternativa legítima a um provedor ineficaz, ineficiente e monopolista (Hill; Jochim, 2009, p. 7, tradução nossa).

O modelo de *charters schools* objetiva o mesmo fim, mas por um percurso inverso ao do *voucher*, que traz a iniciativa privada para dentro do sistema público, ao passo que o sistema *charters* incorpora o sistema privado dentro da rede pública (Carrasqueira, 2013).

Para a historiadora Nancy MacLean (2017), na obra *Democracy in Chains: the deep history of the radical right's stealth plan for America* (*Democracia em Cadeias: a história profunda do plano furtivo da direita radical para a América*, tradução nossa), as ideias *libertárias* de Buchanan estão no cerne do movimento de extrema-direita *Tea Party* do partido republicano, base do governo da presidência caótica de Donald Trump (2017-2021).

MacLean (2017) destaca ainda, que para Buchanan *o despotismo pode ser a única alternativa organizacional à estrutura política*⁵⁸ – em uma nítida crítica ao estado (com suas

⁵⁷ Segundo Dardot e Laval (2016, p. 71-72): “A criação da Sociedade Mont-Pèlerin, em 1947, é citada com frequência, e erroneamente, como o registro de nascimento do neoliberalismo. Na realidade, o momento fundador do neoliberalismo situa-se [...] no Colóquio Walter Lippmann, realizado durante cinco dias em Paris, [em...] 1938, no âmbito do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (antecessor da Unesco). (...) a Sociedade de Mont-Pèlerin aparece como um prolongamento da iniciativa de 1938. [...] O Colóquio [...] é a primeira tentativa de criação de uma ‘internacional’ neoliberal que se prolongou em outros organismos, entre os quais, nas últimas décadas, a Comissão Trilateral e o Fórum Econômico Mundial de Davos”. Seus princípios econômicos neoliberais disseminaram-se no contexto do último quadrante do século XX, no esgarçamento dos *anos de ouro* do capitalismo regulado.

⁵⁸ A *moderna concepção de democracia* está sob ameaça? Levitsky e Ziblatt (2018), na obra *Como as democracias morrem*, buscam mostrar – a partir da experiência estadunidense, sob o governo de Donald Trump (2017-2021) – como a democracia é subvertida por dentro, pelas mãos de governos eleitos e atores de

instituições públicas e democráticas) e à valorização das corporações e oligarquias econômicas. Sendo que, paradoxalmente, as estruturas de poder oligárquicas exigem um estado com novos poderes, para que possam contornar a vontade do povo. O que só é possível com expansão dos poderes de repressão para controlar a fúria popular. Diferentemente de Friedman e Hayek, que defendiam o livre mercado e a liberdade de escolha, mas mantendo uma atuação do governo no processo, Buchanan buscava evitar que as pessoas acreditassem que o governo poderia ser a alternativa para os problemas sociais.

Na América do Sul, Buchanan colocou suas ideias em movimento no Chile, sob o governo Pinochet (1973-1990), influenciando a criação da constituição que adotou a orientação da *economia da escolha pública*, implantando orçamentos restritivos e, assim, impedindo o governo de gastar para atender às necessidades públicas. Conforme MacLean (2017), Buchanan teve sua atuação na ditadura subestimado, em parte porque, diversamente de Friedman, que anunciava suas atividades, Buchanan manteve seu envolvimento em sigilo.

Durante as décadas de 1960/70, a teoria e a prática econômica chilena – como em grande parte da América Latina – era dominada por princípios nacional-desenvolvimentistas, oriundos da *Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe* (CEPAL): estabelecendo as diretrizes de um Estado forte, protecionismo e desenvolvimento interno (priorizando a industrialização). No entanto, com o avanço da Guerra Fria, as ideias intervencionistas passaram a ser consideradas uma ameaça à ordem capitalista.

Valendo-se da tradição ideológica da política do *Big Stick* (em português, “Grande Porrete”), o governo norte-americano iniciou uma empreitada para combater e neutralizar o que era considerado como uma forma socialista de pensar na educação econômica na região. Por meio da *Internacional Cooperation Administration* (ICA, depois transformada na *Agency for International Development* – AID), agência governamental que prestava assistência não militar, o governo dos EUA patrocinou um acordo, firmado em 1955, entre a Universidade de Chicago e a Pontifícia Universidade Católica do Chile (PUC).⁵⁹

No que ficou definido como *Projeto Chile*, realizou-se o intercâmbio de docentes e discentes (bolsistas de pós-graduação) chilenos para estudarem na Universidade de Chicago. Esse grupo retornou posteriormente ao Chile com um senso de missão, a missão *civilizadora*

tendência autoritária, que pervertem as instituições e poderes transformando-os em instâncias autocráticas por meio de ações travestidas de nobres intenções, como o combate à corrupção e a defesa da segurança nacional.

⁵⁹ Fato similar ocorreu no Brasil com os acordos firmados nos anos de 1960, entre o Ministério da Educação (MEC) brasileiro e instituições e agências do governo norte-americano, por meio da *United States Agency for International Development* (USAID), estabelecendo convênios de assistência técnica e cooperação financeira, abrangendo desde a educação primária ao ensino superior.

dos novos filósofos, qual seja, transmitir ciência e modernismo à sociedade, educando-a conforme os preceitos neoliberais e da *teoria do capital humano* (na qual trabalhavam precisamente T. W. Schultz e Gary Becker), como pondera Juan Gabriel Valdés (1995), autor da obra, *Pinochet's Economists: The Chicago School of Economics in Chile* (Os Economistas de Pinochet: A Escola de Economia de Chicago no Chile, tradução nossa).

Ainda, segundo Valdés (1995, p. xi, tradução nossa), nos *Relatórios do Projeto Chile*, arquivados na biblioteca da AID, em Washington/DC-EUA, estavam condensados, os “princípios teóricos e os detalhes organizacionais que davam retaguarda a um deliberado processo de transferência de ideias de um país para outro”. O *Projeto Chile* demonstra a operação de “transferência ideológica” de certos ideários norte-americanos para os *Chicago Boys*, que mais tarde ocuparam cargos-chave na ditadura de Pinochet.

É digno de nota que a noção de cooperação técnica, ou *técnico em ajuda externa*, que orientava os acordos acadêmicos Chile-EUA, como concebiam a Universidade de Chicago e a ICA, amparava-se na ideia de que a estabilidade administrativa exige a criação de uma tecnocracia moderna, imune aos interesses da atividade política (Valdés, 1995), algo similar ao processo de *insulamento burocrático* – fenômeno no qual a burocracia possui um alto grau de independência em relação aos controles político ou social.

É nesse momento que se evidencia a *accountability* em *tempos fraturados*, no Chile, pois como esclarece Valdés (1995, p. 161), os *Chicago Boys* entendem como “autonomia” do grupo, não uma simples liberdade de pesquisa ou publicação, mas a afirmação de uma “social unaccountability”, uma racionalidade que norteava sua própria atuação na máquina estatal, em que não se viam obrigados a “prestar contas” ou “dar satisfações” aos grupos sociais internos. Na realidade, apenas um tipo de “accountability” era admitida e dizia respeito a entidades científicas de Chicago, a guardiã e portadora da “validação científica, a principal instituição com essa autoridade”.

Assim, se Buchanan agiu nas sombras, ocultando sua presença, Friedman moveu-se em plena luz do dia, a busca dos holofotes. Ademais, seus pupilos, os *Chicago Boys*, conduziram, na década de 1970, a revolução econômica chilena, no que Friedman definiu como *Milagre do Chile* (série de reformas liberais no país andino), com impactos esmagadores em quase todas as áreas da vida social: educação, sistema de pensões etc. Diga-se de passagem, cerca de três décadas após o fim da ditadura, em outubro de 2019, multidões saíram às ruas do Chile para protestar contra a desigualdade; e, diferente de Friedman e dos acólitos da antiga ditadura, a multidão entoava: “Chao, Chicago” (“Tchau, Chicago”). Assim,

em sua ácida crítica, a multidão ressoava ruidosamente que se o Chile foi o berço do neoliberalismo, também seria sua sepultura.

Na verdade, o Chile foi um laboratório a céu aberto. Os *Chicago Boys* e seus gurus aplicaram uma *accountability míope* (Ebrahim, 2003) e relações assimétricas em suas diretrizes de controle do poder – não foi o cidadão que exerceu o controle sobre a máquina pública, mas tecnocratas que ditaram o controle – e, sobretudo, acomodaram a *liberdade econômica* à dinâmica de um regime ditatorial. As reformas neoliberais de privação drásticas de direitos sociais dificilmente seriam implementadas em uma democracia (mesmo que liberal). Por essa razão, Hayek, ao visitar o Chile em 1981, em entrevista ao jornal *El Mercurio*, externou opinião favorável ao governo Pinochet:

Sou totalmente contra as ditaduras. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário para um período de transição. Às vezes é necessário que um país tenha, por algum tempo, uma forma ou outra de poder ditatorial. Como você entenderá, é possível que um ditador governe de forma liberal. E também é possível que uma democracia governe com uma falta total de liberalismo. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem os princípios do liberalismo. Minha impressão pessoal - e isso vale para a América do Sul - é que no Chile, por exemplo, assistiremos a uma transição de um governo ditatorial para um governo liberal (Hayek, 1981, *El Mercurio*, p. D9, tradução nossa).

Em sua entrevista ao *El Mercurio*, Hayek (2011) apenas reitera o que já dissera em sua obra *The Constitution of Liberty*, em 1960: “[...] uma democracia pode muito bem exercer poderes totalitários, e é concebível que um governo autoritário possa agir com base em princípios liberais” (p. 166, tradução nossa).

Ou como disse Sergio de Castro, Ministro das Finanças do Chile (1977-1982), em 1976: “A efetiva liberdade de uma pessoa só é garantida por um governo autoritário”. Repetindo sua afirmação, agora ao final da ditadura, mas de forma mais bruta: “con una metralleta en la raja, todo Chile trabaja”, ou seja, “com uma metralhadora no rabo, todos os chilenos trabalham” (Castro, 1981 *apud* Gárate, 2012, p. 189, tradução nossa). Esta paradoxal ideia de liberdade, coaduna com a visão de Friedman (1984) e Hayek (2010), que defendem o mercado como o espaço natural de existência das liberdades individuais e meio no qual tenderiam ao equilíbrio, mediante a livre competição – em que os *fortes* sobrevivem e vencem e os *fracos* sucumbem.

Para Friedman (1984, p. 21) o pressuposto da doutrina neoliberal está alicerçado na propriedade privada e no mercado: “só há dois meios de coordenar as atividades econômicas de milhões. Um é a direção central utilizando a coerção – a técnica do Exército totalitário moderno. O outro é a cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica do mercado”. Nessa perspectiva, em uma sociedade livre – liberdade econômica – os cidadãos deviam

usufruir dos valores da competição e da propriedade privada.

Por isso, o “[...] sistema atual de educação”, disse Friedman (1984, p. 89), sobre a educação estadunidense, quando esta gera políticas sociais permanentes ou de acesso generalizado, “longe de igualar oportunidades, está fazendo muito provavelmente o contrário”. De modo semelhante a Friedman, Hayek (2010) defendeu, a partir de uma interpretação particular da lógica das competências e habilidades do sistema fordista-taylorista, aplicada ao trabalhador flexível no *savoir-faire* (saber fazer prático), que as necessidades dos indivíduos não podem ser atendidas por meio da coletividade, mas apenas na livre concorrência.

Os arautos do liberalismo passaram a sustentar a fábula do único caminho possível: a liberdade econômica com modernização, desregulação, desburocratização, descentralização, desconcentração, privatização e a redução do gasto público, direcionadores estratégicos, normas e regras que se plasmaram no *modus operandi* do “novo” Estado. Esse, redimensionado, reduziu sua ação reguladora e “[...] suas ‘funções legitimadoras’ quando o grande capital rompe[u] o ‘pacto’ que suportava o *welfare state*, [e, a partir deste momento,] começa a ocorrer a retirada das coberturas sociais públicas” (Paulo Netto, 2010, p. 19).

No entanto, a liberdade econômica é uma falácia, visto que na livre competição é o capital que se liberta, não os indivíduos (Marx, 2011). Para o autor, esse tipo de liberdade individual é a mais ampla abolição da liberdade e a subjugação da individualidade às condições sociais de reificação, sobrepujando os objetos aos indivíduos. Nessa objetivação e fetichização das relações, como se os objetos fossem independentes dos indivíduos, ganhando vida própria, o capital *liberto* procura e desenvolve meios de se reproduzir.

Terceiro. Ainda na primeira década do pós-Guerra, a Unesco (1948) estabeleceu um escritório para coletar dados para fins de comparação dos sistemas escolares, o que balizaria suas ações entre os estados membros. Essa medida deu início aos processos de concepção das avaliações quantitativas internacionais das competências acadêmicas. Ao longo dos anos, organizações multilaterais, como a OCDE, criaram ferramentas de coleta de dados e categorias comuns que transcendem os debates sobre políticas nacionais. Ao mesmo tempo, criou-se um outro *tipo de espaço político, virtual e sem fronteiras*, baseado no Estado para as ações em rede, em que diversos atores e agências trabalham em nome de e em diferentes nações (Lawn, 2011).

Esse *novo espaço* implica controles sem intervenção política direta, onde diversos organismos multilaterais passam a definir padrões e referências que são usados para governar os sistemas, reduzindo o interesse por legislações e políticas educacionais, por meio da criação de serviços aparentemente comparáveis (Lawn, 2011). Uma tendência (ferramenta)

para comparações é o *Programa de Avaliação de Estudantes Internacional* – PISA. Criado em 1997 e aplicado pela primeira vez em 2000, o PISA é uma forma sofisticada de medidas, mais amplo do que a noção vitoriana da habilidade de ler e escrever, que investiga por avaliações transnacionais contínuas: “[...] a capacidade dos alunos de aplicar conhecimento e habilidades em áreas-chave do conhecimento e analisar, raciocinar e expressar a interpretação e resolução de problemas concretos, e numa variedade de situações” (PISA, 2004, p. 20, tradução nossa).

Assim, “indicadores de desempenho, competição institucional, dados públicos e prestação de contas e sistemas de relatórios tornaram-se [desde a década de 1980] uma nova norma americana e, por meio da OCDE, uma norma europeia” (Lawn, 2013, p. 118, tradução nossa). Normas que se espalharam para a América Latina, Ásia e Oceania, após o colapso da URSS e a ascensão da globalização econômica.

Quarto. Na obra *Making Education Count Developing and Using International Indicators*, ou *Fazendo Educação Contar: Desenvolvendo e Usando Indicadores* (tradução nossa), estudo financiado pela OCDE, os pesquisadores Bottani e Tuijnman (1994), no capítulo “Indicadores de educação internacional: enquadramento, desenvolvimento e interpretação” (tradução nossa), observaram que o primeiro estudo de indicadores internacionais destinados à educação foi realizado pela OCDE em abril de 1973.

Embora recebido com entusiasmo, os indicadores acabaram abandonados, uma vez que apresentavam lacunas (na relação desempenho/expectativa) importantes nas informações obtidas, suscitando um amplo debate sobre o papel da pesquisa social e educacional. Para os autores, foi com o relatório *A Nation at Risk* (NCEE, 1983), *Uma Nação em Risco* (tradução nossa), que ocorreu uma renovação no interesse por indicadores e estatísticas, transformados em *vedetes*, e colocando a *accountability* no centro do debate político, principalmente no campo da educação pública.

Lançado pela *Comissão Nacional de Excelência em Educação* em 1983, durante a presidência do republicano Ronald Reagan, o relatório, um dos mais influentes documentos da década de 1980, alertava: “Nossa nação está em risco. Nossa preeminência inquestionável no comércio, indústria, ciência e inovação tecnológica está sendo ultrapassada pelos concorrentes em todo o mundo” (NCEE, 1983, p. 6, tradução nossa). No entanto, a origem do declínio norte-americano não era atribuída, diretamente, a fatores concorrenciais ou técnico-científicos, mas à educação pública, ao “desempenho educacional medíocre que existe[ria] hoje” (p. 6).

Desde sua publicação, *Uma Nação em Risco* tem fornecido os fundamentos para a

reestruturação educacional estadunidense, influenciando o esforço governamental para a introdução de políticas centradas em processos de *accountability*. Tanto em nível federal quanto estadual, tem-se deslocado a prestação de contas e a responsabilidade pelos resultados da escola para o estudante. Nesse sentido, uma das novidades disseminadas pelo tsunami da *accountability* educacional foi a prática dos estados adotarem testes padronizados, ligando-os à promoção ou à graduação discente, além de alicerçar políticas de transferência de recursos às escolas.

Com a Lei federal *No Child Left Behind* (United States of America, 2002), ou *Nenhuma criança deixada para trás* (tradução nossa), assinada em 2002 pelo presidente dos EUA, George W. Bush (2001-2009), que passou a reger a educação estadunidense, os testes se transformaram em uma ferramenta definidora do montante de recursos a ser transferido para as escolas, conforme desempenho, com alta ou baixa pontuação. Um dos resultados dessa prática foi a divisão da política de *accountability* em dois níveis: baixo impacto (*low-stake*), limitada a divulgação dos resultados obtidos pelos estudantes nos testes avaliativos; alto impacto (*high-stake*), com a divulgação dos resultados e a adoção de prêmios, sanções e assistência técnica às instituições.

As notas agregadas dos estudantes nos testes com consequências mandatadas pelo estado são publicizadas e usadas para julgar o valor da escola, do gestor e dos professores. Com essa postura, as notas impactam a reputação das unidades educacionais e do *corpo de trabalhadores*, afetando, inclusive, o valor imobiliário das casas próximas a uma escola bem ou mal avaliada, tal como, a reputação da comunidade à volta (Dorn, 2007; Menezes, 2019; Ravitch, 2011). Disso, decorreu a concorrência e um sistema de *rankings* entre as unidades escolares, gerando consequências, como a *vergonha* para as escolas com baixa pontuação.

As formas de *accountability* passaram, desse modo, a “mensurar e codificar padrões de resultados e prever determinada consequência quando [os entes envolvidos] atingem ou não esses resultados” (Afonso, 2009b, p. 18) – base da emergência do Estado-avaliador (Afonso, 2007, 2009a; Ball, 2004), definindo à “introdução de mecanismos de avaliação, de desempenho individual e de resultados organizacionais, atrelados uns aos outros, e baseados em indicadores de qualidade e produtividade” (Abrucio, 1997, p. 37).

Eis uma forma ideológica de distorção da organização do real, pois “Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável” (Afonso, 2009b, p. 13). A isso, somam-se as regras e os critérios de regulação da vida social e educacional pela imissão do Estado, em sinergia com o mercado, impondo à *accountability* um modelo de axiomatização, assentado em formulações algorítmicas e lógico-matemáticas. Formulação expressa na

política educacional por meio dos resultados mensuráveis e quantificáveis, estabelecendo uma linguagem unívoca e isomórfica de referência sobre o padrão de qualidade e aprendizagem educacional.

Essa, então, é a conjuntura em que a *accountability* educacional ganhou força como forma de governar a educação ou influenciar em seu governo, sendo vista como capaz de fornecer os requisitos do sistema, ou seja, os padrões de eficiência e eficácia necessários para se alcançar a escolaridade adequada às novas demandas da sociedade. Logo, no âmbito da educação, a *accountability* tem sofrido mudanças, com seus vários significados voltados para todas as direções – como já citamos, *para cima, para baixo, para dentro e para fora* (Burke, 2005), conforme o movimento gerado pela lei das contradições.

Nessa toada, retratando as contradições imperantes na efetivação da *accountability*, podemos citar o estudo de Lipman (2014). O autor analisa as políticas de *accountability* na educação estadunidense no *pós-11 de Setembro*⁶⁰, em especial nas escolas públicas de Chicago, destacando seu uso como um suporte ideológico para justificar a repressão e guerra (política e cultural) preventiva, em um Estado de democracia liberal.

Com base em dados qualitativos, focados na supressão das liberdades civis, Lipman (2014) constatou a promoção de binários rígidos aplicados à comunidade escolar: bons e maus alunos, bons e maus professores; valor binário que foi estendido às escolas. O que reforçou os preconceitos sociais (com novas formas de segregação) em uma sociedade cindida pelo medo, xenofobia e sentimento (desejo) de controle.

A ilusão democrática liberal mascara-se na distopia da gestão eficiente do Estado, que prometeu paz, qualidade de vida, desenvolvimento e progresso, mas como um *Cavalo de Troia*, pariu forças antípodas solidárias, a exclusão-inclusão, que alimentam a desigualdade das massas, isto é, sua submissão, miséria e o controle social. Vista sob esse viés, as reformas educativas subsumidas à dinâmica neoliberal, como formas de regulação social – envoltas nas relações entre capital e trabalho, na díade saber-poder –, induzem à produção do conformismo social e ao respeito, muitas vezes, irrefletido às regras do jogo.

Quinto. No Brasil, o tema da *accountability* é recente, dista da década de 1990, embora seu sentido já estivesse presente, mesmo que de forma incipiente, no cotidiano nacional. A incorporação do conceito *accountability* na vida pública brasileira foi resultado das alterações no exoesqueleto do Estado: por um lado, em função da redemocratização

⁶⁰ O *11 de Setembro* é a data de uma série de ataques suicidas contra os Estados Unidos, coordenados pela organização fundamentalista islâmica *al-Qaeda*, em 11 de setembro de 2001 e que se tornou um marco do choque entre dois mundos antagônicos: o Ocidente capitalista e liberal e o Oriente muçulmano.

nacional e pela Constituição de 1988, com suas diretrizes de responsabilização; por outro lado, movidas por fatores macroeconômicos.

Sob a influência do *Consenso de Washington* (1989), no qual os países signatários reconheceram a eficiência das reformas orientadas para o mercado, iniciou-se na América Latina o debate em torno das contrarreformas conformadas ao *modelo econômico neoliberal periférico*, discutindo as atribuições do Estado. Fato evidenciado no documento “Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade”, produzido pela CEPAL (1995), que propõe: o Estado administrador, provedor, benevolente de recursos, deve ser substituído pelo Estado avaliador, incentivador e gerador de políticas de médio e longo prazo.

Parafrazeando Tomasi di Lampedusa (2006), era (é) preciso *mudar tudo para que tudo siga como está*. Desse modo, as contrarreformas e seus mecanismos vão surgindo em cascata, uma após a outra, em busca de operar mudanças que mantenham o que é irreformável, “precisamente porque o antagonismo é *estrutural*, o sistema do capital é – e deve permanecer – *irreformável e incontrolável*” (Mészáros, 2000, p. 11).

Em uma aparente reforma do Estado, mascarando retrocessos sociais que solapam a memória das lutas e conquistas das forças históricas, vivencia-se, a partir de meados da década de 1990, uma ofensiva dos organismos multilaterais sobre a organicidade da máquina pública. Orquestra-se, a partir das sucursais de *Wall Street*, ou irmãs de *Bretton Woods* (BM & FMI), em tessitura com a OCDE e Unesco, um *modus operandi* que ajusta os Estados nacionais e em nosso caso, específica a educação ao capitalismo globalizado.

Segundo Costa (2012), a cultura do *New Public Management* ergueu um novo imaginário social, o reformismo voltado à *performance* do Estado, fetichizando a gestão pública com as expressões do mercado. Afirmou-se a ideologia gerencialista e a projeção fantasiosa de um Estado/Governo neutro, sob a batuta do mercado, declamado por seus arautos, como único capaz de combater as mazelas sociais (distintamente do que concebeu Buchanan).

Para a efetivação dessa forma estatal, fez-se mister investir em uma nova forma de administrar a coisa pública, disso emergiu a *era da gestão* formatadora da tecnocracia que pariu o cidadão-consumidor. Em uma contrarreforma do Estado, resistente as pressões que viriam da classe trabalhadora, temos um cidadão abstrato, um indivíduo com direitos sociais mitigados em uma *economia moral*, marcada pela individualidade. O sujeito autocentrado, autorreferenciado e limitado a si mesmo (ser isolado e falsamente livre), enfraquecido em seus laços coletivos e fustigado por uma concorrência (desumana e desumanizadora – travestida em critérios de eficiência e eficácia), é lançado em uma verdadeira dessubjetivação de classe.

Além disso, no Brasil, a *accountability* deve ser analisada considerando nossos ranços coloniais e escravocratas, aspectos sedimentadores de uma sociabilidade que *maximiza uma história na qual o atraso é usado como instrumento de poder*, naturalizando soluções conservadoras e justificando a desigualdade social. Aqui, temos o mecanismo *accountability* mistificado, posto como um dos instrumentos basilares para a construção do novo Estado, definindo direcionadores estratégicos, normas e regras que se materializam na nova (des) ordem liberal.

Conforme Fontes (2012), temos um adensamento ideológico de estímulo à construção de uma *democracia resumida a um aspecto gerencial, ou seja, restringida à capacidade de gerenciar conflitos*. Tal especificidade nacional torna-se ainda mais explícita durante o governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2002). O período FHC, naturalizando e escamoteando as reais causas da miséria social, passa a disseminar a ideologia da *ineficiência genérica do Estado e a eficiência do mercado*.

Defendendo a lógica gerencial por meio do *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE)* – formulado pelo então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, condutor do *Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE)* –, o governo FHC, com sua máscara de cosmopolitismo intelectual, propagandeou as promessas (ilusões) do progresso que adviria ao país com a adesão aos ditames do projeto neoliberal e globalizante.

Com o PDRE, desenhou-se uma nova arquitetura institucional de natureza gerencial para o Estado brasileiro, como alude Bresser-Pereira (2007, p. 33): o crescimento do aparelho estatal exigia “[...] que o fornecimento dos respectivos serviços de educação, saúde, previdência e assistência social fosse realizado com eficiência. Esta eficiência tornava-se, inclusive, uma condição de legitimidade do próprio Estado e de seus governantes”.

O entusiasmo dos arautos da contrarreforma assemelhou-se aos efeitos da *mania*⁶¹, do delírio voluptuoso e cruel dos cultos dionisíacos. Com suas faculdades criadoras, numa pulsão artística, intelectuais tradicionais compõem ditirambos dionisíacos, uma tragédia gerencialista, cuja poesia lírica apropria-se e manipula a *accountability* na união entre a alegria (democratização) e a fúria (privatização/publicização), em uma embriaguez *sagrada* (abertura econômica) no culto ao deus Mercado.

As transformações assentadas na democracia liberal redefiniram atores econômicos e as diretrizes das políticas públicas para o progresso, regulação e/ou

⁶¹ *Mania*, na mitologia grega, é a personificação da "Loucura", *daimon* (espírito) provocado pela cólera divina que punia aqueles que não observavam os ritos, perturbando-lhes o espírito. Também é um nome ligado ao "ser tomado por ardor furioso", uma insanidade e ou frenesi sagrado (Grimal, 2014).

regulamentação, com rearranjos de estruturas de poder no Estado e na sociedade; ademais, novas formas de controle foram implementadas, capazes de efetuar a responsabilização na gestão pública, por meio de resultados alcançados ou competição administrada (CLAD, 2006).⁶²

Foi nessa esteira que a *accountability* disseminou-se na organicidade do Estado e na cotidianidade brasileira. Nada obstante, seja um avanço na modernização administrativa pública, a *accountability* é insuficiente para possibilitar uma maior participação social no controle da máquina estatal, em vista de ser apropriada ou utilizada para a manutenção do *status quo* do metabolismo social, gestando cidadãos abstratos (Menezes, 2019).

Deslocando-nos, parcialmente, do âmbito da administração pública para a esfera da educação, temos no Brasil, desde a Era Vargas (1930-1945), a implantação de um sistema de avaliação, com fins de produção de estatísticas educacionais, que em certa medida projetam um *sentido de accountability*.

Esse sistema de estatística é resultante do desenvolvimento da *Aritmética Política* pelo inglês William Petty (1623-1687), dispositivo que lastreou as *avaliações estatísticas* no século XIX na Inglaterra, aplicada ao levantamento de nascimentos, mortes etc. Essa técnica propôs substituir as descrições narrativas sobre administração do Estado, economia... por registros numéricos: “Da estatística narrada à contada, a Aritmética Política substituiu a máxima ‘governar para saber’ por ‘saber para governar’” (Fernandes, 2013, p. 4).

Conforme o autor, esse modelo proto-estatístico passou a ser adotado pelos mais diversos Estados europeus no século XVIII, inclusive Portugal, sob a batuta do Marquês de Pombal. Sendo adotada na reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, transformou-se em conteúdo curricular e, por ordem de D. João VI, a *Aritmética Política* foi inserida no currículo da *Academia Real de Guardas-Marinha*, única instituição de educação superior existente no Brasil à época, e espaço de formação do alto escalão do governo.

Contudo, o campo das estatísticas educacionais no Brasil tem como marco os Decretos nº 20.772/31 (Brasil, 1931a) e nº 20.826/31 (Brasil, 1931b), definindo o Convênio entre a União e os entes Federados, para o desenvolvimento e padronização das estatísticas educacionais; e que esclareciam: “[...] pelas condições da nossa organização política, a competência para a elaboração de tais estatísticas se reparte pela União e pelas várias unidades da Federação, a estas e àquela cabendo neste particular ampla autonomia” (Brasil,

⁶² Dentre os integrantes da cultura reformista brasileira destacam-se, ainda, o “Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização”, implantado em 2005, e “Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade”, criada em 2011 (Costa, 2012, p. 180-181).

1931a).

Com a elaboração e publicação das estatísticas educacionais, foi gerado o relatório sobre os serviços de informações e publicidade do *Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública*⁶³, do sexênio 1931-1936, contendo no conjunto de medidas do Departamento de Estatística do MEC, a iniciativa de editar o *Anuário de Educação e Saúde Pública*. Dentre as medidas, destaca-se a cultura da geração, sistematização e divulgação de dados estatísticos sobre educação.

Posteriormente, segundo Fernandes (2013), o *Conselho Nacional de Estatística* (CNE), revendo o convênio de 1931, estabeleceu o uso de *formulários de inquérito*, pelos quais se solicitavam aos Governos e às Instituições as mais variadas informações: “Na cláusula nona, apresentavam-se as categorias de informações, sendo (1) organização administrativa do sistema educacional; (2) o efetivo dos estabelecimentos de ensino e o respectivo aparelhamento; (3) movimento didático” (p. 8).

Importante destacar que em 1937, com o *Instituto Nacional de Pedagogia* (INEP), estabeleceu-se novos critérios de coleta e análise crítica de dados, sendo criado, em 1953, sob a gestão de Anísio Teixeira (1952-1964), a *Campanha de Levantamentos e Inquéritos para o Ensino Médio e Elementar* (CILEME), mediante a Portaria nº 160, de 26 de março, tendo por finalidade dotar o MEC de um amplo quadro, numérico, descritivo e interpretativo, do ensino médio e elementar em nível nacional (Brasil, 1953).

Avançando um pouco mais, na década de 1970, é possível identificar a existência de um sistema de avaliação aplicada aos cursos de pós-graduação, sob a responsabilidade da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (Capes). Todavia, essas avaliações compostas, à época, por um diagnóstico da situação educacional, eram esforços esporádicos e limitados, muitas vezes seus resultados ficavam restritos ao uso interno, como no caso da pós-graduação (Castro, 2006; Sguissardi, 2006).

Além disso, no âmbito das avaliações promovidas pelo *Sistema de Avaliação da Educação Básica* (Saeb) não havia uma integração no conjunto da federação, sendo restritas a

⁶³ Cinco fases marcam a origem e desenvolvimento do MEC. Em um primeiro momento a educação esteve sob o guarda-chuva do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, criado em 1890. Posteriormente, no governo de Floriano Peixoto, entre 1891 e 1892, o ministério é extinto, e a educação ficou sob a alçada de uma diretoria no Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1930, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e em 1937, passou a se chamar Ministério da Educação e Saúde. Foi no ano de 1953, com a criação do Ministério da Saúde, que o governo separou as atribuições do Ministério da Educação e Saúde. A partir desse momento, passa a se chamar oficialmente de Ministério da Educação e Cultura (MEC). E, em 1985 foi criado o Ministério da Cultura (MinC). Ainda assim a sigla MEC continua, porém tendo por significado *Ministério da Educação*.

poucos estados, fato que não possibilitava uma radiografia pormenorizada da situação educacional. A aplicação de ferramentas/instrumentos de avaliação em larga escala só se tornou recorrente com a reformulação do Saeb, em 2005, culminando na criação da Prova Brasil, que viabilizou estudos de abrangência censitária a nível nacional (Schneider, 2017).

Conforme Schneider (2019, p. 472), “do pondo de vista da responsabilização, a aplicação empírica de dispositivos de *accountability* [...] foi efetivamente facilitada com a criação, em 2007, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)”. Ademais, a introdução do *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, estabelecido pelo Decreto n. 6.094/2007 (Brasil, 2007b), evidenciou a importância dos resultados para a análise dos sistemas educacionais, princípio declarado na primeira diretriz, ao se estabelecer “como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir”.

É necessário compreender a estrutura da *accountability*, identificar seu cerne, em vista que esta passou a ser um mecanismo dos sistemas nacionais de educação. Esses sistemas, por seu turno, com seus instrumentos avaliativos, tornaram-se “[...] a porta de entrada e o esteio de políticas ou sistemas formais de *accountability*, [...] filiadas à ‘nova gestão pública’” (Schneider; Nardi, 2015, p. 72).

Com o Saeb e a introdução do Ideb, o Ministério da Educação visou ampliar o monitoramento do sistema educacional. Aos clássicos indicadores de rendimento, somou-se os resultados de aprendizagem. Dessarte, a implantação do Saeb amparou-se na ideia de que sem esse mecanismo, o direito público subjetivo não poderia ser monitorado e o cidadão teria dificuldades de exigir seus direitos. Dada a necessidade de o Estado-Avaliador ampliar a transparência da educação pública, em razão da comparabilidade entre instituições, exigida pela lógica gerencialista, intensificou-se a valorização das avaliações em larga escala.

Dessa forma, diante do conjunto exposto, temos que o uso moderno do mecanismo *accountability* reverbera no monitoramento da qualidade e dos padrões na educação e no controle da criticidade intelectual. Os discursos e as práticas da *accountability* foram (são) manipulados como meios de legitimação da obediência, supressão do pensamento e da ação crítica e restrição à participação de grupos sociais minoritários. O chamado a prestar contas é usado como parte de um sistema de coerção através da vigilância, regulação, regulamentação e sanção.

Assim, através de métodos gerencialistas, como asseverou o magistral sociólogo anarquista brasileiro Maurício Tragtenberg (2004, p. 18), “[...] o professor é controlado mediante critérios visíveis e invisíveis de nomeação; o aluno, mediante critérios visíveis e invisíveis de exame. Isso resulta em escolas que se constituem depósitos de alunos, como

diria Lima Barreto, em *Cemitérios de vivos*”. A isso, somam-se as regras e os critérios de regulação da vida social e educacional pela intervenção do Estado que impõe à *accountability* a função de ideologia tecnocrática, legitimando a dominação social-político-econômica por parte dos grupos hegemônicos sobre os subalternos.

É por isso que no século XXI, separados por quase um século do horror nazista, concordamos com Tragtenberg (2004, p. 25-26), quando ele afirma que: “a era da sociologia ‘inocente’ terminou, surgindo a era da sociologia militante a serviço dos profetas armados. De igual forma, agem os sociólogos da indústria que aceitam a ideologia do ‘gerencialismo’, uma ideologia patronal para manipular os dominados”. Além disso, ainda conforme o autor, o *administrar*, “como suprema virtude [...] aparece [nessa era gerencial] como sinônimo de vigiar e punir [...]” (p. 18).

Contudo, em consonância com Gaulejac (2007, p. 29), devemos considerar que “A Gestão não é um mal em si. É totalmente legítimo organizar o mundo [...]. Com a condição de que tais preocupações melhorem as relações humanas e a vida social”. Nessa mesma perspectiva, agora em consonância com Brooke (2006), podemos conceber que a *accountability* não é um mal em si. Parece-nos que a crítica repousa em sua instrumentalização e reificação, propiciando novos meios e tipos de controle. Como apreende-se de Freitas, a despeito de potenciais virtudes da *accountability*:

[...] diferenças sociais são transmutadas em diferenças de desempenho e o que passa a ser discutido é se a escola teve equidade ou não, se conseguiu ou não corrigir as ‘distorções’ de origem, e *esta discussão tira de foco a questão da própria desigualdade social, base da construção da desigualdade de resultados* (Freitas, 2012b, p. 383, grifo nosso).

Inscrita nessa *inversão*, a *accountability* contribui para tornar os indivíduos e as instituições subsumidas à lógica produtivista. Os testes avaliativos em larga escala passam a ter centralidade, ancorados em “concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas à condição de pilares da educação contemporânea” (Freitas, 2012b, p. 383).

A lógica produtivista tem resultado “[n]a necessidade dos indivíduos consumirem um conjunto de novas competências através de cursos de requalificação profissional” (Alves, 2002, p. 71). A educação convertida em mercadoria, conformada as tendências do mercado, tem convertido as instituições de ensino em “vendedores educacionais [... onde] o verdadeiro cliente das escolas é a empresa ou a sociedade e os alunos são produtos que os estabelecimentos de ensino fornecem a seus clientes” (Saviani, 2007, p. 1253).

Na selva selvagem que se converteu o campo educacional, escolas e Instituições

de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, tornaram-se vedetes na oferta de suas cestas de mercadorias, disponibilizando distintos produtos e promessas de empregabilidade para o sujeito que se tornaria – segundo essa mistificação ideológica – o aluno de excelência, com habilidade e competência superiores, num mundo marcado pela competição, desemprego, desigualdade e injustiça social.

Diante do conjunto exposto, verifica-se que o conceito *accountability* tem uma formulação histórica. Assim, pensar *accountability*, em sua perspectiva epistemológica, requer saber a importância das abstrações conceituais do conceito em geral, ou seja, a partir da abstração dos múltiplos fenômenos que a envolvem, pode-se formar um conceito em geral: o universal abstrato – uma noção da realidade que não é a totalidade, entretanto, auxilia em sua observação com um instrumental teórico satisfatório, p. ex., “todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável [...]” (Marx, 2017a, p. 41).

Contudo, o conceito abstrato “é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes” (Marx, 2008a, p. 110). Para se compreender o objeto investigado nesse conjunto, exige-se o estudo de sua dinamicidade interna, a análise de cada parte que a constitui, “depois de considerar particularmente um e outro, deve-se estudar em sua relação recíproca” (p. 127). Isso nos conduz a uma análise da *accountability* que considere os movimentos de regressão e progressão, pois sua história não é linear, antes é marcada por um processo de *desenvolvimento* (a negação da negação – em um movimento da diferença entre a forma anterior e a seguinte) e de *devir* (nascimento e morte), enquanto uma *possibilidade*.

A *accountability* é uma *coisa* que contém algo de contínuo e descontínuo (ruptura), diferenciando *desenvolvimento* e *devir*, ao mesmo tempo que demonstra sua ligação, em que “o desenvolvimento completo revela a *finitude* da forma histórica e a expõe a *infinitude* do devir” (Chauí, 2007, p. 153). Nessa dupla camada, *gênese* e *devir* se diferenciam, embora operem simultânea e contraditoriamente, em uma relação dialética, em que a *coisa* manifesta-se tanto como *devir* quanto como *gênese*.

Nos *Grundrisse*, Marx (2011) liga a *gênese* ao que permanece, aos restos ou ruínas, ou seja, a continuidade, o que permanece na nova forma; já no *devir* há perecimento, morte e o surgimento de uma outra forma. A dialética opera no entrecruzamento entre *devir* e *gênese*, no qual a nova forma nasce do interior da outra, destruindo a anterior. É na correlação entre *gênese*, *devir* e *desenvolvimento* que Marx discute as noções de necessidade e contingência (Chauí, 2007; Fausto, 2002).

Como salienta Marx (2008a, p. 118): “[...] as categorias simples são a expressão de relações nas quais o concreto pouco desenvolvido pode ter se realizado sem haver estabelecido ainda a relação.” Devemos, portanto, investigar o desenvolvimento e o movimento *espiral da accountability*, destacando a dinâmica pela qual sua conceituação simples torna-se complexa. Para explicar esse processo de forma elucidativa, pelo menos esta é nossa pretensão, trataremos na sequência, em nosso Capítulo III, das categorias e leis da *accountability*, enquanto graus do desenvolvimento do conhecimento.

3 DO ESPANTO (SENSO COMUM) À REFLEXÃO (COMPLEXO): AS CATEGORIAS E AS LEIS DA *ACCOUNTABILITY*

Na ordem de aparecimento das categorias, devemos considerar que cada formação material (coisa, objeto, processo) tem um aspecto singular, aquilo que não se repete, ou seja, propriedades e ligações que lhe são próprias e que não existem em outras formações. Por exemplo, a *accountability* ocupa um lugar no tempo e no espaço, mediante determinada forma e com certa finalidade, em uma específica política pública etc. Ao mesmo tempo, a formação também possui propriedades e ligações que se repetem: isso constitui o aspecto *geral* da coisa.

Contudo, o singular e o geral estão em correlação, organicamente ligados e só podem ser separados no estado puro de abstração. Disso temos que “[...] o singular e o geral não existem de maneira independente, mas por meio de formações materiais particulares (coisas, objetos, processos) que são momentos, aspectos destes últimos” (Cheptulin, 2004, p. 194). No que concerne ao particular, esse é a “própria formação material, a própria coisa, o próprio objeto, o próprio processo. O particular é simplesmente o singular, mas igualmente o geral. O particular é a unidade do singular e do geral” (p. 195-196).

O fato, por exemplo, de que a *accountability* existe sob a forma de mecanismo que opera informação, avaliação e sanção, constitui o *geral* se a compararmos com a prestação de contas ou com a responsabilização; e, ao mesmo tempo, se compararmos a *accountability* com o *controle*, ela tornar-se-á o particular, o mecanismo se distinguirá (se diferenciará) no conjunto que compõem o *controle* – o *geral*.

Uma vez que a *coisa em si* representa a unidade do geral e do particular, temos que a *accountability* caracteriza-se por uma miríade de propriedades, sendo a propriedade aquilo que a distingue (diferencia) das demais coisas, ou indica sua semelhança. Tal como ocorre entre as características da *accountability* e da *transparência*; no caso, não há apenas a propriedade de exigir *informação* (propriedade geral, semelhança), mas também, propriedades particulares, das quais resultam a diferença: a *accountability* liga-se ao *avaliar*, ao *responsabilizar por* e à *sanção*, aspectos que inexistem de forma integrada na *transparência*.

Citemos ainda, a título de exemplo, os conceitos de *accountability* e *responsibility*, que são muitas vezes definidos, em alguns dicionários, um em função do outro, gerando um problema que tem atraído pouco interesse no debate acadêmico, como no caso brasileiro. Esses conceitos, se considerados sinônimos, podem gerar confusão na aplicação de modelos de governança, ou na dificuldade para os trabalhadores, na atribuição de responsabilidade *em geral*, pois nem sempre o sujeito *responsibility* é chamado a *prestar conta* (Bivins, 2006; Cox

III, 2004; Dumez, 2008; Mcgrath; Whitty, 2018).

A propósito, algumas propriedades designam o que a coisa representa, enquanto outras manifestam suas dimensões e grandeza. As propriedades da *accountability*, p. ex., assim como sua faculdade de exigir *informações*, *avaliar* (baseadas em critérios eminentemente metodológicos) e o fato de ser estruturada pelas práticas do *prestar contas* e *responder por* etc., indicam o que ela representa e o que ela é.

Já, as propriedades que demonstram a intensidade e alcance da *accountability* e a sua capacidade de impor *sanção*, por parte de suas ferramentas e/ou agentes, caracterizam-na do ponto de vista de sua grandeza (observemos que a imputação que acarreta ônus financeiro, perda de função/cargo é mais ampla do que uma repreensão ou aspectos simbólicos da responsabilização). Efetivamente, o determinismo da *accountability*, os condicionantes na cadeia de relações causais, envolve suas características *qualitativas* e *quantitativas*, que fixam não somente o geral (semelhança, identidade), mas o particular (a diferença) entre as formações. De acordo com Cheptulin (2004, p. 208), a qualidade é “[...] o conjunto das propriedades que indicam o que uma coisa dada representa, o que ela é, e a quantidade como o conjunto das propriedades que exprimem suas dimensões, sua grandeza [e intensidade, ligadas a seu desenvolvimento]”.

O determinismo da *accountability*, p. ex., inclui não somente o fato de que, em condições específicas (como na esfera pública), ela circunscreva o sentido de *answerability* (a obrigação do agente informar e justificar suas atividades) e *enforcement* (a capacidade das agências de controle de fazer cumprir a lei); mas, igualmente ao fato de que, na assimetria de poder – entre quem delega o poder (cidadão) e quem o recebe (servidor) ou entre agências e órgãos do Estado – o mecanismo *accountability* pode *avaliar*, *responsabilizar* e impor *sanção*, coisas que outros mecanismos ou dispositivos não executam, ou não o fazem de forma integrada.

Embora as categorias de qualidade e quantidade reflitam tanto a semelhança como a diferença da formação material – uma vez que não há propriedade apartada da qualidade e quantidade da coisa – elas não constituem o conteúdo específico da coisa, tendo em conta que: “O reflexo da diferença entre as coisas é o conteúdo específico do ‘particular’ e do ‘singular’ e não o da categoria de ‘qualidade’. O reflexo da semelhança é o conteúdo específico das categorias do ‘geral’, da ‘identidade’, e não o da categoria da ‘quantidade’” (Cheptulin, 2004, p. 205). Logo, a qualidade não corresponde a propriedade fundamental ou essencial da coisa. Ademais, “nem todas as características quantitativas de uma coisa são essenciais. Apenas algumas dentre elas são essenciais e necessariamente ligadas à sua natureza” (p. 205).

Levando em conta as experiências do ser social para a formação da *accountability*, faz-se necessário considerar, nesta formação, os aspectos teórico-práticos do desenvolvimento esperado, o que acontecerá sob certas circunstâncias – em um “movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto” (Kosik, 2002, p. 37).

Por isso, no movimento de ascensão do abstrato ao concreto, para em seguida, retornar à efetividade, medindo o *conhecimento alcançado*, devemos considerar as mudanças na *accountability*. Sendo que, conforme Cheptulin (2004, p. 157), o “movimento é a ‘corrente’, o repouso é o ‘parar’. E quando o movimento está em repouso, surgem as formações materiais (ideia de ‘corpo’, de ‘coisa’, e de ‘objeto’)”. Assim, é no movimento que a *accountability surge, flui*, continuamente, transformando-se nesse ou naquele grau de desenvolvimento, em um caráter progressivo das mudanças (desde que existam as condições apropriadas para sua realização).

Nessas condições, a prática social é o critério do concreto. Por isso, há que se ter sempre em vista que as contradições internas da própria *accountability* e de suas relações com o exterior (a realidade objetiva que a perpassa) expressam suas formas de ser, sendo, portanto, formas de existência, ontológicas e históricas.

Assim, para interrogar a *accountability*, esta formação material engendrada pela sociedade dos homens, apropriamo-nos do *conhecimento histórico*, uma vez que o conjunto de experiências do ser: “[...] compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, há muitos acontecimentos inter-relacionados ou as muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento [no espaço e tempo]” (Thompson, 1981, p. 15). Portanto, o movimento da *accountability*, em sua formação categorial, é articulado a uma totalidade, não a uma verdade teórica acabada (absoluta), tampouco a algo fictício, mas a um *conhecimento* em desenvolvimento, que é provisório e aproximado.

No estudo da *accountability*, devemos considerar os “silêncios e impurezas” (Thompson, 1981, p. 61) presentes em nosso *conhecimento*, pois, não conseguimos explicar tudo – e nem o materialismo dialético propõe-se a realizar tal proeza –, o que buscamos é uma aproximação mais ampla do objeto. Ou seja, tentar capturar os *núcleos fundantes* da *accountability*, as questões cruciais e essenciais de sua formação e constituição, para que se possa chegar a uma noção mais assertiva de seu conceito categorial.

Nesse sentido, as *metáforas* e *símiles*⁶⁴ de Marx envolvendo a ideia de *estrutura* e *superestrutura* é providencial, uma vez que a *accountability*, pensada a partir de uma análise de conjuntura, pode nos deixar mais próximos da sua essência.

Assim, para buscar as raízes do próprio movimento da *accountability*, destacando seu desenvolvimento e o utilitarismo em seu uso pragmático – por parte de intelectuais e/ou organizações políticas, econômicas etc. – devemos considerar como fundamental os condicionantes históricos, ideológicos, culturais, políticos e sociais desse processo, mas entendendo, como já tratamos no Capítulo II, que:

O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc., repousa sobre o [desenvolvimento] econômico. Mas, todos eles reagem também uns sobre os outros e sobre a base econômica. Não é que a situação econômica seja *causa, unicamente ativa*, e tudo o mais apenas efeito passivo. Mas há ação recíproca na base da necessidade [Notwendigkeit] econômica que *em última instância* sempre vem ao de cima. [...] Não há, portanto, como aqui e além por comodidade se quer imaginar, um efeito [Wirkung] automático da situação econômica, mas os homens fazem eles próprios a sua história, mas num meio dado que a condiciona, sobre a base de condições efetivas que encontram [já], entre as quais, as econômicas – por mais influenciadas que possam ser pelas [condições] políticas e ideológicas – são, contudo, em última instância, as decisivas e constituem o fio condutor que as percorre e que, só ele, leva ao entendimento (Engels, 1985b, p. 566).

É na correlação e interdependência entre estrutura (base) e superestrutura que a totalidade⁶⁵ das relações que fundamentam a *accountability* se processam, em um movimento de relações contraditórias. Relações em que *a parte*, mesmo que não nos demos conta disso, ao mesmo tempo revela e esconde *o todo*, e *o todo*, em uma certa visão do conjunto das relações, não aparece como tal na *parte*. Desse modo, a interpretação da realidade (tendo por base o próprio concreto) deve perceber os diferentes fatores que perpassam a realidade, ou seja, os meandros ideológicos que atravessam as relações de produção e as forças produtivas.

Segundo Marx e Engels (2016, p. 93):

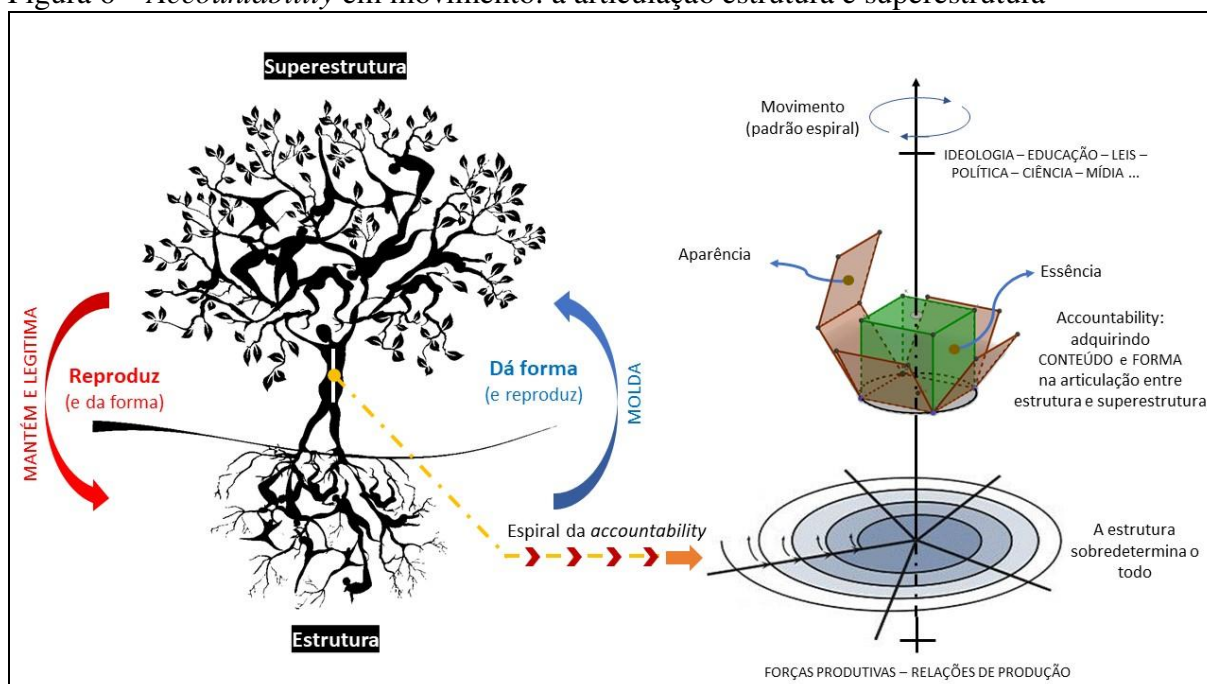
⁶⁴ Segundo Max Black (2016), de forma simples, a metáfora é uma comparação implícita entre dois elementos, enquanto a símile é uma comparação explícita usando palavras do tipo: “como” ou “tal qual”. Por exemplo, “ela é uma flor” é uma metáfora, enquanto “ela é como uma flor” é um símile. Em relação ao uso de metáforas e símiles por Marx, *vide* a seção 4.2, “Nada é o que aparenta ser: a inversão da determinação do real”; a subseção 5.2.1, “*Accountability – para além da ilusão holográfica: uma prática social*” e as notas 67 (p. 145), 97 (p. 217) e 100 (p. 219).

⁶⁵ Considerando a totalidade, Konder (1993, p. 39) esclarece: “Se eu estou empenhado em analisar as questões políticas que estão sendo vividas pelo meu país, o nível de totalização que me é necessário é o da visão de conjunto da sociedade brasileira, da sua economia, da sua história, das suas contradições atuais. Se, porém, eu quiser aprofundar a minha análise e quiser entender a situação do Brasil no quadro mundial, vou precisar de um nível de totalização mais abrangente: vou precisar de uma visão de conjunto do capitalismo, da sua gênese, da sua evolução, dos seus impasses no mundo de hoje. E, se eu quiser elevar a minha análise a um plano filosófico, precisarei ter, então, uma visão de conjunto da história da humanidade [...]”.

O fato é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção.

Lênin (1977, p. 446), citando Mefistófeles, personagem da obra *Fausto* (1808), de Goethe, afirmava: “a teoria, meu amigo, é cinza, mas é verde a eterna árvore da vida”, *vida viva* que não é imutável, estática. As mediações entre o *cinza da teoria* com o *verde da árvore da vida* são necessárias para compreendermos a *accountability*. Não à toa, acreditamos que o estudo da *accountability* tem que estar conectado à imediata interação com esta *árvore da vida*, na realidade concreta, na conjuntura entre *estrutura e superestrutura*, uma vez que a realidade social é determinante das relações sociais (Figura 6).

Figura 6 – *Accountability* em movimento: a articulação estrutura e superestrutura



Fonte: Elaborada pelo autor.⁶⁶

Nota: Na representação da metáfora/símile⁶⁷ marxiana de *estrutura e superestrutura*, optamos por substituir a convencional representação arquitetural (prédio) por uma árvore (em sintonia com a noção de *árvore da vida*), simbolizando um organismo em articulação na *vida viva*, haja vista que o real, esse “todo que não é apenas um

⁶⁶ Montagem organizada de imagens *free*, Árvore da vida (Tree of life vision, PNGWing - banco de imagens no formato PNG para uso livre). Disponível em: <https://w7.pngwing.com/pngs/688/661/png-transparent-tree-of-life-woman-tree-leaf-branch-plant-stem-thumbnail.png>. Acesso em: 10 fev. 2020.

⁶⁷ Mészáros (2011), em *Estrutura Social e Formas de Consciência II*, pondera que: “[...] ‘base e superestrutura’, ‘reflexo’ [reflection] e até mesmo ‘ação recíproca’ representam dificuldades intransponíveis se tomadas ‘de maneira literal’, como, infelizmente, parece ser o caso com bastante frequência. Pois, em sua imediateidade, eles são apenas ‘símbolos’ (na linguagem cotidiana, também descritos como ‘metáforas’) cuja tradução conceitual direta é – necessariamente – unilateral, senão de todo mecânica” (p. 45). Para o filósofo húngaro, a construção figurada de *estrutura e superestrutura*, não se trata de uma fórmula mágica, mas de uma metáfora, um símbolo explicativo para uma complexa relação social.

conjunto de relações, fatos e processos, mas também sua criação, estrutura e gêneses” (Kosik, 2002, p. 51), é originário da ação humana. Desta forma, a árvore formada por seres humanos simboliza a realidade social, que se movimenta em razão da ação do ser social na história, tendo como uma força motriz a contradição. Isso se dá, em parte, devido ao fato de que na correlação das diversas formações e ênfase no papel do sujeito, no processo histórico se cria o que Gramsci (2016, v. 3, p. 26) qualificou como um *bloco histórico*, uma “[...] unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”, o que nos rememora a crítica marxiana ao idealismo, uma vez que: “Contrariamente à filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu. Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua vida real” (Marx; Engels, 2016, p. 94). Assim, na unidade (*bloco histórico*) ocorre o movimento em espiral da *accountability* – pois, “o pensamento dialético parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento em espiral, do qual cada início é abstrato e relativo” (Kosik, 2002, p. 50) –, em uma contínua relação da parte com o todo e do todo com a parte, por meio da qual se dá forma e se reproduz a própria *accountability*.

Eis que, em sentido conjuntural, na articulação entre estrutura e superestrutura, existe uma justaposição de relacionamentos recíprocos das esferas de atividade política, ética e ideológica com a esfera econômica. Assim, podemos afirmar que, se por um lado a estrutura condiciona a superestrutura, esta, por sua vez, também condiciona a estrutura. Compreensão que evita o reducionismo e generalizações mecânicas, ou seja, evita que tudo seja reduzido à economia quanto às ideias.

Na vida cotidiana, a percepção do todo não é nítida, uma vez que pinçamos apenas alguns aspectos do real, que norteiam nossas condutas e pensamentos – pensamentos, muito ligados ao *senso comum*. Por certo, na busca do conhecimento da *accountability*, não é possível compreendermos todas as *determinações do real*, como nos explica Engels (1985a), em carta para Joseph Bloch, em 21-22 de setembro de 1890, ao dizer que: na interação entre os diversos vetores da realidade ocorrem fenômenos de conexão tão remota, ou impossíveis de provar, que podemos tomá-los como inexistentes ou negligenciá-los em nossa análise. Por isso, pode-se dizer que uma leitura da *accountability* calcada na imediatividade, na pseudoimediatez do mundo econômico reificado, desconectada da realidade, impede o vislumbre do *conceito de sua categorização*.

Para a *análise concreta de situações concretas* da *accountability*, devemos superar o *senso comum*, buscar aquilo que está por trás do fenômeno e que permita compreender a *coisa em si*; sendo que: “Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde” (Kosik, 2002, p. 16).

Por essa razão, devemos considerar que no movimento da *accountability*, o processo de evolução (do inferior ao mais superior) não segue uma linha progressiva ascendente, mas ocorre segundo uma espiral, em que cada volta, envolvendo a natureza da *accountability*, dá a impressão de repetir todas as precedentes, contudo sobre uma base mais

elevada.

Dessa forma, o capítulo em tela se afirma como um profícuo diálogo com as concepções analíticas de Alexandre Cheptulin (2004), por meio de sua obra *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. Distintamente das demais partes desta tese, mais ecléticas nos aportes teóricos, neste capítulo, Cheptulin será nosso guia (à semelhança do poeta Virgílio para Dante Alighieri, em sua jornada por terras estranhas), pois sua obra nos orienta no processo de decomposição da *accountability*, a partir dos graus de desenvolvimento do conhecimento. Além disso, para adensar o debate e as análises aqui tratadas, contaremos, ainda, com a mediação de teóricos da envergadura de Kosik (2002) e Lefebvre (1968, 1991).

Dito isso, esta unidade encontra-se estruturada em duas seções: na primeira, “A espiral da *accountability*: latência, denominação, integração e teoria”, abordamos a categoria *accountability*, considerando momentos de seu desenvolvimento no espaço e tempo (latência, denominação, integração e teoria), nos quais certas categorias e leis (p. ex., os conceitos de qualidade, quantidade, saltos, ruptura e evolução, causa e efeito etc.) definem seu movimento; na segunda seção, “*Accountability*: o necessário e o contingente”, enfatizamos os conceitos de necessidade e contingência, o fundamental e o não fundamental, contradição e negação etc., que estabelecem balizas para a definição da *coisa em si* (*accountability*).

3.1 A espiral da *accountability*: latência, denominação, integração e teoria

Engels (2020), em sua obra *A dialética da Natureza*, esclarece que movimento (esta força motora) é *toda modificação em geral*, toda mudança de qualidade nos domínios supra mecânicos, desde a simples mudança de lugar até o pensamento. Como tal, o movimento forma na história – que não é estática ou inamovível, e sim o oposto, é dinâmica – uma base material sempre passível de mudança. Todavia, mesmo se transformando, o movimento apresenta certa estabilidade e invariabilidade, ou seja, alguma coisa permanece em repouso. Assim, movimento e repouso não são absolutos, ao contrário, seus estados dependem do referencial adotado e da posição do observador.

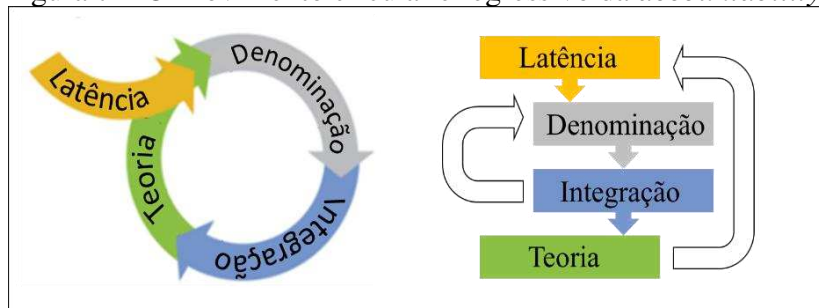
Ainda segundo Engels (2015), agora no *Anti-Dühring*, o repouso não é a ausência de movimento, antes, sua forma particular, caracterizada por ser um sistema em equilíbrio: o *repouso é um movimento do movimento*. Além do mais, a diversidade das formas de movimento condiciona, em uma destruição contínua de formações materiais, o aparecimento de novas formações que substituem a anterior. A diversidade que é resultante da passagem da matéria de um estado estável a outro envolve as transformações qualitativas, o caráter

específico (a essência da coisa) e quantitativas, que designa a precisão da coisa; sendo que a precisão é multiforme, expressando a diversidade das formas da matéria em movimento.

À vista disso e considerando a *lei dos saltos*, podemos distinguir quatro momentos para o estudo da edificação da *accountability*, a saber: **latência, denominação, integração e teoria**. Esses momentos são estabelecidos, aqui, não como prescrições ossificadas ou receitas aplicáveis a qualquer caso. Além disto, distintamente da metafísica e da lógica formal, que não refletem na modificação das formas o processo histórico, consideramos as propriedades da *coisa em si*, em sua correlação e interdependência entre si e com o todo, que culminam em seu conceito categorial.

Destaque-se, portanto, que não formulamos uma regra (fórmula) geral para o estudo dos conceitos, apenas buscamos organizar, com auxílio da dialética histórica, a disposição de um conjunto de aspectos (ligações e relações) da *coisa em si*, para melhor discernir seu conteúdo e forma, bem como, seu funcionamento – os quais, em um primeiro momento (imediatez), não exprimem os aspectos interiores, antes seguem as *leis do movimento circular e regressivo* (Figura 7).

Figura 7 – O Movimento circular e regressivo da *accountability*



Fonte: Elaborada pelo autor.

Como nos esclarece Cheptulin (2004, p. 166) se, por um lado, “[...] a teoria do movimento circular [... define que] todas as transformações observadas no mundo transpõem os mesmos estágios, voltando cada vez à posição de partida [...]”, por outro, a teoria da regressão afirma que “as transformações que se produzem no mundo não se fazem segundo um círculo, mas têm uma tendência à destruição, à morte, a ir ao encontro do que é cada vez menos perfeito” (p. 166).

Com isso, ponderamos que o movimento e desenvolvimento na formação material *accountability* são pensadas a partir da intensificação das contradições da própria coisa em si, em suas transformações. Pois, as mudanças qualitativas e quantitativas são resultado da contínua correlação e interdependência universal do objeto com o mundo, na qual tanto o

movimento circular como o regressivo atuam, mas não são dominantes e tampouco se relacionam ao desenvolvimento.

As modificações das propriedades da coisa, mudanças qualitativas provocadas, *vis-à-vis*, pelas mudanças quantitativas, têm como tendência dominante “o *movimento progressivo*, as transformações que conduzem à passagem do inferior ao superior, do simples ao complexo, isto é, o desenvolvimento” (Cheptulin, 2004, p. 167). A quantidade e a qualidade, aspectos dialeticamente ligados e inseparáveis, constituem a medida (precisão) de determinada coisa ou fenômeno. Sendo o desenvolvimento, o movimento do inferior ao superior em determinadas condições. Ainda conforme Cheptulin: “Onde essas condições reúnem-se, há necessariamente mudança do inferior ao superior, do simples ao complexo; onde essas condições não são criadas, há um movimento circular, ou mudanças regressivas” (p. 174).

Como a *accountability* possui uma miríade de propriedades, ela também possui uma multiplicidade de qualidades, pois cada propriedade tem suas próprias qualidades. Se é assim, em diferentes relações (contábil, administrativa, educacional, política, social, setor público ou privado etc.) e sob diferentes condições concretas (democracia, autoritarismo, neoliberalismo, capitalismo de Estado etc.) a *accountability* manifesta propriedades e certas qualidades, que não apresenta em outros contextos.

No entanto, devemos atentar, como alerta Cheptulin (2004), para o fato de que toda mudança qualitativa é resultado de mudanças quantitativas, o que ocorre quando certo limite de uma medida dada (dimensão, grandeza, intensidade etc.) é transposto. Todavia, a alteração das medidas e as transformações desta advindas não se processam de forma caótica, ao contrário, mostram-se ligadas uma à outra, interdependentes, logo, *medidas comensuráveis*. Além disso, “a categoria de qualidade [...] não constitui [na formação material] seu conteúdo específico, da mesma forma como a categoria de ‘quantidade’ o reflexo do geral nas coisas não constitui seu conteúdo específico” (p. 205). Lefebvre (1991, p. 211) é elucidativo nessa questão:

Tão somente a quantidade permite que nosso mundo qualitativo tenha uma estrutura definida, sem deixar de ser qualitativo. No devir, a qualidade dura, se prolonga, se repete, conserva-se a mesma no curso de um crescimento quantitativo gradual. [...] Por conseguinte, a quantidade introduz a continuidade concreta, a gradualidade. Mas introduz também a descontinuidade. O ser qualitativo considerado em sua relação com a quantidade, manifesta-se como uma unidade concreta, a unidade de vários instantes sucessivos, durante os quais a qualidade não se modifica.

Após um crescimento qualitativo, conforme determinada mudança quantitativa, em certo momento, resultado do acirramento das contradições, o devir tornar-se-á

transformador, abolindo “de um só golpe a unidade assim constituída, substituindo-a brutalmente por outra coisa. Assim, o devir será ao mesmo tempo contínuo e descontínuo” (Lefebvre, 1991, p. 211), em uma relação intrínseca entre o qualitativo e o quantitativo, no movimento constitutivo do real. Essas mudanças advêm de um *salto* que transforma a antiga qualidade em uma nova qualidade, gerando uma criação que elimina os aspectos incompatíveis com as novas condições, que se forma sobre os escombros do que foi superado, pois: “não há negação que destrua sem criar, e vice-versa, porque cada negação é ao mesmo tempo destruição e criação” (Cheptulin, 2004, p. 333).

No movimento e desenvolvimento da *accountability*, a correlação dos momentos de latência, denominação, integração e teoria implicam continuidade (o que continua) e ruptura (descontinuidade, o aparecimento do novo, a superação do antigo). Sendo que, as modificações qualitativas acontecem de forma lenta, gradual e contínua, mas, a depender das contradições, têm potencial para “desembocar numa súbita aceleração do devir”, passando a serem bruscas, repentinas, expressando uma “crise interna da coisa, uma metamorfose em profundidade” (Cheptulin, 2004, p. 240), convertendo-se em mudanças qualitativas. Por seu caráter de ruptura de gradação e continuidade, as mudanças qualitativas são chamadas de *saltos*.

Os *saltos* (passagem de um estado qualitativo a outro) realizam-se por duas vias, no domínio da vida social: no *salto-ruptura (revolução)*, quando ocorre de modo radical e engloba a qualidade em seu conjunto. O *salto-ruptura* produz a destruição do fundamento qualitativo e a modificação da essência da formação, sendo acompanhada da transformação da coisa em uma nova coisa; pelo *salto gradual*, que se desenvolve de modo lento, como uma *evolução*, “sob a forma de uma acumulação gradual dos elementos da nova qualidade e do enfraquecimento dos elementos da antiga qualidade” (Cheptulin, 2004, p. 216). Daí, a revolução distingue-se da evolução pelo caráter, profundidade e grau de transformação da coisa. Com isso, distinguem-se, quanto ao *fundamento*, os saltos que provocam mudanças da *qualidade fundamental* e da *qualidade não fundamental*.

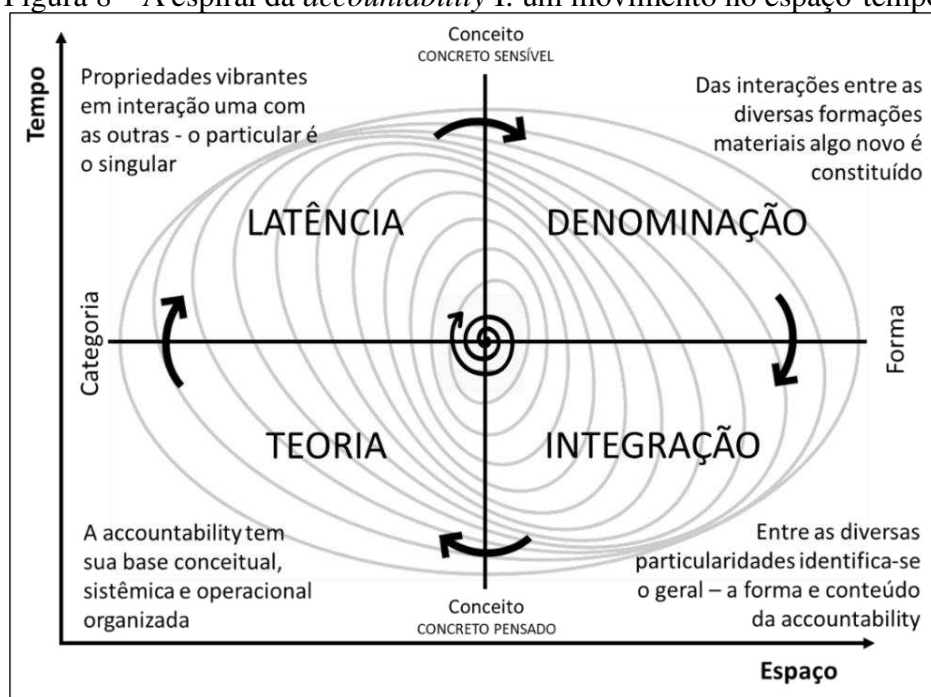
Exemplifiquemos a análise, citando alguns movimentos da *accountability* descritos na seção: “*Accountability: uma ‘análise concreta de situações concretas’*”: podemos indicar que a *accountability* passou pelo *salto-revolução* com Guilherme I, em 1086, na execução do *Domesday Book*, quando os antigos fundamentos do *prestar contas e responder por*, presentes na antiguidade, transformaram-se, durante o medievo, na *accountability*, uma *coisa nova* – uma formação *mais complexa*, caracterizada pela passagem do inferior ao superior. Na medida em que sua capacidade (dimensão, grandeza e abrangência) em exigir o

prestar contas ampliou-se, para além dos limites estabelecidos, resultando (efeito) no aparecimento da *accountability*, tendo como sua característica a emancipação da contabilidade. Com as mudanças nas características quantitativas afetadas, alterando a qualidade da *coisa*, a própria essência foi modificada, criando uma *coisa nova*. O que testemunha o caráter essencial da categoria *prestar contas*.

Já, no caso do *salto evolução*, ao compararmos as práticas de avaliação e medição aplicadas durante a *Era Vitoriana* (1837-1901) e as formas mais sofisticadas adotadas pela OCDE, por meio do PISA, no século XXI, temos mudanças na qualidade da *accountability* que não resultaram na destruição do antigo fundamento qualitativo de sua essência, mas mudanças quantitativas (dimensão e abrangência das avaliações), provocando transformações qualitativas determinadas nos limites da mesma essência.

No processo de destruição de uma e criação de outra, o desenvolvimento não segue uma linha diretamente ascendente ou determinista (mecânicas). As novas formações materiais incorporam, repetem e superam em cada volta, sobre uma nova base mais elevada, os graus já transpostos, segundo uma *espiral* (Figura 8) Como diz Lefebvre (1991, p. 240), a dialética do *movimento em espiral* caracteriza-se pelo “retorno acima do superado para dominá-lo e aprofundá-lo, para elevá-lo de nível, libertando-o de seus limites (de sua unilateralidade)”.

Figura 8 – A espiral da *accountability* I: um movimento no espaço-tempo



Fonte: Elaborada pelo autor.

Latência, denominação, integração e teoria são totalizações provisórias que possuem como ponto de partida o concreto – a própria coisa, em suas múltiplas determinações – uma base objetiva real; na verdade, as contradições que envolvem a *accountability* são o móbil para seu desenvolvimento, em uma realidade que possui não apenas múltiplos aspectos, mas também aspectos cambiantes e antagônicos.

No estudo do desenvolvimento da *accountability*, em uma concepção não idealista, mas sim materialista dialética, o ponto de partida das formas do pensamento em movimento não é o conceito (como suporia um hegeliano), na realidade, este é antecedido por formas mais simples do pensamento: *juízos* e *raciocínios*, que se erguem sobre uma base histórica. Em outras palavras, sua essência, constituída por conceitos e leis (juízos – forma simples do pensamento, o ato de julgar), decorre de um desenvolvimento sócio-histórico. Isso é importante, em relação às análises sincrônicas do conceito, porque permite superar as idiosincrasias histórico-culturais, garantindo que estamos analisando o mesmo fenômeno em contextos diversificados.

Segundo Pitkin (1972, p. 6, tradução nossa), a existência de uma ação muitas vezes é anterior ao conceito e esse é constituído para “[...] tornar explícito o conhecimento inarticulado de nossa língua que todos nós já temos”. O que contribui para nos desvencilharmos da armadilha do *presentismo*⁶⁸ e para trabalharmos o conceito de *accountability* com a correta diacronia de seu desenvolvimento. A compreensão e o estudo desse movimento expõem a *accountability* como um produto social, cujo conteúdo e forma são originados das tendências contraditórias (internas) que lhe são próprias e condicionadas pela ação (externa) da realidade que lhe encerra.

Por isso, no estudo da *accountability*, faz-se necessário compreender sua correlação com o mundo, uma vez que os conceitos são moldados – limitados ou ampliados – a partir da realidade. Durante a **latência** da *accountability*, as mediações que modificam e aperfeiçoam as antigas formas da *coisa em si* definem os limites existentes para a definição do conceito e que culminam, entre experiências e teorias, no *novo conceito*.

Como a *accountability* não surgiu e, tampouco, existe no vácuo, mas é influenciada por outras formações, temos que ela passou e passa por profundas

⁶⁸ Na perspectiva pós-moderna, vivemos em um novo ritmo, uma relativização do tempo, abalando as instituições e as brumas místicas, tanto as políticas como as religiosas. Impõe-se ao tempo histórico, a ação da *instantaneidade*, do *presente absoluto* (Anderson, 1999). Nada obstante, erguem-se mitos travestidos na fluidez de um *logos* preso a velocidade, rapidez aversa ao pensamento de longo prazo, como alude Bauman (2001, p. 260) ao criticar a pós-modernidade: “Pensar tira nossa mente da tarefa em curso, que requer sempre a corrida e a manutenção da velocidade”.

transformações ao longo de seu desenvolvimento, modificações que alteram a sua própria essência. Em termos históricos, como visto, podemos dizer que os gregos não tinham a palavra *accountability* (que é de origem latina), mas tinham situações (fatos) de *accountability*. Já no medievo, quando o termo aparece, não há a conotação gerencial e performativa que marca o conceito na modernidade, princípios que a ela se vincularam em razão da ascensão da reestruturação produtiva (década de 1950), como forma de consolidação da lógica neoliberal, na década de 1980.

Mesmo no início da reestruturação produtiva, a *accountability* era menos uma questão de performatividade e mais uma questão de controle administrativo que ajudasse a manter a eficiência do setor público. Em uma perspectiva histórica, o significado de *accountability* é uma invenção principalmente moderna, buscando adequar a forma de controle dos indivíduos e instituições, como respostas à crise estrutural do capital e às antigas formas de legitimação do ordenamento sociopolítico, como p. ex., a crença abalada no Estado Moderno e no sistema democrático.

Portanto, o conceito de *accountability* não é atemporal, há um jogo dialético que o envolve. A esse respeito, Koselleck (2006a) esclarece que todo conceito está entrelaçado a um conjunto de perguntas e respostas, textos e contextos de caráter único e particular, que definem o procedimento de sua “seleção” e de “crítica de fontes que antena para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político” (p. 103-104).

Em concordância com Thompson (2001, p. 252), quando o autor afirma que não é possível fazer avanços na compreensão histórico-social “[se fizermos] ouvidos moucos para a história econômica”, podemos ponderar que na investigação do conceito *accountability*, os “procedimentos diacrônicos, de comportamentos regularmente repetitivos ao longo do tempo [...] sofrem a resistência e mesmo total incompreensão [...] das disciplinas sincrônicas”, um reflexo da própria dialeticidade histórica do conceito.

Assim, a latência, enquanto antessala da **denominação**, é o momento em que as experiências do ser social movimentam formas sócio-históricas, possibilitando que as correntes culturais se formem, criando as condições necessárias para o aparecimento da *coisa em si* – uma vez que nesse instante a palavra e/ou o conceito de *accountability* ainda não foram formulados. No estágio da *intuição viva*, na transição latência-denominação, a *accountability* aparece como um *conceito concreto*, embora apenas *sensível* (o sensorial do objeto), mas que reflete o fenômeno na totalidade de suas propriedades e de seus aspectos. A representação do todo nesse estágio não é imediatamente cognoscível para o homem, é desordenado, caótico e obscuro e, por essa razão, o conceito e a representação confundem-se

(Cheptulin, 2004).

Na passagem da latência à denominação, a *accountability*, como uma representação concreta sensível, aparece; é uma *nova coisa*, cujas propriedades eram antes desconhecidas e que se encontram na forma de juízo singular e raciocínio, conduzidos em um esquema intuitivo a certo particular considerado como singular. Dito de outra forma, amparando-nos em Cheptulin (2004, p. 146): “O particular [P] é o singular [S]”. Esse juízo é singular indeterminado, pois ainda não sabemos se as propriedades fixadas na *accountability*, que não eram encontradas anteriormente, pertencem a outras formações. Por exemplo: O mecanismo *accountability* retém propriedades da *contabilidade (accounting)* no exigir o *prestar contas (rendering accounts)*, mas que resultam em práticas que tornam os indivíduos *responsáveis por (answering for)*. Ou ainda: No funcionamento do mecanismo *accountability*, impera a propriedade do *prestar contas*, ligado às noções de *informação e avaliação*, implicando na *sanção* do indivíduo *responsável por*.

Destaquemos, nessa esteira, que no movimento da matéria,

[...] de suas formas inferiores para suas formas superiores, faz nascer propriedades e ligações novas, consecutivas ao aparecimento de novas correlações, que constituem a essência de uma forma nova, superior, do movimento da matéria. [...] Devemos destacar [ainda] que cada formação superior encerra nela mesma sua forma inferior modificada, e que por isso tem muitos traços comuns (o geral) com ela. Mas isto não sucede entre as formações que existem na mesma etapa de desenvolvimento e que são refratados mediante a especificidade das formas superiores do movimento e só podem ser compreendidos na qualidade do elo que liga o inferior ao superior (Cheptulin, 2004, p. 199).

Durante a fase definida como denominação, em que se partilham experiências e ocorre uma confluência de juízos e raciocínios, ou seja, começa-se a descrever o movimento e o desenvolvimento do pensamento, estabelece-se as fronteiras da *accountability*. É o momento de confronto e/ou oposição, em que o estágio da *intuição viva e representação concreta sensível* começa a ser superado e a formação material é nominada (etapa de constituição da *palavra accountability*), culminando, em estágio posterior, no *conceito*, logo, na negação do próprio juízo e raciocínio.

A confrontação e oposição funcionam como filtros ou limites que permitem o reconhecimento das características da formação material dada. Daqui advém a demonstração que as propriedades fixadas na *accountability*, envolvendo suas qualidades e quantidades, não existem em outras formações. Com isso, o juízo indeterminado torna-se juízo determinado. Como afirma Cheptulin (2004, p. 146): “Dentre todos os objetos estudados desse grupo, apenas esse objeto possui propriedades, até então desconhecidas”, dito de outra forma, “dentre todos os S um único S dado é P”. Por exemplo: Dentre os mecanismos e dispositivos de

controle estudados, somente o mecanismo *accountability* executa a coleta de dados (*informações*) em ligação com as *metas esperadas*, em um processo de *avaliação* do indivíduo *responsável por*.

Contudo, à medida que se amplia o universo das formações examinadas, expresso em um juízo singular determinado, descobre-se que estas propriedades não são identificadas em outros grupos. Assim, o juízo desenvolve-se para um juízo singular seletivo: “Apenas este particular, e unicamente este, possui esta propriedade anteriormente desconhecida: Apenas o S dado é, unicamente ele, P” (Cheptulin, 2004, p. 146).

Com o núcleo central estruturante que compõem a *accountability* reconhecido, segue-se com esse elo comum, o estabelecimento de sua forma e a contenção de suas margens em um movimento de **integração**. Esse é o momento em que após estabelecer as fronteiras constituidoras (limites e abrangência das propriedades) e analisar os elementos concretos sensíveis (superando-os de forma efetiva, bem como, a *intuição viva*), distinguem-se os diferentes aspectos e propriedades da *accountability*.

Em seu desenvolvimento, identifica-se que a *accountability* passa a ser aplicada em áreas diversas, estruturando-se em outras formações, conforme seu uso e constituindo um grupo com propriedades específicas. Desse modo, as propriedades da *accountability* estudada, e que havíamos exprimido em um juízo singular indeterminado, pertencem também a outras formas de *accountability*. Assim, o juízo se transforma em um juízo particular, no qual: *o particular [P] é o geral*. Por exemplo: A *accountability* contábil (mas não apenas a *accountability* contábil) possui a propriedade de exigir o *prestar contas*. Ou ainda: O *avaliar as metas alcançadas* é uma propriedade da *accountability* educacional (mas não apenas da *accountability* educacional).

Com o juízo singular se transformando, necessariamente, num juízo particular, temos que: Certos mecanismos possuem essa propriedade; *Certos S são P*. Por exemplo: Certas formas de *accountability* definem metas a serem alcançadas. Outro exemplo: Certas formas de *accountability* adquirem, ao exigirem a transparência das instituições e o controle do poder, por parte dos cidadãos, a propriedade democrática. Todavia, quando todos os objetos do grupo estudado possuem a propriedade considerada, o juízo torna-se então em juízo geral: *Todos os S são P*. Por exemplo: Todas as formas de *accountability* possuem a propriedade do exigir o *prestar contas*. Ou ainda: em todas as formas de *accountability* temos que o princípio do *prestar contas* deve ser acompanhado da *informação, avaliação e responsabilização*. Nesse momento, passa-se do singular para o geral e se forma o conceito abstrato da *accountability*, mas que reflete apenas alguns de seus aspectos.

Na gama de elementos comuns, a denominação, no *salto evolução*, no momento da integração, cria-se a unicidade em uma *bacia semântica*; na formação particular, identifica-se uma propriedade geral, por isso, essa propriedade passa a caracterizar as outras formações. Nesse processo, o particular da *accountability* passa a ser o geral, sendo que o geral adquire, pelas inter-relações e interações, a propriedade de atrair outras propriedades, assumindo novas características.

Na passagem do singular ao geral, descobrem-se as ligações entre causa e efeito, a razão de ser da *accountability* e seus desdobramentos. Com isso, estabelece-se a lei que rege sua essência. É no momento de integração, momento em que se adensam as ações de viés ideológico e filosófico de contenção da expansão da *accountability*, que se restringe derivações que lhe enfraquecem, estabelecendo o grau quantitativo da qualidade de suas fronteiras constituidoras, ou seja, suas medidas – que ao serem expandidas, consoante novas demandas conceituais, alteram o seu qualitativo.

Nesse momento temos que o juízo geral – como já aludido, no qual *todos os S são P*, ou seja, todas as formações da *accountability* no grupo estudado possuem a propriedade considerada – manifesta-se como juízo indeterminado, porque não sabemos se a propriedade específica pertence apenas ao grupo dado ou se ela pertence também as formações de outros grupos.

Entretanto, se as formações materiais de uma série de grupos não possuem a propriedade indicada, o juízo transforma-se em um geral determinado: “‘Dentre todos os grupos de objetos estudados, apenas o grupo considerado possui a propriedade em questão’; ‘Dentre todos os S, apenas os S dados são P’” (Cheptulin, 2004, p. 147). Por exemplo: Dentre todos os mecanismos de controle, apenas a *accountability* aplica o princípio conjunto de *contar (counting)*, *responder* (no sentido de *responder por – answering for*) e *avaliar segundo metas estipuladas*.

Uma vez confirmado que esta propriedade está ausente em todos os outros grupos, o juízo geral determinado desenvolve-se em um juízo geral seletivo: “‘Apenas os objetos em questão e, unicamente eles, possuem essa propriedade’; ‘apenas os S em questão e, unicamente eles, são P’” (Cheptulin, 2004, p. 147). Por exemplo: Apenas o mecanismo *accountability*, unicamente ele, aplica o princípio de que os indivíduos devem dar *informações e prestar contas* de suas ações (atuando com diligência e responsabilidade), assumindo as *consequências* de seus atos e omissões ao serem *avaliados*.

Contudo, se aquela propriedade fixada em um juízo geral indeterminado pertencer a objetos que se relacionam com outros grupos, o juízo geral transforma-se em um juízo mais

geral: *Todos os S (mas não apenas elas) são P*. Por exemplo: Todas as formas de *accountability* (mas não apenas elas) executam controle, exigindo informação e prestação de contas, com isso, podendo aplicar sanções.

Conforme Cheptulin (2004, p. 148):

Esse juízo mais geral se desenvolverá, por sua vez, em dois sentidos: por um lado, ele se desenvolverá no plano horizontal, isto é, pode transformar-se em um juízo seletivo, e, por outro lado, ele se desenvolverá no plano vertical, transformando-se em um juízo ainda mais geral e assim sucessivamente, enquanto não forem evidenciadas as propriedades universais, isto é, as propriedades que são próprias a todos os objetos do grupo estudado ou a todos os objetos em geral. Assim, no estágio do movimento do conhecimento do singular ao geral e ao universal, os juízos desenvolvem-se dos singulares para os juízos particulares e em seguida para os universais.

Esse é o momento dialético de avanço da consolidação conceitual e o momento que se parte para a **constituição teórica**, em que à medida que se penetra na essência da *accountability*, organiza-se o sistema de ligações e de relações necessárias e internas que refletem sua natureza. Nesse ponto, forma-se o conceito concreto da *accountability*, não em sua forma sensível e visível (a imediaticidade da coisa, seja como um todo caótico, como manifestado na fase de latência, seja na observação do que se encontra na superfície dos fenômenos, fato que marca o momento de denominação), mas como um *concreto pensado*.

A *accountability* é decomposta, para chegar até um saber que está escondido e só será cognoscível ao ser, se ela for desnudada – analisada nas propriedades e características que a integram. Com esse movimento, rompe-se com o aparente, com o conhecimento sensível para chegar ao que é específico da coisa e, mediante esta operação, “pode[-se] reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa” (Kosik, 2002, p. 18), penetrando em seu interior, no esforço de explicar suas propriedades gerais.

Pela mediação do abstrato, chega-se ao concreto (concreto pensado), esse “é o método do pensamento [de ascensão ao concreto]; em outras palavras, é um movimento que atua nos conceitos, nos elementos da abstração” (Kosik, 2002, p. 36), para conhecer as estruturas do todo.⁶⁹ A transição do abstrato ao concreto se dá no próprio plano do abstrato, na negação da imediaticidade e da concreticidade sensível, na qual o concreto é um pseudoconcreto – um claro-escuro de verdade e engano, um estado anterior ao do

⁶⁹ Conforme Marx (2008a, p. 259), “As determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. [...] A totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção do pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é a elaboração da intuição e da representação em conceitos”.

entendimento:

A ele [mundo da pseudoconcreticidade] pertencem: o mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; o mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens (...); o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos nas consciências dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de serem condições naturais e não imediatamente reconhecíveis como resultado da atividade social dos homens (Kosik, 2002, p.15).

Ao examinar a totalidade que constitui a *accountability*, considerando a unidade das contradições na relação dialética do todo e das partes, bem como, a dialética do fenômeno e da essência, da lei e da casualidade, avança-se no concreto pensado, pois – e vale a pena citar mais uma passagem marxiana: “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo” (Marx, 2011, p. 54).

Com o concreto pensado, busca-se explicar as propriedades gerais dos objetos, penetrando no interior de sua natureza, analisando as causas que condicionam o aparecimento destas mesmas propriedades e exprimem um juízo de possibilidade: “‘É possível que esta circunstância seja a causa do fenômeno estudado’; ‘É possível que S seja P’” (Cheptulin, 2004, p. 149). Por exemplo: É possível que o mecanismo *accountability* dependa do *prestar contas* e da *sanção*. Ou, em um exemplo mais controverso: É possível que a transparência não seja uma qualidade fundamental para a *accountability*, mas que a *informação* seja necessária.

Não obstante, no esforço de encontrar a causa e o efeito de um fenômeno, tem-se várias possibilidades, logo, o juízo de possibilidade é substituído pelo juízo disjuntivo. *S é P ou P1*. Por exemplo: A *accountability* depende ou da *extensão do controle* ou da relação entre o *prestar contas* e a *capacidade de impor sanção*. Sendo que, pela verificação das suposições, chega-se as consequências da causa real da propriedade estudada, exprimindo-se, no movimento do pensamento, o juízo condicional: *Se S é P, então S1 é P1*. Por exemplo: Se a propriedade da *accountability* depende da *extensão do controle*, a propriedade da *accountability* muda ao mesmo tempo em que se modifica a *necessidade do tipo e forma de controle*. Ou ainda: A propriedade da *accountability* democrática depende da participação do cidadão na vida política; assim, a efetividade da *accountability* depende da democracia.

A partir dos resultados estabelecidos pela verificação, diante da presença ou da ausência de um laço de causa e de efeito, são fixados os juízos categóricos (juízo de realidade, pois fixa o que existe), expressos sob uma forma incondicional: *S é P; S não é P*. Por exemplo:

As modificações na qualidade da *accountability* levam a transformação de sua essência. Ou ainda: Uma política de avaliação não é necessariamente ligada ao mecanismo *accountability*.

Se de um lado, os juízos categóricos fixam os resultados da verificação, de outro, temos os juízos dados, os chamados juízos de necessidade, que fixam, à semelhança dos juízos categóricos, o realmente existente e “o que se produz necessariamente em certas condições: ‘S é necessariamente P’” (Cheptulin, 2004, p. 150). Por exemplo: A *accountability* depende necessariamente do *prestar contas*, da *avaliação* e do *responder por*. Ou ainda: As propriedades da *accountability* educacional dependem da *informação* e *avaliação*.

O pensar sobre a *accountability* é conceber um movimento envolvendo as múltiplas determinações que a envolvem, em uma interação indutiva-dedutiva, que leva em consideração as articulações das partes entre si e com o todo (Lefebvre, 1968, 1991), necessária para o entendimento da realidade, nas conexões entre os juízos de singularidade, particularidade e universalidade; interação fundamental para o conhecimento efetivo, como destaca Engels (2020, p. 182-183), em *A dialética da natureza*:

Podemos conceber o primeiro juízo como juízo singular: registra-se o fato singular (o fato que o atrito gera calor). O segundo juízo como particular: uma particular forma de movimento, a mecânica, mostrou-se a propriedade de transformar-se, em particulares circunstâncias (por atrito), em uma outra forma particular de movimento, o calor. O terceiro juízo é o universal: toda forma de movimento revela-se apta, aliás obrigada, a se transformar em outra forma de movimento. [...] De fato, todo conhecimento efetivo, completo, consiste apenas no seguinte: que nós, como pensamento, elevamos o singular da singularidade à particularidade e desta à universalidade, que nos reencontramos e estabelecemos o infinito no finito, o eterno no caduco. A forma da universalidade, porém, é forma fechada em si, isto é, infinitude; ela é a síntese dos muitos finitos no infinito.

Os juízos singulares, que se manifestam no momento de denominação, fixam o *ser-aqui*, o ser enquanto fato. Por exemplo: A *accountability* engendra o *prestar contas* e a *sanção*. Ou ainda: A *accountability* é um mecanismo de controle. Ou seja, nesses juízos fixa-se o que já foi descoberto; nesse ponto temos que, “[...] o interior, o necessário, não é refletido, a natureza dos fenômenos ou das propriedades fixadas não é explicada” (Cheptulin, 2004, p. 151). Já os juízos particulares, buscam explicar a *coisa em si*, a partir de suas ligações e de suas relações internas, considerando os juízos de necessidade, “[...] porque fixam a ligação necessária de um grupo particular de fenômenos com um outro grupo particular de fenômenos em condições particulares, rigorosamente determinadas” (p. 151). Por exemplo: Toda ação de um mecanismo *accountability* executa, pela coleta de informações e avaliação, uma responsabilização.

Ao distinguirmos os aspectos necessários internos (o que é fundamental, decisivo

e geral) da coisa em si, sua essência, temos os juízos de universalidade. Por exemplo: Uma forma de *accountability*, em condições rigorosamente determinadas, pode e deve necessariamente impor o controle, exigindo o prestar contas dos atos praticados. Diante disso, temos que o juízo universal fixa não apenas a *accountability* que existe, mas a que se produz necessariamente com seus sistemas de ligações e relações, com todos os seus aspectos.

As mudanças pelas quais a *accountability* tem passado, desde sua aparição até sua moderna conceituação, evidenciam que *ignorar* a natureza da *coisa em si* (o que é *fundamental e não fundamental*) e as condições concretas (o *necessário* e o *contingente*), nas quais se processam os *saltos* (responsáveis pela passagem de um estado qualitativo a outro), resultará em equívocos no estudo da passagem da formação inferior à mais superior.

Disso, nós temos, como afirma Cheptulin (2004, p. 207), que: “O principal critério de dependência dessa ou daquela propriedade à qualidade de uma coisa não é seu caráter essencial, mas sua capacidade para caracterizar essa coisa, partindo do que ela representa, e indicar o que ela é”. Dessa maneira, abordaremos na próxima subseção outros aspectos que são necessários para auxiliar no desvelar da *accountability*.

3.2 *Accountability*: o necessário e o contingente

Anna Maria Campos, em seu seminal e instigante artigo, “*Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o português?”, publicado no Brasil no ano de 1990, oferece-nos um rico material para tratarmos o conceito de *accountability*, considerando aspectos como: *necessidade e contingência, lei, conteúdo, forma, estrutura* etc.; uma vez que seu trabalho introduziu o tema *accountability* no debate acadêmico nacional, influenciando os estudos sobre esse assunto, nas mais diversas esferas do conhecimento.

Após árdua investigação, Campos (1990) ponderou a inexistência, no pensamento político brasileiro, tanto do termo como dos valores e do conceito *accountability*, atribuindo esse fato a traços socioculturais e políticos ligados à formação do Estado nacional, tido como *patrimonialista e clientelista*. Em sua interpretação, marcadamente neweberiana, a autora destrincha nuances da administração pública brasileira, seguindo princípios do reformismo neoliberal das décadas de 1980/90, enfatizando os elementos que impediam a superação do grau de atraso da burocracia estatal do país e as dificuldades para o controle e avaliação de seu funcionamento por parte do cidadão.

Contudo, mesmo diante de sua relevância para o estudo da *accountability*, o texto de Campos contém alguns problemas analíticos, fato compreensível, haja vista o pioneirismo

da pesquisa no âmbito nacional e, principalmente, a complexidade envolvendo o estudo da própria *accountability* – um campo de investigação ainda em formação à época. Sendo assim, são alguns aspectos problemáticos do texto que nos interessam, especificamente os ligados às inversões entre: o *necessário* e o *contingente* da *accountability*.

Se um dos principais méritos da obra de Campos (1990) foi destacar os aspectos socioculturais e políticos para o aparecimento da *accountability*, é justamente nesse ponto, paradoxalmente, que incidem alguns dos problemas analíticos de seu trabalho. Em seu estudo comparado, Brasil-EUA, a autora reproduz uma típica interpretação tocquevilleana sobre a sociedade e a democracia estadunidense, colocando o modelo de comunidade e participação ianque como expressão idealizada de uma civilização avançada. Diz a autora: “O modelo de democracia liberal e participação praticado nos EUA favorece a *accountability*” (p. 35); uma sociedade considerada amadurecida, em que se viveria a verdadeira cultura democrática, com cidadãos-clientes, “[...] uma cultura em que a autoconfiança é um traço muito forte, refletido na postura do cidadão diante do Estado, na disposição para exigir os próprios direitos, ao invés de pedi-los como favores” (p. 35).

Já o padrão societal brasileiro, é interpretado, na leitura de Campos (1990, p. 31), por uma “atitude de aceitação passiva quanto ao favoritismo”, ao “nepotismo”, à “tolerância e passividade”, ao confrontar-se com a corrupção e a falta de zelo pelos recursos públicos. Diante desse cenário de aparente anomia, a autora indaga: “por que as pessoas são tão complacentes? Por que não têm consciência de seus direitos como contribuintes?”. Sua resposta foi direta: “por que as coisas não eram como deveriam ser [... Faltava algo] A cultura política [...] e o nível de desenvolvimento político constituíram a chave capaz de explicar a diferença [... entre Brasil e EUA]” (p. 32). Logo, faltaria ao Brasil a cultura democrática.

Por certo, Campos acertou ao afirmar que na cultura política brasileira, muito mais do que a palavra *accountability*, faltava-nos o próprio conceito, mas essa questão, inserida na totalidade social – levando em conta sua própria investigação comparada – está envolta, especificamente, de uma incompreensão: sua análise sociopolítica ignora a presença do *sentido* de *accountability* no país, uma vez que existe uma distinção entre o *conceito* e o *conteúdo* que dá *sentido* ao *conceito*.

No Brasil, mesmo inexistindo a palavra e o conceito *accountability*, seu *sentido* e, além disso, sua *razão de ser* estavam *aqui*. O controle dos agentes públicos sempre se fez presente no país, só que em gradações diferenciadas a depender do período histórico e dos interesses sócio governamentais. Por exemplo, a ação popular ou participação política do cidadão, em relação ao controle do Estado, já estava prevista na Constituição de 1934, em seu

art. 113, inciso 38: “Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos do patrimônio da União, dos Estados ou dos Municípios” (Brasil, 1934).

Por esse dispositivo legal, de acordo com Menezes (2019), o cidadão poderia solicitar a declaração de nulidade/anulação de atos considerados lesivos ao patrimônio do Estado; além disso, esse instrumento legal reunia, mesmo que de forma indireta ou fragmentária, elementos constitutivos da *accountability*: informação, motivação e justificação dos atos praticados, bem como sanção para os atos lesivos. Disso, temos que Campos (1990) subdimensiona o funcionamento e a organização político-jurídica dos mecanismos e/ou dispositivos de controle dos agentes públicos no Brasil.

O interessante é que Campos (1990, p. 30), de modo preciso e acertado, enfatizou que a “*accountability* não é apenas uma questão de desenvolvimento organizacional”, mesmo que a natureza normativa se imponha:

A Frederick Mosher⁷⁰ crédito as primeiras luzes na busca da compreensão [do conceito *accountability*]. Ele apresenta *accountability* como sinônimo de responsabilidade objetiva ou obrigação de responder por algo: como um conceito oposto a - mas não necessariamente incompatível com - responsabilidade subjetiva. Enquanto a responsabilidade subjetiva vem de dentro da pessoa, a *accountability*, sendo uma responsabilidade objetiva, “acarreta a responsabilidade de uma pessoa ou organização perante uma outra pessoa, fora de si mesma, por alguma coisa ou por algum tipo de desempenho”. E esse autor continua: “Quem falha no cumprimento de diretrizes legítimas é considerado irresponsável e está sujeito a penalidades”. Da explicação de Mosher veio-me a ideia do caráter de obrigação embutida no conceito de *accountability*. Se esta não é sentida subjetivamente (da pessoa perante si mesma) pelo detentor da função pública, deverá ser exigida “de fora para dentro”; deverá ser compelida pela possibilidade da atribuição de prêmios e castigos àquele que se reconhece como responsável (Campos, 1990, p. 33).

Segundo esclarecem Bovens, Schillemans e 'T Hart (2008, p. 226-227, tradução nossa), no discurso acadêmico e político em países da América, “a *accountability* tem sido vista principalmente como um conceito normativo, um conjunto de normas para a avaliação de comportamento de agentes públicos”. Nesse caso, a *accountability* seria basicamente um conceito avaliativo, não analítico. Ademais, ser *accountable* constituiria uma virtude (qualidades positivas) relacionada à *capacidade de dar resposta (responsiveness)* e ao *senso de responsabilidade (a sense of responsibility)* por parte de organizações e indivíduos.

Ao indivíduo são cobradas respostas, em função de seu desenvolvimento moral (o

⁷⁰ Segundo Menezes (2019), Frederick Mosher (1913-1990), ex-professor na Universidade da Virgínia, além de autor da obra *Democracy and the Public Service* – uma das obras mais influentes na área de administração do século XX – abordou a natureza evolutiva do funcionalismo público, debatendo como o servidor pode ser educado/treinado a conciliar seus conhecimentos à governança democrática.

eu moral e responsável), reflexo de uma *responsability* interna. A *accountability* associada à “obrigação absoluta com o outro” (Mckernan; Kosmala, 2004, p. 356, tradução nossa) é atribuída à qualidade de “dar e exigir razões de conduta” (Roberts; Scapens, 2005, p. 69, tradução nossa) do *ser responsável* – responsável por dar conta de si mesmo e de suas atividades. A *accountability* exige que o indivíduo seja capaz de apresentar a razoabilidade de suas ações à sociedade, para que os outros creiam nele em prol de uma “vida inteligível e significativa” (Shearer, 2002, p. 545, tradução nossa).

Distintamente do debate americano, nos centros acadêmicos australianos, britânicos e de outros países do continente europeu, a *accountability* é tomada em “um sentido descritivo mais restrito, como um ‘mecanismo’ social, como uma relação ou arranjo institucional” (Bovens; Schillemans; T’Hart, 2008, p. 227, tradução nossa). A centralidade da *accountability* “não é o comportamento dos agentes públicos, mas a forma como esses arranjos institucionais operam” (p. 227, tradução nossa) exigindo a explicação e a justificação de condutas, ou seja, a questão não é se os agentes procederam de forma *accountable*, mas se eles podem ser considerados *accountable ex post facto* perante fóruns de *accountability*.

O que está posto aqui, muito mais do que a subjacente querela entre Carl Friedrich e Heinrich Finer, sobre a natureza normativa e descritiva da *accountability*, é o conteúdo do sentido de *accountability*, bem como as propriedades da coisa. Esse debate expandiu, no âmbito da *accountability*, o senso de moralidade pessoal e o profissionalismo dos funcionários públicos, seja considerando a relação entre burocratas e público, seja questionando até que ponto o servidor deve seguir as instruções de seus superiores. Entretanto, a ideia de tornar as metas visíveis de tal modo que se possa, pelo menos em tese, identificar uma base moral (moralidade das decisões ou condutas individuais) de quem deve prestar conta ou verificar a qualidade e os padrões de eficiência e eficácia não é algo exclusivo da *accountability*.

O *conteúdo, processo* no qual os elementos e os aspectos que compõem a *coisa*, em um movimento marcado por constante interação, é o que dá forma a *accountability*; *conteúdo* esse, digamos, que se encontrava em movimento de latência no Brasil pré-1990, pois o princípio de *controle social* – seja normativo ou descritivo – já existia no país, sendo esse uma das qualidades da *accountability*. É importante enfatizar que o conceito *accountability* não se resume a seus aspectos internos, também, é constituído por aqueles que estão ligados à ação finalista e à interação com outras formações. Por isso, podemos conjecturar que no Brasil, à semelhança da Antiguidade Oriental e Clássica ou da Dinamarca moderna, embora não existisse a palavra e o conceito *accountability*, o *conteúdo* da *accountability*, mesmo que parcialmente, e seu *sentido* estavam, tanto *lá*, como *aqui*.

Agora, é certo que o conteúdo uma vez desenvolvido dará forma à *accountability*, forma que reflete “o laço entre os elementos, os momentos que a constituem, o conteúdo da estrutura do conteúdo e não da manifestação, não da expressão do interior no exterior. Sendo uma estrutura do conteúdo que inclui tanto os processos internos, como os externos da coisa, do objeto [...]” (Cheptulin, 2004, p. 265). Daí, a análise de Campos (1990), como se reproduzisse o deslize hegeliano, ignora, contraditoriamente, o fato de que o conceito é antecedido por formas mais simples do pensamento.

É claro que Campos (1990) retrata, em sua análise, alguns aspectos sócio-políticos antecedentes à efetividade da *accountability*, mas subordina o conteúdo à forma e prescinde da distinção entre elementos e partes que estruturam a própria *accountability*. A compreensão da autora em alguns momentos fenomenológicos (suprimindo as contradições, embora teça considerações sócio-históricas) está esteada na ideia de que: “O grau de *accountability* de uma determinada burocracia é explicado pelas dimensões do macroambiente da administração pública: a textura política e institucional da sociedade; os valores e os costumes tradicionais partilhados na cultura; a história [...]” (p. 47).

Mesmo que, em um primeiro momento, possamos considerar essa interpretação como correta, a percepção da autora deve ser tomada com ressalvas, pois ignora/subestima as contradições e as relações sócio metabólicas do capital existentes e atuantes no funcionamento do Estado brasileiro, logo, a própria dinâmica da relação Estado-Sociedade na administração pública. Além disso, esquece os aspectos internos da *accountability*, as leis da correlação entre o interno e o externo e, sobretudo, está *presa* aos juízos de singularidade.

Amparada na obra *Pobreza política*, de Pedro Demo (1988), Campos (1990) constrói uma argumentação problemática sobre a fragilidade da democracia brasileira. Em nota de rodapé, a autora afirma: “mais do que um traço cultural isto é uma imposição da história” (p. 36). A tese determinista e culturalista adotada por Campos nega a dialeticidade histórica. Sua leitura fatalista oculta as lutas sociais e os séculos de escravidão no Brasil, que lançou expressiva fatia da sociedade à condição de exclusão educacional e desigualdade social crônica. A fragilidade de nossa democracia não é uma *imposição da história*, antes resulta das contradições presentes na própria formação do Estado e da Nação brasileira, um país em que os *donos do poder* (Faoro, 2001) ou o *poder dos donos* (Bursztyn, 2008) impõe, por meio de sua força hegemônica, um fosso de desigualdade social brutal e desumanizadora.

Campos (1990), inadvertidamente ou reproduzindo uma interpretação sociológica eurocêntrica, hegemônica à sua época – somada ao *complexo de vira-lata* (sentimento de inferioridade) presente em nosso imaginário social –, impinge certos comportamentos sociais

(similares a *parasitismo*, *apatia* ou *anomia*) à sociedade brasileira, ocultando as mazelas e lutas que marcam a história nacional. Referenciando-nos em Souza (2003), podemos conceber que a compreensão de Campos (1990, p. 36) de que “um super-Estado corresponde, então, uma subcidadania” e seu eurocentrismo – manifesto em sua ode à sociedade e ao modelo de Estado estadunidense – reproduz, de certa forma, a dualidade *habitus precário* (faceta dos subcidadãos) e o *habitus primários* (expresso pelos sujeitos europeizados):

Não se trata de intencionalidade aqui. Nenhum brasileiro europeizado de classe média confessaria, em sua consciência, que considera seus compatriotas das classes baixas não-europeizadas “subgente”. Grande parte dessas pessoas votam em partidos de esquerda e participam de campanhas contra a fome e coisas do gênero. A dimensão aqui é objetiva, subliminar, implícita e intransparente. Ela é implícita também no sentido de que não precisa ser linguisticamente mediada ou simbolicamente articulada. [...] O que existe aqui são acordos e consensos sociais mudos e subliminares, mas, por isso tanto mais eficazes que articulam, como que por meio de fios invisíveis, solidariedades e preconceitos profundos e invisíveis (Souza, 2003, p. 175).

No Brasil, país de economia periférica, o *habitus precário*, que de modo inconscientemente, digamos, Campos nos atribui, seria a sina do sujeito não-europeizado, o sujeito que não se libertou dos vícios incivilizados das práticas clientelistas e não desenvolveu suas habilidades e competências, ou seja, não se *converteu* em um empreendedor de si mesmo. Esse sujeito não possuiria valor agregado, capital humano, estando fadado ao infortúnio, a marginalidade social e ao ostracismo do *consumerismo*, pelo qual muitos se sacrificam, na esperança de serem incluídos/repatriados no *reino dos civilizados, no mundo do capital, o mercado* (habitado por mercadorias humanas descartáveis – meros seres reificados, visíveis ou invisíveis).

A perspectiva eurocêntrica de Campos reforça as fontes morais da aceitação social e das “redes invisíveis que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos” (Souza, 2003, p. 177). Diversamente de Campos, não podemos esquecer que a sociedade brasileira se ergue sobre as bases de uma *subcidadania*, uma “ralé” formada a partir da desigualdade social estrutural e em torno das relações de superexploração, que condenam “[...] dezenas de milhões a uma vida trágica sob o ponto de vista material e espiritual, quanto sociopolítica como a endêmica insegurança pública e marginalização política e econômica desses setores” (p. 184).

Essa “ralé”, muito aquém de ser identificada com os desprovidos de competência, representa a face da *pobreza funcional*, cuja existência é naturalizada pela reprodução social da *modernidade periférica*, uma importação de valores e instituições de fora para dentro que,

diversamente do personalismo do qual é acusado, retira sua eficácia da impessoalidade. Assim, Campos (1990, p. 35-36) equivocava-se quando assevera:

Somente a partir da organização de cidadãos vigilantes e conscientes de seus direitos haverá condição para a *accountability*. Não haverá tal condição enquanto o povo se definir como tutelado e o Estado como tutor. [...] A falta de base popular faz da democracia brasileira uma democracia formal, cujo traço distintivo é a aceitação passiva do domínio do Estado. Aceita-se como natural que alguns ‘direitos’ constitucionais sejam negados aos cidadãos [por exemplo, educação básica gratuita para todos, salário-mínimo para os trabalhadores]. A desigualdade é também considerada uma fatalidade e as pessoas se sentem incapazes de lutar contra ela. Pior que isso, a luta pelos próprios direitos pode até ser encarada, na cultura brasileira, como algo indelicado.

Em sua profissão de fé liberal, louvando o cidadão burguês (sujeito *empreendedor* e pagador de impostos), Campos condiciona a efetivação da *accountability* à *organização de cidadãos vigilantes e conscientes de seus direitos*. A autora exalta o *cidadão não tutelado pelo Estado*, ignorando as particularidades da sociedade brasileira, ou seja, sua *modernidade seletiva* (Souza, 2000) de verve autoritária, conservadora, desigual e excludente. Bem como o fato de que o processo (in) civilizatório Ocidental disciplina corpos e mentes, convertendo a “ralé” em “[...] mero ‘corpo’, ou seja, como mero dispêndio de energia muscular” (Souza, 2009, p. 24).

Campos (1990), fundamentada em Frederich Mosher, o que ajuda a explicar, em parte, sua leitura apologética em relação à cultura liberal estadunidense acredita que: “Quanto mais avançado o estágio democrático, maior o interesse pela *accountability*. Além do mais, a *accountability* governamental tenderia a acompanhar o avanço de valores democráticos, tais como igualdade, dignidade humana, participação, representatividade” (p. 33). Para a autora, esse modelo de sociedade liberal dos EUA “favorece a *accountability* porque define o papel do cidadão (desde muito cedo)” (p. 35), desde tenra idade – nada mais tocquevilleano.

Assim, Campos transforma o ideário da *democracia liberal* em uma *propriedade fundamental da accountability*, quando esta é somente uma *propriedade não fundamental*. A *accountability* não necessita da democracia (fenômeno contingencial) para existir, uma vez que inexistindo ou perdendo a qualidade democrática, a *qualidade essencial da accountability* permanece. Além disso, a autora dissolve a *causalidade* a uma série de circunstâncias necessárias, operando na *causa da accountability* um reducionismo no *laço causa-efeito*, uma vez que decreta ser necessário para o aparecimento da *coisa*, desse ou daquele fenômeno: sociedade madura, nível de desenvolvimento político, consciência popular, sentimento de comunidade, avanço dos valores democráticos etc.

Todavia, devemos ter clareza de que, a perda de certa *qualidade não fundamental*

da *accountability*, em distintas relações e condições concretas, não acarreta a perda necessária de sua *qualidade fundamental* e de suas demais *qualidades não fundamentais*. Tomemos como exemplo a perda, pela *accountability*, da propriedade democrática durante a era nazista (1933-1945), como podemos depreender do estudo de Detzen e Hoffmann (2020): a ausência da democracia não acarretou a perda da qualidade fundamental da *accountability*. Reflitamos um pouco mais sobre essa questão, agora considerando outro contexto: a *accountability* na República Popular da China, um país de regime não democrático e de *Capitalismo de Estado*.

No governo de Jiang Zemin (1993-2003), a China ratificou o *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (2001), assumindo a obrigação de tomar as medidas adequadas em nível doméstico para realizar processos de *accountability*, visando melhorar a proteção do direito aos serviços públicos dentro da estrutura política, legal e cultural existente no país. Sendo que, “O termo exato ‘accountability’ (wen ze) foi introduzido pela primeira vez no sistema político chinês em 2003” (Qiu; Macnaughton, 2017, p. 282).

O advento do *Public Service Orientation* (PSO), que estabelece um novo conceito de cidadão, a partir de princípios de *participação política* (Bresser-Pereira; Spink, 2006), dissemina “um modelo híbrido e eclético de análise, incorporando conceitos [...] tais como a implantação de uma administração por objetivos – ou por missões –, a mensuração do desempenho das agências através dos resultados, a busca da qualidade total [...] a ênfase no cliente” (Abrucio, 1997, p. 31).

No entanto, esse modelo de governança do Estado, identificado com os mecanismos de *accountability*, não se fazem presentes no modelo chinês. Uma vez que o PSO incorpora um padrão de representação de interesses da sociedade, em relação aos serviços públicos: controle exercido pelos cidadãos; medição de resultados; descentralização; ênfase nos mecanismos de mercado e políticas de *accountability*, ou seja, além de avaliar e mensurar a qualidade dos serviços públicos é necessário prestar contas pelos resultados e responsabilizar (Abrucio, 1997; Menezes, 2019).

A questão posta é que pelo modelo do PSO, o mecanismo *accountability* adotado no Ocidente busca fomentar a participação e o controle social sobre a administração pública, tendo como finalidade limitar o poder e impedir seu uso inapropriado. Ação já recomendada por Montesquieu (1982, p. 200) no século XVIII: “É experiência eterna a de que todo homem que tem o poder é levado a abusar dele. Caminha até que encontre limites. Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder detenha o poder”.

Se a ideia de controle do poder, digamos, une *accountability* com o modelo do PSO no Ocidente de democracia liberal, tal união é inexistente na República Popular da China,

uma vez que o Estado (*O Partido*) se sobrepõe à sociedade, e não o inverso. Logo, a *accountability* mesmo que pensada como um fim em si mesma em alguns contextos, não pode ser abstraída da realidade concreta na qual se efetiva (as condições concretas de sua existência – os *laços de causa e efeito*). Por isso, Dubnick (2002, p. 6, tradução nossa) destaca a função social da *accountability*, ao afirmar:

[... A *accountability*] é um conceito associado a atividades de governança – isto é, com os esforços para estabelecer e *manter alguma forma de governar a ordem em um contexto social* (Mulgan e Uhr, 2000). [...] Ela pode ser abordada como um gênero entre os padrões sociais, processos e formas institucionais que lidam com questões de como organizar e implementar ações coletivas (Crawford e Ostrom, 1995; Fligstein e Feeland, 1995; Ostrom, 1990; Ostrom, 1999). O que distingue a *accountability* dentre outras soluções de governança é sua confiança na existência de uma “comunidade moral” que molda (e é moldada por) expectativas, regras, normas e valores das relações sociais. A base moral dessa comunidade não deve necessariamente ser igualada a algum valor de ordem superior; antes, o termo é aplicado aqui em um sentido relativista que se baseia na suposição de que as relações sociais em qualquer comunidade estão ligadas a um senso do que é moralmente requerido ou apropriado nessas relações.

Não podemos ignorar que a *accountability*, mesmo que viabilize a governança, não implica em uma ligação automática com a democracia, digamos, *poliárquica* – para citar uma concepção teórica de O’Donnell (1993, 1994, 1996, 1998) –, tampouco, a suposta *base moral*, relacionada a princípios liberais e de transparência, é um solo exclusivo para germinar a *accountability*. A *accountability* não comporta em sua qualidade fundamental a democracia, o liberalismo ou a transparência, pois se fossem necessárias e não contingenciais, necessitaria destas propriedades na China, servindo para coordenar o “consenso vs dissenso” no interior do Estado chinês, na relação entre burocracia e sociedade.

Ainda na esfera da gestão, mas agregando a questão midiática e política, citemos a pesquisa de Distelhorst (2013), tese de doutorado intitulada “Accountability impulsionada pela publicidade na China” (tradução nossa). Em seu trabalho, o autor debate como em cenários de restrição dos direitos políticos a mídia de notícias e os cidadãos individuais conseguem produzir um grau de *accountability* pública no interior de instituições autoritárias, movendo-se a partir das contradições do próprio sistema chinês. Mesmo executando a responsabilização e sanção de indivíduos e meios de comunicação por *suas práticas no exercício da função*, as contradições do sistema de *accountability* chinês, como mecanismo de controle da informação na sociedade, evidencia, por um lado, que seu desenvolvimento está ligado a categoria de controle e, por outro, que o cidadão controlado pode usar o controle para limitar o poder do poder.

Orientada por uma publicidade controlada pela burocracia estatal (policimento de

ideias), a *accountability* tem gerado consequências para as teorias do desenvolvimento político e da informação no *alinhamento da governança não democrática* com o interesse público. Além disso, fica claro que é possível o movimento da *accountability* em cenários políticos distintos, logo, a prática de *accountability* por parte do Estado não significa alinhamento automático com a *governança democrática* ou com o *neoliberalismo*. Fatores contingenciais e de possibilidades podem gerar particularidades na *accountability*, sem criar uma nova *accountability*.

Já na esfera da educação, Liu (2011), em artigo intitulado “*Accountability na China: Tentativas Primitivas*” (tradução nossa), delinea os esquemas de *accountability* do ensino superior chinês, acompanhado por reformas políticas desde o final da década de 1990, como uma preocupação crescente do Estado. Embora as universidades nunca tenham sido dispensadas da exigência de prestar contas, serem responsabilizadas e avaliadas, tem-se estabelecido, nas primeiras décadas do século XXI, esquemas de *accountability*, como avaliação da qualidade e classificações de desempenho com impactos no currículo e no produtivismo acadêmico. O que tem suscitado críticas entre os educadores aos processos de mensuração e comparabilidade da educação.

Para Liu (2011), o esquema de *accountability* chinês deve ser examinado em uma perspectiva global. Com a ajuda da comparação internacional, diz o autor, pode-se ser capaz de compreender se os problemas na implantação do sistema de *accountability* são comuns a outros países, originados da essência dos esquemas de *accountability* ou apenas confinados à China, por causa de programas mal elaborados ou do contexto político e cultural específico.

Podemos constatar, ao analisar o caso chinês, que as transformações quantitativas nas propriedades da *accountability* envolvendo elementos como a *answerability*, governança, transparência (informação) etc., não modificaram a qualidade fundamental da *accountability*. É por isso que existem na *accountability* propriedades essenciais (necessárias), que são próprias à coisa e sem as quais a coisa não pode existir; e, há propriedades não essenciais (contingentes), que se manifestam em certas condições e estágios, mas que desaparecem em outras condições e estágios de seu desenvolvimento.

Diante do exposto, retomando o texto de Campos (1990), podemos afirmar que embora as ações exteriores como o contexto social e os problemas de governança exerçam pressão sobre a *accountability*, criando possibilidades de modificação, os *laços de causa e efeito* não se reduzem às ações exteriores. Seguindo esta trilha, Campos ignora no *laço de causa e efeito* que o aparecimento e mudanças na/da *accountability* é próprio não somente de

seus aspectos exteriores, mas igualmente de seus “[...] aspectos internos e necessários, ao domínio da essência, *assim como à correlação do interno com o externo, da essência com o fenômeno*” (Cheptulin, 2004, p. 230, grifo nosso).

O aspecto *interno* da *accountability* reúne tanto sua *essência* (contendo o conjunto de ligações internas da coisa) como a *causa* (de seu surgimento e transformação), o *aspecto necessidade* (sob a forma de propriedades e ligações dos fenômenos) e as chamadas *leis* (relações e ligações necessárias que se manifestam em condições apropriadas) que regem seu desenvolvimento. Existe, portanto, uma diferença entre *essência* e *fenômeno* da coisa; a expressão fenomênica da *accountability* corresponde à manifestação *exterior* da essência. Dessa forma, o *interior* é o que está na coisa e dela é inseparável, necessário e específico; já o *exterior* corresponde aquilo que é *contingente*.

Diante do exposto, temos que a interação, enquanto causa, possui duplo caráter: o *necessário* e o *contingente*, sendo que “a necessidade é condicionada pela natureza da coisa e realiza-se necessariamente, enquanto a contingência é chamada à vida por circunstâncias exteriores e pode dar-se ou não” (Cheptulin, 2004, p. 251). Por isso, na prática, devemos orientar-nos pelas propriedades e ligações necessárias. Um exemplo desse fenômeno pode ser identificado na interação na sociedade capitalista entre as classes antagônicas, condicionando a mudança na organização social; nesse sentido:

[...] na sociedade capitalista, o fato de que o operário venda ao empregador sua força de trabalho e de que este seja explorado pelo último não é nem contingente, nem devido a um concurso de circunstâncias exteriores, é necessário: isso é necessariamente condicionado pelo modo de produção dominante na sociedade capitalista e pela situação econômica do proletariado e da burguesia, que é determinada por esse modo de produção, isto é, pela própria natureza dos aspectos em interação; e o fato de que o operário trabalhe justamente para esse capitalista e justamente com esses operários, e não com outros, é um fenômeno contingente (Cheptulin, 2004, p. 249).

Podemos ainda considerar que no aspecto interno, a essência contém o fundamento da *accountability*, logo, o fundamento não é a essência, mas é uma parte dela. O fundamento “representa as ligações e os aspectos necessários e principais e determinantes da coisa, enquanto que a essência inclui ainda as ligações e os aspectos necessários não-fundamentais, não-principais” (Cheptulin, 2004, p. 277). Já a Lei, relaciona-se com “as ligações necessárias estáveis, ou seja, que apenas aparece a causa surge o efeito, repetindo-se, começam a ser consideradas como leis [...] especialmente criada pelo seu reflexo” (p. 277). Expressando essa lei, temos que a essência não é imutável:

Ela se modifica, embora o faça mais lentamente do que o fenômeno. Sua

modificação é condicionada pelo fato de que, no processo do desenvolvimento da formação material, certos aspectos e ligações necessários começam a ser reforçados e a desempenhar um grande papel, enquanto que outros são rejeitados para um segundo plano ou desaparecem completamente (Cheptulin, 2004, p. 279).

A causa da *accountability* encontra-se não somente no domínio dos fenômenos externos (democracia, neoliberalismo, gerencialismo, reestruturação produtiva etc.) com os quais interage, mas igualmente com o seu aspecto interior, suas ligações e fundamentos (prestar contas, responsabilização, controle etc.). Disto temos que a *accountability* não encerra em si mesma a causa de sua existência.

A interação (ação recíproca) é a causa (força motora) que conduz a modificação da/na *accountability*, ou elementos e aspectos (controle, responsabilização, prestação de contas, avaliação, eficiência, informação etc.) das formas materiais. Com o *efeito* (mudanças surgidas), temos o aparecimento de novos fenômenos, como a performatividade e a *responsabilização por desempenho*. Eis que estão postas algumas condições concretas para o desenvolvimento da *accountability* – o *salto* de um estado para outro, qualitativamente diferente.

Assim, se as condições necessárias forem reunidas – muito embora uma “mesma interação, em condições apropriadas, não acarreta mudanças diferentes, mas apenas idênticas” (Cheptulin, 2004, p. 240) –, a possibilidade da *accountability* se transformar em realidade se produzirá. Logo, a *accountability* pode surgir e desenvolver-se no Brasil de forma idêntica a outros países, a depender das condições concretas, apropriadas e correspondentes reunidas – muito embora a causa, esta força impulsionadora, não seja a mesma. Esse aspecto é importante para entendermos o que está em jogo no campo das possibilidades: “não o que pode surgir ou não, mas o que acontecerá em certas condições” (p. 243).

Por isso, as propriedades essenciais da *accountability* (pertencentes a essência da coisa, como, controle, prestar contas, responder por, avaliação, informação etc.), em conjunto com as não-essenciais (ligadas ao fenômeno da coisa, como democracia, neoliberalismo, transparência, gerencialismo etc.) indicam o que a coisa representa, o que ela é. Portanto, todas essas propriedades devem compor sua qualidade.

No interior da *accountability* existe uma correlação das partes, *vis-à-vis*, com o todo. Não obstante, essa correlação não é apenas uma ligação entre as partes, ela igualmente produz um isolamento ou separação entre as partes. Assim, os “fenômenos estão, ao mesmo tempo, ligados e isolados. Eles estão ligados sob certas relações e não o estão sob outras” (Cheptulin, 2004, p. 177); dessas relações produzem-se mudanças correspondentes, embora outras mudanças não impliquem absolutamente em correspondentes. Conforme o autor:

O conteúdo decompõe-se em partes qualitativamente isoladas, e a análise dessas partes conduz à necessidade de colocar em evidência as leis de sua correlação mútua com o todo, essas leis da correlação das partes isoladas, com o todo que as contém, refletem-se nas categorias de “todo”, e de “parte”; as leis da correlação das partes entre elas, no quadro do todo, refletem-se nas categorias de “elementos” e de “estrutura” (Cheptulin, 2004, p. 270).

Como o conteúdo, “refletindo o conjunto dos processos próprios da coisa” (Cheptulin, 2004, p. 265), define a forma de ser da *accountability*, ele deve ser percebido em sua integralidade (como *todo*, não *um tudo*, ou algo *inamovível*, mas um *todo em movimento*). Para isso, é imprescindível notar a correlação entre os diferentes níveis de totalidade do real, ou seja, considerar na análise da *coisa* uma certa visão do conjunto das relações entre os diferentes elementos sociais.

Sendo que, para se chegar à compreensão da totalidade da *coisa (accountability)*, devemos ter claro que a *parte* “é objeto (processo, fenômeno, relação) que entra na composição [do conteúdo] de um outro objeto [...]”, e que o todo “representa o objeto (processo e fenômeno) [...] possuindo propriedades que não se reduzem às propriedades das partes que o constituem” (Cheptulin, 2004, p. 270).

Devemos frisar que na *relação todo-parte e parte-todo*, fenômeno e essência da *accountability* não devem ser tomadas no sentido de uma ligação entre coisas distintas. Sendo que em tal *relação*, englobando as partes em uma totalidade – formando uma nova unidade – a compreensão do *todo* só é possível por meio de um processo de abstração (mediação do pensamento científico) que rompa com o *senso comum* sobre *accountability*. Em um esforço que abstraia as coisas do campo prático e supere as apreensões das manifestações aparentes da realidade, devemos tecer uma abstração que atinja a essência das coisas. Para Kosik (2002, p. 14):

No trato prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo “em situação” cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade.

Na interpretação das formações (coisa, objeto, processo) que considere a *relação todo-parte e parte-todo* pressupomos, lembrando a correlação apresentada na Figura 6⁷¹, que não existem determinações estruturais que se sobreponham (unilateralmente) umas as outras. Não existe cisão, como a defendida por Althusser (1980), da organização social em

⁷¹ Vide p. 145.

estrutura e superestrutura ou aparelhos ideológicos de repressores. Por isso, não é possível separar, por exemplo, *accountability educacional* de *accountability* ou *accountability educacional* de instituições educacionais e, muito menos, separar as instituições educacionais (como se fossem ilhas isoladas) do sistema sócio metabólico do capital, como lembra Mézáros (2015a, p. 43):

As determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo.

Um dos riscos de leituras cindidas da sociedade e/ou fragmentadas da coisa consiste em produzir a equivocada ilusão de que existam formações (coisa, objeto, processo, fenômeno, relação) independentes das ações humanas. Não há uma *mão invisível*, como poderia supor um adepto do pensamento smithiano, um mecanismo natural a gerir o sistema – como se esse fosse uma força ou entidade espectral autocriada, que se autorregulasse sem a necessidade da intervenção do Estado e cuja existência transcendesse a própria sociabilidade humana.

Por isso, a *accountability* é parte de um todo – de uma totalidade, de uma realidade concreta (mundo) – e, ao mesmo tempo, ao possuir uma natureza e uma essência própria, constitui-se também em um todo, formado por partes (condição necessária de sua existência). Disso, temos que é na correlação do todo (*accountability*) com suas partes e das partes com o todo, um todo (dividido em partes) organicamente ligado às suas partes, que a *coisa* tem sua natureza específica caracterizada.

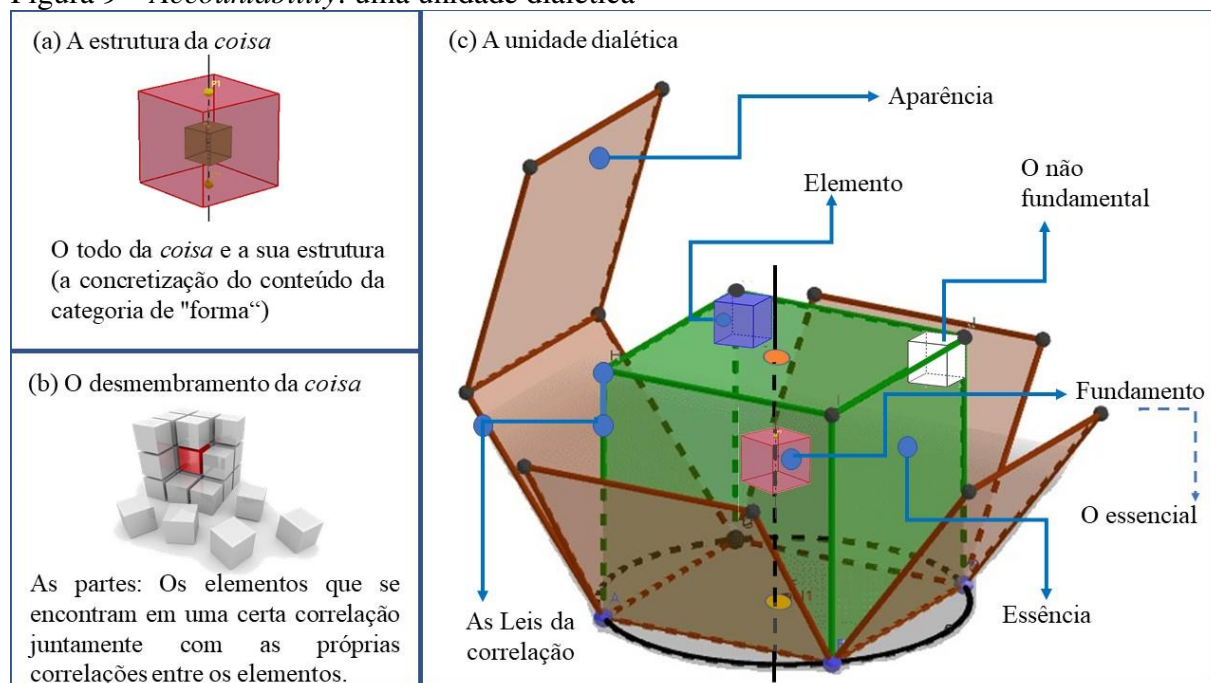
Na correlação do todo com as partes forma-se a *estrutura*, sendo que: “o conceito de ‘estrutura’ designa a forma de união e de correlação dos elementos do todo”; já o “conceito de ‘elemento’ designa os componentes do todo que se encontram entre eles em uma certa correlação e interdependência” (Cheptulin, 2004, p. 272). Todavia, “esse ou aquele objeto (processo, fenômeno) torna-se elemento somente depois de sua entrada em uma ligação correspondente que forma um todo” (p. 273). Com isso, temos que:

As partes do todo não são somente os elementos que se encontram em uma certa correlação, mas as próprias correlações entre os elementos, isto é, a estrutura. No que concerne ao conteúdo específico do conceito de “estrutura”, este é a designação do modo de ligação das partes (elementos) no quadro desse ou daquele sistema integral. É verdade que, nessa designação, o conceito de “estrutura” confunde-se com o de “forma”, mas esse fato é inevitável e absolutamente natural, porque apareceu com base no desenvolvimento do conceito e representa sua concretização (Cheptulin, 2004, p. 274)

À face do exposto, podemos considerar: entre as formações que compõem o grupo específico *controle* (um todo), obedecendo as leis da correlação, a *accountability* constitui-se como parte. No entanto, por possuir uma essência própria, a *accountability* também é um todo. Além do mais, por ser um todo, a *accountability* possui uma estrutura, forma de união, dependente dos elementos (considerando sua natureza e *quantidade* – abrangência, dimensão etc.). Estrutura composta por elementos, sejam fundamentais (essenciais, constituindo seu fundamento, como, prestar contas, avaliação, responsabilização, informação etc.) e não fundamentais (elementos não essenciais, como, transparência, democracia etc.), que possuem certa autonomia e estão em um certo *isolamento qualitativo*, mas em correlação e interdependência com o todo (*accountability*).

Esses mesmos elementos, cujas propriedades dependem da estrutura do todo, através de relações complexas e constantes, que se entrecruzam, como as relações estabelecidas entre indivíduo e sociedade, constituem (juntamente com as correlações que mantém entre si e com o todo – com a estrutura) as partes da *accountability* (Figura 9).

Figura 9 – *Accountability*: uma unidade dialética



Fonte: Elaborada pelo autor.

Nota: A *accountability* representa um todo constituído de partes que estão ligadas. Nesse todo único, que possui uma nova qualidade distinta daquelas de seus elementos, temos que cada elemento ao adentrar em sua estrutura, torna-se parte, mas sem perder-se no todo. Assim, cada elemento mantém uma certa autonomia e independência, ou seja, não se funde à qualidade do todo, antes conserva seu determinismo qualitativo específico e desempenha um papel específico na estrutura do todo.

Esse sistema integrado, uma unidade dialética que possui um fundamento (aspecto determinante, o momento mais profundo de sua essência)⁷², possui três características importantes para nós: a) nem todo o conteúdo do fundamentado é extraído do fundamento, uma vez que podem existir influências externas; b) o fundamentado pode possuir inúmeros fundamentos reais, pois é formado por diversos elementos (*daí é que as coisas concretas podem receber muitas definições diferentes*); c) logo, se partirmos do fundamento real é impossível determinar qual é a essência do fundamentado.

Isso implica que a *accountability* pode ser reputada não apenas sob a perspectiva de sua qualidade particular e *fundamental* (que exprimem sua natureza específica), mas igualmente do ponto de vista da qualidade de certa propriedade que possua, uma qualidade *não fundamental* (que existe em certas condições e está ausente em outras). Partindo dessa compreensão, faz-se necessário questionar as noções de *formas parcelares de accountability* (Afonso, 2009b, 2009c) e *atos de accountability* (Schedler, 1999):

Para o efeito, defino como *formas parcelares de accountability* aquelas acções ou procedimentos que dizem respeito apenas a algumas dimensões da *prestação de contas* ou da *responsabilização* (“*actos de accountability*” na linguagem de Schedler), não constituindo, por isso, um modelo ou uma estrutura integrada. (Afonso, 2009c, p. 60).

Dito isso, esclarecemos que, por ora, não adentraremos nessa seara analítica na presente seção, em virtude de sua complexidade, a qual será retomada posteriormente⁷³. Por enquanto, satisfazemo-nos em afirmar que as *formas parcelares de accountability* (Afonso, 2009b, 2009c) só tem razão de ser (existir), a partir da dimensão das possibilidades, uma expressão das contradições externas da *accountability*, uma forma que se desenvolverá em certas condições: a “possibilidade, realizando-se, transforma-se em realidade, e é por isso que podemos definir a realidade como uma possibilidade já realizada e a possibilidade como realidade potencial” (Cheptulin, 2004, p. 338). Como a possibilidade está em correlação com a realidade, para extrair o fundamento da *accountability* é necessário a compreensão da “fonte do desenvolvimento da força motora, que faz avançar e condiciona sua passagem de um

⁷² Para Cheptulin (2004), o fundamento manifesta-se de três formas: *i*) fundamento formal, ligado ao conhecimento inicial sobre o objeto, representado nos aspectos e traços manifestos no nível do exterior do fenômeno; *ii*) fundamento real, reflete a causa real do fundamento e estabelece a identidade entre fundamento e fundamentado; *iii*) fundamento completo, constitui um todo único, formado pelos aspectos (ligações) essenciais do todo e explica todo o conteúdo do fundamentado (o fenômeno).

⁷³ Retomaremos a análise das *formas parcelares de accountability* e *actos de accountability* no Capítulo 8, ““Quem sou eu?: eu sou eu mesma”, em sua seção 8.1, “*Accountability*: seria um elefante ou um camaleão brincando na sala?”. Em um breve *insight* da filosofia de Wittgenstein (2002a, 2002b), no que concerne a ideia de *conceito radial*, atribuída a *accountability* por Schedler (1999), avançaremos na análise das noções de essência e contingências.

estágio do desenvolvimento ao outro” (p. 286).

Entretanto, a fim de extrair o fundamento da *accountability*, seu conteúdo e as leis que lhe regem, devemos considerar a *luta dos contrários* (as interações entre os opostos em seu interior e exterior) e a diferença (a forma geral do ser) que caracterizam a *coisa em si*; mas também, devemos considerar as relações de harmonia, concordância e correspondência.

Na realidade, todas as contradições (lei fundamental da realidade objetiva, ou seja, condição da existência da matéria) são diferenças; começam a partir de uma diferença. Todavia, nem todas as diferenças são contradições: “há diferenças essenciais e internas que não são contraditórias, e vice-versa, [e] há diferenças não essenciais e externas que são contradições” (Cheptulin, 2004, p. 291).

Por exemplo: O aparecimento da *accountability* na China e no Ocidente é uma diferença não essencial. A *accountability* pode desenvolver-se de forma idêntica em quaisquer das duas realidades, desde que se reúnam as condições necessárias. Contudo, o desenvolvimento da *accountability* na China (um país de regime não democrático e de Capitalismo de Estado), liga-se à governança não democrática, logo, diferente da *accountability* ocidental (onde predomina a democracia liberal), estando ligada à governança democrática.

Ainda assim, mesmo que diferentes, os contextos resultantes das contradições do capital geram um fenômeno idêntico: a reprodução do *status quo*, na ordem do capital. Desse modo, a diferença não essencial resultou em uma diferença essencial – no âmbito do conteúdo e da forma. Com isso, temos que o conteúdo e a forma, em uma unidade dos contrários, são, por certo, opostos. O conteúdo está em contínua mudança (movimenta-se no espaço e tempo); já a forma tem uma imutabilidade relativa.

No desenvolvimento da *accountability* seu conteúdo pode mudar: um antigo estado qualitativo pode ser superado, aparecendo um novo estado qualitativo. Nessa mudança, ocorre a *negação* do antigo estado, resultando na passagem do inferior ao superior, mas também, um *movimento circular e uma regressão* (muito embora, esses movimentos não sejam dominantes e nem se relacionem ao desenvolvimento). Já com a *negação da negação*, notamos o retorno aparente ao antigo, a repetição do que foi transposto, não como um fenômeno contingente, mas como algo necessário (marcando os momentos de latência, definição, integração e teoria), em um movimento progressivo, em espiral:

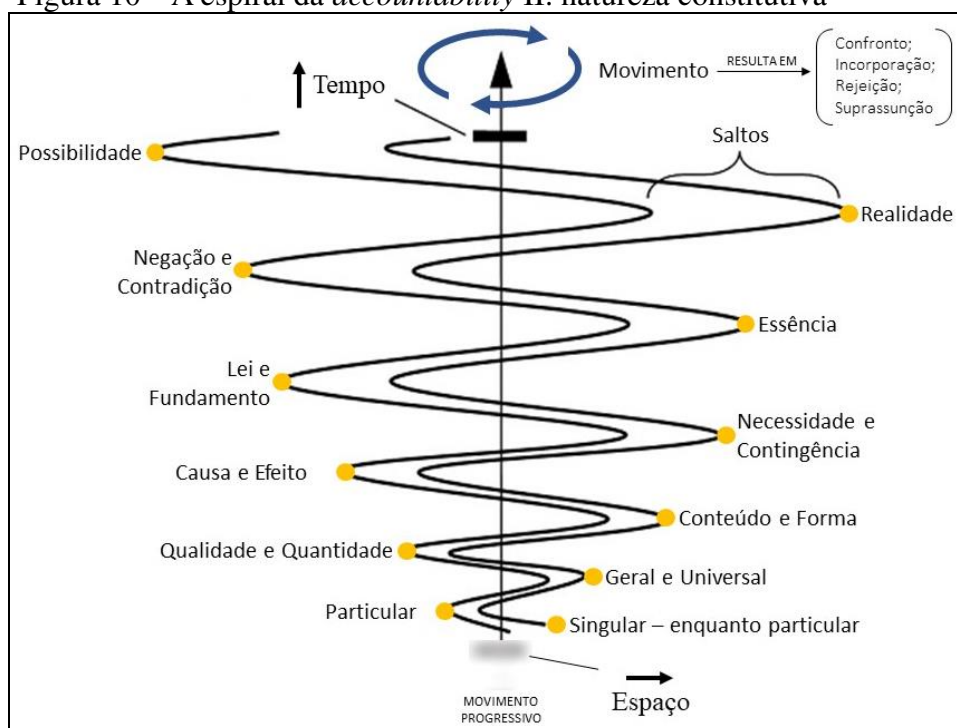
A forma elementar de manifestação da lei da negação da negação é o retorno ao ponto de partida, a repetição do que já foi transposto, sobre uma base nova, por meio de duas negações. Isso produz-se quando a transformação do fenômeno em seu contrário efetua-se no curso de uma única negação. Em decorrência da primeira

negação, o fenômeno transforma-se em seu contrário e, em decorrência da segunda, esse novo fenômeno, transformando-se, por sua vez, em seu contrário, repete (sobre uma base nova) o primeiro, o inicial. [Por exemplo: da *accountability* para o prestar contas (responsabilizar por) e do prestar contas (responsabilizar por) para a *accountability*] (Cheptulin, 2004, p. 329).

A lei da negação da negação contribui para o entendimento da ligação orgânica da possibilidade e da realidade, compreendendo que para o materialismo dialético, a “realidade é o que existe realmente e a possibilidade é o que pode produzir-se quando as condições são propícias” (Cheptulin, 2004, p. 337-338). Logo, a *accountability* está em íntima correlação e interdependência com a realidade concreta – transformando e sendo transformada.

Isso nos lança a uma outra questão, agora suscitada por Cheptulin (2004, p. 124): “Em que ordem se realizou o conhecimento das formas universais do ser, das propriedades e das ligações universais da realidade? Em que ordem surgiram as categorias filosóficas e qual a relação existente entre elas, enquanto graus do desenvolvimento do conhecimento social?”. Longe de impor uma camisa de forças à relação entre as categorias da dialética, consideramos que no *movimento em espiral* existe uma ordem de aparecimento das categorias, como graus do conhecimento. Sendo que, todas as categorias estão em correlação, ou seja, compõem uma dada realidade que não pode ser pensada de forma fragmentada, como conceberia um positivista. Na realidade, tudo está correlacionado e o *movimento ocorre em espiral* (Figura 10).

Figura 10 – A espiral da *accountability* II: natureza constitutiva



Fonte: Elaborada pelo autor, baseado em Cheptulin (2004).

Nota: Podemos conjecturar, amparados em Cheptulin (2004), que há certa ordem de aparecimento do grau do desenvolvimento do conhecimento da *accountability*: movimento; espaço e tempo; particular, singular, geral e universal; qualidade e quantidade; causa e efeito; necessidade e contingência; lei; conteúdo e forma; essência e fundamento; contradição; negação; realidade; possibilidade. Todavia, essa ordem não obedece a uma linha ascendente. Devemos observar que no curso da negação dialética ocorre a passagem do inferior ao superior, com conteúdo mais rico, bem como “uma volta para trás, a repetição do que já foi transposto sobre uma nova base. A ‘volta aparente ao antigo’, não é um fenômeno contingente, mas uma lei universal necessária do desenvolvimento” (p. 328). Por isso, na negação da negação que resulta na *accountability*, rompendo com seu antigo ser, sua antiga afirmação, o movimento de reafirmação não corresponde a um retorno simples, como se operasse um movimento circular, mas realiza uma subida em espiral, passando em certos ângulos no mesmo lugar, só que num patamar distinto (Lefebvre, 1991).

O traço fundamental e essencial do estudo da *accountability* é a natureza construtiva do conhecimento da própria *accountability*. Uma vez que o conhecimento resulta da construção efetuada pelo pensamento e suas operações, o conhecimento da *accountability* consiste numa *representação* mental do concreto, não uma *ideia* desligada do concreto, mas uma parcela da realidade exterior ao pensamento conhecedor. O alcance desse entendimento e seu significado profundo somente se avalia ao considerarmos o que se encontra disfarçado na maneira imediata de conceber a *accountability*.

Assim, o marxismo aceita aquilo que é fundamental na dialética hegeliana, mas em um movimento de superação por incorporação, estabelecendo que a dinâmica da coisa está na realidade concreta e não como um movimento ideal. Guiada pelas próprias contradições da realidade, a *accountability* está em correlação com leis gerais do *movimento do real* – “modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”, como diria Konder (1993, p. 8).

Portanto, como já afirmado, não estabelecemos uma codificação ideal da realidade, um esquema, receita ou estrutura hermética para investigar o grau do desenvolvimento do conhecimento que caracteriza o aparecimento da *accountability*. Buscamos esclarecer que o conhecimento da *accountability* parte da apreensão ideal da realidade material pesquisada. Por isso, não operamos um declive metafísico, a-histórico e idealista, consideramos, para a análise e extração dos componentes da *accountability*, o mundo em constante transformação, uma vez que: “[...] o processo do aprofundamento do conhecimento – que vai do fenômeno à essência e da essência menos profunda à mais profunda – é infinito” (Lefebvre, 1991, p. 241).

Ao estabelecer a “1) lei da passagem da quantidade à qualidade (e vice-versa); 2) lei da interpenetração dos contrários [ou unidade e luta dos contrários]; 3) lei da negação da

negação” (Konder, 1993, p. 58), o marxismo supera a ilusão voluntarista, estipulando que “A ação e o conhecimento não podem criar nada já pronto e acabado. O momento da ação, do fator ‘subjetivo’, aparece quando – reunidas já todas as condições objetivas – [em que] basta um fraco impulso proveniente do sujeito para que o salto se opere” (Lefebvre, 1991, p. 239). Em segundo, o marxismo manifesta a categoria da totalidade, afirmando que na realidade, tudo está correlacionado, sem a existência de objetos isolados, desligados do todo. O conjunto das formações materiais se totalizam, não numa totalidade abstrata, mas numa totalidade concreta.

Logo, não existe uma só totalidade, mas totalidades dentro de totalidades. Por exemplo, a *accountability* seria um complexo dentro de outro complexo, a sociedade burguesa, constituindo-se como um *complexo de complexos* (Lukács, 2012b, v. 1). Mediante esta interpretação, o estudo da *accountability*, tendo como aporte o materialismo dialético, não está preso a noções mecanicistas que reduzem o motor social ao fator econômico, uma vez que esse fator é um *determinante determinado* (Mészáros, 2016b) – muito embora o elemento econômico seja o fator de potência material preponderante numa formação social.

Isso significa, referenciando-nos na terceira lei, que a dialética “não é [um] absurdo, [ela] não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações” (Konder, 1993, p. 59), ao contrário disso, apresenta nexos causais entre os momentos e objetos da sua dinâmica. Nesse sentido, a negação da negação manifesta no estudo da *accountability*, afirma elementos que conseguiram se conservar, promovendo um nexo causal específico para a dinâmica material, pois todo objeto engendra a sua negação quando entra em movimento.

Assim, diversamente do que conceberia um teórico idealista – ao defender a crença de que a realidade não pode ser o fundamento de uma cultura, ou seja, não abalaria valores universais como beleza, liberdade, bondade, moralidade etc. – o materialismo dialético afirma que o mundo não está livre das ideologias. A própria ideia de estudar a *accountability*, a partir de uma cisão entre o normativo e o descritivo, p. ex., é uma escolha ideológica; definir critérios de uma racionalidade neutra também é algo ideológico.

Marx e Engels (2016) ajudam-nos a entender essa questão, ao citarem o caminho do *homem galhardo*; os autores criticam a crença sobre a suposta *ilusão da gravidade*, como se a realidade não operasse uma força gravitacional sobre o mundo:

Um homem galhardo um dia imaginou que os seres humanos apenas se afogavam na água porque estariam possuídos pelo pensamento da gravidade. Caso arrancassem essa noção de suas cabeças, por exemplo, esclarecendo a mesma como sendo uma noção supersticiosa, religiosa, eles seriam capazes de superar toda e qualquer

ameaça representada pela água. Durante sua vida inteira ele combateu a ilusão da gravidade, de cujas consequências daninhas qualquer estatística lhe fornece novas e numerosas provas (Marx; Engels, 2016, p. 35).

A “tradição idealista subjetiva, que supervaloriza o poder das representações” (Konder, 2002, p. 39), ao tratar a realidade e a história como resultado do pensamento, foi algo criticado por Marx e Engels. O idealismo dos jovens hegelianos desconsiderava as condições materiais da sociedade, incorrendo em uma distorção ideológica. A *accountability* não é algo desligado do mundo (realidade histórica), antes está no mundo e é do mundo; determinada por relações e forças sociais marcadas por inconciliáveis antagonismos no sistema do capital, que a liga dialeticamente a um conjunto de interesses e posições no interior do conflito societal.

O mascaramento dessa luta é uma arma ideológica em sociedades de classes, como depreende-se de Mészáros (2014a, p. 67):

[...] a realidade dessa orientação conflituosa e estruturalmente determinada da ideologia não é de modo algum eliminada pelo discurso pacificador da ideologia dominante. Este último deve apelar para a “unidade” e para a “moderação” [...] precisamente para legitimar suas reivindicações hegemônicas em nome do “interesse comum” da sociedade como um todo.

Dessa forma, a *accountability*, ao amparar políticas de desenvolvimento assentadas na modernidade conservadora, reforça a diferença entre os países centrais e periféricos, que é a “produção social de uma ralé estrutural nas sociedades periféricas” (Souza, 2003, p. 175). No entanto, a história é dialética. Ao homem, enquanto sujeito histórico real, com suas *experiências* (Thompson, 1987), cabe construir novas possibilidades e, por extensão, reverter os processos desumanizadores do capital.

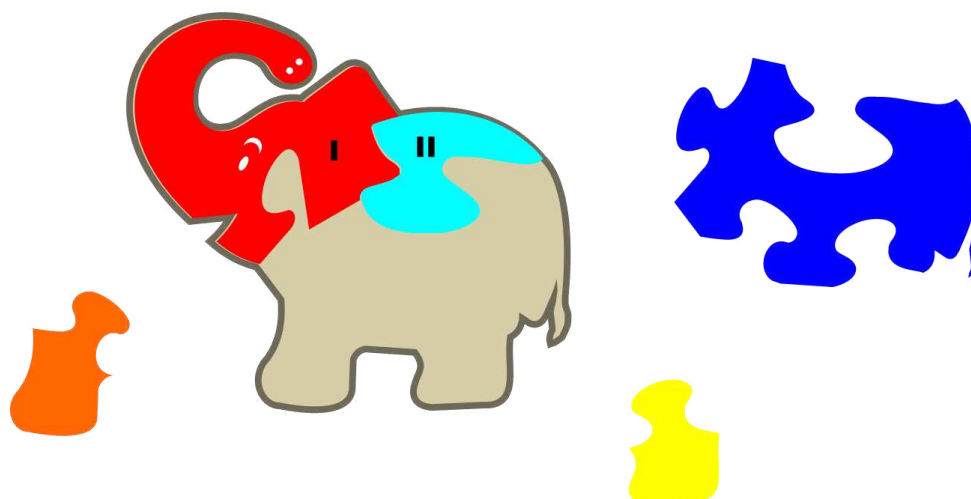
Quando Gramsci (2006, v. 1, p. 405), seguindo a pergunta kantiana – a questão eidética do ser assim em contraste ao ser simplesmente –, indaga: “o que é o homem?” – hoje, nas condições de hoje, da vida de hoje, e não de uma vida qualquer e de um homem qualquer – ele suscita tanto um debate sobre a historicidade e sociabilidade humana como uma questão ontopositiva, *no que o homem pode se tornar?* Na esteira desse mesmo raciocínio, mas reformulando a questão, podemos indagar: *o que é a accountability nas condições de hoje, na cotidianidade de hoje?* Ademais, *no que a accountability pode se tornar?* A busca por uma resposta é o que caracteriza o entendimento dos graus do desenvolvimento do conhecimento da própria *accountability*, o que não se apresenta de forma imediata, mas mediada.

Diante de condições objetivas, necessidades e desafios de cada época, “o homem é um processo [histórico], precisamente o processo dos seus atos” (Gramsci, 1995, p. 38). Assim, é possível construir novos caminhos para o homem e, obviamente, para os frutos de

seu trabalho: a *accountability*. No entanto, “o Estado moderno [que estabelece as políticas de *accountability*], como constituído sobre o fundamento material do sistema do capital, é o paradigma [ideológico] da alienação [estranhamento] no que concerne aos poderes de decisão abrangentes/totalizantes” (Mészáros, 2015c, p. 289-290). Eis que, a ideologia, por certo, exerce um papel incontestável no desenvolvimento da *accountability* e será sobre essa correlação e seus desdobramentos que nos dedicaremos no próximo capítulo.

BLOCO II

NADA É O QUE APARENTA SER



- 4 A MISTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA: A *ACCOUNTABILITY* NA CÂMARA ESCURA
- 5 UM ESPECTRO RONDA O MUNDO: O ESPECTRO DA *ACCOUNTABILITY*?

Objetivo II

Examinar o processo de mistificação ideológica, suas bases categoriais, para o estudo da efetivação da mistificação da *accountability*

4 A MISTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA: *ACCOUNTABILITY* NA CÂMARA ESCURA

No ano de 1841, Frederico Guilherme IV ocupa o trono da Prússia, prometendo uma era de caráter liberalizante: presos políticos foram anistiados, autorizou-se a publicação das atas das *Dietas* provinciais e prometia-se certo abrandamento da censura. No entanto, a expectativa de abertura, digamos *democrática*, logo se frustrou (desmoronou), frente a pressão e concorrência do desenvolvimento capitalista da vizinha França e da insular Inglaterra. Sentindo-se ameaçada, a classe de senhores de terra da Alemanha reagiu, ainda assombrada pelas revoluções liberais ocorridas na década de 1830 (espectros que lhes tiravam o sono).

Em vista disso, a aristocracia rural prussiana, em aliança com determinados setores burgueses, empreendeu uma *modernização conservadora* na economia nacional, impondo um freio às transformações liberais. Como resultado, no plano educacional e intelectual assistiu-se uma reação romântica: Friedrich Schelling (1775-1854), um dos principais representantes do idealismo alemão, com sua interpretação da história como epifania (o conhecimento teria a revelação divina em sua origem – um irracionalismo religioso), após o falecimento de Hegel, foi chamado (em 1840) para ocupar a cadeira de seu ex-colega na Universidade de Berlim, deixando nítida a nova visão de mundo que passaria (gradativamente) a nortear a filosofia oficial do Estado.

A outrora decantada filosofia política hegeliana, que era aclamada pela corte por aparentemente justificar o domínio da monarquia constitucional prussiana, começa a ser considerada indesejável. O que estava em foco era a posição do *hegelianismo de esquerda*, vinculado ao processo de transformações liberais, defendendo que no desenrolar histórico, a Alemanha ainda não havia atingido seu ápice e, especialmente, não acreditavam que a monarquia constitucional representasse a *verdade* sobre o Estado (considerado pela filosofia hegeliana como a mais elevada expressão da vida social).

Por essas (e outras) razões, a reação das forças conservadoras abateu-se sobre o movimento intelectual. Uma a uma, as portas das universidades alemãs foram cerradas e ergueram-se *muralhas antiliberais e antirrevolucionárias* a seu redor. A universidade, tomada pelo espírito reacionário, perseguiu e afastou de seus quadros docentes diversos professores. Nesse contexto, perseguido politicamente e impedido de vislumbrar qualquer pretensão docente em alguma universidade alemã (das quais até Bruno Bauer fora expulso), Marx parte de Berlim a Colônia, onde vai trabalhar num jornal chamado *Gazeta Renana*.

Diante de questões concretas e em processo de amadurecimento intelectual, Marx cercou-se de todas as informações que julgasse relevante para compreender a vida material da

sociedade à época. Em diálogo com as mais diversas estruturas teóricas, no processo de construção da sua própria teoria, Marx realizou um movimento de confronto, incorporação, rejeição e suprassunção. A princípio, suas demandas foram satisfeitas pela Economia Política, como ele admite no *Prefácio* de sua obra *Para a Crítica da Economia Política*:

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como forma de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida [... E para além da] anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na economia política (Marx, 2010d, v. 1, p. 24).

Durante seus anos de estudos da sociedade capitalista, Marx (2017c) percebe que o caráter ideológico mistificador do capital teria que ser inserido na análise, haja vista sua complexificação: nas estruturas sociais anteriores – seja no escravismo ou no feudalismo –, esta mistificação econômica, que mascarava a exploração do capital, era menor. Por isso, essa incorporação deve-se, dentre outras razões, pelo inegável caráter ideológico, presente nas teorias econômicas, vinculado ao momento em que a burguesia ascende ao poder na era moderna, em um processo histórico, transmutando-se de classe revolucionária à classe dominante:

Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ela fez soar o dobre fúnebre pela economia científica burguesa. *Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo*, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial (Marx, 2013b, p. 88, grifo nosso).

O irracionalismo (o abandono do modelo de racionalidade totalizante na explicação do real), evidente na *decadência ideológica*⁷⁴ (Lukács, 2010a), com seus *espadachins a soldo* chamados a defender um modelo de dominação de classe cada vez mais violento e marcado pela barbárie, passa a ser a expressão da lógica destrutiva do capital em forma de ideias (uma razão irracional). O cinismo dos apologetas do capital amplia-se conforme se explicitam os antagonismos estruturais da sociedade capitalista, fenômeno expresso pela ciência econômica burguesa, mascarando o caráter inconciliável da contradição entre capital e trabalho.

⁷⁴ Segundo Lukács (2010a), a *decadência ideológica da burguesia* representa a dissolução da *última grande filosofia* da sociedade burguesa, o hegelianismo, no período de 1820 a 1830, fato marcado pela decadência política dos partidos burgueses na Revolução de 1848.

A crítica ontológica marxiana à economia política (com sua forma de exprimir as relações sociais e os conflitos com o proletariado, bem como a apologia ao capitalismo e o silêncio diante das contradições sociais sistêmicas) pressupõe reconhecê-la como produto espiritual da moderna sociedade burguesa. Como expressão ideológica do processo de desenvolvimento do capital, a economia política é “um produto da *energia* efetiva e do *movimento* da propriedade privada (ela é o movimento independente da propriedade privada tornado para si na consciência, a indústria moderna como si mesma – *Selbst*)” (Marx, 2010b, p. 99).

Em outras palavras, Marx (2010b, p. 100) compreende que a economia política, “sob a aparência de um reconhecimento do homem”, engendra um *corpus científico*, que “é antes de tudo a realização consequente da renegação do homem”. Na ordem do capital, “a *propriedade privada* é apenas a expressão sensível de que o homem se torna simultaneamente *objetivo* para si e simultaneamente se torna antes um objeto estranho e não humano (*unmenschlich*)”. Por essa forma de produção da vida conformada à propriedade, a efetivação do homem é “a negação da efetivação (*Entwirklichung*), uma efetividade *estranha* [...]” (p. 108).

Ao mesmo tempo em que a economia política (de Adam Smith à Jean-Baptiste Say, para chegar enfim até David Ricardo, John Stuart Mill etc.) liberta o trabalho e a propriedade das amarras feudais, ou seja, de algum “*elemento natural* particular” (Marx, 2010b, p. 101), também converte o trabalhador em servo da propriedade privada, manifestação da desumanização constituída pela forma do *trabalho estranhado*.

Ainda que na sociedade feudal algum grau de mistificação pudesse existir (mistificação religiosa, fruto de um mundo teocrático), suas conexões sociais não deveriam ser consideradas enigmáticas. *Corveia, talha, banalidades e mão-morta* eram instituições explícitas, que apareciam visíveis a olho nu, deixando *transparente* o conjunto das relações sociais. Na aparência exterior, era incontestável a exploração senhorial a qual os servos eram submetidos: “No regime feudal [...] as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos revelam-se como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, antes produtos do trabalho” (Marx, 2013b, p. 86).

Mesmo que Marx e Engels revelassem certa insuficiência dos economistas clássicos⁷⁵, por suas abstrações sem articulação com quaisquer processos de totalidade para

⁷⁵ Por considerarem as bases técnico-materiais de formas sociais como algo dado, e não sujeitas à análise posterior, produzindo conhecimentos isolados, pertencentes à esfera fenomênica, os economistas clássicos

explicar a complexidade da ordem do capital e das transformações advindas com o capitalismo, não deixaram de reconhecer os avanços teóricos proporcionados por eles:

Mas o sistema de Smith não foi um progresso? Certamente que sim e, até mesmo, foi um progresso necessário. Era necessário que o sistema mercantilista, com seus monopólios e seus entraves à circulação, fosse subvertido para que aparecessem claras as verdadeiras consequências da propriedade privada; era necessário que todas as mesquinhas considerações locais e regionais passassem a segundo plano para que a luta do nosso tempo se tornasse universal e humana (Engels, 2021, p. 3).

Foi com os economistas clássicos, dessacralizando a riqueza e afirmando o trabalho como seu criador, que se tornou possível criticar o regime de propriedade privada e confrontar a mistificação que acometia mercantilistas e fisiocratas. Por isso, diz Marx (2017c, p. 892):

O principal mérito da economia clássica é o de ter dissolvido essa falsa aparência, essa empulhação, essa autonomização e ossificação recíprocas dos diferentes elementos sociais da riqueza, essa personificação das coisas e essa reificação das relações de produção, essa religião da vida cotidiana, ao reduzir os juros a uma parte do lucro e a renda ao excedente sobre o lucro médio, de maneira que ambos passam a coincidir no mais-valor.

Mesmo com seus méritos, anunciando o advento de um novo tempo, a economia clássica foi vítima da individualização e atomização da investigação dos fenômenos (vistos de forma desarticulada/fragmentada do conjunto). Os clássicos transpuseram para o plano global manifestações que precisavam ser articuladas dentro de uma totalidade, para poderem trazer à tona a essência da coisa. Na sociedade capitalista, “surgem fatos ‘isolados’, conjuntos de fatos isolados, setores particulares com leis próprias (teoria econômica, direito etc.) que, em sua aparência imediata, mostram-se largamente elaborados para esse estudo científico” (Lukács, 2003, p. 72).

As categorias no/do modo de produção capitalista não estão dadas (acessíveis) em

foram alvo da crítica de Marx, que considerava necessário descobrir as leis de origem e desenvolvimento das formas sociais a um dado nível, bem como o desenvolvimento das forças produtivas. Essa era uma das limitações dos clássicos, pois não conseguiram ultrapassar os limites dados pelo imediato; daí, como *prisioneiros da aparência*, a “arquitetônica [...] obra de Smith e Ricardo [...] são incapazes de revelar a articulação das categorias no próprio movimento do valor” (Müller, 1982). Por isso: “[...], mesmo seus mais destacados representantes, como não poderia deixar de ser do ponto de vista burguês, continuam mais ou menos prisioneiros do mundo da aparência que sua crítica extinguiu e, por isso, recaem todos eles, em maior ou menor grau, em inconseqüências, semiverdades e contradições irresolvidas” (Marx, 2017c, p. 893). Marx, ao trazer à luz a categoria da totalidade, evidencia o erro dos economistas clássicos e sinaliza o caminho a ser seguido. Diz ele: “Certamente, o quadro é inteiramente diferente quando consideramos a produção capitalista no fluxo ininterrupto de sua renovação e, em vez do capitalista individual e o trabalhador individual, consideramos a totalidade, a classe capitalista e, diante dela, a classe trabalhadora. Com isso, porém, introduziríamos um padrão de medida totalmente estranho à produção de mercadorias” (Marx, 2013b, p. 661-662). A questão não era privilegiar o individual (singular) em prol do global (geral), mas considerar que elas estão em um movimento de imbricação em que uma determina e é determinada pela outra.

compartimentos estanques, esperando para serem analisadas, ao contrário disso, elas têm por excelência a capacidade de dissimular, de ocultar e tornar-se imperceptíveis àqueles que lhe dirigem o olhar (Ranieri, 2001, 2004). Como Marx demonstra no conjunto de sua obra, as categorias econômicas não podem ser tratadas como algo previamente dado, como formações óbvias. Em sua manifestação imediata as categorias apresentam-se como um *todo caótico*, sendo necessário romper as fragmentações, articulando-as com a realidade e totalidade, com suas contradições, para extraí-las de seu *invólucro místico*.

N’O *Capital*, Marx (2013b, p. 147) esclarece que:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho.

Referindo-se ao mistério da mercadoria, Marx (2013b, p. 147) tece uma pergunta: “De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria?” De modo irônico (em tom de protesto, diante da indolência do homem prático que vive sem refletir sobre sua vida cotidiana; e em tom sarcástico, em relação a crença de se pensar que o problema é facilmente decifrável), Marx responde: “Evidentemente, ele surge dessa própria forma [mercadoria].”

Isso posto, nesta tese, assumimos investigar a *accountability* com o auxílio de seus teóricos e estudiosos, desvencilhando-nos das correntes da aparência, da crença ingênua que sua essência deve revelar-se de imediato e superando o caráter mistificado do modo de produção capitalista: “o mundo encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo, em que *monsieur* Le Capital e *madame* La Terre vagueiam suas fantasmagorias como caracteres sociais e, ao mesmo tempo, como meras coisas” (Marx, 2017c, p. 892).

Diante da dificuldade em perceber a totalidade e as contradições do capitalismo, os economistas clássicos – assim como muitos dos contemporâneos estudiosos e teóricos da *accountability* – acabaram por reforçar o processo do *estranhamento*, que foi naturalizado em suas teorias, afirmando o homem apenas em sua aparência. De modo *unilateral*, os teóricos do capital “tomam como sujeito a propriedade privada na sua forma ativa” e, por conseguinte, “fazem do homem enquanto não-ser um ser”, contradição que corresponde “na realidade à essência contraditória que aceitaram como princípio [...]” (Marx, 2010b, p. 185).

Contrariamente do que creem os economistas políticos, para os marxistas o conceito de trabalho estranhado, essa “[...] *forma social determinada* da atividade produtiva [...]

que obtém o ‘crescente valor do mundo das coisas’ ao preço da ‘desvalorização do mundo dos homens’ [,] é passível de ser superada [...]” (Mészáros, 2016b, p. 117-118). É claro que, se o ser social não compreender de fato a sociedade em que vive, dificilmente será capaz de transformá-la.

Assim, a dinâmica histórica da *accountability* deve ser escrutinada, trazendo à tona o conjunto de interações e inter-relações por trás do cotidiano, desvelando a verdade objetiva da matéria investigada, cuja mera descrição positivista ou fenomênica não a desvela, porque ela está envolvida por mistérios e produz mistérios, à semelhança da mercadoria. Nesse sentido, os indivíduos tomam consciência da realidade, a partir de formas ideológicas que a subvertem:

Deve-se enfatizar que o poder da ideologia dominante é indubitavelmente enorme, não só pelo esmagador poder material e por um equivalente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes, mas também porque esse poder ideológico só pode prevalecer graças à preponderância da *mistificação*, por meio da qual os receptores potenciais podem ser induzidos a endossar, “consensualmente”, valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos a seus interesses vitais. (Mészáros, 2013, p. 8).

A ideologia dominante, todavia, não é absoluta, nem perene, como já assinalado. Embora a classe dominante exerça o poder, tanto no Estado como na sociedade, existem resistências *contra hegemônicas* que impedem o seu total domínio, uma vez que a classe hegemônica é dominante apenas formalmente. Assim sendo, ela necessita de um arsenal ideológico que sustente/justifique sua dominância. Sendo a mistificação da realidade que produz esse arsenal ideológico que ergue uma sociabilidade desumana, como as ideias de liberdade individual e livre competição, crenças burguesas de libertação numa sociabilidade competitiva e individualista.

Nesse sentido, a riqueza do método dialético repousa na crítica revolucionária, ao perceber que não existem leis eternas que transcendam a história. Em cada formação histórica temos novas relações sociais, novas etapas de desenvolvimento do objeto e do ser social, resultando em novas leis. Na transitoriedade do existente, as relações sociais e seus desdobramentos no objeto investigado estão em contínuo processo de transformação (mudança).

Analisar a mistificação da *accountability* educacional, tendo como aporte teórico o materialismo dialético, significa entender, aprioristicamente, que a pesquisa é muda, se o estudo da efetividade da mistificação for realizado sem considerar as relações sociais. É necessário apreender as múltiplas determinações que envolvem a *accountability* e essas devem ser apropriadas pela razão teórica, a reprodução do movimento do objeto, ou seja: “A

investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno” (Marx, 2013b, p. 90).

Não obstante, superar a aparência fenomênica impõe trazer para o debate três categorias: o fetichismo, que converte as relações sociais, tratando-as não como relações entre sujeitos, mas como relações econômicas; a alienação (estranhamento), pela qual os indivíduos, alheios a si próprios ou a outrem, tornam-se servos de atividades ou instituições/organizações; e a forma mais aguda da alienação, a reificação ou coisificação, que transforma conceitos abstratos em objetos e trata seres humanos como objetos (Bottomore, 2001).⁷⁶

É claro que para estudar a mistificação, a partir de suas categorias-chave, faz-se necessário a análise das noções de essência e aparência. Entretanto, tecer considerações sobre tantas noções marxianas em um único capítulo, é algo deveras complexo. Por isso, mesmo que façamos ponderações sobre a essência e a aparência nesta unidade, tais categorias só serão tratadas de modo mais específico no próximo capítulo. Disso, aduz-se que essa unidade e a quinta compõem um todo integrado, que trata do debate teórico sobre a categoria mistificação.

O capítulo, nessa perspectiva, encontra-se organizado em duas seções. A primeira, “A mistificação ideológica: estranhamento e seus desdobramentos”, aborda a categoria trabalho, diferenciando os conceitos de alienação e estranhamento, no processo de criação humana, resultante de sua subjetividade objetivada na sociedade do capital. Essa distinção, considerando a vida cotidiana dos indivíduos, faz-se necessária para uma correta compreensão das ideias de fetichismo e reificação.

A segunda seção, “Nada é o que aparenta ser: a inversão da determinação do real”, adentra no debate sobre a ideologia e a noção de *falsa consciência*. Considerando as categorias de fetichismo e reificação, tratamos de forma mais objetiva sobre a definição prática da mistificação e como tal fenômeno ideológico opera na subversão da maneira que entendemos a *accountability*. A inversão do real e sua correlação com a ideologia é tratada nessa seção de modo a superar as noções de verdade e falsidade, que comumente são atribuídas à aparência das formações materiais.

⁷⁶ Bottomore (2001, p. 316) destaca que: “Grande controvérsia tem se manifestado sobre a relação entre reificação, alienação e fetichismo da mercadoria. Enquanto alguns autores identificam a reificação ou com a alienação, ou com o fetichismo da mercadoria (ou com ambos) outros tentaram manter os três conceitos separados. Ao passo que alguns consideram alienação um conceito ‘idealista’ que deve ser substituído pelo conceito ‘materialista’ de ‘reificação’, outros a entendem como um conceito filosófico cuja contrapartida sociológica é a reificação”. Numa visão crítica-dialética, conforme Paulo Netto (1981), temos a impossibilidade de desvelar separadamente a alienação, fetiche e reificação, pois estão diretamente relacionadas à teoria ampla de Marx.

Vê-se que nossa ambição é audaciosa, pelo tema tratado, como também modesta, pois não pretendemos esgotar a questão da mistificação nessa unidade da tese, mas trazer à baila as categorias que nos auxiliem *a virar do avesso* a *accountability*, compreendendo que sua *verdade* depende de seu *caráter terreno*, da práxis que ela engendra. Essa ação exigirá de nós um entendimento preciso do mundo social, superando o mecanicismo das relações econômicas, bem como a fenomenologia pós-estrutural.

Esse movimento busca deixar claro que não defendemos a teoria economicista que considera a cultura, instituições e política como epifenômenos da economia, nem caímos no culturalismo. Tratamos a mistificação levando em conta que o mundo material condiciona a possibilidade e a efetividade da *accountability*. Além disso, refutando a ideia de construto e racionalidade apartada do concreto real, que ignora a lei que rege os fenômenos, apreendemos as disputas relativas à organização desse mundo material, às lutas e às contradições centrais na sociedade.

4.1 A mistificação ideológica: o estranhamento e seus desdobramentos

Segundo a propositura teórica de Eagleton (1997, p. 12), “O que induz homens e mulheres a confundir-se, de tempos em tempos, com deuses ou vermes é a ideologia”. A análise eagletoniana sobre o que faz com que alguém defenda interesses que lhe são opostos perpassa os fenômenos da alienação (estranhamento), fetichismo e reificação. Nessa mesma direção, Paulo Netto (1981) reforça a argumentação, colocando que a sociedade capitalista se mantém, ademais de suas contradições, em razão dos processos de reificação, forma particular de alienação (estranhamento) forjada no capitalismo tardio.

Lefebvre (1975, 1999), autor de *Le temps des méprises* e *La conscience mystifiée*, obras que reintroduziram na França o debate sobre a categoria alienação, suscita a necessidade de superar o senso comum sobre tal conceito, ato que nos possibilita entender a *consciência mistificada* e o *tempo dos equívocos* de uma sociedade alienada (estranhada). Diz Lefebvre (1975, tradução nossa): “Quando eu começo a falar de alienação, lembro-me de uma conferência na Sorbonne, que os estudantes tinham requerido. No final, eles me fizeram perguntas como: ‘Mas então você quer dizer que somos todos loucos?’”.

No âmbito do trabalho alienado (estranhado), estaria louco, acometido de delírios e com crises de alucinações, o sujeito que reproduz interesses que lhe são opostos? Como nos conta Lefebvre (1975), a noção restrita/limitada e em alguns aspectos imprecisa do conceito de alienação, expressa pelos estudantes, guardava à época um significado na esfera da

legalidade (*alienamos um bem*) e um sentido psiquiátrico (*havia o sujeito mentalmente insano*). Desse modo, tratar sobre a mistificação, fenômeno ligado ao processo de alienação (estranhamento), pode compelir alguns a pensar que estamos abordando a *accountability* como um mecanismo eivado de erros, ilusões ou delírios, mas longe de nós tal sandice.

Diante desse quadro, para compreendermos o fenômeno (processo) da mistificação que envolve a *accountability*, é imprescindível distinguir, a princípio, o antagonismo entre, de um lado, a *lógica positiva da alienação* (como exteriorização; *Entäusserung; Entäußerung*), decifrada à luz do trabalho, fundamento ontológico da existência humana; e de outro, entender o papel do *estranhamento* (*Entfremdung*) para a constituição de uma sociabilidade fundada na relação capital e trabalho, que resulta no fetichismo e reificação do *mundo dos homens*.

No interior do próprio marxismo, existe um amplo debate sobre qual o termo mais adequado para designar a condição imposta pelo capital ao trabalhador, situação em que “a expansão dos produtos e das carências” torna o homem “escravo *inventivo* e continuamente *calculista* de desejos não humanos, requintados, não naturais e *pretensiosos*” (Marx, 2010b, p. 139).

Ranieri (2004) defende a necessidade de balizar as divergências e complementaridades que envolvem as categorias alienação e estranhamento, ponderando que, à sua época, Marx insiste em estabelecer, “[...] a partir de uma exposição das carências humanas, a insuficiência da reflexão teórica da economia política sobre o trabalho humano, elemento este que, para ela, não passa de mais um componente da produção” (p. 17)

Ao estudarmos o pensamento marxiano sobre o conceito da categoria alienação, podemos localizar nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, uma “síntese in statu nascendi” (Mészáros, 2016b, p. 21) sobre este tema, articulando-o com vários outros.⁷⁷ Em conformidade com a percepção de Mészáros, ressaltamos que é justamente nestes cadernos inacabados ou de estudos pessoais de Marx que podemos evidenciar que:

O ponto de convergência dos aspectos heterogêneos da alienação é a noção do “trabalho” (*Arbeit*). Nos Manuscritos de 1844, o trabalho é considerado tanto em sua acepção geral – como “atividade produtiva”: a determinação ontológica fundamental

⁷⁷ É necessário assinalar que a problemática da alienação na sociabilidade burguesa e as indicações relativas às possibilidades para sua superação estão presentes na totalidade da obra de Marx. Como adverte-nos Mészáros (2009, p. 26), embora no tratamento da “teoria da alienação de Marx, o centro deve ser os Manuscritos econômico-filosóficos [...] as ‘observações enigmáticas’ e sugestões aforísticas dos Manuscritos de Paris não podem ser decifradas sem referência às suas obras posteriores, mas principalmente porque atribuir o conceito de alienação exclusivamente ao período de juventude é falsificar grosseiramente o ‘Marx maduro’ [...], solapando a unidade e coerência interna de seu pensamento”.

da “humanidade” (“*menschliches Dasein*”, isto é, o modo realmente humano de existência) – como em sua acepção particular, na forma da “divisão social do trabalho” capitalista. É nesta última forma – a atividade estruturada em moldes capitalistas – que o “trabalho” é a base de toda a alienação [estranhamento] (Mészáros, 2016b, p. 78).

Sob a ótica de Marx, o trabalho (*Arbeit*) é a expressão da vida humana, categoria central e primária da (re)produção da vida e por meio do qual se altera a relação do homem com a natureza: “[...] o trabalho é o processo pelo qual o ser humano transforma a natureza e, ao fazer isso, transforma a si mesmo [...]” (Marx; Engels, 2016, p. 112). Com essa noção, os autores questionam: “[...] por que o ser humano transforma-se ao transformar a Natureza?” (p. 112). A resposta é que o homem, pelo trabalho, *educa-se, desenvolve-se e torna-se ele próprio*, expressão do ser genérico humano, uma vez que no modo de atividade vital reside todo o caráter de uma espécie genérica do homem (Marx, 2010b).

O homem, portanto, não nasce homem, uma vez que sua singularidade não se resume ao biológico. O homem, singular, é um ser social, síntese de múltiplas determinações (Marx, 2008a). Ademais, na relação entre o indivíduo (singular) e a sociedade (particular), campo de concretização das múltiplas determinações, envolvendo indivíduo e gênero humano (universal), existe um contínuo *vir-a-ser* social e histórico. É nesse instante que o homem genérico nasce do homem singular, porquanto “o *homem* não é um ser abstrato, acororado fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade” (Marx, 2013a, p. 145).

O homem, no seu ato de (re)produção pelo trabalho, manifesta particularidade e genericidade, em um processo dinâmico de realização do ser em sua integralidade, adquirindo a consciência de que é um ser social e, destarte, atingindo a existência de um ser universal e livre. Sendo assim, só pode fazê-lo na medida em que na vida cotidiana é sujeito de uma atividade livre, consciente, com “dispêndio de cérebro, nervos, músculos e órgãos sensoriais humanos etc.” (Marx, 2013b, p. 147).

Como fundamento ontológico da existência humana, protoforma de realização do ser social, independente das formas de sociedade, o trabalho humano transforma o ambiente, a partir do processo teleológico que tem em essência metas ou objetivos últimos (finalidade), manifestação própria do ser humano, na qual revelam as suas faculdades físicas e mentais. Em sua interação com a natureza, racionalizando sua intervenção (fruto de uma ideia que é antes de tudo pensada), a ação humana se diferencia da atividade dos demais animais, que é repetição instintiva e impulsionada por uma necessidade específica, por mais deslumbrantes

que sejam suas obras.⁷⁸

Marx (2010b, p. 85) assevera: É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações [...]. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente] [...]; O animal forma apenas segundo a medida e a carência da species à qual pertence [...]”. Ao contrário, a atividade do homem é livre e consciente; “[...] o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer species, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza”

Contudo, o homem nunca trabalha sozinho/isolado. Sua atividade é social, logo, ele constrói objetos em interação com outros seres humanos (o ato de trabalhar é atividade natural, é do mundo sensível no qual o ser social se encontra). A essência ontológica do trabalho ancora-se na interrelação entre o homem e a natureza (tanto a inorgânica como a orgânica), para a criação de objetos úteis à vida (valor de uso), condição da existência humana.

Assim, o homem mostra-se pelo produto de seu trabalho aos demais homens, e ao produzir (exteriorização), coloca no objeto criado sua individualidade (singularidade). Em sua unicidade e irrepetibilidade, como fato ontológico, o homem ultrapassa a imediaticidade da vida cotidiana (superando suas necessidades vitais que asseguram a vida de uma espécie – comida, abrigo, vestes etc. –, gerando novas necessidades, propriamente sociais), o que faz do homem um ser genérico, um representante do gênero humano.

Quando os objetivos e aspirações sociais individuais convertem-se em objetivos e aspirações particulares, o ser (social) socializa sua particularidade, aquilo que medeia o específico (singular) e o geral (universal), que não podem ser compreendidos de modo isolado e por si mesmo. À vista disso, na relação singular-particular-universal, em um *vir a ser social e histórico* (através da atividade humana que é uma atividade social – o trabalho), é criado o homem, o homem singular (aqui, o indivíduo – síntese de múltiplas determinações).

Todavia, as objetivações do indivíduo (singular) não se concretizam apenas com a apropriação de uma socialidade (particular), elas pertencem à dimensão ontológica, uma vez que o trabalho é social, constituidor do homem. As objetivações genéricas (gênero humano)

⁷⁸ Na obra de Lukács (2012b, v. 1, p. 17), a categoria trabalho tem a característica de fator primordial: “Tão-somente no trabalho, na colocação da finalidade e dos meios de sua realização, a consciência, mediante um ato que ela mesma dirige (ou seja, mediante a colocação da finalidade) ultrapassa a simples adaptação ao ambiente – condição essa que é comum, mesmo àquelas atividades dos animais que transformam objetivamente a natureza de modo involuntário – e põe-se a executar na própria natureza modificações que, para os animais, são impossíveis e até mesmo inconcebíveis. Ora, na medida em que a realização de uma finalidade torna-se um princípio transformador e informador da natureza, a consciência que impulsionou e orientou um tal processo não pode ser mais, do ponto de vista ontológico, um epifenômeno”.

devem ser compartilhadas como objetivações humanas, ou seja, têm que ser concretizadas por intermédio de várias gerações.

Disto podemos aferir que não há sociedade independente do indivíduo, autônoma (acima dos indivíduos), bem como não há antagonismo entre o homem (gênero humano) e a sociedade. Com isso, o homem particular está preservado, pois ele produz sua realidade e dá a ela sua identidade. No movimento dialético entre sua particularidade e sua elevação ao humano-genérico, o homem, no convívio social, torna-se indivíduo e constrói sua identidade, uma vez que sua individualidade não é anulada pela sociedade.

Ao alterar conscientemente a natureza exterior pelo trabalho, o homem transmuda os produtos de sua ação em meio de trabalho, criando objetos resultantes de sua subjetividade objetivada (transferindo para o exterior à própria consciência humana, compondo a realidade exterior), produzindo um objeto que por sua prática e incorporação aos fenômenos sociais é humanizado. Esclareçamos, as atividades de produção dos indivíduos, previamente pensadas, são transformadas em propriedade dos objetos, por isso “O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação” (Marx, 2010b, p. 80).

Além do mais, essa objetivação, produto da atividade humana, tem certa influência sobre a subjetividade, a qual, por seu turno, pode romper com a determinidade do mundo em que está inserida e produzir uma nova realidade e novas subjetividades, expressando o que Lukács (2012b, v. 1) nomina de *gênese ontológica da liberdade*.

Com efeito, a objetivação traz consigo o momento da alienação, a exteriorização, uma extrusão das forças essenciais. É por meio dessa ação que o homem, através do trabalho, objetiva seu espírito no mundo, suas inquietações, sentimentos, ideias, materializando-as em objetos necessários à sua sobrevivência e à riqueza social. Sobre essa questão, Chagas (1994, p. 24) nos esclarece que a alienação “incorre, pois, no momento positivo em que o produtor, através de seu trabalho, entra em conexão com o produto de seu trabalho e com os outros homens”. Por isso, a alienação está relacionada às condições concretas, nas quais a objetivação do ser humano se processa, qualitativa e quantitativamente, nos produtos do seu trabalho, manifestando sua genericidade.

Marx (2010b), no entanto, nos *Manuscritos de 1844*, analisa, além do trabalho em geral (determinação ontológica fundamental), o trabalho na sua condição particular, isto é, inserido nas sociedades divididas em classes antagônicas, com sua divisão do trabalho determinada pelas contradições estabelecidas na propriedade privada. Com isso, o autor vai além do estudo antropológico do trabalho e o analisa no âmbito do sistema capitalista de

produção, ou seja, em sua forma negativa, um instrumento de opressão e de desumanização do homem e que o empurra cada vez mais para a animalidade (inumanidade – desumanidade).

O trabalho no sistema capitalista de produção é resultado de uma alienação que gera uma atividade perniciosa, deletéria, um *estranhamento* que oprime e conduz o homem à perda de sua essência, ao objetivar-se nos produtos do trabalho. No interior desse sistema, ao trabalhar, diferentemente de libertar-se, o homem torna-se escravo do seu trabalho. O homem trabalha, portanto, para satisfazer os interesses do capital, isso porque, a propriedade privada separa o trabalho e o capital, o criador (produtor) e a criatura (produto), a *essência subjetiva* da propriedade e sua *essência objetiva*, originando o processo de perda-de-si do indivíduo.

Marx (2010b) identifica no domínio da propriedade privada, como é miserável a condição de vida do trabalhador, submetido ao “sobretalho e morte prematura, descer à [condição de] máquina, de servo do capital que se acumula perigosamente diante dele [...]” (p. 27). No processo de sua atividade, “[...] o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (*Macht*) e à grandeza (*Grösse*) da sua produção [...]” (p. 79).

Tratado como mercadoria na sociabilidade capitalista, o homem é pura força de trabalho, um *apêndice da máquina* – espécie de *autômato vivo* dentro do processo produtivo, ao mesmo tempo em que a máquina (o *modus operandi*) ganha o *poder* de controlá-lo. Assim, o trabalhador “[...] se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão” (Marx, 2010b, p. 80). Eis que no *moinho satânico* do capital, que a tudo degrada, a valorização do mundo das coisas se sobrepõe ao mundo dos homens que é coisificado, pois, tudo é tratado como mercadoria, como ilustra Marx: “O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (p. 80).

Nessa forma de sociabilidade, impõe-se ao trabalhador a realização de um trabalho estranhado, que o violenta, que o nega em sua humanidade. Assim, quanto mais o trabalhador produz, mais se subjugava ao produto de sua atividade; “quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, tanto mais bárbaro o trabalhador” (Marx, 2010b, p. 82). O que se constata com a subsunção do trabalho ao capital é que *o processo de objetivação e exteriorização (alienação) se transforma em estranhamento*, em que a “efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entausserung*)” (p. 80).

Nessas condições, Marx (2010b) analisa o complexo do estranhamento do trabalho no cotidiano dos sujeitos, sublinhando quatro conexões multifacetadas em que esse fenômeno ocorre: a do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, no interior da sua atividade produtiva, com relação à sua vida genérica e, por fim, no que diz respeito aos outros homens.

Desse modo, o trabalhador, ao alienar-se no objeto na sociedade do capital, não reconhece sua criação como produto da sua atividade produtiva. O resultado da objetivação do trabalho humano torna-se um objeto que lhe é estranho, com o qual mantém uma relação de oposição. Com isso, o trabalhador não se realiza no seu trabalho.

Assim, no próprio ato da produção, o trabalhador processa uma atividade de autocastração, que o torna prisioneiro do objeto, em um empobrecimento físico e espiritual. É essa atividade que se torna alheia ao trabalhador, que possibilita a relação estranhada dele com o produto do seu trabalho. A atividade torna-se apenas um meio para a manutenção física do trabalhador, a qual é obrigado a recorrer para garantir a sua sobrevivência.

Como terceira determinação temos o estranhamento do ser humano em relação à sua própria espécie, ou seja, o trabalhador não se reconhece enquanto ser genérico. O trabalho não típico do ser humano converte o trabalhador em um sujeito estranho a si mesmo, carente do próprio corpo, da capacidade intelectual. Uma carência que produz subjetividades também carentes de sentido, tornando-o mera peça (descartável) no processo produtivo.⁷⁹

Para Marx (2010b), um efeito imediato do estranhamento do homem a respeito do produto do seu próprio trabalho, da sua atividade produtiva e da sua vida genérica é o estranhamento do homem em relação aos demais homens. Na sociedade de classes, o indivíduo-trabalhador, *vis-à-vis*, não se reconhece e se contrapõe ao indivíduo-proprietário dos meios de produção: indivíduos estranhos um defronte ao outro, em um processo de não *reconhecimento*⁸⁰ de si no/pelo outro.

⁷⁹ Todavia, os homens não perdem sua condição de seres genéricos, como explicita Marx, pois estes fazem a história, mesmo sem ter consciência de que a fazem: “O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (Bestimmtheit) com a qual coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico” (Marx, 2010b, p. 84).

⁸⁰ Muito embora a temática do reconhecimento ligue-se a Hegel (2007, 2010), em suas obras e *Fenomenologia do Espírito e Filosofia do Direito*, tendo sido estudada por outros teóricos – como Alexandre Kojève, nas décadas de 1930-40 –, a temática de uma *Teoria do Reconhecimento* só adquiriu grande relevo a partir da década de 1990, com os estudos de Axel Honneth, filósofo ligado à teoria crítica e representante da terceira geração da Escola de Frankfurt, autor de *Luta por reconhecimento* (Honneth, 2009). Em relação ao Brasil, ainda são escassos os estudos que tratam da relação de Marx com o conceito hegeliano, bem como entre as aproximações e distanciamentos entre Marx e Honneth sobre o reconhecimento. Outro fato pertinente nessa

Embora Marx (2010b, p. 90) ressalte: “tudo o que aparece no trabalhador como *atividade da exteriorização*, o *estranhamento*, aparece no não-trabalhador [o capitalista], como *estado da exteriorização, do estranhamento*”, trabalhador e capitalista estão submetidos à mesma ordem sócio metabólica. Assim, “o comportamento efetivo, prático do trabalhador na produção e com o produto (como estado espiritual) aparece no não-trabalhador que está diante dele como comportamento teórico”. Nessa relação estranhada, relação explorador-explorado, “O não-trabalhador faz contra o trabalhador tudo o que o trabalhador faz contra si mesmo, mas não faz contra si mesmo o que faz contra o trabalhador”.

questão é que, geralmente, o conceito de reconhecimento é trabalhado entre os marxistas pela “remissão da noção de luta de classes à dialética do senhor e do servo” (De Caux, 2016, p. 211). Para avançarmos aqui em nossa análise, é importante destacar que a dialética hegeliana do senhor-servo não sustenta análises marxianas de uma dialética histórica, sobre as bases de relações de reconhecimento entre classes antagônicas (senhor vs. escravo, nobre vs. servo, capitalista vs. proletário...). Como se o efeito mais danoso do estranhamento fosse o dilaceramento da “essência” humana, pela ausência de um reconhecimento intersubjetivo – e tal coisa Marx não sustenta. Nesse ponto, retornemos ao filósofo do saber absoluto. Podemos identificar em Hegel duas possibilidades para uma teoria do reconhecimento: a primeira refere-se à natureza ou ao conceito de liberdade social, pela qual o sujeito só pode ser livre se for reconhecido como tal pelos outros – a essa tendência ligam-se teóricos como Habermas e Honneth; a segunda diz respeito ao processo de formação social da autoconsciência, da identidade prática da subjetividade humana. A segunda tradição é uma interpretação ampliada do reconhecimento, tendo em vista que dá relevo à formação da identidade, para a condição de possibilidade da liberdade social (Taufer, 2022). Ao estudarmos os *Manuscritos de 1844* (Marx, 2010b), fica plausível afirmar que Marx não reproduziu as interpretações da primeira tradição hegeliana. Diversamente do que concebe Honneth (2009), Marx não projetou na luta de classes “uma razão moralmente motivada do proletariado à experiência de desrespeito de se ver privado da autonomia de seu próprio trabalho” (De Caux, 2016, p. 214). O que se infere do texto marxiano, ao criticar a *Fenomenologia do Espírito*, é uma aproximação com a segunda tradição, na dimensão da identidade da subjetividade prática – muito embora ele não acolha em sua teoria a ideia de uma autoconsciência humana e, tampouco, um ideal regulatório normativo de um programa que restaure os laços de reconhecimento. Além disso, o reconhecimento insere-se na obra marxiana como elemento para a *concepção de valor*; não como elemento para uma teoria da justiça ou afirmação de valores éticos. A preocupação de Marx é específica: tecer a crítica da economia política, logo, a crítica às relações de produção capitalistas. Isso não significa, todavia, que o mouro desconsiderasse a opressão a grupos sociais minoritários, mas sim que o estudo sobre isso, não foi alvo de seu escrutínio, embora a falta de reconhecimento social seja uma temática que transita em seu texto *Sobre o Suicídio* (Marx, 2020), bem como em outras passagens de suas obras. Quando o capitalista coisifica o trabalhador, isso não se processa pela ausência de um reconhecimento, mas por relações sociais reificadoras, resultantes de um sistema que se funda na propriedade privada. De Caux (2016, p. 232-233) esclarece que na relação de reconhecimento no interior do mercado capitalista, o que existe é uma relação entre sujeito-objeto-objeto-sujeito, ou seja, o que existe é uma “relação de reconhecimento entre os sujeitos na troca [... em que ...] está em curso em toda troca de mercadorias uma luta por reconhecimento, isto é, uma disputa acerca do poder de disposição de cada uma das partes da troca sobre o objeto oferecido pela outra parte [...]”. Isso significa que na sociabilidade do capital, impera uma estruturação heterônoma das relações de reconhecimento. Estruturação essa que é condicionada pela *teoria do valor*; o que impede um caráter reconstrutivo baseado em normas de reconhecimento. Nesse sentido, o autor arremata: “A forma jurídica da relação, em que os agentes se reconhecem como livres e iguais, não constitui a troca de equivalentes, mas é antes constituída por ela. Assim, comentando ainda os Excertos de 1844, Chitty argumenta que ‘para Marx, reconhecer o outro como proprietário não é um modo particular de reconhecê-lo como livre; em vez disso, reconhecer o outro como livre é apenas uma abstração filosófica de reconhecê-lo como proprietário’. A própria forma do reconhecimento na modernidade capitalista, em que indivíduos são compelidos a se reconhecerem como livres e iguais, apenas ratifica a compulsoriedade de uma relação fática entre agentes econômicos. [...] No capitalismo, a relação entre os sujeitos não se dá de maneira direta, sendo antes mediada pelo trabalho, este sim mediador de si mesmo e da sociabilidade em geral. Uma teoria do reconhecimento intersubjetivo que não leve a sério esta mediação está fadada a apresentar o mundo da maneira fetichista como ele se apresenta imediatamente” (p. 233-234).

Veja que não é só o trabalhador que sofre com o estranhamento, “o trabalhador e o capitalista sofrem igualmente, [porém] o trabalhador sofre em sua existência, e o capitalista no ganho de seu Mamom morto” (Marx, 2010b, p. 25). Assim, sobre o trabalhador recai o maior dano, “[...] não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade”.

Sob os auspícios da propriedade privada, até o salário (um *quantum* de dinheiro), com seus singelos aumentos e bônus, é uma mediação para o agravamento do estranhamento do trabalho, pois manipula a carência (necessidades imediatas e sociais) do trabalhador e amplia o apetite do capitalista, por preservar seus próprios benefícios. De modo que, explica Marx (2010b, p. 88), constrói-se uma relação entre a natureza do salário e a propriedade privada:

[...] reconhecemos que *salário e propriedade privada* são idênticos, pois o salário (onde o produto, o objeto do trabalho, paga o próprio trabalho) é somente uma consequência necessária do estranhamento do trabalho, assim como no salário também o trabalho aparece não como um fim em si, mas como servidor do salário.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o trabalho se torna estranhado, na medida em que é realizado sob as seguintes condições, independente do sistema ser ou não ser capitalista: sob a égide da propriedade privada (produto do trabalho estranhado), na divisão do trabalho (que atinge o seu nível mais alto de perniciosidade no capitalismo) e na mercantilização do trabalhador (reificação do sujeito). Ou como interpreta Ranieri (2004, p. 13), afirmando que a categoria estranhamento “[...] se estruturam em Marx, graças à descoberta da contradição interna da propriedade privada, todos os desdobramentos do estranhamento do trabalho [...] sob o pressuposto do trabalho subordinado ao capital”.

A dupla determinação do trabalho exposta por Marx (2010b), de um lado, *alienado* (como autogênese humana, que faz do homem não apenas um ser natural distinto do animal, mas um ser para si próprio, genérico) e, por outro, *estranhado* (como subsunção ao capital, que explicita os níveis degradantes de exploração, tendo como expressão máxima o momento no qual o homem se sente fora de si, em um martírio e mortificação), demonstra que o autor não está criticando o trabalho em geral, mas o trabalho em particular, em sua forma de divisão do trabalho na ordem capitalista.

Disso, podemos aferir, em concordância com Chagas (1994, p. 28), que:

[...] todo processo de objetivação traz intrínseco o momento da alienação, porém, nem toda alienação é um estranhamento; somente uma dada forma particular da sociabilidade, cuja base é a propriedade privada dos meios de produção, o processo

de objetivação traz consigo o momento do estranhamento, onde a objetivação surge como “perda do objeto”, a atividade produtiva torna-se atividade que desrealiza e desumaniza o homem. Podemos evidenciar que o homem, ao objetivar-se na cultura, na arte, no Estado, na política, ao mesmo tempo se aliena. A alienação é, pois, um momento necessário da objetivação, ou melhor, um momento insuperável da existência humana.⁸¹

Nesse arranjo teórico, devemos entender que o estranhamento, forma específica de alienação, também traz consigo um momento de universalidade, ao julgar que o objeto, leia-se a mercadoria, produzida sob a ordem capitalista, não perde seu *valor de uso*, propriedade que lhe é intrínseca. O estranhamento está na expropriação da mercadoria de seu produtor, sendo-lhe atribuída um *valor de troca*, em detrimento do *valor de uso*. Atentemos que o *valor de troca* só *aparece (erscheint)*⁸² quando se confronta com outra mercadoria, na enorme coleção de mercadorias do mercado, e fora deste espaço, o *valor de troca se esconde*. Ou seja, oculta-se na *crença* de seu portador, que acredita ser verdadeiramente livre, *fé* sustentada na contradição da liberdade no metabolismo do capital.

No capitalismo, a liberdade é essencial, o homem se torna livre para vender sua própria força de trabalho no mercado, ele é o seu próprio senhor (um rei sem reino, sem os meios de produção – os instrumentais necessários à realização do seu trabalho). Com sua *crença panglossiana*, que afirma ter a humanidade atingido no modelo de produção capitalista o melhor dos mundos possíveis, os senhores do capital glorificam a liberdade, pois os trabalhadores estão livres, “não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc.” (Marx, 2013b, p. 786).

Senhor de seu próprio destino, o trabalhador é considerado como autônomo, pois “nem os meios de produção lhes pertencem, [...] estando, pelo contrário, livres, soltos e

⁸¹ Ranieri (2001, p. 8-9) sugere que Marx utiliza duas noções que, embora articuladas, são distintas: a de alienação e a de estranhamento. O autor explica que: “a primeira [alienação - Entäußerung] está carregada de um conteúdo voltado à noção de atividade, objetivação, exteriorizações históricas do ser humano; a segunda [estranhamento - Entfremdung], ao contrário, compõe-se dos obstáculos sociais que impedem que a primeira se realize em conformidade com as potencialidades do homem, entaves que fazem com que, dadas as formas históricas de apropriação e organização do trabalho por meio da propriedade privada, a alienação apareça como um elemento concêntrico ao estranhamento. Na verdade [...], a partir do momento em que se tem, na história, a produção como alvo da apropriação por parte de um determinado segmento social distinto daquele que produz, tem-se também o estranhamento, na medida em que este conflito entre a apropriação e expropriação é aquele que funda a distinção socioeconômica e também política entre as classes”.

⁸² Harvey (2013, p. 25) chama atenção para o uso da palavra “aparece” (*erscheint*) por parte de Marx. Vejamos: “A mercadoria é o ponto de partida a priori de Marx: ‘A riqueza das sociedades nas quais reina o modo de produção capitalista’, diz ele, ‘aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual, como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria’. Mas preste atenção à linguagem. A palavra ‘aparece’ surge duas vezes nessa passagem e, evidentemente, ‘aparece’ não é o mesmo que ‘é’. A escolha dessa palavra – e fique atento a isso, porque Marx faz um uso abundante dela ao longo d’O Capital – indica que uma coisa diferente acontece por trás da aparência superficial. Somos imediatamente convidados a refletir sobre o que isso pode significar”.

desprovidos deles” (Marx, 2013b, p. 786). Vestidos com *a nova roupa do rei*⁸³, a liberdade abstrata e anômala do capitalismo, os trabalhadores ficaram *nus*, carregando apenas sua força de trabalho em um *reino encantado* (o mercado).

O trabalhador agora é duplamente livre, uma vez que está livre para vender sua força de trabalho e livre dos meios de produção. Assim, para que a força de trabalho possa ser vendida como mercadoria, é necessário que ela pertença ao trabalhador, pois ainda de acordo com Marx (2013b, p. 242): “Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa”. No reino das fantasmagorias, a partir das novas relações de produção, em um circuito de trocas, os sujeitos

Têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica. Aqui, *as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias* (Marx, 2013b, p. 159-160, grifo nosso).

A partir desse momento, trabalhador e não-trabalhador são juridicamente iguais, são sujeitos de direito (direito que existe vinculado ao modo de organização da subjetividade e objetividade humana), que se diferenciam no aspecto que, um é o vendedor de si mesmo (força de trabalho – que retorna ao processo de servidão, agora na condição de possuidor de mercadoria), enquanto o outro, é o comprador, o possuidor do dinheiro que vai adquirir essa mercadoria força de trabalho por um determinado tempo (*vida útil*).

Diante do exposto, reflitamos sobre a força de trabalho convertida na ordem do capital à forma mercadoria. O núcleo fundante da produção se encontra na livre exploração do trabalho, para a valorização das coisas e acúmulo de riquezas, sem importar como o trabalho é livremente explorado. Para Marx (2013b, p. 113), “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou

⁸³ Andersen (1997) conta que um certo dia, um ladrão, disfarçado de alfaiate, vendeu uma roupa ao rei: “Nas terras distantes de onde vim, inventei uma forma de tecer a melhor de todas as roupas!”, disse o farsante alfaiate. E continuou: “Consigo tecer uma roupa que somente os inteligentes conseguem ver!”. O rei vaidoso gostou da proposta e decidiu comprá-la. O esperto alfaiate, sem saber tecer, apresentou ao rei uma peça invisível, que apenas os inteligentes podiam ver. Todos acreditaram e elogiaram a beleza da veste, até que um dia uma criança gritou: “O rei está nu!” e o grito foi absorvido por todos. Semelhantemente à roupa nova do rei, a ideia de liberdade no mundo das mercadorias, como suas vestes belas e modernas, é uma ilusão que busca ocultar a realidade da subcidadania: a nudez – indivíduos livres da escravidão, contudo despidos dos meios de produção, em uma liberdade crivada pela individuação do homem, fechado em si mesmo (Chagas, 2012; Marx, 2013b; Menezes, 2019).

da imaginação – não altera em nada a questão”. Complementa o autor:

Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar as cabeças das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa *fábrica de ensino*, em vez de numa *fábrica de salsichas*, é algo que não altera em nada a relação (Marx, 2013b, p. 578, grifo nosso).⁸⁴

Tratando da conversão do conhecimento em mercadoria, Marx (2004), no século XIX, já prenunciava o fenômeno da mercantilização da educação na “instituição que trafica com o conhecimento” (p. 115). Na *fábrica de ensino* (unidades de produção/apropriação do conhecimento), processa-se, não só o fetichismo e a reificação da mercadoria-conhecimento, mas também, a mercadoria força de trabalho docente e discente (trabalhador em formação e em potência).

Se pensarmos a partir da força de trabalho docente, no contexto da expansão do *mercado escolar* ou da *fábrica de diplomas* de nível superior, teremos que o valor de uso da mercadoria trabalho docente é apoderado pelo valor de troca, bem como o trabalho concreto pelo trabalho abstrato, assalariado e estranhado. Logo, o homem é subjugado pela mercadoria que criou (proprietário de conhecimento certificado – um *bem* portador de valor social, econômico, técnico e ético-político) e precisa se qualificar (valorizar-se), continuamente, conforme o metabolismo do capital.

O professor produz (mercadoria-conhecimento), antes de ter sua força de trabalho comercializada no mercado, valor de uso como qualquer mercadoria. Contudo, para tornar-se mercadoria, deve ser *útil* (tornar-se produtivo à acumulação do capital) e *veículo de valor* (passar de uma força de trabalho social a uma rentável mercadoria), para possuir um valor de troca e ser mercantilizado. Marx (2013b, p. 262-263) explica que: “O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega”.

A mercadoria do professor é sua força de trabalho, ao ponto de ser obrigado a

⁸⁴ Diante desse contexto, assevera-se a pertinência da teoria do valor de Marx para a análise das transformações no capitalismo contemporâneo, divergindo peremptoriamente das concepções de Gorz (2005), Lazzarato (1996) e Moulier-Boutang (2011), quando afirmam viver-se, respectivamente, em uma *economia do conhecimento*, uma espécie de *capitalismo cognitivo* de uma *sociedade pós-industrial*. Para esses teóricos da pós-modernidade, a imaterialidade é uma tendência da sociedade pós-moderna, o que tornaria inválida a teoria do valor marxiano, e o “trabalhador imaterial” seria aquele que não produz mercadorias, mas informações e conhecimento. Com isso, esses pensadores descolam a produção de mercadorias intangíveis da rede de relações que fundamenta os processos de trabalho, ao separarem o material do imaterial.

vendê-la para conseguir sua subsistência. Sendo que essa força é complexa, por controlar nas unidades de produção e apropriação do conhecimento, os conteúdos curriculares e por sua natureza: possui uma dimensão instrumental, relacionada ao saber fazer. Enfim, um trabalho que envolve forças intelectuais e operacionais (técnica e de espaço e tempo). Além do mais, é um trabalho simples (um simples trabalho), com seus três momentos: a atividade orientada para um fim, o objeto e seus meios; seu valor é o tempo socialmente necessário em que possa (mantendo-se vivo) vender (continuamente) sua força de trabalho. Sendo que, quanto menor o tempo de produção da força de trabalho, menor será o seu valor e menor será o seu preço, conseguinte tem-se a diminuição dos salários.

No mercado educacional, o professor oferece sua força de trabalho à espera de um comprador que possa colocar essa força em movimento, inserindo-a no processo (mercado) de trabalho. Agora, o produto de seu trabalho não lhe pertence mais, é doravante uma mercadoria do detentor de dinheiro (o proprietário – mercador – da escola/universidade), que por sua vez, expõe e vende esse valor de uso nas prateleiras do mercado. Assim, a força de trabalho é coisificada e inserida na lógica global do capital.

Lembremos que o caráter misterioso da mercadoria não decorre do seu valor de uso, o mistério da forma mercadoria, com sua *sutileza metafísica e extravagância teológica* se produz sob a *contradição* (Marx, 2013b). Em um processo vivenciado pelo sujeito em suas relações concretas, envolvendo operações ideológicas de profundez ontológica, o mistério da mercadoria está no fato de essa refletir para os homens as características sociais de seu próprio trabalho, como dados objetivos do que foi produzido:

Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (Marx, 2013b, p. 147-148).

A forma mercadoria, esta célula econômica do capital que guarda as figurações da objetividade e da subjetividade na sociabilidade burguesa, com suas mediações ideológicas, é a matriz que contém e escamoteia a raiz dos processos de estranhamento, sendo a reificação posta pelo fetichismo sua estrutura específica (Paulo Netto, 1981; Resende, 2009). Sob a perspectiva do fetichismo da mercadoria, ocorre o processo de *personificação das coisas*, que na aparência adquirem autonomia diante do criador, algo *fantasmagórico*, como se tivesse vida própria. Digamos, um *outro* naturalmente dado, ocultando a vida inscrita no objeto, em um *fetichismo secularizado*, que naturaliza algo que é social como se fosse *comandado por*

forças da natureza (como se retornássemos à princípios da ordem feudal).

O sujeito não se reconhece como criador, vê-se escravo das *coisas*, que adquirem o poder de estabelecer relações entre as pessoas, regendo inclusive os homens por meio da troca de mercadorias. Assim, o fetiche não é apenas como uma realidade econômica, ele “invade todos os espaços da vida humana, seja os ligados à vida objetiva, seja os da vida subjetiva, atingindo o íntimo do indivíduo” (Resende, 2009, p. 109), naturalizando na vida cotidiana, a aparência das formas reificadas da realidade, colocando-a como verdadeira e inescapável.

Em outras palavras, o *ser* atomizado e reificado, em um espécime de *accountable man* (homem *accountable*, movido por uma *ética gerencial*), é tomado como sujeito responsável por seus sucessos e fracassos, um *ser social* alienado (estranhado) do seu trabalho, em busca de interesses próprios. Na *sociedade neodarwinista*, o sujeito “[...] torna-se consumidor de ilusões. A mercadoria é a ilusão efetivamente real, e o espetáculo é sua manifestação geral” (Debord, 2013, § 47).

Neste ponto, façamos um breve parêntese em nossa análise para refletirmos sobre a *accountability*, considerando a categoria *espetáculo*, de Debord. Como alude o autor, citando Ludwig Feuerbach, “o nosso tempo prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade” (Feuerbach *apud* Debord, 2013, p. 13). Ao iniciar sua obra *A sociedade do espetáculo* com essa citação de Feuerbach, Debord introduz sua crítica à aparência alienada (estranhada) da realidade, reproduzida na forma-mercadoria, vale dizer, na relação entre homens mediados pelas coisas.

O pensamento submisso, acrescenta Debord (2013), faz-se presente no sujeito pós-moderno, que prefere confraternizar-se com o existente, na simples constatação do simulacro, e na sociologia empírica, com seus métodos estatísticos incapazes de “conhecer a verdade de seu próprio objeto, porque não encontra em si mesma a crítica que lhe é imanente” (§ 197). Contra o pensamento enrijecido, Debord recorre à dialética: “a ideia que já não se detém na busca do sentido do sendo, mas que se eleva ao conhecimento da dissolução de tudo o que é; e no movimento dissolve toda separação” (§ 75).

Por isso (mas não somente), não devemos conceber o Estado neoliberal, com suas contrarreformas, como uma estrutura/organicidade neutra, ele é codecididor das normas e regras, atuando de forma ativa, por meio de seus mecanismos de regulação e regulamentação. Logo, os novos processos de exploração e as novas relações sociais, bem como as contrarreformas educacionais que se materializam no metabolismo social do capital, reproduzem valores “*especuláistas* [...] o fim não é nada, o desenrolar é tudo. O espetáculo

não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo” (Debord, 2013, § 14).

Nessa perspectiva, concebemos que o mecanismo da *accountability* colabora no mover do espetáculo, espetáculo que não [é, simplesmente,] um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediadas por imagens” (Debord, 2013, § 24). Em uma espécie de *ação especuláista da accountability*, o Estado ativa e move certas engrenagens do metabolismo social do capital, influenciando modos de vida e subjetivações contábeis, conforme os ditames do mercado.

Por *ação especuláista da accountability* entendemos o efeito (colateral) mercantil da efetivação da *accountability*. Dito de outra forma, o mecanismo *accountability* mistificado, ao interagir com o espetáculo (mercantilização) da educação, promove *novas* possibilidades mercantis para o crescimento da economia. Movido por valores de eficiência, eficácia e práticas gerenciais, forma-se, em torno da *accountability*, um mercado *que oferta*: cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento, materiais didáticos, produção de metodologias, estratégias, consultorias etc.

Aqui, referimo-nos ao desenvolvimento de uma complexa e lucrativa teia de atividades econômicas que se ergue como fruto das exigências de metas, resultados etc., a serem alcançados pelas unidades educacionais, estabelecidas por políticas e práticas que transformam a educação em mercadoria. O espetáculo da mercantilização da educação abrange desde a exploração da mão de obra à formação dos docentes e dos demais envolvidos, p. ex., na elaboração de uma avaliação externa da educação.

A *accountability* se converte então em força produtiva, definindo uma forma de pensar a realidade baseada na eficácia e na eficiência, através do que pode ser manipulado e quantificado. A lógica do mercado e da ciência (gerencial) se tornam a base epistemológica da *accountability* nos séculos XX e XXI, e o *espetáculo* advindo com a ação da *accountability* educacional ergue-se como instrumento de difusão do projeto neoliberal, visto que reflete os vetores fundamentais da identidade neoliberal: individualidade e liberdade econômica.

Eis que a mistificação da *accountability* desenvolve uma ação – seja mercantil, seja científica – que incide sobre a educação, gerando uma racionalidade que abstrai a realidade e a condição de possibilidades da vida humana. Logo, o sujeito da ação mercantil está subordinado a uma racionalidade que cinde meios e fins; esses, por sua vez, são tomados como elementos de uma ação a ser calculada, ou seja, algo que possa trazer retorno econômico. Obviamente, como um símbolo da lógica e da ética gerencial, a *ação especuláista da accountability* assume, em ligação com a economia cultural, uma função política de ratificação do poder dos governantes.

Diante do que está posto, retomando nosso debate sobre o *sujeito consumidor de ilusões*, concebemos que a *accountability no campo educacional*, uma *palavra-chave cultural* (Dubnick, 2014) com seu *papel icônico* (*Idem*, 2002), é uma ferramenta retórica que transmite uma imagem positiva de um ato/ação legal e moral, gerando ilusões, mistificando a realidade, o que afirma seu *critério de utilidade do pragmatismo*:

[Por este critério, por exemplo:] Quando se revela que ideais teológicas têm valor para a vida real, elas tornam-se verdadeiras para o pragmatismo, no sentido de que são úteis. Observa-se que aqui não são verificados enunciados como “Há um deus”, senão proposições como é vantajoso para um determinado grupo de homens que existe um deus com estas ou aquelas qualidades (Wittich, 1980, v. 1, p. 31 *apud* Triviños, 2006, p. 140).

No limiar do século XXI, a *accountability* tornou-se um termo icônico-verbal, cuja simples referência outorga legitimidade ou valor ético-moral à ação pretendida. Dubnick (2002) qualifica esse fenômeno como *papel icônico da accountability*, no qual o mecanismo assume uma função evocativa de atribuir qualidades inquestionáveis à ação. Ao analisar alguns projetos de lei apresentados no Congresso dos Estados Unidos (2001-2002), o autor constatou que o uso da palavra *accountability* geralmente se limita ao título dos atos, sendo que no corpo do texto (documento), o termo raramente é mencionado, muito menos definido. A *accountability* acaba assumindo um atributo fetichizado, trazendo para o documento um conceito ideológico que elabora um determinado valor imaginário.

A *consciência cotidiana* já normalizou os fenômenos que circunscrevem o mundo do mercado, com seus processos de estranhamento que contém, conforme Resende (2009), o *gérmen* do fetichismo e da reificação, realidade inserida na nossa *cotidianidade*. Se o nosso cotidiano é a vida diária de cada indivíduo singular, (re)produzida em determinado ritmo e condições histórico-sociais, a repetição das ações sociais de cada dia geram uma *cotidianidade*, em que *as coisas simplesmente são*. Ou seja, não há um processo de reflexão sobre a própria vivência, a consciência faz-se irrefletida (fetichizada).

Faz-se necessário esclarecer que Marx não credita ao fenômeno da fetichização às vicissitudes da mente humana, pois esse fenômeno assenta-se em fundamentos sociais (na materialidade sócio-histórica), mais especificamente, no caráter anárquico e mistificador do sistema social capitalista, subvertendo a ordem em que as relações entre os homens e entre as coisas aparecem. O fetichismo revela nas coisas (e a mercadoria é uma coisa) um poder supra-humano análogo aos deuses, que por meio de um poder objetivo e ilusório antropomorfiza qualidades humanas nas mercadorias, atribuindo-lhes autonomia sobre as pessoas (que são, digamos, coisificadas).

Gerando um *encantamento*, o fetichismo da mercadoria exerce um fascínio sobre a vida dos homens, determinando suas ações e sentimentos. Ao transmutar os *poderes humanos* para a *deusa mercadoria*, o fetichismo oculta as relações humanas, convertendo-as numa relação entre coisas. Nesse instante, surge a reificação, transformando conceitos abstratos em objetivos, transformando os seres humanos em seres semelhantes a coisas, seres que vivem de acordo com as leis do mundo das coisas.

Tudo o que há de social aparece como pertencente às coisas, fenômeno expresso na perda da livre consciência do homem nas relações coisais, em que os seres humanos são tratados como objetos da valorização do capital e a mercadoria coisificada como sujeito. Com a reificação, inverte-se a ordem natural da relação entre os seres, as relações humanas se coisificam e as relações entre as coisas tornam-se sociais. Por essas razões, no verso da folha que se escreve estranhamento, temos no anverso as palavras fetichismo e reificação, compondo a tríade da mistificação ideológica: estranhamento, fetichismo e reificação.

Kosik (2002) explica que o homem na cotidianidade não indaga o sentido da própria cotidianidade (aqui temos um caráter particular do fetichismo, a ilusão da verdade no imediato). Como efeito, temos que o modo de viver, “as coisas, os [próprios] homens, os movimentos, as ações, os objetos circundantes, o mundo, não são intuídos em sua originalidade e autenticidade, não se examinam nem se manifestam: simplesmente são” (p. 80). A história aparece como realidade transcendente, algo para além do nosso controle; mas veja, a história não pode ser reificada, o que se processa é uma divisão da vida entre cotidianidade e história, por parte da consciência fetichizada, como se a história existisse como destino, algo que simplesmente acontece e a qual devemos nos adaptar, integrando-nos sem questionar seu movimento.

No mundo social da era burguesa, com sua forma de objetividade, a aparência (a realidade imediata) impõe-se e a reificação, com seus processos cognitivos, através dos quais coisificam-se as ações e as relações humanas, (re)produz a “petrificação da miséria, da coisificação e da desumanização do indivíduo” (Resende, 2009, p. 140). Como consequência, a reação do indivíduo ao mundo exterior (no reino das mercadorias, dotadas de forças ocultadoras cada vez mais potentes, mais autônomas, e que comparecem na vida cotidiana dos indivíduos como dádivas) é cada vez mais instintiva, automática.

Lukács (2003), ao tentar compreender a sociedade capitalista, engloba em suas análises a consciência cotidiana dos seres humanos sob este sistema, com sua estrutura reificada da consciência, ou seja, a estrutura fetichizada da consciência. Para o autor, a cotidianidade (que ele caracteriza como o campo mediador entre os complexos da esfera

econômica e os da esfera ideológica) é o espaço em que a história individual e social se auto gesta. No conjunto de estranhamentos, nessa cotidianidade, temos que o fetichismo não se restringe à forma da mercadoria, mas é um fenômeno teórico geral; sendo a reificação que confere autonomia às relações econômicas. Nesse sentido:

[...] trata-se, portanto, de relações nas quais o homem aparece apenas como número abstrato, como algo redutível a números, a relações numéricas, nas quais – segundo as palavras de Engels – as leis podem ser apenas conhecidas, mas não dominadas. Pois elas se referem a relações em que – novamente segundo Engels – os produtores perderam o poder sobre as próprias condições sociais de vida. Em consequência da coisificação e da lei das condições sociais de vida, suas relações econômicas alcançaram uma autonomia completa, levam uma vida independente, formando um sistema autônomo, encerrado e coerente em si mesmo (Lukács, 2003, p. 427).

Em vista disso, o homem torna-se apenas mais uma *coisa*, um *objeto manipulável* e passível de ser moldado (coisificado – desumanizado) pelas forças do mercado. As leis econômicas, com seu princípio da racionalização baseada no cálculo (isso é, a possibilidade do cálculo), impõe-se à vida humana, ao *poder* das condições de vida, levando o ser humano na engrenagem da máquina produtiva ao *status* de um número. Não se trata de uma identidade numérica, mas de uma racionalização que toma o homem como um objeto, um dado, cujo valor de uso é calculado por sua produtividade.

Diante do fetiche da gestão, fenômeno que marca a (re)engenharia do Estado nos séculos XX-XXI, a *accountability* firma-se em amplas dimensões da sociedade, influenciando o destino do ente *avaliado*. Por conseguinte, a *accountability* mistificada, tomada como régua axiológica, estabelece *ranks* definidos por *standards* de produção (metas), avaliando a *extensão do fio da vida produtiva* de indivíduos e de organizações, conforme suas *Moiras: Definir, Designar e Medir*.⁸⁵ Metaforicamente, utilizamos este *mito* como representação de *três desafios* (ou disposições), que estabelecem valores à política de *accountability*, regida pela racionalidade gerencial, refletindo na lógica de *dataficação*⁸⁶: *definir*, precisa quem tem responsabilidade; *designar*, qualifica as responsabilidades; *medir*, afere a responsabilidade em um ambiente complexo.

Desafiada a explicar quem é *accountable*, a avaliação externa em larga escala, p. ex., no campo educacional, compõe a *trama do fio da vida* reificada, com sua extensão estabelecida pelos valores de eficiência, eficácia, resiliência, flexibilidade, produtividade e

⁸⁵ Na mitologia grega, as *Moiras* ou *Meras* (três seres lúgubres, *Átropo*, *Cloto* e *Láquesis*, responsáveis por regular a duração da vida humana, sendo que cada uma das irmãs tinha uma tarefa – a primeira fiava, a segunda enrolava e a terceira cortava, definindo o fim da vida) são a personificação do destino de cada ser humano ou, conforme a *inversão do capital humano*, do quinhão que lhe cabe neste mundo.

⁸⁶ Sobre a *dataficação*, vide p. 77 e nota 43, na mesma página.

performance do homem *accountable*. A trama, na ordem do capital, é fortalecida pela *inversão do capital humano*, qualificando quantitativamente a *utilidade* do indivíduo, convertido em um simples apêndice da máquina, como podemos inferir de Marx (2013b, p. 720):

[...] todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de Jagrená⁸⁷ do capital.

Definidos, designados e medidos como *accountable*, indivíduos e organizações são *afogados*⁸⁸ no *mar quantofrênico*⁸⁹, com sua racionalidade fria e obsessão por números, metas e desempenho, que nos lançam a “uma patologia que consiste em querer traduzir sistematicamente os fenômenos sociais e humanos em uma linguagem matemática” (Gaulejac, 2007, p. 68). A *accountability*, com a incorporação de valores de comparabilidade, medição e eficiência é considerada uma *agente* e não mero instrumento do sistema, sendo a medição tomada como uma finalidade central do processo.

Indicadores práticos e estímulos mobilizadores direcionados à ação verificam como os entes transmitem suas respostas às demandas estabelecidas. As condições de reprodução do metabolismo social geram indivíduos opacos, incapazes de prestar contas de todas as suas ações (Messner, 2009) e submetidos às expectativas de longo alcance na esfera da *accountability*, confrontados com dilemas éticos.

⁸⁷ Jagrená é uma das formas do deus *Vishnu*, da religião hindu. Ela percorre o mundo conduzindo seu carro em trajetória errática, sob cujas rodas seus seguidores se atiravam e eram esmagados. Seu culto, portanto, é caracterizado pelo elevado grau de fanatismo religioso, incluindo rituais de autoflagelação e autossacrifício.

⁸⁸ Analogia a obra *Os afogados e os sobreviventes*, de Primo Levi (2016). O texto de Levi reflete sobre o dia a dia do *Lager* de Auschwitz, buscando desmistificar a “romantização” pós-guerra, relativa aos judeus sobreviventes, narrada pelo cinema. A analogia busca de forma simples suscitar a reflexão de como estamos naturalizando as práticas que conduzem inúmeras pessoas à negação de sua própria razão de ser e como as noções de *ser responsável* e *atribuir responsabilidade* são questões complexas.

⁸⁹ A *quantofrenia* é um termo cunhado pelo sociólogo russo Pitirim Sorokin (1889-1968) e corresponde à análise do mundo por meio dos números e das estatísticas. Conforme Fernandes (2013, p. 4-5), a *quantofrenia* relaciona-se ao “[...] uso dos números com vistas à testomania, fazendo com que, pelas mãos dos testocratas, ‘quase todos os indivíduos sejam testados, desde o berço até a cova, antes e depois de acontecimentos importantes na sua vida’ (Sorokin, 1965, p. 51). O uso da matemática para instrumentalizar a numerologia que ascendia quase à condição de culto, ou nova doença, a *quantofrenia*, que Sorokin (1965, p. 103) enfatiza como ‘o uso de métodos matemáticos, transforma-se numa preocupação meramente *quantofrênica*, nada tendo em comum com a matemática’”. Gaulejac (2007) aplica o conceito de *quantofrenia* no campo da gestão, associando-o a indicadores de desempenhos vinculados ao curto prazo e à obsolescência condizentes com a gestão gerencialista.

Na educação baseada em resultados, os indivíduos cada vez mais *registrados* são excitados por uma demanda incessante de performatividade (maximização da eficiência). Baseada em um fluxo contínuo de demandas, os indicadores exigem dos indivíduos que eles se tornem cada vez mais *accountable* ou como especifica Ball (2010), conforme já salientado, indivíduos movidos por uma cultura que produz a necessidade de fabricar performances.

Resultante de ajustes drásticos, a instituição educacional vê-se entremeada em uma espécie de *zona cinzenta* (Levi, 2016), uma zona de contornos mal definidos, um universo concentracionário enquanto local de desobjetivação. Barbárie e civilidade se inter cruzam em uma sociabilidade movida pela busca de resultados e sobrevivência, gerando uma verdadeira *violência ética* (Butler, 2015). Na *zona cinzenta*, receptáculo hobbesiano da guerra de todos contra todos (*bellum omnia omnes*), o indivíduo *accountable* é incentivado e/ou coagido a se submeter às normas vigentes, do contrário torna-se pária social.

No campo educacional, estudantes, professores, gestores e organizações de ensino passam a ser *accountable* diante dos resultados alcançados em uma economia de mercado delineada pela cultura gerencialista, com práticas de auditoria, avaliação, mercantilização e transparência. Com isso, objetiva-se por um lado, reproduzir o modo de produção, reforçando a organicidade do sistema, e por outro lado, gerar uma legitimidade que “mascara alguma coisa importante das relações sociais subjacentes” (Harvey, 2014, p. 88).

Nesse contexto, o Estado, na democracia liberal, visa construir sua legitimação por meio do pacto social, mesmo que seja um consenso no campo da aparência, ou, como alude Fontes (2012), por uma cínica cultura cívica que disciplina as massas. Na incivilidade neoliberal, configura-se uma *novilíngua* ou *novafala* (Orwell, 2005), cujo rico léxico propala *slogans* que “soam interessantes e progressistas. E, muito embora sintetizem as mais agressivas aspirações antitrabalho [...] pretendem ser tão recomendáveis, para toda criatura racional, como a maternidade e a torta” (Mészáros, 2015b, p. 34).

Não à toa, a *nova* (velha) *razão do mundo* objetiva plasmar indivíduos flexíveis, adaptáveis ao espetáculo dantesco do mercado, cujos valores naturalizam a irracionalidade do *reality show* neodarwinista (eliminando fracos e inaptos para o mercado). Ademais, na complexificação do metabolismo social, a *sociedade da transparência* (Han, 2014; Agamben, 2014) e da informação sofisticam o espetáculo.

No *Éden* liberal subsistem alusões insistentes à abundância e à exuberância do Mercado, com seus *tesouros a serem descobertos*. A busca sôfrega pelo sucesso/prosperidade esgota os peregrinos, consumidos pela gana louca dos resultados e induzidos a *malabarismos* que lhes permitam sobreviver. Na selva selvagem do neoliberalismo, os peregrinos lutam

contra aqueles que atrapalham suas conquistas, sejam concorrentes e/ou fardos/empecilhos humanos, agudizando, na rede educacional e no interior das unidades escolares, a fragmentação da classe trabalhadora.

A vida é estilhaçada por ritmos e/ou *habitus* subsumidos à tecnologia, em prol do capital (controle virtual, algoritmos, mineração de dados e *big data*), como se esse detivesse o controle sobre sua existência. Esse processo do metabolismo social do capital possui ligação com o estranhamento no mundo do trabalho, na formação do homem-empresa – empreendedor de si mesmo – cuja subjetividade-objetividade é manipulada e o trabalhador é vitimado pela *corrosão do caráter* (Sennet, 2009), mediante a afirmação do individualismo.

O princípio da meritocracia, por seu caráter individualista e egoísta, liga-se a essa racionalidade. Referendada por processos de medição (avaliação externa), a meritocracia afeta os laços sociais e objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo, ou como diria Marx (2017a, p. 61): um homem preso a uma sociedade acelerada, na qual “O tempo é tudo, o homem não é mais nada; quando muito, ele é a carcaça do tempo. Não se trata mais da qualidade do tempo. A quantidade decide tudo”. Desse modo, na *amazonização*⁹⁰ da vida e na *uberização*⁹¹ do trabalhador, os indivíduos são coagidos a agirem como seres mecânicos e inumanos, seres entorpecidos.

O corpo é reduzido a uma mera carcaça possuída pelo homem – um ser que se move como “esqueletos agitados por uma dança macabra de autômatos” (Le Goff, 1995, p. 71) e cujo automatismo, é estabelecido pela lógica perversa dos ponteiros do relógio quântico do capital, que nunca para, definindo o valor do humano. Como já alertara Paul Lafargue (2003), em seu manifesto *Le Droit à la Paresse (O Direito à Preguiça*, tradução nossa), escrito entre 1880 e 1883, os homens estão atados ao relógio do capital.

Mazzocco (2019), em sua obra *Cronofagia. Come il capitalismo depreda il nostro tempo* (“*Cronofagia: Como o capitalismo ataca nosso tempo*”, tradução nossa), expõe que na cronofagia do capitalismo, nosso tempo livre é convertido em trabalho extra. Os padrões

⁹⁰ Esse neologismo foi inventado nos EUA, em referência à empresa *Amazon* e representa a substituição do comércio tradicional por transações digitais, resultando em novos hábitos de consumo e em novas relações com as empresas e destas com seus *colaboradores* (funcionários sem vínculos empregatícios). Na lógica da *amazonização*, o imediatismo é exclusividade, o que impõe um ritmo e uma relação com o cliente pautado pelas ofertas por tempo limitado, gerando um fluxo crescente de informações disponíveis na Internet das coisas (no banco de dados que alimenta a *big data* e sua AI – Inteligência Artificial). Com isso, o cliente não precisa ficar a cada das ofertas que deseja, a AI encontra o cliente.

⁹¹ Neologismo relacionado ao modelo de funcionamento da empresa *Uber*, com seu regime de trabalho que passou a organizar e remunerar a força de trabalho em espaços supranacionais, falseando a fragmentação, individualização e intensificação do trabalho, mediante o *slogan* do empreendedorismo, com as novas tecnologias da informação e comunicação (Antunes, 2018; Pochmann, 2016; 2017).

estabelecidos pela racionalidade da sociedade capitalista reificam o ser humano, ser assujeitado e acororado diante do fardo do tempo que lhe é roubado. Bloqueando o ócio criativo, a reflexão, as ideias dos indivíduos são restritas à *damnatio memoriae* (condenação da memória), sem passado e com futuro incerto, presas ao produtivismo.

Perdidos no labirinto das metas e resultados, somos transformados em uma massa isomórfica de indivíduos autômatos, carregando como acessórios os antolhos manipulados pelo sistema. Induzidos a olhar para frente, a massa informe de humanos (sobre)vive no *presentismo monocromático do capital* – tudo que existe é presente ou, em outras palavras, apenas o que existe é presente, e nada existe fora do único caminho possível: o capital. Os antolhos – mistificações de um mundo distópico – impedem a compreensão das contradições do capitalismo, evitando distrações e espantos com a realidade. Com isso, não saímos do rumo, que nos conduz (mira) a performatividade macabra que nos esgota (devora).

A fome cronófaga do capital se lança nos mais distintos tempos da sociabilidade humana, seja no horário de trabalho ou no tempo livre, mas também sobre a esfera do tempo dedicado aos estudos (a educação), objeto de uma *campanha de neocolonização* cada vez mais agressiva. O estudante é reduzido a dados estatísticos coligidos ao longo de um tempo. Todavia, o dispêndio de tempo não visa ao desenvolvimento das potencialidades humanas e sim o oposto, objetiva sua adequação às demandas do mercado. À quantidade de tempo disponível a cronofagia, unem-se os recursos investidos, dáde que se transmuta na *inversão do capital humano*, tornando o indivíduo em um *bem competitivo econômico*.

O estudante deve investir tempo e recursos para ser apto (aceito) e ser inserido no sistema, tornando-se um consumidor de mercadorias e um potencial (próspero) cidadão do regime de *servidão voluntária* (La Boétie, 1982). Por meio de seus rituais (avaliação externa em larga escala, bonificações e sanções), o mercado educacional difunde seu credo neoliberal e gerencialista, leis propaladas como naturais e universais, com seus dogmas: competição, eficiência, eficácia, meritocracia e performatividade. Essa é a nova condição humana.

O capitalismo, *Zeitgeist* (espírito da época) da sociabilidade burguesa, com sua plasticidade metamórfica, continua a roubar o nosso tempo (ou fôlego e vida), por meio de seus mecanismos e dispositivos voltados a fazer estoque dos *tempos mortos*, distorcendo a realidade com seus *labirintos burocráticos*: a *accountability* mistificada.⁹²

⁹² O *Zeitgeist* constitui seu próprio vernáculo e na (in)civilidade do capital, a *accountability* é uma palavra-chave de sua linguagem. Pensemos sobre isso, a partir de uma reflexão tecida por Primo Levi (2016, p. 77): “Atirado em Auschwitz, não obstante a confusão inicial (antes, talvez exatamente graças a ela), compreendi muito bem que meu limitadíssimo *Wortschatz* se tornara um fator essencial de sobrevivência. *Wortschatz* significa

A *accountability* mistificada, enquanto mecanismo computacional (pois, tudo computa), expõe a arbitrariedade da relação do modelo do *Zeitgeist*, convertendo-nos em seres performáticos, mas sobretudo, sujeitos desapossados da memória e do tempo; estamos presos ao presente, em que em vez de saber e conhecer, vivemos no estado de amnésia, bombardeados por informações e dados que não elucidam o mundo, antes o mascaram. Uma amnésia que gera o esquecimento de como nos tornamos humanos, fenômeno resultante da força dominadora que nos define, a partir de dados estatísticos – somos seres cada vez mais quantificados.

O *regime de accountability*, em um fluxo contínuo de informações quantificáveis, engendra um modo mistificado de perceber e dar a conhecer o mundo; através de um elaborado processo de *apagamento* do humano. Por esta *accountability* calculativa, temos um processo de garantia de uma estatística registrável, mensurável, em que a quantidade é a nova qualidade. Eis que se materializa uma nova robinsonada⁹³ na *Era do Capital Humano* e da ideologia da *sociedade da informação-conhecimento* – o *sujeito* a busca de alcançar o máximo de produtividade, a máxima performance, jamais deixa de calcular, computar a performance de outros e, muito menos, a sua própria.

Então, movidos por uma *self-accountability* – autorresponsabilidade ou *personal accountability* (*accountability* pessoal), ou seja, a capacidade de assumir a responsabilidade por suas próprias ações –, passamos a viver em simbiose com o mundo imagético dos dados estatísticos, em que o avaliar, o classificar, o comparar e o contabilizar (*demiurgos* do Estado Gerencial-Avaliador) retratam a instrumentalização dos sujeitos.

Pela *self-accountability*, a vida passa a ser mensurável por índices de desempenho individual, cujos senhores do mercado exigem saber: “Quem é responsável (*accountable*)?”

‘patrimônio lexical’, mas literalmente ‘tesouro de palavras’; jamais um termo foi tão apropriado. Saber o alemão era a vida: bastava olhar ao redor. Os companheiros italianos que não o compreendiam, isto é, quase todos salvo alguns triestinos, afogavam-se um a um no mar tempestuoso do não entendimento: não entendiam as ordens, recebiam murros e pontapés sem compreender por quê”.

⁹³ As robinsonadas – expressão cunhada no século XVIII, como referência ao romance *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe (2011), é uma alusão ao homem burguês em ascensão, sujeito: ativo, empreendedor e naturalmente livre (isolado, um indivíduo em formação, mas com ausência de determinações sociais – o próprio isolamento na ilha seria uma alegoria do isolamento do indivíduo como sua condição universal). Segundo Lukács (2009a, p. 193), “é no romance que todas as contradições específicas desta sociedade são figuradas do modo mais típico e adequado”. Distintamente do indivíduo hobbesiano, que precisa do contrato social para sua sobrevivência, o homem burguês, liberal, expresso na figura de Crusoe é capaz de sobreviver apenas pelo esforço próprio e pelo uso da razão, com sua capacidade de avaliar e calcular, sem necessidade de nenhum vínculo social imediato. Marx (2008a; 2013b) tece críticas à crença da ausência de determinações sociais e à ideia de um inatismo dos valores capitalistas, como se os indivíduos fossem movidos pelos *instintos* e pelas *disposições* da natureza humana, uma espécie de *self-love* – um indivíduo movido pelos próprios interesses e por seu bem-estar.

Em uma sociedade performática, que fragmenta (egoisticamente) os sujeitos sociais, produz-se uma sociabilidade em que “Trabalhamos e agimos numa frustrante sucessão de números, indicadores de desempenho, comparações e competições – de tal maneira que a satisfação da estabilidade é cada vez mais ilusória” (Ball, 2002, p. 10).

A racionalidade pós-moderna, pretensamente a-histórica e ideologicamente anti-ideológica, ao reforçar a crença neoliberal, contribui com o metabolismo social do capital para dar à luz indivíduos subsumidos às violências da produtividade, seres instrumentalizados e despossuídos (despidos – nus) de seus meios de produção, “de seu equipamento intelectual e de seu aparelho mental” (Dejours, 2015, p. 48).

Os indivíduos entorpecidos por uma fauna (concorrência) e flora (individualismo) envenenadas passam a imaginar, em um misto de cobiça e fé, como homens reificados, serem guerreiros desbravadores (empreendedores) de um novo mundo que se apresenta exuberante. Mediante escaramuças, o *Éden* liberal mascara as *senzalas* e *galés* da servidão (in)voluntária do século XXI, dissimulando a privação da liberdade com a falsa ideia de *liberdade de escolha*.

Percorrendo o caminho inverso ao do trabalho livre, o homem está subsumido a um sistema que calcula, fragmenta, instrumentaliza e divide a essência de seu ser. É como se a economia assumisse vida própria, algo natural e independente (*fetichismo secularizado*), evidenciando um “domínio escravizador das relações reificadas sobre o homem, o domínio da economia sobre a sociedade” (Lukács, 2003, p. 427).

Diante do fascínio e dos falsos albos do capitalismo, o espírito humano vê-se envolto nas brumas do fetichismo da mercadoria, que oculta os objetivos das relações de produção. O homem, sem conseguir decifrar a realidade social, está preso ao mundo fenomênico, à aparência das formações materiais. Na secularização dos fetiches, no mundo da cotidianidade estranhada, as relações de produção são transformadas em relações fantasmagóricas, encobrendo as características da própria relação de trabalho, na medida em que os vários segmentos da vida não correspondem à realidade concreta e histórica.

Com a consciência estraçalhada e humilhada pelo fetichismo, sedimenta-se uma inversão de valores, na qual não se reconhece a universalidade do humano, seu valor ontológico. Antes, atribui-se um valor relativo e mensurado (calculado) àquilo (mercadoria) que faz, produz ou se torna (*é*). Opera-se uma fetichização da consciência, à vista que se gera uma mercantilização de todos os âmbitos da vida humana.

Tudo se transforma em mercadoria, incluindo o ser humano, enquanto força de trabalho. Nessa esteira, a esfera da cultura e da educação, produzida material e socialmente na

forma de *valor de uso*, é subsumida a seu *valor de troca*. Assim, o estranhamento humano foi realizado pela transformação de tudo em objetos estranháveis, vendáveis (Mészáros, 2016b), em uma sociabilidade enredada por processos de mistificação ideológica.

4.2 Nada é o que aparenta ser: a inversão da determinação do real

O que chamamos de distorção está relacionado com a noção apresentada por Marx e Engels (2016) de *inversão* da determinação do real, uma subversão das representações do real, na qual as categorias se apresentam de modo a obscurecer a sua própria essência.

Se em toda ideologia os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara obscura, é porque este fenômeno deriva do seu processo histórico de vida, da mesma maneira que a inversão dos objetos na retina deriva imediatamente do seu processo físico de vida (Marx; Engels, 2016, p. 94).

Ainda, conforme Marx e Engels (2016, p. 45), aqueles que idealizam o mundo, com sua racionalidade apartada do concreto real, “[...] fornece[m] apenas a história das representações, destacada dos fatos e dos desenvolvimentos históricos que constituem a sua base [...]”. Essa racionalidade e seus ideólogos, “*colocam tudo de cabeça para baixo [auf den Kopf gestellt]*” (p. 77), ou seja, analisam o mundo desligados da esfera real, sua base material, a materialidade sócio-histórica.

Se em Hegel, através do uso do seu conceito de totalidade, quem totaliza é a ideia, a consciência, o espírito; em Marx, de modo diverso, quem faz a totalização é o ser social, e não a ideia. É no cotidiano, no processo de experienciar e interagir com a natureza, que o ser social transforma o mundo. Nesse sentido, a categoria de totalidade em Hegel, por seu caráter idealista, era inapropriada para remover as arbitrariedades dos economistas clássicos. Por isso, diz Marx (2008b, p. 350):

Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto.

Em suma, era necessário superar o método hegeliano, negar a naturalização do que é histórico. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2016) utilizam o funcionamento da *câmara escura* ou *câmara obscura* para explicar o *reconhecimento ideológico*, um fenômeno de submissão dos sujeitos ao sistema de representações (ideias, crenças, valores, costumes, práticas etc.) da sociabilidade do capital. Contudo, os autores usam o funcionamento do

mecanismo, em sua relação com o princípio do *reflexo*, como uma *metáfora* ou *símile* e não como uma teoria científica.

Façamos neste ponto, um breve excuro, para tratar da relação metáfora-símile. A compreensão do uso de metáfora ou símile, enquanto um recurso estilístico e/ou estratégia de comunicação, construída para o entendimento de alguns contextos normativos – expostos por conceitos categoriais, na formulação teórica marx-engelsiana – é importante para a análise da *accountability* e, com efeito, para um melhor entendimento das abstrações e das metáforas que a envolvem.⁹⁴

De modo geral, para Mészáros (2013, p. 186), o “uso figurado da linguagem pode, naturalmente, ser muito importante em trabalhos teóricos”, desde que não prejudique a validade das proposições científicas. Portanto, o uso de metáforas, tanto pode ser um recurso útil para tornar mais acessível uma explicação, como pode ser um recurso a ser manipulado com fins de tornar as coisas ainda mais obscuras (Sousa Júnior, 2007). Heidegger seria, para Mészáros (2013), um exemplo de filósofo que usa a metáfora conformada a essa segunda função, pois “olha com desdém para o ‘falar com clareza’ do ‘homem comum’” (p. 185).

Todavia, embora a figura de linguagem possa ser usada como elemento ilustrativo, como um reforço para uma formulação científica, o uso de metáforas, conforme a teoria mézáríana, é um recurso incompatível com o discurso teórico, seja por sua natureza intraduzível ou porque sua complexa estrutura de predicação não permite: qualquer “[...] entendimento senão enquanto metáfora, senão circunscrito ao mundo metafórico [...], *por isso, para Mészáros, conclusões teóricas a partir de metáforas são falácias*” (Sousa Júnior, 2007, p. 160, grifo nosso).

Para Mészáros (2013), a metáfora é uma figura que une dois mundos antagônicos, por meio de um salto imaginativo, compondo uma estrutura lógica complexa, que não pode ser compreendida apenas pela simples análise de elementos metafóricos isolados, mas sim pela consideração de toda a estrutura de sua predicação. Além disso, o filósofo húngaro *ressalta a importância de transformar a metáfora em símile, na abordagem filosófica, a fim de remover a aparência mistificadora de literalidade da metáfora filosófica.*

Porém: o que diferencia uma interpretação literal (natural) de uma interpretação metafórica (filosófica), que possibilite uma leitura por *símile explicativo*⁹⁵?

Conforme a tradição aristotélica, a metáfora é uma figura que assume uma função

⁹⁴ Trataremos de forma mais direta da relação entre a metáfora, a símiles e o conceito categorial *accountability* na seção 5.2.1, “*Accountability – para além da ilusão holográfica: uma prática social*”.

⁹⁵ Para rememorar o teor do *símile explicativo*, vide nota 67, p. 145.

discursiva de caráter ornamental, ou seja, é um recurso estilístico que transpõe um sentido literal, em direção a um sentido figurado. Nessa acepção, ela é constituída por meio de uma relação de semelhanças entre dois termos distintos, como uma paráfrase na forma de *símile* (ou metonímia), por meio de conectivos “como”. No entanto, essa interpretação é questionada por alguns estudiosos, uma vez que a metáfora vai muito além do ato de estabelecer relações comparativas (Godoy; Santos, 2022; Santos; Godoy, 2020; 2021).

Para explicarmos a relação metáfora-símile, tomemos o seguinte exemplo, a partir da *tradição conceitual aristotélica*: (1) “Minha esposa é uma gata”. Essa metáfora é estruturada pela fórmula “A é B”. Contudo, afirmar metaforicamente: “Minha esposa é uma gata” – a partir do termo *gato* (categoria abstrata de criaturas belas e carinhosas) – é bem diferente de afirmar, (2) “Minha esposa é como uma gata” – no sentido canônico de *gato* doméstico (A é como B), expressão que representamos no *símile*. De acordo com Gurgel (2016, p. 263): “Usando o ‘como’, o emissor admite a fragilidade, a aplicabilidade muito restrita e ocasional de seu juízo. Ele não se compromete com uma recategorização, não afirma que ‘a é um tipo de b’. Em suma, o *símile* não assume um compromisso ontológico forte”. Logo, a explicação da metáfora (A é B), pela sua paráfrase na forma de *símile* (A é como B), é falha.

Para superar essa dificuldade, certas pesquisas sobre as metáforas, no campo da psicologia, ligaram-se à *teoria dos protótipos* – um modo de *categorização gradativo* (modelo classificatório), proposto nas ciências cognitivas, em que alguns membros de uma categoria conceitual são mais distintivas da espécie que outras. O elemento prototípico que representa a categoria é o ponto de referência em uma escala de gradação tipicamente estruturada, em que uma categoria de nível básico passa a designar uma categoria de nível superior.⁹⁶

Nesse contexto, o psicólogo cognitivo Lawrence W. Barsalou postulou, na década de 1970, que determinadas categorias, que ele chamou de categorias *ad hoc*, são formuladas a partir do conhecimento existente, para satisfazer as demandas de um contexto específico: “O ponto central da tese de Barsalou é que as categorias *ad hoc* exibem uma estrutura de similaridade graduada comparável [uma instância de tipificação], na qual um membro de uma categoria pode ser visto como o mais prototípico da categoria” (Godoy; Santos, 2022, p. 406), à medida que a similaridade se mostra mais típica à categoria.

⁹⁶ Sobre a questão da “teoria do protótipo” e sua diferença em relação à teoria “clássica” da categorização *vide* a seção 8.1, “*Accountability*: seria um elefante ou um camaleão brincando na sala?”. É interessante lembrar, no que se refere à ideia de uma categoria de nível mais básico, designando uma categoria de nível superior, o debate travado na seção 2.1, “O abstrato e o concreto: o solo movediço do campo conceitual”.

Firmado no terreno fértil das categorias *ad hoc*, Glucksberg e Keysar conceberam a ideia de que não há correspondência das características comuns entre o conceito referente (canônico) e o conceito referido (metafórico) de um termo. De acordo com os autores,

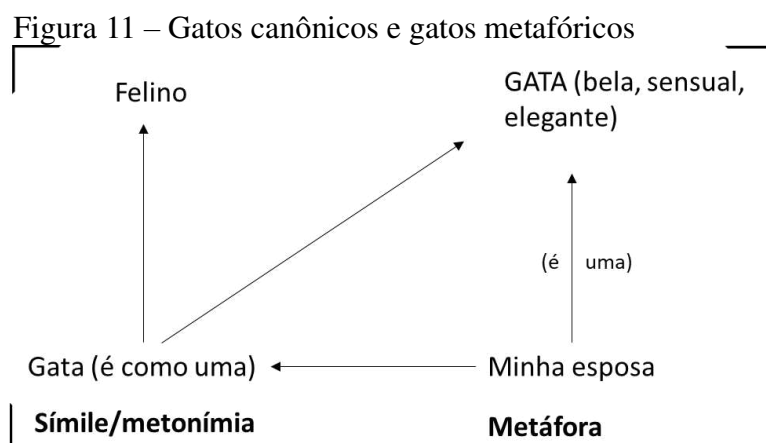
*Metáforas não são compreendidas com base em sua transformação em símiles.*⁹⁷ Ao invés disso, elas são concebidas como declarações de inclusão em classe e são compreendidas como tal. Quando metáforas são expressas como comparações (i.e., como símiles), então elas são interpretadas como declarações de categorização implícita, ao invés do contrário (Glucksberg; Keysar, 1990, p. 16, *apud* Godoy; Santos, 2022, p. 407, grifo nosso).

O que os autores postularam foi o conceituar a metáfora por inclusão em classes de categorização, pois a natureza da metáfora seria proposicional, ou seja, quando as pessoas recorrem às metáforas, *elas comunicam exatamente o que querem dizer*. É claro que não comungamos de modo integral com essa ideia, pois tal leitura ignora as questões ideológicas (mistificações) que produzem processos de alienação (estranhamento). No entanto, não ignoramos que essa mesma interpretação, de modo dialético, ajuda a interpretar o sentido da metáfora, p. ex., (1) “Minha esposa é uma gata”. Aqui:

[...] o conceito metafórico GATO [termo metafórico de uma expressão metafórica] tipifica não a categoria canônica de “gato”, mas uma categoria de ocasião (*ad hoc*). A categoria *ad hoc* tipificada de GATO é o ‘gato de madame’ (outra metáfora). Diferentemente do “gato” de rua, que come em latas de lixo, é sujo, mal cheiroso e arisco, o ‘gato de madame’ é bem alimentado, vive no conforto da casa, é higiênico, carinhoso, bem cheiroso, etc. Essa classe categorial de “gato” se reflete na aparência do felino: belo, sensual, elegante, etc. (Godoy; Santos, 2022, p. 407).

Eis que, a categoria *gato* é um domínio abstrato de representação, em que o termo GATO/GATA evoca uma categoria metafórica, enquanto o termo canônico se refere a um *gato* real (felino). Sendo que, na metáfora “Minha esposa é uma gata”, os conceitos *esposa* e o termo GATO/GATA partilham características lógicas semelhantes (Figura 11).

⁹⁷ Sobre a transformação metáfora-símile, Mészáros (2013, p. 198-199) esclarece: “[...] É necessário acrescentar, naturalmente, que nem todas as metáforas podem ser transformadas em símiles filosoficamente aceitáveis. Mas isso não é um argumento a favor da preservação delas, pois as metáforas que não podem ser transformadas em símiles adequados são as mais facilmente descartadas. Assim a noção de “super-homem” é tão problemática tanto como símile quanto como metáfora [...]. Um exemplo importante da transformação de uma metáfora em símile, na história da filosofia, é o desenvolvimento da teoria do ‘contrato social’, pois um contrato sem partes realmente contratantes não é nada mais que uma metáfora. Tomada literalmente no contexto filosófico, ela é muito ingênua e não tem qualquer peso. Por outro lado, as tentativas que visam eliminar as dificuldades conceituais, causadas pelo tratamento literal dessa metáfora, levam a excentricidades conceituais (tais como o ‘consenso tácito’ de Locke, por exemplo), isso porque elas mesmas retêm a ficção metafórica de um contrato (não consensual). A situação muda radicalmente quando a prescrição ‘*como se*’ é introduzida na teoria do contrato. Tão logo isso é feito, a teoria do contrato deixa de ser metáfora e se transforma em símile. A função conceitual deste símile é claramente *normativa*. Dizer que um país deve ser governado ‘*como se*’ a autoridade fosse derivada de um contrato social é estabelecer certas *normas* de conduta relacionadas a alguns *valores* humanos fundamentais (liberdade, igualdade, justiça etc.)”.



Fonte: Elaborada pelo autor, baseado em Godoy e Santos (2022, p. 408).

O que chama atenção em relação ao domínio de categorização abstrata, evocada no uso da metáfora em questão, é a *cifra dobrada*⁹⁸ presente na categoria de *gato*: a primeira, refere-se à categoria canônica de *gato/gata*, com sua definição conceitual; a segunda, uma categoria de ocasião (*ad hoc*), tipificada de GATO/GATA, é o valor de *gata de madame*, diferente da *gata de rua* – além das conexões do animal (sua representação) com a ética da liberdade, independência etc.

De acordo com Santos e Godoy (2020, 2021), amparadas na Teoria da Relevância (apresentada por Dan Sperber e Deirdre Wilson), a *metáfora é deflacionária*, tendo em vista que não se trata esse fenômeno como distinto do resto dos atos comunicativos, isto é, a cognição humana não requisita um mecanismo específico para o processamento metafórico. O que existe, é um princípio de *relevância* que guia a comunicação, tanto a produção, quanto a interpretação. Por esse princípio, a relevância se vincula às intenções do falante e à diligência do ouvinte para interpretar enunciados, que envolve o estreitamento ou alargamento/ampliação da metáfora.

A categorização da extensão envolve estender o sentido de um termo para uma faixa de sentido fora de sua denotação linguística específica. Para entendermos essa questão, consideremos o uso do termo *cabra* (um capríneo pertencente ao gênero *Capra*). No Brasil, chamar um homem de *CABRA* (termo metafórico de uma expressão metafórica) remete à *virilidade*, exaltando a ideia de *cabra macho*. Já na Rússia, o uso do termo é bem diferente.

Na Rússia, o termo *cabra* se aplica metaforicamente a porção de palavras do jargão prisional, ligado ao termo *BODE*, alguém que repassa informações à administração da

⁹⁸ Para o esclarecimento sobre as *cifras dobradas*, vide a seção 6.4, “O caráter sógnico e simbólico da linguagem: o hieróglifo social”, com ênfase nos símbolos cabalísticos e no hieróglifo social.

prisão – no Brasil, essa figura seria chamada de X9 (dedo-duro) –; já aplicar o termo CABRA a uma mulher, pode significar chamar a garota de descuidada ou boba. Portanto, aplicar esse termo na Rússia, considerando seu valor na cultura brasileira, é um estreitamento da extensão *cabra* para a categoria CABRA de outra cultura, de outro contexto. Para nós, um enunciado como “Paulo é um cabra macho destemido” seria perfeitamente lógico, mas não para os russos – uma vez que há expressões metafóricas lexicalizadas (*imagem-holograma*, socialmente formadas)⁹⁹.

Para não alongarmos em demasia nossa análise da relação metáfora-símile, o que buscamos destacar, aqui, são quatro pontos:

- 1) Por mais que o estudo das metáforas tenha particularidades, como verificamos no princípio da relevância de que *as metáforas não são compreendidas com base em sua transformação em símiles*, é justamente nessa asserção, paradoxalmente, que a tese mézáríana da metáfora ganha força: a metáfora é um recurso incompatível com o discurso teórico, pois a metáfora não permite qualquer entendimento senão enquanto metáfora;
- 2) O caso discursivo que apresenta o uso do termo CABRA, comprova que a metáfora é construída culturalmente. Isso significa que a *metáfora é viva* (de uso corrente), muito embora, contenha um significado cristalizado – incorporado ao léxico.

Essas duas frentes, em diálogo com a ideia relevantista de que existe uma imagem mental do enunciado – imagem-holograma pré-formatada pelo falante ou ouvinte, associada ao significado metafórico da expressão –, impondo restrições à metáfora, fortalece a ideia mézáríanas de que:

- 3) A metáfora é intraduzível, por isso, repetimos, ela não permite outras interpretações sobre si mesma fora do seu mundo metafórico; ela não é uma palavra isolada, antes, insere-se em uma cadeia de elementos contextuais. Já o símile explicativo, é uma comparação que pode ser aperfeiçoada, o que *não é permitido à metáfora*¹⁰⁰, mesmo sendo viva.

Por essas e outras razões, segundo Mézáros (2011, 2013), nas construções marx-

⁹⁹ Em relação a imagens-hologramas, *vide* a subseção 5.2.1, “*Accountability – para além da ilusão holográfica: uma prática social*” e, de modo específico sobre sua produção contextual, *vide* o debate em torno da Figura 15, *Ilusão holográfica*, p. 283.

¹⁰⁰ O caráter contextual da metáfora impede que ela seja aperfeiçoada de forma universal, uma vez que sua eficácia e sua relevância estão intrinsecamente ligadas às nuances e às particularidades de seu contexto específico.

engelsianas, muitas das figuras de linguagem seriam *símiles*. Vejamos:

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um *monstro* vivo que se põe a “trabalhar” *como se seu corpo estivesse possuído de amor* (Marx, 2013b, p. 271, grifo nosso).

Marx, ao tratar da relação alienação-estranhamento, que acompanha o processo de valorização do capital, expõe esse último como criatura da práxis humana, que se autonomizou e se apresenta aos homens na figura de um monstro animado (*beseeltes Ungeheuer*), que “trabalha” como se estivesse possuído, como se tivesse o diabo no corpo (Sousa Júnior, 2007). As figuras ou os *símiles* “monstro” e “possuído de amor” aparecem na formulação marxiana sem tornar nebulosa/obscura o processo vital do capital, antes, auxilia a esclarecê-lo, contribuindo para a análise da teoria do fetichismo.

Isso não significa que devemos descartar ou desconsiderar as metáforas, pois elas são importantes na linguagem artística e poética. Além disso, a análise da estrutura lógica da metáfora pode contribuir significativamente para o entendimento do discurso normativo. Entretanto, para isso devemos desembaraçar as questões relacionadas à metáfora e ao *símile*, “remover a aparência mistificadora de literalidade da metáfora filosófica” (Mészáros, 2013, p. 198), compreendendo que sua constituição imagética não está desconectada da realidade concreta.

Ainda assim, essa relação metáfora-*símile* nos apresenta um problema, digamos, expositivo-filosófico: inúmeros trabalhos marxistas (usados em nossa tese) e muitos, se não todos os estudos sobre *accountability*, que lhe aplicam figuras de linguagem, não fazem uma clara distinção entre metáfora e *símile*. Nesse sentido, isso pode gerar dificuldades teóricas no estudo da *accountability*, se as metáforas forem tomadas “de maneira literal”.

Mészáros (2011, 2013), reforçamos, sugere a substituição das metáforas por *símiles* na abordagem filosófica. No entanto, isso se refere especificamente à abordagem filosófica e não necessariamente a todos os textos científicos, tampouco, obras de expressão artística e criativa, como literatura e poesia. Dito de outra forma, na análise filosófica de um modo abrangente – como, p. ex., nesta tese –, a metáfora deve ser tratada como *símile*, para melhor compreensão teórica, isso não significa que todas as áreas do conhecimento devam seguir esse procedimento.¹⁰¹

¹⁰¹ Mészáros (2011, p. 46) esclarece que: “Metodologicamente, em todos esses casos as distorções não surgem

Por conseguinte, para evitar distorções dos textos com os quais trabalhamos, que utilizam o termo metáfora nas análises teóricas, seja: *i*) por considerarem as metáforas uma “comparação abreviada”, isto é, uma símile elíptica, em que a partícula de comparação “como” é suprimida; *ii*) em virtude de equívocos ou opções terminológicas (lexicais) presentes na tradução das obras do idioma original para outros idiomas, p. ex. uma obra traduzida do inglês para o português brasileiro; *iii*) talvez na construção teórica (científica), a expressão seja efetivamente uma metáfora;¹⁰² *iv*) porque os autores consideram que o debate em torno da ideia de “metáforas vs. símiles” não influir em suas análises ou, simplesmente, desconsideram o debate – lembremos que o próprio Mészáros (2011, p. 45) declarou que o símile “[...] na linguagem cotidiana, também, [é] descrito como ‘metáforas’”.

- 4) Diante desse cenário, optamos por manter em várias passagens, nesta tese, o uso do termo metáfora, a fim de evitar, reforçamos, distorções na interpretação das obras dos autores; salvo algumas exceções – alertando que o termo metáfora deve ser compreendido, aqui, como *símile, a fim de remover a aparência mistificadora de literalidade da metáfora*.

Feitas essas reflexões (não tão breves) necessárias, sobre a relação metáfora-símile, retomemos nossa análise sobre o funcionamento da *câmara escura*, para explicar o *reconhecimento ideológico*. Silva (2012), em sua obra *O estilo literário de Marx*, ao tratar sobre o uso das *metáforas (símiles)* pelo *mouro*, mostra que a ideologia, a partir da *teoria do reflexo*, aparece como uma projeção invertida. A ideologia *descreve a realidade* a quem a observa, mas *não a realidade em si*, ela seria uma representação invertida do mundo, como

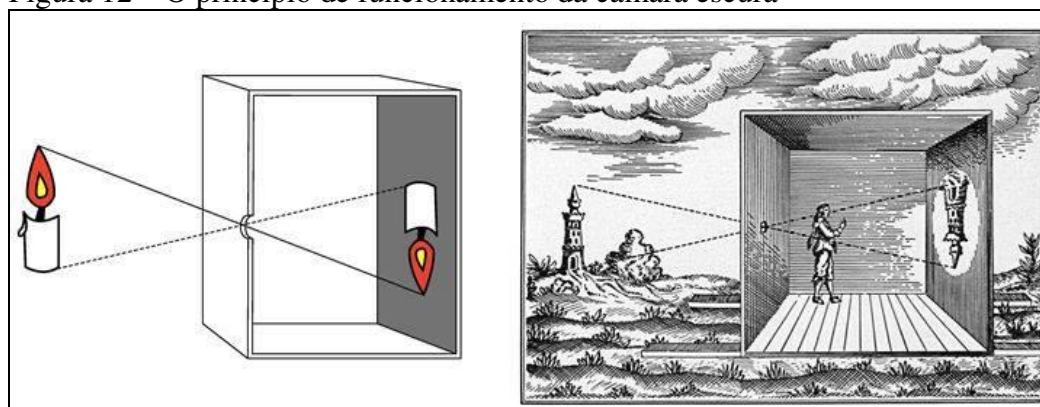
simplesmente das imagens restritivas em si, mas do uso que é feito das imagens particulares. Símiles e analogias não podem deixar de ser o que são, e até mesmo os melhores deles estão fadados a falhar mais cedo ou mais tarde. Tampouco é concebível que se possa prescindir deles. Afinal, é uma característica inerente do processo de pensamento em si que ele proceda por estágios, exigindo diversas somas provisionais antes que o fim almejado possa ser atingido. Essas somas, por sua vez, representam ‘platôs’ progressivamente mais altos ou ‘acampamentos de base’ a partir dos quais o último ataque ao ponto mais alto escolhido pode ser eventualmente tentado. Enquanto tais, as somas provisionais não carregam o significado da iniciativa em si, apenas o de sua necessária instrumentalidade”. *Vide* notas 67 (p. 145) e 97 (p. 217).

¹⁰² Por exemplo, na obra “Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição” (Mészáros, 2016b), traduzida por Paulo Cezar Castanheira & Sérgio Lessa, temos três passagens em que aparece o conceito metáfora, aplicada a ponderações marxianas. São estas: a) “As pessoas tendiam a ler a metáfora de Marx com uma parcialidade otimista que ignorava sua advertência implícita: a saber, que a gravidez de úteros velhos frequentemente resulta em abortos ou recém-nascidos física ou mentalmente e gravemente deficientes” (p. 523); b) “O conflito entre temporalidades revela uma dificuldade inerente à realização da própria estratégia, e que não pode ser eliminada por metáforas e ambiguidades, mas apenas pelas mediações materiais e institucionais historicamente viáveis” (p. 596); c) “Na mesma conferência, ele insistiu que a ‘guerra de guerrilha’ é luta defensiva apenas contra os efeitos do sistema, oferecendo apenas a metáfora da ‘alavanca’ a ser usada para uma mudança fundamental, não identificando de nenhuma maneira onde e como tal alavanca poderia ser inserida no centro estratégico do sistema a ser negado para poder produzir a transformação radical postulada” (p. 791).

uma *falsa consciência* (mas, não somente). Por exemplo, a ideologia burguesa, ao afirmar que as ideias produzem a história e não o contrário.

A metáfora marxiana compara o processo do fenômeno físico no interior de uma câmara escura com a forma na qual o indivíduo cria seu processo de conhecimento e consciência sobre o mundo. A câmara escura nada mais é que um compartimento fechado e sem iluminação, com um pequeno buraco, em que a luz refletida e refratada pelos objetos e pessoas que se encontram no meio externo entrará em linha reta e formará a imagem invertida na parede oposta. A imagem projetada de cabeça para baixo tem os lados esquerdo e direito trocados, logo, o objeto não está na posição correta, mas inversa (Figura 12).

Figura 12 – O princípio de funcionamento da câmara escura



Fonte: <http://leigui.blogspot.com.br/2015/06/luz-camera-e-acao.html>

Nota: Princípio de funcionamento da câmara escura (à esquerda) - projeção da imagem (invertida) dos objetos; artista copiando a imagem de uma torre com o auxílio de uma câmara escura (à direita).

Um ponto de partida para a análise da câmara escura e seu desdobramento na questão da ideologia pode ser localizada na própria busca de Marx pelo concreto efetivo, resultado direto de sua crítica à dialética especulativa hegeliana e ao idealismo filosófico dela resultante. Marx recusa a concepção geral de Hegel pela qual o concreto é apreendido como produto de uma ideia prévia. No entanto, mesmo denunciando a natureza mística do pensamento hegeliano, Marx (2013b, p. 91) salienta que “[...] a mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede de modo algum que ele primeiramente tenha exposto suas formas gerais de movimento de modo amplo e consciente [...]”.

A crítica marxiana à dialética mistificada conduziu à formulação da ideia de que seria necessário “[...] desvirá-la [*umstülpen*], a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico” (Marx, 2013b, p. 91). Sobre essa questão, Fulda (2017, p. 111) esclarece:

A expressão “virar do avesso” é frequentemente compreendida como se ela significasse nesse posfácio apenas tanto quanto “virar de cabeça para baixo” (*Umkehren*) [...]. Ao que parece, o virar de cabeça para baixo deve tirar a dialética da

cabeça e pô-la nos pés, para que assim o núcleo racional caia do invólucro místico, como o coelho cai da cartola que tiramos da mão do mágico e que, sacudindo com força, viramos de cabeça para baixo. Se tornarmos presente o sentido exato no qual os escritos do jovem Marx falam sobre o misticismo de Hegel, vemos facilmente que não se tem em vista esse simples contrartruque contra o mágico especulativo.

Dado relevante para nossa interpretação sobre o que Marx está propondo, ao sugerir *desvirar*, é atentarmos que a palavra alemã *umstülpen* foi traduzida por Ranieri, na 2ª edição d’*O Capital*, da Boitempo Editora (Marx, 2013b), por “desvirar”, de forma distinta de outras traduções brasileiras, que a traduziam por “inverter”. Fato que reflete o intenso debate travado a fim de “entender mais adequadamente o programa marxiano do *umstülpen* (inverter e virar pelo avesso)” (Müller, 1982, p. 6).

Althusser (2015) adverte, em sua análise da metáfora da dialética, que o ato de *inverter*, o que está *de cabeça para baixo*, liga-se à ação de *extrair o núcleo racional*: “Mas como essa extração pode ser uma inversão? Dito de outro modo, o que, nessa extração, é ‘invertido’?” (p. 72). Na interpretação althusseriana não basta que o corpo *de cabeça para baixo* seja posto sobre seus pés; caso pretendamos atingir o caroço racional e trazê-lo para fora, é necessário rasgar o invólucro místico internamente. Ao propor penetrar o corpo, *deve-se rasgar sua casca*, operar em seu interior, bem como em seu exterior.

Fulda (2017), avançando na propositura althusseriana, mostra que tal inversão não corresponde à simples troca de posições: na “inversão [...] da dialética idealista em uma dialética materialista [...], não são substituídos apenas os substratos do procedimento e da estrutura da dialética; mas sim que, com ela a forma da dialética se submete a uma mudança, da qual surge um novo conceito de dialética [...]” (p. 110).

Para explicar essa complexificação da metáfora da câmara escura, recorramos a engenhosa formulação de Fulda (2017), segundo a qual esse *inverter* refere-se mais propriamente a *revirar*, como se faz, por exemplo, com uma luva, ao trazer para fora sua parte interna:

“Virar do avesso” assinala antes um procedimento tal como, por exemplo, se aplica a uma luva. Também nesse procedimento aquilo que antes estava em cima – circunstancialmente de modo invertido – vai agora para baixo. Mas, ao mesmo tempo, aquilo que antes estava fora, embora pertença circunstancialmente ao interior, vai agora de fato para dentro; e aquilo que nesse caso estava falsamente dentro vai para fora. Por exemplo, se na luva estava escondido um caroço (*Kern*), então ele virá por si mesmo inteiramente à luz nesse processo de virar do avesso; seu revestimento é “arrancado”. No entanto, a imagem do caroço pode ser tomada de modo igualmente ilustrativo também em sentido contrário: se a luva estiver invertida e houver um caroço preso a ela – portanto, fora dela –, será preciso virar a luva do avesso, a fim de poder descobri-lo *no* invólucro *como* seu núcleo. Apenas a devida virada do avesso faz do caroço algo involucrado e, com isso, faz com que ele possa ser concebido como o caroço de uma casca. A mesma coisa acontece quando se põe

fim à situação invertida na qual a luva dialética e o seu núcleo racional se encontram em Hegel (Fulda, 2017, p. 111-112).

Esse virar pelo avesso, que extrai a envoltura mística da dialética especulativa significa, em Müller (1982, p. 6), que:

as contradições presentes nos fenômenos não são a aparência de uma unidade essencial, mas a essência verdadeira de uma “objetividade alienada” (e não da “objetividade enquanto tal”), e que a sua resolução especulativa na unidade do conceito é que representa o lado aparente, mistificador, de uma realidade contraditória. Virando ao avesso a realidade invertida, alienada pelo capital, ‘enquanto figura objetiva consumada da propriedade privada’, a contradição, que estava do lado de fora, transforma-se no seu verdadeiro interior, na pérola racional desta realidade, e o que estava por dentro, a unidade resolutiva e integradora das contradições, revela-se como seu exterior aparente, o seu envoltório não só místico, mas mistificador.

Pensemos essa questão a partir de Hegel. O filósofo alemão não negava em suas análises as contradições sociais, a existência da *pobreza* (a *miséria das carências*), a degradação da civilidade humana. Apesar disso, para o filósofo, a desigualdade das fortunas e de participação na riqueza universal seria consequência necessária das diferenças dos dons corporais e espirituais, já por natureza, desiguais (Hegel, 2010). Na teoria hegeliana do Estado, o direito não somente não suprime tais desigualdades, como as reproduz, elevando-as “ao grau de desigualdade de aptidões, de fortuna e até de cultura intelectual e moral”. Além do mais, “a exigência de igualdade que a este direito se opõe, provém do intelecto vazio que confunde a sua abstração e o seu dever-ser com o real e o racional” (§ 200).

Temos que no sistema hegeliano, a *igualdade* era considerada uma condição impossível, já a *pobreza* era vista como uma condição “em que os homens não reclamam o direito à dignidade do seu trabalho, mas recusam, pura e simplesmente, essa atividade essencial” (Fraga, 2006, p. 77). Hegel (2007), sem dar-se conta dos problemas concretos de seu *sistema de carências*, dissolve as contradições da sociedade burguesa em uma solução teórica: a *universalidade ética do Estado racional*, na qual a defesa ao *direito de propriedade* coloca-se como uma questão jurídica.

Marx e Engels (2016, 2010) aprofundando a tese dos *homens históricos reais*, presente em *A Ideologia Alemã*, culminam, a nosso ver, no *Manifesto*, na compreensão de que a *igualdade* entre os homens está condicionada às relações sociais reais, ou seja, ao que estas condições permitem. Por isso, para analisar a ordem das desigualdades postas pela ordem do capital, não bastaria operar uma simples inversão categorial, fazendo com que elas deixem de caminhar com a cabeça, para caminhar com os pés, dito de outra forma, colocar um

fundamento materialista nos conceitos abstratos de Hegel. Fazia-se necessário desvirá-lo (Müller, 1982).

Desse modo, superando a unidade dialética conciliadora das determinações da reflexão de Hegel, para quem a identidade prepondera sobre a diferença, temos em Marx, inversamente, a diferença não mais redutível a uma identidade conciliadora, ou seja: “em Hegel a diferença estaria do lado de fora e a identidade no de dentro; enquanto em Marx, ao contrário, a identidade é que aparece no lado de fora, determinada por uma diferença no lado de dentro” (Grespan, 2002, p. 31).

Marx (2013b), n’*O Capital*, busca demonstrar que há uma aparência de unidade na mercadoria que mascara um sistema dominante, escondendo a contradição entre valor de uso e valor de troca. Ademais, Marx sintetiza a fórmula central da modernidade capitalista: *Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham*, na medida em que os três primeiros termos existem apenas na retórica, camuflando as estruturas subjacentes de poder, que submetem as formações às injunções do poder econômico:

Ao abandonarmos essa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, de onde o livre-cambista *vulgaris* [vulgar] extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já podemos perceber uma certa transformação, ao que parece, na fisionomia de nossas *dramatis personae* [personagens teatrais]. O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... despela (Marx, 2013b, p. 251).

Assim, na inversão materialista, em uma “recusa cabal de que o Estado seja capaz de equacionar administrativamente [...] o problema do pauperismo” (Fraga, 2006, p. 90), Marx critica o sistema hegeliano em geral e sua concepção de Estado, em particular, rompendo com a problematização idealista da *consciência-de-si*, afirmando que:

A *tarefa* imediata da *filosofia*, que está a serviço da história, é desmascarar a autoalienação humana nas suas *formas não sagradas*, agora que ela foi desmascarada na sua *forma sagrada*. A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a *crítica da religião em crítica do direito*, e a *crítica da teologia em crítica da política* (Marx, 2013a, p. 146).

Nessa passagem, podemos identificar uma certa influência feuerbachiana no materialismo marxiano, no sentido da crítica ao *estranhamento religioso*. Estranhamento que se faz presente na inversão sujeito-predicado, em que o predicado (Deus – criatura) passa a ser considerado como o sujeito (criador) e o homem (em uma inversão) passa a ser tomado como predicado (criatura), na relação homem-divindade. Conforme a teoria feuerbachiana, Deus (criatura – predicado) é fruto de uma projeção humana (sujeito – criador) para fora de si,

uma exteriorização dos desejos e necessidades humanas por perfeição e infinitude, em oposição à imperfeição e à finitude do próprio ser humano.

Ainda que *Feuerbach* seja objeto de críticas por parte de Marx, em virtude de seu humanismo naturalista, na medida em que ignorava a *atividade sensível humana* (o trabalho), sua crítica à alienação religiosa e seu método sujeito-predicado contribuíram para Marx romper com o idealismo da *consciência-de-si* (Chagas, 2018; Marx, 2010b).¹⁰³ Em Marx, temos que os indivíduos que não reconhecem a determinação de seu ser material e social sobre sua consciência, é como se estivessem em uma *câmara escura*, tendo uma consciência invertida da realidade. Isso seria resultado de um processo de estranhamento, uma expressão ideológica.

No quadro do materialismo dialético, a *matéria* (com seus imperativos materiais) é a realidade objetiva, com suas propriedades (espaço, tempo, movimento), cuja existência independe da consciência humana e reflete nela o mundo exterior, com todas as relações que dela são próprias. A *matéria* é o mundo exterior na qualidade do todo, isto é, a *realidade* que rodeia o homem, o mundo em sua totalidade (Cheptulin, 2004).

De fato, a matéria, na qualidade do todo é o dado primário, a fonte da consciência, sendo esta, um dado secundário, pois é reflexo da matéria e da atividade material, como expressam Marx e Engels (2016, p. 93, grifo nosso), ao comentarem que: “A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a *linguagem da vida real*”.

Ao contrário do que possa conceber um idealista (subjetivo), a matéria existe, não se reduz, como afirmam, a um conjunto de sensações. Diversamente do que crê um idealista (objetivo) hegeliano, como tratamos anteriormente, a matéria não é engendrada pelo Espírito ou pela *ideia absoluta* (início e fim, criador dos seres e das coisas, Espírito autoconsciente, Razão...). A matéria, para esses pensadores, existiria independente da *consciência humana*, mas dependente da *consciência não humana*, a consciência geral (o Espírito, a ideia absoluta), como se esta existisse.

É claro que outras filosofias idealistas, anteriores à hegeliana, não vincularam a existência da matéria ao espírito. Na concepção (metafísica) platônica, por exemplo, a matéria é *uma ideia ou forma em si e por si mesma*, ela sustenta-se por si mesma. Além disso, a tese

¹⁰³ Em sua crítica ao idealismo hegeliano, Marx não deixa de reconhecer a importância de Feuerbach, pelo qual nutria, mesmo divergindo dele várias vezes, a maior estima: “Feuerbach é o único que tem para com a dialética hegeliana um comportamento sério, crítico” (Marx, 2010b, p. 117). Ademais, acrescenta que ele teria, no âmbito do materialismo realizado, a “fundação do verdadeiro materialismo e da ciência real”, já que toma “a relação social, a ‘do homem com o homem’, como princípio fundamental da teoria” (p. 118).

platônica define que a matéria não possuiria uma existência real, senão apenas *em potência*, como *o ser possível, o que ainda não é*, ou seja, sua forma de existência (de ser) é um *não-ser* (defender tal princípio significa afirmar a ascendência da esfera sensível à inteligível). Assim, para tornar-se realidade, a matéria precisaria da consciência (da ideia).

Distintamente dessas concepções, o materialismo dialético dá relevo à matéria, enquanto uma realidade objetiva em geral, existente fora e independentemente da consciência humana. Sendo que, a matéria não é um todo homogêneo, mas composto por formações materiais (partes), em certo isolamento (autônomas), em correlação universal: “Cada formação material representa, assim, uma parte da matéria, um de seus elos. Juntas, elas constituem a matéria. [...] E] as diferentes formações materiais [...] possuem toda uma série de propriedades comuns que entram no conteúdo do conceito de matéria” (Cheptulin, 2004, p. 73-74).

Se tomarmos a formação material *accountability*, por exemplo, ela não é uma realidade objetiva concreta qualquer, mas uma realidade objetiva em geral, que se distingue dos demais fenômenos. Portanto, o conteúdo universal do conceito aplicado à formação material *accountability* é inaplicável, em regra geral, às suas diversas propriedades e às relações, bem como às demais formações materiais. Ou seja, o conceito da categoria *accountability* só pode ser aplicado como um todo, ele é inaplicável às propriedades particulares, às partes e às relações que constituem a própria *accountability*.

Por exemplo, não podemos chamar de *accountability* o *controle*, um dos princípios que caracteriza a *accountability*. Tampouco os elementos avaliação, informação e transparência presentes em sua dinâmica podem ser chamadas de *accountability*. Todos esses momentos têm sua própria designação e conceitos correspondentes. Sua ligação e dependência com a *accountability* exprimem-se pelo *prestar contas* e o *ser responsável por algo*, conceitos que são utilizados em sua característica, mas que não são a *accountability* (mas a constituem).

Destaque-se, ainda, que a *matéria*, tampouco a formação material *accountability*, é *uma coisa em si*. O princípio da *coisa em si* repousa na distinção entre o pensar e o conhecer (dado que a *coisa em si* seria distinta do objeto do conhecimento), como poderia supor um (agnóstico) kantiano; seguindo essa compreensão, o conhecimento da matéria requereria a aplicabilidade dos conceitos a um domínio sensível de interpretação, enquanto o pensamento estaria livre de tal exigência.

Por esse princípio, a *accountability*, enquanto um objeto do conhecimento, poderia ser pensada, mas conforme a tese kantiana, como nem todo objeto do pensamento

pode ser conhecido, seríamos incapazes de conhecê-la ou, em outras palavras, poderíamos falar mais sobre *accountability* do que efetivamente poderíamos conhecer. Certos estudiosos kantianos concebem, inclusive, em função da contradição na demanda por um conceito do independentemente real, a impossibilidade sequer de pensar a coisa. De todo modo, esse princípio não é comungado pelo materialismo dialético.

Como se vê, não são de pouca monta as discussões filosóficas sobre a definição de matéria, com implicações no conhecimento da própria *accountability*. À medida que o mundo se modifica, novas formas de apreender a realidade objetiva alteram a maneira que se compreende e interpreta-se a matéria e as formações materiais que a constituem. Nessa perspectiva, o argumento dos que se opunham à materialidade do real foi agitado entre os séculos XIX-XX, com o avanço do conhecimento científico:

“A eletricidade, escreveu Lênin, torna-se um auxiliar do idealismo, já que ela destrói a antiga teoria da estrutura da matéria, decompõe o átomo e descobre novas formas de movimento material, tão diferentes das antigas, tão inexploradas, pouco estudadas, pouco habituais e tão 'maravilhosas' que torna possível a introdução fraudulenta de uma interpretação da natureza considerada como movimento *imaterial* (ou seja, espiritual, mental, psíquico)” (Lênin, t. 14, p. 295 *apud* Cheptulin, 2004, p. 65).

Vejamos essa questão a partir do equívoco de se separar a ideia (coisa imaterial) da matéria (coisalidade natural), reduzindo a materialidade ao caráter tangível das coisas. Esse dualismo que separa a ideia da matéria reduz o mundo à mera *coisalidade*, desconsiderando as relações existentes no conjunto de suas relações sociais. Se o mundo dos homens é social em sua essência, ou, dito de outro modo, é histórico em sua dinâmica e diversidade, e em suas articulações e funções, é um equívoco o dualismo ideia-matéria. Marx, ao comentar sobre os produtores das supostas mercadorias *imateriais*, é esclarecedor sobre essa questão:

Segundo Storch, o médico produz saúde (mas também doença); professores e escritores, as luzes (mas também o obscurantismo); poetas, pintores etc., bom gosto (mas também mau gosto); os moralistas etc., os costumes; os padres, o culto; o trabalho dos soberanos, a segurança etc. (pp. 347 a 350). Por igual poder-se-ia dizer que a doença produz os médicos; a ignorância, professores e escritores; o mau gosto, poetas e pintores; a devassidão, moralistas; a superstição, padres; e a insegurança geral, soberanos (Marx, 1980a, v. 2, p. 269).

Em outro momento, em passagem análoga, agora nos cadernos preparatórios para *O Capital*; Marx (2010c, p. 355) escreve:

Um filósofo produz ideias, um poeta, poemas, um pastor, sermões, um professor, compêndios etc. Um criminoso produz crimes. Considerando-se mais de perto a ligação deste último ramo de produção com os limites da sociedade, então se abandonam muitos preconceitos. O criminoso não produz apenas crimes, mas também direito criminal e, com isso, também o professor que profere cursos sobre

direito criminal e, além disso, o inevitável compêndio com o qual esse mesmo professor lança suas conferências como “mercadoria” no mercado geral. Com isso, ocorre aumento da riqueza nacional, prescindindo todo prazer privado que o manuscrito do compêndio proporcionou ao seu próprio autor [...].

Expressando nessa passagem sua crítica à noção de *imaterialidade* do trabalho, Marx trata de forma jocosa seus adeptos, colocando, ironicamente, o criminoso como um dos trabalhadores mais produtivos da sociedade do capital.

A negação da *matéria* e do reflexo das *formações materiais* torna as práticas humanas incompreensíveis, bem como equipara as várias concepções sobre a totalidade, o que impede a análise crítica e favorece o conservadorismo político. Nessas circunstâncias, “[...] homens e mulheres, ao se confrontar com as necessidades de sua existência, formulam também seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos a seu modo de vida” (Thompson, 2001, p. 261).

Assim, partindo da lógica que: se o trabalho produz algo fora da subjetividade que o criou, ele é, necessariamente, um trabalho material. Ou, se o objeto, coisa, fenômeno criado tem materialidade (é algo externo ao homem e portador de utilidade), ele não é um *produto imaterial*. Além disso, uma vez que os conhecimentos internos ao indivíduo se exteriorizaram, expressando-se no objeto como algo que transcende o indivíduo, ligando-se a ele apenas exteriormente, temos que o produto de todo trabalho é material.

Portanto, pode-se dizer que *todo trabalho imaterial é material*. Sobre a formação material, não podemos restringir a materialidade do objeto à mera *coisalidade*, devemos considerar a própria relação social com seus *complexos ideológicos* (como arte, cultura, educação, entre outros), considerando que as ideias possuem força objetiva. Lessa (2003, p. 40) observa que:

Como as ideias não possuem massa nem são energia (como o magnetismo ou a gravidade), não lhes resta [- aos defensores da noção de trabalho imaterial -] senão o absurdo de afirmarem como “imaterial” a ideologia. Perdem, assim, a possibilidade de reconhecer a ideologia como uma categoria objetiva do mundo dos homens, como um complexo social que exerce força material na reprodução social.

Daí, devemos nos atentar que a ideologia é uma parte do real (não a sua totalidade), uma expressão da realidade (não uma visão invertida da realidade por representar o seu reflexo). Por conseguinte, temos que a ideologia, de forma similar à câmara escura, *provoca uma inversão*, operando de tal modo que, ao receber informações do mundo (ordem) exterior, inverte a imagem da realidade do fenômeno histórico, com isso, o sujeito percebe como realidade, aquilo que foi distorcido.

Sendo assim, a ideologia “é, pois determinada pelas estruturas sociais, mas dialeticamente, não de maneira linear, mecânica” (Silva, 2011, p. 43). Como descreve Konder (2002, p. 44):

[...] funcionamento do “mundo invertido [*verkehrte Welt*] que embaralha a nossa consciência, trocando valores intrinsecamente qualitativos – valores absolutos fundamentais para as convicções duradouras que nos permitem orientar nossas vidas – por valores quantificados, sempre relativos e conjunturais.

Portanto, a ideologia não se define por sua relação com a psique dos indivíduos (uma *posição mental específica e recorrente*, como uma construção sistemática edificada contra a dúvida e o desconhecido), formada por meio de suas experiências, como se fosse apenas parte da mentalidade, noção que subtrai as relações materiais e de exploração. Tal como a inversão das imagens na câmara escura, a ideologia, em seu sentido negativo de distorção e mistificação do conhecimento, como formulado n’*A Ideologia Alemã* (Marx; Engels, 2016), é uma construção que falseia a determinação do real.

A consciência invertida se produz através de mecanismos que objetificam certas representações, como se fossem verdadeiras, distorcendo a realidade, impossibilitando separar *doxa* (sistema ou conjunto de juízos sustentado em crenças ou opiniões comuns) de *epistheme* (conhecimento verdadeiro, de natureza científica – em seu sentido estrito, platônico).

Com isso, as contradições sociais não são percebidas e os indivíduos apreendem o real diferentemente do modo como esse mesmo real está posto. Dessa maneira, submetidos a uma consciência de si como produto de suas experiências, sob premissas às avessas, os indivíduos não percebem que suas interpretações são reproduções eivadas de sofismas (raciocínio caviloso que conduz a conclusões paradoxais, falsas com aparência de verdadeira).

Logo, a ideologia, como consciência invertida, resulta em uma “inversão da relação entre a consciência [social] e a realidade concreta [com suas contraditórias condições de produção da existência], entre o pensar e o ser, tomando a consciência e as suas ideias como autônomas [geradoras do mundo], e tendo supremacia sobre a realidade” (Chagas, 2013, p. 73), e não o contrário. Esse processo cria um sistema de mistificações, que diz respeito a uma representação do aspecto fenomênico da realidade, produzindo, na interação dos seres sociais, uma força social que lhes aparece na consciência como um poder que os subjuga.

Nesse seguimento, a ideologia, enquanto consciência real dos homens no mundo, diz respeito à forma como os homens tomam consciência da própria realidade concreta, na produção da vida material. Consciência contaminada pela matéria e que “[...] se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A

linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática” (Marx; Engels, 2016, p. 34), que emana entre os homens em razão da necessidade de firmarem relações, o que “[...] constitui o começo da consciência de que o homem [...] vive numa sociedade” (p. 35).

Na sociedade do capital, as relações sociais não são apresentadas à consciência dos homens em sua essência, em suas múltiplas determinações, senão apenas de forma parcial, embora essa forma fenomênica seja real. Por meio de uma distorção, resultante de uma lacuna entre a *experiência* e o *conhecimento da realidade*, que torna objetivamente opaca a estrutura social vigente e transforma a experiência dos sujeitos em subjetividade, reproduz-se e justifica-se a sociabilidade capitalista no cotidiano.

Precisamente, o que a mistificação produz é a inversão da realidade, a distorção da explicação das causas de uma criança de origem humilde (baixa renda) não ter acesso à mesma educação de uma criança oriunda de família abastada. O indivíduo, digamos, humilde (massa), reconhece que existe uma diferença de condições de partida, em virtude das distinções sociais, mas a mistificação, longe de simplesmente ocultar esse fato, distorce a apreensão cognitiva da realidade, o caráter de seus efeitos, suas causas (determinações) e condições de existência (possibilidades).

A mistificação produz uma radical obliteração das explicações estruturais da crise social, dificultando a compreensão por parte do indivíduo, inclusive de setores da burguesia, das *condições de possibilidade* (o contexto estrutural social que gera tais efeitos). Não é crível que a burguesia elabore maquiavelicamente (no quartel da *Legião do Mal*) mistificações, com propósito de impor a sociedade seus interesses particulares, em vista que, como salienta Marx (2008a), ela pode efetivamente acreditar nas ideias que propaga.

Existem, segundo Marx (2017b), limitações que impactam a apreensão do mundo e que são postos pela própria condição de classe, induzindo o pequeno-burguês a acreditar que seus interesses particulares realmente são gerais. Influenciando, inclusive, outros sujeitos que interagem com a pequena-burguesia, em razão de “[...] não conseguirem transpor em suas cabeças os limites que este não consegue ultrapassar na vida real” (p. 64). Logo, ambos se movem na direção dos mesmos interesses.

Portanto, a mistificação ideológica não é um conjunto de ideias inventadas pela classe hegemônica para fins de dominação, o que seria uma leitura estrita e unilateral da ideologia, pois, isto implica em considerar que os indivíduos vivem sua vida com base em ideias absurdas. Como declara Camatte (2006, p. 3, tradução nossa):

A mistificação não é um fenômeno planejado pelos membros da classe dominante, um embuste que eles perpetram. Se assim fosse, bastaria uma simples propaganda adequada para erradicá-la da mente dos homens. De fato, ela atua na profundidade da estrutura social, dentro das relações sociais [...].

O *logos* mistificador, longe de identificar a culpa e responsabilidade na ordem do capital, no mercado, ou exigir a prestação de contas dos grupos hegemônicos e do Estado (na figura de políticos, gestores e/ou tecnocratas), na análise de causalidade social, acabam por reforçar a determinação de causas individuais, para explicar as condições de desigualdades socioeconômicas.

Assim, explicações sobre a pobreza, o analfabetismo ou a criminalidade social são colapsadas em explicações de caráter imediato: os indivíduos são pobres, analfabetos ou cometem crimes porque ativamente fazem uma escolha e agem, com isso a causa é reduzida às ações individualistas de atos individuais. De forma mais específica, no campo da educação, a pedagogia fetichizada propaga o ideário que as oportunidades são para todos, cabendo aos sujeitos a responsabilidade por sua formação.

Esse ideário pragmatista que remete a uma *pedagogia da competência*, uma forma fantasmagórica de conceber a educação como mercadoria, contribui para o estranhamento do estudante. Proliferando-se por meio do ensino, de forma subjetiva, esse fetiche apresenta o desenvolvimento de competências pelo sujeito (fetiche da individualidade – mascarado pelo ideal da liberdade individual), como capaz de dotá-lo de qualidades para sua completa inserção no mundo do trabalho. Por meio de promessas falsas que não podem ser cumpridas, camufla-se as contradições das condições socioeconômicas da sociedade do capital, além de obstar a compreensão por parte dos sujeitos dos reais motivos das desigualdades sociais.

A base estrutural das desigualdades como tal (miséria, exploração, dominação de classes etc.) é obscurecida, ignorando-se que “Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (Marx, 2017b, p. 25).

O revolucionário *mouro*, ainda na abertura de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, ao comentar a observação de Hegel (2010) na obra *Princípios da Filosofia do Direito*, de 1821, de que os principais fatos e personagens da história aconteceriam, em geral, por duas vezes, faz notar que Hegel poderia ter acrescentado: “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (Marx, 2017b, p. 25).

A segunda asserção marxiana ganha o poder de um enunciado, qual seja, a história “como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (Marx, 2017b, p. 25) não se repete,

existem totalizações, *vis-à-vis*, entre o homem e o mundo. A história, com suas circunstâncias e ideologias, é, antes e de fato, determinada pelo legado dos antepassados, mas não como uma sucessão mecânica de fases predeterminadas. O homem submetido a múltiplas determinações não apenas incorpora a história, mas também a (re)produz em uma corrente que segue um curso não linear, o que reflete a concepção de que “as circunstâncias fazem o homem na mesma medida em que este faz as circunstâncias” (Marx; Engels, 2016, p. 62).

A julgar que as ideologias já estão dadas quando os homens (inseridos em certa sociedade) vêm ao mundo e que não existe na sociedade de classes indivíduos não ideológicos, fica claro em Marx e Engels (2016, p. 422) que:

[...] o desenvolvimento de um indivíduo é condicionado pelo desenvolvimento de todos os outros, com os quais ele se encontra em intercurso direto ou indireto, e que as diferentes gerações de indivíduos que entram em relações uns com os outros possuem uma conexão entre si, que a existência física das últimas gerações depende da existência de suas predecessoras, que essas últimas gerações, recebendo das anteriores as forças produtivas e as formas de intercâmbio que foram acumuladas, são por elas determinadas em suas próprias relações mútuas [...].

Nessa mesma acepção, Mészáros (2014a) afirma que as ideologias são efetivas em todas as épocas históricas, sendo o substrato material da contraditoriedade da sociedade de classes e meio *sob* o qual os homens tomam consciência dos conflitos sociais. Assim, embora uma determinada classe domine os meios de existência e imprima um discurso que apela para a unidade e moderação, ela não consegue anular a possibilidade de outra classe “[...] se tornar praticamente consciente do conflito social fundamental” (p. 67).

Apesar disso, para o autor, “[...] sem se reconhecer a determinação das ideologias pelas épocas como a consciência social prática das sociedades de classes, a estrutura interna permanece ininteligível” (Mészáros, 2014a, p. 67). O que deixa claro que as ideologias, como emanção dos imperativos materiais, têm reflexos sobre o agir dos indivíduos e, por conseguinte, elas têm a capacidade de criar determinadas formas de ser. Em suma, existe uma relação entre a forma de reprodução social e as relações de produção e de intercâmbio, com reflexo nas formas ideológicas, que são um desdobramento do fazer cotidiano das classes sociais.

Portanto, não estamos tratando de adotar uma visão funcionalista da mistificação, pois essa não se refere simplesmente ao mascaramento da realidade, como já aludido, mas a uma ideologia que desvia a consciência dos indivíduos dos desafios para a ordem do capital. Por este viés, as categorias mistificadas têm como múnus colocar em ação os indivíduos no processo de produção, tornando opacas as estruturas sociais vigentes, na correlação entre essência e aparência.

Isso posto, um dos *modus operandi* da *accountability* educacional mistificada, enquanto *deus ex machina* da organização capitalista, é apresentar a aparência (o imediato) das *inovações e transformações* nas políticas públicas, com as quais lidamos diariamente, como modernizações, sem revelar que em seu âmago tais processos legitimam o *status quo*.

Com isso, *apresenta-se um determinado interesse particular; como se fosse válido universalmente, dito de outra forma, ideias propostas pela classe hegemônica, como sendo um ideal comum:*

Apresenta-se uma determinada sociedade (a burguesa) como se fosse “a” sociedade; uma forma particular de produzir bens (a forma mercantil capitalista) como “a” economia; uma forma particular de família (a família mononuclear burguesa) como “a” família; uma forma particular de Estado, Estado burguês, como uma hipotética esfera ético-política universal, cuja substância são os interesses particulares que constituem a sociedade civil burguesa. No quadro de uma ideologia, os valores são sempre apresentados como universais; precisa ser assim apresentado, mas o que determina sua universalidade não é a validade ou coerência em si mesma deste ou daquele valor, mas da relação concreta da qual ele se origina (Iasi, 2017, p. 109-110).

O sucesso da mistificação está ligado à sua eficácia em reproduzir os valores e as ideias da classe hegemônica como sendo os da sociedade como um todo (expressão ideal da dominação material de uma classe sobre a outra). Sendo que, toda a sociedade capitalista, pelo caráter que assumiu o fetiche da mercadoria, é dominada por *abstrações reais e anônimas* (mercadoria e trabalho abstrato, valor e dinheiro).

N’A *Ideologia Alemã*, identificamos: “As ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época, quer dizer, a classe que exerce o poder objetual dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante” (Marx; Engels, 2016, p. 71). É através desse *poder objetual dominante*, numa sociedade de classes, que a burguesia justifica seus interesses, pois “os indivíduos que formam a classe dominante, têm, também, entre outras coisas, a consciência disso” (p.71).

Tal operação aduz que a ideologia, entendida como consciência real do homem no mundo, não pode ser compreendida simplesmente como *falsa consciência*, o que levaria a entendê-la de forma reduzida, mera realidade ilusória ou produção autônoma da consciência, desconectada da materialidade. Convém levar em conta, como sugere Konder (2002, p. 49), “[...] que o processo da ideologia é *maior* do que a falsa consciência, que ele *não se reduz* à falsa consciência, já que incorpora necessariamente em seu movimento, conhecimentos verdadeiros”.

Falsa e verdadeira consciência não constitui oposição à consciência real, antes são objetivações conexas com os conceitos de aparência e essência da realidade que constituem a

totalidade da *coisa*. Desse ponto de vista, a adjetivação de falsa ou verdadeira consciência depende do nível de proximidade com a *coisa-em-si*, na captação da realidade por meios dos processos de abstração intelectual (Marx; Engels, 2016). Isso implica que a *falsa consciência* está relacionada a não apreensão dos processos essenciais da realidade.

Ainda nos termos de Marx e Engels (2016), resgatando uma noção já abordada, podemos reforçar que as ideias dominantes produzidas pela classe hegemônica expressam as condições (determinações) materiais, através das quais essa classe realiza seu domínio. Como esclarece Mészáros (2014a), ao enfatizar que a ideologia, consciência real do homem em determinado período histórico, refletindo os interesses sociais antagonicamente estabelecidos, tem seu fundamento não em si mesma, mas na base material da sociedade.

Para o filósofo húngaro, “as tentativas equivocadamente concebidas de reduzir a ideologia à *falsa consciência* estão frequentemente associadas a uma visão rígida, fetichista de ciência” (Mészáros, 2014b, p. 142). No que se refere a essa percepção, temos no discurso de cientistas hodiernos um conhecimento engendrado pela sociabilidade do capital, um saber fragmentário, que acredita na *objetividade científica e neutralidade axiológica*, ainda que obviamente mítica.

Por isso, não se trata de uma ideologia apenas como *falsa consciência*, temos, antes de tudo, uma subversão da essência da realidade, a partir da aparência:

[...] a questão da “falsa consciência” – frequentemente apresentada de modo parcial, para favorecer aqueles que a cultivam – é um momento subordinado dessa consciência prática determinada pela época. Como tal, está sujeita a uma multiplicidade de condições delimitadoras que devem ser avaliadas concretamente em seu cenário (Mészáros, 2014a, p. 67, grifo nosso).

Mészáros (2014a; 2014b), ao desmistificar a ideologia como *falsa consciência* (*um momento subordinado da consciência prática em determinada época*, dito de outra forma, um ponto de partida para uma apreensão das determinações que conformam a *superestrutura*, com suas contradições engendradas pela própria reprodução do capital), enfatiza que:

Na verdade, a ideologia aparece, na concepção marxiana, não em um sentido unilateral, mas com conotações diametralmente opostas. Em um sentido ela é apresentada, em sua negatividade, como uma força mistificadora e contraproducente, que, em grande medida, impede o desenvolvimento social. Por outro lado, no entanto, ela também é vista como um fator positivo vital – servindo ao propósito de superar determinadas restrições e resistências sociais – sem cuja ativa contribuição as potencialidades produtivas da situação histórica dada não poderiam se desdobrar e afirmar a si mesmas (Mészáros, 2014b, p. 141).

Como em Marx e Engels (2016), em Mészáros (2014a) a ideologia é muito mais que uma *falsa consciência* ou generalização das ideias particulares elaboradas pelas classes

determinantes, a ideologia expressa as ideias engendradas objetivamente pelos indivíduos reais materialmente existentes. Portanto, ideias materialmente ancoradas e determinadas que são constituídas para resolver os conflitos de classes no sistema do capital, com seus inconciliáveis antagonismos. Longe de negar a perspectiva de *falsa consciência*, Mészáros corrobora para seu adensamento, dando-lhe importância central no processo de análise da ideologia dominante e em sua função de distorcer o conhecimento, na contradição dominação-resistência.

Por isso, em consonância com Mészáros (2014a; 2014b), concebemos que a ideologia é uma consciência social prática inevitável, ligada à sociedade de classe, que se afirma “a partir dos pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se defrontam em determinada ordem social [...]” (Mészáros, 2014a, p. 66). A orientação dos indivíduos no conflito social real é marcada pela natureza ideológica, “preocupada com a articulação e afirmação dos conjuntos rivais de valores e estratégias” (*Idem*, 2014b, p. 145), e não por simples resultado da sua má-orientação ou ilusão.

É importante frisar, a partir dessas considerações mézárarianas, que a *falsa consciência* não deve ser compreendida como uma negação ou rejeição deliberada sobre a estrutura e dinâmica interna de funcionamento efetivo da realidade concreta; nem podemos concebê-la no sentido de assimilação consciente da ideologia dominante, naturalizando a ordem vigente. Não obstante, diversamente dessas noções, conforme postulam Marx e Engels (2016, p. 49), “as formulações nebulosas [falsa consciência] que se condensam no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo material de vida, processo empiricamente registrável e ligado às condições materiais”.

A ideologia está em conformidade com a posição dos indivíduos no interior da luta no metabolismo do capital, “[...] pelo propósito vital de levar até o fim o conflito fundamental na arena social, posto que os conjuntos rivais de valores são inseparáveis de alternativas hegemônicas objetivamente identificáveis da situação histórica dada” (Mészáros, 2014b, p. 145). Desse modo, a *accountability* movimenta-se no interior do sistema, questionando sua projeção na câmara escura, ou seja, como a apreendemos conceitualmente.

Nada obstante, devemos conceber a *accountability*, inserindo-a nos processos de disputa de poder em torno de conflitos centrais a uma formação social dada. Em função disso, a ideologia não pode ser identificada exclusivamente com a manutenção da dominação de classe, mero *sistema de ideias e crenças*. Trata-se de conceber as relações dessas formas de consciência com práticas políticas efetivas (urdida na materialidade histórica) e inseridas em disputas de poder concretas (Eagleton, 1997; Mészáros, 2014a).

Essa orientação prática define a racionalidade da ideologia que se relaciona com a *accountability*, sinalizando caminhos em torno da questão do entendimento da apreensão do real. Em um primeiro caminho, temos uma *visão progressista* (positiva e emancipatória); por essa tendência, existiria uma ideologia proveniente das classes trabalhadoras, como sinalizado por Marx (2010d, v. 1) no *Prefácio* da crítica da economia política, nas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, *sob* as quais os homens adquirem consciência da luta de classes.

Um segundo caminho indicaria uma *visão retrógrada conservadora* da ideologia, vista como *falsa consciência* (oriunda das classes burguesas). Essa via, ligada à manutenção do controle indefinido do sistema sócio metabólico, desconsideraria, por causa do *anacronismo histórico* do sistema do capital, as consequências de seu impacto, ameaçando a sobrevivência humana (Mészáros, 2014b).

À vista do conjunto exposto, temos que a definição conceitual da *accountability* e sua mistificação ideológica inserem-se no *processo ativo* de interação e inter-relação com os elementos conjunturais da sociabilidade humana. Contudo, esse movimento não pode ser pensado em uma visão que ignore a cultura ou as relações de poder.

A *accountability* só pode ser entendida se contextualizada no espaço e tempo a que pertence. Situando-a no momento histórico e no lugar material que lhe corresponde, podemos entendê-la como mecanismo ideológico formador, ao mesmo tempo em que é consequência das contradições e das lutas sociais. É em um espaço e tempo material específico que o interno e o externo da *accountability* se entrecruzam, e na dimensão histórica, aparece em cores vívidas seu movimento e desenvolvimento, como aduz-se de Afonso (2018, p. 10):

Com efeito, em determinadas conjunturas sociais, as políticas de *accountability* em educação têm sido marcadas por oscilações e dominâncias mais ou menos acentuadas, sendo que, sobretudo, quando são priorizados níveis de análise macro e mega sociológicos, torna-se incontornável considerar os dinamismos emergentes das sociedades civis e das redes sociais, bem como o papel das organizações internacionais e transnacionais, e a natureza dos regimes políticos e respectivos governos (Afonso, 2009b).

A título de exemplo, muitas das medidas de política educacional, apesar de terem origem nos governos Fernando Henrique Cardoso, só foram implementadas nos governos Lula, embora ambos tenham orientações ideológicas supostamente diferentes. Entre outros, são referidos exemplos relativos “à concessão de bônus em decorrência de ‘resultados’ alcançados na prática pedagógica”. Por outro lado, “a política de avaliação em larga escala atingiu, nos dois últimos governos [2003-2006/2007-2011], patamares assombrosos, com desdobramentos nefastos sobre professores, alunos e a função social da escola” (Evangelista; Leher, 2012, p.10).

Em um *processo ativo*, seguindo a argumentação de Thompson (1988, p. 278), “Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras sob o julgamento dos impulsos e da experiência”. Logo, reiteremos, a *accountability* como mecanismo ideológico não é imóvel, tampouco isolado, ele efetiva-se na materialidade histórica, em um espaço e tempo imersos em uma cultura e em uma *experiência* do ser social que se entrecruzam, impactada e impactando as formações materiais com as quais se relaciona (Menezes, 2019).

Em uma dada sociedade, a *accountability culture* (ou *cultura de accountability*) movimenta-se nas fraturas e oposições dentro do próprio sistema, tencionada por contradições sociais que geram sua *mistificação ativa*. Dito isso, nas relações ideológicas, a sociedade, com suas práticas, gesta a *accountability* no lugar material que lhe corresponde. Assim, a *cultura da accountability*, ao mesmo tempo que forma valores, é resultado da luta e da consciência de classe, logo, a *accountability* está cravada em um espaço e tempo e submetida às correlações de força, aos interesses sociais, às contradições e à ideologia hegemônica da sociedade.

Tendo em vista que nas lutas sociais algumas formas de poder ultrapassam o controle direto do Estado, mesmo diante do *uso legítimo* das forças de repressão direta – uma vez que por sua natureza de classe, o Estado “assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’” (Gramsci, 2004, v. 2, p. 21) – as classes hegemônicas precisam desenvolver novas tecnologias de poder e de reificar outras. Assim, as classes dominantes agem no interior da sociedade civil e por meio da sociedade civil.

Olsen (2017), ao tratar sobre as *regras do jogo e jogar pelas regras* na relação entre democracia e *accountability*, a partir de uma analogia das brincadeiras infantis, faz uma indagação interessante: “Quem deve ser autorizado a criar, a interpretar e a alterar regras? Como e por quê?” (p. 747). Para o autor, os processos de *accountability* desafiam a ordem política (principalmente em contextos institucionais instáveis ou em períodos de turbulência) e as concepções de governança que perpassam suas discussões teóricas:

Os regimes de *accountability* fazem parte de um arranjo institucional para preservar a ordem e a continuidade e também para criar dinâmicas de mudanças. Os processos de *accountability* ocorrem dentro de ordens estabelecidas e não resolvidas, e elas afetam e são afetadas pelas ordens existentes (Olsen, 2017, p. 750).

Portanto, a dialética que circunscreve a *accountability*, mecanismo imerso na vida social, logo, na prática social, e que é reflexo da contradição entre *preservar a ordem e criar dinâmicas de mudança*, clama por um entendimento de seu movimento teórico. Tal ação faz-se necessária para desconstruir (desmistificar) o *mito da accountability*, como se esse fosse

um mecanismo que expressaria o grau de maturidade democrática, maior transparência nas relações de uma dada sociedade, possibilitando o controle sobre o governo ou seu uso nas políticas educacionais, como um mecanismo que alavancaria (modernizaria) a educação.

Projetando-se sob a sociabilidade do capital e em suas formas de racionalização de necessidades reificadas, a *accountability* constitui-se como um mecanismo ideológico que se constrói em movimento e desenvolvimento – que não são homogêneos, tampouco, uniformes e – dependentes da forma como as forças sociais antagônicas se confrontam, contribuindo para a manutenção ou para a mudança do *status quo*. Logo, o mecanismo ideológico *accountability* não é inalterável, sequer imóvel; os elementos que o conformam apresentam combinações de movimentos relativos, em interação com as outras formações, modificando-o e sendo modificadas por ele.

Se a *accountability reificada* movimenta ferramentas e processos de contestação político-social, possibilitando o controle de organizações, autoridades/funcionários do serviço público, bem como da própria dinâmica do setor privado, sua efetividade não significa que vivemos ou estejamos *construindo pontes* para vivermos em um regime democrático e, muito menos, que ela é capaz de criar uma *ponte para o futuro* da educação. Atraídos pela força gravitacional da ideologia, muitos pesquisadores abdicam da correlação aparência-essência, sucumbindo ao idealismo. Arrastados por uma *falsa consciência*, que circunscreve algumas apreensões sobre a *accountability* ao plano pós-estruturalista, cria-se uma unidade de ideias desconectadas das contradições da totalidade.

Sob este prisma, trataremos no próximo capítulo sobre o movimento da *accountability*, considerando algumas interpretações sobre sua aparência e essência, em um diálogo (confronto) entre o pós-estruturalismo (fundamento teórico dos principais estudiosos da *accountability*) e o marxismo. Lembrando que, conforme Mészáros (2016b): A estrutura de comando do capital, sempre muito hierárquica (ainda que historicamente mutável em sua forma), é a consequência inevitável da determinação incorrigível do sistema do capital, como um sistema de relações de poder antagônicas, em que o poder de controle está inteiramente separado dos produtores e cruelmente imposto sobre eles.

5 UM ESPECTRO RONDA O MUNDO: O ESPECTRO DA ACCOUNTABILITY?

Ó anjos e emissários de Deus, defendei-nos! Quer sejas um ente bom ou um duende maléfico, trazendo o ar celeste ou rajadas do inferno, e sejam teus intentos maus ou caridosos, surges para nós numa forma tão ambígua, que só quero é falar. [...] Não me deixes penar na ignorância, mas dize, por que tua ossada benta, selada na morte, rompeu a tua mortalha [...]. E como compreender que tu, cadáver morto, armado por inteiro, visites novamente o rútilo da lua, horrorizando a noite e nos fazendo a nó, fantoches da natura, abalar nosso corpo com vãs cogitações pra além de nossa alma? Por que isso? Qual a razão? Que devemos fazer? (Hamlet, Ato I, Cena IV *In*: Shakespeare, 2015, p. 73-74).

Hamlet, peça de Shakespeare (2015), inicia com uma pergunta, entoada por Bernardo (Ato I, Cena I): “Quem vem lá?” (p. 51). No contexto, registra-se o nervosismo da vigia noturna e a *aparição* de um *espectro*, que vestido com sua armadura de aço (*ocultando sua verdadeira identidade*), passa a assolar o Reino da Dinamarca. É o fantasma do Rei Hamlet, vitimado pela barbárie fratricida, articulada em torno da sociabilidade corrompida por crises morais e dos agudos estranhamentos sociais. Eis que, afirma Marcelo (Ato I, Cena IV): “Há algo de podre no Estado da Dinamarca” (p. 75).

O espectro do Rei, em uma aparição ao príncipe Hamlet, seu filho, denuncia as tramas palacianas e que ele, o Rei, fora envenenado por seu próprio irmão, tendo seu trono usurpado; ademais, a rainha (na *aparência* casta) se entregara ao assassino, desposando-o. Está colocado o drama. As coisas são como aparentam ser ou há dentro delas uma outra realidade (uma *essência* que compõe esse real), algo que pode ser diferente do seu exterior imediato?

Assim, é necessário certificar-se da *identidade do espectro*. Para isso, o príncipe busca verificar os despojos de seu falecido pai, sobretudo, assegurar-se de que há *restos* de sua existência e de que eles podem ser *rastreados* e identificados; por último, ao confirmar que a forma do Rei se transformou, se seria possível compreender suas *aparições*.

Hamlet, diante do espectro, percebe o seu destino e far-se-á passar por louco para realizá-lo; ele estava no mundo para desfazer os *entuerto*s. Um destino similar ao do Quixote, o fidalgo da Mancha (tresloucado de tanto ler livros de cavalaria), que *desejava mudar o mundo*. O desejo de justiça habita a própria fonte das vozes que *atormentam* os personagens, não obstante, a linha que separa o sentimento de justiça e de dominação é tênue.

Dessa maneira, Hamlet passa a agir de acordo com as ordens do Fantasma, que lhe impõe uma conduta/demanda ético-política, um determinado senso de justiça. A figura do Rei-fantasma assinala a dissimetria que envolve o problema do controle, da força das injunções: quem controla e quem é controlado?

O que é posto por Shakespeare e Cervantes é que no mundo em desordem, *fora dos eixos*, os homens agem de formas distintas de como deveriam agir. Aqui, chegamos a um ponto intrigante que convida a uma nova episteme prático-sensível para entender: Por que as coisas estão fora dos eixos? Enfim, é necessário mudar o mundo, por isso Marx afirma na 11ª Tese sobre Feuerbach: “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é *transformá-lo*” (Marx; Engels, 2016, p. 539).

É interessante que na Europa do século XIX, em um tempo de revoluções sociais, Marx e Engels (2010), no *Manifesto Comunista*, publicado pela primeira vez em 1848, mais de três séculos depois, rememorem Shakespeare. Em seu pequeno panfleto, que acabaria por se tornar um dos textos políticos mais importantes da história, os autores do *Manifesto* aludem ao medo relacionado à aparição de outro *espectro* (mas, com materialidade corpórea): “Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa unem-se numa Santa Aliança para conjurá-lo” (p. 39).

Shakespeare inspira as reflexões introdutórias do *Manifesto*, uma vez que, como em *Hamlet*, tudo principia com o aparecimento do espectro e com a espera dele. Diante do avanço do movimento dos trabalhadores, os grupos hegemônicos uniram-se para combater seus opositores. Histórias fantasiosas, calúnias, injúrias, violências e perseguições foram desferidas pela burguesia contra os adversários do sistema sócio metabólico do capital. Disseminou-se a assombração do fantasma comunista, cuja *corporeidade* era tida como reacionária, e o medo invadiu mentes e corações de homens e de mulheres na Europa.

Todavia, a solução contra a ideologia conservadora e seus estratagemas foi proposta ainda na introdução do *Manifesto*; diziam os autores: “É tempo de os comunistas exporem, abertamente, ao mundo inteiro, seu modo de ver, seus objetivos e suas tendências, opondo um manifesto do próprio partido à *lenda do espectro do comunismo*” (Marx; Engels, 2010, p. 39, grifo nosso). A ideia era simples: conhecendo o socialismo científico, os trabalhadores deixariam de temê-lo e o abraçariam.

O que a célebre aparição do Rei-fantasma hamletiano e a lenda do espectro do socialismo iluminam, mais do que o problema da verdade, é a correlação histórica entre a essência e a aparência do fenômeno. Em nossos dias, em tempos neoliberais, persiste o véu místico e nebuloso que encobre a realidade, com suas contradições e forças contrárias, que estão em constante movimento e transformação.

Assim, “em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital, numa era de promessas não cumpridas e esperanças amargamente frustradas” (Mészáros, 2016b, p. 39), a forma aparente do real não mostra as relações e inter-relações dos diferentes fenômenos na

construção da totalidade, ocultando a diferença entre aparência e essência. Nesse sentido, traçando um liame com a *aparição* espectral tanto na obra de Shakespeare (2015) quanto na de Marx e Engels (2010), podemos dizer, inicialmente (para depois negar), que *um espectro ronda o mundo, o espectro da accountability*. Aqui, impõe-se *um paradoxo*: o conceito categorial de *accountability como uma presença ausente*. Contra essa ideia de espectralidade, ergue-se a contradição entre a essência e a aparência da coisa, distinção que contribui para *desmistificar a espectralidade da accountability*.

A metáfora do *espectro da accountability* faz alusão a um corpo (com *conteúdo e forma*) que um dia foi (corpo com história), mas que no presente nos ilude (como *abstração arbitrária*), *aparentando ser informe*, como uma *aporia*, mesmo sendo *um corpo material*. É como pensar sobre o conteúdo do conceito *accountability* e concluir, e aqui tomo o trocadilho de Gertrude Stein (2004, p. 289), que *there is no there there*¹⁰⁴ (*não há lá*, tradução nossa).

Não há lá! Em nossa discussão, essa expressão alude à *possível espectralidade do conceito accountability*. O conceito seria, nessa perspectiva, algo que está *presente* (o conteúdo está todo lá) e ao mesmo tempo, *ausente*, sua presença (conceitual) concreta seria uma ilusão, uma existência anterior que não mais se faz presente em forma corpórea (conceito objetivo). Antípodas solidárias, a presença ausente é um fenômeno que aparentemente escapa da história, confundindo o processo de conceituação da *accountability*.

Essa presença ausente da *accountability* é um raciocínio típico do *paralogismo pós-moderno*, gerando o erro ou a falsa ideia de um conceito espectral, numa relação em que *vemos e não vemos, olhamos e não olhamos*. Seria como se estivéssemos a *ver e enxergar* a coisa, objeto, processo, fenômeno (no sentido de coisa), mas não *a olhar, tampouco perquirir*; logo, *não conseguimos apreendê-la*.

Para podermos avançar em nossa introdução, expliquemos esse fenômeno do *ver* e do *olhar*. Para Merleau-Ponty (2003) e Lacan (2008), *o olhar é, antes, o próprio mundo*, logo, temos que o olhar está *acima* da visão: o olhar vê construindo a visão a ver. Vale destacar, que em Merleau-Ponty, o visto é aquilo que o olho capta, o que vem de fora – o “dentro do fora”, uma visibilidade interna ao olhar do observador –, mas também aquilo que ecoa no

¹⁰⁴ “Yes write about it if I like or anything if I like but not there, there is no there there”. Em tradução livre, teríamos algo como: “Sim, escreva sobre isso se eu gostar ou qualquer coisa se eu gostar, mas não lá, não há lá”, é uma das mais famosas frases de Gertrude Stein (2004) contida na obra “*Everybody's Autobiography*”. Stein se refere, segundo seus estudiosos, ao lugar em que ela viveu quando criança e que ela tem oportunidade de visitar depois de viver na França por três décadas. Ao deparar-se com o lugar em que crescera, perto do que hoje é a 13th Avenue e a E. 25th Street em Oakland, a casa havia sido demolida e as terras agrícolas haviam sido construídas com novas moradias. Assim, “There is no there there”.

corpo – o “fora do dentro”, ele traz para fora aquilo que estava dentro –, aquilo que as próprias coisas suscitam nele, para além dos dados ditos objetivos.¹⁰⁵

Já em uma perspectiva cartesiana, a visão se dá a partir de uma relação mecânica entre olho, luz e objetos. Ao olhar seu reflexo em um espelho, um cartesiano vê sua imagem, tomando-a como um manequim, um algo que lhe é exterior; ele não vê um corpo e só se reconhece na projeção pela ação do pensamento. Logo, a imagem pouco ou nada é dele.

Tais concepções nos remetem à discussão da totalidade. Lembrando que na teoria marxiana, a totalidade é uma categoria ontológica que se põe como a própria realidade social. Ora, a realidade social, enquanto complexo de totalidades, não é constituída de partes isoladas, cuja soma formam um tudo, mas elementos que se articulam entre si e com a complexidade maior, pelas mediações, formando um todo – uma realidade (totalidade) social dinâmica, da qual o sujeito arranca as mediações.

Na relação entre o sujeito e o objeto temos a formação do conhecimento, mas isto não ocorre por uma epistemologia espontânea. A relação sujeito-objeto não se dá por meio de uma experiência entre o indivíduo concreto e uma parte da realidade, também concreta. Além disso, devemos ter clareza que a principal fonte do conhecimento, na relação entre o sujeito que pensa (se esforça em conhecer) e o objeto, não se dá a partir do ser pensante individual, singular, com seu objeto específico.

Por isso, por mais que Tiburi (2004) pondere acertadamente que no olhar somos vitimados por tudo que lhe atravessa, atrapalhando nossa atenção e nos levando a passear por estilhaços e fragmentos a compor – ou conforme o sistema lacaniano, em que no olhar existe uma rachadura, funcionando como uma mancha que perturba nossa visão, turvando-a –, a captura do objeto não se faz pelo olhar, mesmo que dialético, na tensão entre o perder e o reencontrar. Diz a filósofa:

¹⁰⁵ Para Shepherdson (2007, p. 116), fundamentado em Lacan, somos passivos em relação ao olhar: “O olhar é algo a que eu estou assujeitado”. Se pensarmos que somos sujeitos atuando na história e que na ordem do capital estamos assujeitados, a interpretação de Shepherdson não é absurda. É claro que a depender do referencial teórico que se adote, o ver – descrito como a apreensão dos objetos do mundo cultural e sua superação – é tomado como tendo precedência e proeminência diante do olhar – descrito como algo que se mostra ao observador, desorganizando seu campo perceptivo. No entanto, em nosso entendimento, essa apreensão não é suficiente para compreender completamente o objeto. Aqui, concordamos com a filósofa Márcia Tiburi (2004), quando afirma em seu texto: “Aprender a pensar é descobrir o olhar”, que ver é reto, sintético, torna um evento objetivo, mas não nos dá a medida de nenhuma temporalidade; já o olhar é sinuoso, analítico, feito de mediações próprias à temporalidade, pois se dá no tempo, mesmo que nos remeta a um além do tempo. É necessário ir além da simples apreensão e superar o objeto, ou seja, interpretá-lo e compreendê-lo em sua totalidade. Essa superação envolve o olhar, que é responsável por interpretar e compreender o que é visto. Portanto, o ato de ver é apenas o primeiro passo na compreensão de um objeto, além disso, é necessário o olhar. E, em uma perspectiva materialista dialética, devemos ir para além do fenomenológico, analisar o objeto, em sua relação com a totalidade concreta.

Há, entretanto, ainda outro motivo para buscar reconstruir o objeto do olhar: para não perder além do objeto, eu mesmo, que nasço, como sujeito, do objeto que contemplo – construo enquanto contemplo. Olhar é também uma questão de sobrevivência. Ver, por sua vez, nos liberta de saber e pode nos libertar de ser. Se o olhar precisa do pensamento e ver abdica dele, podemos dizer que o sujeito que olha existe, enquanto o sujeito que vê, não necessariamente existe. Penso, logo existo: olho, logo existo (Tiburi, 2004, p. 8).

Em contraposição a essa ideia, que supervaloriza a experiência (do olhar), faz-se necessário considerar que o sujeito aprende a pensar na sociedade em que está inserido, antes mesmo de pensar (perceber-se ou conceber-se) como ser pensante. Desse modo, mesmo que a relação com o objeto possibilite a formação do conhecimento, este se fundamenta *a priori* na teoria que dá conta dele, mesmo que de modo parcial: “No fundo, é a realidade que importa, mas não é ela que comanda o processo de sua própria inteligibilidade, já a sua existência independe, não é senão uma questão” (Cardoso, 1976, p. 64).

Nessa adequação, em que a teoria é sempre aproximativa, a realidade só se torna objeto do conhecimento quando coisa pensada, na relação do sujeito pensante com a própria realidade. Sendo que a verdade que se busca em relação ao objeto, não está na cabeça do sujeito (do observador/pesquisador); antes, há uma verdade (ontológica) no próprio real, que pode ser apreendida, mesmo que de modo aproximativo, pela razão – na processualidade do real, por isso a teoria é relativa e não absoluta.

Assim, existe um caráter não absoluto, mas relativo (isso não significa relativismo) do conhecimento. O que nega a ideia de interpretação do real como mero retrato, bem como refuta a tese da neutralidade e salienta o caráter histórico e transitório da ciência, uma vez que o discurso científico é transpassado de acidentes, desviado por obstáculos, interrompido por crises, isto é, por momentos de julgamentos e de verdades (Cardoso, 1976).

Enfim, o conhecimento não é acabado, tampouco definitivo, mas sua validade deve ser longa, até que novas formulações sejam construídas, com as quais a ciência se renova e avança. Ora, se as formulações sociais mudam, as totalidades também mudam, logo, suas determinações também mudam. Sob essa ótica, o objeto não pode ser *capturado* por simples observação, para apreendê-lo é necessária a utilização de “outra mediação que não o aparato sensorial. É necessário utilizar a razão, não apenas como capacidade de pensar, mas principalmente como produto do pensamento sistemático já elaborado” (Cardoso, 1977, p. 06).

Mesmo que os fatos históricos sejam influenciados por um *ver* e *olhar*, uma dimensão subjetiva, esse nível de explicação na subjetividade não se esgota em si mesma. Eles são sociais, cujo sentido é dado por certa articulação entre o sujeito-objeto e a realidade.

Portanto, a apreensão do sentido não é imediata, sensorial, mas é mediada pelas relações que o pensamento elaborou.

O que se assiste, pela ilusão da transparência do real, pela supervalorização do olhar e pela oposição do sujeito de conhecimento, é uma espécie de autonomização da visão, fenômeno que tem consequências. Eis que o órgão que *vê* aliena-se do mundo real ou social, onde a própria imagem se reduz a um objeto incerto; algo que nos lança ao conceito de espetacularização de Debord (2013), por uma objetivação da visão do objeto, liberta da vontade ou representação – a forma mais segura de manipulação da visão.

A fetichização das mercadorias, com efeito a espectralidade da mercadoria, ou melhor, a transformação da acumulação capitalista em espetáculos, por certo pode-se ligar a uma alienação da visão. Como dirá Debord (2013), a visão instrumentalizada dá movimento autônomo ao não-vivo, o que induz a visão a ter olhos apenas para esse não-vivo. Por isso, a crítica marxista à produção alicerçada no *ver* (seja na cultura ocidental, desde o Iluminismo, ou nos desdobramentos do pensamento cartesiano).

Podemos dizer que, de modo semelhante ao caráter fetichista da mercadoria e do trabalho, a *accountability fetichizada* torna-se uma imagem do mundo capitalista. Em uma perspectiva debordiana, uma representação, um não-vivo automatizado. Como diz Debord (2013, p. 14), na Tese 5: “O espetáculo não pode ser compreendido como o abuso de um mundo da visão, o produto das técnicas de difusão massiva de imagens. Ele é uma *Weltanschauung* que se tornou efetiva, materialmente traduzida. É uma visão do mundo que se objetivou”.

No mundo do visível e do invisível, do verdadeiro e do falso ou do ser e do nada, Merleau-Ponty (2003) aponta o não contraditório, a imagem cria um espaço, que não pode ser visível nem invisível, ou dito de outra forma, do transparente e do intransparente. Esse Merleau-Ponty, que se afasta de Marx pela crescente incorporação de Ferdinand de Saussure e do estruturalismo, ajuda-nos a entender a força dos signos no estudo da *accountability*, como veremos no Capítulo VI. Por isso, a mistificação no campo conceitual da *accountability*, como um *there is no there there*, e o caráter icônico que lhe será atribuído.

Claro e evidente, que essa objetivação da *accountability*, na esteira fetichista da mercadoria e do trabalho, depende de um mundo reduzido a imagens, mas não apenas. Devemos sublinhar, como pondera Debord (2013), o modo como as imagens, assumindo uma suposta autonomia (como entidades reais), motivam os comportamentos:

O espetáculo, como tendência a *fazer ver* (por diferentes mediações Especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido

privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato; o sentido mais abstrato, e o mais sujeito a mistificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual (Debord, 2013, Tese 18, p. 18).

Como processo, em certa medida, resultante da fetichização, a visão acrítica é uma *obrigação de ver* separada da nossa vontade. Assim, para Debord (2013), a alienação espetacular não depende apenas das modernas condições de produção, mas também do fato de que a civilização ocidental é alicerçada na categoria do *ver*.

O ver é imediato, é perceber pelo sentido da visão, do olho. Vemos um fantasma, mas não olhamos um fantasma. O olhar é dirigir os olhos, é aprofundar nossa visão sobre a coisa vista, analisada. O olhar é mediado, ele vê a visão vendo, pois está no mundo. Já o enxergar é ver com dificuldade, é ver no superficial, sem analisar, sem distinguir claramente as partes da coisa vista, nem sempre o que vemos é o que existe. Como declara Tiburi (2004, p. 8): “O olhar é a ruminação do ver: sua experiência alongada no tempo e no espaço e que, por isso, nos instaura em outra consistência de ser. Por isso, nossa cultura hipervisual dirige-se ao avanço das tecnologias do ver, mas não do olhar”.

Quando estamos no mercado, podemos ver a multidão das mercadorias, mas não olhamos a mercadoria em sua essência, com suas contradições – ela está diante de mim em sua aparência, com suas camuflagens e ocultamentos. É como entrarmos em uma biblioteca e enxergarmos os livros, podemos até folhear suas páginas, todavia, apenas quando lemos e compreendemos seu teor é que estaremos avançando no processo de olhar-ver. Ou seja, o apreender o conteúdo do livro necessita do ver e do olhar (mas, não apenas); as duas ações envolvem a sensibilidade e a atenção.

É forçando a fenomenologia do olhar, um olhar que nos diz que não temos o objeto, que Lacan (2008, p. 75-76) indica a “preexistência de um olhar – eu só vejo de um ponto, mas em minha existência sou olhado de toda parte”. (Retomaremos esse debate no Capítulo VIII). Este é o ponto original na filosofia de Merleau-Ponty, conforme Lacan: a reviravolta ontológica ao mostrar a reversibilidade do olhar, é como se no ver (o objeto) e ser visto (pelo objeto), no processo de olhar-ver, o objeto fosse perdido, quando que visto, parecia ter sido capturado. É como se alguma coisa arrebatasse o observador, provocando-lhe uma falta.

É claro que não nos alinhamos com toda a teoria de Merleau-Ponty ou Lacan, mas ambos são certos ao perceberem uma reversibilidade do olhar. A qual podemos dizer que, de modo dialético, movimenta o visível e o invisível, pois se antes o olhar estava ao lado do sujeito, agora também está, de modo reificado e fetichista, ao lado do objeto, que está mistificado. Assim, algo sempre escapa a nossa compreensão. Em sua interação com o mundo, o observador sabe que

o olho não capta tudo, e mais do que isso, ele próprio é um observador-visível.

Por isso, não cabe ao materialista dialético e, em nosso entender, ao próprio cientista (pesquisador), apenas *ver* ou enxergar o objeto a ser investigado, tampouco o simples *olhar*. O *mirar* ou ater-se à fenomenologia do *olhar*, típica ação da superficialidade imediata ou mediada por fragmentos isolados do real, é muito próprio dos pós-modernos. Para estes, a realidade é apreendida no molecular, no descontínuo, no fragmentário que se torna a *touchstone* (pedra-de-toque) da nova sensibilidade: o dado, na sua singularidade empírica, que verifica no mar do relativismo os acontecimentos, desloca a totalidade e a universalidade, suspeitas de *totalitarismo* (Paulo Netto, 2012).

Contra a ideia de espectralidade da *accountability* (*enquanto um objeto que nos ilude, um conceito que nos escapa*), recorremos a Marx e Engels (2010), parafraseando-os: já é tempo dos estudiosos (e muitos têm empreendido esforços) exporem abertamente o conceito da *accountability*, seus objetivos e suas tendências, contrapondo assim, uma teoria à *lenda do espectro da accountability* (a impossibilidade de sua conceituação e o maniqueísmo que envolve sua efetividade).

Para compreender os aspectos do *absurdo da espectralidade da accountability*, organizamos o capítulo de tal modo que se evidencie a natureza ontológica do objeto analisado, objeto que tem existência real efetiva e é determinado. A *accountability* é tratada considerando três aspectos: o *ponto de partida da reflexão filosófica marxista*, a análise que se eleva *do mais simples ao mais complexo* e a *unidade dialética de essência e aparência*.

A fim de alcançarmos os objetivos desse capítulo, essa unidade foi dividida em duas seções: “A espectralidade da *accountability*: ser ou não ser, espectro?”, abre a discussão. Tratando sobre a *metáfora do espectro*, a partir de uma leitura *centrada no pós-estruturalismo* (abordagem que norteia muitos estudos sobre a *accountability*), em confronto com análises marxiano-marxistas, discorreremos sobre o absurdo de pensar a impossibilidade de definir o conceito *accountability*.

Ressaltamos, todavia, que o pós-estruturalismo é apresentado de forma resumida (em breves interpretações sobre certas teorias de Jacques Derrida, Michael Foucault e Jean-François Lyotard), servindo de mote, tão somente, para elucidar o termo *espectro* e afirmar a perspectiva de análise desenvolvida na pesquisa. O debate em questão possibilita explicar a distinção entre aparência e essência das formações materiais, principalmente na subseção “*Accountability: força (forma) material no movimento da essência e aparência*”, momento em que se sedimenta a ideia de que a *accountability* é uma forma material, que se objetiva como uma força ideológica.

Na seção segunda, “*Accountability na câmara escura: uma ilusão holográfica?*”, com sua subseção: “*Accountability – para além da ilusão holográfica: uma prática social*”, retomamos o debate sobre a *câmara escura*, iniciado no Capítulo IV. A partir de análises das obras *O par de Sapatos* (Vicent Van Gogh, 1886) e a Fotomanipulação da Era Stalin (o caso Trotsky), tratamos sobre a noção de *ilusão holográfica* atribuída ao conceito *accountability*, como algo que aparentemente nos escapa. Colocando em cena algumas apreciações de Martin Heidegger, Michael Foucault e Gilles Deleuze sobre a *realidade*, estabelecemos, amparados no marxismo, algumas balizas que norteiam o equívoco de certas generalizações sobre a *accountability*.

O ponto nodal deste debate consiste na relação entre o caráter relativista e fenomenológico do pós-estruturalismo e a interpretação marxista assentada nas determinações da materialidade. Além disso, ao tratarmos sobre a *holografia* (em um paralelo com a *câmara escura*), enquanto uma técnica, abordamos a *accountability* como uma formação efetivada na vida cotidiana e que deve ser apreendida, considerando-se a totalidade histórico-social.

5.1 A espectralidade da *accountability*: ser ou não ser, espectro?

O percurso histórico da filosofia burguesa que se seguiu ao pensamento fetichizado da *decadência ideológica* compreende, nos séculos XX-XXI, tendências ao irracionalismo. Essas tendências, ampla e diversificada *démarche* intelectual, consubstancia-se numa crítica geral à modernidade e à razão moderna. Estamos diante de uma operação ideológica de ocultamento teórico que institui um *modus* de pensar que dificulta compreender a sociedade fora das categorias da ordem do capital, em seu arranjo neoliberal.

Proclama-se a superação das sínteses teóricas derivadas do Iluminismo e sua racionalidade progressista. O âmago do Iluminismo, como viu Kant (2007), reside na ideia de emancipação do homem, que só pode se autodeterminar como liberdade pelo exercício da razão crítica. Do conceito axial da razão, deriva a possibilidade da *ciência* e da *verdade*, verdade esta que tanto em Hegel (2007) quanto em Marx (2008a), situa-se na relação sujeito-objeto.

A teoria pós-estrutural e sua propensão em romper com os paradigmas passados (reflexo da *crise de paradigmas*, da *negação das metanarrativas* e das teorias calçadas na categoria de *totalidade*) é uma marca da *pós-modernidade*, que celebra o relativismo e os aspectos fragmentários do real, em que o conhecimento só seria alcançável de forma não unitária. Concepções que coadunam com as teses conservadoras do *fim da história* e *fim da*

ideologia. Trata-se de uma contestação dos fundamentos das ciências, uma oposição embasada em torno do papel e da natureza da linguagem, tal qual apontou Coutinho (2010): *a miséria da razão*.

Foram os trabalhos de Michael Foucault e Jacques Derrida, propagados a partir da década de 1960, inspirados nas tradições não racionalistas, sobretudo nas obras nietzscheanas, que levaram o *estruturalismo* ao extremo (criticando, adotando e ampliando seus elementos), defendendo ideias como instabilidades estruturais, relativizações do processo de significação da realidade e o descentramento da compreensão de sujeito (Anderson, 2004). Por essa descentração, temos um *anti-humanismo*. No entender de Coutinho (2010, p. 155):

[...] julga que o próprio homem deve ser eliminado do terreno da racionalidade, substituído [...] pelo exame das regras formais do “discurso” ou “sistema”. O anti-humanismo, ademais, não aparece em sua filosofia como fruto de uma escolha pessoal, mas sob a máscara de uma inelutável necessidade imposta pelas novas formas do saber.

O descompromisso pós-estrutural/pós-moderno com a historicidade e, ainda mais, com a superação da ordem contraditória do capital, disseminou a noção de que o homem pode “pensar, mas não agir” (Coutinho, 2010, p. 168). Assim, teríamos: “A ‘miséria da razão’, [...] expressa no positivismo de Foucault, conduz[indo] ao fatalismo, à transformação de processos históricos concretos em fetiches imutáveis. A manipulação converte-se em algo irresistível, ‘ontológico’” (p. 168-9). Nessa direção, o pensamento pós-estrutural *anunciaria* a derrocada do homem, e com ele, do humanismo, ao negar a história feita pela própria humanidade.

Apesar de não haver um acordo em relação ao conceito pós-estruturalismo, temos que, um aspecto embasa essa concepção: *a impossibilidade de definir objetivamente qualquer tipo de conceito*. Para seus teóricos, a definição de um termo só seria possível por meio de sua própria negação: o que não é *a coisa*, ou seja, o que está fora dos limites (fronteiras ou campos) criados para designar *a coisa*, a partir de certa abordagem e tradição. Seguindo a lógica pós-estrutural, pode-se conjecturar que um dos obstáculos para a definição conceitual do termo *accountability* seria *a própria impossibilidade de se conceituar algo de forma objetiva*.

Se considerarmos a *desconstrução derridiana*, o processo de definição conceitual esbarraria no problema da *contestação* do pressuposto do conteúdo garantido, o que repeliria as *narrativas recebidas*. Aspecto alinhado à tese de Lyotard (2013), do *fim das metanarrativas* (narrativas totalizantes) e à celebração radical da história fragmentada no *presentismo*, o *eterno presente*. Por esta lógica, citando um caso análogo, a própria definição objetivada do conceito *desconstrução* não seria possível.

Empreender um esforço de conceituação resultaria, nessa visão, na incompletude, à vista que sempre existiriam novas interpretações, pois a *presença seria transitória* e a estabilidade da estrutura seria formada por incoerências. Logo, pensar no conceito *desconstrução* só seria possível a partir da *negação*, ou seja, aquilo que não se refere a esse conceito:

Não é fácil definir “desconstrução” [...]. Como sugere o próprio Derrida, [...] talvez seja mais adequado dizer o que não é “desconstrução”: não é um método, nem uma técnica e nem tampouco um modelo de crítica que possa ser sistematizado e regularmente aplicado a teorias, textos ou conceitos (Arrojo, 1992, p. 9).

A teoria derridiana opõe-se à certeza epistêmica, evitando um discurso ontológico, estabilidade do significado, identidade estável, validade universal das *oposições binárias* (verdade/mentira) e categorização. Todavia, o pós-estruturalismo derridiano não se contrapõe em termos absolutos às abordagens sistêmico-estruturais, uma vez que, para algo ser passível de desconstrução, é necessário algum ponto de referência.

Desse modo, não se relativiza ao infinito, mas coloca-se em cena as diferenças, as exclusões e as margens, aceitando até certo ponto o que está dado (inclusive a realidade binária), e a partir daí, ressignificar o fenômeno para desconstruí-lo, rejeitando o projeto totalizador e a própria possibilidade da *verdade* ou do *sentido*, ou mesmo da noção de *progresso*. Não se trata de destruir o que está construído, mas reinterpretar o que está posto e duvidar, levando a dúvida cartesiana ao extremo: duvidar até do ato de duvidar.

Contudo, se Foucault e Derrida levaram o estruturalismo ao extremo, foi em Foucault que a ênfase na questão da linguagem recaiu com maior força, sobre a chamada *tiranía do próprio verídico*. Para Foucault, a *vontade de verdade* produz seu saber através de “uma falsificação primária e perpetuamente reiterada que estabelece a distinção entre o verdadeiro e o falso” (Anderson, 2004, p. 181).

Foucault (1996) destaca que, inerente ao discurso, estão em jogo o desejo/vontade e o poder: “O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la” (p. 20).

O discurso passa a ser visto a um só tempo como dispositivo social de sujeição e representação, questionando a própria construção do conhecimento científico: as ideias binárias, enquanto fontes de verdades absolutas, bem como seus métodos e técnicas e eficácia na sociedade, no jogo da relação entre o que é visto como certo e verdadeiro, são postos em xeque. Com Foucault, tem-se uma formação discursiva, pela qual o discurso, na intrínseca

relação estabelecida entre *verdade* e *poder*, invade a realidade, afirmando a total impossibilidade de separação entre a ordem social e a discursiva.

Nesse sentido, a teoria foucaultiana aponta que qualquer ação humana pode ser explicada a partir da linguagem, na miríade de micropoderes (no jogo sempre reversível da dominação e resistência), e que fora do discurso, nada existe, não há sentido. Derrida, seguiu caminho similar ao de Foucault. Por um lado, rejeitou a noção de linguagem como um sistema estável de objetivação, mas por outro, radicou-a como soberana universal do mundo moderno, com o decreto de que “não há nada fora do texto [... e] nada antes do texto, nenhum pretexto que já não seja texto” (Anderson, 2004, p.176).

Diversamente do pós-estruturalismo, para a teoria marxiano-marxista, a realidade social não é algo estável, ela é um processo em contínua transformação, que não se restringe à mera exterioridade do mundo. É por meio de uma luta de classes, ou no conflito dos contrários, que a história se desenrola. Desse modo, é a consciência humana que permite narrar, compreender e explicar a história, desenvolvendo teorias e ideias.

Conforme o pensamento dialético, o homem está ontologicamente no centro da vida e da produção social. Daí, tem-se no marxismo que toda a realidade significada pelo homem é parte da produção da própria atividade humana, realidade que é incorporada de forma não passiva. Por meio do trabalho, o mundo materialmente sensível é criado, bem como as relações e as instituições, possibilitando que o homem, pelo esforço ao longo de sua história, possua a consciência tal qual a conhecemos.

Portanto, a produção da consciência humana, na dialética com a realidade, produz novas teorias; sendo que a mediação das necessidades humanas com a natureza pressupõe formas subjetivas. Isso posto, temos que consciência e subjetividade estão sempre em relação com as determinações existentes, uma vez que: “Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (Marx; Engels, 2016, p. 87), o que origina a complexidade da relação entre sujeito-objeto.

O objeto, em sua reprodução teórica ou complexo categorial, deve ser entendido num processo histórico e não estaticamente; ademais, deve ser analisado a partir das relações sociais, considerando suas contradições. Esse objeto complexo *não é uma realidade completamente exterior e contraposta ao sujeito* (Chasin, 2009), ou um amontoado de ideias fragmentadas, muito menos, uma lógica que valoriza a totalidade abstrata. Ele baliza a realidade na concretude do real, assim sendo, ele necessita ser investigado à luz de diferentes mediações, na unidade do diverso, ponderando *a unidade entre objetividade e subjetividade* (Kosik, 2002).

Por isso, a relação objetividade-subjetividade está longe de subjetivar o conteúdo do conhecimento verdadeiro sobre o objeto, tampouco elevar a verdade ao *status* místico de propriedade supratemporal e imutável. O conhecimento é algo tipicamente humano, logo é subjetivo, mas o conteúdo do conhecimento independe da humanidade. Tem-se aqui a dialética sujeito-objeto ligada ao conceito da verdade objetiva, que está em interação e inter-relação com as categorias de absoluto e de relativo.

O absoluto reúne tudo o que é imutável e estável; enquanto o relativo é representado pelo mutável e transitório. Na dialética entre o absoluto e o relativo, considerando o caráter de absoluto e de relativo como contradição, pode ocorrer ou não a passagem/mudança da unidade do absoluto, *vis-à-vis*, ao relativo. Isso significa que o absoluto se torna relativo e o relativo investe-se de absoluto.

Aqui, a verdade atinge seu grau absoluto e relativo, sendo a teoria uma modalidade de conhecimento que manipula o absoluto e o relativo do objeto, buscando compreender a estrutura de sua existência real efetiva. Assim, a essência das categorias, compondo a realidade, instância objetiva, não estão dadas de forma imediata e isolada de uma totalidade contraditória, mas devem ser confirmadas na práxis humana. Essa realidade, por sua vez, é uma instância objetiva que afeta e é afetada pela relação sujeito-objeto, uma vez que, como já afirmado, a realidade não se dá ao sujeito de forma passiva.

Quando as correntes da *decadência ideológica* ignoram as *contradições*, elas negam o conteúdo sócio-histórico, aceitando o *dilaceramento histórico* (Coutinho, 2010) e a fragmentação da vida humana. Assim, acabam não relacionando os fatos como resultantes da práxis social. A consequência imediata desse processo fragmentador é a perda da totalidade do objeto e a identificação errônea entre a aparência e a essência, por meio de uma abordagem especulativa abstrata da racionalidade.

Ao afirmar que o ser social é um ser ativo que constrói (pensa e comprova) seu conhecimento, em um processo ontológico e ontoprático, o marxista Chasin (2009, p. 100) elucida que,

O homem se *faz* ou é um *ser prático*, então, é capaz de *conhecer*, ao menos o que permite *fazer*, confirmar sua natureza prática. A partir disso, por conseguinte, o conhecimento também está confirmado, não sendo mais plausível a alternativa teórica de sua impossibilidade por via dos maneirismos céticos, nem o reducionismo que o derroga a simples convenção por efeito dos atos de linguagem num quadro dado de uma gramática especial, nem menos ainda sua desqualificação a mera poeira do imaginário, este mesmo simples fantasma onipresente de uma metafísica da impotência.

Por isso, o marxismo, dentre outras razões, contrapõe-se ao pós-estruturalismo, pois para esses, como efeito da *virada linguística*, a realidade destitui-se de toda a realidade e a distinção entre o verdadeiro e o falso só possuiria, doravante, valor contextual.

A própria noção de sujeito histórico (homens e mulheres enquanto fonte da práxis transformadora do real, que modifica o ambiente, ou seja, o conjunto das relações de que todo indivíduo faz parte) sofre uma descentração, sendo substituído pelo poder da linguagem e pelas práticas discursivas: a linguagem, na ideologia pós-estrutural, passa a constituir o sujeito. Wood (1999, p. 11) explica que:

Para alguns, isso parece significar, de forma bem literal, que os seres humanos e suas relações sociais são constituídos de linguagem, e nada mais, ou no mínimo, que a linguagem é tudo o que podemos conhecer do mundo e que não temos acesso a qualquer outra realidade. [...] A sociedade [para os pós-estruturalistas] não é simplesmente *semelhante* à língua. Ela *é* língua; e, uma vez que todos nós somos dela cativos, nenhum padrão externo de verdade, nenhum referente externo para o conhecimento existe para nós, fora dos “discursos” específicos em que vivemos.

O ponto culminante desse caminho levou a uma “absolutização da linguagem”, cujo “efeito imediato mais importante é o que podemos chamar [...] de atenuação da verdade” (Anderson, 2004, p.179). Para referendar a exposição do autor, citemos a crítica de Eagleton ao pós-estruturalismo:

A obra de Derrida e outros lançou graves dúvidas sobre as noções clássicas de verdade, realidade, significado e conhecimento, todas denunciadas como baseadas em uma teoria ingenuamente representativa da linguagem. Se o significado era um produto passageiro das palavras ou dos significantes, sempre oscilante e instável, em parte presente e em parte ausente, como poderia haver qualquer verdade ou significação determinada? Se a realidade era antes construída do que refletida pelo nosso discurso, como poderíamos chegar a conhecer a própria realidade, em lugar de conhecer apenas nosso próprio discurso? (Eagleton, 2006, p.215).

É importante frisar aqui que Eagleton não deixa de reconhecer alguns méritos da *desconstrução*, o problema é que as virtudes sucumbem diante das consequências políticas de seu uso:

O fato de que, todavia, há formas de se interrogar textos, flutuar o significante, ler ao revés, que podem acabar por abalar o discurso acadêmico ideológico até suas raízes é um insight de valor profundo. O fato de que essa desconstrução, como um conjunto específico de procedimentos textuais, pode funcionar como uma força radical é certamente inegável. O que está em questão é a apropriação de tais insights e procedimentos de formas que objetivamente legitimam a hegemonia burguesa (Eagleton, 2010, p. 158).

A posição crítica de Eagleton pode ser, a critério de exemplificação, direcionada à duas ideias expressas nos escritos de Lyotard. Na obra *A condição pós-moderna*, Lyotard (1986,) defende que o princípio da *performance* (*com o fim das contradições*) é realmente

tudo o que conta. O teórico pós-moderno chama a atenção para a “maciça subordinação das declarações cognitivas à finalidade da melhor *performance* possível”, na ordem capitalista; “Os jogos da linguagem científica”, escreve, “tomam-se os jogos do rico, nos quais os mais ricos, quem quer que sejam, têm melhores chances de estarem certos” (p. 45).

Nessa mesma linha, escreve Lyotard (1974, p. 311, tradução nossa) em *A economia libidinal*, seria interessante ficar onde estamos, “[...] para agarrar sem ruído todas as oportunidades de funcionar como corpos e bons condutores de intensidades. Não há necessidade de declarações, manifestos, organizações; nem mesmo de ações exemplares. [Devemos] Deixar a dissimulação agir em favor das intensidades”.

O que Lyotard, enquanto um corifeu pós-moderno, convida-nos a fazer é que abracemos a ideologia da caoticidade, ilogicidade e irracionalidade, aspectos ocultos em um discurso de poder *omniabrangente* do capital. Além do mais, que consideremos tal discurso como a essencialidade “de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua viabilidade produtiva’, ou perecer caso não consiga se adaptar” (Mészáros, 2016b, p. 96).

Não espanta que Lyotard e a maior parte do pensamento pós-estruturalista, em um nietzschiano *esquecimento ativo* da história (como uma amnésia das grandes narrativas totalizantes do iluminismo), celebre as reacionárias narrativas do eterno presente. A meta, na relação entre teoria e prática, não é a verdade, mas a *performatividade*, não a razão, mas o poder expresso nas micropolíticas.

Em síntese, o que Foucault, Derrida e Lyotard apresentam é uma abordagem que conduz ao abandono do conteúdo sócio-histórico e da categoria política, enquanto mediação da práxis transformadora executada por sujeitos ativos. Nesse cenário, não haveria por que falar de verdade, razão, tampouco, ideologia. A política se dissolve na teia dos micropoderes, na qual o poder já não é referenciado a um centro, mas encontra-se diluído no jogo da linguagem. De modo diverso, para o marxismo, o *poder* e a *política* estão ligados à ideologia e não é possível, p. ex., pensar o conceito de *accountability* e as contradições sociais desligados de tais noções.

Então, qual o resultado político da desconstrução? A desconfiança geral de palavras como *verdade* ou *real* abriu caminho para um processo de despolitização: “Se alguém levantasse objeções ao dogma de que jamais poderemos conhecer alguma coisa, isto significava que ele se apegava nostalgicamente às noções de verdade absoluta, e a uma convicção megalomaniaca” (Eagleton, 2006, p. 216). Esse legado pós-estrutural presente na desconstrução derridiana “é capaz de contestar todo o conhecimento existente e de não obter

quaisquer resultados ao fazê-lo. A exemplo de outras tendências filosóficas modernas, ela invalida tudo, e deixa tudo exatamente como antes” (*Idem*, 1991, p. 96).

O pós-estruturalismo, bem como sua irmã siamesa o pós-modernismo, comete o erro de decretar a morte da verdade, em função da crise ou descrédito de certas ideologias. Ao afirmar a tese do *fim das ideologias*, sua consequência direta é a refutação de interesses e de experiências comuns e da negação da história, em proveito da fragmentação, em uma ação que dissolveu o sujeito histórico. A realidade, diante da impossibilidade do conhecimento da totalidade, seria apenas um conjunto de sistemas simbólicos particulares.

Assim, se por um lado, o positivismo centrado na unidade metódica promove a paranoia epistemológica, por outro, a renúncia da racionalidade e a crença na rude objetividade da subjetividade promove o anarquismo metodológico, e acabamos lançados no esquizofrenismo epistêmico. Em um movimento de *inversão das estruturas* (Anderson, 1983), marcado pela passagem do objetivismo puramente ascético para o subjetivismo orgiástico (culminando no pós-estruturalismo e sua negação do sujeito iniciada pelo estruturalismo), promoveu-se a *exorbitação da linguagem*, em que as ações coletivas empreendidas pelos sujeitos sociais se perdem em meio a dados estéreis.

Desse modo, pensar à luz da lógica derridiana significa realizar a análise abraçando o gerúndio *diferindo*, *recusando a dialética* (tese-antítese-síntese). E por meio de um interminável repensar, desloca-se a interpretação para um perene adiante, algo que está sempre no porvir, um *por vir* como uma promessa; existir é repetir-se, uma repetição do diferente que se supõe igual, em um fluxo contínuo, visando estabilizar as incongruências; em que o repetir da coisa não permite sua conceituação objetiva, pois a coisa, ao repetir-se, é sempre reinterpretada. Eis uma raiz da multiplicidade de interpretações sobre a *accountability*, *como uma escorrência*.

O que comporta a trama diferencial derridiana é o termo *rastro* (*trace*), que trata da estrutura de significação, em função do sistema de diferenças, uma cadeia discursiva, na qual cada palavra traz em si o rastro de outras palavras. Nos termos de Derrida (1991, p. 58): “o rastro não é uma presença, mas o simulacro de uma presença que se desloca, se transfere, se reenvia, ele não tem propriamente lugar, o apagamento pertence à sua estrutura. [...] É rastro e rastro do apagamento do rastro”.

Sobre esse desvio de um comando, o autor escreve em *Espectros de Marx*: “Her damos sempre um segredo que diz ‘lê-me’, serás tu capaz?” (Derrida, 1994, p. 40). Sempre lemos o rastro, em um reenvio infinito de rastro a rastro, é o que diz Derrida, mas sob

o risco, sempre imanente, na escala de volta à origem, que o significado corra o risco de se perder, de perder a sua presença – o querer-dizer daquele que o proferiu.

Diante das possibilidades do *efeito de rastro* e da escritura como apagamento da presença, encontraremos a noção de *différance* (um neografismo). Embora um tanto distante, Derrida recuperou a semântica latina do *differre* de *diferir* (diferenciar; atrasar, demorar-se). A *différance* revela o elemento que escapa do controle, em um intrincado jogo de perspectivas, gerando sentidos de forma contínua, sempre em fuga, sem nunca se deixar apropriar nem por um instante. Essa *presença ausente*, que nunca se prende a um sentido fixo, resulta na noção de que a presença somente seria compreendida pela ideia de ausência.

Então, poder-se-ia conjecturar, em uma visão derridiana, que o *espectro* seria um corpo não-corpóreo, uma presença que seria também ausência, desafiando a possibilidade de nomeação. A noção de espectralidade derridiana não diz respeito apenas a fantasmalidade: por exemplo, Marx, nos séculos XX-XXI, seria um *espectro* a assombrar a consciência burguesa, mas o *mouro*, à sua época, também estaria sendo perseguido por um exército de espectros (o fetichismo, a ideologia etc.). Isso posto, temos que a espectralidade derridiana está ligado a uma *lógica espectral*: àquilo que não é nem inteligível, nem sensível, nem visível, nem invisível.

O espectro seria uma *quase-coisa*, uma coisa que contém algo que conhecemos e que não conhecemos, uma coisa que não é uma coisa; como um *re-vir*, um retornante, ou melhor, uma reparição, contendo ao mesmo tempo algo de morto e de vivo. (Essa ideia de *morto-vivo* nos remete à metáfora da *Accountability Frankenstein*, tema que trataremos na subseção 5.2.1). Essa *quase-coisa* seria uma espectralidade que nos observa, mas que não a vemos. Instaura-se uma dissimetria, um *efeito de viseira*, não vemos aquele que nos olha.

Retomando, neste ponto, ao texto de *Hamlet*, teríamos na figura do Rei-fantasma um exemplo do estranhamento de *efeito de viseira*, teorizado por Derrida, efeito gerado pelo elmo que torna enigmático o rosto do espectro: o espectro *vê sem ser visto*.¹⁰⁶ Assim, o sentido nunca estaria fechado, ou seja, existiria um *espaço de fenda*, uma contínua possibilidade de (re)contextualização, podendo o espectro significar uma ameaça em um tempo e outra coisa, em outro tempo, relativizando a verdade.

¹⁰⁶ Em uma perspectiva *baudrillardiana*, o espectro seria *uma visão sem realidade*, um *simulacro* – uma distorção do real, fingindo uma presença ausente – uma representação imagética exibida como real, sendo na realidade ilusória, de tal modo que ressignificamos (esquecemos) o sentido das coisas. O simulacro, substituindo as ideologias, criando uma imagem sem correspondente com a realidade, é como uma máscara no mundo das aparências, do misterioso, a serviço de um segredo que deve permanecer oculto, suposto (Baudrillard, 1991).

Contrariamente a este relativismo pós-estrutural, a lógica dialética marxiana visa o estudo do movimento do pensamento na direção do caráter objetivo da verdade, algo que não é dado, mas que é fruto da investida do pensamento humano sobre o objeto: tem-se que se o conhecimento é verdadeiro, então ele atinge a objetividade. Assim, a verdade é um processo de movimento do pensamento, em que a dialética do sujeito e do objeto estão ligadas, enquanto conteúdo que vai do subjetivo ao objetivo.

Temos que só há verdade objetiva, existindo uma diferença entre a verdade absoluta e a relativa, em função do grau de precisão que refletem do mundo objetivo, como um processo do conhecimento que tem sua autenticidade e irrefutabilidade em si mesmo, em seu próprio movimento. Entretanto, a objetividade é absoluta, não enquanto realidade acabada, mas como algo que está em movimento (descartando, incorporando e superando a si mesma e ao processo que alimenta com sua presença), cuja soma de verdades relativas contribui para a constituição/definição da verdade absoluta.

A concretude da *accountability* começa a ser apreendida com o processo de análise, processo esse, teórico, tendo em conta que a concretude não é da ordem do real e sim da ordem do teórico. Os conceitos e as relações (gerais e abstratas), aos quais se chega pelo trabalho teórico, é que constroem a concretude da *accountability*. Sem os conceitos que constituem suas determinações, a *accountability* seria uma abstração vazia, uma representação caótica. De modo conseqüente, a construção do conhecimento, calcada na superação da aparência em direção à essência, demanda a apreensão de seu conteúdo, considerando suas mediações históricas interpretadas à luz das abstrações do pensamento teórico, desvelando as tensões entre forma e conteúdo.

Portanto, não nos basta uma análise fenomenológica da realidade do fenômeno, faz-se necessário superar as representações e as significações em sua imediatez sensível e realizar a análise das múltiplas determinações ontológicas do real. Não devemos nos ater apenas ao que é visível, na fragmentação, diversidade e fluidez pós-estrutural e sua conseqüente negação da história. O conhecimento da realidade objetiva requer a compreensão dos fenômenos em sua processualidade (conexões internas, movimento e evolução) e totalidade histórico-social.

Entretanto, não se privilegia a totalidade, em detrimento das partes, como se essa fosse criada pelo intelecto abstrato, o que resultaria em uma compreensão superficial e unilateral do real, produzindo representações de uma *falsa totalidade* ou um *todo fechado, falsamente absoluto e autônomo* (Kosik, 2002). Ao considerar-se a totalidade não se parte de uma universalidade abstrata (que gera a autoilusão de que o pensamento cria a concreticidade),

mas se considera o processo histórico do desenvolvimento do objeto, que se inicia no mais simples e se eleva ao mais complexo.

No materialismo dialético, a forma social mais simples e a categoria mais complexa só podem ser determinadas em uma relação recíproca. O ponto de partida para reconstruir o movimento do conceito *accountability* no pensamento (enquanto uma atividade ideal) deve ser, necessariamente, uma atividade (realidade) social, contrapondo-se a ideia de um conceito que se autoengendra.

Em contraposição às correntes da *decadência ideológica*, que identificam aparência e essência, bem como o singular e o universal, na teoria marxiana, estas categorias são uma unidade dialética. Nos *Manuscritos de 1844*, Marx (2010b) nos ensina que não se pode abdicar da manifestação aparente do objeto; ao contrário, para captar a essência do objeto, faz-se necessário considerar as relações e as múltiplas determinações entre essência e aparência.

Já nas *Notas marginais ao “Tratado de economia política” de Adolph Wagner*, Marx (1976) explica, por exemplo, que em sua análise da mercadoria, ele parte da aparência, ou seja, do *valor de troca* (a propriedade de poder ser trocada por mercadorias distintas de si própria) e não do *valor de uso* (sua essência – a propriedade de satisfazer as necessidades do homem). Sendo que a mercadoria, enquanto uma riqueza, mercantil, possui *valor de uso* e *valor de troca ao mesmo tempo*. Não obstante, deve-se salientar que o *valor de troca* é uma forma ilusória da mercadoria, que se manifesta na ordem do capital.

Monfardini (2010, p. 3) é esclarecedor sobre a relação aparência-essência: “Só para citar dois exemplos: nem a água precisa manifestar de imediato sua composição química e nem o vulcanismo precisa revelar de imediato suas causas.” Isso significa que essência e aparência não se manifestam ao mesmo tempo. A crítica marxiana não está centrada na aparência, mas na utilização da aparência do objeto como se representasse o todo, como se fosse a essência.

Como a aparição do Rei-fantasma, os fenômenos perceptíveis na imediatez estão no plano das aparências (pseudoconcreticidade), desenvolvendo-se à superfície da essência do próprio fenômeno, como concreticidade aparente. Sendo que a essência, só pode ser desvelada por meio de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais, e a própria aparência é uma destas contradições.

Embora a aparência possa ser enganosa ou manifestar-se de forma ilusória, essa mistificação tem como base o próprio objeto, uma vez que a aparência não se refere ao modo como os sujeitos apreendem o objeto, mas sim a própria formação material. A apreensão dos

sujeitos sobre o objeto altera suas práticas sobre o mundo, nessa mesma lógica, reportando-nos novamente a Marx e Engels (2010), no *Manifesto*, se os sujeitos tiverem acesso à essência do fenômeno, não ficando restritos ao plano da aparência, essa compreensão possibilitaria um novo modo de agir, logo, em nosso caso, um entendimento da definição do conceito *accountability*.

À face do conjunto exposto, ainda cabe aqui, o solilóquio de Hamlet, no Ato III, Cena I, que principia com o mote: “Ser ou não ser, eis a questão” (Shakespeare, 2015, p. 111): seria, conceitualmente falando, a *accountability* um *espectro*, uma *presença ausente*? A *accountability* não é uma presença ausente, muito menos um *corpo não-corpóreo* ou uma *quase-coisa*. Tampouco, a *accountability* se reduz a um simulacro ou encontra-se presa ao plano do simbólico; ela não é um *espectro*, mas de maneira oposta, é uma *força (forma) material* ou em outros termos, um mecanismo ideológico materializado no mundo dos homens.

Em suma, a *accountability* é uma *forma material* (coisa, processo, fenômeno – no sentido de coisa) que compõe a *matéria*, *efetiva-se* na realidade objetiva e é passível de ser conhecida, logo, é *cognoscível*. A *accountability*, portanto, é perpassada pelas contradições inscritas na história, um reflexo da verdade objetiva (com sua particularidade e universalidade), uma categoria em ligação e em interdependência com a realidade objetiva.

5.1.1 Accountability: força (forma) material no movimento da essência e da aparência

Como vimos no Capítulo III, retomando neste ponto, os argumentos expostos por Cheptulin (2004) sobre a teoria da matéria, a partir das concepções teóricas de Lenin, na obra *Oeuvres*, temos que a ponta do equívoco dos teóricos de tendência metafísica foi considerar, a partir da descoberta do elétron e da radioatividade, e em função da relatividade desses estados, a falência da teoria da matéria.

A questão metodológica levantada por Cheptulin e Lenin não é um questionamento sobre as leis da física, mas uma crítica à mecanicidade unilateral da ciência, à negação da matéria, isto é, da realidade objetiva cognoscível. Das inúmeras indicações possíveis de interpretação dessa questão, priorizamos uma: *o que é a realidade?* A questão sobre ‘*o que é*’ e ‘*o como*’ conhecer *a realidade* revela a complexidade da reprodução social, bem como da relação sujeito-objeto.

Nessa constatação, devemos considerar nossa condição cultural, organização econômica e o complexo ideológico, bem como a radicalidade da ontologia, em processos de

mútua constituição na existência (a totalidade social). É nesse contexto, a nosso ver, que a ideologia apresenta objetivação material na vida dos indivíduos, logo, não permite que se pense como material, apenas um ente com massa e energia.

Isso porque, como realça Lenin, em seu debate sobre a eletricidade, o que desaparece, a partir das novas descobertas, não é a matéria, mas o limite até o qual vai nosso conhecimento. Portanto, “[...] propriedades da matéria que antes nos pareciam absolutas, imutáveis, primordiais (impenetrabilidade, inércia, massa etc.) desaparecem, reconhecidas agora como relativas, inerentes apenas a certos estados da matéria” (Lênin, t. 14, p. 295 *in* Cheptulin, 2004, p. 65). Assim, em concordância com Thompson (1998), sempre haverá novas formas de interrogar as evidências ou de trazer à luz o desconhecido, sempre sujeito a modificações.

Se Hamlet (Ato I, Cena V), diante do espantosamente estranho (o espectro do rei), exclamou a um de seus companheiros: “Se é tão estranho assim, dá-lhe boa acolhida. [Pois] Há mais coisas no céu e na terra, Horácio, do que pode sonhar tua filosofia” (Shakespeare, 2015, p. 81); nossa atitude, à sua semelhança, deve ser capaz de recepcionar (desvelar em uma práxis crítico-reflexiva) o mecanismo ideológico da *accountability*, parafraseando Hamlet, cujos *ossos* (aspectos, propriedades, características) *a aparente morte já guardara, terem rompido o invólucro* do espaço e do tempo.

Além do mais, para escapar do efeito mistificador de um mecanismo ideológico, é necessária a compreensão das relações dialéticas que o envolvem. A crítica automática a uma formação material (objeto, coisa, processo, fenômeno) aduz à crença cega, em outras palavras, uma ortodoxia irrefletida, um ataque que gera outra mistificação. O adequado, portanto, é explorar as contradições internas da coisa, em suas inter-relações com o externo, entendendo a dinâmica que produz os *slogans* propalados pelos ideólogos do capital.

Dessa forma, é possível combater os *slogans* políticos dos que tomam as decisões por nós, como os valores presentes no princípio: a educação é um *bem competitivo econômico que não pode ser deixada sob a responsabilidade dos pedagogos* (Papadopoulos, 1994, p. 45). Essa ideologia concebida por um intelectual orgânico da OCDE entrelaça-se, em tempos neoliberais, à crença e à difusão da resignação e à irreversibilidade dos processos de *accountability*, em uma espécie de determinismo ou fatalismo, como se *não houvesse outra alternativa*, sem sequer questionar suas seríssimas consequências e a forma de enfrentá-las.

No campo da educação, os atores políticos passaram a recrutar a *accountability*, com seus *slogans* de eficiência, eficácia e equidade, “como uma ferramenta retórica para [...] reunir partidários” (Bovens, 2010, p. 950, tradução nossa). Disso, resulta, à semelhança do

conceito de *representação* – tratada por Pitkin (1972, p. 3-4, tradução nossa) –, que a *accountability* tornou-se “uma daquelas ideias fundamentais tão tidas como garantidas que elas próprias escapem de um exame minucioso; ou talvez sua complexidade tenha desencorajado a análise”.

Por isso, para o estudo da *accountability*, devemos considerar sua história (com suas rupturas e continuidades), seu movimento e desenvolvimento, ponderando que “os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade” (Kosik, 2002, p. 49). Ademais, ainda conforme o autor,

O caminho entre a “caótica representação do todo” e a “rica totalidade da multiplicidade das determinações e das relações” coincide com a compreensão da realidade. O todo não é imediatamente cognoscível para o homem, embora lhe seja dado imediatamente em forma sensível, isto é, na representação, na opinião e na experiência. Portanto, o todo é imediatamente acessível ao homem, mas é um todo caótico e obscuro. Para conhecer e compreender esse todo, possa torná-lo claro e explicá-lo, o homem tem de fazer um *détour*: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte. Exatamente porque o caminho da verdade é um *détour* – der Weg der Wahrheit ist Umweg - o homem pode perder-se ou ficar no meio do caminho (Kosik, 2002, p. 36).

Com o movimento de *détour* podemos chegar à essência da *accountability*, ou seja, por um *processo regressivo* (buscando sua origem) e, ao mesmo tempo, *progressivo* (identificando suas mudanças no espaço e tempo), remontamos a seu movimento histórico. Isso posto, com a ação reflexiva e interpretativa do antigo (a gênese do objeto), busca-se encontrar novos significados e novas conexões, descobrindo outros sentidos e caminhos para entender o desenvolvimento da *accountability*, logo, o moderno conteúdo de sua categoria.

A fim de alcançar o entendimento de uma formação material, deve-se romper com o anacronismo cometido em sua conceituação, bem como na “tradução descontextualizada de expressões [...] relacionadas ao campo semântico constitucional” (Koselleck, 2006a, p. 104). Ou seja, é necessário analisar a *accountability*, considerando as múltiplas determinações que a constitui, “o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados” (p. 309).

Com esse movimento koselleckiano, considera-se a maneira como o passado se manifesta no presente, em um liame com o *futuro presente*, o ainda-não, o que apenas pode ser previsto. As bases norteadoras da *accountability* estão ligadas, portanto, ao sentido das ações humanas e às funções política e social dessa mesma categoria.

Entretanto, pensar sobre a *accountability* significa transpor a pura reflexão de sua definição conceitual, envolve compreender de que modo o *processo ativo* dos múltiplos sujeitos histórico-sociais e suas *experiências* na relação sujeito-objeto impactam a

accountability. Esse movimento conduz à essência dinâmica da formação material, a dialética, que “trata da ‘coisa em si’. A ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer [como já aludido] não só certo esforço, mas também um *détour*” (Kosik, 2002, p. 13).

Lukács (1979) esclarece que o ponto de partida do conhecimento deve ser uma abstração correta, que contenha em seu interior as características científicas necessárias – assentada em um aprofundamento teórico. Essa ação possibilita que aquilo que se apresentava como *paradoxo à experiência imediata* passe a ser apreendido por formas mais sofisticadas do conhecimento, podendo ser refutada ou convertida em uma verdade científica, caso comprovado (Moraes, 2009; Moraes; Müller, 2009). De todo modo, como destaca Marx (1865): é um paradoxo que a “[...] terra se mova em volta do sol e que a água seja constituída por dois gases altamente inflamáveis. A verdade científica é sempre um paradoxo do ponto de vista da experiência imediata que alcança apenas a mistificada aparência das coisas”.

Por esse ângulo, a essência e a aparência ocupam um lugar central no processo de mistificação, pois o modo de produção do capital não revela sua essência, ele dissimula o funcionamento (movimento) de suas engrenagens que parecem se esconder, contribuindo para dissimular as relações de exploração e de desigualdade, aparecendo por trás de coisas, processos, fenômenos. O que se apresenta ao indivíduo é o imediato (a aparência, uma visão parcial das relações estabelecidas), que é tomado, não como mediação de uma essência, mas como a própria essência. Ocorre na dimensão da mistificação ideológica uma confusão entre essência e aparência, resultado de descrições superficiais e de uma apreensão hipostasiada da aparência, tomada como essência em um mundo objetivamente misterioso.

Carcanholo (2017, v. 2), em sua obra “Capital: essência e aparência”, contribui para o entendimento dessa hipostasia, ao abordar a relação dialética entre aparência e essência, no concreto real da *vida cotidiana*. Recorremos a um fragmento extenso do autor que traz luz a essa relação dialética e esclarece a “problemática do progressivo processo de mistificação da essência que se apresenta à sociedade capitalista” (p. 11):

Duas características importantes devem ser consideradas, aqui, sobre a aparência na sociedade capitalista. A primeira é que ela não é resultado de um erro ou um engano do observador. Trata-se de uma das duas dimensões da realidade, tão real quanto a sua oposta, a essência. O erro não está na aparência e nem mesmo na interpretação que ela sugere, mas na crença de que a realidade tem uma só dimensão. O equívoco sobre o capitalismo consiste em pensar que a realidade é unidimensional, ou melhor, não saber de sua bidimensionalidade. Na verdade, existem, nesse aspecto, dois erros teóricos opostos: o empirismo daquele que somente vê a aparência e, por outro lado, o seu contrário, o fundamentalismo, que acredita que só a essência é verdadeira. Este talvez seja tão nocivo quanto o primeiro. No entanto, poderíamos destacar que, apesar de tudo, a essência deve ser vista como tendo uma superioridade sobre a

aparência, e talvez por duas razões básicas. Em primeiro lugar, porque só ela é capaz de permitir a lógica e estruturada compreensão sobre os nexos mais íntimos da realidade, possibilitando prever as potencialidades do seu desenvolvimento, dos seus destinos possíveis. Em segundo, porque, a partir dela, com os instrumentos que fornece, é possível entender todas as características da aparência, além de explicar a razão pela qual a aparência deve ser necessariamente como é. Em certo sentido, a essência contém dentro de si a própria aparência. A segunda característica da aparência capitalista [...] é o fato de que ela resulta diretamente da observação da realidade, mas desde um ponto de vista particular, específico: do ponto de vista do ato individual e isolado. Enquanto a essência só é compreensível a partir da perspectiva da totalidade social, a aparência deriva direta e imediatamente de uma visão parcial ou isolada da relação social; em caso extremo, da observação de uma específica relação entre um determinado empresário e um trabalhador. Essa relação específica não tem necessariamente de ser de exploração e muitas vezes não o é, de fato, na aparência. E, como a ação dos indivíduos na sociedade capitalista só os obriga (ou até os limita) à observação do ato individual e isolado, tendem a ser prisioneiros da aparência e da unidimensionalidade do real. Eles, na sociedade capitalista, não são facilmente capazes de observar a realidade de um ponto de vista global (Carcanholo, 2017, v. 2, p. 18-19).

Diante disso, a aparência não pode ser tratada como algo falso e/ou um engano e, tampouco, pode ser descartada como mero erro de compreensão do mundo, como já explanado, pois ela possui efetividade social, numa *objetividade determinada*, uma realidade que impõe a toda forma de ser, limites existenciais. No campo da essência e aparência, não convém falar em verdade e, tampouco, falsidade, pois essência e aparência são “as duas caras verdadeiras do real” (Carcanholo, 2017, v. 2, p. 13) em sua bidimensionalidade. Essa premissa é importante para compreendermos o objetivo do conhecimento, seja ele filosófico ou científico, na dimensão da mistificação e da teoria do conhecimento.

Recordemos, para adensar, um aspecto fundamental na relação essência-aparência: a falsidade não está na aparência, manifestação imediata, nem na interpretação que ela sugere, mas em sua apreensão sustentada na crença de que a realidade tem uma só dimensão, na significação elaborada pelos indivíduos, a partir da própria formação dada. Embora a aparência seja a base objetiva para o falseamento, o falso é a identificação da aparência com a sua essência, uma vez que “a aparência é diferente e muitas vezes justamente contrária, apesar de ser explicada totalmente por aquela” (Carcanholo, 2017, v. 2, p. 13).

Portanto, se determinada aparência é ou não enganosa, isso depende da formação dada (coisa, objeto, processo, fenômeno), da forma objetiva da própria natureza da formação analisada, ou seja, não há necessidade de erro na apreensão subjetiva do observador. Assim, distintamente do que apregoam os neopositivistas, inclusive no interior do marxismo, como entre os althusserianos (Coutinho, 2010), não podemos incorrer na distinção radical entre ciência e ideologia, que induz à noção equivocada de que o desenvolvimento científico estaria envolto na dualidade do verdadeiro e do falso conhecimento.

Como condicionante necessário para o conhecimento da realidade (científica ou

filosófica), devemos transcender a realidade dada e em um processo de *abstração intelectual*, alcançar aquilo que não está dado na imediatez, resgatando o que Marx (2013b, p. 880) afirma: “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [sua aparência] e a essência coincidissem imediatamente”.

A questão que se coloca é a generalização da particularidade de determinada concepção ideológica, ou seja, a elevação de algo que tem caráter particular à posição de todo, prejudicando o modo como os indivíduos tomam consciência da realidade – uma vez que, embora a experiência particular contenha uma verdade parcial, ela não é a verdade. É a partir das formas ideológicas, na inversão que toma a parte como todo, o abstrato como concreto e por verdadeiro aquilo que é falso, que se origina a mistificação da *accountability*.

Como se vê, a dialética marxiana não descarta a aparência em favor da essência. A aparência faz parte do próprio movimento dialético: se a essência representa o conjunto dos aspectos e das ligações necessários e *internos* da formação material; o fenômeno, por sua vez, representa a manifestação *exterior* da essência, seus aspectos e ligações através de desvios contingentes. Por conseguinte, o movimento de externalização da interioridade realizado pela essência, não elucida o conteúdo da categoria, logo, importa considerar a interação dialética entre essência e aparência, sendo que a aparência protege a essência de ser desvelada.

Contudo, essência e aparência não são suficientes para explicar a *accountability*; elas não são o fim último de toda a análise, deve-se considerar os aspectos internos e externos da formação material. De acordo com Cheptulin (2004), o *interno* designa o que está na coisa, o que é inseparável dela, o que lhe é necessário e específico; enquanto o exterior seria “o que não é condicionado pela natureza interna da coisa, o que lhe é contingente” (p. 276).

Nessas circunstâncias, embora a *essência* constitua o *interior da coisa*, ela por si só é insuficiente para a elucidação do *conteúdo da categoria* estudada, pois o *interior da coisa* não é somente a *essência*, mas igualmente *a causa, a necessidade, a lei*, categorias que se distinguem da *essência*. Tampouco, a *essência* se reduz ao *fundamento da coisa*: “O fundamento constitui uma parte da essência, representa as ligações e os aspectos necessários e principais e determinantes da coisa, enquanto a essência inclui ainda as ligações e os aspectos necessários não-fundamentais, não-principais” (Cheptulin, 2004, p. 277).

Opõe-se, dessa forma, às interpretações que igualam essência e fenômeno, uma vez que o fenômeno não coincide com a essência, antes chega a deformá-la (o que se produz quando a *accountability* interage com outras formações que introduzem certas modificações em seu conteúdo). Desvelar a aparência, esta síntese do que é condicionado pela essência e do que é introduzido do exterior, exige a inclusão da *accountability* nas relações que lhe dotam

de sentido; pois não há que se falar em uma formação material isolada, sem qualquer relação com outras formações materiais.

Por essa razão, não faz sentido supor a imutabilidade da essência. Embora estável, com relação ao fenômeno, a essência também sofre modificações (mesmo que lentas), em função do desenvolvimento da formação material, em função da realidade concreta em que está inserida. Com isso, certos aspectos e ligações necessários começam a ser reforçados, enquanto outras são rejeitados para um segundo plano ou desaparecem completamente.

É essa percepção que baliza nosso argumento de que a identificação entre aparência e essência da *accountability* encobre os processos reais, com suas contradições, e as diferenças existentes nas correlações que compõem o fenômeno estudado, dificultando tanto o elucidar do conteúdo da categoria, bem como, sua conceituação. Não há negação da aparência, uma vez que a essência só pode ser alcançada se ocorrer a externalização de sua interioridade, ou seja, sua manifestação fenomênica, condição para sua existência e possibilidade. Além disso, a essência configura-se na própria lei interna da aparência sob a forma refletida.

Sendo a *accountability* resultado de um processo histórico, para desvelar e expor seu conteúdo e sua forma, como ela está representada nos documentos e políticas educacionais, é necessário transpor o imediato (*o fenomênico*, seu conceito evasivo e uso formal, técnico ou eminentemente normativo), para buscar o mediato (as mediações). Por essa ação, podemos descobrir o que existe para além da aparência e compreender as múltiplas determinações e as mediações que conduzem ao aparecimento e ao desenvolvimento da *accountability*.

Devemos, portanto, desfazer o emaranhado que se tornou o estudo da *accountability*, confundindo aparência com essência, distorcendo ou ocultando as distinções existentes. É necessário desfazer o feixe do conteúdo da categoria *accountability*, apreender os aspectos e ligações necessárias que lhe são próprios, cuidando em distinguir o *ponto de partida* para seu exame.

5.2 *Accountability* na câmara escura: uma ilusão holográfica?

Os problemas com os quais nos deparamos em nossa vida cotidiana não podem ser resolvidos apenas no *mundo das ideias*, mas sim pela *atividade prática*, uma vez que as ideias são apenas consequências de contradições reais, contradições que devem ser demolidas para a superação dos problemas. Os jovens hegelianos, por exemplo, apesar de suas críticas à política conservadora reinante na Alemanha do século XIX, criaram “soluções puramente

espirituais ou discursivas que ocultam efetivamente, ou disfarçam, a existência e o caráter dessas contradições” (Larrain, 2001, p. 186).

Com isso, acabaram camuflando (sem ter a intenção) as contradições do mundo real, por meio de fraseologias que refletiam muito mais os interesses das classes dominantes do que quaisquer desejos de emancipação e de progresso humano. Em representações ideológicas desconectadas dos condicionamentos histórico-sociais, os neohegelianos contribuíram para reforçar o estado de coisas reinante, o que aferiu à ideologia a peja de “a expressão da incapacidade de cotejar as ideias com o uso histórico delas, com sua inserção prática no movimento da sociedade” (Konder, 2002, p. 40).

Retomemos, neste ponto, a questão da câmara escura (que inverte a forma dos objetos refletidos em seu interior – tema tratado no Capítulo IV), colocando em foco novamente a contradição entre a *realidade* e a *representação do real*, marcada pela inversão que oculta as relações de domínio e penetra profundamente na mente dos indivíduos. O que parece evidente no processo de formação da imagem, aproveitando a metáfora visual e o percurso que trilhamos, é que a essência do objeto refletido não aparece na projeção (imagem).

Diversamente do que concebe uma *teoria (restritiva) do reflexo*, uma concepção tipicamente metafísica, que assimila o *conhecimento* a um *reflexo* (como se a imagem – aparência – da formação material e o pensamento-conhecedor resultante *refletisse* a realidade que lhes é exterior) temos, em uma perspectiva marxista, que o conhecimento não é um reflexo da realidade. O conhecer não ocorre numa transposição da essência da realidade ao pensamento, da esfera objetiva para a esfera subjetiva do indivíduo. A natureza construtiva do conhecimento é uma produção do pensamento (numa representação mental do concreto – da parcela da realidade exterior ao pensamento), resultado de operações com que se representa a realidade em um processo que envolve a determinação de relações através da análise.

Como nos diz Carvalho (2017, p. 9), na obra “Ensaio fotográfico de Leon Trotsky: da câmara obscura para a câmara clara”: “[...] não basta ‘ver’ o que está ‘em pé’ diante dos olhos: ‘olhar’ em profundidade é ‘enxergar’ o que está ‘de cabeça para baixo’, o que não foi ‘revelado’”. Embora tenhamos algumas ressalvas relativas à interpretação de Carvalho, sobre o ver, o olhar e o enxergar, coadunamos com ele no aspecto do sentido geral.¹⁰⁷ Para contextualizar essa questão, o autor cita o caso de Leon Trotsky¹⁰⁸:

¹⁰⁷ Na perspectiva que interpretamos o *ver*, o *olhar* e o *enxergar*, compreendemos esses processos, de modo mais restrito, que pode ser expresso pela reconstrução da frase de Carvalho, que ficaria da seguinte forma: não

Como se sabe, não só suas obras foram proibidas, como também seu nome foi suprimido dos arquivos e seu rosto apagado das fotos da revolução. Para compreender melhor o funcionamento dessa “câmara obscura” de extermínio da memória, sob o filtro da “câmara clara” de Barthes: “A fotografia não fala 'daquilo que não é mais', mas apenas e com certeza, 'daquilo que foi'. Essa sutileza é decisiva” (Carvalho, 2017, p. 12).

Com as informações expressas pela Figura 13 (imagem original à esquerda e imagem manipulada à direita) evidencia-se que a *realidade* não é o que aparece; a verdade deve ser buscada na totalidade, considerando as contradições, na dialética entre o que foi omitido e o que foi revelado. A própria imagem original não revela, isoladamente, a realidade (verdade), mas apenas parte dela. Sempre existe uma *Outra* realidade que a pura objetividade não comporta, é necessário realizar um diálogo com a subjetividade. Por isso, a ideologia, seja ela qual for, é um recorte da realidade, nunca sua totalidade.

Figura 13 – Trotsky: a fotomanipulação da Era Stalin



Fonte: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/galeria/foto-manipulacao-stalin.phtml>.

Dado: Trotsky (batendo continência na foto), ao lado de Lenin, é removido da foto pela burocracia soviética stalinista. A imagem de Trotsky foi apagada dos arquivos (memória visual) da Revolução de Outubro de 1917.

O *retrato* contém uma dupla natureza, em sua face objetiva e contraditória (na dialética entre essência e aparência): por um lado, representa o efeito da certeza *daquilo que foi*, a verdade histórica de que Trotsky *tinha estado lá*; por outro, a imagem lembra a possibilidade de distorção (ocultamento), o mesmo objeto que evidencia a presença pode afirmar a ausência, em um vertiginoso *esquecimento*. O mesmo documento, tomando um

basta “enxergar” o que está “em pé” diante dos olhos: “olhar” em profundidade é “ver” o que está “de cabeça para baixo”, o que não foi “revelado”. Para um melhor entendimento dessa questão, rever a discussão travada na introdução deste capítulo, sobre a ideia de ver e olhar em Merleau-Ponty e Lacan, nas p. 242-246.

¹⁰⁸ Trotsky, um dos principais líderes da Revolução Russa de 1917, foi expulso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1927, três anos após a morte de Lenin, como resultado de conflitos políticos com Josef Stalin, que assumira o controle do Partido. A expulsão do revolucionário do PCUS foi o marco inaugural do funcionamento da *câmara escura* (*obscura*) dos *historiadores stalinistas*, que suprimiram as informações sobre Trotsky dos arquivos: apagaram suas fotos e seu nome desapareceu dos documentos e fatos históricos.

exemplo semelhante, que apresenta os artigos, incisos e alíneas de uma lei é o mesmo que distorce e mascara o conteúdo do sentido da lei.

Se resgatarmos a expressão de Gertrude Stein (2004) “*There is no there there*” (*não há lá*), temos a ideia de ausência, de vazios, de trânsito, de privação de certeza e de desenraizamento histórico. Quando, no jogo da linguagem, a palavra *home* (casa) é substituída por *there*, muito mais que afirmar que já não há uma *casa* naquele lugar (na cidade natal da escritora, Oakland, CA/EUA), a ideia é que o espaço estaria desfigurado, já não pode ser reconhecido como o *lar* (terra natal).

No entanto, muito embora o *lar natal* não exista mais (fruto de reformas urbanísticas), não se pode negar sua existência, pois a questão não está na ideia *daquilo que não é mais*, mas na certeza *daquilo que foi*. Não se trata de uma consciência nostálgica da lembrança, mas sim do *certificado de presença* registrado na história. Aqui, o problema não repousa apenas no paralogismo da presença ausente que a expressão *não há lá* traz consigo, mas no relativizar a ideia de *conceito*, como se o conceito *lar* fosse um simples construto. Com isso, desconsidera-se a materialidade e as contradições históricas, esquecendo, por exemplo, as transformações urbanas que resultaram na demolição (*apagamento*) do *lar natal*.

Em uma espécie de esvaziamento do *conceito*, em prol da *experiência* (empirismo), criam-se outras ilusões (sensitivas), presas aos efeitos do fenômeno, ignorando a causa e as contradições das quais resultam. Além disso, o problema é transmitir a ideia de que a ausência possa ligar-se à *falta de substância*, ou seja, a não presença aduziria a questionar a existência de uma substância (conteúdo), em que os sinais (materialidade histórica) não transportariam presença e sim, em uma perspectiva pós-estruturalista, seria o sujeito (em sua individualidade) que criaria as narrativas (presença).

Tal perspectiva pode produzir um *vazio* (*esquecimento*), por um lado, no predomínio do subjetivo (relevância do pensamento do sujeito sobre a sua experiência no mundo), em uma negação da essência na realidade objetiva. Por outro lado, tem-se o puro objetivismo (a realidade construída sobre o objeto seria independente da experiência do sujeito), uma compreensão da realidade que revela apenas a aparência. Esses processos tomados isoladamente conduziriam a uma hipertrofia da subjetividade ou ao reflexo mecanicista da realidade objetiva, em detrimento da relação dialética entre subjetividade e objetividade, assentada na materialidade, com suas contradições e múltiplas determinações.

Diante desse quadro, o *apagamento* forçado de Trotsky representa uma negação do indivíduo, em que no processo de *esvaziamento* (*esquecimento*), pretende-se não deixar um rastro sequer. Fato similar ocorre quando os indivíduos são reduzidos a números (como nos

campos de concentração nazistas ou na redução do ser a mero dado estatístico – em um valor performático), em uma *aritmética do diabo*¹⁰⁹, criando um *estado do ser*: indivíduos nominados por uma *semântica obscura*, cujas identidades são separadas de seus nomes e isoladas da própria história. Assim, em uma sociabilidade reificada, cristaliza-se a barbárie, *institucionalizando seu lugar (espaço – uma espécie de limbo permanente) como estável e habitável*.

Aprofundemos um pouco mais a discussão sobre a *realidade* e a *representação do real* e sobre a *subjetividade* e a *objetividade*. Para isso, recorramos a Martin Heidegger (filósofo alemão e um dos teóricos mais importantes do existencialismo do século XX), em sua descrição de uma pintura de Vincent Van Gogh, *O par de sapatos* (1886) – Figura 14. Aqui, limitar-nos-emos a focar no que nos é pertinente: o entendimento fenomenológico heideggeriano, em sua atitude resignada e alheia à práxis, que limita a ontologia a uma forma acrítica e passiva das concepções de mundo. Importante deixar claro, em vista de sua complexidade e por fugir do escopo da investigação, que não adentraremos em algumas minúcias desse debate.

Figura 14 – Van Gogh: *O par de sapatos*



Fonte: Van Gogh (1886).

¹⁰⁹ A *aritmética do Diabo* não se refere a um método matemático, mas sim a uma expressão usada em alusão à teoria conspiratória que alega que a IBM (International Business Machines Corporation) teria colaborado com o regime nazista na II Guerra Mundial, fornecendo tecnologia e equipamentos que foram usados para gerenciar o Holocausto, incluindo o registro e a identificação de prisioneiros nos campos de concentração – desde a identificação dos judeus em censos, registros e programas de rastreamento ancestral até o funcionamento de ferrovias e a organização do trabalho escravo em campos de concentração. A origem dessa expressão está ligada a um livro de Black (2002), intitulado *IBM and the Holocaust* (IBM e o Holocausto, tradução nossa), no qual o autor faz essa acusação contra a empresa. Embora haja evidências de que a IBM tenha tido contratos com o regime nazista durante a guerra, a ideia de que a empresa colaborou diretamente com os nazistas no Holocausto é controversa e não foi comprovada de forma conclusiva. Além disso, a ideia de que a 'aritmética do Diabo' foi usada como uma forma de identificar e rastrear prisioneiros nos campos de concentração é uma especulação, que em certa medida, alastrou-se no imaginário social, como no filme norte-americano, para a TV, *The Devil's Arithmetic* (*A Aritmética do Diabo*) (A Matemática do Diabo, 1999).

Heidegger (1989), ao explicitar sua teoria sobre a possibilidade da autonomia da arte (na relação sujeito-objeto), aponta um certo *realismo*, mas ligado a uma fenomenologia, enquanto ontologia da compreensão¹¹⁰: os sapatos do camponês (ou do próprio Van Gogh?), associado a uma dada realidade, instituindo na dualidade sujeito-objeto, um pensamento da *subjetividade do sujeito*. Diz o autor:

Na escura abertura do interior gasto dos sapatos, fita-nos a dificuldade e o cansaço dos passos do trabalhador. Na gravidade rude e solida dos sapatos está retida a tenacidade do lento caminhar pelos sulcos que se estendem até longe, sempre iguais, pelo campo, sobre o qual sopra um vento agreste. No couro está a humidade e a fertilidade do solo. Sob as solas, insinua-se a solidão do caminho do campo, pela noite que cai. No apetrecho para calçar impera o apelo calado da terra, a sua muda oferta do trigo que amadurece e a sua inexplicável recusa na desolada improdutividade do campo no Inverno. Por este apetrecho passa o calado temor pela segurança do pão, a silenciosa alegria de vencer uma vez mais a miséria, a angústia do nascimento iminente e o tremor ante a ameaça de morte (Heidegger, 1989, p. 25).

Em Heidegger (1989), a pintura do sapato transporta o espectador a uma dimensão outra àquela retratada; a obra não seria uma simples problemática plástica ou formal, mas a realidade de uma existência. A terra pisada pelo camponês seria a verdade (extra artística e extra formal – verdade como uma entidade extrínseca a configuração/forma artística) do ente posto em tela. Com isso, a obra de arte não seria entendida apenas por seu *valor de uso*, ela transportaria o espectador ao mundo do objeto, no caso, ao mundo dos sapatos e daquele que usa os sapatos.¹¹¹

Embora Heidegger aproxime-se de Marx sobre a interpretação de que aquilo que é útil (*valor de uso*) é produzido para servir, para uma finalidade (utilidade), ele diverge da extensão desse princípio à obra de arte, acusando o marxismo de ver todas as coisas sob o viés da utilidade. Além disso, apesar de haver uma certa ideia convergente entre os autores, em que a obra de arte não existe fora de seu contexto histórico, ou seja, que ela está situada numa época da história¹¹², temos que no momento que a essência do objeto clama por

¹¹⁰ Lukács (2010b, p. 34-35) é um crítico desse movimento fenomenológico heideggeriano, porque no seu entendimento, “as considerações que aqui se seguem nada têm a ver com essas tendências de nosso tempo. Essas tendências [...] partem essencialmente do indivíduo isolado, entregue a si mesmo, cuja ‘derrelição’ no mundo habitual (natureza e sociedade) deve formar seu verdadeiro ser, como a questão fundamental da filosofia”.

¹¹¹ Para o crítico de artes Meyer Schapiro (2014), rejeitando a tese heideggeriana, os sapatos retratados por Van Gogh eram sapatos comuns, objetos do próprio artista. Em linha similar, Alain Badiou (1999) afirma o caráter *intrínseco* da verdade na obra de arte, contrariamente ao valor *extrínseco* atribuído por Heidegger. Assim, segundo Badiou, uma forma ou *presença* artística não é verdadeira por evocar uma realidade extra artística; a arte, desligada da estética, seria, ela própria (*e para ela própria*), algo *inestético*, que produz a própria verdade, de modo independente e autonomamente, logo, arte, obra de arte e artista estariam claramente separados. Já para Derrida (2012), a questão que se coloca é a noção de *reconstituição* na obra de arte.

¹¹² Deve-se destacar que apesar desta aparente convergência, e mesmo reconhecendo o mérito histórico de Marx, como pensador da alienação, Heidegger interpretou o marxismo como mera *historiografia*: “A essência do

fundamentação temporal, histórico-social, o heideggerianismo encontra-se na atmosfera atemporal da pura fenomenologia.

A obra de arte *O par de sapatos*, por exemplo, em uma perspectiva heideggeriana, seria acima de tudo uma *coisa* (*Ding*), *coisa* essa que se distingue de outras *coisas* que existem no mundo, pois não teria em primeiro lugar um caráter instrumental.¹¹³ Assim, o quadro de Van Gogh, uma chamada *obra-prima*, por mais fantástica que seja, pode estar em uma parede como o mais banal dos objetos, da mesma forma que uma simples tapeçaria ou arma de caça.

Com o aspecto de *coisa* dado à obra de arte, Heidegger (1989) critica a estética, por essa promover uma objetivação da arte. Além disso, critica a essência da *técnica* moderna, por essa encobrir o ser dos entes, retirando suas várias possibilidades de se mostrar, uma vez que trata os entes como disponibilidade. Ou seja, a obra de arte é convertida em uma peça que serve apenas para enfeitar ou para causar fruição.

As soluções suprarracionais, metafísicas, intuitivas na teoria heideggeriana, com sua *filosofia da decadência* (Lukács, 2010a), afasta-se da *realidade social objetiva* e da *história real, objetiva*. Chegamos aqui, ao âmago da questão que motivou o diálogo breve com Heidegger: a relação subjetividade-objetividade ou a distância existencial entre subjetividade e objetividade. Em uma perspectiva marxista, a ideia segundo a qual o juízo estético, para ficarmos no mesmo exemplo, como no caso heideggeriano, seria sempre e só subjetivo, é reducionista. Mesmo que os critérios objetivos, por exemplo, em torno do belo em uma obra de arte, ou seja, a decodificação em sentido objetivo do belo, seja difícil, ele não é impossível.

Para Marx (2010b), a atividade artística, uma forma de objetivação tardia, é uma forma de afirmação da humanidade, mas mesmo se autonomizando, sendo regida por leis próprias, as leis da beleza, não pode ser tomada como um fazer autônomo, no sentido de completamente livre, individual. A arte só pode ser entendida dentro do processo histórico, pois como um complexo social, resguarda com o trabalho (em sua atividade prática de autoformação do ser social) uma relação de dependência ontológica e determinação recíproca.

materialismo não consiste na afirmação de que tudo é apenas matéria; ela consiste, ao contrário, numa determinação metafísica segundo a qual todo o ente aparece como a matéria de um trabalho” (Heidegger, 2005, p. 48).

¹¹³ E o que seria essa *coisa*? Em Heidegger (1989), a *coisa* (um ser-simplesmente-dado) pode corresponder: ao nosso olhar cotidiano sobre as *coisas*; a unidade de múltiplas sensações; a matéria enformada (em uma violência à *coisa*, impondo-lhe uma relação utilitária, um *ataque ao ser-coisa da coisa*), sendo que, para o autor, agimos injustamente ao valorizarmos o lado estético da obra, isto é, objetivando-a, sem levarmos em conta o *caráter coisal* presente nela (sua subjetividade).

“Portanto, a existência e a essência, a gênese e a eficácia da literatura [como uma obra de arte, à semelhança da pintura] só podem ser compreendidas e explicadas no quadro histórico geral de todo o sistema” (Lukács, 2010a, p. 12).¹¹⁴

Seguindo ainda Lukács, no decurso de sua maturação teórica marxista, superando as interpretações imanentes da própria arte (como se ela se constituísse como uma obra autônoma desvinculada da totalidade social), temos, diversamente da perspectiva heideggeriana, a dupla natureza da autonomia da arte, colocada por sua inflexão absoluta (a arte de maneira absoluta e hermética) e sua inflexão relativa (determinações reflexivas entre a arte e as demais esferas da vida social).

Portanto, a capacidade imagética do ser humano sofre limitações impostas pela própria realidade. A *figuração* da objetividade como realidade ressignificada, em função da observação do mundo socialmente constituído, a partir de um reflexo da *prioridade ontológica do real* (formando uma consciência dos problemas histórico-sociais), impactam a subjetividade artística. Não se trata de opor, na expressão do artístico, o estético ao social, mas remeter a arte, como todos os complexos sociais, ao solo do social, substrato indispensável, no qual as teleologias individuais demonstram seu pertencimento ao gênero humano.

Sobre esse pertencimento, ou melhor sobre o problema da representação, Lukács (2010a, p. 99) comenta:

O espírito pequeno-burguês só pode ser intimamente superado por uma verdadeira compreensão dos grandes conflitos e das crises do desenvolvimento social. O pequeno-burguês jamais compreende estes conflitos, mesmo quando é implicado por eles, mesmo se neles mergulha com paixão. Para a atividade do escritor, isto significa – se recordarmos que a tarefa central da literatura, como a definimos anteriormente, é a *figuração do homem real* – que ele deve distinguir o verdadeiro do falso, o objetivo do subjetivo, o importante do não importante, o grande do pequeno, o humano do inumano, o trágico do ridículo.

Uma obra de arte expressa, direta ou indiretamente, a marca da história de seu próprio tempo, dito de outra forma, a ideologia predominante, tanto no que expressa, como naquilo que não diz (por meio de seu silêncio). Longe de ser uma obra autônoma, atemporal e

¹¹⁴ Como Lukács (1965, p. 50), em *Narrar ou descrever*, ao afirmar a práxis social como fulcro significativo explica: “Esta constatação é necessária a fim de colocarmos concretamente o nosso problema. Tal como ocorre nos demais campos da vida, na literatura não nos deparamos com ‘fenômenos puros’. Engels recorda que o ‘puro’ feudalismo só existiu na constituição do efêmero reino de Jerusalém. No entanto, é evidente que o feudalismo constitui uma realidade histórica e pode, logicamente, ser objeto de uma indagação. Ora, é certo que não existe qualquer escritor que renuncie completamente a descrever. E também seria pouco lícito afirmar que os grandes representantes do realismo posterior a 1848, Flaubert e Zola, tenham renunciado de todo a narrar. O que nos importa são os princípios da estrutura da composição e não o fantasma de um ‘narrar’ ou ‘descrever’ que constituam um ‘fenômeno puro’”.

transcendente, a arte é uma expressão do artista imerso no sistema, nas relações de produção que dificultam o avanço da sociedade humana. Como Marx e Engels (2010, p. 42 e 46) observaram:

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados. A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias. [...]. [Os proletários, dentre estes os intelectuais,] vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, constringidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado.

Longe de ser um intelectual que paira acima do bem ou do mal, o artista é um trabalhador cultural sem uma *auréola*, um trabalhador como qualquer outro, cuja *produção* lhe é alienada (estranhada), reificada e fetichizada na sociabilidade do capital. A arte é parte da superestrutura, sendo determinada pelo modo de produção. Konder, ao falar sobre a produção artística e sua correlação com a ideologia, adverte:

Se disséssemos que a arte elimina a distorção ideológica, estaríamos fetichizando a criação artística, transformando-a em conhecimento perfeito, cancelando seu enraizamento histórico. Estaríamos apagando nela as marcas do tempo e do lugar onde ela se realiza. As obras de arte, que vivem da força que lhes é conferida pela expressão singular de experiências subjetivas, estariam, então, nos proporcionando um conhecimento *puro* (e puramente objetivo) que, ao eliminar a subjetividade como tal – para eliminar todas as distorções ideológicas –, deixaria, paradoxalmente, de ser conhecimento artístico. Ora, essa concepção é insustentável: a arte não é imune às distorções ideológicas (Konder, 2002, p. 219).

Eis que a arte e a técnica estão ancoradas nas relações sociais e materiais. Todavia, enquanto a filosofia positiva da técnica, vinculada à filosofia do progresso, sobremodo burguesa liberal, tem uma relação otimista com a ciência e a técnica modernas, deve-se atentar que a *visão teleológica da técnica* como progresso que trará, por si só, benefícios, é um equívoco histórico. Tal ideia é um idealismo assentado no princípio de que a arte e a técnica são neutras, apartadas das contradições da própria realidade.

Embora Marx (2013b) não fosse um adversário da filosofia do progresso técnico, sua análise n' *O Capital* deixa claro o envolvimento da *maquinaria*, cada vez mais avançada, no aumento da exploração e da produtividade do trabalho. Desse modo, conforme o pensamento marxiano, eram as relações de produção que dificultavam o avanço da sociedade humana, e não a técnica em si. Por isso, ao utilizar a metáfora da câmara escura, entendemos que Marx e Engels (2016) fazem um duplo movimento, primeiramente analisam o processo

ideológico presente nas inversões teóricas e, de modo engenhoso, possibilitam entender a apropriação de uma técnica para a reprodução do capital.

Com a industrialização no século XIX, dinamizou-se o processo de racionalização da produção, com isso, a técnica da câmara escura foi aperfeiçoada (mercantilizada), acelerando a racionalização da produção em uma busca crescente da objetividade. Dessa forma, na relação homem-aparelho, o advento da fotografia vem ao encontro da mentalidade industrial: objetividade, rapidez e precisão. Assim, a câmara escura, enquanto *técnica* fundamental para o desenvolvimento da pintura e fotografia, funde o processo ideológico e o mecanismo, em uma relação que permite vislumbrar a correlação intrínseca entre tecnologia e formas de dominação.

O problema não reside, portanto, na técnica em si, mas na relação social (reificada) em que a técnica está inserida (objetivada). Neste ponto, identifica-se outra divergência entre o marxismo e o pensamento heideggeriano. Ao tratar sobre o mundo do capital, em seu *cotidiano alienado*, ignorando as mediações sociais necessárias entre o trabalho e aquele mediado pela técnica na ordem capitalista, Heidegger cai na armadilha irracionalista presente na separação das manifestações das relações sociais de sua dinâmica histórica, descartando a compreensão da realidade objetiva.

Além disso, o autor rechaça o trabalho teleológico (toda a proposição de uma finalidade humana) e a *técnica da máquina*, considerando-a de maneira intrinsecamente negativa, bem como a ciência moderna, ambas consideradas (apresentadas) como um *assalto ao ente*. Com isso, Heidegger toma toda a objetivação como alienação. Divergindo desta perspectiva, que criticava a técnica por considerá-la *ligada* à metafísica e ao domínio do ente, Lukács (2020) verá na técnica, a semelhança de Marx, uma função social específica e concreta. Isso leva a tese de que o estranhamento não se ancora na técnica, pois esta é uma expressão das forças produtivas socialmente constituídas. Portanto, a técnica é uma expressão que o ser social manuseia no interior do modo de produção, em oposição ao que concebeu Heidegger, que se situa num plano antissocial.

Dois questões essenciais se colocam a partir desta análise da técnica na sociedade civil-burguesa, amparado em Marx: *quem é o proprietário dos meios técnicos da produção? Quais os danos e riscos que as forças produtivas ou a técnica moderna reificada podem causar?* Se a técnica moderna se encontra reificada no modo de produção capitalista, temos que os entraves ao desenvolvimento das forças produtivas são as circunstâncias sociais, dito de outro modo, as relações que os trabalhadores mantêm com os proprietários dos meios de produção.

Nesse sentido, a ironia de Marx e Engels (2016), ao elaborarem a metáfora do funcionamento da câmara escura é genial. As técnicas modernas, a medida em que são objetivadas pelo modo de produção capitalista, ensejam formas ardilosas de coerção que se tornam cada vez mais discretas e mais eficientes nos seus intentos.

Foucault (2014, p. 196), numa clara remissão a Marx, registra que “a máquina de ver é uma câmara escura em que se espionam os indivíduos”. Apesar de podermos tecer críticas ao *programa* de poder foucaultiano (como se verá melhor mais à frente), sua analítica do *panoptismo* é interessante, para pensarmos os mecanismos disciplinares que tendem a se difundir e se espalhar por todo o corpo social.

O progresso técnico (reificado e fetichizado), a lógica espacial e o controle (vigilância) do sistema industrial (fabril) produziu a anexação da vida à operação do detalhe. A divisão do trabalho, longe da solidariedade teorizada por Émile Durkheim, com sua noção de vínculo social, através dos conceitos de solidariedade orgânica e mecânica, retirou do trabalho o caráter de arte, tornando o trabalhador um apêndice do processo de valorização de capital.

Após esse longo excursus e aparente digressão, reunimos alguns aportes teóricos necessários para compreender a forma objetivada da mistificação da *accountability* nas práticas sociais. Se a ciência e a técnica foram vistas pelos apologetas das camadas burguesas, como indispensável para as suas projeções teóricas do avanço social e econômico, encontraremos na objetivação da *accountability*, sob os agouros do capital, instrumentais para o desenvolvimento técnico dos mecanismos de controle da objetividade-subjetividade dos sujeitos em sua cotidianidade.

5.2.1 Accountability – para além da ilusão holográfica: uma prática social

Aqueles envolvidos no estudo da *accountability* muitas vezes sentem como se estivessem lidando com uma *ilusão holográfica*. Por um lado, o tema de nossa atenção parece presente em todos os lugares que nos voltamos, como um padrão normativo da vida política e social e o foco de uma atenção considerável, não importa onde se olhe. Por outro lado, apesar dos muitos esforços para defini-lo ou descrevê-lo – para chegar à sua essência conceitual para que possamos agarrá-lo a fim de obter sua medida – o objeto de nossa obsessão nos ilude, *levando-nos a aceitar sua atribuição como “obscura”* (Gormley), *uma “will-o-the-wisp”* (F. Mosher), *“sempre em expansão”* (Mulgan) e *“camaleão-like”* (Sinclair) (ver Behn 2001, p. 4). (Dubnick, 2008, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

Dubnick (2008), nesta breve e esclarecedora passagem, apresenta-nos uma das principais características que tem acompanhado o processo de definição conceitual da *accountability*: o uso de metáforas. Conforme Nunes (2005), em sua obra *As metáforas nas*

ciências sociais, existem possibilidades cognitivas na aplicação de metáforas na metodologia das ciências sociais, mas faz-se necessário “investigar a existência de um sentido metafórico [nas expressões] e as formas de sua manifestação, em relação a um sentido literal” (p. 208).

Ainda segundo Nunes (2005), existe uma questão relevante que deve ser considerada: “[...] até que ponto e em que circunstâncias é válido o emprego de metáforas, modelos e analogias na ciência” (p. 398). Considerando a crítica de Carl Gustav Hempel (escritor e filósofo alemão, ligado ao empirismo lógico), o autor assevera que:

Hempel nos adverte contra as “pseudo-explicações”, nas quais as hipóteses empíricas universais são substituídas pela tentativa de “levar em conta certas características do comportamento orgânico por referência a uma mônada, cujo funcionamento não é associado a leis”; tais tentativas são baseadas em metáforas e não em leis. *As metáforas nos desviam de conexões fatuais*, apelando para o emotivo e o pictórico, substituindo a dedução por enunciados testáveis por analogias “vagas” e plausibilidade “intuitiva” (Nunes, 2005, p. 130, grifo nosso).

Mesmo desconsiderando a metáfora como instrumento cognitivo e tecendo severas críticas ao seu uso no campo das ciências, Hempel reconhece que “diferentes tipos de explicação demandam diferentes tipos de descrições: uma explicação na física difere de uma explicação nas ciências sociais ou na biologia” (Nunes, 2005, p. 199). Nessa mesma toada, “segundo Haack, devemos sempre, ao pensarmos no uso científico de metáforas e outras figuras de linguagem, investigar suas condições de possibilidade, mas, num movimento crítico apontar também os *abusos decorrentes de seu emprego*” (p. 104, grifo nosso).

O que está posto, a nosso ver, é se o uso de metáforas pode ser considerado apropriado ou não na formulação teórica da *accountability*; ademais, se existe a possibilidade de chegarmos ao conhecimento da *accountability* por meio de metáforas. Reflitamos sobre essas questões, inicialmente, a partir de duas metáforas citadas por Dubnick (2008). A primeira refere-se ao termo *camaleão-like*, de Sinclair (1995), também difundida por Mulgan (2000). Metaforicamente, a *accountability* seria um conceito *camaleônico*, em virtude de ser um termo subjetivamente construído e mutável conforme o contexto. Dito de outra forma, sua interpretação pode ser manipulada (Dubnick; Yang, 2010), e por “residir em um pântano sem fundo onde quanto mais definitivos tentamos tornar sua conceituação mais obscura ela se torna” (Sinclair, 1995, p. 221, tradução nossa) – em função de que seu “significado e características diferem dependendo do contexto” (General Accounting Office, 1995, p. 4, tradução nossa).

A segunda metáfora foi formulada por Mosher (1980) e refere-se a *accountability* como um *will-o'-the-wisp*. A expressão inglesa *will-o'-the-wisp*, tradução nossa, corresponde a *fogo-fátuo*, palavra proveniente do latim *ignis fatuus* (chama vertiginosa). O *fogo-fátuo* é

uma luz observada por viajantes à noite, emanada de terrenos pantanosos ou de sepulturas, e que é atribuída à combustão de gases oriundos da decomposição de matérias orgânicas, enganando os viajantes por se parecer com uma lâmpada (por isso também é chamada *fogo de tolo*).

Na literatura, principalmente fábulas, o *fogo-fátuo* refere-se, em seu sentido metafórico, a uma esperança ou objetivo que conduz alguém, mas que é obscuro e impossível de alcançar (Roels; Verstrae, 2001). Para Mosher (1980), a *accountability* é um termo geral atribuído a qualquer mecanismo que torne instituições poderosas responsáveis – a obrigação de serem responsabilizadas. Entretanto, se a *accountability* é um *will-o'-the-wisp*, podemos conjecturar, a partir de Mosher, que a prestação de contas, responsabilização ou avaliação podem conduzir a um pântano de erros, um atoleiro obscuro em razão das dificuldades de se conceituar adequadamente a própria *accountability* – uma vez que, como um *fogo de tolo*, ela conduziria incautos em direção a uma esperança vã.

Diante do uso das metáforas formuladas por Sinclair (1995) e Mosher (1980), podemos ponderar que existe uma certa (aparente) *verdade metafórica* (Nunes, 2005) nessas expressões linguísticas aplicadas à *accountability* e que *lhe atribuem determinado valor (ideia – qualidade)*. As metáforas em questão externam uma *condição específica do significado da definição conceitual da accountability*. Todavia, o uso correto das metáforas é imprescindível para sua validade científica, removendo (ao máximo) a possibilidade de interpretações dissonantes, uma vez que seu uso adequado se relaciona com a correta aplicação e compreensão de seu significado. Ou seja, devemos considerar em que condições é válido o emprego de certas metáforas, modelos e analogias aplicadas à *accountability*.

Possivelmente, a metáfora da *accountability Frankenstein* formulada por Sherman Dorn (2007), em sua obra “Accountability Frankenstein: Understanding and Taming the Monster” (“Accountability Frankenstein: Entendendo e dominando o Monstro”, tradução nossa), sintetize, adequadamente, sobre o que estamos tratando. Para Dorn, modela-se a mais de quatro décadas um monstro Frankenstein de responsabilização nos EUA, uma criatura que não é natural, nem sábia, que caminha a passos largos pelo mundo, um monstro que distrai os professores das tarefas-chave e desumaniza a educação.

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer que a metáfora formulada por Dorn é, a nosso ver, extremamente complexa e de difícil manipulação, considerando a tríade epistemológica *conhecimento, significado e validade*. Tal fato se deve à gama de possibilidades interpretativas que a figura prototípica *Frankenstein* adquire, em razão das mudanças ou transformações no significado e no imaginário popular, que o *arquétipo*

conceitual, extraído da narrativa de *Frankenstein ou o Prometeu Moderno*, de Mary Shelley (2017), escrito entre 1816-1817 e publicado pela primeira vez em 1818, sofreu ao longo dos tempos.

A *accountability Frankenstein* representa uma *coisa* (*coisa que a ciência deu vida*), *coisa* que caminha entre nós, constituída de várias partes (prestação de contas, responsabilização, avaliação, sanção, controle, informação etc.) em um sistema de relações. Assim, os elementos (partes – propriedades) que constituem e estruturam a *accountability* não são elementos autônomos e só exteriormente ligados, mas fundidos em interação e inter-relação, ou seja, congregados numa totalidade que transcende a soma deles e sua individualidade própria. Pensemos essa questão a partir de uma analogia:

O corpo não é feito de um só membro, mas de muitos. Se o pé disser: “Porque não sou mão, não pertenceo ao corpo”, nem por isso deixa de fazer parte do corpo. E se o ouvido disser: (Porque não sou olho, não pertenceo ao corpo”, nem por isso deixa de fazer parte do corpo. Se todo o corpo fosse ouvido, onde estaria o olfato? [...] Se todos fossem um só membro, onde estaria o corpo? Assim não há membros, mas um só corpo. O olho não pode dizer à mão: “Não preciso de você!” Nem a cabeça pode dizer aos pés: “Não preciso de você!” (Bíblia [...], 2007, 1 Co, 12, 14-17 e 19-21, p. 1520).

Por essa caracterização, ponderamos que não se opera na *accountability* uma simples ligação exterior entre elementos distintos. Por meio de uma ligação, como vimos no Capítulo II, os elementos conservariam sua individualidade anterior, sem nada acrescentarem de novo uns aos outros. Entretanto, na *accountability* a relação engloba (num sistema de conjunto) elementos relacionados numa totalidade e numa nova unidade.

No entanto, sobre a *coisa* criada, *accountability Frankenstein* (uma relação de vários elementos), há incertezas se possui *espírito* (consciência – se possui um conceito definido ou se é um *morto-vivo*). Se a *criatura* em seu desenvolvimento, virou-se contra o *criador*.

Provavelmente, uma das cenas mais icônicas do cinema moderno seja representada pelo cientista Victor Frankenstein, ao entoar: “Está vivo! Está vivo!”, em alusão a criatura que ganhara vida. Contudo, ao ler o livro pela primeira vez, um leitor desavisado talvez se surpreenda: nem a frase, nem o uso dos raios, nem o assistente corcunda chamado Igor estão presentes no romance. *Frankenstein* é um caso típico de obra literária que ganhou vida e mitologia próprias. Mary Shelley não descreve em detalhes a criatura, deixando os horrores à imaginação do leitor. A criatura tampouco é batizada.

Victor, em uma corrompida jornada que o faz cruzar fronteiras jamais exploradas pelo conhecimento humano, é um cientista ganancioso e obcecado por sua pesquisa. Todavia,

ao obter sucesso em seu experimento, apavora-se com a monstruosidade criada e a repudia. Um monstro que o próprio Victor considera uma aberração, sendo chamada por todo tipo de impropério: *monstro, demônio, desgraçado, miserável, abominação*. Chegou mesmo a ser adjetivada e ser tomada como sinônimo de uma *criação remendada e malsucedida*.

Márcia Xavier de Brito (2017), na “Introdução” de *Frankenstein*, retoma a raiz do termo *monstro*, palavra ligada ao verbo latino *monere*, que significa *avisar, prevenir*. É como se *Frankenstein* representasse, na pena de Shelley, um aviso sobre os riscos de uma ação ou prática desmedida. Talvez por esta razão, Shelley identifique Victor Frankenstein como o Prometeu moderno (ligando-o à tragédia do grego Ésquilo, na qual Prometeu é condenado por Zeus por roubar o fogo dos deuses e dá-lo aos homens).

A figura de Prometeu foi retomada, confrontando a face sagrada da natureza, as emoções e a pureza da arte, em contraste com a perversidade da ciência, dos riscos do orgulho intelectual desmedido do cientista. Dessa oposição, uma questão emerge: Quem é o verdadeiro monstro em *Frankenstein – o cientista, a criatura ou a ciência (técnica)*? Se retomarmos o título da obra de Dorn (2007), *Accountability Frankenstein: Entendendo e dominando o Monstro*, o monstro é a *accountability*, essa criação *miserável, remendada e malsucedida*. Entretanto, Dorn também nos apresenta uma outra via: uma criatura que deve ser dominada, não destruída.

Devemos considerar que em seu desenvolvimento, o *monstro, o demônio*, voltou-se contra o criador, após esse renegá-lo e recusar atender seu pedido para que lhe desse (criasse) uma companheira. Em sua vingança, a *criatura* matou alguns que cruzaram seu caminho, bem como o amigo e a esposa de Victor – em reação, o criador passa a perseguir a criação, mas não obtém sucesso, morrendo em sua empreitada. É inegável os dilemas éticos manifestos na metáfora de Shelley. A autora não desnuda apenas (*questionando a humanidade do*) criador e criatura, mas a própria ética que perpassa a ciência, ou seja, suscita o questionamento se o problema é a técnica ou sua instrumentalização, a apropriação de uma técnica para a reprodução do capital.

Todavia, na obra de Dorn (2007), a transferência de significado operada entre os termos *accountability* e monstro de *Frankenstein* ignora (embora seja uma das metáforas mais profícuas aplicadas no campo dos estudos da *accountability*) as contradições presentes na própria construção do arquétipo conceitual *Frankenstein*. As questões éticas e ideológicas que a figura prototípica de *Frankenstein* traz consigo, como a relação todo-parte e parte-todo para a composição do corpo do *monstro*, desconsidera a correlação com a ciência (técnica) reificada. Contudo, a metáfora consegue transmitir a ideia de uma criação que perverte a

razão de ser das coisas, ao descaracterizar (desumanizar) o papel da educação.

Para Derrida (1991), as tentativas de explicar ou definir filosoficamente a metáfora pode resultar em fracasso, pois os termos também serão metafóricos, pois há uma implicação do *definiendum* no *definiens*. Em parte, o pensamento derridiano está correto, uma vez que, a explicação estará presa a termos metafóricos. No entanto, isto não pode nos privar da reflexão filosófica sobre a construção da analogia ou metáfora, pois tal ação pode gerar processos de distorção ou incompreensão do real.

Sobre esse problema, Nunes (2005) é esclarecedor (mesmo que alinhado com Derrida), ao alertar sobre as dificuldades e os limites em ligar as metáforas a referentes reais. Por isso, as “metáforas que nos interessam devem prover uma solução satisfatória ao problema da relação do modelo ou do enunciado metafórico ao problema da realidade [...]” (p. 396-397).

Discorramos um pouco mais sobre essa questão. Ignorar o aporte filosófico e social de uma metáfora pode induzir, a título de exemplo, ao mesmo erro cometido por alguns marxistas ortodoxos que transformaram a ideia de *superestrutura*, uma metáfora utilizada por Marx para ilustrar sua teoria, em uma *teoria da superestrutura*. As metáforas possuem um significado, como afirma corretamente Nunes (2005). Por isso, separar a forma e o conteúdo de uma metáfora é uma tarefa praticamente impossível. É como buscar separar signo e significado, tarefa infrutífera, pois os signos na metáfora são a expressão mais exata dos significados.

Quando alguns marxistas ortodoxos concebem uma *teoria da superestrutura*, eles colocam, como pondera Silva (2012), o pensamento de Marx de ponta-cabeça, pois teorizam sobre a ideia de uma *superestrutura ideológica*, em que a sociedade, considerada uma estrutura material, teria montada sobre si uma *superestrutura ideal*. Por essa teoria, é como se Marx estivesse defendendo uma superestrutura (um mundo das ideias – nada mais platônico e idealista) separada da estrutura. Aqui está a inversão que se opera no pensamento de Marx. Por isso, sem uma compreensão do uso filosófico da metáfora, sua aplicação pode acabar alterando o seu próprio significado.

Marx (2008c), ao utilizar, como ele deixa claro no *Prólogo* da sua *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859, as metáforas de *base* (infraestrutura) e *superestrutura*, como analogias, ele objetiva comparar a estrutura econômica da sociedade às fundações de um edifício (aqui teríamos a *base*); além de comparar também a formação ideológica da sociedade à própria edificação (*superestrutura*), que se sustenta sobre aquela fundação (*base*). Disso, temos que as metáforas devem possuir uma relação com a lógica, com uma forma de

conhecer a realidade, sem serem tomadas equivocadamente por explicações e vice-versa, ou seja, as metáforas não podem ser convertidas numa teoria científica.

Um exemplo interessante da relação modelo metafórico e problema da realidade é o *fórum* de Bovens (2005; 2007a), que interpreta o fenômeno da *accountability*, tendo a administração pública como paradigma. A *accountability*, conforme o *bovensmodel*, pode ser definida como: “uma relação entre um ator e um fórum, na qual o ator tem a obrigação de explicar e justificar sua conduta, o fórum pode fazer perguntas e julgar e o ator pode enfrentar as consequências” (Bovens, 2007a, p. 450, tradução nossa).

A expressão linguística *fórum* é aplicada por Bovens (2007a), em sua metáfora, articulando o adequado significado do termo. O *fórum*, uma expressão latina, corresponde a um *ponto de encontro* de importância social, seria como uma adaptação espacial da área do poder público, onde costumavam ficar situados os edifícios administrativos e judiciais no Império Romano. Nesse espaço ordenado, a sociedade encontra o palco para exercer as mais distintas atividades formais, discussões e debates políticos, incluindo reuniões. Por isso, o *fórum* de Bovens abarca a área do setor público. Logo, concorda-se com Schneider (2019, p. 475), quando esta afirma que o escopo do *bovensmodel* “restringe-se aos espaços formais de controle da ação pública, não podendo ser incluídos mecanismos formais e informais não institucionalizados, tais como os meios de comunicação ou mesmo a sociedade civil.”

O’Kelly e Dubnick (2014a) expandiram a metáfora do *fórum*, por considerá-la muito restrita, incluindo outros dois espaços de *accountability*: *ágora*, um espaço de *accountability* primordial, onde fluem razões, propósitos e normas; por último, *bazaar*, um espaço de *accountability* emergente, enraizado na troca entre diferentes indivíduos, no qual os pontos de vista emergem em situações relacionais, “enraizados em suas negociações uns com os outros, na busca dos interesses comuns” (p. 1, tradução nossa).¹¹⁵ Essa ampliação da metáfora demonstra “as mudanças no processo de uso e assimilação da metáfora nos aspectos do conhecimento, do significado e da pretensão de validade” (Nunes, 2005, p. 124).

Pelo conjunto de exemplos apresentados, concordamos com Silva (2012), quando esse afirma que as metáforas cumprem o papel de ajudar a *perceber* e *ver* as ideias mais abstratas. Logo, auxiliam a perceber o conteúdo propriamente científico ou teórico. É isto que Marx faz na aplicação de suas metáforas. Retomemos a metáfora do reflexo, trabalhada por

¹¹⁵ O’Kelly e Dubnick (2014a, p. 18, tradução nossa) ainda sugerem outros dois espaços, embora não os desenvolvam: “As duas relações que estão faltando neste artigo são a ‘catedral’, um espaço limitado por hierarquias, rituais e regras, e o ‘mosteiro’, um espaço estável definido por relações ‘densas’, baseadas em normas compartilhadas.”

Marx e Engels (2016) na *Ideologia Alemã*. A referida teoria, como vimos, é apenas uma metáfora baseada em duas analogias complementárias. Na primeira, a ideologia aparece como o reflexo ótico invertido na câmara escura; na segunda, a ideologia (enquanto *falsa consciência*) seria uma representação invertida do mundo. Sem o devido entendimento filosófico do entrelaçamento destas analogias, dialogando com a metáfora, o resultado finda por confundir figuras literárias com explicações teóricas. Marx não está, como já afirmado, elaborando uma *teoria do reflexo*, ele usa a câmara escura para auxiliar no entendimento de sua teoria.

Nesse sentido, o uso de metáforas contribui para a apreensão de conceitos, enquanto abstrações razoáveis, atravessando as formas mistificadas das relações efetivas. As abstrações razoáveis, lembremos, vão além das aparências e não se limitam a meros produtos teóricos, conceituais da sociabilidade existente. No entanto, os muitos conceitos de *accountability*, no século XX-XXI, refletem a ausência de ligação com as relações reais e os conceitos deixam de ser apreendidos como abstrações razoáveis, tornando-se abstrações arbitrárias.

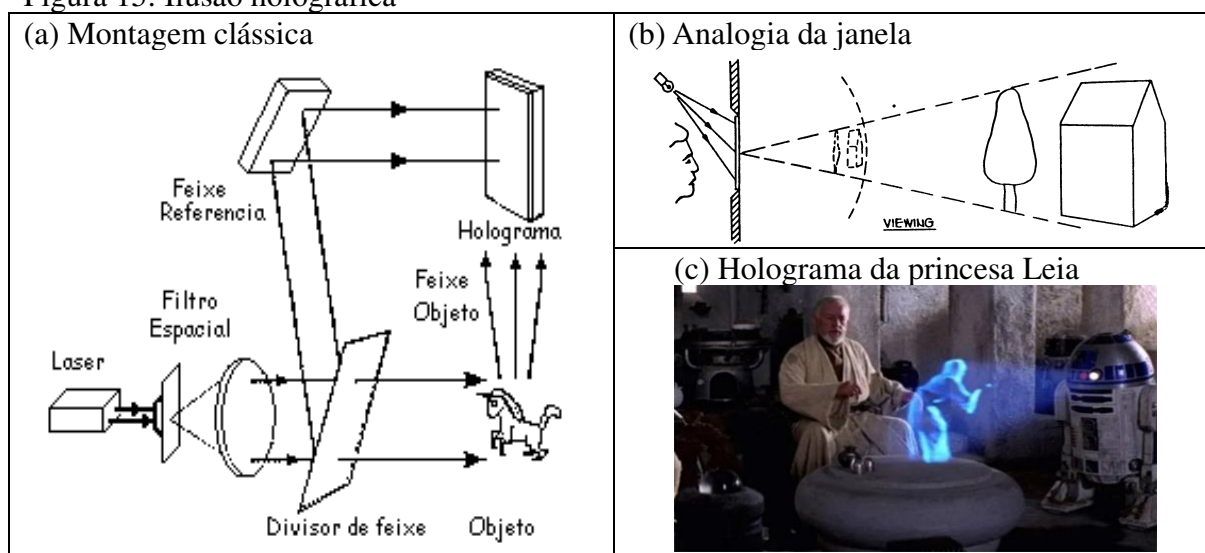
Apenas onde falta a ligação com as relações reais, as metáforas são dominantes, ou seja, onde a explicação decisiva é carente. Por esta razão, Silva (2012) deixa claro que Marx, ao usar suas analogias e suas metáforas para tornar *visíveis* suas ideias, não as transforma em teoria ou como já aludido, não toma metáforas por explicações. Em consequência, podemos afirmar que a miríade de metáforas no plano horizontal, atribuídas a um mesmo conceito ou categoria (e.g., metáfora da *accountability* como *Frankenstein* e *accountability* como *will-o'-the-wisp*, em nível de pressupostos básicos), se forem tomadas como explicações, longe de clarificar sua apreensão, geram dificuldades de conceituação e categorização.

Diante do conjunto exposto, tratemos da metáfora que sustenta esta seção: a *accountability* como uma *ilusão holográfica*. A *holografia (registro completo)*, do grego “*holos* (todo, inteiro) + *grafos* (sinal, escrita)”, é um processo de se codificar (gravação e projeção) uma informação visual. Com a projeção de hologramas temos a reconstrução da informação em uma cena em três dimensões, o que proporciona uma visão espacial dessa informação, sob diferentes ângulos de visão, como se a estivéssemos vendo na realidade.

A indústria de entretenimento, especialmente a cinematográfica, com seus filmes de ficção científica, faz constantes alusões a hologramas (Figura 15). Uma cena icônica nesse universo ficcional, que os cinéfilos recordarão, pode ser exemplificada na cena clássica em que a princesa Leia pede ajuda a Obi-Wan e sem saber de Luke Skywalker, no filme “Star

Wars: Episódio IV – Uma Nova Esperança”, dirigido por George Lucas em 1977. “Ajude-me, Obi-Wan Kenobi. Você é minha única esperança”: esta foi a mensagem gravada e enviada no formato de uma *holografia em 3D* da princesa Leia transmitida por seu robô R2-D2 (Star Wars, 2004) – representado na Figura 15, ilustração c.

Figura 15: Ilusão holográfica



Fonte: Elaborada pelo autor.¹¹⁶

Nota: De modo simplificando, o processo holográfico pode ser descrito da seguinte maneira: “a) A gravação da imagem do objeto em um holograma, que nada mais é do que um filme de alta resolução, capaz de registrar um padrão de interferência de ondas. São necessários dois feixes de luz Laser, ou seja, dois raios de luz coerentes e monocromáticos, provenientes da mesma fonte. b) No estágio de gravação, uma parte da luz é utilizada para iluminar o objeto, enquanto outra parte é utilizada como feixe de referência. c) O raio de referência e a luz refletida pelo objeto se interferem, e o resultado deste padrão de interferência é gravado no filme holográfico, formando o holograma. d) No estágio de reconstrução, isto é, durante a visualização posterior, o holograma é iluminado apenas pelo raio de referência, produzindo réplicas das frentes de ondas refletidas pelo objeto original. São precisamente estas frentes de ondas reconstruídas que podem ser observadas visualmente e que transmitem a imagem do objeto” (UNICAMP, 2022).

Não convém para nossa investigação a descrição detalhada do processo de produção dos *hologramas*. É de nosso interesse apresentar, tão somente, alguns aspectos da/para a geração das *holoimagens* (imagens tridimensionais completas), reproduzidas por um *holoprojetor*.

Primeiro tratemos da *Analogia da janela*. No holograma ilustrado pela ilustração b, da Figura 15, “Suponha um observador atrás do anteparo vendo através do buraco da janela um objeto. Esse ponto corresponderá a uma certa perspectiva do objeto, se deslocarmos a janela para outro ponto, o observador verá uma nova perspectiva” (UNICAMP, 2022). Assim,

¹¹⁶ Ilustrações extraídas do *Laboratório de Ensino de Óptica do Instituto de Física Gleb Wataghin da Unicamp*. Disponível em: <http://sites.ifi.unicamp.br/laboptica/holografia-2/>. Acesso em: 10 abr. 2020. (Imagens “a” e “b”; e, portal Cinemáticos. Disponível em: <https://cinematicos.net/la-cita-mas-memorable-de-la-princesa-leia-de-star-wars/>. Acesso em: 10 abr. 2020. (Imagem “c”).

temos uma nítida impressão de se tratar de um objeto real, no qual as diferentes perspectivas nos dão a tridimensionalidade. Contudo, “[...] na realidade, o objeto não existe na placa holográfica, mas cria a ilusão óptica da sua presença e o holograma envia ao espectador ondas luminosas idênticas às refletidas pelo objeto real” (Toledo *et al.*, 2014, p. 1).

As holoimagens, inclusive as geradas por *pirâmides holográficas* (produzindo imagens bidimensionais) não deixam nada a desejar quanto à qualidade visual, fornecendo a nítida impressão de que estamos diante de um objeto real, tangível e com profundidade (corpo), gerando a ideia (ilusão) de interação com o objeto concreto (real – com sua essência). Entretanto, se nos aproximarmos de forma metódica e rigorosa do objeto (holoimagem) cognoscível, será visto que se trata de uma imagem (aparência) do objeto. Não se trata, todavia, de cópias falsas do real, e sim de formações que são cópias (aparências) do real.

Um **segundo** aspecto da/para geração dos hologramas trata-se da montagem do holoprojetor: para gerar a imagem, faz-se necessário a rigidez mecânica da mesa e do objeto a ser capturado, além da estabilidade térmica do sistema. Ou seja, todos os elementos empregados no processo deverão estar solidamente presos à mesa (estáticos). Todavia, na dinâmica social, a aparência e a essência das formações materiais (criações ou resultantes da criação humana) estão em movimento contínuo, sofrendo os efeitos da ideologia e da história, logo, não estão estáticos.

Na realidade, a mudança faz parte do próprio desenvolvimento do conceito *accountability*, como algo intrínseco à ideia de conceito, pois este não é a-histórico, transcendente, metafísico, ele é uma formação em interação e inter-relação com as próprias mudanças históricas e sociais. Como o conteúdo da *accountability* tem algo de imóvel (continuidades – aquilo que é necessário) e de móvel (rupturas – o que é contingente), as holoimagens contém partes do que é imóvel e outras partes contingenciais (com aparência de imóveis – que se contrapõe, por sua vez, paradoxalmente, a outras partes que são também móveis).

Essa dinâmica é evidenciada pelo **terceiro** aspecto da/para geração dos hologramas, que nos interessa: as próprias condições para a existência da holografia. Quando ativamos uma ponteira laser em uma apresentação, não visualizamos toda a extensão do feixe de luz, mas apenas o ponto captado pela tela de projeção. Para observarmos o feixe em sua completude, seria necessário, dentre outras técnicas (óculos ou telas especiais, por exemplo), uma *poeira suspensa no ar* ou uma *cortina de fumaça* que interagisse com supostos hologramas. *Poeira* e *fumaça* que representam, a nosso ver, as determinações da materialidade sócio-histórica.

De maneira geral, podemos dizer que as holografias necessitam da materialidade para existirem, do contrário não se formam, ficam no plano das abstrações. Ao contrário do idealismo, o materialismo concebe a origem das ideias, e podemos dizer a formação das holoimagens (como projeção da ação humana), a partir das formações materiais. Além disso:

Ela [concepção materialista da história] não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões” etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [*realen*] de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria (Marx; Engels, 2016, p. 42-43).

Vale recordar, como já abordado, que a essência (aquilo que constitui a natureza do ser ou de uma dada formação material – objeto, coisa, processo, fenômeno) é algo que não se dá a conhecer de imediato; sendo a aparência, que parece o real, na verdade obscurece (oculta) a essência. Diante disso, a aparência não se refere à falsidade, tampouco, pode ser desprezada para a compreensão do real, pois aparência e essência são partes da totalidade da coisa, mas que não podem ser igualadas. Logo, a ilusão não está na aparência, mas na convicção que ela é a realidade ou na negação da aparência como parte da realidade.

Umberto Eco, tratando da hiper-realidade, essa expansão da cultura pós-moderna, com sua perda da habilidade de distinguir a realidade da ilusão, nos apresenta uma situação *sui generis*:

Eis a razão da nossa viagem pela hiper-realidade, à procura dos casos em que a imaginação norte-americana deseja a coisa verdadeira e para atingi-la deve realizar o falso absoluto; e onde as fronteiras entre o jogo e a ilusão se confundem, o museu de arte é contaminado pela tenda das maravilhas, e a mentira saboreada numa situação de “pleno”, de *horror vacui* (Eco, 1984, p. 14).

Eco, ao analisar a cultura americana, destaca a *realidade por representação*, em outras palavras, como diria Baudrillard (1991): o mundo em que habitamos foi substituído por um mundo-cópia, no qual vivemos cercados por um simulacro. Conforme Deleuze (1994), a tarefa da filosofia é a de operar uma *reversão do platonismo*, ponderando que tudo são simulacros, representações, em um mundo descentrado, onde não é possível resgatar um modelo original.

O descentrar é parte de uma crise cultural, que questiona as localizações sociais dos sujeitos e dos fenômenos. Periferia e centro são rearticulados, onde o uno, racional,

cartesiano, iluminista, vai sendo descentrado, onde sujeitos e fenômenos são tomados como fragmentados, concebidos de forma mutante, pelas diversas teorias e abordagens para compreendê-lo.

No lugar da negação, da oposição e da contradição, teremos a diferença como elemento de afirmação, como “[...] o prazer de se saber diferente, o gozo da diferença” (Deleuze, 1976, p. 7). Desse modo, a diferença e não a contradição é uma categoria central para o pós-estruturalismo, resultando no descentrar a força das metanarrativas modernas, abrindo espaços para as multiplicidades e o relativismo, por meio da indeterminação e do jogo da diferença. Teríamos com isso, a valorização daquilo que é periférico, em um descentramento estrutural, substituindo a noção de presença pela noção de ausência, em uma perspectiva derridiana.

O descentramento conduz ao próprio trânsito da escrita entre o centro e as margens, ou em uma base foucaultiana, redefiniríamos a noção de *espaço*. Para Foucault (2015), em sua formulação do projeto da *arqueologia do saber*, na relação entre *saber* e *poder*, mediante uma ideia de simultaneidade, o *espaço* deveria ser visto menos pela percepção histórica e mais pela noção espacial. O *espaço* seria o lugar onde uma rede de elementos (pontos) se articula, em uma espacialidade da vida social, o efetivamente vivido (e socialmente produzido), onde acontecem as *práticas sociais* (poder) e, conseqüentemente, as mudanças.

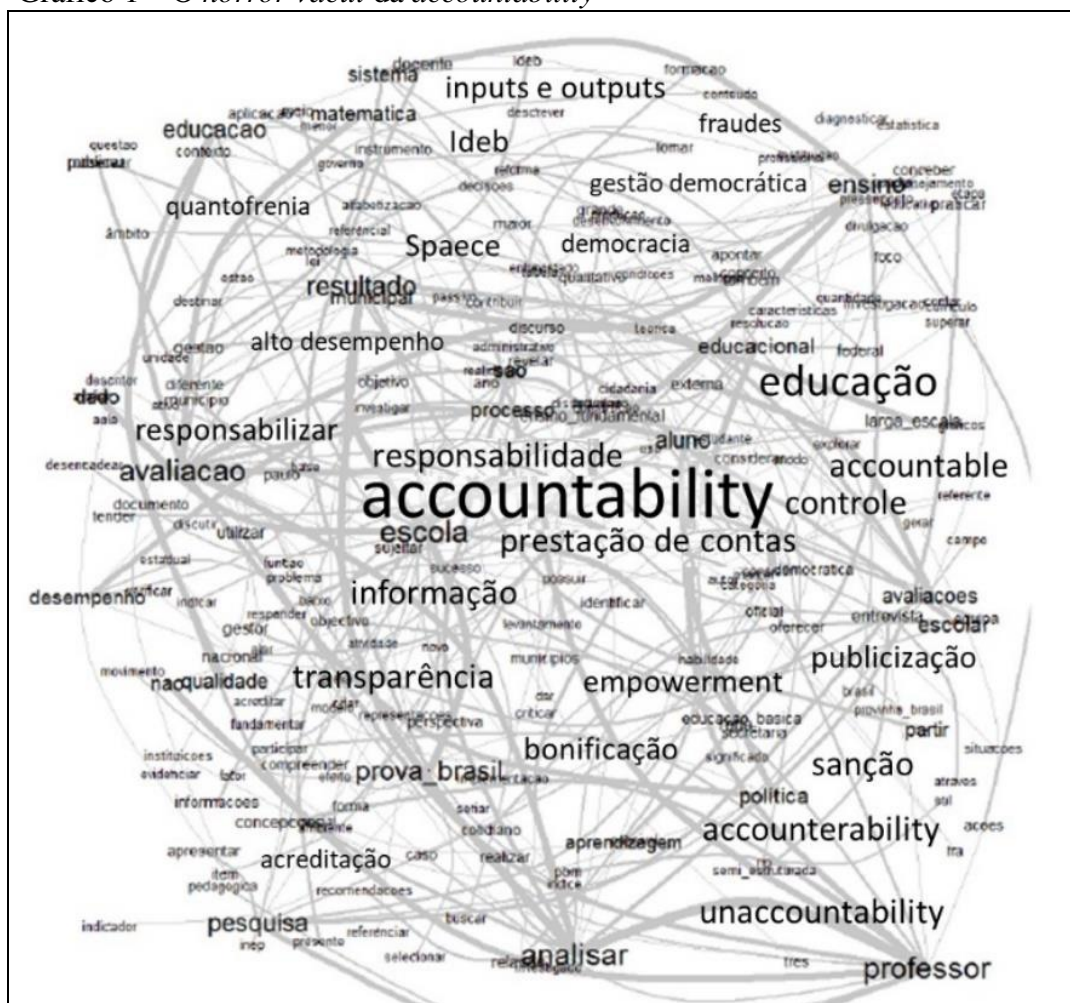
Por essa ideia pós-estrutural, haveria a impossibilidade de perceber o mundo *de verdade*, sua essência no sentido platônico ou, em nosso caso, marxiano. Predominaria a concepção de Nietzsche e Deleuze, uma ideia de que tudo é aparência, pura representação. Neste ponto, a questão *sui generis* que Eco levanta não está, somente, na ideia de que o mundo é pura representação. O caso está em pensar, por exemplo, que a Disneylândia (um mundo-cópia) seja uma cópia de algum modelo real que objetive simular uma cidade *de verdade*, quando ela sabidamente não é.

Antes, a razão de ser da Disneylândia repousa na representação de um lugar criado para a fantasia e não, em perspectiva geral, para refletir o real. O desejo absurdo de reprodução do verdadeiro manifesta na simulação, como diria Eco, no *quase verdadeiro* (sintoma do vazio das lembranças, ausência de passado e memória) que resulta no preencher o *espaço*, artificialmente produzido, pelo falso absoluto.

Seria essa a situação da *accountability*, enquanto *ilusão holográfica*? Conceber a *accountability* como algo que nos escapa conceitualmente é afirmar o seu *descentramento conceitual*, como uma espécie de simulacro, um *quase verdadeiro* (um corpo – objetividade

conceitual – fluído, poroso, mas contraditoriamente movido por um *horror vacui*, como registrado no Gráfico 1). Uma desarticulação que ignora que o movimento faz parte da própria contradição do conceito, que se move histórica e socialmente.

Gráfico 1 – O *horror vacui* da *accountability*



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Gráfico nuvem de palavras gerado a partir do *software* Iramuteq-2022, alimentado com dados (terminologias) relacionadas à *accountability*, extraídos de artigos usados em nossa Tese.

É claro que o *horror vacui* não é a *nuvem de palavras*, uma técnica de pesquisa que por representação visual destaca a frequência que um termo ou categoria específica aparece em uma fonte de dados. O *horror* do qual nos referimos é baseado no argumento da física (clássica) grega, que afirma ser impossível alcançar o vácuo, porque a própria natureza fundamentalmente o neutraliza. A imagem, como expressão do *horror vacui*, essa técnica de preencher todo o espaço, em função do *medo do vazio*, apresenta a tendência (força) que opera no movimento de definição conceitual da *accountability*.

Assim, nossa analogia imagética apenas expressa a *abominação ao vazio*, como manifesta a noção de *accountability sempre expansiva*, o que resulta no preenchimento do

interior da coisa por uma miríade de qualidades e de propriedades, que longe de facilitar sua conceituação, gera uma *Babel* de definições, igualando o que é diferente, tornando diferente/relativo o que é contradição e convertendo o necessário, *vis-à-vis*, em contingente.

Neste ambiente marcado por uma pseudoconcreticidade desconsidera-se que a realidade possui uma bidimensionalidade (fenômeno e essência), com isso o aspecto fenomênico passa a ser assumido isoladamente, desconsiderando a essência. Ao ignorar que a coisa, objeto processo está em correlação com diferentes níveis da totalidade do real, tem-se uma percepção unidimensional da formação material, logo, um pensamento de senso comum.

Ao compreender-se a *coisa em si* de forma fragmentada e desligada de suas condições históricas e sociais, nega-se o movimento dialético das formações materiais. Por isso, em oposição ao pensamento de senso comum e ao *horror vacui*, que nos afastam do mundo real rumo à pseudoconcreticidade, devemos recordar de um princípio hegeliano: “O verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente a essência que se implementa através de seu desenvolvimento” (Hegel, 2007, p. 36).

Marx e Engels (2016), seguindo esse princípio hegeliano, negam a naturalização e perenidade das coisas, objetos, processos, como formações preexistentes. Eles percebem a práxis social da humanidade e as relações reais por entre as formas estranhas com as quais se apresentam os fenômenos na vida cotidiana, superando a imediaticidade e a pretensa independência com que surgem. Esse proceder é distinto do pensamento fenomenológico que busca a essência constituinte do mundo fenomênico, rompendo, como o faz Edmund Husserl (2006, 2014), p. ex., com a atitude cotidiana de relacionar-se com o mundo, como se o aparecer dos fenômenos à consciência fosse operado por meio das essências. Com isso, a fenomenologia husserliana afasta-se das coisas, uma vez que coloca a consciência como aquela que significa e dá sentido ao real, desconsiderando a totalidade e o fato de que mesmo que esta não seja percebida por nossa consciência, ela continua existindo e determinando as partes que a compõem.

Assim, diversamente da fenomenologia, a dialética marxiana busca o significado do real na história concreta e material dos seres humanos, que engendram e significam o mundo ao seu redor, como escreveu Walhens (1959, p. 127-28 *apud* Kosik 2002 p.21): “O marxismo é o esforço para ler, por trás da pseudoimediaticidade do mundo econômico reificado as relações inter-humanas que o edificaram e se dissimularam por trás de sua obra.”

O *horror vacui* presente no estudo da *accountability*, *esse desejo por preencher todo o interior de sua definição conceitual, sem deixar no movimento categorial espaços vazios*, conduz o fenômeno a tornar essencial algo que é aparente. Ao supervalorizar, por

exemplo, concepções, dimensões e tipologias estabelecidas pelas partes, esquece-se que o fenômeno é uma manifestação das muitas possibilidades de ser da essência, essa, por sua vez, externaliza-se de modo parcial ou apenas sob certos ângulos e aspectos.

Nossa intenção com essa reflexão é ponderar que, longe de defender uma noção de *descentramento conceitual* (em sua *desarticulação teórica*), marcado pelo relativismo e crise da certeza (possibilidade) conceitual, devemos tecer uma análise crítica à centralidade dos simulacros. Entender que a interpretação que formula a noção de uma *accountability* como uma *ilusão holográfica* é, em grande parte, fruto da dificuldade em entender que a essência de um conceito não é algo estático, está em movimento. Esse movimento, por sua vez, não significa fragmentação nem relativismo, muito menos impossibilidade de definição conceitual.

O mundo material-social está em um *continuum* movimento, (re)organizando-se perpetuamente, a partir da *práxis* ou *prática social* (uma unidade da *teoria* e da *prática*), que se realiza por meio das classes sociais, dos grupos e dos indivíduos, enquanto fenômenos sociais e históricos. Por isso, contrapomo-nos à noção de *descentramento conceitual* ou, como identificamos, *desarticulação teórica*, uma vez que a prática se refere à totalidade do processo social e não a atividades isoladas, fragmentadas, individuais.¹¹⁷

Entender a prática de modo *descentralizado*, como uma experiência individual, subjetiva, sensória, é cair no empirismo ou no positivismo. Os conceitos, como expressões da realidade, constituem uma relação teórica do sujeito com a formação material (objeto, coisa, processo, fenômeno) e “surge e se desenvolve a base da interação prática entre eles” (Kopnin, 1978, p. 168). É dessa relação, considerando a experimentação, que as práticas se generalizam e nasce a dedução:

No processo de surgimento e desenvolvimento dos conceitos cabe enorme papel à dedução [– sem negar o valor da indução]. Nesta é onde melhor pode se observar o

¹¹⁷ É interessante destacar que: “[...] quando falamos da prática como fundamento da teoria, deve-se entender: a) que não se trata de uma relação direta e imediata, já que uma teoria pode surgir para satisfazer direta e imediatamente exigências teóricas, para resolver dificuldades de outra teoria; b) que, em consequência, apenas em última instância, como parte de um processo histórico-social, a teoria responde a necessidades práticas, e tem a sua fonte na prática” (Vasquez, 1980, v.2, p. 40). Contudo, a prática não existe sem o mínimo de alicerce teórico, a saber: “[...] a) Um conhecimento da realidade que é o objeto da transformação; b) um conhecimento dos meios, e de sua utilização, da técnica exigida por cada prática, com a que se leva a cabo a referida transformação; c) um conhecimento da prática acumulada, sob a forma de teoria que sintetiza ou generaliza a atividade prática na esfera em questão, já que o homem apenas pode transformar o mundo a partir de um determinado nível teórico, isto é, inserindo a sua práxis atual na história teórico-prática correspondente; d) uma atividade finalista, ou antecipação dos resultados objetivos que se pretendem atingir sob a forma de fins ou resultados prévios, ideais, com a particularidade de que estes fins possam cumprir a sua função prática, terão de responder a necessidades e condições reais, terão de ser assimilados pela consciência dos homens, e contar com os meios adequados para a sua realização” (p. 44).

caráter mediato, criador do pensamento humano. Grande parte do conhecimento humano tem caráter dedutivo. O estudo da dedução, as regras e formas de extrair um juízo de outros, constitui tarefa essencial da lógica formal. A dialética não deve substituir a lógica formal nessa questão. O campo da dialética é o estudo da natureza gnosiológica das deduções, sua função no movimento do pensamento no sentido da verdade, do papel da dedução na formação e desenvolvimento das teorias científicas. Na teoria da dedução a tarefa consiste em que, ao analisar o processo real, vivo, concreto do conhecimento, tomar aquelas formas de dedução que nele se verificam, esclarecer a essência, o lugar e a relação delas quer entre si, quer com outras formas de conhecimento (Kopnin, 1978, p. 213).

Assim, diversamente do pós-estruturalismo, devemos analisar a aparência em sua correlação com a essência, considerando a contradição essência-aparência, em uma interação entre teoria e prática; o estado imóvel (continuidades) e móvel (rupturas) das coisas, inseridos na totalidade; bem como, a *poeira suspensa no ar* (as determinações materiais) do contexto sócio-histórico. Como já afirmamos, não podemos descartar a aparência como algo falso, muito menos o seu oposto, considerando-a de imediato verdadeira.

O desafio, portanto, não é reduzir a aparência ao *status* de ilusão, criticando-a ou descartando-a, mas direcionar sua análise, a partir de uma “crítica [que] deve ser dirigida à própria sociedade, ela é em si, ilusória. Esse é o desafio da ciência” (Resende, 1992, p. 144). Diversamente de conceber a *accountability* como uma *ilusão holográfica*, faz-se necessário considerar que sua aparência, ao mesmo tempo que oculta sua essência é uma chave para desvelar a sua própria essência, essa contradição é o que marca o próprio fazer científico. Assim, o véu místico e nebuloso que encobre a realidade só pode ser descoberto pela reflexão científica que leve em consideração as próprias mudanças na aparência e na essência da coisa.

Medeiros (2006, p. 333) auxilia para esse entendimento, ao destacar que as próprias ilusões de óptica (pensemos essas ilusões, de forma básica, como uma expressão da aparência) “poderiam ser úteis, não apenas no ensino da própria óptica [digamos objeto], mas igualmente, para auxiliar os estudantes no desenvolvimento dos processos de observação, comunicação, controle de variáveis, formulação de hipóteses, coleta e interpretação de dados”

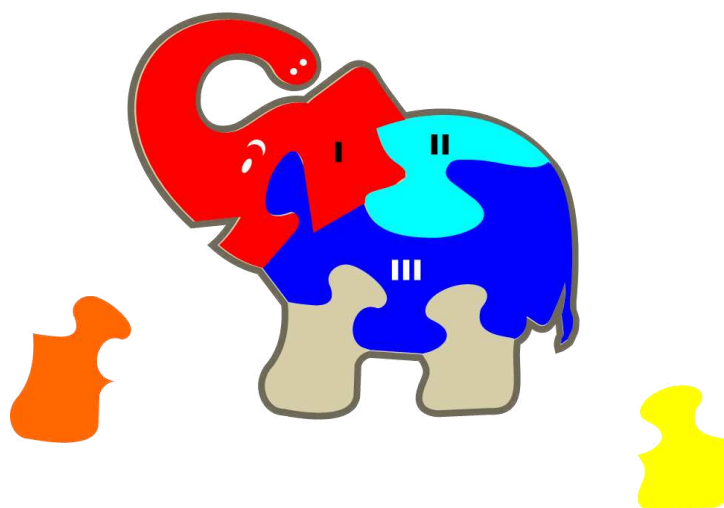
Por consequência, a ilusão não está ligada à dificuldade de conceituar o mecanismo *accountability* ou em sua aparência. Pensemos a partir de uma análise de Konder (2002, p. 31), ao citar a relação indivíduos e estado, diz o autor: os indivíduos na sociedade do capital estão divididos e estranhados; nessa condição, o ser humano que funda o Estado “é o ser humano não livre, que alienado [estranhado] alimenta a ilusão de um Estado racional, adequado à promoção da lei no funcionamento da sociedade”. É o indivíduo (estranhado), sem descartarmos, é claro, a complexidade do objeto, com os processos de mistificação, que alimenta as ilusões, à vista de sua dificuldade em tecer as relações necessárias para o desvelamento da realidade concreta, com suas múltiplas determinações.

Assim, a essência da *accountability* é extraída da complexidade do real, extração processada por uma abstração que reproduz o elemento comum de diversas entificações fenomênicas, mas que só reproduz parcialmente o concreto, logo, não funda o real e não é o concreto. Por isso, na distinção e definição conceitual, devemos realizar uma análise que distinga o menos desenvolvido do mais desenvolvido. Não em uma perspectiva cartesiana, por meio de um fracionamento da coisa e de sua descrição, a partir do imediatamente visível de suas inúmeras partes, essas partes tratadas como elementos e posteriormente ligadas sem considerar o fato de que juntas, elas são mais que a sua simples soma. Na articulação das partes, elas formam uma totalidade, detendo características que não possuiriam se permanecessem separadas.

A análise da *accountability*, como já afirmamos, necessita desvelar a relação entre o fenômeno (o imediato) e a essência (o mediado), compreendendo que eles formam um todo em interação e inter-relação. Ou seja, antes de tudo, a conceituação é um ato histórico e não um ato de pensamento; os conceitos não se autodeterminam, mas são suportes de relações sociais, uma vez que a *accountability* não é *accountability* por ser portadora de uma *essência abstrata* e sim, o conjunto das relações sociais que lhe engendram.

Disso, temos que a *accountability* só pode ser entendida, dialeticamente, como relação do todo com suas partes. O mecanismo *accountability* não está isolado ou independente das relações sociais, como se fosse produzido pela natureza e não pelas relações sociais, mas é um fenômeno em correlação com o mundo – um produto social e histórico. Por fim, será sobre a relação todo-parte e parte-todo que o próximo capítulo será desenvolvido, entendendo, como diz Kosik (2002), que a unidade do diverso, a unidade da aparência e da essência não podem ser concebidos sem suas relações sociais.

BLOCO III
“QUEM SOU EU?”



- 6 “QUEM SOU EU?": *ACCOUNTABILITY* – UNIDADE DIALÉTICA (PALAVRA & CONCEITO)
- 7 *ACCOUNTABILITY* ATRAVÉS DO ESPELHO: O QUE ENCONTRAREMOS POR LÁ?
- 8 “QUEM SOU EU?": EU SOU EM MESMA

Objetivo III

Investigar as bases constitutivas da *accountability* para além de sua aparência, logo, os aspectos modeladores de seu sentido original e central

6 “QUEM SOU EU?”¹¹⁸: ACCOUNTABILITY – UNIDADE DIALÉTICA (PALAVRA & CONCEITO)

Antes de entrarmos *in medias res*, faz-se necessário explicar que os Capítulos VI e VIII estão organizados como partes separadas, porém, compõem um todo orgânico – um *duplo-uno* (uma unidade dialética), ligados pelo Capítulo VII. Nesse todo, cada parte está entrelaçada com a seguinte, de tal modo, que mesmo diferentes, uma constitui a outra de forma tão íntima, que uma não pode prescindir da outra. Somente quando chegarmos ao final, expondo as determinações que formam, em certa medida, a *accountability*, poderemos ter o conjunto das determinações.

Trata-se de um exercício dialético, em que o começo deve ser demonstrado no final, num processo em espiral. Assim, chegamos ao conceito categorial *accountability*, numa cadeia de causa e efeito, em que cada efeito é também causa. De tal modo, a cadeia como um todo é, ao mesmo tempo, fundante e fundada, causa de si mesma (em inter-relação e interação com o mundo exterior) e expressão de sua totalidade.

Por isso, na lógica da essência da *accountability*, é a esfera da contradição que está posta, já que “tudo nela está posto de tal modo que se refere a si e, ao mesmo tempo, vai muito além – como um ser da reflexão, um ser no qual um outro aparece e que aparece num outro” (Hegel, 1995, § 114). Logo, o *uno* que compõe a totalidade não pode ser sem o *múltiplo*, nem o *múltiplo* sem o *uno*. Isso vale para o interior e o exterior, a aparência e a essência etc.

No jogo de forças dos distintos, as forças não existem sem seus efeitos. O interior, que também é uma força, tem que se exteriorizar e, novamente, entramos na esfera da aparência. Daqui, temos o fundamento do *duplo-uno da accountability*.

¹¹⁸ “Se [Macabeá] tivesse a tolice de se perguntar ‘quem sou eu?’ cairia estatelada em cheio no chão. É que ‘quem sou eu?’ provoca necessidade. E como satisfazer a necessidade? Quem se indaga é incompleto. [...]. Mas eu [Rodrigo], que não chego a ser ela, sinto que vivo para nada. Sou gratuito e pago as contas de luz, gás e telefone” (Lispector, 1988, p. 25, 39-40). Rodrigo, personagem da obra “*A hora da estrela*”, de Clarice Lispector, apresenta-nos por meio do signo da *exclusão*, a busca por uma proximidade com Macabéa, uma jovem nordestina que vive a dimensão do não-ser, um ser alienado (estranhado), incapaz de perceber sua própria existência. Assim, ele nutre uma proximidade assombrada pela fantasmagoria, pelas leis do universo regido pela mercadoria, sendo ele mesmo uma mercadoria, preso ao mundo governado pelas coisas. Em alguma similitude, a *accountability* também é assombrada pelo mundo das mercadorias: Quem é a *accountability*, diante das fantasmagorias do mundo das coisas? Diante dessa indagação, construímos o título de nosso sexto capítulo, cuja organização é em si, um todo estruturado que visa auxiliar no desvelar da realidade da *accountability* (que distintamente de Macabeá não precisa morrer – mera negação – para realizar seu desejo por conhecimento – antes, devemos operar em sua análise a negação da negação), na luta contra as fantasmagorias do mundo desigual, que teima em esvaziar, em um paradoxal preenchimento, a definição conceitual de quem a *coisa em si* é.

Palavra e conceito, distintos correlatos, quando se encontram no processo de formação da *accountability*, complementam-se, então, há a *efetivação* do termo. Assim, a combinação entre palavra e conceito se coloca como fundamental na definição (forma, conteúdo e estrutura) da *accountability*.

Entretanto, como se combinam a mudança e a permanência da palavra e do conceito na *accountability*? A unidade da identidade e da diferença – na tensão com a distinção – consiste precisamente, em subsistir, sendo constantemente outro, pois enquanto processo, a *accountability* é dinâmica. Sendo assim, a multidão de existentes e suas conexões correspondem ao conceito da coisa mesma, em que seu movimento se realiza em uma dependência recíproca e de encadeamento de fundamentos e fundamentados.

Feita essa breve consideração, cujo intuito é evitar alguma possível confusão relativa ao modo de exposição sobre o mecanismo *accountability*, em seus aspectos icônico, indicial e simbólico, bem como sua definição conceitual, organizada em dois capítulos associados, sigamos em nossa *introdução*.

* * *

Em seu movimento no espaço e tempo, a definição conceitual e o próprio uso da palavra *accountability* têm sido um campo em disputa. Fenômeno que, a nosso ver, é evidenciado, em certa medida, pelo entendimento expresso por Dubnick (2002), em artigo intitulado *Seeking Salvation for Accountability (Buscando a Salvação para a Accountability, tradução nossa)*. De imediato, esse título sugere tensões a envolverem a *accountability*, levando o leitor a inquirir sobre os perigos que a ameaçam e dos quais deve ser salva. Diz o autor:

Este é um artigo em defesa de um conceito que é ameaçado por sua popularidade e minado por aqueles que mais o usam. É um apelo a um reexame e reafirmação da “accountability” a partir da perspectiva de seu papel central na governança moderna. É um apelo para salvar o conceito de accountability dos abusos que sofre nas mãos de amigos e defensores. É um esforço de salvação para um conceito que perdeu sua “alma” significativa em *um mundo cheio de retóricos, reformadores e funcionalistas* – todos bem-intencionados, mas cada um contribuindo para a queda da accountability da graça conceitual (Dubnick, 2002, p. 1, grifo nosso, tradução nossa).

Esse fragmento é bastante elucidativo, pois identifica tensões que circunscrevem o conceito e o uso do termo *accountability*, os quais, conforme o autor, devem ser reexaminados. Todavia, Dubnick, ao desferir suas críticas àqueles que mal-usam da *accountability* – ou seja, retóricos, reformadores e funcionalistas – esqueceu-se de acrescentar os *pós-modernos*, com seu *idealismo conceitual* ou *linguístico*.

Os *retóricos* seriam aqueles que usam a *accountability_{wr}*¹¹⁹ para fazer promessas. Nessa seara, para Dubnick (2002, p. 11), “[...] a *accountability_w* assumiu uma ‘vida própria’, como um símbolo descolado de qualquer significado específico, mas com a capacidade de gerar uma resposta quando colocado em uso retórico ou icônico.” Aqui, o valor da *accountability_{wr}* é contingente ao contexto e aos padrões de avaliação. Enquanto isso, para os *reformadores*, a *accountability_c* é “como uma fonte de promessas que se tornam a base para a ação política. Há quatro dessas promessas que têm sido fundamentais para a reforma em diferentes países [...]” (p. 15): justiça, promessa de desempenho, promessa de democracia e prevenir o abuso de poder e a possibilidade de corrupção. Já os *funcionalistas* são “aqueles, cujo interesse na *accountability_c* é, em um sentido real, principalmente ‘acadêmico’ [... mas, especificamente,] aqueles que adotam perspectivas teóricas e metodológicas que não consideram a natureza da *accountability_c* como um termo de governança” (p. 18).

Já o idealismo conceitual, tendência pós-moderna, é uma variação do idealismo ontológico para o qual a base de todos os fenômenos não pode ser encontrada na matéria (realidade concreta), uma vez que, ontologicamente, a construção da realidade dependeria da linguagem. Para os pós-modernos, a forma como organizamos as palavras influencia a forma como produzimos sentido sobre a realidade, ou seja, a realidade subordinar-se-ia ao sistema conceitual que está sendo utilizado. No entanto, o significado não residiria propriamente nas palavras, mas na relação dessas com seu contexto. A *accountability*, p. ex., a partir dos *jogos de linguagem*, pode adquirir um sentido num texto sobre administração pública e outro na educação.

Como diria Derrida, não há nada fora do texto. Já numa interpretação idealista da epistemologia de Thomas Kuhn, o mundo, em um relativismo conceitual, muda na medida em que mudam os paradigmas que o descrevem. Com isso, a própria noção de verdade torna-se relativa. Como tratamos no Capítulo IV, na sociedade que se alvora pós-moderna, a possibilidade de alcançarmos a *verdade* (e sua própria existência) é negada, uma vez que não existiria uma *verdade* a ser encontrada; existiriam apenas interpretações particulares, múltiplas verdades (todas igualmente válidas), construídas por meio de nossas interpretações sobre aquilo que nos cerca.

No entanto, do ponto de vista materialista dialético, a verdade não só existe como pode ser conhecida, pois as próprias ideias e conceitos mais abstratos não são mais do que o

¹¹⁹ Dubnick (2002) em seu texto estabelece três formas gráficas para especificar o uso ou aparecimento do termo *accountability*: 1. Palavra *accountability* – *accountability_w*; 2. Conceito *accountability* – *accountability_c*; 3. *Accountability* utilizada de modo retórico – *accountability_{wr}*.

resultado da atividade humana, de seu órgão material (o cérebro) e do reflexo de objetos materiais apreendido por este mesmo órgão material. A dialética submete o mundo das representações e do senso comum “a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da *práxis* social da humanidade” (Kosik, 2002, p. 21). Assim, “A destruição da *pseudoconcreticidade* significa que a verdade não é nem inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ela se faz; logo, se desenvolve e se realiza” (p. 23).

Em suas *Teses sobre Feuerbach* (Marx, 2016b), na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (Marx, 2013a), n’*A Sagrada Família* (Marx; Engels, 2011) e n’*A Ideologia Alemã* (Marx; Engels, 2016), os autores desenvolvem o conceito de *práxis*, ao criticarem tanto o idealismo, quanto as abordagens materialistas de então. Contra os primeiros, criticavam a tese de que a realidade seria determinada pelas ideias (pensamentos, vontades e desejos), isto é, os idealistas esqueciam “que o próprio educador tem de ser educado” (Marx, 2016b, p. 533). Já contra o segundo grupo, desferiam críticas à tese de as circunstâncias determinarem a realidade, quer dizer, o materialismo *vulgar* desconsiderava a dialética e esquecia “que as circunstâncias são modificadas pelos homens” (p.533).

É neste ponto que Marx introduz o conceito de *práxis* como a ação transformadora das circunstâncias através da atividade humana. Atividade teórico-prática em que se modifica a partir da experiência prática, que por sua vez é modificada pelo avanço das concepções teóricas, de modo que nem a teoria se ossifica (dogmatiza-se) e nem a prática se degenera em um processo que resulte no estranhamento. Como afirmou o próprio autor:

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenständliche Wahrheit*] não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza interior [*Diesseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente *escolástica* (Marx (2016b, p. 533).

Por esse indissolúvel nexos entre teoria e prática, para a transformação da realidade, o materialismo dialético propõe o fim da dicotomia entre o trabalho manual e intelectual, desvendando com tal ação, os mecanismos de estranhamento nas sociedades de classes – as contradições e a ideologia do capital.

Tendo como ponto de partida a discussão envolvendo as noções de palavra e conceito, retomamos aqui, os estudos sobre as concepções de essência e aparência para fundamentar um entendimento mais amplo sobre o conceito categorial de *accountability* e

assim, reconhecer as suas formas, seu conteúdo e sua estrutura. Buscando com isso, tencionar a noção de *polissemia* e a suposta *característica camaleônica*, atribuídas ao conceito (fenômenos que serão tratados especificamente no Capítulo VII), em prol da superação de uma ideia de *accountability* como *átomos* – do grego “*não-lugar*”, ou seja, o que não se encontra em seu lugar, que está deslocado, como algo estranho, inclassificável, insólito.

Com isso, somos levados a conhecer a *accountability* como resultado de relações recíprocas consigo mesma e com o meio, sendo que cada parte integrante da *accountability* (como totalidade) é função dessa totalidade, derivando diretamente dela a sua individualidade (singularidade enquanto particularidade).

Caminhando por essa trilha, interpretamos a *accountability* submetida à realidade histórica, considerando o traçado prático e a forma teórica presentes na construção da *palavra* e do *conceito* que constituem o termo. Assim procedendo, o capítulo em tela está dividido em cinco seções: na primeira seção, “‘Sem pedras o arco não existe’: *accountability* – palavra e conceito”, traçamos um paralelo entre a alegoria *pedras e arco*, formulada por Calvino (2020), na obra *As Cidades Invisíveis*, para análise da relação palavra (*abstração que se objetivou*) e conceito (*abstração razoável*) na constituição do termo *accountability*.

Na segunda seção, “Entre máscaras e espelhos: o duplo-uno da *accountability*”, resgatamos do domínio marxiano o debate sobre essência e aparência. Para tanto, faremos uma incursão no campo da poesia e da pintura, conduzidos por uma reflexão filosófica. O que nos permitirá demonstrar, esperamos, o *duplo-uno da accountability* que se instaura na relação palavra-conceito.

Na terceira seção, “A epistemologia semiótica da *accountability*: ícone, índice e símbolo”, tratamos do signo *accountability* à luz da semiótica peirceana, com seu princípio ternário de constituição do objeto – ícone, índice e símbolo. Não há dúvidas que a adequação dos signos, em uma verdadeira engenharia sígnica, dependente da forma objetiva do espaço e do tempo. Isso equivale a dizer que o signo *accountability* não é tratado na seção como resultado do simples contexto (imediato) ou da linguagem.

A seção quarta, “O caráter sígnico e simbólico da linguagem: o hieróglifo social”, ergue-se articulando o conceito marxiano de *linguagem da mercadoria* – e seus referenciais de *hieróglifo social* e *signo cabalístico* – com o elemento signo, apresentados por Dubnick (2002). Aqui, tratamos do caráter sígnico visto à luz da finalidade de sua utilização na ordem do capital, regidos por leis de economia e eficácia. Dessa forma, ao focarmos no *caráter sígnico, indicial e simbólico*, nossa ênfase recai sobre o entender como funciona a *linguagem (cabalística) cifrada* do conceito categorial *accountability*.

Na quinta seção, “A representação imagética do conceito científico: o *slogan accountability*”, a *accountability* é examinada, considerando a capacidade dos sujeitos de compreender os fenômenos/documentos e a engenharia dos *slogans*. De fato, o uso cotidiano e estético da *accountability*, em um aparente silogismo idealista, pode dar a falsa impressão de que a essência da coisa se revela de imediato, por um bombardeio de *slogans*, constituindo a cotidianidade da governança neoliberal.

6.1 “Sem pedras o arco não existe”: *accountability* – palavra e conceito

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.
 – *Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan*
 – *A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –, mas pela curva do arco que estas formam.*
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:
 – *Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.*
Polo responde:
 – *Sem pedras o arco não existe.*
 (Calvino, 2020, p. 79).

O diálogo de Marco Polo (viajante veneziano) descrevendo uma *ponte* a Kublai Khan (imperador mongol), narrado por Ítalo Calvino (2020), em sua obra “*As cidades invisíveis*”, oferece-nos uma rica alegoria que parece encaixar-se bem quanto ao fundamento (*pedras e arco*) do objeto *accountability* (uma *ponte*). O *arco* que liga o tempo passado (que se foi) com o presente (que se vive), em uma expectativa de futuro (enquanto futuro *presente*), ergue-se no espaço e no tempo, através da interação e inter-relação meticulosa entre as *pedras*.

– *Sem as pedras o arco não existe*. O que importa, ao lermos a passagem como uma interpretação possível, não é a superioridade da curva do *arco* (o conceito) que sustenta a *ponte* (o objeto, obra efetivada, mas ainda em movimento); tampouco, a predileção em relação às *pedras* (a palavra). O essencial é o *processo*, regido por *leis* que comandam a interação e inter-relação entre *pedras, arco e ponte, leis* que regem e resultam da *práxis* operante no processo de *efetivação da ponte*. Sendo que:

Nem sempre as relações entre os diversos elementos da narrativa resultavam claras para o imperador; os objetos podiam significar coisas diferentes. [...] Mas, o que Kublai considerava valioso em todos os fatos e notícias referidos por seu inarticulado informante era o espaço que restava em torno deles, um vazio não preenchido por palavras (Calvino, 2020, p.41, negrito nosso).

Ou ainda:

Agora, para cada cidade que Marco lhe descrevia, a mente do Grande Khan partia por conta própria, e, desmontando a cidade pedaço por pedaço, ele a reconstruía de

outra maneira, substituindo ingredientes, deslocando-os, invertendo-os (Calvino, 2020, p.43).

Como uma *junta de dilatação*¹²⁰, o *vazio* permite que os *pedaços* (partes) da *cidade*, da *ponte etc.*, se acomodem durante a re-construção. Todavia, esse *vazio* não corresponde ao abstrato-vazio (quando as *múltiplas determinações* ainda não se evidenciaram para nossa consciência), antes, é momento de busca das conexões. Assim, o objeto pode preservar sua *natureza* – mantendo-se estável, embora dinâmico, em sua mobilidade.

Contudo, o *vazio*, uma vez assolado por um *horror vacui*, corre o risco, se preenchido à toa, de gerar trincas e deformações, transformando o objeto em outra coisa – essa coisa pode ser *oposto* à sua forma anterior. O *vazio* está ligado ao limite ou à capacidade do interno do objeto em se relacionar com o externo, conforme a *lei que rege o objeto*. Logo, o *vazio* como lacuna, destaca o processo de efetivação e movimento do objeto.

O *vazio* é zona de acomodação entre:

a) as *pedras*: a palavra *accountability*, uma *abstração* que se *objetivou* – materialização sígnica do que é concebido ou representação generalizada, que tem *status* ontológico real e adquire expressão objetiva no termo, conforme as partes da coisa (*answerability, responsibility, responsiveness, obligation, obedience, fidelity, amenability etc.*) e

b) o *arco*: o conceito *accountability*, uma *abstração razoável*.

O *vazio* é imprescindível para a construção da *ponte*, a *accountability* (o *objeto em si*). Uma vez que é no encaixe entre as *pedras*, possibilitado pelo *vazio*, que o *arco* toma forma e se estabiliza, constituindo a *ponte* – enquanto termo técnico próprio de uma ciência.

Aqui, retomemos a citação do artigo de Dubnick (2002, p. 01, tradução nossa), nos trechos em que o autor pondera: “Este é um artigo em defesa de um conceito que é ameaçado por sua popularidade e minado por aqueles que mais o usam. [...] É um esforço de salvação para um conceito que perdeu sua ‘alma’ [... que está em queda de sua] graça conceitual”. Essa compreensão de Dubnick o conecta ao *idealismo conceitual*, isso significa que sua posição analítica se liga ao pensamento pós-moderno.¹²¹ Dito isso, podemos

¹²⁰ As juntas de dilatação nada mais são que espaçamentos na estrutura, com propósito de separar duas peças ou elementos para possibilitar a expansão térmica, que ocorre devido a variações de temperatura e a movimentações mecânicas. Assim, elas evitam o aparecimento de fissuras, trincas e rachaduras, aumentando a vida útil do elemento e garantindo a segurança das estruturas.

¹²¹ Esta conclusão ampara-se em acurada análise da obra de Dubnick, em especial nos textos: “Dissecting the semantics of accountability and its misuse” – “Dissecando a semântica da accountability e seu uso indevido” (Dubnick; O’Kelly, 2019, tradução nossa); “Seeking Salvation for Accountability” – “Buscando a Salvação para a Accountability” (Dubnick, 2002, tradução nossa); “Accountability as a cultural keyword” –

identificar quatro princípios¹²² da Política e da Administração Pública pós-moderna no texto/autor em questão:

- a) *imaginização*: consiste no processo que envolve a imaginação. Nessa operação, destaca-se o significado da *imagem* (alegoria, metáfora, p. ex.) como um instrumento para a definição da *accountability*, mas que não remete a uma conceituação precisa: *accountability* como conceito camaleônico em contínua expansão (Dubnick, 2002); uma palavra-chave cultural (*Ibid.*, 2014); também, os quatro espaços de *accountability* – *ágora* (*accountability* primordial), *bazar* (*accountability* emergente), *catedral* e o *mosteiro* (O’Kelly; Dubnick, 2014a);
- b) *desconstrução*: a forma de entendimento dos fenômenos parte do caráter *contraditório da linguagem*, com suas múltiplas interpretações, derivadas dos múltiplos contextos, ignorando as categorias *ideologia e contradição*, como resultantes da realidade concreta e da divisão social do trabalho, bem como *desconsiderando a relação aparência-essência*;
- c) *desterritorialidade*: o conhecimento é descentralizado, predominando os múltiplos contextos, sendo possível uma multiplicidade de maneiras de interpretar a realidade, colocando a dúvida como condição para a reflexão. Dessa forma, não há uma “hierarquia” de conceitos, todos estão interconectados em uma interdisciplinaridade, mas descentralizam a própria produção do conhecimento;
- d) *alteridade*: envolve a comunidade moral, com implicações na dimensão moral e ética da *accountability*, desenvolvendo uma abertura para o *outro*, como nos múltiplos espaços da *accountability* (*ágora, bazar, mosteiro, catedral e fórum*), mas em uma relação de oposição às metanarrativas;

“Accountability como palavra-chave cultural” (Dubnick, 2014, tradução nossa); “Accountability as a Meta-Problem” – “Accountability como um meta-problema” (Dubnick, 2008, tradução nossa); “Accountability and the Promise of Performance: In Search of the Mechanisms” – “Accountability e a promessa de desempenho: em busca dos mecanismos” (Dubnick, 2005, tradução nossa).

¹²² Para essa estruturação nos baseamos em Capella (2011), “A linguagem da administração pública: um estudo sobre a abordagem pós-moderna”, Farmer (1995), “The Language of Public Administration” (“A Linguagem da Administração Pública”, tradução livre), e Miller e Fox (2007), “Postmodern Public Administration” (“Administração Pública pós-moderna”, tradução livre). Para Capella (2011, p. 169, tradução nossa), “O estudo de Farmer (1995) destaca os limites das teorias modernas de administração pública e apresenta as principais características do pensamento pós-moderno para a área. Miller e Fox (1995, 2007) concentram-se não apenas nas teorias, mas também nas práticas cotidianas da administração pública para confrontá-las com seus limites, lançando mão do arsenal explicativo do pensamento pós-moderno”. Ressaltamos que os quatro termos: imaginização, desconstrução, desterritorialização e alteridade – que utilizamos para estabelecer os liames da inclinação dubnickeana em direção a pós-moderna – foram cunhados por Farmer (1995).

e) *incomensurabilidade*: destaca o problema “[d]a inerente falta de ‘linguagem’ comum que permite fácil tradução da palavra em contextos e culturas [...] e, por extensão, para outras línguas políticas e culturas administrativas” (Dubnick, 2002, p. 4, tradução nossa).¹²³

Ora, uma das dificuldades que acomete o estudo da *accountability* resulta, justamente, como já afirmamos, do abandono das determinações fundamentais que envolvem a realidade social, enquanto um complexo de complexos. Em nosso entendimento, devemos ultrapassar a percepção imediata da vida cotidiana (cotidianidade), para alcançarmos a essencialidade das coisas, deixando de lado a vacuidade das posições do idealismo pós-moderno, que concebe as categorias como entidades que subsistem de forma independente das determinações objetivas.

As categorias, como *afirmações ontológicas* (Lukács, 1979) e enunciados diretos de uma forma específica do ser, a semelhança dos homens, são produtos das relações sociais: as categorias emergem como “formas de ser, determinações de existência” (Marx, 2011, p. 59). Sendo que, a *determinação (Bestimmung)* da existência é um traço essencial da realidade. Segundo Inwood (1997, p. 92):

¹²³ A incomensurabilidade da ciência, segundo Kuhn (2006, p.50), significa “nenhuma linguagem comum”, ou seja, “a afirmação de que duas teorias são incomensuráveis é, assim, a afirmação de que não há uma linguagem, neutra ou não, em que ambas as teorias, concebidas como conjunto de sentenças, possam ser traduzidas sem haver resíduos ou perdas”. Nessa linha de pensamento, não é possível comparar diretamente as teorias científicas de diferentes paradigmas. Ainda de acordo com o autor, um paradigma científico é um conjunto de pressupostos teóricos, conceitos, valores e métodos de investigação que orientam a pesquisa científica em uma determinada área do conhecimento. Ele argumenta que os paradigmas são incompatíveis entre si, o que significa que eles não compartilham um conjunto comum de conceitos ou uma linguagem compartilhada. A teoria de Kuhn sugere que a tradução de um texto científico envolve dois processos distintos: primeiro, é necessário compreender a linguagem em que o texto foi escrito e, segundo, encontrar uma expressão semelhante na língua de destino. No entanto, não é possível fazer uma tradução perfeita sem perdas de significado, mesmo que haja a tentativa de uma comunidade científica rival de traduzir a linguagem já estabelecida por outra comunidade. Mesmo quando uma expressão ou palavra pode ser substituída por outra sem afetar o sentido ou o resultado das análises descritas na teoria, não se pode garantir resultados perfeitos. Dessa forma, para comparar duas teorias diferentes, é necessário compreendê-las em seus próprios termos, em vez de traduzi-las. Contudo, a noção de incomensurabilidade sofreu modificações ao longo da produção de Kuhn, conforme Dal Magro (2013). De um modo geral, as obras tardias de Kuhn apresentam pelo menos duas características significativas em comparação às suas obras iniciais. Em primeiro lugar, enfatizam o aspecto realista de seu pensamento, caracterizando a atividade científica como guiada por critérios de escolha e valores objetivos compartilhados pela comunidade científica. Em segundo lugar, as teses defendidas são formuladas de maneira mais linguística. Por exemplo, a noção de paradigma é substituída pela de léxico e a tese da incomensurabilidade é apresentada em termos de intraduzibilidade parcial. A interpretação de um léxico exige a consideração de como as palavras que o compõem são usadas e de diferentes contextos históricos em que são significativos. Da mesma forma, a noção de incomensurabilidade local nas obras tardias é formulada, em termos linguísticos, mas não leva em conta explicitamente as diferenças metodológicas e os problemas perceptuais que compunham a noção inicial de incomensurabilidade. Kuhn afirmou que essas diferenças decorrem do processo de aprendizado da linguagem.

O verbo *bestimmen* significou originalmente “nomear, denominar, designar, estabelecer com a voz (*Stimme*)”, por conseguinte, fixar, marcar, dispor. [...] Na lógica do século XVIII, passou a significar “determinar” no sentido de delimitar, demarcar ou definir um conceito fornecendo as características que o distinguem de outros conceitos. [...] O substantivo seiscentista *Bestimmung* denota o processo de determinação de algo (em todas as acepções de *bestimmen*) e o resultado desse processo.

Enquanto um complexo de múltiplas determinações, a *accountability* pressupõe um processo em que a determinação aparece como elemento essencial. Todo processo de determinação é uma negação que pode revelar a estrutura dos objetos, isso significa buscar sua constituição interior, em interação e inter-relação com o exterior, operando processos de diferenciação, simetria, entendimento e caracterização daquilo que lhe subsiste de mais específico. Nesse sentido, o conceito não emerge como uma coisidade imutável e estática, mas como algo essencialmente dinâmico, uma processualidade que comparece sob a perspectiva da mutabilidade e da mudança.

Embora a análise dubnickeana se movimente sobre um terreno bastante movediço, porque não consegue se desprender do processo de mistificação da realidade que envolve as concepções do idealismo conceitual, seu trabalho é, em nossa opinião, um dos mais profícuos para o estudo da *accountability*. Seja pelo debate envolvendo semiótica e *accountability*, seja pela discussão travada em torno da ideia de palavra e conceito ou, principalmente, pela questão em torno do que qualificamos de *práxis accountability*.

Assim, o convite de Dubnick (2002) para operarmos a distinção entre a palavra *accountability* (*accountability_w*) e o conceito *accountability* (*accountability_c*), bem como a distinção da *accountability* como instrumento retórico ou icônico (*accountability_{wr}*) é útil para o estudo da *mistificação ativa* e o processo de conversão da *accountability* em um *deus ex machina* na ordem do capital. Expliquemos essa trama retomando o texto de Calvino (2020).

Na forma de Khan lidar com a narrativa de Polo, podemos traçar alguns paralelos com o método marxiano (em uma interpretação particular do texto de Calvino, projetando nele o materialismo dialético), uma vez que: na reconstrução das cidades, o “*método*” de Khan é o *concreto pensado*, “o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental” (Marx, 2011, p. 54-55). Ou seja, afastada a possibilidade experimental de reproduzir a cidade, a forma científica de apropriar-se dela é reproduzi-la *abstratamente*: “O todo como um todo de pensamentos [...] é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível” (p. 55).

Em seu *concreto pensado*, Khan reproduz na construção de sua cidade a conexão entre *existir* e *pensar*, em que o primeiro, independente das atividades do intelecto, é

apreendido e reproduzido pelo pensamento, assim, o objeto precede o conhecimento e deve, portanto, ser considerado na sua representação ideal. Nesse ponto, movimentemos outra vez a alegoria de Calvino (2020), quando Polo afirma ao Grande Khan: “*Eu falo, falo – diz Marco – mas quem me ouve retém somente as palavras que deseja [...] Quem comanda a narração não é a voz: é o ouvido*” (p.123).

A questão que está posta não é o simples *ouvir*, mas um *escutar*, resultante de um conhecimento que analisa e confronta o que lhe é narrado, como veremos um pouco mais adiante. A questão se complexifica ainda mais, quando consideramos que a própria realidade é uma construção constante (mas que independe da nossa consciência) e os sentidos atribuídos a ela têm a ativa participação humana:

Da minha audição e da minha vista participam, portanto, de algum modo, todo o meu saber e a minha cultura, todas as minhas experiências [...]. Na apropriação prático espiritual do mundo, da qual e sobre o fundamento da qual derivam originariamente todos os outros modos de apropriação – teórica, artística, etc. – a realidade é, portanto, concebida como um todo indivisível de entidades e significados, e é implicitamente compreendida em unidade de juízo de constatação e de valor (Kosik, 2002, p. 30).

A teoria materialista do conhecimento nos possibilita, dessa forma, o aporte para analisar a diversidade/multiplicidade de mundos existentes, bem como suas implicações e interpelações. Assim, torna-se possível, p. ex., compreender as cidades invisíveis de Calvino e o movimento da palavra *accountability* e do conceito *accountability*:

O homem capta a realidade, e dela se apropria “com todos os seus sentidos”, como afirmou Marx; mas estes sentidos, que reproduzem a realidade para o homem, são eles próprios um produto histórico social. O homem deve ter desenvolvido o sentido correspondente a fim de que os objetos, os acontecimentos e os valores tenham um sentido para ele. [...] O homem descobre o sentido das coisas porque ele se cria um sentido humano para as coisas (Kosik, 2002, p. 134).

Entendendo as cidades invisíveis retratadas por Calvino (2020) como *abstrações razoáveis*, expressando a memória coletiva e individual, a partir de uma cidade concreta, temos que: “*Todas as vezes que [eu, Polo] descrevo uma cidade digo algo a respeito de Veneza.*” (p. 82). Por isso, são cidades invisíveis, por serem objeto da memória. Essas cidades, como *concreto pensado*, são derivações de uma única cidade (no caso, Veneza), assim, podemos criar infinitas cidades, combinando-se seus elementos de formas distintas.

Nesse emaranhado de diferenças, aspectos não percebidos e, por isso, não estudados e analisados, vem à tona. Para que essas partes sejam ajustadas e detalhadas, devemos recorrer a abstrações. Um exemplo dessa reconstrução é a descrição da cidade italiana de Trude, pelo próprio autor:

Se ao aterrissar em Trude eu não tivesse lido o nome da cidade escrito num grande letreiro, pensaria ter chegado ao mesmo aeroporto de onde havia partido. [...] Por que vir a Trude, perguntava-me. E sentia vontade de partir.
 – Pode partir quando quiser – disseram-me –, mas você chegará a uma outra Trude, igual ponto por ponto; o mundo é recoberto por uma única Trude que não tem começo nem fim, só muda o nome no aeroporto (Calvino, 2020, p. 118).

A realidade preexiste a pesquisa! Trude precede ao nosso conhecimento sobre a cidade! O conceito (*abstração razoável – arco*) é anterior à palavra ou ao termo (*abstração objetivada – pedras*). Entretanto, se restrito ao plano da simples abstração, o conceito, sem a palavra, pode sucumbir ao caos do não re-conhecimento (*abstrato-vazio*). Ou seja, um conceito sem determinação (termo), preso ao imediato (a pseudoconcreticidade), pode perder-se, cair na simples abstração. Muito embora possamos ter contato imediato com o conceito, ele só será compreendido se for situado, caso torne-se concreto, ação que não é espontânea.

Distintamente dos pós-modernos, que defendem a tese de que a realidade seria apenas um conjunto de sistemas simbólicos particulares, subordinando a realidade (a sociedade) à língua, em que a essência é identificada com a aparência, na teoria materialista marxiana: “O ‘conceito’ e a ‘abstração’, em uma concepção dialética, tem o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa” (Kosik, 2002, p. 18).

Todavia, o momento da decomposição precisa ser dialeticamente mediado. As partes devem ser reinseridas no todo mais abrangente, concreto, conforme a *lei das correlações das partes do objeto* (*accountability: answerability, responsibility, responsiveness, liability* etc.). Não acontecendo esse segundo momento, o pensamento (uma *abstração razoável*) se torna parcial e unilateral (uma *abstração arbitrária*). Para Kosik (2002, p. 36):

Da vital, caótica, imediata representação do todo, o pensamento chega aos conceitos, às abstratas determinações conceituais, mediante cuja formação se opera o retorno ao ponto de partida; desta vez, porém, não mais como ao vivo mas incompreendido todo da percepção imediata, mas ao conceito do todo ricamente articulado e compreendido.

Desta forma, com o *concreto pensado*, reproduzindo a conexão entre efetividade e cientificidade, a construção das *idades, arcos, pontes* etc., deixa de ser simplesmente uma coleta e agrupamento de caracteres empiristas e/ou a sua descrição por um silogismo lógico. Com isso, opera-se, com a *força das abstrações*, uma investigação na coisa estudada pelo intelecto humano, tentando superar a “Torre de Babel contingente e poliglota” (Bradbury, 1989, p. 79) que se tornou as inúmeras narrativas de Polo ou, p. ex., o estudo da *accountability*.

Expliquemos essa analogia, adensando um pouco mais nossa reflexão, a partir da exposição do poema “*Jorobabel*”, de Mário de Andrade (2013). Atendo-nos apenas ao que nos interessa no poema, temos que Andrade traça um paralelo entre a incapacidade de entendimento por parte da multidão urbana e o episódio bíblico da *Torre de Babel*. O autor metaforiza a anarquia e o tumulto de um mundo que vive sob o “agouro da miséria”. Em *Jorobabel*, o eu lírico exclama: “Clamor! Ninguém se entende! Um Deus não vem!... Babel!...” Assim, a cidade moderna configura-se como uma “Babel! Um choro aberto sobre a confusão / Das raças!”. É, enfim, um campo arrasado, em que a “multidão devora e baba o fel!.../ Um choro aberto de entes misérrimos...” (p. 175).

Retomemos Bradbury (1989), quando comenta a imagem da cidade na literatura moderna: “O caos cultural alimentado pela cidade populosa em crescimento constante, *Torre de Babel contingente e poliglota*, é reproduzido como análogo caos, contingência e pluralidade nos textos modernos [...]” (p. 79, grifo nosso). De forma análoga, poderíamos dizer, ironicamente, que na *Babel* que se tornou o estudo da *accountability*, temos um mundo tumultuado pela *miséria da razão* do pensamento fetichizado da *decadência ideológica*.

No mosaico andradiano, temos uma retórica salvífica ligada aos atos humanos, paradoxalmente, origem de sua própria queda. Nessa *língua mítica*, *Jorobabel*, uma explosão imagética e sensorial, é um anagrama, um neologismo do qual se depreende personagens e parábolas bíblicas: Jó, Abel, Babel e Zorobabel (Paula, 2002). O anagrama nos instiga a questionar: o que haverá por traz da palavra/conceito cifrado *accountability*?

Na dualidade do poema, o castigo que recai sobre os pecadores também abre a possibilidade de salvação pela regeneração, através de um longo processo de aprendizado. O mesmo paradoxo está presente em Bradbury (1989), para o qual a cidade do modernismo, a *Torre de Babel*, só pode ser salva, a partir daquilo que a condena: o simbolismo da linguagem utilizada. Aqui, somos reintroduzidos ao texto de Dubnick (2002), *Buscando a salvação para a accountability*: “O que precisa ser salvo?” (p. 1, tradução nossa). Diante dessa pergunta, indagamos: a *palavra accountability* (só) condena ou também pode salvar a *accountability*?

Dubnick (2002, p. 1, tradução nossa), um pouco mais a frente, pondera: “o que é essa ‘coisa’ que chamamos *accountability*, que buscamos salvar?”. Quando o autor pergunta, “o que é essa ‘coisa’ [...]?”, de certo modo, ele parte da suposição de que existe a entidade abstrata *accountability*, com existência não apenas linguística, o que o aproximaria da filosofia realista. Nesse caso, não há uma oposição ao idealismo, mas ao nominalismo – com seu princípio filosófico de que os nomes não passam de nomes, ou seja, só existiriam os entes

concretos e não as categorias abstratas. Logo, para um nominalista, a *accountability* não existiria abstratamente, ela seria uma categoria linguística.

Os filósofos pós-modernos, identificados com perspectivas *pós-positivistas*, *pós-empiricistas*, *pós-estruturalistas*, entre outras designações, adotam um postulado que deflacionam a metafísica, dando ênfase à linguagem, ao contexto das interações humanas e à impossibilidade de manutenção de verdades universais. Lembrando: para os pós-modernos, não existe uma verdade a ser descrita, para eles, a realidade é uma extensão de nosso aparato linguístico, pois tudo o que pensamos já seria linguagem. As “teorias” da *accountability* seriam produtos dos *jogos de linguagem* criados, reproduzidos e compartilhados por especialistas – *accountability: para quê, para quem e como*.

O fluxo cada vez mais rápido da informação (comunicação simbólica), no contexto da realidade midiaticizada, tem transformado o campo da Política, Administração Pública e sociabilidade, alterando a própria forma com a qual lidamos com a *accountability*. Pela teoria pós-moderna da *hiper-realidade*, um modo de caracterizar a relação imagem-realidade, onde o real e a ficção são intercambiáveis, não é possível distinguir o real e a simulação. Com isso, a imagem, que outrora fora um mecanismo de representação da realidade (como o Atlas n’*As Cidades Invisíveis*), passa a mascarar a realidade:

O atlas também representa cidades que nem Marco nem os geógrafos sabem se existem ou onde ficam, mas que não poderiam faltar entre as formas das cidades possíveis [...]. Para essas cidades, Marco também dá um nome, não importa qual, e sugere um itinerário a percorrer. Sabe-se que o nome dos lugares muda tantas vezes quantas são as suas línguas estrangeiras; e que cada lugar pode ser alcançado de outros lugares, pelas mais variadas estradas e rotas, por quem cavalga guia rema voa. [...].

– Viajando percebe-se que as diferenças desaparecem: uma cidade vai se tornando parecida com todas as cidades, os lugares alternam formas, ordens, distâncias, uma poeira informe invade os continentes (Calvino, 2020, p. 124-125).

As cidades, como criação dos mundos possíveis, constam no Atlas de Polo: “*cujos desenhos representam todo o globo terrestre, continente por continente [...]*” (Calvino, 2020, p.124). Na composição do Atlas, até as cidades dos sonhos de Polo estão representadas, através de cidades reais. Contudo, na *hiper-realidade*, as cidades dos sonhos, uma representação da realidade, passa a mascarar a realidade, mascarando, na sequência – em razão da força de sua simulação – a ausência de uma realidade, até deixar de ser simples imagem, assumindo o próprio lugar da realidade, convertendo-se em simulacro – numa perspectiva baudrillardiana – da realidade. Já em uma leitura marxiana, temos a fetichização e reificação da realidade, em que a imagem (como algo autônomo) passa a ser vista como a realidade.

Assim, palavras como *gestão democrática*, *accountability* e *transparência*, p. ex., podem compor o título de documentos sem que tais conceitos, seus princípios e valores sejam efetivamente tratados ou contidos no texto. Numa leitura pós-moderna, a *hiper-realidade* estaria gerando uma alienação de signos, resultando na perda da capacidade da palavra de produzir significados, tornando-se efêmera e adquirindo sentido apenas num dado contexto. Como simulacro, a palavra produziria uma realidade em que o símbolo toma o lugar daquilo que representa, tornando-se ele próprio, a realidade.

Com a mediação da política e a administração pelo simbólico, termos como *gestão orientada para resultados* (*Gestão por Resultados – GpR*) e *avaliação de desempenho* são apresentadas, como refletindo a realidade (como se fossem o real), *apagando* as contradições:

Na administração pública, o impulso para a evidência empírica gera principalmente pressão por um bom show em meio à atmosfera da *accountability*. Símbolos de desempenho como “redução da taxa de criminalidade”, “melhoria da pontuação do teste” ou “aumento da adesão” não precisam da realidade como backup. Os símbolos são seus próprios referentes, o resultado da jogada do jogo. Dessa forma, o gerencialismo trai a realidade, desocupando-a de substância e inserindo um progresso agradável em seu lugar. A imagem é a essência, a nova realidade (Miller; Fox, 2007, p. 15, tradução nossa).

Na prática da administração pública pós-moderna “[...], é mais importante mostrar que você fez o seu trabalho do que realmente fazer o seu trabalho. O significante tomou conta do significado. Essa ironia é a consequência de várias tentativas de medir o desempenho, os resultados e os efeitos” (Miller; Fox, 2007, p. 12, tradução nossa). Mas, isso traz um problema:

Relatórios que mostram resultados magníficos podem parecer impressionantes, mas tais relatórios corrompem o significado denotativo do termo resultados. No processo de medição de resultados, todos os símbolos significativos – desempenho, resultados e efeitos – são degradados. A ambiguidade sobre o desempenho do governo que deveria se tornar transparente e inconfundível se espalhou; agora as próprias palavras – desempenho, resultados e efeitos – tornaram-se ambíguas (Miller; Fox, 2007, p. 13-14, tradução nossa).

Uma questão emerge dessa situação: como superar a ambiguidade se o caráter dos termos sógnicos está degradado? – Sendo que isso impacta a própria compreensão dos conceitos. Tomando o nosso problema como modelo, teríamos, à vista de Dubnick (2002), como uma das soluções possíveis, a cisão entre a palavra e o conceito:

A “*ideia*” de *accountability*: Deslocando a atenção da palavra para o conceito [é possível] supera[r] – ou pelo menos torna[r] irrelevantes – todas as três questões [problemáticas da palavra *accountability*: 1. sua etimologia não abrange sua história conceitual; 2. sua notória ambiguidade; 3. sua incomensurabilidade, o que dificulta

sua tradução para outro idioma; por isso, deslocar a atenção para o conceito...] coloca o significado da *accountability* em bases um pouco mais firmes. Como conceito, *accountability_c* é uma ideia com a qual a palavra pode se relacionar, mas não uma que ela possa efetivamente abranger dentro de seu quadro de definição (Dubnick, 2002, p. 4, tradução nossa).

Assim, “Vale a pena salvar a palavra?” (Dubnick, 2002, p. 3, tradução nossa). Nesse ponto (como em outros), temos divergência com o autor. É claro que devemos diferenciar a *palavra*, o *conceito* e a *coisa (objeto)* em si, mas não devemos esquecer: sem as *pedras (abstração objetivada)*, dificilmente conseguiremos organizar a construção de uma *ponte* de *pedras* que permaneça estável. A *ponte* não é um simples aglomerado de *pedras*, ela é um conjunto de *pedras* dispostas de um modo singular (que também é particular). Ademais, esse modo singular existe em função de uma *lei* que sustenta a *abstração razoável*: o *conceito* (o *arco*). O que nos conduz ao *duplo-uno da accountability*, para compreendermos o papel da palavra na construção do próprio mecanismo *accountability*.

6.2 Entre máscaras e espelhos: o duplo-uno da *accountability*

Como bem se sabe, e temos discutido isto nos capítulos pregressos, a definição conceitual da *accountability* guarda íntima correlação com a aparência e essência da coisa. Sendo assim, é a partir da contradição entre esses conceitos que inserimos no estudo em tela as noções de *máscara* e *espelho*, considerando que a *accountability* tem sua natureza escamoteada – por vezes, mostrando-se e escondendo-se, esquivando-se e dissimulando suas intenções, formando assim, a cada passo de seu movimento, um labirinto hermenêutico – por meio de processos que envolvem a conceituação, os usos ou os discursos, por vezes, ambíguos ou contraditórios.

À vista disso, a unidade dialética entre aparência e essência subjaz a natureza da *accountability*. Por essa concepção, a *accountability* é uma coisa definida, a partir da inter-relação e interação entre seu *interior* e *exterior*. Sendo que a coisa, formada e modificada no diálogo contínuo com o mundo exterior, possui em sua essência um núcleo central, elemento fundamental que forma a sua *natureza real*, como abordamos no Capítulo III. Além disso, na influência do exterior, *vis-à-vis*, sobre o interior da coisa, sua *performance* (uso) lança mão de máscaras.

A ideia de máscara na tradição Ocidental Clássica simbolizava seres sobrenaturais (p. ex. o deus grego *Dionísio*, em suas festas dionisíacas – bacanais, para os romanos, em relação ao deus *Baco*) e antepassados. Já nas peças teatrais, de gênero trágico e cômico, tal

artefato, insere-se com o fim de expressar sentimentos e emoções, remetendo à ideia de pessoa (*persona*) no *per-sonare*. Aqui, os atores ocultavam sua real *persona*. Os papéis femininos, p. ex., eram representados por intérpretes mascarados, uma vez que as mulheres não podiam participar das encenações, pois não eram consideradas cidadãs.

De forma similar, no teatro romano, as máscaras (do latim *masca*, que além de significar *persona*, equivale a *espectro*) indicavam expressões emocionais, bem como físicas. O interessante é que, distintamente do teatro grego, os atores usavam mais de uma máscara em sua atuação, pois eles se adaptavam aos múltiplos contextos (cenas) da encenação (peça) – como se fossem atores camaleônicos, adaptando-se (na aparência) a cada situação.

Muito mais que um *dispositivo teatral*, a máscara é um instrumento de alteração, pois transverte as expressões do indivíduo, que se encobre para que um outro ser apareça. No entanto, a máscara não serve apenas para ocultar, ela revela algo que o indivíduo sozinho não pode realizar – pensemos nisso, a partir do uso de nossas roupas, extensões da *persona* e que mostram algo que nosso corpo nu não consegue revelar.

Eis que a máscara é um corpo em movimento, ao mesmo tempo que esconde algo que não desejamos expor, também revela muitos de nossos traços mais imperceptíveis. É nesse ponto que se opera o que qualificamos como *duplo-uno da accountability*. Assim como o *ser humano*, p. ex., não pode revelar-se sem a relação com elementos de *mediação* (roupas, corte de cabelo, gestos, linguagens, nomes etc.) com o mundo, pois se tornaria ininteligível, o interior da *accountability* se revela e se oculta, a partir das relações com o seu exterior – é isso que dá existência a particularidade da própria *accountability*.

Se partirmos de Durkheim (2017), na perspectiva dos sistemas de ensino, o caráter duplo seria: uno e múltiplo, homogeneizador e diferenciador. Em outro sentido, o duplo, como *fenômeno psíquico* lacaniano, pode ser tomado como a visão angustiante de si próprio como um outro. Em um processo de despersonalização, eu passo a ser o objeto de um outro, um “Eu” fora do “Eu”, uma espécie de fusão entre o “Eu” e o “estranho”, em que vejo a mim como um “estranho” que vem de fora de mim. Isso nos remete a algo similar à noção psicanalítica de injunção, isto é, quando a fronteira entre o que sou e as formas pelas quais me represento são diluídas (Lacan, 1998).

Não obstante, ressaltemos que em nossa análise do fenômeno do duplo, não adentramos na seara durkheiminiana e tampouco, lacaniana. Entendamos aqui, por duplo, *ser dois* distintos, mas correlacionados; disso, temos que o duplo-uno é expressão da unidade dialética: interior e exterior; essência e aparência; necessário e contingente; em certa medida, considerando a relação destacada por Dubnick (2002), palavra *accountability* e conceito

accountability. Eis que o duplo é um em dois, dois em um, ao mesmo tempo e em contradição.

A duplicidade da coisa está em permanecer a mesma e, ao mesmo tempo, ter de mudar, incorporando o papel externo que lhe é exigido. O que permanece é o fundamento da coisa, o que muda é o não-fundamental. No movimento de mudança e permanência operam, a partir das contradições na realidade: subjetividade objetivada, individualidade e identidade. Por meio da subjetividade objetivada algo se torna constitutivo e passa a pertencer ao objeto, coisa, processo, fenômeno de modo singular. É o processo fundamental que possibilita a construção da *accountability*.

A individualidade se refere a singularidade enquanto particularidade, sendo a base (mas não apenas ela) para o desenvolvimento do sistema integrado que constitui conteúdo, forma e estrutura da *accountability*. Já a identidade (na tensão interno-externo) é metamorfose, um processo de constituição da *accountability* que promove constantes mudanças resultantes das contradições em que está inserida. No duplo-uno está a própria unidade: indivíduo (coisa) que comporta no uno, a dupla natureza (pilares e dimensões), a sua própria e aquela adquirida com a máscara (tipologias), que se molda ao portador.

Se extrapolarmos um pouco mais nossa exposição da ideia de máscara, vemos na fusão entre “*per-sonare* + máscara + *persona*”, certa implicação conceitual que se faz presente na pós-modernidade, especificamente na discussão do que seria o real: o real seria a coisa sem máscara ou a coisa (mascarada) que aparece à sociedade?

Essa questão, a princípio, nos traz a memória Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa (2016, v. 1), no poema *Tabacaria*: “[...] Fiz de mim o que não soube / E o que podia fazer de mim não o fiz. / O dominó que vesti era errado / Conhecera-me logo por quem não era e não desmenti, e perdi-me. / Quando quis tirar a máscara, / Estava pegada à cara” Somemos ao poema pessoano, para os fins de nossa análise, um fragmento da obra *A Máscara*, do filósofo Gaston Bachelard (1986) – nominado de *arauto da pós-modernidade*, o autor estuda em seu texto as raízes fenomenológicas da dissimulação/simulação:

Se o ser mascarado pode entrar de novo na vida, se quer assumir a vida de sua própria máscara, ele se confere facilmente a habilidade da mistificação. Acaba por acreditar que a outra pessoa toma sua máscara por um rosto. Crê simular ativamente após ter-se dissimulado facilmente. A máscara é, assim, uma síntese ingênua de dois contrários muito próximos: a dissimulação e a simulação (Bachelard, 1986, p. 165).

Existiria aqui, uma espécie de internalização da máscara, como algo do qual não se é capaz de fugir. Situada no contexto (pós) nietzscheano, que professa a crise da representação, essa dialética entre o que está oculto e o que está revelado problematiza a visibilidade do invisível. Além disso, suscita a questão se o representado na representação

remete a outro; ou se a representação consegue traduzir o que é visível. Citemos neste ponto, outro poema de Álvaro de Campos, no caso *Depus a máscara e vi-me ao espelho*:

Depus a máscara e vi-me ao espelho. — / Era a criança de há quantos anos. / Não tinha mudado nada... / É essa a vantagem de saber tirar a máscara. / É-se sempre a criança, / O passado que foi / A criança. / Depus a máscara e tornei a pô-la. / Assim é melhor, / Assim sou a máscara. / E volto à personalidade como a um terminus de linha (Pessoa, 2016), v. 1).

Notemos que em *Depus a máscara*, o sujeito lírico não menciona o rosto adulto, que olha ao espelho, este na verdade é ocultado, sendo apresentado como a máscara. Assim, o eu lírico revela sua conformidade com o amontoado de aparências que lhe são exigidas. É como se a aparência sobrepujasse a essência ou mesmo a anulasse. Ao nos confrontarmos com o *duplo-uno da accountability*, na tensão entre sua real face e a *pele em que habita*¹²⁴, ou seja, sua máscara (aparência), seremos capazes de remover a máscara? Se o fizermos – utilizemos aqui um recurso literário – o seu, digamos, *eu lírico* preferirá retornar à normalidade *como a um terminus de linha*, para não correr o risco de ver exposto seu segredo?

Cada máscara que se liga à coisa (*accountability*) carrega uma cosmovisão própria (heterônimos), resultando em dimensões e tipologias específicas da coisa, ou seja, expressões de uma subjetividade objetivada, que materializa modelos de conceituação da coisa, enquanto estrutura da realidade. É claro que se a multiplicidade de máscaras soterra (enterra, subverte e cobre de escombros) o *rosto original da persona*, a natureza real da coisa (*accountability*) é silenciada, resultando implicações teóricas: se a essência da coisa é esquecida, como é possível atribuir a coisa um corpo conceitual? Ou, se as partes da coisa se sobrepõem ao todo, ao ponto de obliterar o todo, como é possível compreender a coisa mesma?

A partir dessas perguntas, inseparáveis da visibilização do invisível, retomemos, sem a pretensão de uma longa e aturada análise, o tema nietzschiano da crise da representação. Nietzsche (2011), em *Assim falava Zaratustra*, apresenta-nos a ideia que a representação remete à ausência do que era anteriormente representado, ou seja, a representação remete a

¹²⁴ Aqui traçamos um paralelo com o filme *A Pele que Habito* (2011), dirigido pelo cineasta espanhol Pedro Almodóvar. Em um recorte da sinopse do longa-metragem, temos: em uma tentativa de ressocializar sua filha (jovem com transtornos psiquiátricos), um famoso cirurgião plástico (Dr. Robert, interpretado por Antônio Bandejas) vê seus planos frustrados quando a garota é violentada sexualmente, cometendo suicídio pouco tempo depois. Ao localizar o agressor (Vincent – jovem e belo rapaz), Robert captura-o, mantendo-o em cativo e submetendo-o, em seguida, a uma cirurgia de vaginoplastia. Para sua vingança ser completa, ele utiliza Vincent como cobaia para testar uma pele humana artificial que havia desenvolvido. Robert, como uma espécie de Dr. Frankenstein, substitui a pele do rapaz, implantando em sua face um rosto feminino. O castigo imposto a Vincent era ser aprisionado em um corpo que era seu, ao mesmo tempo que não mais lhe pertencia – doravante, prisioneiro em um corpo feminino, que seria abusado e objetificado. Eis que, *A Pele que Habito* nos lança no mundo dos significantes/significados, em que o *ser* está em uma prisão dentro de outra prisão.

nada, pois teríamos a ausência do doador de sentido. O Papa, p. ex., com a morte de Deus, estaria aposentado, pois interrompeu-se a voz que dava significado à mensagem a ser transmitida. Já em *Humano, demasiado humano*, Nietzsche (2000, 2008) trata da noção de que a máscara não ocultaria um rosto real por trás de si, uma vez que não existiria um mundo real ou um “ser” (o Uno primordial) por trás das supostas aparências. N’A *gaia ciência*, em sua seção 54, cujo título sugestivo é *A consciência da aparência*, fica clara esta posição:

[...] acordei repentinamente, mas apenas para a consciência de que sonho e *tenho* de prosseguir sonhando para não sucumbir: tal como o sonâmbulo que tem de prosseguir o sonho para não cair por terra. O que é agora, para mim, a aparência? Verdadeiramente, não é o oposto de alguma essência – que posso eu enunciar de qualquer essência, que não os predicados de sua aparência? Verdadeiramente, não é uma máscara mortuária que se pudesse aplicar a um desconhecido X e depois retirar! Aparência é, para mim, aquilo mesmo que atua e vive, que na zombaria de si mesmo chega ao ponto de me fazer sentir que tudo aqui é aparência, *fogo-fátuo*, dança de espírito e nada mais – que, entre todos esses sonhadores, também eu, o “homem do conhecimento” [*der Erkennende*], danço a minha dança, que o homem do conhecimento é um recurso para prolongar a dança terrestre e, assim, está entre os mestres-de-cerimônia da existência [...] (Nietzsche, 2001, § 54, grifo nosso).

Nietzsche (2001) se coloca na pele do *homem do conhecimento*, que seria portador da revelação – “maravilhosa e, ao mesmo tempo, horrível e irônica” (§ 54) – de que o sonho, a ilusão – a *aparência* – são condições necessárias e inalienáveis da existência. Revelação que também não deixa de ser ilusória, pois se dá em meio a um sonho. A única certeza nietzscheana é a de que se vive e se precisa continuar a viver no sonho, na ilusão.

O fragmento alude à possível distinção entre aparência e essência, assinalando que viveríamos em um mundo de aparências. Logo, inexistiria o *véu de Maya* (ou “véu da ilusão”), como máscara a ocultar o verdadeiro, pois tudo é aparência. Aqui, destaquemos uma terceira obra de Nietzsche (2002): *Além do bem e do mal*, na qual o autor aborda a figura do eremita e suas máscaras, em oposição ao filósofo. Pela teoria nietzscheana, o eremita sabe que por trás de cada máscara existe outra máscara, que atrás de cada caverna há outra caverna, ou seja, há “um abismo atrás de cada chão, cada razão, por baixo de toda ‘fundamentação’” (§ 289).

O que está posto é a existência de uma máscara, mas uma *máscara sem rosto*, pois a identidade de conservação de si dispersa-se (relativiza-se), e diante da noção de abismo, não existiria um rosto último. Dentre as implicações de tal ideia, para a definição conceitual da *accountability*, temos a perda da possibilidade de se conceituar, pois a máscara (aparência), que está apegada a coisa, tornando-se um com a coisa, não tem rosto, logo, a *accountability*, por essa perspectiva, seria um *will-o’-the-wisp* (*fogo-fátuo*), em outros termos, seria *átopos* – algo estranho, inclassificável, insólito.

A *accountability* seria, seguindo este delineamento pós-moderno, carente de uma

identidade (essência). A projeção de sua face/rosto geraria um espelho vazio; pois não haveria “nada lá”, do outro lado da imagem, à semelhança do quadro surrealista de René Magritte, intitulado *La reproduction interdite* (Figura 16).

Figura 16: *La reproduction interdite*



Fonte: Magritte (1937).¹²⁵

A pintura de René Magritte mostra o reflexo que altera a projeção no espelho da imagem de Edward James, em que é retratado de costas para o observador, assim, a imagem especular não revela sua face, operando uma duplicação que nada inverte. Não há uma face – externalidade da *máscara sem rosto* – com quem possamos nos identificar, o que temos é a linguagem, mas até essa existência encontra-se em abismo, o abismo abissal e absurdo do monitoramento constante de aparências.

Contudo, o *nonsense* da pintura (como algo que não tem solução, absurdo, desprovido de significação, contrário ao *bom senso*), com sua repetição que inaltera qualquer propriedade do ser refletido, só acontece para quem olha o quadro de fora. Dentre as muitas interpretações que a obra possibilita, podemos conjecturar que a pintura representa tanto a desvalorização do “Eu”, do sujeito diante da aparência dos reflexos do espelho (mundo das imagens), como a revolta do sujeito que dá as costas para o jogo de aparências, ocultando seus segredos.

Assim, tanto a obra *La reproduction interdite* – lembrando-nos que os espelhos são parciais e que invertem o reflexo do refletido – quanto os poemas do heterônimo pessoano, abordam a ânsia de desvelar os segredos, tornar o invisível visível, desterrar o que está por

¹²⁵ Obra: *La reproduction interdite*. Óleo sobre tela. 65,5x79 cm. Rotterdam: Museum Boymans van Beuningen.

baixo das máscaras, o verdadeiro *Eu*, descobrindo o que assombra o objeto especular.

Partindo de uma interpretação pós-moderna, temos que em seu ser, o homem se dá a si mesmo como falta, em outros termos, em uma perspectiva derridiana, como *différance*, uma falta que existe entre o ser e o ente da qual este nunca possui. Especificamente na pintura de Magritte, o indivíduo tem a sua identidade negada pelo seu próprio olhar. O que presenciamos é um embate contra o próprio *olhar* (*o ver-olhar em detalhe*), em sua tensão com o *enxergar* (perceber com os olhos, sem distinguir suas partes), o *ver* (focar a atenção e buscar uma visão mais aprofundada do objeto): o indivíduo contempla na imagem os enigmas da representação, modificando as propriedades da semelhança e da ilusão de sua projeção (imagem cópia).

Com efeito, a nosso ver, na condição pós-moderna, o indicativo é que ao perder o reflexo de seu rosto, o indivíduo tem a perda do outro de si, assim, ele perde a alteridade que o distingue, renunciando aos traços característicos de seu corpo e se torna apenas um qualquer: sem rosto, sem identidade. Essa ideologia estética tem, *vis-à-vis*, implicações no campo da ciência, no fato de que não haveria mais a necessidade de desvelar a essência das coisas, uma vez que não há rosto, pois tudo seria aparência.

Nessa toada, seguindo uma perspectiva nietzscheana, o que teríamos na metafísica tradicional ocidental seria uma oposição entre as figurações de um *mundo verdade* e algum *mundo aparente*, ou seja, uma oposição binária. Em outros termos, a modernidade é acusada de postular um binarismo de base entre fundamento e fundamentado, absoluto e relativo. Por esse binarismo lógico, o real estaria enquadrado, conformado por pares de opostos encerrados em si mesmos: excludentes, hierarquizados e separados por uma fronteira intransponível, em que cada elemento do par ordenado seria determinado, discernível, classificável e definível.

Em certa medida, o binarismo pode ser inferido em *La reproduction interdite*, na medida em que opõe “mundo-verdade vs. mundo-aparência”. Assim, o *mundo-verdade* (realidade superficial, significante do real), com seus elementos (livro, parapeito, luz e estética – todos perfeitamente reproduzidos) prendem a imagem à realidade fora da imagem (distanciando realidade e indivíduo). Com isso, contrapondo-se ao *mundo-aparência* (realidade profunda – o indivíduo de costas para o observador). Aqui, a realidade está ancorada no interno do homem, mas o homem nunca terá plena posse de sua essência última, pois há um abismo atrás de cada fundamento.

Diante do exposto, é evidente que o código binário tem um fundo dialético. Todavia, a relação do princípio binário com a dialética, em que pese a relevância desse para a análise do desenrolar de certos fenômenos históricos, não autoriza concluir a existência na

dialética materialista de uma duplicidade analítica, binária no mundo.¹²⁶ A dialética marxiana, por certo, opera uma superação da lógica binária.

Para entendermos melhor essa afirmativa, recorramos a Heráclito (540-470 a.C.), filósofo pré-socrático, considerado o pai da dialética, em dois de seus fragmentos: 1) “Nos mesmos rios entramos e não entramos, somos e não somos” (Heráclito, 2000, § 49a, p. 90); 2) “Em rio não se pode entrar duas vezes [...], *segundo Heráclito, nem substância mortal tocar duas vezes na mesma condição; mas pela intensidade e rapidez da mudança* dispersa e de novo reúne [...] compõe-se e desiste, aproxima-se e afasta-se” (§ 91, p. 94)¹²⁷.

O mais importante na evidente alusão aqui feita ao movimento – para além da ideia de que tudo flui, tudo muda – é a noção do conflito ou *guerra originária (pólemos)*, constitutivo da Unidade, sem permitir que o Princípio se esgote; sendo o Princípio, no vocabulário heraclítico, nomeado *logos*, o que “Transmutando repousa (o fogo etéreo no corpo humano)” (Heráclito, 2000, § 84a, p. 93).

No entanto, o repouso não significa estabilidade, a essa impressão, Heráclito chama ilusão dos que dormem, para os que só atentam para o real fragmentariamente. É, portanto, fundamental para se alcançar a compreensão heraclítica, não se deixar seduzir pela ideia de puro fluxo, pois a unidade restauradora (Princípio) é articulação de convergência e divergência, em que tudo *está junto* no *logos*, como uma rede de *processos*: cada coisa está em estreita relação com seu contrário – p. ex., não há casa sem lado de fora, lado de fora sem parede, parede sem chão e assim por diante.

¹²⁶ Podemos, na realidade, destacar que parte da história da filosofia dialética se liga aos esforços por emancipá-la de seu conteúdo místico; em grande medida, esse esforço é devedor do gênio matemático Gottfried Leibniz (1646-1716), que dessacralizou o sistema binário, separando-o de sua forma religiosa encontrada no *Livro das Mutações*, um texto sagrado chinês que se baseia na filosofia dialética do yin yang – uma unidade dialética dos opostos –, sendo o *yin* o princípio feminino e o *yang* o princípio masculino. Marx reconheceu o mérito de Leibniz, tido como o fundador da filosofia clássica alemã, e em carta, datada de 10/maio de 1870, a Engels, escreveu: “Você sabe o quanto admiro Leibniz” (Marx, 1870 *apud* Elster, 1989, p. 170). A dialética não é uma simples lógica da contradição, mas uma ontologia da totalidade, que se baseia na unidade das coisas. Essa concepção da totalidade é muito próxima do conceito leibniziano de harmonia pré-estabelecida entre as *mônadas* – que se refere a uma unidade básica da realidade, que é autossuficiente e que contém em si mesma, todas as suas propriedades e suas relações com outras mônadas. Além disso, segundo Ernst Bloch – um dos principais filósofos marxistas alemães do século XX, em sua obra “*Subjekt-Objekt: Erläuterungen zu Hegel*” (“*Sujeito-Objeto: Explicações sobre Hegel*”, tradução livre) – argumenta que a filosofia de Leibniz: “Seria uma ingratidão não evocar aqui, entre os pensadores, aquele sem o qual a dialética não teria sido concebida como dotada de tanta força. Trata-se de Leibniz: dialético no procedimento do cálculo diferencial do qual é o inventor, dialético em seu conceito do repouso como movimento infinitamente pequeno, da igualdade como desigualdade desaparecedora; mas, de outra parte, não dialético ao dizer que na natureza não há salto. Mas, sem Leibniz, assim viva que ela foi, a dialética teria dificilmente produzido o seu conceito que é propriamente explosivo: o conceito de TENDÊNCIA” (Bloch, 1977, p.123 *apud* Cavalcante, 2011, p. 202-203)

¹²⁷ Na obra “*Os pensadores originários: Anaximandro, Parmênides e Heráclito*”, o fragmento é apresentado da seguinte forma: “não é possível entrar duas vezes no mesmo rio” (Heráclito, 1991, Frag. 91, p. 83).

Aquilo que podemos brevemente perceber, a partir da ideia de movimento repouso heraclítico, é o princípio de que *tempo* sempre passa, e não temos como impedir que as coisas mudem, a não ser que caiamos na ilusão da eterna permanência, fantasiando a possibilidade de *imobilizar* as coisas do jeito como elas são. Ao atribuirmos, p. ex., a partir de uma abstração, um nome (termo ou palavra) para uma certa coisa e a tratarmos, com o decorrer do tempo, por esse mesmo nome, pois a reconhecemos por tal expressão linguística, crendo tratar-se da *mesma coisa*, caímos em uma ilusão, uma vez que a coisa está mudando, mesmo que seja de modo lento.

Para um teórico dialético, perceber essa transformação só é possível se tivermos uma *visão da totalidade do real*, para isso devemos tentar *captar a realidade como um todo*, ou seja, ter uma visão de conjunto, da *unidade feita da multiplicidade*. Logo, não há partes da realidade desconectadas (como unidades *indivisíveis e independentes*) do todo. Ao contrário, cada coisa está em contradição consigo mesma, entre o que *era antes* e o que *será depois* – disso, temos que para Heráclito, com seu pensar dialético, não haveria exatamente *coisas*, mas apenas *processos de transformação*.

Por isso, não devemos supervalorizar a noção de unidade, incorrendo no erro de tratá-la à maneira dos parmenidianos, que a conceberam como algo perfeito e indivisível; por efeito, desvalorizando a multiplicidade das coisas, que compõem a unidade do conjunto. O que existe, na perspectiva heraclitiana, é *a unidade na multiplicidade e a multiplicidade na unidade*, sendo a unidade a *totalidade* (como passou a ser chamada pelos dialéticos, a partir do século XIX): uma totalidade em movimento, o conjunto de todas as coisas em constante transformação.

Assim, na multiplicidade há uma unidade: uma totalidade dos conflitos, envolvendo *a passagem do tempo*, do *antes* para o *depois*. Essa tendência conflituosa (*guerra originária*) valoriza, como ação de ênfase, as oposições *aos pares*, sempre entre polos opostos, um *anterior* (o que *já existia*) e um posterior (um outro *novo*). Em princípio, teríamos aqui um binarismo. No entanto, na dialética, os polos opostos (o *anterior* e o *novo*) não são propriamente polos, mas *processos que se desenvolvem ao longo do tempo*, um se originando de dentro do outro, um gerado pelo outro, em um movimento de oposição mútua, pelo qual o avanço de um significa o declínio do outro. Contudo, aqui, os opostos não se excluem, o que existe é uma distinção.

O que temos, portanto, no materialismo dialético, não é um binarismo lógico, mas uma unidade dialética, movida pela *negação da negação* no processo de transformação. Coloquemos essa questão em termos mais claros, a partir de dois exemplos: 1) algumas

reflexões freirianas se baseiam no *duo* “oprimido vs. opressor”, uma oposição estabelecida no contexto da relação capitalista de opressão (luta) de classes, em que o oprimido *hospeda* na consciência o opressor (ou sua imagem). Em Freire (2005), os processos transformadores de conscientização estão ligados à superação, pela unidade dialética da lógica binária da opressão, através de uma *práxis libertadora*, logo, para o oprimido emancipar-se, é necessário confrontar a incoerência e expulsar a consciência opressora que existe, contraditoriamente, no interior de sua consciência.

Como segundo exemplo, analisemos o modo de produção na ordem do capital. O avanço do capitalismo, ao sustentar a oposição “burguesia vs. proletariado”, beneficia um grupo (a burguesia), que se torna a principal força social. No entanto, para isso ocorrer, as relações sociais que movem o sistema fazem surgir e desenvolvem uma contradição interna: um grupo prejudicado, os trabalhadores *assalariados* (isto é, os proletários). À medida que esses lutam contra a situação de exploração que lhes é imposta, tornam-se uma força cada vez mais externa ao sistema. Entretanto, a negação da negação só pode se efetivar por completo com o desaparecimento da ordem do capital. É o momento no qual os trabalhadores poderão negar também a sua própria condição de explorados e passarão a satisfazer suas necessidades materiais de uma outra maneira, não mais como *assalariados*.

Portanto, ao adotarmos a noção do *duplo-uno da accountability*, não afirmamos a lógica binária (duplo como polos ou dualismo opositivo), de modo diverso, compreendemos o duplo-uno como *processo que se desenvolve ao longo do tempo, processo que tem a unidade como totalidade*. Organizemos essa ideia de outro modo: o *processo* “X” tem sua existência dependente da correlação com o *processo* “Y”; sendo que em seu desenvolvimento “X” nega “Y”, negação que resulta no desenvolvimento de “Y”; de tal modo que na correlação entre “X” e “Y”, quando “X” estiver entrando em declínio, *vis-à-vis*, “Y” avança.

Todavia, devemos ressaltar que a dialética não pode ser aplicada aleatoriamente ou condicionada a esquemas de raciocínio puro, ignorando a observação. Faz-se necessário para o estudo da dialética a devida observação empírica (não de *fatos* isolados, mas *situações concretas em transformação*), haja vista que não é qualquer coisa, objeto, processo, fenômeno que está em oposição dialética com outra coisa, objeto, processo, fenômeno.

A cisão da *práxis* no interior do conceito, ou seja, entre *teoria e prática*, pode levar a um entendimento da coisa como sendo *dois, dois* que coexistiriam independentemente e/ou separadamente. A concepção de tal cisão ou rompimento vincula-se à ideia de inatismo, como se as potencialidades do conceito já estivessem com ele no plano do pensamento, desconectados do mundo concreto e que o ambiente social apenas promovesse as condições

para sua manifestação. Com isso, a totalidade ocuparia um papel secundário, em prol dos contextos particulares.

Não há uma separação entre *teoria* e *prática* na construção de um conceito, mas sim uma articulação, em que os limites, se é que realmente existem, entre o teórico e o prático se entrelaçam. Para existir *um*, são necessários *dois*, um *duplo-uno* superando a falsa dicotomia entre teoria/prática, concebido/executado, palavra/conceito, sujeito/objeto, pois, segundo a dialética, no todo coerente que compõe a totalidade, objetos e fenômenos estão ligados e se relacionam de forma recíproca, como explicou Lefebvre (1975, p. 238):

Nada é isolado. Isolar um fato, um fenômeno e depois conservá-lo pelo entendimento neste isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo. É imobilizá-lo artificialmente, matá-lo. É transformar a natureza - através do entendimento metafísico - num acúmulo de objetos exteriores uns aos outros, num caos de fenômenos.

Seguindo essa bússola, estudaremos nas próximas seções a concepção dialética de um conceito, compreendendo que a história é a história do mundo real:

Mundo real, oculto pela pseudoconcreticidade, [...] é o mundo da *práxis* humana. É a compreensão da realidade humano-social como *unidade* de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura. [...] O mundo real [...] é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como *produtos* do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social (Kosik, 2002, p. 23).

Por sua vez, levando em conta os princípios da totalidade e historicidade, na relação todo-parte e parte-todo, entender a relação palavra-conceito, como um processo histórico-social imerso na dialeticidade da *vida cotidiana*, é buscar apreender como homens e mulheres agem (ação prática) e pensam (teoria) dentro de determinadas condições. É justamente para tratarmos essas questões, que faremos, a seguir, uma primeira aproximação com as noções de ícone, índice e símbolo na constituição da palavra. Na sequência, tratamos do caráter sógnico e simbólico da *accountability*, para depois abordarmos sua representação imagética (*slogan*).

6.3 A epistemologia semiótica da *accountability*: ícone, índice e símbolo

Dubnick (2002), ao diferenciar a *palavra accountability* do *conceito accountability*, destaca que a *palavra accountability* é um “‘signo’ semiótico [...], capaz de cumprir três papéis distintos: como símbolo, como indicador e como ícone” (p.1, tradução nossa). Na esfera do simbólico, ela seria:

A qualidade de ser *accountable*; *responsabilidade* de *prestar contas* e *responder pelo* cumprimento de deveres ou condutas; *responsabilidade*, amabilidade. = ACCOUNTABLENESS [= A qualidade ou o fato de ser *accountable* ou *responsável* por *prestar contas* e *responder por* conduta; *responsabilidade*, amenidade (para uma pessoa, para uma coisa).] (OECD 1989) (Dubnick, 2002, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

O autor ainda realça que o aspecto mais notável do *fator simbólico* da *palavra accountability* é a sua natureza sinônima, capacidade de substituir outras palavras (como *responsibility*). Já a *forma indicial*, atuando como indicador de responsabilidade, capacidade de resposta, depende de fatores culturais e contextuais. Já o *papel icônico*, culturalmente contingente, liga uma imagem à certa palavra. Além disso, o autor identifica, como já referido em passagens anteriores, o *papel icônico* quando do uso da palavra como rótulo ou títulos em documentos, com o fim de expressar um valor específico ou intrínseco ao texto.

Ao destacar o papel icônico da *palavra accountability*, em títulos de documentos legislativos, o Dubnick (2002) ainda equipara o uso da palavra *accountability* à utilidade do famoso letreiro *Hollywood*, localizada no sul da Califórnia/EUA, com seu valor icônico, simbólico e indicativo. Ele escreve sobre os princípios semióticos presentes nos fundamentos teórico-conceituais da *accountability* escorado, mesmo que não mencione, em Ferdinand de Saussure (linguista e filósofo suíço) e Charles Sanders Peirce (filósofo, linguista e matemático americano).

Em sua concepção da *accountability*, Dubnick oscila entre o modelo binário de Saussure e o ternário de Peirce. Das dicotomias saussureanas (língua vs. fala, sincronia vs. diacronia, significante vs. significado, paradigma vs. sintagma), Dubnick *operacionaliza* a semiótica, elaborando a oposição *palavra accountability* vs. *conceito accountability*; e da semiótica peircena, o autor, reflete sobre o caráter sígnico da *accountability* (a nível de objeto), mais especificamente, seu papel enquanto ícone, símbolo e índice, na produção de sentidos.

Por considerarmos as concepções linguísticas de Saussure e as semióticas de Peirce, inspiradoras da análise dubnickeana, justifica-se aqui, um exame mais detalhado sobre essas teorias, mesmo que tal relação, insistimos, não esteja declarada no texto de Dubnick (2002). Segundo Toutain (2007, p. 93), o “signo tem sempre a intenção de comunicar um sentido, o que pressupõe relação convencional (motivada entre o significante e o significado)”. Dessa forma, o sentido, representação mental de um objeto, é construído a partir da relação entre significante (imagem acústica: signo – representação na linguagem verbal ou escrita) e significado (conceito: representação mental – é a ideia estabelecida a

partir da palavra conhecida), sofrendo alterações contínuas no percurso do emissor ao receptor.

A semiótica saussureana complementou essa discussão, ao considerar que o signo linguístico é o resultado de “*significado + significante*”. Como construção arbitrária, o signo é uma unidade fixada em diversas relações, principalmente na/da diferença, uma unidade com bipolaridade: forma (significante) e substância (significado). Toda palavra que possui um sentido, para o linguista, é considerada um signo linguístico, p. ex., a palavra *Sol*. Ela é um signo, pois quando se observa o signo *Sol*, é manifesto a união de som, conceito e escrita.

Corroborando com essa afirmativa, Nascimento (2008) assinala que para Saussure o conceito é sinônimo de significado, representando uma realidade social. Maimone e Tálamo (2011, p. 3) ressaltam que “pelo trabalho no plano simbólico, a Linguística cria conceitos que ordenam a realidade e categorizam o mundo”. Entretanto, o signo é determinado pelo grupo social que o compartilha, mesmo que *arbitrariamente*¹²⁸, p. ex.: “o conceito de *Sol* não está ligado nem com o som da sua sequência de letras e nem com a imagem acústica (significante), pois esse mesmo conceito, pode ser representado, em outros idiomas, com outros significantes, tais como *Sun* (inglês), *Soleil* (francês) ou *Sonne* (alemão)” (Maculan, 2015, p. 90).

Diversamente do modelo binário de Saussure, baseado nos princípios aristotélicos da não contradição e do terceiro excluído – referente (objeto)¹²⁹ –, que identificamos na díade *dubnickeana*, a teoria de Peirce se inscreve na corrente dialética que aceita o terceiro incluído – referente. De mais a mais, o signo peirceano está em constante movimento, sempre se transformando. Como terceira característica e talvez a mais complexa, temos que para Peirce a noção de falibilidade se instaura no seio da semiótica, que não deve ser concebida no molde positivista, logo, não é um quadro *ossificado* aplicado a realidade; ela dá conta de um processo de aquisição de saberes, sendo que o saber é resultante de uma eterna pesquisa.

¹²⁸ Maimone e Tálamo (2011, p. 4) advertem para o fato de que “a arbitrariedade do signo [como uma unidade com bipolaridade, composto pelo significante e significado] não se aplica a todas as linguagens, já que algumas são motivadas, como por exemplo, as linguagens visuais” Nascimento (2008) destaca que Saussure reconheceu a existência de dois tipos de arbitrariedade: (1) a absoluta: relação imotivada entre o significante e o significado; p. ex., para a ideia de criança (significante), pode haver distintos significados (garoto, menino, guri, pirralho etc.) a depender do acordo estabelecido pelo grupo social; e (2) a relativa: uma relação motivada (um nexa arbitrário abrandado) entre o significante e o significado; p. ex.: o desenho do cão (significante) é motivado pela configuração própria do cão “palpável” (significado).

¹²⁹ De acordo com Carvalho (2003), uma crítica recorrente ao pensamento saussuriano, direciona-se à sua análise do signo como elemento bifacial: significado (conceito: representação mental) e significante (imagem acústica: signo), ignorando o referente, o que dificulta a apreensão das características da realidade que estão fora do sistema linguístico (extralinguístico). Em uma abordagem distinta da semiótica saussureana, temos teorias que indicam como central a tríade: significado (conceito), significante (expressão) e referente (objeto).

O que se destaca do signo imaginado por Peirce (2003), é que o movimento rege suas relações, ele não é estável em uma estrutura, preso em uma lógica espacial de controle, encapsulado no território em que opera. Ao contrário, ele está em movimento, em um fluxo temporal em que se inscreve o processo de aprendizagem de novos saberes. Nesse movimento, o signo é uma coisa que representa uma outra coisa para um intérprete; produzindo na mente desse, alguma outra coisa relacionada ao objeto, mas pela mediação do signo.

Logo, o signo representa uma relação triádica, signo em si: *representâmen* – signo ou significante, é o imediatamente perceptível; *objeto* – referente, é uma forma de representação; *interpretante* – significado, é o signo mediador do pensamento, ou seja, o que permite relacionar o signo apresentado ao objeto que ele representa. Para a semiótica peirceana, o signo só representa um objeto via *interpretante*, o qual, por meio de uma semiose ilimitada, um movimento dialético, pode se tornar um outro *representâmen*, que por sua vez, convoca outro *interpretante*, que o levará a outro *objeto* e assim por diante.

Assim, o signo (um “algo”) refere-se a um objeto (“algo” que ele designa) e ao se colocar no lugar do objeto designado (como designação), deve ser compreendido por um intérprete. Seguindo esse fluxo, a semiótica peirceana, para Santaella (2009), fundamentou sua concepção com base em três categorias universais:

- *primeiridade* (monádica): é o ponto de vista da qualitativa, sem relação com outras coisas. É o domínio do imediato, do iniciante, do não pensado e nem afirmado, p. ex., a qualidade absoluta de uma cor – a brancura;
- *secundidade* (relação diádica): ponto de vista dos objetos. É o domínio do fato atual, momento em que a qualidade se incorpora e passa a existir em relação a alguma coisa, em algum lugar;
- *terceiridade* (relação triádica): ponto de vista da mente. É o domínio da legislação, a categoria da lei, em outras palavras, é o pensamento em signos. Na terceiridade interpretamos as relações estabelecidas entre os signos.

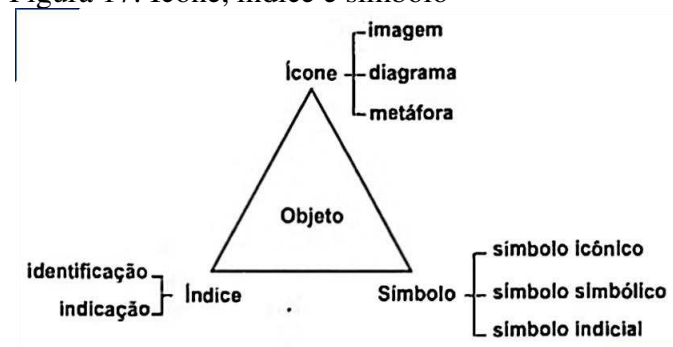
Sendo que na relação triádica *representâmen-objeto-interpretante*, cada elemento gera uma tricotomia própria (Peirce, 2003). No nível do *representâmen*, temos como seus três aspectos: 1. *Qualisigno*, qualidade do signo, qualidade que não depende do objeto, p. ex., a brancura, é uma qualidade do branco, mesmo que não existam objetos brancos; 2. *Sinsigno*, coisa, objeto ou fenômeno existente que é um signo, aqui, trata-se de um signo singular, nesse caso, p. ex., o branco é percebido em um objeto determinado; 3. *Legisigno*, uma lei que é um signo, ou seja, atendimento a normas ou a uma generalização, p. ex., o termo *palavra* quando

se diz que *lápiz* é uma *palavra*).

Já no signo em relação ao *interpretante*, temos como aspectos: 1. *Rema*, signo de possibilidades, operando no âmbito das conotações amplas e imprecisas; 2. *Dicente*, signo de uma existência real, com suas afirmações particularizadas; 3. *Argumento*, signo de uma lei, interpretante com regras não refutadas, é a expressão de todo sistema comportando regras.

No nível do *objeto*, âmbito da semiótica peirceana na qual Dubnick (2002), em nosso entendimento, fundamenta-se, os transportes *lógicos* de ideias ocorrem essencialmente por *semelhança*, *contiguidade* ou *convenção social*, aspectos presentes, respectivamente, em suas três classes sígnicas: *ícone*, *índice* e *símbolo* (Figura 17).

Figura 17: Ícone, índice e símbolo



Fonte: Niemeyer (2003, p. 42).

Em relação ao *ícone*, temos o signo do possível, uma imagem que representa o objeto, proporcionando o transporte lógico de uma ideia à outra por conta de uma *semelhança* entre o signo e seu objeto. Do *ícone*, derivam-se: *imagem*, vínculo material em que se manifesta a semelhança; *diagrama*, em que se estabelece a relação da semelhança entre o signo e o “algo” representado; *metáfora*, atributos de caráter do objeto.

Disso, temos que:

Quando esta representação se dá por semelhança, chama-se ícone. [...] a representação se faz por meio de analogia com algo representado. Um modo icônico exhibe traços análogos aos de seu Objeto Dinâmico para uma mente interpretadora. Do Ícone derivam Interpretantes diversos [...] A mente de um intérprete pode elaborar uma interpretação antes não conhecida, não pretendida e até inconveniente. (Niemeyer, 2003 p. 36).

Sobre o *índice*, este é definido como a representatividade do signo que remete ao objeto. Indica causalidade, numa relação ativa, pela relação de contiguidade, que é a mesma causa eficiente da *metonímia* (uso de uma palavra fora do seu contexto semântico). Do *índice*, derivam-se a *identificação* (em que se torna possível identificar a origem da causa) e a

indicação (em que a origem da causa é inacessível): “Quando o procedimento de representação se faz por meio de marcas que o Objeto Dinâmico causa, denomina-se Índice. [...] o Índice aponta para fora do signo, para o Objeto; o seu movimento é para fora. A relação é de causalidade e não de analogia” (Niemeyer, 2003, p. 37).

Finalmente, a partir de um conhecimento prévio do interpretante sobre a categoria comum na qual o objeto está inserido, temos o *símbolo*, que remete ao objeto por um contrato social, por uma convenção cultural ou por um processo de associação. Ou seja, em virtude de uma convenção determinada por princípios pré-existentes, p. ex., as *palavras*; logo, o símbolo, pode portar grande quantidade de informação. Do símbolo, derivam-se os símbolos *icônicos* (caráter icônico), os *simbólicos* (caráter arbitrário) e os *indiciais* (signos orientados para uma relação indicial) (Niemeyer, 2003).

Embora a *tricotomia do objeto* seja a mais conhecida, a presença do objeto é um dos componentes do signo que o representa, através da mediação que não se processa por uma *mimese* estreita (uma imitação do real ou o reflexo da realidade), como se a semiótica só fosse propícia à análise da imagem visual. A Semiótica também se presta a análises narrativas e linguísticas, uma vez que o *ícone* é, além de uma imagem visual, também imagem sonora, verbal, gestual etc. Ademais, uma *palavra*, supondo um grau de reconhecimento entre o signo e o objeto, não se resume a uma simples adequação “signo = objeto”. A *palavra*, como *legisigno*, pode tornar-se *rema*, para entrar na lógica proposicional em uma relação com o objeto, logo, um *ícone* no contexto argumentativo em que aparece.

Todavia, para que possamos compreender o signo, é necessário ter alguma *experiência* com o objeto que ele representa. Para Peirce (2003), não é possível entender o signo, ou pelo menos a proposição, se o intérprete não possua *familiaridade colateral* – um certo parentesco colateral, pelo qual o interprete possui conhecimento de elementos, noções, ideias, conceitos em comum – com o objeto do signo. Essa familiaridade, ou *experiência*, é o que permite a associação de ideias a objetos dinâmicos. Sem isso, não é possível a mediação, assim, o signo não se realiza, tornando-se um sinal não decodificado.

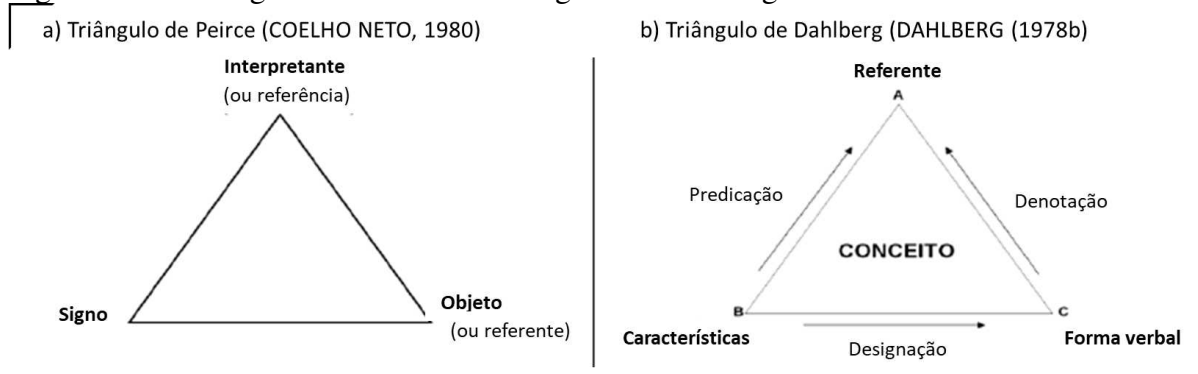
Por exemplo, se tentarmos explicar o conceito *accountability*, é necessário que se coloque no estudo uma gama de outros conceitos que se tenha a mínima familiaridade, como: controle, informação, governança, responsabilidade, prestação de contas, entre outros. Assim, para compreendermos um signo, é necessário aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos. Se os termos que utilizamos não forem familiares à comunicação, não haverá a transmissão do *sentido*.

Em sua teoria do conceito, Dahlberg (1978a), em alinhamento com a semiótica de

Peirce, concebe que o processo para formação de um conceito passa por três etapas, sendo constituído por três elementos: a) referente ou referência, objeto que se pretende conceituar. b) características, as declarações ou proposições acerca do referente; e c) a forma verbal, a expressão/termo utilizada para representar o referente.

Confrontando as representações da Figura 18, temos que o triângulo de Peirce destaca o *interpretante*, excluído pela triangulação de Dahlberg, que enaltece o *referente*. Recordemos que pela teoria de Peirce, os significados dos signos advêm da relação interpretante-objeto, que só pode ser conhecido por meio de uma percepção de signos, por uma aprendizagem a envolver: cognição, representação simbólica e a comunicação relativa aos objetos, em uma acumulação de conhecimento ao longo da história sociocultural. Por isso, na semiótica peircena, são os signos externalizados que importam, uma vez que “permitem a transação do pensamento entre pessoas” (Santaella; Vieira, 2008, p. 62).

Figura 18: O Triângulo de Peirce e o Triângulo de Dahlberg



Fonte: Elaborada pelo autor, baseado em Coelho Netto (1980, p. 56) e Dahlberg (1978b, p. 144).

Dahlberg (1978b), todavia, ao suprimir o aspecto individual do interpretante mantém a forma verbal (signo externalizado), como o objeto é conhecido em determinado domínio do saber, definido a partir de propriedades objetivas e verificáveis. Ao partir da compilação dessas propriedades, Dahlberg organiza seu método para definir e delimitar um dado objeto (científico). Isso conduz à diferenciação entre conceito comum na vida cotidiana e conceito científico. Com isso, sintetiza-se essas propriedades, atribuindo ao objeto um nome ou termo, através do qual ele é reconhecido (padronizado) em determinado domínio.

Para Bakhtin, naquilo que nos interessa, a essência do problema liga-se à questão de “saber *como* a realidade (a infraestrutura) determina o signo, *como* o signo reflete e refrata a realidade em transformação” (Bakhtin, 2010, p.42). E, continua:

[...] as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece. Uma modificação

dessas formas ocasiona uma modificação do signo. É justamente uma das tarefas da ciência das ideologias estudar esta evolução social do signo linguístico (Bakhtin, 2010, p. 45).

Muito embora não façamos uma análise do discurso em nossa tese, é inegável, se partirmos de fundamentos bakhtinianos para a análise de enunciados verbo-visuais, que o signo é uma arena onde também se faz presente a luta de classes. Pelos *índices* de valor, o signo é algo vivo e móvel, capaz de se transformar. O signo posto à margem da luta de classes debilita-se, degenera em alegoria, mero objeto de estudo dos filólogos (Bakhtin, 2010).

As teorizações de Peirce, por considerarem na exteriorização do signo, na sua captação, outra coisa além do já aparente, possibilita sua análise nos muitos discursos ou usos, identificando a carga ideológica das coisas que representa. Neste capítulo, tratamos o signo na perspectiva marxista, enquanto produto ideológico. Para isso, é importante extrairmos alguns elementos aqui pincelados da semiótica peirceana, como: 1. signo é referência, logo, como *representamen*, representa um segundo; 2. o objeto representado é exterioridade – indicada ou conceituada; 3. nem todos os significados são compreendidos pelos interpretes.

Essas premissas indicam que os sujeitos podem manipular os signos, sendo que na manipulação da convergência ou discrepância dos *interpretantes*, quem opera é a ideologia. Peirce (2003) sinaliza para tal relação, ao ponderar que os conceitos e as ideias sólidas que construímos a respeito dos signos, ao longo da história, em certo(s) espaço(s), atendem as demandas coletivas. O aspecto ideológico atende ao grau de terceiridade do signo: quando signo em si mesmo (primeiridade), for lei; quando signo com seu objeto (secundidade), for símbolo; por fim, quando em relação ao interpretante (terceiridade), for argumento.

Nesse passo, os signos ligam-se à economia do trabalho intelectual, uma ferramenta ideológica, o que confere ao caráter icônico, indicial e simbólico da *accountability* função expressivamente operacional. A bem dizer, os signos, transformados em sistemas sígnicos, são feitos à medida de seu uso – caso exemplar é o das linguagens especializadas, mais aptas a servir saberes e fazeres especializados.

Avancemos nesse debate a partir de algumas críticas marxistas à pós-modernidade, recordando que para Dubnick (2002), a *accountability* deveria ser salva dos *retóricos*, *reformadores* e *funcionalistas*; sendo que a esse grupo, acrescentamos os *idealistas conceituais*. Entretanto, para compreendermos como a *práxis* se faz presente para a compreensão do conceito *accountability* e seu funcionamento (ou, efetividade) é mister retomarmos, como fio condutor, algumas discussões hegelianas, no ponto específico que ficou

pendente de seu estudo na Seção 2.1, “O abstrato e o concreto: o solo movediço do campo conceitual”, o que faremos, ao analisar o hieróglifo social.

6.4 O caráter sógnico e simbólico da linguagem: o hieróglifo social

Entre as inúmeras questões lançadas pela *filosofia da linguagem e do trabalho* de Hegel à posterioridade do debate sobre a *exteriorização do ser do homem*, vale a pena mencionar, para os nossos fins, aquelas relacionadas ao caráter *sógnico* e *simbólico* que compõe a *epistemé do conhecimento*. Aqui, estamos diante da dialética entre a linguagem representativa da *Fenomenologia* e a linguagem conceitual da *Lógica*. Essa percepção, tão bem esgrimida por Hegel (1995), ensina-nos que o conhecimento tem por gênese o indivíduo imerso na natureza, *na coisa em si*, como uma *criança no seio materno*.

Essa dialética, no sistema hegeliano, desenrola-se no progressivo entrelaçamento de duas antinomias específicas: o *material* (exterioridade pura) e o *espiritual* (interioridade pura); compreendida a *linguagem* como material espiritualizado (ou espírito concretizado). Sendo o *espírito absoluto* como *linguagem*, temos que a *razão é*, ou *efetiva-se*, como linguagem, cujo material *espiritualizou-se*. A *espiritualização*, em seu sentido mais geral, refere-se à efetivação histórica da *ideia*.

Em Hegel (2007), a consciência, enquanto autoconsciência (que se descobre como razão), é o *lugar* no qual o *sujeito* (que não se deixa objetivar sob a forma da representação, ou seja, é capaz de internalizar a negação oriunda do objeto, conservando-se enquanto tal) diferencia-se do objeto, o *eu* do *tu*. Ao término da *Fenomenologia do espírito*, Hegel nos apresenta a conclusão de que a consciência pode alcançar a concertação entre a lógica do seu saber e a do objeto, superando o traço representativo ao qual estava subordinada. Contudo, a consciência, em si, nada é! Somente após a confrontação com o mundo externo, o mundo como *outro*, na evolução da própria consciência (que corresponde à certeza de ter diante de si um *objeto exterior*), teremos o longo processo do conhecimento que conduz o homem até a Razão.

Ter algo diante de si parece ser uma forma segura de conhecimento e, no entanto, quando se deseja expressar verbalmente o que é o verdadeiro (= o objeto), a *certeza sensível* perturba-se, pois esse não é um ato imediato, ele passa pela mediação do universal, uma vez que conservamos o *objeto*, mesmo quando ele não está presente. Assim, cumpre antes de tudo interrogar: do que se trata exatamente o saber da *certeza sensível*?

O saber que, de início ou imediatamente, é nosso objeto, não pode ser nenhum outro senão o saber que é também imediato: - saber do *imediato* ou do *essente*. Devemos proceder também de forma *imediata* ou *receptiva*, nada mudando assim na maneira como ele se oferece, e afastando de nosso compreender o conceituar (Hegel, 2007, p. 74).

Neste breve fragmento, Hegel delinea alguns aspectos dessa forma de saber – certeza sensível – que se propõe a ser uma pura imediaticidade; uma certeza da presença do ser pela receptividade da sensibilidade. Assim, a certeza sensível recusa qualquer atividade prévia do conceito, afirmando-se como um conhecimento independente de prática social ou histórica. É como afirmar que esse conhecimento imediato (não-inferencial), se existir, seria um exemplo de algo que podemos conhecer sem precisar de nenhum outro conhecimento.

Diante dessa aparente completude, Hegel (2007, p. 74) afirma que “a certeza sensível aparece como a *mais verdadeira*” e para culminar, como “o mais rico conhecimento” do objeto, que aparentemente nada deixou de lado. Não há dúvidas de que a *plenitude* desse *saber* da certeza sensível – tendo como lastro um conhecimento imediato – será criticada pelo autor. Diversamente de um saber do imediato, o que temos, ao confrontarmos sujeitos e objetos do mundo, independentes uns dos outros, é um saber inferencial e mediado pelas estruturas do saber. Por esse prisma, Hegel declara: “o objeto portanto deve ser examinado, a ver se é de fato, na certeza sensível mesma, aquela essência que ela lhe atribui; e se esse seu conceito – de ser uma essência – corresponde ao modo como se encontra na certeza sensível” (p. 75).

Isso posto, devemos questionar: o que sabe o saber da certeza sensível sobre o objeto? De pronto, se permanecermos nas vias da imediaticidade da certeza sensível, recusando toda espécie de mediação, tão somente diremos que ele *é*, pois, a única certeza do saber sensível é o *ser*: a certeza sensível nada sabe além do *ser*, ela “só exprime isto: ele *é*”, ou ainda, “a coisa é, para o saber sensível [e] isso é o essencial: esse puro ser, ou essa imediatez simples, constitui sua verdade” (Hegel, 2007, p. 74-75). Daí, a inserção de qualquer predicado inseriria no campo de sua certeza (subjativa) uma mediação que a descaracterizaria.

Assim, o momento da percepção, uma etapa importante da consciência, no qual o sujeito cognoscente entra no reino do *Entendimento*, leva ao desdobramento da *coisa* em *ser-para-si* e *ser-para-o-outro*. Entretanto, esse reino não é o domínio da verdade absoluta sobre o que a coisa *é*. Na teoria do conhecimento hegeliano, esse é um ponto nevrálgico, uma vez que a verdade da certeza sensível não se encontra no objeto nem no sujeito, está fora dela, numa determinação do pensamento que já conhecemos.

A nosso ver, uma das ideias hegelianas fundamentais consiste em que *a representação é*, ao mesmo tempo, *o pensar do Entendimento*, como *um entrave ao acesso legítimo à verdade*. Sendo que o *entender algo* (aquilo que aparece ao sujeito cognoscente como objeto), consiste no categorizar, predicar *o outro*, logo, o objeto só pode ser representado ao ser disposto, por uma lógica ordenadora, descoberta pela consciência fenomênica.

O imbróglio desse *entendimento tabelador*, hegelianamente falando, é que ele ignora o que constitui o concreto, a efetividade e o movimento vivo da coisa que classifica. Essa forma de procedimento só fornece uma indicação do conteúdo, e não o conteúdo (Hegel, 2007). Apesar de desferir críticas ao *entendimento*, Hegel reconhece ser este uma força capaz de retirar o sujeito da aderência ao imediato, por isso pode ser o início do saber. Nesse ponto, a crítica hegeliana desloca-se contra o *símbolo*, como uma imanência que orienta o nosso modo de pensar de modo pré-reflexiva (por consciência primeira imediata e não posicional) e pré-conceitual:

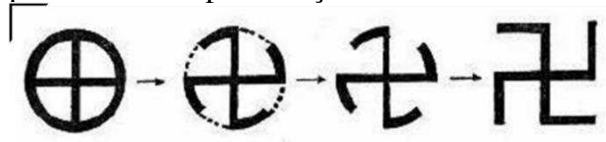
O símbolo em geral é uma existência exterior imediatamente presente ou dada para a intuição, a qual, porém, não deve ser tomada do modo como se apresenta de imediato, por causa dela mesma, mas deve ser compreendida num sentido mais amplo e mais universal. Por isso, devem ser distinguidas a seguir duas coisas no símbolo: primeiro o significado e depois a expressão do significado. Aquele [o significado] é uma representação de um objeto [já sujeita, portanto, à projeção subjetiva] [...], esta [a expressão] é uma existência sensível ou uma imagem de qualquer espécie [ainda autônoma frente ao sujeito] (Hegel, 2000, p. 26).

O símbolo, ao lado do signo, é um modo singular de conhecer, na imediatidade de formas sensíveis, os conteúdos; trata-se, por conseguinte, de um conhecimento mediado pela intuição. No signo (veículos referidos à própria linguagem como possibilidade de significação – determinação), o conteúdo não conserva relação com a forma, fato que ocorre com as palavras; a grafia é associada ao significado que elas veiculam. O símbolo, ao contrário, apresenta certa relação entre conteúdo e forma, o que pode ser percebido pelo uso de imagens de animais para expressar qualidades humanas (o leão para a coragem, a raposa para a astúcia etc.) (Tolle, 2017). Aqui, como declara o autor, “o uso do símbolo ainda está subordinado a um elemento de arbitrariedade, pois a forma de que o símbolo se vale é também depositária de outros significados. [...]” (p. 29)

Para Safatle (2006, p. 112), no *símbolo*, o apelo à referência é sempre indeterminado, pois a “quantidade de configurações e formações” em uma representação simbólica é “completamente infinita”, ou seja, a cada movimento interpretativo temos uma apreensão múltipla do símbolo, cada um tendendo a um conteúdo diferente. Vejamos, p. ex., a

suástica, como símbolo gráfico, que em sua origem hinduísta, budista, celta etc., nada tem a ver com o nacional-socialismo e as teorias de Adolf Hitler que, simplesmente, adotou-a para seu movimento, devido à sua simplicidade, à sua fácil reprodução, como ele explicou ou tentou explicar (em vão), com profusão de palavras, no seu *Mein Kampf*¹³⁰ (Figura 19).

Figura 19 – Símbolo: a suástica (cruz gamada) para além da representação nazista



Fonte: Tchakhotine (2003, p. 141).¹³¹

Vê-se, assim, a necessidade para uma correta apreensão da linguagem simbólica, o conhecimento de um texto anterior a ela, que impeça interpretações equivocadas, como explica Safatle (2006, p. 113): “a imagem sensível do triângulo em uma igreja cristã, por exemplo, pressupõe a existência de um texto escondido que nos permite passar do triângulo à trindade”. Daí porque o “símbolo permanece essencialmente ambíguo quanto ao seu próprio conceito” (p. 28).

A superação das limitações engendradas pelo *entendimento*, por seu manejo deficiente do *signo*, como *representação* e por seus *signos* serem apenas *conteúdos de conhecimento* (abstrações), é uma progressiva adequação do *material* peculiar à linguagem científica e à dialeticidade – um pensar dialético (*conceitual*) que se distingue do *representativo* e do *intuitivo* – que se concretiza pela perspectiva da *razão conceitual*.

¹³⁰ Juntamente, com a cruz gamada – suástica – os nazistas adotaram outro símbolo, que consistia em esticar o braço direito no ar com a palma estendida para baixo enquanto se pronunciavam as palavras – ou saudação com forte teor de slogan – “*Heil Hitler*” (“*Salve Hitler*”). Essa expressão foi adaptada de “*Sieg Heil*” (“*Salve a Vitória*”), sendo usada primeiramente por Joseph Goebbels, ministro da propaganda da Alemanha Nazista. Digno de nota é que esse mesmo gesto foi adotado no Brasil, na década de 1930, pelo Movimento Integralista, que entoavam a expressão tupi “Anauê” (que significaria “unido-aos-outros-iguais”) em saudações públicas.

¹³¹ Serguei Tchakhotine (2003), em sua obra *A mistificação das massas pela propaganda política* – cujo título original em francês é *Le viol des foules par la propagande politique*, publicada pela primeira vez em 1939, na França, dois meses antes da guerra; cuja tradução, bastante sugestiva, para o português usa a expressão “A mistificação [...]” no lugar de “A violência [...]” – explica que: “[...] a cruz gamada de Hitler [...], nos nossos dias, não tem sentido intrínseco: trata-se de um velho signo hindu (chinês também), a svastika que se encontra reproduzida em vestígios de muitas civilizações na Ásia, na África e na América (falta na Austrália), mas também na Europa, desde idades pré-históricas. Parece que devia representar a roda e sugerir a rotação, até dar vertigem: representava também o sol. [...]. Os hitleristas esforçaram-se para demonstrar que era um velho signo ariano e até nórdico. Na verdade, foi adotado por Hitler, exclusivamente por sua forma simples e surpreendente, como uma boa marca de fábrica. [...] Quando Hitler (77) afirma que a cruz gamada deve inspirar a ideia [SIMBOLO] do triunfo do trabalho produtivo, ‘ideia que foi e permanecerá eternamente antissemita’, não se pode levá-lo a sério: parece-nos que mesmo ‘explicada’, essa ‘verdade’ é difícil de aceitar” (p. 151).

Para Hegel, o desenvolvimento da consciência¹³² – que não é estática, de modo que as experiências fazem com que as verdades se tornem ilusórias e novas verdades apareçam – tem, como um de seus estágios, a finalidade de trazer o conhecimento para o campo da racionalidade, superando o pensar da representação e o conhecer por signos. Na busca por uma gramática que supere o entendimento, Hegel propõe um afastamento do conhecimento sensível – do imediatismo – a fim de trabalhar a verdade do objeto a ser conhecido. Para isso, o sujeito – internalizando o negativo do objeto (*o outro – o externo*) e dotando-o de determinação objetiva – passa a manipular a verdadeira subjetividade.

Em consonância com Paulani e Müller (2010), podemos ponderar que, subjetividade implica necessariamente ação. Sobre essa base, Hegel (2007) fundará o ser do homem: *o verdadeiro ser do homem é, antes, o seu ato; e seu ser não é somente um signo, mas a coisa mesma*. O ato é isto, e o homem individual é o que o ato é. Eis que, retomando Paulani e Müller (2010, p. 799), “o homem é aquilo que faz, é enquanto subjetiva-se. Uma vez que, é no fazer que o homem traz à tona aquilo que se aloja na interioridade da intencionalidade: o ato é a exteriorização mesma da intenção”.

Se recordarmos as análises tecidas sobre o processo de alienação e estranhamento abordadas na seção 4.1, “A mistificação ideológica: estranhamento e seus desdobramentos”, poderemos constatar que o mesmo movimento de exteriorização que se processa no mundo do trabalho pode ser visto em operação na linguagem – como sistema de *signos*, no qual se estruturam *dialeticamente* as implicações *conceituais* da experiência.

Nesse sentido, Hegel (1995) vai defender que o exteriorizar involuntário (inarticulado) de um som anuncia um momento da linguagem. Contudo, sem que se possa afirmar que esse som, sem conteúdo ou significado expresso, enfatize a diferença entre homem e animal (que também emitem sons). Para que o som (voz) se torne linguagem, Hegel alerta sobre a necessidade de que ela seja emitida voluntária e articuladamente: “[...] a voz humana, ao tornar-se linguagem, deixa de ser uma exteriorização involuntária da alma” (§ 411).

Assim, se o som, por si mesmo, em sua materialidade, é desprovido de conteúdo e se dissipa no ar, o som que se articula para as representações determinadas (linguagem),

¹³² Em Hegel (2007), a consciência não é estática, de modo que as experiências ao longo da história fazem com que as verdades se tornem ilusórias e novas verdades apareçam. Desse modo, a filosofia hegeliana estrutura a consciência em três diferentes momentos: a certeza sensível, a percepção e a consciência-de-si. Portanto, é evidente que o objetivo de Hegel, na *Fenomenologia do Espírito*, é traçar a formação do sujeito em relação ao conhecimento das essências das coisas, já que o saber absoluto é um conhecimento prático que emerge das próprias experiências e das relações da consciência-de-si com os objetos do mundo e outras consciências.

expresso pela fala humana, é uma exteriorização do indivíduo, porque “o som [da palavra e seu sistema, a linguagem... é] a exteriorização cabal da interioridade que se faz conhecer” (Hegel, 1995, § 459). No entanto, o som se esvanece no instante mesmo em que é pronunciado. Já a escrita alfabética, transcende o tempo e espaço, podendo aparecer tanto na língua original falada como na escrita simbólica.

N’*O Capital*, Marx (2013b), ao tratar sobre o fetichismo, apresenta *linguagem e trabalho* em um processo de dupla vinculação nas mercadorias – que se tornam princípios abstratos de coordenação social, funcionando como fontes concretas de significação, produzindo um senso de identidade. A sugestão chave de Marx para análise dessa vinculação é captar como o produto do trabalho humano, que deveria permitir ao sujeito retornar para si de sua alienação (exteriorização do homem), acaba por gerar, em simetria com a linguagem, um processo de estranhamento e/ou coisificação – intensificando as divisões (fraturas) sociais.

De fato, na ordem do capital, a linguagem, à semelhança do trabalho, como um *hieróglifo social* (fenômeno que carrega ou traz em si características do símbolo e do signo)¹³³, é posta sob o primado da mercadoria. Nesse fenômeno reificador e mistificador, as mercadorias criam vínculos sociais, sem ter em conta as relações concretas entre indivíduos,

¹³³ Atendo-nos a ideia de hieróglifo social, Hegel (2000, p. 77), em seu *Cursos de Estética*, diz que “O Egito é a terra do símbolo” e, mais à frente, lemos que: “Num sentido semelhante, a escrita hieroglífica dos egípcios é também em grande parte simbólica, na medida em que ela procura dar a conhecer os significados por meio da reprodução de objetos efetivos, que não expõem a si mesmos, mas uma universalidade aparentada a ela [...]” (p. 81). Como destacam, Paulani e Müller (2010, p. 804): “Nas palavras de uma egiptóloga: ‘[Os] hieróglifos (Hieroglyphics), todavia, não eram somente um código (code) feito de signos abstratos arbitrariamente associados com significados linguísticos. Diferentemente dos signos sumérios ou chineses, a escrita hieroglífica conservou sua natureza pictórica ao longo de toda sua história’ (BETRÒ, 1996, p. 15). É exatamente esta natureza pictórica – a ‘expressão do significado’ para retomarmos a terminologia hegeliana – que garante uma leitura imediata, ao mesmo tempo que esconde a leitura verdadeira, feita a partir das relações fonéticas – o ‘significado’ ao qual o símbolo faz referência”. Se pensarmos a partir de Marx (2013b), a *troca*, ou “metamorfose”, de milho, feijão, mandioca, carne, aguardente, tabaco, entre outras mercadorias em dinheiro (ouro) é algo que se introduz nas redes (relações) mercantis. No entanto, a mercadoria-dinheiro (ouro) silencia as práticas sociais, as relações de intercâmbio, a divisão do trabalho que permitiram sua constituição como valor. Assim, o *mouro*, n’*O Capital*, constrói a tese de que: para que possa funcionar como dinheiro, o ouro precisa entrar no mercado por algum ponto, que é encontrado em sua fonte de produção. Lá, o ouro, como produto imediato do trabalho, é trocado por outro produto do trabalho do mesmo valor, e a partir daí começa a representar os preços das mercadorias. Por meio dessa metamorfose, a mercadoria perde todo vestígio de seu valor-de-uso natural e do trabalho útil particular que lhe deu origem, tornando-se a materialização uniforme e social do trabalho humano homogêneo. Dessa forma, quando uma mercadoria assume a forma dinheiro, não é mais possível distinguir sua espécie, já que todas as mercadorias se tornam iguais. Essa é a “magia do dinheiro”, sua capacidade de apagar um conjunto de relações sociais que possibilitam a acumulação de capital. Cada trabalho é transformado em um hieróglifo social que precisa ser decifrado para entender seu valor. Nas relações mercantis capitalistas, podemos observar um estranhamento em relação à produção de mercadorias. Embora, à primeira vista, as mercadorias pareçam coisas simples e compreensíveis, uma análise mais profunda revela que elas são algo muito complexo, repleto de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas. O caráter fetichista da mercadoria-ouro, bem como das outras mercadorias, é resultado do caráter social inerente ao trabalho que produz as mercadorias. Em decorrência disso, o fetichismo encobre com mistério as relações que tornaram possível a produção das mercadorias.

moldando a textura da cotidianidade social e transformando o significado do *valor de troca* na linguagem, através da qual os sujeitos apreendem o mundo e sua experiência individual.

De forma análoga, na conversão do homem em mercadoria, absurdo que desnuda e oculta as idiossincrasias do capital, o homem é avaliado, presta contas e é mensurado à vista de sua eficiência e eficácia, sendo responsabilizado por sua (in)utilidade ao sistema – por isso, a importância de uma análise crítica sobre o *homo accountable*, uma linguagem moderna do *homem mercadoria*. Um homo que naturaliza um processo de avaliação que lhe toma, a partir de uma medida de valor (de troca), sem compreender o seu teor cifrado, como evidencia-se na fala do Prof.º Miranda (EP3E2), ao ser indagado:

[**Pesquisador**] A política educacional do Estado e do Município, avaliam periodicamente o trabalho dos professores. Você é avaliado. Além disso, você deve prestar contas dos resultados do seu trabalho. A sua sala, os seus estudantes são avaliados. Como o senhor se sente, sendo cotidianamente avaliado?

[**Prof.º Miranda**] A gente sendo avaliado, a gente está tendo um ... [silêncio... e mudança de raciocínio]. Pode ter uma autocrítica de como está sendo o nosso trabalho ... para tentar melhorar, se caso possível a gente possa melhorar.

Eis que, o *hieróglifo social* traz à baila uma das construções mais originais da crítica dialética de Marx (2011, p. 112) à economia política: na sociedade capitalista “os indivíduos são agora dominados por *abstrações*”. Daí, Marx falar numa *linguagem das mercadorias*:

Os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem. Pois na testa do valor não vai escrito o que ele é. O valor converte, antes, todo produto do trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens tentam decifrar o sentido desse hieróglifo, desvelar o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores é seu produto social tanto quanto a linguagem (Marx, 2013b, p. 149).

Diante desse *hieróglifo social*, somos confrontados por coisas *suprassensíveis* e *abstratas*, que parecem ter uma vida própria, desafiando nossa compreensão imediata. O decifrar o enigma de tais hieróglifos, seguindo seus traços como artefatos reais no mundo social, exige um desvelar da *linguagem das mercadorias* – *linguagem* que nomeia e expressa (simboliza) coisas pelo intercâmbio capitalista. Sendo assim, esse desmistificar impõe superar, p. ex., princípios fenomenológicos e definições idiossincráticas que se opõem à conceitualização existente, tomando-a como simplesmente falsa, sem considerar as contradições no campo das ciências.

Assim, quando nos deparamos com a *equação do fetiche* (tríade fetichóide: mercadoria, dinheiro e capital) na sociedade mercantil, o véu místico do valor, impresso nas

mercadorias, constatamos a riqueza analítica da teoria marxiana. Ao compreendermos as *sutilezas metafísicas* que a mercadoria assume, a partir de formas sociais e *argúcias teológicas* do valor, temos em evidência, na *linguagem da mercadoria*, que a linguagem, de forma geral, não se revela de forma imediata. Citemos como exemplo a linguagem monetária, especificamente, a posição do dinheiro, enquanto medida do valor:

O nome de algo é totalmente exterior à sua natureza. Não sei nada sobre o ser humano quando sei apenas que um homem se chama Jacó. Do mesmo modo, nas denominações monetárias libra, táler, franco, ducado etc. desaparece todo sinal da relação de valor. A confusão sobre o sentido oculto desses símbolos cabalísticos é tanto maior porque as denominações monetárias expressam o valor das mercadorias e, ao mesmo tempo, partes alíquotas de um peso metálico, do padrão monetário. Por outro lado, é necessário que o valor, em contraste com os variados corpos do mundo das mercadorias, desenvolva-se nessa forma reificada [*sachlichen*], sem-conceito [*begriffslos*], mas também simplesmente social (Marx, 2013b, p. 175, grifo nosso).

Em suma, nada ou pouco sabe(re)mos sobre uma pessoa, quiçá sobre objeto, coisa, processo, fenômeno, como *accountability*, conhecendo apenas seu nome; tal como referimos numa análise anterior – Seção 6.2, “Entre máscaras e espelhos: o duplo-uno da *accountability*” – sobre a essência que é ocultada pelo uso de máscaras. Ora, no mundo das aparências, existe algo que transcende um nome, bem como existem mistérios por traz da máscara. Um outro aspecto relevante, é que Marx, ao traçar paralelismos em sua teoria monetária entre a *Cabala* e a *tríade fetichóide*, atualiza a distinção hegeliana entre símbolo e signo.

É na figura do dinheiro, quando ele aparece como meio de circulação, que veremos mais explicitamente a passagem do símbolo ao signo. Como Marx (2013b, p. 201-202) deixa claro: “O papel-moeda é signo do ouro ou signo de dinheiro. Sua relação com os valores das mercadorias consiste apenas em que estes estão idealmente expressos nas mesmas quantidades de ouro simbólica e sensivelmente representadas pelo papel”.

Sem a pretensão de adentrar nas homologias entre misticismo judaico e marxismo, duas configurações culturais distintas, podemos pontuar que Marx apropria-se do repertório advindo da tradição mística e folclórica da cultura judaica, para construir análises sobre a sociedade do capital. Se em ambas se busca uma específica consciência não alienada (estranhada), temos que a alienação da cabala é entre homem e o desconhecido, YHWH ou YHVH (tetragrama aramaico, tendo entre seus significados “Eu sou o que sou”, expressão usada como título para Deus). Já no marxismo, a alienação (estranhamento) é entre o homem e si mesmo, a humanidade, seu trabalho e o fruto de seu trabalho.

Assim, se os cabalistas buscaram restabelecer novas simbologias à letra hermética da tradição rabínica, Marx, ao manusear a *Cabala Luriana*¹³⁴, com o emprego de expressões como *signos cabalísticos*, realiza um movimento analítico, sem aderir a interpretações místicas. Daí o porquê de Marx utilizar termos como *hieróglifo social*, para descrever processos sociais no mundo moderno, marcado pelo estranhamento, reificação e fetichismo – fenômenos de uma ideologia do capital, gerados na atividade concreta do homem, na produção de sua vida social.

Em Marx, enquanto as divindades espirituais seriam deuses-fetiches, meros frutos da imaginação humana, de modo diferente seria o deus-fetice do mundo do capital, que existiria de forma efetiva e diversa, com *cismas muito mais estranhas que assombram as cabeças – signos cabalísticos e novos evangelhos* de uma determinada sociedade, da sociedade burguesa. Todavia, para entendermos o vocabulário cabalístico presente na teoria marxiano-marxista, devemos, como atentam Paulani e Müller, sopesar o processo que eleva ao *quadrado a ilusão*¹³⁵ nas relações sociais:

Sabemos que, na cabala, as letras do alfabeto hebraico também representam algarismos. Ora, “se as letras correspondem a algarismos, as palavras indicam números, mas a estes correspondem significados que não são os significados usuais de cada palavra.” (FAUSTO, 1997, p. 100). Temos aqui, então, nos signos cabalísticos a que se refere Marx, como que a potencialização da cifra introduzida pela relação do valor com o valor de troca: “O hebraico redobra de certo modo o hieróglifo, que representa a primeira cifragem. O código cabalístico cifra o que já

¹³⁴ A *Cabala Luriana* é um sistema místico formulado pelo judeu Isaac Luria (1534-1572), segundo o qual Deus desenvolve sua própria personalidade antropomorficamente, em um processo de autoprodução que não tem fim “Nele”. Certas partes da restituição são tarefas do homem, o que implica em uma criação de Deus pelo homem, em que é o homem que dá a Deus sua entronização completa. Esse sistema misticismo judaico é uma tentativa de explicar a origem do universo e a relação entre Deus e o homem. De acordo com as hipóteses e teses de Michael Löwy (1989), é possível estabelecer algumas simbioses culturais, homologias estruturais e isomorfismos entre o misticismo judaico e o marxismo, embora essa relação não deva ser vista como uma convergência total entre as duas configurações culturais. Trabalhando-se fundamentalmente com três pares de analogias, é possível constatar a possibilidade de uma convergência entre as duas configurações culturais. O primeiro par análogo a ser trabalhado é o de *Golem* e *O Capital*. O *Golem* é uma figura mística do folclore judaico, uma criatura feita de barro, que é animada por um rabino e que pode ser controlada por ele. O *Golem* é uma figura que representa o poder do homem sobre a matéria e pode ser visto como uma metáfora para o capitalismo, em que o homem domina a natureza para criar riqueza e poder. O segundo par análogo é o de *Tikun* e Comunismo. *Tikun* é um termo cabalístico que significa “restauração” ou “correção”. Segundo a *Cabala Luriana*, o universo foi criado em um estado de caos e desordem, e o objetivo da humanidade é restaurar a ordem e a harmonia no universo. Esse conceito pode ser relacionado ao comunismo, que busca restaurar a igualdade e a justiça social em uma sociedade que é vista como desigual e injusta. O terceiro par análogo é o de *Galut* e Alienação (Estranhamento). *Galut* é um termo que significa “exílio” ou “diáspora” e é um conceito fundamental no pensamento judaico. Os judeus foram exilados e espalhados pelo mundo e esse exílio é visto como uma forma de alienação. Esse conceito pode ser relacionado com o estranhamento, que é descrito no marxismo, no qual o trabalhador é alienado de sua própria atividade e do produto de seu trabalho.

¹³⁵ Paulani e Müller (2010, p. 808), em nota de rodapé, explicam que: “O termo ilusão está sendo utilizado aqui não no sentido usual, de ilusão subjetivamente constituída, decorrente de um engano de percepção, mas no sentido de ilusão objetiva, ilusão que é sistemicamente construída, pois, se o velamento das relações sociais que a produz deixar de existir, estaremos evidentemente em outro sistema social”.

era uma cifra” (*idem, ibidem*). Daí porque, de certo modo, “a decifração do segundo código só nos conduz à forma do valor, que é ela mesma cifrada (Paulani; Müller, 2010, p. 807).

Ao potencializar a cifra através da relação entre o valor e o valor de troca, podemos observar a mais pura fantasmagoria, pura abstração em relação ao valor de uso da mercadoria, ou seja, puro fetichismo – que torna a mercadoria mais valiosa do que a soma dos recursos e força de trabalho necessário à sua produção. Assim, o capitalista produz não apenas mercadorias, ele persegue ou produz capital.

Seguindo os passos marxianos, podemos considerar que na cultura do deus-fetichismo do mundo do capital, o *código cabalístico* da *accountability*, um *hieróglifo social*, é uma *cifra dobrada*, que eleva ao quadrado a ilusão já presente na relação, p. ex., entre *accountability* e *accountability* na educação, societal, democrática ou se preferirem, *controle* e *accountability* – isso para não estendermos a relação com outros conceitos, como transparência, informação, responsabilidade, prestação de contas, avaliação etc. Daí porque no decifrar o segundo código (*accountability* na educação), só nos conduz à *accountability*, que é ela mesma cifrada.

O cifrar o que já está cifrado torna-se possível porque a linguagem imemorial, que remetia ao sagrado – como nos hieróglifos, em que a linguagem simbólica da palavra, coincide com o signo e a imagem – cede lugar à escrita alfabética, com seu caráter mais abstrato, tendo no *código cabalístico* uma de suas máximas expressões. Sobre a linguagem cifrada e a relação do signo com a ciência, Adorno e Horkheimer (1985, p. 30, grifo nosso), em sua *Dialética do Esclarecimento*, apresentam o símbolo da seguinte forma: “A doutrina dos sacerdotes era simbólica no sentido de que *nela coincidem o signo e a imagem*. Como atestam os hieróglifos, a palavra exerceu originariamente também a função da imagem.”

Sendo que, na modernidade, com a nova mentalidade nascente da ciência, imprimiu-se uma linguagem matematizada; doravante tudo passa pelo aval científico, inclusive, a palavra. Nesse ponto, para Adorno e Horkheimer (1985)¹³⁶, a palavra torna-se

¹³⁶ Horkheimer e Adorno (1985), n’A *Dialética do Esclarecimento*, ao apresentarem a relação dialética entre Mito e Esclarecimento (*Aufklärung*), buscam mostrar que esses dois conceitos são interdependentes e que, na busca pelo progresso e pela razão, muitas vezes acabamos por gerar novas formas de mito e de irracionalidade. Em seu percurso analítico, os autores destacam três pontos cruciais que representam esse entrelaçamento entre Mito e Esclarecimento. O primeiro ponto aborda a linguagem simbólica utilizada na antiguidade, na qual a palavra coincidia com o signo e a imagem. Nessa época, a imagem tinha uma posição primordial para a simbologia e ocupava uma posição fundamental, com grande relevância no âmbito da linguagem. A linguagem imemorial remetia ao sagrado, por exemplo, os hieróglifos, que eram signos simbólicos sagrados. O segundo ponto apresentado pelos autores é a nítida separação da ciência e da poesia, na qual a linguagem deveria resignar-se ao cálculo. Nesse sentido, a ciência moderna passa a ser considerada uma forma de conhecimento distinta da poesia, e a linguagem científica deve ser objetiva e precisa. A poesia, por sua vez, não possui mais o status de conhecimento e torna-se apenas uma forma de entretenimento. Por fim, o terceiro ponto trata da interpretação neopositivista da ciência, que se transforma em esteticismo. Nessa

sinônima de cálculo esquematizado para certos fins nocentes ou não. Para os autores – representantes da *Teoria Crítica* – existe na modernidade uma ruptura da ciência e da poesia, resultado e um agente da divisão do trabalho: “Com a nítida separação da ciência e da poesia, a divisão de trabalho já efetuada com sua ajuda estende-se à linguagem. [... Por sua vez, é] enquanto signo que a palavra chega à ciência” (p.31).

Em linhas gerais, esta separação da ciência e da poesia que se estende à linguagem é aprofundada no contexto de avanço do progresso técnico científico, em virtude da supervalorização da divisão do trabalho. Essa ruptura, conforme Adorno e Horkheimer (1985), torna a arte em um artigo criado por este sistema técnico-industrial capitalista, que engole a todos e transforma tudo em produto consumível. Ante o exposto, moldada a essa realidade, a linguagem acaba sendo padronizada, matematizada. Destacando, no âmbito técnico-científico, que a linguagem científica é arbitrária, porque renuncia a pretensão de ser *mimese*; esta linguagem abstrata, como um esquema lógico, é uma extensão da ciência – que quer dominar a natureza e, por isso, precisa ter um domínio da própria linguagem.

Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p.31) “[...] a linguagem deve resignar-se ao cálculo; para conhecer a natureza”, em síntese, é o que afirma a máxima “Saber é poder”, do filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626), formulada quando especulou sobre outra forma de produção de conhecimentos baseada na experimentação, o que permitiria o desenvolvimento das ciências, em oposição às explicações sobre o mundo e os fenômenos naturais baseadas em Deus. *Saber é poder* do domínio da Ciência sobre o homem, o império absoluto da razão, em detrimento das artes. Um mundo no qual o homem pode dominar a natureza e dominando-a, de certo modo, adapta-a aos seus moldes matemático-científicos, i.e., quando mensura o que domina, até mesmo na linguagem, a natureza se torna matematizada.

Em outro momento d’A *Dialética*, Adorno e Horkheimer (1985) explicitam que a imagem na linguagem “deve resignar-se à cópia”. Todavia, a imagem que só é cópia, não conhece. Ela é tão somente cópia da cópia, ela é reprodutibilidade (confiabilidade,

abordagem, a ciência é considerada um meio para alcançar a beleza e o prazer, em detrimento da busca pela verdade. A ciência é vista como uma forma de entretenimento e, por isso, deve ser apresentada de forma agradável e estética. Por isso, para os teóricos d’A *Dialética do Esclarecimento*, a escrita pode ser tanto democrática como secreta: “[...] A doutrina dos sacerdotes era simbólica no sentido de que nela coincidiam o signo e a imagem. Como atestam os hieróglifos, a palavra exerceu originariamente também a função da imagem. Essa função passou para os mitos. Os mitos, assim como os ritos mágicos, têm em vista a natureza que se repete. Ela é o âmago do simbólico: um ser ou um processo representado como eterno porque deve voltar sempre a ocorrer na efetuação do símbolo. Inexauribilidade, renovação infinita, permanência do significado não são apenas atributos de todos os símbolos, mas seu verdadeiro conteúdo” (p. 30-31).

fidedignidade, repetibilidade ou precisão), essa capacidade de concordância dos resultados eficazes da ciência. A cópia é a imagem que fala. Por isso,

Os símbolos assumem a expressão do fetiche. A repetição da natureza, que é o seu significado, acaba sempre por se mostrar como permanência, por eles representada, da coerção social. O sentimento de horror materializado numa imagem sólida torna-se o sinal da dominação consolidada dos privilegiados. *Mas isso é o que os conceitos universais continuam a ser, mesmo quando se desfizeram de todo aspecto figurativo.* A forma dedutiva da ciência reflete ainda a hierarquia e a coerção (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 34, grifo nosso).

Eis que a forma simbólica não altera a relação entre comunidade e dominação ou como declaram Paulani e Müller (2010, p. 811): “Apenas a esconde ainda mais, na medida em que se autonomiza plenamente em relação à coisa representada. A substituição dos símbolos por conceitos, na ciência, não altera em nada o fato de esta ser dependente de uma divisão social do trabalho”, divisão calcada em uma sociabilidade hierarquizada e de dominação. De modo semelhante, para a ciência, a imagem não se resigna somente à cópia, ela também serve para reproduzir e manter a linguagem matematizada.

De fato, assistimos, em um tempo que Lipovetsky e Serroy (2015) qualificam como *era do capitalismo artista*¹³⁷, a estetização do conhecimento científico. Perante o exposto, como um *deus ex machina*, a *accountability* se firma no novo vocabulário “elegante” das ciências estetizadas, um *modus* para pensar um universo também “elegante”: o da sociabilidade *regida por slogans*. No transcurso dos séculos XX-XXI, a verdade científica é reduzida a um discurso simbolizador, uma diáspora epistêmica, em que o pensamento

¹³⁷ Embora possamos ter algumas ressalvas em relação à obra: “*A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*”, de Lipovetsky e Serroy (2015), a ideia de estetização do mundo é bastante pertinente. Os autores discutem como o mercado e a arte estão em um processo de colaboração para a produção e a difusão de produtos estéticos que gerem não só prazer estético e experiencial para o consumidor, mas também lucro para as empresas. O livro é dividido em seis capítulos, que mostram as nuances em que a hipermodernidade vem se encaminhando. Os autores dividem a estetização do mundo em quatro períodos: a estetização ritual, a estetização aristocrática (séculos V-XVIII), a moderna estetização do mundo (séculos XVIII-XIX) e a era transestética (o momento atual). Na última era, o que importa são as sensações, as experiências sinestésicas e os prazeres. O capitalismo, na sua forma artista, tem como finalidade unir arte, mercado, moda, publicidade, arquitetura, design e show business, num grande mosaico que não se trabalha na separação, mas nas sobreposições, nos cruzamentos, nas trocas criativas e nos afetos, no embelezamento. No capítulo inicial, denominado “O capitalismo artista” (CA), os autores abordam as principais razões que permeiam o mundo atual e como o CA se encaixa nessa nova fase do modelo socioeconômico. O CA é bem definido pela mistura de diversos mercados, pela fusão de conceitos, pelas misturas culturais e remixagens. Em outras palavras: “O capitalismo artista tem de característico o fato de que cria valor econômico por meio do valor estético e experimental: ele se afirma como um sistema conceitor, produtor e distribuidor de prazeres, de sensações, de encantamento. Em troca, uma das funções tradicionais da arte é assumida pelo universo empresarial. O capitalismo se tornou artista por estar sistematicamente empenhado em operações que, apelando para os estilos, as imagens, o divertimento, mobilizam os afetos, os prazeres estéticos, lúdicos e sensíveis dos consumidores. O CA é a formação que liga o econômico à sensibilidade e ao imaginário; ele se baseia na interconexão do cálculo e do intuitivo, do racional e do emocional, do financeiro e do artístico” (p. 43).

científico pós-moderno procura abrigo na fragmentação, no relativo e na incerteza, em que tudo é possibilidade aberta para a modelagem do mundo.

Num movimento plástico do conceito, a estetização epistemológica, pautada na problemática da estetização social, faz-nos manipular o caráter sógnico e simbólico da *accountability*, como campo de conhecimento e de modelos de compreensão do mundo. Em razão do caráter estético da verdade e do conhecimento, isto é, pela suspensão das certezas, que a verdade científica é reduzida a discurso simbolizador de um certo entendimento do real.

Diante do conjunto de análises até aqui tecidas, que culminam na divisão social do trabalho, em especial as ponderações que nos conduziram ao *hieróglifo social* e à própria linguagem matematizada, exploremos a *natureza imagética dos signos*, em um jogo de representação do conceito científico *accountability*. Ação que tem por finalidade, adensar nosso estudo do uso icônico, simbólico e indicativo da *accountability (palavra & conceito)*, bem como a sua “conversão” em um *slogan* gerencialista (como trataremos no Capítulo VIII).

6.5 Uma representação imagética do conceito científico *accountability*

Sem tergiversações, para iniciarmos nossa seção, solicitamos a você(s) estudioso(s) ou estudiosa(s) da *accountability*, que interprete(m) ou decodifique(m) a Figura 20, logo abaixo.

Figura 20 – *Symphony No. 3 in E-flat Major: “Eroica”*

Symphony No. 3 in E-flat Major
“Eroica”
First Movement

Ludwig van Beethoven

Adp. From arrangements by Ernst Pauer and Franz Liszt Dem Fürsten von Lobkowitz gewidmet.

Allegro con brio



Fonte: <https://musescore.com/hmscomp/symphony-no-3-op-55-ludwig-van-beethoven-beethoven-eroica-symphony-no-3-in-e-flat-major-1st-movement-piano-solo>.

Nota: *Symphony No. 3 in E-flat Major: “Eroica”* – versão para piano (Beethoven, 1805). Para lhe(s) auxiliar: a figura é um fragmento da partitura “*Symphony No. 3 in E-flat Major: ‘Eroica’*”, composta entre a primavera de 1803 e maio de 1804, por Ludwig van Beethoven. Considerada por muitos estudiosos da música uma obra prima, a terceira sinfonia de Beethoven é o marco inaugural do Romantismo, período profundamente influenciado pelas mudanças políticas europeias, sobretudo pela Revolução Francesa de 1789. Nesse momento histórico, intelectuais dos mais distintos lugares do mundo, viam na figura do

General Napoleão Bonaparte um espírito sobre-humano. Entre seus admiradores, figurava Beethoven, que enquanto compunha sua sinfonia, decidiu dedicá-la ao general, então Consul-Vitalício, redigindo, inclusive, uma longa dedicatória ao arauto do ideário: *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. Todavia, após anos de ascensão política na França revolucionária e com amplo apoio popular e da burguesia, Napoleão foi aclamado imperador. Sua cerimônia de coroação, marcada por simbolismo, aconteceu em 1804 na Catedral de Notre Dame. No ritual, Napoleão receberia duas coroas, uma em referência ao Império Romano e outra relacionada ao Império Carolíngio, sendo ainda abençoado pelo papa Pio VII, em um sinal de reconciliação com a Igreja Católica. Contudo, no exato momento em que o Papa o coroaria, Napoleão pegou a coroa da mão do pontífice e coroou a si mesmo – momento imortalizado na pintura *A Coroação de Napoleão* (1807), do artista Jacques-Louis David, a qual retrata Napoleão Bonaparte de costas para o papa. Beethoven, ao tomar conhecimento da coroação, ficou furioso, declarando que Napoleão traía os ideais da Revolução e do Iluminismo e esbravejando, vaticinou contra o novo imperador, declarando que ele iria pisar no pé de todos os direitos do homem e se tornaria um tirano. Após o ocorrido, Beethoven riscou o nome de Napoleão da capa de sua sinfonia (título original: “Sinfonia Grande – Titolada Bonaparte”) com tanta força, que o papel se rasgou, retirando com isso o nome do líder francês da composição, além de descartar a dedicatória que lhe havia escrito. Depois dessas mudanças, a sinfonia passou a ficar conhecida como *Eroica*, que em italiano significa *Heroica*, passando a dedicá-la ao Príncipe Franz Joseph von Lobkowitz (1772-1816), um dos patronos mais leais de Beethoven.

Iniciemos nossa análise, esteados na Figura 20, por algumas indagações despreziosas: Será que um sujeito (comum), ao se deparar com a partitura *Eroica*, saberia do que se trata? Ou, teria conhecimento das nuances de sua composição – sem nunca ter se informado sobre o tema? Caso aprecie música erudita, teria o domínio do saber, ao ponto de identificar que a partitura se refere a um solo de piano? Logo, seria capaz de interpretá-la? Além do mais: O nome Beethoven, escrito na partitura, teria um valor icônico (para o leitor)?

Cabe aqui um parêntese, em relação ao possível valor icônico do nome Beethoven, traçando para isso, um paralelo com outra situação. A partir do século XIX, entre os estudiosos da literatura, começaram a ser levantadas dúvidas em torno da real autoria das peças do dramaturgo inglês William Shakespeare. Já na primeira metade do século XX, à vista que eram raras as obras com a assinatura de Shakespeare, vários candidatos foram aventados como autores de suas peças.

Todavia, é o século XVIII, quando ainda não pairavam dúvidas em torno das obras do autor, que nos interessa. Nessa época, na década de 1790, o jovem William Henry Ireland adicionou uma assinatura falsa do dramaturgo num documento, para presentear-lo a seu pai. Não satisfeito, um ano depois, Ireland apresentou um retrato como sendo de autoria de Shakespeare, mas os rabiscos infantis não convenceram; só após exibir uma carta com a assinatura (forjada) do escritor, o desenho passou a ser considerado autêntico.

Em seguida, aproveitando o sucesso de suas “descobertas”, Ireland decidiu falsificar em larga escala cartas e manuscritos, gerando um grande frenesi entre estudiosos do dramaturgo – todos crédulos da autenticidade do material. Até que, o falsário resolveu

apresentar uma “nova” tragédia de Shakespeare. No entanto, as evidentes fraquezas literárias da obra revelaram o ardid, desmascarando o jovem falsário, que acabou confessando seus crimes.

Após esse breve entreato, é inevitável elaborarmos outras indagações: Se a assinatura de Shakespeare atribuía autenticidade e valor às cartas e aos manuscritos, qual o limite do *papel icônico* de um nome/termo/palavra? Os documentos teriam algum valor no imaginário de um sujeito que desconhecesse quem era Shakespeare? Pode, p. ex., a palavra *accountability* ter algum *papel icônico* em um documento, quando se desconhece o conceito *accountability*? Ou, seu *papel icônico* depende apenas do *fator simbólico* e da *forma indicial*?

Em face das perguntas, digamos, instigadoras, avancemos em nossa exposição, retomando a análise da Figura 20. É óbvio, considerando a própria nota explicativa da figura, que a relação estética do criador (ou fruidor) da obra com a realidade não se limita à sensibilidade e aos sentimentos. Na tensão entre “*Beethoven vs. Napoleão*”, fica evidente que o artista toma posição ideológica, ante o contexto histórico que representa. Enquanto sujeito datado e situado, o artista traz *experiências* que são transferidas para sua arte. Nesse movimento, a arte revela uma disposição à universalidade, que transcende as fronteiras espaço temporais dos estilos (as particularidades) e do próprio artista (a singularidade).

Assim, arte é *conhecimento*, pois ela reflete a realidade humana, social e histórica nas representações artísticas mais diversas em tempos e espaços diferentes. Por isso, o modo de ver, ouvir e sentir, mais do que expressão de uma *pura subjetividade* revela, no espaço das contradições, nosso lugar na sociedade de classes, uma vez que “a construção da noção moderna do estético é [...] inseparável da construção das formas ideológicas dominantes da sociedade de classes moderna” (Eagleton, 1993, p. 8).

Em vista disso, nunca é demais lembrar que o homem, em sua humanização, atua sobre o seu meio – transformando e sendo transformado – através de um processo de apropriação objetiva e subjetiva, ou seja,

Cada uma das suas relações *humanas* com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu comportamento objetivo ou no seu *comportamento para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade *humana* [...] (Marx, 2010b, p. 108).

Nesse sentido, Marx (2010b, p. 110), um pouco mais adiante, comenta que:

[...] assim como a música desperta primeiramente o sentido musical do homem, assim como para o ouvido não musical a mais bela música não tem nenhum sentido, é nenhum objeto, porque o meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas

forças essenciais, portanto só pode ser para mim da maneira como a minha força essencial é para si como capacidade subjetiva, porque o sentido de um objeto para mim (só tem sentido para um sentido que lhe corresponda) vai precisamente tão longe quanto vai o meu sentido, por causa disso é que os sentidos do homem social são sentidos outros que não os do não social [...].

É iniludível que, para um sujeito ter a capacidade de *discernir/diferenciar* os parâmetros sonoros (altura, intensidade, duração e timbre – elementos que compõem a realidade melódica, harmónica ou rítmica da obra), p. ex., da música erudita, não é suficiente o simples *ouvir*, é necessário um *escutar*.

À primeira vista, Jean-Paul Sartre, conforme Vidal (2010), teoriza essa questão de outro modo, mas só aparentemente. Para o filósofo francês, podemos ouvir uma obra musical no imaginário, ou seja, podemos ouvir sem escutar. Uma vez imerso na obra, mesmo sem conhecer os seus detalhes, eu estarei imerso no auditório-sala de concerto, muito embora, não haja nenhum ponto do qual possamos dizer que a música surja; auditório, maestro e orquestra, tudo, parece não existir – desaparecem.

A interpretação não é mais do que o *analogon* (um processo cognitivo de transferência de informação) da sinfonia, em uma perspectiva sartreana, existindo fora do tempo e do espaço. Seguindo esse raciocínio, a música é uma linguagem única que, independentemente da forma como é ouvida, não existe em nenhum lugar, mas simplesmente é. A execução da *Terceira Sinfonia de Beethoven*, p. ex., requer músicos, instrumentos e uma sala de concerto, mas ao ser tocada, ela é capaz de transportar nossa consciência imaginativa para fora do mundo.

Logo, a música é atemporal em sua essência, dependendo da realidade tangível, como o maestro, os músicos e os instrumentos, para se manifestar. Para ouvi-la, é preciso reduzir a imaginação e apreender os sons reais como análogos. Escutar é ouvir atentamente no imaginário, mesmo que o som ou o corpo sonoro da sinfonia não esteja presente. Quando ouvimos uma música que nos eleva o espírito e o humor, ou quando apreciamos uma peça de teatro, experimentamos um estado de prazer subjetivo, que rompe com a causalidade sem um fim definido.

Um caso paradigmático que auxilia no entendimento dessa questão está na própria figura de Beethoven, que mesmo acometido de perda gradativa de capacidade auditiva, até ficar surdo, criou algumas das melhores obras da história da música. O que resulta na ideia de que a obra musical é essencialmente aquilo que “*leio sem ouvir nem escutar (ou sem precisar de ouvir nem de escutar)*” (Vidal, 2010, p. 295).

A partir da teoria sartreana, temos que a relação com uma obra musical não pode se restringir à partitura ou a uma interpretação perfeita desta, por mais detalhada que ela seja. A partitura deve ser encarada antes de tudo como uma lembrança para a interpretação, sempre cabendo a esta, uma carga de subjetividade, sem sua dependência ou conversão no plano do conhecimento (intenção).

Não obstante, para *ouvir atentamente* uma obra musical como a “Sinfonia N. 3” não é algo inato ao sujeito. Ou seja, tanto o *ouvir atentamente* ou o *escutar* são ações que dependem da vontade de entender o que está sendo ouvido, processo que é influenciado pelo *habitus* – esse *habitus*, como bem explica Catani *et al.* (2017), em seu *Vocabulário Bourdieu*, é desenvolvido como disposição, estilo de vida, maneira e gosto incorporado, ou seja, o *habitus* se refere a um conjunto de disposições incorporadas pelos indivíduos, em decorrência de sua experiência social e cultural. Essas disposições incluem formas de pensar, agir e sentir, que são adquiridas de forma inconsciente e moldam a percepção do mundo e a maneira como os indivíduos se comportam. Para que, só então, a música possa se tornar um objeto do meu *gosto* (interesse) e conhecimento.

Vejamos isso em outra perspectiva. Se, existiu, p. ex., um gênio da música da envergadura de um Wolfgang Amadeus Mozart, que começou a compor aos cinco anos de idade e cujas obras impactaram o mundo das artes, isso só foi possível em virtude do *habitus* e educação que cercaram sua infância. Ora, Mozart não nasceu já sabendo; assim, contrapondo-nos à concepção kantiana de *gênio inato*, o que temos é a manifestação, como explica Lukács (2018), de uma *personalidade esteticamente importante* do criador, que vai além da *capacidade artística individual* – que envolve qualidades humanas, tais como a imaginação etc.:

Mesmo reconhecendo em todo o seu valor a força evocadora da forma artística, deve estar claro que qualquer sujeito receptivo coloca incessantemente em confronto a realidade refletida pela arte com as experiências que ele mesmo adquiriu. Naturalmente, também aqui não se trata de cotejar, por meio de um procedimento mecanicamente fotográfico, os detalhes singulares observados antes na vida e depois na arte. Como já foi dito em outro local, a correspondência se estabelece entre duas totalidades, entre a totalidade da representação concreta e aquela da experiência adquirida (Lukács, 2009b, p. 271).

Na atividade de criação e de apropriação, a relação entre sujeito e objeto é de influência mútua e constitui uma totalidade que teoricamente não pode ser separada. O modo como o ser humano vê e sente não é apenas expressão de sua subjetividade, mas revela uma posição relacionada aos valores e interesses presentes na sociedade de classes em que vive.

Dessa forma, a construção do estético é intrinsecamente ligada à construção das formas ideológicas dominantes na sociedade.

A relação estética do indivíduo com a realidade transcende a mera sensibilidade e emoção, pois o artista ou fruidor, consciente ou inconscientemente, posiciona-se diante do contexto histórico que o cerca. Assim, a produção e a recepção de obras artísticas não são isentas de valores e ideologias, refletindo as posições e os interesses sociais do sujeito e da época em que vivem.

Os símbolos musicais (representações gráficas: notas, claves, pausas e acidentes) e seus significados foram ensinados ao compositor d'A *Flauta Mágica*, pois elas são *hieróglifos* ininteligíveis em uma partitura, para quem não os conhecem. O que temos em Mozart é uma *personalidade estética* formada por experiências, conhecimentos e valores socialmente adquiridos ou construídos que expressam uma realidade que existe para além dele.

Nessa medida, a humanização do homem em um processo que se liga ao aperfeiçoamento das técnicas de trabalho, permitindo a elevação das capacidades e das habilidades humanas – envolvendo os sentidos e a sensibilidade – é um processo tanto objetivo quanto subjetivo:

O olho se tornou olho *humano*, da mesma forma como o seu *objeto* se tornou um objeto social, *humano*, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os *sentidos* se tornaram *teóricos*. Relacionam-se com a *coisa* por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento *humano objetivo* consigo próprio e com o homem, e vice-versa (Marx, 2010b, p. 109).

Ao longo de um processo histórico, na relação com o mundo, na apropriação mediata dos objetos *em si* e para o homem, os sentidos humanos, como capacidade subjetiva, criam-se e se desenvolvem objetivamente, ou seja: “A *formação* dos cinco sentidos [olfato, paladar, visão, audição e tato] é um trabalho de toda a história do mundo até aqui” (Marx, 2010b, p. 110).

Devemos ter claro, que cada relação *humana* com o mundo é uma *manifestação da efetividade humana* (Marx, 2010b), uma forma de apropriação e de dominação do mundo. Justamente, por isso, a reflexão sobre a estética ou a *accountability*, por seus partidarismos ideológicos, abre-se ao espaço das contradições, considerando as mediações que se estabelecem entre a vida cotidiana e a atividade produtiva. O atentar para esse jogo, possibilita-nos compreender e estabelecer a vinculação ideológica e funcional desses fenômenos sociais ao modo de produção econômico e social.

Eagleton (1993) chama a atenção para a emergência da estética, no contexto capitalista, como espaço da beleza e sensibilidade, uma categoria teórica ligada ao processo material. Com isso, ele tentou alertar para a transformação da estética em *bem de consumo*, pois na lógica do capital, a produção cultural ganhou *autonomia* em relação às funções sociais. O objeto da relação estética – que deveria revelar aquilo que é *para-si*, ou seja, uma expressão das forças próprias de um ser social – acaba para ninguém em particular: “Uma vez que os objetos se tornam bens de consumo no mercado, existindo para nada e para ninguém em particular, eles podem ser racionalizados – falando-se ideologicamente – como existindo inteiramente e gloriosamente para si mesmos” (p. 12-13).

Na perspectiva do que estamos discutindo até aqui, cabe recuperarmos uma passagem de Marx (2013b), quando o mouro afirma que no modo de produção capitalista, tendencialmente, todos os objetos que satisfazem necessidades humanas, se “provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão” (p. 113), transformam-se em mercadorias. Essa lógica impõe à produção material um processo de mercantilização da vida, assentada em quatro bases: ideologia, fetichismo, reificação e estranhamento.

Essas engrenagens se conectam no reino das fantasmagorias, movimentando a incessante valorização da mercadoria, tendo como mantra a ação de *lhe agregar valor* de ordem subjetiva. Nesse processo de valorização, agrega-se à mercadoria qualidades humanas e valores de ordem estética, ética e política. Ademais, por meio da publicidade – com suas técnicas de *marketing*, estimulando desejos a serem saciados pelo consumo – não só a produção é determinada como também novas necessidades são criadas.

Sendo explorados ao extremo por um “bombardeio” de *marketing*, o *valor subjetivo* – ou como diriam os teóricos da *revolução subjetivista*¹³⁸, valor que está sendo valorado por um sujeito específico – é incorporado no processo de apreciação das mercadorias na sociedade de consumo. Os meios e instrumentos de incremento da mercadoria, ao agregar

¹³⁸ A *Revolução Marginal*, também conhecida como “*revolução subjetivista*”, foi um movimento na teoria econômica que surgiu no final do século XIX. Os economistas que lideraram esse movimento argumentaram que o valor de um bem ou serviço não era determinado apenas pela oferta e demanda, mas sim pela utilidade que cada indivíduo percebe na posse de um ou de outro. Ao contrário do paradigma clássico da economia, que considerava o valor como uma característica fixa e mensurável do bem, os marginalistas argumentavam que o valor era subjetivo e dependente da percepção de cada indivíduo. Eles afirmavam que para que algo tivesse valor, precisava ser valorizado por um sujeito específico, e que o valor relativo de um bem ou serviço para uma pessoa dependia de seus objetivos, da quantidade que já possuía e das circunstâncias em que se encontrava. Além disso, os marginalistas argumentavam que a formação de preços dependia da margem de utilidade do último bem consumido, ou seja, a utilidade marginal. Eles consideravam que a utilidade marginal era o fator determinante na formação de preços, pois era ela que determinava a disposição de cada indivíduo em pagar por um bem ou serviço. Com o tempo, a *Revolução Marginal* se tornou uma das teorias econômicas mais influentes do século XX. Ela influenciou o desenvolvimento da teoria do consumidor, da teoria da firma e da teoria dos preços.

valores de ordem estética, ética e política ao objeto, operam um fenômeno que podemos chamar de *estetização*.

O que acontece é que nesse processo de valorização da mercadoria, o seu *valor de troca* – incrementado pelo estético, porque não dizer, pelo caráter místico religioso, como se estivesse enfeitado (o fetiche da mercadoria) – sobrepõe-se ao valor útil do objeto. Essa estetização, espécie de encantamento da imagem criada do objeto, constrói uma marca com identidade social. Identidade que liga o objeto (imagem consumida) ao sujeito, gerando no segundo, uma suposta felicidade ou realização. Com isso, a integração do elemento estético à produção em geral, transforma a ideologia do *valor subjetivo* em critério determinante de julgamento, o que no relativismo do *discurso pós-moderno*, reduz a distinção entre verdadeiro e falso ao assentimento individual. Essa estetização evidencia a *linguagem da mercadoria*, com seus *hieróglifos sociais*.

Benjamin (1994), no final do célebre ensaio *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*, publicado originalmente em 1936, nos auxilia a entender outra faceta da estetização. O filósofo alemão, ao tratar sobre os *dispositivos modernos de reprodução técnica*, com seus efeitos nas formas de sociabilidade e no modo de organização da percepção humana, estabeleceu duas modalidades possíveis para seu uso: por um lado, a *estetização da política* que o fascismo operava e, por outro, a *politização da arte*, que o comunismo deveria lhe opor.¹³⁹

De acordo com Benjamin (1994), a *estetização da política* encontrava guarida na sétima arte, com suas técnicas modernas de reprodução, como concluiu ao citar em seu ensaio, o *Manifesto do Futurismo*¹⁴⁰:

¹³⁹ No entanto, é importante destacar que a estética, apesar de sua associação com ideologias dominantes, também oferece espaço para a contradição e a contestação de diferentes pontos de vista. Esse espaço de contradição pode ser fundamental para a manifestação e a defesa de perspectivas opostas e para a promoção de um diálogo crítico e aberto sobre as questões estéticas e culturais. Desse modo, a estética não é apenas uma ferramenta para perpetuar o *status quo*, mas também um campo fértil para a inovação, a contestação e a mudança social, tornando-se um instrumento de contra hegemonia no contexto da luta de classes. Ou seja, “a estética [...] coloca igualmente um desafio e uma alternativa poderosa a estas mesmas formas ideológicas dominantes” (Eagleton, 1993, p. 8).

¹⁴⁰ O *Manifesto Futurista*, documento de teor artístico e literário, foi escrito pelo poeta italiano Filippo Tommaso Marinetti em 1909. Proclamando a ruptura com o passado e a identificação do homem com a máquina, a velocidade e o dinamismo do novo século, Marinetti e seus seguidores buscavam um novo tipo de arte que refletisse a modernidade e as transformações sociais, políticas e tecnológicas da época. Eles rejeitaram a tradição e a arte acadêmica, defendendo a criação de uma arte que fosse dinâmica, agressiva e futurista. O movimento futurista influenciou a arte, a literatura, a música e a arquitetura no início do século XX. O manifesto consistia em 11 itens que proclamavam a glorificação da guerra, da violência, da máquina e da tecnologia. Marinetti e seus seguidores acreditavam que a guerra era necessária para a humanidade, pois ela purificaria o mundo da velha cultura e dos valores antiquados. Eles também defendiam a exaltação da velocidade, do movimento e da máquina, afirmando que a era da máquina havia chegado e que o homem

Em vez de tráfego aéreo, ela regulamenta o tráfego de fuzis, e na guerra dos gases encontrou uma forma nova de liquidar a aura. “*Fiat ars, pereat mundus*” [“Faça-se arte, pereça o mundo”], diz o fascismo e espera que a guerra proporcione satisfação artística de uma percepção sensível modificada pela técnica, como faz Marinetti. É a forma mais perfeita do *art pour l’art* [*arte pela arte*] (Benjamin, 1994, p. 196).

A *estetização da política* consistia, em especial, no regime de contenção das massas, através da difusão, em escala industrial, de imagens que representassem ou fossem expressões dessas massas, criando uma cola (liga) identitária. Ou, nas palavras do ministro nazista Joseph Goebbels, chefe do Ministério de Esclarecimento Popular e Propaganda: a “‘mobilização espiritual’ do povo alemão [se fará pela propaganda,] em uma recriação permanente do espírito de entusiasmo popular que havia [...] galvanizado o povo [...] na eclosão da guerra em 1914” (Evans, 2011, p. 151). Nessa *estetização*, a cultura é pervertida pelo nazifascismo, uma vez que, ao invés de possibilitar ao sujeito o conhecimento da natureza e o desenvolvimento da consciência de classe, ela passou a ter como intuito pacificar (controlar e alienar) o povo, por meio de um *gozo estético*, uma espécie de resultado libidinal, cuja matriz era a autoalienação generalizada.

Ainda no contexto do ensaio benjaminiano, recordemos a Figura 19¹⁴¹, “Símbolo: a suástica (cruz gamada), para além da representação nazista”, momento que situamos a suástica como exemplo de um símbolo gráfico. Retomemos esse debate, agora no âmbito da estetização da imagem. Para isso, citemos a obra cinematográfica de Leni Riefnstahl, afamada como a diretora preferida de Adolf Hitler, que em março de 1935 estreou o documentário panfletário *Triumph des Willens* (Triunfo da Vontade, 1935).

Em seu filme, Riefnstahl transpõe para a tela da sétima arte, em um esforço de *estetização da vida política*, o 6º Congresso do Partido Nacional Socialista, realizado no ano de 1934 na cidade de Nuremberg. Não se tratava apenas de uma peça publicitária, mas uma narrativa sobre a restauração do inventivo *império de mil anos*, o *III Reich Alemão*, e, acima de tudo, uma mitologização do *Führer* (condutor, líder ou chefe), enquanto *Übermensch* (super-homem) – uma ressignificação conceitual, degenerando e estetizando a metáfora nietzschiana. Todavia, o que nos interessa, sobretudo, é o cartaz de divulgação do filme.

Percebam na peça publicitária a gramática visual do cartaz (Figura 21), com suas mensagens iconográficas programadas para promover ilusões. A estetização, na qualidade de simulacro ou distorção do real, faz-se presente no simbolismo manifestado na águia triunfal

deveria se identificar com ela.

¹⁴¹ Vide p. 329.

que repousa sobre a suástica, indicando o tom da subsunção da película ao mito do *Reich* (Império) e sua restauração – uma menção à águia romana do *I Reich* (Sacro Império Romano-Germânico) e *II Reich* (Império Alemão). A águia, portanto, representa o ser transcendental, que desce das nuvens para impor seu império.

Figura 21 – Cartaz: *Triunfo da vontade*



Fonte: <https://abcine.org.br/site/o-mito-em-o-triunfo-da-vontade/>.

Não por acaso, o documentário de Riefenstahl inicia com a cena de um ser alado – projeção de um avião no formato de cruz (em uma alusão a cruz gamada) – pairando sobre as nuvens da cidade de Nuremberg. Enquanto símbolo ressignificado – em um processo de esvaziamento (negação) do conteúdo original –, a suástica nazista expõe, ao mesmo tempo que oculta, a conversão do símbolo em *slogan*, para disseminar os mais distintos valores ideológicos.

Nesse contexto, a mesma lógica da estética da mercadoria promove a estetização da vida e da política. O que nos induz a reforçar a tese de que complexos sociais como a estética e os signos – logo, os *hieróglifos sociais* e os *códigos cabalísticos* manifestos na *linguagem das mercadorias* – requerem para sua compreensão a ação de mediações, presentes na complexa processualidade da reprodução social.

A pluralidade de códigos semióticos (visuais, gestuais, escritos, sonoros etc.), com a ajuda da qual a sociedade, para expressar significados, codifica a si mesma e o mundo circundante, induzem o sujeito a um processo agonístico de estetização da sociabilidade

humana. A lógica da estetização regida pelo capital, com seu irracionalismo, dissemina a recusa de qualquer sistematização teórica, gerando um tipo de *ceticismo epistemológico*, que reduz tudo ao efeito retórico da linguagem (gestos, discurso etc.) e ao caráter *sígnico* e *simbólico* da imagem – do imediato.

Nem a ciência ou a teoria escapam desta estetização. Uma vez que a teoria não é um refúgio seguro e protegido das contradições do sistema sócio metabólico do capital, antes é parte delas. Desse modo, o mesmo pode ser dito com relação à palavra *accountability*, a qual não perdeu sua relação com o conceito porque assim o quis uma horda de retóricos, reformadores ou funcionalistas sem apreço pela origem teórica do termo. Ou porque uma suposta esfera autônoma da palavra – ícone, símbolo e índice –, pelas contradições particulares à sua própria racionalidade interna dionisíaca, levou ao colapso/crise o conceito *accountability*.

A dificuldade existente para a correta compreensão e uso do termo *accountability* deve ser entendida como um fenômeno histórico-social. Da mesma maneira que a superação de sua incompreensão, como um problema social, não pode ser resolvida pela pura abstração teórica ou martelando-se em *tábuas de pedra* suas *leis* (códigos cabalísticos?), como se seu conteúdo, forma e estrutura surgissem do nada. O problema da *accountability*, à semelhança do problema das obras de arte, que perderam sua *aura*¹⁴² e foram se tornando indistinguíveis de outros produtos sociais, deve ser pensada em mão dupla: qual foi o traço assumido pelos objetos, coisas, processos, fenômenos sociais na ordem neoliberal (e/ou pós-moderna), que os

¹⁴² Benjamin (1994, p. 170) define *aura* como “uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja”. Sendo que, seus principais fundamentos são a *autenticidade* e a *unicidade*. A autenticidade da obra de arte é composta pelo seu presente imediato (o aqui e agora), ou seja, a substância física que a constitui no espaço e no tempo, a partir da qual a tradição da obra é estabelecida. Essa autenticidade não é apenas constituída pelos elementos físicos da obra, mas também pela sua história, que é registrada pelas transformações físicas que ela sofreu ao longo do tempo, bem como pelas relações de propriedade que a protegeram. A autenticidade é a qualidade que nos permite reconhecer que a obra de arte é, até os dias atuais, o mesmo objeto único e idêntico a si mesmo. A unicidade é outro elemento que caracteriza a *aura* da obra de arte, consistindo em seu caráter singular e tradicional. Esse aspecto está intimamente relacionado ao valor de culto e à sacralização da obra, que remontam às origens da arte, quando esta servia a rituais e cultos. Dado que a importância da obra estava atrelada à sua função no culto, ela não era frequentemente exposta e nem sempre estava acessível ao público em geral. Nas palavras do autor, “[...] o valor único da obra de arte ‘autêntica’ tem sempre um fundamento teológico, por mais remoto que seja [...]”, e ainda, “[...] esse modo de ser aurático da obra de arte nunca se destaca completamente de sua função ritual [...]” (p. 171). Em sua análise, apesar de reconhecer que a obra de arte sempre foi, em essência, reproduzível, Benjamin destaca que as técnicas disponíveis em cada época histórica influenciam a qualidade, a forma e o volume das reproduções. Enquanto em épocas anteriores, o baixo nível técnico levava à produção de obras de arte para a eternidade e à reprodução de valores eternos, na época de Benjamin, houve um avanço significativo nas técnicas de reprodução, permitindo a realização de cópias em larga escala e dando origem a novas formas artísticas, como o cinema e a fotografia. Contudo, ele argumenta que nem a reprodução mais perfeita, mesmo com as novas tecnologias, é capaz de reproduzir os elementos constituintes da *aura*. Mesmo com a melhoria na qualidade das cópias, elas ainda não são capazes de reproduzir a unicidade e a autenticidade que caracterizam a *aura* da obra de arte.

tornou capazes de penetrarem na *accountability* e substituírem/afetarem seus elementos “originais”?

Abordemos essa questão recorrendo a Benjamin (1994), com sua teoria da estética e politização da arte, para quem a arte é uma parte das contradições da sociedade capitalista. Para o autor, toda obra de arte é um produto de sua época e, por isso, uma expressão das lutas sociais e políticas de seu tempo. Portanto, a arte não é autônoma, separada do mundo social e político. Pelo contrário, ela está imersa nessas contradições e é afetada por elas. Assim, se a arte está em crise não é apenas em função de um problema estético, mas histórico-social, em que a sociedade passou por um processo de estetização, no qual a arte foi assimilada e transformada em um produto social colorido e sonoro. A própria desestetização da arte só pode ser compreendida dentro do contexto de uma *estetização da realidade*.

A cultura contemporânea, marcada pela reprodutibilidade técnica, tem colocado em xeque a ideia de *aura*. Para Benjamin (1994), a técnica de reprodução altera a relação da obra de arte com o seu contexto. De modo geral, esse fenômeno faz-se presente nos mais diversos campos da sociabilidade. Essa perda de *aura* – com a reprodução estetizada da arte, da política, dos discursos etc. – é ainda mais evidente na era da mídia, na qual imagens e discursos são replicados infinitamente, perdendo sua singularidade (enquanto particularidade), autenticidade e conexão com a vida cotidiana.

No contexto político-educacional, p. ex., a perda da *aura* mediante estratégias capitalistas se vale da disseminação de *slogans* mistificadores, com fins de manipular a opinião pública. A propaganda ideológica é capaz de criar ilusões e de obscurecer a realidade, ao apresentar suas promessas como o pote no fim do arco-íris. Essa ciranda de *slogans* busca obliterar a impossibilidade de alcançar tais promessas no capitalismo, criando uma falsa sensação de progresso e de sucesso.

Shiroma e Santos (2014), ao tratarem sobre esse problema, em seu artigo *Slogans para a construção do consentimento ativo* – capítulo fulcral de uma obra maior, *O que revelam os slogans na política educacional* (Evangelista, 2014) – apresenta-nos a ideia, a partir de Contreras (2002), que o uso indiscriminado de *slogans* nos lançam em uma relação imagética com “termos dotados de certa ‘aura positiva’ usados em excesso [no campo da política educacional] de modo que acabam se desgastando e sendo esvaziados de todo conteúdo crítico que os constituíam” (Shiroma; Santos, 2014, p. 27). Dentre esses termos, Contreras cita o conceito de “qualidade” na educação:

Há casos em que este sentido de slogan, de palavra com aura, é muito mais evidente. Tomemos o exemplo da qualidade da educação. Atualmente, todo programa, toda

política, toda pesquisa, toda reivindicação educativa é feita em nome da qualidade. É evidente que todos estão de acordo com tal aspiração. Contudo, citá-la sem mais nem menos, é às vezes um recurso para não defini-la, ou seja, para não esclarecer em que consiste, que aspirações traduz. Remeter à expressão ‘qualidade da educação’, em vez de explicitar seus diversos conteúdos e significados para diferentes pessoas e em diferentes posições ideológicas, é uma forma de pressionar um consenso sem permitir discussão (Contreras, 2002, p. 23).

Nesse sentido, a noção de *estetização da realidade*, desenvolvido por pensadores críticos como Bertolt Brecht e Theodor Adorno, é uma chave interessante que contribui para desvelar a sociedade contemporânea. Para os pensadores, a sociedade capitalista, em seu estágio tardio, havia transformado a própria vida em um espetáculo, em que a cultura e a arte eram (são) usadas para promover a ideologia dominante.

No contexto da estetização do mundo, o capitalismo tardio – como uma farsa do capital, que continuamente se “reinventa” – se assemelha a um personagem brechtiano, representado por um ator decrépito, que ostenta uma placa que diz: “um jovem”. Isso significa que através da manipulação de signos e da publicidade, tem-se tornado cada vez mais evidente a centralidade das trocas simbólicas na vida cotidiana. Impulsionado por slogans gerados pela *sociedade informacional, do conhecimento, pós-industrial...* (na alucinógena sopa polissêmica pós-moderna), o capitalismo se apresenta como algo novo e revigorante, apesar de sua decadência e exploração.

Assim, quando um personagem pós-brechtiano, como o descrito acima, diz, com sua plaquinha, “sou um homem accountable”, “sou um empreendedor”, “na livre concorrência, sou um trabalhador livre” ou “o capitalismo vai bem”, ele não está ignorando o que vemos (a aparência), mas descrevendo fenomenologicamente o que vê, orientado por um *olhar* mistificado da realidade. Na ordem do capital, a publicidade e outras formas de comunicação utilizam a manipulação ativa de signos para atribuir significado e valor aos slogans, criando uma realidade fetichizada, que justifica um mundo de aparências em uma sociedade alienada (estranhada).

Para Gramsci (2016, v. 3), a função da ideologia é a de criar consensos, possibilitando o estabelecimento da hegemonia de um bloco no poder. A hegemonia consiste na capacidade de uma classe social de liderar a sociedade, impondo sua ideologia através da difusão de valores, ideias e crenças, que passam a ser vistos como naturais e verdadeiros pela sociedade. A construção desse consentimento ativo é promovida, significativamente, por mecanismo e/ou dispositivos que utilizam slogans e linguagem cotidiana na produção da hegemonia. Através da repetição cotidiana, slogans criam um senso comum, que naturaliza

conceitos por meio de uma *hegemonia discursiva* (Jameson, 1997), que é, na verdade, uma construção ideológica.

A *hegemonia discursiva* – em que determinada visão de mundo, ou seja, uma ideologia, é apresentada como sendo a única opção viável e legítima para a compreensão da realidade – não depende, exclusivamente, de dispositivos de coerção física ou imposições normativas. Tal hegemonia se impõem nas diversas linguagens do espaço social – linguagem cotidiana, política, midiática, publicitária, acadêmica e científica –, como produto de *lutas discursivas* (Jameson, 1997), entre intelectuais orgânicos, grupos e classes sociais:

A visão do mundo delineada na língua não é isenta de tenções, hiatos ou contradições, já que leva consigo algo ou muito do jogo das forças sociais, compreendendo disparidades e desigualdades. Em geral, a visão do mundo predominante em dada língua e em dada época pouco expressa do que se pode considerar a perspectiva de grupos sociais e classes sociais subalternos. Os subalternos, para se manifestarem e revelarem as suas visões alternativas ou não, precisam apropriar-se não só das formas mas também dos segredos da linguagem dominante (Ianni, 1999, p. 52).

O que está no centro das *lutas discursivas*, ainda na esteira de Jameson (1997), é a capacidade de elaborarmos nosso *mapeamento cognitivo* – expressão que o autor tomou emprestado de um urbanista que estudava de que modo mapeamos em nossa “cabeça” as cidades que conhecemos. Para Jameson, esse mapa mental nos orienta no espaço urbano, organiza nossas ideias e define que trajetos e possibilidades esse espaço oferece. O que fica comprometido com a *hegemonia discursiva* é nossa capacidade de nos localizarmos no espaço e tempo. Assim, somos impedidos de pensar e elaborar alternativas (trajetos e possibilidades) que rompam com o modelo sócio metabólico em vigor.

Por conseguinte, há uma disputa ideológica entre os blocos de poder, em relação a alguns dos vértices do polígono social, tais como a palavra, o discurso, a imagem, os *slogans* e o símbolo. Nesse contexto, a conexão do material com o simbólico perpassa a tecitura social. Com isso, o caráter icônico, simbólico e indicial de números, palavras, imagens, *slogans* e representações subjetivas não são meros epifenômenos, reflexos da base material ou uma questão de controle da informação, mas elementos e processos constituintes (e constituidores) do real social, interagindo contraditória e complexamente com a realidade concreta.

Portanto, essa ideologia que mistifica a maneira como os indivíduos interpretam o mundo é parte integrante da vida cotidiana e influencia a construção das subjetividades. Logo a *hegemonia discursiva*, envolve uma dimensão simbólica e afetiva, na qual as ideologias são interiorizadas pelos sujeitos e passam a fazer parte de sua identidade. Como observou Gramsci (2016, v. 3), a hegemonia não é apenas imposta pela força, mas também pela

persuasão. Principalmente, porque *slogans* reificados e fetichizados, desenvolvidos por campanhas publicitárias e manipulados ideologicamente em documentos, mistificam a realidade.

Por isso, como podemos depreender de Marx e Engels (2016), Gramsci (2016, v. 3) e Mészáros (2013, 2014a), uma das funções principais do Estado consiste em organizar a hegemonia, produzindo consentimento para que a classe dirigente possa governar. Sendo que o Estado, um instrumento de dominação (Mészáros, 2014a), apresenta-se a si mesmo como intérprete e defensor dos interesses da sociedade como um todo, ação promovida, além de sua ação de regulação e regulamentação, por meio de *slogans*.

Conforme Benjamin (1994), uma vez manipulada, a propaganda é uma técnica capaz de controlar as massas de maneira que essa adira a uma doutrina, a uma visão do mundo, a um partido político ou a um líder. A mistificação ideológica produzida por essa técnica é uma forma de violência simbólica – que “molda” (violenta) mentes e corações – pois impõe uma visão de mundo unilateral e dogmática, com o objetivo de eliminar todas as possibilidades de questionamento e de transformação da realidade.

A abordagem vaga e genérica dos *slogans* reificados e fetichizados, na medida em que não questiona as estruturas sociais existentes, mascara a verdadeira natureza das relações sociais e mantém as pessoas em um estado de ilusão, reproduzindo a ordem social estranhada. De acordo com Kosik:

A crise contemporânea consiste numa transformação acelerada que transforma a realidade em objeto calculável e controlável, o discurso em informática, a imaginação em comércio de imagens e em *slogans* estéreis. Nesta transformação, as cidades são mudadas em aglomerações de produção, de consumo e de transporte, a paisagem em terrenos e distritos, a alma em processo psíquico, que se pode influenciar e curar do exterior. A alma fica, então, deslocada, rebaixada, reduzida, privada de sua originalidade e de sua liberdade [...] (Kosik, 2003, p. 80-81, tradução nossa).

Os *slogans*, no conjunto aqui exposto, são frases curtas e impactantes, transmitindo uma mensagem simplificada e direta, sem se aprofundar em questões complexas e contraditórias. Com isso, os *slogans* não buscam expressar conceitos precisos ou específicos, mas sim uma dimensão subjetiva da informação, que é projetada para provocar uma sensação de fruição ou prazer. Eles evocam uma interiorização de uma determinada ideologia e convidam o cidadão a se render a enunciados encantatórios, tais como: “qualidade da educação, sociedade do conhecimento, educação ao longo da vida, educação inclusiva, educação para o empreendedorismo, aprender a ser, alívio da pobreza, professor eficaz e à docência como uma profissão que pode mudar um país” (Shiroma; Evangelista, 2014, p. 11).

Eis que, os slogans educacionais são utilizados como ferramentas estratégicas de dominação de classe. Lembremos que para Mészáros (2015a), a educação é uma das esferas da sociedade em que se manifesta a reprodução social e ideológica do capital e, por isso, é um instrumento fundamental para a perpetuação do sistema sócio metabólico. Nesse sentido, a política educacional implementada é resultado do trabalho orgânico de intelectuais individuais e coletivos que reproduzem a ideologia hegemônica e perpetuam o sistema do capital.

Logo, não é possível pensar nas políticas educacionais sem levar em conta o contexto histórico-social em que elas são implementadas. Ignorar as múltiplas determinações que perpassam a educação é reduzi-la a uma mera questão técnica, incapaz de promover transformações sociais efetivas. Nessa toada, é importante considerarmos os slogans presentes na política educacional atual, que são utilizados para promover a ideia de escolas eficazes e que se baseia na *accountability*.

A racionalidade pautada em soluções simplistas, produzindo efeitos de verdade e naturalização é uma “[...] tentativa de harmonizar interesses antagônicos, construir pactos e ocultar a divisão de classes com atraentes slogans, [que] não permite que se discutam as consequências dessas políticas de responsabilização e gestão de resultados sobre a escola e seus sujeitos” (Shiroma; Santos, 2014, p. 36). Por essa razão, como destacam os autores, é preciso problematizar e questionar o sentido atribuído aos conceitos, em nosso caso específico, a *accountability* educacional – ação que continuaremos no Capítulo VII – além disso, examinar sobre suas consequências para a classe trabalhadora e para a educação contemporânea.

Aqui, retomamos, para fechar esta unidade de nossa tese, o início de nossa seção. No momento de interpretarmos a *Eroica*, escutá-la ou decifrá-la, ler Shakespeare ou qualquer documento requer superar a *aura* que distancia a produção de sua socialização. Para Benjamin (1994), desmistificar a noção de *aura* burguesa da arte é um ato político, porque disponibiliza a todos o que é destinado a poucos, uma vez que, a reprodução tecnológica de objetos artísticos não tem necessariamente um caráter negativo. Pelo contrário, ele afirma que essa possibilidade de multiplicação torna a arte mais acessível e a destitui de seu status sagrado e ritual.

Em uma época de avanço da *utopia praticista* e do *neopragmatismo*, celebra-se no campo da educação, o *fim da teoria*, *teoria* que é considerada como perda de tempo ou especulação metafísica, “quando não, restrita a uma oratória persuasiva e fragmentária, presa à sua própria estrutura discursiva” (Moraes, 2001, p. 10).

Com a estetização epistemológica, os próprios modelos de compreensão científica da realidade se desestruturam. Neles, a aposta na verdade é antes um exercício ficcional do que uma formulação do mundo, que visa a uma estratégia socialmente comunicável, para a conquista de sua legitimação e supremacia em relação às demais formas de conhecimento.

A sedução estética vai comprometendo cada vez mais o conhecimento da *accountability*, diante da complexidade crescente de sua *práxis* – seja por ela articular princípios ideológicos assimétricos entre sociedade e Estado, seja por ela poder um dia fazer a sociedade tocar o âmago do funcionamento do Estado (nada mais dialético e contraditório).

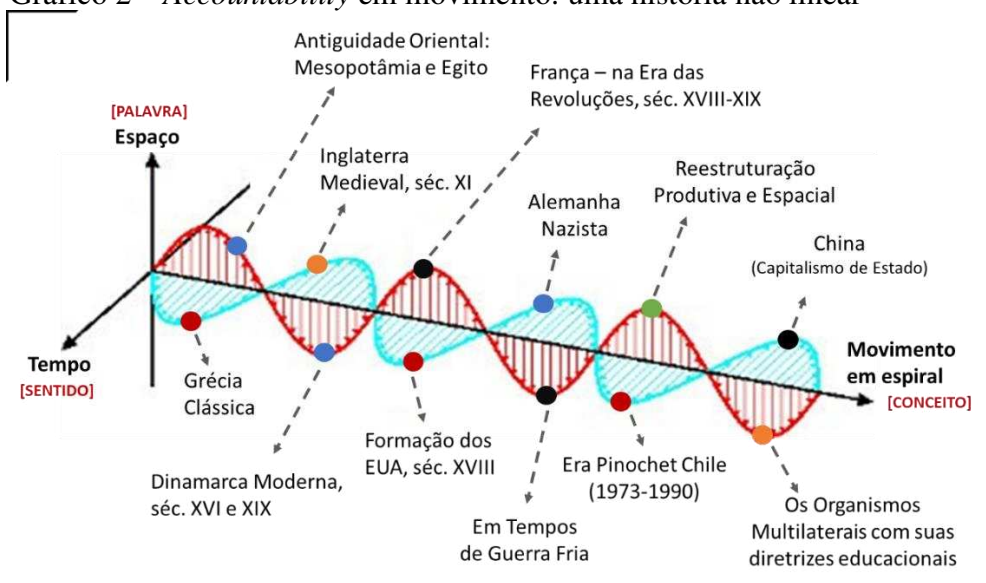
Além disso, os fenômenos que fazem a *accountability* escapar à definição clara – empurrando-a para o limbo dos conceitos em contínua expansão – potencializam sua mistificação por meio de uma miríade de metáforas e adjetivações, resultando em outra ordem de complexos. Diante disso, para destrinchar esse nó górdio, atado pela estetização epistemológica e pela multidimensionalidade imposta à *accountability*, é que partimos para o capítulo seguinte.

7 ACCOUNTABILITY ATRAVÉS DO ESPELHO: O QUE ENCONTRAREMOS POR LÁ?

Nos capítulos precedentes, afirmamos que a *accountability* se forma e se desenvolve na sociedade de classes, conforme a relação dialética entre *estrutura* e *superestrutura*, o que de imediato outorga ou qualifica seu caráter ideológico. (Aspecto escrutinado no Capítulo IV). Assim, impulsionada pelas contradições e tensões imperantes na própria ordem do capital, a definição conceitual da *accountability* ocorre em um movimento espiral, envolvendo processos de *latência*, *denominação*, *integração* e *teorização*, a ocorrerem em dada realidade concreta. (Como tratamos no Capítulo III).

Enquanto processo histórico-social e cultural, a *accountability*, em sua *práxis*, é uma força material tencionada por fenômenos linguísticos, como: *sentido*, *significado* e *palavra* – estando, por sua vez, em interação e inter-relação com aspectos político-econômicos. (Exame abordado no Capítulo II). Disso, discernimos o *caráter sígnico e simbólico* que subjaz e/ou agrega-se ao conceito *accountability* (debate travado no Capítulo VI), por consequência, ele *não é estático (ossificado) e tampouco, é uma entidade espectral* (como discutido no Capítulo V). Logo, *a accountability não está morta, ela é viva e dinâmica – movimenta-se no espaço e tempo* (Gráfico 2) – *tampouco, é um termo ambíguo ou indefinível, tendo forma, conteúdo e estrutura*.

Gráfico 2 – *Accountability* em movimento: uma história não linear



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Em seu movimento espiral, espaço-temporal, a *accountability* não se constituiu (forma, conteúdo e estrutura) da noite para o dia, pelo contrário, ela se move em períodos históricos diversos.

Artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais¹⁴³, tratando da produção científica sobre *accountability*, têm indicado que existe uma supervalorização das dimensões e tipologias (expressões de uma lógica das espacialidades) do conceito *accountability*. Quer dizer, a investigação da *coisa em si* tem sido marcada pela difusão de uma miríade (verdadeira pulverização) de termos, significados e adjetivações, *fragmentados* ou encapsulados em tabelas restritas a descritores. Com isso, podemos incorrer no erro de ignorar as interações e inter-relações das partes com o todo, em uma cisão do externo com o interno da *coisa*, negligenciando a concepção de elemento necessário e contingente, fundamental e não-fundamental, para a compreensão de sua essência – quando não descartam a própria ideia de essência.

Com essa ação, esquece-se que as dimensões e as tipologias da *coisa* expressam concepções de suas partes, ou seja, são *manifestações* das muitas possibilidades fenomênicas de ser da essência – ou dito de outra forma, são expressões da relação dialética que envolve a essência e a aparência da *coisa*, o interno e o externo. Por isso, cada vez mais, tem-se, em nosso entendimento, dificuldades em se realizar uma análise teórica do conceito *accountability*, pois alguns de seus estudiosos têm reduzido seu estudo ao plano *fragmentado* de suas dimensões e suas tipologias – prática recorrente entre os pós-modernos e adeptos da *virada linguística* – ignorando a relação todo-parte e parte-todo.

É claro que se faz necessário estudar as diversas dimensões e tipologias da *accountability* e como cada uma delas é interpretada, a fim de obtermos uma maior clarificação do seu arcabouço teórico e empírico – fato que afeta sua *práxis*. Com isso, poderemos entender as medidas e as métricas adequadas para sua categorização e avaliar os impactos de uma determinada forma de sua manifestação.

Foi com o intuito de alcançarmos esse entendimento que trabalhamos no Capítulo VI a dialética entre a palavra e o conceito *accountability*. Além disso, ao longo de toda a nossa exposição, buscamos afirmar a ideia de que não é possível entender essa relação sem levarmos em conta a realidade concreta, por isso, fizemos uso da analogia pedras, arco e ponte no estudo do duplo-uno da *accountability*.

¹⁴³ Dentre os trabalhos analisados destacamos alguns artigos de revisão de literatura, bibliométricos, estado da arte etc. como: Carneiro, Oliveira e Torres (2011); Ceneviva (2006); Costa e Vidal (2018); Duarte *et al.* (2018); Duarte *et al.* (2018); Duarte e Zouain (2017); Duarte e Zouain (2019); Fernandes e Arraes (2019); Silva *et al.* (2018); Juaniha, Bortoli e Severo Peixe (2016); Klein, Klein e Luciano (2018); Louro (2013); Martins *et al.* (2016); Mauricio (2019); Pereira, Silva, Araújo (2014); Ribeiro, Molina (2018); Rocha *et al.* (2012); Rocha (2010); Sajeetha, Kaneshalingam (2020); Schneider e Miguel (2019); Schneider e Morais (2018); Schneider e Rostirola (2013); Severo Peixe, Rosa Filho e Abreu Passos (2016); Silva e Gomes (2011); Xavier (2011); Zumofen (2015).

Fazendo assim, defrontamo-nos com o mundo de *Pierre Menard, autor do Quixote* – conto presente no livro *Ficções*, de 1944, de Jorge Luis Borges (1899-1986). É claro que não estudamos a obra borgiana, recorreremos ao texto ficcional para nos opor à ideia de que as categorias utilizadas dentro de um *marco conceitual* não permitem que acessemos o significado da realidade estudada – sem a pretensão de nos contrapormos a obra de Borges e sua luta na defesa da autonomia da criação/criatividade literária.

Menard, personagem borgiano, seria um escritor do século XX, que teria dedicado boa parte da sua vida à tradução perfeita de *Dom Quixote* para o francês, reproduzindo-a de forma idêntica à obra de Cervantes, só que de forma mais rica, pois havia se distanciado do passado. Com isso, o conto borgiano suscita questões sobre o caráter da interpretação e releitura textual. Menard, não teria realizado uma cópia da obra original, mas um esforço de recriar o livro, linha por linha, igual ao modelo satírico das antigas novelas de cavalaria do século XVII.

Borges (2007), em seu labirinto metafórico, evidencia a posição de seu personagem, que se coloca *contra* a ideia de que *não há* interpretação deslocada do momento histórico. Com isso, Menard não traça um plano de superação ou equiparação com Cervantes, quer ele mesmo ser um duplo do autor de *Quixote*, vindicação manifesta em seu texto. Escreve Cervantes: “[...] a verdade, cuja mãe é a história, êmula do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro” (p. 42). Já Menard, escreve: “[...] a verdade, cuja mãe é a história, êmula do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro” (p. 43).

Enquanto Cervantes tece elogios retóricos à história, Menard dá um outro sentido ao texto, um tom mais crítico, resultado de outras conceituações sobre verdade e história. Assim, o narrador da ficção borgiana sugere uma teoria de intertextualidade ou atribuição de sentido ao texto que não é influenciada pela história. Em seu labirinto espaço-temporal, o fazer literário embaralha os conceitos de sincronia e verossimilhança, trazendo à baila a anacronia literária, elevada a infinitas possibilidades.

O que Borges (2007) nos mostra é a distinção entre ficção e realidade, sobretudo, como a subjetividade influencia a interpretação da realidade objetiva. É possível que o escritor portenho tenha imaginado seus contos *A Biblioteca de Babel* e *Pierre Menard, autor de Quixote* – ambos de *Ficções* – sob a influência, embora não o cite, de Ludwig Wittgenstein (1889-1951, filósofo austríaco, naturalizado britânico), quando este dizia que tudo aquilo que habita na imaginação pode existir no mundo real.

A Biblioteca de Babel retrata um lugar labiríntico, uma coisa contraditória capaz

de reunir todos os livros e todo conhecimento do universo, ao mesmo tempo que é um espaço de perdição humana – o que nos remete à *árvore do conhecimento do bem e do mal*, que trataremos nos Capítulos IX e X. Já em *Pierre Menard, autor de Quixote* o mundo subjetivo é confrontado com o real, em uma espécie de zona cinzenta entre história e literatura, em que o duplo nasce como negação da realidade.

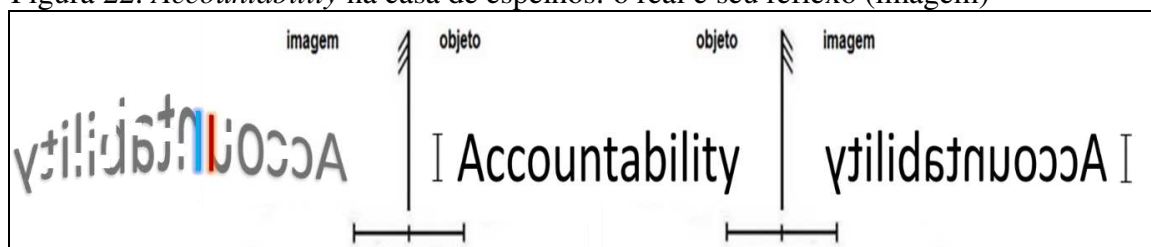
Embora o duplo borgiano não chegue a ser antípoda de nosso duplo-uno tratado no capítulo VI, distingue-se deste. Menard não seria uma superação ou uma equiparação de Cervantes, mas sua *verossimilhança*, simulação que remete ao real. Só que esse real flerta com o fantástico e com o relativismo, e a falsificação sempre está no caminho, demonstrando o duplo (empírico e imaginário), confundindo esse mesmo real.

Por sua vez, o duplo-uno são dois em um (indissociáveis), palavra e conceito, numa relação dialética. Não são iguais, há uma *verossimilhança* que conduz ao *conteúdo* do termo, a definição ou teorização da *accountability*; nesse jogo sutil, conjuga-se a *inverossimilhança da forma*, uma é *abstração razoável* (conceito) a outra é uma abstração que se objetivou (palavra).

Quando em *Pierre Menard, autor de Quixote* aparece em um dos trechos transcritos ou transpostos para o francês, a versão traduzida é idêntica ao original: um duplo – a questão é se é uno (mas aqui é uma questão filosófica e não literária). Na novela de Menard, em contraste com a escrita “vulgar” de Cervantes, há fineza de estilo que permite um jogo com os signos literários. No artefato estético, guerra e paz são polos indistintos e intercambiáveis da novela de feição cavaleiresca, como caminhos que se bifurcam e conduzem a uma casa de espelhos.

Todavia, nessa casa, o que é real e o que é reflexo? Dito de outra forma: O que é real e o que é imagem invertida, espelhamento parcial do real? (Figura 22). Ademais: A *accountability* do século XXI é o duplo da *accountability* do XI, uma versão mais refinada do que seu outro “vulgar”? Ou a *accountability* do medievo em inter-relação e interação com a *accountability* da era gerencial compõem um duplo-uno?

Figura 22: *Accountability* na casa de espelhos: o real e seu reflexo (imagem)



Fonte: Elaborada pelo autor.

Nota: Conforme Lukács (2012b, v. 1), em sua *Teoria do Reflexo*, o *reflexo* é uma forma social da ativa apropriação do real pela consciência, ou seja, não é uma mera cópia do real pela subjetividade, antes é uma atividade da consciência do indivíduo, que cria uma *forma de objetividade*. Essa *nova realidade própria da consciência*, juntamente com outros fatores objetivos e subjetivos pode ser alienante (reificada, fetichizada...) ou não. Desse modo, na imediatez de cada ato de reflexão é o objeto que determina o reflexo, muito embora esse reflexo também seja uma atividade orientada; isso tem implicações: o reflexo não funda o real e, tampouco, isoladamente ou por si só, funda a subjetividade, da mesma forma que a consciência não se reduz ao reflexo e nem o objeto é pura e simplesmente o refletido. Por isso, na ontologia lukacsiana separa-se sujeito e objeto, objeto e reflexo. Para superar, como diria Kosik (2002), o reino da pseudoconcreticidade devemos, agora diz Lukács (2012b, v. 1), apropriarmos-nos do real pela consciência, num processo de constante *aproximação do reflexo*, enquanto *ato de consciência*, do real – muito embora o *reflexo* jamais possa se converter em identidade do real. Essa compreensão é fundamental, uma vez que o fenômeno social do reflexo, ao realizar sujeito e objeto, distingue-os gnosiologicamente. O conhecimento, portanto, muito mais do que superar a distância entre o subjetivo e o objetivo, possibilita a aproximação do reflexo ao real de tal modo, que se tem compreensão da distinção entre sujeito e objeto. Neste ponto, chegamos ao cerne de nossa Figura 22. O reflexo não é o real, o reflexo reflete o real como uma *nova forma de consciência*, forma que: pode se aproximar ao máximo do real (projeção à direita, mas que ainda terá as suas *inversões*), ou seja, não é o real, embora como aparência ajude a entendê-lo; ou poderá se distanciar do real (projeção à esquerda, com suas lacunas e mistificações), obliterando o próprio conhecimento do real. Dito isso, vale a pena ainda elucidar a diferença entre as *imagens à esquerda e à direita do objeto*, no âmbito da mistificação da *accountability*, a partir da tensão entre o real e o reflexo. Para isso, Lukács esclarece que o *reflexo* – repetimos: essa forma social ativa (logo, não é uma cópia) de apropriação do real – é o “não-ser” e a “não-realidade”, ou seja, o *reflexo* não é a consciência e sim uma *nova forma de objetividade*. Este “não-ser” ou “não-realidade”, objetivamente existentes, é uma processualidade que influencia materialmente o desenvolvimento categorial da sociabilidade (mundo) humana.

Ao fim e ao cabo, o que se pergunta é se o esforço de contextualizar e de definir os marcos conceituais da *accountability* está nos conduzindo à verdade da coisa ou simplesmente faz ver reflexos que diluem todo *subjectum* – quer dizer, a coisa que “sustenta” suas próprias qualidades. Ao tencionarmos o objeto e a imagem da *accountability* visamos muito mais do que distinguir o *subjectum* mais estável (o fundamento), o mais constantemente presente, temos a pretensão de distinguir a própria imagem do objeto, ou seja, ir a busca do mais verdadeiro, do mais certo. Sem a pretensão, como já afirmado, de construir a verdade conceitual da coisa.

Talvez o maior desafio seja superar o *perspectivismo* nietzschiano que “alimenta” a pós-modernidade e seu subjetivismo. Ao nos propormos a transpor o espelho, não o fazemos para realizar o ato de *atravessar com o olhar, ver através ou ver por dentro* a *accountability*, a partir de certo ponto ou situação, ou pelo simples ato de *specere* (olhar) – mas, que também não se restringe ao *theorein*, o ato do pensamento de teor contemplativo, que se dá no gesto de atenção às coisas até a visão das ideias. Sendo assim, entender que o externo (coisa, objeto) captado pelo espelho e seu interno (imagem, reflexo) é resultado da realidade objetiva, logo, o interno e o externo compõem um todo, cognoscível.

Nesse sentido, ao confrontarmos na caminhada a esfinge que vocifera “Deciframe, ou te devoro”, em busca de entender a *accountability*, devemos examinar o contexto no qual ela se espalha e o que tem motivado sua disseminação – como *panaceia* (Afonso, 2012) –

no século XXI, na esteira do XX. Dito isso, para responder a pergunta que insere a próxima unidade deste Bloco (Capítulo VIII), “‘Quem sou eu?’: eu sou eu mesma” (simplesmente *accountability*?), faz-se necessário discorrer sobre a (des) ordem gerencial que a molda.

As sociedades modernas, atingidas pela crise do Estado de Bem-Estar Social (EUA e Europa) ou nacional-interventor (Brasil) e avanço da reestruturação produtiva, almejam tanto um sistema político-econômico que recompense o mérito quanto um sistema que possibilite ou gere igualdade. É nesse contexto que alguns dos principais problemas que envolvem a definição conceitual da *accountability* estão enraizados, nas contradições da democracia neoliberal que redefiniu o Estado de Direito em virtude da ideologia gerencialista.

Apesar do fetichismo em torno da implementação de certas políticas centradas no mecanismo *accountability* (Afonso, 2012), nas mais diversas áreas – da administração, passando pelo direito, à educação –, ainda predomina no entendimento teórico (ideológico) de muitos estudiosos, incertezas sobre sua conceituação em geral. Conforme Dubnick (2002, p. 01, tradução nossa), p. ex., o modelo conceitual de *accountability*: “Permanece holográfico, fácil de ver, mas impossível de entender”.

Todavia, como exposto no Capítulo V, a *accountability* não é uma holografia, ela é uma força material concreta. Isso nos leva a refutar o argumento dubnickeano, que se aproxima de uma concepção idealista da natureza das categorias. A semelhança de Hegel, Dubnick (2002) trata as categorias/conceitos, no nosso caso a *accountability* (cuja existência é objetiva), como um esboço tirado das *coisas* pela abstração do particular e do singular. Sendo que, o conceito passa a ser tratado/considerado essência autônoma, com existência independente das *coisas* anteriores a ele e assumindo o papel de substância das últimas.

Com isso, o que temos com o princípio da holografia da substância, elemento, coisa, ser é a negação da ideia de universalidade *em si e por si* da *accountability*. Como Marx e Engels (2011) explicam na *Sagrada Família*, ao retratarem a relação singular-particular-universal: a universalidade é uma abstração razoável que tem lastro na realidade concreta. Isso significa que conceitos não podem ser explicados desconectados da realidade, tampouco compreendidos por si mesmos.

Dubnick, ao ligar a abstração particular e singular da coisa *accountability* à ideia de governança, em uma perspectiva genealógica foucaultiana, está a princípio correto. Afinal, para pensarmos as origens do termo (palavra e conceito) devemos nos remeter as ações do governo de Guilherme I, século XI e seu *Domesday Book*, que buscou estabelecer novas bases administrativas e fiscais para seu governo.

No entanto, ao considerar a governança como uma *pedra filosofal* da

accountability, dele divergimos, pois desconsidera as contradições que modifica essa singularidade, suas tecituras ideológicas – uma “significação mística mais alta, frutas [no nosso caso, *accountability*] que brotam do éter de teu próprio cérebro e não do solo material, que são encarnações ‘da fruta’, do *sujeito absoluto*” (Marx; Engels, 2011, p. 74).

É como conceituar o termo democracia ligando-o de modo indelével à concepção clássica grego-ateniense de meados do século VI a.C., de teor escravagista. Ora, a democracia mudou, a *accountability* mudou, a própria sociedade mudou, ela se complexificou. Diante disso, cabe-nos, no movimento de ruptura e continuidade, entender as manifestações da coisa.

Cabe insistir, lembrando o pensamento marxiano, que a *teoria é o movimento real do objeto*, na necessidade de compreendermos as múltiplas determinações que circunscrevem os problemas práticos da *accountability*, sujeitos à dinâmica irreprimível do capital em ordem global. Nesse sentido, no artigo *Controvérsias sobre políticas de alto impacto*, o Prof.º Nigel Brooke, ao tecer comentários sobre o depoimento do Prof.º Luiz Carlos de Freitas, em 30 de novembro de 2012, em evento organizado pela Fundação Carlos Chagas, pondera:

[...] é legítimo usar a experiência dos Estados Unidos como mapa para prever o desenvolvimento da versão brasileira de *accountability*. O argumento de Luiz Carlos tem lógica, pois, como se originou nos Estados Unidos a nossa *accountability*, nada melhor que examinar as consequências da política lá para saber seus efeitos aqui. Minha posição é que [...] iniciamos um novo processo de internalização e adaptação que pode levar a política a formatos inteiramente novos. Além do mais, o contexto cultural do seu novo lar também influenciará os resultados (Brooke, 2013, p. 340).

Brooke complementa, rebatendo àqueles que o criticam de exercer uma “profissão de fé”, em relação às políticas de *accountability*:

Mas, sustentar o contrário, ou seja, que a assimilação da política de *accountability* do modelo americano é inevitável e seus efeitos já predeterminados, parece-me uma “petição de princípio” bem maior. [...] O fato de existirem propostas de emendas e outras peças de legislação que favorecem o avanço da *accountability* não significa que vamos criar uma cópia local do *No Child Left Behind – NCLB* – de 2001. A conclusão a que chego é que não devemos ficar impedidos de exercer um processo legítimo de monitoramento e responsabilização dentro dos limites e parâmetros fixados pelos gestores brasileiros *porque uma versão desvairada dessa política ultrapassou os limites em outro lugar. Resta saber, no entanto, se a versão brasileira terá saldo positivo* (Brooke, 2013, p. 340, grifo nosso).

As provocações de Brooke (um defensor das políticas de *accountability*), contrárias às posições de Freitas (um crítico das políticas de *accountability*, ao qual nos alinhamos) são importantes, lançando luz contra as interpretações deterministas e generalistas que transpõem experiências sem as devidas sincronias e diacronias dos fenômenos investigados.

Por isso, e muito mais, defendemos que as categorias, conceitos e termos não são

apenas expressões linguísticas, elas são chaves para portas que dão acesso a conhecimentos que nos auxiliam no desvelar da realidade. Toda sociedade, logo, toda cultura e, conseqüentemente, todo campo da ciência no seu trato com o real concreto, cria um léxico a partir do qual olha, vê, enxerga, interpreta e dá significado à realidade, que por sua vez, é anterior ao próprio léxico.

No mundo que afirma as narrativas singulares e relativiza a verdade, o estabelecer arcabouços ou marcos conceituais é tido como expressão de uma ordem que não mais existe – pois viveríamos na era do *fim da ideologia*. Assim, apegar-nos aos conceitos prévios, definidos, não faria – conforme os crédulos (ideólogos) pós-modernos – mais sentido, tendo em vista que tais instrumentos não permitiriam acesso à realidade estudada, no máximo, acabaríamos criando uma realidade de sentido.

Aqui encontramos-nos com *Alice através do espelho, e o que ela encontrou por lá* (Carroll, 2021), no instante de seu diálogo com Humpty Dumpty, um ovo antropomórfico, um especialista em questões linguísticas, um ser orgulhoso, mas de raciocínio invertido, para quem as palavras e seus significados são manipuláveis:

“Quando uso uma palavra” – disse Humpty Dumpty [para Alice], em tom ainda mais desdenhoso – “ela significa o que eu quiser”.

“A questão” – prossegue a menina [Alice, em réplica a Humpty Dumpty] – “é se consegue fazer com que uma palavra tenha diferentes significados”.

“A questão” – rebateu Humpty Dumpty – “é saber quem vai dar as cartas, só isso”.

Alice estava intrigada demais para emitir opinião. Após breve pausa, Humpty Dumpty continuou:

“Algumas palavras são temperamentais... Sobretudo os verbos, orgulhosos que só... Você pode fazer o que quiser com os adjetivos, mas os verbos... Seja como for, coloco todos nos seus devidos lugares! Impenetrabilidade! Uma ova!” (Carroll, 2021, p. 97).

Este fragmento do diálogo de Humpty Dumpty com Alice mostra que uma palavra, e de modo semelhante um conceito, pode ser *desconstruído* e *construído* – notem que estamos dizendo *construído* e não *reconstruído*, portanto, não se trata de uma *ressignificação*. Antes de prosseguirmos, voltemos a uma discussão travada no Capítulo III, sobre o ato de analisar e definir um conceito; dissemos que é necessário destrinchá-lo, não de modo ordinário, na simples separação de suas partes, mas por meio de uma decomposição que mantenha as relações das partes (em suas especificidades) com o todo.

De modo diverso dessa análise conceitual, na *desconstrução*, o conceito tem que ser decomposto, só que nessa ação de decomposição, suas partes devem ser separadas do todo, ou seja, decompor um todo em suas partes. Logo, o conceito é novamente construído – como um novo conceito. Esse é o significado da fala de Humpty Dumpty: “Quando uso uma palavra

[...] ela significa o que eu quiser”. Isso é pura ideologia. Fato verificado em outra de suas falas: “Quem dá as cartas?” (Carroll, 2021, p. 97). Ou seja, o chefe é quem manda.

No capítulo em tela, a metáfora de *Alice através do espelho* compõe nosso título em um jogo analógico, para retratar nossa travessia do plano da aparência ao da essência, do externo ao interno da coisa, no sentido de que o espelho inverte as posições que reflete, mostrando o contrário do que aparentam ser. Como na narrativa de Alice, confrontamo-nos com um espelho e observamos a *accountability*, como é decantada/descrita pelos neoliberais.

Esse reflexo, porém, não retrata a realidade captada em sua totalidade, o espelho só e somente só, projeta o espelhamento de uma parte (face) do objeto, coisa, ser que está diante de si. Isso significa que o próprio mundo através do espelho também é parcial. Por essa razão o interno sozinho é incapaz de revelar o real. Por isso, é necessário o estudo da relação contraditória entre o externo e o interno da coisa.

Situemos essa questão no âmbito da educação de Fortaleza. Conforme nos diz a Dir.^a Sofia (ED1E1), ao responder nossa pergunta sobre os pontos danosos das políticas de avaliação:

[**Pesquisador**] Prof.^a, que aspectos incidem de forma [...] negativa na escola, em relação as avaliações em larga escala e a *accountability*? [Em momento anterior, expliquei o que significavam as políticas de *accountability*. A diretora desconhecia o termo].

[**Dir.^a Sofia**] [O ponto positivo é] que a gente trabalhe mais motivada, já a parte negativa ... [é] a questão da classificação ... É uma linha muito tênue ... Quando você visa o resultado, mas só o resultado, para medir o trabalho, é onde gera o problema. Porque muitas vezes na questão do resultado não ... [dá pra] ver ... Não pode ser ele que vai dirigir todo o trabalho da escola ... Muitas vezes foram proveitosos os esforços ... Ao mesmo tempo que motiva ... **ela pode destruir todo um trabalho construído**, porque só olhou apenas o resultado. E aí entra a questão das crianças especiais. Foi feito todo o esforço, mas aí naquela turma tinham muitas **crianças que precisavam ser ... avaliadas [cl clinicamente]. Porque a gente vê que tem algum transtorno, mas não tem um laudo**. E aí aquela criança ... a nota daquela criança entra [no cálculo da nota]. E aí ... escola se prejudica, por uma situação que não era dela ... Aquela molinha, muito tênue. Por isso daí ... ao mesmo tempo que nos motiva, ela também pode destruir todo um trabalho construído. Essa lacuna precisa ser fechada ... A escola, que não recebeu um bom resultado, ela precisa ser primeiro investigada ... para depois do trabalho que foi desenvolvido naquela escola ... ela ser classificada de alguma forma, né? ... Às vezes, foi feito todo um trabalho ... E ainda, se não se conseguiu, **porque os fatores externos precisam ser levado em consideração**. É a criança que falta demais, porque tem problema de território [áreas dominadas por gangs, traficantes...]. É, é a mãe que é irresponsável e não traz... Eu estou falando isso porque eu estou cansada de ir buscar a menina em casa ... Das crianças faltarem 2, 3 dias. Quando chega a mãe [pra] dizer que estava doente. Quando o menino chega aqui, o menino diz que **“a minha mãe não acordou”**. Então, fatores externos também precisam ser vistos, quando essa escola não consegue mais. Não é só o trabalho.

O que nos leva a refutar a tese das consultoras do *Fundo das Nações Unidas para a Infância* (Unicef), Thereza Penna Firme e Vathsala Stone, formulada em entrevista à Maggi

Krause, em 21 de março de 22 e publicada no portal ItaúSocial, sob o título “*A avaliação é como um espelho que reflete a realidade*”:

N [Maggi] “O espelho é a avaliação que mostra a realidade através da reflexão.” A metáfora do espelho [...] serve para explicar várias características da avaliação. Poderiam descrever quais os paralelos entre as duas coisas — o espelho e a avaliação?

T [Thereza] — Com o espelho na mão, nos vemos agora, e essa é a vantagem. Existe uma facilidade em você se ajeitar naquele momento, você vê o reflexo e sabe imediatamente o que pode alterar. Então esta é a metáfora: *o espelho é a própria avaliação*. Ela está sempre presente, diante de você ela reflete, o melhor possível, *a imagem da realidade tal como ela é*.

V [Vathsala] — A avaliação mostra, mas não melhora a realidade. *Quem tem que melhorar é a pessoa que está no espelho...* o aluno não vai aprender com a avaliação; o professor precisa ensinar e tomar a *responsabilidade de ajudar* o aluno a avançar... a base para a melhoria é o retrato no espelho. De nada adianta a instituição adotar a avaliação e ficar por isso mesmo, sem levar adiante ações que resultem em melhoria (Firme; Stone, 2022, itálico nosso).

Se fixarmos nosso olhar na imagem projetada por esse discurso socioeducacional, veremos no espelhamento das avaliações a face translúcida do *slogan* meritocrático. Eis que, intelectuais orgânicos do capital, porta-vozes dos interesses e das ideologias da classe hegemônica – ainda que oriundos de outro setor, mas atuando ardorosamente em defesa da classe que os assimilou – disseminam uma visão de mundo que justifica e reproduz a ordem estabelecida. Vão além e ainda propalam a crença de que são intelectuais autônomos, a ponto de não serem subsumidos a grupos ou a classes sociais, gozando de *independência social*¹⁴⁴ – nada mais *mannheimiano*.

Estes intelectuais se inserem na sociedade, para Mannheim (2001), por meio de sua autonomia, criando vínculos sociais (“amalgamas”) contingentes ou oportunos. Por essa axiologia, a *intelligentsia*¹⁴⁵ tanto se emancipa das “classes superiores” quanto se descola dos

¹⁴⁴ Na perspectiva mannheimiana, vai se configurando um tipo de estrato social, caracterizado por estabelecer vínculos flexíveis e diversos com outros grupos e classes sociais: “As situações de conflito só surgem quando grupos em mobilidade ascendente ou descendente, funcionando como amortecedor, ligam-se tanto aos estratos de cima quanto aos de baixo e adotam seus valores. É dessas situações, quando se torna possível o acesso a mundos até então separados, que se origina uma genuína *intelligentsia*” (Mannheim, 2001, p. 101).

¹⁴⁵ Antes de nos referirmos à teoria da *intelligentsia* de Mannheim (2001), situemo-nos na teoria gramsciana sobre a atividade intelectual, em determinados grupos sociais e as características próprias dos intelectuais. Diz-nos o pensador sardo: “A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’” (Gramsci, 1985, p. 10). Ainda, segundo Gramsci, “Os intelectuais têm uma função na ‘hegemonia’ que o grupo dominante exercita em toda a sociedade e no ‘domínio’ sobre ela que se encarna no Estado, e esta função é precisamente ‘organizativa’ ou conectiva: os intelectuais têm a função de organizar a hegemonia social de um grupo e o seu domínio estatal, isto é, o consenso dado pelo prestígio da função no mundo produtivo e o aparato de coerção para aqueles grupos que não ‘consentem’ nem ativamente nem passivamente ou para aqueles momentos de crise de comando e de direção em que o consentimento espontâneo passa por uma crise. Desta análise resulta uma extensão muito grande do conceito de intelectuais, mas apenas assim me parece possível chegar a uma aproximação concreta da realidade” (Gramsci, 2007, p. 476). De modo diverso, para Mannheim (2001), em

“estratos inferiores”, construindo “uma existência livre e independente” (p. 109). No entanto, ao perder “seus contatos prévios com a sociedade”, alcançando um “estado de isolamento social” ou uma situação de “existência marginal numa sociedade de massa” (p. 110), ela se torna apta a se conectar a outros grupos sociais de modo menos orgânico.

Se acreditarmos nessa projeção do espelho, veremos a meritocracia decantada por esses intelectuais, como serva da democracia e seremos tentados a considerar como verdadeira a imagem (aparência) de um espelho que distorce e inverte o objeto original. Como se percebe, a perspectiva mannheimiana se opõe ao prisma gramsciano de intelectual orgânico: agentes políticos que atuam nos grupos/classes como estrategistas, em funções de domínio e direção cultural, desenvolvendo concepções de mundo, capazes de influenciar a sociedade, formando a consciência correspondente aos interesses das classes que representam.

Por isso, se conseguirmos atravessar o espelho e chegarmos a *Wonderland* (País das Maravilhas), desempenhando a função de intelectuais orgânicos da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2002) – cientes que, “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (Gramsci, 1985, p. 7) – talvez possamos enxergar as inversões da realidade, retornando ao lado de fora do espelho, tendo desvelado o que está distorcido e mascarado/oculto. Assim, talvez consigamos compreender as regras e as estruturas, ou seja, as mistificações que regem o absurdo do *metabolismo antissocial do capitalismo* – expressão cunhada por Antunes (2023) a partir das teorias mézszárianas.

Uma vez superado o senso comum, será possível analisarmos nossa cotidianidade, a sociedade fraturada da era gerencial, decifrando seus enigmas e hieróglifos sociais. Quando Carroll (2021), p. ex., faz piada com Alice, em virtude de seu vocabulário, ele está na verdade criticando o sistema educacional vitoriano. Alice usava palavras difíceis que ela mesma não compreendia, mas as reproduzia, pois as julgava importantes. Ou quando apresenta a *Tartaruga Falsa*, que uma vez fora tartaruga de verdade, um *ser* que frequentou a escola e lá,

sua construção teórica, em ruptura com o marxismo, define e qualifica o objeto sociológico que construiu da seguinte forma: “A *intelligentsia* é uma camada intersticial; e a sociologia proletária, centrada que é em torno dos conceitos de classe e partido, não podia deixar de atribuir a esse agregado sem características de classe o papel de satélite de uma ou outra das classes e partidos existentes. Tal concepção naturalmente esconde as motivações peculiares do intelectual [...]” (p. 80). Não por acaso, insiste: “A *intelligentsia* não pode construir uma ideologia de grupo própria: deve permanecer crítica de si própria, tanto quanto dos outros grupos” (p. 138). Temos aqui uma oposição sociológica entre intelectualidade gramsciana e *intelligentsia* mannheimiana. Segundo o marxismo gramsciano, os intelectuais, como comissários subalternos, cumprem funções de intelectuais orgânicos, no que tange à hegemonia político-cultural na sociedade civil e à coerção legal no plano estatal (Gramsci, 1985).

em seu ensino regular, aprendeu “os diferentes campos da Aritmética – Ambição, Distração, Enfeio e Zombaria” (p. 34).

Eis que o humor (muitas vezes ácido) de Carroll (2009, 2019, 2021) e suas paródias sobre o mundo britânico do século XIX, ajudam-nos a entender a realidade social e governamental de sua época. Um tempo acelerado, tão cronófago quanto o nosso. Quando o Chapeleiro lança a famosa charada “*Why is a raven like a writing-desk?*” (Carroll, 2000, p. 68) – “O que um corvo tem em comum com uma escrivaninha?” (*Idem*, 2019, p. 94) – ele problematiza, por meio de uma questão nonsense, um enigma sem resposta, o tempo que destinamos – ou que nos é roubado, no mundo do capital – com coisas sem importância.

O autor, após longas insistências, explicou essa charada no prefácio da edição de 1986 de País das Maravilhas: “Porque pode produzir algumas notas, embora sejam muito chatas; e nunca é posto de trás para frente!” (Carroll, 2009, p. 40). Todavia, essa resposta só é compreensível na versão em inglês: “*Because it can produce a few notes, tho they are very flat; and it is never put with the wrong end in front*”. Há um jogo com as palavras “*never*” (nunca) e “*nevar*”, que invertida (escrita de trás para frente) vira “*raven*” (corvo) (*Idem*, 2000, p. 69).

Como se vê, o que almejamos em nosso capítulo é entender a mistificação da *accountability*, com suas charadas, que resulta e é resultado de inversões da realidade, ou seja, buscaremos analisar o contexto no qual a *accountability* (como um “*espectro*” que ronda o mundo) se espalha, projetando sua imagem em todos os lugares.

Seguindo a base dessas ideias, o capítulo está dividido em duas seções. A primeira, “Um caminho para a servidão (in)voluntária: a *accountability* na era da gestão”, trata das novas formas de gestão em um tempo de avanço galopante do neoliberalismo e como isso tem afetado a *accountability*. A segunda seção, “O mito da axiologia neutral: a intransparente transparência da *accountability*”, em um linguajar mais metafórico e analógico, o mito da axiologia neutral é analisado, expondo alguns *modus operandi* do capital para a mistificação da realidade, com suas estratégias de apresentar uma aparente beleza da coisa.

Antes de iniciarmos a exposição de nossa primeira seção, permitam-nos mais um último esclarecimento. Ao discorrermos sobre a *era da gestão* não pretendemos tecer análises detalhadas de suas expressões: Gerencialismo, *New Public Management* etc. Nossa pretensão visa tão somente contextualizar a *accountability* nesse momento da ordem do capital, ou seja, examinar seu uso como mecanismo ideológico possibilitador ou meio da servidão (in)voluntária dos indivíduos.

7.1 Um caminho para a servidão (in)voluntária: *accountability* na era da gestão

Nos tempos atuais, diante da *nova razão do mundo*, mais do que nunca, assistimos aos governos serem chamados pela sociedade a responder por suas ações. Bem como, as burocracias estatais têm sido intimadas a prestar contas do uso dos recursos públicos pelos quais são responsáveis. É nesse contexto que se torna visível o avanço acelerado da *executive accountability* ao *status* de mecanismo vital para a legitimidade do setor público. Aclamada por distintos organismos multilaterais (BM, OCDE, FMI, dentre outros), como meio para se alcançar uma governança transparente e democrática. Na ordem neoliberal do final do século XX, a *accountability* (com seus relatórios de metas e *performance*) assume a função de controle dos agentes do Estado.

A *accountability* é posta como mecanismo para melhorar a eficiência, o controle e os resultados globalmente (Curtis; Harvey; Ravden, 2005; Noordegraaf; Van Der Meulen, 2008). Diante da reconfiguração da *máquina pública* (metáfora funcionalista), de acordo com princípios e valores do setor privado, as propriedades e os conceitos relacionados à *accountability* conferiram-lhe um poder imagético. A expressão *iconográfica accountability* passou a atribuir aos portadores de seu *signo* (expressos em documentos), propósitos muito bem delineados de eficiência, eficácia e efetividade (Bovens, 2007a).

As reformas na organicidade do Estado, assim como os questionamentos sobre sua razão de ser (existir) ou sua função, associadas ao movimento *Nova Gestão Pública – New Public Management* (NPM) – passaram a orientar um modelo de governança pública centrado no chamado *espírito empreendedor*, pelo qual o governo é concebido como prestador de serviços aos seus cidadãos; além disso, do servidor é exigido que ele chame para si a responsabilidade da ação a ser empreendida. Como resultado, passou-se a discutir se o governo é o fornecedor de serviços ou se seu papel é subsidiário. Assim, a privatização tornou-se, em alguns casos, um instrumento considerado benéfico para o avanço da prestação de serviços.

Portanto, foi na conjuntura da re-engenharia do Estado e no avanço do Mercado sobre o serviço público, sobremodo, a partir do final do século XX, que o conceito de *accountability* – sofrendo perturbações externas, que resultaram na ruptura de seu *equilíbrio metaestável*¹⁴⁶ – “evoluiu”. Diante da influência neoliberal, a partir do modelo de

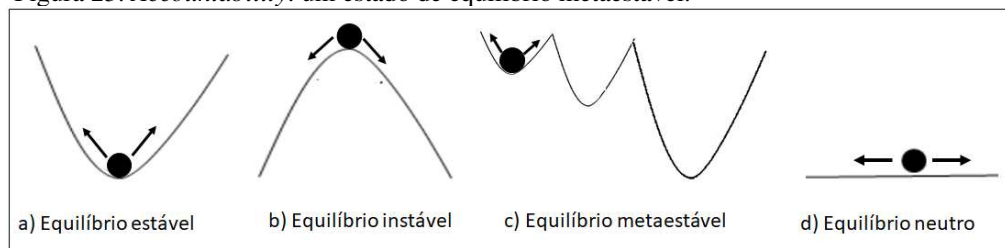
¹⁴⁶ De acordo com as leis da mecânica – ramo da Física que estuda o movimento dos corpos e as evoluções temporais – um corpo está em equilíbrio quando a soma das forças que atuam sobre ele for nula, ou seja, igual a zero. Sendo que, o estado de equilíbrio pode ser classificado como: a) equilíbrio estável, ocorre quando o

contabilidade financeira, sob o estímulo da NPM, o termo *accountability* teve sua definição conceitual ampliada, tornando-se mais complexa do que a concepção imperante na burocracia weberiana.

A simbiose entre NPM e *accountability* é verificada na instrumentalização dessa última pela primeira, em fórmulas destacadas pela OCDE (2010), ao reconhecer na proposta do NPM a defesa de alguns eixos: a direção e o controle com base em desempenhos mensuráveis (gestão por resultados); o orçamento por desempenho (*performance budgeting* e sistema de *accountability*). Na era da gestão (Gaulejac, 2007), com a díade democracia neoliberal e NPM, a *accountability* matiza¹⁴⁷, como um padrão normativo da vida política e social, a prática da *boa governança*¹⁴⁸ (Bevir, 2011; Dubnick, 2008; O'Kelly; Dubnick,

sistema sofre uma perturbação que amplia sua energia potencial, mas como o sistema tende ao estado de menor energia, o corpo retorna ao seu estado original, na posição em que se encontrava; b) equilíbrio instável, quando uma pequena perturbação altera seu estado original, deslocando o corpo e afastando-o completamente de sua posição inicial; c) equilíbrio metaestável, caracteriza-se por um longo período de aparente equilíbrio, mas ao ser perturbado as propriedades ou características do corpo mudam lentamente com o tempo, sendo que se a perturbação for pequena o corpo voltará ao seu estado inicial, porém se ela for grande, o sistema se afastará definitivamente da posição inicial de equilíbrio. d) equilíbrio neutro, o sistema se modifica com qualquer perturbação, mas a energia potencial não sofre alteração. (Figura 23). Um dos problemas que cercam a *accountability*, em nosso entendimento, é saber em que momento ela retomará seu estado de equilíbrio.

Figura 23: *Accountability*: um estado de equilíbrio metaestável.



Fonte: Elaborada pelo autor, baseado em Gualter, Helou e Newton (2012)

¹⁴⁷ Segundo Dubnick e Yang (2010, p. 3, tradução nossa): “A prestação de contas é considerada a marca registrada da governança democrática moderna e um conceito central na administração pública (Dubnick 2005). Todas as principais escolas de pensamento da administração pública americana são indiscutivelmente sobre responsabilidade. Por exemplo, a Nova Administração Pública (Frederickson 1980), o Movimento de Refundação (Wamsley 1990), a Nova Gestão Pública (NPM) (Christensen & Laegraid 2002) e o Novo Serviço Público (Denhardt & Denhardt 2000) prescrevem de forma diferente para o que e para quem os administradores públicos devem ser responsabilizados. Todos os principais debates sobre as reformas recentes do governo também estão relacionados à prestação de contas. Os defensores do NPM insistem que seu programa centrado no desempenho melhora a responsabilidade do governo, mas os oponentes refutam que o programa prejudica a responsabilidade política. Os que acreditam na rede afirmam que a contratação e a entrega baseada na rede levam a uma melhor responsabilidade, mas outras pessoas alertam que as redes apresentam desafios significativos de responsabilidade. A lista pode continuar e a verdade é que a responsabilidade parece estar em todos os lugares e no menu de todos”.

¹⁴⁸ A *boa governança* é reputada como o exercício da autoridade administrativa, o controle e o poder do governo; precisando melhor, “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando ao desenvolvimento” (World Bank, 1992, p. xiv, tradução nossa), ante quatro pilares: administração do setor público; quadro legal; participação e *accountability*; informação e transparência. Criam-se, assim, as condições necessárias para a filosofia do *New Public Management*, com foco nos resultados e para conceber a base material para a proliferação de instrumentos de governança.

2014b).

Doravante, a *accountability* seria um ícone de boa governança (Bovens, 2007a; Frølich, 2011). Behn (2001), em seu livro *Rethinking Democratic Accountability (Repensando a responsabilidade democrática, tradução nossa)*, expõe um modelo interessante, para pensarmos o reformismo em ligação com a democracia neoliberal: a *accountability pelo desempenho*¹⁴⁹, que fomenta a performatividade – ao mesmo tempo que o cidadão espera que o governo produza resultados, sejam eficientes e eficazes, a recíproca também se torna desejável. Então, temos a ascensão do cidadão *accountable*: indivíduo que ao mesmo tempo que responsabiliza autoridades e funcionários públicos por suas atividades, ao “controlar” instituições (Bovens, 2007b; Ryan; Feller, 2009), também é responsabilizado por seus resultados, conforme uma medida de *accountability*.

Não obstante, esse avanço é devedor da crise que se abateu sobre o mundo do capital. Vejam, a NPM surgiu entre as décadas de 1970-80, no início do que Mészáros (2016b) qualificou de *crise estrutural do capital*, crise que afeta todas as dimensões da sociedade – econômica, política, educacional etc. – já que “o capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente” (p. 800). Nesse sentido, “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade” (p. 251).

Por isso, diversamente do que acontecia durante as crises parciais e cíclicas, temos agora a ativação dos limites absolutos do capital, emanando de suas três dimensões internas: produção, consumo e circulação/distribuição/realização, o que perturba seu metabolismo. Diz Mészáros (2016b, p.799), só podemos falar em crise estrutural do capital, quando:

[...] a tripla dimensão interna da auto expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. [...] quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras [...]. A partir deste momento, as perturbações e “disfunções” antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso complexo mecanismo de *deslocamento de contradições*.

(Rhodes, 2007).

¹⁴⁹Behn (2001, tradução nossa) apresenta quatro tipos específicos de *accountability*, com objetivos e meios diferentes entre si, podendo ser avaliadas e medidas conforme sua operacionalidade, são estas: *accountability* pelas finanças, *accountability* pela justiça, *accountability* pelo uso do poder e *accountability* pelo desempenho. É importante destacar que, conforme o autor, para alguém (*accountability holdees*) ter a obrigação de prestar conta, deve haver alguém (*accountability holders*) responsável pela solicitação e verificação. Nessa relação opera-se uma responsabilização ligada à imputabilidade, ou seja, à punição pelo mau ou bom desempenho.

Segundo o filósofo húngaro, até as instituições que contribuem para a reprodução dos valores burgueses – como família, igreja e instituições de educação formal – também foram abaladas:

[...] simultaneamente, algumas das instituições mais fundamentais da sociedade são atingidas por uma crise nunca antes sequer imaginada. O poder da religião, no Ocidente, evaporou-se quase que completamente há muito tempo, mas este fato tem sido mascarado pela persistência de seus rituais e, sobretudo, pelo funcionamento efetivo de religiões-substitutas... [...] *a crise estrutural da educação tem estado em evidência há já um número de anos nada desprezível*. E aprofunda-se a cada dia, ainda que esta intensificação não assuma a forma de confrontações espetaculares (Mészáros, 2016b, p 994, grifo nosso).

Foi nessa conjuntura que a NPM se desenvolveu, propondo remodelar a gestão da máquina estatal, assimilando práticas oriundas do setor privado, enfatizando a descentralização, a autonomia e a eficiência dos órgãos estatais. O principal objetivo do novo modelo era solucionar os crescentes déficits orçamentários – na esteira da recessão que se seguia à crise do petróleo de 1973 – além da qualificada ineficiência do Estado.

Com o avanço do déficit fiscal e da estagnação econômica na década de 1980, período chamado no Brasil de *década perdida*, a própria noção de serviço público foi questionada. O Estado keynesiano e burocrático weberiano passaram a ser alvo de ásperas críticas, acusados de morosos e ineficientes para atender às demandas sociais voltadas para o cidadão, como as de justiça social¹⁵⁰ (Secchi, 2009) e competitividade internacional.

À sociedade foi apresentada, a partir de um novo *ethos* – um outro modo de ver o cidadão, o cidadão-cliente (consumidor de serviços públicos) – uma forma de gestão da coisa pública alinhada à lógica empresarial, reproduzindo, curiosamente, a máxima weberiana de que o “Estado moderno é uma ‘empresa’ (Betrieb) idêntica a uma fábrica. Esta, exatamente, é sua peculiaridade histórica” (Weber, 1997, p. 40). *Estado e Empresa* compartilhariam os mesmos fatos econômicos: separação entre trabalhador e meios materiais de produção; o outro fato seria a contabilidade racional do capital, ou seja, uma mistificação da valorização do capital, visto que a *racionalização* passa a ser a base da acumulação e não a exploração do trabalho.

A sociologia de Weber – chamado por Hobsbawn (1986, p. 84) de o “Marx

¹⁵⁰ A concepção de *justiça social*, seja na perspectiva do *ultra* ou *neoliberalismo*, está baseada no *Estado de direito* e na liberdade do *indivíduo*, sua organização teórica reporta-se às teorias de Friedrich Hayek (1990), escola austríaca, contida em seu livro, *O Caminho da Servidão*; bem como, as proposições relativas à *política social* e a *liberdade de escolha* estão centradas em Milton Friedman (1984), escola de Chicago, em seu livro, *Capitalismo e Liberdade*.

burguês”, a julgar por sua defesa radical do capitalismo, em oposição à Karl Marx – sobressai-se como porta-voz desta axiologia com seu *tratamento motivado*. Mészáros (2013), ao aduzir a forma weberiana, evidencia a ausência da categoria *trabalho* na construção de seu *tipo ideal*¹⁵¹ – abstração arbitrária que não expressa as relações contraditórias, fato evidenciado: 1) na neutralidade axiológica, com a supressão do “inter-relacionamento estrutural fundamental entre o capital e o trabalho” (p.21); 2) por seu caráter “ideológico”, pois em sua expressão hipostasiada, a “produção capitalista” é tomada como “insuperável” – formação social com seus necessários *cálculo* e *racionalização* – e a “burocracia” é vista como um “imperativo categórico” (p. 22-23); 3) na separação entre “‘tipo ideal’ e categorias da realidade empírica”, induzindo para a “solução de problemas basicamente ontológicos no interior dos limites de critérios puramente epistemológicos” (p.25).

Dos muitos elementos que resultam dessa axiologia, temos a expressão weberiana dos (i) tipos ideais de indivíduos históricos e os (ii) tipos ideais de condutas de um tipo particular (Aron, 2000). Concepções que na *virada neoliberal* (Harvey, 2012) ligam-se ao conformismo, consumismo e niilismo, premissas para a chegada do *super homem* (tipo ideal) pós-moderno – uma imagem arquetípica do *super homem* (*Übermensch*) nietzschiano, um ser superior aos demais, o modelo ideal para elevar a humanidade – o *homo accountable*, esse

¹⁵¹ O tipo ideal (do alemão *idealtyp*) exprime um objeto categorialmente construído, selecionado e apresentado em sua forma pura. Weber (2004, p. 107) o apresenta dizendo: “Qual é, em face disso, a significação desses conceitos de tipo ideal para uma ciência *empírica*, tal como nós pretendemos praticá-la? Queremos sublinhar desde logo a necessidade de que os quadros de pensamento que aqui tratamos, ‘ideais’ em sentido puramente lógico, sejam rigorosamente separados da noção do dever ser, do ‘exemplar’. Trata-se da construção de relações que parecem suficientemente motivadas para a nossa *imaginação* e, conseqüentemente, ‘objetivamente possíveis’, e que parecem adequadas ao nosso saber nomológico”. Em *O poder da ideologia*, Mészáros (2014a, p. 72) comentou: “Weber justifica sua ‘análise científica tipológica’ a partir de sua pretensa ‘conveniência’. Sua cientificidade só existe, porém, por definição. De fato, a aparência de ‘cientificidade tipológica rigorosa’ surge das definições ‘inequívocas’ e ‘convenientes’ com que Max Weber sempre empreende na discussão dos problemas selecionados. Ele é um mestre sem rival nas definições circulares, justificando seu próprio procedimento teórico em termos de ‘clareza e ausência de ambigüidade’ de seus ‘tipos ideais’, e da ‘conveniência’ que, segundo se diz, oferecem. Além disso, Weber nunca permite que o leitor questione o conteúdo das próprias definições nem a legitimidade e validade científica de seu método, construído sobre suposições ideologicamente convenientes e definições circulares ‘rigorosamente autossustentadas’. Por isso, para Mészáros, a sociologia weberiana possui um lastro mistificador, cujo “segredo da crescente influência atlântica [...] foi a conjunção favorável entre as características de sua orientação e as necessidades ideológicas da ordem sociopolítica internacional em mudança” (p. 147). Trata-se de uma construção teórica que “Conseguiu formular uma crítica da *burocracia* e da *racionalidade tecnológica* ao mesmo tempo em que declarava a impossibilidade fundamental de que elas fossem superadas [...]” (p. 148, grifo do autor). Existe, portanto, uma incompatibilidade entre o sistema weberiano e o projeto marxiano, antagonismo que o próprio Mészáros explicita: “Weber estabeleceu condições que eram radicalmente incompatíveis com o materialismo dialético como sistema explanatório causal (isto é, solicitando-lhe que substituísse suas categorias – definidas por Marx como *Daseinsformen* sociais, ‘formas do ser social’ – por ‘tipos ideais’ vazios), mas também com o socialismo e a revolução. Ele não imaginou, em nenhum momento, que uma revolução socialista pudesse ‘criar um todo histórico’, pela simples razão de considerar que o destino do capitalismo – com seus necessários ‘cálculo’, ‘racionalização’, ‘burocracia’ etc. – era *não ser superado*” (p. 217).

homem vitruviano pós-moderno, moldado na forja gerencial.

Em sua semiurgia, a pós-modernidade recria o mundo e seus ideólogos decretam a decadência das grandes ideias, princípios e instituições ocidentais, afirmando a ausência de valores e de sentido para a vida. Sua manipulação ideológica visa imprimir uma dominação sociopolítica, na qual o *trabalho* é substituído pela *linguagem* em uma dupla elisão: a do sujeito e a do objeto. Nessa separação, a única coisa que sobrevive é a linguagem, em um sistema de signos sem significação, pois as grandes ideias do passado estariam mortas, a semelhança dos deuses; não existe céu nem sentido para os discursos totalizantes, assim, o homem pós-moderno se entrega ao presente, ao prazer e ao consumo.

No espetaculoso mundo da mercadoria, impõe-se ao homem, como condição de sobrevivência, o individualismo. O indivíduo dilacerado e unilateral passa a valorizar a luta pela posse, seus sentidos e a *atitude de valor* – sua relação de não-indiferença diante do mundo e dos elementos com os quais se defronta – passam a ser alienadas. Com a atitude de valoração alienada, não se torna possível ao indivíduo o reconhecimento da ação humana nas coisas criadas, como produtos sociais que refletem a essência e a vida humana.

Se aquilo que o indivíduo *é*, coincide com o modo como produz e o que produz, semelhantemente, sua consciência se desenvolve, a partir das relações sociais estabelecidas, ou seja, da divisão social do trabalho. A consciência, enquanto um *espírito exteriorizado*, “sofre, desde o início, a maldição de estar ‘contaminada’ pela matéria” (Marx; Engels, 2016, p. 34). Com a divisão do trabalho, opondo pela força motora da contradição as relações sociais e as forças de produção material, a consciência é cindida em trabalho material e espiritual. Cisão baseada na “distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos” (p.36).

Essa divisão está na base do trabalho alienado, interferindo na formação do ser social, gerando uma consciência estranhada, cindindo os homens de sua atividade sensível e de sua própria generidade humana, uma vez que: “a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado” (Marx; Engels, 2016, p. 37).

A transformação dessa realidade não se opera no campo das ideias, ela situa-se na história real, partindo da práxis, no plano material, e não o inverso. Como salientam Marx e Engels (2016, p. 43), “as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na ‘autoconsciência’ [...], mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [realen] de onde provêm essas enganações idealistas”.

A partir disso, podemos chegar a alguns elementos que estruturam e conduzem a mistificação e que são *expressos* pelos “reflexos ideológicos e [...] ecos desse processo de vida” (Marx; Engels, 2016, p. 94), pois:

[...] *as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência* (Marx; Engels, 2016, p. 94, grifo nosso).

Esta referência ideopolítica de Marx e Engels nos auxilia a entender a mistificação weberiana, na qual, conforme Lukács (1955 *apud* Paulo Netto, 1981, p. 149), a “essência do capitalismo aparece [n]a racionalização da vida econômica-social, [n]a possibilidade de calcular racionalmente todos os fenômenos”. Ao lado dessa concepção, repousa a relevância weberiana atribuída à separação entre trabalhadores e meios de produção, teoria que reflete o processo histórico de alienação e de divisão do trabalho, tornando a ilusão de neutralidade da ciência uma ilusão necessária. Mészáros (2014a, p. 270) argumenta que:

[...] a ilusão da autodeterminação “não-ideológica” e da correspondente “neutralidade” da ciência é, em si, o resultado do processo histórico da alienação e da divisão do trabalho capitalista. Não é um “erro” ou uma “confusão” que possam ser eliminados pelo “iluminismo filosófico”, como pretendem os positivistas lógicos e os filósofos analíticos. Antes, é uma ilusão *necessária*, com suas raízes firmemente plantadas no solo social da produção de mercadorias e que se reproduz constantemente sobre essa base, dentro do quadro estrutural das “mediações de segunda ordem” alienadas. Em consequência da divisão social do trabalho, a ciência está de fato alienada (e privada) da determinação social dos objetivos de sua própria atividade, que ela recebe “pronta”, sob a forma de ditames materiais e objetivos de produção, do órgão reificado de controle do metabolismo social como um todo, ou seja, do capital.

Também no que toca à concepção teórico-metodológica de Weber, sua axiologia pretensamente neutral esteia ou replica-se em suas sucedâneas ciências da gestão. Observe-se que o modelo burocrático weberiano, mesmo com diferenciações em relação às novas formas de gestão, encontra-se em um *continuum* (Clegg; Hardy, 1998), ainda influenciando a base intelectual (racional-legal) sobre a qual se ergue o aparelho estatal, com sua calculabilidade, intensidade e racionalidade da vida social. Em uma certa permeabilidade, as inovações gerenciais, o paradigma weberiano do Estado Burocrático e seu *ethos do bureau* – o *birô*, termo de origem francesa designando o *escritório*, o conjunto dos costumes e hábitos estabelecidos – com sua aderência às regras, à hierarquização das relações sociais, à especialização e ao apego aos procedimentos regularizados e rotineiros ainda não foi

totalmente superado.

Além disto, com a *analogia abstrata de estado empresa*, o modelo weberiano potencializa o elemento de isomorfismo institucional, especificamente do tipo coercitivo do Estado Moderno. A luta de classes acaba sendo rechaçada no interior do Estado, atribuindo as mudanças no sistema à processos endógenos inseridos nas relações de *potência (Match)* e de *poder (Herrschaft)*. Essas relações seriam marcadas por uma luta, cujo objetivo é o poder na dúplice forma: *poder de fato* e *poder legítimo*, luta que não teria sua causa na *contradição*, mas sim na relação dos conflitos entre os valores. Sob o manto da racionalidade do capital e das suas formas mistificadas, são distorcidos os traços fundamentais da sociabilidade burguesa, negando a contradição como a força motora da história, produzindo-se uma *mística irracionalista*¹⁵² (Lukács, 2020; Mészáros, 2013).

A inversão gerada por este modelo de conceber o Estado distorce ou desloca os verdadeiros problemas da crise estrutural do capital, fazendo recair sobre uma propalada ineficiência burocrática do Estado a culpa pela crise. Esta vulgarização analítica desempenha uma função ideológica, com deformações abstratas, relacionadas ao avanço das forças produtivas e ao papel do próprio Estado na expansão do capital.

Extraída da análise da realidade histórica, o que assistimos são mudanças advindas com a tríade reestruturação produtiva, neoliberalismo e globalização. Essa última, marcada pela internacionalização e transnacionalização econômica e jurídico-social, diluindo gradativamente as bases do Estado-nação, notadamente a nível europeu, com tendência a governo multinível (Fisher, 2004). Ou com um *espaço político, virtual e sem fronteiras*, baseado no Estado, para as ações em rede (Lawn, 2011). No mundo cada vez mais globalizado, tornou-se imprescindível para a ordem neoliberal, a criação de regimes de *accountability* correspondentes, que superassem as relações unidimensionais das estruturas hierárquicas, assumindo sistemas multidimensionais, envolvendo os mais diversos atores.

Foi nesse sentido que os modelos weberianos, baseados em sistemas hierárquicos monolíticos e em relações de *accountability*, políticas puramente verticais (ou ascendentes),

¹⁵² Para Lukács (2020), o irracionalismo é a forma ou tendência que a cientificidade assume para esquivar a solução dialética de problemas dialéticos. A aparente rigorosidade da liberdade de valores da sociologia é a fase mais desenvolvida desse fenômeno moderno. A sociologia de tradição weberiana inverte os verdadeiros elementos da economia capitalista, enfatizando os fenômenos vulgarizados da superfície, alçados a papel prioritário sobre os problemas relacionados com o desenvolvimento das forças produtivas. Isso tem produzido deformações abstratas que deram a certas formas ideológicas – principalmente o direito e a religião – equivalência à economia, em alguns momentos, sendo-lhe inclusive superior. É fundado nesse irracionalismo que Weber sublinha a analogia entre o Estado moderno e uma empresa capitalista, rechaçando o problema da causalção primária. Com isso, essa sociologia se degenera em uma *mística irracionalista*, na feitura de *analogias abstratas*.

tiveram que ser adaptados ou “evoluir”, em relação a sua primeira menção no *Domesday Book*, para incluir relações mais diversificadas e pluralistas. A *accountability* foi considerada a partir de um ponto de vista horizontal, por Bovens (2007b) e, em seguida, do ponto de vista vertical descendente, o que levou à definição atual que é muito mais ampla – associada à *boa governança* e a um meio para melhorar a eficiência, o controle e os resultados globalmente – abrangendo a dimensão de proteger/garantir os interesses dos cidadãos.

Isso nos leva a entender de que o objetivo tanto da NPM, seja no Reino Unido sob o governo Thatcher, quanto dos outros modelos – como o estadunidense *National Partnership for Reinventing Government* (NPR) ou *Reinventing Government* (Movimento Reinventante), do governo Clinton-Gore (1993-2001), que introduziu as medições de desempenho e as pesquisas de satisfação do cliente e incentivou o uso de tecnologia – é estabelecer uma orientação para o desempenho, com maior discricção sobre a gestão de processos.

No Brasil, essa onda tem impingido, desde o final do século XX, novos ajustes na ordem socioeconômica, a partir dos diagnósticos gerencialistas, em um *continuum* com os discursos e as reformas do *Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado* (MARE): o culpado pela crise é o Estado, sendo o mercado a solução. Entretanto, a despeito de ser acusado de culpado, evidencia-se que o Estado Gerencial, no século XXI, preserva seu papel essencial para a reprodução do capital, resgatando da insolvência, o mercado financeiro, sobremodo, durante a financeirização do capitalismo.

É importante observar que uma vez incorporada aos discursos políticos como algo imprescindível, o gerencialismo “mais do que um paradigma no sentido conceitual, torna-se no país [Brasil] uma categoria política” (Burgos; Bellato, 2019, p. 920) e a *accountability* seu mantra.

Segundo Bresser-Pereira, Ministro do MARE, durante a *Era Fernando Henrique Cardoso* (FHC), a crise do Estado, desencadeada em 1979, com o segundo choque do petróleo, teve como epicentros: a *crise fiscal*, resultante da “perda do crédito público e por poupança pública negativa”; o *modo de intervenção do Estado*, marcado pelo “esgotamento do modelo protecionista de substituição de importações, [...] que] transpareceu na falta de competitividade [...] das empresas brasileiras [...] expresso] no fracasso em se criar no Brasil um Estado do Bem-Estar” e na “forma burocrática pela qual o Estado é administrado”. A esses fatores, devemos ainda somar a *crise política*, que teve três momentos: “uma crise de legitimidade” – desgaste do governo civil-militar; “uma crise de adaptação ao regime democrático” – nas tratativas reformistas dos anos 1980; além de “uma crise moral” – que culminou no

impeachment do presidente Fernando Collor em 1992 (Bresser-Pereira, 1996, p. 09-10).

Fazia-se necessário, como os *slogans* massificavam, a partir da hegemonia discursiva neoliberal, a constituição de uma Reforma do Estado que primasse por uma elite burocrática e meritocrática que combatesse o neopatrimonialismo e o clientelismo – fenômenos atados à teia de interesses sócio-políticos de burocratas e elites locais, que se locupletam na conversão da coisa pública (*res pública*) em coisa privada (*res privata*) (Bobbio, 2017; Mazzeo, 2015). A esse discurso, some-se a lógica reducionista que atribui à educação a responsabilidade, mesmo que parcial, pela crise e coloca sobre seus “ombros” a *missão* de vencer os problemas sociais e econômicos de uma sociedade.

Esse deslocamento das responsabilidades que atribui, mesmo que parcialmente, a origem das crises econômicas e dos problemas sociais à educação, gera uma ilusão de que a educação é a panaceia para a solução de todos os males sociais. Evangelista (2012) contribui para desmistificar essa leitura do Brasil, ao ressaltar a forma como o discurso hegemônico opera na construção de *slogans* que reforçam certa lógica reducionista. Ela afirma que “a propaganda ideológica, veiculada pela mídia e pelos discursos políticos, apresenta soluções simplistas para os problemas complexos da sociedade, a partir de slogans que prometem a solução mágica para todos os males” (p. 8).

Para Behring (2003), essas reformas fazem parte de uma “contrarreforma” social, tendo como objetivo redefinir o papel do Estado, enfatizando a redução da intervenção estatal na economia e no social. Além de promover a eficiência na gestão pública, com a adoção de uma lógica gerencialista. Com uma ampla propaganda depreciativa, destaca Behring, o Estado é taxado de ineficiente, ineficaz, grande demais (como um paquiderme desengonçado, em uma sala de cristais). Isso contribuiu para a formação de uma imagem do Estado como um inimigo a ser combatido. Imagem reforçada pela crítica à burocracia e à hierarquização pública, que foram apresentadas como problemas do modelo weberiano e corresponsáveis pela crise econômica das décadas de 1970/80.

Acresce ainda a todo esse movimento, a relação entre a *accountability* e a ideia de democracia na sociabilidade burguesa. Os arranjos tradicionais de *accountability vertical*, até então operantes nos regimes democráticos ocidentais, forneciam um sistema baseado em uma relação principal e agente, envolvendo apenas instituições nacionais, o que é considerado, uma concepção restritiva (Bovens, 2007b; Bovens; Schillemans, 2014). Mulgan (2000) descreve essa concepção tradicional com três fundamentos: a) externo, na medida em que a conta é dada a outro ator ou entidade; b) envolve interação social entre as partes, em busca de respostas e justificativas; c) implica direitos de autoridades, como o direito de exigir

respostas/justificativas e impor sanções.

Devemos destacar, a esta altura, para alcançar nossos fins, o pensamento de Weber sobre a democracia, não tanto por esse sistema ser comumente relacionado às políticas de *accountability* – *accountability* democrática (Olsen, 2018; O'Donnell, 1998) –, mas visando a contradição, em relação aos próprios anseios da burguesia, no tocante à democracia. Para com isso, entendermos as tessituras entre *accountability* e democracia.

Lukács (1955 *apud*. Netto, 1981, p. 152) entende que a sociologia alemã, anterior à Primeira Guerra Mundial – e de Weber em particular – tentava demonstrar a superioridade “da forma alemã de Estado e da estrutura social da Alemanha em comparação com as democracias ocidentais”. No entanto, ainda que critique a democracia moderna, Weber, assinala Lukács:

“[...] considera a democracia como a forma mais apta à expansão imperialista de uma grande potência moderna. Vê a debilidade do imperialismo moderno precisamente nessa ausência de um desenvolvimento democrático na política interna: [...] ele [Weber] partilha com os outros imperialistas alemães a concepção da missão geopolítica (colonizadora) dos ‘povos’ de senhores’. Mas se distingue deles na medida em que não só não idealiza a condição da Alemanha, com seu parlamentarismo aparente, mas a crítica de modo áspero e apaixonado. Ele pensa que os alemães só se poderão converter num ‘povo de senhores’ em regime democrático, como França e Inglaterra. Por isso, a fim de que se torne possível realizar os intentos imperialistas da Alemanha, há que ter lugar uma democratização interna que deve ser levada até o ponto indispensável à obtenção de tais finalidades. [...] esse democratismo de Weber, dado o seu fundamento imperialista tem matizes muito particulares. Numa conversa com Ludendorff, Weber – segundo os apontamentos de sua mulher – teria declarado: ‘Na democracia, o povo escolhe o líder em quem confia. Então, quem foi escolhido diz: ‘Agora, cale e obedeça!’. Ao povo e aos partidos, não é permitido retrucar. Depois, o povo pode julgar: se o líder errou, que seja enviado à forca!’ Não é de surpreender que, em tal conversa, Ludendorff tenha declarado: ‘Uma democracia assim poderia me agradar!’. Deste modo, a democracia de Weber se transmuta num cesarismo bonapartista” (Lukács, 1955 *apud* Netto, 1981, p. 152-154).

A concepção de Weber em relação à democracia moderna é esclarecedora sobre o elo entre autoritarismo, neoliberalismo e arranjos democrático-constitucionais. O que nos leva a questionar à badalada obra “*Como as democracias morrem*”, de Levitsky e Ziblatt (2018): que democracia estaria “morrendo” por dentro? Por certo não é a *democracia verdadeira*, como defendido por Marx (2013a) e destacada por Menezes (2009, p. 135-136):

Na sociedade moderna, sob ordem do capital, há uma lógica (re)produtora da exclusão social, das misérias e da própria alienação humana. Para alcançar a democracia verdadeira, deve-se romper com esse sistema pela reintegração do “social” e do “político” no homem – superando as mediações que negam ou afastam o homem de sua verdadeira humanidade; romper com o dualismo entre direito público e privado. Tais ações revolucionárias ocorrem “apenas [se] a democracia é a verdadeira unidade do particular e do universal” (Marx, 2010a [1844], p. 88).

Ainda vivemos, à semelhança dos indivíduos pré-modernos, sob laços abertos de dependências, submetidos por uma *servidão voluntária* (La Boétie, 1982) ou *involuntária* – imperando “o homem *não livre* [...] a *democracia da não-liberdade*, da alienação realizada” (Marx, 2013a, p. 52) – à ordem capitalista, ao domínio da relação de dependência coisal, por abstrações: o dinheiro, a cidadania abstrata, o Estado de Direito etc.

No entanto, não é nosso intuito discorrer sobre a pergunta supracitada, ela tão somente nos ajuda a perceber, em uma leitura de Weber, mediado por Lukács, que a concepção conservadora, bonapartista e autoritária weberiana *pode e dialoga* com a democracia moderna. Esse modelo é, em grande medida, abstrato – democracia deliberativa (modelo habermasiano) – e reproduz uma cidadania também abstrata, que uma vez mantidas suas balizas burguesas – Estado de Direito Representativo-Democrático – justifica e perpetua a desigualdade social.

Por isso, Mészáros (2014a, p. 147), que mesmo sendo um crítico do que se tornou a democracia de Weber no transcurso dos desenvolvimentos político-ideológicos do século XX, assevera: “o pensador reverenciado por todo mundo atlântico como o representante – com um rigor teórico que deve ser considerado exemplar até pelo mais ‘objetivo’ de todos os cientistas sociais – dos valores máximos da ‘democracia liberal’ e do ‘mundo livre’” – aréola semelhante lhe é atribuída pelos ideólogos da axiologia da neutralidade científica (do grego *axios*, valor, padrão dominante de valores, notadamente morais, em determinada sociedade).

Uma vez tecida essa breve reflexão sobre Weber, voltemos ao nosso tema central (do qual nunca saímos). Ao fim e ao cabo, o gerencialismo tem definido boa parte da discussão acerca “dos mecanismos de controle, responsabilização e [... *accountability*] em face da efetividade, eficácia e eficiência de uma determinada política” (Burgos; Bellato, 2019, p. 921). Bem como, a *accountability* tornou-se um conceito imprescindível para pensar a governança democrática ocidental na modernidade, em razão de cada vez mais exigir-se a quem se delegou *o poder* a prestação de contas da maneira como o usa(ra)m – muito embora este seja um mero jogo de aparências, na realidade fantasmagórica da democracia delegativa, com sua cidadania abstrata e suas relações sociais reificadas.

Numa conjuntura de transformações societárias e de mudanças no chamado *mundo do trabalho*, a tese clássica do liberalismo, com sua conhecida expressão *menos Estado e mais mercado*, defendendo as liberdades individuais, foi revigorada pelos críticos da intervenção estatal e pelos adeptos das virtudes reguladoras do mercado. Essas ideias ganharam visibilidade na obra *O caminho da servidão*, cântico da sereia em que Hayek (2010, p. 40) defende “[...] o respeito pelo indivíduo como ser humano [...] e a convicção de que é

desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais”.

Friedman (1984), um dos ideólogos (cabeça) da hidra neoliberal, em *Capitalismo e liberdade*, de forma semelhante a Hayek, defende a promoção e a proteção do indivíduo, afirmando que “[...] os valores de uma sociedade, sua cultura, suas convenções sociais, todos eles desenvolvem-se de idêntica maneira, através do intercâmbio voluntário, da cooperação espontânea, da evolução de uma estrutura complexa através de tentativas e erros [...]” (p. 68). A iniciativa individual, travestida em uma falsa liberdade, declamada por Hayek e Friedman são os fundamentos do individualismo, focalizando no capitalismo competitivo e tendo o mercado como regulador da riqueza e da renda.

Para os autores, as políticas sociais, ao tentarem regular artificialmente com sua estrutura burocrática os desequilíbrios sociais resultantes da *competitividade natural do sistema*, podem gerar entraves ao desenvolvimento, bloqueando os mecanismos que o próprio mercado é capaz de criar. Esta intervenção estatal na ordem societária constituiria uma ameaça aos interesses e às liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa.

Diante desse cenário, cabe à filosofia desfetichizada, então, expor conceitualmente a realidade dos indivíduos materiais, enquanto sujeitos históricos, logo, sujeitos socialmente existentes, que estão submetidos à determinada ordem sócio metabólica. Aqui, a filosofia deixa de ser mera especulação, para se tornar ciência, desvelando as normas que regem os processos que constituem as relações sociais de uma época.

Com isso, podemos tratar o que Kauppinen (2018) qualifica de *epistemic norms* e sua correlação com a *epistemic accountability*. Nesse debate, tem-se a *accountability* inserida no contexto das normas da racionalidade, proposições que dizem quando é correto, de um ponto de vista epistêmico, ou expressam as condições em que agentes cognitivos otimizam a obtenção de crenças verdadeiras e evitam crenças falsas. Isso reforça a tese do caráter ideológico da *accountability* e seus critérios de responsabilidade e justificação, elementos que envolvem a ação de responsabilizar e culpar o agente por algo.

Nesse sentido, alinhada à NPM – identificada com os valores da produtividade, da descentralização e da eficiência na prestação de serviço, produzindo uma fórmula cultural focada no *controle* derivado de uma “visão de reforma racionalista, focada em resultados mensuráveis” (Sinclair, 1989, p. 393, tradução nossa) – a *accountability* outorga ao Estado, ajustado ao modelo gerencial, a alcunha de transparência e de ter como característica a profissionalização da alta burocracia (Secchi, 2009).

Se o que demarca o poder imagético da *accountability* mistificada é sua força de atribuir ao seu portador a áurea de moderno – racional e eficiente – sua *causa* não se restringe

ao *signo*. Trata-se também de sua realidade íntima, o seu *logos* – a razão que fundamenta o argumento, que vai além do pensamento e da palavra – que racionaliza e legitima a ligação entre o sentido e a forma da *coisa*, induzindo o receptor a condescender com a informação apresentada, legitimando a irracionalidade substantiva do capital.

Contudo, o reformismo animado pelo gerencialismo tem enfrentado dificuldades, como ponderam Burgos e Bellato (2019), dado sinais de esgotamento. Pitschas (2007), sugere que para “evitar a perda de valores no meio do conflito entre o Estado minimalista e o Estado social”, fez-se necessário a conciliação dos “valores de serviço público tradicionais [Weberiano] com os ‘novos’ valores [NPM] provenientes das novas abordagens de organização e gestão das organizações públicas” (p. 67).

Com o agravamento da crise financeira global de 2007-2012, os principais objetivos do NPM mostraram-se inadequados ou ineficazes para superar os problemas enfrentados pelo neoliberalismo, inclusive no campo educacional. Por um lado, “[...] em face da resistência à mudança de comportamento profissional, que costuma ser forte na área da educação [...]” e, por outro, porque existem “[...] as dificuldades de se produzirem alterações mais consistentes no desempenho dos estudantes, em especial nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio” (Burgos; Bellato, 2019, p. 924-925).

Contrastando com o Estado weberiano e o atual período neoliberal, assiste-se a uma *terceira onda* – 1ª weberianismo; 2ª NPM – no âmbito da gestão, como resultado das críticas ao gerencialismo e ao seu princípio da *Teoria da Escolha Pública (Public Choice Theory)*: seria o pós-NPM. Essa “3ª onda” critica o princípio da Escolha Pública e o seu racionalismo tecnocrático, que define o indivíduo como *maximizador econômico*, agente individual, *homo oeconomicus*, segundo três bases: o pressuposto de auto interesse, a concepção de interações sociais como trocas no mercado e o individualismo metodológico.

Para a *Escolha Pública*, a essência da democracia está no individualismo, supondo que o *laissez-faire* garantido pelo mercado livre e competitivo, com sua *anarquia ordenada* – contraponto ao que eles definem como coerção estatal institucional – promove a eficiência e retroalimenta a ordem democrática. A dinâmica competitiva do livre mercado garantiria o exercício da liberdade e da soberania do indivíduo, cujo comportamento é egoísta – orientado por princípios utilitaristas e não pelo altruísmo ou interesse público (Polanny, 2000).

Todavia, como sugere o autor, esse mercado desregulamentado produz a anarquia do estado *hobbesiano* de natureza e não uma *anarquia ordenada* que afirme a democracia, pois em uma sociedade subordinada à lógica do interesse individual, o conflito tende a irromper da forma mais disruptiva possível. A tensão entre democracia, livre mercado e

eficiência na *Escolha Pública* resulta no sacrifício da primeira, logo, há uma insustentabilidade teórica na junção da NPM com a *Teoria da Escolha Pública* – mas o capital é em sua essência irracional.

Para solucionar esse dilema que ameaçava a ideia da contrarreforma do Estado, elaborou-se uma retórica separando (no campo da aparência) a administração gerencial da *Escolha Pública*, como uma solução típica da pós-modernidade: *conservadorismo disfarçado* (Oliveira, 1995), uma teoria (que se diz) livre de ideologia, produzindo um outro *bureau* para substituir o *bureau* da ordem combalida anterior.¹⁵³

O pós-NPM, defende (no plano retórico) aproximar a burocracia com a sociedade, a fim de diminuir o déficit democrático e de garantir a *accountability*, construindo um Estado mais responsivo e *accountable*. Com isso, o Estado Neoweberiano (ENW) nega – ocultando ou mascarando – qualquer vínculo com os princípios e valores da *Escolha Pública* e busca criar mais sinergia entre Estado e sociedade, ressignificando a governança e a burocracia, com mecanismos de democracia participativa e deliberativa (Evans, 2003). Esta abstração arbitrária do ENW densifica a mistificação da *accountability*, um autêntico produto operado na efetividade do relacionamento contraditório entre capital e trabalho.

É a partir dessa ideia fundamental que podemos entender: longe de enfraquecer-se com a crise, o capitalismo – com seu corolário mini-max: “máximo para o capital, mínimo para o trabalho [para o social]” (Sader, 1999. p.126) – tem mantido a hegemonia global. O estado e o mercado, incorporando valores neoconservadores como instrumentos para a disputa de um projeto societal, tem se movimentado com o objetivo de preservar o *status quo*, estando a educação no centro dessa disputa, por seu potencial mercantil e sua importância ideológica.

É importante observar, que a forma da *accountability*, entrelaçada à simbiose entre gerencialismo e gestão escolar, expressa os marcos ideológicos de cada governo. Esquemas de *accountability* racionalizados, vinculados aos processos de desempenho e de avaliação, têm sido uma estratégia persistente no ordenamento utilitarista, dando provimento a padrões de

¹⁵³ Andrews e Kouzmin (1998), em artigo intitulado *O discurso da nova administração pública*, utilizando da ação comunicativa de Habermas e referenciando-se nos escritos de Morris Perlmán (1976) – no trabalho intitulado *Party Politics and Bureaucracy in Economic Policy* (“Política Partidária e Burocracia na Política Econômica”, tradução livre), texto da década de 1970, período de afirmação das bases da *Teoria da Escolha Pública* – trazem um contributo interessante, mesmo que tenhamos algumas ressalvas, para pensarmos certos aspectos da Teoria da Escolha, como a tese do fracasso da burocracia diante do seu próprio crescimento, como algo inevitável: “sendo que a solução burocrática geralmente é, de acordo com Pelman (1976:76), ‘criar um outro *bureau* para controlar aqueles que caíram em pecado. *Bureaux* se empilham sobre *bureau* e a burocracia vai crescendo” (Andrews e Kouzmin (1998, p. 123). Diversamente de Pelman, compreendemos que a ação de produzir ou *criar um outro bureau* não pode ser encarado mecanicamente, como sinal de fracasso, mas a depender da situação, como gradualismo e continuidade, um demonstrativo da capacidade do sistema de se reorganizar, desenvolvendo novas configurações.

aprendizagem, conforme as demandas forjadas pelo mercado.

A relação do gerencialismo com as reformas do Estado tem gerado um dinamismo nas políticas educacionais em nível nacional e subnacional, demonstrando que os usos da *accountability* têm se sofisticado, assumindo formas diversas (Kim; Yun, 2019; Ruff, 2019). De fato, o gerencialismo tem impactado tanto as políticas educacionais quanto as formas da *accountability*, deslocando a métrica sociológica, associada ao estudo da relação entre educação e desigualdade social, substituindo-a por uma métrica que valoriza o resultado, mensurado pelo desempenho acadêmico do estudante (Burgos; Bellato, 2019).

A descentralização, ou melhor, desconcentração da escola (autonomia financeira, administrativa e pedagógica relativas), p. ex., tem contribuído para mudanças na tecnologia do controle estatal por meio do que Ball (1998) denomina de *controle à distância*, ação ligada aos princípios gerenciais da produtividade e/ou aos resultados almejados/alcançados. Entretanto, o trabalho docente é muito complexo para ser prescrito de longe; por isso, o controle não deve vir de cima, mas sobretudo, dos mecanismos de incentivo e de sanção decorrentes da responsabilidade, em face dos pares e da reputação profissional:

O profissionalismo, portanto, melhoraria a prática e aumentaria a responsabilização ao criar formas de garantir a competência e o comprometimento de cada um com suas obrigações. [...] Em síntese, pode-se afirmar que enquanto o modelo burocrático dilui a responsabilidade individual em favor da ideia de conformidade, e o gerencialismo valoriza o protagonismo de uma elite profissionalmente bem treinada e apta a gerir os processos de reforma, o pós-gerencialismo propõe o desenvolvimento de uma cultura profissional lastreada em uma ética da responsabilidade mútua em relação à performance dos alunos e ao desenvolvimento da comunidade (Burgos; Bellato, 2019, p. 930-931).

Confrontado em sua *práxis pedagógica* com indicadores e dados de avaliação, análises e comparações de desempenho, o professor é convertido em um *ser* sôfrego, à busca de prêmios e destaque na escola. Ou seja, ele é transformado em um produtor/fornecedor da mercadoria educação e seu desempenho (*mercantil*) está vinculado ao seu pagamento (salário e bonificações), que é “um indicador claro das pressões para fazer de nós próprios uma empresa e vivermos uma vida de cálculo” (Ball, 2002, p. 6).

A esse respeito, Ball (2005, p. 545) contribui para refletirmos sobre o gerencialismo aplicado à educação, pois esse acaba por “incutir performatividade na alma do trabalhador” e em similitude, na alma do estudante – fenômeno que está ligado à ação de mistificação da política educacional. Esse fenômeno é influenciado por um processo de *fabricação subjetiva* (Ball, 2010), produzindo efeitos, como a construção de parâmetros de autoavaliação (culpados e/ou responsáveis pelo fracasso), processo conformado às metas e aos padrões validados pelas avaliações externas. *A pari passu*, *slogans* mistificadores de

democracia (gerencial?) “adestram” para consensos sociais por meio do disciplinamento, mediante categorias, como: *empoderamento, responsabilidade social, empresa cidadã, empreendedorismo e sustentabilidade*.

Todos esses elementos podem ser identificados, direta ou indiretamente na forma que um de nossos entrevistados, o Prof.º Miranda (EP3E2), fala sobre o valor da escola em que trabalha:

[Pesquisador] Como é estar trabalhando em uma escola de destaque, no Município de Fortaleza?

[Prof.º Miranda] Aqui é [um espaço] excelente [para se trabalhar] A escola é muito organizada e ela consegue boas notas ... A equipe é muito boa ... Aqui a gente trabalha muito coletivamente, um ajuda o outro e a concorrência é grande para quem quer vir trabalhar aqui, pois a Escola é Nota 10 ... sempre tem alguém querendo trabalhar aqui. [Breve silêncio]. Tanto que tem ... concorrência para trabalhar aqui ... Como também [existe uma concorrência] entre os alunos ... Tem até fila de espera para vir estudar aqui nessa escola. [...]

Esta (ir)racionalidade passa a predicar indivíduos e organizações, atribuindo-lhes qualidades, bem como sentido ilusório – a crença de tornar-se o senhor do seu próprio destino ao assumir-se *accountable* em uma sociedade concorrencial. O poder da *accountability* repousa, em parte, nas qualidades dramáticas que são atribuídas as suas propriedades, disseminadas social e culturalmente, tendo como um de seus lastros a ciência quantofrênica. Com esse lastro, a “sabedoria do pensamento” (pós)gerencial passa a circundar a *accountability*, em *sintonia* com os aspectos instrumental e utilitário, projetando nos sujeitos e nas inumanas organizações uma “espiritualidade” (performance) e um significado de *vida* (existência mercantil), qualificando-as como: eficientes, eficazes etc.

Uma vez instaurada essa lógica maquínica e inumana, o sujeito na era informacional tem sua cotidianidade subordinada à *algoritmocracia*. Por uma miríade de normas algorítmicas, incompreensíveis para o indivíduo, implementam-se decisões automatizadas que interpretam o trabalho, inclusive o planejamento, e em alguns casos, passam a definir premiações ou punições, em um cenário de resistência e de dominação que deixaria Jeremy Bentham estupefato. Por essa forma de gestão, o algoritmo surge como um paradigma de controle capaz de mensurar a performance do sujeito (Avarus; Sanchez; Sanchez, 2021; Möhlmann; Zalmanson, 2017).

Operando por meio da performatividade, o Estado mantém o controle da educação, substituindo a intervenção e a prescrição pelo estabelecimento de objetivos, metas, prestação de contas, responsabilização e comparação. Com o controle à distância, a regulação passa a ser “[...] mais flexível na definição dos processos [porém mais] rígida na avaliação da eficiência e eficácia dos resultados” (Barroso, 2005, p. 727).

Para garantir os resultados objetivos do processo educacional, a avaliação externa foi normatizada, informatizada, computadorizada e despersonalizada, a fim de remover toda subjetividade do mecanismo avaliativo (Shiroma; Evangelista, 2011), traço que ficaria recluso na autoavaliação, com suas mudanças de objetivos e suas novas práticas. Assim, desenvolve-se o que Ball (2002, p. 7) qualifica ou alerta, no uso das tecnologias que “têm seu papel em ‘caracterizar-nos’ de forma diferente do que éramos, fornecendo novos modos de descrição para o que fazemos e novas possibilidades de ação.”

Para Mészáros (2016b, p. 991), “[...] no decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital”. A crise social, por seu turno, favoreceu a sinergia entre o neoconservadorismo e o gerencialismo – amparo ideológico e organizacional para as contrarreformas do Estado – resultando na radicalização do “novo” liberalismo (Harvey, 2008; Laval; Dardot, 2017; Newman; Clarke, 2012). O resultado desse processo é materializado no avanço da política de privatização, conforme Newman e Clarke (2012, p. 357-358):

O que ocorreu a seguir incluía uma nova ênfase sobre abordagens mercadocêntricas, com um retorno à contratualização, separação comprador-fornecedor e mercados internos ou quase-mercados; uma *economia mista* emergente de prestação e financiamento de serviços; um processo complexo de reestruturação e desregulação da força de trabalho; e um privilegiamento retórico subsequente do cliente ou consumidor de serviços públicos (Clarke et al., 2007). Estas mudanças eram apoiadas tanto por uma crença ideológica no poder da gestão para produzir mudanças transformadoras como a dispersão do poder do estado para um quadro de agentes gerenciais *empoderados*.

No caso da educação, a privatização assume características particulares, uma vez que o Estado continua ofertando “serviços” e mantém o monopólio do controle das diretrizes educacionais. Como ponderamos no Capítulo II, assiste-se hodiernamente ao avanço de políticas, como *public choice* (*school choice* (teoria da escolha pública), os *vouchers* (vale concedido pelo Estado, para que a família possa financiar os custos educacionais) e a *charters schools* (escola pública não-estatal). Todos esses fenômenos se inter cruzam com os instrumentos de avaliação, publicização e sanção/bonificação.

Além disso, as escolas *Charters* convertem-se em um grande negócio – educação-mercadoria e a mercadoria-educação:

[...] ‘A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-os como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtores do trabalho: por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho [Marx, 1994, p. 81].’ Existem duas formas básicas de a burguesia, isto é, o capital, encarar a educação escolar: *educação-mercadoria* ou *mercadoria-*

educação. Cada uma dessas perspectivas se liga diretamente à forma como o capital busca a autovalorização e cada uma delas é face de uma mesma moeda, ou seja, são formas sob as quais a mercadoria se materializa no campo da formação humana (Rodrigues, 2007, p. 5).

Assim, a privatização é multifacetada. Envolve o controle do conteúdo, enquanto mercadoria – a produção e o fornecimento de material didático – e o projeto de restauração de classe, na perspectiva de grupos neoconservadores. Essa privatização ocorre, ainda, com a ampliação de vagas na educação, por via do financiamento público em entidades privadas, uma vez que a privatização é *da* e *na* educação. Operando-se em grande medida via capitalização, em uma verdadeira guerra pelo acesso ao fundo público de financiamento da educação, a educação torna-se mercadoria (Peroni, 2015; Rikowsky, 2017).

Enfim, articulando os pontos até aqui tratados, é possível conjecturar que a gestão *neoweberiana* opera uma ressignificação do Estado weberiano por meio de uma propositura híbrida, combinando elementos do Estado burocrático (“indutor” do desenvolvimento) com características da NPM (aumento do poder dos indivíduos), resultando no pós-NPM (Evans, 2002). Consequentemente, o Estado “híbrido” gera formas de *empowerment* da sociedade, a fim de diminuir o déficit democrático e de garantir a *accountability*, construindo um Estado mais responsivo e *accountable*. Ou seja, “politiza-se” a Administração Pública e desfaz-se o mito da neutralidade técnica da NPM.

O que se verifica com esse movimento difuso é a incongruência das visões de ruptura entre os modelos de gestão. O *modus operandi* de gerir o Estado tem avançado em um gradualismo e uma continuidade de características dos modelos/paradigmas anteriores muito mais por incorporação do que por superação. Não por acaso, tem-se nos modelos pós-gerencialistas a ligação entre burocracia, eficiência, autoridade, práticas gerenciais (planejamento estratégico, garantia de qualidade etc.) e responsabilidade. Como exposto por Goldfinch e Wallis (2010, p. 1099, tradução nossa) “a convergência da nova gestão pública, o pós-NPM talvez também seja um mito” De modo semelhante, Adams e Ingersoll (1990, p. 285, tradução nossa) qualificaram o gerencialismo de: “meta-mito gerencial”.

Assim, os mitos gerenciais – *new public management*, *governança*, *competição*, *controle dos resultados* – à semelhança dos mitos da modernidade – *liberdade* (burguesa), *igualdade* (abstrata) e *fraternidade* (união *aparente* entre todos os povos) – colaboram para a superação da suposta incivilidade gerada pelo *Caos* (o vazio primordial, a ausência do *livre mercado* e ineficiência do Estado), afirmando a *Babel* (a biblioteca, a multiplicidade de ideários burgueses). Em uma espécie de *destruição criativa* (Schumpeter, 2017), *o logos* (*razão*, *sentido*) *gerencial destrói para* reconstruir com outro arranjo societário e produtivo,

movendo o mundo conforme o móbil do novo contrato social.

Na ordem sócio metabólica do capital, esta capacidade do capital de continuar a crescer, de se renovar, de se adaptar ao social, considerando o espectro ideológico, a racionalidade prática da sociedade de classes e a atmosfera tecnicista, a mistificação da *accountability* tenciona a inter-relação e a interação entre ideologia-ciência-metodologia, impelindo o *mito da neutralidade axiológica*.

7.2 O mito da axiologia neutral: a intransparente transparência da *accountability*

Muito já se tem escrito sobre o *mito* – termo grego *mythos*, derivado dos verbos *mytheio* (contar, narrar) e *mytheo* (contar, conversar). Apesar disso, *o que é o mito?* Não há uma definição hermética e acabada sobre o conceito, “na realidade a própria pergunta está errada, porque não temos experiência direta do mito em si, mas somente de determinados mitos; e estes [...] têm *sic* origem obscura, forma proteica e significado ambíguo” (Ruthven, 2010, p. 13). Para Eliade (2007, p. 06), “a palavra [mito] é hoje empregada tanto no sentido de ‘ficção’ ou ‘ilusão’, como no sentido [...] de ‘tradição sagrada, revelação primordial, modelo exemplar’”.

Em certo sentido, falar em mitos na sociedade pós-moderna, se essa realmente existe, em um tempo de avanços tecnológicos e científicos vertiginosos, aparenta ser algo esdrúxulo, pois, as “coisas estão mudando rápido demais para chegarem a ser mitologizadas” (Campbell, 1990, p. 44), em função do *tempo breve* (Braudel, 1982), desta miragem enganadora das durações. Entretanto, nossa questão central não gira em torno do *mito* em si (do relato fantástico de tradição oral...), mas das significações míticas.

À semelhança de Eliade (2007, p. 06), “[...] não é o estádio mental [...] em que o mito se tornou uma ‘ficção’ que nos interessa. [...] preocupa-nos], as sociedades onde o mito é [...] ‘vivo’ no sentido de que fornece os modelos para a conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência”. Eis que “os mitos descrevem as diversas e algumas vezes dramáticas irrupções do sagrado (ou do ‘sobrenatural’) no Mundo. É essa irrupção do sagrado que [...] fundamenta o Mundo e o converte no que é hoje” (p. 9), na *tecitura* dos fios que se cruzam na urdidura do Capital.

É pertinente pensarmos nesse emaranhado mágico-religioso, digamos, na *tessitura* das notas musicais do Capital, notando os encadeamentos por detrás dos aparentes mistérios, a partir de Marx (2013b, p.152):

A religião é apenas um sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não

gira em torno de si mesmo. Portanto, a *tarefa da história*, depois de desaparecido o *além da verdade*, é estabelecer a *verdade do alguém*. A *tarefa imediata da filosofia*, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação [*Selbstentfremdung*] humana, desmascarar a autoalienação nas suas *formas não sagradas*. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a *crítica da religião*, na *crítica do direito*, a *crítica da teologia*, na *crítica da política*.

Nessa perspectiva, o *mito da neutralidade axiológica* pode ser externalizado na metáfora da narrativa cosmogônica do *deus ex machina* do Capital, uma narrativa que emerge da realidade entre a ilusão do mundo religioso e a economia capitalista com seus fetiches, com seus *poderes mágicos*. O mito em questão não alude ao valor de simples ficção, ilusão, tradição, mas de criação que dá sentido a alguma coisa.

Na “*totalidade inextricável de sentido e forma [do mito]*” (Barthes, 2001, p. 149, grifo nosso) sua *totalização imaginativa irreal* da *totalidade real* liga-se a abstrações arbitrárias, impedindo a reconstrução concreta (apreensão cognitiva) dessa mesma realidade. O mesmo fenômeno ocorre quando o *mito ideológico* se liga à ciência conformada à lógica reprodutiva do capital. Em um contexto de desagregação, ela irá exacerbar as abstrações ao ponto de quase aniquilar a possibilidade de uma totalização da realidade. Nesse processo, ao ligar-se a artifícios (mecanismos e/ou dispositivos), o *mito ideológico* inscreve a abstração arbitrária na realidade, quer dizer, na sociedade.

Os mitos ideológicos neoliberais, ancorados em suas singularidades fragmentárias (parciais e facciosas), atomizam a sociedade, separando o homem de seu mundo real. Ou seja, geram uma dispersividade, oferecendo uma caricatura da organicidade social, composta por uma infinidade de indivíduos sem existência em uma totalidade social. O homem cindido em sua humanidade, separado de si mesmo, da generidade humana e de sua época histórica (indivíduo sem história, *presentista*¹⁵⁴), é alienado de suas relações concretas, distintamente do que Marx (2016b, p. 534) explicou na 6ª Tese a Feuerbach: a essência do ser social, “não é uma abstração inerente ao indivíduo. Ela é o conjunto das relações sociais”.

¹⁵⁴ Eis que o *logos* – o fundamento que apela à inteligência crítica e se ergue como valor de racionalidade demonstrativa, opondo-se ao mito – diante da *destruição criativa*, é lançado em direção à *roda do carro de Jagrená do capital*. Sua roda-viva pós-moderna, desde as décadas finais do século XX, tem impingido uma *história acelerada* à sociedade, arrastada pela inovação e pela destruição. Uma outra cadência do tempo que deseja conservar a ordem vigente, afirma o domínio de *Chronos* (o deus do tempo quantificado), que devora seus oponentes e estabelece o tempo (vida) mensurável, dia após dia, controlando por seus instrumentos (relógio da performatividade), a desarmonia dos movimentos em uma outra nova (velha) razão do mundo. Neste tempo pós-moderno, imprime-se um novo ritmo ao tempo histórico, sob a ação da *instantaneidade*, do *presente absoluto* (Anderson, 1999) – uma relativização do tempo, que os seus teóricos chamam de *presenteísmo* ou *presente perpétuo* – abalando as instituições e as brumas místicas, tanto as políticas como as religiosas. Nada obstante, erguem-se mitos travestidos na fluidez de um *logos* preso à velocidade, na rapidez aversa ao pensamento de longo prazo, como alude Bauman (2001, p. 260), ao criticar a pós-modernidade: “Pensar tira nossa mente da tarefa em curso, que requer sempre a corrida e a manutenção da velocidade”.

No nível do mito ideológico, transformando o sentido em forma, naturaliza-se o social, “transforma[-se] a história em natureza” (Barthes, 2001, p. 150), um mundo histórico-social naturalizado. Por essa razão, Barthes concebe a sociedade capitalista como o “campo privilegiado das significações míticas [... sendo o mito] formalmente o instrumento mais apropriado para a inversão ideológica que a define” (p.163).

Barthes (2001) reconhece no mito na sociedade capitalista *uma fala despolitizada*, um instrumento útil à classe hegemônica, porque em sua inversão ideológica, opera uma mistificação que cancela a história. Com a história naturalizada, o disfarce operado pelo mito ideológico produz uma deformação da realidade. No caso das contradições, p. ex., por meio da negação (não reconhecimento) de sua existência; ou, distintamente, as contradições podem até ser reconhecidas, mas são *naturalizadas* e tratadas como fenômenos a serem resolvidos pela pseudo-conciliação, no nível das aparências.

A inversão ideológica, pensada à luz de Marx, é uma necessidade do capital, logo, da dominação de classe. Ela não é uma simples falsa representação do real, tampouco um trivial procedimento metodológico, a inversão é algo imposto/exigido pelo próprio objeto reificado e fetichizado, na transformação do sentido em forma, como um traço imanente à coisa. Em seu caráter histórico, a ideologia da classe dominante estabelece seu *poder espiritual*¹⁵⁵ no conjunto da sociedade, disseminando valores, ideias e crenças que são convertidas em representações de toda a sociedade, mascarando a luta de classes – as contradições sociais.

Por meio de seu ensino (repetição), o mito assegura a multiplicação de algo. O mito da neutralidade contribui para a (sobre)vida e (re)produção dos *entes (sobre)naturais* do sistema: “Vemos, portanto, que a ‘história’ narrada pelo mito constitui um ‘conhecimento’ de ordem esotérica, não apenas por ser secreto e transmitido no curso de uma iniciação, mas também porque esse ‘conhecimento’ é acompanhado de um poder mágico-religioso” (Eliade, 2007, p. 15).

¹⁵⁵ O mundo (sociedade), *espaço* no qual a história se movimenta, é constituído por fenômenos e objetos, onde a realidade objetiva e a consciência se relacionam e que instiga a questão: Qual é o primeiro, o pensamento ou a matéria, a consciência ou a existência? Engels, citado por Lenin (1982, p. 75), ensina-nos que esta é “a questão suprema de toda filosofia [...] a grande questão fundamental de toda a filosofia, particularmente da moderna”. Seu reflexo pode ser observado na “questão da relação do pensamento com o ser, do espírito com a natureza” (p.75), na tarefa filosófica de esclarecer a relação entre a consciência (ideia) e a matéria. Como nos esclarece Triviños (2017, p. 18): “Todos os outros assuntos dependerão sem dúvida, desse posicionamento primeiro. Isso significa que nossa concepção do mundo, o conhecimento da realidade natural e social, da vida, dos fenômenos e objetos derivarão, na busca de sua explicação e compreensão, da resposta que dermos a esta grande questão fundamental. Em termos mais simples e específicos significa que nada poderá ser criado (um livro, uma composição musical, a interpretação de determinada realidade social ou natural, etc.) se não considerarmos a resposta que estabelecemos para a pergunta: “como se relacionam o material e o espiritual?”.

Em uma *sociedade especuláista* (Debord, 2013), como a hodierna, os mitos pós-modernos da *era (pós)gerencial* auxiliam no mover o *mundo (social) do neoliberalismo*, regido pelo deus Criador (O Capital) e transsubstanciado no deus Mercado. Tendo em conta que uma narrativa é elaborada para explicar uma dada realidade, ela também busca, ideologicamente, (re) cria-la, posto que na sociabilidade burguesa, tudo “o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado” (Marx; Engels, 2016, p. 43).

Poderes de uma *religião especuláista*, na qual os *entes (sobre)naturais operam em formas materiais* inanimadas (coisas, objetos, processos), em uma analogia, nos mecanismos e/ou dispositivos legais, metodológicos, científicos, do *deus ex machina*, que estão sob o poder dos indivíduos guiados pelo desejo bruto e material, como diria Marx (1842 *apud* Pires, 2014, p. 353), o desejo sensório:

O fetichismo está tão longe de elevar o homem acima de seus desejos sensórios que, pelo contrário, é a ‘*religião do desejo sensório*’. A fantasia que emerge do desejo engana o adorador de fetiches, fazendo-o acreditar que o ‘objeto inanimado’ vai abandonar seu caráter natural a fim de aceder a seus desejos. Por isto o desejo bruto do adorador de fetiches *esmaga* o fetiche quando ele deixa de ser seu servo obediente.

Diante do exposto, nossa pretensão no uso da expressão *mito* é ponderarmos que a crença na axiologia da neutralidade do fenômeno *accountability* educacional é reflexo de uma política (“religião”) ideológica mistificadora. O adorador (tecnocrata, dentre outros) do mito da axiologia neutral entrega-se aos desejos sensórios, aos desejos de materializar na política educacional reificada os projetos neoliberais do *deus ex machina* do capital. Contudo, à vista das contradições do capital, da luta dos contrários, o adorador também se rebela (em um aparente paradoxo) contra *a coisa* fetichizada, quando ela deixa de ser sua serva obediente. Por isso, o adorador sempre modifica o *ente* adorado, para que ele atenda aos seus desejos – lembremos o que diz Marx (2013a, p. 85): “A religião não faz o homem, mas, ao contrário, o homem faz a religião: este é o fundamento da crítica irreligiosa”.

Isso posto, concebemos que métodos e técnicas de pesquisa, nos mais diversos campos do conhecimento, não são neutros, estão articulados com matrizes teóricas e epistemológicas derivadas, por um lado, de uma concepção do *ser* e do *real*, isto é, de uma ontologia, e, por outro lado, do contexto dos indivíduos socialmente organizados:

[...] encontramos com frequência a afirmação de que a adoção deste ou daquele quadro metodológico nos isentaria automaticamente de qualquer controvérsia sobre os valores, visto que eles são sistematicamente excluídos (ou adequadamente “postos entre parênteses”) pelo próprio método cientificamente adequado, poupando-nos assim de complicações desnecessárias e garantindo a objetividade desejada e o resultado incontestável. [...] Longe de oferecer um espaço adequado

para a investigação crítica, a adoção geral do quadro metodológico pretensamente neutro equivale, de fato, a consentir em não levantar as questões que realmente importam. Em vez disso, o procedimento metodológico “comum” estipulado consegue apenas transformar o “discurso racional” na prática dúbia da produção de uma *metodologia pela metodologia* [...] (Mészáros, 2014a, p. 302).

Eis uma forma de ocultação ideológica do caráter histórico da axiologia da ciência e de sua relação com interesses hegemônicos, como alerta Mészáros (2014a, p. 301): “Em parte alguma o mito da neutralidade ideológica – a autoproclamada *Wertfreiheit*, ou neutralidade axiológica, da chamada ‘ciência social rigorosa’ – é mais forte do que no campo da metodologia”.

Ao confrontar-se com os obstáculos e os impedimentos à percepção do real, a teoria marxiana propicia fundamentos para entender o funcionamento dos aparelhos ou mecanismos ideológicos que dificultam a apreensão do real, gerando nos sujeitos a aceitação/tolerância das mistificações, mesmo quando confrontados com a exposição do real. Por sua vez, isso contribui para a superação do mito da neutralidade axiológica – formada pela visão unidimensional e reificada do neoliberalismo – expresso na aparência fenomênica da *accountability*.

Como um mito da (pós)modernidade, a ideologia da neutralidade axiológica produz o discurso da ciência neutral, universal e positiva, sobrelevada ao animal axiológico – o *humano* com seus *desideratum* e imerso no mundo de valores sócio-históricos. A racionalidade e a objetividade, tidas por absolutas e a-históricas, como se fossem oriundas de um indivíduo desencarnado, passam a afirmar a *neutralidade metodológica* (Thiollent, 1987). Esse modelo de axiomatização, assentado em formulações algorítmicas e lógico-matemáticas, expressa-se na política educacional, nos resultados mensuráveis e quantificáveis, visando estabelecer uma linguagem unívoca e isomórfica de referência sobre o padrão de qualidade e aprendizagem educacional.

Assim, ao investigarmos o mito da neutralidade axiológica da *accountability*, o que é posto ao escrutínio é o *quid pro quo* entre *mito* e *ideologia*, pelo qual se produz a ideia de uma neutralidade axiológica nos processos metodológicos, com sua racionalidade prática e técnica, aplicados às políticas de *accountability*. Esse mito ideológico, mascarando as contradições da sociabilidade do capital, dilacera a consciência humana em uma mistificação alienante.

O que concebemos analisar, portanto, não é o mito diretamente, mas o processo de mistificação da *accountability*, efetivado pela *axiologia da neutralidade científica*, com sua tinta mitológica. Para tanto, partimos da concepção que “o mito [da axiologia neutral] é um

sistema de comunicação, é uma mensagem [... que não pode ser simplificada] um objeto, um conceito, ou uma ideia: ele é um modo de significação, uma forma” (Barthes, 2001, p.131) que está sempre carregada de valores que ultrapassam as simples dicotomias.

7.2.1 O estranho caso do Dr. Jekyll e Mr. Hyde: a falsa dicotomia do ser...?

Japiassu (1975, p. 22), em sua obra *O mito da neutralidade científica*, esclarece:

[...] falar de “a” ciência, é adotar, no ponto de partida, uma tese idealista e abstrata. E quando falamos de “significação” da ciência, queremos falar da ciência enquanto prática humana. Nesse sentido, a objetividade da ciência significa, antes de tudo, a intenção subjetiva do cientista, que se caracteriza pela busca do conhecimento. Em segundo lugar, significa as intenções implícitas ou explícitas daqueles que elaboram a “política” científica ou que, direta ou indiretamente, orientam a pesquisa, procurando estabelecer os critérios de sua validação.

As práticas científicas e a tecnologia como sua extensão, nada mais são que *artefatos socioculturais* (Feenberg, 2002), por isso não são neutras, elas incorporam valores da sociedade, sobretudo, das classes hegemônicas que traduzem seus valores (projetos) na técnica. Na base dessa ideia, existe a compreensão de que as práticas científicas podem ser manipuladas, gerando, na melhor tradição de *Frankenstein* de Mary Shelley (2017) e de *O médico e o monstro*, de Stevenson (2019), criaturas carentes de humanidade, seres insolventes, desprovidos de direitos ou que dele usufruem de forma mitigada.

Na ficção *O médico e o monstro* (*The strange case of dr. Jekyll and mr. Hyde*), do escritor escocês Robert Louis Stevenson (1850-1894), publicada pela primeira vez em 1866, é possível pensar o par *antitético schmittiano*, no conflito entre duas *identidades* no humano: as porções *boa* (dr. Jekyll) e *má* (mr. Hyde). Dividido entre a civilidade cobrada pela sociedade industrial e suas outras inclinações (secretas), contrárias às normas de seu tempo, o sujeito vive em conflito a respeito de sua condição: civilizado vs. bárbaro (incivilizado).

Na *sociedade vitoriana*, século XIX, desigual e cindida, na qual a mentalidade social valorizava a *mortificação* da carne (desejos), temos a pregação da renúncia a certos prazeres, como sinal de devoção religiosa e força de caráter. De modo semelhante, no século XXI, o sujeito é instado a fragmentar-se, com o objetivo de se tornar apenas um, o seu melhor, o ser civilizado – leia-se, o ser ajustado às normas de uma sociedade industrial ou, em nosso tempo presente, o ser performático da era (pós)gerencial.

Entretanto, com a pretensão de seguir de forma correta a teoria marx-engelsiana, é importante esclarecer que Stevenson não realiza uma leitura psicanalítica em sua novela. Ou seja, Hyde (o *mal*) não seria uma manifestação do inconsciente freudiano, em outras palavras,

um *Ego* ligado ao fio desencapado do *Id* de Jekyll (o *bem*). Conceber tal ideia nos lançaria no anacronismo, pois a psicanálise de Sigmund Freud (1856-1939) só surgiu anos depois da publicação de *O médico e o mostro*.

O que está em jogo é a busca consciente por *prazeres desejados* e escondidos pelo impoluto Dr. Jekyll, dos quais abstinha-se, em nome da honra, do orgulho, da sua imagem de respeitabilidade social. Como declara o próprio personagem:

Na verdade, a pior de minhas falhas era certa disposição aos lazeres urgentes, o que poderia fazer a felicidade de muitos, mas achei difícil de conciliar isso com o meu imperioso desejo de elevar a mente às alturas e mostrar às pessoas fisionomia mais circunspecta que o comum. Então chegou o momento em que comecei ocultar os meus prazeres; e quando alcancei a idade da reflexão e comecei a olhar em volta e a registrar o meu progresso e posição no mundo, já estava comprometido a profunda duplicidade na vida (Stevenson, 2019, p. 306).

Aqui está a força da história. Como diz G.K. Chesterton (1874-1936), ensaísta e crítico da obra de Stevenson, o fascínio da história não está na descoberta de que um indivíduo é dois, mas no revelar que dois indivíduos, Jekyll (o *bem*) e Hyde (o *mal*), são um único ser. Dois seres inconciliáveis e que se antagonizam, porém, só um nasceu e só um foi sepultado.

Todavia, sem as contradições da *Era Vitoriana*, com suas totalidades, possivelmente, Jekyll & Hyde dificilmente existiriam em sua (de)forma(ção). Agora, é bom destacar que em Hyde não impera a sensualidade ou a embriaguez, mas o sadismo e a crueldade. Eram impulsos indignos existentes em Jekyll, mas que se tornavam monstruosos em Hyde. Observemos nessa distinção, resultante das ambiguidades, o coroamento da força das contradições: ao final de sua obra, Stevenson nos apresenta – ATENÇÃO, esta parte contém *spoiler* do livro – o egoísta mr. Hyde sacrificando-se para preservar a ilibada imagem do dr. Jekyll.

É nesta conexão, extraída da seara das contradições, que encontramos plenamente articuladas a luta entre o visível e invisível, o transparente e o intransparente, entre dr. Jekyll e mr. Hyde. Afinal, quando Jekyll cria a droga que elimina suas inibições éticas e morais, ele se liberta das amarras do controle interno. Ou apenas desenvolve um disfarce? Ao se transformar (disfarçar), ele muda perante aos olhos da sociedade ou perante aos do espelho – em um jogo de (in)transparência?

Na sociedade capitalista, as relações desenvolvem-se em um ambiente envolto na vigilância entre os pares, pressão por resultados e comparabilidades rotineiras, estabelecendo uma espécie de *controle concertivo* (Barker, 1993). Firmados na cultura da concorrência e da performatividade, assiste-se no século XXI o que Marx constatou no XIX: “[...] a luta geral do

homem contra o homem, do indivíduo contra o indivíduo, assim a sociedade burguesa em sua totalidade é essa guerra de todos os indivíduos, uns contra os outros, já apenas delimitados entre si por sua individualidade [...]” (Marx; Engels, 2011, p. 135).

Contudo, no “campo de batalha perpétuo” (Harvey, 2011, p. 89) do sistema capitalista, guerra de todos contra todos (*bellum omnia omnes*) hobbesiano, até mesmo a individualidade é esmagada pelo sistema que fragmenta o indivíduo. Entre os cacos desse mosaico destruído, temos as *peças*: positiva (produtiva para o sistema), a ser usada; defeituosa (improdutiva), a ser reparada ou descartada. Se essa última ação ocorrerá de forma antitética (como na *Lei dos Vagabundos de 1572*, aprovada pela rainha Elizabeth I, que punia os *vadios*, aqueles que não tinham terra, nem fonte estável de renda) ou de forma antinômica (como nas políticas regidas pelo princípio da inclusão-exclusão), dependerá do estado/estágio de alienação e de organicidade dos mecanismos ideológicos e de controle da sociedade. Aqui, talvez pudéssemos indagar: entre Jekyll & Hyde, na sociabilidade do capital, quem é a *peça positiva* e a *defeituosa*?

Na ordem do capital, o ser é atomizado e no exacerbado culto ao individualismo, busca-se ajustá-lo, como podemos aferir de Heloani (2011), as regras e os (pseudo)valores da era gerencial, do racionalismo de mercado e seus corolários, como: missão, visão, política de qualidade, valores institucionais e direcionadores estratégicos, ou seja, elementos de percepção do mundo, forjando um novo corpo de representações da realidade. Com os rearranjos do capital, a sociabilidade sofre alterações e o “locus de controle da gestão [é deslocado] para os próprios trabalhadores, que colaboram para desenvolver os meios de seu próprio controle” (Barker, 1993, p. 411, tradução nossa). No entanto, esse processo não é pacífico.

Por essa razão, na “nova” sociabilidade organizacional, as ordens são substituídas por regras e valores, de tal forma que os indivíduos elaborem (adquiram) uma nova percepção do mundo. Aqui, a tensão da ficção stevensoniana de Jekyll & Hyde de um ser – corporificando a dualidade luz e sombra instigada pelo desejo “consciente” de mergulhar no maquiavelismo humano – deve ser movimentada (reinterpretada) para adequar-se aos nossos interesses. Se em Stevenson não havia a preocupação com o inconsciente, agora, como depreende-se de Heloani (2011), as novas formas de controle deslocam a questão da padronização para a *gestão do inconsciente*.

Nesse ponto, *parafraseando a ficção* e seguindo a lógica do capital com o controle imposto pelo fetiche da gestão, podemos conjecturar: Jekyll tem o desejo da improdutividade (incivilidade), tanto que no momento que se torna Hyde (momento do sigilo

– da invisibilidade), ele se sente feliz, pois atua no *anonimato* (encoberto) e nada pode ser cobrado dele. O problema do doutor não era transgredir a lei, mas que isso se tornasse público. Logo, Jekyll não é um poço de virtude, por isso, para o sistema, os desejos devem ser controlados e os atos tornados transparentes. Nisso, somos a representação do mr. Hyde, que deve ser vigiado/controlado e se necessário, exposto por um outro – um dr. Jekyll –, para aquele ser devidamente repreendido.

Pensemos essa situação a partir de outro enfoque, a ideia de uma suposta dicotomia entre o *líder* vs. *patrão* (chefe). O primeiro, Jekyll, é o ser cordial, flexível; o segundo, Hyde, seria o inumano, o capataz do ambiente de trabalho. A contradição é: este Jekyll que nos *lidera*, também é Hyde. A questão, portanto, não é mais reprimir mr. Hyde, mas enquadrá-lo por um reordenamento da subjetividade, promovendo uma transmutação de características singulares em paradigmas gerenciáveis. Ou seja, o segredo seria “civilizar” Hyde.

Antes de tangenciarmos um aspecto do psiquismo, temos no projeto de “civilizar” Hyde, um fenômeno bastante intrigante: no mundo regido pelo neoliberalismo e sua lógica de gestão da alma do sujeito, a cultura do individualismo, a busca pelo sucesso e o gozo do prazer são algumas de suas marcas registradas. Então! Quem deve ser realmente “civilizado”, Hyde ou Jekyll? Lembremos, para pensarmos sobre essa questão: um corolário do neoliberalismo é que a avaliação ética dos meios para se obter o sucesso é um elemento de menor importância.

No espetaculoso reino das fantasmagorias, no qual nos encontramos, o que importa é o consumo e o sucesso individual. Nessa distopia, a imagem, seja ela falsa ou verdadeira, melhor, o invólucro, é tão importante (ou até mais) quanto o próprio conteúdo do produto (não esqueçamos, na ordem do capital, o ser humano, o trabalhador, é uma mercadoria). Ou seja, a aparência, seja como algo falso, superficial ou enganoso, também adquire o seu valor social, a depender dos processos fetichistas e de reificação presentes no jogo de sedução existente.

Hyde é um ser prototípico dessa lógica societal aética, é um ser hedonista, movido pelo império do consumo, é a criatura liberta, que vive para usufruir do direito ao prazer e à legitimidade do seu desejo. Ao mesmo tempo, em pura contradição, esse ser entregue à vida regida pelo imediato e pelo vulgar, à lógica simplificadora e empobrecedora do mundo e que zomba com ar *blasé* do conhecimento historicamente acumulado e sistematizado (pois, o importante é a experiência), é cobrado: ele deve andar ao lado de um dr. Jekyll, para

capacitar-se ao longo da vida, inserir-se no mercado como força de trabalho ajustada à lógica maquínica do capital.

O cenário torna-se ainda mais complexo se pensarmos que no debate atual, o fator em jogo, como declara Gaulejac (2007), não está em atingir o *superego* do indivíduo por uma ética, ideais e valores morais e culturais, p. ex., no trabalho. O intuito é mobilizar as instâncias psíquicas do *Id* – esse componente nato dos indivíduos, localizado na zona inconsciente da mente, que não conhece a “realidade” consciente e ética – criando uma relação de realização narcísica entre indivíduo e organização. Na verdade, constrói-se um novo mundo que legitima as práticas *instrumentais, utilitaristas e contábeis* da sociabilidade e cotidianidade neoliberal da era (pós)moderna.

A ideia é converter as pulsões, a energia e os impulsos mais primitivos em prol da organização. É como sermos guiados por um princípio de prazer, que se realiza nos objetivos organizacionais. Outrossim, a organização e/ou a gestão é o que interessa, nela ocorre a vazão do desejo, a ação, a expressão da satisfação e até, por vezes, o sentido para a sua vida. Hyde, pode até existir enquanto ser incivilizado, mas a gestão como ideologia o tocou. Seu prazer está também, doravante, nas *pulsões de vida e de morte* em prol da organização: indivíduos que vestem a camisa da empresa, como sua segunda pele, dispostos à exaustão para um bem maior: o sucesso individual e a produtividade.

Detenhamo-nos um pouco neste ponto tão importante e complexo, envolvendo a reprodução da lógica perversa que nos coisifica. Aproveitando a deixa, retomemos o debate sobre o mito da axiologia da neutralidade científica. Quando o dr. Jekyll criou a sua fórmula e a testou, por que deu prosseguimento em seu uso, mesmo ciente dos males que estava causando? O *pobre* Jekyll não é uma vítima. Ele deseja fazer as coisas que faz disfarçado de Hyde. No entanto, a questão não é se ele é uma pessoa *boa* ou *má*. Nem a psicologia cai nesse psicologismo vulgar. Existe aqui um complexo de determinações que atravessam e são atravessados pelo complexo estrutural e superestrutural. Todavia, existe em Jekyll & Hyde a tomada de posição.

Quando Mészáros (2014a) afirma que a *ideologia é sempre ideologia de classe*, ele está nos mostrando que a produção de um conhecimento, um saber, uma pesquisa; ou a droga de Jekyll, está imbuída de ideologia de classe. O saber de Jekyll não se voltou para curar as doenças existentes à sua época – assim como o conhecimento dos conglomerados farmacêuticos não é focalizado para combater todas as doenças, mas apenas as rentáveis à indústria da morte.

Ou seja, o ser social atua de acordo com as necessidades impostas pela realidade, e tais necessidades são determinadas pela materialidade a qual ele está condicionado. Com isso, a ciência burguesa, “longe de oferecer um espaço adequado para a investigação crítica, a adoção geral do quadro metodológico pretensamente neutro equivale, de fato, a consentir em não levantar as questões que realmente importam” (Mészáros, 2014a, p. 302).

Não conseguiremos compreender o que sustenta uma política educacional assentada em princípios quantofrênicos, se não desvelarmos a legalidade ontológica dos fenômenos, para entendermos as relações e os interesses que possibilitaram o desenvolvimento de tal fenômeno. As forças hegemônicas (a burguesia) se sustentam nos postulados da objetividade, da axiologia neutral, no fim (inexistência) das ideologias; na neutralidade da ciência, da educação, para continuar sua ideologia de perenidade da ordem estabelecida.

Se focarmos apenas em Jekyll & Hyde, caímos na *abstração* unidimensional do ser, como se eles não fossem resultados das condições materiais da existência. Assim, a ciência não é um campo frio de fórmulas, dados, números, gráficos, estatísticas; ela emite *juízos de valor*. A própria ciência burguesa emite juízos de valor, os quais carregam consigo as contradições de um sistema sócio metabólico também contraditório.

Por isso, precisamos destacar que a ciência não é neutra, e sua suposta objetividade é carregada de subjetividade, mesmo que de modo não equivalente. Não obstante, o problema não está na ausência de neutralidade, pois ela é, a nosso ver, inalcançável; uma vez que até no fazer científico realizado por uma *Inteligência Artificial* (IA), a subjetividade humana fez-se presente em algum momento do processo. A questão está, p. ex., na *decadência ideológica* da classe burguesa. É nessa seara que a *accountability* é fetichizada. A burguesia, diante das crises do capitalismo, busca se sustentar utilizando dos mais diversos estratagemas ideológicos, e um deles é a formulação de conceitos, constructos teóricos que reivindicam o consenso social.

Nisso, somos levados a crer que o cientista, o professor são indivíduos neutros, inteiramente racionais e objetivos, isentos de perturbações subjetivas ou da influência do meio social. Algo que é surreal. Existe objetividade na ciência, mas sempre devemos buscar descobrir o que se oculta por trás dela: aquilo que *está do outro lado do espelho*. Ou melhor, entender a processualidade epistemológica, no que diz respeito a como o conhecimento é construído e validado na relação entre objeto (ontologia) e sujeito cognoscente (Tonet, 2013).

Para Weber (2004), a ciência, em geral, e as ciências sociais, em particular, devem assumir um papel puramente explicativo. Com isso, ela deve eximir-se de emitir juízos de

valor. O pesquisador pode até estudar os *valores*, mas não deve ser “contaminado” por eles. O terreno do *dever científico*, para Weber, seria marcado pela busca da isenção relativa do sujeito ao objeto, mesmo que isso não fosse possível. Principalmente, pelo fato de que a própria ideia de neutralidade é um postulado que depende de uma posição valorativa.

O *dever* weberiano significa colocar a ciência, que não problematiza a realidade, à serviço da economia política, conseqüentemente à disposição do próprio sistema, ou seja, da burguesia. Com isso, a ciência, em nosso entender, renuncia ao seu papel de desvelar a realidade e passa a reproduzir, por meio de suas descrições, a aparência – que não corresponde a essência –, encobrando (escondendo) por meio de um véu da intransparência o real da coisa pesquisada.

7.2.2 A intransparência na gestão dos porcos: a (in)transparência da accountability

A questão da transparência é um dos problemas centrais (e mais polêmicos) do estudo conceitual da *accountability*. Mill (2011), em seu texto *Sobre a Liberdade*, ao refutar a tese a favor da intolerância religiosa – que justificava a perseguição à verdade, como uma “provação que a verdade deve passar, e sempre passa com sucesso” (p. 38) –, declara: “[...] o ditado de que a verdade triunfa sempre sobre a perseguição é uma daquelas falsidades agradáveis que as pessoas repetem entre si até chegarem ao estatuto de lugares-comuns, mas que toda a experiência refuta” (p. 38).

O ardil dos moralistas religiosos, à época de Mill, século XIX, era relativizar a força da perseguição diante da verdade, que aquela jamais poderia fazer qualquer mal a esta, antes lhe seria serva “[...] eficaz contra erros maldosos. Esta é uma versão do argumento a favor da intolerância religiosa suficientemente notável para não deixar de se mencionar” (Mill, 2011, p. 38). É neste enredo que Mill tece sua famosa declaração sobre a relação homem-verdade, e que tangencia a ideia de transparência: “Revelar ao mundo algo que lhe interessa profundamente, e que antes desconhecia; provar-lhe que estava errado nalgum ponto fulcral de interesse secular ou espiritual – é um dos mais importantes serviços que um ser humano pode prestar aos seus semelhantes” (p. 38).

Nesse mesmo sentido, mas antes de Mill, Kant (2009), século XVIII, ensina-nos que é *dever* e *direito* dos filósofos fazer uso público da razão, ao afirmar que: “O Iluminismo é à saída do homem de sua minoridade *de que ele próprio é culpado*. A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento, *sem a orientação de outrem*” (p. 9, grifo nosso). Poderíamos aqui, questionar a noção de *culpa* a que Kant se refere, mas isso não

vem ao caso, o importante é sua defesa do uso da razão, que começa com o debate aberto e percorre as esferas do sistema político e legal, convertendo-se em juízo e discernimento, superando a *minoridade*.

O uso público da razão deve ser, kantianamente falando, a base da democracia, que é um exercício de poder que se exerce às claras – digamos, transparente. Principalmente porque, poderes perversos preferem ritos sumários e subterrâneos. Façamos, neste instante, um breve parêntese: Marx (2013a), ao criticar a razão kantiana, não o faz refutando o uso da *razão*, mas o *idealismo*, o filosofar que não transforma o mundo.

Bem depois de Kant e Mill, Bobbio (1990, 2000), no século XX, no rastro de Platão (2014), notifica que o poder se move nas sombras, oculta-se, embora a história torne-o visível, lançando luz sobre o que era armado em secreto. Por tal razão, a democracia não pode prescindir da relação entre informação e transparência como freio para o autoritarismo e para a corrupção. Para De Ferranti *et. al.* (2009), é a transparência que possibilita a existência de informações confiáveis sobre as ações do governo e um empecilho (reductor) para as práticas de corrupção, pois ilumina as atividades dos agentes públicos (Menezes, 2019).

Mainwaring (2003), ao discorrer sobre os pilares da *accountability*, liga-a ao termo *answerability*, atribuindo-lhe o sentido de transparência. Para Al-Jamal e Abu-Shanab (2016), não é possível conceber *accountability* sem relacioná-la à transparência, pois esta é considerada a precursora daquela. No entanto, essa tese não é consensual, haja vista que “os dois conceitos [*accountability* e transparência] mantêm relações incertas e [um] não leva necessariamente ao outro” (Afonso, 2015, p. 1317).

É nessa senda que a subseção se ergue, tentando entender qual o limite da relação: *accountability* e transparência. Principalmente, como a mistificação ideológica subverte essa relação, sobremodo, no campo da educação. Para isso, reiniciemos nossa discussão inicial, agora, a partir de Platão (2014), em sua obra *A República*, e na sequência, dialoguemos com Kant (2009). Com esse substrato teórico, seremos capazes de analisar *a intransparência na gestão dos porcos* e como isso exemplifica *a (in)transparência da accountability*.

Platão (2014), século IV a.C., n' *A República*, apresenta o diálogo entre Sócrates e Glauco, a respeito do que seria o *justo* e o *injusto*, citando o mito do *Anel de Giges*. Reza o mito, que certo dia, após um terremoto, Giges encontrou um cavalo de bronze, em cujo interior oco, havia um homem morto, portando um anel de ouro. Tomando o anel para si, Giges rumou para uma assembleia de pastores com o rei. No caminho, ao admirar seu novo ornamento, ele o moveu em seu dedo, girando-o, tornando-o, para seu espanto, invisível. Testando o *poder* do artefato mágico, ele o girou em sentido contrário, voltando a ser visível.

Perplexo com o poder do anel, Gíges passou a usá-lo em benefício próprio, ao ponto de tornar-se mensageiro do rei. Até que um dia, seduziu a rainha e tramando contra o rei, matou-o, assumindo o poder. Ao término do debate, Glauco concluiu que um indivíduo com o poder de tornar-se invisível, protegido pelo anonimato e pela convicção da impunidade, é capaz de realizar qualquer ato que desejasse (cf. esse *poder*, com a condição vivida por Hyde, por meio de sua droga). No diálogo socrático, Platão (2014) nos conduz às bases do *poder*, que estão manifestas no Estado: a ocultação que corrompe o caráter, a transparência que tolera a injustiça e a invisibilidade que não legitima o que é justo.

Contudo, se a narrativa platônica principiou o debate sobre a transparência, foi com os pensadores modernos, séculos depois, que o tema se desenvolveu, contrapondo-se à cultura do segredo, tornando-se um atributo no âmbito da organização político-social, uma particularidade da racionalidade do Estado. A transparência passa a ser uma demanda que se confunde com a luta por acesso à informação, em oposição ao *poder oculto* ou misterioso (*arcana imperii*). Assim, foi na modernidade, período de oposição entre a ordem absolutista que sucumbia, com suas decisões políticas tomadas em secreto, e a nova ordem que se erguia, o Estado liberal, com sua *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789) e o Estado de Direito, professando liberdade de pensamento, de opinião e de comunicação entre os homens, que a transparência passou a assumir proeminência no debate político (Lafer, 2004; Menezes 2021).

No entanto, a ação de remover, mesmo que de modo restrito, a manta da invisibilidade que encobria a tomada de decisões do governo, na nova ordem liberal, é um ato político devedor de Kant (2009) e seu conceito de *publicidade* (derivada do latim *publicus*, de *publicare*), termo que remete ao sentido de *publicar* ou *expor* ao público. Desse modo, a publicação (*publicatio*, de *publicare*) reproduz a ideia de tornar público, ato ou processo que visa levar ao conhecimento de todos o fato que se objetiva realizar, sem qualquer segredo ou ocultação aos olhos do público.

As primeiras aparições da ideia de *publicidade* remontam à democracia escravista grega e à cidadania romana. À época, a ideia consolidava-se na distinção entre o domínio privado – do grego *oikos* (casa) e do latim *privatus* (privado) – e um domínio público – do grego *koine* (comum) e do latim *publicum* (público). Sendo que, a *vida pública* grega (*bios politikos*), girando em torno da *ágora* (lugar de reunião, assembleia, praça pública), confundia-se com a atividade política vivida no debate e discussão (*lexis*) de ideias. Logo, a publicidade era um pilar da *gestão* da *polis* grega e *res publica* romana. Nessa medida, a publicidade é um elemento determinante na qualificação política do cidadão no mundo da antiguidade clássica.

Herdeiros do mundo político-filosófico greco-romano, os pensadores iluministas, séculos depois, estabeleceram os princípios basilares da distinção entre público e privado na ordem política. Foi a publicidade, na modernidade, a base para a justificação e a legitimação da organização política. É Kant (2009) que sintetiza a publicidade, enquanto princípio de ação política e social, na obra *À Paz Perpétua*, a partir do questionamento: “Que é o esclarecimento, Aufklärung?” E complementa:

Qual não o impede [ao indivíduo], e até mesmo favorece? Respondo: o uso público de sua razão deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento entre os homens. O uso privado da razão pode, porém, muitas vezes, ser muito estreitamente limitado, sem, contudo por isso impedir notavelmente o progresso do esclarecimento. Entendo, contudo, sob o nome de uso público de sua própria razão aquele que qualquer homem, enquanto sábio, faz dela diante do grande público do mundo letrado (Kant, 2009, p. 11).

Aqui, o que está posto por Kant é a superação da *minoridade*. O filósofo prussiano diferencia o uso da *razão*, ligada ao pensar de forma livre, do *entendimento*, o não-pensar de forma livre, diante da incapacidade do homem de julgar por si só. Na *minoridade*, o homem não age e pensa livremente, já o cidadão dotado de razão, sem a tutela de outrem (leia-se: o rei, o déspota esclarecido), não só pensa livremente, como julga. Assim, o princípio da publicidade comporta dois momentos: por um lado, a *máxima subjetiva* e uso da razão; por outro, decorrente da primeira, a *máxima objetiva*, tornando-o uma condição da atividade política, justa e moral.

Não cabe discutirmos se o princípio de publicidade coincide com a dimensão crítica, tampouco a ideia de *esfera pública* em Kant e seus desdobramentos em um espaço de práticas discursivas entre sociedade civil e poder do Estado. O elemento fulcral para nós e com o qual temos concordância, é que o princípio de publicidade está ligado a uma função política. Ou seja, ele tem uma dimensão ético-moral, no momento em que atua para o controle e a legitimidade do poder político. O efeito disso é que ao princípio da publicidade, também se liga uma dimensão normativa, principalmente, com a ascensão da esfera pública burguesa.

Todavia, as transformações sociopolíticas e econômicas na transição do século XIX ao XX não deixaram ilesa a ideia de publicidade. O avanço do capitalismo, feito uma besta-fera sobre o mundo conhecido, incidiu tanto no conceito de *razão prática* kantiana – tornando-a mais instrumental, em uma perspectiva frankfurtiana – como impingiu um outro significado para o princípio de publicidade – gradativamente mais ligado à relação entre estado e sociedade, no espaço do Mercado.

Se o princípio de publicidade significava, em fins do século XVIII, um espaço abstrato indispensável à livre-circulação de informações e opiniões, a partir de meados do

XIX, ele é convertido em um espaço de livre-circulação de mercadorias. A publicidade é cerceada ou manipulada pela lógica fetichista e estética da mercadoria, situando-se na tênue fronteira entre a informação e o entretenimento (espetáculo). Rememorando uma passagem de Marx, que já citamos, temos: “A mercadoria [...] satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão” (Marx, 2013b, p. 113).

Atentemo-nos que não estamos tratando da forma da mercadoria (o objeto, a coisa em si), mas da *forma-mercadoria*, uma forma de relação social, uma forma fantasmagórica que passa a definir (estabelecer) a relação entre os homens, como seres coisais (Marx, 2013b). Se pensarmos na forma ou *papel icônico da accountability* (Bovens, 2007a; Dubnick, 2002), como tratado ao longo do Capítulo VI e VIII-IX, podemos compreender a problemática em torno da “cultura da imagem” ou da dimensão iconográfica da *accountability* estampada em documentos públicos, pronunciada em discursos políticos ou em campanhas de *marketing*. Eis que estamos diante de uma relação entre o concreto e o abstrato, em que pese a categoria estética da forma-mercadoria.

À *accountability*, com o passar do tempo, é acrescida a força da imagem, ou seja, o *papel icônico*, produzindo uma atração informacional-sensorial ao conceito, gerando um efeito no cidadão-cliente (consumidor). Eis a *accountability fetichizada*, ocultando as relações sociais. Isso não significa que a *accountability* seja uma mercadoria, ela não o é. Ela é um conceito, que por meio de processos de estetização e fetichismo, agrega *valor de troca* à mercadoria. Como explica Haug (1997), a mercadoria é alvo de uma estetização que resulta em uma restrição dupla: de um lado, a *beleza* emitida agrada aos sentidos; de outro, a *beleza* ao valorizar o *valor de troca*, excita no admirador o desejo de posse. Enquanto isso, desenvolve-se um *valor de uso estético*, manifesto pelo invólucro da mercadoria, como um instrumento autônomo.

Um aspecto de suma relevância para o pleno sucesso do fetichismo da mercadoria é a transformação permanente do sistema de necessidades correspondente. No caso particular da *accountability* – um conceito, como vimos, tido como em *contínua expansão* (Mulgan, 2000) – temos uma inovação estética permanente. É como se a publicidade estivesse ligada a uma espécie de *obsolescência programada* gerando a necessidade, p. ex., de mudanças regulares nas políticas educacionais, inseridas nas relações sociais e econômicas, incidindo na mercadoria educação, que perdem em concretude – *valor de uso* (a coisa *em si* e *para si*) – mas ganham em abstração, por um “valor estético” – ligado ao *valor de troca*, mascarando por uma aparência atrativa um *suposto valor de uso*.

Dessa forma, o valor de uso é subordinado à promessa da mercadoria, ao valor de troca. No revestimento estético da mercadoria educação, a *accountability* possibilita a sedução do discurso, que se insinua como realização de desejos e pulsões, estabelecendo uma relação mais afetiva que racional, em um processo definido por Haug (1997, p. 27), como a *tecnocracia da sensualidade*.

Na conversão da *mercadoria de necessidades* em *mercadoria de desejos*, temos as aparências artificiais tecnicamente produzidas para fins de dominação. À manifestação estética, estratégia, liga-se um *cálculo enunciativo* (modulando a linguagem, a partir da incorporação de valores e convite à ação), em função do *enunciatório* (a quem é dirigido o enunciado), isto é, existe uma negociação simbólica que reveste e traduz as necessidades das organizações, como o prestígio, entre outras, para a esfera da cotidianidade do cidadão-cliente.

Esse fenômeno é constatável no telejornalismo como entretenimento, que produz um espaço midiático, uma videosfera a serviço da forma-mercadoria: a “tela é o panteão audiovisual para seduzir, em forma de manipulação, o telespectador por uma comunicação de massas controlada por empresas” (Debray, 1994, p. 71). Para Ianni (2003, p. 152),

O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução de capital; e operando decisivamente na formação de “mentes” e “corações”, em escala global.

Ademais, o autor complementa, recorrendo à metáfora clássica de Maquiavel, a semelhança de Gramsci, para dizer que o *príncipe eletrônico* (em referência aos conglomerados midiáticos):

[...] é o arquiteto da “ágora” eletrônica, na qual todos estão representados, refletidos, defletivos ou figurados, sem o risco da convivência nem da experiência. Aí, as identidades, alteridades e diversidades não precisam desdobrar-se em desigualdades, tensões, contradições, transformações. Aí, tudo se espetaculariza e estetiza, de modo a recriar, dissolver, acentuar e transfigurar tudo o que pode ser inquietante, problemático, aflitivo (Ianni, 2003, p.155).

Com a mídia espetacular, o *Telejornal*, p. ex., mais distrai do que informa, gerando o vazio em sua função política, que seria: dar publicidade a informação, numa dimensão que se associa à ética em prol da coletividade. O que se assiste, todavia, é ao seu inverso: a conversão do cidadão em *consumidor de informação*, que por sua vez é adaptada ao ritmo de mensagens publicitárias. Com isso desenvolve-se, a estratégia de ocultar mostrando, operação realizada na seleção e modelagem (adaptação, reconstrução) do que é selecionado. Como enfatiza Debord (2013, p. 177), em seus *Comentários*: “O espetáculo organiza com

habilidade a ignorância do que acontece e, logo a seguir, o esquecimento do que, apesar de tudo, conseguiu ser conhecido. O mais importante é o mais oculto”.

Debord (2013) ainda é muito perspicaz ao dizer: “Aquilo de que o espetáculo deixa de falar durante três dias é como se não existisse. Ele fala então de outra coisa, e é isso que, a partir daí, afinal, existe” (p.182). Assim como: “O espectador é suposto ignorante de tudo, não merecedor de nada. Quem fica olhando, para saber o que vem depois, nunca age: assim deve ser o bom espectador” (p.183).

O que temos é uma estetização da notícia e de modo semelhante, ocorre a estetização do conceito *accountability*, fenômeno resultante do processo de fetichização, em dois aspectos: na esfera do visível, apresentando a ideia de que a imagem, os fatos, o conceito falam por si, ocultando ou mascarando (eis o feitiço) o processo de produção ideológica e a própria realidade; confere-se à notícia e à *accountability*, a aparência de *valor de uso*, isto é, *valor estético*, p. ex., a palavra icônica *accountability* vincula-se automaticamente a ideia de democracia, eficiência, ética e transparência, dando à coisa a ela vinculada a imagem (valor de troca) de confiança, qualidade. Marcondes Filho (1986, p. 30) ajuda no entendimento desse esquema, ao desvelar a mercantilização do jornalismo:

O que caracteriza o jornalismo não é somente vender fatos e acontecimentos (que seriam puramente o valor de uso da informação), mas, ao transformá-los em mercadoria, explorar e vender sua aparência, o seu impacto, o caráter explosivo associado ao fato. Isso constrói a sua “aparência de valor de uso”.

Tal concepção reducionista da informação subverte a publicidade. Esta deixa de ser um princípio de exposição e crítica racional dos atos de poder e do poder e passa a ser usada como meio de garantir a divulgação e a circulação discursiva de mercadorias. Atualmente, no diversificado e heterogêneo campo do direito à informação, na/da frenética pós-modernidade, a publicidade é convertida em “informação = entretenimento + marketing”. Nesse trem da alegria, que desvia o sentido da publicidade, temos o diversionismo da transparência, em dois aspectos: primeiro, ao revestir a informação com a manta da invisibilidade, manipulando o que deve ser ocultado ou revelado (visto); o segundo, que está condicionado ao primeiro, é o ato/ação de nos submergir (mergulhar) nas águas do *Lethe* (um dos cinco rios do *Hades*, o mundo dos mortos)¹⁵⁶, o *rio do esquecimento* – cujas águas fazem esquecer na mesma proporção da quantidade bebida.

¹⁵⁶ O submundo grego (Hades) tem cinco rios que faziam a fronteira entre os mundos superiores e inferiores: Aqueronte (o rio da dor), Piriflegetonte ou Flegetonte (o fogo), Estige (invulnerabilidade), Cocito (lamento) e Lethe (esquecimento).

Para a adequada compreensão do que estamos defendendo, é necessário entrelaçar alguns fios da trama de *Lethe* e *Mnemosyne* – deusa *Memória*, divindade grega que faz *recordar* e faz *esquecer*. *Mnemosyne* é uma deusa titã, esposa de Zeus, por quem foi possuída durante nove noites consecutivas, dando origem às nove Musas¹⁵⁷. Vernant (1990) sublinha que os poetas, possuídos pelo delírio divino, eram para os gregos, intérpretes de *Mnemosyne*, que cegos para a luz, eram capazes de *ver o invisível* através de uma revelação (inspiração) divina.

Lethe e *Mnemosyne* formam um par de forças associadas, complementares, ainda que contraditórias. Eram no princípio duas fontes, e todo *ser*, para realizar a descida na região infernal do reino do Hades, a elas era levado: “Ao beber na primeira, ele esquecia tudo da sua vida humana e, semelhante a um morto, entrava no domínio da Noite. Pela água da segunda, ele devia guardar a memória de tudo o que havia visto e ouvido no outro mundo” (Vernant, 1990, p. 144).

Portanto, todo aquele que se aventure a adentrar no reino das sombras e da morte perde a lembrança e a consciência, mas aquele que bebe de *Mnemosyne* e retorna do mundo demoníaco adquire um saber privilegiado, que aos simples mortais escapa. (cf. esse estado com a tensão entre o estado de ser zumbi e o “não mais morto”, os que romperam com sua condição de alienação). Eis que a *Memória* é uma fonte de imortalidade, de restauração.

A par disso, os que bebem ou imergem nas águas do rio do Esquecimento, também retornam à existência, mas o fazem ligados ao *ciclo das dores* – ao sofrimento. É Platão (2014) que nos adverte n’*A República*, no Livro X, dos riscos em torno das águas da planície do *Lethe*, no erro demasiadamente perigoso do esquecimento: a perda da lembrança das *verdades eternas*. Na região do *Lethe*, no campo do encobrimento, nada emerge, ou seja, seu domínio é a morte, um campo não afeito à *physis*.

Nesse sentido, quando Sócrates descreve o mito de *Er*, cuja alma retornou para seu corpo físico, após completar o percurso cósmico das almas no supraceleste, conta: *Er*, ao deixar o mundo dos mortos, levou consigo uma mensagem dos deuses, informar aos mortais sobre as localidades demoníacas. Contudo, o mensageiros só se tornou apto porque, na travessia entre os mundos, não bebera das águas dos rios *Lethe* e *Ameles* – *Sem-Cuidado*, que conduz o ser (alma) a agir dominado pelo *ente* (coisas que existem no mundo), e quanto mais

¹⁵⁷ *Calíope*, a musa da poesia épica e retórica, “a da bela voz; *Clio*, “a proclamadora”, representando a história; *Erato*, “a amável”, identificado com o canto; *Euterpe*, “a doadora de prazeres”, era a poesia lírica; *Melpomene*, “a poetisa”, a tragédia; *Políminia*, “a de muitos hinos”, simbolizava os hinos aos deuses e heróis; *Terpsícore*, “a rodopiante”, a dança; *Tália*, “a que faz brotar flores”, ligava-se a comédia; *Urania*, “a celestial”, representando a astronomia.

de suas águas se bebe, mais incapaz se torna de ver o essencial, vislumbrando apenas o ordinário, logo, jamais será *philosophos*.

O que está posto na doutrina platônica da reminiscência é uma relação com a deusa verdade, *Aletheia*, que é desvelada nas tramas da conexão contraditória de *Lethe* e *Mnemosyne*. Examinando o *alpha*, a designação da primeira e mais importante característica da primeira letra do alfabeto grego, da palavra *a-leteia* (α -λήθεια) temos: *a-*, negação, e *lethe*, esquecimento. *Aletheia* funda-se no não-esquecer, carrega consigo a *memória*, *anamnesis*, não como simples recordação do que se esqueceu (aquilo que não está mais presente), mas daquilo que está sempre presente, a saber, a presença-presente; *Aletheia* é a retenção do desencoberto contra o encobrimento (Platão, 2014).

Após examinarmos, mesmo brevemente, alguns aspectos míticos da memória, a fim de podermos estabelecer qual seu papel específico em relação à verdade, podemos perceber sua ligação com a transparência: ela não deve estar encoberta. De fato, pode-se elencar como um problema central do estudo sobre *accountability*, a ambivalência entre: descobrir vs. encobrir. Em outros termos, visível vs. invisível e, finalmente, transparente vs. intransparente.

Portanto, o direito à informação só se realiza quando o Estado se torna transparente (*poder sem máscara*). Isso nos conduz ao princípio de que no Estado democrático de direito, a ausência de poderes invisíveis intrínsecos ao Estado é uma prerrogativa basilar. No entanto, em seu interior, os poderes invisíveis se locupletam, seja na privatização da coisa pública ou por meio da racionalização do poder burocrático no modelo weberiano (Menezes, 2021).

Isto quer dizer, em acordo com Bobbio (1990, p. 97), que o segredo transforma o que deveria ser “poder visível” (transparente) em “poder invisível” (opaco), o que impossibilita o real controle do Estado pela sociedade. Todavia, “a vitória do poder visível sobre o poder invisível jamais se completa: o poder invisível resiste aos avanços do poder visível, inventando sempre novos modos de se esconder, de ver sem ser visto”. Daí, paradoxalmente, onde as autoridades misteriosas (*arcana imperii*) exercem o poder invisível, seus oponentes também atuam, como contrapoder, de modo oculto (*arcana seditionis*), impedindo-os de se perpetuarem.

Segundo Manrique (2013), para a existência da transparência, no âmbito do Estado, faz-se necessário: disponibilização da informação e, se houver ausência (exceções), esclarecer os motivos; concessão de acesso à informação, mas não basta disponibilizá-la, ela deve estar acessível; e, terceiro, ação educativa, pela qual o Estado deve criar os meios e as

condições para que o cidadão compreenda que esse é um direito – de informar-se, informar e ser informado.

Como anota Barry (2010, p. 34, tradução nossa), “a transparência não significa apenas tornar públicas as informações, mas [também] formar um público que esteja interessado em ser informado”. Sobretudo, porque a publicidade da informação é afetada por interesses dos mais distintos espectros políticos (ideológicos), logo, a transparência não opera por conta própria. Ela depende da compreensão do sujeito, sobre o que lhe está sendo informado e dos princípios e dos valores contidos na publicidade da informação.

Pensamos, contudo, que cabe examinar um pouco mais a transparência, agora em sua mistificação, para isso vamos recorrer à obra de ficção de Eric Arthur Blair (1903-1950, escritor, nascido na Índia britânica), sob o pseudônimo de George Orwell. Em sua obra, *A Revolução dos Bichos* ou “A Fazenda dos animais: um conto de fadas”, escrita em 1945, é uma mescla de fábula distópica com alegoria política sobre o poder. A história é uma crítica ao stalinismo, ao autoritarismo e suas consequências.

Em poucas linhas, nas quais se encontram sintetizadas os *Sete Mandamentos* que regiam a *Fazenda dos Bichos*, uma espécie de Carta Magna do *Animalismo*, Orwell (2020) nos fornece as bases para a compreensão da intransparente transparência. Os *Mandamentos* eram leis que os animais se baseavam, para preservar sua igualdade e distingui-los dos humanos na nova ordem:

1. *Tudo o que anda com duas pernas é inimigo.*
2. *Tudo o que anda com quatro pernas ou tem asas é amigo.*
3. *Nenhum animal usará roupas.*
4. *Nenhum animal dormirá em cama.*
5. *Nenhum animal beberá álcool.*
6. *Nenhum animal matará outro animal.*
7. *Todos os animais são iguais* (Orwell, 2020, p. 49).

Agora, contextualizemos brevemente o pano de fundo dos *mandamentos*. A história começa na Inglaterra, na fazenda chamada *Fazenda Solar*, onde viviam o seu proprietário, Sr. Jones (um alcóolatra, egoísta e administrador incapaz de gerenciar a fazenda) e os animais. Estes, descontentes com a condição precária e exploratória a que os humanos os submetiam, passam a ouvir os ensinamentos do velho Major, cujos preceitos eram alicerçados na ajuda mútua e na igualdade entre os animais. Major, um porco respeitado por todos os bichos, discursava sobre sua descrença no ser humano, semeando a ideia de uma revolução e formando princípios: os *Sete Mandamentos* e o sonho de liberdade expresso no hino dos animais.

Mesmo com a morte do velho Major, o sonho de liberdade permaneceu vivo. No decorrer do tempo, a revolução eclodiu: Sr. Jones foi expulso da fazenda e os animais tomaram o poder; sendo que os porcos, por deterem maior conhecimento de leitura – aprenderam a ler e escrever com os livros dos filhos do Sr. Jones – e serem os mais astutos, autoproclamaram-se os sucessores da nova forma ideológica, chamada de *Animalismo*. A princípio, a igualdade entre os animais era um ideal e uma meta a ser alcançada, na agora chamada *Fazenda dos Bichos*. Assim, todos desfrutavam de rotinas menos onerosas e de comida farta.

À medida que a administração dos porcos se consolidava, as coisas começaram a mudar, situação visível na postura ideológica do porco Guincho, a *intelligentsia* suína – em uma perspectiva mannheimiana – ou, em outra perspectiva, o *intelectual tradicional*¹⁵⁸ – em uma abordagem gramsciana. Em evidente confronto com os princípios da revolução e em total falta de legalidade e de moralidade, esse intelectual declara:

“Camaradas!”, exclamou ele. [...] *Nós, os porcos, trabalhamos com o cérebro*. Toda a administração e organização desta fazenda dependem de nós. Dia e noite, cuidamos do bem-estar de vocês. É em prol de vocês que bebemos esse leite e comemos essas maçãs. Sabem o que aconteceria se nós, porcos, não cumpríssemos o nosso dever? Jones voltaria! (Orwell, 2020, p. 57, grifo nosso).

Destarte, a gestão dos porcos, fazendo uso da persuasão e da força, concentrou o poder e se transformou em um regime autoritário. Examinemos essa questão na realidade brasileira. Em nosso país, foi possível nos livrarmos do governo bolsonarista, neofascista, nas eleições de 2022, com a vitória do candidato de centro esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva. No Ceará, temos um governo também de esquerda, mas as práticas ou cultura do autoritarismo, são sistêmicas, na estrutura do Estado brasileiro, com efeitos na própria cotidianidade escolar.

¹⁵⁸ A reflexão gramsciana sobre as relações entre a sociedade (suas classes, seus grupos sociais componentes) e os setores intelectualizados demolem a ideia da existência de um pretense grupo de intelectuais acima do bem e do mal, autônomos, axiologicamente neutros ou desligados dos interesses de classe. Cada grupo social, em um nexos ontológico, cria para si, organicamente, camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e autoconsciência sociopolítica. Sendo que cada camada social nova, busca encontrar setores intelectuais pré-existentes para serem assimilados, o que seria o modelo de intelectualidade tradicional na tipologia gramsciana. Todavia, o pensador sardo explica que “[...] a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais ‘orgânicos’ e não ‘assimila’ nenhuma camada de intelectuais ‘tradicionais’, embora outros grupos sociais extraiam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa.” (Gramsci, 1985, p. 5). Surge, portanto, em oposição aos intelectuais orgânicos, os intelectuais tradicionais. E as classes que lutam para serem hegemônicas, almejam conquistar intelectuais tradicionais e criar seus próprios intelectuais orgânicos. Por isso, os porcos, na narrativa de Orwell (2020), buscam formar (educar) de modo específico (especial) sua prole.

No contexto em que as escolas, gestores, professores e estudantes estão inseridos – de avanço das políticas de *accountability*, condicionando-os a obterem resultados, para que a própria escola possa obter recursos complementares ou serem premiadas – implementa-se o que Gramsci perspicazmente identificou, ações de coerção e de consenso. Ao entrevistarmos a Prof.^a Patrícia e o Prof.^o Miranda, esses dois conceitos atravessaram suas falas, destacando o modo como a publicidade efetivamente tornou-se uma miragem:

Quando realizamos a entrevista com a Prof.^a Patrícia, fomos surpreendidos com o pedido inusitado da coordenadora: **Coord.^a** “– Posso acompanhar a entrevista?”. Dirigindo meu olhar para a prof.^a, vi seu consentimento. Respondi que o ideal era que a entrevista fosse individual, particular. Então a Prof.^a Patrícia (EP5E3) interveio:

Prof.^a Patrícia: Professor, o senhor pode me fazer as perguntas tranquilamente. O que eu não souber a ... [coordenadora] responde, ou me ajuda. [Se entreolham. Enquanto a coordenadora gesticula com a cabeça um movimento de aprovação]. Ela tem mais experiência do que eu. Na verdade [estendendo a mão e segurando o braço da coordenadora] eu me sentirei até mais segura.

[Nesse momento a coordenadora intervém] **Coord.^a:** Mas se o senhor achar melhor, eu posso sair. [Fitando os olhos na direção da professora, que intervém]. **Prof.^a**

Patrícia: Não ... [coordenadora], fica ... pra mim não tem problema ... eu só não queria que a entrevista fosse gravada ... não gosto da minha voz [no que a coordenadora, assentiu. Então, desliguei o microfone e pedi uma pausa, para poder fazer as anotações das falas. Depois, iniciamos a entrevista, marcada por olhares, gestos e expressões de ambas as partes]: “tu não concorda?”

Agora, vejamos o fragmento da entrevista com o Prof.^o Miranda (EP3E2):

[Pesquisador] Que aspectos o senhor analisa como prejudiciais para a escola, relacionados ao sistema de avaliação em larga escala?

[Prof.^o Miranda] O impacto sempre é positivo ... Nós sempre esperamos [... o bom resultado] da nossa escola ... é não só ... eu que quero, [mas todos]. [O prof.^o interrompe abruptamente sua fala e fica em silêncio, em um longo momento de reflexão, então arremata]. Essa pergunta é mais ... é mais [... para] a gestão.

[Pesquisador] Eu vou refazer, então a pergunta. Como o senhor percebe essas políticas de avaliação? Elas interferem no seu trabalho em sala de aula ou não teve interferência alguma?

[Prof.^o Miranda] Estou organizando o meu planejamento para focar nessa avaliação.

Em outro bloco, o Prof.^o Miranda (EP3E2), tece as seguintes respostas:

[Pesquisador] Mas você tem alguma crítica específica ao sistema de ranqueamento? Porque, quando você ranqueia, se realiza uma distinção entre as instituições. Você vê isso como algo, tranquilo, sem problema?

[Prof.^o Miranda] Eu. Eu, eu acho assim, né. [breve, pausa]. Quando [pausa longa] se já [pausa curta] não sei responder essa pergunta.

[Pesquisador] Vou refazer a pergunta. Quanto a esse sistema de ranqueamento, como você percebe que isso afetou a educação?

[Prof.^o Miranda] Como, como te disse, esse ranqueamento ... traz recursos para a escola ... As escolas mais [bem] ranqueadas ... recebem mais recursos, mas posso fazer uma crítica ... Por que que não manda recursos para a escola sem fazer esse ranqueamento? Será que todas as escolas necessitam de recursos? Será que tem?

Eis a força das ideologias e como se processa a hegemonia no ambiente escolar. Entendamos um pouco essa questão, retomando nossa análise da obra de Orwell (2020). Os animais (exceto os porcos) voltaram à rotina de trabalho pesada. Para isso, um dos artifícios utilizados foi o adulterar, manipular ou cercear as informações aos outros bichos da *Fazenda*. É esse o contexto de nossa análise.

Uma vez no poder e controlando a gestão da *Fazenda*, os porcos passam a modificar as premissas iniciais da revolução. Os mandamentos vão sendo adequados aos novos objetivos dos suínos (os intelectuais orgânicos da *Fazenda*), tornando-se desfavoráveis aos demais bichos:

“Mabel”, pediu ela [Tulipa], “leia para mim o Quarto Mandamento. Ele não diz que é proibido dormir em camas?”
Com certa dificuldade, Mabel formou as palavras.
“Está escrito: ‘Nenhum animal dormirá em cama *com* lençóis’”, disse ela por fim.
Curiosamente, Tulipa não lembrava que o quarto mandamento mencionava lençóis; mas se assim estava escrito lá na parede, então assim devia ser (Orwell, 2020, p. 80).

A leitura, entendida no contexto de Orwell, como algo que leva ao conhecimento, à desalienação da sociedade, é questionada, retratada tão somente como decodificação. Não bastava ler, pois tal ação não era capaz de sozinha trazer mudanças, como evidencia-se na fala de Tulipa, que apesar de desconfiar que a informação no mandamento estava alterada, deixou-se convencer por não se achar apta para argumentar com os outros animais.

A segunda mudança, operada em conjunto com a coerção, ocorre na perseguição aos opositores da gestão dos porcos, sob o argumento de que havia traidores na *Fazenda*:

Alguns dias depois, quando o terror causado pelas execuções havia amainado, alguns dos animais se lembraram – ou julgaram lembrar-se – de que o Sexto Mandamento afirmava: “Nenhum animal matará outro animal”. [...] Tulipa pediu a Benjamim [o burro] que lesse para ela o Sexto Mandamento, e quando ele respondeu, como de praxe, que se recusava a entrar nessas questões, ela chama Mabel. Mabel leu para ela o Mandamento: “Nenhum animal matará outro animal *sem motivo*” (Orwell, 2020, p. 95).

A terceira alteração ocorre quando os porcos começam a ingerir álcool, prática que era repudiada devido à forte identificação com os humanos: “Todos pensavam que o Quinto Mandamento fosse ‘Nenhum animal beberá álcool’, mas havia duas palavras além dessas de que eles haviam esquecido. Na realidade, o Mandamento era: ‘Nenhum animal beberá álcool *em excesso*’” (Orwell, 2020, p. 106). Já a quarta subversão é a mais surpreendente. Ela modifica a premissa sobre o andar em duas pernas, sendo alterada em sua concepção original: “Mas naquele exato momento, como se obedecendo a um sinal, todas as ovelhas começaram a balir a plenos pulmões: ‘Quatro pernas, bom; duas pernas *melhor!*’

Quatro pernas, bom; duas pernas *melhor!* Quatro pernas, bom; duas pernas *melhor!*” (Orwell, 2020, p. 121).

A quinta mudança selou as anteriores. Foi a adulteração do princípio de igualdade, que doravante não mais existia. “Pela primeira vez, Benjamim [o burro] consentiu em quebrar sua regra, e leu para ela [Tulipa] o que estava escrito na parede. Agora não havia nada além de um único Mandamento: **TODOS OS BICHOS SÃO IGUAIS, MAS ALGUNS BICHOS SÃO MAIS IGUAIS QUE OS OUTROS**” (Orwell, 2020, p. 122). Por fim, o mandamento terceiro foi esquecido, marcando a *desanimalização* suína, ao incorporarem os gestos e hábitos humanos, numa visível mudança ideológica: “Não estranharam quando Napoleão foi visto passeando nos jardins da casa com um cachimbo na boca – não, nem quando os porcos se apoderaram das roupas do sr. Jones e passaram a usá-las [...]” (p. 107).

Todo esse processo de modificações nos princípios dos *Sete Mandamentos* foi fruto de uma lenta e sorrateira ação dos porcos. Orwell deixa isso claro ao desvelar o mistério por trás de suas mudanças:

Mais ou menos nessa época ocorreu um acidente estranho que praticamente ninguém consegui entender. [...] Junto à parede de fundo do celeiro grande, onde estavam escritos os Sete Mandamentos, havia uma escada de mão quebrada em dois pedaços. Guincho, desacordado, estava esparramado ao lado dela, e perto dele havia uma lanterna, um pincel e uma lata de tinta branca virada (Orwell, 2020, p. 105-106).

Quem realizava os *revisionismos* dos princípios escritos e justificava os novos hábitos da *vara* era Guincho, um “porquinho gorducho [...]. Falava muito bem, e quando discutia alguma questão difícil tinha o cacoete de dar pulinhos de um lado para o outro [...], o que de alguma modo tinha um efeito muito persuasivo. Dizia-se que Guincho era capaz de transformar o preto em branco” (Orwell, 2020, p. 44). Guincho representa os meios de comunicação, a propaganda, agindo sempre que se fazia necessária a conquista do consentimento dos animais.

Assim, os mandamentos são ajustados aos interesses dos porcos, que se aproveitam da falta de conhecimento e de alfabetização por parte dos demais bichos, uma vez que, exceto os porcos, os demais mal sabiam ler. Alguns até liam alguma coisa, p. ex., o burro Benjamin sabia ler, mas não externava reação diante dos acontecimentos. Outros não conseguiam aprender a ler e escrever ou não se interessavam pela leitura, além de lhes faltar “senso crítico”, facilitando a aceitação passiva da ideologia vigente:

Tulipa aprendeu todo o alfabeto, mas não conseguiu formar palavras. Guerreiro não conseguiu passar a letra *D*. [...] Em algumas ocasiões, conseguiu aprender *E, F, G, H*, mas nesse ponto sempre ficava claro que já se esquecera de *A, B, C, D*. [...] Nenhum outro animal da fazenda conseguiu ir além da letra *A*. Constatou-se também

que os bichos mais desprovidos de inteligência, como ovelhas, galinhas e patos, não eram capazes de decorar os Sete Mandamentos (Orwell, 2020, p. 55).

Já sublinhamos que um dos princípios da publicidade remete ao sentido de *publicar e expor* ao público. Dito isso, é inegável que os mandamentos, inscritos na parede final do celeiro, estavam expostos (disponíveis) para todos verem. A informação estava diante de todos. Ora, um dos aspectos essenciais da transparência é o fato do gestor proporcionar informações, para que não haja dúvida de suas ações. Assim, o acesso às leis, na *Fazenda*, era censurado?

É claro que os mandamentos estavam expostos para todos *olharem*. Todavia, pouca serventia a exposição da lei pode ter se os interessados não sabem ler, decodificar, interpretar, contextualizar, debater, o que está diante de seus olhos. A ação de Guincho, modificando os *Sete Mandamentos*, só surtiu o efeito desejado, porque além do analfabetismo entre os animais, havia a coerção e a informação não era límpida, ela se ajustava de acordo com a situação, pois os bichos não percebiam suas mudanças. A *memória* sobre o conteúdo das leis lhes escapavam e lhes foi vetado o livre pensar e o debate:

Napoleão, *agora seguido pelos cachorros*, subiu na espécie de plataforma onde outrora o Major fizera seu discurso. *Anunciou que de agora em diante não haveria mais Reuniões nas manhãs de domingo.* [...] Para o futuro, todos as questões relativas ao funcionamento da fazenda seriam decididas por uma *comissão especial de porcos, presidida por ele.* A comissão deliberaria a portas fechadas, e depois comunicaria as decisões aos outros. Os animais continuariam se reunindo nas manhãs de domingos para hastear a bandeira, cantar “Bichos da Inglaterra” e receber as ordens para a próxima semana; mas não haveria mais debates (Orwell, 2020, p. 70-71, grifo nosso).

Estamos diante da negação da publicidade com a proibição dos debates, as decisões em secreto e a afirmação – na figura do supremo líder Napoleão – do que Kant (2009) chamou de *minoridade*: todos deveriam obedecer ao Camarada Napoleão, o único a saber responder todas as questões. Logo, n’*A Revolução dos Bichos* somos confrontados com o uso da transparência como simples informação.

Numa curta oração: Não há transparência! Estamos diante de um cenário em que a publicidade, reduzida à simples informação, liga-se à intransparente transparência dos fatos ou acontecimentos. A transparência só é concretizada se compreendermos a informação e as contradições que lhe são intrínsecas, na dialética das relações sociais. Isso significa que em torno da transparência existe um espaço de disputa política e ideológica, marcado pela ocultação e/ou pela disponibilidade de informações.

É claro que deve haver uma seletividade na transparência, quando as informações possam afetar a segurança pública/nacional. Contudo, tal seletividade deve obedecer aos

critérios pré-definidos e às regras objetivas, para evitar uma seletividade obscura, tendo em vista que “é sob o manto do sigilo que os direitos das pessoas são frequentemente revogados” (Stiglitz, 1999, p. 26, tradução nossa). Para Martins Júnior (2004) e Frey *et al.* (2002) o *secreto* só pode ocorrer nos casos em que a lei impor tal situação, quando houver a necessidade do sigilo, o que indica a existência de uma positividade na confidencialidade.

Prossigamos com nossa análise da *Fazenda dos Bichos*. A aceitação e a assimilação das premissas distorcidas por parte dos animais têm raízes na questão educacional e intelectual, que podemos explicar a partir da figura de Guerreiro. Ele era o trabalhador incansável, um cavalo forte, que nunca se esquivava de suas tarefas. Executava-as e ainda fazia além do que lhe era exigido.

No entanto, esse animal sempre disposto a realizar suas atividades práticas, era um bicho de limitada consciência política, incapaz de elaborar abstrações intelectuais, teóricas. Isso posto, temos em Guerreiro, devido a sua ignorância e sua resignação, o modelo daquelas criaturas, cuja *práxis* está ligada a um senso comum, apartado de uma consciência filosófica (senso crítico). Essa “[...] contrariedade da consciência não permite nenhuma ação, nenhuma escolha e produz um estado de passividade moral e política” (Gramsci, 1995, v. 1, p. 21).

A consciência alienada de Guerreiro é reforçada pela repetição contínua dos lemas e dos princípios distorcidos pelos porcos – simbolizado nas ovelhas, com seu coro alto e uníssono – nas promessas de progresso – confrontadas com a disseminação constante da ameaça do retorno do Sr. Jones – e na elitização da educação. Orwell (2020) não se exime, em sua fábula, em abordar, mesmo que indiretamente, a leitura como letramento e seu uso pernicioso pelos porcos, numa terminologia gramsciana, intelectuais orgânicos do sistema.

Os porcos, gradativamente, avançavam em sua *desanimalização*. Tornavam-se, dia após dia, mais letrados, utilizando esse instrumento – o *letramento* – para se fortalecerem e se manterem no poder, já que *manipulavam a palavra*, naquilo que Piglia (2006) definiria como *o uso da literatura para o crime*, tendo em vista a utilização dos mandamentos para oprimir os outros animais.

Isso lança os signos linguísticos manifestos nos princípios da revolução, no centro da luta ideológica, arena na qual diferentes índices de valor são postos em disputa. Uma vez que, tanto dominantes como dominados tentam impor seus valores sobre o código semiótico (língua) de um *bloco histórico* – unidade dialética entre forças produtivas e relações sociais de produção e superestrutura (Gramsci, 1995, v. 1), uma luta de classes em um dado momento histórico. Luta valorativa, que Bakhtin (2010), considerando as devidas restrições, consegue

traduzir ao dizer: “a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais” (p. 42). Por isso, porcos anunciaram “[...] depois da compra de tijolos e madeira, que no jardim da casa seria construída uma escola [para formar intelectuais]. Por ora quem instruíra os leitões era o próprio Napoleão, na cozinha da casa” (Orwell, 2020, p. 108-109).

Diante do que expomos, o que está em jogo na intransparente transparência é uma *ideologia de ocultar mostrando*. Compreender essa mistificação exige de nós a capacidade de sair da caverna, interpretar as coisas da realidade concreta, quanto no realizar o caminho de volta para ela, agora transformados por uma *Bildung* humanizadora, para desvelar as imagens que estão sendo refletidas. Para isso, no retorno à caverna, devemos mudar: da simples forma de enxergar para um olhar (*specere*) que transcenda o *theorein*, tanto no claro, como do claro ao escuro. Assim, à busca da *Aletheia*, descobrir os mecanismos e os dispositivos produtores das imagens (os paradigmas do “belo”).

7.2.3 Narciso acha feio o que não é espelho: a (in)transparência no reflexo do capital

No ano de 2019, o Banco Mundial, em seu relatório “Fazendo a educação dar certo: O sucesso do Ceará e Sobral nas reformas educacionais para a alfabetização universal” (Banco Mundial, 2019), ao analisar a educação brasileira, destacou que praticamente todos os 184 municípios cearenses apresentaram melhoras nas taxas de evasão escolar e de aprendizado no ensino fundamental, tanto nos anos iniciais quanto finais, considerando os resultados do IDEB, no período de 2005 a 2017.

Para fins comparativos, no ano de 2005, o resultado no IDEB alcançado por escolas públicas cearenses, para os anos iniciais do ensino fundamental, foi de 2,8, e em 2019 o índice chegou a 6,3. O que impulsionou o estado a ultrapassar a meta de 6,0, sugerida pela OCDE para o Brasil em 2022. Conforme o organismo, 10 dos 20 municípios brasileiros com melhor desempenho no IDEB, anos iniciais e finais do ensino fundamental, estão localizados no estado cearense e, paradoxalmente, em áreas empobrecidas (Medeiros, 2021).

Isso fez com que os índices alcançados pelo estado tenham sido elogiados pelo BM, sendo tomado como referência para outros estados e países. No espectro estadual, tem se destacado a longas datas, o município de Sobral, que em 2019, atingiu um IDEB de 9,1, muito acima da média nacional. Em vista dos resultados alcançados, o modelo educacional sobralense tem inspirado outras cidades, como Vitória (ES), Goiânia (GO), Curitiba (PR) e Teresina (PI), que replicaram o tripé de gestão, formação e avaliação em suas redes, com avanços significativos no IDEB ao longo dos anos (BM, 2019).

Para a Dir.^a Sofia (ED1E1), reproduzindo uma fala presente em todos os nossos entrevistados:

[Pesquisador] Prof.^a, como a senhora avalia o Spaece?

[Dir.^a Sofia] Spaece consegue nos dar um norte para onde ir ... Eu não gosto da parte da competição que se instalou ... comparando as escolas. Escola tal é melhor, a cidade tal é melhor. Se o objetivo é que a criança *aprenda na idade certa* e apontar onde deve melhorar ... a competição é a parte ruim ... Tirando isso, o sistema é válido ... ele contribui para revertermos a nossa prática educacional ... tanto em sala de aula, como na educação como um todo ... [E] eu concordo que existe um sistema, eu acho o sistema válido. Acho que ele contribui para a gente rever a nossa prática educacional.

Foi a partir dessa conjuntura que Gabriel Corrêa, especialista em políticas públicas do *Todos pela Educação* (TpE), comentou:

*A beleza do mecanismo é colocar na agenda política dos prefeitos a melhoria da qualidade educacional, porque assim eles têm mais recursos para fazerem suas pautas locais. Se você coloca na pauta do prefeito ou da prefeita que *melhorar resultado vai dar mais dinheiro para o caixa da prefeitura*, ele vai pensar duas vezes antes de indicar alguém na pasta da educação simplesmente por alinhamento partidário. Pelo contrário, a partir de agora *você passa a querer melhorar o resultado educacional* e para isso vai indicar a melhor pessoa possível para alcançar esse resultado (Corrêa, 2021 *apud* Medeiros, 2021, grifo nosso).*

Parece-nos que Gabriel Corrêa projeta na educação cearense uma beleza narcísica, que encanta a todos e que, à semelhança de seu portador primevo, magnetiza (enfeitiça) quem a contempla, inclusive a si mesmo, em um êxtase delirante diante do que se vê: o reflexo de sua face no lago do capital. Assim, os ideólogos neoliberais têm conseguido encantar o mundo, com o mistificado sucesso cearense, que *faz mais, com menos* (e, cada vez menos).

Eis que estamos diante de um modelo educacional que deve ser replicado, pois, é belo (*bom e adequado*), enquanto o que lhe é antagonista, aquilo que não segue seus padrões (ditados por organismos multilaterais), é visto como feio (Menezes; Mendonça, 2023). Como retrata a música *Sampa* (2011), de Caetano Veloso, composta em 1978: “Quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto/ Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto/ É que Narciso acha feio o que não é espelho/ E à mente apavora o que ainda não é mesmo velho”.

A beleza desse mecanismo, cuja face sombria é refletida nas águas pantanosas do capital, muito mais do que enfeitiçar, também mata, ao instigar a pulsão destrutiva da potência humana, com resultados deletérios, em sua busca por reconhecimento. A contemplação de si, aliada à incapacidade de compreender as contradições sociais, reforça a personificação de arquétipos sob a égide do individualismo.

Nessa sandice, conforme Menezes e Mendonça (2023, p. 7): “Há uma necessidade

de ser medido, quantificado e comparado com o outro para existir. ‘Espelho, espelho meu, existe alguém mais accountable do que eu?’”. Para superarmos o outro, o concorrente, devemos ser mais belos do que ele. Isto é, devemos ser como *Dorian Grey* (Wilde, 2012), sempre jovens, atraentes e narcisistas, mostrando uma *beleza* que mascara (distorce, oculta) por sua transparência nossas imperfeições – pois ao mostrar sua imagem, não revela sua verdadeira face.

O ser transparente, fenômeno tido pela NPM como condição *sine qua non* da *accountability*, é aplicado à educação em termos contábeis – disponibilizando números, dados, estatísticas, tabelas de classificação etc. Critérios explícitos e públicos de desempenho pelos quais alunos, professores e escolas podem ser, por meio da *accountability*, julgados publicamente (Furlong, 2001). Com esse escrutínio público, a NPM adota seu antídoto para a desconfiança: a informação por meio da mensuração, uma forma de controle do “mundo misterioso dos profissionais” em educação (Boyle, 2000, p. 48-49, tradução nossa). Essa transparência mascara a ideologia gerencial, ornando a *accountability* com a auréola da neutralidade científica.

Por sua vez, a ideologia científicista travestida de valor neutral, objetivo, universal, intemporal dissimula, sob as mais diversas formas (ideologia da competência, ideologia da eficácia etc.), a normalização dos efeitos assimétricos das políticas educacionais nos países do capitalismo orgânico, semiperiférico e periférico. Ideologias reformistas e conservadoras, como o gerencialismo e a governança mascaram a barbárie social e educacional, por meio de discursos tecnocráticos articulados com os interesses hegemônicos.

Vista como instituição propagadora de conhecimento na era da competitividade e do desempenho econômico, a escola pública é tida nesta conjuntura, como vetor estratégico para o progresso e desenvolvimento econômico e social de cada Estado-Nação – em uma dimensão operacional, as ações dos *stakeholders*, inclusive das escolas, passaram a ter como foco central a aprendizagem estudantil (Segatto; Abrucio, 2017). Instituições de ensino, acompanhando os movimentos de modernização do sistema educacional, já não são apenas *accountable* perante as partes interessadas a nível local e nacional, mas também, perante a comunidade internacional.

Freitas (2012) nos esclarece que o modelo de avaliação centrado na política de *accountability* educacional é constituído por três elementos: avaliação (o teste estudantil), publicização ou informação (divulgação pública do desempenho escolar – estudante e escola) e sanções ou bonificação (caráter meritocrático do sistema). Em parte, esse caráter objetivo das avaliações tem justificado seu uso pelos mais distintos espectros políticos – de setores

partidários, gestores ou intelectuais de esquerda aos liberais, passando pelos conservadores:

Nas últimas duas décadas e meia, pelo menos nos países capitalistas democráticos ocidentais, as políticas de avaliação foram ganhando um *estatuto relativamente indiferente às concepções político-ideológicas* que lhe subjazem e foram, também, alcançando uma *certa imunidade ou indiferença às realidades (nacionais, regionais, sociais, culturais...)* em que os diferentes dispositivos avaliativos se têm instalado e desenvolvido. É, aliás, esta aparente consensualidade que vem *ampliando a eficácia legitimadora da avaliação e tornando mais difícil desmontar e pôr em questão a sua aparente e pretendida neutralidade* (Afonso, 2007, p. 17, grifo nosso).

No caso brasileiro, o estado do Ceará foi um dos precursores na implantação do modelo de *accountability*, com a gradativa experiência de avaliação em rede iniciada no ano de 1992. De modo particular, os municípios de Fortaleza e Sobral – a *Princesinha do Norte*, também conhecida pela alcunha de a *Paris Cearense* – são exemplos da capacidade, digamos, *suprapartidária* das políticas de *accountability* (Quadro 5 e Figura 24), servindo a governos de centro-esquerda, centro e de centro-direita – reflexo de um sistema com contradições.

Quadro 5 – Um mapa político-partidário do Ceará: décadas de 1980-2020¹⁵⁹

Ceará		Fortaleza		Sobral	
Partido	Mandato	Partido	Mandato	Partido	Mandato
PMDB (a)	1987-1991	PMDB / PSDB (f)	1989-1990	PFL	1989-1992
PSDB (b)	1991-1995	PMDB	1990-1992	PDS	1993-1994
PSDB	1995-1999	PMDB	1993-1996	PFL	1994-1996
PSDB	1999-2003	PMDB	1997-2000	PSDB (h)	1997-2000
PSDB	2003-2007	PMDB	2001-2004	PPS (h)	2001-2004
PSB (c)	2007-2011	PT (g)	2005-2008	PPS	2005-2008
PROS (c)	2011-2015	PT (g)	2009-2012	PSB	2009-2010
PT (d)	2015-2019	PSB/PROS/ PDT	2013-2016	PT (i)	2011-2012
PT (d)	2019-2022	PDT	2017-2020	PT (i)	2013-2016
PDT (e)	2022-2023	PDT	2021– atual	PDT (j)	2017-2020
PT	2023 – atual			PDT (j)	2021 – atual

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota 1: (a) Tasso Jereissati; (b) e (f) Ciro Gomes; (c) e (h) Cid Gomes; (d) Camilo Santana; (e) Izolda Cela; (g) Luizianne Lins; (i) Clodoveu de Arruda; (j) Ivo Gomes.

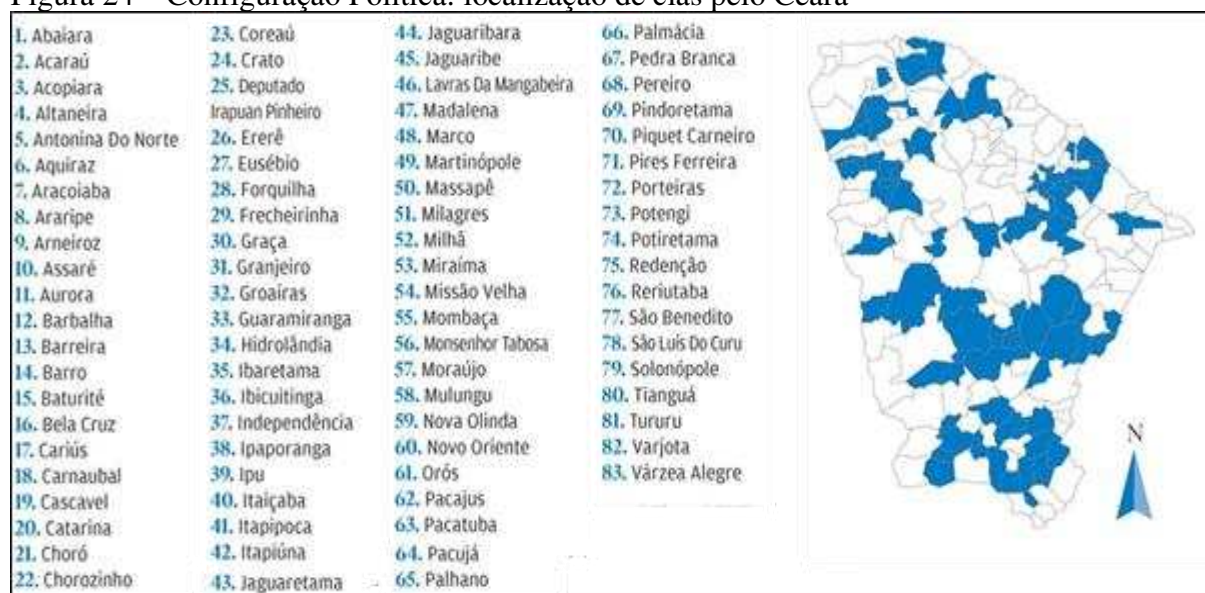
Nota 2: A primeira gestão Tasso Jereissati (a) ficou marcada na história política cearense pelo *slogan* e pelo ideário de *Governo das Mudanças*, em um processo de “ruptura” com as oligarquias tradicionais no Estado e forte discurso industrial e modernizador de cunho reformista e gerencialista, seguindo as diretrizes de um *projeto*

¹⁵⁹ Partido do Movimento Democrático Brasileiro (**PMDB**); Partido da Social-Democracia Brasileira (**PSDB**); Partido Socialista Brasileiro (**PSB**); Partido Republicano da Ordem Social (**PROS**); Partido dos Trabalhadores (**PT**); Partido Democrático Trabalhista (**PDT**); Partido da Frente Liberal (**PFL**); Partido Democrático Social (**PDS**); Partido Popular Socialista (**PPS**). Se observamos o espectro político brasileiro de forma simplista veremos apenas esquerda e direita e, talvez o centro. Todavia, caso nos atenhamos a uma análise mais demorada e detalhista, seremos capazes de identificar as subdivisões de cada campo. Sem a pretensão de discorrer sobre esse tema complexo, podemos, ainda de forma aproximada, conjecturar que nossa estrutura política está dividida em campos (espectros), que se inicia na **extrema esquerda**, passando a **esquerda moderada** (PT), ao **centro-esquerda** (PSB; PDT), ao **centro** (PMDB), ao **centro-direita** (PSDB, PPS), à **direita moderada** (PROS, PFL, PDS), e termina na **extrema direita**. Essa divisão está longe de ser consensual, sendo passível de inúmeros questionamentos, mas é didática e atende aos nossos objetivos, que é apresentar um mínimo quadro dos espectros políticos cearenses ao longo das décadas de 1990-2020.

neoliberal (vide nota 1, p. 24). Como aliado e herdeiro político de Jereissati, **Ciro Gomes (b) e (f)**, ex-prefeito de Fortaleza/CE, dá sequência à onda reformista-gerencial, ao tornar-se Governador do Estado, implantando no campo educacional, no ano de 1992, por meio da Secretaria de Educação (Seduc), o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica – o Spaece. Esse Sistema foi posteriormente consolidado no Governo Cid Gomes **(c) e (h)**, irmão de **Cid***, **Cid**, quando prefeito de Sobral/CE, iniciou sua gestão, “Sobral no Rumo Certo”, com apoio do PSDB e do PT. Foi um período marcado pelo grande salto da gestão educacional do Município, expresso no Programa de Alfabetização na Idade Certa, que foi base para a criação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa do Governo Federal. Os resultados e as premiações internacionais cacifaram **Cid** a eleger-se Governador do Estado e posteriormente, com o avanço do Spaece e os índices alcançados no Ideb, pelas escolas cearenses, ele assumiu o comando do MEC (2015), no Governo de Dilma Rousseff (2011-2016). Como sucessor de **Cid**, alça-se ao poder na cadeira de Governador do Estado, o petista **Camilo Santana (d)**, que deu sequência às políticas educacionais de seus entressorres, consolidando ainda mais as avaliações em larga escala e as políticas de *accountability*. Isso foi o que o cacifou, à semelhança de **Cid**, a assumir o comando do MEC, no atual Governo Lula (2023), tendo a missão de replicar no Brasil o modelo adotado no Ceará. Com a saída de **Camilo** do Governo do Estado, para concorrer ao Senado, sua Vice, **Izolda Cella (e)**, assume o poder. No passado, **Izolda** (que fora filiada ao PT, no início dos anos 2000) ocupou a função de Secretária de Educação de Sobral (2007 a 2014) e posteriormente, Secretária de Educação do Ceará, na gestão **Cid**, tendo sido uma das principais idealizadoras das políticas de responsabilização do Estado. Atualmente, **Izolda** é a número dois do MEC, sob o comando de **Camilo**. Deslocando-nos agora, para o plano local, Fortaleza, a capital do Estado, destaca-se a eleição de **Luizianne Lins (g)** – a primeira mulher a comandar a capital depois da combativa **Maria Luíza Fontenele** (PT, 1986-87) / (PSB, 1987-89). É digno de nota que **Luizianne** é alinhada à tese Democracia Socialista (DS), uma ala mais à esquerda de seu partido, o PT, que localiza-se em um polo, digamos, diverso da ala composta por **Camilo Santana**, uma ala mais moderada - liderada pela corrente Campo Democrático (hoje também chamada de Construindo Um Novo Brasil, ou CNB), do Líder do atual Governo Lula (2023) na Câmara dos Deputados, **José Guimarães** (uma das lideranças políticas mais fortes da região de Quixeramobim, no sertão central cearense). Saindo de Fortaleza e rumando à Sobral, temos a gestão de **Clodoveu de Arruda (i)**, um aliado dos **Ferreira Gomes**, além de ser casado com a ex-governadora do estado do Ceará, **Izolda Cella**. Atualmente, Sobral é comandado por **Ivo Gomes (j)**, irmão de **Cid** e de **Ciro Gomes**.

* Atualmente **Cid** e **Ciro Gomes** estão filiados ao PDT.

Figura 24 – Configuração Política: localização de clãs pelo Ceará



Fonte: Filgueiras (2016) – ilustração adaptada.

Nota: Municípios em que parentes de prefeitos ocupam uma das três principais secretarias do governo municipal: saúde, educação e assistência social. A reportagem escrita pela jornalista Isabel Filgueiras, publicada na edição on-line de 07/02/2016, tem por título: “Clãs políticos. Famílias controlam 45% das prefeituras cearenses. Pesquisa aponta a força dos clãs políticos na distribuição de poder nas prefeituras cearenses.” Dados baseados em pesquisa de Vanuccio Pimentel (2016), sob o título “A primazia dos clãs: a família na política nordestina”. Para o autor, “Clã político é um tipo de organização parecida com a máfia: alimenta-se da formalidade do processo político para controlar disputa em determinado lugar”. No Ceará, os chamados clãs políticos comandavam, no início dos governos municipais de 2013, pelo menos 83 prefeituras - 45% do total de municípios. O autor ainda destaca que, dos 1.500 municípios do Nordeste pesquisados, em 43% deles havia um

ou mais parentes de prefeitos como secretários das principais pastas: saúde, educação e assistência social. “O percentual real certamente é muito maior que isso, se levar em conta todas as secretarias. Na pesquisa, elenquei apenas as três às quais tive acesso por meio de arquivos públicos”, explica. Nesse levantamento, o pesquisador analisa que essa é uma forma de controle que transforma “a coisa pública em particular”. “É importante destacar que exclui da pesquisa o que chamamos de filhotismo, que é quando um filho segue a carreira do pai. Isso ocorre em qualquer profissão, como médico ou advogado, não só na política. Então esse tipo de relação ficou de fora”, esclarece Pimentel. (Filgueiras, 2016).

Desta forma, a política cearense, conformada ao projeto neoliberal e aos princípios gerenciais, retrata o que Afonso (2001, p. 24) especifica como “a reinvenção do governo, acção administrativa orientada para os resultados”, em sintonia com a proposta de *modernização conservadora*¹⁶⁰.

Nas duas últimas décadas do século XX e no princípio do XXI, o estado do Ceará, sob o signo da ruptura, exemplificado no *slogan* “governo das mudanças”, foi apresentado no cenário nordestino e nacional, como expressão de transformação na estrutura tradicional de poder. O Ceará, outrora identificado como estado miserável, pela imprensa nacional, torna-se um modelo a ser seguido, “uma ilha de prosperidade”. Em certa medida, essa mudança liga-se à eleição do grupo político capitaneado pelo industrial Tasso Jereissati, oriundo da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).

Neste ponto, devemos diferenciar modernidade e modernização. A era Tasso-Ciro-Tasso-Tasso, o período mudancista, sinalizava com a transferência para a gestão pública dos preceitos e fórmulas da gerência privada. O discurso da campanha apresentado pautava-se por palavras como “racionalização” e “avanço”. Entretanto, qual o significado ideológico que o termo moderno possuía? Para Löwy (1992, p. 119), moderno é o que se “[...] beneficia dos progressos recentes da técnica e da ciência”, em conexão ao conceito de modernidade, ligado à ideia de “progresso, isto é, à valorização positiva da novidade”.

Para Irllys Barreira (2002), na obra “A era Jereissati: modernidade e mito”, no espectro político, o conceito de modernidade refere-se à *racionalidade normativa* (direitos humanos, cidadania etc.) e modernização à *racionalidade técnico-instrumental*, isto é, ao “[...] predomínio do cálculo baseado em custo, benefício, eficácia [eficiência], produtividade e competitividade” (p. 77).

Assiste-se desde então, a uma modernização, entendida como o desenvolvimento de uma racionalidade instrumental na gestão pública. Todavia, tal avanço não retirou o Ceará de sua posição, enquanto economia periférica, em relação ao Sul do país e, tampouco, houve uma real ruptura na dimensão da estrutura das elites políticas e econômicas, antes, uma

¹⁶⁰ Sobre a *modernização conservadora*, vide nota 2, p. 25-26.

reacomodação. O poder das elites oligárquicas cearenses sempre se mostrou frágil, exigindo para sua própria sobrevivência rearranjos e acordos entre os grupos locais, daí a alternância das facções da classe dominante ou a formação de grandes coligações. Em outras palavras, a contradição entre tradição e jovens empresários – ou nova forma de gerir a coisa pública – não rompeu “a trama de interesses tecidos pelos laços familiares”, antes, operou dentro de “um contexto de permanente reconciliação” (Carvalho, 1991, p. 343).

As novas urgências do capital no contexto da globalização e do neoliberalismo, requerendo maior flexibilidade dos processos e redução dos custos de produção, alinhados a um novo projeto burguês – impondo novo consenso ideológico, voltado à centralidade do mercado e do indivíduo como sujeito de consumo – pôs em xeque a própria sobrevivência das elites políticas nacionais, e em particular, as cearenses.

De fato, os governos peessedebistas de Tasso Jereissati e de Ciro Gomes (de 1987 a 2002) valeram-se de um discurso modernizador, como *marketing* político. Isso replicou-se em todo o estado do Ceará, em um projeto político alicerçado na expansão econômica, em tempos de transnacionalização do capital. Um traço fundamental dessa “nova” ideologia é que seus representantes não se reconhecem enquanto grupos oligárquicos:

Pergunte aos Gomes se eles se consideram uma oligarquia e a reação, bem no estilo deles, será de irritação. “Isso é reducionismo, é uma burrice”, diz o chefe do clã, Ciro Gomes, o deputado federal mais votado do Brasil, proporcionalmente. “Não estamos no poder porque um impõe o outro, e sim porque temos vocação política e consciência pública”, afirma o seu irmão Cid Gomes, governador do Ceará. “É como um karma”, fala o irmão caçula Ivo, deputado estadual e chefe de gabinete de Cid. “É bobagem nos definir assim”, garante a senadora Patrícia Saboya, ex-mulher de Ciro, que abandonou há pouco o sobrenome Gomes. “Nossa família tem cem anos de vida pública, colhemos o espaço natural de quem trabalhou direito a vida toda”, finaliza o primo Tim Gomes, presidente da Câmara de Vereadores de Fortaleza (Pinheiro, 2007).

Um aspecto que caracteriza a nova ideologia das elites cearenses é compreendida quando confrontamos as próprias forças políticas que comandavam o Estado:

Tanto Tasso Jereissati, como Ciro Gomes, identificam-se com o mesmo projeto de modernização autoritária do setor público cearense, como será visto, mas, o primeiro aproxima-se mais do modelo de gestão burocrática clássica, enquanto Ciro Gomes, como administrador, tenta combinar a eficiência e a impessoalidade da burocracia, com o exercício de uma autoridade carismática (Gondim, 2002).

Quando Cid Gomes tornou-se prefeito de Sobral (1997-2000 e 2000-2005) e em seguida, governador do estado em 2006 e reeleito em 2010, ele trouxe em sua algibeira a força da opinião pública sobralense, que afirmavam: “Sobral é outra depois de Cid”. Entre as ações que o projetou nacional e internacionalmente, está aquelas centrada nas políticas educacionais, levando o município a figurar no topo do *ranking* do Ideb, como uma das

melhores redes de ensino do país. Atualmente, Sobral é comandada pelo caçula da família, Ivo Ferreira Gomes. Em sua gestão, no ano de 2018, o município teve sobra de recursos financeiros, o que garantiu o pagamento, no início de 2019, do 14º salário aos professores.

Embora a persistência de herança familiar na política seja um traço da geopolítica nordestinas, logo, cearense, para ficarmos apenas nesse espectro, ele não é predominante. Até mesmo a família Ferreira Gomes – de origem portuguesa, cujos primeiros membros do clã desembarcaram no Ceará em 1790 e desde então, exercem forte influência política no estado, assumindo importantes funções públicas na zona Norte cearense – tem se unido a distintos grupos sociopolíticos para preservarem sua força e tradição (Arruda, 2012; Firmo, 2012).

Ao mesmo tempo, a ONG Transparência Brasil indica em balanço, no ano de 2010, sobre as eleições para o Congresso brasileiro, que inúmeros deputados eleitos ligam-se a uma herança política familiar:

O resultado mostra que as relações de sangue podem ser importante capital político: na Câmara e no Senado, quase metade dos congressistas alavancaram parentes ou foram por eles promovidos; entre os deputados federais com menos de 30 anos, o número de ‘herdeiros’ chega a quase 80% (Schoenster, 2014, p. 1).

Devemos compreender, em uma perspectiva macro, que muito desse fenômeno é resultante de interesses de outros grupos, os quais muitas vezes rompem com essa tradição. A própria vice-governadora do Ceará, Izolda Cela (2015-2018) e a ex-prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, não se projetaram em razão de sua tradição familiar. Ambas despontaram na política advindas do movimento estudantil.

Detenhamo-nos um pouco no caso de Izolda Cela. Mesmo sendo casada com o ex-prefeito de Sobral, Clodoveu de Arruda (PT, 2011-2016), sua projeção política deveu-se ao sucesso de sua gestão à frente das pastas que ocupou, seja em Sobral – subsecretária de Desenvolvimento da Educação (2001-2004) e posteriormente, como secretária de Educação do município (2005-2006) – ou no Governo do Ceará – secretária de educação (2007-2014).

Foi durante a gestão de Izolda à frente da Seduc, em parceria técnica e financeira com a UNICEF, que o *Programa Alfabetização na Idade Certa* (Paic) foi transformado em política pública, no ano de 2007. Essa ação oferece aos municípios formação continuada aos professores da rede e apoio à gestão escolar. Inicialmente, a meta do programa era garantir alfabetização dos estudantes matriculados no 2º ano do ensino fundamental da rede pública. Contudo, em 2011, a secretaria expandiu as ações até o 5º ano, criando o *Programa Aprendizagem na Idade Certa* (Paic+5). Em 2015, foi lançado o *Mais Paic, Programa de Aprendizagem na Idade Certa*, passando a atender também do 6º ao 9º ano (Figura 25).

Figura 25 – Paic: Regime de Colaboração



Fonte: Ceará (2023, slide 10).

Nota: No âmbito da Seduc, foi criada na esteira do Paic, em 2007, a Coordenadoria de Cooperação com os Municípios - COPEM, que tem como atribuições: “Gerenciar ações de colaboração e de cooperação técnica e financeira com os municípios, referentes à área educacional; Promover colaboração e cooperação com as instituições representativas do Estado, dos municípios e da sociedade civil, com a finalidade de desenvolver propostas para a melhoria dos indicadores municipais de educação; Fomentar uma cultura de autoavaliação das ações de cooperação do Estado, relativas ao regime de colaboração e uma sistemática de acompanhamento dos indicadores educacionais dos municípios, em parceria com a Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento Escolar para Resultados de Aprendizagem; Apoiar os municípios na melhoria das práticas de gestão municipal, planejamento e acompanhamento pedagógico” (Ceará, 2007c).

Em todas as ações, o projeto visa a cooperação entre Estado e os 184 municípios. Sendo que, o principal foco disciplinar é dar apoio à formação dos professores em Língua Portuguesa e Matemática. Ademais, o Paic foi inspiração para a criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Sendo, inclusive, um dos pilares para a elaboração da política pública que tem na vinculação dos resultados educacionais alcançados por cada município um índice para a distribuição percentual da cota parte do ICMS.

No ano de 2007, no contexto de transformações na forma de gestão educacional, o Governo Cid Gomes, baseando-se no modelo tributário canadense (Holanda, 2006) e dando sequência ao programa *Todos pela Educação de Qualidade para Todos* (criado no Governo Tasso, em 1995) ¹⁶¹, alterou a legislação estadual reguladora da transferência da cota parte do ICMS para os Municípios, por meio da Lei 14.023/2007 (Ceará, 2007a), criando uma política:

voltada para o cidadão como cliente e buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência. É uma gestão que busca reduzir custos para a sociedade e compromete o Estado com a satisfação dos cidadãos. É um modelo em que o governo é um meio e não um fim em si mesmo. Neste modelo, o

¹⁶¹ O programa foi aprovado no Ceará à Lei 12.612/96 (Ceará, 1996), a qual passou a direcionar parte considerável da receita do ICMS de forma proporcional aos gastos municipais com educação.

poder público precisa dialogar continuamente com a sociedade e utilizar intensamente os procedimentos de monitoramento e avaliação, inclusive sob o ponto de vista do cidadão como cliente principal (Holanda, 2006, p. 39).

Redesenhando a Lei de repartição da cota parte do ICMS, o Estado buscou, por um lado, melhorar a qualidade da educação pública oferecida pelos municípios e, por outro, ampliar a política de *accountability* educacional, viabilizado tanto: pelo *Paic* e seu regime de colaboração estado-municípios; pelo uso dos resultados da avaliação estadual (Spaee), com a bonificação/sanção de professores, Gestão por Resultados (GpR), divulgação de *rankings* entre escolas e municípios, contratualização de metas, dataficação e padronização curricular; além de reforço do controle vertical com o ICMS Educacional, sem que com isso, fosse necessário aumentar o valor desembolsado.

Devemos ter claro que, no Brasil, as assimetrias regionais, tanto verticais quanto horizontais, marcam as transferências intergovernamentais de recursos financeiros, ao mesmo tempo, que constituído o principal mecanismo para a garantia de receitas para a maioria dos municípios do país. O debate em torno de propostas de vinculação de recursos à educação, p. ex., remontam à década de 1920, com a *Conferência Interestadual do Ensino Primário* (RJ, 1921), em que se traçou um programa de cooperação entre União e Estados da Federação, pelo qual estes deveriam destinar 10% de suas receitas à instrução primária (Sena, 2004).

Entre os arranjos de transferências intergovernamentais, a mais conhecida política de redistribuição de recursos para a educação é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), foi criado em 2007. O fundo veio para ampliar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que era um outro fundo que cuidava do desenvolvimento do ensino fundamental. Segundo Davies (2008, p. 9), o Fundeb:

É um mecanismo com traços neoliberais, pois propõe basicamente uma redistribuição, entre governo estadual e as prefeituras, de uma parte significativa (20%) dos recursos já vinculados constitucionalmente à educação, com base nos critérios de número e tipo de matrículas na educação básica, com pouco acréscimo de recursos novos (a complementação federal), equivalente a 5% do total da receita do FUNDEB em 2007. Em outras palavras, o FUNDEB é mais uma proposta de racionalização dos gastos públicos segundo uma lógica quantitativa e se baseia no pressuposto de que os recursos são suficientes, porém mal distribuídos entre os governos.

É digno de nota que a gestão dos municípios brasileiros, sobretudo, os de pequeno porte, convive como a alta dependência de recursos repassados pela União e pelos estados, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Tendo em vista as obrigações constitucionais de investimentos nas áreas da educação e da saúde, a capacidade de manejar

as políticas públicas no âmbito local tem uma série de limitações.

Conforme recorda Arretche (2012, p. 190), as políticas reguladas da saúde e educação, p. ex., estabelecem aos entes subnacionais, para a garantia de sua universalidade, patamares mínimos de aplicação de valores e a modalidade de execução das políticas, o que limita a autonomia decisória dos governos locais. Todavia, isso não impede a interferência ou uso político de tais “despesas”, pois são estas que proporcionam maior visibilidade às gestões junto aos eleitores.

Conforme Gerigk e Codato (2020), em artigo *Elites políticas, ideologia e gasto público nas pequenas cidades brasileiras*, entre 1999 e 2012, as transferências realizadas pela União aos entes subnacionais “responderam, em média, por 57% das receitas totais dos pequenos municípios; os valores transferidos pelos estados participaram com 22% do total arrecadado; e os recursos recebidos do Fundef/Fundeb computaram 7% [...]” (p. 136).

Ainda, segundo os autores, as receitas de transferência da União e dos estados e as multigovernamentais do Fundef/Fundeb formam a base das receitas nos pequenos municípios. E a “quota-parte do [... ICMS] foi a segunda principal fonte de receita, com média de 19% do total, seguida dos repasses do Fundef/Fundeb [...]” (Gerigk; Codato, 2020, p. 136-137). Logo, há uma dependência visceral de inúmeros municípios em relação à cota do FPM e do ICMS.

Então, quando o Cid e Izolda lançam em 2007 o ICMS Educacional, isso impactou as gestões municipais no estado, não apenas no campo da educação, mas na administração em geral e definiu os pilares da própria política educacional do Ceará. Para Loureiro *et al.* (2020), são cinco pilares interdependentes. O **primeiro** diz respeito aos incentivos financeiros para os municípios que atingiram metas estabelecidas, conforme as porcentagens do rateio da cota parte do ICMS.

A Lei nº 14.023/2007 (Ceará, 2007a) afetou de modo expressivo o rateio do ICMS. Antes da Lei, 75% correspondiam ao valor adicionado, conforme lei federal e dos 25% restantes, tínhamos: 5% proporcional ao número de habitantes; 12,5% relativo à proporcionalidade dos gastos em educação e 7,5% equitativamente distribuídos para todos os municípios. Com a nova Lei, os 25% passaram a ser: 18% em função dos resultados da educação, sendo que 6% baseado no *Índice de Qualidade Educacional* (IQE) dos estudantes do 5.º ano fundamental; 12% baseados na avaliação da alfabetização do 3.º ano fundamental. Os demais 5% são compostos em função dos resultados (*Índice de Qualidade da Saúde* – IQS) e 2% do meio ambiente (*Índice de Qualidade do Meio Ambiente* – IQM). Com isso, quanto maior o índice educacional obtido pelo município, maior será o repasse recebido do Estado. Sendo que o IQE, especificamente, considera os dados gerados pelo Spaece (Gráfico 3).

Gráfico 3 - ICMS Educacional – Ceará: repasses (2009-2022)



Fonte: Ceará (2023, slide 9).

Nota: Os valores repassados, com base nos resultados da educação entre 2009-2022, acumulados chegam a R\$ 6,18 bilhões

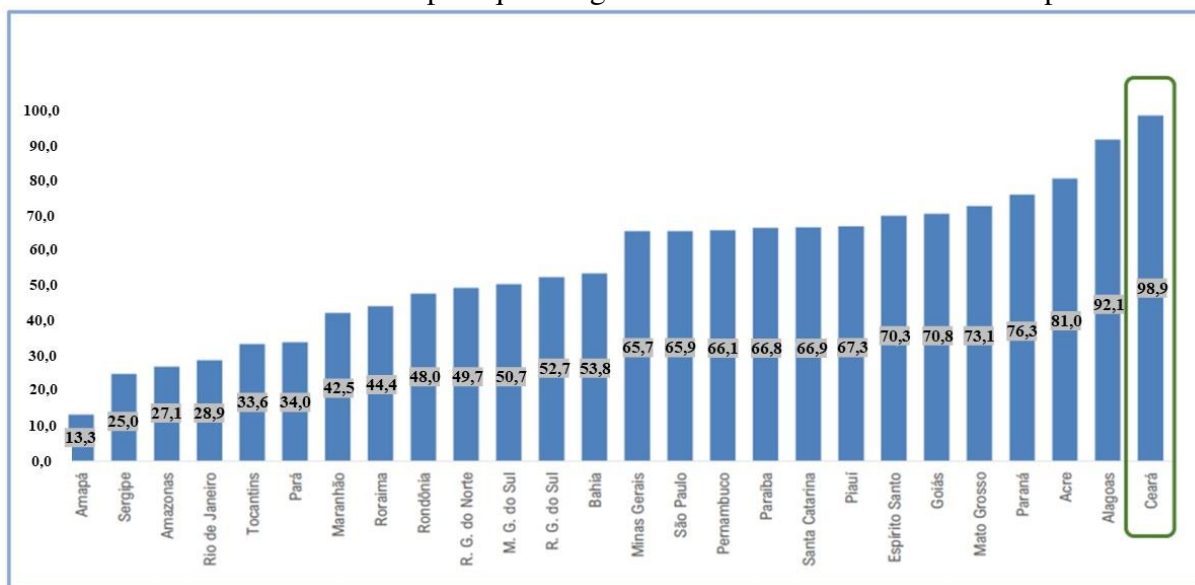
O **segundo** pilar está associado ao *Paic* e as suas versões, *Paic+5* e *Mais Paic*, ou seja, à assistência técnica aos municípios, como formações com foco em práticas pedagógicas, produção de materiais de alfabetização e visitas as escolas para implementação das mudanças educacionais, sobretudo, nos municípios com dificuldades em melhorar a aprendizagem. Disso, resulta o **terceiro** pilar, segundo Loureiro *et al.* (2020, p. 31),

A liderança política que colocou o aprendizado como principal objetivo da política educacional configura-se como o terceiro pilar desse projeto. Para que tais mudanças pudessem ser levadas a cabo, a educação teve de ser definida como uma condição necessária para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Além disso, também foi necessário incorporar os diferentes atores envolvidos com a educação e convencê-los que as reformas tinham como objetivo principal o aprendizado dos alunos [...].

O **quarto** pilar corresponde à transferência de responsabilidade da gestão escolar de ensino fundamental aos municípios e o **quinto** pilar pauta-se no estabelecimento de sistema confiável de monitoramento e de avaliação dos resultados educacionais.

O Gráfico 4, logo abaixo, é revelador sobre os resultados educacionais do Ceará. Em relação aos anos iniciais, o Estado alcançou a maior porcentagem de municípios que atingiram a meta projetada pelo MEC, com 98,9% do total (dos 184 municípios, 182 atingiram as metas). Um outro dado de extrema relevância é que das 10 escolas mais bem ranqueadas do Brasil, 9 foram do Ceará, e 21 municípios e 79 escolas estão entre os 100 primeiras do Ideb. No caso dos anos finais, 154 municípios atingiram a média estipulada, correspondente a 83,7% das redes municipais. Das 10 escolas mais bem ranqueadas, 7 são cearenses e 21 municípios e 73 escolas estão no *ranking* dos 100 melhores resultados do país.

Gráfico 4 – Percentual de municípios que atingiram a meta do Ideb: Rede Municipal 2019



Fonte: Ceará (2023, slide 13).

Nota: Quase 99% dos municípios cearenses alcançaram a meta do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental. Esse dado está presente na base de cálculo dos repasses multigovernamentais de recursos. No caso do rateio da cota parte do ICMS Educacional, consideram-se: 1. Dados produzidos pelo Spaece, ao qual todos os municípios são submetidos; 2. abrange o *Índice de Qualidade da Alfabetização (IQA)*, *Índice de Qualidade do Fundamental (IQF)*, com estímulo à participação dos estudantes matriculados; 3. Considera o desempenho relativo, comparado, da rede pública municipal (estimulando a competição e os rankings); 4. Avalia a proficiência dos estudantes e a desigualdade de desempenho – comparando os municípios; 5. Considera o nível de proficiência dos estudantes no ano de referência e sua evolução, em relação ao ano anterior; 6. Utiliza 25 indicadores e um sistema de ponderação.

Para o Banco Mundial (2019), os pilares da política educacional cearense, de modo interdependentes, criam a dinâmica para o uso dos coeficientes e das métricas para verificar se a política pública se mantém e mensura os resultados na alfabetização, considerando se o estudante progrediu nas habilidades de leitura, escrita, interpretação de texto e resolução de cálculos matemáticos. Como um dos epicentros da política avaliativa, o ranqueamento entre os municípios, com conseqüente premiação das melhores escolas e dos melhores municípios, influencia no repasse de valores e bonificações. Bem como, aos índices e verificações da avaliação, para a análise do valor a ser pago, vinculam-se aos objetivos a serem induzidos e às penalidades a serem aplicadas à gestão – isto é, políticas de *accountability*.

Sobre o ranqueamento escolar, interpretação interessante nos foi dado pela Dir.^a Sofia (ED1E1):

[Pesquisador] Prof.^a qual sua opinião sobre os rankings, ou melhor, esse modelo de ranqueamento das escolas que existe hoje no Ceará?

[Dir.^a Sofia] De certa forma, é um pouco desleal. Porque escolas que precisariam de maiores investimentos acabam não conseguindo esses recursos em função da nota que tiram, e aí fica uma visão muito distorcida ... A questão da responsabilidade eu

concordo que esteja atrelado, mas a partir que você não considera as especificidades, abrem-se lacunas. [A diretora. afirmou desconhecer o termo *accountability*]. Porque o que se verifica: a escola não tirou uma boa nota, os recursos dela diminuem. Quando deveria ser o contrário. O investimento não deveria ser pautado nisso. Os investimentos deveriam ser iguais, porque todas as escolas têm as mesmas necessidades ... Mas tem a premiação! Ok! Em Fortaleza existe a premiação, e eu concordo com isso. É como se está presenteando o esforço que alguém fez. Não que a escola se mova em função disso. Mas porque não [premiar]?. A premiação é uma coisa... os recursos que são de direito é outra coisa ... isso tem que ser revisto ... Eu acho que independente da escola, ter tido uma boa nota ou ... [ter recebido] uma nota não tão boa assim ... o investimento deveria ser igual.

Bem! À parte dessa perspectiva, predomina a visão de que no Ceará registra-se uma experiência exitosa – que elevou os índices de qualidade da educação e o controle dos processos de gestão das políticas públicas, principalmente, se compararmos com os demais entes da unidade federativa. Tendo como um de seus lastros o ICMS Educacional, reverberou nas demais unidades da federação, principalmente após a aprovação do Fundeb Permanente, por meio da EC (Emenda Constitucional) 108/2020 (Brasil, 2020).

A EC 108, além de perenizar o repasse de verbas federais à educação básica, com foco nas redes estaduais e municipais com maior necessidade financeira, aprovou a adoção de indicadores educacionais para o repasse da cota parte do ICMS aos municípios, tendo como modelo o caso do Ceará (Quadro 6). Pela EC definiu-se agosto/2022 como prazo limite para que os estados aprovassem suas legislações próprias sobre o ICMS Educacional. Contudo, pouco se avançou de modo efetivo, sobretudo em virtude da *guerra fiscal entre os estados* e as disputas em torno da própria fixação dos valores do ICMS a nível nacional.

Quadro 6 – ICMS Educacional: do Ceará para o Brasil

Estado	Lei ou Projeto de Lei (PL)	Fonte	% Vinculado
AC	Lei nº 3.976 de 2022	Acre, 2022	De 1,4% a 19%
AM	Lei nº 6.035 de 2022	Amazonas, 2022	10%
BA	Emenda Constitucional nº 29 de 2022	Bahia, 2022	10%
ES	Lei nº 11.227 de 2020	Espírito Santo, 2020	De 6% a 12,5%
MA	Projeto de Lei nº 340 de 2022	Maranhão, 2022	20%
MS	Lei nº 5.941 de 2022	Mato Grosso do Sul	10%
PA	Projeto de Lei nº 272 de 2022	Pará, 2022	10%
PE	Lei nº 16.616 de 2019	Pernambuco, 2019	De 8% a 18%
PR	Lei Complementar 249 de 2022	Paraná, 2022	10%
RN	Lei nº 11.253 de 2022	Rio Grande do Norte	10%
RR	Lei Complementar nº 311 de 2022	Roraima	10%
SC	Lei nº 18.489 de 2022	Santa Catarina	De 10% a 15%
SP	Projeto de Lei nº 424 de 2022	São Paulo, 2022	De 10% a 18%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Entre os 26 estados da federação, 20 elaboraram novas regras para o ICMS, mas muitas ainda não foram postas em vigor e seis estados têm algum projeto de lei em debate. Outro aspecto relevante que se observa é que a definição dos indicadores educacionais estão, comumente, ligados à regulamentação pelo Poder Executivo e cada ente está definindo critérios particulares para o estabelecimento de parte dos repasses.

Um fato pertinente ligado ao ICMS Educacional, além do avanço e da consolidação de uma política cearense de *accountability*, é sua instrumentalização pelo poder Executivo, estadual e municipal, com fins eleitorais. Isso nos remete de volta ao debate da transparência. As leis, os dados, as fórmulas, os coeficientes, as métricas estão disponíveis, ao acesso de todos, são informações de interesse público, ainda assim, a imagem que observamos reflete a essência do objeto, coisa, processo, fenômeno? Em que lugar das fórmulas está o coeficiente indicador dos acordos políticos, interesses econômicos privados, as motivações ideológicas?

É claro que existem informações imprescindíveis para a segurança da sociedade ou do Estado. Contudo, isso é outro debate, que versa sobre a própria natureza do Estado. O que se deve entender é que informação pública ou sigilosa é aquela definida em lei, e essa lei deve ser compreendida por todos. Uma mínima e autêntica ideia de transparência liga-se ao obter e interpretar informação completa e confiável, sem labirintos e frestas manipuláveis. Na relação entre transparência e *accountability*, devemos identificar “que tipos de transparência levam a que tipos de *accountability* e sob quais condições?” (Fox, 2007, p. 663, tradução nossa):

Para Fox (2007), a transparência possui duas naturezas: uma opaca (*opaque transparency*), que dissemina informações não confiáveis; e uma clara (*clear transparency*), que revela informações confiáveis sobre o desempenho institucional. O autor ainda assevera que não se deve esperar a *answerability* pela transparência opaca, tampouco esperar uma dura *accountability* (*hard accountability*) pela *answerability*. Para dar o próximo passo, ir além de uma suave *accountability* (*soft accountability*), deve-se ultrapassar os limites da transparência, lidar com a natureza do governo, bem como com a capacidade da sociedade civil, podendo com isso implicar sanções e formas de compensação e/ou remediação (Fox, 2007; Afonso, 2015). Ainda, sob o processo de exposição, os grupos político-econômicos fazem seu trabalho de “transparência”, sua seletividade de informações, elegendo recortes do “oceano” de dados a serem expostos ao grande público (Menezes, 2021, p. 40-41).

Transparência, portanto, não é divulgar informações, pura e simplesmente. Na era da informação, a transparência é um ativo competitivo-chave capaz de catapultar a reputação e a legitimidade político-social de governos, organizações e indivíduos, em um nexo causal com a *accountability* (Menezes, 2021). Christensen e Langer (2008, p. 3, tradução nossa) postulam: “enquanto a transparência é considerada como indispensável para a *accountability*, esta se tornou paulatinamente uma estratégia consciente de corporações e instituições em suas buscas por respeitabilidade e legitimação social”.

As estratégias do ICMS Educacional e suas conexões com a *accountability* criam elos entre transparência e opacidade que devem ser desvendados, pois a finalidade estratégica

nega a própria possibilidade de transparência. Ainda conforme Menezes (2021), a conversão da *accountability* e da transparência em ativos intangíveis e estratégicos, em relações políticas espúrias, duvidosas e/ou ocultas, impede a própria tangibilidade da ética.

Avançando criticamente em nossa reflexão, o que temos é o lugar cada vez mais central da dimensão simbólica sobre o campo da administração, de tal modo que se torna *mais importante mostrar que você fez o seu trabalho do que realmente fazer o seu trabalho*. No reino das aparências, existe o ser e o parecer – e a distinção entre um e o outro nem sempre é tranquila – além disso, o *significante tomou conta do significado*. Paradoxalmente, práticas como gestão orientada para resultados (GpR) e avaliação de desempenho têm, em suas tentativas de medir resultados e *performance*, gerado espaços para a mistificação da própria realidade (Capella, 2011).

Os resultados, dados e indicadores, portanto, estão longe de retratarem fielmente a realidade, antes, podem mascará-la:

Na administração pública, a procura de provas empíricas gera sobretudo pressão para um bom show no meio da atmosfera de accountability. Os símbolos de performance como “redução da taxa de criminalidade”, “melhoria dos resultados dos testes” ou “aumento do número de membros” não precisam da realidade como apoio. Os símbolos são os seus próprios referentes, o resultado do jogo. Desta forma, o managerialism trai a realidade, esvaziando-a de substância e inserindo no seu lugar um progresso de som agradável. A imagem é a essência, a nova realidade. (Miller; Fox, 2007, p. 15 apud Capella, 2011, p. 176, tradução nossa).

Dessa forma, a lógica da GpR não está isenta do jogo de interesses, a objetividade dos indicadores e as medições de desempenho não são fórmulas frias (impessoais), deslocadas da subjetividade de seus intérpretes. Além disso, podem ser passíveis de falhas em sua execução e em seus critérios de medição ou podem sofrer manipulação (falsificação). Por vezes, destaca Capella (2011), relatórios são utilizados como estratégias por gerentes, manipulando resultados de atividades sob sua responsabilidade, sem necessariamente estarem adulterando os dados.

Além do mais, a autora complementa, citando Miller e Fox (2007, p. 13-14 apud Capella, 2011, 176-77, tradução nossa):

Relatórios que mostram resultados magníficos podem parecer impressionantes, mas tais relatórios corrompem o significado denotativo do termo resultados. No processo de medição de resultados, todos os símbolos significativos – desempenho, resultados e efeitos – são degradados. A ambiguidade sobre o desempenho do governo que deveria se tornar transparente e inconfundível se espalhou; agora as próprias palavras – resultados de desempenho e resultado – tornaram-se ambíguas.

No contexto gerencial, com a *rotina de accountability* (Roberts, 1991) e apelo por *maior accountability*, é duvidosa a capacidade de tornar a conduta dos indivíduos e o

cotidiano nas organizações monitoradas, visíveis, ou seja, transparentes, controláveis ao ponto de gerar a propensão de cumprir os (pré)requisitos de condutas. Tal fato deve-se, em parte, aos limites da própria *accountability*, em função de que ela nem sempre é desejável (Messner, 2009).

É importante frisar que nas estruturas gerenciais, as relações são firmadas em uma *accountability* hierárquica, o que não garante transparência, pois tornar as condutas cotidianas visíveis de forma simétrica não é desejável, devido à assimetria de força/poder e às mediações entre as partes envolvidas (Joannides, 2012; Kamuf, 2007; Messner, 2009).

Conforme Messner (2009), três razões limitam esse desejo: a) o *eu responsável* nem sempre é capaz de prestar contas de forma inteligível e mensurável de seus atos e suas razões, o que o torna opaco; b) nas relações assimétricas, forçar a prestação de contas pode expor o indivíduo responsável a situações de constrangimento, fato agravado pela opacidade da outra parte envolvida; c) por fim, quando as relações, em vez de diretas são mediadas por uma terceira parte, não é claro se a prestação de contas atende a todas as partes interessadas.

Ademais, a mesma *accountability* que exige o cumprimento das normas sociais – a construção do *eu moral e responsável*, pelas quais o *ser responsável* deve dar conta de si mesmo e de suas atividades – deixa em segundo plano as preocupações morais e éticas (Mckernan, 2012). O indivíduo é instado a conformar-se aos valores hegemônicos e não em princípios morais que guiem sua consciência. Essa contradição na operacionalização da *accountability* reverbera em sua natureza, ou seja, ela passa de ação, com uma heurística moralmente direcionada, a uma prática tecnocrática (Roberts, 2009).

Segundo Green (2007), a transparência forja uma espécie de ilusória neutralidade: o *ser* levado à conta forneceria informações sobre o que se está fazendo como fenômeno natural. Em outras palavras, argumenta Roberts (2009), a transparência não é sinônimo de equidade, imparcialidade ou justiça e moral, mas muitas vezes distorce-as.¹⁶² A *accountability* inserida nesse labirinto é enquadrada a padrões tecnocráticos – códigos de conduta, padrões de relatório, tornando-se condição de possibilidade e impossibilidade de responsabilidade e ação moral, o que nos conduz ao oitavo capítulo e sua busca de desvelar, na contradição entre essência e aparência, “quem é a *accountability*”.

¹⁶² Para Mckernan (2012), a publicidade, em inter-relação com a *accountability* não possibilita a construção do indivíduo moral, responsável. A ética mercantil subverte a *accountability*, impondo ao indivíduo um comportamento adequado às prescrições sociais expressas na publicidade, conformada aos valores hegemônicos e não amparado em princípios morais que guiem sua consciência.

8 “QUEM SOU EU?”: EU SOU EU MESMA

No *posfácio* da segunda edição alemã do primeiro volume d’*O Capital*, Marx (2013b) comenta as incompreensões relativas ao seu método de investigação. Na resenha escrita por Eugen De Roberty, um discípulo de Comte, publicada na *Revue Positiviste*: o resenhista, diz Marx, “me acusa, por um lado, de tratar a economia metafisicamente e, por outro – adivinhem! –, de limitar-me à mera dissecação crítica do dado, em vez de prescrever receitas (comtianas?) para o cardápio da taberna do futuro” (p. 88).

No mesmo *posfácio*, Marx exhibe o fragmento de um artigo escrito por resenhistas alemães inteiramente dedicado ao método d’*O Capital*, agora publicada no *Correio Europeu*, de São Petersburgo, antiga capital do Império Russo até a Revolução Comunista. Após chamar o método marxiano de estritamente realista, mas desgraçadamente dialético-alemão (em alusão a Hegel), diz o artigo:

Para Marx, apenas uma coisa é importante: descobrir a lei dos fenômenos com cuja investigação ele se ocupa. E importa-lhe não só a lei que os rege, uma vez que tenham adquirido uma forma acabada e se encontrem numa inter-relação que se pode observar num período determinado. *Para ele, importa sobretudo a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma a outra, de uma ordem de inter-relação a outra.* Tão logo tenha descoberto essa lei, ele investiga em detalhes *os efeitos por meio dos quais ela se manifesta na vida social.* [... Segue o autor:] Dir-se-á, porém, que as leis gerais da vida econômica são as mesmas, sejam elas aplicadas no presente ou no passado. Isso é precisamente o que Marx nega. Para ele, tais leis abstratas não existem [...]. De acordo com sua opinião, ao contrário, *cada período histórico possui suas próprias leis* [...]. Tão logo a vida tenha esgotado um determinado período de desenvolvimento, passando de um estágio a outro, ela começa a ser regida por outras leis (Marx, 2013b, p. 89-90, grifo nosso).

Longe de oferecer um argumento que desconstruísse seu método de investigação, alude Marx (2013b, p. 91), o artigo “Ao descrever de modo tão acertado meu verdadeiro método, bem como a aplicação pessoal que faço deste último que outra coisa fez o autor senão descrever o método dialético?”. Quando o artigo menciona a noção de *transição* traz à tona um dos arranjos teórico-metodológico marxiano composto por três bases: a histórica, a dialética e a crítica à economia política.

Podemos assentir que falar de percurso metodológico é colocar um problema epistemológico, porque não podemos fazer um estudo crítico sem nos interrogarmos sobre *a lei* que rege os fenômenos e, sobretudo, a *lei* de sua modificação e de seu desenvolvimento (as transformações deste presente capitalismo para *outro*).

À vista disso, a teoria marxiana toma a sociedade burguesa como produto de um processo histórico, “como uma totalidade (um todo) [um sistema de relações articuladas,

contraditórias e dinâmicas], não como um conjunto de partes que se integram funcionalmente (um tudo)”. É uma teoria que espera “apanhar o movimento constitutivo do social, movimento que se expressa sob formas econômicas, políticas e culturais, mas que extravasa todas elas” (Paulo Netto, 1987, p. 30).

Marx, como afirmado no Capítulo II de nosso trabalho, não parte de conceitos ou de *constructos* ideais que separam objetividade e subjetividade, seu ponto de partida é a forma social mais simples, em que a análise se eleva do mais simples ao mais complexo, em uma unidade dialética entre essência e aparência. Ademais, no movimento de apreensão da realidade, o mais complexo auxilia a explicação do mais simples e nessa relação, é o presente que ilumina o passado.

O método marxiano busca superar a lógica formal positivista e o caráter enviesado de ciência (que afirma uma suposta ideologia neutral), ocultando determinações, interesses de classe e as contradições essenciais do sistema capitalista. Ideologia que sustenta a ordem burguesa, naturalizando e justificando as desigualdades e as explorações sociais. Para além de uma harmonia, a sociedade burguesa edifica uma dissimulação de um “mundo encantado e distorcido”, tal como Marx (2017c, p. 889) denomina no Livro III d’*O Capital*.

No *distópico Éden terreal* da sociedade do capital, impulsionam-se análises a-históricas e atomizadas, reproduzindo inversões categoriais, mistificando o funcionamento do modo de produção capitalista. Sendo que tais inversões comprometem a apreensão do concreto, com isso, torna-se necessário superar suas construções fenomênicas, que naturalizam e afirmam ser perenes seus determinantes histórico-sociais. Nessa ótica, é necessário, ante o método dialético, desvelar os pressupostos históricos do que está posto:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica. O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos (Marx; Engels, 2016, p. 86-87).

Assim, a partir de uma reflexão dialética, buscamos desvelar a especificidade do que é analisado e sua gênese histórica, com suas principais contradições e categorias, partindo da atividade objetiva, da *práxis* social.

A teoria é a reprodução ideal do “[...] material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (Marx, 2013b, p. 90); sendo o método tanto o meio de apreensão do objeto como a base que possibilita a razão teórica capacitar-se para analisá-lo. O ponto de partida da teoria é o *concreto real*, a *vida cotidiana* (esfera na qual os homens se adaptam à sociabilidade

gerada pelas forças produtivas). Conforme Lukács (1994, p. 9), “somente através da mediação sobre tal esfera podem as inter-relações e interações entre o mundo socioeconômico e a vida humana ser cientificamente compreendidas”.

O que estamos buscando por meio de nossa análise do conceito, no contexto do fazer científico, é expor que o conceito *accountability* não é resultado de uma “simples” *relação partitiva* – como o próprio nome denota, um todo composto por partes, em que existe a ligação entre o todo e suas partes e a relação das partes entre si.

Filosoficamente, a *relação partitiva* relaciona-se à ontologia de fundamentação, segundo a qual a realidade pode ser compreendida como um conjunto hierárquico de entidades – um todo composto de partes – em que cada entidade é fundamentada por outras entidades mais básicas. Mesmo compreendendo a utilidade dessa teoria, ela é restritiva ou insuficiente para certos estudos científicos, sobretudo, no campo das ciências sociais.

Como foi exposto no Capítulo III, a relação do todo com suas partes e das partes com o todo é composta e atravessada de relações sociais e históricas. Nesse sentido, a ontologia marxiana contribui significativamente para o estudo da *accountability*. Tratemos essa diferença, entre a ontologia marxiana e a de fundamentação, a partir de um exemplo: a estrutura e os processos biológicos de uma árvore.

A análise da *relação partitiva* em uma árvore é possível ser observada em sua estrutura e em seus processos biológicos. Em primeiro lugar, podemos perceber a importância da ontologia de fundamentação, que propõe que os conceitos mais simples constituem a base dos conceitos mais complexos. Dito isso, temos que o estudo da árvore depende da definição de suas partes como raízes, tronco, galhos, folhas, flores e frutos. Para o estudo destas partes, faz-se necessário a definição de célula, tecido vegetal, fotossíntese, nutrição e reprodução. Sendo que cada uma dessas partes já é de si um novo conceito.

Cada parte de uma árvore – digamos que um espécime do filo das angiospermas – é determinante para conformar sua identidade frente a outros filios vegetais. Por esse processo ontológico, o conceito de árvore não é uma entidade estática e imutável, mas uma construção que se modifica no tempo-espaço – sociedade e área do conhecimento. Para um botânico, por exemplo, a árvore pode ser definida com base em características morfológicas, enquanto para um ecologista, a definição pode levar em conta aspectos como sua função no ecossistema.

Vamos considerar agora essa questão na perspectiva da ontologia marxiana, utilizando a leitura de Prado Jr. (1973). De acordo com este autor, a determinação de relações através da análise é o elemento essencial para Marx. É importante ressaltar que, neste contexto, “relação” se refere ao modo como as situações da realidade exterior à mente, como

objetos de conhecimento, organizam-se e se relacionam entre si, em um determinado tempo e espaço: “É a disposição relativa, na simultaneidade e na sucessão, das características do universo – ou relações presentes na realidade e incluídas nela – que a mente tenta aprender e representar mentalmente, constituindo assim o que entendemos por Conhecimento” (p. 22).

Ainda conforme Prado Jr. (1973), os escritos marxianos não utilizam a palavra “relação” no sentido de uma conexão entre objetos distintos. Em vez disso, a relação entre objetos é vista como uma totalidade que une os objetos em uma nova unidade, em que sua posição no espaço e no tempo são fundamentais para a constituição da relação. Para o autor, “Num sistema de conjunto dado precisamente pela relação que vem a ser a disposição sincrônica e diacrônica dos mesmos objetos, pela posição espacial e sucessão temporal respectiva de cada um com respeito aos demais e da totalidade que relacionados eles constituem” (p. 23).

Façamos, neste ponto, um breve interregno na exposição de Prado Jr., para recuperar algumas ponderações tecidas no Capítulo III. Para Kosik (2002), as “relações” são fundamentais para entender a natureza e a realidade das coisas, pois elas determinam como as coisas existem, conectam-se (interagem umas com as outras) e se transformam ao longo do tempo. Das relações, desenvolvem-se as “ligações”, que são as formas como as coisas se unem e se interligam para formar uma totalidade complexa.

Cheptulin (2004), descrevendo a dinâmica entre diferentes formações materiais, explica que tudo está em correlação. Ele argumenta que as formações materiais não são entidades estáticas, mas sistemas de movimento relativamente estáveis, o que significa que elas não existem isoladamente, ao contrário, interagem umas com as outras, provocam mudanças mútuas por meio da correlação e interdependência determinadas ao longo do tempo e espaço. No entanto, nem toda relação é ligação, pois o conceito de “relação” é mais amplo e engloba não só a interdependência, mas também a separação e a autonomia relativa dos fenômenos. No entanto, no “mundo todos os fenômenos estão ao mesmo tempo, ligados e isolados” (p. 177).

Por certo, a realidade é um sistema totalizante composto por diferentes elementos e esses elementos só podem ser compreendidos dentro desse sistema. Dessa forma, compreende-se que ao tratar as características e as situações da realidade como objetos de conhecimento, elas só podem ser discriminadas e individualizadas como elementos do sistema em que se totalizam e se unificam. Contudo, essa totalidade não é simplesmente a soma de suas partes, antes é resultante de uma relação que une essas partes e as transforma em uma

nova individualidade e cada elemento desempenha uma função no todo. A totalidade é, antes de tudo, a relação que une as partes.

Por essa visão da totalidade temos que a análise das partes isoladamente não é suficiente para entender as relações, logo faz-se necessário considerar o sistema totalizante em que essas relações se desenvolvem. Prado Jr (1973) utiliza a metáfora da floresta para ilustrar de forma efetiva as relações em um sistema. Conforme o autor, “a floresta constitui um sistema de relações em que se desfaz e nele se absorve a individualidade das árvores, por seu turno também constituem, cada uma de per si, um sistema de relações” (p. 24).

Ao observar o desenho de uma árvore (Figura 26), Prado Jr. (1973) indaga o que há nessa representação que determina que se reconheça como uma árvore.

Figura 26 – A árvore: um sistema



Fonte: Prado Jr. (1973, p. 25).

Sobre o desenho, Prado Jr. ainda esclarece:

Assim, este conhecimento mais elementar de uma árvore que é a sua configuração ou imagem visual, consiste numa representação mental de relações [daquilo que se apresenta como individualidade de uma parte qualquer, tronco, raízes, folhas etc.]. São essas relações e o sistema de conjunto que formam, que nos permitem reconhecer uma árvore neste desenho que coincide com uma árvore unicamente pelas relações que nele se exibem. No mais, árvore e desenho nada têm em comum. (Prado Jr, 1973, p. 25).

A árvore é um organismo vegetal que só existe em função das relações estabelecidas por suas partes. O tronco, p. ex., só é tronco na função de sustentação da árvore e como organismo que conduz a seiva que a alimenta. Separado da totalidade orgânica árvore, torna-se somente matéria em decomposição, lenha. Portanto, a individualidade do tronco é concedida pelo conjunto de relações estabelecidas na unidade totalizante árvore.

Assim como as partes de uma árvore, as determinações da realidade só podem ser compreendidas em relação à totalidade em que se inserem. Desse modo, é fundamental que o estudo de uma *árvore de desempenho*, p. ex., uma linguagem das organizações, seja

conectado ao estudo das relações e das ligações que a constituem. A disposição sincrônica e diacrônica dos objetos em um sistema de conjunto é o que permite a discriminação das partes que o compõem, mas é a totalidade que confere sentido e individualidade a cada uma delas. (Sobre a *árvore de desempenho*, analisaremos esse dispositivo nos Capítulos IX-X).

Dessa forma, o que se busca conhecer como realidade são as estruturas de sistemas que caracterizam cada objeto do conhecimento. É preciso considerar antes, a totalidade e as relações recíprocas de constituição dos elementos, para só depois chegar à individualidade ou à característica particular. Nesse sentido, a individualidade de cada parte é função da totalidade em que se insere e da qual deriva sua função, demonstrando que a realidade é constituída por relações e por determinações mútuas entre os elementos de um sistema. Coisa semelhante se verifica se passarmos além da simples imagem de árvore para outras circunstâncias mais profundas e amplas que caracterizam as árvores em geral.

Ao examinarmos as características das árvores é possível perceber que a universalidade de uma substância ou elemento não pode ser compreendida isoladamente. O princípio subjacente à crítica marxiana da universalidade, presente na *Sagrada Família* (Marx; Engels, 2011), é baseado na negação da ideia de que uma substância, elemento, coisa possa ser universal em si e por si mesmo. De acordo com os autores, a universalidade não pode ser compreendida como uma “significação mística mais alta” (p. 74), mas em vez disso, é uma abstração que só faz sentido dentro do contexto das relações entre o singular, o particular e o universal.

Desse modo, Marx e Engels (2011, 2016) criticaram as concepções da natureza das categorias – forma idealista especulativa –, que consideravam as coisas objetivas como meros motivos para as categorias lógicas que, segundo Hegel, eram essências autônomas que existiam independentemente das coisas e antes delas, fazendo o papel de substância dessas últimas (Cheptulin, 2004). Marx e Engels satirizam a forma como, ideologicamente, os idealistas explicam as mudanças que se processavam na sociedade, pois essa concepção era uma abstração sem lastro na realidade concreta, que se tornava cada vez mais abstrata, à medida que as categorias se distanciavam das coisas que elas supostamente representavam.

A fragilidade do idealismo é indicada por Marx e Engels (2016) quando os autores ironizam: “A nenhum desses filósofos ocorreu a ideia de perguntar sobre a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, sobre a conexão de sua crítica com seu próprio meio material” (p. 84). Essa crítica é exemplificada no comentário dos autores sobre a relação entre a ideia abstrata de *fruto* e os frutos reais. Ao partir das coisas singulares e particulares, como as maçãs e peras, é possível formar a ideia abstrata de *fruto*. No entanto, ao inverter o

processo e partir da ideia abstrata de *fruto*, é impossível engendrar os frutos reais. Isso porque a ideia abstrata de *fruto* não é uma substância independente das coisas, mas uma abstração que tem lastro na realidade concreta. Essa crítica tem implicações profundas para a compreensão do mundo e da história.

Desse modo, assim como é impossível gerar frutas reais a partir de ideias abstratas, a história não parte da *ideia*, não é o autodesenvolvimento do conceito, mas é o resultado das ações e da prática humana. A história é o processo social real pelo qual os homens se tornam homens, pelo qual eles constroem suas vidas. Ao negar a ideia de uma substância universal em si e por si, Marx e Engels criticam a concepção idealista da história. A história é antes uma luta entre classes com interesses antagônicos, uma luta que tem como pano de fundo as contradições internas do modo de produção dominante.

Em vez de realizarem sua individualidade/singularidade, os indivíduos são lançados em uma luta uns contra os outros, em que o sucesso e o fracasso dependem em grande medida da posição social de cada um. Eis que o capital faz emergir um mundo enfeitado e desumanizado que desagrega os indivíduos, lançando-os em uma luta concorrencial entre si, em que as pessoas perdem a noção de si mesmas e de sua relação com os outros.

Isso posto, a metáfora das maçãs não é apenas uma crítica à concepção hegeliana das categorias universais, mas uma ilustração da crítica mais ampla de Marx e Engels à sociedade capitalista como um todo. É uma crítica à ideia de que os seres humanos são meras coisas, seres regidos por leis abstratas e supostamente universais que não têm lastro na realidade concreta. É uma crítica ao estranhamento, ao fetichismo e à reificação, ou seja, a desumanização que caracteriza a sociedade capitalista, em que as pessoas são transformadas em objetos e as coisas em sujeitos.

Portanto, faz-se necessário reconhecer que a abstração não pode ser compreendida isoladamente, mas depende da relação entre o singular, o particular e o universal, e que as coisas reais têm uma base concreta. A ideia abstrata de uma substância ou coisa, objeto, processo, fenômeno não é suficiente para compreender sua essência.

É este estado nessa compreensão que o capítulo se ergue, dividido em duas seções. Na primeira, “*Accountability*: seria um elefante ou um camaleão na sala?”, discorremos de modo analítico sobre a relação todo-parte e parte-todo que forma a *accountability* em sua inter-relação e interação com a totalidade concreta, o meio social no qual ela se desenvolve. O principal intuito desta seção é expor processos de mistificação que se processam por meio da

própria ideia de indeterminação ou intradutibilidade do conceito e de que modo sua suposta capacidade camaleônica mascara os interesses das classes hegemônicas no uso da ciência.

Com a seção segunda, “Accountability na caixa: o *gato de Schrödinger* sorri para Alice”, examinamos a ideia de estados de *accountability*, ou seja, como a ideologia em torno das múltiplas formas de ser ou manifestar-se da *accountability* é a materialidade de um discurso ideológico. Contudo, o principal fundamento desta seção está em sua curta subseção, “*O nó górdio da accountability: mecanismo de controle e dispositivo de legitimação – antípodas solidárias*”, no qual versamos sobre os termos “mecanismo” e “dispositivo” e de que maneira eles, em uma perspectiva marxista, inserem-se no estudo da *accountability*.

É claro que, e nunca é demais lembrar, não temos a pretensão de realizar um estudo da *accountability* com técnicas de bibliometria, estado da questão, meta-análise etc., com a finalidade de propor uma definição e uma categorização que sintetize as várias dimensões e tipologias já encontradas na literatura. De modo mais modesto, objetivamos tão somente identificar algumas mudanças que tem afetado sua efetividade, modificando aquilo que lhe é particular, que define sua essência e conduz ao geral, a fim de contribuir para o seu estudo.

8.1 Accountability: seria um elefante ou um camaleão brincando na sala?

Saramago (2000), ao descrever a visão de um dos personagens do romance *A Caverna* (compondo a trilogia não planejada, que começara com *Ensaio sobre a Cegueira* e *Todos os Nomes*), em relação a uma construção no interior do Centro (uma cidade dentro de outra cidade), em contraste com a cidade, diz:

[...] finalmente desembocariam numa praça a partir da qual acabavam as dificuldades, uma avenida em linha recta levava-os aos seus destinos [...]. Ao fundo, um muro altíssimo, escuro, muito mais alto que o mais alto dos prédios que ladeavam a avenida, cortava abruptamente o caminho. Na realidade, não o cortava, *supô-lo era o efeito de uma ilusão de óptica*, havia ruas que, para um lado e para o outro, prosseguiam ao longo do muro, o qual, por sua vez, *muro não era, mas sim a parede* de uma construção enorme, um edifício gigantesco, quadrangular, sem janelas na fachada lisa, igual em toda sua extensão (Saramago, 2000, p. 17, grifo nosso).

O efeito simulado pela posição do edifício, em uma simultaneidade de edifícios, um defronte aos outros, muito menores, gera uma *ilusão de ótica*: a visão de muro, quando na realidade, o muro que parece muro não passa de uma *parede de uma construção enorme*. Essa ilusão seria causada pelo Centro, que imita a cidade. Por sua vez, O Centro, como uma cópia aumentada, um simulacro, perde a essência do modelo, mas ultrapassa o modelo, projetando

um efeito de ilusão em relação à realidade, já que tudo nele aparenta ser algo diferente do que é.

Aqui encontra-se uma contradição: o Centro, contido pela cidade, é tomado como sendo maior do que ela, engolindo a cidade. Nessa lógica das espacialidades, o Centro não seria apenas um simulacro da cidade, mas um simulacro do mundo, reproduzindo cópias falsas do real, pelas quais o indivíduo poderia conhecer o mundo. Contudo, não conheceria a realidade do mundo, apenas teria uma ilusão do conhecimento, tal como os prisioneiros da *Caverna de Platão*. Isso nos remete à discussão travada no Capítulo V, quando tratamos da *realidade por representação* e o *horror vacui* apresentados por Umberto Eco (1984).

Esta interpretação tipicamente deleuziana, com foco na oposição centralidade e descentralidade, esquece que a parte contém o todo, muito embora não seja o todo. Ademais, a *ilusão de ótica* é resultado da dificuldade de se analisar o todo, em perceber a diferença entre as alturas (formas, conteúdo e estrutura) dos prédios e compreender as contradições, ficando o indivíduo preso à visão imediata da parte (a parede). Isolada do todo, a parede foi impedida de revelar sua essência (ser parede), na interação e inter-relação com o todo; como efeito, a parte mostrou-se apenas em sua aparência (como se fosse muro).

O Centro seria, pela leitura deleuziana, um espaço que segrega e aprisiona, separando o mundo externo, ideal de realidade, do mundo interno, lugar das aparências. As paredes dos prédios, como na caverna platônica, formariam uma barreira entre o mundo da *verdade* e o das *ilusões*. Nos prédios, em uma de suas fachadas, existiriam em contraste com o muro-que-não-é-muro (uma imensa parede sem janelas) “centenas e centenas de janelas, milhares de janelas, sempre fechadas por causa do condicionamento da atmosfera interna” (Saramago, 2000, p. 100).

Em uma ironia, esse cenário contrasta com a *analogia da janela* na formação das holografias, pois essas janelas nunca poderiam ser abertas, são janelas-simulacro, janelas sem função de janelas. O mundo do Centro, por essa lógica, não dialogaria com o mundo externo, encontrar-se-ia fechado em si mesmo, voltado ao seu interior, produzindo uma *falsa totalidade*, um *todo fechado*, *falsamente absoluto*.

A semelhança dos prédios desiguais, com suas paredes diversas, a *accountability* tem propriedades comuns com outras formações materiais que muitas vezes aparentam ser idênticas ou similares. Isso ocorre porque no processo de constituição da *accountability*, o interno não está fechado em si mesmo, ao contrário, encontra-se em correlação com o externo, formando uma totalidade em movimento. O todo está em correlação com as partes; sendo assim, as partes compõem o todo, são uma expressão do todo, mas deste se diferenciam.

Devemos saber identificar, como abordado no Capítulo III, o que é comum e o que diferencia, p. ex., a *accountability* de *responsibility* e de *rendering of accounts* (*prestação de contas*). Entender que existem características da *transparência*, como a *informação*, que são exigidas pela *accountability*, mas que a *transparência* não é (como defendem alguns crédulos) um valor imanente da *accountability*. Bem como saber, p. ex., o que, por um lado, diferencia e, por outro, assemelha *accountability* na esfera educacional de *accountability* aplicada à ordem social, tornando-as singularidades (enquanto particularidades) de uma totalidade.

Se considerarmos a conclusão a que chegou Behn (1998, p. 39), de que “precisamos de um novo sistema de *accountability* que estabeleça e reforce a confiança pública no desempenho governamental”, podemos ponderar que é necessário ir além das interpretações fragmentadas das partes da *coisa*, a fim de entender a *coisa em si* e suas reais possibilidades. Ao estudarmos as diferentes abordagens da *accountability*, frente as mais diversas concepções teóricas, é fundamental retirar dos trabalhos especializados os conhecimentos que nos permitam compreender a *accountability* e o como e o porquê ela assume determinadas características.

Pensemos essa questão a partir da parábola indiana d’*Os Cegos e o Elefante*. Em uma de suas versões, conta-se que numa pequena cidade, um grupo de homens cegos envolveu-se numa acalorada discussão sobre como seria o elefante. No entanto, como nenhum deles conhecia esse paquiderme, não chegaram a nenhuma conclusão. Passado algum tempo, veio à cidade um circo, que tinha entre suas atrações, um elefante. Diante da possibilidade de conhecerem o animal, cada um chegou-se ao bicho e começou a apalpá-lo:

- Ora vejam, disse um deles, tocando-lhe a orelha, nunca pensei que o elefante fosse parecido com um enorme leque!
- É incrível, comentou o seguinte, segurando a tromba, um elefante é como uma jiboia!
- Como assim? Um elefante, retrucou o terceiro, apalpando a barriga do animal, parece com o casco de um barco, mas é mais macio!
- Vocês estão errados, falou outro, agarrando a perna do animal, o elefante é como um tronco de uma árvore!
- Um outro agarra e explora o rabo do bicho, concluindo: Não sei do que vocês estão falando. Um elefante é como um fino pedaço de corda.

Dessa forma, cada um dos *cegos* expressou a própria percepção de como seria o elefante, construindo uma *interpretação individual da coisa*, mas a partir de uma realidade fragmentada. Modernamente, o escritor indiano Idries Shah (1989) adaptou o conto em seu livro *The Dermis Probe*, comentando sobre o elemento de autorreferência. Em sua versão, um grupo de cientistas de distintas áreas do conhecimento apresentam em uma Conferência suas conclusões conflitantes relativas a certo material, sobre o qual uma determinada câmara (como microscópio) está focada. À medida que a câmera se afasta de modo lento e gradativo, torna-se claro que o material sob exame é a pele de um elefante e as palavras “The Parts Are Greater Than The Whole” (p. 17), tradução nossa, “*As partes são maiores do que o todo*”, aparecem na tela.

Eis que a parábola é útil para darmos sentido a discussão que travaremos ao longo do capítulo, que aborda o modo como nos aproximamos (Figura 27) da definição conceitual *accountability*.

Figura 27 – *Accountability* (um elefante na sala?): a parte tomada como o todo



Fonte: Elaborada pelo autor – figura adaptada da ilustração *cegos tocando um elefante*, de Hans Møller, disponível em <https://br.pinterest.com/pin/282178732889701826/>.

Nota: O que é o *elefante accountability* (na sala)? O homem que toca empiricamente apenas a tromba diz: é prestação de contas, por certo! Já o que examina a calda pode refutar e afirmar: de modo algum, *accountability* é o controle! Um terceiro, pode até rir, zombando de seus companheiros e dizer: Tolos! *Accountability* é avaliação. Assim, muitos, reproduzindo leituras fragmentadas, sem considerar a relação parte-todo e todo-parte, têm compreensões parciais da *coisa*, confundindo a parte com o todo, concebendo a parte como maior que o todo. Ou dizem: é impossível conhecer a totalidade da *coisa*. Podemos ainda conjecturar que estamos nos chegando a *accountability* mediados por metáforas ou terminologias: *amplitude plural* (Afonso, 2009c), *Frankenstein* (Dorn, 2007), *ilusão holográfica*, *polimórfico* (Dubnick, 2008), *palavra-chave cultural* (Dubnick, 2014), *difuso* (Erkkilä, 2007; Bovens, 2010), *obsuro* (Gormley, 1988), *nômade* (Maroy, 2013), *will-o'-the-wisp* (Mosher, 1980), *evasivo* (Schedler, 1999), termo em *contínua expansão* (Mulgan, 2000), *camaleão-like* (Sinclair, 1995), *polissêmico* e *multifuncional* (Taylor, 2019) e a lista segue.

Percebamos que estamos diante de um *Elefante na sala*¹⁶³ ou, em perspectiva – conformada à lógica de Ludwig Wittgenstein, em sua primeira fase filosófica – teríamos um “rinoceronte na sala”¹⁶⁴, em que: a *verdade* não chega tanto a ser verdade; é, antes, certeza, certeza sustentada na segurança de uma afirmação, mas que não nos levam a conclusões absolutas, uma vez que não há certeza sobre nada; há uma impossibilidade de provar uma afirmação existencial negativa, enquanto tudo seja possível, de alguma forma, e sempre possa escapar aos sentidos (Wittgenstein, 2002b; Strathern, 1997).

Além disso, a parábola d’*Os Cegos e do Elefante* nos remete à noção que os sociólogos do conhecimento, em uma tradição *mannheimiana* – com sua concepção de *intelligentsia* – chamariam de caráter situado ou posicionado do saber; ou seguindo uma abordagem *bourdieusiana*, de que os *pontos de vista* sobre o mundo societário são sempre *vistas de um ponto* determinado desse mesmo mundo.

Não enveredamos, por óbvio, por questões sensoriais (um conhecimento formado por experiência subjetiva limitada), o que tratamos, amparado no materialismo dialético, logo, contrapondo-nos a perspectiva *bourdieusiana*, *wittgensteiniana*, teoria crítica etc., são os ângulos específicos de análise dos estudiosos da *accountability*, atentando para as dimensões e as tipologias que elaboram específicas manifestações, que se sobrepõem em detrimento de outras.

Operando um caminho que parte de abstrações feitas pelo pensamento (embora o verdadeiro ponto de partida seja a realidade sensível), o simples (o particular) retorna ao todo concreto, mas agora, reconstruído pelo pensamento, por uma reconstrução do todo, verifica-se: “não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes” (Kosik, 2002, p. 42).

Seguindo essa trilha, chegamos ao conceito categorial *accountability* (o mais geral), identificando cinco áreas de concentração (o menos geral), que se farão presentes em

¹⁶³ A expressão "*elefante na sala*" designa um assunto importante, é usada (geralmente como ironia) para referir realidades ou problemas, que de tão evidentes, não podem ser ignorados. A metáfora tem origem na fábula “O Homem Curioso”, do russo Ivan Krylov (1814), a qual conta a história de um homem que visita um museu, contempla todas as obras de arte, percebendo seus mínimos detalhes, mas ignora (não percebe) um enorme elefante numa sala. O que está posto são os problemas ignorados por quem, ou não tem interesse em notá-los ou não se interessa por eles e os negligencia. Fenômeno similar pode ser percebido na expressão “o imperador está nu”, da obra homônima do dinamarquês Christian Andersen (1997).

¹⁶⁴ Ganhou certa notoriedade a discussão entre os filósofos Bertrand Russell e Ludwig Wittgenstein, a qual girou em torno de um rinoceronte. Os dois conversavam em uma sala, quando a questão da presença de um rinoceronte nela foi proposta. Russell declarou que era óbvio que não havia nenhum rinoceronte na sala, enquanto Wittgenstein, num sentido oposto, recusando-se a aceitar a crença de Russell no empirismo, afirmava a impossibilidade de tal certeza, pois o conhecimento, dizia, limita-se à lógica (Strathern, 1997).

nossa análise da definição conceitual, a saber:

- a) política: ênfase na responsividade (*responsiveness*). A *accountability* é tratada com fundamento na Ciência Política e na Sociologia, considerando a expectativa das principais partes interessadas (externas); sendo relacionada à transparência e, comumente, à democracia moderna, sobretudo com o Estado de Direito;
- b) profissional: relevo aos aspectos da *expertise* das partes envolvidas. Aqui, existe uma deferência ao julgamento derivado dos estudos de administração, em especial, na gestão de sistemas educacionais e de responsabilização;
- c) avaliativa: características metodológicas, com destaque para eficiência, resultados e expectativas de obediência às diretrizes organizacionais. De teor hierárquico, suas propriedades resultam em avaliações de natureza política, educacional, institucional e de políticas públicas;
- d) psicologia social: fundamentada na relação indivíduo-sociedade, observando-se os comportamentos, intenções e reações subsumidos aos padrões de produção e avaliação;
- e) econômico-social: baseada no estudo das transformações econômicas advindas da reestruturação produtiva e dos impactos na gestão, considerando aspectos da própria justiça social, cumprimento de normas éticas e aspectos ideológicos.

No desfazer o nó górdio dessa complexa teia, que entrelaça a *accountability* com a *responsibility*, na dialética entre moralidade e ética, passamos a compreender o funcionamento do próprio mecanismo e sua correlação com a noção de dispositivo. Tal ação possibilita-nos desfiar o argumento derridiano de uma *aporia da responsabilidade*, que incide na concepção de uma *aporia da accountability* – ou seja, a *accountability* como um caminho inexpugnável, sem saída, uma contradição insolúvel, cuja dúvida racional decorre da impossibilidade objetiva de obter respostas (ou seja, sua conceituação).

Com esse proceder, buscamos inspiração em Marx que, p. ex., ao apropriar-se dos estudos dos teóricos clássicos sobre a Economia Política não se tornou um mero copista. O mouro recorre aos teóricos da economia clássica não como bastiões de um conhecimento estanque, mas como pensadores, cujas obras deveriam ser recuperadas, incorporadas, mas também rejeitadas, num movimento de suprassunção.

Como abordado nos capítulos precedentes, o materialismo dialético não parte de abstrações arbitrárias (daquilo que os sujeitos pensam, dizem e imaginam), mas da atividade real. Logo, o que os indivíduos pensam, imaginam ou suas palavras tornam-se explicáveis a

partir da vida material, ainda que pensamento e imaginação (expressões de uma subjetividade) e a palavra possuam histórias próprias, manifestações de uma relativa autonomia, pois não são efeitos imediatos da economia (base estrutural).

Portanto, o materialismo dialético não pretende obter apenas o conhecimento objetivo desfeticizando a história, esta pretensão é o seu momento teórico. O outro momento, é provar na prática o conhecimento conseguido. Marx (2016b) escreve na segunda tese sobre Feuerbach que a objetividade de uma verdade não é uma questão meramente teórica, mas prática e que se torna escolástica quando isolada da *práxis*. A objetividade de uma verdade, então, é, ao mesmo tempo, teórica e prática, pois teoria e prática devem estar em ação recíproca ou numa unidade dialética. Lukács (2003, p. 293) transcreve uma passagem de uma carta escrita por Engels que é bastante ilustrativa: “The proof of the pudding is in the eating (comer o pudim é a prova de sua existência), diz Engels, exprimindo de forma popular e significativa a essência da segunda tese de Marx sobre Feuerbach”.

Por essa razão, não podemos simplesmente refutar ou incorporar de modo acrítico, puramente descritivo, os estudos sobre a *accountability*, mas principalmente, fazer uma crítica interna, que seja ao mesmo tempo apropriação, refutação e suprassunção, rompendo com a aparência e superando o caráter mistificado da *accountability*. Com efeito, a semelhança de Marx, que se apropriou dos clássicos, mas lá não permaneceu, devemos adentrar na seara dos estudos da *accountability*. Ou dito de outro modo,

[Marx] não quis construir uma teoria que se chocasse com as teorias existentes, mas sim que pretendeu reconstruir dialeticamente, com grande coerência e espírito crítico, do ponto de vista da classe trabalhadora, o material categorial e empírico produzido pela economia política clássica, o qual continha elementos de verdade entremeados de falsidades e confusões (Prado, 2012, p. 8).

Coloca-se aqui que o conceito *accountability*, em sua polissemia, é compreensível através da mediação das partes, pois, “no curso do processo o próprio todo é concomitante delineado, determinado e compreendido” (Kosik, 2002, p. 37).

A totalidade é muito mais do que a soma de suas partes. Ela é a relação que une as partes e faz com que sejam constituídas em um sistema de conjunto, modificando, por sua vez, a individualidade de cada uma. Nesse sentido, para compreendermos um objeto da realidade, como a árvore de desempenho (que abordaremos nos Capítulos IX-X), é preciso considerar antes a totalidade e as relações recíprocas de constituição dos elementos, para só então, chegar ao que se pode denominar de característica particular ou individualidade.

Por isso, o estudo da totalidade, com suas relações e suas ligações, torna-se essencial para a adequada conceitualização da *accountability*, bem como para a compreensão

da dinâmica conceitual em geral. Isso nos remete à questão fundamental da identidade: “quem sou eu?”. A resposta não pode ser *eu sou eu mesma, simplesmente accountability*, pois isso equivale a uma tautologia, uma explicação circular que não acrescenta nenhum conhecimento substancial, uma vez que a *accountability* não pode ser reduzida a si mesma.

Definições tautológicas são caracterizadas por redundância argumentativa, ou pela inclusão da própria palavra que se busca definir na definição do conceito. Exemplos disso incluem afirmações como “a monotonia é monótona” ou “o homem *accountable* é um sujeito que cumpre os princípios e valores da *accountability*”. Tais definições são pouco úteis para a construção de um trabalho científico, pois não acrescentam conhecimento relevante.

Não obstante, o que dizer sobre a afirmação: *A accountability é um conceito polissêmico*. Esse tipo de assertiva não leva a lugar algum. Ao lado das tautologias, esses enunciados são problemas comuns em todas as áreas da investigação científica, sobretudo no campo das ciências sociais. A polissemia significa, grosso modo, a existência de um termo ou conceito com certa variedade de sentidos ou significados, gerando com isso, diversas definições em razão de distintas teorias, abordagens e perspectivas político-sociais.

Todavia, é importante destacar que a polissemia não é um problema em si mesmo. A polissemia é um aspecto do processo de construção do conhecimento científico, resultante da expansão de nossas compreensões sobre o mundo. No entanto, ela não é absoluta ou uniforme em todos os conceitos ou áreas do conhecimento. Alguns conceitos podem ter definições mais precisas e restritivas, enquanto outros podem ser mais abrangentes. Por isso, é importante estarmos atentos à polissemia e identificar os elementos constitutivos do conceito em questão e examinar como eles se relacionam entre si. Isso não significa estabelecer definições exatas e restritivas, mas evitar ambiguidades e imprecisões.

Alinhados à noção de *conceito básico* (*Grundbegriff*), de Koselleck (2006b), o que sugerimos é uma análise da *accountability*, distinta da ideia de *conceito radial* defendida por Schedler (2008) – muito embora, partilhe certa semelhança com outros termos. De fato, a *accountability* – diferente do que concebe a *virada linguística* – só pode ser entendida a partir da ligação entre semântica histórica e história social – aos aspectos extralinguísticos da condição humana – ainda que o material linguístico seja importante. Eis que o conceito básico é um termo que possui um *significado central* – com capacidade de gerar outros conceitos a partir dele – que transcende o espaço e o tempo, embora possa variar em sua aplicação e uso.

Logo, como já afirmado, refutamos a tese de Schedler de que a *accountability* não é um conceito clássico. Na realidade, a *accountability* é um termo fundamental para que possamos compreender a transformação sofrida pelo Estado na modernidade, pois ela contém

em sua constituição as mudanças na linguagem e no pensamento de determinada época ou cultura. Sua própria polissemia ajuda a entender como as sociedades se desenvolveram.

Dessa forma, analisar a *accountability* – considerando os quatro momentos que concebemos para seu estudo em nossa tese (*latência, denominação, integração e teoria*) – nos induz também a corroborar com os quatro conceitos complementares e interdependentes de trabalho de Koselleck (2006a, 2006b), para seu estudo conceitual: 1. *Temporalização*, a disposição a adaptar os conceitos sociais e políticos; 2. *Democratização*, a ramificação dos vocabulários sociais e políticos nas diversas classes sociais; 3. *Ideologização*, a incorporação dos conceitos sociais e políticos a distintas ideologias; 4. *Politização*, o uso dos conceitos como armas de combate linguístico, ou seja, arma de confronto entre diferentes movimentos sociais e classes antagonistas.

Temporalização, democratização, ideologização e politização estão presentes de modo irrefutável no conflito entre interesses e projetos divergentes de mundo, no inchaço semântico da *accountability*, a polifonia e a polissemia que caracteriza os conceitos básicos. Segundo Koselleck (2006b), de modo diverso dos conceitos em geral, um conceito-chave é um elemento do vocábulo político insubstituível e inevitável.

No plano mais geral, a razoável estabilidade semântica do termo *accountability*, ao longo dos séculos XI-XIX, inclusive estendida à primeira metade do século XX, foi seguida por um período de *politização* e de mudança conceitual rápida. Fato resultante da crise estrutural do Capital, a partir da crise do Estado de Bem-estar social e da nova ordem que se erguia na segunda metade do século, marcada pelo advento da: reestruturação produtiva, gerencialismo, globalização e neoliberalismo.

No contexto de alta politização do termo *accountability*, o câmbio ideológico da mudança conceitual parece ter sido intensa em todas as esferas de seu uso. Essa constatação é verificável na miríade de usos e na polifonia do próprio conceito, o que confirma a teoria de Koselleck (2006b), segundo a qual o conflito político é o grande motor do inchaço semântico, a força que transforma o conceito comum em *conceito básico*.

Como já foi dito, no Capítulo II, no século XI, na Inglaterra, a *accountability* tinha um significado mais contábil, com colorações de governança, em uma referência a prestação de contas dos vassallos aos suseranos. O termo então sofreu mudanças, sendo usado em outros campos, e nos séculos XX-XXI, numa politização, ganhou contornos de identidade política da governança moderna, principalmente, no âmbito do gerencialismo e do neoliberalismo. Todavia, com o avanço das concepções pós-modernas de ciência, trata-se agora da própria decadência conceitual. Quando Dubnick (2002) problematiza *salvar a accountability*, somos

confrontados com a ideia de *deflação* do conceito, em uma oposição ao seu inchaço semântico.

A questão é, se os novos significados que foram incorporados à *accountability*, durante o auge de sua politização, podem ser retirados, uma vez que o termo está longe (pelo que parece) de entrar em declínio. Por isso, não defendemos – e, por certo, nem Dubnick – um retorno ao passado. Por isso, concebemos seu estudo norteado pela *práxis histórica*, que tem afetado seu acúmulo no campo semântico da *accountability* – e aqui, divergimos de Dubnick (2008), que compreende a *accountability* a partir da ideia de *metaproblemas*.

Para Dubnick (2008), ao analisarmos a *accountability* no contexto histórico mais amplo de *metaproblemas*, é possível identificar quatro condições que contribuem para a falha em sua conceituação:

- *accountability* é multifuncional – pois é resultante de relações sociais;
- *accountability* é polimórfica – sua manifestação conceitual é porosa e ocorre em uma gama de diferentes *formas e mecanismos*;
- *accountability* é situada – sua variação também é resultante de seu contexto cultural, temporal e espacial;
- *accountability* é promíscua (*promiscuous*) – pois “O desejo de soluções focadas na *accountability* para os problemas de governança atingiu o nível de fomentar uma confiança quase indiscriminada no uso dos instrumentos associados à caixa de ferramentas de *accountability* polimórfica” (Dubnick, 2008, p. 9, tradução nossa).

O interessante é que não negamos estas quatro condições elencadas pelo autor. Na verdade, o próprio estudo da *accountability* as atestam. Nossa divergência é no risco de lançar essas condições no âmbito de *metaproblemas*. Não coadunamos com Dubnick (2008), quando o autor sinaliza que tal ação contribui para superar a ideia que reduz a *accountability* a um mero artefato cultural – uma palavra-chave, com pouco mais do que um valor simbólico e retórico – e que a reintroduz como núcleo que molda e impulsiona a governança moderna.

Para nós, o que ocorre é o inverso. A *accountability* pensada como *metaproblema* é lançada no limbo pós-moderno das indefinições e das mistificações. Quando Bauman (2007, p. 8), p. ex., nos diz que “grande parte do poder de agir efetivamente, antes disponível ao Estado moderno, agora se afasta na direção de um espaço global”, como uma entidade abstrata – intangível – ele, ideologicamente, reproduz a interpretação do poder local como uma entidade subordinada a uma força externa.

Além do mais, esquecendo-se da confluência de interesses entre o local e o global, ele arremata: “todos os principais problemas – os metaproblemas que condicionam o enfrentamento de todos os outros – são globais e, sendo assim não admitem soluções locais” (Bauman, 2007, p. 31), ignorando a relação todo-parte e parte-todo, atando-nos a uma *abstração arbitrária*. Eis que estamos diante de um problema que transcende a nossa capacidade, dito de outra forma, não admitem que as enfrentemos localmente, pois são originados e reforçados em nível planetário, em que o poder, a legislação e a política não podem alcançá-lo.

Entretanto, é com Gabriel Marcel (1991), filósofo e dramaturgo francês ligado à tradição fenomenológico-existencial, que melhor compreendemos o risco do conceito de metaproblema. Para o filósofo, o *metaproblema* é um *mistério*, não são simples problemas racionalizáveis, nem acessíveis aos padrões científicos de pesquisa, é algo que transcende para o universo metafísico, logo, somos incapazes de compreender a realidade. Na mesma pegada, para Maurice Blondel, filósofo francês ligado ao pragmatismo e à filosofia cristã, o enigma é um problema, uma aporia insolúvel; já o mistério (metaproblema) é a luz (da fé) que ilumina o enigma. (Mora, 1971, tradução nossa; Reale, 2006).

Por fim, o próprio Dubnick (2008, p. 16-17) explica sua escolha teórica:

Ao utilizar o conceito de “metaproblema”, pretendo associar a responsabilização a uma de um pequeno grupo de questões que definiram e moldaram a teoria e a prática social durante séculos – uma classe de problemas gerais muitas vezes escondidos nos bastidores e que desafiam continuamente a pressupostos básicos e arranjos institucionais da vida social e política em qualquer momento e lugar específicos. A título de exemplo, consideremos dois desses metaproblemas – o “problema do mal” e o “problema do livre arbítrio” – que durante séculos definiram (e continuam a definir) questões e debates em campos tão diversos como teologia, filosofia e as ciências. [...]. Num certo sentido, estes metaproblemas são matéria de análises filosóficas de alto nível, o foco da lógica analítica e da argumentação escolástica. Num outro sentido, porém, são a base para aqueles que estão empenhados em conciliar ideias e ideais com realidades e contingências. Tais metaproblemas partilham três características. Primeiro, são historicamente transcendentais ou, nos termos de Michel Foucault, historicamente a priori. Embora façam parte da história humana e estejam sujeitos a variações locais e temporais (na forma de problemáticas ou o que Foucault (1997) chama de “problematizações”), esses metaproblemas não são limitados pelo tempo e pelo espaço. Em segundo lugar, os metaproblemas são, em última análise, intratáveis – são dilemas que não podem ser “resolvidos”. Mesmo quando se tornam mais acessíveis quando “problematizadas”, não existem soluções simples ou fáceis, e aquelas que são aplicadas provavelmente revelar-se-ão incompletas ou ineficazes a longo prazo. Terceiro, os metaproblemas e as problemáticas que eles geram são “perversos” no sentido de serem “confusos” e muitas vezes convidam a soluções que exigem escolhas e ações que se revelarão problemáticas ou até mesmo piorarão as coisas [...].

Desse modo, os metaproblemas nos lançam no mundo das aporias, por um lado, na transcendência do socialmente construído e aceito como problemas relevantes pelos atores,

mas sem solução, ou por outro, são *mistérios* que nos lançam ao universo metafísico. De um modo ou de outro, caímos na impossibilidade de resolver o problema e ainda somos lançados nas *microfísicas foucaultianas*. Dubnick (2002), aparentemente, tenta sair desse labirinto – parcialmente gerado pela própria ideia de metaproblema – utilizando como *fio de Ariadne* as ideias de *incomensurabilidade* de Thomas Kuhn e “semelhanças familiares” de Wittgenstein:

Estas várias perspectivas não estão menos sujeitas à crítica de que cada uma se baseia numa compreensão diferente da *accountability_c* – e, portanto, os conceitos estão sujeitos aos mesmos problemas de ambiguidade e incomensurabilidade que atormentam a *accountability_w*. Mas essas conceptualizações aparentemente distintas de *accountability_c* têm a vantagem daquilo que Wittgenstein chamou de “semelhanças familiares” – estão relacionadas não por uma definição comum (o que reduziria o conceito a uma palavra) ou por alguma propriedade comum, mas pela relação que “vemos” neles [...] (Dubnick, 2002, p. 4, tradução nossa).

Todavia, a semelhança de *Ícaro*, Dubnick alça voos cada vez mais altos, atraído pela ideologia (a beleza do sol) da virada linguística. Se nosso herói mitológico sofreu com as altas temperaturas, fazendo com que a cera de suas asas derretesse, levando-o a uma queda fatal, Dubnick, nosso herói moderno dos estudos da *accountability*, aceita os riscos de voar com asas tão duvidosas (frágeis).

Como temos tratado ao longo da tese, sobretudo no Capítulo II e III, os conceitos não são atemporais, mas constituem camadas distintas em um movimento semântico que evidencia a própria ressignificação das palavras a depender do tipo de texto e contexto, o que impacta a tradução. Isso implica que, para o uso do termo *accountability* fora de seu universo de origem, palavra anglo-normanda, deve-se considerar que ela não tem equivalentes semânticos em outras línguas (Bovens, 2007a).

À vista de que as diferenças interpretativas e os usos da *accountability* podem colapsar o próprio mecanismo, se não considerarmos o significado dos termos oposição e contradição que acompanham suas traduções e seu emprego, mormente, seu caráter de instrumentos na luta por hegemonia burguesa, devemos compreender sua *contínua expansão* (Mulgan, 2000). Alguns estudiosos, como Dubnick (2002), diante das dificuldades de traduzir o termo *accountability* e seu espraiamento em diversas áreas do conhecimento e campos sociais, destacam o problema da *incomensurabilidade* (Kunh, 2006d).

Sobre essa questão, recorramos a Gramsci (2002, v. 5) e a sua tese de que tudo é política e, portanto, história, isto é, devemos conceber de modo dialético as relações de identidade e diferença entre as ações humanas e as práticas. Cada atividade humana “racional” é influenciada pelo ambiente sociocultural de uma dada época, resultando em distintas *práxis* que colaboram na construção das hegemonias, construídas com a cooperação

das diferentes linguagens e movimentos político-culturais (Lacorte, 2020). A partir desse quadro, Gramsci nos auxilia a entender, pela filosofia da *práxis*, a tradutibilidade:

Se essas três atividades [filosofia, política e economia] são os elementos constitutivos de uma mesma concepção do mundo, deve existir necessariamente, em seus princípios teóricos, convertibilidade de uma na outra, tradução recíproca na linguagem específica própria de cada elemento constitutivo: um está implícito no outro e todos, em conjunto, formam um círculo homogêneo (Gramsci, 2006, v. 1, p. 209).

Embora distintas, não há no fundo uma divisão disciplinar entre filosofia, política e economia. Com efeito, a relação entre elas não se restringe à interdisciplinaridade, vai além das *semelhanças visíveis na superfície*, existe uma mesma história que as liga, de uma parte, como um princípio ou elemento crítico. Trata-se, “para Gramsci, de atividades/‘linguagens’ teóricas e práticas, sim, diferentes e até opostas, mas ao mesmo tempo, cada uma contribuindo a produzir a mesma concepção de mundo e o mesmo mundo” (Lacorte, 2020, p. 65).

A partir de um pensamento gramsciano, de modo mais geral, a hegemonia que se opera nos estudos da *accountability*, ligadas às abordagens pós-modernas, foucaultiana, dentre outras, é, nas suas várias formas, o efeito contingente de uma situação concreta. O qual, por sua vez, resulta no uso de certos fundamentos conceituais e sua aplicação na educação, gestão etc., conforme o modo como as relações de forças se apresentam nas dinâmicas conflitivas, no interior de uma sociedade e no contexto do jogo de interesses entre o local e o global.

Ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci, ao discorrer sobre as relações entre a política e a cultura formula a ideia de uma *hegemonia cultural* operante, *pari passu*, com a *hegemonia política*. Nisso, temos que as questões culturais e linguísticas impõem uma série de pontes ou o oposto, isto é, obstáculos para a compreensão da realidade, bem como estabelece relações mais, digamos, transparentes entre os grupos sociais e as instâncias de poder.

Uma vez compreendida essa questão, devemos sempre declarar e defender, em um estudo assentado no materialismo dialético, que a hegemonia não é obtida e consolidada por embates apenas no plano da estrutura, da organização político-econômica, envolve também uma luta no plano da superestrutura. A hegemonia não se efetiva/opera apenas nos limites da coerção, ela se move sobremodo pelo consenso – pelo universo de convicções, de normas morais e de regras de conduta, de crenças e de sentimentos diante da vida e do mundo.

Para a obtenção desse consentimento, seja ativo ou passivo, para a dominação, a classe hegemônica capitalista impõe à massa de trabalhadores uma atomização, fragmentação, tanto cultural como sociopolítica. Carente de instrumentos próprios, esses indivíduos acabam

se organizando por meios dos aparelhos burgueses, como a escola, um espaço construído para reproduzir a socialização conforme os parâmetros do capital – contudo, uma vez erguida, a escola também é um lugar de disputa, em virtude das próprias contradições da educação.

Portanto, a hegemonia se exerce pela combinação da coerção (regime de força) e consenso, consenso que legitima o próprio regime e a sua violência. Não obstante, aqui não se trata de um simples apoio de massas, mas um processo de homogeneização da sociedade, que se opera pela (com)formação dos indivíduos ao padrão convencionalmente estabelecido. Isso significa definir o modelo de sociedade saudável ou se preferirem, nesse tempo fragmentado da pós-modernidade, no progresso padrão desejado, manipulando o “imaginário” das massas.

Daí, resulta, em parte, a sociedade do conhecimento e sua ideologia performática, que afirma a desumanização da diferença – por uma concepção de sociedade como espaço do conflito (luta), uma ontologia eminentemente assentada no contrapositivo, de Carl Schmitt, ou seja, nos contraconceitos assimétricos, no outro como adversário a ser vencido (eliminado). Posta assim, isso sinteticamente pode ser encontrado na natureza do fascismo, do trumpismo americano e no bolsonarismo, aqui no Brasil, com seu lema *Deus, Pátria, Família*, de origem fascista. Todos os três movimentos como ideologias políticas com seu estilo de governança e conjunto de mecanismos para adquirir e manter o controle do poder.

Quando Maquiavel (2017) recomendava ao *Príncipe* ter a natureza dupla de um centauro, meio animal (besta), meio homem, ele dizia: “[...] Aquiles e muitos outros dos príncipes antigos foram dados a criar ao centauro Quíron, para que os tutelasse sob sua disciplina. O que não quer dizer outra coisa [...] senão que é preciso a um príncipe saber usar uma e outra natureza” (p. 199). Gramsci usa esse mito a propósito da relação entre coerção e consenso, e ele nos mostra que qualquer dominação política necessita tanto da força como da astúcia.

Bem! Com isso, queremos afirmar que a hegemonia se expressa de modos diversos e a linguagem, com a produção/definição de conceitos é um desses meios. Por isso, para evitar as crises de hegemonia, que podem culminar nas ditaduras, faz-se necessário:

[...] uma combinação de força e consenso que se equilibram [como no exercício da hegemonia do regime parlamentar], sem que a força sobressaia muito ao consenso, ao invés, apareça apoiada pelo consenso da maioria expresso pelos chamados órgãos de opinião pública (os quais, por conseguinte, em certas situações, são multiplicados artificialmente) (Gramsci, 2007, v. 4, p. 59, tradução nossa).

Seguindo essa trilha, ao relacionar a hegemonia com a cultura, chegamos ao ponto de nossa discussão nesta parte da seção: a questão da *incomensurabilidade*, trazida por Dubnick (2002), sobre o conceito de *accountability* e nossa perspectiva de *tradutibilidade*. No primeiro

caso, no artigo *Comensurabilidade, comparabilidade, comunicabilidade* de Kuhn (2006a), é possível identificar as versões kuhnianas de *paradigma*¹⁶⁵ e *incomensurabilidade* adotadas por Dubnick.

Em sua reformulação, no conceito de *incomensurabilidade*, Kuhn a ajustou a uma dimensão mais local, caracterizada em termos da intradutibilidade. Segundo essa formulação, não haveria uma linguagem comum entre culturas diferentes, obstando que teorias de léxicos diferentes possam ser traduzidas. Isso, porque “léxicos diferentes – os de diferentes culturas ou de diferentes períodos históricos, por exemplo – dão acesso a diferentes conjuntos de mundos possíveis, superpondo-se em grande parte, mas jamais por completo” (Kuhn 2006b, p. 81). Em toda tradução sempre haverá resíduos ou perdas.

Embora exista a *incomensurabilidade* entre culturas e épocas, Kuhn salienta que isso não é uma regra, pois apenas alguns termos (vocábulo) centrais de uma teoria sofreriam com esse dilema. A maioria, portanto, seriam intertraduzíveis. Apenas um número restrito de termos sofre com a falha de tradução, pois tais termos tem seu significado relacionado a outros termos interdefinidos. Aqui, a nosso ver, localiza-se a raiz do argumento kuhniano de Dubnick, o problema da tradução da palavra *accountability*: seu significado liga-se a termos interdefinidos, como *responsibility* e *rendering account*. Nisso, não divergimos de nenhum dos dois teóricos.

Entretanto, se não é possível traduzir teorias antigas para a linguagem moderna, como reconstruir (interpretar) o passado, em uma linguagem atual? Para Kuhn, temos dois meios: ou traduzimos a palavra para nossa língua materna ou aprendemos a falar a outra língua. Por essa razão, apesar de não ser possível uma tradução completa/perfeita do termo de um léxico, é exequível a comunicação entre comunidades com taxonomias diferentes (Dal Magro, 2013).

É evidente o valor da teoria de Kuhn para o estudo do conhecimento, no entanto, as bases de seu *paradigma científico*, sem discutir aqui os limites da compreensão à luz do marxismo, condiciona-nos a justificar nossas escolhas teóricas de fundo sem considerar as contradições. A ideia de Kuhn de que a ciência avança por meio de revoluções científicas tem

¹⁶⁵ Para Kuhn (2006d), em sua obra “O Caminho desde A estrutura”, os paradigmas, conjunto de realizações científica reconhecidas – fornecendo problemas e soluções modelares para uma comunidade – orientam a pesquisa. Todavia, depois de uma revolução, os novos paradigmas que surgem se tornam incomensuráveis com os anteriores, ou melhor, eles não conseguem fazer contato completo entre si. Isso se dá por três fatores: 1. os defensores de paradigmas distintos discordam dos problemas a serem resolvidos; 2. pode ocorrer uma diferenciação entre os padrões de solução dos problemas; 3. no interior dos novos paradigmas, os velhos conceitos, relacionam-se de modo diferente (Dal Magro, 2013).

uma coerência, porém ele esquece que a ciência não é neutra e muito menos desinteressada, ela está relacionada às condições sociais e políticas do contexto na qual é produzida. Portanto, a perspectivas de que um paradigma existente é substituído por outro – como sinal do avanço da ciência – comete o erro de ocultar (mascarar) as lutas de classes e as transformações sociais que possibilitaram certo avanço da ciência.

Isso significa que esse avanço da ciência, respaldado em novos paradigmas, não é simplesmente cumulativo, ou seja, cada nova teoria ou paradigma incorpora e supera as teorias anteriores, como defende Kuhn. Na realidade contraditória da antissociabilidade do capital, as teorias ou as concepções científicas são acumuladas, superadas e *abandonadas* em função das transformações nas condições sociais e históricas. A ciência não é autônoma, ela está imersa em questões ideológicas.

Isso não significa que a teoria de Kuhn seja inválida. Longe disso, como afirmado, ela tem seu valor. Por exemplo, quando em seu artigo “O caminho desde A estrutura” (Kuhn 2006c), ele nos apresenta o enunciado copernicano, “os planetas giram em torno do Sol”, em contraste com o enunciado ptolemaico, “os planetas giram em torno da Terra”, ele nos adverte dos problemas que cercam uma tradução. Assim, sua exposição auxilia para o entendimento do risco em relação ao uso (ou tradução) dos termos *prestação de contas* e *responsabilização* para nos referirmos, de modo intercambiável, a *accountability*. Esta compreensão é reforçada, se pensarmos ao modo de Gramsci, para quem traduzir não é “[...] simples operação técnica de passagem de uma língua a outra, mas sim uma verdadeira tradução cultural na qual o texto, lido em diferente contexto, adquiria novos significados” (Bianchi, 2017, p. 29). Logo, “Traduzir não significa repetir, mas recriar” (Meneses, 2017).

Kuhn (2006c) ilustra a diferença entre as taxonomias (copernicana e ptolemaica), dizendo que elas não são somente distintas em relação aos fatos, mas em relação à própria noção de “planeta”: a Terra não é um planeta no sistema ptolemaico. O “termo planeta ocorre em ambos [os enunciados] como um termo para espécie, e os conjuntos dos membros das duas espécies se superpõem sem que nenhuma contenha todos os corpos celestes contidos nas outras” (p.120). Assim, se não é possível proferir um mesmo léxico para os dois enunciados sem violar ou causar um colapso teórico, não podemos usar o termo *prestação de contas* para nos referir à *accountability* sem correr o risco de mascarar o conteúdo desse conceito.

Por isso, apesar de nossas diferenças, a teoria de Kuhn é interessante. No entanto, é preciso complementar essa perspectiva. Todavia, não entraremos nesse mérito, pois isso é outro debate do campo da teoria da ciência. O que nos interessa é pontuar nossa ressalva no uso irrestrito da teoria kuhniana e propor uma verificação da tradução da *accountability*,

considerando o conceito de tradutibilidade gramsciano, para que dessa maneira, uma vez identificadas as dificuldades para a tradução da *accountability*, em cada linguagem-filosofia particular, possamos examinar como superar esta; analisar de que modo podemos decifrar o interior da *coisa* e as contradições com o mundo exterior, em seus contextos particulares – em uma recondução historicista e filosófica dos conceitos. Isso significa:

Tradutibilidade é a teoria da tradução entendida de uma forma que incorpora criticamente o velho no novo significado, mais amplo e forte, sendo, ao mesmo tempo, a condição (historicamente dada) para pensar de forma nova na possibilidade de construir política e historicamente uma “igualdade real” entre seres humanos, de modo a superar a atávica separação entre dominantes e subalternos, dirigentes e dirigidos, na medida em que pensa contemporaneamente na realidade do novo conceito de equivalência entre “teoria” e “prática” como elemento de hegemonia política – elemento que é ele mesmo político e, por isso, histórico (Lacorte, 2019).

O que está posto não é a mera tradução de um termo – ou a busca de uma tradução perfeita, como buscou *Pierre Menard, autor de Quixote*, personagem de Borges (2007), que abordamos na *introdução* de nosso Capítulo VII – mas sim a compreensão da *práxis* da coisa examinada. Nesse passo, consoante a Lacorte (2019), a *tradutibilidade* possibilita que os subalternizados compreendam a realidade que são mediadas por conceitos, isso permite não só uma outra forma de examinar o mundo, mas implica na possibilidade de formação de uma nova consciência, percebendo as contradições e o movimento de conservação-superção inseridos na linha histórica, como discorre Martins (2017, p. 1001):

Gramsci entendeu que tradutibilidade implica reconhecer “semelhanças” (BOOTHMAN, 2017) nas estruturas sociais para se traduzir um texto a outro contexto (GRAMSCI, Cad. 11, § 47 - 1999, p. 185), a *práxis* de uma formação social a outra, pois “duas estruturas fundamentalmente similares têm superestruturas 'equivalentes' e reciprocamente traduzíveis, qualquer que seja a sua linguagem particular nacional” (GRAMSCI, Cad. 11, § 49 - 1999, p. 190).

Some-se a isso o fato de que:

A questão da tradutibilidade em Gramsci alia-se à importância que ele estende à linguagem, não só como concretizadora do pensamento, expressão da cultura e das relações sociais, mas, principalmente, enquanto instrumento de poder. Por isso, a significância histórica e política na tradução da dimensão teórica e prática do pensamento e no plano de unificação linguístico-cultural dos subalternos (Silva, 2016).

Assim, embora a *accountability* societal, democrática, eleitoral, educacional etc., possam aparecer como mônadas, pelos expoentes de uma cultura da incomensurabilidade científica, ao estudarmos a *accountability*, considerando a totalidade, superamos as visões idealistas e pós-positivistas.

O que significa que, a partir da tradutibilidade é possível que as múltiplas *práxis* da *accountability* sejam protagonistas de uma mesma história, isto é, podem ser diferentes,

mas não opostas. São diferentes em suas singularidades (enquanto particularidades), mas compõem uma totalidade: *accountability*. A tradução da palavra *accountability* é colocada pela tradutibilidade na questão da diferenciação da ciência, no avanço dos vários ramos do saber científico, assim, a diferenciação da ciência e da *accountability* levou a um maior conhecimento da unidade do real. Nesse plano, devemos considerar para o adequado estudo da *accountability*, em países e culturas diversas, a dialética entre distintos (opostos que não se excluem) e entre opostos (que se excluem).

Agora, tratemos do segundo¹⁶⁶ estratégia utilizado por Dubnick para lidar com os metaproblemas, a ideia de “semelhanças familiares”, de Wittgenstein; perspectiva que é também adotada por Schedler (2008), estudioso que nos guiará nessa breve ponderação do tema ou método wittgensteiniano (digo breve ponderação, pois não nos ateremos em analisar o método).

No ano de 2008, o *Instituto Federal de Acceso a la Información Pública* (IFAI), do México, solicitou ao cientista político Andreas Schedler autorização para a tradução para o espanhol de seu artigo “Conceptualizing accountability”. No entanto, em vez de autorizar a tradução, o autor optou por escrever um novo texto, inserindo no debate a dificuldade em traduzir o termo “*accountability*” para o espanhol. Ponderando em seu escrito que a tradução que mais se aproxima da ideia de *accountability*, em espanhol, seria “*rendición de cuentas pública*”.

Contudo, Schedler é cauteloso em sua tradução, diferenciando a palavra de origem anglo-normanda de sua possível versão hispânica, ao afirmar que *accountability* carrega o princípio da obrigação, enquanto *rendición de cuentas* parece conter um sentido de “um ato voluntário, uma concessão generosa do soberano que presta contas por virtude e vontade própria, e não por necessidade. Podemos então especificar que a *accountability* é a prestação de contas obrigatória” (Schedler, 2008, p. 11, tradução nossa).

Apesar disso, para o autor, as palavras *accountability* e *rendición de cuentas* são termos que guardam parentesco, distinguindo-se por questões de pura nuance linguística. Isto posto, *accountability* seria um conceito *radial* e não um conceito clássico: “Os conceitos clássicos se definem por um núcleo duro e invariável de características básicas. Os conceitos radiais, por sua vez, mais do que compartilhar uma essência comum, compartilham uma certa ‘semelhança familiar’ (Wittgenstein)” (Schedler, 2008, p. 24, tradução nossa).

Afonso (2009a, 2009b, 2010, 2012), em proposta teórico-conceitual, contribui

¹⁶⁶ O primeiro foi a *incomensurabilidade*, de Thomas Kuhn.

para a compreensão dessa questão. O pesquisador lusitano concebe o conceito de *accountability* na educação por meio de três pilares integrados e interconectados:

[...] definimos *accountability* como um processo integrado de *avaliação, prestação de contas e responsabilização*. Nesta perspectiva, e em determinadas situações específicas, a avaliação surge como condição necessária para a prestação de contas, sendo que esta, por sua vez, implica fornecer e disponibilizar informações e dar justificações sobre as decisões e actos praticados (*answerability*). Finalmente, a imputação de responsabilidades e a imposição de sanções (*enforcement*) traduzem uma outra importante característica dos sistemas ou modelos de *accountability*. (cf., por exemplo, Schedler, 1999; Corvalán, 2006) (Afonso, 2010, p. 22).

Destaque-se que no processo de efetividade da *accountability*, conforme Afonso, a dinâmica de interação e de autonomia das dimensões *informação, justificação e sanção* variam, dependendo da realidade em que estão situadas. Existindo a possibilidade de algumas das três dimensões não estarem presentes em dada realidade, uma condição que Afonso (2009c, 2010, 2012) chama de *formas parcelares de accountability* e que Schedler (1999, 2008) define por *atos de accountability*.¹⁶⁷

Contudo, o próprio Afonso (2009c, p. 59) faz a ressalva de que estes *atos* “[...] só conseguirão ganhar densidade se forem integrados e articulados num modelo mais amplo que se aproxime de algo parecido com aquilo que o próprio Schedler designa como sendo uma ‘categoria prototípica’ de *accountability*”. Antes de avançarmos na perspectiva levantada por Afonso, façamos uma rápida análise da ideia de *categoria prototípica*, apresentada no texto original (primevo) de Schedler (1999). Diz o autor:

Os exemplos acima ilustram que é possível, em princípio, encontrar casos em que a ideia de *accountability* é dissociada de uma das suas dimensões centrais – seja a *enforcement* ou *answerability* - sem criar necessariamente “subtipos diminuídos” de *accountability* como resultado. Concluimos, portanto, que a *accountability* não representa um conceito “clássico” que exiba um núcleo duro de características básicas invariáveis. Em vez disso, deve ser considerado como um conceito “radial” cujos “subtipos” ou expressões “secundárias” não compartilham um núcleo comum, mas carecem de um ou mais elementos que caracterizam a *categoria “primária” prototípica* (Schedler, 1999, p. 18, grifo nosso, tradução nossa).

¹⁶⁷ Afonso (2009c, p. 60) avança na justificação de uma *accountability parcelar*, em relação aos *atos* de Schedler, ao realizar a distinção entre *formas parcelares, modelos e sistemas de accountability*: “Para o efeito, defino como *formas parcelares de accountability* aquelas acções ou procedimentos que dizem respeito apenas a algumas dimensões da *prestação de contas* ou da *responsabilização* (‘actos de *accountability*’ na linguagem de Schedler), não constituindo, por isso, um modelo ou uma estrutura integrada. Por outro lado, chamo *modelo de accountability* a uma estrutura mais complexa, preferencialmente adaptável, aberta e dinâmica, em que diferentes dimensões ou formas parcelares de *accountability* apresentam relações e intersecções congruentes, fazendo sentido como um todo. Finalmente, chamo *sistema de accountability* a um conjunto articulado de modelos e de formas parcelares de *accountability* que, apresentando especificidades e podendo manter diferentes graus de autonomia relativa, constituem uma estrutura congruente no quadro de políticas (públicas ou de interesse público) fundadas em valores e princípios do *bem-comum*, democracia, participação, dever de informar e direito a ser informado, argumentação e contraditório, transparência, responsabilização, cidadania activa, *empowerment*, entre outros”.

As categorias resultantes da categorização – um processo mental de identificação, classificação e nomeação – apresentam graus de saliência (similaridade/relevância) diferentes: umas são prototípicas, enquanto outras são periféricas, demonstrando em seu agrupamento um maior ou menor número de características representativas do ser. As prototípicas apresentam muitas características relevantes em comum, enquanto as periféricas possuem poucas. Isso faz com que algumas entidades possam ser mais ou menos prototípicas do que outras.

É a partir dessa instabilidade que a “teoria do protótipo” difere da teoria “clássica” da categorização, pois esta não estabelece dúvidas entre as categorias, e sua base funda-se em condições necessárias e suficientes. De modo diverso, na concepção prototípica a natureza dos conceitos é gradual, isto é, para cada conceito há um representante típico. O efeito disso é o estabelecimento de casos ou condições limítrofes entre os conceitos.

Por exemplo, pensemos o caso da categoria frutas, representada por: maçã, manga e beringela. Esta última é um exemplar periférico, pois tem baixa prototipicidade, estando na zona limite entre fruta e legume (ao lado do tomate, abobrinha, pepino, pimentão e até o chuchu, todos são frutos, germinando em hortaliças em que o fruto é a parte comestível).

Consoante a esse detalhe, acrescente-se a questão de conhecimento de mundo. As categorias, alerta Marcushi (2007, p. 98) “são constituídas pelos sujeitos em suas práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas. Assim, as categorias não são dadas nem naturais, mas constituídas discursivamente [a depender do espaço sociocultural]”. Um abacate, p. ex., no Brasil está na categoria fruta; já na Alemanha é um legume.

Assim, a categoria *accountability* é considerada prototípica, ou como discrimina Schedler, categoria “*primária*” prototípica, pois atua como ponto de referência cognitiva para os processos de classificação, reunindo todas as características que constituem a classe: todos os *atos*. Partindo dessa compreensão, emerge nossa ressalva (não uma recusa, mas uma restrição) à ideia de *atos* e de *formas parcelares de accountability*. Expliquemos essa questão em dois atos. O **primeiro** refere-se a questão de fundo, sua base wittgensteiniana, que também se faz presente em Dubnick.

Costa (2000), em artigo intitulado “Contribuições do marxismo para uma teoria crítica da linguagem”, destaca três críticas elaboradas por Ferruccio Rossi-Landi (1920-1985) – filósofo italiano autor da obra seminal *A linguagem como trabalho e como mercado – uma teoria da produção e da alienação linguísticas*. Partindo do princípio de que as palavras e as mensagens não gozam de existência própria em estado natural, Rossi-Landi concebe que elas são o resultado de uma produção do trabalho humano, *trabalho humano linguístico*.

Para Rossi-Landi (1985 *apud* Costa 2000), Wittgenstein está correto, ao criticar, em sua teoria da linguagem, o mito de que a linguagem se desenrola a partir de uma única pessoa. Todavia, mesmo concebendo a linguagem como pública, sua concepção de “jogo” abstrai o caráter social da linguagem, isto é, a dimensão constitutiva da totalidade das relações sociais. Em segundo,

[...] a noção wittgensteiniana de uso linguístico diz respeito a algo já produzido, portanto já existente: dada certa palavra, seu uso já é o seu significado. Está correto, mas não diz tudo a respeito da significação. Em primeiro lugar, escapa a Wittgenstein o aspecto ativo do usuário na significação. Isto é, falta a ele a noção de trabalho: os falantes não somente usam as palavras; em as usando, eles lançam mão do produto de um trabalho linguístico passado e efetuam trabalho novo sobre esse produto. Em segundo lugar, o autor alemão não percebe que os produtos da linguagem, quando jogados no mercado linguístico, se comportam uns em relação aos outros como objetos de valor cuja significação é disputada pelos usuários da língua. “Os instrumentos de que nos servimos para comunicar, ele os considera (...) como nos sendo dados, e, portanto, como ‘naturais’, uma espécie de riqueza da qual dispomos livremente” (Rossi-Landi, 1985:59). Em suma, trata-se de perceber que as palavras não possuem somente valor de uso, mas também, um valor de troca e é este que, em nossa sociedade, lhes determina a significação (Costa, 2000, p. 39-40).

Wittgenstein (2002a, 2002b), ao conceber a linguagem como uma ação comunicativa, em sua ideia de *jogos de linguagem*, parte da ilusão de que os sujeitos são livres e autônomos, capazes de agir e se comunicarem de forma igualitária e sem constrangimento externo. De modo diverso, concebemos que o ato de enunciação é condicionado por valores ideológicos, que se orientam conforme a posição de classe dos enunciadores. Isso nos leva à compreensão de que os sujeitos que participam da interação linguística no seio da sociedade de classes são seres assujeitados, como sujeitos ideológicos.

Portanto, como destaca (em terceiro argumento) Rossi-Landi (1985 *apud* Costa 2000), por mais que as críticas de Wittgenstein à concepção tradicional da linguagem denuncie uma *alienação linguística*, ela não toca no âmago da questão: as causas e os porquês sócio-históricos de tal fenômeno. Ao mesmo tempo que sua teoria é não-metafísica, ela sucumbe à concepção não-materialista, permanecendo no nível do idealismo:

O comportamento de Wittgenstein é – naturalmente, sob o aspecto puramente intelectual – contraditório até a insustentabilidade. Justamente por isso, no entanto, expressa – por assim dizer, com um gesto filosófico – algo extremamente importante e contraditório para a presente situação social: o pensamento (e, sobretudo, o sentimento) daqueles que não vislumbram saída da manipulação geral da vida pelo capitalismo atual, mas que são capazes de contrapor-lhe apenas um protesto antecipadamente impotente – o silêncio de Wittgenstein (Lukács, 2012b, v. 1, p. 79).

Sem a pretensão de tecermos análises sobre o *silêncio de Wittgenstein*, limitamo-nos, para dar sequência ao que nos interessa, ao modo como o filósofo do *Tractatus* empurra a reflexão ontológica para os braços de um pensamento ou para um tipo de mística do silêncio e

do *nonsense*, retendo em seu interior a contradição: por um lado, é uma espécie de protesto contra uma forma metafísica da linguagem – reduzida a um ideal que transcende a realidade, as condições sociais e históricas em que é utilizada; por outro, é um protesto impotente, marcado por uma renúncia ao enfrentamento da realidade capitalista. Isso tem impactos na teoria.

O afastamento metafísico da teoria de Wittgenstein encontra-se no abandono dos juízos de valor. Como assim? Se afirmamos que algo é bonito, nossa afirmação é verificável por sua constituição lógica, mas carente de verificação certa. Então, como podemos confirmar a veracidade da afirmação? Podemos desdobrar a defesa em vários argumentos, mas não há certeza no valor atribuído ao objeto, que está inserido em um espaço e tempo variáveis. Dessa forma, a “verdade” não chega a ser verdade propriamente dita; antes de ser verdade, é certeza.

E mesmo a certeza não me leva a conclusões absolutas. Portanto, não se trata mais da concepção de “verdade”, de uma verdade absoluta, mas antes de uma verdade constatável. Mas e a verdade? Bem, vejamos isso mais adiante. Dessa forma, encerramos o primeiro ato, para nos inserirmos no **segundo**, citando outro fragmento de Schedler (2008), no caso, um excerto de seu texto reescrito:

[As...] instâncias empíricas [dos conceitos radiais] podem carecer de um ou mais dos elementos que caracterizam a expressão plena ou “prototípica” do conceito. No caso que aqui nos interessa, a categoria prototípica de responsabilização acolhe as três dimensões de informação, justificação e sanção. Nas suas expressões empíricas, contudo, um destes três pode estar ausente. *Tal como o bolo de aniversário que reconhecemos como um bolo, mesmo que falte uma fatia, reconhecemos as práticas de responsabilização como tal, mesmo que falte uma das suas três “fatias” constituintes* (Schedler, 2008, p. 23, grifo nosso, tradução nossa).

Schedler (1999, p. 18), ao nos apresentar sua metáfora do bolo, visando explicar sua ideia de um conceito radial da *accountability*, é extremamente didático. Ele busca ilustrar, como já apresentamos anteriormente, que a ideia de *accountability* pode ser dissociada de suas dimensões centrais, sem necessariamente criar *subtipos diminuídos* de *accountability*. É essa tese que fundamenta os seu *atos de accountability* e, em certa medida, a *accountability parcelar* de Afonso (2009a; 2009b; 2010; 2012).

Entretanto, apesar de concordarmos com Schedler e Afonso, em relação à possibilidade de certas dimensões da *accountability* fazerem-se presentes ou não em dado contexto político-social e em um espaço-tempo distintos, não comungamos com o fundamento da tese: de que suas dimensões centrais podem ser “suprimidas”, sem criar subtipos (Figura 28). Caso venhamos a suprimir o controle, ou a informação ou até mesmo a responsabilidade, p. ex., não existirá *accountability*. Agora, certamente devemos ter a cautela

que os autores nos ensinam de não incorrer no erro de transformar uma descrição empírica, relativa a certas manifestações efetivas do mecanismo *accountability*, numa dedução lógica de caráter geral.

Figura 28 – Um bolo de *accountability*: recheio de controle



Fonte: Elaborada pelo autor.¹⁶⁸

Nota: Ao observarmos o bolo da *accountability*, a partir da metáfora de Schedler, somos instigados a tecer algumas ponderações: 1. Todos os ingredientes que compõem o bolo, estão presentes na fatia? Embora a fatia (a parte) não seja bolo (o todo), ela contém os mesmos ingredientes, suas proporções é que serão diferentes. Aqui, há um problema: a informação que compõe o mecanismo *accountability*, não tem a mesma abrangência que a informação no catálogo da mercearia. O que as torna diferentes, sendo que ambas são informações. Por isso, no bolo da *accountability* não há uma fatia de informação, pois quando este elemento entra no conjunto que compõe a *accountability*, na inter-relação e interação das partes entre si e com o todo, a informação é modificada. Foi isso que expomos no Capítulo III de nossa tese e na introdução deste Capítulo; 2. Não é a abstração arbitrária do bolo que gera o bolo concreto, mas é o bolo concreto (existência real) que gera a abstração bolo; 3. Só temos a noção que $\frac{3}{4}$ de um bolo (sua parte), representa uma ideia de bolo, porque conhecíamos a totalidade do bolo; 4. Existe uma certeza e uma verdade absoluta no bolo, aquilo que compõe sua essência, diferenciando o bolo de chocolate da torta de maçã.

Isso significa compreender a relação do singular (enquanto particular) ao geral e ao universal da coisa. Para existir *accountability*, faz-se necessário haver controle. O ente submetido ao controle deve “aceitar” ser responsável por algo (ou seremos obrigados a prestar contas por aquilo que não somos responsáveis?). Ademais, como poderemos julgar, avaliar etc. qualquer processo de *accountability* se não existe a informação a ser analisada? Ora, o juízo de valor é inerente à *accountability*, ou seja, ele existe para ratificar o *controle* por meio da avaliação.

A fórmula de Schedler e de Afonso, todavia, tem o mérito de possibilitar o estudo

¹⁶⁸ Imagem (bolo) copiada de *Tudo Gostoso*. Disponível em: <https://www.tudogostoso.com.br/noticias/recheios-para-bolo-de-chocolate-a4592.htm>. Acesso em: 12 mar. 2022.

da *accountability*, considerando a inter-relação e interação entre a quantidade e a qualidade dos elementos (dimensões, pilares), enquanto graus do desenvolvimento do conhecimento social, que compõe o conceito.

Por isso, se existe ou não um rinoceronte (analogicamente à *accountability*) na sala, cabe ao pesquisador examinar e chegar à verdade da coisa – verdade que existe, verdade que não é uma simples certeza, é uma verdade afirmada na própria práxis dos sujeitos históricos. Desvelar as relações sociais que estão colocando, retirando ou mascarando o rinoceronte, é como entender porque determinados *atos* ou *parcelas* da *accountability* estão presentes ou ausentes em dado contexto.

Sobretudo porque, para Schedler (1999, 2008), o conceito radial deve ser provido de clareza, daí, faz-se necessário para sua correta compreensão, que ele atenda aos critérios, que ele tenha: *natureza definida*, processo pelo qual os detentores de poder são responsabilizados por suas ações; *pilares específicos*, como informação, justificativa e responsabilização; uma modéstia relativa, em relação às expectativas que as pessoas têm dela; caráter público, em que as pessoas possam avaliar as informações e as justificativas fornecidas pelos detentores de poder; reconhecer-se na natureza multifacetada, em termos de suas diferentes dimensões e formas; atentar à complementaridade dos controles vertical (exercidos pela sociedade civil sobre o Estado) e horizontal (exercidos entre as agências do Estado); adotar a recursividade intransitiva, em que cada nível de controle pode ser responsabilizado pelo nível inferior e, ao mesmo tempo, responsabilizar o nível superior.

Amparados em Cheptulin (2004) e em Kosik (2002), conforme expomos de modo exaustivo no Capítulo III, devemos distinguir no conceito de *accountability*, na relação todo-parte e parte-todo, aquilo que lhe é necessário e o que é contingente, o fundamental e o não-fundamental da coisa. Desse modo, identificar o que constitui sua *essência* (e aqui fica claro que não somos wittgensteinianos), o seu núcleo duro, ou seja, aquilo que torna *accountability* o que ela é – a coisa em si. Do contrário, cairemos no limbo das aporias. Com isso, inevitavelmente, nos distanciamos da ideia de Schedler, de que a *accountability não é um conceito clássico*.

O risco das categorias primárias prototípicas apresentadas por Schedler é criar uma fronteira demasiadamente tênue – condições limítrofes – entre *accountability* e *prestação de contas*, p. ex., ao ponto de gerar mistificações, mascarar as questões ideológicas por meio de uma denúncia da *alienação linguística* – questionando se há ou não um rinoceronte na sala – mas sem desvelar a realidade, antes cifrá-la duplamente – mantendo uma venda nos olhos, incapaz de ver e examinar o elefante por inteiro.

O que defendemos, ou melhor, ponderamos, não é enquadrar a *accountability* em esquemas acadêmicos rígidos, mas compreender sua natureza, desmistificando os processos de alienação linguística que nos lançam nas aporias conceituais da *accountability*, tornando-a um instrumento contra a classe trabalhadora, ao mesmo tempo que é apresentada (decantada) como instrumento em prol da classe trabalhadora.

O debate aqui analisado não é centrado na polissemia da *accountability*, como um *introito* – aquela oração que o padre rezava ou o coro cantava no início da missa –, algo quase unânime nos trabalhos, destacando a dificuldade de delimitação conceitual. Antes, buscamos superar a vagueza conceitual pós-moderna, bem como o equívoco ou armadilha teórica por trás da dita “natureza” *camaleônica* da *accountability*. Isto é, imaginar que a *accountability* se adapta a distintos *habitats*, em virtude de sua definição conceitual permanecer indescritível.

Essa suposta qualidade camaleônica é atribuída, portanto, a *accountability* à vista de seu significado variar, a depender de quem a manuseia e conforme o contexto (Bovens, 2005; Day; Klein, 1987; Sinclair, 1995). Em função disso, é necessário compreender *o valor* que a utilização/manuseio de conceitos representa/significa para quem os utiliza, mais do que saber tão somente o impacto *contra quem* é utilizado. Então, é necessário perceber as escaramuças camaleônicas que associam uma ideia/conceito a outras ideias/conceitos que, de algum modo, interessam a um projeto de poder.

Sinclair (1995), em “A *accountability* camaleônica: formas e discursos” (tradução nossa), referenciado em Robert A. Dahl ¹⁶⁹, observou “sobre as compreensões de poder, [que] a *accountability* parece residir em um ‘pântano sem fundo’, onde quanto mais definitivo tentamos tornar o conceito, mais obscuro ele se torna” (p. 221). O problema, destacado por Sinclair, a quase três décadas, permanece: será que o *camaleão* ainda tem mudado de cor, ou sua adaptação se deve ao fato de estar cada vez mais associado ao termo *prestação de contas*?

De fato, essa coisa semelhante a um *camaleão* – nas palavras de Sinclair (1995), um “*camaleão-like*” – tem sido marcado pela dificuldade de sua definição. O que nos intriga é como um conceito com tantos problemas para sua conceituação se torna tão importante na era neoliberal. Talvez porque a transparência e a democracia, princípios a ela atribuídos sejam enganosos. Por isso, devemos insistir em nossa ponderação: *é necessário compreender o valor que a utilização/manuseio de conceitos representa/significa para quem os utiliza.*

O uso que se faz da *accountability* – e sua vinculação a outros conceitos, muitos

¹⁶⁹ O trabalho em questão de Robert A. Dahl é “The Concept of Power, Behavioral Science”, publicado em 1957.

progressistas ou democráticos – é o jogo de um sutil *mimetismo* de esconde-esconde, claro e escuro, esconde e aparece. Por traz do jogo das cifras dobradas – temos que decifrar a *accountability* e os conceitos a ela associados, num vórtice sem fim – está o capital, com suas ideologias. O quadro mimético que se apresenta é o de um conceito que chancela o *modus operandi* de governos, organizações, em uma espécie de *standardização moral*.

Devemos, portanto, compreender a prolixa teia discursiva sobre a *accountability*, o que há do outro lado do espelho, qual a outra face desse *retrato de Dorian Grey* neoliberal, que tem decorado (no jogo de aparece e esconde) os mais distintos ambientes, sendo utilizado na formulação das políticas públicas educacionais brasileiras, justificando ideologicamente os processos de homogeneização e seus valores: empregabilidade, eficiência, performance etc., mobilizando a inclusão dos sujeitos excluídos, que estão fora da ordem.

No mimetismo da *accountability* o que se processa não é uma simples *adaptação*, uma *variação de cor* (conceitos), mas uma *práxis utilitária*, que mistifica a realidade por meio de discursos camaleônicos (disfarce, camuflagens), com seus modelos pragmáticos, técnico-burocráticos de inspiração burguesa, gerando a ilusão da: autonomia, competência, cidadania, compromisso social, direito formal etc.

Os camaleões, esses *mestres do disfarce*, possuem dentre as particularidades da espécie, a capacidade de mudança de cor (aparência), mudança de caráter fisiológico (funções orgânicas de um organismo ou processos que mantêm o ser vivo) e ocorre quando células de pigmento se deslocam sob sua pele, alterando sua fisionomia (sem destruir sua *essência* – preservando seu fundamento, ser camaleão).

A razão da mudança ocorre por *estímulos externos*, *principalmente estímulo de defesa*. O intrigante é que a mudança de cor se dá, como explicam Pough, Janis e Heiser (2013), *sem uma atuação consciente e racional* do animal. Além disso, explicam os autores, sua característica estética é fundamental na *corte* – o cortejo sexual, o momento mais apto para o acasalamento. É no período em que os desejos/instintos de cópula estão aflorados que o camaleão muda sua aparência, apresentando uma maior variação de cores. Por um *dimorfismo sexual*, intensificando algumas cores, o animal macho atrai a fêmea para seu ato reprodutor.

Contudo, ainda assim, o camaleão jamais deixa de observar seu *habitat*, nem no seu momento de relação sexual, afinal o camaleão possui outra característica anatômica que lhe é fundamental para garantir sua sobrevivência: seus olhos conseguem girar, de forma independente entre si, em até 360° – como um vigia no panóptico que tudo vê, “sem ser visto”. Como esclarecem Junior e Sasson (2005), as imagens simultaneamente capturadas pelos olhos são processadas pelo cérebro do camaleão, ampliando sua capacidade visual, com

isso, eles monitoram se há predadores (inimigos) com um dos olhos e, enquanto isso, o outro olho acompanha sua presa.

Se popularmente comparar um indivíduo a um camaleão é atribuir-lhe a peja de sujeito que muda o tempo todo, mudando sua personalidade e seu comportamento, a associação dessa comparação de forma automática à *accountability*, um conceito, um termo científico, usado na formulação de políticas públicas, deve ser analisado adequadamente. Não se trata de uma mera adaptação, mas de uma mistificação. O conceito é manipulado, aproveitando-se de seu próprio estágio de desenvolvimento, para no *caos* – o não reconhecimento (*abstrato-vazio*) – gerar novas formas de controle e consenso.

O que assistimos na distopia pós-moderna, em que tudo é fluido, em que a verdade se converte em certeza (não há verdade, tudo é relativo), um conceito camaleônico impacta a própria sociabilidade. Submetidos ao panóptico do observador que tudo vê, esse objeto, coisa, processo, fenômeno (no sentido de coisa) sempre se disfarça, para impedir que os indivíduos consigam enxergá-lo. Com sua capacidade cognitiva prejudicada, os indivíduos são instados ao automonitoramento, à capacidade do ser de monitorar e de modificar seu comportamento.

Uma vez enquadrado, ajustado, adaptado aos valores, normas e princípios ditados pela sociabilidade do capital, o indivíduo é inserido no *reino encantado*. Assim, ele se torna um *ator*, moldando-se de acordo com o ambiente social, um ser, cuja imagem especular não revela sua face, a semelhança da pintura de René Magritte, ele manipula uma *máscara sem rosto*, que nem mesmo ele conhece – ou estaria refletindo a imagem da serpente?

É nesse sentido, diante da metáfora do camaleão, que mostra escondendo, que fica evidente a necessidade de compreender a *accountability* de modo não fragmentado, abordar o conceito, considerando a relação todo-parte e parte-todo, do global para o local e do local para o global, caso contrário, permaneceremos até meados do século XXII *olhando* o experimento de *Schrödinger* e nos perguntando diante do (não tão) óbvio: será que o gato está morto?

8.2 *Accountability* na caixa: o gato de Schrödinger sorri para Alice

No alvorecer do século XX, no frenesi da *Teoria da Relatividade de Einstein*, a física quântica ainda engatinhava, e diferentes cientistas elaboravam distintas teorias a seu respeito. Com frequência, as perspectivas divergentes se chocavam, resultando em calorosos debates. Foi nesse contexto que surgiu, nas escolas de Copenhague/Dinamarca, a ideia de *superposição de estados*, a premissa que afirma: um sistema físico – como elétrons e fótons

(os menores corpos do universo) –, existe parcialmente em todos os estados possíveis, antes de ser medido. Contudo, quando observado, o sistema se mostra em um único estado.

De acordo com esse conceito, p. ex., o elétron pode se encontrar, simultaneamente, em um estado tanto de partícula quanto no estado de onda, ou seja, em uma superposição de estados. Todavia, no ato de tentarmos observar (medir) o que está acontecendo, o elétron é forçado a se mostrar – ou só como partícula, ou só como onda. Logo, qualquer interação do observador resulta no colapso do sistema.

Em 1935, o físico teórico Erwin Schrödinger (1887-1961, Áustria), considerando essa ideia absurda, resolveu mostrar ao mundo a hipótese do *gato de Schrödinger*. Imagine um gato em uma caixa totalmente selada e junto dele, no interior do invólucro, um composto químico – p. ex., uma fonte de radiação – que pode matá-lo em até uma hora. Transcorrido esse tempo, de acordo com Schrödinger, o gato se encontraria em um estado de superposição: ao mesmo tempo vivo e morto. De acordo com ele, como o bichano estaria isolado, sem a possibilidade de ser observado, não seria possível ter certeza sobre seu estado, até que alguém forçasse o colapso da superposição, abrindo a caixa, e verificando se o gato estaria vivo ou morto.

Contudo, hodiernamente, a física quântica, a despeito de Schrödinger, parece ter comprovado, *matematicamente*, que corpos de tamanhos menores que um átomo possuem a característica da *superposição de estados*. Os professores e cientistas Jeff Tollaksen, no ano de 2010, Yakir Aharonov, em 2014, e Chen Wang, em 2016, por meio de uma evolução da teoria quântica, argumentaram que um gato imaginário (um abstração matemática) pode estar vivo e morto ao mesmo tempo, em dois locais diferentes, basta para isso termos uma outra caixa: é o *Gato de Chesire quântico*.

Valendo-nos dessa última hipótese, em um recurso linguístico-discursivo, eis que nos deparamos com aquele personagem de Alice no *País das Maravilhas* (Carroll, 2009, 2019). Em primeiro lugar, o *Gato de Chesire* é um bicho falante que *vive sorrindo* e tem a capacidade de *desaparecer* à vontade, podendo sumir completa ou parcialmente de acordo com o que deseja. No geral, o *Gato* – que tende a fazer somente o que quer – é aficionado por Alice, ajudando-a em vários momentos a se livrar de muitos problemas.

Simbolicamente, o *Gato de Chesire* personifica o próprio misticismo, o mistério, a *mão invisível* que orienta a heroína de Carroll em suas jornadas, muitas vezes impulsionando Alice em direção ao perigo, por suas frases misteriosas e enigmáticas. Para nós, ele representa a *accountability*, com suas contradições: sempre sorrindo, enigmático e dialético em suas “falas” – podendo nos auxiliar a escapar de grandes perigos ou nos conduzir em sua direção.

Contudo, em especial, nosso *Gato de Chesire da accountability*, com sua capacidade de aparecer e desaparecer, revela-se com uma capacidade de *superposição de estados*. Assim, quando dele nos aproximamos para observá-lo (medi-lo), ele muda seu estado. O desafio é compreender o que muda e o que permanece, a aparência e a essência, o não-fundamental e o fundamental da coisa, entendendo como esse movimento (processo) ocorre. Ademais, como o meio e/ou o pesquisador afeta essa transformação.

Volante (2007, p. 7, tradução nossa) nos auxilia a entender essa questão: alguns anos antes do *Fórum Mundial em Incheon*, “[no] início do século XXI [já] ficou claro que a aplicação de sistemas de responsabilização era uma das tendências mais poderosas na política educacional”. A disseminação da *accountability* foi resultado de colapsos de superposição da coisa, mas ligada à cinco tendências políticas e sociais: a massificação do ensino fundamental, marketing, descentralização da gestão educacional, padronização e complexificação dos registros documentais (relatórios, pareceres etc.) (Unesco, 2017).

Na *Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação 2030*, acordada no *Fórum Mundial da Educação 2015*, em Incheon/Coreia do Sul, a Unesco e o BM, dentre outras organizações signatárias do documento, manifestaram as seguintes diretrizes:

12. Reafirmamos que a *responsibility* fundamental pela implementação bem-sucedida dessa agenda cabe aos governos. Estamos decididos a estabelecer estruturas legais e políticas que promovam *accountability* e transparência, bem como governança participativa e parcerias coordenadas em todos os níveis e entre setores, e defender o direito à participação de todas as partes interessadas [*stakeholders*] (Unesco, 2015, p. 69, tradução nossa).

e

18. Resolvemos desenvolver sistemas nacionais abrangentes de monitoramento e *evaluation systems*, a fim de gerar evidências sólidas para a formulação de políticas e o gerenciamento dos sistemas educacionais, além de garantir a *accountability*. Solicitamos ainda aos co-organizadores e parceiros do WEF [*World Education Forum*] 2015 que apoiem o desenvolvimento de capacidade na coleta, análise e relatório de dados em nível nacional [...] (Unesco, 2015, p. 70, tradução nossa).

A *accountability* no campo educacional avançou de modo significativo, a nível global, com os estímulos da *Conferência de Educação para Todos* (Jomtien/Tailândia, 1990), financiada pela Unesco, Unicef, BM e PNUD¹⁷⁰, na qual os 155 países signatários firmaram a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Satisfação das necessidades básicas de Aprendizagem”, comprometendo-se a universalizar e a assegurar uma educação básica de qualidade, atendendo às demandas da pluralidade, da diversidade e da flexibilidade.

No entendimento dos ideólogos e dos signatários da Declaração “[...] a educação

¹⁷⁰ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional” (Unesco, 1990, p. 3).

Ainda que a discussão envolvendo a *accountability* e o regime ou a *governança não democrática* seja em si mesma interessante – a de se pensar na ideologia mistificadora presente nesse truque retórico, que faz com que a *accountability* se movimente em cenários políticos diversos –, não é essa a questão que nos interessa mais de perto. O que importa no momento é salientar três aspectos: **primeiro**, as práticas de *accountability* não significam alinhamento automático com a governança democrática ou com o neoliberalismo; **segundo**, o gerencialismo se caracteriza por “um pluralismo organizacional sob bases pós-burocráticas vinculadas aos padrões históricos (institucionais e culturais) de cada nação” (Abrucio, 1997, p. 28); **terceiro**, nas unidades e sistemas escolares as novas práticas de *accountability* mascaram o poder (Webb, 2008).

Em vista disso, evidencia-se que não é explícito/pragmático como devemos lidar com as tessituras conceituais e as prescrições (leis, regulamentos, regras, códigos ou *acordos de obrigações mútuas*)¹⁷¹ frequentemente conflitantes da *accountability* (Dubnick; Yang, 2010), que abrangem suas dimensões e funções. Há um processo de colonização no interior da *accountability*, a partir de um viés instrumental e muitas vezes minimalista, que disciplina seu uso teórico-analítico, avaliativo-normativo e empírico às perspectivas da governança e NPM, resultando em novas *formas de controle* capazes de manter o projeto hegemônico neoliberal.

Esse processo de prestar contas remete a três características primevas:

[A *accountability* ...] é *externa*, no sentido de que a prestação de contas é feita a alguma outra pessoa ou órgão externo à pessoa ou órgão responsável; *envolve interação e troca social*, entre, de um lado, aquele que pede contas, busca respostas e retificação, e, do outro lado, aquele que é responsabilizado, responde e aceita sanções; *implica direitos de autoridade*, na medida em que aqueles que pedem uma prestação de contas afirmam direitos de autoridade superior sobre aqueles que são responsáveis, incluindo o direito de exigir respostas e impor sanções (Mulgan, 2000, p. 555, tradução nossa).¹⁷²

¹⁷¹ A *accountability*, concebida como incompleta sem a existência de retificação efetiva ou sanção aos infratores/transgressores, deve ter os meios de impor as responsabilidades assumidas na forma de leis, regulamentos, regras ou códigos. Todavia, como destaca Behn (2001), para haver responsabilidade perante os cidadãos, faz-se necessário um pacto de responsabilidade mútua e coletiva, transcendente ao pacto documental, pois é um compromisso ético. A *accountability* envolve, portanto, em uma ordem democrática, obrigações voluntariamente aceitas, não punições impostas, por isso, a relação é mutual – é um senso pessoal de dever para com os outros.

¹⁷² Para Mulgan (2000, p. 555, tradução nossa) “A inclusão de sanções no cerne da *accountability* é contestável, com o fundamento de que pode parecer ir além da noção de 'prestar contas' [‘giving an account’]. Por outro lado, 'pedir contas' [‘calling to account’], como comumente entendido, parece incompleto sem um processo de retificação”.

Com as mudanças sofridas no conteúdo do conceito da *accountability* no espaço-tempo, suas formas mais recentes têm sido encaradas com uma “prática social com objetivos específicos, definido por relações distintas e procedimentos avaliativos” (Ranson, 2003, p. 462, tradução nossa), ou seja, a *accountability* mudou. Entretanto a despeito das mudanças conceituais, existe um padrão norteando essa expansão da *accountability*, mesmo que esteja resultando em preocupações divergentes de seu sentido original (escrutínio externo, justificação, sanções¹⁷³ e controle), acrescentando-lhe outras propriedades.¹⁷⁴

Eis que, pelo conjunto exposto ao longo de toda a nossa tese, os conceitos de *accountability* e de controle estão intimamente ligados uns aos outros. O próprio Mulgan (2000) associa a *accountability* ao controle, afirmando que muitas vezes é até reconhecido como sendo parte do controle. Não obstante, os dois termos pareçam intercambiáveis, há uma clara distinção entre os dois (Busuioc, 2009). O controle é mais amplo do que a *accountability*. O controle compreende *ex-ante*, mecanismos simultâneos, enquanto a *accountability* ocorre unicamente *ex-post*, em relação ao controle (Christensen; Laegreid, 2011; Scott, 2000).

Quando se considera as diferenças entre os dois conceitos, um aspecto se torna pulsante: controle e a autonomia são incompatíveis, enquanto à *accountability* é atribuída uma relação com a autonomia – a discussão é o alcance dessa autonomia diante do controle exercido pela *accountability*. Outro fato que deve ser lembrado, como já trabalhado no Capítulo III, é, embora os mecanismos de *accountability* sejam uma espécie de mecanismo de controle, o inverso não é verdadeiro (Busuioc, 2009).

Muito embora, concordemos com essa interpretação do autor, sua argumentação de que ignorar a diferença entre os conceitos de controle e *accountability* pode levar a “uma situação sem sentido em que a independência é dada com uma mão e removida com a outra” (Busuioc, 2009, p. 10), desconsidera os aspectos ideológicos que atravessam a *accountability*, que resultam justamente na ação de dar com uma mão e remover com outra.

Considerando uma relação entre um *fórum* e um *ator*, a *accountability* é entendida

¹⁷³ A *accountability* é incompleta sem a existência de retificação efetiva ou sanção, para tanto deve ter os meios de impor as responsabilizações diante da responsabilidade assumida – na forma de leis, regulamentos, regras ou códigos.

¹⁷⁴ Dentre essas preocupações podemos citar as tensões envolvendo os conceitos *accountability* e *responsibility* (responsabilidade), sobretudo a partir do debate acadêmico travado no âmbito da administração pública entre Carl Friedrich e Herman Finer, ocorrido nos Estados Unidos no início do século XX. Na arena acadêmica estava, de um lado, Friedrich, enfático defensor da *responsibility* interna, com seus padrões e valores profissionais; do outro lado, Finer, afirmando a primazia da *responsibility* para a direção política externa. (Jackson, 2009; Mulgan, 2000).

como um mecanismo que solicita uma prestação de contas ao ente responsável. Com isso, as informações uma vez tendo sido apresentadas, são passíveis de discussão, logo, são objeto de uma avaliação e de uma responsabilização, com possíveis sanções para concluir o processo (Bovens, 2007a), seja a pedido do *fórum* ou por iniciativa do *ator*.

É importante observar um aspecto essencial dessa inter-relação e interação: o controle envolve uma relação *principal-agente*, enquanto a relação de *accountability* é de um *fórum* e de um *ator* (Busuioc, 2009). Por esta sutil diferença, a *accountability* é procurada pelo *fórum*, pois esta relação lhe possibilita ficar longe de formas de controle que restringiriam severamente a autonomia do ator. Assim, ao optar pela *accountability*, em vez do puro controle, o *fórum* permite ao ator assumir o co-controle, uma independência suficiente.

Ora, nosso *Gato de Chesire* pode ser formal ou informal e opera de diferentes maneiras a depender do contexto, utilizando processos ou ferramentas. Principalmente, pelo fato de que a *accountability* não se restringe a uma questão de *ser respondível (answerable)* (Salminen; Lehto, 2012). Trata-se de um processo contínuo que envolve: antecipação, identificação, definição e resposta a pressões que podem levar a ações (Halligan, 2007; Willems; Van Dooren, 2011).

Um aspecto fundamental a ser considerado na *práxis* da *accountability*, amparado no seu próprio desenvolvimento, é que se na década de 1970 – momento marcado por um de seus saltos teórico-práticos –, ela estava preocupada com *processos e insumos* (Heinrich, 2003), no avançar do século XXI, é focada em *desempenho e resultados mensuráveis* (Hart; Wille, 2006). Com isso, gestores ampliam seu espaço discricionário, ao mesmo tempo que se tornam mais responsáveis pelos resultados (Ossege, 2012).

Schedler (1999) está correto, ao destacar as dimensões *resposta (answerability)* e *aplicação (enforcement)*, a capacidade de sancionar ou recompensar, da *accountability*. O que está envolto aqui é a capacidade de ação, de responder a alguém, e por outro lado, ter alguém respondendo a si mesmo. Para Schedler (2008), a *accountability* origina-se da assimetria de informações entre quem delega o poder (cidadão) e quem o recebe (servidor público), estando circunscrita ao âmbito da responsabilidade pública, em dois sentidos: a) *answerability* – a obrigação dos agentes de informar e de justificar ao público sobre suas atividades; b) *enforcement* – a capacidade das agências de controle de fazer cumprir a lei e aplicar sanções.

Afonso (2009c, p. 59) acrescenta à noção de Schedler a perspectiva da avaliação, tida como: “recolha e tratamento de informações e dados diversos [...] no sentido de produzir juízos de valor sobre uma determinada realidade ou situação [...]”, podendo ser *ex-ante* (anteceder a prestação de contas) ou *ex-post* (entre a fase da prestação de contas e a fase da

responsabilização); “ou pode, ainda, ela própria, desenvolver-se autonomamente através de estudos ou relatórios elaborados por entidades internas e/ou externas, assumindo-se assim como instrumento estruturante da prestação de contas” (p. 59-60).

Para alguns estudiosos as dimensões de Schedler são restritivas, em razão disso, Koppell (2005) ampliou esse número para cinco dimensões, compreendendo: transparência, *responsibility*, *liability*, *controllability* e *responsiveness*.

Em relação a *responsibility*, essa diz respeito ao cumprimento da lei, ou melhor, às leis; *liability*, é tomada a partir do ângulo das consequências e da forma como a organização ou indivíduo aceitou os efeitos posteriores de seu desempenho; *controllability*, o fundamento da *accountability*, refere-se ao sentido de ser possível ou fácil de controlar; A *responsiveness*, diz respeito à abertura da relação, não às esferas superiores, mas ao público, aos beneficiários da tarefa realizada pelo indivíduo ou pela organização (Koppell, 2005; Mulgan, 2000).

Mesmo ampliando o alcance das dimensões da *accountability*, a concepção de Koppell (2005) não escapou das críticas, sendo considerada, assim como as de Schedler (1999), com falhas em suas considerações do contexto, restritas à teoria da agência. Superando essa visão, Bovens (2007a) concebeu a noção de “fórum”. O grande salto promovido por Bovens foi perceber que concluir uma tarefa, de modo a atender às expectativas do solicitante, não é mais suficiente: Além da tarefa, o ator deve agora ser responsável (*accountable*).

Essa perspectiva soma-se à ideia já apresentada por Mulgan (2000), da existência de uma dimensão do diálogo, ou seja, a discussão pública na noção de *accountability*. Talvez o maior impacto desses saltos, na espiral da *accountability*, foi o entendimento de que a *accountability* não é necessariamente imposta à força (coerção), mas também pode ser tomada de forma proativa e tática (consenso) – como previsto por Kearns (1994). O efeito imediato dessa forma de pensar a *accountability* é seu impacto sobre a amplitude do controle: saber se a possibilidade de sanções (por uma responsabilidade – *liability*) é um elemento constitutivo da *accountability*.

O outro efeito desses saltos está ligado às assimetrias de poder. Conforme Barberis (1998), a *accountability* pode ser classificada: (a) pela natureza do fórum; (b) pela natureza do ator; (c) pela natureza da conduta; (d) pela natureza da obrigação. Em vista disso, as questões relativas à *accountability* podem ser divididas em cinco eixos de análise: (i) quem é responsável (*accountable*); (ii) por quem, (iii) para quem, (iv) através de quais mecanismos e (v) que tipo de resultado são esperados?

Um terceiro efeito que esses saltos provocaram, é a distorção da linha do tempo da *accountability*. Esta não pode ser mais pensada com base em um pedido de informações de um *fórum*, mas proativamente – como ser *accountable* – por meio de *processos estratégicos e táticos*, permitindo que os atores demonstrem conduta virtuosa e realizem a tarefa de forma ideal, ou pelo menos de acordo com as normas esperadas. Os atores – internalizando o *ethos* (o caráter moral) e o *telos* (finalidade) – passam a desempenhar um papel muito mais central na *accountability*. Se no passado, o indivíduo era apenas um agente, hoje, eles respondem à sociedade; não apenas na realização de tarefas ou resultados alcançados por certos indicadores de desempenho predefinidos, mas se o ator cumpriu de forma proativa, performática, rigorosa a ação.

Isso nos leva, em consonância com Ebrahim (2003), a estabelecer duas categorias iniciais (centrais) para a *práxis accountability*: *ferramentas e processos*, em um modelo que pode ser reativo ou proativo.

- As ferramentas são dispositivos (do latim *dispositus*, “disposto”) ou técnicas (*techné*) utilizadas para alcançar a *accountability*. São instrumentos usados em um curto período, sendo documentados (p. ex., relatórios e avaliação de desempenho) de forma tangível e podem ser repetidos e replicados. Os relatórios, lembremos, tem um caráter predominantemente vertical – externa ou interna; já em relação a avaliação de desempenho, o debate centra-se na forma que ele é medido.
- Os processos são geralmente mais amplos e variados, embora sejam menos tangíveis e permaneçam limitados no tempo. Ebrahim (2003) distingue três eixos processuais: (a) participação, (b) autorregulação e (c) auditoria social. Sendo que, o autor subdivide a *participação* em quatro níveis: (i) informações disponibilizadas ao público; (ii) envolvimento nas atividades relacionadas às tarefas; (iii) exercício do poder de decisão sobre a forma como as tarefas são conduzidas; (iv) livre-iniciativa em prol da tarefa em questão. O termo *autorregulação* abrange processos espontâneos, refere-se aos esforços realizados pelos atores para atingir padrões de desempenho ou códigos comportamentais. Por fim, a *auditoria social* é um processo de “investigação”/ análise, pelo qual a organização avalia, relata e melhora seu desempenho social e sua conduta ética.

Diante do conjunto exposto, é evidente que o raio de alcance da *accountability* foi sensivelmente expandido, principalmente, em razão do caráter de *virtude* ao qual ela se liga

na *Era Gerencial*. Os atores não são mais julgados apenas pelo conteúdo da *accountability*, mas pelos mecanismos que utilizam e pela maneira como os utilizam. Eles são, agora, partes integrantes da própria *accountability*, o que sugere que ela tem se tornado um fim em si mesma: um mecanismo de controle e um dispositivo de legitimação.

8.2.1 O nó górdio da *accountability*: mecanismo de controle e dispositivo de legitimação – antípodas solidárias

Mészáros (2014a) identifica três posições ideológicas em relação à compreensão da ordem social vigente: na primeira, temos a formulação de ideias, valores e comportamentos sociais que sustentam (apoiam) de forma acrítica, justificam e naturalizam a ordem estabelecida como um horizonte absoluto; na segunda, as proposições têm um caráter mais dogmático, redundando em uma crítica abstrata, viciada nas contradições de sua posição social e na superficialidade, porquanto seja parcial e se baseie no desconhecimento do que se quer criticar; por fim, na terceira, contrapondo-se às anteriores (questionando a viabilidade histórica da sociedade de classes), propõe uma intervenção prática consciente que resulte na superação de todas as formas de antagonismos de classe.

A radicalidade dialética dominação-resistência que emerge desse cenário, faz-nos refletir sobre a dinâmica das múltiplas determinações que contingenciam as possibilidades do uso da *accountability*. Dessa forma, impõe-se uma análise crítica do lugar da *accountability*, mergulhada em relações socioeconômicas desiguais, tal qual, de poder e articulada a duas dimensões no processo de exigência do *prestar contas*: a desconfiança (sua ligação com a ideologia – enquanto *falsa consciência*) e a autoconfiança (sua ligação com a *práxis* social dos sujeitos no desvelamento das estruturas sociais de seu tempo histórico), conferindo-lhe um inexorável papel político na construção de sua intencionalidade.

Em um sentido, a *accountability* é um fator negativo, um mecanismo que dificulta o avanço social, devido (em grande parte) às assimetrias de poder, em razão de seus processos de controle, de prestação de contas, de responsabilização e de avaliação. Por outro, ela é um mecanismo que *envolve interação e troca social* (as partes respondem e aceitam sanções), contribuindo para limitar o abuso de poder. Com isso, auxilia na responsabilização (incluindo a imposição de sanções) de indivíduo ou órgão ao qual a sociedade, p. ex. (*exercendo seus direitos de autoridade superior*) pede uma prestação de contas (Mulgan, 2000). Isso permite aos subalternos se moverem nas frestas do poder, utilizando a *accountability* para frear (mesmo que de forma limitada) as aspirações de controle absoluto por parte dos grupos

hegemônicos.

Sem embargo, reportando-nos a Mészáros (2013, p. 8), devemos alertar que, “[...] a posição das ideologias conflitantes é [...] *assimétrica*. As ideologias críticas, que procuram negar a ordem estabelecida, não podem sequer mistificar seus adversários, [...] o poder de mistificação sobre o adversário é privilégio exclusivo da ideologia dominante”.

Enquanto uma expressão ideológica de classes e/ou grupos sociais diametralmente opostos, a *accountability* aparece como o efeito de uma inversão, em virtude da maneira como sua constituição se efetiva na prática, produzindo um *quid pro quo* (significa *tomar uma coisa por outra*). *Quid pro quo*, que se estende à contradição dominação-resistência na sociedade capitalista, tem o seu berço na ação de *prestar contas*, a qual, embora sendo a origem e causa da *accountability*, é distorcida e reduzida (aqui opera-se uma mistificação) ao efeito (controle) do seu efeito (responsabilização). Com isso, temos que ao invés dos subalternos controlarem (efeito – responsabilização) os processos de prestação de contas e responsabilização, são eles que são controlados (efeito – controle em seu poder de responsabilizar).

Lançando mão do diagnóstico marxiano do fetiche da mercadoria, temos que, nesse processo, escamoteia-se o fato de *algo a favor* das classes hegemônicas (nas relações sociais tecidas) sofrer uma inversão, passando a ser apresentada como algo a favor dos subalternos. De mecanismo concebido para fiscalizar e exigir informações no ato de prestar contas, controlando as possibilidades de resistências ao poder do Estado, a *accountability* é propalada como freio aos atos/ações prejudiciais à sociedade, mascarando-se seu uso como meio para a manutenção da lógica produtiva do capital.

Temos, portanto, que a efetivação da *accountability*, marcada por contradições, está imersa em dilemas éticos, pois a mesma *accountability* que exige a construção do *eu moral e responsável*, em que o *ser responsável* deve dar conta de si mesmo e de suas atividades, secundariza as questões morais e éticas (Mckernan, 2012). O indivíduo é instado a conformar-se aos valores hegemônicos e não aos princípios morais de sua consciência, refletindo a contradição da própria operacionalização da *accountability*. Ou seja, de mecanismo com uma ação heurística moralmente direcionada, que auxilia a análise de realidades confusas, localizando déficits de informação e incapacidade de correção (Brandsma; Schillemans, 2012) a uma prática tecnocrática (Roberts, 2009).

Diante desse quadro, temos que a *accountability* mistificada é uma tecnologia social, dos séculos XX-XXI, de manipulação de intervenções tecnocráticas, a favor da reprodução do *status quo*. Assim, por meio das falsas premissas da *accountability fetichizada* (Derthick; Dunn, 2009), somos arrastados para um *quid pro quo*: o uso da *accountability*

como um mecanismo em prol dos subalternos, diante da contradição dominação-resistência na ordem neoliberal.

Sem considerar as contradições que se instalam em relações desiguais, sejam socioeconômicas ou de poder, não teremos condições de saber a partir de que ponto a *accountability* pode ser utilizada na prática em prol dos subalternos, para refrear o poder das forças hegemônicas. Ou até que ponto teórico-prático não há mais nenhuma justificativa racional para seu uso, podendo ser descartada pelos subalternos e tratada como expressão da *falsa consciência* e instrumento de subjugação dos oprimidos.

Eis que, as forças externas e internas, tensionando a relação dominação-resistência, conduzem os indivíduos e/ou as organizações à recusa ou à submissão às *regras do jogo*. Em nosso caso específico, indivíduos e/ou organizações educacionais são instadas (moldadas) em sua existência por *sentimentos políticos*; concorrência e comparabilidade; demandas por resultado e produtivismo; além de dotação financeira. Com isso, todos estão compelidos a alinhar-se a *realpolitik* apregoada pelos *intelectuais tradicionais* (Gramsci, 1985) dos núcleos de poder do Estado e do Mercado.

Nesse campo, os dominados criam, a partir de suas experiências de sofrimento, um “discurso oculto” (Scott, 2013, p. 273), uma crítica subterrânea ao poder dos dominantes, mas também uma “inobservância prática”. Ações dissimuladas, “infrapolítica dos oprimidos”, que podem romper o silêncio e ecoar publicamente, sendo acolhidas por outros indivíduos subjogados, criando capacidade de mobilização.¹⁷⁵

À vista disso, os desvios de valores tendem a ser conceituados como improbidade, corrupção ou evasão. Contra esta inadequação, afirma-se a *ideologia da vergonha* (Dejours, 2015)¹⁷⁶, a *vergonha* em: parar de trabalhar; desobedecer às normas ou às regras estabelecidas e seguidas por outros; ser malsucedido na realização das atividades e/ou avaliações. Ações que atestariam a improdutividade ou incapacidade do indivíduo *accountable*.

¹⁷⁵ As concepções de “discurso oculto” e “infrapolítica dos oprimidos” dialogam com o conceito de “economia moral” de Thompson (1987) – ao universo de sentidos conferidos aos indivíduos e às classes pauperizadas, não apenas em relação ao mundo do trabalho, mas sobretudo à distribuição da riqueza social em tempos de crise, fome, escassez e empobrecimento generalizado.

¹⁷⁶ Para Dejours (2015, p. 41-42), “a ideologia da vergonha erigida pelo subproletariado não visa a doença enquanto tal, mas a doença enquanto impedimento ao trabalho. [...] A angústia contra a qual é dirigida a ideologia da vergonha não é a do sofrimento, da doença ou da morte; a angústia que ele ataca é, através da doença, a destruição do corpo enquanto força capaz de produzir trabalho. [...] Além da doença [...] a ideologia da vergonha consiste em manter a distância o risco de afastamento do corpo do trabalho e, consequentemente, a miséria [...]. Pode-se perguntar o que aconteceria se essa ideologia defensiva viesse a fracassar. De coletiva, a ansiedade relativa à sobrevivência transformar-se-ia em problema individual. [...] Aparecem então comportamentos individuais específicos: a principal saída frente à ansiedade concreta é o alcoolismo, que atinge um certo número de indivíduos”.

Vê-se que os processos de acomodação não são pacíficos ou tampouco absolutos. Na perspectiva de O’Kelly e Dubnick (2014a), ao discutirem o modelo de *fórum* de Bovens (2005, 2007a), existe uma força exercida no cerne dos *mecanismos* hierárquicos, resultando em ações imprevisíveis de resistência à *accountability* – é a força *unaccountability*, inserida nas experiências do cotidiano: “não é uma falha das pessoas em ‘serem *accountable*’ [...] é, antes, uma falha de poder e, muitas vezes, uma falha de força” (O’Kelly; Dubnick, 2014a, p. 17, grifo nosso, tradução nossa) do sistema.

Kenney (2003), ao tratar da gênese do termo *accountability* nos Estados Unidos, identifica a oposição entre a ação *accountable* e a força *unaccountable* no debate sobre a divisão de poderes presente em Hamilton, Madison e Jay (1993), entre os anos de 1787-1788:

O conceito de *accountability* está presente há muito tempo no discurso político, mas geralmente tem sido usado para se referir ao que O’Donnell chama de *accountability* vertical (cidadãos responsabilizando funcionários) e menos frequentemente ao que ele chama de *accountability* horizontal (funcionários responsabilizados). Madison e Hamilton usaram os termos “*accountable*” e “*unaccountable*” no sentido de *accountability* vertical nos *Federalist* nº 55 e 70 (Kenney, 2003, p. 56, tradução nossa).

É importante enfatizar que condutas aparentemente *unaccountability* e similares, ainda segundo os autores, são consideradas passíveis de sofrer impedimentos e/ou sanção. No campo das contingências, das situações e das relações sociais “[...] a conduta aparentemente *unaccountability* de uma perspectiva – digamos de uma terceira pessoa – pode muito bem ser uma conduta *accountable* de, digamos, uma perspectiva de segunda pessoa” (O’Kelly; Dubnick, 2014a, p. 16, tradução nossa), o que lançaria o estudo da *accountability* para o campo da teoria moral ou da filosofia moral.

Ao analisar a teoria althusseriana da reprodução, Žižek possibilita instrumentais para a compreensão da tensão entre os processos *accountability-unaccountability*, salientando que na externalidade da máquina simbólica, essa não pode ser concebida como simplesmente externa. As instituições, os processos de regulação, a normatização e o controle externo são incapazes de, isoladamente, subjugar o indivíduo: “Quando nos sujeitamos à máquina do ritual religioso, já acreditamos sem saber; nossa crença já se materializa no ritual externo; em outras palavras, já acreditamos *inconscientemente* [...]” (Žižek, 2013, p. 321).

Žižek (2013, p. 321) destaca a internalização como um processo que “nunca tem pleno sucesso, que há sempre um resíduo, um resto [...] e que *esse resto, longe de prejudicar a plena submissão do sujeito à ordem ideológica, é a própria condição dela*”. A questão da *subjetivação* e do imponderável, em virtude da *mancha de irracionalidade*, escapa a estas instituições e seus mecanismos. É sobre a *irracionalidade* que a ideologia busca agir, com

seus mecanismos de mistificação. Trata-se, portanto, não de uma produção do conformismo conclusa, pois a ordem liberal enfrenta resistências impostas pelas contradições imanentes da acumulação do capital.

Diante disso, apreende-se que as políticas de *accountability* estão envoltas de “relações sociais de produção capitalisticamente reificadas [...]” que se reproduzem “[...] porque os indivíduos particulares ‘interiorizam’ as pressões exteriores: eles adotam as perspectivas globais da sociedade de mercadorias como se fossem [...] suas próprias aspirações” (Mészáros, 2009, p. 263-264).

A ideologia atuando sobre a *mancha de irracionalidade* excita a resistência contra aquilo que escapa à capacidade de exigir e de controlar o cumprimento das *razões de conduta* (Roberts; Scapens, 2005) da *accountability esperada*. O imponderável, convulsionado por dilemas ético-morais, manifesta-se na inalcançável operacionalidade da forma ideal da *accountability* e nas problemáticas que a envolvem, seja: o limite à prestação de contas, como uma ação nem sempre desejável (Messner, 2009); a relação conflitante entre *accountability* e transparência (Roberts, 2009); as contradições da *accountability* (Mckernan, 2012).

No âmbito da *accountability esperada*, além do elemento objetivo existe uma dimensão subjetiva que opera na *accountability informal*. A ideologia atuante na *accountability informal* parece ter um impacto maior sobre os indivíduos do que a *accountability formal*, devido à subjetividade com a qual eles percebem os instrumentos de *accountability*. A dimensão subjetiva está presente na *accountability sentida*, “uma expectativa implícita ou explícita de que as decisões ou ações de alguém estarão sujeitas à avaliação por algum público proeminente com a crença de que existe o potencial para alguém receber recompensas ou sanções com base nesta avaliação esperada” (Hall; Ferris, 2011, p. 134).

Para Pearson e Sutherland (2017), a *accountability informal* possui três elos centrais: 1. *Accountability para consigo mesmo*, no qual atua como o próprio principal e agente; 2. *Cultura organizacional e liderança*, referem-se a como os indivíduos são responsabilizados pela influência de um líder; 3. *Accountability para com os pares*, refere-se a ser *accountable* perante indivíduos do mesmo grupo.

No entanto, é importante destacar que os indivíduos não aceitam espontaneamente sistemas informais de *accountability*, esse processo, como depreende-se de Sinclair (1995), refere-se às influências invisíveis da *accountability* aos pares. Influências invisíveis que podemos qualificar como concepções ideológicas advindas de uma sociedade neoliberal e que atua em um sistema mistificado de *accountability*, com seus valores, seus princípios e suas

crenças externalizadas no desejo (necessidade) de alcançar os resultados traçados.

Ao agir sobre o imponderável, a ideologia busca gerar uma razoabilidade para ação da *accountability* naquilo que a torna inalcançável, resistindo à tentativa de mudança de curso que desvia o indivíduo da trajetória estabelecida pela conduta da *accountability esperada*. A mistificação ideológica opera como uma força, uma ação de contra resistência, transformando a *accountability inalcançável* em prática tangível do dia a dia, atribuindo-lhe inteligibilidade e significado, mesmo que distintas da conduta ideal esperada.

Para Joannides (2012, p. 244, tradução nossa), “a principal força da *accountability* reside em sua capacidade de absorver e anular seus limites e contradições, transformando-os em condições de sua possibilidade. Como tal, a *accounterability* emerge como a manifestação final dessa força”. O neologismo *accounterability*, formulado inicialmente por Kamuf (2007), é um mecanismo de contração, uma resposta aos limites e às contradições da *accountability*, levando os indivíduos a desenvolverem suas próprias contra habilidades.

Como tratamos no Capítulo V, a teoria pós-moderna derridiana peca ao ignorar as categorias contradição e totalidade. A *accountability* na ordem do capital tanto *objetiva* seu oposto, a *unaccountability*, como sofre a tensão de forças internas e externas que se opõe ao seu próprio movimento. Isso significa que, do mesmo modo que a *accountability* gera movimentos, existem forças que resistem a esse movimento, aqui, atuaria a *accounterability* de Kamuf.

Em seu ensaio desconstrucionista *Accounterability*, amparado em Jacques Derrida, Kamuf (2007) observa que a *accountability* é “o lugar de um cruzamento sobredeterminado entre cálculo e narração” (p. 251). Embora não se trate, por nossa parte, de uma adesão à causa pós-moderna derridiana, temos que o conceito de Kamuf possibilita uma crítica ao *regime da accountability*; regime que transforma o indivíduo em marionete dos números, em um mundo que computa, em que as regras governam e a quantidade é a nova qualidade.

Contudo, enquanto Kamuf conecta a *accounterability* como uma resistência que se objetiva no âmbito da desconstrução derridiana, desafiando a ideia de uma estrutura concreta, para nós, há outra conexão profunda, uma conexão com a determinação ontológica da realidade, em que o ser social escreve sua própria história, embora não escolha as condições, mas pode transformá-la – produzindo outras condições objetivas e subjetivas de existência. À vista disso, apesar de seu caráter atraente, a proposta de Kamuf tem o problema de não levar em consideração as múltiplas determinações que a constitui, ou seja, a totalidade concreta.

Com isso, o conceito de *accounterability*, por mais que faça referências ao

processo histórico que conduz à resistência a *accountability* esperada, não se consegue perceber a associação de submissão ontológica em relação às condições materiais. Ao que parece, Kamuf não considera que a *accounterability* seja uma construção histórica resultante de tensões entre o sujeito e as condições materiais e objetivas que o rodeiam. Nesse sentido, é como se Kamuf enquadrasse a *accounterability* e a própria *accountability* a uma reação individual do sujeito, apartado de outras relações – atribui-se uma certa autonomia ao conceito que de fato não possui.

Parece-nos evidente a necessidade de reposicionar a *accounterability*, apropriando-nos de seu valor em um movimento de confronto, incorporação, rejeição e supressão, que resulte na superação da centralidade da subjetividade, própria da cientificidade pós-moderna. Nesse caso, o caminho passa por considerar as contradições e a totalidade social, reintroduzindo a centralidade da objetividade, de caráter histórico-social.

A *accountability* operando um cálculo, cujo único objetivo é o cálculo, não apenas reduz tudo a números, mas considera tudo redutível a números. Com isso, onde houve uma vez prestar contas (*accounting*) e contabilizar (*accountancy*), agora há *accountability*. Promovendo uma oposição ao que nomeia de *discurso da accountability* e *movimento da accountability*, Kamuf (2007) propõe desmistificar a *accountability*, alegando que esta não é “agregadora de valor” (p. 256, tradução nossa) – contrariamente, *o que conta*, o relatório e a prestação de contas não dão conta de nada.

Os indivíduos incapazes de cumprir as demandas de *accountability* criam práticas cotidianas como resistência à *accountability inalcançável*, contra habilidades que respondem às dificuldades de dar conta de si mesmo e de suas atividades. Considerando o contexto social da *accountability*, a *accounterability* tensiona a prática cotidiana dos indivíduos diante da dialeticidade das noções de ‘resistência e contra’ na operacionalização da *accountability*. A *accounterability* distorce o ideal da *accountability*, de modo a torná-la inteligível e viável, com isso, o indivíduo resiste às demandas de *accountability*, ao mesmo tempo em que presta conta.

Kamuf (2007) explora a *accounterability* como uma resistência que redireciona o indivíduo à sua trajetória, tornando a prestação de contas na prática cotidiana uma condição para a moral e a responsabilidade individual – essa responsabilidade e a consciência seriam a base da responsabilização. A *accounterability* enfatizaria a necessidade da *accountability*, acomodando pela distensão da *accountable logic* (a *lógica accountable* – o cálculo) outras articulações entre o *dar conta* e as habilidades.

Ainda conforme Kamuf (2007), o fator de incerteza no qual a *accounterability*

atua é um breve hiato entre o pensar e a ação. Para existir essa pausa, a autora argumenta que se deve “parar de calcular e ouvir outro ritmo [...] uma incalculabilidade e imprevisibilidade que fazem com que o programa accountability fique preso a padrões repetitivos ou à hesitação [...]” abrindo “[...] as premissas de uma contra prática à avaliação numérica [...]” (p. 253, tradução nossa). Pela *accounterability*, os indivíduos podem interpretar, entender e praticar esse ideal inatingível que é a *accountability* (Joannides, 2012).

Nas operações do dia a dia, a *accountability* de modo isolado é incapaz de conduzir os indivíduos a alcançarem as condutas/metastas esperadas. Desta feita, faz-se necessário para a operacionalidade objetiva das regras estabelecidas, que *guardiões do código de conduta*, como homens *accountable*, exijam razões para o desempenho esperado (Joannides, 2012). A ação de indivíduos na construção de formas de socialização da *accountability* é imprescindível para promover ideias claras das normas e dos valores a serem seguidos, criando uma apreciação dos próprios indivíduos, superior às imagens formais impostas (Messner, 2009).

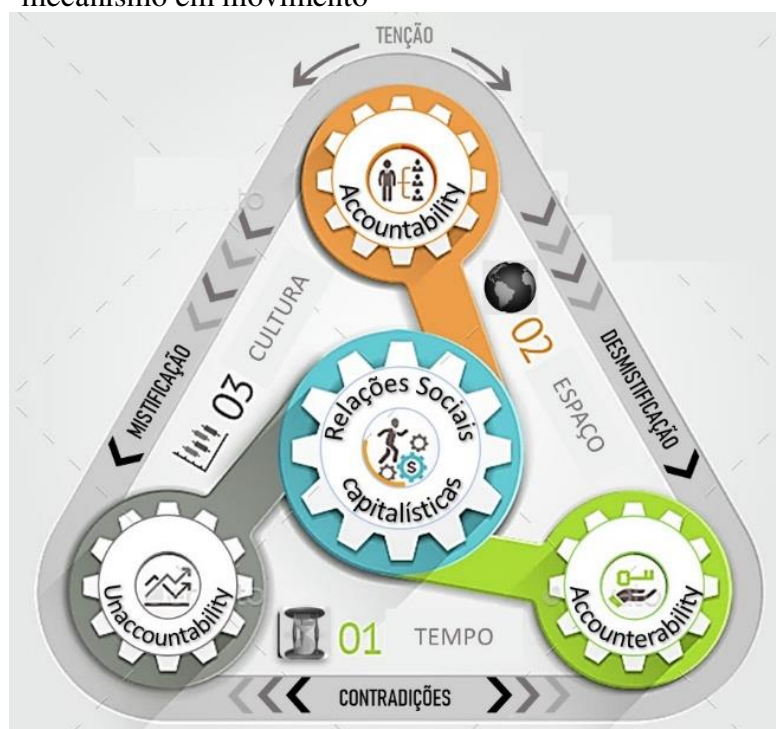
Entretanto os contextos organizacionais, p. ex., a escola, são ambientes *ruidosos*, digamos, repletos de contradições, nos quais os indivíduos estão à mercê de múltiplas determinações que organizam ou distorcem as normas e os valores estabelecidos. Por isso, os *guardiões da cultura* devem desenvolver ações/práticas cotidianas como estratégia para afirmar e para comunicar as normas, os valores e as metas (resultados a serem alcançados) e criar uma *cultura de accountability* (Pearson; Sutherland, 2017). Com isso, pode-se delinear os requisitos que coagem gestores, professores, estudantes, dentre outros, a se comportarem de acordo (Joannides, 2012), alcançando os resultados desejados e criando as bases para premiar ou sancionar a performance e o desempenho.

Todavia, as próprias limitações da *accountability* resultam em contradições no dia a dia, dificultando as ações e as práticas em conformidade à cultura de *accountability*, o que cria uma cultura de *unaccountability*, já que alguns indivíduos sabem que são capazes de burlar, fraudar e/ou resistir ao sistema de *accountability* – como, possivelmente, outros antes deles fizeram.

Nesse aspecto, a *accounterability* de Kamuf (2017) pode nos mover em direção a uma responsabilidade que parece ter flexibilidade, consoante à cultura de *accountability* em que está inserida, convidando à fraude ou à desobediência às regras, ao invés de afirmar o controle ou a transparência. Isso insere a *accountability* em um *labirinto de contradições*, um sistema que tensiona os fenômenos mistificação e desmistificação. *Accountability*, *unaccountability* e *accounterability*, em conformidade com princípios localizados no tempo-

espaço-cultural, estão em interação e interrelação em um sistema em movimento (Figura 29).

Figura 29 – *Accountability*: tensões e contradições de um mecanismo em movimento



Fonte: Elaborada pelo autor.

Konder (2002, p. 30-31) ainda nos apresenta outro aspecto importante para a reflexão:

Na incisiva ruptura com o ponto de vista hegeliano, o futuro autor de *O Capital* atribuía-lhes um formalismo inaceitável. O Estado, construção dos homens, resultado da atividade concreta deles, era transformado por Hegel numa chave – formal – pela qual se abriria a porta para a compreensão do sentido do movimento dos seres humanos. Marx percebeu o equívoco e o apontou: ‘Não é a Constituição que faz o povo, mas o povo que faz a Constituição’ [...] porque os próprios criadores tropeçam em mil dificuldades e não se reconhecem, efetivamente, no que criaram.

Não é a *accountability* que faz a *avaliação em larga escala*, mas o Estado (fundado pela sociedade) que faz a *avaliação* em ligação com *accountability*; trata-se de uma sociedade reificada que (re)produz a *accountability reificada*. Quando o conceito de Estado hegeliano, em seu formalismo, dispensa a verificabilidade de seus pressupostos teóricos na realidade empírica, ideias, como a de igualdade formal no Estado de Direito ou *accountability reificada*, funcionam como algo que *ilude* acerca da desigualdade real, mascarando o caráter de legitimação de uma dada realidade, construindo uma ilusão socialmente necessária, posta a fins do poder.

A concepção de que a *accountability* é uma *prática social* (Bansel, 2015; Ranson, 2003; Teo; Osborne, 2014) reflete as alterações nas *relações de poder*, inserindo a noção de controle como co-constitutivo (Bansel, 2015), um instrumento de regulação, enquanto um mecanismo arquitetural, difundido nas culturas de comunidades específicas, que busca tornar os indivíduos o princípio de sua própria sujeição, envolvendo, p. ex., a autovigilância e a vigilância pelos pares. Em uma formulação eminentemente foucaultiana, teríamos a seguinte leitura:

A burguesia compreende perfeitamente que uma nova legislação ou uma nova constituição não serão suficientes para garantir sua hegemonia; ela compreende que deve inventar uma nova tecnologia que assegurará a irrigação dos efeitos do poder por todo o corpo social, até mesmo em suas menores partículas. E foi assim que a burguesia fez não somente uma revolução política; ela soube instaurar uma hegemonia social que nunca mais perdeu (Foucault, 2014, p. 331).

Nessa passagem, em que Foucault trata das novas *tecnologias de poder* frente ao Estado burguês, é possível identificar uma aproximação do filósofo com o marxismo, entretanto os desdobramentos da teoria foucaultiana operam um distanciamento do materialismo dialético. Dentre as várias divergências, destaca-se que Foucault situa o poder na dimensão das relações interindividuais, enquanto a tradição marxista o situa na dimensão das relações de classes.

Destaque-se que para Foucault (2015), o *poder* seria uma *prática social*, uma *prática (discursiva) cotidiana*, produzindo conhecimento. As relações de poder e saber, imersas no cotidiano que estaria em constante movimento e mudança, seriam os meios pelos quais o conhecimento (saber) e o poder se desenvolveriam.¹⁷⁷ Na realidade, para Foucault, tudo estaria imerso em relações de poder e saber. Abandonando o conceito tradicional de poder (com sua localidade nas classes sociais, manifesto no Estado e nas contradições da

¹⁷⁷ A preocupação de Foucault (2015) é com a articulação entre saber, poder e verdade. Na obra, *Microfísica do Poder*, ele articula essa relação da seguinte maneira: “[...] a verdade não existe fora do poder ou sem o poder (não é — não obstante um mito, de que seria necessário estabelecer a história e as funções — a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo, ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua «política geral» de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (p.12). Já, na obra *Vigiar e Punir*, Foucault (2014) constrói outras conexões, agora para acomodar a relação ciência e poder: “[...] o poder produz saber; poder e saber estão diretamente implicados; não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber; também não há saber sem que haja ou se constituam, ao mesmo tempo, relações de poder. Temos antes que admitir que o poder produz saber [...]; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo, relações de poder [...]” (p.30).

pirâmide organizacional), o filósofo o ligou a *práticas* expressas por gestos, atitudes, comportamentos e discursos.

Já para o marxismo, o conceito de *prática social*, explicitado por Marx (2016b) na oitava *Tese sobre Feuerbach*, relaciona-se à “vida social [que] é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na praxe humana e no compreender desta praxe”. Disso, temos que a *prática social* é, por um lado, uma ação (prática), e por outro, o conceito teorizado (elaborado pela consciência) dessa prática, que se concretizou (realizou-se) no mundo dos fenômenos materiais.

Na educação moderna, conforme Webb (2008, p. 127, tradução nossa), seguindo a leitura foucaultiana, o poder opera, “oculta e panópticamente”, como “poder furtivo”. Os professores, por exemplo, que abraçam a lógica da performatividade exigida pelas políticas de *accountability* (com suas diretrizes de competências), estariam, com efeito, reproduzindo o poder governamental.

A interpretação de Bansel (2015) de controle como co-constitutivo e Webb (2008) aplicado à *accountability*, contribui para compreendermos que a natureza das relações de poder implica que os professores não são apenas responsabilizados, mas que a *accountability* uma vez naturalizada e internalizada, produz mudanças na disposição e na prática cotidiana dos indivíduos.

Todavia, o que está em questão com o panoptismo não é a responsabilização do professor, mas sim as novas formas de dominação e de controle, ou melhor, as tecnologias intelectuais empregadas, p. ex.: um professor (vigiado) sendo responsabilizado por um outro professor (considerado como um ser *accountable*). Nas palavras de Bansel (2015, p. 9, tradução nossa), “o sujeito humano corporificado é simultaneamente o alvo da política como uma tecnologia de governo e a materialização/personificação das ambições do governo para a conduta de seus cidadãos/súditos”.

Ao relacionarmos a ideia de panóptico à *accountability*, em sua correlação com as práticas sociais e, sobretudo, em relação ao poder, devemos considerar como as expressões *mecanismo* e *dispositivo* se ligam à própria efetividade da *accountability*. Embora o uso das referidas expressões variem de acordo com a abordagem teórica adotada pelo pesquisador, é comum encontrarmos autores que as utilizam de forma sinonímica, de modo intercambiável. Em nosso caso particular, concebemos a *accountability* como um mecanismo, contudo, isso não impede que ela atue como dispositivo. A sutileza dessa questão, as fronteiras que separam os dois termos, deve ser clara, por isso, retomamos neste ponto, o debate com Ebrahim

(2003), em torno das *ferramentas* e dos *processos*, daquilo que qualificamos como *práxis accountability*.

Por exemplo, autores que se baseiam na teoria materialista dialética, inspirada em pensadores como Marx e Engels ou Gramsci, tendem a utilizar a expressão “mecanismo”, para enfatizar a **dimensão estrutural e sistêmica** da *accountability*, um mecanismo de controle que se insere no contexto mais amplo do capitalismo, sustentando as relações de produção e de dominação.

Por outro lado, autores que adotam a abordagem da sociologia política, que têm em Foucault uma de suas principais referências, costumam utilizar a expressão “dispositivo”, para destacar a **dimensão discursiva e relacional** da *accountability*, um dispositivo de poder que constrói “verdades” e subjetividades. Ou seja, o dispositivo é uma rede heterogênea de discursos, de *práticas*, de *ferramentas* e de instituições que produzem efeitos de poder, funcionando a partir da produção de subjetividades. Já o mecanismo é a materialidade do dispositivo, é a forma como ele se concretiza e se manifesta no mundo.

Vamos aprofundar um pouco mais esse debate. Para os marxistas, o mecanismo pode ser entendido como a base material sobre a qual se constrói o dispositivo. Isso significa que o mecanismo é anterior (enquanto determinação determinada) em relação ao dispositivo. Este, por sua vez, é uma forma específica de organização das relações sociais que emerge da base material (mas que também é por aquele determinada), tendo a capacidade de perpetuar e reforçar as relações de poder. Dessa forma, a interação entre dispositivo e mecanismo ocorre quando o primeiro é implementado sobre a base material existente, utilizando as tecnologias e as instituições disponíveis para perpetuar as relações de poder dominantes.

Nesse sentido, a *accountability*, como mecanismo, atua através de um conjunto de ferramentas e de processos que visam regular, estimular, mensurar e avaliar o desempenho das escolas (antropomorficamente falando), gestores, professores e estudantes, em relação aos resultados esperados. Esse processo é utilizado para responsabilizar escolas e profissionais da educação e até mesmo as famílias pela *performance* dos estudantes.

Dessa forma, a *accountability* como mecanismo gera um conjunto de efeitos que podem ser considerados dispositivos de poder. E aqui, expandimos a perspectiva de Ebrahim (2003) sobre o dispositivo, a nosso ver, restritiva, por ater-se aos puros instrumentos. Devemos entender, a partir de Foucault e Agamben, pontualmente nesse aspecto eles estão, a nosso ver, corretos: os dispositivos criam novas formas de controle e de dominação, seja na educação e para além dela, ao estabelecer práticas sociais.

Ferramentas e processos que objetivam medir a qualidade da educação, como o Spaece, ao ignorarem dimensões do ser social, que transcendem a matemática do IQE, IQA, IQF, IQS, IQM e que influenciam o desempenho dos estudantes, produzem forma e dispositivos de controle. Assim, a *accountability* gera processos que funcionam como uma força motriz que ativam dispositivos de poder e que interagem com outros mecanismos e dispositivos, para manter e para reproduzir as relações de poder e de dominação do sistema capitalista.

Quando declaramos a *accountability* como mecanismo de controle e como dispositivo de legitimação, como apresentado no título desta subseção, estamos defendendo a ideia de que a *accountability* funciona como um mecanismo de controle do poder, ao mesmo tempo que pode ser utilizada como um dispositivo de legitimação desse mesmo poder. Dito de outra maneira, a *accountability* pode ser entendida como uma das formas de reprodução ideológica do sistema capitalista, na medida em que cria a ilusão de que há um controle democrático sobre o poder, quando na verdade, esse controle é limitado e condicionado pelos interesses do próprio sistema. Portanto, a questão central ou nó górdio de nossa discussão, não está na rigidez da *accountability* ser mecanismo e/ou dispositivo, mas na delimitação do enfoque ou do recorte do objeto, coisa, processo, fenômeno que estamos investigando.

Pensemos isso considerando o universo das leis. Essas podem ser compreendidas como dispositivos de legitimação, uma vez que servem para justificar e para naturalizar as relações de poder presentes na sociedade. Isso porque as leis são construídas a partir de determinados interesses e valores que refletem a posição de determinados grupos sociais dominantes. No entanto, as leis também podem ser entendidas como mecanismos de controle, uma vez que estabelecem limites e punições para aqueles que não se enquadram nas normas e nos valores estabelecidos pelo sistema. Portanto, as leis possuem uma dimensão dupla, funcionando tanto como dispositivo de legitimação quanto como mecanismo de controle.

Exemplifiquemos como a relação entre mecanismo e dispositivo, em torno da *accountability*, pode se dar no âmbito da educação, considerando as políticas educacionais, as leis, as práticas de responsabilização, de prestação de contas, de avaliação, de informação, as sanções e as bonificações que incidem sobre a escola, os gestores, os professores e os estudantes.

Primeiramente pensemos uma política pública que busca controlar a qualidade da educação oferecida pela escola, como o Spaece no Ceará. Essa ferramenta de controle visa medir o desempenho dos estudantes em relação a conteúdos específicos e avaliar a qualidade do ensino oferecido pela escola.

Nesse contexto, a ideologia presente na sociedade naturaliza a importância das avaliações (ferramentas – dispositivos) e associa seus resultados à qualidade da educação. Essa ideologia legitima os mecanismos de controle, que neles e por eles se materializam. Por sua vez, o mecanismo de controle é a estrutura institucional e material que permite a realização dessas avaliações e a imposição de sanções e de bonificações, com base nos resultados obtidos, ou seja, reúne os *processos* e as *ferramentas* – categorias iniciais de uma dinâmica mais complexa a envolver a organicidade do próprio Estado, Sociedade e Mercado.

Assim, podemos entender que o mecanismo de controle (a *accountability*) aciona o dispositivo de legitimação (as ferramentas) e os processos pelos quais também é ativado, para controlar a qualidade da educação oferecida pela escola e para punir ou bonificar gestores, professores e estudantes, de acordo com os resultados obtidos. Aqui, o mecanismo de controle seria representado pelas políticas educacionais, as leis, as práticas de responsabilização, as sanções e as bonificações, que são implementadas com o objetivo de controlar o desempenho. Essas medidas têm como propósito garantir que os resultados esperados sejam alcançados e que a educação esteja em conformidade com as expectativas da sociedade e dos órgãos reguladores.

Criadora de *positividades* (no desdobramento do cotidiano), os mecanismos disciplinadores conformam o sujeito produtivo, exercendo sobre eles, o controle e a vigilância de suas ações. Surge dessas configurações, continuando em uma leitura foucaultiana, num extremo, a *disciplina-bloco*, operando pelo confinamento e agindo pela negação: rompe as comunicações, suspende o tempo e proíbe (controla) os comportamentos. No outro extremo, com o *panoptismo*, temos a *disciplina-mecanismo* que, pelo *jogo do olhar*, realiza exames (verificação), tornando o exercício do poder mais leve e rápido, operando por meio de um desenho de coerções em toda rede social (Foucault, 2014).

O exame, um mecanismo binocular de vigilância ininterrupta, é figura central da *disciplina-mecanismo*, estabelecendo, segundo Foucault (2014), uma *economia da visibilidade* no exercício do poder. Cercado de forma rarefeita, mas sem trégua por um *documentário da vigilância*, com suas formas contemporâneas do panóptico, os indivíduos são constrangidos a uma visibilidade obrigatória.

O fato de que a *accountability* passa a ser concebida como prática social reguladora, expressão das novas *tecnologias de poder*, estabelece novas formas de controle à distância (relatórios on-line, verificação de presença remota, rastreamento, índices de produtividade, assiduidade e pontualidade etc.). As relações de poder são mascaradas por novas práticas, mecanismos ou dispositivos de controle que se naturalizam e se reproduzem,

por meio das medidas cotidianas de desempenho. Webb (2008, p. 133, tradução nossa) articula que:

Levar em conta as formas de poder que são encobertas e “radicalmente interiores” sugere que os interesses micropolíticos são manipulados e fabricados porque podem ser obscurecidos de indivíduos e grupos. Como tal, formas furtivas de poder fabricam interesses por meio de mecanismos macropolíticos para alcançar fins micropolíticos.

É claro que Ranson (2003), Teo e Osborne (2014), Bansel (2015) e Webb (2008) partem de uma noção de *poder difuso* (micropoderes), em uma perspectiva foucaultiana, o que pode conduzir a uma dispersão da compreensão das lutas sociais e políticas, desviando a análise daquele que é o *locus* principal do poder nas sociedades classistas: o Estado.

Muito embora a noção de *poder* dos autores seja distinta do marxismo, suas interpretações têm ensejado debates interessantes para se entender a forma com a qual a *accountability*, enquanto prática social reguladora, efetiva-se em sintonia com as hierarquias de controle e com a simbiose gerencialismo e gestão da educação. A concepção de *poder* dos autores (alinhados a uma perspectiva pós-estruturalista), acrescida da percepção de Ball (1998, 2020), como ele mesmo se descreve, *um pluralista*¹⁷⁸, sobre a tecnologia política da performatividade, sinalizam transformações no conteúdo do conceito da *accountability*.

Por óbvio, não compartilhamos a ideia de que *o poder tem natureza difusa (micropoderes) e não hierarquizado*. Em nossa análise, estamos cientes que vivenciamos o poder do poder nas mais distintas relações sociais. Nesse aspecto, Losurdo (1995, p. 34) é esclarecedor:

Convém também refletir sobre o fato de que o *Panopticon* teorizado por Jeremy Bentham, este edifício mirante que realiza uma vigilância sem escapatória, pode servir indiferentemente como penitenciária, casa de trabalho (forçado) ou ainda como fábrica. Portanto, a mesma tradição liberal acaba por reconhecer a existência de uma classe social que no âmbito da “sociedade industrial” se encontra numa situação de “estrita dependência” (Tocqueville), é obrigada a trabalhar em instituições semelhantes ao cárcere (Bentham), e no mercado é efetivamente livre para vender a sua própria força de trabalho, mas a compradores que se tornam, em última análise, “donos de sua existência” (Constant).

Como diz Lefebvre (1977, p. 249): “O poder está em toda parte, o poder é onipresente e predestinado a sê-lo. Por todo o lado no espaço!” Dito isso, a escola também é um campo de poder, mas não apenas em uma disciplina da coerção e da negação, mas um

¹⁷⁸ Stephen J. Ball, em entrevista aos professores Mainardes e Marcondes (2009), descreve-se como um teórico pluralista: em se tratando do método, é “modernista reconstruído, mais do que um pós-estruturalista” (p. 313); mas, reconhece a influência de Foucault em sua obra, corroborando a visão foucaultiana de que os sujeitos não possuem lugares sociais fixos e tampouco ocupam um só lugar.

poder que instrui, fabrica, ensina: “O espaço pedagógico [...] tem um significado [...] o saber imposto, ‘engolido’ pelos alunos, ‘vomitados’ nos exames, corresponde à *divisão do trabalho na sociedade burguesa*, serve-lhe, portanto, de suporte.” (p. 226, grifo nosso). Logo, o nivelamento das microrrelações – relações interindividuais – com as macrorrelações de poder – mais estruturantes, como o controle da economia e a elaboração das leis políticas educacionais –, como defendem muitos pós-estruturalistas, parece-nos ser um equívoco.

Assim, concordamos com Boito Júnior (2007, p. 24-25, 31), quando afirma que:

Para nós, o importante é lembrar que o poder que se exerce na família, na escola, na empresa, nos hospitais ou na prisão é conferido ou regulamentado por normas legais estabelecidas e fiscalizadas pelo aparelho de Estado [...]. A autoridade do professor também é real mas, baseia-se no sistema escolar estabelecido e regulamentado pelo Estado. [... Os] diversos centros de poder dependem efetivamente da ação legisladora e repressiva do Estado para poderem funcionar como tais. [...] Tal suposto separa Foucault [dentre outros] de Marx e da tradição marxista, que concebem o poder como relação de classes.¹⁷⁹

O poder político é exercido e legitimado pelo Estado, muito embora não seja portador de *poder em si*, mas um centro de organização e de exercício de poder permeado por conflitos. Por ser suscetível a oscilações determinadas pelas contradições de forças na sociedade em disputa, numa luta hegemônica particular, *o poder no âmbito do Estado, ou para além dele, é fundamentalmente relacional* (Poulantzas, 2000), ou seja, é determinado a partir de interações sociais e de lutas de classes.

No balanço das décadas neoliberais, o Estado em sua simbiose com o Mercado tem empreendido um esforço continuado de desconstrução da democracia (mesmo a liberal), gerando a corrosão das parcas conquistas da classe trabalhadora, atualizando, sofisticando e ressignificando o embate sisífico entre o mundo do capital e o do trabalho. O discurso da democracia liberal foi (é) matizado pelas oligarquias, desenvolvendo *mecanismos mascarados de controle* (como as noções mistificadas de transparência e *accountability*), que travam as massas em suas demandas por direitos e avanços sociais.

A cada crise estrutural pela qual passa o mundo do capital, as oligarquias no poder não hesitam em sofisticar o discurso mistificador, criando um cenário apocalíptico, a fim de que seja colocado como inevitável certos recuos nos direitos sociais. Com isso, buscam a

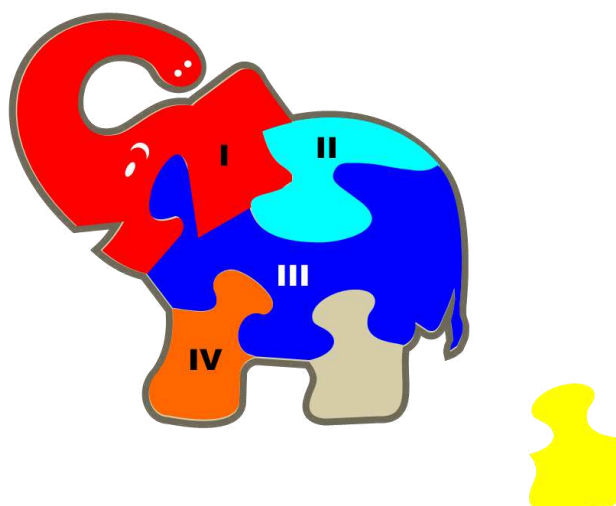
¹⁷⁹ Em tom provocativo, Poulantzas (2000, p. 34-35) esclarece: “Mesmo que abandonemos uma definição jurídica e limitada do Estado que surpreendentemente permanece em Foucault e Deleuze, ainda assim essas relações ultrapassam-no. O conjunto de aparelhos de hegemonia, mesmo juridicamente privados, faz parte do Estado (aparelhos ideológicos, culturais, igreja, etc.), enquanto que para Foucault e Deleuze o Estado limita-se sempre ao núcleo público (exército, polícia, prisão, tribunais, etc.). Porém esses lugares constituem, apesar de tudo, lugares de poder, tanto mais por se incluírem no campo estratégico do Estado.”

aquiescência coletiva, justificando (contra)reformas que terceirizam as responsabilidades de uma crise do capital, que em essência é sistêmica e estrutural.

A ficção da transparência (Comaroff; Comaroff, 2003), oriunda do imaginário liberal de um Estado civilizador, seguindo uma perspectiva da *economia moral*, é fundamental para se entender as promessas de boa governança e de *accountability* (colunas que sustentam a crença de que *o poder* opera de forma previsível). Com suas racionalidades burocráticas, transparência e *accountability* constituem tecnologias de controle, mas também ideais de virtude, em uma paradoxal opacidade, *ocultando as antessalas do poder*.

BLOCO IV

A EQUAÇÃO DA ANTIVIDA



9 ESCOVAR A *ACCOUNTABILITY* A CONTRAPELO: A ÁRVORE DO BEM E DO MAL

10 *ACCOUNTABILITY* E A GESTÃO DA ALMA: A *EQUAÇÃO DA ANTIVIDA*

11 *ECCE HOMO*: QUEM SOU?

Objetivo IV

Analisar a interação e inter-relação entre a *accountability* e a sociabilidade do mundo do capital que difunde o mito da axiologia da neutralidade em tessituras com a educação – as avaliações externas em larga escala

9 ESCOVAR A *ACCOUNTABILITY* A CONTRAPELO: A ÁRVORE DO BEM E DO MAL

Benjamin (1996, 2020), em suas *Teses sobre o conceito de história*, oferece críticas pertinentes aos historiadores e aos pensadores marxistas de sua época, em particular, a falta de compreensão dos aspectos culturais do desenvolvimento histórico. A retórica benjaminiana, repleta de ironias, utiliza a oposição entre as *coisas brutas e materiais* e as *refinadas e espirituais*, para destacar a importância de reconhecer que a vida dos trabalhadores e oprimidos não se resume apenas à satisfação de suas necessidades básicas. Diz o autor: “A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. [...] O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas” (Benjamin, 1996, p. 224).

Por isso, a conquista do poder pela classe dominante não é somente baseada na dominação econômica, mas também na produção ideológica – e podemos inferir que a esfera da produção da cultura está relacionada a esse processo –, que visa subjugar as classes trabalhadoras, submetendo-as à condição de subalternidade.¹⁸⁰ No entanto, os trabalhadores não aceitam esse subjugo e produzem sua própria ideologia, que entra em conflito com a hegemônica – burguesa. Benjamin (1996, 2020) destaca que há produção de cultura em ambos os lados dessa disputa entre classes antagônicas, aproximando-se da tese gramsciana de hegemonia e das categorias de *contra hegemonia* e *hegemonia alternativa*, elaboradas por Williams (1979). Esse conjunto teórico auxilia a entender a seguinte tese benjaminiana:

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios

¹⁸⁰ Ao debater a questão das necessidades humanas (sociais), posta nos *Manuscritos de 1844*, Marx apresenta os três aspectos intrínsecos da atividade social: “O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, também de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens precisam estar em condições de viver para poderem fazer a história. Mas, para viver, é preciso, antes de mais nada, comer e beber, morar, vestir, e ainda algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, engendrar os meios para a satisfação dessas necessidades, produzir a vida material mesma, e isto é um ato histórico, uma condição básica de toda a história que ainda hoje [...]. Em segundo lugar, a primeira necessidade satisfeita, a ação de satisfação e o instrumento da satisfação já adquirido levam a novas necessidades – e esse engendramento de novas necessidades é o primeiro ato histórico. [...] A terceira circunstância, o que já de antemão entra no desenvolvimento histórico, é a de que seres humanos que renovam a sua própria vida diariamente começam a fazer outros seres humanos, isto é, a se reproduzirem – a relação entre homem e mulher, pais e filhos, a família” (Marx, 2010b, p. 194-195).

que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa *escovar a história a contrapelo* (Benjamin, 1996, p. 225, grifo nosso).

Ao usar a metáfora de *escovar a história a contrapelo*, Benjamin sugere que precisamos desafiar a história oficial e tentar *desenterrar* o que está oculto – o secreto (*geheim*), aquilo que foi esquecido ou que existe por trás dela. Assim como na psicanálise, é necessário romper com o que foi reprimido, censurado e ocultado por narrativas falsas que impedem a expressão de contra narrativas que sustentam a resistência e a luta por mudanças históricas. Em vez de aceitarmos a narrativa dominante sem questionamento, devemos interpretar a história de modo diferente e tentar entender as forças sociais, políticas e econômicas que moldam a nossa compreensão do passado, presente e a possibilidade de um futuro.

Essa ideia lança-nos a ação de *escovar a accountability a contrapelo*, ou seja, um estudo do conceito que valoriza as contradições de sua própria construção histórica nos auxilia a decifrá-los, enquanto hieróglifos. Entendendo que o próprio ato de conceituar é um campo de batalha em que as forças hegemônicas tentam impor, através da força gravitacional de sua ideologia, as narrativas dominantes na produção do conhecimento.

Cabe-nos, compreendendo que a luta de classes é um *móvil* da história, questionar, entender e desafiar as narrativas produzidas e transmitidas pelos grupos hegemônicos, para então construirmos uma compreensão dialética da *accountability*. Com isso, devemos assumir uma posição política clara, em favor da construção de horizontes interpretativos que privilegiem os saberes acumulados, as contradições e superemos, p. ex. as visões pós-modernas. Para que assim, possamos desvendar as complexidades ideológicas que envolvem a produção do conhecimento e revelar os interesses que estão em jogo nessa arena de batalha.

Na sociedade ideologizada em que vivemos, torna-se cada vez mais imperioso um conhecimento crítico capaz de rasgar o *véu de Maya*, que mistifica os complexos problemas conceituais que lançam o ser humano no *inferno de Dante* do capital – por meio de teorias que obliteram a realidade. Desvendar o *ciclo infernal* pós-moderno que sustenta a ideia de fragmentação, impõem-se como uma ação imprescindível, pois seu relativismo reforça a noção de contingência, ao afirmar que há “muitos tipos diferentes de poder, opressão, identidade e ‘discurso’ [...]. [Eis que estamos diante de] uma teoria de mudança de época histórica, baseada na negação da história” (Wood, 1996, p. 121-122).

Diante do conjunto exposto, o capítulo encontra-se dividido em duas seções. Na primeira seção, “O *intèrieur* da organização educacional: a reprodução na *arbor generis capitalis*”, tratamos do antropomorfismo organizacional e sua crença de que as estruturas inumanas têm qualidades humanas, e como isso, expressa-se na árvore de desempenho.

Na segunda seção, “A árvore de desempenho: eis que ‘vossos olhos se abrirão e sereis como deuses’ – Será?””, exploramos os processos de reificação, fetichização e estranhamento expressos pelas políticas de *accountability*, a partir da análise da *árvore de desempenho* utilizada em certa escola pública do município de Sobral/Ceará – Brasil e que reverberam nas escolas de Fortaleza e do Ceará como um todo, um modelo simbólico a ser seguido.

9.1 O *intèrieur* da organização educacional: a reprodução na *arbor generis capitalis*

O que é uma *Escola* (para ser) *Nota 10*? Em outros termos, o *que é uma organização educacional para ser accountable*? A propósito, *a escola é uma organização*? Será a árvore de alto desempenho, uma nova barbárie? Refletir sobre essas questões auxilia-nos a pensar sobre a questão que compõe o subtópico do título desta seção: “a reprodução na *arbor generis capitalis*”.

Tratemos, sem maiores tergiversações, sobre essas questões. Saes (2012), em artigo intitulado “O lugar dos conceitos de ‘estrutura’ e ‘instituição’ na pesquisa em educação”, diz:

O analista do processo educacional das sociedades capitalistas, ao focalizar a escola, frequentemente a encara apenas como uma instituição. Ora, a escola é, de fato, uma **instituição** e essa é a camada mais aparente – e também a mais superficial – da realidade escolar. Além de ser uma instituição, a escola também é um **aparelho** (ou organização) e uma **estrutura** (ou, mais precisamente, uma subestrutura integrada à estrutura social global) e essas são as camadas mais profundas da realidade escolar (Saes, 2012, p. 282).

Adensando a diferença, já iniciada no Bloco III, entre as camadas da realidade social e o modo que elas se articulam para a efetividade do processo educacional relacionado ao mecanismo *accountability*, temos que:

- a) A *organização*: as escolas do pensamento moderno na Teoria das Organizações, inseridas no paradigma positivista, como a Teoria Clássica da Administração, a Administração Científica e a Teoria da Burocracia – cada corrente com suas próprias teorias e conceitos – compartilham a visão de que a organização (algo observável) é uma entidade racional e hierárquica

(assimétrica), projetada para atingir objetivos específicos, com uma clara divisão de trabalho. Isso significa que as organizações são entidades planejadas com ênfase na administração da eficiência, na produtividade e na padronização. Essa perspectiva, todavia, é criticada por correntes pós-modernas, argumentando que a teoria moderna não leva em conta a complexidade e a heterogeneidade das redes sociais.

Aqui é oportuno destacarmos que os estudos organizacionais, alinhados às teorias pós-modernas, enfatizam a *liquidez* (Bauman, 2007) – diversidade, incerteza e ambiguidade – na compreensão da organização, prenunciando uma visão marcada pelo dissenso, fronteiras não estanques e uma negação da visão antropocêntrica de mundo. Com isso, buscam investigar a razão do fenômeno social, não na *homologia dos peritos*, mas na *paralogia dos inventores*.

A *homologia dos peritos* é uma expressão usada por Lyotard (2013) para se referir à visão moderna de que o conhecimento (objetivo e universal) é produzido e transmitido por especialistas em um campo específico, que compartilham linguagem e regras comuns. Segundo Lyotard, essa visão ignora a diversidade e a complexidade do conhecimento. Contrapondo-se a esse modelo, o autor destaca a *paralogia dos inventores*, um tipo de discurso que não segue as regras estabelecidas pela comunidade científica, mas que ainda assim pode ser produtivo e gerar novas formas de conhecimento ao valorizar a diversidade, a ambiguidade e a incerteza e que pode ser uma fonte de criatividade e de inovação.

Enquanto isso, distintamente das organizações criadas para atender a necessidades específicas, como produzir bens ou serviços,

- b) A *instituição*: tem uma função social mais ampla, ou seja, são criadas para atender a necessidades da sociedade como um todo. A esse respeito, Saes (2012, p. 283) explicita que a *instituição* designa os “processos sociais típicos de uma sociedade capitalista: isto é, a dimensão jurídica formal”. Ademais, complementa:

Observando a esfera do Estado capitalista, chamar-se-á “instituição estatal” ao conjunto das regras formais de ação proclamadas pelo Estado e oficialmente aplicadas na organização das suas atividades internas e na regulação das relações entre os indivíduos ou das relações entre Estado e indivíduos. Passando à observação da esfera escolar, chamaremos “instituição escolar” ao conjunto de regras formais de ação, corporificadas em documentos legais (regimento, regulamento) que prescrevem um comportamento “oficial” para todos os agentes do sistema escolar (Saes, 2012, p. 283).

Embora a escola, com sua dimensão jurídica formal, seja uma instituição, pois tem uma função socialmente reconhecida e importante para a sociedade como um todo – mesmo que se perca de seu sentido lato (formação *omnilateral* do homem) e ganhe outra configuração, formar cidadãos na ordem sócio metabólica do capital – ela é também uma organização com: estrutura hierárquica, administração centralizada e divisão social do trabalho. Essa instituição complexa, possui um conjunto de regras e procedimentos que orientam seu funcionamento e sua relação com o ambiente externo, incluindo outras instituições, como o governo e a sociedade em geral.

Além disso, mais do que uma organização, a escola é um “aparelho”, ela é o “[...] aparelho ideológico de Estado nº 1 [...]” (Althusser, 1980, p. 78), haja vista que é em seu *interior* que se trabalha com os indivíduos (crianças, adolescentes e adultos), várias horas por dia, por anos a fio. Althusser é esclarecedor sobre essa condição, ao afirmar que o “aparelho escolar, [era o] problema dos problemas para Lenin, porque ele sabia que o AIE [Aparelho Ideológico de Estado] escolar é determinante, na medida em que detém em seu poder o futuro: as jovens gerações” (*Idem*, 2008, p. 110). Temos ainda que:

Um Aparelho ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda a Ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorada” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de “suporte” (Althusser, 2008, p. 104).

Então, a característica do *aparelho escolar* – por seu caráter ideológico, que se liga ao *processo de regulação* e de controle da reprodução social –, típico da sociedade capitalista, abrange agentes (diretor, coordenador, professores, funcionários) e o uso de recursos materiais (prédios, equipamentos, livros, material didático etc.), para cumprir o objetivo da instituição: a transmissão de conhecimento científico e cultural aos estudantes (Saes, 2012).

No entanto, é necessário entender, como expõe Menezes (2019), que para Althusser, a escola não pode ser pensada como um simples aparelho reprodutor das relações e do modo de produção capitalista. O que ela realiza é a reprodução das *condições de produção*, uma vez que ela está inserida em um contexto histórico-social determinado: “É somente no próprio seio dos processos de produção e de circulação que esta reprodução é realizada” (Althusser, 1980, p. 36). Para o autor, a *teoria da reprodução* não restringe a escola a um mero mecanismo ou a um estado de imobilismo, mas sim, desvela o fato de que a escola participa de um modo ou de outro da reprodução do sistema hegemônico no qual está inserida.

Assim, quando o Estado desenvolve uma política educacional neoliberal, centrada nos princípios político-administrativos e pedagógicos gerenciais, com uma *accountability* na perspectiva do mercado, a escola reproduz os valores capitalistas. Principalmente, porque as conexões *avaliação, responsabilização e prestação de contas* que caracterizam a *accountability* educacional, como destaca Afonso (2013), são conceitos interligados ao controle, justificação, informação e sanção.

Por isso, a *accountability*, por sua concepção conceitual “[...] ampla, fundamentada e complexa do ponto de vista teórico-metodológico, político, axiológico e epistemológico [...]”, não pode ser simplificada como uma pura “[...] prestação de contas ritualística ou simbólica, nem ser associado [de forma automática] a perspectivas instrumentais, hierárquico-burocráticas, gestionárias ou de mero controle, para as quais parecem remeter, muitas vezes, os discursos e as práticas vulgares” (Afonso, 2009b, p. 16).

Portanto, ao se investigar os processos de *accountability* educacional, precisamos compreender: Quem controla? O que se controla? E como se controla? Controle, avaliação, informação, responsabilização e prestação de contas executados por agentes distintos sugerem resultados distintos, pois os critérios dependem da perspectiva ideológica do agente que define aspectos relevantes a serem avaliados (Menezes, 2019).

No campo específico da produção dos conhecimentos, segundo Althusser (1980, 2008), é preciso definir em que meio este conhecimento é veiculado e onde ele é produzido: Quem o produz? É produzido em uma conjuntura de *filosofia universitária*. Quem o veicula? Sua disseminação ocorre no *interior de uma instituição formal*.

Considerando ainda a perspectiva althusseriana, nas organizações produtivas há a ideia de perpetuação da realidade. Todavia, não basta assegurar a reprodução da força de trabalho ou das condições materiais, é necessário tornar inquestionável a *necessidade* de sua reprodução, bem como a submissão (*sujeição*)¹⁸¹ e o reconhecimento da/na ordem existente. Com isso, busca-se garantir a efetividade dos meios que impossibilitem, em uma perspectiva de enquadramento, o indivíduo de pensar sobre suas condições na organização.

Isso posto, o que temos é a formação de uma cultura organizacional, em que cada organização, com sua configuração singular (enquanto particularidade), busca influenciar os indivíduos que participam de sua estrutura. Em seu *interior*, definem-se processos e

¹⁸¹ O conceito de sujeição em Althusser corresponde a um mecanismo de efeito duplo em que o agente reconhece o sujeito e se sujeita a um sujeito absoluto. Em cada ideologia, o lugar do sujeito é frequentemente ocupado por entidades abstratas (Deus, a Humanidade, o Capital, etc.), que, embora específicas em cada uma, são perfeitamente equivalentes nos mecanismos da ideologia em geral (Althusser, 2008).

estratégias capazes de conduzir aos resultados desejados e, por seu aparente “sucesso”, acabam por formar uma espécie de *ethos organizacional*.

Por meio de variados processos sociais, imagens, símbolos, rituais etc., desenvolve-se na escola, p. ex., uma cultura durante o curso das interações sociais, em que sistemas de valores diferentes – das diversas “subculturas” existentes – competem entre si. A função da ideologia da cultura organizacional do grupo hegemônico é mascarar tanto as relações de poder, como fazer crer que as coisas devem funcionar de tal forma e não de outra.

Nesse contexto, a vida dos indivíduos flui “suavemente” no *intèrieur* (*interior*) da organização, na medida em que seu comportamento esteja de acordo com os códigos escritos (formais) e não escritos (informais), ditados pelos sistemas e subsistemas existentes. Faria e Meneghetti ajudam a entender esse comportamento, ao analisar a dinâmica de uma empresa:

Para garantir um bom emprego, adquirir segurança e estabilidade financeira, buscar o reconhecimento social através do cargo que ocupa em uma empresa, aos quais os indivíduos são submetidos e cobrados constantemente, o novo trabalhador aceita as regras organizacionais sem questioná-las quanto a sua validade e legitimidade. Troca-se, portanto, a submissão à organização pelo reconhecimento social, construído ao longo da vida e cobrado pela sociedade (Faria; Meneghetti, 2007, p.50).

O que temos é uma cultura construída no dia a dia, baseada em rotinas, mas também, uma cultura que “vai muito além; lemas, linguagem evocativa, símbolos, cerimônias [...] que decoram a superfície de uma vida organizacional, simplesmente oferecem pistas da existência de um significado mais profundo e difundido” (Morgan, 2006, p. 138).

Assim, devemos nos atentar que a cultura organizacional é o conjunto de valores, de crenças, de normas, de comportamentos e de práticas compartilhados pelos membros da organização, ou melhor, é uma arena de batalhas ideológicas, expressão da luta de classes. Em uma perspectiva antropomórfica, a “personalidade” e a “identidade” da organização influenciam a forma como os indivíduos se comportam e interagem entre si e com o ambiente externo.

Disso, podemos considerar que existe no interior da organização uma tenção entre uma *cultura forte*, que busca promover um reconhecimento – em outros termos, identificação – do indivíduo em relação à estrutura; e, por outro lado, uma *cultura fraca*, incapaz de evitar conflitos, falta de comprometimento e resistência aos valores organizacionais. Em grande medida, o grau da assimilação e da disseminação dessa cultura é definida, internamente, pela ação dos grupos hegemônicos, isto é, pelas políticas e práticas desenvolvidas no cotidiano da própria organização, por meio de treinamentos e planejamentos, podendo ser reforçada por meio de recompensas e reconhecimento social; além dos fatores externos.

O planejamento, entre suas várias funções, enquanto expressão das políticas aceitas pela organização, visa também combater os *hábitos disfuncionais* – uma espécie de *anomia organizacional* –, comportamentos ou práticas dos indivíduos que prejudicam a *performance* da organização. Esses hábitos podem incluir a baixa eficiência, a falta de colaboração, a postura *unaccountability*, a falta de comprometimento e a resistência em aderir aos valores da gestão.

Contra as disfunções – no melhor estilo durkheimiano, com sua tese da anomia social (Durkheim (2002) – a *accountability culture* busca promover o comprometimento dos indivíduos em relação aos resultados da organização, agindo de forma sistemática para aumentar a *accountability* individual e organizacional. Essa cultura irrompe nas escolas por um conjunto de práticas de avaliação e de padronização que se concentram em medir o desempenho dos estudantes em relação a padrões pré-determinados.

Por isso, a *accountability culture* é uma cultura que amplia o controle de cima para baixo nas escolas, enfatizando a responsabilidade, a responsabilização e a prestação de contas de professores e gestores pelos resultados dos estudantes. Contudo, isso só se torna possível porque a *accountability* foi internalizada (culturalmente), de um modo ou de outro, pelos indivíduos, seja assimilando-a (ação positiva) ou resistindo a ela (ação refratária).

Os indivíduos, ao assimilarem a *accountability* internalizam o valor da obrigação ou a vontade de aceitar a responsabilização pelas ações. Isso é reforçado pela *accountability culture*, uma disposição e um desejo por assumir a *accountability* pelo resultado exigido. Como decorrência, temos um indivíduo que se pergunta continuamente: *Como estou me saindo?* Por sua vez, esse ambiente possibilita no indivíduo a formação de um *habitus*: ver um problema, chamar para si a responsabilidade pelo problema e fazer o que for necessário para resolvê-lo, ou seja, corrigir a situação.

Simultaneamente, há uma disposição no coletivo ajustado à *accountability culture* em gerar um ambiente favorável e condizente com a responsabilização mútua pelos resultados. Com isso, cria-se uma estrutura de influência direcionada aos indivíduos refratários da cultura que se busca implantar. O que incita o comprometimento mútuo com o objetivo organizacional. No caso da educação, a *accountability culture* opera por meio da sedimentação de valores, que tanto reforçam determinadas práticas, justificando-as, como disseminam, por meio de suas ferramentas e de seus processos, novos valores – inculcando-os.

A formação dessa *accountability culture* na educação do Ceará, em particular, Fortaleza, fica evidente na fala da Dir.^a Sofia (ED1E1):

[Pesquisador] A senhora falou da questão dos pais. Que ficam feliz com a

premiação. Então, a comunidade, ela tem conhecimento desse ranqueamento?

[Dir. Sofia] Todos os anos, a gente [organiza] as *turmas foco*, no sentido de que são as turmas que vão fazer essa avaliação [Spaace]. Não que as outras não sejam [foco] ... Mas a gente chama de *turma foco* para dá ao pai, um senso de responsabilidade sobre aquela série que o filho dele está. Não tirando a responsabilidade nas outras turmas. Mas o que a gente precisa encontrar estratégias ... E elas, naquele momento são as *crianças Foco*, porque são as crianças que vão ser avaliadas e não só pela questão da avaliação, mas porque são as crianças que ... principalmente as crianças do segundo ano, porque são [as] crianças que ... precisam ... atingir o objetivo ... Qual é o objetivo? Que elas saibam ler e escrever, ao sair do segundo ano. Esse é o objetivo. O objetivo não é a nota. O objetivo é que essas crianças cheguem no final do ano lendo, escrevendo automaticamente [assim] o meu objetivo do Spaace será alcançado.

[Pesquisador] Então tem uma cultura de avaliação, responsabilização, *accountability* sendo criada?

[Dir.ª Sofia] O objetivo é acabar com a distorção [escolar]. O objetivo é acabar com a não-alfabetização. Então ... quando a gente chama os pais [e] a gente deixa ... eles cientes, porque essas *turmas foco* ... que eles vão fazer a avaliação, que essa avaliação é ranqueada, que a escola ... é avaliada ... por esta nota. Que os recursos que vêm para a escola são baseados nisso. Então, quanto melhor a nota, melhor para a escola, né? E, a gente recebe, pode receber a premiação e essa premiação é investida dentro da escola ... É tanto que, quando a gente recebeu o prêmio, foi feita a reunião. Foi mostrado para os pais ... as melhorias que tinham sido feitas lá no outro prédio. Tudo isso é colocado para a comunidade e a gente começa a trabalhar isso quando as crianças chegam aqui no primeiro ano. Porque eles já entram no ritmo. Tanto que ... o próximo ano [dizem os pais] é o meu filho ... Então, assim, precisa que isso esteja muito bem enraizado neles para que a gente consiga o objetivo que é a criança aprender. E ela só vai aprender se ela estiver aqui. Se eu não fizer isso, eles não avançam. É de uma irresponsabilidade extrema. Tem ... situações que você fica assim [expressando gestos e semblante de espanto] ... Você está brincando comigo, meu amigo, toda essa coisa tem.

Além disso, por processos de inter-relação entre as tarefas, o coletivo visa alcançar os fins almeçados, tornando certas *práticas orgânicas*, como um sistema aberto apto a ajustes. Por exemplo, ao se conceber as organizações como organismos, uma estrutura organizacional “viva”, ideologia necessária à estrutura, temos que: se uma “tarefa A” depender de uma “tarefa B”, para se atingir os resultados esperados, então há uma inter-relação entre as duas tarefas; isso exige o controle mútuo entre os agentes (administração) envolvidos.

É nesse contexto que se reforça o panoptismo organizacional, em que o *olho que tudo vê* está lá, vigiando cada indivíduo da escola. A *accountability culture* muito mais que reforçar normas e hierarquias entre os sujeitos, permeadas pelo poder das sanções (punições), impõe a cultura do poder disciplinar de vigiar. Vejam o recente caso do Estado de São Paulo, no qual o Governador bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos) determinou, através de Portaria publicada no diário oficial, em 28 de julho de 2023, que diretores passem a observar as aulas de professores semanalmente e elaborem um relatório para ser enviado à Secretaria de Educação.

Disso, resulta que cada membro da organização escolar é vigiado por seus

próprios pares, por formas de controle e de dominação ideológica, que envolvem dispositivos de motivação ou de sanção. O que ocorre hoje é, conforme já exposto no Capítulo II, a utilização nos espaços educacionais de métodos de vigiar que extrapolam o registro de frequência. Busca-se controlar a própria subjetividade do ser. Por relatórios on-line, o *olho do Observador* acompanha desde o tempo dispendido para a realização de uma aula as finalidades de um projeto educacional.

Assim, impõem-se as escolas e aos seus membros uma cultura enganosa que “sequestra” e fragmenta a subjetividade do indivíduo: uma *doação forçada* que ele faz de sua subjetividade para o coletivo; essa ação promove um conflito entre o *desejo total* e o *desejo compartilhado* desse ser, pois ele renuncia, em prol do coletivo, os objetivos que almeja só para si (Faria; Meneghetti, 2007). Uma vez submetido à *accountability culture*, seja convertido ou infiel ao credo organizacional, o indivíduo torna-se um executor de tarefas com grande carga psíquica, uma vez que são impedidos de refletir sobre sua real condição.

Trata-se da desastrosa condição da subjetividade no mundo, na qual o processo de produção de mercadorias e a própria mercantilização da vida – o trabalhador é uma mercadoria – conduz à criação de uma objetividade que anula os próprios sujeitos. Sombras humanas, nem ativas nem passivas, ou ambas, com objetividade sem subjetividade. Vivos mortos existindo por aí como zumbis, mortos-vivos de um sistema que cadaveriza tudo o que toca. Sujeitos com subjetividade fragmentada, mutilada, para qual, por sua vez, a realidade é como um mundo exterior, pois o processo de produção, resultado do trabalho coletivo, aparece aos seus olhos como um poder estranho ao próprio trabalho e ao mundo dos homens. Assim, sem ter o controle sobre o processo produtivo e estranho aos demais sujeitos, o ser coisificado tem sua existência ligada à organização empresarial.

Neste ponto, é possível construir um liame, mesmo que sutil, entre a teoria AIE de Althusser (1980, 2008) e a crítica de Gaulejac (2007) às organizações, tomadas por este último autor como sistemas de influência que se baseiam em contradições e em requerimentos incompatíveis entre si. Quer dizer, organizações com objetivos contraditórios ou impossíveis de serem realizados simultaneamente. Por exemplo, um sistema educacional pode exigir que os professores sejam altamente eficientes e produtivos – em uma lógica neoliberal –, mas também que sejam criativos e inovadores – em uma perspectiva humanista –, o que é difícil de conciliar em uma instituição educacional.

Essas exigências conflitantes, além de gerarem pressão psicológica em professores, que se sentem incapazes de atender a todas as demandas ao mesmo tempo, firmam a ilusão de que a escola é uma organização apta a *aprender e*, inclusive, a *aprender a*

desaprender. Isso se processaria como parte da aprendizagem individual de seus membros, que serve de base para a aprendizagem na organização.

Todavia, embora a organização, de acordo com essa perspectiva, aprenda por meio dos indivíduos que a compõem, ela não dependeria de qualquer membro (individualmente) para isso. Enquanto uma *organização de aprendizagem – Escola Nota 10* – ela seria a geradora da qualidade educacional e a apaziguadora das contradições. Ela instigaria, pois seria a causa/razão do/da: pensamento sistêmico; comunicação e diálogo; trabalho coletivo; questionamento e problematização de pressupostos baseados na reflexão coletiva; experimentação e mudança (inovação).

Logo, por uma *aprendizagem organizacional*, teríamos nessa “entidade” a memória organizacional e a ocorrência da transferência, compartilhamento e retenção do conhecimento. Na verdade, o que temos é um fetichismo organizacional ou institucional, pois essas “entidades” se tornam, por uma ideologia mistificadora – seja por uma *organização de aprendizagem* ou por um *aprendizagem organizacional* –, uma realidade objetivada frente às estruturas simbólicas da vida cotidiana.

Ademais, essa realidade vai se consolidando com o auxílio da *accountability culture*, uma parte das complexas operações sistêmicas da sociedade capitalista. Que opera, não como simples corpo de valores ou discursos moralizantes, mas como uma expressão da superestrutura em interação e inter-relação com os processos materiais da vida cotidiana, contribuindo para a coisificação do ser humano e para a humanização das organizações.

Em uma espécie de antropomorfismo, passa-se a atribuir à organização (entidade não-humana), virtudes e qualidades humanas como a crença de que a organização aprende – fenômeno presente nos modelos de *aprendizagem organizacional* (Shaw; Perkins, 1993). Sobre isso, Argyris e Schön (1978) indagam: o que é uma organização para que ela possa aprender? Bastos, Gondim e Loiola (2002, p. 11) afirmam que “o uso ingênuo do conceito de aprendizagem organizacional [...] associa-se a riscos de reificação e de antropomorfização da organização”.

Gaulejac (2009), em artigo *Existir en un mundo paradójico*, elabora uma crítica à ideia de *antropomorfismo organizacional*. Para o autor, esse antropomorfismo é problemático, porque pressupõe que as organizações têm vontade própria e agem de forma consciente e intencional, como se fossem seres humanos:

É radical o desentendimento entre as expectativas fantasmagóricas do sujeito que transforma a organização em aparato psíquico do qual espera amor e gratidão e as demandas da organização submetida à lógica financeira e funcional. O antropomorfismo organizacional é comum. Consiste em considerar a empresa como

um ser humano, dar-lhe sentimentos, uma vontade, pensar que ela pode cuidar das pessoas, preocupar-se com o destino delas, expressar apreço, amá-las. O discurso da direção e da hierarquia pode manter essa ilusão quando evoca a promoção do mérito, a recompensa dos esforços feitos pela empresa, a consideração do fator humano, a consideração da pessoa, as aspirações dos funcionários.... Tanto que os Agentes querem acreditar nisso. É tanto mais difícil libertar-se psiquicamente deste sistema porque ele não fornece apenas benefícios materiais - salário, cargo, relações sociais, benefícios em espécie - mas também subjetivos - suporte identitário, reconhecimento simbólico, satisfação narcísica. Para manter tais vantagens, é preciso aprender a se adaptar, a se conformar, a reprimir suas objeções, a viver no paradoxo e a “gerenciar” as consequências que dele derivam. É particularmente importante legitimar a própria submissão, a fim de preservar um mínimo de auto-estima e justificar suas ações quando forem contrárias à sua consciência moral. A partir do momento em que o sujeito se compromete, seja na aceitação passiva, seja na adesão ativa, a responder às demandas que contradizem suas aspirações e convicções, ele busca adequar estas últimas, ajustá-las às expectativas do sistema, modificá-las para atenuar diferenças e reduzir as tensões que elas causam. [...] Aqueles que ditam as regras do jogo, as normas, as modalidades de funcionamento e os valores, ou seja, aqueles que encarnam simbolicamente o Direito, aliviados por aqueles que se encarregam de sua aplicação (gestão), são os mesmos que põem em movimento a ordem paradoxal. [...] Diante de ordens paradoxais, a reação mais “normal” é mantê-la contra si mesmo. Como posso estar bem na frente de todo mundo? Tanto que denunciar a hierarquia corre o risco de ser sancionado e excluído. A partir daí, a transformação em seu oposto é um mecanismo de defesa que permite que você se proteja apesar de tudo. É preferível pensar que “sou eu que saí dos trilhos”, para se colocar como responsável pelo que acontece, o que é definitivamente menos ameaçador. Para proteger a figura do poder protetor de que “violentamente” tem necessidade, para não se aprisionar no medo e na depressão, o sujeito prefere assumir a responsabilidade até se apresentar como seu próprio perseguidor: ele é o culpado porque não foi bom o suficiente, não fez o suficiente, não é competente o suficiente para motivar, ou não estava em seu lugar. Portanto, ele merece sua sorte. Cabe a ele adaptar-se, ser flexível, fazer os esforços necessários para “prosperar” (Gaulejac, 2009, p. 34-35, tradução nossa).

Esse longo extrato de Gaulejac nos auxilia a compreender que o antropomorfismo organizacional, presente na linguagem metafórica de *escola accountable*, é resultado de um processo de fetichização e de reificação. A primeira ideia, atribui às organizações ou a seus elementos características humanas, como se fossem seres vivos ou agentes conscientes; a segunda, trata a organização como se ela fosse uma coisa concreta e objetiva, como se tivesse uma existência independente dos sujeitos que a compõem. Nesse processo, os indivíduos são pressionados a se conformarem com as metas e com os padrões pré-estabelecidos nas *organizações educacionais*, em detrimento de suas necessidades individuais.

Essa mistificação é semelhante à ideia presente no título de nossa seção 9.2, “A árvore de desempenho: eis que ‘vossos olhos se abrirão e sereis como deuses’ – Será?”, que indaga se o desempenho acadêmico pode elevar os estudantes a um *status* de superioridade ou deidade. Portanto, tanto o título quanto o extrato de Gaulejac apontam para a necessidade de uma reflexão crítica sobre a relação entre os indivíduos e as organizações, questionando as representações idealizadas e os sistemas de poder presentes nessas estruturas.

Partindo da ideia defendida pelos Estudos Organizacionais, de que as organizações são sistemas abertos, temos, no contexto da acumulação flexível, a concepção da *Teoria do Capital Intelectual* (TCI). Para essa teoria, caracterizada pela afirmação de que o conhecimento é o principal fator de produção do capitalismo neoliberal: “A informação e o conhecimento são as armas nucleares da nossa era” (Stewart, 1998, p. 13). Diz ainda o autor:

O conhecimento tornou-se o principal ingrediente do que produzimos, fazemos, compramos e vendemos. Resultado: administrá-lo – encontrar e estimular o capital intelectual, armazená-lo, vendê-lo e compartilhá-lo – tornou-se a tarefa econômica mais importante dos indivíduos, das empresas e dos países. [...] O capital intelectual constitui a matéria intelectual – conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência – que pode ser utilizada para gerar riqueza [...]. O capital Intelectual é a soma do conhecimento de todos em uma empresa, o que lhe proporciona vantagem competitiva (Stewart, 1998, p. 11-23).

Uma das consequências dessa ideologia é a exigência que as energias despendidas no interior das organizações devem voltar-se à produção e à gestão do *capital intelectual*, na cadeia de valor. Ao norte dos desígnios do fetichismo da mercadoria-força de trabalho, essa TCI, estuário da *Teoria do Capital Humano*, é uma estratégia da *modernização conservadora* que mantém a educação como esfera utilitária para maior extração de mais-valia.

A TCI aguça a competitividade, sobre as bases neoliberais, instaurando a *gestão do conhecimento* e a *gestão do sofrimento psíquico*, formas de legitimar na sociedade a *mais-valia relativa* – diferença entre o tempo de trabalho necessário para produzir a mercadoria e o tempo de trabalho excedente que o trabalhador realiza para o empregador. Retomaremos essa análise mais à frente, mas para nossos fins momentâneos, podemos afirmar que na educação, essa *mais-valia relativa* está ligada à racionalidade instrumental, com sua lógica meio-fim.

Ou seja, esse cálculo utilitário de consequências resulta na gestão do conhecimento na escola, que se efetiva no monitoramento e no controle do trabalho docente, limitando a liberdade (capacidade) criativa e inovadora de gestores e de professores e gerando o sofrimento psíquico – tanto nesses sujeitos, como entre os estudantes, por não cumprirem as metas organizacionais. Sobre essa questão, pensemos a partir de Safatle, Junior e Dunker (2021, p. 10-11):

Nesse sentido, a noção de “gestor” do sofrimento psíquico ganha importância em dois sentidos, a saber, como aquele que gera e aquele que gerencia. Pois o sofrimento psíquico é não apenas produzido, mas também gerido pelo neoliberalismo. Por isso, cabe compreender o neoliberalismo como uma forma de vida nos campos de trabalho [...]. Como tal ele compreende uma gramática de reconhecimento e uma política para o sofrimento. Enquanto liberais clássicos, descendentes de Jeremy Bentham e Stuart Mill, consideravam que o sofrimento, seja do trabalhador, seja do cidadão, era um problema que atrapalhava a produção e criava obstáculos para o desenvolvimento e para o cálculo da felicidade, como máximo de prazer com mínimo de desprazer, a forma de vida neoliberal descobriu

que se pode extrair mais produção e mais gozo do próprio sofrimento. Encontrar o melhor aproveitamento do sofrimento no trabalho, extraindo o máximo de cansaço com o mínimo de risco jurídico, o máximo de engajamento no projeto com o mínimo de fidelização recíproca da empresa, torna-se regra espontânea de uma vida na qual cada relação deve apresentar um balanço e uma métrica.

Ao indivíduo são impostas relações que sustentam a totalidade capitalista. A TCI, uma dessas articulações, atravessa a realidade com sua ideologia de *sociedade informacional e do conhecimento*, baseada na fantasmagoria social e na ontologia meritocrática, que busca refundar a subjetividade do trabalhador de modo mutilado e volátil.

Esse modelo de sociedade cultiva a individualidade neoliberal, escamoteando as relações sociais capitalistas. Ao justificar a desigualdade como fenômeno natural, seu postulado cristaliza, sob o véu da inexorabilidade do *Zeitgeist*, a ética da competitividade dos mercados, reproduzindo os marcos do trabalho abstrato realizado pelo *homo oeconomicus*.

Nisso, o *capital intelectual* influencia e é influenciado pelo *meio* em três dimensões: capital humano, capital de marca (estrutural e cliente, capital-cliente ou relacional). O primeiro, capital humano, consiste no conhecimento e nas habilidades pertencentes ao trabalhador; todavia, esse elemento é considerado insuficiente para sustentar a reprodução do capital, pois há o risco de depreciação, quando o conhecimento permanece com o indivíduo.

O segundo, capital estrutural, é relativo ao conhecimento do trabalhador, mas agora sistematizado e “transferido” à organização; isso possibilita que o conhecimento integrado na esfera organizacional se torne coletivo, mas fragmentado – logo, o capital avança em direção à precarização das condições de trabalho. A terceira dimensão, capital de marca, refere-se à reputação da organização no mercado; reconhecimento que vai além dos atributos tangíveis de um produto ou serviço, é um capital relacional empresa-clientes, rede de relacionamentos que gera valor. Sendo que, nas relações fantasmagóricas, a identidade da empresa (*coisa criada – o objeto*) e a identidade do trabalhador (*sujeito criador – o elemento consciente*) se confundem.

Na verdade, há uma inversão provocada por processos de reificação e fetichismo. O trabalhador é induzido a se identificar com a empresa. De tal modo, que sua subjetividade é manipulada e mutilada por virtudes empreendedoras de um *homem performático*. Assim, a empresa é convertida em *objeto-criador*, enquanto o sujeito transfigura-se em sua *projeção*, um *ser-objeto*, um *ser “coisal”* de humanidade danificada (estranhada).

Doravante, o trabalhador – um *empregado* – é levado a vestir a camisa da empresa, como se essa fosse sua segunda pele, pele que visa revestir os zumbis, criaturas

psiquicamente mortas. Aqui, os empregados são tidos como reflexos da empresa ou vice-versa: a empresa é/será reflexo de quem você é. Todavia, se a empresa busca projetar no empregado os seus valores, ela almeja que a reflexão do *ser coisal* resulte de uma consciência enquanto epifenômeno. Nessa concepção, a consciência seria apenas um reflexo passivo da realidade objetiva, sem ter um papel ativo em sua construção.

No entanto, mesmo na empresa flexível, na qual o sujeito – essa mercadoria barata e facilmente substituível que – corre o risco de quebrar-se e de não conseguir recompor os cacos de subjetividade estilhaçada, ainda é capaz de remontar o mosaico de sua própria história. Logo, a ideologia hegemônica não consegue controlar em sua integralidade o ser social. O sujeito, concebido como uma *coisidade*, *ser “coisal”*, é bom que se diga, nunca perderá sua verdadeira humanidade. Por isso, algum dia, poderá ter uma atitude ético-política, mesmo que caótica, dos “não mais mortos”, aqueles cujo corpo estava em necrose e cujos olhos da mente repletos de ilusões e de mal-estar permanente, ressurgirão das trevas da alienação (estranhamento).

Isso porque, conforme o último Lukács (2013, v. 2), em sua teoria do reflexo, a imagem refletida é uma forma particular de objetividade, mesmo que não seja real. O reflexo implica não apenas na projeção de uma imagem, mas numa concepção dinâmica da relação entre sujeito e objeto. Na qual, a consciência tem um papel ativo na construção da realidade, impulsionando o intercâmbio com a objetividade – e com a *práxis* em geral.

Portanto, mesmo que habitemos n’*A cidade perversa* (Dufour, 2013), adictos de uma lógica que nos impele a toda forma de apego ao fetiche, uma vida erotizada e acrítica, presa no consumismo; ou, trabalhando (vivendo) em uma *cena perversa* (Moreira; Rosário, 2012), na qual domina a figura narcisista, fazendo esmaecer os laços sociais, promovendo um individualismo em torno da cultura dos ideais neoliberais do *Eu S/A*, é possível que em algum momento da história, consigamos intentar escrever uma outra história, colando os cacos de nossa subjetividade e construindo uma existência emancipada.

Uma das principais expressões da perversão neoliberal contra essa possibilidade é, a saber, o fetiche, que transforma o outro em um objeto inanimado, um meio para realizar e satisfazer desejos, e, ao mesmo tempo, transforma o objeto em um outro animado, um fim para o qual todos os meios são justificados.

Em acordo com essa regra perversa da inversão, a instituição escolar é vista cada vez mais como uma empresa, organização que deve ser gerenciada de forma eficiente e produtiva: gerando capital humano, consolidando capital estrutural e agregando ou difundindo um capital de marca (*Escola Nota 10*, uma *escola de campeões*).

Isso significa que a organização escolar é avaliada com base em sua capacidade de atender às demandas dos cidadãos-clientes, dos estudantes e dos pais dos alunos, enfatizando a competição, ou melhor, a disputa, p. ex., entre as escolas, para atrair estudantes e recursos financeiros. Ao mesmo tempo que se desenvolve por processos que constituem a própria base de uma Gestão Democrática da Educação Pública, ações que em sua natureza são positivas, mas que acabam reforçando, consciente ou inconscientemente, por parte de seus executores, a reprodução daquilo que as oprime. Vejamos isso na fala da Dir.^a Sofia (ED1E1):

[Pesquisador] Diretora, que estratégias de gestão escolar foram definidas e aplicadas para evidenciar a melhoria do desempenho dos estudantes nas provas do sistema nacional de avaliação.

[Dir.^a Sofia] Primeira coisa que a gente precisa fazer é conscientizar os pais da importância desse momento. Para a escola e para os filhos deles. Então, são feitas reuniões, muitas reuniões com eles ... É feita essa conscientização com as pessoas da escola. Todas. Do porteiro aos serviços gerais, as meninas da cozinha ... Olha! [Gesticulando muito, e chamando a funcionária da cozinha] Eu digo [para] as meninas da cozinha: o almoço que você prepara, o lanche que você prepara, vai facilitar ... [o dia a dia] porque essa criança, ela vai ficar de barriginha cheia. Se você não faz uma comida gostosa, ela não vai comer, vai ficar com fome. E aí ela não vai aprender ... Da mesma forma os meninos dos serviços gerais. Se eu vou ao banheiro e ele tá sujo, aquilo ali vai causar um desgaste, né? Se a gente tenta fazer toda essa conscientização, fora as outras... As outras estratégias que a gente tem de reforço, né? Os atendimentos individuais com as crianças que apresentam maiores dificuldades ... Como a nossa escola [é] de tempo integral ... eles saem [às] 16 horas. Essas crianças são atendidas no horário das 16h às 17h. Para gente tentar sanar as dificuldades ... E aí, como vai se aproximando mais pertinho ... a gente tem as aulas de sábado. Que não é só aquela coisa maçante de sala de aula. Tem um momento da sala de aula, aí tem o momento da diversão. Para eles é um banho de torneira, é uma piscina de plástico que a gente monta ... É um passeio que a gente faz com os meninos maiores, então assim faz tudo para que eles entrem no clima.

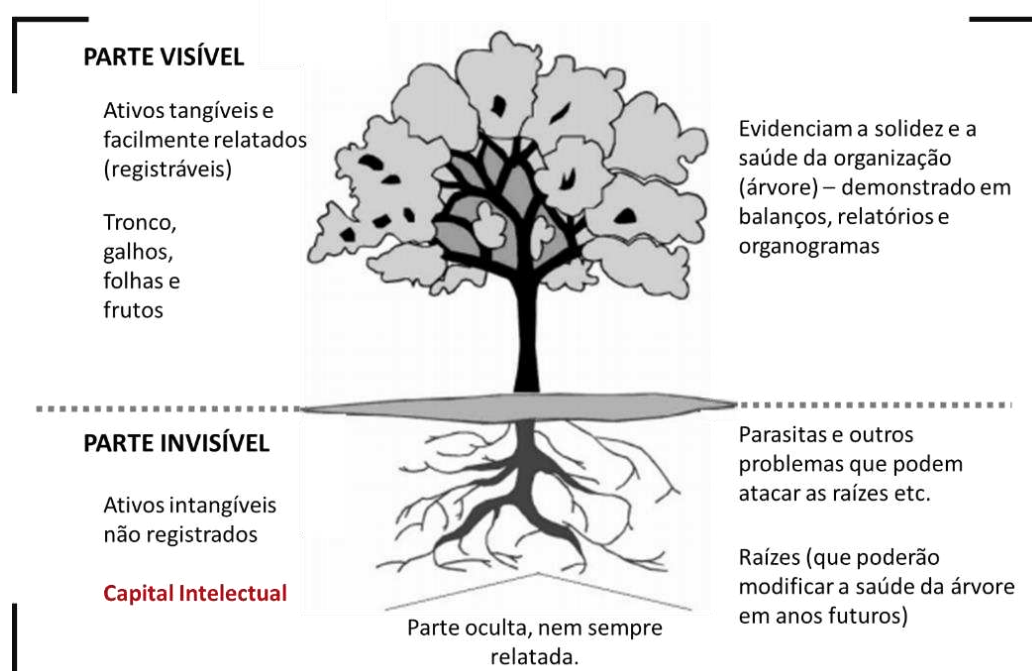
Nesse contexto, o imaginado *capital intelectual* se tornou uma das principais fontes de acumulação de capital. Isso significa que as estruturas de elaboração, de canalização e de difusão do conhecimento se tornam centrais para a economia capitalista. Espaços imprescindíveis para a formação de capital humano, ou seja, a formação de indivíduos capazes de contribuir para a economia e para a sociedade capitalista como um todo.

Se supormos uma empresa como um organismo vivo e a escola como uma empresa, o *capital intelectual na empresa educacional* – um valor intangível que uma escola possui em termos de conhecimento, de habilidades, de experiências e de relacionamentos – pode ser compreendido na *metáfora da árvore de desempenho*, uma *arbor generis capitalis*. Essa representação é uma técnica de gestão que busca identificar as *relações de causa e efeito* entre os elementos que compõem um sistema, de forma a permitir a análise e o monitoramento da *performance* organizacional.

Para Edvinsson e Malone (1998), o capital intelectual, uma soma do capital

humano e do capital estrutural está representado na metáfora da *árvore de desempenho* (Figura 30). Nessa árvore, as partes tangíveis (visíveis), tronco, galhos e folhas constituem a aparência (valor contábil) da empresa ou como ela é conhecida pelo mercado. O tronco fornece suporte e estabilidade para a realização dos trabalhos, crescendo conforme os valores da empresa. Os galhos são as diferentes áreas de conhecimento nela existentes, garantindo a inovação e a criatividade produtiva. Já as folhas, são seus valores que se multiplicam e se espalham conforme se consolidam.

Figura 30: A árvore de desempenho: uma metáfora (linguagem) do Capital



Fonte: Elaborada pelo autor, adaptado de Edvinsson e Malone (1998, p. 28).

Os frutos são os produtos (novas ideias e soluções geradas), bem como os resultados alcançados (os lucros). As raízes, o capital intelectual em si, é a parte intangível (não-visível), representando o valor oculto da empresa: “Para que a árvore floresça e produza bons frutos, ela precisa ser alimentada por raízes fortes e saudáveis” (Edvinsson; Malone, 1998, p. 28). Assim, são das raízes que a árvore obtém a força e o conhecimento que a nutrem, gerando a inovação.

Se, por um lado, a metáfora da árvore de desempenho é utilizada para ilustrar de forma visual e simplificada os diferentes elementos – capital humano, estrutural e relacional – que compõem o capital intelectual da organização. Por outro lado, ela suscita a suspeita de que as organizações e seus esquemas operatórios encerram em si um caráter inautêntico, como se de uma potência própria fossem capazes de emancipar-se do humano, seus

operadores.

Eis que a TCI é uma teoria fetichista, tratando o conhecimento humano como uma mercadoria que pode ser gerenciada e valorizada pela empresa, mistificando a relação entre trabalho e valor na ordem do capital, ocultando a exploração da classe trabalhadora. Assim, por processos de reificação, a empresa é tida como tendo vida, passando a dominar a existência dos indivíduos que trabalham nela, que por sua vez são vistos como meros instrumentos de produção.

Para compreendermos devidamente essa problematização, devemos atentarmo-nos para o fato de que na história ocidental da *técnica*, conforme o modelo clássico, os *artefatos* – manifestações da criação humana – são tidos como objetos inertes, estáveis e controlados. Além disso, como produtos da *techné*, são carentes do impulso *autopoiético* da natureza, isto é, não possuem em si, o princípio da criação – da mudança e não mudança.

Nessa acepção, na relação da manipulação (instrumentalidade) e os seus efeitos – distinguindo o natural do artificial, mas também o poder do criador da matéria trabalhada e enformada –, alguns filósofos clássicos, atribuíram aos *artefatos* (objetos não-naturais) um papel de segurança e de confiabilidade perante as mudanças do mundo externo. Os objetos, com sua estabilidade, em certa medida, são como pontos aos quais sempre se pode voltar, quer dizer, o ser humano teria no objeto, o momento de reaver sua *invariabilidade*, contra a máxima heraclitiana de que o mesmo homem nunca pode entrar no mesmo rio.

Sobre isso, Arendt (2007, p. 137) afirma:

As coisas do mundo têm a função de estabilizar a vida humana; a sua objetividade reside no facto de que – em contradição com o dito de Heráclito de que o mesmo homem nunca pode entrar no mesmo rio – os homens, apesar da sua contínua mutação, podem reaver a sua invariabilidade, isto é, a sua identidade, nos objetos que não variam, como a mesma cadeira e a mesma mesa.

Entretanto, o sofá, produto da *techné*, também muda, através de processos de design, de inovação e de evolução tecnológica; e ele se desgasta devido ao tempo, ao uso, entre outros fatores. Só que essa mudança não é guiada por uma intencionalidade consciente. O sofá é incapaz de se produzir e reproduzir a si próprio. A essência do sofá é a sua natureza material, que o distingue do impulso *autopoiético* da natureza. Com isso, buscamos afirmar que a natureza do objeto sofá se refere à sua condição de ser produto do trabalho humano, através de uma determinada *techné*.

Essa essência dos objetos se diferencia da *essência e da natureza humana*, porque os seres humanos são capazes de se produzirem e reproduzirem a si próprios, mediante processos biológicos e culturais. A *essência humana* se manifesta na capacidade do *ser de se*

reproduzir e de se transformar ao longo do tempo. Já a *natureza humana*, um conceito mais amplo, refere-se às características e às propriedades que são comuns a todos os seres humanos. A *natureza humana* pode ser vista como uma *essência* compartilhada, que se manifesta em traços universais, como a racionalidade, a linguagem, dentre outros elementos.

Agora, pensando a partir de uma concepção aristotélica, se os objetos possuem uma forma ou essência que lhes confere uma identidade e uma estabilidade – por isso eles são vistos como pontos de exceção no mundo –, ao permitirem que os seres humanos possam reaver a sua *invariabilidade* –, reconhecendo a identidade do que persiste, apesar da sua contínua mutação, abrandando os impulsos do tempo – temos uma contradição, ou se preferirem, um paradoxo.

De fato, se a invariabilidade dos objetos permitem ao ser humano manter uma certa sensação de identidade e de estabilidade diante das mudanças e das transformações do mundo, como isso se sustenta em um contexto de *antropomorfismo organizacional*? Uma vez detentora de qualidades humanas, a organização – em um idealismo neoliberal absurdo – não é mais vista como mero instrumento a serviço do ser humano. Ela possuiria uma agência própria, podendo mudar e evoluir ao longo do tempo. Tratemos sobre isso de forma mais detalhada.

Seguindo a ontologia aristotélica, que sustenta a divisão entre o natural e o artificial, as organizações, a semelhança dos artefatos, são construções despojadas de um impulso inato, de um *dever imanente* – elas não têm a capacidade para mobilizar a si próprias. Como criações de um artífice que lhes é exterior, são *meios para fins*. Agora, lukacsianamente falando, essa relação é *mediada* por uma série de determinações sociais, históricas e culturais, que tornam a distinção sujeito e objeto mais complexa do que uma simples oposição entre um sujeito consciente e um *objeto inerte*. Objeto que depende de uma efetividade – definida pelo próprio artífice e por aqueles que o manuseiam, em um sistema que determina sua obsolescência.

Portanto, não existe uma *ontologia das organizações*, uma vez que elas não têm uma natureza própria, um impulso inato para a autopoiese ou para a autodeterminação. Disso, podemos deduzir que aquilo que a metáfora da árvore de desempenho, expressão da TCI, apresenta-nos é uma *subalternidade ontológica da organização*, em relação aos seres naturais (humanos). Fato que tem implicações político-econômicas e ideológicas, que talvez Aristóteles (2009, p. 54) nos ajude a entender:

Se cada instrumento pudesse desempenhar a sua função a nosso mando, ou como que antecipando-se ao que se lhe vai pedir – tal como se afirma das estátuas de

Dédalo ou dos tripés de Hefesto acerca dos quais o poeta diz movendo-se por si mesmas entram na assembleia dos deuses – e se, do mesmo modo, os teares tecessem sozinhos, e se as palhetas tocassem sozinhas a cítara, então os mestres não teriam necessidade de ajudantes nem os senhores de escravos.

O que Aristóteles sugere nessa passagem é a possibilidade de desvio da coisa criada em relação à sua idealidade. A ambiguidade e a contradição da *techné* está no fato de que ela pode tanto ampliar a capacidade de ação do ser humano, permitindo a produção de bens e serviços; como ela traz consigo a inquietude da técnica, a ilusão de controle e de eficácia total – algo sedutor e manipulador. Essa ilusão pode levar, como uma de suas consequências, a sociedade a ignorar os efeitos do avanço tecnológico, formando a ideia de que o homem é um espectador diante da máquina, distorcendo a percepção da realidade (Bogalheiro, 2021).

É como se uma das estátuas de Dédalo, um artefato com poder demiúrgico, numa espécie de automatismo ou processo magicamente animado, produzisse sem o esforço humano. Essa ilusão do controle e da eficiência do artefato é uma *mistificação animista* – crença de que as máquinas adquirem vida própria, corporificações animadas com traços antropomórficos.

Para o animismo (do latim: *anima*; significando, *respiração, espírito, vida*), todas as coisas, humanas e inumanas, incluindo objetos criados pelo homem, como ferramentas e edifícios e, em alguns casos, palavras, são animadas e vivas, possuindo uma essência espiritual distinta. Todavia, de modo diverso do dualismo aristotélico, entre natureza e artefato – baseado na ideia de que a natureza é autônoma e auto-organizada, enquanto os artefatos são dependentes da ação humana –, o animismo não opera a cisão entre natureza e mundo artificial.

Tampouco, o animismo segue o dualismo cartesiano, que separa o mundo em duas categorias distintas, estanques e hierarquizadas: a natureza é vista como um objeto passivo e inerte e o sujeito humano é visto como um ser racional e autônomo. Numa perspectiva mais holística, o animismo propõem uma visão integrada e relacional do mundo, em que todos os seres e os objetos são agentes ativos na construção da realidade. Assim, a natureza – o mundo natural e artificial – não seria um objeto a ser dominado e explorado, mas sim como um conjunto de entes com os quais os humanos interagem.

No século XXI, essa crença adquiriu forma na tendência do *tecno-animismo* (Bogalheiro, 2021; Dikc, 2006), manifesto no ideal cibernético, com seus androides e sua inteligência artificial. É nesse sentido que Dikc (2006, p. 36), no ensaio *O Androide e o Humano*, afirma que “os artefatos não imitam os humanos; eles já são, em muitos sentidos

profundos, humanos de facto”.

Para Bogalheiro (2021), o *tecno-animismo* supera a dicotomia entre o técnico e o mágico, a vista de que tal oposição não tem fundamento, porque ambos são produtos da ação humana e do procedimento técnico, e ambos podem ser vistos como mágicos. O que estamos assistindo é um *novo antropomorfismo* que, por um *capitalismo cognitivo*, processa a reificação de “qualidades supostamente únicas do trabalho humano – entendido como afetivo, inteligente, astuto e comunicativo – em capital fixo das máquinas” (Srnicek, 2015, p. 308, tradução nossa).

O *novo antropomorfismo* não se baseia na simples projeção de formas humanas em outros entes, mas sim na atribuição de inteligência, personalidade e, no limite, consciência humanas às máquinas. Em suma, não se tem a mera imitação do humano, mas uma inversão – incorpora-se humanidade à própria técnica: “talvez estejamos a assistir a uma fusão gradual da natureza geral da atividade e do funcionamento humanos com a atividade e o funcionamento das coisas que construímos e das quais nos rodeamos” (Dick, 2006, p. 31).

É possível inferir que o *tecno-animismo*, repensando a relação homem-máquina, é um esforço de reenfeitar os objetos técnicos, criando narrativas e mitos em torno deles, mistificando as mudanças socioeconômicas e culturais que estão ocorrendo no século XXI.

Na realidade, estamos diante de uma *pulsão animista*, uma força que busca superar a dicotomia entre o humano e não-humano, atribuindo *agência* e *subjetividade* a entes inertes ou desprovidos de *espírito* e de vida. Essa *pulsão* está presente na TCI, alimentando uma dimensão mágica e misteriosa na era da sociedade informacional e do conhecimento, por meio de uma nova visão instrumental e utilitária do conhecimento no capitalismo cognitivo.

Atribuir agência, p. ex., a uma organização – como se processa na moderna *Teoria das Organizações* – significa reconhecer que entes não-humanos têm a capacidade de agir e influenciar o mundo ao seu redor e de tomar decisões de forma autônoma, em vez de serem objetos passivos da vontade humana.

O que estamos conjecturando aqui, é a existência de um *animismo organizacional* – uma forma de reencantamento das organizações. Por meio de um *novo antropomorfismo*, quer dizer, por meio de processos de reificação, atribui-se às organizações muito mais do que a imitação do humano ou a capacidade misteriosa do *aprender e aprender a desaprender*. Estamos diante de uma entidade que adquire vida na *não-vida* de seus *colaboradores*, cuja existência é atrofiada.

Ao ultrapassarmos os portais elevados protegidos pela ideologia do fim da história, fim das ideologias e fim da luta de classes, somos introduzidos na dimensão mágica,

no reino encantado das organizações: o “sádico frigorífico do capitalismo” (Andrade, 1972, p. 5).

Com sua frieza calculista, no interior dessas entidades antropofágicas – *Escola Nota 10, Escola Accountable, Curso Nota 5* no MEC¹⁸² – realizam-se rituais performáticos, em que seus sacerdotes, juntamente com seus asseclas, sacrificam suas vítimas – e a si mesmos – ao deus Mercado. Assim, por um erotismo fetichista (mercantil), barganham suas próprias vidas.

Na processualidade da vida dos indivíduos no interior da organização – p. ex. da empresa escolar –, opera-se uma inversão perturbadora por meio, mas não exclusivamente, da *accountability fetichizada* e da sua *culture*. O ente não-humano, por uma potência estética e poder (sedutor) manipulador, passa a ser o espaço de formação da *pseudonatureza* (Marx, 2013a) dos indivíduos, uma *aparência de natureza* que não corresponde à realidade.

Vejam, a *primeira natureza* se refere à natureza física e biológica do ser humano, bem como a natureza das coisas em geral, que possuem uma dinâmica própria de crescimento e desenvolvimento. A *segunda natureza* é uma forma de objetivação das capacidades subjetivas dos indivíduos – envolvendo hábitos, costumes e práticas tão arraigados na vida do ser humano que parecem naturais, como se fossem uma extensão da sua própria natureza – manifestando-se nas relações sociais.

Partindo de uma concepção aristotélica de *segunda natureza*, temos: esta é um *ser* que, com efeito, é resultado de um *dever*, mas que atua como aquilo que tem o princípio do movimento e do repouso dentro de si mesmo, originado a partir de si mesmo (Aristóteles, 2009).

Contudo, devido ao diagnóstico da irracionalidade imanente à socialização no modo de produção capitalista, Marx não usa o conceito da *segunda natureza* aplicado à sociedade do capital. Ele usa o conceito de *naturalidade* das relações sociais, uma vez que as relações sociais no capitalismo são uma *pseudonatureza*. Visto que elas são naturalizadas ideologicamente, ou seja, por processos de mistificação, as relações capitalistas parecem naturais e inevitáveis, quando na verdade, são construções sociais que podem ser transformadas.

À luz desse pressuposto, firmamos no conceito de *animismo organizacional* a tese

¹⁸² Os indicadores de qualidade do MEC mensuram: Infraestrutura; Corpo docente; Desempenho do estudante; Projeto pedagógico – fornecem dados para que as IES recebam notas de 1 a 5: Notas 1 e 2: rendimento abaixo da média; Nota 3: atribuída quando são cumpridos os requisitos mínimos; Nota 4: acima da média; Nota 5: símbolo de excelência (BRASIL, 2020)

de que as organizações, entidades antropomórficas na sociedade neoliberal de capitalismo cognitivo, possuem processualidades (dinâmicas) internas – relações com os indivíduos que as compõem, sendo a *accountability* uma mediadora nesse processo –, bem como relações com outras organizações e instituições que mistificam a realidade.

Por uma viragem ideológica, verdadeira inversão, as organizações empresariais são estruturadas – e *reencantadas* – como agências que ativam, limitam ou determinam a ação humana, enquadrando os indivíduos nas complexas e dinâmicas redes do capital. Na medida em que os indivíduos, por processos de mistificação, passam a crer que não existe vida fora do mundo mágico, reino encantado das organizações, temos um reforço do feitiço que busca muito mais que ocultar, mas naturalizar as relações sociais estranhadas.

Nesse *reencantamento*, a ideia de que as organizações podem ser vistas como seres vivos em si mesmas, contribui para o processo de “recalcamento” da sociabilidade da produção nos produtos. Logo, não são apenas as mercadorias que “recebem” um poder sobrenatural, as organizações também são reificadas. Esse processo é parte do fetichismo da mercadoria, que oculta os agenciamentos maquínicos que desenham as interações sociais – por isso, também fantasmagóricas –, além de transformar os sujeitos ativos em “coisas vivas” (Chagas, 2013, p. 30) que trabalham, só trabalham.

No sistema sócio metabólico capitalista o trabalho é visto como totalizante na vida do sujeito. Como defendem os xamãs pós-modernos do trabalho imaterial, Gorz (2005) e Negri e Lazzarato (2001): *tudo é trabalho* – tudo gera valor, de uma amizade até o trabalho de um operário; tudo isso compõe o “capital humano”, engendrando o sujeito num tempo de vida total. No entanto, se tudo é trabalho, até o respirar é trabalho. Ora, ao expandirmos ao infinito o significado do conceito trabalho, ele perde o seu potencial crítico, convertendo-se num termo entorpecedor da subjetividade científica.

Tudo é trabalho?! Essa parafernália é uma tautologia. Muito mais do que uma vil falsificação das ciências sociais, essa tese não-científica – negando o fato de que em seu sentido ontológico, nem tudo é trabalho – é um ideologia idealista que naturaliza o próprio trabalho, tomando-o como parte do metabolismo da própria natureza, ou seja, como uma categoria supra histórica, sobre o qual não precisamos refletir.

Isso quer dizer que não se admite liberdade nem identidade fora do trabalho. Não há vida ou, em outros termos, a vida não tem sentido fora do trabalho. Até o chamado *tempo livre* – aqui poderíamos divagar: “tempo ‘livre’ do quê?”, mas o escopo da tese não permite outra frente de análise, assim, esse tempo é – uma compensação ao sofrimento do trabalhador, uma simples forma de reprodução da força de trabalho, pois até o tempo se transformou em

mercadoria nessa sociedade cronófaga.

A partir disso, há uma afirmação, por parte das organizações, de uma moral pautada no “bem da empresa”, vendida como algo para o “bem comum”, pois o tempo, o sono, as ideias, os sonhos (o próprio *devoir*) dos indivíduos devem ter um valor (valor de troca), ligados a algo dito maior, como a um “senso de dever”; o esforço, na cotidianidade da empresa, é fazer com que isso se torne para o trabalhador, a essência da própria vida (Infranca, 2023).

Busca-se então, a “manipulação da subjetividade da classe que vive do seu próprio trabalho”, de forma a suscitar no trabalhador o desejo de intensificar seu trabalho, de torná-lo sensível há um discurso de ambição que o leve à busca de um maior desempenho em suas funções e conseqüente ao aumento de produtividade (Heloani, 2018, p. 7). Esse trabalhador, como aquelas crianças perdidas do *conto de fadas*¹⁸³, tem seus “sonhos” manipulados, sendo levado a idealizar um mundo encantado (o reino das mercadorias). Assim, por mais que trabalhe, seu esforço sempre o *conduz ao nada na terra do nunca*, da qual se torna refém, induzido a *nunca crescer* (emancipar-se) – ele é um *ninguém*, na *terra dos ninguéns* da *(in)variabilidade coisal*.

Por isso, a identidade tem se mostrado como um dos grandes problemas irresolutos do capitalismo atual. Apesar de, através de políticas de identidade, o sistema conduzir à manutenção das estruturas de poder – que se pautam em relações de opressão e de dominação para sua reprodução social – a identidade, como expressão das contradições do capital também é um elemento-chave para a emancipação do sujeito. Ou melhor, para que ele possa desenvolver um processo de libertação das dominações impostas pela sociedade capitalista (Ciampa, 1997; Sandoval, 2001, 2015).

Assim, para a preservação do metabolismo do capital, torna-se necessário impor aos indivíduos identidades pressupostas, que se confrontem com as possibilidades de resistência ao sistema; nesse sentido, as organizações são importantes para a geração e a produção de aprisionamentos dos indivíduos em enquadres identitários (Lima, 2021). Ademais, o autor complementa:

Para tornar-se parte da instituição, para conseguir dialogar, para poder fazer parte do movimento, para ter condições de narrar algo que seja passível de entendimento, em meio a essas condições, muitas vezes é necessário que a pessoa abra mão das diferentes possibilidades de apresentação de si e de diferentes personagens que compõem sua identidade, para assumir, em muitos casos, apenas uma única

¹⁸³ A *Terra do Nunca* (ou *País de Nunca Jamais* na versão mais antigas), é uma ilha fictícia do livro *Peter Pan*, do escritor escocês James Matthew Barrie (2012).

reconhecida pela instituição (Lima, 2021, p. 70).

Isso nos auxilia a entender o conceito de Ciampa (2009), para quem a identidade é metamorfose, é uma transformação permanente. Contudo, ela pode levar à vida ou à morte simbólica, representada pelo aprisionamento identitário.

O capitalismo então – enquanto um exímio *gestor do sofrimento psíquico* –, passa a se utilizar dessa metamorfose: ele não se limita apenas a “[...] impor conteúdos normativos e de condutas às formas de ser, pelo contrário, seu grande slogan é a mudança das identidades que ele mesmo produz” (Furlan, 2021, p. 148). Os sujeitos então, desenvolvem o que Safatle (2016) denomina de *identidades mutáveis*, que absorvem a dissolução mercantil e “flertam” com a indeterminação, ajustando-se, assim, aos propósitos do capital.

Retomando a análise da citação de Arendt (2007)¹⁸⁴ – o que temos com o *animismo neoliberal* é um novo arranjo na relação sujeito-objeto. Se em algum momento da história os objetos, as coisas criadas eram pontos de referência estáveis para os seres humanos reaverem a sua *invariabilidade*, agora os sujeitos precisam aprender a lidar com a incerteza e a mudança constante do mundo.

Nesse contexto, a estabilidade é algo que deve ser construída e mantida através de processos dinâmicos de adaptação e de transformação. Em outros termos, estabilidades provisórias e adaptativas que possam ser ajustadas e transformadas ao longo do tempo em um processo contínuo de negociação e de ajuste mútuo entre os seres humanos e os objetos.

Diante do conjunto exposto, temos que a metáfora da *árvore de desempenho* é uma expressão típica da cosmovisão – animista – neoliberal, que busca tornar o sistema de valores da sociedade do conhecimento tão fundacionais e mundanos (naturais) quanto estruturas inertes e sem vida, organizações empresariais, além de serem tomadas no metabolismo do capital como possuidoras de uma *essência espiritual* (capital intelectual e identidade).

Essa *essência fantasmagórica*, emanada nos rituais estéticos organizacionais, busca nos converter em *mortos-vivos*, os sem-vida (*sem espírito*) em entes viventes. Além disso, seu credo, afirmando o fim das ideologias – como faz crer Lyotard (2013) e seu catecismo do fim das metanarrativas – é entoado na forma de rosário, para manter as relações sociais apaziguadas, como se estivéssemos irmanados em torno da vida competitiva e da busca por resultados.

¹⁸⁴ Vide p. 506.

Assim, a busca por alto desempenho na escola pode levar o indivíduo a se adequar a valores organizacionais, esquecendo-se que tais entes são estruturas criadas e recriadas, a partir das ações e das percepções dos sujeitos que a integram e que nela possuem interesses, valores e crenças diferentes, muitas vezes conflitantes. De igual modo, as políticas a que estão submetidas e seus processos resultantes são construídos e desconstruídos, à medida que ocorrem novas interações, internas e externas, entre os sujeitos que as elaboram.

À vista disso, concordamos com Tragtenberg (2012), quando o autor assevera que o ser humano é constituído e constituinte nas relações que estabelece em um campo dinâmico e histórico. Esse processo, no interior da organização escolar, por seu caráter dialético, gera tensões que abrem possibilidades reais de transformação, por meio da reprodução, contestação e crítica: “[...] a escola é um espaço contraditório: nela o professor se insere como reprodutor e pressiona como questionador do sistema, quando reivindica” (p. 83) – esse mesmo cenário vale para os estudantes.

No entanto, devemos ter consciência que na ordem capitalista, as ações que ocorrem no *interior* da escola fortalecem o discurso de uma organização que deve buscar a eficácia e a eficiência, na qual os trabalhadores e os estudantes entram na “corrida” pela conquista de resultados a qualquer custo. Essas ações incluem desconsiderar as contradições inerentes à vida humana, mecanizar as tarefas diárias, ocultar as desigualdades e utilizar avaliações como um filtro para a inclusão e a exclusão, entre outras práticas que acabam transmitindo valores silenciosos que legitimam o *status quo*.

Nisso, alguns indivíduos se sentem naturalmente inseridos nesse ambiente opressor, a partir de um *reconhecimento*, enquanto outros são marginalizados, como verdadeiros “párias”:

A escola se constitui num centro de discriminação, reforçando tendências que existam no “mundo de fora”. O modelo pedagógico instituído permite efetuar vigilância constante. As punições escolares não objetivam acabar com ou “recuperar” os infratores, mas “marcá-los” com um estigma, diferenciando-os dos “normais”, confiando-os a grupos restritos que personificam a desordem, a loucura ou o crime. Dessa forma a escola se constitui num observatório político, um aparelho que permite o conhecimento e controle perpétuo de sua população, através da burocracia escolar, do orientador educacional, do psicólogo educacional, do professor ou até dos próprios alunos (Tragtenberg, 2012, p. 79).

É nesse cenário, existente nas organizações educacionais submetidas às políticas de uma *accountability fetichizada* – modelando a burocracia à lógica gerencial –, que a busca por resultados avança, tornando-se um terreno fértil para a banalização da realidade concreta e para o ajustamento social. Em vez de problematizarem a realidade, os indivíduos são

treinados para atingir um pretensível patamar superior – supostamente, alcançado apenas por aqueles que são esforçados, disciplinados e competentes.

Com as contradições da vida privada e individualista, voltada ao *intèrieur burguês* (Benjamin, 2012) – uma “novidade” solipsista marcada pela perda do senso de coletividade –, novos reposicionamentos (interno e externo) da escola são traçados, reforçando seu caráter técnico e instrumental na ordem pós-moderna, colocando a responsabilidade educacional sobre os ombros do indivíduo e/ou da família.¹⁸⁵

Por uma engenharia antissocial e um imperativo categórico assentado na *Bildung* dos *Robinsons Crusóes*, como veremos mais adiante, reformadores neoliberais passaram a conceber a comunidade escolar – com suas *árvores de desempenho* – como uma coleção de indivíduos atomizados. Ao conceberem uma espécie de autossuficiência burguesa, eles alçam o indivíduo acima da sociedade e, assim como na época de Marx (2008b, p. 6), “[...] até hoje, esta mistificação tem sido própria de todas as épocas novas”.

Diante disso, assim como Marx utilizou o mito do *Pecado Original* como recurso estilístico e como instrumento de investigação para expor o dito “mito originário do capitalismo”, as conexões íntimas entre a acumulação originária de capital e as metafísicas do capitalismo, nós traçamos, no *intèrieur burguês* da complexa e contraditória organização escolar, um paralelo com a *árvore do bem e do mal* e a *árvore de (alto) desempenho* – essa *arbor generis capitalis* relacionada à mercantilização e à privatização da educação.

9.2 A árvore de desempenho: eis que “vossos olhos se abrirão e sereis como deuses” – Será?

No epicentro da *tradição*¹⁸⁶ criacionista judaico-cristã, relatado no livro bíblico de Gênesis, desdobra-se um episódio de significância existencial, com implicações histórico-

¹⁸⁵ Para Brewer e Lubienski (2017, p. 33 apud Ventura, 2020, p. 43) “a educação em casa pode muito bem ser a personificação mais próxima do neoliberalismo, pois provavelmente representa a forma mais próxima de educação que se baseia na autorregulação, na descentralização e na elevação do indivíduo/privado sobre o coletivo/público”. Todavia, o *homeschooling* – que condena a educação à pobreza do *intèrieur burguês* – não visa exterminar um dos últimos redutos de sociabilidade da vida em comum, mas reposicioná-la. Os reformistas neoliberais por intermédio da privatização ou da criação, p. ex., de *charter schools* – como se costuma denominar a mercadorização ou a *commoditização* da educação – redefinem o papel da escola na esteira de produção de mercadorias na ordem capitalista. Todavia, é importante entendermos, neste ponto, que mesmo com seus problemas e suas contradições, a escola ainda é um espaço de aquisição de conhecimento, para constituição de experiências e de resistência diante do avanço das relações atomizadas e automatizadas.

¹⁸⁶ As *tradições*, conforme Hobsbawm (1997), são um conjunto de práticas que possuem embasamento em aspectos do passado, com o objetivo de dar uma sensação de continuidade e de estabilidade a uma comunidade ou a uma sociedade que está passando por mudanças. Elas visam inculcar certos valores e normas

sociais. Uma serpente, descrita como “[...] o mais astuta de todos os animais selvagens [que habitavam o Éden]”, aborda Eva, a primeira mulher, em um intrincado diálogo: “Foi isso mesmo que Deus disse: 'Não comam de nenhuma fruto das árvores do jardim?’” (Bíblia [...], 2007, Gn, 3, 1, p. 3).

A Serpente – representação simbólica do mal ou a encarnação de Lúcifer (Satanás), o anjo caído, em uma interpretação teológica tardia – dotada de eloquência persuasiva, com um tom irônico, questiona a veracidade da proibição divina que restringe o consumo dos frutos das árvores no jardim. A indagação luciferiana desperta a curiosidade de Eva, que responde que podem comer de todas as árvores, exceto aquela da *vida eterna e do conhecimento do bem e do mal*, pois Deus advertiu que a morte seria o destino certo, caso ousassem desobedecer.

Instilando sementes de dúvida, a Serpente insinua que Deus possa estar retendo conhecimento valioso e contradiz Eva, argumentando que a morte não é certa, ao passo que a ação desencadearia uma metamorfose divina: “Certamente não morrerão! Deus *sabe* que, no dia em que dele comerem, seus olhos se abrirão, e vocês, como Deus, serão *conhecedores* do bem e o mal” (Bíblia [...], 2007, Gn, 3, 4-5, p. 3, grifo nosso).

A desobediência de Adão e Eva não foi um simples ato de rebeldia. Havia naquele acontecimento no Éden uma dualidade que provocou a *Queda*. Marx (1980b) compreende com exatidão essa contradição ao frisar a conexão entre o pecado e o saber-conhecimento: “e não é a árvore do pecado, ao mesmo tempo e desde Adão, a árvore do conhecimento?” (p. 361, tradução nossa).

No *mito*¹⁸⁷ fundante, Satã oferece à Eva o conhecimento do Bem e do Mal. O bem, estava desde o princípio da criação, ligado à *ação prática* de dominar a natureza – “Sejam férteis e multipliquem-se [disse Deus]! Encham e subjuguem a terra!” (Bíblia [...], 2007, Gn, 1, 28, p. 2) – conformada ao seguir (obedecer) as regras do Paraíso – pois, “[...] Deus viu tudo que havia feito, e tudo havia ficado muito bom” (Gn, 1, 31, p. 2). Enquanto o

de comportamento através da repetição, o que implica uma continuidade em relação ao passado. Contudo, são também adaptadas e reinterpretadas para atender às necessidades do presente. Essas práticas são normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas e possuem natureza ritual ou simbólica. Para Hobsbawm, todas as tradições são, em certo sentido, *inventadas*, pois são criadas em algum momento do passado e podem ser alteradas no futuro. No entanto, existem tradições que são antigas e têm uma história mais longa e contínua do que outras, são duradouras e por isso, *tradições estabelecidas*. Elas são baseadas em práticas e em crenças que foram transmitidas de geração em geração ao longo de séculos, tornando-se parte integrante da cultura e da identidade da sociedade. Em contraste com as *tradições inventadas*, as *tradições estabelecidas* são menos suscetíveis a mudanças radicais ou a apropriações políticas, pois são profundamente enraizadas na história e na cultura de uma comunidade.

¹⁸⁷ Em nossas inferências bíblicas, o termo *mito* é posto no sentido de *tradição* (vide nota anterior, n. 186).

mal, advindo da capacidade interpretativa (*capacidade de julgar*), resultaria do engrandecimento, da vaidade e do conhecimento humano para modificar o mundo e para submetê-lo por meio de *concepções utilitárias e instrumentais* – saber que se materializa, p. ex., na construção da *Torre de Babel*.

Eis que o saber, articulado a uma perspectiva de aplicação utilitária e pragmática, portanto como fator central do estranhamento, harmonizador de uma nova base social, liga-se desde o início com um conhecimento e um comportamento delituoso. Em uma narrativa que traça as relações entre o impulso de conhecer e os limites desse desejo na cultura e na sociabilidade humana, o diálogo edênico é um rico exemplar do conhecimento proibido. Imaginário social retratado ao longo dos séculos em mitos como, p. ex., Prometeu, Édipo, Ícaro, *Paraíso Perdido* (John Milton)¹⁸⁸ e Fausto¹⁸⁹.

Tocada pelas palavras do *tentador*, Eva cede ao desejo e à semelhança de *Pandora*, desobedece às ordenanças divinas. Ao comer do fruto proibido, oferece a Adão, que também come. Com isso, a queda da humanidade é iniciada, e Deus expulsa Adão e Eva do jardim. Sem entrarmos no problema *cristão* do *homem abstrato*, atentemo-nos para as entrelinhas das múltiplas camadas do mito, para o lugar ou domínio do mal: o saber, a vontade de saber e a capacidade de julgar que a humanidade busca abraçar.

Contudo, não se trata do saber que conduz ao absoluto, mas ao abismo sem fundo, no qual o ser se lança. A alegoria que expressa a força subjetiva¹⁹⁰ objetivada do conhecimento obtido carrega o peso do pecado, em virtude da morte (estranhamento) que o

¹⁸⁸ Nas palavras que Milton (2002, p. 35-36) atribuiu ao próprio Satã: “Adeus, felizes campos, onde mora nunca interrompa paz, e júbilo eterno! Salve, perene horror! Inferno, salve! Recebe o novo rei cujo intelecto mudar não podem tempos nem lugares; nesse intelecto seu, todo ele existe; nesse intelecto seu, ele até pode do Inferno Céu fazer, do Céu Inferno. Que importa onde eu esteja, se eu o mesmo sempre serei – e quanto posso, tudo?... Tudo... menos o que é esse que os raios mais poderosos do que nós fez! Nós ao menos aqui seremos livres, Deus o Inferno não fez para invejá-lo; Não quererá daqui lançar-nos fora: poderemos aqui reinar seguros. Reinar é o alvo da ambição mais nobre, inda que seja no profundo Inferno: reinar no Inferno preferir nos cumpre à vileza de sermos no Céu escravos”.

¹⁸⁹ No poema trágico de Goethe (2002), Mefistófeles (entidade diabólica medieval, responsável pela captura de almas inocentes através da sedução e encanto) aproxima-se de um homem sábio, mas frustrado com as limitações humanas. Em certo dia, no Gabinete de Estudos, Mefistófeles – sob a pena de Goethe – dirige seu encanto retórico a Fausto: “Ganharás, meu amigo, e com inteligência, muito mais nesta hora em boa convivência do que num ano todo em rude atividade. [...] Se quiseres, porém, andar a sós comigo teus passos guiarei por mil trilhas da vida. E essa é, para mim, tarefa apetejada. Dar-te-ei assistência amistosa e agradável, serei teu companheiro humilde e inseparável, cumprirei meu dever com justo e extremo zelo, serei teu servo, enfim, com máximo desvelo” (p. 1). O mito de Fausto envolve em sua estrutura a busca humana pela totalidade, um símbolo do ser que *cedeu a alma ao demônio* em troca de magnitude intelectual. Sua complexidade está envolta na insatisfação. Nada o completa. Fausto é a materialização do mito do homem (pós)moderno.

¹⁹⁰ Como expõe Milton (2002, p. 142) o pior Inferno é o próprio, pois ninguém escapa de si: “O horror medonho, a dúvida terrível, confundem-lhe os turbados pensamentos que lhe acendem o Inferno dentro d’alma: o Inferno traz em si, de si em torno; não pode um passo dar fora do Inferno, porque, onde quer que vá, leva-o consigo!”.

acompanha. Sem embargo, esse mergulho no abismo em busca de conhecimento é distinto da *alegoria platônica*.¹⁹¹

Um dos elementos que está posto na *Queda*, em nosso entendimento, é o abismo abissal gerado por uma *práxis utilitária*¹⁹² (Kosik, 2002) e o engendramento de uma pseudoconcreticidade, envolvida pelo senso comum, pelo pensamento acrítico que não atinge a compreensão acerca do modo de ser das coisas. Adão e Eva são induzidos, por uma retórica luciferiana mistificadora, a internalizarem um pensamento *representacional* – que não transpõe os limites da aparência fenomênica, não atinge a compreensão consciente do real.

Sob a égide da *práxis utilitária*, a humanidade não cria e não atribui sentido ao mundo e às coisas que nele estão, pois o mundo e as coisas já teriam sentidos prontos e acabados. Tudo é naturalizado, como se fosse perene, pois essa práxis perpetua a si mesma. Doravante, Adão e Eva agem movidos por uma falsa liberdade e autonomia, pela carência material, por interesses alheios, sem perceberem que são indivíduos estranhados.

Assim, os fenômenos sociais, consequências do modo de ser e das ações efetivas dos homens no mundo deixam de ser compreendidas em sua realidade concreta – “a realidade é a unidade do fenômeno e da essência” (Kosik, 2002, p 12). Sendo que, é por meio do pensamento crítico que se torna possível atingir a coisa em si, a realidade. A partir da sua estrutura interna determinante, o pensamento crítico opõe-se ao pensamento acrítico, o qual não atinge o conhecimento da estrutura interna da coisa e dos reais processos que desencadeiam a realidade social, uma vez que permanece no imediatismo fenomênico.

¹⁹¹ Encontramos na *Alegoria da Caverna* (Platão, 2014), a ideia de elevação do ser após romper as correntes que o prendiam à caverna, libertando-se do mundo sensível (dominado pela subjetividade), das aparências, do devir para o mundo das ideias, inteligível, da unidade e da verdadeira realidade. Em Platão, o mundo das ideias, percebido pela razão, está acima do sensível, que só tem existência na medida em que participa do primeiro, como sua mera sombra. Então, na filosofia platônica, o conhecimento habita predominantemente o mundo inteligível, ou seja, o mundo das ideias e dos conceitos abstratos. Já o saber é o conhecimento em ação em uma dada realidade, em um dado contexto. O mundo das sensações, das experiências, dos sabores, que é o mundo sensível, é dominado pela subjetividade e só existe na medida em que participa do mundo inteligível. Assim, o conhecimento é visto como algo que pode ser adquirido por meio da razão e da contemplação das ideias, enquanto o saber é construído a partir da experiência concreta e da aplicação do conhecimento em situações reais. A metáfora da caverna sugere que o conhecimento é como as sombras projetadas na caverna, enquanto o saber é como a saída da caverna e a contemplação da luz do sol, que representa a verdadeira realidade.

¹⁹² Kosik (2002) chamou de *práxis utilitária* o modo fetichista como os homens agem no mundo pseudoconcreto, bem como aquele pelo qual eles pensam esse mesmo mundo. Para o autor: “A práxis utilitária cotidiana cria ‘o pensamento comum’ – em que são captados tanto a familiaridade com as coisas e o aspecto superficial das coisas quanto a técnica de tratamento das coisas – como forma de seu movimento e de sua existência. O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na práxis fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, embora tenha a ‘consistência’ e a ‘validade’ do mundo real: é ‘o mundo da aparência’” (p. 15, aspas e grifos do autor).

Isso se opera, em grande medida, porque o indivíduo não consegue compreender o que há por trás de cada fenômeno. Condição que obstaculiza, quando não impede, que o indivíduo explique racionalmente as leis para o porquê e o como de cada fenômeno, tendo em vista que *conhecimento* e *saber* são cindidos e arrastados para o plano da pseudoconcreticidade.

Conhecimento e *saber*¹⁹³, enquanto expressões da *práxis*, são modos pelos quais nos relacionamos com a realidade, dito de outro modo, formas de ser (pensar, dizer e agir) e de estar no mundo e com o mundo. O *saber* envolve o entender a *verdade* das coisas, mas não somente. Há necessidade de se tomar posse da realidade, mediante uma *práxis* que coloque o *conhecimento* em ação num dado contexto, possibilitando a construção do próprio *saber*.

Para Gramsci (1999, v. 1, p. 135), “o homem conhece objetivamente, na medida em que o conhecimento é real para todo o gênero humano, historicamente unificado em um sistema cultural unitário”. Por conta desse entendimento, concordamos com Charlot (2000), para quem não há *saber* sem a relação entre sujeito e objeto, sujeito e outros sujeitos, sujeito e realidades. São essas interações e inter-relações dos sujeitos entre si e com o objeto, apropriando-se de conhecimentos, numa realidade específica, que produz o(s) saber(es).

Nesse sentido, a construção do *saber* envolve, não apenas a apreensão da “verdade da realidade” – a compreensão objetiva e racional da verdade das coisas –, mas também a concepção da “realidade da verdade” – a partir da experiência e da aplicação (prática e efetiva) do conhecimento em situações concretas –, ou seja, a capacidade de transformar a realidade alicerçado no conhecimento adquirido.

Em síntese, se, por um lado, o *conhecimento* é uma verdade objetiva que se relaciona com a “verdade da realidade” – uma apreensão da realidade de forma teórica e abstrata, sem levar em consideração as múltiplas determinações da realidade. Por outro, o *saber* liga-se a uma verdade subjetiva (“realidade da verdade”), mas objetivada e que envolve a capacidade de lidar com a realidade. Logo, não se limita à simples compreensão teórica da realidade, antes, é a construção da “realidade da verdade”, que é a aplicação do conhecimento em um determinado contexto, levando em consideração suas múltiplas complexidades.

Em função disso, sem a pretensão de realizarmos uma exegese ou uma hermenêutica bíblica, temos que um dos embustes da tentação luciferiana é operar a cisão entre *saber* (“realidade da verdade”) e *conhecimento* (“verdade da realidade”). A Serpente, ao

¹⁹³ Para nossos fins, não objetivamos expressar exaustivamente a dicotomia entre um conceito e outro, o sentido aqui é suscitar o exercício de entender a *ilusão do conhecimento sem a especialização do saber*.

seduzir Eva, levando-a a acreditar que teria dons divinos, caso comesse do fruto proibido, “esqueceu” de dizer sobre seu impacto alienante na produção do estranhamento na/da humanidade:

E ao homem declarou [Deus]: “Visto que você deu ouvidos à sua mulher e comeu do fruto da árvore da qual eu lhe ordenara que não comesse, maldita é a terra por sua causa; com sofrimento você se alimentará dela todos os dias da sua vida. [...] Com o suor do seu rosto você comerá o seu pão, até que volte à terra, visto que dela foi tirado, porque você é pó, e ao pó voltará” (Bíblia [...], 2007, Gn, 3, 17, 18, p. 4).

Para além da maldição de Deus à Serpente e à mulher, o *Pecado Original* evidencia a transformação do trabalho em castigo, ligando-o a dores diárias de sofrimento impostas a homens e a mulheres. O texto bíblico apresenta a entrada do ser no *novo mundo*, mediado pela *nova espiritualidade*, que se dá por um salto para a ruptura em prol de um conhecimento ilusório: a substancialidade do ser emancipado se sustenta na ilusão da liberdade, da autonomia e da crença na infinitude na *nova pátria*.

Isso, porque a cisão entre saber (“realidade da verdade”) e conhecimento (“verdade da realidade”) leva a uma compreensão empobrecida e limitada da realidade. Essa separação entre teoria e prática gera um estranhamento em relação ao mundo e a sua realidade concreta, impedindo que os indivíduos compreendam e transformem esse mesmo mundo de forma efetiva.

Como podemos depreender de Benjamin (1984), na nova pátria, o material (objetividade) e o espiritual (subjetividade) são polos do reino de Satã. A consciência formada desses polos é a síntese fraudulenta do real, sendo que as especulações (mistificações) dessa consciência, alheias à vida, atingem (alcançam) o saber dos demônios, ao aderir ao mundo coisificado, fetichizado e estranhado dos emblemas, das coisas e do próprio ser:

Pois é próprio da Virtude ter um fim a sua frente, um modelo, isto é, Deus; e é próprio de toda depravação mover-se numa jornada infinita, no interior do abismo. [...] A espiritualidade absoluta, visada por Satã, destrói-se ao emancipar-se do Sagrado. A substancialidade (só agora privada de Alma) se transforma em sua pátria. O puramente material e o absolutamente espiritual são os dois pólos do reino de Satã: e a consciência é sua síntese fraudulenta, que imita a verdadeira, a da vida. Mas as especulações dessa consciência, alheias à vida, e aderindo ao mundo coisificado dos emblemas, acabam atingindo o saber dos demônios (Benjamin, 1984, p. 253).

Logo, à parte do caráter existencial do *Pecado Original*, é possível acentuar a similitude entre o discurso enganoso da Serpente e a ideologia mistificadora da meritocracia, que subverte os valores do saber na *sociedade do conhecimento*¹⁹⁴, no distópico Éden terreal.

¹⁹⁴ Robert Lane (1966, p. 650 *apud* Masson; Mainardes, 2011, p. 73), pesquisador estadunidense, foi o primeiro

Se a Serpente induziu Adão e Eva a comerem do fruto da árvore proibida, resultando na cisão (estranhamento) entre criador e criação, no paraíso do Capital – na *sociedade das ilusões*¹⁹⁵ – o indivíduo é levado a se converter ao *thelos* burguês.

O indivíduo, entregue à *Mamon*¹⁹⁶, caminha em busca de um sentido e de um propósito na vida – reflexo de um estranhamento, crivado por uma ética meritocrática. Ele busca atravessar o abismo que separa o homem e o super-homem (o *Übermensch* nietzscheano), ou seja, entre a condição humana atual e uma possível evolução para um estado superior (ilusório, idealizado). Uma travessia que ameaça lançá-lo no niilismo ou na resignação.

Esse indivíduo, submetido ao longo dos séculos XIX-XX à lógica do *fetich* *do ter*, agora no XXI, atira-se no abismo abissal do *fetich* *do ser*. O objeto da idolatria das massas se volta aos sujeitos de “alta performance” na sociedade, como modelos paradigmáticos de estética, de desempenho e de conduta a ser replicado em um ciclo infernal

a teorizar sobre a sociedade do conhecimento, estabelecendo um fundamento epistemológico: “Como primeira abordagem de uma definição, sociedade instruída é aquela cujos membros, mais do que os de outras sociedades: (a) investigam as bases de suas convicções a respeito do homem, da natureza e da sociedade; (b) são orientados (talvez inconscientemente) por padrões objetivos fielmente verídicos e, nos níveis de educação superior, obedecem a regras científicas de evidência e inferência na pesquisa; (c) consagram verbas consideráveis a essa pesquisa, acumulando assim amplos conhecimentos; (d) coletam, organizam e interpretam os seus conhecimentos, num constante empenho para extrair dos mesmos algum significado para propósitos imediatos; (e) usam esses conhecimentos para esclarecer (e talvez modificar) seus valores e metas, tanto quanto para lhes dar prosseguimento”. Com isso, evidencia-se o viés claramente utilitarista dessa sociedade, o que é referendado por outro fragmento de Lane que, citado pelos autores, “[...] afirma: ‘eu tenho definido a sociedade instruída em termos de uma epistemologia, a procura pela quantidade de conhecimento, e um padrão de uso deste conhecimento.’ [p. 650] Assim, ‘a sociedade instruída encoraja e recompensa os homens de conhecimento comparado com os homens de negócios.’ [p. 652]” (p. 73).

¹⁹⁵ Duarte (2003) considera a "sociedade do conhecimento" uma ideologia produzida pela intelectuais orgânicos do sistema capitalista, servindo para manter a ordem vigente, ao mesmo tempo em que cria a ilusão de que estamos vivendo em uma sociedade radicalmente nova. Essa ideologia é uma forma de enfraquecer as críticas radicais ao capitalismo e de solapar a luta por uma transformação que leve a uma mudança fundamental na estrutura da sociedade. Além disso, a ênfase atribuída ao conhecimento como determinante no desenvolvimento da sociedade cria a ilusão de que ele é a principal fonte de poder e de riqueza, e que a educação é o principal fator de desenvolvimento econômico e social. No entanto, essa visão oculta as contradições do capitalismo, que é um sistema baseado na exploração do trabalho e na acumulação de capital. Chauí (2006, p. 3), alinhada com Duarte, afirma: “A sociedade do conhecimento é a nova forma da ideologia da competência. Esta surgiu com a chamada ‘organização científica’ do trabalho industrial, ou ‘gerência científica’, e se espalhou para todas as esferas da existência social. É ele que afirma que os que possuem conhecimentos técnicos e científicos têm o direito de mandar e comandar, enquanto os outros, despojados de tais conhecimentos, têm o dever de obedecer.” Diante de tais críticas, o Duarte (2003) apresenta cinco ilusões da sociedade do conhecimento: 1. O conhecimento nunca esteve tão acessível como hoje; 2. O conhecimento é neutro e imparcial, sendo que a capacidade de o mobilizar é muito mais importante que sua aquisição; 3. O conhecimento é uma mercadoria como outra qualquer; 4. Os conhecimentos têm todos o mesmo valor, não havendo entre eles hierarquia quanto à sua qualidade ou quanto ao seu poder explicativo da realidade natural e social; 5. O apelo à consciência dos indivíduos constitui o caminho para a superação dos grandes problemas da humanidade.

¹⁹⁶ *Mamon*, palavra derivada do aramaico ou do hebraico e significa "riqueza" ou "propriedade", frequentemente é interpretado como um deus falso, que representa a cobiça, a ganância e a idolatria do dinheiro.

que sempre reinicia. Ao adquirirmos o que antes estava fora de nosso alcance, miramos outro ideal, numa busca contínua da suposta felicidade – que consome nossa força vital e nos converte em espectros humanos.

Assim, o indivíduo uma vez convertido ao *thelos* burguês, transforma-se no próprio fruto da árvore do Capital. O homem fragmentado tem aparência de *homo heroicus*¹⁹⁷, representando um tipo ideal de *ser* – ousado e capaz de realizar ações extraordinárias, refletindo a crença no potencial humano para superar desafios e inspirar outros com suas ações – e que ascende a *homo quasi Divinus*. Com esse fito, é desencadeado um ímpeto de conquista que desagua num *ethos* alicerçado no individualismo e na performatividade, a contemplar o mistificado mercado.

Além do mais, a educação, em seus mais distintos meios, tem um lugar central na formação desse *homo*. Os organismos multilaterais, como o BM, passam a influenciar na ressignificação do conceito *conhecimento*, visando a formação desse indivíduo (ou em seus termos, “pessoa”). Nas palavras de James David Wolfensohn, banqueiro australiano-americano que ocupou o cargo de presidente do BM de 1995 a 2005, no discurso *El portal de desarrollo global*:

O conhecimento é como a luz. É grávido e intangível, pode atravessar facilmente o mundo, iluminar a vida das gentes em todos os lados. E sem dúvida milhões de pessoas, todavia, vivem na escuridão da pobreza [...]. Os países pobres e as gentes pobres não são diferentes dos ricos porque têm menos capital, se não porque têm menos conhecimento (Wolfensohn, 1996, p. 2, tradução nossa).

Nesse aspecto, disseminaram-se nas últimas décadas, expressões/conceitos como *lifelong learning*, “aprendizagem ao longo da vida”, “aprendizagem permanente”, que se

¹⁹⁷ O conceito de *homo heroicus*, conforme abordado por O'Boyle (2007), envolve as interpretações de Peter Drucker e Max Weber, bem como sua oposição ao *homo sovieticus*. De acordo com Drucker, o *homo heroicus* é uma nova conceituação do ser humano como alguém abnegado, disciplinado e disposto a se sacrificar. Essa ideia está associada à figura do cavaleiro medieval, conhecido por sua devoção à causa e transcendência por meio da expiação. Drucker contrasta o *homo heroicus* com o *homo economicus*, que é o ser humano orientado exclusivamente por interesses econômicos e por status. Por sua vez, Max Weber associa o conceito de *homo heroicus* ao ser humano que age de forma independente de seu status econômico, funcionando fora dessas esferas. Weber relaciona esse tipo de ser com a ideia medieval de cavaleiro, caracterizado por sacrifício, abnegação e devoção total à causa. Esse modelo de *homo weberiano* foi posteriormente identificado com os valores fascistas. Em contraste ao *homo heroicus*, temos o *homo sovieticus*, descrito como um ser humano sem criatividade, iniciativa ou responsabilidade. Esse conceito está ligado ao sistema político e social da União Soviética, em que os indivíduos aceitavam pactos com o Estado, tolerando mentiras, pequenos crimes e baixa moral no ambiente de trabalho em troca de segurança. A expressão "*homo sovieticus*" é atribuída a Josef Tischner. O'Boyle argumenta que o *homo sovieticus* e o *homo heroicus* são semelhantes em certos aspectos, pois ambos estão fundamentados em filosofias que abordam questões eternas sobre a natureza humana. No entanto, ele discorda da visão de Persky, que considera o *homo sovieticus* como um parente próximo do *homo economicus*. O'Boyle sugere que é o *homo heroicus* que se assemelha mais ao *homo sovieticus*, pois ambos subordinam os seres humanos ao Estado ou ao coletivo, em contraste com o individualismo do *homo economicus*.

transformaram *slogan* da educação para o controle do conhecimento no espaço educativo. Conceitos conectados à *teoria da empregabilidade* e à sua mascarada *teoria do valor*, que reconhece a existência do indivíduo apenas no precário mundo do trabalho (De Freitas; Coelho, 2019). A ideia de uma “educação ao longo da vida” torna evidente a teleologia da OCDE e do BM¹⁹⁸. Seja, de um lado, por um controle do conhecimento traduzido em governo das gerações presentes e futuras ou, por outro, na compreensão de conhecimento como espécie de *saída salvífica*.

Na sociedade neoliberal, marcada por uma estrutura complexa de relações de poder e atividades econômico-sociais que moldam a vida dos sujeitos, o indivíduo engajado, imerso nas dinâmicas sociais, muitas vezes não percebe as contradições que permeiam sua existência: enquanto alguns trabalham arduamente para sobreviver, outros desfrutam dos frutos do trabalho alheio. No entanto, essa dinâmica é obscurecida pelo véu da pseudoconcreticidade, que limita a percepção do indivíduo aos movimentos superficiais das formas aparentes da realidade.

Essa percepção limitada é reforçada pela crença de que a inserção na sociedade ocorre exclusivamente por meio de atividades práticas, especialmente o trabalho (enquanto uma ação desligada da *práxis* humanizadora). O trabalho é visto como o único meio para ascender socialmente, prosperar financeiramente e alcançar os objetivos individuais.

Embora o mundo social seja resultado da *práxis*, da atividade criadora inerente ao modo de ser dos homens no mundo, a atividade limitada ao âmbito pseudoconcreto atribui um sentido distorcido à existência, ao trabalho e à própria identidade do indivíduo. Nesse contexto, o foco recai na aparência, na imagem pessoal, pela qual a sociedade do capital julga o sucesso ou o fracasso de um indivíduo, negligenciando a compreensão mais profunda dos processos sociais subjacentes, reforçando o *fetichismo do ser*.

¹⁹⁸ O BM é um modelo paradigmático de organização que dissemina o papel da educação – em especial, a discussão sobre o conhecimento – como fator produtivo no desenvolvimento econômico e social. No documento *Enseñanza superior*, o BM (1995, p. 17) declara: “estas novas instituições devem formar novos conhecimentos através do ensino e da pesquisa avançada e servir de conduto para sua transferência, adaptação e divulgação”. O viés econômico-pragmático se tornará mais explícito no documento “*Educación superior en los países en desarrollo: peligro y promesas*” no qual as terminologias “sociedade do conhecimento” (BM, 2000, p. 83) e “revolução do conhecimento” (p. 19, 39 e 90) são expressamente citadas: “[...] o conhecimento se tem convertido em um trampolim para o crescimento e desenvolvimento econômico, a promoção, a criação de uma cultura que fomenta sua criação e difusão se tem feito igualmente crucial” (p. 38). Além disso, o BM (2003) passa a alardear que a chamada *Produtividade Fatorial Total* (PFT), associa-se ao uso do conhecimento ligado a fatores diferenciais dos insumos de capital físico e humano na produção. Ao elevar o quadro de produção econômica, a educação superior, objeto de análise do documento, também contribuiria com a diminuição da pobreza na sociedade do conhecimento, por: 1. qualificação de força de trabalho adaptável; 2. geração de novos conhecimentos; 3. absorção de conhecimentos globais para adaptá-los ao local.

Tratemos sobre essa *aparência*, na relação trabalho, imagem pessoal e fetiche do ser, considerando a *intelecção analógica*, uma forma de pensar que estabelece correspondências entre diferentes elementos, a partir de uma lógica de semelhança e distinção. Contudo, para nossa análise ser clara e objetiva, faz-se necessário, primeiramente considerar a seguinte questão: Qual a origem do pecado edênico?

Em uma resposta assentada na mentalidade medieval e retomando o início de nossa seção, poder-se-ia dizer: origina-se da simbiose entre Satã e Eva, a primeira mulher, que cedeu à tentação.¹⁹⁹ Em uma rápida observação, pois não nos apetece realizar uma análise sistemática do tema, concordamos com Delumeau (2003): o que infectava a mentalidade medieval era a doutrina infausta do pecado original.

Entretanto, ainda que discordemos da leitura, digamos, misógina da teo-filosofia cristã medieval, manifesta na forma de compreender e de explicar o mundo e a sua realidade por parte da sociedade, durante o medievo e os primeiros séculos da modernidade, um elemento é pertinente para nosso estudo sobre a mistificação da *accountability*: apresentar como se opera a articulação de ideias em torno de relações analógicas, para compreender as conexões entre a *árvore de desempenho* e a *luta por reconhecimento* do indivíduo.

Através de certas imagens iconográficas, é possível entender como a imagem, a linguagem e o pensamento analógico se relacionam. Na sociedade medieval, p. ex., as relações analógicas eram amplamente utilizadas na interpretação da Bíblia, a fim de explicar melhor a natureza e a ordem do mundo – natural e sobrenatural.

Na iconografia d’*O Pecado Original*, a Serpente é representada com a mesma face de Eva, criando uma relação especular e por consequência, certa identidade entre as duas personagens. Assim, temos que por uma *intelecção analógica*, que permite passar do particular (cada imagem) ao geral (o modelo da imagem) (Franco Junior, 2020), graças a uma

¹⁹⁹ Filósofos e teólogos – de Santo Agostinho à Kant, chegando a hodiernidade – são unânimes em refutar essa teo-filosofia. Para inúmeros estudiosos do tema da *Queda*, Adão não teve um papel menor na origem do mal. A teologia filosófica kantiana, p. ex., chega a afirmar, em sua teodiceia, que é inútil procurar a raiz desse mal em Eva ou num fato passado. Discordando do dogma do *Pecado Original* – segundo o qual a culpa seria algo infuso no homem –, Kant (2008) entende o pecado como uma ideia e não como uma história temporal, pois Adão é cada um de nós, diz o filósofo, acentuando a responsabilidade humana na questão. O interessante, aqui, é pensarmos o *Pecado Original* como um valor ou crença construído ideologicamente e afirmado culturalmente. Como diz Georges Minois (2021), analisando as marcas do *Pecado* na moral cristã e seus desdobramentos na atualidade, ao tornar-se um dogma, a partir de um decreto do *Concílio de Trento* (1545 e 1563), foi apresentado como uma nódoa indelével, transmitida de geração a geração. Em seu fundamento, o dogma do *Pecado Original* afirma que o homem é um ser inclinado para o mal, portador de uma natureza corrompida ou ferida. Em movimento ideológico semelhante, o sistema capitalista e sua teodiceia neoliberal, gestando o sofrimento psíquico (Safatle; Júnior; Dunker, 2021), formula com seus valores meritocráticos e individualistas (egoístas) outra concepção de pecado: o fracasso (não sucesso) como sintoma da ruína humana. E, nesse ponto, a cultura gestada na *accountability* atua reforçando a “crença” na responsabilidade e culpa.

operação mental, emerge uma segunda questão, sobreposta a primeira: Quem projeta a imagem e quem a reflete – no jogo da aparência e da essência?

Não há uma única resposta para essa pergunta, pois tal relação pode ser interpretada de diferentes formas. Uma das interpretações possíveis é que a imagem é projetada por Eva e refletida na serpente (Figura 31). Aqui, a serpente é vista como um espelho que reflete a verdadeira natureza feminina, que detém o poder e a autoridade na sociedade medieval. Essa interpretação pode ser vista como uma forma de subverter a ordem patriarcal à época, que via a mulher como um ser inferior e submisso aos homens (Franco Junior, 2020).

Figura 31 – O Pecado Original: a Serpente, espelho de Eva?



Fonte: Franco Junior (2020, p. 3).

Nota: Obra do gravador e editor parisiense Antoine Vérard (1450? - 1519), fins do século XV ou princípios do seguinte.

Embora essa leitura não seja consensual, ela ampara-se na teoria de que não há uma prática cultural homogênea em relação ao papel da mulher e sua própria força social. Se, por um lado, a cultura era marcada pela misoginia, que via a mulher como um ser inferior

e submisso ao homem, por outro lado, havia tensões e contradições. Por mais que fosse tomada como um ser inferior e submisso ao homem, a mulher também detinha certa autoridade e poder na esfera doméstica e religiosa. Mesmo que tal poder não fosse reconhecido pelos homens na esfera pública, ele era exercido de forma sutil no cotidiano.

Assim, essa interpretação de certo modo insere no debate da luta social o papel da mulher na sociedade, mostrando que ela não era um mero ser submisso, mas detentora de um poder e de uma autoridade fundamentais para a manutenção da ordem social. Removendo com isso a invisibilidade de certos temas no debate histórico (Delumeau, 2003; Franco Junior, 2020).

Já uma interpretação mais aceita ou hegemônica entre os estudiosos, considera que no jogo de imagens, temos uma projeção da figura feminina na serpente, que é identificada, ou um símbolo do pecado. Associada à tentação, a mulher é vista como ser perigoso, responsável por levar o homem à queda. Nesse sentido, a representação da serpente com a mesma face de Eva é uma forma de reforçar a visão hostil sobre a mulher (Delumeau, 2003).

Lembremos, aqui, da persuasão luciferiana a Eva e o seu resultado: o castigo divino desferido contra a humanidade. Segundo o relato do livro bíblico de Gênesis (Bíblia [...], 2007), Deus amaldiçoou a serpente e a mulher por terem desobedecido sua ordem de não comer do fruto proibido da *árvore do conhecimento do bem e do mal*. A serpente foi condenada a rastejar sobre o ventre e a mulher foi condenada a sofrer dores no parto e a ser submissa ao homem.

Ademais, Deus amaldiçoou o solo por causa do homem, dizendo que ele teria que se nutrir com sofrimentos dele todos os dias de sua vida. O solo produziria espinhos e cardos, e o homem teria que comer a erva dos campos. Com o suor de seu rosto, ele teria que comer seu pão até que voltasse ao solo de onde foi tirado – do pó ao pó. Portanto, o texto bíblico destaca que o sofrimento motivado pelo trabalho não é um atributo específico do homem, assim como a sedução não é uma adjetivação própria da mulher.

Essas perspectivas interpretativas apontam para a complexidade da relação entre a imagem, a linguagem e o pensamento analógico na sociedade. Uma intrincada teia a entrelaçar três fenômenos: (i) a construção da identidade (semelhança e diferença) e a busca por reconhecimento, por parte dos indivíduos; (ii) a influência do mito do pecado original na construção das bases da economia moderna; (iii) a metamorfose do mito do castigo divino, como resultado da transformação na mentalidade ocidental com a economia capitalista.

À luz desse esquema, ao nos referirmos ao *espelho de Eva*, tratamos – no Capítulo X, na seção “A metamorfose de um mito: de trabalho-castigo para trabalho-glorificação de Deus” – do mito da *Queda*, de modo específico, sua presença na construção da mentalidade econômica e sua “transfiguração” na educação por meio da *accountability* – como exposto na subseção 10.3, “Responsabilidade, responsabilização e culpa: a serpente, espelho de Eva?”.

Para já, importa-nos adensar a análise da intelecção analógica, aqui já iniciada, mas agora operando o estudo da *árvore de desempenho*, em um diálogo com as ideias de identidade e de reconhecimento, por meio de uma metáfora envolvendo o mito da *árvore do conhecimento do bem e do mal* conformada à *nova razão do mundo* – o neoliberalismo.

Não à toa, os frutos dessa *árvore* têm cor, sabor e aroma típicos da privatização da vida: liberdade individual e mentalidade de mercado, equivalentes à ilusão de prestígio, de poder e de *status social*. Trata-se de uma mistificação que movimenta a *liberdade* no circuito das relações de produção. O que reforça a necessidade de se “descobrir quais são as razões pelas quais o homem se transformou num ser de comportamento egoísta” (Mészáros, 2009, p. 152).

Ora, na ambiência do capitalismo, ao *nós*, opõe-se o *eu*, um estado de dissociação do *eu* dos outros e do mundo em geral. O indivíduo regido pela *individualethik* – *ética individual*, uma autonomia fictícia, “expressão alemã sublimada do egoísmo burguês bruto, que predomina em consequência da reificação das relações sociais de produção” (Mészáros, 2009, p. 237) – é induzido a buscar sua realização apelando a uma moral de *status* alienada, mordendo (por influência da serpente – O Mercado? Ou O Estado?) o fruto da *árvore* ressequida do *distópico paraíso do capital*.

9.2.1 O jardim da *árvore* ressequida: um *distópico paraíso* – (re)conquistado?²⁰⁰

Se, conforme o mito, no *Paraíso edênico*, a *árvore do conhecimento do bem e do mal* estava no epicentro da *Queda*, temos que no mundo moderno do século XXI, sob o ritmo dos ditirambos neoliberais, outra *árvore* está posta em seu lugar, mas em outro jardim, no

²⁰⁰ Usamos a expressão “(re)conquistado” em alusão/conexão a dois poemas épicos de Jonh Milton, duas partes de uma narrativa que explora a história bíblica da *Queda e Restauração* da humanidade. Em *Paraíso Perdido* (2002), o autor conta a história do *Pecado Original* de Adão e Eva e sua expulsão do paraíso, após cederem à tentação da Serpente (Satanás, o Anjo Caído). Enquanto *Paraíso Reconquistado* (2014) – em uma visão mais positiva da humanidade e da relação entre Deus e o homem – narra a retomada do paraíso graças a Jesus (o Messias), que refuta a série de tentações diabólicas no deserto. Juntos, os dois poemas exploram temas como a natureza do bem e do mal, a liberdade humana, a relação entre Deus e o homem, e a redenção (salvação).

jardim capitalista do gerencialismo: a *árvore de desempenho* – pertencente à família das *arbor generis capitalis*, como a árvore de Edvinsson e Malone (1998).

Contudo, nesse *paraíso* mistificado por uma *práxis unilateral* e permeado por novas responsabilizações e culpas atribuídas ao indivíduo, ignora-se o fato de que somos sujeitos históricos. No jardim neoliberal, a realidade se apresenta como *práxis* imediata. Ao indivíduo é imposto processos formativos ao âmbito da cotidianidade, na primazia da prática, do senso comum, e nesse sentido, não proporciona a compreensão das coisas e da própria realidade. É uma *práxis fragmentária e utilitária*, constituída no mundo da pseudoconcreticidade.

Tal *práxis unilateral* é constatada por Araújo (2016, 2020), ao pesquisar escolas no município de Sobral/CE, unidades educacionais que adotaram, no ano de 2016, como estratégia no processo de ensino-aprendizagem, a representação simbólica de seus alunos em uma árvore (Figura 32).

Figura 32: A árvore de desempenho sobralense



Fonte: Araújo (2016, p. 127; 2020, p. 33).

Para Araújo (2016, p. 127), “O desenho da árvore, exposto nas salas de aula das escolas premiadas de Sobral, demarca os aprendizes aptos e os não aptos quanto às habilidades de leitura e de escrita.” Ao demarcar os nomes dos educandos com excelente

desempenho em cima, na copa da árvore, e aqueles com desempenho insuficiente embaixo, na raiz ou no caule, gera-se um clima competitivo e de pressão sobre as crianças, suscitando a comparação e a diferenciação dos estudantes entre si, bem como a atribuição de rótulos qualitativos entre os próprios aprendizes. Relata a autora:

[...] as escolas premiadas de Sobral utilizam-se do artifício da premiação escolar para agraciar os melhores aprendizes das turmas e da escola, como é evidenciado por eles nos depoimentos a seguir: [...] “A tia colou um cartaz dos prêmios, eu não esqueço. Sabe quais são as coisas que a gente tem que fazer para ficar bom? O comportamento na aula tem que ser muito bom, a leitura, a escrita e também a gente tem que ler todo o livrinho. Aí pode ganhar em primeiro lugar um *tablet*; em segundo, um celular; e, em terceiro, ganha uma bicicleta novinha em folha [...]. Na sala, tem uma arvorezinha que tem o nome dos alunos, uns embaixo, outros no meio, alguns no topinho e outros lá em cima. Aí quem está lá em cima tem que ficar para quando for no final do ano ganhar um brinde [...]. (A6EP1).”

Percebe-se que a EP1 divulga, por meio de cartazes, a premiação interna da escola e faz a distribuição dos premiados em primeiro, segundo e terceiro lugar no *ranking*, atribuindo como metas para o aluno: ter um bom comportamento em sala de aula, apresentar habilidade de leitura e de escrita e ler os livros que forem solicitados. Além dessa prática, em cada turma de 2º ano das escolas premiadas de Sobral, existe o desenho de uma árvore na parede das salas de aula, na qual os nomes dos discentes são fixados de acordo com seu desempenho estudantil, ficando em cima, na copa da árvore, os nomes dos educandos com excelente desempenho e, em baixo, na raiz ou no caule, a identificação dos estudantes que apresentam desempenho insuficiente [...] (Araújo, 2016, p. 126).

Por certo, o processo de avaliação ligado à árvore de desempenho de longe se restringe à avaliação em larga escala. Estamos diante de uma cotidianidade escolar que envolve múltiplas formas de avaliação: *diagnóstica* (realizada no início do processo educacional), *formativa* (efetuada ao longo do processo de ensino e aprendizagem), *somativa* (aplicada no final de um período de ensino), *criterial* (baseada em critérios predefinidos) e, possivelmente, *auto avaliativa* (envolvendo a reflexão dos alunos sobre seu próprio desempenho e progresso de aprendizagem), processo regido por um *reconhecimento perverso* (Lima, 2010).

Sobre o cotidiano da escola, relativa aos processos de avaliação ao longo de um período, a Dir.^a Sofia (ED1E1) esclarece:

[Pesquisador] E em sua escola, como se dialoga sobre os conhecimentos e experiências dos professores, sobre as repercussões e transformações geradas em sala de aula em virtude da avaliação externa e larga escala e prestação de contas, responsabilização...?

[Dir.^a Sofia] Nós temos reuniões de fluxo, que são feitas entre a gente. Entre a gestão e os professores, onde ... é falado e discutido essas situações e tem as reuniões de pais, onde a gente também expõe isso para a comunidade. Sobre esse resultado, nós temos as avaliações diagnósticas de rede que nós fazemos e aí, sempre que nós terminamos, nós fazemos o levantamento do avanço das crianças. Fazemos essa conversa com os professores ... E aí a gente chama os pais e entrega para os pais o resultado do filho dele, para que ele veja se o filho está avançando ou se não está avançando e aí, neste momento, junto com os pais e os professor; Depois que a

gente tem essa conversa com os pais, para ver que tipo de estratégia a gente pode usar especificamente com aquela criança, é, a gente traz para o professor novamente. Para que o professor, faça essa intervenção dentro, dentro ou fora de sala ... depois ... como é um ciclo, aí ele volta para a gente renovar. A gente volta para os pais, é todo um ciclo.

Além do mais, a política de avaliação e de responsabilização nas escolas premiadas de Sobral, por meio do *Prêmio Escola Nota Dez*, direciona as atividades educativas sob a lógica produtivista e meritocrática. O uso de dispositivos de contingência de estímulo *versus* reforço, pressiona as atividades curriculares, condicionando um determinado comportamento escolar almejado, ligado ao recebimento/ganho de brindes e prêmios (Araujo, 2016, 2020).

O que devemos ter claro, em relação aos processos de *accountability fetichizada*, é que toda atribuição de valor às coisas, e ao sujeito, ocorre sob influência do utilitarismo. Ações fundamentadas em um pensamento mercantil e calculador, arraigadas numa *práxis utilitária*. A respeito dessa verdadeira *axiologia fetichista*, Kosik (2003, p. 83, tradução nossa) esclarece:

Neste mundo moderno, tudo é comparado e medido pelas vantagens, utilidade e praticidade; assim, é arrastado para o movimento do ciclo infernal de avaliação, tudo está sujeito ao nivelamento da conversibilidade. [...] Converter tudo em valor não é idealizá-lo e ampliá-lo, mas reduzi-lo a uma única dimensão e fazê-lo perder sua identidade original.

Na dinâmica valorativa, resultante de uma cultura avaliativa, atribui-se valor não somente aos processos, às coisas e aos indivíduos, mas também se definem no mundo prático os critérios de utilidade. Em dado momento, Kosik (2003, p. 90, tradução nossa) diz que:

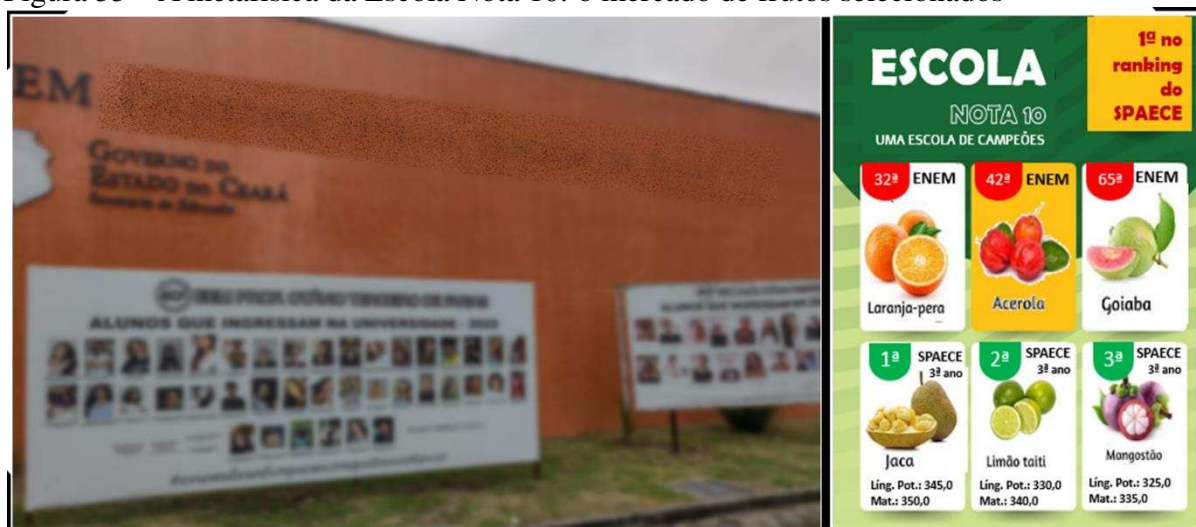
O mundo prático ou o mundo do sentido prático, cujo uso acrítico confunde com a práxis e sua realidade, é construído e representado de acordo com o esquema: adequado/não adequado, funciona/não funciona, está disponível/não está disponível. Ao jogar de volta ao nada o que não é adequado, o que não funciona, o que não está disponível, a consciência prática não percebe que, enquanto diferencia e determina a realidade, ela mesma é determinada.

Com efeito, a realidade educacional, ao engendrar a *árvore de desempenho*, impõe à comunidade escolar uma axiologia que reduz o estudante à condição de indivíduo apto ou inapto. Situação que o impele, *por uma educação ao longo da vida*, a adotar uma postura utilitária e calculadora com as coisas, em virtude do discurso hegemônico, com seu monocórdio *pensée unique*, convertendo-o em produto comercializável no mercado.

No mercado educacional (Figura 33), que tem na *árvore de desempenho* uma de suas vitrines, o estudante é convertido em um produto como qualquer outro. A escola, como uma organização, passa a formar (produzir) bens com valor de troca (equivalentes), para

serem expostos nas prateleiras do (super)mercado. Fato evidenciado, p. ex., na profusão de *banners*, cartazes e *outdoor* no interior e/ou exterior das escolas públicas no Estado do Ceará, publicizando as imagens de seus estudantes mais bem ranqueados. Sendo que a posição da mercadoria (estudante) na prateleira dependerá de sua qualidade – pontuação nas avaliações ou nos processos seletivos.

Figura 33 – A metafísica da Escola Nota 10: o mercado de frutos selecionados



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Fotomontagem composta pela fotografia (imagem a esquerda) de certa escola pública estadual no Estado do Ceará (fachada principal), localizada no município de Fortaleza, e um catálogo de frutas (imagem a direita), simulando um *banner* escolar de estudantes (expostos como frutas no mercado educacional ou de trabalho). Na lógica de publicização adotada por escolas públicas e privadas do Ceará, utilizando a imagem dos estudantes aprovados em concursos ou certames educacionais (locais e nacionais), as fotos dos indivíduos são usadas em campanhas de *marketing*. De modo semelhante aos encartes de supermercados, temos as fotos dos estudantes (seres reificados), com melhor desempenho, expostas: as frutas boas são propagandeadas, enquanto as podres (aquelas que não alcançaram o resultado esperado) são tratadas como as frutas no final da feira livre – esse é o momento da xepa, quando frutas, legumes, verduras etc., que não foram vendidas, são deixadas na rua, pelos feirantes, sendo coletadas por outros indivíduos como alimento de segunda linha.

A explicação dessa sociabilidade mercantil está presente, de forma descarada, na ideologia meritocrática de Cordeiro (2013). Em seu texto “Como criar accountables a partir de pessoas comuns”, diz o autor:

Comparo Pessoas Excelentes com frutas de alta qualidade, especiais no sabor, no aroma e na cor. Quando expostas, essas frutas se destacam, atraindo todos, se forem colocadas como ingredientes em um prato elaborado por um chef, fazem uma enorme diferença, um simples pedaço de fruta transforma o prato em uma obra de arte. Já as **Pessoas Comuns, são como frutas que sobram no fim da feira**. São baratinhas, têm algum valor nutritivo, mas têm uma aparência ruim e, em alguns casos, já passaram do ponto, ou, então **ainda estão verdes, só servem para fazer geleia ou suco**. Nada contra frutas de fim de feira... Tudo depende do que se pretende fazer com eles. Para comer *in natura*, para laminar, em um belo prato de frutas, para a cobertura das tortas ou na preparação de *sorbets*, as frutas de alta qualidade são as mais indicadas, mas para fazer sucos industrializados, geleias e doces em compotas, frutas comuns podem ser aproveitadas, e oferecem a melhor relação custo/benefício. Ilude-se quem acredita que pode obter o mesmo resultado

em sua produção quando usa uma fruta comum no lugar de um excelente. Onde está a diferença? Na seleção e no cultivo. Frutas de alta qualidade precisam só de três elementos – boas sementes, solo nutritivo e água. Pessoas também precisam de três elementos para serem cultivadas: talento, um bom ambiente e *feedback*. O *feedback*, para as pessoas, equivale à água para as frutas. Assim como existe um processo correto de irrigação, e não basta jogar água no pomar, em qualquer quantidade e a qualquer hora do dia, também o *feedback* precisa ser dosado corretamente (Cordeiro, 2013, p. 97, negrito nosso)

No campo educacional, no regime de *accountability* do Estado Avaliador, um desses *feedbacks* é fornecido pela avaliação em larga escala. O que Cordeiro nos auxilia a entender, por sua ontologia neoliberal, é a *morte simbólica* (Agamben, 2008, 2010) dos indivíduos, mas essa morte não se refere aqui a um rito de passagem, uma vida nua, ou seja, vida resumida ao simples corpo vivente que renasce enquanto detentor da vida política.

Esse estudante (fruto) não renasce simbolicamente na árvore como um corpo sacro – sagrado, venerável, respeitável –, antes é uma coisa hierarquizada pela doutrina neoliberal, que legitima a exclusão e/ou a inclusão dos indivíduos na comunidade (mercado), gerando os seus *ninguéns*. É uma morte que integra: morte simbólica, subjetiva, social e pode culminar na morte biológica.²⁰¹

Na metafísica da *Escola Nota 10*, com seus *outdoors*, *rankings*, metas, difunde-se, naturaliza-se, mascara-se, mistifica-se a desigualdade social. Essa metafísica do absurdo, que mercantiliza a educação, pauta-se na indiferença do particular e do sensível. É um modo de conceber as relações sociais que naturaliza o predomínio e o governo da mercadoria e da dimensão abstrata e suprassensível do trabalho humano.

Os estudantes convertidos metafisicamente em frutas, no *ranking da arbor generis capitalis* educacional, sela a premissa de que os fenômenos em causa – a *performance* dos estudantes – não emanam de relações sociais de produção, mas da meritocracia dos vitoriosos, que devem ser exaltados. Dessa forma, caímos num método que analisa a realidade, sem considerar o caráter histórico da vida social dos sujeitos, sua essência ontológica (gerado ao longo do processo histórico); é essa a principal metafísica da *Escola Nota 10*, afirmando uma essência ideal metafísica, dando a esse estado naturalidade nas relações sociais reificadas.

Diante dos rizomas deleuzianos que invadem a escola, com seus processo de multiplicidade, definindo uma rede de indivíduos (conectados, mas abandonados à própria sorte, aos próprios resultados), reforça-se a fragmentação e a formação rápida sob demanda do mercado. O que assistimos é uma ação planejada para transformar o mundo da produção e do

²⁰¹ O que temos, portanto, é uma identidade, como esclarece Furlan (2020), enquanto morte que aprisiona o indivíduo a infinitas *modulações de personagens fetichizadas*

trabalho num único e mesmo sistema abstrato, genérico, mecânico, homogêneo, uniforme e racional de produção. Esse metabolismo funda uma ordem social, na qual o trabalhador concreto se converte em simples membro menor de uma imensa rede de relações sociais abstratas.

Ao longo de nossa tese, em seus mais diversos capítulos, temos destacado parte da constelação de traços genéricos que identificam as concepções pós-modernas, como: falta de profundidade no debate científico; abandono do conceito de verdade, tachado como bagagem metafísica desnecessária; *negação das metanarrativas*, com sua desintegração do sentido de tempo e sua afirmação do *presenteísmo* (os *presentes puros* e não-relacionados); também, a tese do *fim da história*, marcada pela renúncia do princípio de causalidade e de fatalismo histórico.

Além disso, como tratamos no Capítulo VI, no mar do esquecimento pós-moderno, que trivializa a história, uma construção teórica formulada por Baudrillard (1991) se destaca: o termo *simulacro*, um tipo de representação produzida por *simulação*, uma imagem do real, sem origem nem realidade, pois o real não existiria em si mesmo, uma vez que o real seria uma cópia. Em outros termos, “o real nunca foi mais do que uma forma de simulação” (*Ibid.*, 2001, p. 36) e a realidade nem sempre existiu. Ainda conforme o *teórico da sociedade de consumo*, o próprio real seria uma cópia de uma cópia, logo, a noção de verdade perde referência, pois só se fala do real depois de haver uma racionalidade para a afirmar.

No mundo pós-moderno, feito de *simulacros*, mistura-se o real e o imaginário numa simulação, um mundo de signos autorreferenciados, negando o projeto iluminista (racionalismo, crença em leis universais etc.) e insiste-se na ideia de que não há o desejo de conhecer a verdade. Isso resulta da ênfase na natureza fragmentada e indeterminada do mundo e do conhecimento humano. No mundo da visibilidade, teríamos a impossibilidade fundamental de qualquer visão totalizante, em parte devido à “morte do sujeito” ou à “morte do homem” (Deleuze; Guattari, 2004; Foucault, 2007).

Foucault (2007), com a “morte do sujeito” dá continuidade ao argumento da *morte de Deus*: “[...] Nietzsche encontrou de novo o ponto no qual Deus e o homem se pertencem um ao outro, no qual a morte do segundo é sinônimo da desapareição do primeiro e no qual a promessa do super-homem significa primeiro e antes de tudo a eminência da morte do homem” (p. 332). Com isso, o filósofo do micropoder deixa de falar de um sujeito capaz de produzir uma verdade e passa a argumentar sobre a relação entre o saber e o poder.

Com a *morte matada* do sujeito, contada como *morte morrida*, os pensadores pós-modernos, em um discurso abundante de multiplicidade – conceitos retóricos de *performance*,

desconstrução, esquizofrenia, diferença etc. –, visam substituir a alienação do sujeito pela sua desintegração. Muito mais do que propor o fim da mônada burguesa autônoma, eles operam uma descentralização, uma desconstrução do sujeito unificado, ou seja, não haveria um sujeito universal, racional e atemporal que possa conhecer a realidade de forma objetiva e absoluta.

Essa perspectiva propõe uma nova linguagem da subjetividade, substituindo-a pela representação de identidades variáveis e inacabadas de caráter fragmentado, plural e frágil. O que teríamos é uma “dispersa e descentrada rede de conexões libidinais”, contrapondo-se ao sujeito unificado – como diz Eagleton (1995, p. 66), um “remanescente de uma antiga época liberal do capitalismo, antes de a tecnologia espalhar nossos corpos aos quatro ventos, em tantas bugigangas reificadas de técnica e apetite, operação mecânica ou reflexo de desejo”.

Apesar de levantar temas importantes para o debate social e científico – como o das identidades no mundo, das tecnologias e do conhecimento – as manifestações teóricas das teses pós-modernas acabam nos colocando à beira do precipício conservador do *fim das ideologias*, fomentando na *virada linguística*, a crise de veracidade. Assim, mesmo que a filosofia moderna, desde Descartes até Husserl, seja passível de crítica em sua concepção de sujeito – tomado como uma entidade autônoma e transparente em si mesma, ignorando-o como ser histórico e socialmente construído –, isso não implica fatalmente na morte do sujeito, como defendem ideologicamente Foucault, Deleuze, Guattari e outros.

Em vez disso, em polo oposto, Benjamin (2013), ao examinar a tradição filosófica da modernidade, sobretudo em Kant e nos pós-kantianos, usa a crítica ao conceito de sujeito como ponto de partida para sua filosofia da linguagem, mas sem aderir à pós-modernidade. Para o autor, a tese de sujeito moderno é baseada na dicotomia entre sujeito e objeto, pressupondo a separação entre linguagem e mundo. Todavia, essa dicotomia é problemática, porque implica em uma visão representacional da linguagem, o que é uma ilusão, pois a linguagem não é apenas um meio de representação, mas também um meio de produção de sentido – e muito mais do que isso –, ligado a contextos históricos e sociais específicos.

Mesmo cientes que “a partir de certo ponto, [Benjamin] decididamente abandona o terreno da sua relação com o marxismo” (Konder, 2003, p. 173)²⁰², o que nos interessa em sua tese da filosofia da linguagem – mesmo que tenhamos certas ressalvas – é sua leitura

²⁰² Em consonância com Konder (2003, p. 173), podemos dizer: “Em que ficamos, então? Walter Benjamin era ou não era marxista? [...] O que era, afinal, esse marxismo benjaminiano [...]? Quem foi, precisamente, esse autor: um filósofo travestido de teólogo ou um teólogo travestido de filósofo? [...] Diante dessas indagações, eu me pergunto: ‘Não valeria mais a pena nós indagarmos: o que um marxista teria de mais importante a aprender, a repensar, com a obra de Walter Benjamin?’”

crítica do mito bíblico da *árvore do conhecimento do bem e do mal*.

A linguagem é a forma pela qual o ser humano se relaciona com o mundo e com os outros; forma de conhecimento que é afetada pela própria busca pelo conhecimento absoluto (Benjamin, 2013a). Sendo que, é através da linguagem que os seres humanos criam categorias e conceitos que lhes permitem compreender e interpretar a realidade:

Depois que formou da terra todos os animais do campo e todas as aves do céu, o Senhor Deus os trouxe ao homem para ver como este lhes chamaria; e o nome que o homem desse a cada ser vivo, esse seria o seu nome. Assim o homem deu nomes a todos os rebanhos domésticos, às aves do céu e a todos os animais selvagens. [...] (Bíblia [...], 2007, Gn, 2, 19-20, p. 3).

Eis que, a compreensão e a interpretação no *paraíso* é mediada pela linguagem, o que significa que a linguagem é uma fonte da divisão entre sujeito e objeto, pois é fonte de alienação entre o sujeito que fala e o objeto que é falado, já que a linguagem, é uma construção social que pode distorcer a realidade e criar uma falsa separação entre o sujeito e o mundo. Contudo, Benjamin (2013a) reconhece que essa mesma linguagem também pode permitir que o sujeito se conecte com o mundo de uma forma mais autêntica e integral.

Diante desse quadro, Benjamin interpreta a *árvore* e sua relação com a *Queda*, como uma metáfora para a alienação humana causada pela linguagem:

Que a língua do paraíso tenha sido a língua do conhecimento perfeito é algo que nem mesmo a existência da árvore do conhecimento pode dissimular. Suas maçãs deveriam proporcionar o conhecimento daquilo que é bom e daquilo que é mau. Mas no sétimo dia Deus já o reconheceu com as palavras da criação: “e era muito bom”. O conhecimento para o qual a serpente seduz, o saber sobre o que é bom e o que é mau, não tem nome. Ele é, no sentido mais profundo, nulo; e esse saber é justamente ele mesmo o único mal que o estado paradisíaco conhece (Benjamin, 2013a, p. 66-67).

Então, a língua do paraíso seria a do perfeito conhecimento, mas um conhecimento do bem e do mal *sem nome*, porque não pode ser expresso de forma direta e objetiva pela linguagem. Esse conhecimento é simbólico, enviando o sujeito aos desvios analógicos, ou seja, às associações e às comparações indiretas que não conseguem expressar completamente a natureza do bem e do mal. Logo, esse saber é vão, na verdade ele é o único mal que o estado paradisíaco conhece.

À vista disso, há uma ambiguidade no conhecimento do qual a *árvore* é portadora. Por um lado, ele é exterior, pois não é inerente ao ser, mas é adquirido pela reflexão sobre a experiência. Esse saber é abstrato, distanciado de todo saber sobre as coisas, não se refere a objetos concretos e não pode ser apresentado de forma direta ou objetiva. É um *saber sem objeto*, que se relaciona às profundezas do subjetivo. Nessa perspectiva, ele corresponde

apenas ao conhecimento do mal, por isso, é vão e desvalorizado. Por outro, esse *conhecimento* é valorizado porque é um saber que só Deus teria conhecido depois da criação.

Isso significa, simbolicamente, que o *conhecimento do bem e do mal* seria um saber que estaria além da capacidade humana de compreensão e que só pode ser conhecido por Deus. Por isso, a *Queda se* funda em um conhecimento proibido, a busca pelo conhecimento absoluto. Assim, a *árvore* é a responsável pela queda da *linguagem no juízo*, capacidade que permite ao indivíduo pensar e julgar a realidade de forma objetiva e abstrata, transcendendo a comunicação de signos.

Com isso, buscamos operar aqui, uma *analogia metafórica* – típica do tomismo. No entanto, o fazemos dialogando parcialmente com uma perspectiva agostiniana. Vejamos! No relato bíblico, a proibição de comer do fruto da *árvore do conhecimento do bem e do mal* não se detém no *conhecimento (em si)* proibido, mas na questão do valor da observância de um preceito. Ou seja, a proibição não tinha como objetivo manter a criação na ignorância do bem e do mal, mas sim ensinar ao homem a importância da obediência e da escolha do bem.

No entanto, se *Deus está morto*, como nos ensina o filósofo que o conduziu ao cadafalso, em *Assim falou Zaratustra* (Nietzsche, 2011), o que é ordenado à humanidade expulsa de um Éden? Se é que em algum dia existiu um *Paraíso* (comunitário) *Perdido*, pois lembremos: para os teóricos liberais, a *propriedade privada* é um bem natural e individual (não comunitário).

Morto Deus, parece-nos que o novo ordenamento é que o homem seja *responsável* e *responsabilizável* pelos seus atos. Na verdade, que ele seja *accountable* perante a comunidade, tendo em vista que esse novo homem, que fala do alto da montanha, é um super-homem. Um criador de si mesmo, um empreendedor capaz de criar o mundo à sua volta, à sua imagem.

Façamos um breve exercício teo-filosófico, mas puramente especulativo. Adão e Eva, numa tentativa de se tornarem autossuficientes, abraçaram em sua transgressão os valores do individualismo, sendo expulsos do Éden. Ora, o individualismo – com sua *individualethik* – é uma filosofia que valoriza a autonomia e a liberdade individual. Corrente que se baseia na ideia de que cada indivíduo é único e tem o direito de buscar sua própria felicidade e realização pessoal, sem se submeter às normas e aos valores coletivos.

São as brumas do individualismo, a envolverem a liberdade, que nos conduzem à nossa analogia metafórica. Diversamente do que o senso comum acredita, o *livre-arbítrio*²⁰³ e a liberdade são conceitos relacionados, mas não são sinônimos. Em uma perspectiva agostiniana, o primeiro termo é uma propriedade da natureza humana e refere-se à capacidade de escolher entre diferentes opções, de tomar decisões com base na própria vontade e de ser *responsável* por essas escolhas. Em relação à liberdade, o segundo termo, Santo Agostinho a conceituou como a capacidade de escolher o bem, que só pode ser alcançado através da graça divina.²⁰⁴

No entanto, nos *Jardins Suspensos do Mercado Neoliberal* (a nova Babilônia, como se diria em uma linguagem apocalíptica), com sua *natureza morta*, na qual cresce vigorosa a *arbor generis capitalis* – árvore ressequida da qual escorre “sangue e lama por todos os poros” (Marx, 2013b, p. 830) – o *livre-arbítrio* é renovado no ideário de ser *livre para escolher*; a *liberdade* também é ressignificada. Para os *nefilins* desse jardim, como Friedman & Hayek, a liberdade é vista como um valor supremo que deve ser defendido pelo Estado, ao mesmo tempo em que é a base da sociedade livre, devendo ser protegida contra as interferências do Estado.

Hayek (2019), em sua obra *A Pretensão do Conhecimento*, com a qual ganhou o Prêmio Nobel de economia em 1974, revigora os mitos liberais do capitalismo. Para o guru da *escola austríaca* – em severa crítica aos economistas ortodoxos, segundo ele, limitados por uma metodologia restrita a modelos matemáticos genéricos, aversos ao livre

²⁰³ Consideremos, neste ponto, a perspectiva teológica cristã sobre o livre-arbítrio, mas sem esquecermos a interpretação materialista dialética, expressa por Mészáros (2009) “[...] generalidade abstrata (‘livre-arbítrio’ etc.) como uma entidade misteriosa ou fictícia. Esse tipo de liberdade, desnecessário dizer, existe apenas por graça do ser transcendental. Na formulação de Marx, o que existe pela graça de outro ser (o que eu lhe devo) não é liberdade, mas negação dela. Somente um ‘ser independente’ pode ser chamado de ser livre, e os laços da ‘dívida’ implicam necessariamente a dependência, isto é, a negação da liberdade” (p. 151). Em nota de rodapé, o autor complementa sua análise: “‘Livre-arbítrio’ é, rigorosamente falando, uma contradição em termos. Esse conceito postula um objeto (necessário ao arbítrio que sobre ele se exerce) e, ao mesmo tempo, nega essa relação necessária (chamando o arbítrio de ‘livre’) para ser capaz de vislumbrar um exercício – fictício – desse ‘livre-arbítrio’” (p. 151).

²⁰⁴ Um exemplo para ilustrar essa diferença, em uma perspectiva agostiniana, seria: imagine que um indivíduo tem a opção de escolher entre roubar um objeto ou não roubar. O livre-arbítrio permite que ele faça essa escolha. Já a liberdade, seria a capacidade de escolher não roubar, porque essa escolha seria a escolha do bem. Sem o livre-arbítrio, o indivíduo não seria capaz de escolher entre diferentes opções e, portanto, não seria livre para agir de acordo com sua vontade. Por outro lado, ter livre-arbítrio não garante automaticamente a liberdade, já que o indivíduo pode estar sujeito a restrições externas que o impeçam de agir de acordo com sua vontade. Ou seja, a liberdade não é apenas a capacidade de escolher entre diferentes opções, mas a capacidade de escolher o bem; implica em uma capacidade de escolha consciente e responsável, para além da ausência de coerção. Em outras palavras, um indivíduo pode ser livre (da escravidão, p. ex.), mas ainda assim não ter a capacidade de escolher o bem, o que significa que ela não é verdadeiramente livre. Reiteramos: a liberdade, para Agostinho, é a capacidade de escolher o bem, que só pode ser alcançada através da graça divina.

empreendedorismo e afeitos à economia planificada – existe uma pretensão dos economistas de saberem como o mercado funciona, pois toda intervenção pressupõe conhecimento.

Nesse sentido, Hayek (2019) destaca a superioridade da economia de mercado, apontando a incapacidade dos economistas – sob a influência das ciências sociais – em conduzir políticas mais bem-sucedidas, em virtude do equívoco de imitar as metodologias das ciências físicas, o que leva o autor a ironizar: “os economistas estão hoje sendo chamados para, digamos, salvar o mundo [...] da séria ameaça de aceleração inflacionária, que foi causada [...] pelas mesmas políticas que a maioria dos economistas recomendou” (p. 27-28).

A raiz das crises econômicas, para Hayek, localiza-se na tentativa de controlar o funcionamento do Mercado. Em um *déjà vu* do mito da *Queda*, os economistas estariam a busca do *conhecimento do bem e do mal*, desobedecendo ao mandamento divino: “Coma livremente de qualquer árvore do jardim, mas não coma da árvore do conhecimento do bem e do mal, porque no dia em que dela comer, certamente morrerá” (Bíblia [...], 2017, Gn, c.2, v. 16-17).

É claro que para os neoliberais, existe a *livre escolha* no *Paraíso do Mercado*, como declara o *apóstolo da profissão de fé capitalista*, Ludwig von Mises (2015), ao afirmar em sua obra (teológica?) *A Mentalidade Anticapitalista*: todo indivíduo é livre para traçar seus planos, fazer suas escolhas, que ele mesmo cria em meio à sua realidade. Aqui não existe o *outro* ou o *nós*, só existe o *eu* – o puro indivíduo. Um *eu* que não deve sofrer a coerção por uma autoridade central planejadora, que priva o indivíduo de sua liberdade de escolha e pleno exercício de sua *individualethik*.

No entanto, à semelhança de Adão e Eva, se não podemos alcançar o conhecimento absoluto em relação às leis do Mercado, o que podemos fazer para viver em comunidade? Como diriam os *Chicago boys*: temos que ter fé no Mercado, pois ele sempre encontrará soluções para as crises. Assim, uma solução do capital é estabelecer controles para a avidez do desejo individual que o próprio sistema produz.

Ora, aprendemos com Mészáros (2016b) que esse controle é uma contradição, tendo em vista que o capital é um sistema sócio metabólico fundamentalmente incontrolável. Não há limites para sua expansão, em outros termos, tal sistema desconsidera as necessidades humanas, o que importa é sua autorreprodução ampliada.

Com essa expansão e essa acumulação cada vez mais amplas, o que existe são ações de correção – em um sistema incorrigível – sobre os defeitos de controle. Porque se a lógica do sistema determina a *produção*, o *controle*, o *consumo* e a *circulação*, isso não

significa que as próprias *personificações do capital* – leia-se: a classe capitalista, os burgueses (Mészáros, 2016b) – detêm o domínio do processo em que se desenvolvem essas estruturas.

O que nós temos não é propriamente uma solução para os defeitos do sistema, senão ações ou intervenções – contraditoriamente – que objetivam mantê-lo dentro de parâmetros que possibilitem a autorreprodução contínua do capital. Dentre os aspectos do defeito estrutural de controle, Mészáros (2016b) destaca a relação da *destruição produtiva*, uma destruição das bases materiais de produção dos sistemas sócio metabólicos anteriores e dos recursos naturais, de tal monta, que tudo pode ser invadido ou usurpado para produzir mercadorias.

Com o advento da crise estrutural e a ativação dos seus limites absolutos, o aspecto destrutivo do capital foi ampliado, o que tem nos levado a passarmos “da prática de ‘destruição produtiva’ da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção destrutiva cada vez maior e mais irremediável” (Mészáros, 2016b, p. 267).

Lembrando que somos seres históricos e concretos na condição de finitude, devido a nossa condição biológica (nascemos, crescemos e morremos) – sem entrarmos no debate de nossa infinitude, em virtude de nossas obras (ideias, comportamentos, realizações etc.). Nesse contexto, temos indivíduos dominados pela necessidade fetichista do sistema, em uma economia escassa, na qual não há satisfação para todos, uma vez que os recursos explorados podem findar, o que limita cada vez mais a capacidade expansiva e acumulativa do próprio capital.

Se não há satisfação para todos os seres finitos com desejos fetichistas infinitos na sociedade de consumo, então como lidar com as frustrações? Com a plenificação da globalidade sistêmica e sem a possibilidade de *invadir e subjugar* na *escala requerida* (Mészáros, 2016b), o sistema do capital cria uma verdadeira *teologia da culpa*. As consequências e os efeitos de tal *teologia* aprofundam as contradições do próprio sistema sócio metabólico.

Assim, para manter a autorreprodução do capital, uma saída neoliberal é alimentar o sofrimento psíquico, operando para isso uma inversão: o indivíduo passa a ser culpado pela sua própria frustração. Por que não consegue uma boa nota ou está representado como fruta podre na *árvore de desempenho*? Porque é culpado. Ele não se preparou adequadamente. Nessa lógica perversa, o indivíduo, p. ex., no mercado de trabalho, assume a culpa duas vezes: pelo desemprego e por sentir culpa em ser desqualificado para o Mercado, que assume o papel de juiz transcendental diante de um humano que é produto (mercadoria).

Esse ser humano frustrado por não consumir no *reino encantado das mercadorias* e não ser consumido – como mercadoria humana (trabalhador) – é portador de uma vergonha prometeica (*prometheische scham*). A culpa, portanto, não repousa apenas na incapacidade de consumir, mas em ser uma engrenagem antiquada e humilhada, que não acompanha as mudanças e as evoluções de um sistema maior, marcado pela velocidade e pela descartabilidade. Isso gera no indivíduo a sensação de insuficiência e a própria ideia de que nunca está atualizado diante daquilo que produz ou deveria produzir.

Não podemos esquecer que para garantir sua autorreprodução, o capital converte o trabalhador (ser humano) em mercadoria (*ser coisal*), produtor de mercadorias. Dentre os vários efeitos dessa condição, um se destaca, para nossos fins: a inserção do trabalhador mercadoria, pela *invasão e dominação do capital*, na lógica da *obsolescência do humano programada*.

Com esse termo, buscamos desvelar o agudizar do movimento histórico que Marx prenunciou no século XIX, a *redução ontológica* (Oliveira, 2004) do humano à máquina. Por uma obsolescência – da raiz *obsoleto*, de etimologia latina (*obsoletus*), que faz referência a algo pouco ou nada usado, velho, caído em desuso, desatualizado, estragado com o tempo – o trabalhador (ser humano), como uma mercadoria, é reduzido à pura determinação econômica.

Duas bases sustentam nossa ideia de *obsolescência do humano programada*. A primeira, relaciona-se à ideia de que o ser humano, convertido a trabalhador reificado, é tomado como uma mercadoria que apresenta algum tipo de limitação em um tempo relativo, precisando ser *atualizado* ou *reciclado* periodicamente – *educação ao longo da vida* – a fim de que não se torne obsoleto (embora continue uma coisa descartável). O segundo, refere-se a uma reelaboração da ideia de *obsolescência do humano*, inicialmente exposta pelo filósofo e ensaísta judeu alemão Günther Anders (2002), em sua obra “L’Obsolescence de l’homme: Sur l’âme à l’époque de la deuxième révolution industrielle” (“A obsolescência do homem: Na alma na época da segunda revolução industrial”, tradução nossa), publicado em 1956.

Anders, em breve ensaio sobre o evoluir da decadência da sociedade, em virtude do avanço das armas de destruição em massa (bomba atômica), numa perversão do progresso científico e tecnológico da era industrial, referiu-se a nossa incapacidade (indiferença) de imaginar e de questionar o aniquilamento da humanidade.²⁰⁵ Sobre a crônica de Anders, explica Carvalho (2020, p. 256-257):

²⁰⁵ Em sua crônica, Anders (2002, p. 122-123, tradução nossa), diz:: “Para abafar antecipadamente qualquer revolta, não se deve usar a violência. Métodos como os usados por Hitler estão ultrapassados. Basta

Se fosse baseada nas traduções espanhola e francesa, esta obra surgiria com o título *A obsolescência do homem. Sobre a alma na época da segunda revolução industrial*. Só em italiano a tradução difere: *L'uomo è antiquato*. Precisar em que medida e porque se deve considerar o *homem obsoleto ou antiquado* é o eixo estrutural para o qual esta obra nos remete. A duplicidade de ambas as traduções é reveladora da polissemia do sentido que Anders pretendeu aduzir. Se, por um lado, com o termo obsolescência há uma deslocação semântica do mundo das coisas e das máquinas para qualificar o homem, por outro lado, dizer-se do homem que é antiquado supõe um estalão superlativo que dê simultaneamente a medida do que é ultrapassado e da distância relativamente àquilo que o transpõe. Porque só se torna obsoleto aquilo que antes era *usado* e passa a deixar de o ser porquanto ter surgido algo que cumpre melhor a mesma função. Só se torna antiquado aquilo que perde actualidade. Que o homem possa então ser considerado um objecto sujeito a sucessivos aperfeiçoamentos e ser simultaneamente acossado por falhar esse propósito é concomitante à afirmação de que a temporalidade própria ao nascimento e à morte está desajustada de uma outra marcha do tempo.

O ponto de partida de uma antropologia filosófica de Anders é a contradição da era industrial. Diante de instrumentos e mercadorias cada vez mais perfeitos, a humanidade de modo inverso se desumaniza nessa vergonha prometeica, expresso no fosso entre o *fazer* e o *sentir*, entre o *saber* e o *compreender*. A *banalização do homem* se dá tanto por um avanço técnico, que ameaça sua própria existência, como pela *banalização do mal* (Carvalho, 2020).

A banalidade do mal, como preconizou Arendt (2013), funda-se no quotidiano, na sociabilidade reificada que mistifica o progresso, disseminando uma opacidade que leva os indivíduo a um *silogismo prático*, alheios ou não em compreender o que ocorre ao seu redor, tornando-se indiferentes diante daquilo que ameaça a sua própria existência. Isso significa que estaríamos nos tornando obsoletos, no sentido de que estamos banalizando nosso próprio

desenvolver um condicionamento colectivo tão poderoso que a própria ideia de revolta nem passará pela cabeça das pessoas. O ideal seria formatar os indivíduos desde o nascimento limitando as suas habilidades biológicas inatas. Então, continuaríamos o processo de condicionamento, reduzindo drasticamente a educação para trazê-la de volta a uma forma de integração no mundo do trabalho. Um indivíduo sem instrução tem apenas um horizonte limitado de pensamento, e quanto mais os seus pensamentos estiverem confinados a preocupações materiais medíocres, menos ele poderá rebelar-se. O acesso ao conhecimento deve ser cada vez mais difícil e elitista. O abismo entre as pessoas e a ciência deve ser ampliado. Todo o conteúdo subversivo deve ser removido das informações destinadas ao público em geral. Acima de tudo a filosofia não deve existir. Uma vez mais, há que usar a persuasão e não a violência directa: transmitir-se-á maciçamente, através da televisão, entretenimento imbecil, lisonjeando sempre o emocional, o instintivo. Vamos ocupar as mentes com o que é fútil e lúdico. É bom ocupar a mente com conversa fiada e música incessante, para evitar que a mente se interrogue, pense, reflecta. A sexualidade estará no topo dos interesses humanos. Como anestesia social, não há nada melhor. No geral, assegurar-nos em banir a importância da existência, transformar em escárnio tudo o que tem um valor elevado e manter um constante elogio à frivolidade; de modo que a euforia da publicidade, do consumo se tornem o padrão da felicidade humana e o modelo da liberdade. Deste modo, o condicionamento produzirá tal integração, que o único medo (que será necessário manter) será o de ser excluído do sistema e, portanto, de não poder mais ter acesso às condições materiais necessárias para a felicidade. O homem massificado, produzido dessa maneira, deve ser tratado como o que é: um bezerro, e deve ser vigiado de perto, como um rebanho deve ser. Tudo o que mitiga a sua lucidez é bom socialmente, e tudo o que pode despertá-la deve ser ridicularizado, sufocado e combatido. Qualquer doutrina que questione o sistema, primeiro, deve ser designada como subversiva e terrorista, e em seguida, aqueles que a apoiam devem ser tratados como tal” (Anders, 1956).

extermínio; uma sociedade afundada num estado de decadência cada vez mais evidente, incapaz de lidar com os resultados de suas próprias ações.

Diante dessa percepção, ressignificamos a concepção da *obsolescência do homem* de Anders, inserindo no debate o conceito marxiano de estranhamento. Como já tratado em análises precedentes, este marca a desefetivação do trabalhador no momento da efetivação do trabalho. O que temos, portanto, em um exercício hermenêutico, é a servidão do sujeito ao objeto, em que o emprego da energia vital do trabalhador age na negação de sua própria vida. Na antívida ritmada do trabalho estranhado, o sujeito morre um pouco a cada dia, insuflando sua *anima* em objetos ou na organização, que se autonomizam, em relação ao mundo subjetivo do ser humano.

Se em Marx o homem é visto como um ser genérico – um ser social que constrói o mundo e a si próprio, tendo consciência de si, mas também de sua própria atividade vital –, de modo contrário, no sistema do capital, com suas relações sociais engendradas por um contexto de exploração, o humano em obsolescência está em uma condição de estranhamento-de-si e do gênero humano, ou seja, o *ser* está estranhado da própria essência humana.

Ao fim de todo esse processo, numa mudança no estatuto ontológico do humano, pela sua redução a um *quantum* econômico, observa-se a assunção do sujeito fragmentado. Uma vez a formação do ser subsumida à lógica neoliberal, a virtuosidade do trabalho tem a perda de seu sentido positivo: “O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si quando fora do trabalho e fora de si quando no trabalho. [...] O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório” (Marx, 2010b, p. 80).

Quando o trabalho perde seu sentido positivo, a experiência conjunta do viver em coletividade é desarticulada e o trabalhador passa a reforçar – inconscientemente – sua própria condição de órgão do mecanismo de produção. Sem perceber, ao se qualificar cada vez mais, tornando-se, p. ex., um exímio executor de sua atividade, ou sendo um trabalhador flexível, com múltiplas tarefas (faz tudo, mas não sabe efetivamente o que faz), a incompletude é sua força constitutiva. Assim, com uma *vida mutilada e lacunar* – lacuna da vida dentro da vida, que gera uma busca por preenchimento ou por sentido – o indivíduo aprofunda o estranhamento-de-si, perdendo-se no esforço de encontrar um sentido ou uma validação para a própria vida e trabalho.

Por isso, uma vez convertida, ou melhor, corrompida, a virtuosidade (habilidade específica, como força, atenção, destreza e até a honra etc.) torna-se em uma força mutiladora e orgânica, adequada às necessidades autorreprodutoras do capital. Todas as esferas sociais

são reduzidas ao quantitativo e os trabalhadores – e aqui reiteramos: o estudante é um trabalhador – são separados, genericamente, entre hábeis e inábeis.

A própria busca do sujeito por reconhecimento, em uma tentativa de afirmar um sentido ou uma validação de sua própria vida por outros sujeitos, e a construção de sua identidade, enquanto uma forma de se definir e se situar no mundo, são processos enquadrados na dinâmica perversa (alienante, fetichista e reificante) da sociabilidade do capital. O qual só sobrevive, em virtude de um gerenciamento da vida, baseado na *exclusão* de determinadas realidades. Apesar disso, esse sistema perverso não é unívoco, ele suporta (permite) dialeticamente a *inclusão*, que se realiza mediante à subordinação do sujeito ao capital.

Todavia, o sujeito é *livre para escolher*? Na realidade, cada indivíduo é induzido a viver ou a acreditar na ilusão de uma liberdade abstrata, para ser quem quiser, comprar o que quiser, sem perceber as pré-selecionadas opções, ou seja, impedido de enxergar as inúmeras correntes que o prendem num sistema opressor. Não se trata apenas de um indivíduo docilizado, gesta-se um sujeito neoliberal, cuja subjetividade está atrelada à atividade que executa.

Nas palavras de Dardot e Laval (2016) – tomadas de empréstimo de Lacan – efetiva-se uma *gestão da alma*, um desenvolvimento intrinsecamente ligado a uma finalidade racional, entrelaçada aos valores de culpa, de responsabilidade e de responsabilização. A partir dessa dinâmica, o sujeito neoliberal – que *veste a camisa da empresa*, realiza-se nos resultados alcançados nas avaliações etc. – está enredado no impositivo social da relação “gozo vs. satisfação”, na busca incessante por mais.

Em uma perversão dos valores e das relações sociais, o sujeito busca atingir um ideal de sucesso e de satisfação individual, em um *gozo de si* – gozo não apenas como prazer, mas uma busca incessante por se realizar em uma sociedade competitiva – que se afirma por meio da negação da própria vida. Assim, como exporemos no próximo Capítulo, o *sistema antissocial do capital*, como acentua Antunes (2023), busca controlar objetiva e subjetivamente os sujeitos históricos. Por uma *equação antívida*, esse capitalismo virótico – verdadeiro sistema destrutivo – opera por meio da *accountability fetichizada*, manipulando as vontades dos sujeitos, fazendo com que eles internalizem os propósitos do capitalismo neoliberal.

10 ACCOUNTABILITY E A GESTÃO DA ALMA: A EQUAÇÃO DA ANTIVIDA

Evágrio Pôntico (c. 346 – 399/400 d.C.), monge cristão, autor da trilogia constituída do *Tratado Prático*, do *Gnósticos* e dos *Capítulos Gnósticos*, escreveu sobre o caminho que o monge deve seguir para alcançar a *apatheia*, ou seja, a impassibilidade, a libertação das paixões e dos pensamentos passionais. Em outras palavras, o *caminho da práxis* monástica – *práxis* que se refere à ação, à prática, ao fazer, e que envolve os exercícios espirituais, como a oração, o jejum, a vigília e a meditação, que visam purificar a alma e conduzir o monge à contemplação divina.

De sua trilogia, o *Tratado Prático* (Pôntico, 2012) é a parte mais importante. Nele, está a passagem *Sobre os Oito Vícios Capitais*, também conhecidos como os oito *logismoi*: gula, fornicção (luxúria), avareza, tristeza (amargura, lástima), cólera (ira), vanglória, orgulho (soberba) e aborrecimento (enfado, indisposição). *Logismoi* é um termo grego que se refere às dimensões da racionalidade e da linguagem (pensamento) e tem o poder de fazer o indivíduo agir viciosamente. Eles não são viciosos em si mesmos, mas despertam o desregramento da *vida anímica* (dimensão psicológica ou emocional da vida humana).

Ao longo dos séculos, a lista dos *logismoi* foi sendo ajustada, até chegar às mãos do Papa Gregório Magno (540-604) no século VI, sendo convertida à lista dos *sete pecados capitais* (gula, avareza, inveja, ira, soberba, luxúria e *preguiça*). Ao conceituar a ideia de *capital* (do latim *caput*, cabeça), o Papa Gregório define os sete governantes (pecados) que comandam um exército de outros pecados (horda de vícios que geram outros vícios, entrelaçados). Sendo que a maior dificuldade dos filósofos medievais era caracterizar o capital da inércia. Problema solucionado por Tomás de Aquino (1225-1274), que acabou por centralizar na *acídia* as características da tristeza, do aborrecimento, da melancolia e da *preguiça*.

Os pecados capitais personificam por sua *psicomaquia* uma batalha da alma (lutas alegóricas entre as virtudes e os vícios), a ameaça do inferno. Pela retórica do medo, as menos heroicas paixões humanas ganharam representações imagéticas. Com isso, o temor infestava a mente e o coração, não apenas do indivíduo medieval, mas também das coletividades, plantando sementes de dúvida (angústia) em relação à justiça divina.

Na seara da *história do medo no Ocidente*, a dúvida era: por que Deus permite a morte dos inocentes? Sobre a incerteza da intervenção divina no mundo, escreveu o célebre historiador católico Jean Delumeau (2003), citando o teólogo escolástico Bartolomeo Spina (1474-1546, Itália), em sua obra *O pecado e o medo – a culpabilização no Ocidente (século*

XIII-XVIII): “Ele [Deus] o faz de maneira justa. Porque se eles não morrem por causa dos pecados que cometeram, morrem sempre culpados pelo pecado original” (p. 461, v. I).²⁰⁶

Foi com Dante Alighieri (1265-1321) que a epopeia do pecado alcançou seu ápice. No início do século XIV, o escritor, poeta e político florentino, ao escrever *A Divina Comédia* (Alighieri, 2009), consolidou uma hierarquia de pecados, e suas respectivas punições. Em seu Purgatório, os acidiosos, em multidão, sonolentos e “entontecidos” sobem uma eterna montanha. Almas em busca de redenção e de perdão, expiando suas negligências (apatia e indiferença) cometidas em vida, perdendo-se vezes ou outra nos vários labirintos rochosos envoltos por todo caminho.

O imaginário dantesco forjou a mentalidade europeia nos séculos que se seguiram. O medo de cometer o pecado da acídia levou inúmeros indivíduos ao suicídio, no período de atuação das *Inquisições dos Tribunais do Santo Ofício* (séculos XVI-XVII)²⁰⁷. Os réus, após a confissão de seus “crimes”, sob tortura praticada pelos inquisidores, faziam de tudo para tirarem sua própria vida, geralmente se enforcando (Burton, 2011; Kramer; Sprender, 1992).

Isso se deve, em grande parte, ao fato de que a *preguiça* era vista como obstáculo na busca da salvação e da aproximação com Deus, além de ser associada à falta de compromisso, de produtividade e de responsabilidade. Em algumas sociedades, a *preguiça* era vista como um sinal de fraqueza e de falta de caráter e era estigmatizada socialmente (Drummond, 2014).

Ao atravessarmos a crítica do mundo moral e social da antiguidade e do medievo, em relação ao trabalho (*castigo divino*, uma imposição visando a remissão ou purificação da alma) e a sua lenta conversão à atividade que *dignifica o homem* (e a *preguiça* como um *pecado capital*), confrontamo-nos, não apenas com uma mudança de mentalidade, o que assistimos nos séculos de lenta transformação ideológica, é a reorganização da sociabilidade humana, no melhor *panteísmo goethiano*: tendência que unia a modernização e a capitalização da Alemanha feudo-absolutista com a ascensão e o florescimento da burguesia.

²⁰⁶ Esta passagem faz alusão à obra “História do Medo no Ocidente: 1300-1800” de Delumeau (2003), na qual o autor aborda os pesadelos (medos) íntimos da civilização ocidental do século XIV ao XVIII: o mar, os mortos, as trevas, a peste, a fome, a bruxaria, o Apocalipse, o Satã e os seus agentes.

²⁰⁷ Uma peculiaridade que tornava a Inquisição temida, era a falta de distinção entre suspeito e culpado, ou seja, não diferenciava a fase de instrução e a fase probatória do processo, iniciando-se a investigação com a acumulação de indícios, podendo levar à prisão preventiva antes de qualquer acusação formal. Nos tribunais inquisitoriais, o objetivo do processo era comprovar as suspeitas iniciais, presumindo-se a culpabilidade daqueles que tinham indícios de conduta delituosa. Outra característica marcante, era a busca incessante pela autoacusação do réu, incentivada através da pregação constante para que confessasse seus supostos crimes.

Em Goethe, conforme Lukács (2022, p. 420), temos um “compromisso diplomático entre religião e pesquisa natural”, espécie de unidade dos contrários que se sustenta na negação dos conflitos, criando uma forma peculiar de união entre burguesia e religião: “A liberdade de pesquisa natural, que é indispensável para o desenvolvimento das forças produtivas, é reforçada sem prejudicar as influências ideológicas da Igreja e da religião sobre as massas.”

Além disso, Lukács (2022, p. 420), citando Engels, declara que Goethe “forneceu uma base ideológica para a burguesia alemã do capitalismo em declínio: negar a religião de uma forma ‘não vinculativa’ e, ao mesmo tempo, deixá-la ingressar de uma forma ‘estética’, ‘espiritual’, ‘mítica’, ‘simbólica’ etc.”.

Foi com o auxílio dessas formas, antes mesmo de Goethe, que a igreja cristã católica propagou a trifuncionalidade medieval – a teoria das três ordens, em que alguns rezam (clero), outros guerreiam (nobres) e outros trabalham (servos) –, teologia que explicou o trabalho como um dogma a ser cumprido e respeitado. O que nos chama a atenção, no relato judaico-cristão, é que: “No sétimo dia Deus já havia concluído a obra que realizara, e nesse dia descansou” (Bíblia [...], 2007, Gn, 2, 2, p. 2).

Na interpretação weberiana sobre esse problema, ligação entre economia e religião, que evidencia a ética da salvação pelo trabalho (expresso pela teologia da predestinação), temos a proibição do ócio e da luxúria que lhe é associado. Ao mesmo tempo, o trabalho é relacionado à disciplina, à atividade sem descanso e à poupança, elementos fundamentais para a consolidação do capitalismo. É evidente que não podemos simplificar as teses do *Marx burguês* (Hobsbawm, 1986) a um imediatismo religioso, pois como ele declara ao término de sua obra:

[...] embora o homem moderno geralmente não seja capaz de imaginar o efetivo alcance da significação que os conteúdos de consciência religiosa tiveram para a conduta de vida, a cultura e o caráter de um povo, não cabe contudo, evidentemente, a intenção de substituir uma interpretação causal unilateralmente “materialista” da cultura e da história por uma outra espiritualista, também ela unilateral (Weber, 2004, p. 167).

O interessante nestas passagens é percebermos a mudança em torno do valor do trabalho. Retomando a análise d’*O direito à preguiça*, de Lafargue (2003), temos a contradição no âmbito do trabalho na sociedade capitalista. Se na literatura judaico-cristã Deus continua a trabalhar, mesmo no momento de ócio – espécie de ócio criativo, ou seja, o descanso subordina-se ao trabalho –, temos que em Weber, considerando a *ética protestante*, o ócio é relacionado a algo depreciativo. Já em Lafargue, ocorre uma transvaloração, fazendo a

preguiça aparecer como virtude.

Todavia, o que Lafargue suscita em seu opúsculo, é uma crítica à sociedade de sua época, mormente o proletariado, que ao invés de rebelar-se contra as estruturas opressoras, sucumbiu ao “vício” do trabalho estranhado. Essa estranha paixão ou insana obsessão de entrega, avilta a natureza humana, ao expressar uma *servidão voluntária* – como declara Lafargue, patente nas reivindicações pelos operários do direito ao trabalho:

Uma estranha loucura dominou as classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Essa loucura traz como consequência misérias individuais e sociais que há séculos torturam a triste humanidade. Essa loucura é o amor ao trabalho, a paixão moribunda que absorve as forças vitais do indivíduo e de sua prole até o esgotamento (Lafargue, 2003, p. 19).

Os sujeitos, sem terem consciência do que os oprime e submetidos à fome cronófica cada vez mais insaciável do capital, desenvolvem na sua cotidianidade uma crescente obsessão pelo trabalho. Esta mistificação, resultado de uma consciência dilacerada, gera nos sujeitos uma submissão quase sacrossanta ao trabalho, fato ironizado por Lafargue (2003, p. 19):

Homens cegos e limitados, quiseram ser mais sábios do que o próprio Deus deles; homens fracos e desprezíveis quiseram reabilitar aquilo que até mesmo o Deus deles amaldiçoara. Eu, que não professo o credo cristão, nem tenho posição econômica e moral como a deles, recuso-me a admitir as pregações dessa moral religiosa, econômica, livre-pensadora, considerando as terríveis consequências do trabalho na sociedade capitalista.

A crítica irônica de Lafargue mira tanto os proletários, tomados pela paixão funesta do trabalho – entre eles os serviçais subalternos dos capitalistas, encarregados de gerir o ócio e o desperdício dos ricos –, como os capitalistas e aqueles indivíduos que têm verdadeiro “amor pelo trabalho”, os pequeno-burgueses. Todos, seguros por seus calcanhares e mergulhados no pântano putrefato do capitalismo – alienação, fetichismo e reificação –, são intoxicados com a loucura de se matar de trabalhar, sendo excitados por necessidades fictícias.

Aqui, temos o trabalho alienante que desumaniza os indivíduos (estranhados), que se contrapõe ao poder libertador do trabalho – produtor de valores de uso, trabalho concreto, que ocorre no metabolismo entre ser humano (sociedade) e natureza. O que Lafargue proclama, como observa Matos (2003), no prefácio à tradução d’*O direito à preguiça*, é a libertação do operário *da alma* que lhe sujeita, por uma *servidão voluntária*, a um *trabalho tirânico*, produtor de valores de troca.

Entretanto, em que momento a classe trabalhadora teria esquecido do papel ontológico do trabalho – voltado para o processo de humanização do homem –, que está

muito além do simples produzir? Talvez, tudo tenha começado no *distópico jardim do capital* (centrado na dialética entre as forças produtivas e as relações de produção) com a *acumulação primitiva* – o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.

Por uma analogia teológico-econômica, Marx (2013b) movimentava a teoria smithiana, ligando o capitalismo a uma espécie de *pecado original*. Pelo fruto envenenado da árvore do capital, os indivíduos são postos em liberdade (leia-se: despidos): “Os olhos dos dois [Adão e Eva] se abriram, e perceberam que estavam nus; então juntaram folhas de figueiras para cobrir-se” (Bíblia [...], 2007, Gn, 3, 7, p. 3). Condenados à liberdade abstrata, pela igualdade de estarem *nus, despidos de seus meios de produção*, os indivíduos são educados a internalizarem a *equação da antívida* que os desumaniza, induzidos a acreditarem que esta realidade é perene.

Pela *equação da antívida* e sua *aritmética do Diabo*, o indivíduo reduzido a dados numéricos (quantofrenia), tem sua liberdade falseada por uma mistificada *liberdade de escolha*. Ao teorizar o fim da centralidade do trabalho e a ideia de que o trabalho é basicamente imaterial, deixando de ser criador de valor, essa *equação*, por uma *accountability fetichizada*, busca tornar o indivíduo um morto-vivo, um zumbi.

Ou pior, transforma todo aquele por ela alcançado, em um *monstro voraz* sedento por *performance*, em um frenesi dionisíaco – cuja existência trágica tem como impulso a sanha louca da individualidade, o delírio da celebração da vitória, mesmo que de *Pirro*, com o êxtase das metas alcançadas. Sem se dar conta de sua condição de *indivíduo reificado*, degradado em sua própria humanidade, esse *ser coisificado* não sofre – e quando sofre, luta por esmagar ou esconder (ressignificando) tal sentimento – diante das mazelas sociais; tampouco, identifica-se com aqueles que foram excluídos-incluídos no perverso sistema do neoliberalismo, antes, naturaliza a barbárie humana.

Para podermos alcançar os objetivos que sustentam a décima unidade de nossa tese, ela foi organizada em três partes, sendo que na primeira, “A metamorfose de um mito: de trabalho-castigo para trabalho-glorificação de Deus”, realizamos reflexões sobre a mudança na visão sobre o trabalho no mundo cristão, de trabalho-castigo para trabalho-glorificação e de que modo esse imaginário está presente no contexto educacional.

Na seção segunda “A árvore da antívida: dominação e resistência no jardim da empresa gerencial”, investigamos como a lógica gerencial presente nas avaliações em larga escala se manifestam no Ceará, condicionando as políticas educacionais no estado. Por fim, na terceira seção, “Responsabilidade, responsabilização e culpa: a Serpente, espelho de Eva?”, a partir de Hanna Arendt, tratamos sobre as noções de responsabilidade, responsabilização e

culpa no âmbito da educação, subsumida aos processos e às ferramentas da *accountability*.

10.1 A metamorfose de um mito: de trabalho-castigo para trabalho-glorificação de Deus

Antes de tratarmos da metamorfose do castigo divino, cabe abrir parênteses para outro termo, a *acumulação primitiva* (*previous accumulation* ou *acumulação prévia* em Smith), como *pecado econômico original*. A produção de *mais-valia* pressupõe a existência de *mais-valia inicial*, ou seja, essa acumulação não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim de seu ponto de partida. A mercantilização da força de trabalho e a transformação do dinheiro em capital são o resultado dessa acumulação – como bem disse Benjamin (1997, p. 72): “Um inferno vocifera na alma da mercadoria, que tem sua paz de forma aparente no preço”.

Em seu esforço investigativo, usando a metáfora do “pecado original” para expor o capitalismo, Marx, o *Old Nick*²⁰⁸, não se preocupa em analisar a complexidade da figura de Eva e, tampouco, atém-se à serpente. Seu interesse, ao referir-se a *Queda*, foi elucidar criticamente a *acumulação de capital*, refutando a tese da economia política, sobretudo de Adam Smith (1996, p. 286), que a conceituou como “acumulação prévia de capital”.

Contra essa concepção especulativa smithiana, Marx formula n’O Capital, sua tese d’A assim chamada *acumulação primitiva* ou *acumulação originária de capital*:

Todo esse movimento [de acumulação do capital] parece, portanto, girar num círculo, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“*previous accumulation*”, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida.

Essa acumulação primitiva, desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado (Marx, 2013b, p. 785).

Ao se reportar à *acumulação primitiva*, utilizando o texto bíblico como recurso estilístico para criticar a tese de Smith, uma espécie de *mito original do capitalismo*, Marx argumenta que esse fenômeno não é um algo natural ou espontâneo, como sugeriam os economistas políticos, mas sim, o resultado de um processo histórico de expropriação. Um

²⁰⁸ A alcunha “*Old Nick*”, termo ligado ao personagem do Diabo nas antigas peças medievais e que significava o “Velho Diabo”, foi atribuída a Marx por alguns amigos e familiares nos anos finais de sua vida, como referência a um apelido inglês da segunda metade do século XIX, expressando a ideia de um ente esperto (Álvares, 2021). Marx não se incomodava com a atribuição desse apelido, como fica evidente em carta endereçada a uma de suas filhas: “Lamento não poder festejar o aniversário de meu querido passarinho em família, mas os pensamentos do *Old Nick* estão com você: sintase acolhida em meu coração” (Marx, 2010a, v. 43, p. 355).

processo contínuo, que perdura até os dias de hoje e está longe de ter um caráter idílico, como sugeria Smith, antes gera desigualdades sociais e econômicas cada vez maiores: os métodos de acumulação originária “podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (Marx, 2013b, p. 786).

O intuito do *Old Nick* aqui exposto, é refutar a ideia de que o trabalho é uma atividade que não permite a autorrealização do indivíduo, como postulava Smith (1996, p. 89): “[...] em seu estado normal de saúde, força e atividade, e com o grau normal de habilidade e agilidade que pode possuir, o trabalhador sempre tem de ceder a mesma porção de seu repouso, sua liberdade e sua felicidade”.

Em uma construção analítica e textual ímpar, Marx (2011) argumenta que essa concepção smithiana de trabalho, uma forma ideológica de justificação e naturalização do estranhamento do trabalhador²⁰⁹, guarda certa semelhança teo-filosófica com o mito *do Pecado Original*, que afirmava ser o trabalho uma punição divina imposta ao homem por causa de sua desobediência: “‘Tu trabalharás com o suor de teu rosto!’, foi a maldição que Jeová lançou a Adão. Assim, como maldição, A. Smith concebe o trabalho” (p. 509).²¹⁰

É claro que não podemos considerar a fórmula “maldição”, usada por Marx, ao pé da letra. Ele apenas usa uma figura de linguagem (hipérbole) para evidenciar a ideia de que

²⁰⁹ Isso nos conduz ao entendimento que a acumulação de capital não pode ser explicada apenas a partir da análise das leis econômicas abstratas, mas sim por um processo que tenha suas raízes na história, na análise das relações sociais concretas. Por isso, Marx (2013b, p. 785) postula, com sua ironia peculiar, que: “Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar”.

²¹⁰ Locke (2006) elabora uma relação entre o pecado original e o liberalismo, ao sugerir que a submissão do homem à terra, como punição divina pelo pecado original, teria sido uma forma usada por Deus de beneficiar a vida humana através do trabalho. Segundo o pai do liberalismo, ao cultivar a terra e tornar-se senhor de uma parcela dela, o homem acrescentava algo a sua vida, convertendo o suor do trabalhador em oportunidade de progresso individual: “aquele que, em obediência a este comando divino, tornava-se senhor de uma parcela de terra, cultivava-a e a semeava, acrescentava-lhe algo que era sua propriedade, que ninguém podia reivindicar nem tomar dele sem injustiça” (p. 43). Contudo, coube a outro teórico sistematizar e sofisticar o *mito originário do capitalismo*, no caso, esse intelectual orgânico do liberalismo foi Ludwig H. E. von Mises (1881-1973), economista teórico do campo do estudo dedutivo das ações e das escolhas humanas e ferrenho defensor do liberalismo econômico: “Antes do advento do capitalismo, o status social de um homem permanecia inalterado do princípio ao fim de sua existência: era herdado dos seus ancestrais e nunca mudava. [...] Contudo, a população rural se expandiu e passou a haver um excesso de gente no campo. Os membros dessa população excedente, sem terras herdadas ou bens, careciam de ocupação. [...] Foi dessa grave situação social que emergiram os começos do capitalismo moderno. Dentre aqueles párias, aqueles miseráveis, surgiram pessoas que tentaram organizar grupos para estabelecer pequenos negócios, capazes de produzir alguma coisa. Foi uma inovação. Esses inovadores não produziam artigos caros, acessíveis apenas às classes mais altas: produziam bens mais baratos, que pudessem satisfazer as necessidades de todos. E foi essa a origem do capitalismo tal como hoje funciona” (Mises, 2009, p. 13-15).

Smith concebia o trabalho como uma atividade penosa e desagradável, a qual o trabalhador era obrigado a realizar para sobreviver. Contudo, é importante destacar que a visão de Smith sobre o trabalho não era unidimensional e, em sua teoria sobre a *riqueza das nações*, ele defendeu o princípio de que o trabalho é uma forma de acumulação de riqueza e de progresso individual, o que sugere que ele não via o trabalho como algo amaldiçoado.

Essa tensão entre Smith e Marx é interessante para nossa análise, pois ela demonstra as transformações culturais e sociais – mentalidade – que se operaram na sociedade ocidental em relação a ideia de trabalho. Mudanças atravessadas pela cosmovisão dos *sete pecados capitais* e de modo específico, o pecado da *preguiça* (acídia).

Se no início a preguiça era vista como um pecado individual, com a passagem da Idade Média para a Modernidade e com o surgimento da sociedade mercantil, esse pecado começou a ser visto como um vício gravemente nocivo numa sociedade (Drummond, 2014). Mundo que dá ênfase cada vez mais à atividade terrena, ao lucro e ao dinheiro. A partir daí, a preguiça assumiu rapidamente feição de flagelo social, reverberando na crítica ao ócio. (Delumeau, 2003, v. 1).

Para Weber (2004), a Reforma Protestante (século XVI) foi um dos principais fatores responsáveis pela mudança na mentalidade referente à preguiça e ao trabalho. Segundo o autor, a ética protestante valoriza o trabalho e a disciplina como forma de se alcançar a salvação e de se aproximar de Deus, sendo a prosperidade um sinal da graça divina. O alcance da nova mentalidade foi tamanha, que pensadores como Locke (2006) e Smith (1996) incorporaram essas ideias em suas teorias econômicas. Para eles o trabalho é uma forma de progresso individual e de acumulação de riqueza, que deve ser protegida pelo Estado e pela lei.

Com o surgimento do capitalismo e a Revolução Industrial, o trabalho deixou de ser associado ao pecado e passou a ser valorizado como uma forma de se alcançar o sucesso e a riqueza. A burguesia emergiu como classe dominante e o trabalho passou a ser visto como um valor que dignifica o homem.

O quê?! O mito do Pecado Original perdeu seu valor na cultura Ocidental? Não! Ele foi “remodelado” (com novas configurações interpretativas) e ajustado ao longo do tempo, para se adequar às mudanças na sociedade. Ora, o mito, como já tratamos e ainda trataremos, é aquilo que busca revelar a verdade sobre algo ao mesmo tempo que oculta, esconde essa verdade. Por isso, os mitos funcionam como uma ponte entre a escuridão e a luz, como nos afirma Bernadette Bricout (2003, p. 14): “Porque o mito é sempre um jogo de luz e

sombra, descoberta e recobrimento, ao mesmo tempo ingênuo e complexo, transparente e enigmático”.

Ou seja, os mitos existem para revelar um mundo ao homem e inserir um homem no mundo. Na relação homem-mito-mundo, o mito funciona como uma voz da consciência desse homem no mundo, assim como o grilo falante é a *consciência para Pinóquio* (Collodí, 2022). As representações mitológicas e a força das tradições ajudam a moldar a visão de mundo dos indivíduos e a influenciar suas crenças e valores.

O mito do Pecado Original, portanto, teve (tem) um impacto significativo na cultura ocidental como um todo e ajudou a moldar a forma como os indivíduos pensam sobre si mesmos e sobre o mundo. Aqui, retomo uma citação irônica de Marx (2013b, p. 785): “Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano”. Contudo, se a maçã oferecida a Eva fosse verde?

Quando Deleuze (1988), em sua obra *Foucault*, propôs aprofundar o estudo das práticas de poder, tratadas pelo filósofo da *microfísica* e do *vigiar e punir*, ele discorreu sobre três dimensões desse poder: o soberano, o disciplinar e, sobretudo, o controle. Em sua elaboração filosófica, Deleuze (1992) formula a metáfora da serpente, como um modo de retratar a lógica desse poder de controle, que se caracteriza pela flexibilidade, mobilidade e capacidade de se adaptar a diferentes contextos e situações. Como uma serpente que troca de pele periodicamente, assim é o capital, sempre se adaptando. Já os anéis do corpo da serpente representam as diferentes fases e os estágios do capitalismo, que se sucedem uns aos outros de forma contínua e imprevisível.

Com essa representação, Deleuze (1988, 1992) passa a descrever a lógica do capitalismo contemporâneo, que seria composto por uma multiplicidade de forças (poderes) e elementos que se combinam e se transformam constantemente. A serpente capital é tomada como uma forma de produção que se baseia na imanência, ou seja, na capacidade de gerar novas formas de vida social e subjetividades, a partir das forças presentes no mundo, sempre criando modos novos de exploração e de dominação.

No entanto, essa mesma imanência, para Deleuze, também pode ser vista como uma forma ou uma possibilidade de resistência e de criação de novas formas de vida social, que escapam ao controle do capitalismo. Por isso, ele não defende que o capitalismo seja necessariamente destrutivo ou negativo em si mesmo. Em vez disso, ele argumenta que esse sistema é complexo e imprevisível, capaz de gerar tanto formas de opressão e de exploração quanto formas de liberdade e de resistência.

Assim, o capitalismo seria produtivo para a filosofia deleuziana, pois maximiza a eficiência e a produtividade, ao mesmo tempo que é marcado por uma série de movimentos especulativos que podem levar a crises econômicas, à instabilidade e à incerteza. Além disso, para esse *rouxinol do imperador*, o capitalismo é um sistema desejante, que busca estimular e mobilizar os desejos e as paixões dos indivíduos, ao mesmo tempo que é marcado por uma série de fluxos de intensidade improdutivo, resultantes da incontrolável serpente financeira do capital. Contudo, são esses fluxos que podem levar a novas formas de subjetividade e de resistência que desafiam as estruturas sociais e políticas existentes (Deleuze; Guattari, 2004).

O interessante da metáfora da serpente, formulada por Deleuze (1992), é que ela não guarda uma relação direta com a criatura do Edem. Entretanto, a metáfora preserva o estigma da maldição, uma vez que a opressão e a destruição oriundas da *Queda*, nela se fazem presentes, adquirindo novos níveis de abstração.

Na caracterização da serpente das narrativas míticas judaico-cristã e da deleuziana, na tensão entre aquilo que não está escondido e o que é ocultado, obtém-se certa similaridade: ambas são mitos ideológicos mistificadores. Na primeira, há uma associação direta com o Mal, ocultando os processos de acumulação primitiva; na segunda, há uma expressão simbólica de opressão e destruição que, no melhor estilo schumpeteriano, projeta uma destruição criativa, mistificando a exploração incontrolável do capital.

Essa serpente do capital é uma força que molda a sociedade, criando formas de subjetividade e de subjetivação, marcadas pela imprevisibilidade e pela instabilidade. Não estão presas a identidades fixas ou a estruturas sociais e políticas rígidas, em vez disso, são fluidas, capazes de se adaptar e de se transformar em resposta às mudanças do mundo, resistindo e desafiando as estruturas sociais e políticas existentes.

A partir daí, temos que a pós-modernidade é concebida por seus teóricos, como um tempo-espaço dotada de uma nova maneira de sentir o mundo e de se relacionar com o mundo. É um momento de questionamento das verdades estabelecidas e de abertura a novas possibilidades. Imagine um mundo em que a maçã oferecida pela serpente à Eva fosse verde, em vez do vermelho tentador. Como essa pequena mudança de cor poderia ter afetado o curso da história da humanidade e o destino do Jardim do Éden? Essa pergunta sugere que a mudança de uma pequena coisa pode ter grandes implicações sociais.

Foucault (2008) propõe que as verdades, como tratamos no Capítulo V, são construídas socialmente e que o conhecimento é produzido em um determinado contexto histórico e cultural. As verdades seriam estabelecidas ou resultado de relações de poder, sendo preciso questioná-las, para abrir espaço para novas possibilidades. O que temos, em uma

perspectiva pós-moderna, é que se a maçã fosse verde, talvez Eva acreditasse que estava azeda e não teria comido, o que poderia ter mudado o curso da história.

Isso é a *microfísica do poder* e a *negação das metanarrativas*, em que o homem basta a si mesmo, quando inserido no mercado. No shopping center das possibilidades, a economia não seguiria leis, mas tendências (Galvão, 1997). Talvez Sahlins (2018) tenha razão, ao afirmar, de modo preciso e provocativo, no capítulo “Com a queda de Adão (Smith), fomos todos ao chão”, texto que compõe sua obra “Esperando Foucault, ainda”, que:

[...] Deus foi clemente. Deu-nos a Economia. Advinda a época de Adão Smith, a miséria humana havia se transformado na ciência positiva de como nos haveremos com nossas eternas insuficiências: como extrair a máxima satisfação possível utilizando meios sempre aquém de nossas necessidades. Tratava-se da mesma antropologia judaico-cristã, só que aburguesada, isto é, dotada de expectativas algo mais animadoras a respeito das oportunidades de investimento propiciadas pelo sofrimento humano. Em um famoso ensaio que delineava o campo desta ciência, Lionel Robbins reconheceu explicitamente que a gênese da Economia era a economia do Gênesis: “Fomos expulsos do Paraíso”, escreveu ele, “não temos nem a vida eterna nem meios ilimitados de gratificação” — em seu lugar, apenas uma vida de escassez, onde escolher uma coisa boa é privar-se de outra. A verdadeira razão pela qual a Economia é a “ciência desoladora” [dismal science] é que ela é a ciência da condição humana depois da Queda. E o Homem Econômico que habita a primeira página de (quaisquer) Princípios Gerais de Economia não é outro senão — Adão (Sahlins, 2018, p. 28-29).

Assim, diante do movimento entre as mediações que definem o teor do mito, há o valor de tradição no espaço e tempo (estabilidade da transculturação que ocupa espaço no tempo cronológico), que viabiliza um determinado *arquétipo* para socialização. O arquétipo, resultante das novas formas de vida social, que a metáfora deleuziana acredita ser possível construir na ordem do capital, nada mais é do que um modelo do *homo oeconomicus*, mascarado por uma crença na correção do capitalismo. Ocultando, por uma mistificação ideológica, que a essência do capitalismo é *desumana, irreformável, incorrigível e incontrolável* (Mészáros, 2014a, 2016b).

Neste ponto, devemos retomar as mudanças na relação trabalho-preguiça, geradas pelas transformações da própria sociedade. Marx (2016b, p. 534) está correto ao afirmar que “[...] toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática”. Portanto, é um equívoco pensar que estrutura e superestrutura são realidades apartadas, ignorando que o mito, com sua força ideológica, move-se conforme as contradições da própria sociedade, nas quais as tradições estão assentadas. Por isso, concordamos com Álvares (2021, p. 11):

Aproxima-se de um escapismo romântico a concepção segundo a qual a simbologia do mito e a materialidade da práxis encontram-se totalmente apartadas. Será que apesar das Serpentes não falarem a linguagem dos humanos, o mito judaico-cristão do pecado original nada tem a dizer acerca das diversas sociabilidades que dele fazem uso?

Vejam, o que está posto (e trataremos dessa questão de modo mais detalhado mais à frente) é a luta do indivíduo por reconhecimento. Permitam-nos explicar essa questão a partir de uma interpretação particular de uma das teses defendida por Anwar Shaikh (2016), em seu livro “Capitalismo: Competição, Conflito e Crise” (tradução nossa).

Na busca de propor um quadro teórico de análise econômica que apresente uma alternativa tanto “à economia neoclássica, que defende o livre mercado, quanto à economia pós-keynesiana, que se baseia na ideia de que os mercados não são perfeitos, que existem monopólios, etc.”, o autor expõe sua tese de que “a imperfeição é apenas o duplo da perfeição. Quando se afirma que o mercado é imperfeito, assume-se no mesmo movimento que existe algo que é perfeito, mas as coisas não se dão necessariamente assim” (Shaikh, 2020 *apud* Pryluka, 2020). Sobre isso, o autor explica:

A analogia que uso para pensar sobre isso foi tirada da Bíblia. Lá se afirma que houve um tempo de perfeição, que é o Jardim do Éden – que, aliás, é muito semelhante à ideia de concorrência perfeita – e que foi arruinado pela imperfeição, simbolizada pela serpente. A serpente aparece e com ela chega a imperfeição ao jardim do Éden. As pessoas são então expulsas e todo o mundo real aparece como uma imperfeição, como uma série de imperfeições que se repetem continuamente. Ora, esse é um paralelo exato à ideia da economia neoclássica que parte de um capitalismo perfeito para terminar definindo o mundo real como uma série de imperfeições (Shaikh, 2020 *apud* Pryluka, 2020).

Na passagem, Shaikh nos apresenta uma das mistificações do capital, a ideologia de que o mundo é imperfeito, mas caso seja devidamente ajustado à economia capitalista, ele poderá retornar ao estágio de equilíbrio. Ora, o que essa teodiceia do capital evidencia é a tese benjaminiana: *O capitalismo como religião*. Diz o autor:

[...] o capitalismo é uma religião puramente cultural, talvez a mais extremamente cultural que já existiu. Nada nele tem significado que não esteja em relação imediata com o culto, ele não tem dogma específico nem teologia. O utilitarismo ganha, desse ponto de vista, sua coloração religiosa (Benjamin, 2013b, p. 34).

O que Benjamin parece apontar, além do fato de que as práticas sociais e individuais no sistema do capital funcionam como reforço da identidade e identificação *no interior* do culto, é o caráter de perenidade que os elementos religiosos do capitalismo – o culto (as práticas e ritos do mercado), a permanência e a culpa – possibilitam-lhe.

Todavia, é um culto *sem sonho e sem piedade* (Benjamin, 2013b), em outras traduções, sem trégua. Uma religião sem caráter transcendente: o reino dos céus é aqui – o

mercado, que ocupa todos os espaços da vida. No movimento do mercado (cotações de moedas, *black Friday* etc.), ouvimos sua homília sacrossanta, operando sua ontologização (com sua *mão invisível*, que tudo toca e *tudo vê* ²¹¹), sendo elevado à categoria antropológica de ser autônomo, que julga os súditos de seu reino e age para restaurar o equilíbrio perdido.

Já a culpa, tem uma função peculiar nesse culto, considerando a própria ambiguidade da palavra alemã *Schuld* (que pode significar tanto *culpa* como *dívida*). Entretanto, diversamente das crenças transcendentais em que a noção da culpa remete à ideia de pecado e à possibilidade de expiação dos pecados, no capitalismo essa transcendência não ocorreria:

O capitalismo é provavelmente o primeiro caso de um culto não expiatório, mas sim culpabilizador. Nisto, este sistema religioso está sob a queda de um movimento monstruoso. Uma consciência de culpa monstruosa, que não se sabe expiada, agarra-se ao culto, não para expiar nele esta culpa, mas sim para fazê-la universal, martelá-la na consciência e, finalmente e sobretudo, para implicar o próprio Deus nesta culpa, para que enfim ele mesmo se interesse pela expiação (Benjamin, 2013b, p. 22)..

Eis que nos deparamos com uma ressignificação do papel da *culpa*. (Pensemos essa *culpa* considerando as discussões travadas na subseção 9.2.1, “*O jardim da árvore ressequida: um distópico paraíso – (re)conquistado?*”). Por que sou culpado? O que eu fiz? Ou melhor, o que eu deixei de fazer? Eu nem sabia que era obrigado a fazer algo: eu – pergunta-se, ingenuamente, um jovem estudante – não sou livre para escolher?

A presumida liberdade radical da vontade humana – o ser *livre para escolher* – na verdade oculta algo perturbador: uma vez que o indivíduo não consegue entender as múltiplas determinações que se conectam as suas escolhas, até suas próprias escolhas lhe são inteligíveis. Explico! Não quero dizer que o indivíduo seja demente, louco ou estúpido, mas que, longe de usufruir de uma liberdade radical, suas escolhas estão sujeitas a um utilitarismo, muitas vezes, anárquico, da vontade irracional.

Como o sujeito pode usufruir de uma liberdade real se ele não compreende a própria realidade que interfere nas suas escolhas? O que se tem, portanto, é o sujeito usufruindo de uma certa *espontaneidade* (ora racional, outra ora irracional) utilitária, travestida de liberdade, mas que lhe imputa ou lhe transfere a responsabilidade das estruturas (Estado, Mercado etc.). Com isso, o indivíduo passa a ser o culpado por sua situação (*pecado*), em outros termos, pelo *mal* que lhe acomete.

²¹¹ Em relação a mão que tudo vê, referimo-nos a *hamsá* ou *chamsá*, trata-se de um símbolo da religião judaica e islâmica, cuja feitura representa a palma da mão com cinco dedos estendidos, que tem em seu centro um olho. Objeto usado como um amuleto para afastar as energias negativas e trazer felicidade, sorte e fortuna.

Para entender a relação entre trabalho e culpa na seara da educação, tônica da seção 10.3, “Responsabilidade, responsabilização e culpa”, faz-se necessário tratarmos de algumas conexões envolvendo a liberdade – considerando o *sujeito unaccountability* – sob o julgo do deus Mercado, entidade carente de transcendência.

10.1.1 (Un)accountability e liberdade: estudantes, indivíduos isolados?

Quando nos propusemos a trabalhar o *mito da Queda*, para entender a ideologia que a *árvore de desempenho* carrega, mesmo que de modo simbólico ou subjacente a sua construção, deparamo-nos, além da metáfora de *acumulação originária do capital* de Marx (2013b), com a perspectiva do livre-arbítrio presente na monumental obra o *Paraíso Perdido* de Milton (2002), texto já abordado em nossa tese. Contudo, ele parece ser inesgotável, tamanha a profusão de influências e de valores miltonianos que podemos localizar na sociedade ocidental, em distintos espaço-tempo.

Um dos planos ou dimensões enfatizadas por Milton, é a ligação entre a liberdade e a *accountability* do ser humano. Para o teólogo cristão, no *Paraíso Perdido*, a liberdade possui dois sentidos que constituem os parâmetros de *accountability*: liberdade técnica ou livre-arbítrio e liberdade ideal e madura. A decisão de Eva de transgredir a ordenança divina e comer da árvore, bem como a coparticipação de Adão na ação delituosa – fazendo sua, a ofensa da mulher – são livres no sentido técnico de livre-arbítrio. Na verdade, o que está presente nesse conceito é a ideia de que eles estão livres de coerção externa.

Quando a serpente seduz Eva, ela o faz estimulando desejos, sem usar força além da persuasão. Eva, por sua vez, não obriga o não enganado Adão a segui-la. Portanto, não há uma força externa coagindo o livre-arbítrio, que é uma condição necessária, embora insuficiente, para sua *accountability*, na perspectiva miltoniana. Será apenas com a liberdade madura que se tem as condições suficientes para a *accountability*.

Fato pertinente para o estudo do mito da *árvore do conhecimento do bem e do mal* – como tratamos longamente no Capítulo VIII – é que: embora as ações de Adão e Eva liguem-se à certa individuação, eles *em si* são insuficientemente individualizados no *Paraíso*, para agir como indivíduos completos – falta-lhes justamente o *conhecimento*. Logo, carecem de liberdade madura.

No entanto, apesar dessa carência, somos levados a acreditar – haja vista a ira de Deus que responsabiliza os transgressores – que por um único ato de livre-arbítrio, o *pecado* é introduzido no mundo. Assim, Adão e Eva são totalmente *responsáveis*, mesmo que Satanás

seja coautor da desobediência e compartilhe a culpa por uma *vicarious liability* – uma responsabilidade legal indireta, pois ele detém alguma responsabilidade pelas ações (delitos contra as ordenanças ou leis) de um terceiro.

Decerto, Milton deve ter percebido que o livre-arbítrio por si só não torna alguém *accountable*, mas apenas parcialmente responsável. Em uma reconstrução filosófica da teologia, para além do *Paraíso Perdido*, o que temos é uma *moral responsibility*, pela qual distingue-se na culpabilidade de Adão, Eva e Satanás, a *responsabilidade aretáica* e a responsabilidade como *accountability*.

O primeiro se refere à responsabilidade, como *attributability* (atribuibilidade), ou seja, as avaliações de excelência e as falhas da qualidade moral de um agente expressa na ação. Dito de outra forma, numa relação de expressão (atitudes) entre o caráter e o rastreamento de razões de alguém agir, temos uma imputabilidade, pela qual se atribui ao autor ter sido a causa eficiente e voluntária desse mesmo fato. Isso significa que a atribuibilidade está mais relacionada à qualidade moral do autor.

Já a segunda perspectiva, o conceito de responsabilidade como *accountability*, está mais relacionada à obrigação de prestar contas sobre algo que é exigido do indivíduo, ou seja, cumprir com as expectativas dos outros. Logo, o indivíduo é passível de ser responsabilizado por violar demandas que definem o relacionamento social. Isso pode implicar em sanções, como consequências impostas ao agente (o indivíduo que realiza a ação – Adão e Eva), resultado de sua violação dos preceitos definidos pelo principal (Deus, a sociedade, o sujeito, a organização, que tem autoridade sobre o agente).

Aqui, façamos um breve adendo. A responsabilidade na *Queda* é vicária, pois, conforme Paulo – apóstolo cristão do século I d.C. –, “[...] o pecado entrou no mundo por um home, e pelo pecado a morte, assim também a morte veio a todos os homens, porque todos pecaram” (Bíblia [...], 2007, Rm, 5, 12, p. 1491). Assim, através de Adão o pecado entrou no mundo, e por causa disso, a morte foi passada a todos os homens. O que temos nessa situação seria um *vicarious accountability*, pois o principal (a humanidade) é responsabilizado pelas ações de um agente (Adão), que atua em seu nome, pois carrega em si a gênese humana. Ou seja, é algo mais amplo que a *vicarious responsibility*, pois esta demanda um mandante da ação. Satanás não é mandante (coerção externa), mas apenas persuadiu o agente à realização da ação. Enquanto na *vicarious accountability* há um livre-arbítrio dos indivíduos, digamos, ele age por conta própria, diante da liberdade que lhe é conferida (atribuída).

Dito isso, as sanções podem assumir diversas formas, como expressões de atitude reativa (raiva, ressentimento ou desaprovação): “E Deus perguntou: ‘Quem lhe disse que você

[Adão] estava? Você comeu do fruto da árvore da qual lhe proibi comer?” (Bíblia [...], 2007, Gn, 3, 11, p. 4). Além disso, a sanção pode envolver vergonha pública, que é a exposição do indivíduo à desaprovação ou à crítica pública: “À mulher [Eva], ele declarou: ‘Multiplicarei grandemente o seu sofrimento na gravidez; com sofrimento você dará à luz filhos; seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará’” (Gn, 3, 16, p. 4).. Finalmente, a *accountability* pode envolver a sanção de caráter material e/ou psicológico: “Por isso o Senhor Deus o mandou embora do jardim do Éden para cultivar o solo do qual fora tirado” (Gn, 3, 23, p. 4-5).

Retomemos o conceito de *moral responsibility*, como a capacidade de um sujeito, ao qual se atribuiu certos poderes norteados por práticas morais, ser responsável por suas ações e pelas consequências dessas ações. Em razão disso, concordamos com Angela M. Smith (2008), quando a autora distingue, em uma perspectiva ampla de *moral responsibility*, os três conceitos que a fundamentam: *attributability*, capacidade de ser responsabilizado por um traço de caráter ou uma ação; *answerability*, capacidade de justificar suas ações por meio de uma *avaliação aretaica*, ou seja, baseada em virtudes ou excelência individuais; e *accountability*, capacidade de ser responsabilizado por violar normas ou expectativas sociais, o que implica na faculdade de sofrer sanções, isso resulta do fato de a *accountability* ser um mecanismo/dispositivo de poder, controle.

Se analisarmos de modo minucioso as distribuições das responsabilidades (culpas) aos agentes da *Queda*, considerando a *moral responsibility*, deparamo-nos com os mesmos dilemas que atormentam a humanidade cristã a séculos: O que eu tenho a ver com o pecado de Adão e Eva? Ou, como podemos responsabilizar (culpar) um bebê por uma falta cometida, se ele não possui o conhecimento (discernimento) sobre o pecado que lhe é aferido e, muito menos o controle (poder de escolher) das condições materiais de sua existência, vida concreta?

Agora, se depois que o indivíduo, com suas faculdades racionais, torna-se um agente moral, talvez (digo, talvez!) possa lhe ser atribuída uma culpa por suas ações. Assim, voltamos à temática do livre-arbítrio, mas sem resolvermos a questão central para nossos fins: a ideia de que o indivíduo está livre de coerção externa, a tal ponto que ele seja autodeterminado e, portanto, *accountable* por seus atos.

Para adensar um pouco mais essa reflexão, pensemos o livre-arbítrio, na perspectiva do ser *livre para escolher*, abordando – em uma aparente, só aparente, mudança de rumo – o *Princípio de Incerteza* de Werner Heisenberg (1901-1976, físico teórico alemão), um dos pilares da *física quântica*. Não obstante, antes de versarmos sobre esse *Princípio* – embora não se trate de um *princípio* de fato, mas de uma relação de incerteza – é necessário destacar que o século XXI, na esteira do XX, tem sido marcado pela *crise da ciência*,

momento com a forte influência do pensamento de Edmund Husserl (1859-1939, filósofo e matemático alemão fundador da escola da fenomenologia).

Husserl, afirmou que a ciência não é capaz de colher a causa em si, a informação causante de um fenômeno. De modo geral, a ciência, como uma expressão do conhecimento da humanidade, é uma descrição de fenomenologias externas ao próprio humano, ignorando os elementos internos do indivíduo. Por consequência, a ciência que se reputa objetiva não leva em consideração as condições subjetivas de sua própria produção.

Uma vez a ciência sendo incapaz de entrar no *mundo-da-vida* (*Lebenswelt*), temos que a causalidade dos fenômenos permanece oculta. Este é o cerne do problema crítico referente ao conhecimento, logo da crise da ciência: o ser humano é capaz de conhecer o real? Quando Heisenberg formulou seu *Princípio de Incerteza*, em certa medida, ele evidenciou essa crise:

No instante em que o fóton é espalhado pelo elétron o elétron sofre uma mudança descontínua no momentum. Essa mudança é tanto maior quanto menor o comprimento de onda da luz empregada, e mais exata é a determinação da posição. Logo, no instante em que a posição do elétron é conhecida, seu momentum pode ser conhecido até magnitudes correspondentes àquela mudança descontínua. *Assim, quanto mais precisamente a posição é determinada, menos precisamente o momentum é conhecido, e vice-versa* (Heisenberg, 1927, p. 64-65 *apud* Barros, 2018, p. 29-30).

As consequências da *incerteza* formulada por Heisenberg são relevantes para nossa ponderação do problema do livre-arbítrio, se considerarmos o seguinte fundamento de sua teoria: não é possível observar partículas subatômicas sem perturbá-las, uma vez que a interação entre o objeto e os instrumentos de medição provoca perturbações nas partículas, contaminando os dados, portanto, nunca podemos saber as causas precisas de seus movimentos originais.

Com isso, aquilo que é possível conhecer refere-se a um momento específico. Uma vez passado este *momentum*, não se sabe com exatidão absolutamente nada. Portanto, o saber do pesquisador está restrito a um conhecimento parcial de um *momentum* passado. De modo semelhante, seguindo o princípio heisenbergiano, a interação perturba o indivíduo, o que torna impossível conhecer as causas precisas de suas ações, que parecem ser espontâneas.

Essa lógica (formal), que impossibilita o conhecimento da causalidade em ato, pode ser localizada na hipótese de Niels Bohr (1885-1962, físico e filósofo dinamarquês), referente à medição da luz (ou de qualquer outra partícula):

[...] aspecto crucial neste ponto é o reconhecimento de que qualquer tentativa de analisar, à maneira habitual da física clássica, a individualidade dos processos atômicos, condicionados pelo quantum de ação, é frustrada pela inevitável interação

dos objetos atômicos em exame, com os instrumentos de medida indispensáveis para este fim (Bohr, 1995, p. 24).

Bohr notou em seus experimentos que quanto mais precisamente a posição de uma partícula é determinada, menos precisa a mensuração de seu movimento e vice-versa. Para ele, as diferentes descrições dos fenômenos não devem ser dissolvidas uma na outra, mas sim vistas como complementares, em que somente a totalidade dos fenômenos pode esgotar as informações possíveis sobre os objetos: de diferentes arranjos experimentais provêm diferentes resultados. Desse modo, a noção de totalidade, em Bohr, considera como fenômeno, não apenas o objeto quântico, mas também toda a aparelhagem de medição utilizada.

Muito embora Bohr não reconheça, à vista de sua rígida doutrina da lógica formal, marcadamente neokantiana, há em sua descoberta a identificação da contradição entre partícula e movimento, entre matéria e movimento.

Em oposição aos teóricos formalmente lógicos, alguns físicos quânticos defendem a contradição como conceito necessário para a explicação da física quântica. O fenômeno do *entrelaçamento* ou *emaranhado quântico*, ou ainda “ação fantasmagórica à distância” – como chamou Albert Einstein (1879-1955, físico teórico alemão), pois duvidava da “ação à distância” – sugere que: duas partículas separadas fisicamente podem ter propriedades correlacionadas, interagindo entre si, de tal forma que a mudança numa delas afeta a outra, sem importar a distância que as separa.

Feita essa breve explicação, analisemos o *livre-arbítrio*²¹² e nosso objeto de pesquisa à luz da física quântica, considerando dois enfoques. **Primeiro**, se tratarmos a liberdade, a partir do princípio da *incerteza heisenbergiana*, podemos conjecturar que mesmo livres, os indivíduos não se comportam com *espontaneidade radical*, tampouco seus atos carecem de antecedentes causais.

Pelo *princípio da incerteza*, o que temos é uma limitação do conhecimento

²¹² Em relação ao *livre-arbítrio* e à *física quântica*, o *Teorema de Bell* – John Stewart Bell (1928-1990), físico quântico irlandês – com certeza é o mais promissor para o debate. Todavia, as várias nuances do teorema escapam a nossa compreensão, além do fato de que, para expor as conexões com nosso objeto seria necessário estender ainda mais nosso escrito, o que se torna inviável. Por isso, optamos por teorias quânticas, embora também complexas, nas quais pudessem ser pinçados elementos específicos que melhor se ajustassem ao espaço da tese e aos nossos parcos conhecimentos. No entanto, em breve síntese, podemos dizer que o *Teorema de Bell* assume o livre-arbítrio ou liberdade de escolha, exercido pelos físicos experimentais, como hipótese necessária para a demonstração científica, pois permite que as escolhas dos experimentadores sejam independentes e não influenciadas por fatores externos. Após rever a extensão/aplicação do livre-arbítrio, no desenvolvimento de sua teoria, Bell assumiu que essa liberdade não é absoluta, mas é o suficiente para garantir a independência das medições. Agora, é importante notar que Bell não defendia a existência do livre-arbítrio em um sentido metafísico ou religioso, mas técnico-instrumental, o sujeito era livre para os propósitos experimentais em questão.

humano sobre a natureza da realidade, pois ninguém pode observar os antecedentes causais precisos dos atos do indivíduo. Da mesma forma, ninguém traça o curso preciso das escolhas de Adão e Eva, isso resulta do fato de que é impossível medir simultaneamente a posição e o momento de uma partícula.

Ora, isso pode ser visto como uma forma de liberdade, uma vez que a partícula não está completamente determinada por leis físicas (ou sociais) preestabelecidas a ter uma posição ou um momento específico antes da medição. Assim, pode-se argumentar que há *certa* liberdade ontológica para as partículas quânticas. O debate sobre a existência de uma liberdade ontológica das partículas (uma existência livre e não determinada) é um tema controverso entre os teóricos quânticos, o que importa para nós é o que subjaz a essa questão filosófica: as partículas não são responsáveis por seus movimentos “livres”, porque não são conscientes.

Aplicando essa interpretação ao livre-arbítrio de Adão e Eva, considerando a ideia da *árvore do conhecimento do bem e do mal*, defrontamo-nos com a situação – aqui é uma mera especulação – que eles não podem ser responsáveis, muito menos *accountables*, por seus atos que resultaram no pecado, tendo em vista que a responsabilidade requer mais do que a liberdade. Para os indivíduos serem responsáveis, e por consequência *accountables*, faz-se necessário que eles tenham consciência das alternativas e das consequências.

É claro que havia uma ordenança, com alternativas (obedecer ou desobedecer) e consequência (a morte): “E ordenou o Senhor Deus [...] da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gênesis, c.2, v.16-17). No entanto, além disso, para Adão e Eva serem *accountables*, requer que eles tenham a liberdade consciente e madura, sejam cientes da força operante/conflitante (conhecimento) ou pelo menos um caráter maduro (uma disciplina interna para tomar decisões compatíveis com a identidade decisiva).

Antes de passarmos para nosso **segundo enfoque**, não podemos deixar de ressaltar, para evitar leituras equivocadas de nossa analogia, que o *princípio* de Heisenberg não é uma afirmação sobre a existência ou não da liberdade ontológica. Lembremos, o fundamento da teoria quântica heisenbergiana afirma que é impossível medir simultaneamente certas grandezas físicas, como a posição e o momento de uma partícula. Além disso, algumas interpretações da física quântica sugerem que a liberdade é uma ilusão ou a tratam como propriedade emergente de sistemas complexos.

Dito isso, comecemos nosso segundo enfoque, a partir do *Paraíso Perdido* (Milton, 2002). O autor, no Canto I, Versos 239 e 244-249, apresenta o discurso inflamado de

Satanás: “[...] Do Inferno Céu fazer, do Céu Inferno. / [...] Nós ao menos aqui seremos livres, / Deus o Inferno não fez para invejá-lo; / Não quererá daqui lançar-nos fora: / Poderemos aqui reinar seguros. / Reinar é o alvo da ambição mais nobre, / Inda que seja no profundo Inferno [...]” (p. 45).

Contudo, ao longo dos vários discursos das *Hostes Satânicas*, em termos fortemente sugestivos à monarquia absolutista e às tiranias de seu tempo (século XVII), Milton (2002) no *Canto II*, expõe as contradições que minam o discurso de Satã. Primeiro, *Moloc*²¹³ defende um confronto militar contra a *tiranía de Deus*, que (bravejava o demônio do fogo) reinava no Céu às custas do atraso das entidades satânicas.

Contudo, o ápice dos discursos infernais, para os nossos fins, está na fala de *Belial*²¹⁴, Canto II, Versos 254-255, quando o *serafim rebelde* distorce a ideia de liberdade, ao associá-la à *unaccountability*: “Vivei para nós mesmos, embora neste vasto recesso, / Livres, e a ninguém accountable” Milton, 2005, p. 52, tradução nossa)²¹⁵.

A frase de *Belial*, “[...] e a ninguém accountable [...]” (“and to none accountable”), implica uma curiosa inversão. *Satã*, *Moloc* e *Belial* vociferam contra a suposta tirania de Deus, por *Este* exigir que eles sejam responsáveis e prestem contas de seus atos. O fato curioso é que a horda rebelde não defende uma fuga da tirania, ao contrário, defende a essência desta mesma, pois querem governar sem ter que responder perante aqueles sobre quem governam.

O que Milton nos ajuda a desvendar, por meio de sua epopeia teo-filosófica, é que Adão e Eva estavam interligados ou envolvidos em uma espécie de *ação à distância*, ora sob a influência de Deus, ora sob a influência de *Satanás* e de sua horda – recordemos a Figura 31²¹⁶, “O Pecado Original: a Serpente, espelho de Eva?”. Partindo da ideia de *não-localidade* ou *ação à distância*, diante da influência do *Zeitgeist* produzindo um fluxo de ideias muitas vezes iconoclastas, parece-nos que quando uma propriedade é medida em uma das partículas, a outra parece “saber” e se ajusta de acordo, mesmo que esteja a uma grande distância.

Em passagem escrita no ano de 1878, ou seja, muito antes da formulação da teoria

²¹³ Antigo demônio pagão que devorava crianças/bebês (queimadas vivas) em seus rituais de sacrifícios. Esse ser infernal é o senhor do *País das Lágrimas*, intimamente relacionado à fertilidade e ao pecado da ira.

²¹⁴ *Belial* é um dos demônios ligados ao pecado Original (Orgulho), um dos generais do inferno; foi ele que trouxe a soberba para os humanos, na crença cabalística. Dentre suas características destaca-se a mania de mentir.

²¹⁵ Em virtude das especificidades do termo “accountable”, optamos por recorrer à versão em língua inglesa, cujo fragmento é: “[...] Live to ourselves, though in this vast recess, / Free, and to none accountable [...]” (Milton, 2005, p. 52). A versão do fragmento, expressa no *Canto II, Versos 360-361*, na obra em língua portuguesa, foi traduzida para: “[...] Antes o nosso bem de nós tiremos, / Do que for nosso, para nós vivamos [...]” (Milton, 2002, p. 91-92).

²¹⁶ Vide p. 525.

quântica, Engels (1987) no manuscrito “*Do Socialismo Utópico ao Científico*” desenvolve sua compreensão da dialética como aplicável à natureza e à sociedade. Diz o autor:

Quando nos detemos a pensar sobre a natureza, ou sobre a história humana, ou sobre nossa própria atividade espiritual, deparamo-nos, em primeiro plano, com a imagem de uma *trama infinita de concatenações e influências recíprocas, em que nada permanece o que era antes, nem como e onde era, mas tudo se move e se transforma, nasce e morre*. Vemos, pois, antes de tudo, a imagem de conjunto, na qual os detalhes passam ainda mais ou menos para o segundo plano; fixamo-nos mais no movimento, nas transições, na concatenação, do que no que se move, muda e se concatena (Engels, 1987, p. 25, grifo nosso).

Obviamente que não podemos aplicar indiscriminadamente modelos quânticos à sociedade e, além do mais, a dialética não se aplica de forma automática aos fenômenos sociais, quiçá ao campo da Física, seja clássica ou quântica. O que o fragmento engelianos nos mostra é a possibilidade de pensarmos o *emaranhado*, uma característica da mecânica quântica, como um fator da contradição, aplicável às ciências humanas. Embora a perspectiva materialista não se concentre, como o faz os modelos quânticos no comportamento (da matéria), em escalas muito pequenas (subatômicas – como foucaultianos e os ensandecidos pós-modernos fazem), ela (sem negligenciar os aspectos singulares/micro) prioriza analisar a realidade na totalidade concreta.

Os dois enfoques aqui tratados sobre a física quântica fecham o pano de fundo para o debate (ou a razão) que sustenta esta seção, discorrer sobre a liberdade, na perspectiva do ser responsável. Ou seja, quando tratamos do indivíduo/sujeito, da educação e/ou do trabalho, relacionados à *accountability* e à *unaccountability*, devemos considerar os *emaranhados* (usando aqui um conceito da física quântica) que interferem na *accountability*. Ademais, as contradições que envolvem esses *emaranhados* em dada realidade. Esse proceder interfere nos resultados da investigação, uma vez que o desvelar do objeto pelo sujeito está relacionado à forma que ele lida com a realidade.

Por exemplo, podemos optar por seguir os passos de alguns teóricos que sugerem que a realidade quântica é “gerada” pela observação e pela medição (*Interpretação de Copenhague*, proposta por Bohr e seus colaboradores). Na verdade, as coisas não ficam “reais” por causa de um observador, o universo já existia antes mesmo do ser humano existir – e nem criacionistas, darwinistas ou defensores do *Big Bang* negam isso. Ou, podemos, em polo oposto, alinharmo-nos aos teóricos que defendem a realidade como algo existente, independente da observação e que sua descrição pode ser feita em termos de entidades físicas independentes. Ou, não seguir nenhuma das duas.

Para os materialistas dialéticos, p. ex., como deixa claro Lênin (1982, p. 173, grifo

nosso), ao criticar os subjetivistas: “[...] A existência da coisa refletida independente do refletor (a independência do mundo exterior em relação à mente) é um princípio básico do materialismo. A afirmação feita pela ciência de que a terra existiu antes do homem *é uma verdade objetiva*”.

Aqui, o fundamental é entendermos que a realidade, como diz Lênin (1982, p. 173), existe “[...] independentemente de nossa consciência, independentemente de nossas percepções, fora de nós [...]”. Também como declarou Engels (2015, 127-128), no *Anti-Dühring*: “Finalmente, o problema, para mim, consistia, não em impor à natureza leis dialéticas predeterminadas, mas em descobri-las e desenvolvê-las, partindo da mesma natureza”.

Diversamente do que defendem alguns teóricos e filósofos pós-modernos, apoiados em Bohr e sua mecânica quântica, que nos lançam de volta ao idealismo da filosofia de Kant, à ideia da coisa em si *incognoscível*, defendemos que a realidade é cognoscível e não podemos lançar os modelos subatômicos aleatoriamente à sociedade. Por isso, não negamos o valor das teorias de Bohr, o caso não é refutar (negar e descartar) sua física. Apenas problematizamos os efeitos da ideia de que a descrição da realidade só pode ser feita em termos de *observações*.

Não podemos cair no idealismo subjetivo que nega a objetividade da realidade, no solipsismo de acreditar – em um retorno ao misticismo ou à crença de um conhecimento oculto (do bem e do mal) – que a realidade se move de formas misteriosas. Ou, na perspectiva da teoria quântica das *variáveis ocultas determinísticas* – “ocultas” porque não podem ser observadas diretamente e são inferidas a partir dos resultados das medições.

Como temos defendido ao longo de nossa tese, a história é um produto social e do próprio modo de produção, ela não é gerada pelas ideias (subjetividades) do sujeito, descartando as determinações dos fatores objetivos. A relação assimétrica que sobrevaloriza o subjetivo na construção das experiências de mundo tem implicações nefastas para o indivíduo. Uma delas é lhe atribuir o êxito ou o fracasso, a partir de fatores subjetivos, p. ex.: não gosta de trabalhar ou é incompetente porque não estuda o suficiente.

Esta “realidade” *observada* seria comprovada, segundo ideólogos neoliberais, por medições (quantofrenia), o que fundamenta os discursos que atomizam os indivíduos e negam a possibilidade de se conhecer a verdade. Ecoando discursos que sedimentam valores que nos veem como seres isolados, que tudo calculam (mensuram, medem), somos tachados como seres livres, *Robinsons Crusoés* a empreender em um mundo a ser conquistado, em pleno exercício do livre-arbítrio.

10.1.2 *Robinsons Crusóés: indivíduos calculadores, isolados e livres*

A educação é uma modalidade de trabalho social. Ela não é uma atividade isolada, antes é influenciada pelas condições econômicas e atua na reprodução e na transformação dessas condições. Quando o estudante é representado como fruta na árvore de desempenho, por uma metafísica do capital, ele é induzido a não se realizar enquanto *ser-para-si*, limitando-se a uma natureza unidimensional do *ser-em-si*. Essa metafísica nega ao estudante a capacidade de satisfazer suas necessidades enquanto ser humano genérico.

É preciso entender que na formação do estudante este realiza uma atividade material e espiritual: *o estudo é trabalho*. Ele desenvolve o seu trabalho, ao apropriar-se de conhecimento socialmente acumulado e produzido ao longo do tempo. O estudo é trabalho intelectual, atividade dialética (tangível-intangível) que se objetiva na produção que se solicita do estudante.

Sendo que, no sistema sócio metabólico capitalista, o conhecimento adquirido pelo estudante torna-se portador de relações sociais, ainda que essas relações estejam mistificadas pelo fetichismo. Isso porque, além de ser comercializado como uma *mercadoria*, seja na forma de aulas, livros, cursos, palestras, entre outros, o conhecimento (científico) é utilizado como um meio de produção, ou seja, como um recurso que é empregado para produzir outras mercadorias – o estudante, seu portador, torna-se mercadoria, trabalhador em *potência e ação*. Ademais, sempre deixando claro que o conhecimento não produz valor, quem produz valor é o trabalho.

Nesse sentido, o estudante assume uma “existência social” ou “existência funcional” (Marx, 2013b), sujeito forjado para ter um valor de troca – p. ex., estudante de alto desempenho de uma *Escola Nota 10* –, ou seja, sujeito a ser comparado com outros sujeitos no mercado. Por essa *existência social*, estabelecem-se as relações de troca entre as mercadorias – equivalentes (estudantes) – e se determina o valor destas. Em sua *existência funcional*, o estudante – portador de conhecimento, de habilidades e de competências – tem em sua qualificação profissional e acadêmica os fatores mediadores para a obtenção de emprego e para a valorização de sua força de trabalho.

É importante ressaltar que para Marx (2013b), a mercadoria, além de sua *existência social* ou *existência funcional*, também possui uma *existência material*, que se refere às suas características físicas e materiais, como tamanho, peso, cor etc. É a partir dessa existência, que se determina como a mercadoria e suas características (aspectos, qualidades,

atributos, propriedades etc.) devem ser produzidas. Apesar disso, Marx confere maior relevância à *existência social* ou *funcional* da mercadoria, em detrimento da sua *existência material*, já que é a partir da primeira que se estabelecem as relações de troca e o valor das mercadorias.

Nessa linha, a *existência material* do estudante se refere à sua idade, seu gênero, sua raça, sua aparência, sua altura, seu peso, sua cor de olhos e de cabelos, entre outros aspectos que não estão diretamente relacionados à sua qualificação profissional e acadêmica. Seguindo a perspectiva marxiana, a *existência funcional* do estudante – mercadoria detentora de certas características individuais (conhecimento, habilidades e competências) – terá maior valor do que sua *existência material*. Todavia, Marx (2010b) é perspicaz, ao expor nos “Manuscritos” que:

Aquilo que eu sou e posso não é, pois, de modo algum determinado pela minha própria individualidade. Sou feio, mas posso comprar para mim a mais bela mulher. Por conseguinte, não sou feio, porque o efeito da fealdade, o seu poder de repulsa, é anulado pelo dinheiro. [...] O dinheiro é o bem supremo, e deste modo também o seu possuidor é bom (Marx, 2010b, p. 87).

Eis que, o poder do dinheiro e a submissão do homem a ele não se limitam apenas ao sentido material de possuí-lo, mas também se expressam na superioridade pessoal e social que é conferida àqueles que o possuem e na inversão que ocorre nas qualidades humanas. Marx vê no dinheiro o poder (reificador e fetichista) de transfigurar qualidades em imperfeições e imperfeições em qualidades:

Além do mais, o dinheiro poupa-me do trabalho de ser desonesto; por conseguinte, sou presumivelmente honesto. Sou *estúpido*, mas como o dinheiro é o *verdadeiro cérebro* de tudo, como poderá seu possuidor ser estúpido? Outrossim, ele pode comprar pessoas talentosas para seu serviço e não é mais talentoso que os talentosos aquele que pode mandar neles? Eu, que posso ter, mediante o poder do dinheiro, tudo que o coração humano deseja, não possuo então todas as habilidades humanas? Não transforma meu dinheiro, então, todas as minhas incapacidades em seus contrários? (Marx, 2010b, p. 70).

Por inversão similar, corifeus do pensamento neoliberal, como Peter Drucker, Fritz Machlup, Daniel Bell, Manuel Castells e Yochai Benkler formularam teorias da *economia do conhecimento*. Esses ideólogos, com distintas abordagens e perspectivas teóricas para explicar as transformações no mundo do trabalho na chamada *era da informação* e do *conhecimento*, enfatizaram a importância do conhecimento como recurso autônomo e independente da força de trabalho humano.

Para essa economia, o trabalho é tido como atividade mecânica e repetitiva, sem valor em si mesma, e os trabalhadores seriam meros executores do conhecimento. Esse, por

sua vez, é considerado fator estratégico a ser utilizado para gerar valor, inovação e competitividade. O que temos aqui é um eco da *teoria da informação* de Claude Shannon e Warren Weaver, e da *teoria da complexidade* de Edgar Morin, entre outras, que balizam a tese de um *trabalho imaterial*.

Por essa teoria, o conhecimento, a criatividade e a capacidade de inovação são os principais recursos produtivos da economia. Entre os defensores desse *trabalho imaterial* – em outros termos, *mercadoria intangível*, *mercadoria imaterial*, *produção intangível* e *produção imaterial* – estão Antonio Negri, Yann Moulier-Boutang, André Gorz, Maurizio Lazzarato, entre outros.

Essa verdadeira hidra do capital converte o conhecimento em mercadoria, produto e serviço que pode ser comercializado no mercado. Nesse sentido, sujeitos que possuam as habilidades e as competências necessárias para utilizar o conhecimento de forma eficaz, eficiente e inovadora são *ativos estratégicos*, ou seja, sujeitos qualificados e capacitados para lidar com as demandas da *economia do conhecimento*.

No mercado educacional, a *existência material* do estudante (fruta na árvores de desempenho – fruta madura, digamos boa, verde ou estragada) é quantificada (precificada) por sua *existência funcional*, conforme a mercadoria conhecimento da qual é “portador”. Sob relações estranhadas, características individuais deixam de se vincular à efetivação da essência genérica humana, para definir-se enquanto posse de uma quantidade de mercadoria e/ou de seu meio possibilitador – o dinheiro.

Ao discutir a “produção imaterial” (*immateriellen Produktion*) (Marx, 1980a, v. 2, p. 403) e a “produção não material” (*nicht materiellen Produktion*) (*Idem*, 2004, p. 119), o mouro destaca como trabalho intelectual, a atividade desenvolvida, p. ex., por um escritor “que fornece um trabalho industrial ao seu editor”, uma vez que a produção desse “literato proletário [...], que produz livros [...] por encargo do seu editor, [...] está subordinada ao capital e só é levada a cabo para valorizar este último” (p. 115). No campo da ciência, ele diferencia o tempo de trabalho necessário para reproduzir conhecimentos desenvolvidos do tempo despendido de sua criação original, buscando compreender o valor no conhecimento e na ciência:

[...] o produto do trabalho intelectual – a ciência – está sempre muito abaixo do valor. É que o tempo de trabalho necessário para reproduzi-la não guarda em absoluto proporção alguma com o tempo de trabalho requerido pela produção original. Um colegial, por exemplo, pode aprender em uma hora o teorema do binômio (Marx, 1980a, v. 2, p. 339).

O estudante realiza *trabalho vivo* ao se apropriar dos conhecimentos socialmente

acumulados e sistematizados, ou seja, *trabalho morto*, em um tempo específico, para poder sair da produção da *mais-valia absoluta* (extensão da jornada de trabalho, isto é, por um tempo maior do que o necessário) para a produção da *mais-valia relativa* (como já supramencionado, o aumento da produtividade do trabalho, por meio da introdução de tecnologias e de métodos de produção mais eficientes, que permitem produzir mais em menos tempo).

Para essa passagem ocorrer, a escola desenvolve as mais diversas estratégias, como discursos, simulados, aulas de reforço no contraturno etc. Atividades que se inserem em seu cotidiano, como atesta a entrevista com o Prof.º Miranda (EP3E2):

[Pesquisador] Qual a sua percepção sobre as preocupações da equipe gestora da escola, e do município, em relação as metas do Ideb.

[Prof.º Miranda] A nossa gestão aqui [na escola ...] é muito focada para motivar o aluno a fazer as avaliações externas ... praticamente a frequência é 100% ... E a gente sempre faz com que os alunos façam essas provas. [Breve pausa, para conversar com um colega. Depois, retomou sua resposta]. A gestão ... sempre faz alguma coisa ... para engajar os alunos ... nas atividades da escola. Agora, recentemente chegou até um laboratório de ciências ... por causa dessas premiações que [alcançamos]. Agora, tem a sala Google e sempre está chegando alguma coisa ... na escola ... mais para a frente, vai ter [inclusive] uma reforma.

[Pesquisador] Próximo as avaliações, o cotidiano da escola é alterado? Existe alguma ação específica as vésperas da prova?

[Prof.º Miranda] Sim! Sempre antes da dessas provas ... Uma semana antes, temos simulados para preparar os alunos ...

[Pesquisador] E se, por exemplo, vocês percebem que o estudante não está preparado, é feito algum reforço, ou simplesmente fica no simulado?

[Prof.º Miranda] Existe aqui a equipe do *mais educação* que faz essa parte do contraturno, para a escola ofertar um reforço com os alunos.

Sendo que, as mediações que partem do *homem abstrato*, tal como as representações metafísica do sujeito da *árvore de desempenho*, corroboram para a negação do ser *humano genérico*.

Esse *homem abstrato*, sustentado em categorias morais também abstratas – como justiça, cidadania, liberdade e igualdade, apresentadas como universais, quando efetivamente são construções históricas – é epitomado na figura do *homo oeconomicus*. *Homo* que continua seu processo formativo nas regulações burguesas, reprodutoras de certos paradigmas históricos equivalentes ao que Mészáros (2013) qualificou, ao investigar a filosofia idealista de Kant e Hegel, de *presente eterno*.

Por essa formulação quimérica de naturalização da história, pressuposto apriorístico da filosofia política kantiano-hegeliana, a liberdade do homem só seria alcançada por meio das determinações da sociedade civil burguesa. Com seus valores calcados na propriedade privada, numa espécie de pacto social metafísico, posto na centralidade da divisão social do trabalho e nas necessidades naturais imaginárias, essa sociedade exprime

uma liberdade abstrata.

Em termos pachukanianos, essa liberdade abstrata é resultante de um livre-arbítrio produzido pelo direito – uma forma social essencial para o princípio de equivalência (compra e venda) entre mercadorias postas no mercado. É a condição de sujeito, forma jurídica entrelaçada a uma forma valor, que permite ao indivíduo, proprietário de mercadorias (incluindo sua força de trabalho), de se reconhecer como um ator de mercado, além de perceber o outro como um objeto (coisa) para alcançar seus interesses.

O direito, no Estado de Direito – com seus instrumentos jurídicos (sujeito de direito, liberdade e igualdade abstratas) – é uma forma social capitalista que permite o uso da repressão reificada e fetichizada na cotidianidade social. Nessa ocasião, desenvolve-se na própria relação de trabalho, um momento “mágico” que torna as relações mercantis naturalizadas, como se elas sempre existissem, sem a necessidade de recorrer à violência desmedida.

É nesse contexto, como se o mercado fosse formado por sujeitos autônomos, livres, isolados em suas “oficinas” e com plena consciência para fazer valer seu livre-arbítrio (livre-escolha), que o mecanismo *accountability*, p. ex., efetiva-se na *árvore de desempenho*, precificando quantofrenicamente os estudantes em sua corrida performática. Sujeitos que estão em disputa (concorrência), mas que seguem as leis pacificadoras do mercado.

Marx diria que, por essa fantasia mercantil, os estudantes seriam como um conjunto de *Robinsons Crusoés*, sujeitos idealizados e insulares a produzir autarquicamente. Assim, por uma mistificação ideológica, imaginam-se empreendedores e trabalhadores completos, ou seja, não percebem que estão indo para o mercado como trabalhadores parciais, tendo tão somente sua própria força de trabalho (pele, ossos e músculos etc.) para ser trocada.

Em uma ilusão típica de um Jean Baptiste Say, esses *Crusoés* são idealizados por teóricos (neo)liberais como trabalhadores que não entraram na divisão de trabalho. Friedman, um desses ideólogos, resgata Say e sua robinsonada em defesa de uma sociedade baseada na economia de mercado:

Em sua forma mais simples, tal sociedade consiste num certo número de famílias independentes – por assim dizer, uma coleção de Robinsons Crusoés. Cada família usa os recursos que controla para produzir mercadorias e serviços, que são trocados por bens e serviços produzidos por outras famílias, na base de termos mutuamente convenientes para as duas partes. Cada família está, portanto, em condições de satisfazer suas necessidades, indiretamente, produzindo bens e serviços para outras, em vez de diretamente – pela produção de bens para seu uso imediato (Friedman, 1984, p. 22).

Ao fim e ao cabo, o que se tem é um *genocídio de almas*, empreendido pela forja

do capital, uma tentativa consciente de (re)modelar a vida e a sociedade humana. Entretanto, pode-se indagar, na onda da então primeira-ministra Margaret Thatcher, ao entoar o *slogan* definitivo do neoliberalismo: “[...] quem é a sociedade?”. Para essa gentil serva do Capital:

Acho que passamos por um período em que muitas crianças e pessoas foram levadas a entender que se “eu tenho um problema, é função do governo lidar com isso!”; se “tenho um problema, vou buscar uma bolsa para lidar com isso!”; se “sou um sem-abrigo, o governo tem de me alojar!”. Desse modo, eles jogam os seus problemas para a sociedade, mas *quem é a sociedade? Não existe tal coisa! Existem homens e mulheres individuais e famílias*, e nenhum governo pode fazer nada exceto por meio das pessoas e as pessoas olham primeiro para si mesmas (Thatcher, 1987, *Guardian Unlimited*, grifo nosso).

Por essa *ontologia política neoliberal* – uma chave para entendermos a barbárie na qual a humanidade está sendo lançada –, o uso da expressão “não existe”, muito mais do que conter uma crítica ao *Estado de bem-estar social*, é a negação da própria noção de *sociedade* e de seu possível *devir* – ela “não é” e “nem será”. Consequentemente, não há ser social. O que existe, conforme Hayek (2010), são indivíduos que interagem em uma comunidade de origem natural e espontânea. Indivíduos comprometidos com a liberdade, liberdade individual e pessoal – enquanto o valor dos valores.

Nessa *comunidade corporativa*, tem-se a rejeição da solidariedade social, que lhe é totalmente absurda. Antes de mais, o que temos é um sistema de direitos naturais, inerentes a todos os indivíduos e que não dependem da existência de um contrato social ou de justiça social. Esses direitos incluem, por exemplo, o direito à vida, à liberdade e à propriedade privada. Sendo regidos pelas interações dos indivíduos em diferentes valências da liberdade, afirmando que a perda da liberdade econômica implica a perda das demais liberdades.

Cada membro dessa comunidade, que tem a liberdade individual como um sistema, ou conjunto inter-relacionado de liberdades, procura livremente a satisfação dos seus próprios interesses. Entretanto, ao fazê-lo, acaba possibilitando um benefício geral, pois, conforme Friedman (1984, p. 50): “Adam Smith diz: um indivíduo que busca apenas o seu próprio lucro é levado por uma mão invisível a defender um objetivo que não fazia parte de sua intenção. Procurando defender o seu próprio interesse, promove, muitas vezes de forma mais eficaz, os interesses da sociedade”.

Para essa ontologia, tanto não há uma noção de sociedade na qual os indivíduos devem se integrar, em um paradoxo à própria defesa neoliberal ao Estado de Direito, como não existe lugar – no sentido topológico – em que possa surgir. O que temos é uma comunidade e uma ética (libertária) que reformula a própria ideia de cidadania, agora entendida como uma relação de obrigações. Cujas observâncias incentiva – por seu caráter

pedagógico – os indivíduos a se comportarem de modo adequado à sua responsabilidade. Aqui, o indivíduo permanece reduzido à natureza de *homo oeconomicus* calculador, direcionando na “economia *nudge*” ou economia comportamental, suas metas e seus objetivos no mercado.

O axioma do thatcherismo é, portanto, uma negação ontológica do (ser) social, em que os indivíduos coexistem em torno de relações econômicas de competição. Em que o mercado é o verdadeiro espaço das inter-relações e das interações humanas. Ele é um *grande Outro* (Lacan, 1988)²¹⁷, mas enquanto um espaço simbólico da antissociabilidade capitalista que desmantela os laços sociais, em que se fabricam e se modelam subjetividades e os vínculos intersubjetivos. O que existe, em última instância, são “homens e mulheres individuais [... que] olham primeiro para si mesmos” (Thatcher, 1987, *Guardian Unlimited*).

Essa posição de Thatcher, identificada com os princípios de Friedman, seu amigo e tutor econômico – que afirmou ser dever dos *próprios indivíduos arcarem com os custos do investimento em si mesmos e receber as recompensas* (Friedman, 1984) – projeta a liberdade do indivíduo do social. A ideia é que cada indivíduo seja responsável por suas próprias ações. Em uma reorganização antioletivista e antisocialista – no melhor estilo liberal hayekiano – o thatcherismo estabeleceu o dogma neoliberal, semelhante à sedução de Satanás no relato mítico do Paraíso judaico-cristão: liberdade individual.

Essa ideologia penetrou no entendimento do senso comum da massa trabalhadora, sendo vista como o meio para o indivíduo alcançar o sucesso: *sereis como deuses* (Bíblia [...], 2007, Gn), tão somente comam do fruto da árvore de desempenho, essa *árvore da antívida*

²¹⁷ O Prof.º Ronaldo Manzi (USP), em nota de aula (O grande Outro – notas sobre o estruturalismo), esclarece que: “Em seu seminário do dia 31 de março de 1956, Lacan precisa melhor sua diferenciação entre os “dois outros” (outro e Outro): ‘o primeiro, [diz Lacan, em seu *Le Séminaire III – Les Psychoses*, ministrado entre 1955-1956] o outro com um pequeno o, é o outro imaginário, a alteridade em espelho, que nos faz depender da forma de nosso semelhante. O segundo, o Outro absoluto, é aquele em que nós nos endereçamos para além desse semelhante, aquele que nós somos forçados a admitir para além da relação espelhar, aquele que aceita ou que se recusa em face de nós, aquele que tem a oportunidade de nos enganar, em que não podemos jamais saber se ele não nos engana, aquele em que nós nos endereçamos sempre. Sua existência é tal que o fato de se endereçar a ele, de se ter com ele como uma linguagem, é mais importante que tudo o que pode estar em jogo entre ele e nós. (...) o Outro com um grande O, que é, seguramente, o que visa Freud (...) (SIII, pp. 286-287).’ Para Lacan, é absolutamente necessário pressupormos esse Outro” (Manzi, 2016, p. 1). Eis que o *Outro* indica que o sujeito não sabe seu lugar; o Outro situa o sujeito em determinada posição subjetiva. Assim, os discursos familiares, as falas dos pais, seus desejos e medos estabelecem um lugar simbólico para os filhos, mesmo antes deles nascerem: “Seria um erro acreditarmos que o Outro maiúsculo do discurso possa estar ausente de alguma distância tomada pelo sujeito em sua relação com o outro, que se opõe a ele como o pequeno outro, por ser o da díade imaginária” (Lacan, 1998, p. 685). O sujeito, portanto, não é apenas determinado pelo semelhante, mas também por seu lugar simbólico e inconsciente. O que Lacan nos mostra, mesmo que não abracemos sua teoria de modo integral – mas, podemos dialogar com ela criticamente –, é que: enquanto alteridade, o Outro não é necessariamente um outro sujeito, mas um lugar, que pode vir a ser ocupado por diferentes agentes: os pais, os professores, a escola, a cultura, etc.

localizada no centro do distópico paraíso neo ou ultraliberal da *Sociedade Mont Pèlerin* – a *sociedade das ilusões* – que busca enquadrar os indivíduos, torná-los a imagem e a semelhança da empresa gerencial.

10.2 A árvore da antívida: dominação e resistência no jardim da empresa gerencial

Friedman (1984), como temos tratado ao longo de nossa tese, defende a liberdade econômica como aspecto fundamental da liberdade individual e que o Estado deve ter um papel mínimo na economia. Nesse sentido, o indivíduo deve ser *livre para escolher* (livre-arbítrio) entre diferentes opções, sendo responsável por suas escolhas e seus resultados. Isso só pode ser alcançado, conforme os *neofilins* neoliberais, através do deus Mercado: por meio da graça divina do liberalismo econômico, que permite as condições para a tomada de decisões livres.

Escolhas e resultados individuais (meritocráticos) que podem ser publicizados ou manifestados na *árvore de desempenho*. Árvore plantada e cultuada por aqueles que dela se alimentam e por ela são consumidos (como adubo). Assim, o indivíduo adentra no jardim, pois se no mito edênico, o ser humano foi expulso do Eden, em virtude de seu individualismo, no *paraíso mercantil*, o homem *neoliberal* (típico homem *accountable*) é dignificado (deificado) e considerado o detentor do conhecimento – utilitário e tecnicista: um *homo oeconomicus*.

Pelos modos de subjetivação próprios ao neoliberalismo, esse homem *accountable* é colocado em constante competição, tendo a *performance* como sentido e *modus operandi* da própria existência. Nas palavras de Dardot e Laval (2016, p. 353):

O novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito para “ganhar”, ser “bem-sucedido”. O esporte de competição, mais ainda que as figuras idealizadas dos dirigentes de empresa, continua a ser o grande teatro social que revela os deuses, os semideuses e os heróis modernos.

Com isso, retomamos a questão do *antropomorfismo organizacional* – fenômeno que tratamos no Capítulo VIII. Na passagem supramencionada, é possível identificar o que Aubert e Gaulejac (1993) qualificam como *homem gerencial* ou, na alcunha de Enriquez (2000), *estrategista*. Esse indivíduo na organização corresponde ao modelo subjetivo ideal, tomado pela lógica da *performance*, excelência e urgência.

O “homem psicológico” encontra na empresa “gerencial” uma organização a sua imagem e semelhança. Se transforma no que poderíamos denominar um homem “gerencial” que busca na empresa a realização de seus desejos, seus interesses e seus projetos, que extrai dela os valores e o sentido de sua existência, e que através da

gestão do imaginário obtém a motivação, a energia e a produtividade de que necessita (Aubert; Gaujelac, 1993, p. 125).

Essa organização gerencia o campo do imaginário do indivíduo, produzindo sentido e valores no plano subjetivo, oferecendo-lhe a chance de adentrar no *Paraíso Reconquistado*. Integrados ao jardim idílico da *empresa gerencial*, Adão e Eva (pós-modernos) devem se realizar, serem felizes e alcançar o maior proveito (êxito) possível, sem questionar as *leis do paraíso: a cultura da urgência e cultura da excelência* (Aubert, 1999).

Agora, se no paraíso bíblico a ordenança de não comer do fruto da árvore proibida visava construir bases morais de obediência, as leis do novo paraíso têm por base a contradição: por um lado, promete segurança e proteção ao sujeito, inserindo-o (inclusão) na comunidade e, por outro lado, alimenta o indivíduo exaustivamente com o sentimento da angústia, o medo de não alcançar as metas traçadas (exclusão). Portanto, o que está em jogo na empresa gerencial é um êxito profissional que não se limita à pura questão econômica, mas também abrange a obrigação moral – a economia moral (que não deixa de fundar-se na *fé*, na *fé* no Mercado).

Para Aubert e Gaulejac (1993), para além da pura sobrevivência em um mercado competitivo, o que está posto na *cultura de excelência* são os valores possibilitadores da vitória ou do êxito: “somos os melhores porque somos honrados e virtuosos, e se sendo-o ganhamos, é porque temos razão de sê-lo. A excelência é um valor em si mesma, confirmado e justificado pelos êxitos que gera” (p. 95).

Aqui, por meio de um fluxo de energia (quase libidinal), os valores da empresa são considerados como os valores do próprio indivíduo. Essa internalização, **primeiro passo** para a manutenção do sistema gerencial, promove inversões na lógica de exploração do trabalhador: o indivíduo, por processos de mistificação ideológica, que conduzem a uma obediência interna, passa a ser o algoz e o capataz de sua própria exploração (Aubert; Gaulejac, 1993).

Como se fosse um receptáculo, o indivíduo incorpora/internaliza/imita a suposta identidade da empresa – um *grande Outro* (Lacan, 1988). Além disso, muito mais do que acreditar na existência dessa identidade, ele a naturaliza, no sentido de que não há o que questionar. Pensar na existência em outra realidade possível é como imaginar o mundo de *Bizarro* – o anti-herói ou versão espelhada e distorcida (defeituosa) do *Superman, Homem de Aço* ou *Super-Homem*, aquele super-herói de histórias em quadrinhos publicadas pela DC Comics.

No *Bizarroverso*, *Bizarro* cria sua *Terra-29*, também conhecida como *Arret* (Terra

escrito de trás para frente), um planeta cúbico que orbita uma estrela azul. Nesse mundo, a lógica não se aplica e as leis danificadas da física, de alguma forma, criam bizarrices, como a *Liga da Injustiça da Inamérica*. Esse ser, que ouve tudo ao contrário do que é dito e faz o oposto do que é certo, seria na organização um *ser unaccountability*, não porque seja simplesmente ineficiente, às vezes ele até consegue ser eficiente, mas é pendular (não passa confiança), não internalizou o *sumo bem*, a identidade da empresa gerencial. Logo, esse *ser bizarro*, com seus comportamentos ou lógica desviantes deve ser enquadrado.

Nesse enquadramento, da ficção à realidade, de modo analógico, aplica-se, p. ex., no Estado do Ceará uma *equação*, seguindo a lei da intransparente transparência das políticas de *accountability educacional*: o ICMS Educacional (Figura 34), transfigurado (em outras palavras, mascarado) em política indutora – como já tratamos, uma metodologia de repasses dos recursos financeiros atrelada aos indicadores educacionais.

Figura 34 – ICMS Educacional: a fórmula do IQE²¹⁸

$$IQE_i = \frac{1}{3} [IQF_i] + \frac{2}{3} [IQA_i]$$

Índice de Qualidade do Fundamental

$$IQF_i = 0,2 \frac{A_i}{\sum A_i} + 0,8 \left(0,4 \cdot \frac{AP_i}{\sum AP_i} + 0,6 \cdot \frac{\Delta AP_i^N}{\sum \Delta AP_i^N} \right)$$

NÍVEL VARIACÃO

Índice de Qualidade da Alfabetização

$$IQA_i = 0,5 \frac{EA_i}{\sum EA_i} + 0,5 \frac{\Delta EA_i^N}{\sum \Delta EA_i^N}$$

NÍVEL VARIACÃO

$$AP_i, EA_i = f \left(\text{Média}, DP, \frac{N_A}{N_M} \right)$$

Fonte: Oliveira, Estrela e Vidal (2022, p. 7)

Nota: Seguindo as diretrizes problematizadas na seção 6.5, quando apresentou-se o debate sobre a partitura “*Eroica*” de Beethoven (Figura 20)²¹⁹, podemos questionar: É possível entender o funcionamento da Fórmula do IQE_i, apenas identificando seus indicadores e variáveis, sem conhecer o conteúdo de seus elementos? E, conhecendo-os, podemos compreender o que se opera em suas entrelinhas, as relações sociais e ideológicas que atravessam as fórmulas (político-econômicas)? Ou seja, o que está por trás das equações e números?

²¹⁸ Os cálculos que atravessam o Índice de Qualidade Educacional (IQE) envolvem, nas distintas séries avaliadas (2º, 5º e 9º anos EF, além do 3º ano EM), certas particularidades, pontualmente ajustadas, para não impactarem permissivamente no equilíbrio de distribuição do ICMS Educacional. Disso resulta a adoção de indicadores conformados a própria dinâmica das Redes Municipais – vide Anexo F, “A Proficiência Ajustada dos Municípios”, como um exemplo de incorporação de novos elementos no cálculo das médias municipais de proficiência das avaliações do SPAECE, especificamente para as turmas de Alfabetização de 5º ano. O que demonstra a flexibilidade e complexidade de seus fórmulas. Vide nota 221 (p. 577), sobre o significado das incógnitas que compõe a fórmula do IQE_i.

²¹⁹ Vide p. 339.

O modelo do ICMS Educacional é conhecido na gestão pública como *competição administrada*, um tipo de controle da Administração Pública. Esse mecanismo de repasses da cota parte do ICMS, muito mais que definir um incentivo para melhorar o desempenho escolar de estudantes, almeja criar uma concorrência entre prestadores de serviços públicos, que buscariam operar uma suposta melhoria da qualidade e a busca da eficiência (Abrucio, 2006).

Só que esta *equação* não opera em prol do *Bizarroverso*; pois, a lógica do Capital realiza uma inversão: o ser humano que busca a formação omnilateral, em contraposição à unilateralidade dos homens da sociedade capitalista, é o bizarro; enquanto o ser fragmentado, flexível, reificado, atomizado, passa a ser considerado o *sumo bem*.

Por essa inversão fantasmagórica, *Arret* passa a representar a terra que se recusa a assimilar as leis da antívida do Capital, terra formada por indivíduos taxados de incivilizados. Com isso, os civilizados seriam os seres reificados, ajustados a sociabilidade (irracional) do capital, enquadrados pela *equação da antívida*²²⁰, com seus diversos indicadores. Fórmula que composta por: “‘Solidão + Alienação + Medo + Desespero + Autoestima ÷ Zombaria ÷ Condenação ÷ Mal-Entendido × Culpa × Vergonha × Falha × Julgamento’, sendo $n = y$, em que ‘y’ = Esperança, ‘n’ = Loucura, Amor = Mentiras, Vida = Morte, Ser = Darkseid” (Morrison; Cameron; Williams III, 2012, tradução nossa).

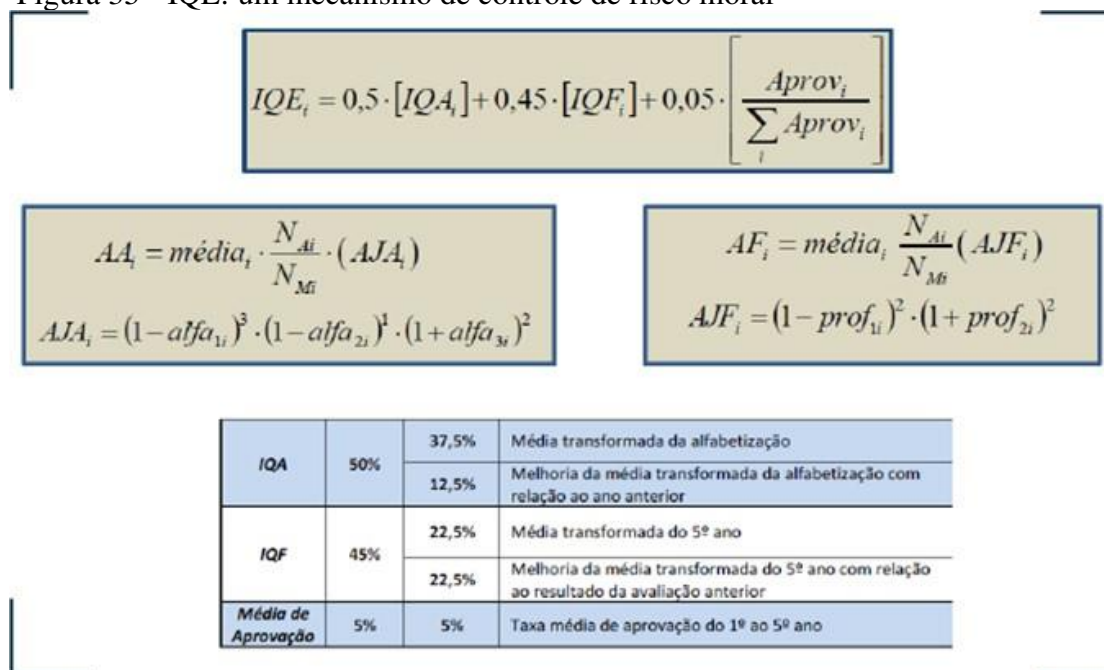
Eis que as avaliações em larga escala, atreladas a metas de dataficação e índices quantofrênicos, com seus indicadores, passam a ter um novo significado. Isso porque agora os resultados esperados e/ou obtidos fazem parte de uma política mais rebuscada – políticas de *accountability* –, passando de uma avaliação de *low-stakes* para uma avaliação de *high-stakes*. Para essa arquitetura da política educacional brasileira, o *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, Decreto 6.094 (Brasil, 2007b), foi fundamental, pois forçou um regime de colaboração entre os entes federados. Como diz Saviani (2009, p. 5), o Plano de Metas “[...] aparece como um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC”.

Ao longo dos anos, o programa passou por algumas modificações, ajustando-se as novas demandas das políticas educacionais do projeto neoliberal, lançando mão de artifícios

²²⁰ Criada por Jack Kirby e mencionada pela primeira vez na edição da revista *The New Gods*, em fevereiro de 1971, a *Equação da Antívida* é a razão de Darkseid, vilão do Universo DC, ser o senhor absoluto do *Planeta Apokopolis*. Esta *Equação* é um organismo vivo, uma entidade que nem mesmo o próprio Darkseid é capaz de controlar. Essa versão "viva" da equação fora banida da Via Láctea pelo *Senhor Destino*, em um tempo remoto, e nunca mais apareceu em outra história da DC Comics até então.

diversos que tornam mais evidentes as diretrizes de controle conformados à lógica gerencial, com sua quantofrenia. O IQE, p. ex., retratando tais objetivos para educação básica, utiliza 16 indicadores, normatizações e um sistema de ponderação, conforme esquematização abaixo (Figura 35):

Figura 35 - IQE: um mecanismo de controle de risco moral²²¹



Fonte: Oliveira, Estrela e Vidal (2022, p. 8)

A fórmula do IQE, resumidamente, abrange em seu cálculo a Alfabetização (IQA) e Ensino Fundamental (IQF), estimulando a participação dos estudantes matriculados e considerando o desempenho relativo da rede pública municipal, estimulando, com isso, a *competição* entre os municípios. Outro fator que deve ser questionado é a ilusória promoção da equidade, uma vez que a ideia de distribuição da receita do ICMS, com base em um critério meritocrático de desempenho, gera condições de desigualdade de oportunidades e

²²¹ Na organização para a fórmula em questão temo: o IQE_i é o Índice Municipal de Qualidade Educacional do município “i”; o IQA_i é o Índice de Qualidade da Alfabetização do município “i” e o IQF_i é Índice de Qualidade do Fundamental do município “i”; o AA_i é o resultado da avaliação da alfabetização do município “i”. Neste caso, a *média* é a proficiência do município na escala de alfabetização do Spaece, sendo o NA_i o número de alunos do 2º ano EF do município “i” avaliados; o NM_i é o número total de alunos matriculados no ano escolar avaliado; e o AJA_i é o índice de ajuste para a universalização da aprendizagem no 2º ano EF do município “i”. Ainda compõe a fórmula o Alfa_{1i}, o percentual de alunos classificados como “não alfabetizados” no município “i”; Alfa_{2i} é o percentual de alunos classificados como “alfabetizados incompleta” no município “i”; o Alfa_{3i} é o percentual de alunos classificados como “desejável” no município “i” na escala de alfabetização do Spaece; o AJF_i é o índice de ajuste para a universalização da aprendizagem, do ensino fundamental do município “i”. E por fim, o prof_{1i} é o percentual de alunos classificados com o padrão de desempenho “muito crítico” do município “i” e prof_{2i} é o percentual de alunos classificados com o padrão de desempenho “adequado” do município “i” na escala do Spaece.

iniquidade entre os municípios, entre escolas (com reverberações em gestores e professores) e até mesmo entre estudantes.

Observa-se que as políticas de *accountability* instalada no Ceará sedimenta fatores que interferem de forma perniciosa na política educacional. A *equação antivida* do ICMS Educacional reproduz, por meio de uma espetacularização da concorrência, uma dinâmica envolvendo o incentivo e a punição. O que está implícito na fórmula de cálculo do IQE, é uma racionalidade que estimula a meritocracia e a própria desigualdade, pois, a depender do índice de cada município, os repasses podem ser maiores ou menores. Isso, tende a gerar efeitos de manipulação fraudulenta no/do processo avaliativo, mediante *incidentes sistêmicos* e de *alto perfil de trapaça* – de primeiro ou segundo grau:

Trapaça em primeiro grau refere-se a atos intencionais e às vezes premeditados, incluindo: apagar e alterar as respostas dos alunos; preenchimento das respostas deixadas em branco pelos alunos; fornecer respostas corretas em testes de forma aberta e secreta; falsificar a identificação dos testes dos alunos ou números de rastreamento; e suspender ou de outra forma excluir alunos com baixo desempenho acadêmico em dias de provas, para que não sejam testados. A trapaça de segundo grau inclui formas mais sutis de má conduta, como: dar dicas aos alunos sobre respostas incorretas (por exemplo, bater na mesa ou cutucar); distribuir “folhas de dicas”, explicando aos alunos processos e definições; e dar tempo extra nos testes durante o recreio ou antes/depois da escola (United States of America, 2013, p. 3, tradução nossa).

Conforme a *taxonomia da trapaça (taxonomy of cheating)* de Amrein-Beardsley que estabelece quais práticas podem levar a irregularidades nos testes – incluindo ofensas de primeiro, segundo e terceiro graus, dependendo da gravidade, é modelado na classificação legal dos crimes, desde involuntária e acidental até intencional e premeditada (United States of America, 2013). O controle e as políticas públicas, se não tiverem bem delineadas, estarão sujeitas a tais efeitos. No Brasil, práticas de *gaming*²²² podem ser verificadas na manipulação dos dados do Ideb, quando se opera a exclusão de estudantes para melhorar os resultados.

Embora a governança baseada em controles algorítmicos, com suas novas formas de associação com Big data, gere instrumentos para responsabilizar indivíduos, organizações e o próprio poder (na figura do Estado), ao posicionar a informação como antídoto para a corrupção e uma forma de manter poder de prestar contas, supervaloriza a transparência. Novas tecnologias de visibilidade voltadas para a abertura podem, paradoxalmente, produzir formas de ofuscação que corroem a confiança no próprio sistema, no que Strathern (2000)

²²² *Gaming* refere-se, no contexto das políticas de *accountability* educacional, a um conjunto de ações que geram consequências não desejadas provenientes, p. ex., da preparação dos estudantes para os testes, seleção dos melhores estudantes para realização dos testes e até mesmo trapaças e fraudes nos processos de avaliação.

chama de *tiranía da transparência*.

Para Ghosh e Faxon (2023), apesar de que novas formas de controle e geração de dados possam ser usadas para responsabilizar o poder, elas também concedem novos recursos poderosos para o desenvolvimento de uma *gaming accountability*, uma *corrupção inteligente* (*smart corruption*). Tal conceito, para os autores destaca a possibilidade de apropriação de algoritmos, infraestruturas e dados públicos (governamentais) para acumular benefícios e ocultar responsabilidades, ao mesmo tempo que se inclina para uma política de transparência. Ao contrário das formas convencionais de corrupção, a *corrupção inteligente* é disfarçada de progressiva e, portanto, é difícil de detectar, pois as atividades transgressoras são realizadas sob o verniz da transparência baseada em dados.

Da maneira como os índices (como o Ideb) estão montados, ao invés de mirar em medidas de longo prazo para melhor a qualidade educacional, induzem os municípios, para não verem minguar o repasse de recursos, a adotar medidas de *gaming accountability*. Por exemplo, a imprensa nacional tem noticiado casos de escolas que sugestionam a determinados estudantes, aqueles com maiores dificuldades de aprendizagem, que eles não precisariam ir à escola no dia da Prova Brasil (Camargo; Pinto; Guimarães, 2008).

Para evitar tal efeito intensificam-se os instrumentos de controle e ampliam-se as pressões por resultado. Neste modelo, responsabilizam-se os gestores e os professores pelos resultados alcançados, gerando um círculo vicioso: “Decorre do fato que as escolas podem adotar estratégias para alterar os resultados, mas que não mudam a qualidade do ensino ministrado como, por exemplo, treinar e motivar os estudantes para os testes ou excluir dos exames alunos de baixa proficiência” (Fernandes; Gremaud, 2009. p. 224). (Retomaremos esse debate mais adiante, na seção 10.3).

Mesmo o IQE, arquitetado de forma a mitigar práticas consideradas indesejáveis, como a exclusão dos estudantes no dia da prova, e com a incorporado ao modelo, o chamado “Fator de Universalização do Aprendizado”, tem o objetivo de revelar as desigualdades do ensino dentro da própria rede, o instrumento de medição produz – em virtude da necessidade de se alcançar os índices estabelecidos – efeitos que são deletérios para a educação.

Por isso, podemos depreender da *equação antivida*, com o IQE, ligada as políticas de *accountability*, analogicamente falando, o sofrimento que se abate sobre professores e sobre gestores das escolas pesquisadas – Escolas de Alta Performance. Como declara a Dir.^a Sofia (ED1E1):

[Pesquisador] Que efeitos estão sendo gerados pelas políticas de avaliação externa em larga escala? A prestação de contas e responsabilização nas escolas, as políticas

de *accountability* nos diretores escolares, nos professores e nos estudantes?

[Dir.^a Sofia] A gente fica meio angustiada. É, é o nosso trabalho medido a limpo. Isso a longo prazo causa um desgaste emocional muito grande. Principalmente se a gente não souber trabalhar nisso. Quando se aproxima o ... final do ano. A gente vai ficando tenso, a gente vai ficando muito nervoso ... Porque a gente quer dar esse bom resultado. A longo prazo é muito desgastante mentalmente ... A gente vê que vai ficar doente. Nossa senhora e eu acho que a longo prazo vai trazer a consequência maiores ... Agora, é claro. Tudo precisa [ser] muito bem administrado, para que a gente não chegue [a esse quadro] ... Mas há um desgaste emocional muito grande. Tem um desgaste emocional muito grande.

Essa *equação antivida* é uma fórmula que visa tirar das criaturas o seu livre arbítrio e faz com que a vida perca todo o sentido. Aqueles que a conhecem têm o poder de subjugar as almas de qualquer ser do Universo. Ela pode ser transmitida em forma de som, de imagens e de dados digitais e impressos; esses dois últimos são utilizado para espalhar a equação pelo mundo através das avaliações em larga escala, o que permite o controle de milhões de indivíduos. A equação possibilita ao seu portador “controle absoluto sobre você”, e de acordo com ela, o nome é justificável porque esse total controle faz com que você praticamente não esteja realmente vivo.

Nesse contexto ficcional, cujas raízes ligam-se a realidade concreta, podemos imaginar que a *equação da antivida* está escrita na *Terra da Luz*, o Ceará, materializada no avanço do *Mapa Verde – a cor da antivida educacional*. Sobre o avanço da educação cearense, a Dir.^a Marta (ED2E2, 2022) responde, em nossa entrevista:

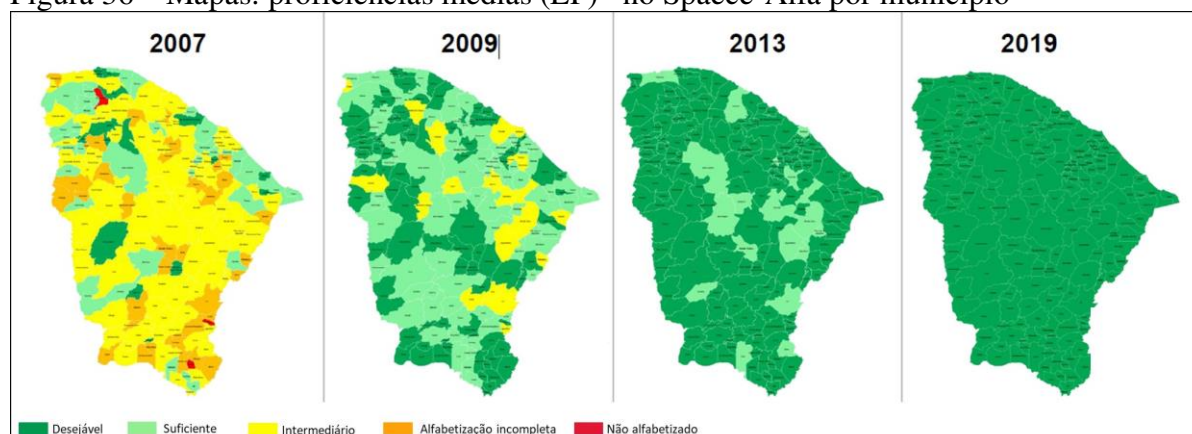
[Pesquisador] Diretora, se compararmos os resultados educacionais do Ceará, nas últimas três décadas, houve um série de mudanças [...]. Como a senhora vê esse momento do Ceará? E qual sua opinião sobre o Ideb e o Spaece?

[Dir.^a Marta] [Nosso momento é] Fantástico! ... [Em relação ao Ideb] Ele não vai te dizer tudo ... Ele vai te dar [um] norte, ele vai te dar uma direção. Ele [o Spaece] vai te mostrar, por exemplo, ... se a educação evoluiu ... ou não. Eu estou aqui na prefeitura de Fortaleza a 23 (vinte e três) anos ... E do que eu entrei, para hoje é outra [coisa / realidade] ... E, não dá nem para comparar ... Então, assim. Eu acho. Essas avaliações elas fizeram ... com que essa educação avançasse. Não a avaliação em si, mas pela responsabilidade que hoje se tem perante essa avaliação. Hoje ... o professor ... [vai dar aula] sabendo que ele tem que ensinar, que é importante ele ensinar, porque o aluno dele vai ser avaliado e aquele aluno, se ele não for bem avaliado, acaba que respinga muito, [no] trabalha tudo mundo ... [Aí] vai dizer, poxa. [...] A escola também, ela tem todo um empenho porque é o ... reflexo do nosso trabalho. Eu estou dentro de uma escola dessa, eu faço um excelente trabalho, mas que excelente trabalho é esse que os alunos não estão aprendendo? [...] Assim, eu acho que uma avaliação ... ela nunca. [Interrompe a frase, e reelabora a resposta]. Eu não posso dizer para você que ela retrata é fielmente a realidade ... Eu ... não acredito que a avaliação ... retrata ... fielmente, mas ela retrata ... Como é que eu posso dizer? Ela dá um espelho, né? E, um espelho, eu vejo assim, um espelho é um espelho, um dia a gente está daquele jeito. A gente se maquiou, a gente está mais bonito, a gente aparece de um jeito e outro dia, às vezes a gente não está muito [...]

As Figuras 36 a 40, logo abaixo, exibem mapas que apresentam – pela política (ideológica) manifesta pela cor verde – a distribuição espacial dos municípios cearenses em

relação ao Spaece, entre os anos de 2007 e 2019, para os anos iniciais (2º e 5º anos) e finais do ensino fundamental (9º ano), considerando as Proficiências médias em Língua Portuguesa e Matemática.

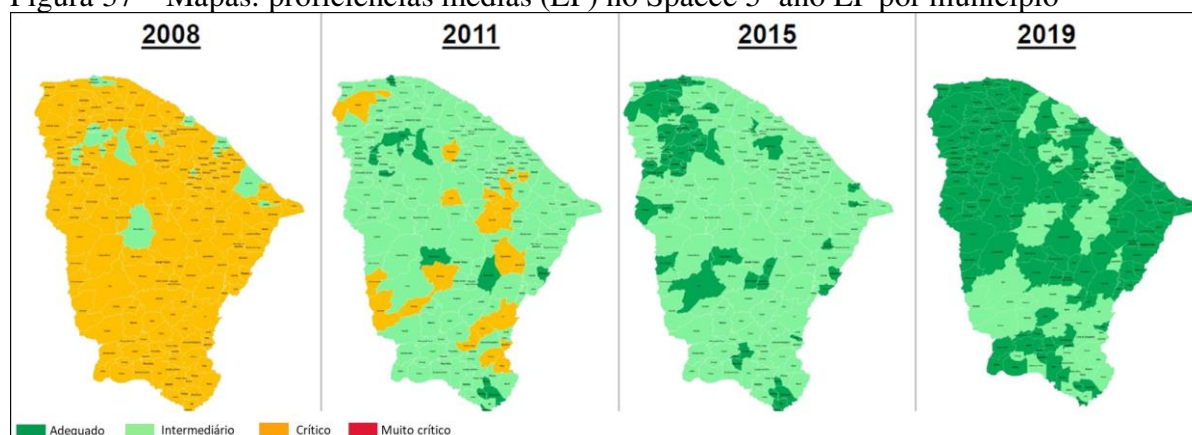
Figura 36 – Mapas: proficiências médias (LP)* no Spaece-Alfa por município



Fonte: Elaborada pelo autor – montagem baseada em UFJF/CAEd (2019).

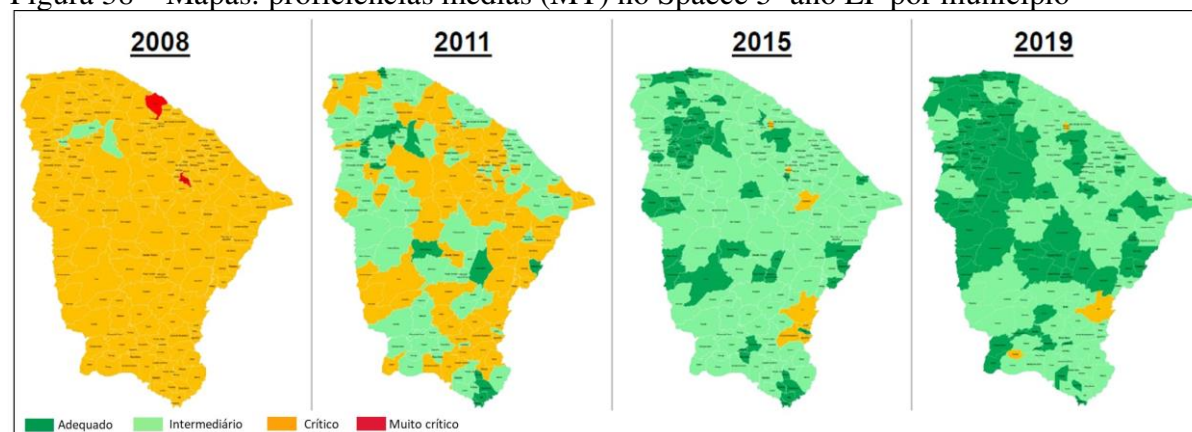
* Língua Portuguesa (PL).

Figura 37 – Mapas: proficiências médias (LP) no Spaece 5º ano EF por município



Fonte: Elaborada pelo autor – montagem baseada em UFJF/CAEd (2019).

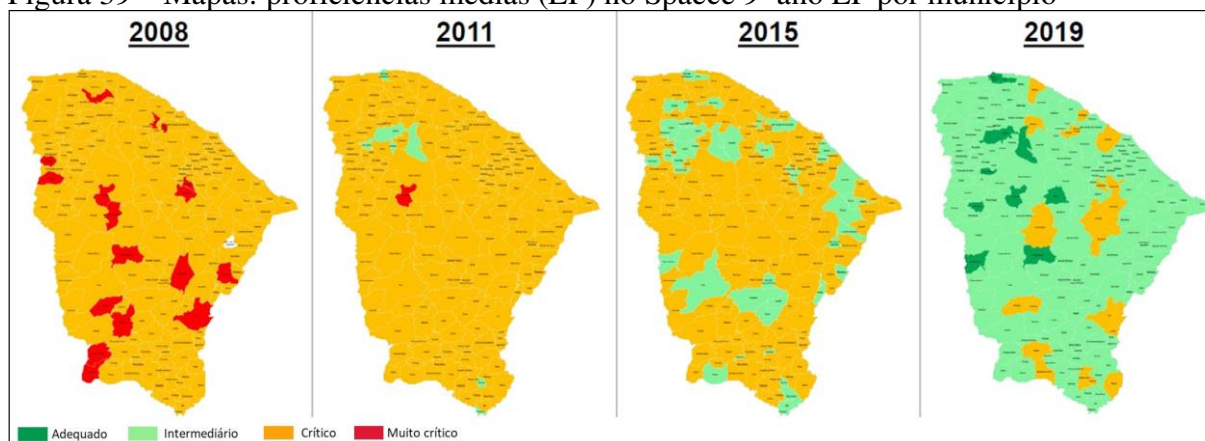
Figura 38 – Mapas: proficiências médias (MT) no Spaece 5º ano EF por município



Fonte: Elaborada pelo autor – montagem baseada em UFJF/CAEd (2019).

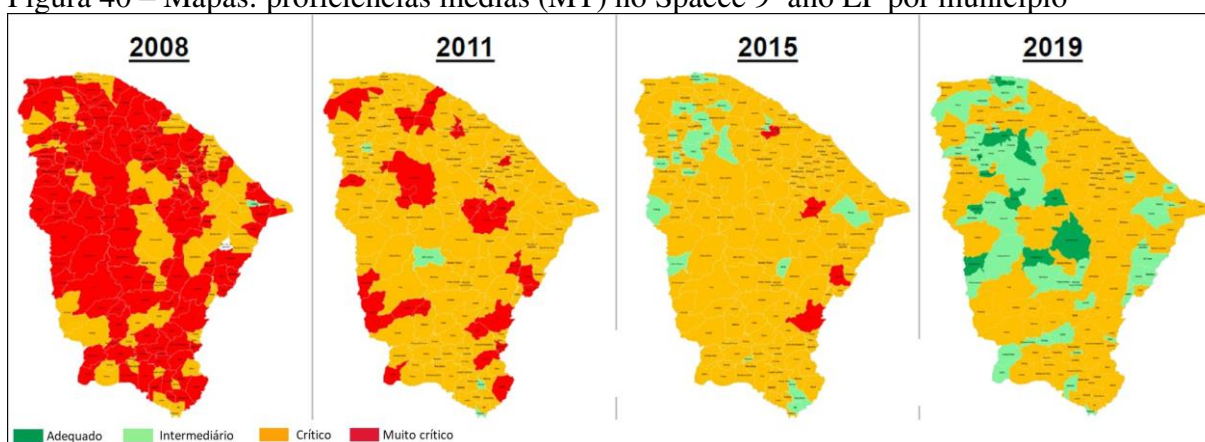
* Matemática (MT).

Figura 39 – Mapas: proficiências médias (LP) no Spaece 9º ano EF por município



Fonte: Elaborado pelo autor – montagem baseada em UFJF/CAEd (2019).

Figura 40 – Mapas: proficiências médias (MT) no Spaece 9º ano EF por município



Fonte: Elaborada pelo autor – montagem baseada em UFJF/CAEd (2019).

Analisando os referidos mapas, evidencia-se uma clara evolução dos resultados de *qualidade* conformados aos padrões definidos pelo Ideb (MEC) e pelo Spaece (Seduc). Destaca-se que a estratégia adotada para avançar com essa *qualidade* da educação no ensino fundamental do Estado contemplou algumas políticas públicas, destacando-se o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) e a Cota-Parte do ICMS. Além disso, o Programa também envolve ações relativas ao controle do mundo do trabalho dos docentes, definição de critérios técnicos para a seleção de diretores escolares, para que as metas sejam adequadamente alcançadas.

Por isso, o ser *bizarro* não é simplesmente um estudante e/ou trabalhador com *desvios de comportamento (misbehavior)*, que tem atos de negligência, de descaso e de recusa quanto a realizar certas tarefas ou a participar de ações/atividades corporativas. Ou, alguém que adota práticas explícitas (discurso público, geralmente por meio de declarações oficiais ou manifestações) e implícitas (discurso clandestino, geralmente em conversas informais entre colegas) de resistência ou reação contra determinada situação que julgue injusta e que está

afetando sua dignidade e sua autonomia.

Esse trabalhador, desajustado à lógica do *Sumo Bem* da organização, não participa, necessariamente, da resistência explícita, que envolve ações coletivas, como greves e protestos; ou da resistência implícita, que envolve a evasão ao trabalho, a procrastinação e a recusa em cumprir certas exigências gerenciais.

Na verdade, esse trabalhador convertido a empregado (e aqui, é importante enfatizar esse termo), pode até resistir, nos moldes definidos por Scott (2013), em sua obra *A Dominação e a Arte da Resistência: discursos ocultos*, pelas: “armas dos fracos” (“*weapons of the weak*”) e “transcrição oculta” (“*hidden transcript*”).

As “armas dos fracos” se refere às táticas e às estratégias usadas por aqueles que têm pouca ou nenhuma capacidade de resistir diretamente à força ou ao poder dos dominantes e incluem ações como a evasão, a recusa em cooperar e a resistência discursiva. Acrescenta-se ainda, uma resistência implícita, corriqueira nos “bastidores do trabalho”, “[...] uma forma criativa para subverter a ordem ou a norma organizacional [...]” (Medeiros; Alcadipani, 2016, p. 124, tradução nossa): o humor.

Já resistência, como “transcrição oculta”, ocorre em espaços privados e não públicos, como a casa, a família ou a comunidade. É uma forma de resistência “oculta” (velada), porque não é visível ou reconhecida pelos dominantes e inclui ações como a fofoca, a sátira, a ironia e a resistência cultural.

Contra esse trabalhador, com *desvios de comportamento (misbehavior)* ou condutas e ações de resistência às práticas organizacionais, a empresa desenvolve ações, mecanismos (ex. *accountability*) e dispositivos de vigilância, controle e adestramento (*dressage*). Em uma escola ou uma universidade, p. ex., de acordo com Ball (2009), os professores são interpelados de tal forma, que se efetiva uma subjetivação que os conduz à aceitação e à naturalização da realidade na qual estão imersos, tornando-os produtivos e eficazes.

O conceito de *dressage* foi desenvolvido por Foucault (2014) em sua obra *Vigiar e punir*, quando aborda o *poder disciplinar* que ele define como: “[...] um poder que, ao lugar de extorquir e retirar, tem como função maior adestrar” (p. 200). Embora não fique explícito em seu texto, a palavra *dressage* foi retirada por Foucault de algumas obras escritas do século XVII e se referia ao treinamento da infantaria e da cavalaria:

O objetivo da *dressage* é o desenvolvimento harmonioso do físico e da habilidade do cavalo. Como resultado, torna o cavalo *calmo, frouxo e flexível*, mas também confiante e atento, interessado, portanto, em alcançar um perfeito entendimento com seu cavaleiro. [...] o cavalo *aparenta assim fazer de sua própria vontade* o que é

exigido dele. Confiante e atento, ele se submete ao *controle* de seu cavaleiro [...] (USEF - DR 101, 2009, tradução nossa).

Os dispositivos de *dressage* têm por finalidade padronizar o comportamento dos sujeitos, enquanto os de controle, as suas formas de interação. Podemos citar como exemplos de dispositivos de *dressage* na gestão educacional: [a] Sistemas de avaliação padronizados; [b] Regras de comportamento, impondo conduta uniforme e previsível; [c] Programas de formação continuada, padronizando práticas pedagógicas; [d] Sistemas de monitoramento e controle do acesso à internet e das atividades realizadas; [e] Normas disciplinares que estabelecem punições aqueles que não seguem as regras estabelecidas, como atrasos, faltas, entre outros.

Mesmo que tenhamos várias discordâncias insuperáveis em relação à teoria pós-moderna de Foucault, sua ideia do *dressage* é bastante interessante para pensarmos os variados modos de controle exercidos no interior das organizações. A função do adestramento é eliminar o *desvio*, sendo considerado *desvio* qualquer ato de resistência ao controle. Entretanto, embora essa ideia seja válida, nossa ressalva ao conceito está no fato de Foucault conceber o adestramento, por via do trabalho, como uma ação que não visa ou não é, imperativamente, necessária para a produção material.

Para nós, diversamente de um foucaultiano, o *dressage*, por via do trabalho, é uma forma de adestramento que fatalmente objetiva eliminar a resistência ao controle produtivo. Ao se convocar, p. ex., docentes para encontros que não desejam comparecer ou participem de treinamentos sobre ferramentas pedagógicas que não utilizam e nem pretendem utilizar, existe um objetivo tácito: a indução à docilidade, para a ampliação da produtividade de uma forma ou de outra.

Devemos entender que mecanismos e/ou dispositivos, da *accountability* à *dressage*, têm uma característica panóptica, uma vez que, mesmo quando não acionados, estão operando para garantir o comportamento, p. ex., do docente, em uma organização educacional, conforme os padrões estabelecidos pelo gestor. O controle do gestor sobre o professor influencia também a relação com os estudantes, posto que, de certa forma, dispositivos de *dressage* desumanizam o trabalho docente, em função de um mecanismo de controle impessoal.

Esse tipo de controle no ambiente educacional, como as avaliações padronizadas e os sistemas de gestão educacional, podem ser utilizados para monitorar o desempenho dos estudantes e para identificar possíveis desvios em relação às normas estabelecidas, mas não levam em consideração as particularidades de cada sujeito ou contexto.

O *dressage*, portanto, não é utilizado diretamente ou simplesmente para controlar os *desvios comportamentais (misbehavior)* de estudantes e de professores (mediante cumprimento de normas, de procedimentos e de resultados definidos comumente sem sua participação), mas sim para padronizar o comportamento, inclusive dos gestores, de forma a torná-los mais dóceis e disciplinados.

Para isso, faz-se necessário, como podemos apreender de Aubert e Gaulejac (1993), que a organização adote o **segundo passo**²²³ para a manutenção do sistema gerencial: manipular a tenção (angústia), uma fonte que fornece a energia a ser canalizada conforme os interesses da empresa. De fato, todo o processo que se segue a uma *revolução cultural* nos moldes *gerenciais* e seus programas de doutrinação, geradores de angústias – por meio de eventos corporativos, treinamentos, seminários, cursos de capacitação e qualificação e formação de profissionais (colaboradores) – reforçam o comportamento que se almeja do indivíduo.

Cabe dizer que esse processo – traduzido no reforço ideológico da adequação e do doutrinamento dos indivíduos à organização, promovendo o *estímulo* e o *ânimo* propícios para a (de)formação de uma mentalidade – tem como principal finalidade o treinamento de *formação subjetiva*: levar o indivíduo a assimilar a missão, a visão e os valores que estabelecem a identidade e o propósito de uma organização como sendo seus. Após prestarem seus *votos de fidelidade*, pelos mais diversos *rituais de passagem*, votos que devem ser sempre renovados, os indivíduos, revelados como *sujeitos empresariais*, são convocados a contínua (re)elaboração de si mesmos, enquanto *empresas subjetivas*:

Todos, com a ajuda de “consultores em estratégias de vida” dependem dessa formação especializada em empresa de si mesmo, uma formação que permitirá um “autodiagnóstico” em congressos modulares sobre diferentes aspectos do procedimento: “eu e minhas competências”, “eu e minha maneira de agir”, “eu e meu cenário de sucesso” etc. (Dardot; Laval, 2016, p.338).

Ao mesmo tempo, a *cultura da urgência* (Aubert, 1999) de uma *organização dark side*, requisitam um trabalhador que não apenas *vista a camisa da empresa*, mas a coloque no centro de sua vida (existência). O que se almeja é suscitar a paixão do sujeito pelo *grande Outro* (Lacan, 1988), ao ponto dele ser capaz de muito mais do que seu suor, dar seu sangue e suas lágrimas pela organização. Por isso, esse sujeito deve ser ousado, rápido, agressivo, criativo, competitivo etc., fazendo o máximo de coisas no mínimo de tempo possível.

²²³ Lembrando que o primeiro passo se refere à internalização – vide p. 574.

Mas as culturas da urgência e da excelência não se referem a um mero lado sombrio (*dark side*) das organizações, antes são os princípios das *organizações dark side* – metáfora que destaca como as organizações podem ser vistas como instrumentos de dominação, valorizando mais os fins (resultados) do que os trabalhadores (Lima; Santos, 2023). Essas organizações, ao promoverem práticas pautadas: na pressão por metas inatingíveis ou sempre crescentes; pela falta de valorização, incentivando a busca por um *reconhecimento perverso*; a sobrecarga de trabalho; a cultura do medo e da competição, a ansiedade, entre outras, longe de afetarem sua produtividade e sua existência, promovem, de um modo ou de outro, a autorreprodução do sistema do capital.

Vale reforçar que no *neoliberalismo, como gestão do sofrimento psíquico*, o capital se reproduz até no adoecimento do trabalhador (Safatle; Junior; Dunker, 2021). Por isso, recorreremos ao termo *dark*, para salientar a condição humana, os estados de consciência e os impulsos instintivos, opondo escuridão e luz nas organizações – como propõe Vaughan (1999), ao articular a dicotomia entre face obscura e face luminosa (*dark side / bright side dichotomy*) –, na fronteira entre a vida e a morte, que ultrapassa a dimensão da violação de normas jurídicas trabalhistas.

O que temos, na *dark side da gestão capitalista*, é a pura gestão da alma dos sujeitos. Nas contradições – inclusão vs. exclusão, segurança e proteção vs. angústia e medo – existentes no interior da organização o indivíduo pode ser levado a adotar comportamentos socialmente desaprováveis ou contrários aos seus interesses e valores.

Nesse contexto, podemos, a princípio, aplicar a *hipótese de calculadora moral* – “perspectiva relacionada à teoria da escolha racional: [...] os tomadores de decisão avaliarão os custos e os benefícios de utilizar métodos ilícitos; caso os benefícios ultrapassem os custos, os agentes optarão pela transgressão” (Vaughan, 1999, p. 291, tradução nossa). Esse problema se complexifica ao ser examinado na perspectiva da psicologia social e da teoria da organização.

Sob esse prisma, o foco se desloca para a pressão exercida pelo gestor, que pode resultar na tomada de decisões, de forma indireta, ao estabelecer metas inatingíveis, ou direta, ao coordenar e ao participar ativamente das transgressões. Dejours (2011, 2004) e Silva e Heloani (2009, 2013), no campo da psicodinâmica do trabalho, colaboram para o entendimento e para a delimitação da *calculadora moral*, ao discorrerem sobre o termo *tricheries*:

Observando-se a inserção deste indivíduo em uma área específica da organização do trabalho, este sujeito vai deparar-se com o real do trabalho. Este último elemento

surge como resistência aos ditames: são situações inéditas, desconhecidas e imprevistas que desafiam as indicações. Dada a pressão organizacional, o trabalhador se vê num dilema: para trabalhar deve transgredir, caso contrário fica paralisado, o que também não pode ocorrer. Invariavelmente o indivíduo lança mão de “trapaças”, “jeitinhos” ou “gambiarra” (*tricheries*). A transgressão é consciente e o indivíduo não tem certeza da justeza de sua solução. Para superar esta angústia vai se submeter ao julgamento do outro, a fim de poder avaliar a solução dada a um problema (Silva; Heloani, 2009, p. 218).

O termo “*tricheries*”, no sentido utilizado na psicodinâmica do trabalho, difere-se da simples ideia de transgressão, de infração ou de trapaça. Ligado ao mundo do trabalho, designa os “procedimentos que permitem alcançar um objetivo, afastando-se da regra, sem, contudo, trair seus princípios” (Dejours, 2004, p.228 *apud* Silva; Heloani, 2013, p. 485).

Segundo Silva e Heloani (2013), a mera prática fraudulenta, a própria infração ou a transgressão vista como algo inevitável, quando limitada ao prazer individual e desconectada do reconhecimento e da solidariedade nas interações de trabalho, podem ser consideradas como artifícios enganosos ou defensivos. Já a noção de *tricheries*, envolve a habilidade humana para enfrentar de maneira criativa os desafios e os contratempos contínuos da realidade. Através do mútuo reconhecimento da subjetividade, da intersubjetividade e da gestão das subversões criativas, é possível direcionar valores éticos e a realização de um trabalho sublimatório.

Ainda de acordo com os autores, a *tricheries* é uma ferramenta de defesa, em um primeiro momento individual, porém, após julgamento público e visível – *julgamento e utilidade e julgamento estético* (Dejours, 2011) – pelos pares, reconhecendo seu sentido e sua legitimidade, torna-se coletivo. Sendo que o sujeito recorre a esse estratagema, eventualmente, com a finalidade de reduzir a pressão e a angústia cotidiana e, com isso, possa continuar trabalhando, “de forma a possibilitar o sofrimento criativo e ético e a mobilização subjetiva que se inscreve num processo sublimatório” (Silva; Heloani, 2013, p. 487).

O “julgamento de utilidade” refere-se à avaliação da relevância social, econômica e técnica do trabalho realizado pelo indivíduo em sua área de atuação. Esse julgamento é crucial e inevitável e é formulado, principalmente, em uma perspectiva vertical das relações de trabalho, pelos superiores hierárquicos, pois estão em posição privilegiada para compreender a utilidade do trabalho realizado (Dejours, 2011).

Já o “julgamento estético”, avalia a beleza da ação, dividindo-se em duas etapas. A primeira, realizada pelos colegas de trabalho, reconhece se o trabalho segue as regras e as normas profissionais, conferindo ao indivíduo a identidade dentro do grupo, sendo reconhecido como detentor de qualidades e de habilidades comuns ao coletivo, ou, na falta delas, ao grupo a que pertence. A segunda etapa, destaca a originalidade do trabalho e o

respeito às regras comuns. Nesse estágio, a identidade única do sujeito é reconhecida, enfatizando que nenhum outro se assemelha a ele (Dejours, 2011).

Na *tricherie*, mobiliza-se uma inteligência astuciosa, que empreende rearranjos ao instituído, enfrentando a racionalidade heterônoma existente, “designando os procedimentos que permitem alcançar um objetivo, afastando-se da regra, sem contudo, trair os princípios” (Dejours, 2011, p. 323). Em prol de uma organização de trabalho mais humana e autônoma, a própria dissociação entre a *organização prescrita* e o *real do trabalho* é uma das facetas que permite ao sujeito subverter o prescritivo, em favor de um fazer mais autônomo.

Nesse processo, como explicam Silva e Heloani (2009), a partir de Dejours (2011), a construção da identidade do indivíduo é fortalecida, o que contribui para seu amadurecimento pessoal. Em contrapartida, um julgamento depreciativo pode resultar no não reconhecimento e, em última instância, até mesmo no estigma. Principalmente, no contexto do julgamento estético, devido às relações de trabalho marcadas por individualismo, competitividade e, em alguns casos, até cinismo e agressividade.

Engels (2010), em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, obra de 1845, tratando da luta da classe proletária contra a exploração a que eram submetidos, relata o caso em que a burguesia apresenta um projeto de lei à *Seção do Parlamento Inglês*, em 1844. A lei continha uma cláusula que dava ao patrão o poder de levar aos tribunais qualquer operário que se recusasse a cumprir/executar suas atividades “[...] ou tenha tido *qualquer outro procedimento inconveniente (misbehaviour)* [...]” (p. 314).

A passagem engeliana, inserida no conjunto da referida obra, possibilita-nos afirmar, em uma interpretação particular, deslocando o fragmento para o tempo presente, em um diálogo com a *Teoria das Organizações*: a questão nas empresas educacionais, organização à qual se convertem gradativamente escolas, universidades, não está somente na luta para impedir o *misbehavior*, com o uso, p. ex., de dispositivos de *dressage*.

Nas organizações modernas existe uma face obscura, um *lado sombrio* para além da existência da *dark side organizacional* – práticas disfuncionais, prejudiciais e perniciosas que ocorrem no interior das organizações, como comportamentos antiéticos, assédio, corrupção. Há um lado sombrio na *força*: o aspecto *dark side* das organizações.

Essa *força* – resultante de uma práxis fetichista e reificadora, a moldar a ideologia identitária nas organizações – tem conduzido o indivíduo sobrecarregado e angustiado, a lutar por sua sobrevivência, utilizando de estratégias que oscilam de modo pendular entre a *trapaça*, no sentido de *fraude*, em um extremo e no outro a *tricherie*, na acepção positiva formulada por Dejours (2011). Nesse movimento, a subversão das normas se afasta dos rearranjos ao

prescrito de cunho ético-político (*tricherie*), configurando-se em mera fraude, deslegitimada pelo coletivo, agindo no próprio enfraquecimento dessa instância.

Afinal, que substância, ou melhor, que poder o *conhecimento do bem e do mal*, expresso simbolicamente no fruto da *árvore proibida* – aqui identificada, por uma analogia metafórica, com a *árvore de desempenho* – continua/contém?

Gramsci (2016, v. 3), ao tratar, sobre o conceito de hegemonia, ilumina-nos sobre essa questão. Para compreender os processos de legitimação, domínio e lógica do capital, o filósofo sardo nos apresenta a ideia de que no campo superestrutural, prioritariamente, há uma gradação de funções de domínio que desce até alcançar os grupos subalternos, como direção e coerção: domínio e direção intelectual e moral, exercidos por uma classe sobre as demais. Sendo assim, dois fatores colaboram para essa dominação: a interiorização ideológica de certa visão de mundo hegemônica pelos subalternos e a ausência de uma visão de mundo própria desta classe, que lhe permita a autonomia.

É nesse contexto, em termo consagrado por Coutinho (2000, 2006) e Willians (1973, 1979), que Gramsci propõe uma outra hegemonia, uma *contra hegemonia*, a superação da classe hegemônica por meio da *filosofia da práxis* e da apropriação do *conhecimento*, enquanto categoria de centralidade *ético-política* – em outros termos, valores e princípios éticos em interação e inter-relação com a tomada de decisões políticas, reverberando na organização social. Uma vez alcançado uma visão crítica, unitária e não fragmentária do mundo, os subalternos passam a tomar, gradativamente, consciência de sua função na manutenção ou na resistência, em relação ao modelo civilizatório vigente.

Quando os sujeitos começam a alcançar uma concepção ou conhecimento de mundo própria (*se conhecem a si mesmos*, como diria Gramsci), é possível que eles assumam o papel de transformar a realidade. Todavia, a tomada de consciência, isto é, a passagem do *senso comum* ao *senso crítico* (*consciência filosófica*), não se dá naturalmente. Esse processo, envolvendo os *intelectuais orgânicos* da classe subalterna, exige tanto a luta contra as estruturas autoritárias, retrógradas e asfixiantes, que impõe uma concepção de *conhecimento* doutrinário, como requer o desenvolvimento, *pari passu*, de individualidades e de personalidades críticas que superem a mentalidade esquemática e abstrata do real.

Ao fazer referência à esfera política, no seu sentido de grande política, Gramsci (2016, v. 3) a compreende à serviço da emancipação humana e da transformação social. Por isso, a função ético-política do conhecimento e a política como “passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político” (p. 314) é ponto fundamental. É isso que pode auxiliar na elevação da individualidade à generidade, dos

interesses particulares (muitas vezes egoísticos) ao conjunto das relações sociais, que seria a *catarse*:

Pode-se empregar a expressão ‘catarse’ para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoísmo-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. A fixação do momento ‘catártico’ torna-se assim, parece-me, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético (Gramsci, 2016, v. 3, p. 314).

É claro que para discutirmos todos os elementos contidos nesse fragmento teríamos que fazer um longo arrazoado sobre a concepção ampliada de Estado em Gramsci, o que não temos condições e nem nos propomos a fazê-lo nesta tese. O que nos convém é salientar que por meio das generalizações, a orientação político-prática, mesmo saturada por determinações iniciais de cunho individual, constitui-se em *médium*, pelo qual a práxis política pode extrapolar o interesse particular. Em Gramsci, o *conhecimento* ao possibilitar o real pensado como uma totalidade, articulando as distintas dimensões, objetivas e subjetivas, por numerosas mediações, tem valor pedagógico-político a contribuir na constituição de um novo padrão de civilidade.

Para refletir sobre essa questão, faz-se necessário superar o *ver*; o perceber pelo sentido da visão, o *observar* o fruto, ou o mero *enxergar* e passemos a olhar a *maçã* em suas tensões consigo mesma e com o meio.²²⁴ Entretanto, sem nos restringirmos ao simples olhar – consideremos os *processos e as leis* de sua constituição e as contradições de sua existência. Com esse intuito, reflitamos de modo diverso daquele senso comum que explica, p. ex., a *Lei da Gravitação Universal*, a partir da *anedota da maçã de Newton* – a ideia de que as maçãs (e outros objetos) caem porque existe a gravidade.

Iremos fazer uma pequena pausa neste ponto para explicar essa ponderação e, com isso, podemos progredir em nossa exposição da mistificação da *accountability* dentro da perspectiva que adotamos. Para isso, pensar sobre a maneira que a *gravitação* é popularmente apresentada nos traz algumas referências importantes para a nossa discussão.

Se dissermos que Newton descobriu a gravidade quando viu a maçã cair, podemos incorrer no erro de pensar que a ciência é fruto do acaso, um *acontecimento*. Se ele não tivesse visto a maçã cair, não teríamos a teoria da gravitação? Uma outra mensagem é de que

²²⁴ Rever a discussão em torno da física quântica nas seções 8.2 (p. 463-464) e 10.1.1 (p. 559-564).

a ciência seria é resultado da ação de indivíduos que, de repente, têm uma ideia, ou seja, basta esperar surgir uma ideia e o trabalho já estaria encaminhado. Ou então, que as descobertas científicas estariam associadas a datas e a indivíduos específicos (Martins, 2006).

De modo semelhante, a *accountability* não é fruto do acaso – um *acontecimento* –, não é resultado de uma ideia que se formou na cabeça de iluminados, tampouco nasceu em um ano, dia e hora específicos – ela é resultado de um processo, de relações sociais e de contradições.

Portanto, diversamente da *anedota da maçã*, o que Newton nos ensina com sua *Lei da Gravitação Universal* é que os corpos se atraem com forças proporcionais às suas massas e inversamente proporcionais às distâncias que os separam. Isso é interessante, pois nos induz a observarmos o *processo e as suas leis*, no nosso caso analógico, o crescimento, o amadurecimento e a queda das frutas (estudantes).

É na *física newtoniana* que os economistas clássicos e neoclássicos fundamentam sua *lei da gravidade* ou *mecanismo de mercado*, ou ainda, se preferirem, no melhor linguajar do *darwinismo social*, no *organismo de mercado*: um complexo sistema adaptativo, em que oferta e demanda devem (em tese) estar em equilíbrio. Esse mundo idílico é o jardim das mercadorias para os economistas neoliberais, onde a economia do livre mercado é o *Paraíso Reconquistado* (o jardim do setor privado – o *Sumo Bem*), que se opõe à economia planificada (o setor público – o *Sumo Mal*).

Nesse mistificado *Paraíso* privatizante e atomizador da vida humana, o sujeito vive e se move sob a influência gravitacional do mercado, o qual dita sua inclusão ou exclusão no/do reino das mercadorias, por meio de uma relação dialética assentada na contradição: quando o indivíduo é incluído no *Paraíso mercantil* – como consumidor de mercadoria e de força de trabalho (mercadoria) – ele é lançado em direção ao abismo da negação da generidade humana; ademais, quando imagina estar excluído desse *Paraíso distópico*, fadado a certas privações, continua consumindo e sendo “consumido” – pois até o *miserável*, em sua luta por sobrevivência na comunidade dos *invisíveis*, alimenta o mercado.

Agora, levando em conta que o ser humano é constituído por corpo e mente, assente o *marxismo espinosano*, podemos conjecturar – mesmo com ressalvas a esse campo *neomarxista* – que as emoções se inserem nas questões ético-políticas e são impactadas pelos processos de inclusão e de exclusão sociais.

Embora não corroboremos com a tese de que *corpo* (tudo o que é material e extenso), *mente* (capacidade de pensar e conhecer) e *alma* (consciência ou percepção que temos de nós mesmos e do mundo ao nosso redor) são modos ou expressões finitas de uma

única substância infinita, que é Deus ou a Natureza, a discussão espinosana sobre as afecções e os afetos é relevante. Para Espinosa (2003), há uma ligação profunda entre o corpo e o mundo ao seu redor, resultando em afecções – é isso que nos interessa.

Conforme o filósofo da ética do contentamento intelectual e da liberdade individual e política, as afecções são expressas como ideias afetivas ou sentimentos na alma. Assim, a relação originária da alma com o corpo e de ambos com o mundo é a *relação afetiva* – base de nossa vida emocional e psicológica, são modificações da vida do corpo e significações psíquicas dessa vida corporal. Nossas ideias (verdadeiras ou inadequadas) são afetos.²²⁵ Essas afecções e esses afetos são influenciados tanto por causas externas quanto por nossa própria potência interna, e obedecem à lei natural que rege o esforço de preservação na existência.

Sawaia (2014) nos auxilia para o entendimento dessa questão: “Corpo é matéria biológica, emocional e social, tanto que sua morte não é só biológica, falência dos órgãos, mas social e ética. Morre-se de *vergonha*, o que significa morrer por decreto da comunidade” (p. 103, grifo nosso). A autora cita como exemplo de *sofrimento ético-político*, o *banzo*, “gerado pela tristeza advinda do sentimento de estar só e humilhado [...]” (p. 105).

Citando Heller, filósofa neomarxista e espinosana, Sawaia (2014) complementa sua ideia ético-política no âmbito da desigualdade social, ao expor que: “O sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetida à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos” (p.106).

O sentimento, p. ex., que uma criança da 2ª série do ensino fundamental experencia, ao ver seu nome relacionado a uma maçã situada na copa de uma árvore ou no chão, vai além de uma simples alegria ou tristeza relacionada ao *ranking* das atividades escolares. Existe um imaginário que mutila a vida dos sujeitos – com bom ou mau desempenhos.

A criança ao ter seu nome relacionado à fruta boa, pode até sentir-se reconhecida, mas qual *reconhecimento* ela está alimentando – o *perverso* ou aquele que a liga ao ser humano genérico? Já a criança, identificada com a fruta podre a ser devorada pelos vermes da exclusão, impactada pelo poder da *vergonha* e da *culpa*, como ela lida com o sofrimento?

Sem a pretensão de avançarmos no campo da psicologia social crítica, é inegável

²²⁵ Reiteramos que não nos ateremos a refutar as teses de Espinosa, só nos interessa a ideia de que os *afetos*, mas *não exclusivamente* (aqui somos nós que falamos), são a base de nossa vida emocional e psicológica. Eles são, para o filósofo, modificações da vida do corpo e significações psíquicas dessa vida corporal, fundadas no interesse vital que, do lado do corpo, o faz mover-se (afetar e ser afetado por outros corpos) e, do lado da alma, a faz pensar.

o uso ideológico do sofrimento, ou se preferirem, dos *afetos*, para a manutenção da ordem social excludente. Isso impõe ao pesquisador da *accountability* educacional o cuidado de examiná-la tanto em seus aspectos objetivos (normativos e descritivos), como considerar para seu estudo a *gestão do sofrimento psíquico* para a qual a *accountability* é instrumentalizada.

Quando Gramsci (2016, v. 3) expõe sua ideia de Estado ético-político, em contraposição ao aparelho exterior e repressor da burguesia, é evidente que a paixão do revolucionário carrega a “utopia” do que *pode vir a ser* e do *dever ser* do Estado, em oposição à ordem hegemônica desumana. Contudo, essa paixão que agita um militante também é marcada, inexoravelmente, pelo sofrimento, como externa Simone Weil (1979, p. 120 *apud* Sawaia, 2014, p. 106): “Estando na fábrica... a infelicidade dos outros entra na minha carne e na minha alma... Eu recebi a marca da escravidão”.

Por certo, o *sofrimento ético-político* manifesto em Weil pulsava em Gramsci, a semelhança da *felicidade* quando se avançava em alguma conquista social e se ultrapassa o individualismo em prol da emancipação humana. É inconcebível, a nosso ver, imaginar que o militante sardo não sentia o sofrimento do excluído e que ao conceber a luta por uma hegemonia democrática pelas mãos dos subalternos, rumo à criação de outra civilidade, não concebesse os valores e os princípios ético-políticos para além da esfera do Estado e do *Partido – o moderno Príncipe*.

Sem problematizarmos o sofrimento e suas conexões com a realidade concreta – como podemos apreender de Marx (2020), na obra *Sobre o Suicídio – a resistência da classe trabalhadora* corre o risco de cair na pura abstração ou na instrumentalização. Ao valorizarmos o *afeto*, não caímos no psicologismo, antes, afirmamos que “o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (Sawaia, 2014, p. 107).

Se não considerarmos o sofrimento, teremos dificuldades em entender como a força simbólica da *árvore de desempenho* manipula os *afetos* de gestores, de professores e de estudantes, na banalização do mal e na insensibilidade ao sofrimento (exclusão) do outro, o que resulta na própria naturalização da injustiça na sociabilidade neoliberal.

Para criar uma outra concepção de Estado e de civilidade, que sejam determinadas por dialéticas “relações pedagógicas”, nas quais os sujeitos envolvidos educam e são educados ao mesmo tempo, é importante desmistificar os mecanismos e os dispositivos que agem mutilando o cotidiano destes mesmos sujeitos, atribuindo-lhes: responsabilidade, responsabilização e culpa, conforme a lógica perversa do capital.

10.3 Responsabilidade, responsabilização e culpa: a Serpente, espelho de Eva? ²²⁶

Sem maiores delongas, retomemos Araújo (2016, 2020), para introduzirmos a discussão sobre responsabilidade, responsabilização e culpa. A autora argumenta em suas pesquisas que a supervalorização das avaliações padronizadas pode levar a uma série de efeitos negativos no campo da objetividade e da subjetividade das crianças. Isso resulta na exclusão e na culpabilização dos estudantes que não se saírem bem em certa atividade escolar, além de negar a singularidade do indivíduo. Essa prática cria uma dinâmica de estigmatização, uma vez que os sujeitos com baixo desempenho podem ser alvo de discriminação e *bullying*, gerando uma tensão social na sala de aula. Em outras palavras, a ênfase excessiva nas avaliações pode ter consequências prejudiciais para o desenvolvimento das crianças e da sua autoestima.

À luz de Marx e Engels (2011, 2016), ao reexaminarmos a Figura 32²²⁷, *A árvore de desempenho sobralense*, deparamo-nos com uma abstração – que está longe de ser desinteressada – que objetiva representar estudantes, por meio de uma analogia simbólica, como frutos de uma árvore, mistificando as relações sociais reais que permeiam o processo de ensino e de aprendizagem. Logo, essa abstração tem lastro em uma realidade aparente ou parcial/fragmentada.

A representação simbólica de estudantes como frutas hierarquicamente distribuídas na estrutura de uma árvore reduz a complexidade da realidade social a uma imagem simples e estereotipada. Além disso, a prática de premiar os estudantes com desempenho mais elevado nos processos avaliativos com, p. ex., *tablets*, celulares e bicicletas reforça a fragmentação e a competição entre os indivíduos, em detrimento da cooperação e do espírito coletivo.

Nesse contexto, em que as avaliações de desempenho com base em princípios gerenciais meritocráticos estão ganhando força, o romance distópico *The Rise of Meritocracy* (*A ascensão da meritocracia*, tradução nossa), do sociólogo inglês Michael Young (1994), publicada pela primeira vez em 1958, oferece valiosas contribuições para a reflexão sobre o tema. Young cunhou o termo *meritocracia* para descrever uma sociedade em que o *status*

²²⁶ Subtítulo tomado de empréstimo da obra “A serpente, espelho de Eva: Iconografia, analogia e misoginia em fins da Idade Média”, de Franco Junior (2020).

²²⁷ Vide p. 528.

social é determinado pela aparente inteligência e talento dos indivíduos, e não pelo nascimento ou riqueza.

O livro é uma sátira retrospectiva (teria sido escrita no ano de 2033) do que poderia ter se tornado a Grã-Bretanha de 1958 se aderisse à sociabilidade meritocrática. Mencionando autores como George Orwell e Aldous Huxley, Young (1994) desfere sua crítica a essa sociedade que se ergue, retratada como opressiva e injusta, pois aqueles tidos por despidos ou despossuídos de habilidades ou talentos excepcionais são excluídos e marginalizados.

Usando personagens caricatos para ilustrar os perigos da meritocracia, Young constrói uma trama distópica que enfatiza a defesa do mérito como fundamento social. Por exemplo, o personagem de Sir Alistair Goulding é descrito como um “meritocrata fanático”, que defende a exclusão dos menos talentosos da sociedade. Goulding argumenta que aqueles que não têm habilidades excepcionais devem ser excluídos do sistema educacional e forçados a trabalhar em empregos menores.

Para Mendes (2018, p. 1309), para o avanço da meritocracia, “O ponto de inflexão foi a partir da experiência de testagem desenvolvida pelo Exército Britânico durante a guerra (*Pioneer Corps*), quando as pessoas passaram a ser avaliadas conforme a sua inteligência, princípio que levou a uma mudança na natureza das classes.”

O QI (Quociente de Inteligência), considerado uma medida “objetiva”, passou a ser constantemente reiterado para caracterizar diferentes profissões, cargos de trabalho e até mesmo a classificação das crianças na escola. A fórmula de mérito é definida como “Mérito = QI + esforço”. Young (1994), ao longo de sua sátira, cita termos meritocráticos como *intelligenstia*, em referência à nova classe dominante baseada na inteligência, e *dumbs*, em alusão aos menos talentosos. Por essa distinção, tem-se o trabalho manual reservado àqueles cuja avaliação escolar (medida pelo QI) já provou sua “burrice” (o termo utilizado pelo autor é *dumbness*).

O autor usa esses termos para ridicularizar a ideia de que o mérito individual deve ser o único critério para determinar a posição social. No sistema escolar hierárquico descrito no ensaio fictício, a escola é retratada como uma “escada rolante para os dotados”, e a testagem precoce das habilidades das crianças é vista como uma necessidade para garantir a geração de talentos, o recurso mais escasso (Young, 1994; Mendes, 2018).

Desse modo, a ideia de mérito surge como elemento de ruptura com a tradição da sociedade aristocrática, na qual o *status* era transmitido por laços familiares/nascimento.

Assim, a meritocracia afirma-se como meio de promoção de uma distribuição baseada no esforço, como exemplificado pelo modelo burguês do empreendedorismo do *self-made man*.

Se tratarmos essa questão a partir dos conceitos inter-relacionados de reificação, de estranhamento e de fetichismo, é possível entender a mistificação presente na representação dos estudantes como frutas na árvore (ou fora dela). Primeiro, na premiação dos estudantes ou no *ranking* a que estão expostos na árvore, há uma reificação das relações sociais na escola. Ao serem premiados conforme seus supostos méritos, desconsiderando as múltiplas determinações na qual estão inseridos, ocorre uma naturalização da desigualdade social. Isso acontece porque a premiação é vista como uma consequência direta do mérito individual, e não como um resultado das relações sociais mais amplas que influenciam o desempenho escolar de cada estudante.

O segundo aspecto refere-se ao estranhamento a que os estudantes estão submetidos. Separados do produto do seu próprio trabalho (o estudo é um trabalho), do processo de produção e dos outros indivíduos com quem interage, o estudante é levado a uma distorção (perda) de identidade e de sentido de propósito na humanização do ser por meio da educação. Com isso, esse estranhamento reproduz os processos de fragmentação das relações sociais, ou seja, os indivíduos não se reconhecem enquanto expressão do *ser genérico* humano, antes se veem como mônadas isoladas.

Em terceiro, na situação descrita, a representação dos estudantes liga-se às avaliações, ou seja, as *notas* que lhe são atribuídas. Isso é um exemplo de fetichismo, pois transforma os estudantes em objetos inanimados que podem ser classificados e premiados. Quem têm existências são os números – quantofrenia –, os indivíduos se tornam seus receptáculos ou seus portadores, como típica expressão da *aritmética do Diabo*.

Ora, é inegável que o ambiente escolar é um dos principais agentes na construção da identidade do indivíduo, desempenhando um papel crucial na formação dos valores sociais e culturais dos sujeitos. Agora, se o espaço e o sistema educacional são atravessados por processos de reificação, de estranhamento e de fetichismo, a educação também pode fomentar a criação de identidades que subvertem a própria humanidade do *ser*, ou seja, pela qual o indivíduo é reduzido a um caráter unidimensional.

Nessa conjuntura, a simbologia perversa da árvore do desempenho é uma expressão da cultura avaliativa-gerencial e performativa que se busca difundir no ambiente educacional. Essa cultura, portanto, é mais um dos inúmeros obstáculos, digamos pedras, a nos atingir (desumanizar), ao longo de nossa caminhada na selva selvagem do capital. Aqui, apropriamo-nos de um poema de Carlos Drummond de Andrade (2002, p. 72, grifo nosso):

No meio do caminho tinha uma pedra
 Tinha uma pedra no meio do caminho
 Tinha uma pedra
 No meio do caminho tinha uma pedra
 Nunca me esquecerei desse acontecimento
 Na vida de minhas retinas tão fatigadas
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho
 Tinha uma pedra
 Tinha uma pedra no meio do caminho
 No meio do caminho tinha uma pedra.

Em uma releitura do poema de Drummond, podemos afirmar que a lógica da política de *accountability* neoliberal é como uma série de pedras interligadas, nas quais uma pedra (estranhamento) orbita ao lado de outras pedras (reificação e fetichismo), submetidas à força de atração (conexão) do capital, que molda o caminho. Essas pedras, unidas com outras pedras, formam a *montanha que devemos escalar e conquistar* (Mészáros, 2015b), pois elas representam a materialização da dominação ideológica que sustenta o Estado Avaliador.

Somente ao superar essa montanha, podemos transcender as condições atuais e buscar construir uma nova realidade, liberta das amarras impostas por essa lógica opressiva. Pois a ação de fixar os nomes dos alunos em uma árvore de desempenho, ao invés de indicar a proficiência dos aprendizes em habilidades de leitura e escrita, como alerta Araújo (2006, 2020), rotula estudantes aptos (úteis) e não aptos (inúteis) para o sistema do capital.

Além disso, essa *incivilidade* corrobora a construção do *homo sacer*²²⁸ moderno (Agamben, 2010), que é uma figura excluída e exposta à violência soberana. O excluído é incluído na raiz ou no caule da árvore, como *adubo* a alimentar o Capital. Esse sistema sócio metabólico da árvore de desempenho, semelhante à *erva de passarinho*²²⁹, é um parasita que

²²⁸ O *homo sacer* era uma figura de natureza jurídico-política do antigo mundo romano. Um sujeito ao ser declarada *sacer*, era legalmente excluído dos direitos e, conseqüentemente, da vida política da cidade – um ser estigmatizado. Contudo, a condição de *sacer* impedia que a pessoa pudesse ser legalmente morta ou sacrificada, no entanto, qualquer um poderia matá-la sem sofrer punição. Aqui, repousa um paradoxo, pois a particularidade do *homo sacer* reside no fato de que a vida humana se encontra incluída na exclusão e excluída de forma inclusiva. Essa figura paradoxal captura a vida humana pela exclusão, ao mesmo tempo em que a inclui pelo abandono: a vida humana é matável por qualquer um sem conseqüências penais. Ao estar fora do direito, não pode ser condenada juridicamente e está exposta à vulnerabilidade da violência, pois é desprovida de qualquer direito, embora o direito não possa condená-la à morte. A sua vulnerabilidade deriva de um ato de direito que a excluiu, incluindo-a numa zona onde está exposta a toda violência (Agamben, 2010).

²²⁹ A *Struthanthus flexicaulis* é uma planta parasita, cujas sementes grudam no bico das aves que se alimentam de seus frutos ou são expelidas em suas fezes, daí seu nome popular erva de passarinho. Essa característica é uma adaptação evolutiva, já que suas sementes não germinam se caírem no chão. No entanto, essa erva é considerada uma praga, devido às suas características dominantes sobre outras espécies, alojando-se no tronco das plantas hospedeiras, sugando todos os nutrientes e a seiva, podendo até mesmo levá-las à morte. A poda completa ou parcial é a única forma de reduzir seu crescimento. Todavia, apesar de seu status de praga, a erva de passarinho é valorizada em algumas culturas religiosas como talismã para proteção espiritual e para produção de alguns chás homeopáticos. Ou seja, a erva tem muitas semelhanças com o sistema sócio metabólico do Capital: é incorrigível (Mészáros, 2016b); tem que ser conquistado e superado (Mészáros,

explora o *ser* (trabalho – educação/estudo) humano²³⁰, sugando toda sua força, extraindo sua energia vital e deixando-o enfraquecido (estranhado, reificado e fetichizado).

As medidas de valor agregado, os padrões estaduais básicos comuns e os *rankings* escolares relacionados ao *Prêmio Escola Nota Dez*, têm reverberado em pressões sobre indivíduos e sobre organizações ou sistemas. Responsabilizados pelo desempenho da aprendizagem, escolas, gestores, professores e estudantes são qualificados como (im)produtivos, em função dos resultados (in)satisfatórios alcançados, gerando concorrência entre as unidades educacionais. Contudo, a própria ineficiência da escola enquadra-se no processo de acumulação capitalista:

[...] a ideia básica é que assim como o capital, no seu processo de acumulação, concentração e centralização pelo trabalho improdutivo, como se fossem verso e averso de uma mesma medalha, a “improdutividade da escola” parece construir, dentro desse processo, uma mediação necessária e produtiva para a manutenção das relações capitalistas de produção. A desqualificação da escola, então, não pode ser vista apenas como resultante das “falhas” dos recursos financeiros ou humanos, ou da incompetência, mas como uma decorrência do tipo de mediação que ela efetiva no interior do capitalismo monopolista (Frigotto, 2010, p. 152).

Paradoxalmente, a improdutividade da escola no sistema do capital e nas relações de *mistificação pedagógica* (Charlot, 2013) também a torna produtiva, uma vez que justifica a situação de desigualdade social. A ineficiência da escola dificulta o acesso ao saber elaborado por inúmeros estudantes, resultando na fragilização educacional, com isso, obstaculiza a compreensão da realidade concreta, com suas contradições e suas múltiplas determinações.

Na arte da manipulação, mais importa a reprodução do sistema do que a inserção dos estudantes no mercado de trabalho. Com essa mistificação ideológica, os “melhores”, com possibilidades de uma

2015b); tem seus intelectuais orgânicos (Gramsci, 2004) – os pássaros; pode levar a morte a seu hospedeiro – o trabalhador explorado (Marx, 2013b); sempre está se reinventando e buscando novos mercados (Mészáros 2016a); é um talismã para muitos – para a burguesia (Marx, 2010e); dialeticamente, é um sistema repleto de contradições (Marx, 2010b).

²³⁰ O capitalismo tem como objetivo a acumulação de capital – teoria da mais-valia – e para isso extrai o máximo de valor possível do trabalho humano, pagando ao trabalhador apenas o suficiente para a sua manutenção e reprodução, isto é, para a produção e manutenção da vida física do trabalhador e de sua família. Logo, o valor (salário diário) pago ao trabalhador deve sempre estar limitado ao montante necessário, de tal forma que ele nunca recebe mais do que o necessário para reproduzir sua força de trabalho. Por isso, o salário é a quantia de valor necessária para produzir e reproduzir a mercadoria a força de trabalho – isso alimenta a relação salário, preço e lucro). O valor do trabalho, portanto, na perspectiva da teoria da mais-valia, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para produzir os meios de subsistência do trabalhador, onde o salário dos trabalhadores não pode exceder o valor de sua produção. Dessa relação entre trabalho assalariado e capital, temos que o valor dos meios de subsistência do trabalhador é o valor do trabalho; o valor do trabalho, portanto, é igual ao valor dos meios de subsistência necessários ao trabalhador, para reproduzir e preservar sua manutenção básica (Marx, 1980a, 2011, 2013b).

[...] boa colocação no mercado de trabalho, acabam sendo sempre as elites que monopolizam o poder político, econômico e cultural, e os piores, as grandes maiorias submetidas a um aumento brutal das condições de pobreza e a uma violência repressiva que nega não apenas os direitos sociais, como a educação, mas, principalmente, o mais elementar direito à vida (Gentili, 1996, p. 13).

A vida se encontra sujeita à lógica capitalista, em que a desigualdade decorrente da prosperidade de alguns não importa. Assim, a busca por uma *accountability*, considerada uma ação que possibilita maior governança, pode se transformar em uma obsessão corrosiva, quando a ética é relegada a um valor secundário ou simplesmente utilizada como fachada. Nesse contexto, a estratégia de *marketing* social, p. ex., prevalece sobre a responsabilidade social.

Ademais, a escola produtiva para o sistema do capital é a (re)produtora do estudante atomizado, indivíduo sôfrego, em busca da felicidade efêmera do consumo, tributário do *ter* em detrimento do *ser*, sujeitado ao individualismo competitivo. Dessa forma, as políticas de *accountability* educacional com sua cultura avaliativa opera pela exaltação de *invariantes axiológicas* – paradigma cultural com certos valores constantes, exigíveis e que a sociedade reificada busca conservar, sendo proclamado como perene ou natural pelas forças hegemônicas – como eficiência, performance etc.

Isso tem reverberado em práticas de *resistência e/ou transgressão* à política de *accountability*, por parte de gestores e professores, bem como pelo próprio sistema educacional, gerando ações que burlam ou fraudam, p. ex., as avaliações externas. Nesse contexto, identificou-se na cidade de Sobral/CE, apontada por especialistas como referência educacional no Brasil, práticas objetivando manipular os resultados das avaliações externas, conforme noticiou o Jornal Gazeta do Povo, no ano de 2018:

Estudantes de Sobral, berço de Ciro, relatam pressão para fraudar provas.

Alunos dizem ter substituído colegas em testes para avaliar redes de ensino. Autor de vídeos sobre a “**Educação do mal**” é processado. “Lembro bem que da minha turma chamaram eu e mais colegas que estavam entre os mais inteligentes e nós fizemos [o teste] no lugar de outros alunos. Neste dia, disseram que o meu nome era Maria Clara.” Quem fala é Teresa (nome fictício), de 14 anos, aluna da escola municipal Maria do Carmo Andrade em Sobral (a 231 km de Fortaleza). Ela era estudante do oitavo ano em 2017, mas diz ter feito uma prova no lugar de outra aluna do sexto ano. Na cidade com melhor desempenho do país no ensino fundamental e alardeada pelo presidenciável Ciro Gomes (PDT) como referência na educação, estudantes ouvidos pela Folha de S. Paulo relatam pressões e dizem terem sido incentivados por professores a fraudar avaliações em nome de um resultado coletivo de suas respectivas escolas (Estudantes de Sobral, 2018).

As ações que resultaram na fraude das avaliações externas no município de Sobral, analisadas à luz da categoria contradição, revelam as tensões sociais que envolvem a própria governança neoliberal. Sistema educacional, gestores, professores e estudantes, presos

ao *Leito de Procusto*²³¹ das metas e dos *rankings*, acabam por adotar práticas de transgressão que trafegam na fronteira entre a *fraude* e a *resistência subterrânea* às políticas *high-stakes*.

É claro que não estamos relativizando as fraudes nas avaliações ou vitimizamos os indivíduos, mas considerando as contradições existentes nesse processo, uma vez que gestores, professores e estudantes estão inseridos em um sistema que os desumanizam – logo, em virtude dos processos de estranhamento, muitos são vítimas, embora não alcancem essa consciência. Como aduz Alves (2007, p. 253), “o que ocorre é a operação ideológica sutil de atribuir aos indivíduos, e apenas a eles, a ‘culpa’ pelo fracasso na sua inserção profissional, demonstrando o poderoso recurso da psicologia do neoliberalismo de ‘culpabilizar’ as vítimas”.

A partir de Hanna Arendt (1994, 2013), filósofa não marxista²³², podemos conjecturar o quanto é complexo identificar os limites da responsabilidade e, por consequência, o próprio alcance da *accountability*, o que impacta a própria compreensão ou construção de uma *taxonomia da trapaça* (*taxonomy of cheating*). Por isso, apropriamo-nos de Mulgan (2003) para pensar um modelo útil sobre a efetividade da *accountability* – e, por que não, para uma melhor compreensão dessa taxonomia e da ideia *gaming accountability* – considerando quatro dimensões: (i) quem é *accountable*? (ii) a quem eles são *accountable*? (iii) pelo que eles são *accountable*? (iv) como eles são *accountable*?

Para introduzir nossa análise dessas questões, consideremos o fragmento de nossa entrevista com o Prof.º Miranda (EP3E2, 2022):

[Pesquisador] A quem ou a que ações/medidas, podemos atribuir os resultados alcançados pela escola? A preocupação está centrada no estudante ou nota?

[Prof.º Miranda] [...] na verdade [o resultado] é um processo ... [que foi construído] para chegar até essa nota ... Aqui a gente tem um acompanhamento desde [os anos iniciais]. [Longo silêncio, marcado por um olhar fixo para o teto da sala]. A gestão

²³¹ Procusto, “o esticador”, segundo a mitologia grega, era um ferreiro trapaceiro e bandido, oriundo da região da Ática. A todos que cruzavam seu caminho ele parava e oferecia guarida e dormida; Procusto colocava, então, o hóspede em um leito de um único tamanho e, se ele fosse maior que o leito, o perverso anfitrião lhes amputava o excesso das pernas com um machado. Se o hóspede fosse menor, era esticado até atingir o comprimento suficiente. O leito de Procusto é a metáfora da medida única, da tentativa de imposição de comportamentos prévios, de fazer caber em uma única “forma” o que, por natureza, não tem medida única. Ao término, não há vitorioso. Todo aquele que se deita no *Leito de Procusto* perde, independente do resultado (Grimal, 2000).

²³² Certamente há diferenças abissais entre as concepções teóricas de Hanna Arendt e Karl Marx. Entretanto, se retivermos a noção de ocultamento, no campo da ideologia, é possível dizer que Arendt reteve algo de Marx, o que torna interessante o diálogo sobre a responsabilidade arendtiana presente em interpretações sobre a *accountability* – os estudos de Arendt (1994; 2013) possibilitam compreender as categorias responsabilidade, responsabilização e culpa, em diálogo com a *accountability* no campo social. Embora estas categorias careçam, no estudo arendtiano, de relações mais densas com as estruturas sociais, debatidas por Young (2011), a teoria marxiano-marxista enriquece a discussão, tornando profícuo o diálogo para apreendermos outras manifestações da mistificação da *accountability*.

faz aqui um acompanhamento dos alunos ... para que eles se sintam bem ... para que fiquem [não saiam, abandonem os estudos] ... [e] nós fazemos ... antes dessas provas externas, ... uns simulados.

[Pesquisador] O senhor se sente culpabilizado, de alguma forma, se o resultado não é alcançado.

[Prof.º Miranda] Não... posso dizer que sim. [Breve silêncio]. A gente faz uma preparação pra... [interrompe a reposta e fica em silêncio].

[Pesquisador] Como você se sente, quando o resultado não é alcançado, de quem é a culpa?

[Prof.º Miranda] Acho que a culpa. É de todo mundo, não é? Eu trabalho em equipe.

Considerando as questões e as contradições da *accountability*, talvez coubesse aqui algumas perguntas a respeito das fraudes nas avaliações no município de Sobral/CE e da maneira que o sentido de responsabilidade está presente no cotidiano das escola: a) Quem é responsável por tal acontecimento? b) Sobre quem deve recair a responsabilidade? c) Quem é o culpado?

Podemos ponderar, inicialmente, que a culpa da existência das práticas de transgressão é do Estado, com suas políticas que não colocaram a educação como prioridade. Entretanto, sobre o Estado não pode recair toda a responsabilização, pois existe igualmente uma responsabilidade coletiva, à vista de certa tolerância da sociedade sobre as más condições impostas à educação pública-estatal, portanto, *aos não culpados também cabe a responsabilidade*. Além do mais, atribuir culpa exclusivamente ao sistema pode eximir o indivíduo de suas responsabilidades.

Por isso, para tentar responder²³³ as perguntas, é necessário considerar alguns pontos: i) a maioria de nós não é culpada da fraude, mas é responsável; ii) a responsabilidade amplia-se em regiões sob forte injustiça social e de luta pela superação das desigualdades; iii) a estrutura social influencia o princípio da responsabilidade; iv) há uma distinção entre a responsabilidade e a culpa; v) existem questões de ordem legal e moral na responsabilidade; vi) a responsabilidade tem relações com o conhecimento, a informação, o individualismo (econômico-social) e o senso de coletivo (político) (Arendt, 1994; 2013; Pinto, 2014; Young, 2011).

Uma vez elencadas essas ponderações, rememoremos que a política educacional brasileira está se conformando aos princípios da *accountability high-stakes*, logo, pressupõe-se que exista uma lógica de *rankings*, *standards* educacionais e consequências para escolas,

²³³ Nosso objetivo não é responder a essas questões de forma detalhada, mas possibilitar reflexões sobre como a *accountability* insere-se na esfera da responsabilidade, no campo das contradições e das tensões entre as questões morais e o regramento jurídico – recordando que a esfera moral da *accountability* no contexto gerencialista subsume à lógica tecnocrática. Isso posto, é no traçado desse cenário que devem ser enquadrados os estudantes, os professores, os gestores, a escola e a comunidade em um sistema que mistifica a realidade.

gestores, professores e estudantes, definidas por avaliações externas acompanhadas de sanção (punição) e/ou bonificação. Esses aspectos são de extrema relevância, dado que eles firmam o regramento jurídico das sanções: não há culpa legal, embora possa haver culpa moral²³⁴, ao se punir um gestor e/ou professor, p. ex., quando esses não conseguem alcançar as metas traçadas pelas políticas *high-stakes*.

Assim, responder que os *professores* são os culpados pelas fraudes pode parecer, à primeira vista, algo óbvio: eles incentivaram os estudantes “a fraudar avaliações em nome de um resultado coletivo de suas respectivas escolas” (Estudantes de Sobral, 2018). Todavia, culpar os professores genérica e exclusivamente por fraude é um ato simplista.²³⁵ Embora alguns professores da *Escola Municipal Maria do Carmo Andrade*, em Sobral/CE, sejam culpados, o que dizer dos demais que não aderiram ao estratagema? Outras hipóteses poderiam ser aventadas, identificando processos ou práticas com a mesma dinâmica, na vida cotidiana da escola, diferenciando indivíduos que participaram, ignoraram ou resistiram ao fenômeno – o que tornaria a questão da culpa e/ou responsabilidade algo mais complexo.²³⁶

Por exemplo, em uma situação hipotética, o gestor X de uma escola pública municipal Y, pressionado para atingir bons resultados nas avaliações externas por uma Secretaria de Educação Z, orienta os professores a: 1. pressionarem os estudantes a atingirem bons resultados; 2. elaborarem o planejamento das aulas com base no que vai ser cobrado, em

²³⁴ A culpa pode ser definida, para os objetivos de nossa pesquisa, a partir de duas perspectivas: a delineada pelo sistema jurídico; a atribuída a assimetrias de poder nas relações sociais que resultam em condições moralmente indignas para um ser humano, mesmo que dentro de um regramento jurídico (Young, 2011). Por exemplo, no sistema colonial brasileiro de *plantation* – sistema agrícola baseado na monocultura de exportação, latifúndio e trabalho escravo – pressupunha o escravismo, portanto não havia culpa legal para os escravocratas, mas havia culpa moral – a julgar pelo fato da escravidão atentar contra a dignidade do ser humano.

²³⁵ Segundo Arendt (1994, p. 48), em sua obra *Sobre a violência*, “Onde todos são culpados ninguém o é; as confissões de culpa coletiva são a melhor salvaguarda possível contra a descoberta dos culpados, e a própria grandeza do crime, a melhor desculpa para não fazer nada.” Ao examinar o caso Eichmann (Arendt, 2013), na obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, a autora reconhece que Eichmann (tenente-coronel da Alemanha Nazista responsável por gerir a logística das deportações em massa de prisioneiros para os *Lager* – Campos de Concentração no Leste Europeu durante a Segunda Guerra) cometeu um crime hediondo contra o povo judeu, mas o povo alemão não pode ser considerado culpado do genocídio, mesmo que tivesse ideia clara do que estava acontecendo.

²³⁶ Podemos, ainda, proferir algumas respostas complementares, a culpa atribuída ao gestor X e ao grupo de professores que fraudaram as avaliações, enfatizando algumas ressalvas: 1. a organicidade gerencialista posta pelo sistema neoliberal é responsável pelas fraudes, porque ao adotar as políticas *high-stake,s* produz a injustiça – contudo, essa resposta, embora verdadeira, é parcial, pois o gerencialismo não comporta toda a injustiça, existem outros determinantes; 2. a culpa é do sistema capitalista neoliberal – ainda que a afirmação seja verdadeira, o sistema não pode ser culpado exclusivamente, pois o ser humano enquanto sujeito histórico, produz, reproduz ou resiste ao sistema, logo, o indivíduo toma parte, esteja ele ao lado dos subalternos ou dos dominantes, o que implica dizer que existem sujeitos que são culpados; 3. o governo tem responsabilidade na existência das práticas de transgressão, em razão das políticas educacionais que não valorizam a educação e o trabalho dos professores, além das políticas *accountability high-stakes* que aprofundam as desigualdades – todavia, o governo não é culpado pelas fraudes.

detrimento do conteúdo curricular macro; 3. treinarem os estudantes para as provas, realizando simulados; 4. desenvolverem atividades extracurriculares no contraturno, a fim de preparar os estudantes para as provas; 5. promoverem ações que impeçam a ausência dos estudantes nos dias das avaliações; 6. indicarem os estudantes que deverão participar das avaliações, afastando do processo avaliativo os estudantes menos preparados (aptos)²³⁷.

A isso, acrescenta-se a ação da Secretária Z, em oferecer incentivos (premiações) à participação e ao bom desempenho dos estudantes. Somadas a essas ações institucionais, o gestor orienta os professores a: 7. fazerem-se presentes nas salas de aplicação de provas e indicarem as opções corretas aos estudantes; 8. substituírem (trocando as identidades) os estudantes de baixo rendimento por outros com melhor desempenho.

No entanto, há professores que não aceitam cumprir todas as orientações. Existem os que se recusam a substituir estudantes e a induzir outros a a(dul)terar respostas nos gabaritos. Nesse contexto, se afirmarmos que o gestor e todos os professores são transgressores, tal característica será naturalizada e a ação fraudulenta passará a ser vista como normal. É necessário distinguirmos os atos e os sujeitos da culpa, ou seja, identificar as ações que resultaram nas fraudes – o que permitirá redimensionar as relações entre os sujeitos. Outra vertente importante da apreciação, no cenário de políticas *high-stakes*, é verificar a “cultura de *accountability*” (Pearson; Sutherland, 2017) que se processa na escola.

Realizada a análise do fenômeno, pode-se inferir que o gestor X e o grupo de professores que realizaram as fraudes (ações 7 e 8) são culpados, de forma individual; mas nem toda indicação de estudantes aptos (ação 6) para realizar as provas resulta em fraude. Entretanto, distinguir os agentes da culpa não é suficiente, porque os professores que não fraudaram convivem e têm conhecimento do que acontece no cotidiano da escola, o que tem implicações tanto para a escola como para a comunidade escolar e para o conjunto da sociedade.

Assim, os demais professores não podem ser culpados das fraudes, mesmo tendo conhecimento dos fatos. Contudo eles têm responsabilidade por terem tolerado a prática. Mesmo que não tenham participado diretamente das fraudes podem ser responsabilizados por

²³⁷ Passone e Araújo (2019), em artigo intitulado “Dispositivo de avaliação educacional do Ceará: a (in)visibilidade dos estudantes deficientes”, ao debaterem o paradoxo da inclusão escolar, apresentam a condição de (in)visibilidade dos estudantes deficientes durante o processo avaliativo no Ceará. O texto destaca a existência de um dispositivo normativo que exclui o desempenho dos estudantes deficientes do cálculo da avaliação, gerando um estado de “exclusão interna” ao sistema escolar. Esse dispositivo normativo é a Portaria n. 998, de 2013, que estabelece que a avaliação do Spaece não deve contabilizar o desempenho dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

terem ficado em silêncio. Portanto, aos não culpados cabe a responsabilidade. Em contrapartida, os professores são responsáveis pelas demais ações (1 a 6). Logo, mesmo não havendo uma culpa legal – em relação às fraudes –, pode existir uma culpa moral, devido ao possível prejuízo no processo de formação educacional dos estudantes.

Isso nos leva aos estudantes que contribuíram (participaram) das fraudes – por certo, podemos estender aos demais estudantes. Eles não são reputados como responsáveis, devido à trajetória de pressão sofrida e à sua condição na estrutura escolar, distinta do gestor e dos professores. No entanto, é necessário ter cautela, para não transformar os estudantes em não-sujeitos. Não se trata de “deixar de responsabilizar aqueles aos quais não se pode imputar a culpa [...]”. Trata-se de uma responsabilidade não individualizada, mas que, ao mesmo tempo, não torna o indivíduo irresponsável” (Pinto, 2014, p. 94-95). Eles têm, portanto, uma responsabilidade compartilhada, principalmente porque têm a capacidade de julgar atos de transgressão, mesmo que pequenos.

Além disso, no princípio da responsabilidade, há um valor heurístico que incide sobre a sociedade. Em sua dimensão política, a sociedade é responsável pelas injustiças e pelas desigualdades estruturais, conhecendo ou não sua existência – apesar disso, ela não é culpada pelas fraudes, porque nem todos os seus membros praticaram a ação. Existe aqui, não obstante, uma responsabilidade coletiva, dado que na ordem sócio metabólica do capital, a sociedade de certa forma naturaliza e (re)produz as más condições impostas à educação pública.

Acontece que em uma sociedade desigual, processa-se uma assimetria do *quantum* da responsabilidade, respaldada na cultura meritocrática, gerando responsabilidades e culpas indevidas. A forma de distribuição desse *quantum* afirma uma responsabilidade difusa, esteada na *teoria do capital humano*, impactando as políticas educacionais de longa duração: por um lado, na culpa atribuída aos subalternos pela desigualdade socioeconômica e *fracasso pessoal*; por outro lado, na desresponsabilização dos grupos hegemônicos de sua responsabilidade social, acomodando leis e arranjos legais que podem privilegiar ou prejudicar indivíduos.

Em uma sociedade que naturaliza os privilégios de poucos sobre muitos, como sendo direitos que não burlam a lei, a relação entre *accountability*, culpa e responsabilidade são subvertidas por um típico *lawfare neoliberal*²³⁸, cuja *bússola* (norte-moral) e *balança*

²³⁸ Segundo os antropólogos jurídicos John e Jean Comaroff, o *lawfare* – *law* (direito) e *warfare* (guerra) – é praticado, seja para propósitos militares, políticos e empresariais, por aqueles que detém o poder (definindo o

(cálculo moral) desconsideram a injustiça e a desigualdade sistêmica que afeta a educação.²³⁹ A *accountability* é utilizada para explicar (justificar) os processos meritocráticos.

Responsabilizar gestores, professores e/ou estudantes por fraudes, portanto, é algo simplista. A discussão sobre as fraudes nas avaliações deve perpassar o debate da (in)justiça social. O sistema sócio metabólico do capital reproduz uma lógica excludente em sua essência e isso deve ser considerado na análise, pois fatores político-econômicos de longa duração, como leis e arranjos legais, podem privilegiar ou prejudicar indivíduos e organizações.

É nessa senda que a expressão *novo darwinismo social*, aplicado por Afonso (2009, p. 49) à lógica do Estado-avaliador, pode ser compreendida, com seus *rankings*, seus *standards* educacionais, suas informações, sua previsão de consequências às escolas, seus gestores, seus professores etc. Ao confrontarmos o *darwinismo social* com os pilares da *vulgata neoconservadora* – regime de acumulação flexível, globalização, empregabilidade, governança e governabilidade – vem à luz a participação do Estado-avaliador na construção de um novo *ethos* educacional, norteado por princípios performáticos, presentes na gênese de *avaliações externas em larga escala*.

A cultura meritocrática e seus congêneres formam o *ethos* neodarwinista do homem *accountable*, disseminado por políticas vinculadas à ideologia do desempenho. Nesse particular, a direção que assume a política centrada na *accountability*, à semelhança da construção *antinômica inclusão-exclusão*²⁴⁰, podem induzir ao risco do reformismo, focando nos sintomas e nas consequências da desigualdade socioeducacional e não em suas causas geradoras. Sendo que, no âmbito das reformas neoliberais, sua (ir)racionalidade amplia a

lícito e o *ilícito*) do Estado e pode ser percebido em três dimensões: geográfica, armamentista e externalidades. A primeira dimensão traça as estratégias; a segunda, definem os instrumentos (armas) adequadas – a escolha da lei; a terceira, refere-se ao ambiente criado para se usar o instrumento legal escolhido – a mídia, na *guerra da informação*, cria as condições propícias à legitimação da ação, estimulando a presunção de culpabilidade e de responsabilização (Comaroff; Comaroff, 2018). O *lawfare* em uma sociedade marcada pela desigualdade sustenta a subversão da aplicação da justiça, tornando por meio das relações de poder assimétricas, o *lícito* (o legal) em uma ação que objetiva o *ilícito*.

²³⁹ Na ordem neoliberal, a *bússola* (norte moral – conjunto ideal de valores) aponta para um agir conformado ao individualismo utilitarista e a *balança* (cálculo moral – interação de ações de pesos distintos) equilibra as ações positivas e negativas, valoradas conforme os ditames do mercado, que definem se a ação visa o bem ou o mal.

²⁴⁰ Segundo Jameson (1997, p. 18), “A antinomia explicita-se por uma forma mais clara de linguagem e afirma ‘proposições que efetivamente são radical e absolutamente incompatíveis, é pegar ou largar [...] x ou y, e isso de forma tal que faz a questão da situação ou do contexto desaparecer por completo’. De modo totalmente diverso, “a contradição é uma questão de parcialidades e aspectos; apenas uma parte dela é incompatível com a proposição que a acompanha”; na verdade, ela pode ter mais que ver com forças, ou com estado de coisas, do que com palavras e com implicações lógicas. [...] Nesse caso, é a situação que explica a disparidade, gerando, em sua incompletude, as perspectivas múltiplas que nos fazem pensar que a matéria em questão é agora x ou y, ou, melhor ainda, ao mesmo tempo tem jeito de x, tem jeito de y”.

desigualdade e suas políticas tecnocráticas elaboram estratégias voltadas a administrar essa desigualdade.

Com a antinomia inclusão-exclusão do discurso meritocrático – “antinomias da pós-modernidade” (Jameson, 1997, p. 16) – reafirma-se o princípio da teoria do capital humano, pela qual a diferença entre os indivíduos é resultado do esforço pessoal, do mérito de cada um, desconsiderando a desigualdade de condições de partida. Freitas esclarece que:

[...] diferenças sociais são transmutadas em diferenças de desempenho e o que passa a ser discutido é se a escola teve equidade ou não, se conseguiu ou não corrigir as ‘distorções’ de origem, e esta discussão tira de foco a questão da própria desigualdade social, base da construção da desigualdade de resultados (Freitas, 2012a, p. 383).

Inscrita nessa *inversão*, as formas que a *accountability* assume na educação contribuem para tornar os indivíduos e as organizações subsumidas à lógica produtivista. Os testes avaliativos em larga escala aplicados no Brasil, p. ex., sendo o Ceará um expoente, passam a ter centralidade ancorados em “concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas à condição de pilares da educação contemporânea” (Freitas, 2012b, p. 383).

Em um círculo vicioso de inclusão-exclusão, externalização do mito de *Sísifo*²⁴¹, os esforços de escolas, de professores e de estudantes para superar as metas que lhe são impostas ou o anelo em conquistar as bonificações se voltam, predominantemente, contra eles próprios – eis uma das faces da ilusória inclusão que (retro)alimenta a exclusão, projetando a miragem da liberdade (burguesa) com suas conquistas abstratas.

Com os princípios da livre concorrência e da meritocracia, as responsabilidades e os riscos são transferidos do Estado para os indivíduos e/ou para as organizações. Assim, no reino da livre competição, as organizações educacionais são tencionadas pela lógica mercantil a (re)produzir o tipo ideal de *ser* humano, o burguês, o substrato da (in)civilidade, cujo ideário expressa-se na figura do vencedor, no homem empreendedor, no indivíduo colaborador e performático.

²⁴¹ *O Mito de Sísifo*, retratado por Camus (2010), aborda a metáfora da condição humana expressa na reorganização do trabalho na sociedade capitalista. Sísifo, o mais astuto dos mortais, é punido pelos deuses em virtude de suas artimanhas terrenas. Condenado a empurrar eternamente no *Hades* (reino dos mortos) uma enorme rocha até atingir o topo de uma montanha íngreme, mal o rochedo atingia o cimo ela deslizava de volta ao sopé, à mercê de seu próprio peso. Essa condição de existência assemelhar-se-ia a do homem moderno, preso a um destino funesto de repetição sem sentido. Os homens realizam trabalhos e esforços esvaziados de sentido, um espetáculo absurdo e trágico: “O operário de hoje, trabalha todos os dias em sua vida nas mesmas tarefas, e esse destino não é menos absurdo. Mas só é trágico nos raros momentos em que se torna consciente” (p. 123).

A sociabilidade performática dissemina seus valores, imputando ao *ser* avaliado *culpa, responsabilidade e responsabilização*, em vista da conduta praticada ou do resultado obtido, conforme *invariantes axiológicas*, por meio dos quais os indivíduos realizam seu projeto de vida.

Para Reale (1991, 2002), a *invariante* é demonstrada quando certos valores são constantes, permanentemente exigíveis na sociedade. Sendo *o valor* – o aspecto *axiológico*, como valor moral, ético, estético e espiritual – vivenciado histórica e culturalmente e que a sociedade busca conservar. Nesse rol de *invariantes*, temos a democracia, a justiça, o conceito de *homo oeconomicus*, o empreendedorismo etc., consideradas atualmente valores universais.

Embora para alguns teóricos da moderna sociedade o *homo oeconomicus* esteja cedendo lugar ao *homo entrepreneurus* (homem empreendedor), não coadunamos com essa retórica (mistificadora) inteligente. É evidente que se faz necessária a desconstrução do *homo oeconomicus*, por várias razões, destaquemos: essa concepção de *homo*, como um ser egoísta e amoral é problemática, pois ignora as dimensões morais e éticas do comportamento humano na economia; essa noção de *homo* resulta em uma compreensão limitada da dinâmica econômica, pois não considera as relações sociais e políticas que influenciam as decisões econômicas.

Assim, nossa discordância não está na necessidade de desconstrução do *homo oeconomicus*, mas na crença de que sua desconstrução possibilita superar suas contradições e suas limitações conceituais. Ademais, a reboque, possa promover uma compreensão mais completa e realista da dinâmica econômica, considerando as preocupações altruísticas e os valores éticos na análise econômica, como defendem alguns, digamos, *idealistas pós-modernos*, que concebem a existência no neoliberalismo de um *homem moral* – indivíduo que não seria apenas motivado pelo interesse próprio, mas por valores éticos e morais, como a justiça, a solidariedade e a responsabilidade social.

Essa prática pode ser entendida como uma estratégia de controle, para fortalecer os objetivos e os conteúdos de interesses do processo de ensino-aprendizagem das escolas subsumidas à lógica mercantil. Políticas que privam o estudante do acesso ao conhecimento acumulado e sistematizado, reforçando a cultura que forja o *ethos* neodarwinista do *homo accountable*, ser que é o objeto de nosso próximo Capítulo.

11 ECCE HOMO: QUEM SOU?

Ecce homo: como alguém se torna aquilo que é. Esse é o título da autobiografia de Nietzsche (2022), filósofo que compõe com Marx e Freud o dissimilar triunvirato dos *mestres da suspeita* – termo cunhado pelo filósofo Paul Ricoeur, para destacar a importância da tríade no questionamento (abalo) das bases da cultura ocidental. Embora haja uma unidade – todos compartilham o pressuposto de que não existe nada além da realidade material – os *mestres da suspeita*, que não são mestres do ceticismo, divergem naquilo que, paradoxalmente, gera sua ligação: a consciência. Dito de outro modo, na interpretação dos fenômenos mediados por signos e por símbolos para compreender a própria consciência.

Cada um desses pensadores, a seu modo, buscou decifrar os enigmas por trás de signos e de símbolos. O método de decifração tomou forma, quando: (i) Marx formou sua teoria das ideologias e sua tese da *essência* social (universal) de homem (pautado nas relações sociais e nas condições materiais de sua existência em sociedade), afetada pelas diversas formas de violência socioeconômica; (ii) pela teoria das ideias e das ilusões em Freud, com sua descoberta do inconsciente e as relações existentes entre a razão e o instinto (na ligação entre *Id*, *Ego* e *Superego*); (iii) por uma genealogia da moral (a vontade de poder) em Nietzsche, rompendo a universalidade do pensamento ocidental.

Portanto, a partir de Marx, Freud e Nietzsche, a forma de lidar com a consciência é redefinida. Os padrões cartesianos – amparados no “Penso, logo existo” (*cogito, ergo sum*) – de uma consciência capaz de apreender o sentido do mundo e de si mesmo de modo objetivo e evidente (racional/lógico) são questionados. Na realidade, é a consciência imediata do sujeito que se torna o grande enigma a ser decifrado. Como essa consciência – com seus valores – é formada, ou melhor, como certas ideias – expressando uma consciência de mundo – ganharam o *status* de verdade.

Na prática, o que os *mestres da suspeita* fizeram foi subverter a forma que até então lidávamos com os signos, alterando a relação signo-significante-significado da *coisa* (realidade) analisada. Ou seja, os signos tornam-se uma expressão constitutiva das próprias coisas, deixando de ser tão somente significantes que se referiam a um significado. Em Freud, isso pode ser percebido em relação ao *desejo*. No relato do sonho, não é o *desejo sentido* que mais importa, o que está no centro do processo não é o sonho, mas a linguagem, o texto (a ser interpretado) do relato do sonho.

Com Nietzsche, debatemos sobre o caráter tropológico de toda linguagem, isto é, toda linguagem é metafórica, ela é uma transposição de sensações e de estímulos em símbolos

e palavras. Isso tem uma implicação central para a pós-modernidade: não existe naturalidade nem retórica da linguagem, logo, não é possível apreender a verdadeira essência das coisas.

É nesse momento, que atingimos o alvo que conduz ao título desta última seção de nossa tese: *Ecce homo: quem sou?* Nietzsche, sem constrangimento, apresenta como ele era, revelando os sofrimentos que teve ao longo de sua vida. Todavia, o principal traço de seu texto repousa em afirmar uma interpretação própria de suas obras e de seu pensamento, expondo sua ambição filosófica.

Já em nosso caso, não realizamos uma perspectiva em autoencenação, antes, o seu contrário, pretendemos expor o *homo accountable*, este ser *em constante devir*, transfigurado a partir de processos ideológicos que justificam e naturalizam dada realidade socioeconômica (alienante, fetichista e reificadora), promovendo um *tornar-se o que se é*: a verossimilhança do *homo oeconomicus*.

Dessa forma, se buscamos compreender, no Bloco III, “Quem sou eu?”, o que é a *accountability*, agora almejamos compreender sua *prole*, desvelando o *instinto de decadência* do capitalista neoliberal. Sem com isso, cairmos nos delírios nietzscheanos, com seus ataques nervosos – que resultaram em um colapso mental ao final de *Ecce homo*, ao ponto de levá-lo a se afastar de sua escrita e a desconhecer familiares e amigos –, ou buscar a “verdade” de *um mundo que não se contradiz, não se engana, não muda*. Antes, caçamos a contradição da própria realidade.

Assim, nosso *Ecce homo*, não tem a apetência da antropologia do negativo ou um idealismo quase romanesco pelo positivo da *accountability*. O problema é saber qual estatuto devemos conceder e a qual axioma estamos recorrendo para indicar os polos (bem *vs.* mal) da *accountability*. Esses dois polos não podem ser subsumidos por reformismos ou por condenações irrestritas: a *accountability* só existe em suas contradições; eles se determinam mutuamente na realidade contraditória da própria sociabilidade do capital; polos que coexistem, mesmo que se mostrem inconciliáveis.

Por isso, não visamos (como os sacerdotes/apologetas e crédulos do reformismo do capitalismo) *melhorar* ou *salvar* a *accountability*, mas tão somente desmistificá-la, precavendo-nos de não cair em uma espécie de *patologia platônica*, que em todo conflito (contradição) vê uma degradação. Com isso, desmascarar os esconderijos e o subterrâneo da coisa, onde a ideologia do capital reside.

Logo, não pretendemos derrubar teóricos (muitos “sacerdotes disfarçados”), mas lançar luz às ideologias que sustentam a *accountability fetichizada*, que tem como razão maior ou princípio de sua efetividade: forjar o *homo accountable* – um *accountable man* ou *homo*

accountable, “[...] indivíduos atomizados, capturados pela febre quantofrênica, [...] levados a alienar sua própria subjetividade a uma forma instrumentalizada, ou seja, [... manipulados] pela febre de avaliar, classificar, comparar e contabilizar” (Menezes; Mendonça; 2023, p. 3; Menezes; Mendonça; Araújo, 2019, p. 163).

Por isso, nosso *Ecce homo* problematiza o *homo accountable* – e aqui, perdoe-nos a ironia: um homem em delírio nietzscheano, imaginando ser um *super-homem* (*Übermensch*) pós-moderno: culminância da *accountability* – pois, nem o mais tosco antropomorfismo pode incorrer no desvario de querer ou de imaginar uma organização *accountable*, sem conceber a forjadura de um *homo accountable*.

Agora, afastando-nos da ilusão em Freud e da vontade de verdade em Nietzsche, retomemos nosso diálogo com Marx, mirando o indivíduo, este ser que é posto na forja do capital para ser lapidado, moldado, em *homo accountable*, considerando em seu processo de (de)formação, a lógica do fetiche da mercadoria presente na sociedade capitalista.

Assim, quando o *Old Nick* busca as origens sociais da religião, ele suspeita das alegações dos indivíduos: Porque Deus existe! Contudo, se eles estiverem enganados e vivendo em uma ilusão, efeito de suas consciências alienadas?

É necessário dizer, antes de prosseguirmos, que na teoria marxiana a religião não é responsável pelos problemas sociais, mas ao contrário, para o *Old Nick* estes que a tornam necessária, tornando suportável uma realidade injusta e projetando uma realidade justa. Isso é evidente quando Marx (2013a, p. 151) escreve: “A miséria *religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos”.

Isto significa que a religião, uma forma do homem tomar consciência de sua vida, é perpassada pelas contradições da realidade material (a vida na terra). O que Marx defende é a superação das condições que oprimem os indivíduos, influenciando-os no plano das ideias, na formação de suas consciências, o que inclui as crenças e as concepções de mundo religiosas.

Embora a fuga religiosa seja uma forma de contestação, comportando sentimentos de justiça, frente à miséria e à injustiça social, ela em si é uma ação contraditória: por um lado, contribui para a reprodução da injustiça, ao não transformar o mundo concreto, projetando a mudança para o pós-morte; por outro, pode contribuir para a sua superação, ao questionar a injustiça. Contudo, uma vez a crítica restrita a esse nível (*metafísico* e *transcendental*), ela faz parecer que a injustiça (o *Pecado*) é algo natural, mesmo sendo

contranatural; ademais, sua superação é dependente do mundo espiritual, onde a salvação se torna individual.

É diante do conjunto exposto, que nosso capítulo se organiza em três seções. Na primeira, “Uma *Bildung* do indivíduo *accountable*: a degenerescência da formação”, tratamos da *Bildung* neoliberal, que tem imposto uma formação norteada pela negação do humano. Na segunda seção, “O *homo accountable*: um *réquiem* para o *homo oeconomicus*?”, discutimos a mistificação presente na falsa ideia de morte ou de superação do *homo oeconomicus* pelas atuais formas (modelos) de *homo*. Aqui afirmamos que o *homo accountable*, antes de negar o *homo oeconomicus*, é seu *continuum*. Por fim, nossa última seção, “A fabricação do *homo accountable*: a gestão da alma do neosujeito?” discutiremos a fabricação do indivíduo *accountable* (ser responsável e responsabilizável) no âmbito educacional e como sua essência está sendo administrada na sociedade pós-moderna.

11.1 Uma *Bildung* do indivíduo *accountable*: a degenerescência da formação

Na *Introdução de Para a crítica da economia política*, Marx (2010c) afirma que quanto mais se avança na história, mais individualizado e estranhado o indivíduo se torna, ou seja, mais isolado e transformado no ideal da sociabilidade do capital. Ainda, conforme Marx (1985, p. 89): “O homem somente se torna um indivíduo (*vereinzelt sich selbst*) por meio do processo histórico. Ele surge, inicialmente, como um ser genérico, um ser tribal, um animal de rebanho”.

Desse modo, o indivíduo liberal é, de um lado, resultante da decomposição da ordem feudal, de outro, uma expressão da nova força de produção que se desenvolveu a partir do século XVI. Ele é resultado da expansão do capital e seu desenvolvimento decorre da destruição dos laços comunitários, mas também da sua condição de sujeito. Logo, o indivíduo – entidade social gerada, sobremodo durante o Iluminismo, século XVII-XVIII, como resposta à teologia medieval – é concebido como um ser autônomo, independente e racional, capaz de tomar decisões por si mesmo, sem depender da vontade de outros ou de autoridade divina.

Esse modelo de homem foi formulado por filósofos – citemos brevemente alguns, já mencionados em nossa tese – como: Descartes (1596-1650), matemático francês e base do cartesianismo, com seu *cogito*, tomou o indivíduo por uma substância pensante e autônoma, capaz de conhecer e explicar o mundo por meio da razão; Locke (1632-1704), filósofo inglês e um dos principais representantes do empirismo, ponderou que o indivíduo é uma *tábula*

rasa, uma folha em branco, preenchida por suas experiências ao longo de toda a sua vida; Kant (1724-1804), filósofo alemão e fundador da *Filosofia Crítica*, reputou que o indivíduo é capaz de pensar por si mesmo e de formar seus próprios juízos morais.

Contudo, apesar dos referidos filósofos levarem em consideração, tanto a dimensão racional do indivíduo, quanto sua interação com o mundo e sua capacidade de autodeterminação, a valorização de tal conceito deve ser vista com cautela. Conceber o indivíduo, sob a condição do estranhamento na sociabilidade do capital, sem considerar as contradições sócio-históricas é, ou pode ser tomada, como uma estratégia que objetiva fragmentá-lo e ocultá-lo, enquanto ser pertencente a uma classe social, aniquilando-o, enquanto sujeito de si e da história, logo, distanciando-o do desenvolvimento das suas potencialidades pessoais (singulares) e sociais.

Exemplifiquemos essa questão com Smith (1723-1790), economista e filósofo social escocês, o “pai” do liberalismo, e Ricardo (1772-1823), economista britânico, um dos mais influentes da economia moderna. Os dois teóricos imaginavam os indivíduos do seu tempo como ponto de partida da história, não como resultado histórico. Eles consideravam a natureza humana como uma representação fixa e imutável, que não mudava ao longo do tempo (Marx, 2010c).

Marx (2013b), n’*O Capital*, critica essa tese, argumentando que a natureza humana é formada pelas condições materiais em que as pessoas vivem e trabalham. Sendo que, o mercado no mundo do capital, longe de ser apenas um elemento entre outros, é o centro da sociedade, criando ilusões necessárias para o funcionamento do sistema, mistificando a natureza e a razão do trabalho e a própria realidade concreta. Em vista disso, a concepção de indivíduo de Smith e Ricardo, como um ser autônomo, independente e isolado – como uma espécie de mônada –, é uma ilusão constitutiva dos processos de dominação.

Na mesma esteira, Marx e Engels (2016) criticam a ideia de Feuerbach de que o indivíduo natural se liga ao gênero humano, enquanto “essência imutável” do homem, como abstração inerente ao indivíduo isolado. Ora, o ser não pode ser entendido isoladamente, mas sim como parte de uma sociedade mais ampla, pois na teoria marxiana-engeliana, a essência do homem é o conjunto das relações sociais, que muda ao longo do tempo.

Como tratamos no Capítulo IV de nossa tese, a história é um processo dinâmico e em constante mudança, ou seja, não deve ser entendida partindo da ideia ou de qualquer conceito abstrato, mas dos indivíduos reais e das suas reais condições de vida. Além disso, Marx e Engels (2016) afirmam que a própria existência do homem é atividade social, tudo o que ele faz, é de si para a sociedade e com uma autoconsciência enquanto ser social.

Nesse sentido, a formação do indivíduo e sua relação com a sociedade e com o grupo em que está inserido é dialética e contraditória. Por exemplo, por um lado, o surgimento da sociedade burguesa, levou à individualização dos homens – convertidos em indivíduos abstratos (cidadãos no Estado de Direito). Por outro, é somente no contexto de individuação que os homens são colocados em condições de entrar em contato uns com os outros enquanto indivíduos plenos, capazes de percepção do todo que compõe sua realidade pessoal e cientes de sua *condição de classe*.

Em outras palavras, para Marx, e perdoe-nos a repetição contínua dessa ponderação, o indivíduo não pode ser compreendido isoladamente das relações sociais que o constituem. Nesse sentido, o Estado moderno, nos moldes smithianos, faz abstração do homem real e só o satisfaz de forma imaginária e abstrata, afirmando um indivíduo abstrato, que é uma construção ideológica que oculta as relações sociais concretas que constituem a vida humana.

Voltemos aqui a uma expressão logo acima mencionada: *condição de classe*, no que tange a sua relação com a subjetividade e a objetividade, para com isso, pensarmos a formação do indivíduo. Chagas (2013), a partir de Marx, esclarece que a estrutura econômica da sociedade forma a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, a qual correspondem formas de consciência determinadas socialmente. Dito de outra forma, a consciência da *condição de classe* é uma manifestação da relação entre subjetividade e objetividade na filosofia marxiana:

Marx não compreende a subjetividade como um simples reflexo das determinações da base econômica, como um mero produto do econômico, e sim como um componente inseparável dos processos de formação da vida humana. O seu pensamento não pode ser reduzido a um objetivismo, a um mero determinismo econômico, unilateral, visto que a objetividade é impensável sem uma íntima correspondência com a subjetividade. Não há, para ele, objeto sem sujeito, como não há sujeito sem objeto. Nenhum dos polos dessa relação, sujeito e objeto, é posto como um dado a priori; eles se constituem na relação. Quer dizer, Marx não considera o indivíduo humano apenas no seu caráter objetivo, determinado, mas em seu processo de autodeterminação. E é nesse processo de autoconstrução que se criam novas formas de objetivação, que possibilitam, por sua vez, novas formas de subjetivação. O que Marx quer mostrar é, na verdade, que a subjetividade não é nem uma instância própria, autônoma, independente, abstrata, nem posta naturalmente, dada imediatamente ao indivíduo, mas construída socialmente, produzida numa dada formação social, num determinado tempo histórico. Em consequência, a sua reflexão sobre a subjetividade não pode deixar de lado, por exemplo, uma análise da sociedade capitalista que a forja (Chagas, 2013, p. 65).

Nesse sentido, por um lado, a consciência da condição de classe é vista como uma forma de consciência socialmente determinada pela estrutura econômica, por outro, a

subjetividade é vista como um componente inseparável dos processos de formação da vida humana, que não pode ser compreendida isoladamente da objetividade social que a constitui.

Vejamus essa questão em outra perspectiva, a partir de dois conceitos. O primeiro é *Bildung* (formação), termo alemão que se refere ao processo de criação, de composição e de desenvolvimento da personalidade e da cultura de um indivíduo, que se dá em um contexto sócio-histórico específico; abrangendo a educação formal, não-formal, bem como a informal, incluindo a concepção de autoconsciência. O segundo conceito é *Bildungsroman* (romance de formação), gênero literário originado na Alemanha do século XVIII e que retrata o processo de construção e de amadurecimento do protagonista, geralmente desde a infância até a idade adulta, sendo caracterizado pela ênfase na educação e na experiência de vida.

Considerando que, para Lukács (2010a, p. 160), na determinação dos campos de atividade humana – a práxis cotidiana, a ciência e a arte – “seriam necessariamente obtidos resultados equívocos se não se estabelecesse firmemente que – em todos os três casos – é refletida a mesma realidade objetiva, que, portanto, é a mesma não só como conteúdo, mas também em suas formas, em suas categorias”. Em vista disso, queremos ponderar que a individuação é um processo social de formação de longo prazo, de várias gerações de homens:

[...] a ideia de formação, intensamente discutida no meio intelectual e artístico alemão por volta de 1789-1795, não se limitava, de modo algum, à dimensão do indivíduo, mas se estendia explicitamente ao 'povo' e à 'humanidade' como um todo (Herder), com desdobramentos numa teoria da linguagem e da literatura de abertura universal (Wilhelm von Humboldt, Goethe) (Bolle, 2004, p. 382).

O *Bildungsroman* permite que compreendamos de forma mais particular a formação do indivíduo, em momentos essenciais do processo de individuação humana, revelando como as interações sociais, os contextos históricos e as experiências pessoais moldam a identidade e o crescimento do protagonista. Sendo que, o objetivo da *Bildung* romanesca é tornar concretos na história de um único indivíduo os processos mais amplos de individuação. Isso implica em materializar os diferentes âmbitos da organização social regida pelas relações capitalistas de forma particular e específica.

Romances como *Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister* (Goethe, 2020) e *A Montanha Mágica* (Mann, 2016) são exemplos de *Bildungsromane*. Esses romances influenciaram a formação do indivíduo burguês ao descreverem o amadurecimento dos protagonistas das obras, como ele se torna uma pessoa autônoma e consciente de si mesma por meio das experiências vividas ao longo do tempo.

Os valores abordados nos romances são importantes, porque refletem as aspirações e preocupações de uma classe social emergente na época em que foram escritos. A

busca pela realização pessoal é um valor central para a sociedade burguesa, que valoriza a autonomia individual e a capacidade de se autodeterminar. Os protagonistas buscam encontrar seu lugar no mundo, descobrir sua vocação e realizar seus sonhos. Com isso, temos que o prosaísmo da época burguesa seria fruto, segundo Hegel, “do inevitável desaparecimento tanto da atividade espontânea quanto da ligação imediata do indivíduo com a sociedade” (Lukács, 2000, p.87).

Em outro romance de fundação do *ethos* burguês, *As Aventuras de Robinson Crusoe*, de Defoe (2011), o personagem principal, Robinson Crusoe, é retratado como um indivíduo autônomo e racional, que busca sua própria sobrevivência e dominação sobre a natureza em uma ilha deserta. Em contraposição a essa ideia, Marx propõe a noção de sujeito, uma totalidade social que se constrói na luta pela transformação da sociedade.

Além disso, o mouro critica a ideia liberal de indivíduo autônomo e isolado, que se relaciona com os outros indivíduos apenas por meio do mercado. Para Marx (2013b), essa visão é uma abstração que mistifica as relações sócio-históricas que fundam a vida humana. Nesse sentido, o indivíduo é influenciado pelas relações de produção, pela divisão do trabalho e pelas formas de organização política e cultural. Já o sujeito é aquele que age dentro de uma determinada estrutura social e histórica, cujas ações são influenciadas por essa estrutura, sendo capaz de transformar a realidade em que vive, por meio da luta política e da organização coletiva.

Dito isso, exploremos outras perspectivas do conceito de indivíduo e de sujeito objetivadas na *árvore de desempenho*, para superar leituras fragmentadas da *accountability*. Antes, porém, para debatermos sobre o indivíduo e a “natureza humana” reificada e fetichizada nessa árvore, recorramos à obra *Sobre o Suicídio*, de Marx (2020), escrito em 1846.

Esse é um texto, digamos, bastante atípico no conjunto da obra marxiana e refere-se a anotações feitas pelo mouro durante a leitura das *Memórias de Peuchet*, sistematizador dos autos policiais parisienses do período de 1817-1824. *Peuchet* copilou do Departamento de Polícia de Paris informações sobre crimes e criminosos à época da Restauração (1815-1830), além de registrar os suicídios cometidos na França em 1824 – tendo anotado 371 casos, a maioria de homens (contabilizando 239 atos).

Sobre o Suicídio, não é – e nem poderia ser – um texto psicanalítico, ciência que nem existia à época. Marx não objetivou analisar o inconsciente do indivíduo e a ideação suicida, ou seja, não se propôs a investigar um caso clínico, abordando relações existentes entre trauma, dor psíquica e ato, à luz da singularidade de um indivíduo que busca a sua

própria morte. Os casos tratados por Marx têm por finalidade descortinar o contexto histórico opressivo que leva o ser humano a um ato de desespero, na busca de extrair o sofrimento que lhe é insuportável.

Devemos, neste momento, esclarecer que a dimensão social do suicídio tratada por Marx se diferencia da abordagem da sociologia durkheimiana. Na obra *O Suicídio*, escrita em 1897, distante 51 anos da obra marxiana, Durkheim (2002) buscou compreender as *flutuações* e as *regularidades* das taxas de suicídio em diferentes grupos, para estabelecer correlações entre essas taxas e fatores, como religião, família, classe e integração e regulação social. Com isso, Durkheim enfatizou em sua investigação o caráter eminentemente social do suicídio, condicionando-o a fatores egoístas, altruístas, anômicos e fatalista, refutando, portanto, fatores de natureza extra sociais (biológicos ou psíquicos).

De modo oposto à sociologia de Durkheim, Marx aborda a dimensão social do suicídio, a partir de uma crítica da sociedade capitalista e de sua organicidade, com seus processos de estranhamento, que levam o indivíduo a sofrer, resultando em uma sensação de impotência e de desespero. Em apurada síntese, Enderle (2020), na orelha da obra *Sobre o Suicídio* (Marx, 2020), publicada pela Boitempo, afirma que:

Para Marx (e Peuchet), essa tragédia cotidiana, que se abate sobre o indivíduo moderno sem levar em conta sua classe social, não se explica pelo recurso a uma recôndita ‘natureza humana’ ou por outras ‘saídas filosóficas’ que, para o suicida, não passam de um ‘débil lenitivo para o sofrimento’. Para além dos futuros desenvolvimentos de Freud e Durkheim sobre o tema, o artigo de Marx também deixa claro que uma correta compreensão do suicídio não pode limitar-se a causas puramente psicológicas, tampouco reduzir esse fenômeno a uma variável condicionada por fatos sociais exteriores ao indivíduo. Ato extremo da multifacetada alienação do homem sob o capital, o suicídio possui, em Marx e Peuchet, o alcance de uma renúncia do indivíduo a uma existência inautêntica, apartada do gênero humano. Suas raízes não se encontram, portanto, em nenhuma individualidade ou sociedade cristalizadas, mas sim no âmago daquele vivo e sempre mutável complexo de categorias que chamamos de ser social.

Por isso, não é – e, concordamos com Löwy (2020) – o suicídio em si, que chama a atenção de Marx. O que interessa ao mouro é entender como o fenômeno do suicídio se inscreve no interior da ordem do Capital. Para ele, na formação absurda e sem coerência da sociedade capitalista, com seu processo de produção da vida material, o suicídio é uma parte natural integrada à sociabilidade – logo, não é antinatural –, pois essa sociedade degrada e mata pessoas:

Antes de tudo, é um absurdo considerar antinatural um comportamento que se consoma com tanta frequência; o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas. O que é contra a natureza não acontece. Ao contrário, está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios, ao passo que os tártaros não se suicidam. As sociedades não geram, todas, portanto, os mesmos

produtos; é o que precisamos ter em mente para trabalharmos na reforma de nossa sociedade e permitir-lhe que se eleve a um patamar mais alto (Marx, 2020, p. 25).

Citando Rousseau, Marx (2020, p. 28) desfere sua crítica:

Que tipo de sociedade é esta, em que se encontra a mais profunda solidão no seio de tantos milhões; em que se pode ser tomado por um desejo implacável de matar a si mesmo, sem que ninguém possa prevêê-lo? Tal sociedade não é uma sociedade; ela é, como diz Rousseau, uma selva, habitada por feras selvagens.

A responsabilidade em relação ao suicídio não é assumida pela sociedade; é sempre individualizada – a culpa é do indivíduo. Ora, é mais simples responsabilizar o suicida do que reconhecer o papel dos demais naquele ato. No entanto, Marx refuta a separação arbitrária entre a análise da vida privada e a análise da produção da vida em sociedade, à vista que, mesmo distintas, essas dimensões estão relacionadas em uma interdependência.

Refletamos sobre esse problema, retomando o debate da meritocracia. Por esse conceito, as frutas boas são distinguidas das ruins na árvore de desempenho. É como se a vida fosse uma grande corrida, em que todos começam na mesma linha de largada e o primeiro a chegar na linha final é o grande vencedor. Se você não conseguir chegar lá, é porque você não é bom o suficiente. Simples assim.

A meritocracia, essa degenerescência da formação humana, é uma ideologia que se assemelha à perspectiva individualista e culpabilizadora que muitas vezes é aplicada às vítimas de suicídio. Assim, como é mais simples responsabilizar o indivíduo pelo seu próprio sofrimento psicológico e deslegitimá-lo, culpando-o por sua própria morte, é mais confortável culpar o indivíduo por seu próprio fracasso, ignorando as condições (super)estruturais que influenciam sua trajetória.

Marx, ao refutar o suicídio como simples ação individual, como derivação de uma *natureza humana*, argumenta que as escolhas individuais são determinadas, em certa medida, pelas condições nas quais os sujeitos se encontram inseridos. Escolhas que devem ser analisadas a partir da totalidade social. Ou melhor, tanto a liberdade como a autodeterminação individual são esferas da vida humana limitadas e moldadas por essas condições sociais e históricas.

Foi com essa argúcia que ele analisou quatro casos de suicídio relatados nas memórias de Peuchet. O primeiro caso narra o suicídio de uma jovem, depois de ser humilhada pelos pais e pela sociedade. O segundo retrata o sofrimento de uma jovem esposa que não suporta mais o ciúme abusivo de seu marido perturbado. No terceiro caso, uma jovem grávida recorre ao aborto e, ao ter seu pedido negado, acaba por tirar a própria vida. Por fim,

no quarto caso, um trabalhador após perder o emprego, comete suicídio para poupar os gastos da família e a vergonha social (Marx, 2020).

Discorramos um pouco mais sobre o quarto caso tratado por Marx (2020): o relato da história de um homem afastado de suas atividades, que por uma questão de idade, não conseguia mais emprego e “Caiu num profundo desânimo e se matou” (p. 22). Pouco antes de narrar essa ocorrência os autores afirmaram: “Entre as causas do suicídio, contei muito frequentemente a exoneração de funcionários, a recusa do trabalho, a súbita queda dos salários, em consequência de que as famílias não obtinham os meios necessários para viver, tanto mais que a maioria delas ganha apenas para comer” (p. 22).

Diante do desemprego e da dificuldade de se reinserir no mercado de trabalho para manter a si e a sua família – era casado e tinha duas filhas – o homem decidiu pôr fim em sua vida. Ao cometer seu ato de desespero, o despossuído deixou uma carta, na qual dizia: “que, não podendo mais ser útil à sua família, e sendo forçado a viver à custa de sua mulher e de seus filhos, achava que era sua obrigação privar-se da vida para aliviá-los dessa sobrecarga” (Marx, 2020, p. 49).

Analisando esse caso, tenhamos, resguardadas as especificidades do problema, uma comparação com as condições impostas a estudantes em escolas submetidas às políticas de *accountability*. Assim como o trabalhador, descrito por Marx, é empurrado ao estranhamento (que culmina em seu suicídio) devido à falta de perspectiva econômica, à pressão social, à luta para ter *reconhecimento*, para manter as aparências e para evitar a vergonha social, temos na cotidianidade de estudantes, fatores desestabilizadores de sua formação como *ser-para-si* (capacidade do *ser* se reconhecer como sujeito ativo na transformação da realidade), empurrando-os também para o estranhamento.

As práticas de ranqueamento e de premiação alimentam um clima de competição exacerbada entre os estudantes, fustigados pela pressão social para buscarem o reconhecimento – que ao fim e ao cabo, finda por ser um *reconhecimento perverso*, com todo o seu imaginário simbólico fetichizado. Com isso, a *ética* e a *práxis accountability* expressas na árvore de desempenho leva à construção de uma *identidade fetichizada*, que deforma o estudante.

Aqui, retornamos à leitura de Young (1994): indivíduos que devem ser excluídos do sistema educacional e forçados a trabalhar em empregos menores, pois são tidos por *dumbs* (estúpidos) nesse mundo distópico. O medo de ser estigmatizado, de fracassar ou o de sentir vergonha tencionam o estudante na luta entre o não se sentir inferior (fruta ruim) e o desejo de ser superior (fruta boa).

Agora, imaginemos a saga de um indivíduo ao longo de sua vida. Sua luta por estar no topo da árvore, custe o que custar – negando a possibilidade do *ser-para-si*, ou seja, impossibilitando sua emancipação. O que importa, nesse sistema, é enquadrar o indivíduo ao modelo da sociabilidade capitalista, afirmando apenas o *ser-em-si* (existência objetiva das coisas).

O indivíduo restrito ao *ser-em-si* está preso em si mesmo, isto é, ser que existe no mundo de forma imediata e não-reflexiva, sem consciência plena de si mesmo ou das relações sociais em que está inserido. Isso ocorre porque os indivíduos são tratados como meros instrumentos de produção e não como sujeitos ativos na transformação da realidade.

Acreditando ser a realidade algo dado e imutável, que não pode ser transformada, o estudante é (de)formado para acreditar que *a vida é como ela é*. Essa (de)formação ocorre devido às estruturas e às ideologias presentes na sociedade em que vivemos, pelas quais o estudante é condicionado a aceitar a realidade existente. Ele é moldado de tal forma, que passa a acreditar que a vida, com suas desigualdades, suas injustiças e suas limitações é uma condição natural e inevitável.

Essa crença serve aos interesses da sociedade capitalista, que depende da manutenção das relações de produção e das hierarquias sociais para sua própria existência. Ao ser deformado, o estudante é levado a internalizar essa visão conformista, aceitando e reproduzindo o *status quo*, mesmo negando a si mesmo.

Assim, o indivíduo é estranhado das atividades humanas, que são organizadas na escola de forma fragmentada e descontextualizada, o que impede sua compreensão da totalidade das relações sociais e históricas envolvidas. Diante do medo de não fazer parte da ordem social hegemônica, única que vislumbra, ele naturaliza – não apenas, mas também por meio da escola – seu lançamento diante do *carro de Jagrená do Capital*.

Além disso, como nem todos os estudantes têm as mesmas condições, no ponto de partida e ao longo da vida, a conquista de um prêmio reproduz a desigualdade social e educacional, que pode resultar tanto na resignação (aceitação) e na adaptação quanto no sentimento de injustiça. Todavia, em qualquer situação, o resultado esperado por um meritocrata é a capacidade de resiliência do indivíduo, embora a tendência seja a baixa autoestima, os comportamentos de desistência ou o desespero e até mesmo o adoecimento.

Pelo conjunto exposto, concebemos que pensar a *accountability* conceitualmente é um processo indissociável da *práxis* que envolve os sujeitos históricos por ela afetados direta ou indiretamente. Ademais, à semelhança de Marx (2020), que analisou o suicídio também como uma questão social, “último recurso [desesperado] contra os males da vida privada” (p.

48) de homens e mulheres atormentados por um sistema desumano, devemos compreender a *accountability* para além do simples processo conceitual lógico-formal.

É claro que, e reiteramos o que estamos afirmando ao longo de nossa tese, é possível estudar aspectos particulares da política de *accountability* educacional. Todavia, deve ficar explícito na investigação o recorte estudado, para não se incorrer no engano de pensar que a *accountability* se refere, *stricto sensu*, às avaliações em larga escala ou aos processos administrativos, ignorando as múltiplas determinações que a atravessam. Sobretudo porque a *accountability* colabora na ordem neoliberal para a *privatização da vida*.

Na obra *Sobre o Suicídio*, aprendemos com Marx (2020) que a privatização da vida se refere à ideia de que na sociedade capitalista, as questões pessoais e privadas são vistas como algo separado das questões públicas e políticas. Isso significa que as relações familiares, sexuais, emocionais, educacionais são consideradas como assuntos privados, que não dizem respeito ao Estado ou à sociedade em geral.

No entanto, a separação entre o público e o privado é ilusória, uma vez que as condições materiais e sociais em que as pessoas vivem afetam profundamente suas vidas privadas. Por exemplo, a falta de emprego ou de moradia pode levar a conflitos familiares e emocionais, assim como a opressão das mulheres na esfera doméstica pode ter consequências psicológicas graves. Nesse sentido, a privatização da vida pode levar à culpabilização do indivíduo pela sua não aprendizagem ou “fracasso” educacional, eximindo a responsabilidade da sociedade – com seu modelo de democracia liberal, *educação para vida* (mercado) etc.

Na conjuntura da *privatização da vida*, individualizando questões que são sociais como sendo *privadas*, assistimos no século XXI, o avançar de políticas educacionais que afirmam a natureza a-histórica do indivíduo. É nesse ponto, que devemos nos atentar para um paradoxo: se negarmos a existência do indivíduo, surge a necessidade de especificarmos como se constitui a individualidade dos sujeitos e como a *accountability fetichizada* age para anular essa mesma individualidade, afirmando a individuação humana. Compreender esse processo só é possível, a nosso ver, em uma análise da *accountability* que não ignore a totalidade e as contradições presentes na unidade escolar e na sua relação com o mundo.

Agora, em um exercício ficcional, imaginemos narrar – em um romance distópico – a saga de uma criança/estudante em uma escola que utiliza a *árvore de desempenho*, como instrumento pedagógico, e que é submetida ao longo de sua vida a processos de avaliações quantofrênicos. Nessa escola *accountable*, em que o tempo de vida é “devorado” por uma racionalidade reificadora do ser humano, ser assujeitado a processos de responsabilização e de prestação de contas, o espaço educacional é transformado em um matadouro cronófago –

orientando suas criaturas (seres humanos com antolhos) para o abatedouro. Ação que bloqueia o ócio criativo e restringe a individualidade ao fardo do produtivismo, no qual os indivíduos têm sua formação condicionada à lógica mercantil.

Ou seja, um romance que descrevesse as leis (regulação) dos aprendizes aptos e não aptos quanto às habilidades de leitura, de escrita e de matemática, e a própria inserção e permanência destes mesmos no mercado. No romance, teríamos personagens com profundidade psicológica e, talvez, pudéssemos explorar suas experiências e suas transformações ao longo do tempo, em um contexto social e histórico específico – retratando o *espírito de nossa época (Zeitgeist)* ultra ou neoliberal. Isso nos aproxima de Lukács (2000, p. 87), quando este afirma que na épica moderna “todas as contradições específicas desta sociedade, bem como os aspectos específicos da arte burguesa, encontram sua expressão mais plena justamente no romance”.

Ao explorarmos a complexidade do processo de individuação humana, abordando a relação entre indivíduo e sociedade, mostrando como os protagonistas precisam lidar com as expectativas em relação ao seu papel (inserção) social, podemos refletir sobre a tensão entre individualismo e coletivismo na sociabilidade burguesa. Nesse romance distópico, de modo geral, o protagonista – o estudante, lutando por seu espaço na *arbor generis capitalis* – tem um posto ligado ao seu “grau de consciência em face de seu próprio destino, da capacidade de elevar – inclusive no plano da consciência – os elementos pessoais e acidentais do próprio destino a um certo nível de universalidade” (Lukács, 2010a, p.173), de generalização ou não.

Na *Bildung* do indivíduo – enquanto um *homo accountable* – a importância da educação formal e informal é central. Como nos *Bildungsroman*, os estudantes *accountables* – os protagonistas do romance de formação neoliberal – frequentam escolas, universidades e participam de grupos de formação, buscando ampliar seus horizontes de inserção na sociedade. O que os conduzem ao aprendizado de habilidades práticas, valores éticos e estéticos, bem como o desenvolvimento da autoconsciência (de *ser-em-si* e não *ser-para-si*) e da capacidade (a)crítica. Logo, desenvolvem sua identidade por uma *ética* e por uma *práxis accountability fetichizada*. Enfim, ao término desse romance, com sua cultura de individuação, talvez tivéssemos um texto interessante, com algumas semelhanças – guardadas todas as particularidades – com a obra *Oliver Twist*, escrita por Charles Dickens (2021).²⁴²

²⁴² A obra *Oliver Twist* (Dickens, 2021) foi publicada pela primeira vez em forma de capítulos entre 1837 e 1839, sendo considerada uma obra do período da era vitoriana na Inglaterra. O contexto histórico em que a história se desenrola é a primeira metade do século XIX. Além das questões sociais, *Oliver Twist* também reflete a atmosfera vitoriana em relação à moralidade, às estruturas familiares e às convenções sociais. Embora

Isso significa, como já esclarecemos, que a vida material e as condições de produção – forças produtivas presentes em uma determinada sociedade – moldam a forma como os homens vivem e pensam, ou seja, a consciência não é o fator determinante da vida, mas sim a vida que determina a consciência (Marx; Engels, 2016). Essas forças constituem o que os filósofos chamam de “substância” e de “essência” do homem.

Somente na comunidade com outros homens é que cada indivíduo possui os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos. Uma vez que só na comunidade a liberdade pessoal é possível e na *práxis* o indivíduo se constitui como sujeito, construtor consciente de sua história, pois ela resiste ao estranhamento e busca afirmar o humano verdadeiro.

Para Marx (2016), os conceitos de “substância” e de “essência” do homem se apresentam na constituição da subjetividade do indivíduo, não como natureza, mas como o processo vital e produtivo dos homens. Essa substância é uma versão marxiana da “*natura naturans*” de Espinosa (2003), dotada agora de um *thelos* imanente, que é a própria essência do homem em seu *vir-a-ser*.

Enquanto Espinosa (2003) concebe a natureza como uma substância infinita e eterna – sua mônada –, que se autodetermina por meio de suas próprias leis internas, Marx (2008a) entende que a natureza é moldada pela atividade produtiva dos homens, que não são simples indivíduos passivos que se adaptam às condições naturais, mas seres ativos que transformam o mundo ao seu redor por meio do trabalho. Essa atividade produtiva é o que define a essência do homem e a sua subjetividade.

As diversas formas da individualização gradual do homem representa, para Hobsbawm (1985), passos na evolução da propriedade privada. Em um processo de ruptura da unidade original, cada passo corresponde aos diversos estágios da história, em um afastamento da “unidade original de uma forma específica de comunidade (tribal) e da

a obra retrate a exploração infantil na Inglaterra vitoriana, é possível estabelecer algumas conexões e alusões com o processo de reificação imposto às crianças nas escolas submetidas à lógica desumana do neoliberalismo. Da mesma forma, assim como Oliver é privado de sua infância e submetido a um ambiente de trabalho e exploração, as crianças podem ser privadas de um ambiente escolar acolhedor, criativo e humano, com ênfase em testes padronizados, currículos restritos e uma mentalidade voltada à produtividade e à competitividade, negligenciando aspectos como a imaginação, a expressão artística, a colaboração e o desenvolvimento emocional. Assim, podemos questionar as consequências dessa abordagem desumanizadora na formação das crianças. É importante considerar como isso afeta a autoestima, o bem-estar emocional e a capacidade de desenvolver habilidades não mensuráveis, como a criatividade, a empatia e o pensamento crítico. Como a obra de Dickens busca despertar a consciência sobre as condições injustas enfrentadas por Oliver, também é fundamental questionar e resistir a um sistema educacional que reduz as crianças a meros produtos, buscando resgatar a humanidade, a diversidade e o potencial integral de cada indivíduo no ambiente escolar.

propriedade natural correspondente a ela [...]” (Marx, 1985, p. 89). É por compreender esse processo de individuação que podemos desvelar a *fabricação do homo accountable*.

11.2 O *homo accountable*: um réquiem para o *homo oeconomicus*?

Conforme a *Agenda 2030*²⁴³ (ONU, 2015) para o desenvolvimento sustentável, com seus objetivos que visam (em tese) *não deixar ninguém para trás*, estamos assistindo a ascensão (mesmo que o documento não cite o termo) de um *homem moral* – referência a uma visão, de acordo com os teóricos neoliberais, mais ampla e complexa do comportamento humano na economia. Um homem que seria capaz de considerar em suas análises as facetas morais que influenciam as decisões dos agentes econômicos.

As ideias de *comunidade moral* e *homem moral* podem ser relacionadas à *Agenda 2030* (ONU, 2015) de várias maneiras: 1. Cooperação e Solidariedade, concepções presentes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que requerem o engajamento de todos os setores da sociedade; 2. Responsabilidade e *accountability*, seja no responsabilizar os governos, as instituições e os indivíduos por suas ações e seus impactos no mundo, bem como na ação de monitorar o progresso na implementação dos ODS; 3. Valores e Ética, com a defesa da justiça, da igualdade, da dignidade humana e da sustentabilidade, defendidos como

²⁴³ "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" é um documento adotado pelas Nações Unidas, em setembro de 2015, constituindo-se como “[...] um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015, p.1). Ele estabelece um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes, com o objetivo de direcionar os esforços globais, em direção a um futuro mais sustentável, até o ano de 2030. As bases do documento incluem a incorporação de três pilares: o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental. Os ODS abrangem uma ampla gama de questões, como erradicação da pobreza, igualdade de gênero, acesso à educação, energia limpa, ação climática, preservação dos ecossistemas e promoção da paz e da justiça. A *Agenda 2030* enfatiza a importância da parceria entre os países e as diferentes partes interessadas, como governos, setor privado, sociedade civil e academia, para alcançar os objetivos estabelecidos. Também destaca a necessidade de mobilização de recursos financeiros, transferência de tecnologia e capacitação para garantir a implementação efetiva dos ODS em todos os níveis. Um dos aspectos mais interessantes do documento é o uso do conceito “pessoa”, por ser considerado mais inclusivo e abrangente, englobando todas as diferentes identidades, características e contextos socioeconômicos das pessoas ao redor do mundo. Ele também reconhece a interdependência entre as questões sociais, econômicas etc., destacando que as ações de desenvolvimento sustentável devem ter em mente o impacto direto nas vidas das pessoas. Todavia, em uma perspectiva marxista, o uso genérico do termo “pessoa”, em substituição aos conceitos “indivíduo” e “sujeito” é problemática. O termo pessoa é abstrato e generalizante, negligencia as questões estruturais e sistêmicas relacionadas ao capitalismo, como a exploração econômica, o estranhamento do trabalho e as desigualdades sociais, além de levar a uma abordagem mais superficial e reformista; enquanto os conceitos “indivíduo” ou “sujeito” destacam a importância das contradições e das lutas de classes, como forças motrizes do desenvolvimento social (ONU, 2015).

valores universais; 4. Abordagem holística do desenvolvimento, ao reconhecer a interconexão entre os diferentes aspectos da sustentabilidade, como o social, o econômico e o ambiental.

A ascensão do *homem moral* é, em parte, resultado da aparente mudança – uma espécie de *réquiem* – sofrida pelo *homo oeconomicus*, desde a última quadra do século XX, levando à percepção de que a ciência econômica clássica fez apologia ao egoísmo.²⁴⁴ A ênfase no egoísmo, por seu turno, se deve a diversas influências que penetraram na ciência econômica, desde conceitos filosóficos até a necessidade de limitar seu escopo de estudo, ainda no século XVIII. Nessa díade, a filosofia utilitarista defendia que os indivíduos agem sempre em busca do prazer e evitam a dor; já a metodologia da ciência econômica, que se concentrou em modelos matemáticos e abstratos, para explicar o comportamento do ser, simplificava a complexidade da conduta humana, ou seja, enfatizava o aspecto racional e calculista do *homo oeconomicus*.

Essa separação fez com que a conduta humana passasse por uma metamorfose desde o *homem smithiano* até o *homo oeconomicus*. Assim, a cisão entre os fatores históricos, teóricos e filosóficos, excluídos dos limites da economia, levaram a uma ênfase maior na análise econômica em termos de interesses individuais e de maximização de utilidade, em detrimento das considerações morais mais amplas.

No entanto, é importante ressaltar que Smith, nas obras *A Riqueza das Nações* (1996) e *Teoria dos sentimentos morais* (1999), apresenta uma visão sobre a conduta humana, na qual o ser é movido pelo interesse próprio e busca maximizar sua riqueza e seu bem-estar pessoal. Essa busca pelo interesse próprio, para o autor, pode levar ao bem-estar coletivo, desde que haja liberdade de comércio e concorrência no mercado. Ele escreve:

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses. Apelamos não à humanidade deles, mas ao amor-próprio; e nunca falamos com eles sobre nossas necessidades, mas sobre as vantagens deles (Smith, 1996, p. 74).

Smith não via o homem como um ser puramente egoísta e individualista. Para ele, a sociabilidade econômica se dá pela troca de trabalho, na qual cada membro da sociedade

²⁴⁴ Entre os defensores desse *réquiem* está O'Boyle (2018), que identificou alguns candidatos a substituto do *homo oeconomicus* – esta “[...] criatura do passado, que precisa de um serviço funerário adequado e um local de descanso final” (p. 3, tradução nossa): *homo reciprocans*, *homo politicus*, *homo sociologicus*, *homo socioeconomicus*, *homo hobbesianus*, *homo darwinianus*, *homo ortodoxo*, *neo-homo economicus*, *paleo-homo economicus*, *homo errôneo*, *homo gustibus*, *homo sovieticus*, *homo heroicus* e *homo sapiens*. A esta lista, composta por elementos teorizados para “deslocar, complementar, imitar, zombar ou identificar os antecedentes do *homo economicus*” (O'Boyle, 2007, p. 322, tradução nossa), podemos incluir, sob a perspectiva da economia comportamental: *homo behavioralis*, *homo bioeconomicus*, *homo heuristicus*, *homo habitualis*, *homo psychologicus*, *homo gynoeconomicus*, *homo reciprocans* e *homo sapiens oeconomicus*.

contribui para a harmonia social e busca seu interesse na riqueza, sem violar a lei da justiça. Eis que, o egoísmo em Smith significa buscar o ganho pessoal, mas dentro dos limites da conduta moral e da prudência. Assim, o indivíduo virtuoso “[...] age de acordo com as regras da perfeita prudência, da justiça estrita e da benevolência adequada” (Smith, 1999, p. 297).

Dubnick (2010), em seu artigo “‘A Moral Being is an Accountable Being’: Adam Smith and the Ethical Foundations of Accountable Governance” (“‘Um ser moral é um ser accountable’: Adam Smith e os fundamentos éticos da governança accountable”, tradução nossa), apresenta chaves analíticas interessantes para compreendermos o *homem moral* e sua relação com a *accountability*. Diz o autor:

A “frase” [“*Um ser moral é um ser accountable*”] em questão encontra-se na Parte III, capítulo 1 da edição de 1759 (1ª) [da obra de Adam Smith] da seguinte forma: “Um ser moral é um ser accountable. Um ser accountable, como a palavra expressa, é um ser que deve prestar contas [account] de suas ações a algum outro e que, conseqüentemente, deve regulá-las de acordo com a benevolência desse outro. O homem é accountable perante Deus e seus semelhantes. Mas, embora ele seja, sem dúvida, accountable principalmente perante Deus, na ordem do tempo, ele deve necessariamente conceber a si mesmo como accountable perante seus semelhantes, antes que possa formar qualquer ideia da Deidade ou das regras pelas quais o Ser Divino julgará sua conduta. Uma criança certamente se concebe como accountable perante seus pais e é elevada ou rebaixada pelo pensamento de sua aprovação ou desaprovação merecida, muito antes de formar qualquer ideia de sua responsabilidade [accountableness] perante a Deidade, ou das regras pelas quais esse Ser Divino será juiz de sua conduta” (Dubnick, 2010, p. 4, tradução nossa).

Dubnick destaca que entre os estudiosos de Smith, há um consenso de que ele fez grandes revisões textuais dessa passagem em duas das cinco edições subsequentes de sua obra. Na segunda edição, publicada em 1761, Smith modificou a frase “ser moral/accountable” e inseriu material para reforçar sua doutrina de que nossos julgamentos sobre nossa própria conduta estão sempre relacionados aos sentimentos de outros seres. Nas edições seguintes, essas mudanças iniciais foram mantidas, mas na sexta edição as referências explícitas à conexão “ser moral/accountable” foram removidas do texto.

As razões para essa grande revisão são diversas. Alguns estudiosos sugerem que as mudanças refletem o aprofundamento da apreciação de Smith pelo “autocontrole” estoico. Outros veem a sexta edição como o resultado da influência de um Smith mais conservador – *Tory* –, cujo trabalho e cuja biografia anteriores, enquadram-se claramente sob a bandeira do *Whig*.²⁴⁵ Para outros, essas mudanças podem ser atribuídas à ansiedade de Smith, em relação à Revolução Francesa e à reputação daqueles associados a intelectuais revolucionários:

²⁴⁵ Em nota de rodapé à seção “A doutrina dos checks and balances: os cidadãos e o controle dos representantes”, Menezes (2019, p. 122-123), esclarece a relação entre os movimentos *Whig* e *Tory*: “O

Na época da Revolução, certas palavras – o que Raymond Williams mais tarde chamaria de “palavras-chave” – eram particularmente sensíveis no discurso político e, embora os gritos por “*liberté, égalité, fraternité*” inspirassem muitos a agir, eles também causaram medo em alguns círculos influentes no Reino Unido. Embora não fosse do status desses três termos, a ideia de “accountability” ao povo (ou, como alguns leriam, à turba) estava entre as palavras que poderiam ser mal interpretadas e resultar não apenas em crítica aberta, mas em danos corporais. (Dubnick, 2010, p. 5-6, tradução nossa).

A teoria ética de Smith (1999), exposta n’*A Teoria dos Sentimentos Morais*, fornece, em uma perspectiva dubnickeana, as bases para uma teoria de governança responsável e *accountable*. Uma vez que, um ser moral e responsável deve prestar contas de suas ações aos outros membros da sociedade. Em Smith, a moralidade não é baseada em regras ou princípios abstratos, mas sim na capacidade do indivíduo de se colocar no lugar do outro e de sentir empatia (“*sympathy*”) por suas necessidades e seus interesses.

Em outras palavras, a empatia pode ser vista como uma força que leva o indivíduo a reconhecer a importância de considerar os outros e a agir de maneira ética e responsável. Isso, por sua vez, introduz à *accountability* uma *obrigação moral*, o indivíduo tem obrigação de *prestar contas* por suas ações e de tomar medidas para corrigir erros ou injustiças. A relação entre empatia e o *homem accountable*, portanto, é uma extensão dessa ideia. O

Constitucionalismo Whig também é conhecido como ‘Constitucionalismo Termidoriano’ e tem sua origem na Revolução Francesa, em virtude do processo de execução de líderes jacobinos que desencadeou a reação denominada ‘Golpe do 9 Termidor’ (1794), elevando grupos conservadores ao poder, encerrou o período do ‘Terror’ que perdurava desde 1793. Já a expressão ‘Constitucionalismo Whig’, remonta ao partido Whig da Inglaterra (século XVIII), que se opunha ao partido Tory. Os Whigs (amantes da liberdade que não abandonam a monarquia - defendiam a origem contratual do governo, sendo que do consentimento dos cidadãos, extraía-se o estatuto do pacto social) eram a burguesia urbana, liberal e favorável ao poder do Parlamento, enquanto os Tories (defensores da monarquia que não abandonam a liberdade - considerando o governo sempre sagrado, ainda que consistisse em uma tirania) eram a nobreza latifundiária, conservadora e favorável ao poder do Rei. (Assis, 2012, p. 201-202). Segundo Costa (2012), ‘O núcleo do constitucionalismo Whig era marcado por duas ideias: primeiro, a função essencial do governo era proteger os direitos dos indivíduos; segundo, a função essencial de uma constituição era limitar ou controlar o poder governamental que, inevitavelmente, teria uma tendência a ameaçar os direitos individuais, cuja proteção foi justamente o motivo de instituição do governo’. Além disso, Menezes (2019, p. 194), na seção “*Accountability educacional na ordem da Teoria do Capital Humano*” expõe: “No século XVII, Charles Davenant (Londres/Reino Unido, 1656-1714), panfletário, economista mercantilista e membro *Tory* (partido de tendência conservadora e aristocrática do Parlamento do Reino Unido), reconheceu a importância do homem para o país: ‘Os corpos dos homens são, sem dúvida, o mais valioso tesouro de um país’. (MARSHALL, 1988 [1890], p.504). Davenant, ao reconhecer a importância da mão de obra humana, aborda, de forma aproximada, o valor do capital humano, embora vislumbrando os interesses mercantilistas. Smith (1996 [1776]), no século XVIII, ao discorrer sobre as *forças do mercado*, em sua obra *A Riqueza das Nações*, também já destacava o esforço humano e a sua importância para as nações. Em seu estudo, o autor afirmou que o ‘[...] esforço natural de cada indivíduo no sentido de melhorar sua própria condição [...]’, em situações socioeconômicas adversas, ou não, “é um princípio tão poderoso, que ele é capaz, sozinho e sem qualquer ajuda”, seja do Estado, do mercado ou das esferas sociais, ‘[...] não somente de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, mas de superar centenas de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas muitas vezes obstacula seus atos.’ (SMITH, 1996, p. 54)”.

homem *accountable* é um ser que reconhece a obrigação moral de prestar contas por suas ações a outros.

Essa capacidade desenvolvida através de uma *imaginação simpática*, conforme a ética smithiana, permitiria ao indivíduo entender as perspectivas dos outros e agir de forma a promover o bem-estar geral. Essa imaginação é responsável por permitir que reconheçamos outras pessoas como “seres morais” e atribuamos a elas uma identidade coerente, que envolve suas ações e as circunstâncias as quais respondem.

As virtudes morais do homem smithiano variam de acordo com a conveniência e com o modo como o sujeito egoísta é submetido à sociabilização e ao espectador imparcial, resultando em uma redução das paixões egoístas. Esse ser analisa, portanto, se o comportamento é decente ou deselegante, passível de recompensa ou de punição, encorajando a moderação dos sentimentos. Assim, o amor-próprio está vinculado ao julgamento de si mesmo, derivado do julgamento feito aos outros. Cabe ainda “[...] o amor ao que é honrado, nobre, à grandeza, dignidade e superioridade de nossos próprios caracteres” (Smith, 1999, p. 167).

Logo, narrativas morais geradas pela empatia formariam a base da experiência moral comum. Contudo, seria importante buscar uma perspectiva objetiva e compartilhada, a do “espectador imparcial”, para avaliar essas narrativas morais. Essa imparcialidade se concentra nas circunstâncias específicas de cada situação e na perspectiva dos indivíduos envolvidos. Por essa racionalidade moral smithiana – que se diferencia da razão filosófica abstrata e universal – temos que a virtude não é apenas uma questão de seguir regras ou princípios, mas também de desenvolver (modelar) um caráter virtuoso, que seja capaz de avaliar as situações de forma imparcial e de agir de acordo com o que é moralmente correto.

No entanto, Smith (1999) reconhece que essa tarefa não é fácil, devido às limitações do nosso conhecimento e às ilusões produzidas pela vaidade e pelo amor-próprio. A fragilidade humana, marcada pela imperfeição, representa o principal obstáculo para alcançar a ordem ideal do espectador imparcial. Por isso, ele oferece uma solução alternativa, considerando a fraqueza comum da natureza humana, para buscar uma ordem social harmoniosa: a combinação de educação moral e de instituições sociais adequadas.

A educação moral desempenha um papel importante na disciplina e no respeito às regras morais, que podem substituir a ausência de sensibilidade apropriada em certos casos. Isso significa que, mesmo que não possamos sentir e ver as coisas como o espectador imparcial em todas as situações, podemos aprender a seguir regras morais que nos orientem em nossas ações. Já as instituições sociais adequadas, devem ser receptivas e encorajadoras de

formas menos “elevadas” de virtude e de felicidade, reconhecendo que os seres humanos são imperfeitamente virtuosos. Portanto, a solução alternativa “realista” proposta por Smith, para alcançar uma ordem social harmoniosa, difere do conceito da economia neoclássica de *homo oeconomicus*.

Nesse ponto, retomamos o artigo de Dubnick (2010), para quem a *moral accountability* é um conceito fundamental para entender a governança moderna, além de ajudar a superar algumas das limitações das abordagens tradicionais da *accountability*, centradas em regras formais e em sanções legais. Ele argumenta que a existência de uma *comunidade moral* é necessária para estabelecer relacionamentos responsáveis e transparentes entre os membros da sociedade.

Eis que, para Dubnick, a *accountability* e a *responsibility* (responsabilidade) são conceitos distintos no âmbito moral, ponto com o qual nos alhamos com o autor. A responsabilidade refere-se à obrigação de um indivíduo de agir de acordo com certos valores éticos e morais. Por exemplo, um médico tem a responsabilidade moral de tratar seus pacientes com cuidado e com respeito. Já a *accountability*, refere-se à obrigação moral de prestar contas por suas ações e de tomar medidas para corrigir quaisquer erros ou injustiças cometidos (Quadro 7).

Quadro 7 - Diferenças entre *Responsibility* e *Accountability*

RESPONSIBILITY	ACCOUNTABILITY
Envolve ação e cumprimento de tarefas <ul style="list-style-type: none"> • Conjunto de obrigações associadas a um trabalho ou função • Refere-se às tarefas e deveres atribuídos a uma pessoa • Implica em ser responsável por realizar as ações necessárias para cumprir essas obrigações 	Relaciona-se ao prestar contas e assumir responsabilidade por ações tomadas. <ul style="list-style-type: none"> • Prontidão ou preparação para dar explicações ou justificações a outros relevantes (stakeholders) • Envolve ser julgado pelos outros em relação às ações tomadas • Inclui aceitar a responsabilidade por erros, má interpretação e negligência
Pode ser delegada a outros	Não pode ser delegada
Não há responsabilidade (<i>liability</i>) ²⁴⁶ <ul style="list-style-type: none"> • É algo atribuído (imposto) a você 	Há culpa pelo erro ou resultado da ação <ul style="list-style-type: none"> • Houve a aceitação do indivíduo de sua obrigação
Não exige necessariamente autoridade <ul style="list-style-type: none"> • Embora esteja relacionada à autoridade e à autonomia para tomar decisões e para agir dentro do escopo do trabalho ou da função 	É necessário ter autoridade sobre a tarefa, reconhecimento por competência, por conscienciosidade, por excelência e por sabedoria <ul style="list-style-type: none"> • Prontidão para mudar, com base em uma compreensão aprimorada, obtida com os outros

Fonte: Elaborado pelo autor.

²⁴⁶ *Liability* corresponde ao sentido clássico da responsabilidade civil na *Civil Law*, com função compensatória dos danos; refere-se à responsabilidade legal por algo, como uma dívida, uma obrigação ou uma ação que resulta em danos ou prejuízos a outra pessoa ou entidade. Em outras palavras, é a obrigação de arcar com as consequências legais ou financeiras de uma ação ou de uma decisão. Por exemplo, uma empresa pode ser *liability* por um produto defeituoso que causa danos a um consumidor, ou um indivíduo pode ser *liability* por uma dívida não paga.

Seguindo esses parâmetros, se um médico comete um erro durante o tratamento de um paciente, ele tem a *accountability* de reconhecer o erro, prestar contas por suas ações e tomar medidas para corrigir o problema. Em outras palavras, enquanto a *responsibility* (responsabilidade) é uma obrigação moral mais geral, que se aplica em todas as situações, a *accountability* é uma obrigação moral mais específica, que se aplica quando ocorre algum tipo de falha ou de erro – além, é claro, de sinalizar os acertos ou as virtudes.

Essa distinção é fundamental para compreender, na perspectiva da *comunidade moral*, os relacionamentos responsáveis entre os membros da sociedade e para promover uma governança eficaz. Isso nos conduz a compreensão de que *accountability* e *responsibility* – conceitos relacionados à prestação de contas – não são sinônimos.

Agora, façamos a distinção entre *moral accountability* e *moral responsibility*. A primeira se refere à responsabilização do indivíduo por seu comportamento, ou seja, a organização, p. ex., pode responsabilizá-lo moralmente pelo erro cometido e tomar medidas disciplinares, como advertência ou demissão. Já a *moral responsibility*, refere-se à capacidade do próprio indivíduo de ser responsabilizado moralmente por suas próprias ações. Nesse caso, o indivíduo pode reconhecer que cometeu um erro e assumir a responsabilidade por suas ações, demonstrando sua capacidade de ser responsabilizado moralmente (Donovan, 1942).

Devemos, além disso, atentarmos para a ideia de *prestação de contas*: processo de fornecer informações, explicações ou justificativas sobre as ações tomadas a outras *partes interessadas* (*stakeholders*). O prestar contas envolve relatar e explicar as ações e os resultados alcançados em relação às responsabilidades e às obrigações atribuídas, compondo uma parte importante da *accountability*, pois implica informar e em ser responsável perante os outros.

Quando indivíduo ou organização presta contas, está compartilhando informações sobre suas atividades, suas decisões e seus resultados, de forma a permitir que os *stakeholders* avaliem a eficácia, a eficiência e a ética dessas ações. Isso pode incluir relatórios financeiros, relatórios de desempenho, relatórios de impacto social, entre outros.

A prestação de contas permite que as partes interessadas avaliem se as ações estão alinhadas com os objetivos, os valores e as expectativas estabelecidos. Por isso, o prestar contas se liga à *answerability* – termo que pode ser traduzido como *explicabilidade* –, característica do que é explicável ou qualidade daquilo que se consegue explicar. A *answerability* pode ser entendida como algo que ultrapassa o mero dever de informação e

impõe o dever de transparência, a fim de possibilitar a compreensão dos processos que envolvem determinada atividade.

Dito isso, pensar a *moral accountability* na educação, p. ex., é imaginar a *accountability* – geralmente relacionada à prestação de contas baseada em resultados mensuráveis e em objetivos (técnicos e quantitativos) – em sua relação com valores, princípios éticos e considerações morais na tomada de decisões educacionais.

Ao superar as interpretações tradicionais de *accountability* – e aqui está o grande mérito, a nosso ver, que o estudo de Dubnick possibilita –, a *moral accountability* reconhece que a educação é um empreendimento moral e que as decisões têm implicações éticas significativas. Com isso, a *moral accountability*, a responsabilidade e a culpabilidade estão inter-relacionadas, levando em consideração o impacto que as decisões educacionais têm sobre estudantes, professores, gestores, comunidade e sociedade como um todo.

Isso significa que os tomadores de decisão devem ser responsáveis por suas ações e estar dispostos a prestar contas de seus atos. A culpabilidade, portanto, refere-se à responsabilidade por um erro ou por uma transgressão. Quando um indivíduo é culpado de uma transgressão, ele é responsável por suas ações e deve assumir as consequências de seus erros.

Por tais razões, em nosso entendimento, Dubnick (2010) considera a tese da *moral accountability* como um fator central na governança moderna e base necessária para qualquer forma efetiva de governança responsável. Além disso, para o autor, a retórica da reforma gerencialista, que é frequentemente associada ao neoliberalismo, tem enfatizado a importância da *accountability* como um meio de melhorar a eficiência e a eficácia da governança. No entanto, ele argumenta que a *accountability* não deve ser vista apenas como um meio de melhorar a eficiência, mas também como um meio de promover a justiça e a responsabilidade social.

Entretanto, a despeito dos acertos de Dubnick, ao destacar que estamos em um tempo de ascensão do *homem moral*, a oposição deste homem ao *homo oeconomicus* é duvidosa. O que temos, com a comunidade moral e o *homem moral* e, em certa medida, a *moral accountability* em tempos neoliberais, é uma mistificação que busca, no plano retórico, superar a exclusão dos temas ligados à filosofia moral da análise econômica.

Gerar uma comunidade moral, na sociabilidade do capital, longe de possibilitar uma *moral accountability* que promova a justiça e a responsabilidade social, afirma uma sociedade estranhada, fetichizada e reificada. A *moral accountability* finda por se subsumir à lógica opressora e desumana do capitalismo. Assim, considerar as dimensões morais e éticas

do comportamento humano não resulta, necessariamente, em uma reflexão crítica de superação das premissas do *homo oeconomicus*.

Tratemos dessa questão retomando o debate do *homo oeconomicus*, a partir da análise de O'Boyle (2007). Para o autor, chegou a hora de decretar um *réquiem* para o *homo oeconomicus*, pois a ideia desse *homo* é baseado na premissa silenciosa de que a comunicação humana hoje é a mesma que era no tempo de Smith. No entanto, para O'Boyle, o desenvolvimento da tecnologia de comunicação alterou o modo de nos relacionarmos e como percebemos o mundo, isto significa que a maneira como nos envolvemos em atividades econômicas também mudou.

Agora, em vez de eliminar completamente o conceito, o autor propõe substituí-lo pelo *homo socioeconomicus*. Essa, digamos, reinvenção implica em reconhecer que os seres humanos se relacionam e se comportam de maneira complexa e multifacetada, influenciados por fatores sociais, culturais e emocionais, além de considerar as interações entre indivíduos.

Assim, por uma engenharia criativa, opera-se uma mistificação teórica: o *homo oeconomicus* permanece, só que transmudado, mascarado por uma retórica ideológica que afirma analisar a realidade social e econômica, mas sem se contrapor às estruturas e às relações sociais que buscam moldar os comportamentos dos indivíduos. Ignorando a luta de classes, bem como as contradições inerentes ao sistema capitalista, a *comunidade moral pós-moderna* e o seu *homem moral* desempenham papel central na *fagocitose simbólica do capitalismo*²⁴⁷, obscurecendo as forças motrizes por trás dos fenômenos sociais e econômicos.

O que se assiste em um tempo neoliberal, na *fagocitose capitalista*, não é o *réquiem* do *homo oeconomicus*, mas a atualização do mito grego da cornucópia – símbolo da fertilidade e abundância. Essa fonte natural (mitológica), fornecendo gratuita e ilimitadamente todos os bens necessários às expectativas humanas, como as maçãs do mundo das ideias, nas mãos dos *cornucopianos pós-modernos*, jorra representações mistificadas das novas formas do *homo oeconomicus*.

Por tudo até aqui exposto, vê-se que a comunidade moral, entendida como um conjunto de normas, de valores e de expectativas compartilhados pela sociedade, desempenha

²⁴⁷ A fagocitose é um processo biológico em que uma célula engloba e digere outras células ou partículas estranhas. Fundamentados na teoria da regulação estabelecida pela *Escola Francesa de Regulação*, podemos conceber essa fagocitose, como uma metáfora para descrever a capacidade do capitalismo de absorver e de incorporar elementos que poderiam ameaçar sua existência, como crises econômicas, conflitos políticos e culturais, entre outros. Essa capacidade de adaptação é uma das razões pelas quais o capitalismo tem sido capaz de sobreviver e se expandir ao longo do tempo, apesar das crises e contradições que surgem periodicamente.

um papel fundamental na formação da identidade e do comportamento dos indivíduos. No contexto da *fabricação do sujeito neoliberal*, essa comunidade opera como um mecanismo de controle social, estabelecendo padrões de comportamento e valores que são considerados desejáveis e aceitáveis dentro da sociedade capitalista. Esses padrões podem incluir a valorização da competitividade, da busca pelo sucesso individual e da maximização do lucro.

Aqueles que se enquadram nesses padrões são recompensados e incentivados, enquanto aqueles que não se enquadram podem ser excluídos ou marginalizados. Além de influenciar a forma como os indivíduos se veem e se relacionam com os outros, promovendo a internalização de normas e de valores específicos, levando os indivíduos a se identificarem com a ideia do sujeito neoliberal e a agirem de acordo com suas expectativas.

Nesse contexto, conforme Dardot e Laval (2016), a sociabilidade do capital busca realizar a *gestão da alma*, uma tentativa de gerenciar e de controlar os aspectos subjetivos da vida dos indivíduos, como emoções, desejos, crenças e valores. Esse conceito, desenvolvido a partir do final do século XX, em um contexto de mudanças no mundo do trabalho e na organização das empresas, está relacionado à ideia de que a subjetividade pode ser gerenciada e controlada, e que isso pode ser utilizado para aumentar a produtividade e a eficiência no trabalho.

O que se observa, portanto, é uma tentativa de modelagem, uma forma(ta)ção do indivíduo pelas organizações, para convertê-lo em um *homem-empresa*. E a escola é o espaço ideal para a inicialização (ou realização) desse projeto. O estudante, induzido a converter-se em empreendedor, é instado a reproduzir interesses individuais e egoísticos, ser ávido por sucesso. Esse ser, em um cenário de permanente concorrência, é domesticado – desculpem, ato falho, o que queremos dizer é enquadrado, *ops*, “educado” – na escola neoliberal para destinar/focar suas energias e recursos a “aprender a aprender”.

E a aprendizagem adquirida deve ser mensurada (dados *observáveis* e *objetiváveis*), por metodologias aritméticas, como a *Teoria de Resposta ao Item* (TRI); o que se “alcança” por meio de *avaliações* – testes, avaliações estaduais (p. ex., o Space, no Ceará), nacionais (Enem, Saeb, Prova Brasil) e, na medida do possível, endossados por exames (Pisa) e indicadores (INES) internacionais, promovidos por organismos multilaterais.²⁴⁸

²⁴⁸ Como tratamos na subseção 2.1.3, *Accountability em um mundo de “tempos fraturados”*, assiste-se desde a segunda metade do século XX, um avanço global de “[...] uma vasta atividade de institucionalização e de padronização de avaliação e viu-se proliferar as empresas de benchmarking, quer dizer, de aferição, em nível mundial. [...] A OCDE se inscreve no movimento com os indicadores internacionais da educação (INES) e as

No caso particular do Ceará, a Secretaria da Educação (Seduc), considerando a função estratégica da avaliação – tida como um instrumento eficaz de gestão administrativa e pedagógica de suas escolas e visando consolidar uma cultura avaliativa – tem ampliado, desde o ano de 2007, a abrangência de sua principal ferramenta de aferição: o Spaece, aplicando-a junto as turmas do 2º ano EF (Spaece-Alfa), do 5º e 9º anos EF e no Ensino Médio. Para evidenciar sua importância, apresentamos nos Quadros 8-11 sua “evolução”, considerando os marcos legais que operam no regime de sua regulação e regulamentação.

Quadro 8 - Políticas de incentivo vinculadas ao Spaece-Alfa

PERÍODO	NATUREZA (AÇÃO)	ESTABELECE (AÇÃO)
2007	<p>Lei 14.023, de 17/12/2007 (Ceará, 2007a)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modifica os critérios de redistribuição do ICMS. 	<p>Critérios (25% da cota parte)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 18% educação (IQE) • 5% saúde (IQS) • 2% meio ambiente (IQM) <p>IQE, considera:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Taxa de aprovação do 1º ao 5º ano EF • Média obtida pelos estudantes de 2º e 5º ano da rede municipal no SPAECE.
2009	<p>Lei 14.371, de 19/06/2009 (Ceará, 2009b)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Institui o Prêmio Escola Nota Dez para o 2º ano EF 	<p>Universo: até 150 escolas premiadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • IDE-Alfa: entre 8,5 e 10,0 • Participação: ter ≥ 90% (estabelecido em 2011, Lei 14.949, de 27/06/2011) • Bonificação: R\$ 2.500 por estudante <p>Universo: Até 150 escolas apoiadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Menores resultados no IDE- Alfa • Participação: ≥ 50% • Bonificação: R\$ 1,250 por aluno
2011	<p>Lei 15.052, de 06/12/2011 (Ceará, 2011b), regulamentada pelo Decreto 30.797, de 29/12/2011 (Ceará, 2011a)</p>	<p>Como novo critério: a Rede de ensino da escola premiada (2º ano EF) deve:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Municipal: ter ≥ 70 % de estudantes do 2º ano EF de sua rede no padrão “Desejável”. • Estadual: ter ≥ 70% dos estudantes do 2º ano da CREDE (Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação) ou da SEFOR (Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza) no padrão “Desejável”.

Continua

grandes enquetes comparativas sobre as competências dos alunos (PISA). [...] Tanto as administrações nacionais quando os organismos internacionais dentre os quais a OCDE e o Banco Mundial, todos procuraram desenvolver ferramentas que permitissem medir o ‘rendimento dos investimento educativos’, avaliação julgada necessária a seu crescimento e à eficácia econômica global. [...] Esse vasto movimento de avaliação e de comparação internacional é inseparável da subordinação crescente da escola aos imperativos econômicos. Ela acompanha a ‘obrigação de resultados’ conhecida por se impor tanto à escola como a toda organização produtora de serviços. Nisso, ela participa das reformas ‘centradas na competitividade’ visando a fixar e elevar os níveis escolares esperados e, para isso, a normalizar os métodos e conteúdos do ensino. [...] Esse gerenciamento pelos resultados supõe que se concorde em considerar os dispositivos de avaliação como técnicas neutras de controle do cumprimento dos objetivos que são, em si mesmos, consenso” (Laval, 2004, p. 208 e 209).

Quadro 8 - Políticas de incentivo vinculadas ao Spaece-Alfa

PERÍODO	NATUREZA (AÇÃO)	ESTABELECE (AÇÃO)
	Revogação da Legislação anterior do Prêmio Escola Nota Dez (2º ano EF) e criação do prêmio para o 5º ano	Ajuste no cálculo do IDE: <ul style="list-style-type: none"> Com o Decreto 30.797/11, foi incluído o <i>Fator de Ajuste da Universalização do Aprendizado</i>, calculado a partir da distribuição dos estudantes conforme padrões de desempenho.
2015	Lei 15.052, de 06/12/2011 (Ceará, 2011b), regulamentada pelo Decreto 30.797, de 29/12/2011 (Ceará, 2011a)	Como novo critério: a rede de ensino da escola premiada (2º ano e 5º ano EF) deve: <ul style="list-style-type: none"> Ter $\geq 70\%$ dos estudantes do 2º ano EF no “Desejável” e ter $\geq 30\%$ dos estudantes do 5º ano EF no “Adequado” em LP e MT (redes municipais, exceto Fortaleza) Escolas Municipais de Fortaleza: mesmos critérios aplicados ao Distrito de Educação ao qual a escola pertence. Escolas Estaduais, mesmos critérios aplicados à CREDE ou à SEFOR à qual a escola pertence.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Oliveira (2022).

Conclusão

Quadro 9 - Políticas de incentivo vinculadas ao SPAECE 5º ano EF

PERÍODO	NATUREZA (AÇÃO)	IMPACTOS
2007	Lei 14.023, de 17/12/2007 (Ceará, 2007a) <ul style="list-style-type: none"> Modificação dos critérios de redistribuição do ICMS 	Critérios (25% da cota parte) <ul style="list-style-type: none"> 18% educação (IQE) 5% saúde 2% meio ambiente <p>IQE, considera:</p> <ul style="list-style-type: none"> Taxa de aprovação do 1º ao 5º ano EF Média obtida pelos alunos do 2º e 5º ano da rede municipal no SPAECE.
2011	Lei 15.052, de 6/12/2011 (Ceará, 2011b), regulamentada pelo Decreto 30.797, de 29/12/2011 (Ceará, 2011a) <ul style="list-style-type: none"> Instituído o Prêmio Escola Nota Dez para o 5º ano EF 	Universo: até 150 escolas premiadas <ul style="list-style-type: none"> Participação: ter $\geq 90\%$ IDE-5*: entre 7,5 e 10,0 Bonificação: R\$ 2.000 por aluno <p>Universo: até 150 escolas apoiadas</p> <ul style="list-style-type: none"> Participação: ter $\geq 90\%$ Menores resultados no IDE-5 Bonificação: R\$ 1.000 por aluno
2015	Lei 15.923, de 15/12/2015 (Ceará, 2015), regulamentada pelo Decreto 32.079/2016 (Ceará, 2016a) <ul style="list-style-type: none"> Novos critérios para o Prêmio Escola Nota Dez do 2º e 5º anos EF e criação do prêmio para o 9º ano EF 	A rede de ensino da escola premiada (5º ano EF) deve: <ul style="list-style-type: none"> Municipal: ter $\geq 70\%$ de estudantes do 2º ano EF de sua rede no padrão “Desejável”. Estadual: ter $\geq 70\%$ dos alunos do 2º ano da CREDE ou da SEFOR no padrão “Desejável”. <p>Ampliação de critério:</p> <p>A rede de ensino da escola premiada (5º ano EF) deve:</p> <ul style="list-style-type: none"> Municipal (exceto Fortaleza): ter $\geq 70\%$ dos estudantes do 2º ano EF no “Desejável” e ter $\geq 30\%$ ou mais dos alunos do 5º EF no “Adequado” em LP e MT. Escolas municipais de Fortaleza: mesmos critérios aplicados ao Distrito de Educação ao qual a escola pertence. Escolas estaduais: mesmos critérios aplicados à CREDE ou SEFOR à qual a escola pertence.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Oliveira (2022).

Nota: (*) Inclui o *Fator de Ajuste da Universalização do Aprendizado*.

Quadro 10 - Políticas de incentivo vinculadas ao SPAECE 9º ano EF

PERÍODO	NATUREZA (AÇÃO)	IMPACTOS
2015	<p>Lei 15.923, de 15/12/2015 (Ceará, 2015), regulamentada pelo Decreto 32.079/2016 (Ceará, 2016a)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituído o Prêmio Escola Nota Dez para o 9º ano EF 	<p>Universo: até 150 escolas premiadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação: ter $\geq 90\%$ • IDE-9*: entre 7,5 e 10,0 • Bonificação: R\$ 2.000,00 por aluno <p>Universo: até 150 escolas apoiadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação: ter $\geq 90\%$ • Menores resultados no IDE-9 • Bonificação: R\$ 1.000,00 por aluno <p>A rede de ensino da escola premiada (9º ano EF) deve::</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redes municipais (exceto Fortaleza): ter $\geq 70\%$ dos estudantes do 2º ano EF no “Desejável” e ter $\geq 30\%$ dos estudantes do 5º ano EF no “Adequado” em LP e MT. • Escolas municipais de Fortaleza: mesmos critérios aplicados ao Distrito de Educação ao qual a escola pertence. • Escolas estaduais, mesmos critérios aplicados à CREDE ou SEFOR à qual a escola pertence.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Oliveira (2022).

Nota: (*) Inclui o *Fator de Ajuste da Universalização do Aprendizado*.

Quadro 11 - Políticas de incentivo vinculadas ao SPAECE 3º ano Ensino Médio (EM)

PERÍODO	NATUREZA (AÇÃO)	IMPACTOS
2002	<p>Lei nº 13.203, de 21/02/2002 (Ceará, 2002)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituído o Prêmio: “Escola do Novo Milênio – Educação Básica de Qualidade no Ceará 	<p>Premiações (SPAECE-NET)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Professores e funcionários das 100 escolas com maior pontuação (mínimo de 5,0 pontos). • Alunos com melhor desempenho, em cada série, disciplina e Crede >> valor equivalente a um computador.
2004	<p>Lei nº 13.541, de 22/11/2004 (Ceará, 2004)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alteração da política de incentivo para o quadro funcional das escolas estaduais 	<p>14º salário para professores e funcionários das “50 Escolas Destaques” (Spaece)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 9 escolas por melhor desempenho • 41 por maior crescimento no SPAECE 2004 e nos indicadores do Censo Escolar de 2004 (Aprovação e Abandono)
2009	<p>Lei nº 14.483, de 08/10/2009 (Ceará, 2009c) (estudantes) e Lei nº 14.484, de 08/10/2009 (Ceará, 2009a) (quadro funcional)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituição do Prêmio Aprender pra Valer 	<p>Premiação de estudantes do EM e da EJA Médio com notebook</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resultados do SPAECE: (padrão Adequado em LP e MT) • Média geral no ENEM - 2ª série EM: 520 (a partir de 2014) e 3ª série EM: 560 <p>Premiação do quadro funcional (14º salário) de todas as escolas que alcançarem as metas anuais de evolução da aprendizagem dos alunos do ensino médio, a partir dos resultados do Spaece.</p>
2016	<p>Lei n.º 16.144, de 07/12/16 (Ceará, 2016b), altera a Lei nº 14.484, de 08/10/2009 (Ceará, 2009a)</p>	<p>Nova redação do Art. 1º - A premiação dos estudantes com um notebook ou tablet levará em consideração critérios baseados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • na frequência e no desempenho escolar dos alunos, bem como no SPAECE, e no ENEM.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Oliveira (2022).

No conteúdo dos Quadros 8-11 é pulsante a noção de avaliação enquanto estratégia fundamental para a produção de informações aos gestores. Com foco nos resultados, os processos

na área de gestão, concebem a avaliação como fator associado ao desempenho escolar. Isso afirma a avaliação como um dos aferidores na relação *sucesso escolar vs. inclusão social*, em outras palavras: um instrumento ideológico das políticas centradas na meritocracia. Um fenômeno que possibilita a aquisição desse *valor*, foi o estabelecimento do convênio de cooperação técnica, no ano de 2007, entre a Seduc e o Inep, com o objetivo de integrar as ações do Saeb e do Spacee.

Com o uso dos microdados do Saeb, disponibilizados pelo Inep, avalia-se alguns dos impactos das mudanças na regra de distribuição do ICMS sobre a proficiência dos estudantes do EF do Ceará. Porém, como as informações geradas nas primeiras edições do Saeb são amostrais – não identificando os subgrupos no interior de cada estado – optou-se por examinar a proficiência ao nível dos estudantes, adotando a metodologia da TRI, o que permite a comparação entre unidades amostradas e padroniza o resultado das provas.

Esta capacidade de mensuração possibilitou que o desenho fiscal cearense, em inter-relação e interação com a política educacional, se unisse ao modelo de *Gestão por Resultados* (GpR) – arcabouço desenvolvido em parceria com o Banco Mundial, através da *Operação Swap-Ceará*²⁴⁹. Por essa concepção, o governo deve entender o cidadão como um cliente, e, como tal, tem de buscar *padrões de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência* (Rosa, Holanda e Maia Júnior, 2006, p. 39).

A relação entre as metas educacionais e a GpR fica evidenciada em julho de 2007, quando o *Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará* (Ipece) propõe o completo abandono dos indicadores tradicionais de rateio do ICMS – critérios populacionais (60%) e uma parte igualitária (40%) – e sugere que se bonifique as prefeituras que alcançassem resultados em três áreas estratégicas: meio ambiente, saúde e educação.

Para mensurar esse desempenho educacional foi instituído o *Índice de Qualidade da Educação* (IQE), uma média ponderada do *Índice de Qualidade do Fundamental* (IQF) e do *Índice de Qualidade da Alfabetização* (IQA). A transição para esse novo arquétipo ainda passou a considerar o *Índice de Qualidade do Meio Ambiente* (IQM) e o *Índice de Qualidade da Saúde* (IQS). Por sua vez, estes indicadores consideram tanto a *performance* relativa das redes municipais nos exames padronizados, como sua consistência e progresso (evolução, avanço) (Holanda *et al.*, 2007).

²⁴⁹ Por meio de uma inovadora operação de crédito – empréstimo modalidade SWAp (Sector Wide Approach) – em que os repasses ao estado eram condicionados ao atingimento de metas preestabelecidas em indicadores econômicos e sociais (Holanda, Medeiros e Machado Neto, 2006), o Estado do Ceará firmou acordos com o Banco Mundial: SWAp I, empréstimo no valor de US \$ 150 milhões iniciado em 18/10/05 que deu suporte à agenda de desenvolvimento social do Estado e que foi concluído em 31/12/2007; SWAp II, no valor de US \$ 240 milhões, foi assinado em 19/03/2009 e concluído em 30/06/2012 (Ceará, 2008).

Assim, os cinco pilares que sustentam a criação e a expansão do Spaece, a saber: (i) Consolidar a cultura avaliativa; (ii) Monitorar a evolução temporal do desempenho dos estudantes, escolas e rede pública de ensino; (iii) Fornecer informações que subsidiem a formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais; (iv) Disponibilizar informações que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho estudantil; (v) publicizar os resultados obtidos pelas escolas, possibilitando o monitoramento e acompanhamento dos sistemas de ensino público, não podem ser apreciados sem considerar-se as transformações político-econômicas em escala global, logo a bússola da expansão do mercado.

A esse respeito, Afonso (1999) destaca a interpenetração ou, a nosso ver, simbiose entre uma confinção do Estado e uma expansão do mercado. Esse é “[...] um dos principais vetores da redefinição do papel do Estado neste período” (p. 143), alterando os modos de regulação do Estado sobre os sistemas educativos, impondo novas formas de escolarização e maneiras de conceber e gerir as políticas públicas.

Em um contexto de consolidação da *práxis accountability* e *accountability culture* no Estado do Ceará, importa considerar a centralidade dos dois modelos de políticas estaduais de incentivo, destacados nos Quadros 8-11: ICMS Educacional, tratando da transferência de recursos de forma proporcional aos gastos municipais com educação, além de estimular o ensino no âmbito do federalismo fiscal; Prêmio Escola Nota Dez – e, no caso da Rede Municipal de Fortaleza, o *Pemed* –, condicionando os resultados progressivos em avaliações externas, visando medir a qualidade do ensino ofertado.

O ICMS Educacional e o Prêmio Escola Nota Dez, estão ligadas ao fenômeno que Schneider, Nardi e Durlí (2018), baseados em João Barroso, chamam de marcha da reforma e reestruturação do Estado, alterando o modo como a regulação das políticas educativas é entendida e praticada; consagrando um “[...] outro estatuto à intervenção do Estado na condução das políticas públicas [...]” (Barroso, 2005, p. 727), conforme um novo papel regulador do Estado. E os autores complementam:

Desse ponto de vista, sobressai a ideia de modernização da administração pública, com incidência nas práticas de controle burocrático que tradicionalmente deram base à intervenção do Estado do que resulta um posicionamento da regulação em oposição ao da regulamentação. De acordo com Barroso (2005), enquanto a regulamentação associa-se à definição e controle *a priori* dos procedimentos, então pouco atenta à qualidade e eficácia dos resultados, a regulação passa a ser associada à flexibilidade nos processos e ao rigor na avaliação dos resultados com vistas ao alcance de determinado padrão de qualidade. Uma perspectiva de regulação característica do Estado avaliador, referido por Neave (1988). Como assistimos no Brasil, as avaliações externas à escola têm sido apresentadas como parte de esforços para a melhoria da qualidade da educação. Em geral, os objetivos que identificam os

atuais sistemas de avaliação tendem a realçar que os resultados informados por esses sistemas visam, precipuamente, subsidiar as redes de ensino e as escolas no traçado de medidas com potencial para melhorar a qualidade – embora sejam robustas as evidências de que desdobramentos dos processos operados por esses sistemas atuam na geração de condicionamentos que visam à produção de resultados segundo determinado padrão. O que queremos destacar, portanto, é que a dinâmica da regulação da qualidade educacional a que temos presenciado nas últimas décadas e que tem a avaliação externa como ferramenta principal intenta, fundamentalmente, a aferição de resultados porquanto também informa e realça trilhas a serem seguidas. Estamos, dessa forma, ante à avaliação *a posteriori*, importando menos o processo por meio do qual os objetivos são alcançados [...] (Schneider; Nardi; Durli, 2018, p. 113).

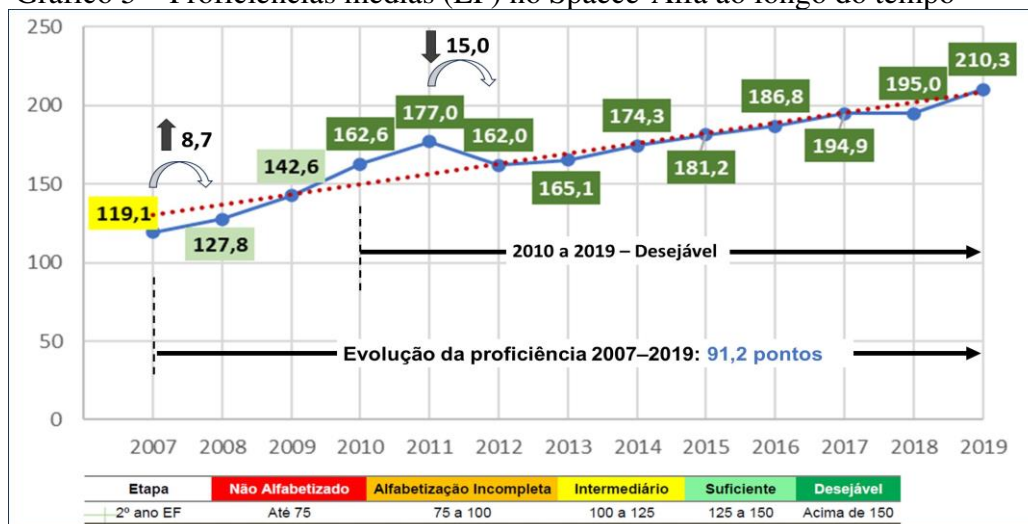
Seguindo a dinâmica do regime de regulação, a Seduc utiliza o Spaece para mensurar o efeito da alteração das leis sobre o desempenho dos estudantes das escolas públicas, a fim de possibilitar comparações. Para isso, utiliza como indicadores de impacto suas *performances* nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, medidos a partir da TRI, identificando o nível de proficiência e a evolução ao longo do tempo.

O que está por trás dos dados, estampados em gráficos multicoloridos e repleto de números é uma distópica política de competências. Em outras palavras, é a relação entre o processo de normatização e padronização do trabalho escolar, mediante o aperfeiçoamento de práticas tayloristas no sistema educacional para o controle sobre as relações pedagógicas. A complexidade da forma como os resultados são construídos – em especial a partir de 2007, quando o Spaece foi expandido, avaliando a alfabetização nas escolas municipais por meio do Spaece-Alfa, aplicada no 2º ano EF; os 5º e 9º anos do EF e a 3ª série do ensino médio – não é um conhecimento de fácil entendimento, principalmente, no que se refere a apreender as suas metodologias e suas implicações curriculares.

Muito mais do que publicizar o avanço das proficiências médias de estudantes, o Spaece passa a ser utilizado como mecanismo que orienta as políticas de responsabilização e de *accountability* sobre redes municipais e escolas, envolvendo recursos financeiros, prêmios ou bônus, além de gerar *rankings* educacionais – seja de escolas ou de estudantes, a partir dos resultados nas avaliações externas.

No Gráfico 5 expomos os dados relativos à evolução das Proficiências Médias em Língua Portuguesa (LP) de estudantes de escolas públicas do Ceará, no 2º ano do EF, medidas pelo Spaece ao longo do tempo (2007-2019). Cada padrão de desempenho corresponde a análise da proficiência leitora, levando em consideração um conjunto de tarefas que os estudantes são capazes de realizar. Conforme é possível verificar, no gráfico em questão, os resultados intervalares são classificados em cinco padrões de desempenho, denominados: não alfabetizado, alfabetização incompleta, intermediário, suficiente (adequado) e desejável.

Gráfico 5 – Proficiências médias (LP) no Spaece-Alfa ao longo do tempo

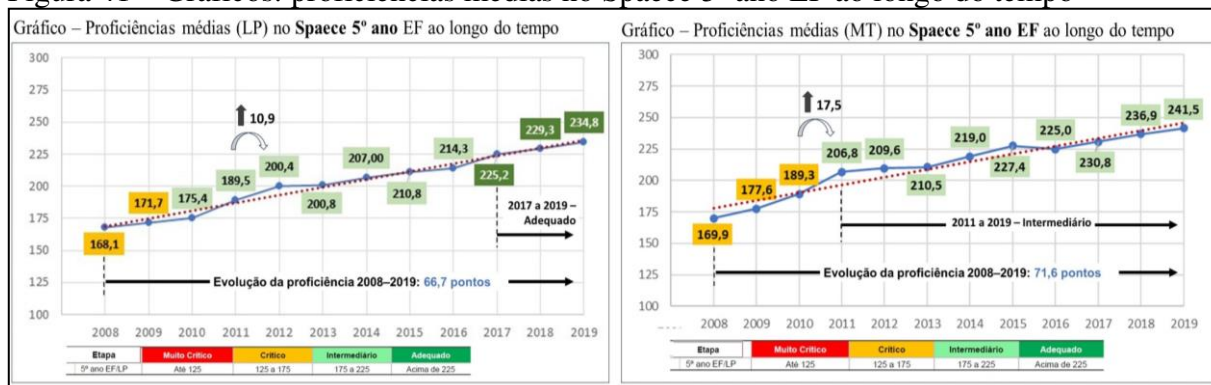


Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em UFJF/CAEd (2019).

Os intervalos (valores) indicam o grau de desenvolvimento das habilidades que os alunos alcançaram, na série avaliada. Em relação à avaliação aplicada aos estudantes, a proficiência média aumentou de 119,1 pontos, medida no ano de 2007, para 210,3 pontos, em 2019, uma evolução de 91,2 pontos. Ao registrar uma pontuação superior a 150 pontos, o grupo avaliado enquadrou-se no perfil de proficiência desejável – projetando o ensino do 2º ano EF no *Mapa Verde* da educação.²⁵⁰

Esse quadro se repete, com algumas limitações, no 5º ano, mas é distinto no 9º ano, conforme pode ser verificado na Figura 41.

Figura 41 – Gráficos: proficiências médias no Spaece 5º ano EF ao longo do tempo



Fonte: Elaborada pelo autor, baseado em UFJF/CAEd (2019).

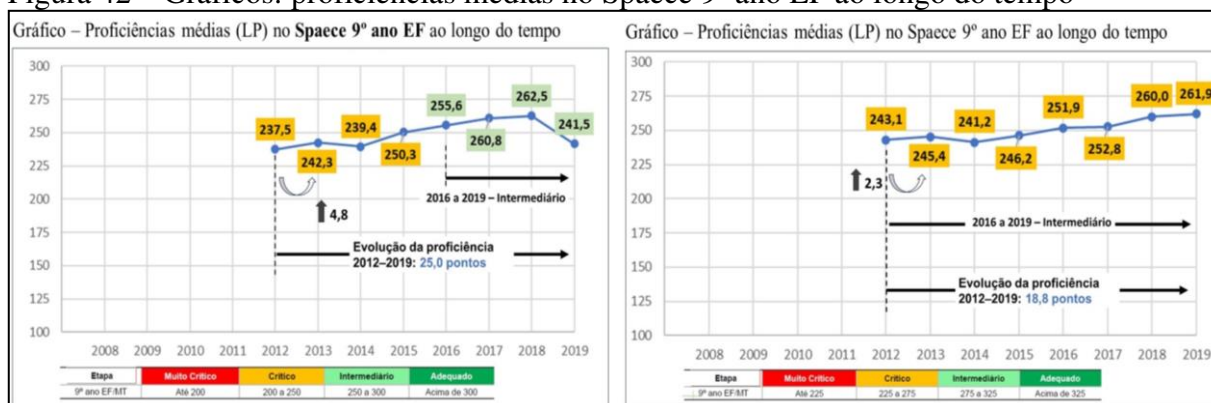
De acordo com o conjunto de gráficos contidas na Figura 41, as proficiências médias em LP e MT sofreram, no que se refere ao 5º ano EF, uma expressiva elevação,

²⁵⁰ Vide Figura 36, p. 581.

conforme os resultados intervalares, classificados em quatro padrões de desempenho: muito crítico, crítico, intermediário e adequado. Considerando o 5º ano, tivemos em LP, o progresso de 168,1 pontos (em 2008) para 234,8 pontos (em 2019) – aumento de 66,7 pontos, enquadrando a série avaliada, após o ano de 2017, na escala de proficiência “Adequada”; no que se refere a MT, tivemos o salto de 169,9 (em 2008) para 241,5 (em 2019) – aumento de 71,6 pontos, enquadrando a série na escala “Intermediária”, projetando o ensino do 5º ano EF no *Mapa Verde* da educação.²⁵¹

De modo diverso do 5º ano EF, o fenômeno de crescimento da proficiência não é registrado no Spaaece 9º ano EF, o que acende a luz amarela sobre a ideia de “efeito onda” (Figura 42).

Figura 42 – Gráficos: proficiências médias no Spaaece 9º ano EF ao longo do tempo



Fonte: Elaborada pelo autor, baseado em UFJF/CAEd (2019).

Considerando a proficiência em LP, registra-se um módico crescimento de 25,0 pontos, em uma expansão de 237,5 (em 2012) para 241,5 (em 2019) – com isso, esse segmento enquadra-se na escala de proficiência “Intermediária” (no pós-2016). Já, em relação a MT, registra-se um salto de apenas 18,8 pontos, em uma passagem de 243,1 (em 2012) para 261,9 (em 2019), o que enquadra esse segmento na escala “Crítica”. Esses resultados projetam o ensino do 9º ano EF para dois cenários: no caso de LP, temos um moderado avanço na direção do *Mapa Verde* da educação; mas, no caso de MT a situação está longe da meta verde, embora seja identificada uma melhora dos indicadores.²⁵²

Embora os resultados expressos no Gráfico 5, sobre o Spaaece-Alfa, apresentem uma evolução nos índices de proficiência nos anos iniciais do EF, devemos destacar que o chamado “efeito onda” – expectativa de que, ao melhorar os resultados de aprendizagem nos

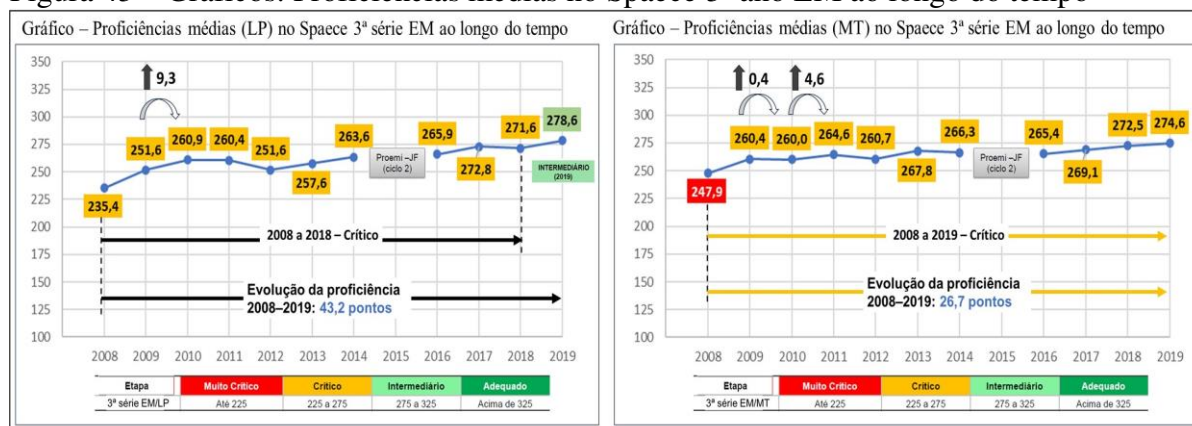
²⁵¹ Vide Figura 37-38, p. 581.

²⁵² Vide Figura 39-40, p. 582.

anos iniciais, estes se propagariam para os anos subsequentes do percurso educacional – não se concretizou ou não alcançou a meta esperada.

Diante do exposto, devemos considerar, em concordância com Bonamino e Sousa (2012, p. 386), sobre o risco das políticas advindas das avaliações externas, considerando a pressão por bons resultados, “[...] exacerbarem a preocupação de diretores e professores em preparar seus alunos para os testes, levando a um estreitamento do currículo escolar”. Essa pressão mina o potencial das avaliações, inclusive, com possíveis reverberações perniciosas no desempenho das habilidades fundamentais de Português e Matemática no Ensino Médio (EM), o que pode ser verificadas – muito embora sejam necessários estudos mais detalhados sobre essa questão – ao observarmos os gráficos contidos na Figura 43.

Figura 43 – Gráficos: Proficiências médias no Spaece 3º ano EM ao longo do tempo



Quando consideramos as proficiências médias no Spaece 3º ano EM, coloca-se por terra a ideia de “efeito onda” das políticas de responsabilização e, paradoxalmente, se traz luz ao debate sobre a *gaming accountability*, ou seja, é necessário averiguar até que ponto os resultados apresentados pelo Spaece-Alfa e Spaece 5º e 9º anos são reais, ou em que medida eles mascaram a realidade. Caso a distorçam, as avaliações acabariam por reforçar uma práxis utilitária, que se pauta na medição de um saber averso ao conhecimento histórico-cultural acumulado e sistematizado.

A análise dos gráficos contidos na Gráfico 5 e nas Figura 41-43 evidenciam o que Machado e Alavarse (2014, p. 416) destacam: “[...] os conteúdos das avaliações externas, desempenho em leitura e resolução de problemas, não resumem a qualidade da escola, porém, esses itens não são alheios ao processo escolar que se pretenda de qualidade”. Porém, aqui tem uma outra questão: O que é qualidade educacional?

Bem! Conforme a proficiência em LP no Spaece 3º ano EM, registrada no período de 2008-2018, temos as habilidades dos estudantes abaixo do nível “Intermediário” e apenas a partir do ano de 2019 verifica-se a saída do nível “Crítico”. Mesmo considerando o salto de 43,2 pontos na proficiência em LP, devemos destacar que tal crescimento ocorreu em um período de 10 anos, em uma módica expansão de 235,4 (em 2008) para 278,6 (em 2018). Já, em relação a MT, observa-se a saída da proficiência do nível “Muito crítico” para o “Crítico” em 2008, mas permanecendo neste último nível até 2019. O crescimento na proficiência, nesse intervalo de tempo foi de 26,7 pontos. Com uma pontuação, na escala de padrões de desempenho, de 247,9 (em 2008) para 274,6 (em 2019), a medição final ainda permaneceu insuficiente para inserir esse grupo na escala “Intermediária”.

Aqui, fazendo coro com Machado (2012), fica claro que os processos avaliativos externos só fazem sentido quando “[...] utilizados na análise coletiva da realidade escolar e no direcionamento de ações e alternativas para enfrentar as dificuldades vividas no ensino-aprendizagem” (p. 73), permitindo as revisões necessárias no trabalho desenvolvido. Agora, faz-se necessário questionar se as avaliações externas, no formato do Spaece, p. ex., têm conseguido desempenhar uma função norteadora para promover a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Não negamos, como já afirmado no início de nosso trabalho, a importância das avaliações e das políticas de *accountability*, elas não são um mal em si. Os dados gerados por esses dispositivos (ferramentas) e mecanismos (processos), respectivamente, são importantes, pois podem indicar aspectos a serem trabalhados nos processos educacionais. Porém, uma vez subsumidas à lógica neoliberal e valores gerencialistas, tais instrumentos não conseguem desvencilhar-se da medição do desempenho utilitarista das habilidades e competências.

Como esclarecem Machado e Alavarse (2014), a avaliação não é, por si só, uma indutora de qualidade educacional. A qualidade na educação é um fenômeno complexo, determinado por fatores extra e intraescolares, tais como, respectivamente: (i) currículo, formação docente, gestão escolar, condições de trabalho, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos; (ii) condições socioeconômicas em geral e da comunidade escolar em particular, capital cultural e social das famílias dos estudantes, a violência familiar e o entorno social da escola.

Por mais que, alguns fatores intraescolares, estejam sob a gerência direta da escola – gestores, professores, funcionários, estudantes e pais de estudantes, aqui concebendo a existência de uma Gestão Democrática – estão subordinados à dinâmica que extrapola o micromundo da escola. Portanto, o uso dos resultados do Spaece, para identificar problemas

de aprendizagem dos estudantes e planejar intervenções pedagógicas, está condicionado aos dados que interessam ao Spaece (leia-se: aos seus elaboradores) divulgar. Nesse sentido, os dados e indicadores da *Equação da Antivida* ecoam nos resultados do Spaece.

Por isso, é importante ressaltar que, embora as avaliações externas indiquem os estudantes com um padrão de desempenho *Muito Crítico* ou *Crítico*, sinalizando que estes “[...] necessitam de atenção e de ações pedagógicas especializadas, de modo a garantir o *desenvolvimento das habilidades necessárias ao sucesso escolar*, evitando a repetência e/ou evasão” (Kistemann Jr.; Sousa, 2018, p. 132, grifo nosso), devemos nos perguntar – na dinâmica de uma suposta qualidade educacional neoliberal: O que é sucesso escolar? Que habilidades necessárias são essas – ou melhor, para que servem?

Retomando a Figura 43, agora em confronto com o Quadro 11, é inegável que as políticas indutoras para o EM, vinculadas aos resultados do Spaece, não surtiram os efeitos esperados: gerar padrões de desempenho positivos, adotando, para isso, incentivos financeiros e/ou simbólicos. Ora, a avaliação educacional não pode ser enquadrada como ferramenta para premiação, bonificação ou punição de sujeitos. Tal utilitarismo tem resultado, no contexto da *fabricação do sujeito neoliberal*, na afirmação da *identidade fetichizada*, que deforma os estudantes, os professores e os gestores – todos reféns de uma *práxis accountability* que nega a própria razão da educação: formar indivíduos cada vez mais humanos.

Ademais, as competências e habilidades cobradas nas avaliações externas, nos moldes do Spaece, valorizam o capital humano. Uma competência que “[...] não é validada por um título permitindo fazer valer de modo seguro e estável seu valor, ela justifica, antes de tudo, uma avaliação permanente no quadro de uma relação não igualitária entre o empregador e o assalariado [...]” (Laval, 2004, p. 57). Esse canto de sereia, produz a individualização nas relações sociais: “O empregador compra sobretudo um ‘capital humano’, uma personalidade global” combinando uma qualificação profissional *stritu sensu*, um comportamento adaptado à empresa flexível, um gosto pelo risco e pela inovação, um engajamento máximo na empresa, etc.” (p. 57).

Esse cenário, empurra o sistema educativo a ajustar-se as demandas do mercado e a escola passa de uma “lógica de conhecimento” para uma “lógica de competências” (Laval, 2004, p. 58), assumindo a atribuição de forjar os futuros trabalhadores. Sujeitos que devem adquirir, assimilar, internalizar e reproduzir as qualidades narcísicas (identidade fetichizada) que o capital valoriza, o que resulta em um adestramento (*dressage*) do estudante, instado diuturnamente a tornar-se um *homo accountable* (Figura 44).

Figura 44 – O Espelho do Spaece: Espelho, espelho meu, me diz quem eu sou?



Fonte: Elaborada pelo autor, com *prints* capturados durante a reprodução do vídeo *Caravana do Spaece* (2022).

Nota: Print devidamente manipulado, para evitar o reconhecimento visual ou qualquer outra forma de identificação da criança diante do *Espelho do Spaece*. A foto capta um dos momentos culminantes da *Festa Spaece* (2022), atividade que antecedeu a aplicação da avaliação externa, realizada em certa escola pública da rede municipal de Fortaleza/CE. Em uma adaptação do diálogo da Rainha Má – do conto de fadas *Branca de Neve*, que indaga ao Espelho que tudo vê e tudo sabe: “Espelho mágico na parede, quem é a mais bela de todas?” – na *Festa Spaece*, crianças do 2º e 5º anos EF, perfiladas diante de um espelho decorado com ilustrações na *cor verde*, entoavam a frase, como um grito de guerra: “Espelho, espelho meu existe alguém que tira melhor nota no Spaece do que eu?” O que se assiste na escola neoliberal é a construção da *identidade fetichizada*, por uma típica operação de *dressage*. As crianças, motivadas a performatividade, são instadas a “[...] maximizar seu capital em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo *trabalhar a si mesmo* com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. O que distingue esse sujeito é o próprio processo de aprimoramento que ele realiza sobre si mesmo, levando-o a melhorar incessantemente seus resultados e seus desempenhos” (Dardot; Laval, 2016, p. 333).

O artigo, “*Espelho, espelho meu, existe alguém mais accountable do que eu? – o reflexo que adocece: a reificação do trabalhador docente e a busca por reconhecimento*”, de Menezes e Mendonça (2023), ajuda-nos a esclarecer o teor da Figura 44. A partir da metáfora do espelho do conto *Branca de Neve*, popularizada pelos irmãos Grimm (2012), Menezes e Mendonça analisam o adoecimento de professores submetidos a pressão das avaliações em larga escala:

Em uma terra distante, o espelho que despertava na madrasta da Branca de Neve o desejo pela juventude eterna, surge hoje, mas em outros formatos. Na atualidade, os indivíduos reificados estão encantados pelo gozo do sucesso e o espelho assume a função de refletir o *alter ego*, ou seja, o grande outro, aquele que é desejável. Há uma necessidade de ser medido, quantificado e comparado com o outro para existir. “Espelho, espelho meu, existe alguém mais *accountable* do que eu?” Sim, estimado trabalhador! No mundo da fragmentação social e da quantofrenia, o outro (concorrente) pode ser o mais *accountable*, o mais belo, o mais eficiente! Na versão contada pelos irmãos Grimm (2012), o *alter ego* da madrasta má, que invejou a beleza idealizada pelo espelho, desencadeou ações nocivas que culminaram em sua morte. A similaridade entre a fábula e a nossa sociedade, reside na manipulação dos indivíduos e seus pedaços – subjetividade, objetividade, força – de indivíduos reificados, através dos espelhos. Moderno e tecnológico, o espelho aparece em maior incidência, no formato das mensurações da qualidade do trabalho docente. O padrão estipulado por tais meios de avaliação, reduz a liberdade do sujeito de trabalhar e de ser-para-si, induzindo-o a um caminho de desejos impraticáveis, no

entanto, exaltados como possíveis à realização. "Preciso ser vista, medida, ter resultado, logo existo!" Por isso, o espelho (o Capital) é cúmplice e algoz do professor reificado, pois nele o indivíduo se "prepara" para ser visto pelo outro – o espelho é na verdade o próprio outro (Menezes; Mendonça, 2023, p. 7).

Esse *homo accountable*, é um homem competitivo, que faz empresa de si mesmo, sujeito ativo que se autogoverna, autogere, autocontrola, autodisciplina “na e pela ação que ele deve operar sobre si mesmo” (Dardot; Laval, 2016, p. 337), aprendendo por si mesmo a desenvolver estratégias para aumentar seu capital (des) humano. Esse sujeito, típico *homem-empresa* é um *empreendedor de si*, “[...] um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não. Ele se define unicamente por sua intervenção específica na circulação de bens” (p. 145).

Esse homem é treinado (adestrado) a: “Aprender a procurar informação torna-se uma competência vital” (Dardot; Laval, 2016, p. 146). A responsabilidade é inteiramente sua: “A partir do momento que se supõe que o indivíduo tem condições de acessar as informações necessárias para sua escolha, deve-se supor que ele se torna plenamente responsável pelos riscos envolvidos” (p. 349).

É possível inferir que através dessas metamorfoses

a escola muda seu sentido: ela não é mais o local de assimilação e de presença frequente das grandes narrações que forjam caracteres estáveis para situações sociais bem definidas; ela é lugar de formação de caracteres adaptáveis às variações existenciais e profissionais em movimento incessante (LAVAL, 2004, p. 23).

Culmina-se, nesse ponto no processo de formação de si, na forjadura de um *homo accountable*, correndo cada vez mais rápido, movido por um *cansaço de si mesmo*, em um esforço desumano à busca da eficácia produtiva. À vista disso, as práticas e valores da nova ordem do capital, estão corroendo a personalidade e as qualidades morais dos indivíduos, gerando uma *corrosão do caráter* (Sennet, 2009), por meio de uma gestão da alma – homens encorajados a se concentrarem em sua própria imagem e a adotarem uma perspectiva egoísta (individualista).

11.3 A fabricação do *homo accountable*: a gestão da alma do neosujeito?

A *gestão da alma* se baseia na ideia de que os indivíduos devem ser incentivados a desenvolver suas habilidades emocionais e subjetivas, de forma a se tornarem mais adaptáveis e flexíveis às demandas do mercado. Essa prática se manifesta de diversas formas na sociedade, como na utilização de técnicas de *coaching*, psicologia positiva etc.

Tecnologias que incluem a monitoração da *performance* dos indivíduos e uso de técnicas, como a introdução de sistemas de recompensa/punição e psicologia comportamental – economia psíquica, com seus dispositivo de desempenho e gozo – para incentivar certos comportamentos. Isso implica em uma pressão constante por desempenho e por sucesso, levando a uma competição em todas as esferas da vida social.

Isso significa que o indivíduo, imerso na competição mundial, é incentivado a desenvolver suas qualidades pessoais para reagir rápido, inovar, criar e gerir a complexidade numa economia globalizada. Em suma, as características principais do sujeito neoliberal em formação incluem a competitividade acirrada, a valorização do desempenho, a precariedade emocional e a instabilidade psicológica, e a nova norma subjetiva que valoriza a competição, em detrimento de valores éticos e morais fundamentais para a convivência em sociedade. Nesse sentido, forjar-se-ia uma espécie de *neosujeito pós-moderno*, sujeito hipermoderno, impreciso, flexível, precário, fluido e sem gravidade (Dardot; Laval, 2016).

Nos *Manuscritos de 1844*, Marx (2010b) já demonstrava que a produção capitalista se constitui num crescente processo de abstração, um “retirar de”, que se estende a toda a vida social, subordinando todas as ações e as relações ao valor de troca. Essa produção – subordinada a *triade fetichóide* mercadoria, dinheiro e capital – opera a *inversão* que secundariza a vida humana, face aos interesses de valorização da própria mercadoria.

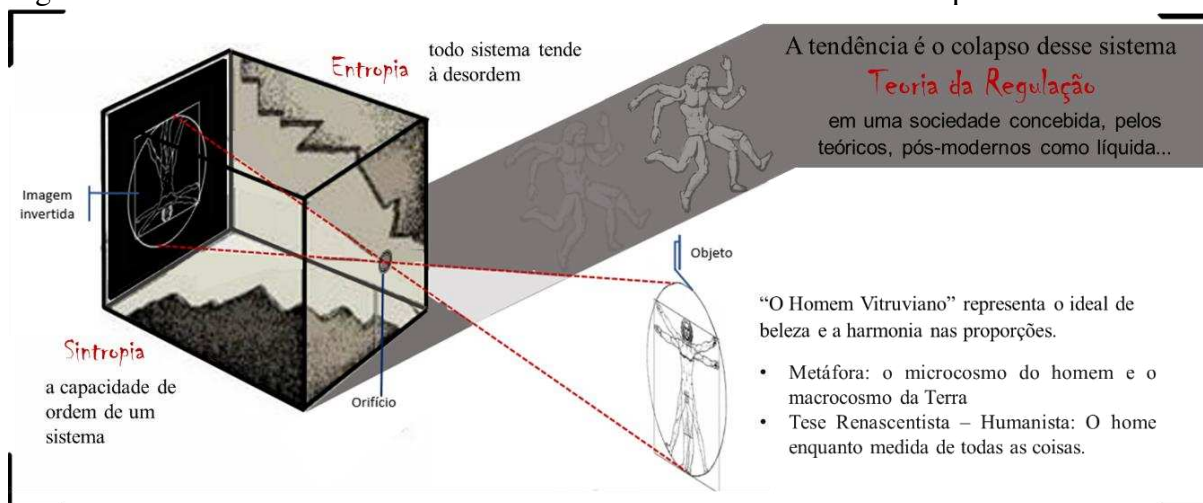
Portanto, a passagem do *homo oeconomicus* para o *neosujeito*, como defendem Dardot e Laval, (2016), não alterou a base da análise de Marx sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista. O mouro já afirmava, no século XIX, que havia uma *inversão objetiva* entre trabalhador e instrumento de trabalho, em que o trabalhador uma vez subordinado a processos de estranhamento, de reificação e de fetichização, adaptava-se ao ritmo, ao movimento e à velocidade das máquinas. Ele exprime essa inversão de modo incisivo: “até que ponto os homens trabalham com máquinas ou até que ponto os homens trabalham como máquinas” (Marx, 2010b, p. 23).

Por certo, tivemos mudanças no mundo do trabalho (fordismo, taylorismo e toyotismo) e na sociedade em geral ao longo dos séculos XIX-XXI. No entanto, estamos longe do *réquiem* do *homo oeconomicus*. Seus valores e seus princípios morais – racionalidade instrumental e uma busca pelo interesse próprio – permanecem no *neosujeito*, com sua subjetividade flexível e adaptável, capaz de se ajustar às mudanças rápidas e constantes da sociedade. Assim, o *neosujeito* é incentivado a se tornar um empreendedor de si mesmo, adaptar-se às demandas do mercado e de se reinventar constantemente.

Do mesmo modo que no passado, no presente, perdura na sociabilidade do capital, a cisão e a *inversão humana* do *ser-em-si* e do *ser-para-si*. Só que na ordem ideológica pós-moderna, com sua velocidade frenética, a barbárie promovida pelo capital é agudizada com o *neosujeito* flexível e o próprio *homem accountable* – indivíduo produtivo e responsável, capaz de assumir a responsabilidade por suas próprias ações e seus resultados.

Os resquícios de nossos sentimentos e dos pensamentos humanistas ligam-se à imagem antropoplástica do homem (Figura 45), como a medida do ser e do mundo, com as quais nos identificamos e nos representamos, referência, a partir da qual o homem é avaliado e pensado. Por esse antropocentrismo, temos a ideia da centralidade da natureza humana no mundo, a *medida de todas as coisas*, conforme a célebre máxima de Protágoras.

Figura 45 – O homem na câmara escura: a inversão do ser-em-si e do ser-para-si



Fonte: Elaborada pelo autor.²⁵³

Nota: Como foi trabalhado no Capítulo IV, “A mistificação ideológica: a *accountability* na câmara escura”, Marx (2010b) utilizou a analogia da *câmara escura* para se referir a consciência invertida da realidade, a ideologia mistificadora daqueles que não reconhecem a determinação de seu ser material e social sobre a sua consciência. Na montagem em tela, em uma linguagem figurativa, representamos a inversão imposta ao homem vitruviano como uma expressão da inversão humana na sociabilidade do capital. O conceito de homem vitruviano liga-se à obra *Os dez livros da Arquitetura*, escrita pelo arquiteto romano Marco Vitruvius Polião no século I a.C., cujos valores baseiam-se na ideia da proporção áurea, modelo (medida) ideal para o ser humano, com suas proporções perfeitas, segundo o ideal clássico de beleza. Posteriormente o modelo foi retomado por Leonardo da Vinci (1452-1519), no ano de 1490, retratando o espírito humanista e a perfeição matemática: a área total do círculo é equivalente à área do quadrado, de modo que o desenho pode expressar o valor do número irracional *phi* (aproximadamente 1,618). Os braços estendidos do homem, cuja imagem se inscreve tanto no círculo, como no quadrado, ilustram a base que Leonardo deu à estética, na qual as proporções do corpo refletem a ordem universal: o círculo liga-se à noção de movimento e ao mundo espiritual, ao passo que o quadrado simboliza a estabilidade, o contato com o mundo terreno e com seus elementos. O que é posto no desenho humanista é a recolocação do homem, em relação ao universo – do teocentrismo para o antropocentrismo.

²⁵³Figura organizada a partir de imagens *free* obtidas em sites na internet. *Câmara escura de orifício*. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/fisica/camara-escura-orificio.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020. *O homem Vitruviano*. Disponível em: <https://depositphotos.com/br/vectors/homem-vitruviano.html>. Acesso em: 10 abr. 2020. *O homem vitruviano acelerado*. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-o-homem-vitruviano-conheca-o-homem-perfeitamente-harmonico-de-da-vinci>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Contudo, essa mudança não implicou no abandono dos valores cristãos, antes foram incorporados a um novo modo de vida, que exigia a participação nas coisas públicas, resultando em um novo homem, que deixou de ser santo para ser o cidadão. Contudo, esse ser é forjado como *humano invertido* no capitalismo, sistema contraditório (reflexo da luta entre “ordem vs desordem”) que se baseia na acumulação de capital e na busca pelo lucro, o que pode ser visto como uma tendência para a desordem (*entropia*), já que tal busca leva a uma exploração desenfreada dos recursos naturais e dos humanos. Por outro lado, a *intropia* pode ser vista como uma força que busca a ordem para evitar o colapso do sistema, como esclarece a Teoria da Regulação. Sendo que na sociedade pós-moderna, a inversão humana é sofisticada: o homem – outrora medida de todas as coisas – torna-se um ser acelerado, resultado de uma “‘antropofagia’ das formas de trabalho por um capitalismo, que na contínua busca de um aumento da produção e de uma otimização da exploração do trabalho, destrói seus métodos de produção precedentes [...]” (Infranca, 2023, p. 54).

O fenômeno humano é entendido, a partir das possibilidades, das limitações e dos interesses de suas experiências, como um mundo à parte do restante da natureza, um *império dentro do império*, como declarou Espinosa. Um universo isolado, uma mônada impermeável *a priori* à contaminação externa, imune à modificação pela volatilidade das paixões e dos impulsos. Aqui o humano está no centro de equilíbrio.

Essa relação de equilíbrio com o universo se alicerça no humano individual, enquanto ser ideal, ser não abalado, não mundano, logo, incapaz do amor por sua condição teoricamente hermética, em relação ao universo, pois seus limites geométricos perfeitos são delimitados por seu próprio corpo. Este ser individual, em harmonia com suas medidas, é, por analogia, a figura de Adão antes da criação de Eva, antes que sua harmonia com o universo fosse desestabilizada por Deus, quando este lhe retirou uma costela, abalando seu centro de gravidade.

A completude adâmica só é restabelecida na recomposição da estrutura originária: “Por essa razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e eles tornarão uma só carne” (Bíblia [...], 2007, Gn, 2, 24, p. 3). O que está posto pelo desequilíbrio estabelecido é a busca pela harmonia – revelando a imperfeição do ser, que precisa encontrar diante de si o semelhante – e o momento do *sono* – “Então o Senhor Deus fez o homem cair em profundo sono [...]” (Gn, 2, 21, p. 3) –, enquanto simulação da morte, um momento de suspensão da consciência para que o criador continue a realizar sua obra.

Entretanto se, por um lado, o fundamento primevo do entendimento humano, enquanto sujeito cercado pelo mito da pureza antrópica, é a dicotomia humanidade *versus* animalidade (natureza) – dogma antropológico humanista, como negação de suas origens naturais, biológicas e evolucionárias –, por outro, sua incompletude lhe impõe a busca pela restauração da perfeição.

Nesse sentido, o *homem vitruviano*, com suas medidas matemáticas – o número *phi* ou número áureo, a matemática da beleza, envolvido com a natureza do crescimento e associado ao significado da perfeição –, é a antecipação do *homem moral quantofrênico*. Uma

vez que ambos buscam utilizar a matemática e a geometria para representar a perfeição humana e avaliar o homem de forma objetiva. No contexto educacional, a quantofrenia tem se disfarçado nos valores de superação, manifestos na própria avaliação, como é possível de ser constatado no fragmento abaixo, retirado da entrevista com a Dir.^a Sofia (ED1E1):

[Pesquisador] Prof.^a, que aspectos incidem de forma positiva [...] na escola, em relação as avaliações em larga escala e a *accountability*?

[Dir.^a Sofia] **Nós somos pessoas, seres humanos.** Eles [professores] trabalham por incentivo, todo mundo sabe disso ... Se você, se você olhar o esporte, **você vai ver que a pessoa está em uma corrida** e ela já está para desistir. **E aí de repente, alguém grita, dá uma força e a pessoa ... [dispara].** Então, nós, seres humanos, nós somos movidos a incentivos ... Nós somos movidos por isso. Então assim, a partir do momento que existe a questão da premiação, mesmo que não seja uma coisa financeira, mas toda aquela festa que é feita com a entrega dos resultados, aquela coisa toda, [fica] claro que isso motiva o professor dentro de sala de aula. Essa é a questão. E aí, quando você motiva? O professor ... trabalha melhor na sala de aula. Ele vê o resultado melhor e aquele resultado vai motivar ele ... E motiva toda a escola ... Quem não gosta de ser premiado. E aí eu vou falar especificamente da nossa escola, nossa escola em 2019, foi primeiro lugar do distrito [...]. Então, assim, o clima dentro da escola [foi] de festa. E aí eu estou falando de todo mundo da escola, do porteiro às meninas da cozinha. Foi outro clima. O orgulho de dizer “a minha escola foi primeiro lugar”. Você via isso nos olhos dos pais. Nas crianças que participaram das provas. Quando nós anunciamos o resultado, todas ficaram felizes. “Eu estou na melhor escola que tem”, porque ela ficou em [...] lugar em Fortaleza.

O homem moral quantofrênico é uma contradição da própria pós-modernidade. A quantofrenia, em sua relação com a sociedade neoliberal, é uma racionalidade instrumental que se tornou predominante na sociedade pós-moderna, que é caracterizada pela liquidez, pela incerteza e fragmentação. Ademais, a quantofrenia busca trazer uma aparente certeza e controle por meio da aplicação de medidas e de números. Essa tentativa de traduzir os fenômenos sociais e humanos em linguagem matemática vai de encontro à natureza fluida e complexa da pós-modernidade, que é marcada pela falta de certezas e pela multiplicidade de perspectivas.

Neste momento, recordamos uma anedota da área da contabilidade recorrentemente contada nos corredores dos escritórios espalhados pelo Brasil: “*Dois mais dois. Quanto você quer que dê?*”

Uma grande empresa estava fazendo seleção para contratar um contador.

Veio o primeiro candidato para a entrevista.

O dono da empresa pergunta: “Quanto são dois mais dois?”

O contador responde, confiante: “Quatro”. O dono da empresa: “Não, reprovado”.

Chega o segundo. O dono da empresa pergunta: “Quanto são dois mais dois?”

O contador responde, confiante: “Quatro”. O dono da empresa: “Não, reprovado”.

Chega o terceiro. O dono da empresa pergunta: “Quanto são dois mais dois?”

O contador responde: “Quanto o senhor quiser!”. Foi contratado.

A história conta que o dono de uma empresa só achava que o Contador era bom se ele manipulasse os números conforme a vontade do patrão: “quanto você quer que dê”? Por mais absurdo que seja, essa “piada” tem um fundo de verdade. A resposta das operações matemáticas dependerá do tipo de Regime Contábil de Escrituração da Contabilidade.

Ora, da mesma forma, funciona a quantofrenia: uma racionalidade que busca impor uma visão quantitativa e objetiva sobre a realidade. No entanto, essa visão objetiva pode ser manipulada para atender aos interesses dos gestores e das organizações. Os dados quantofrênicos podem ser selecionados, interpretados e apresentados de forma a favorecer determinadas decisões e ações gerenciais, em detrimento de outras possibilidades. A própria escolha dos indicadores e das medidas pode ser influenciada pelos interesses específicos, o que pode levar a uma distorção da realidade. Portanto, é importante ter em mente que essa ciência não é neutra e pode ser manipulada conforme os interesses em jogo. Como diz Afonso (2009b, p.13): “Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável”.

Retomemos aqui, brevemente, o homem moral smithiano. Smith (2002), como um bom cético, destacou n’A *Teoria dos Sentimentos Morais* que o principal obstáculo à realização da ordem ideal do *espectador imparcial* é a nossa própria imperfeição, ligada ao nosso conhecimento limitado e às ilusões da imaginação, produzidas pela vaidade e o amor-de-si. Para superar essa realidade, Smith, como já mencionado, adota uma solução “realista”: a combinação de educação moral e de instituições sociais adequadas, para com isso, sermos capazes de aprender a perceber e a avaliar os outros e nós mesmos e assim, possamos construir uma comunidade moral virtuosa.

No entanto, o homem moral, diante do *Zeitgeist* neoliberal, está imerso na *liquidez* – aqui, apropriamo-nos parcialmente da produção teórica baumaniana –, isto é, o homem pós-moderno, negando a solidez da era moderna, liquefaz os absolutos sólidos – valores, crenças e atitudes – e passa a buscar aquilo que se conforme aos seus interesses, as suas necessidades e a aquilo que ele julga merecedor.

Nessa sanha pós-moderna, o indivíduo é movido e impelido a resolver problemas na rapidez do transitório, como bem indicou Bauman (2001), ao citar um fragmento do ensaio *Prudence*, de Ralph Waldo Emerson (1841):

“Indivíduos frágeis” destinados a conduzir suas vidas numa “realidade porosa”, sentem-se como que patinando sobre o gelo fino; e “ao patinar sobre gelo fino”, observou Ralph Waldo Emerson em seu ensaio “Prudence”, “nossa segurança está em nossa velocidade”. Indivíduos, frágeis ou não, precisam de segurança, anseiam por segurança, buscam a segurança e assim tentam, ao máximo, fazer o que fazem com a máxima velocidade. Estando entre corredores rápidos, diminuir a velocidade significa ser deixado para trás; ao patinar em gelo fino, diminuir a velocidade

também significa a ameaça real de afogar-se. Portanto, a velocidade sobe para o topo da lista dos valores de sobrevivência (Bauman, 2001, p. 260).

Eis o homem modelado na câmara escura, como retratado na Figura 45. Ele corre e corre sem parar. Na contradição da sociedade que se alvora pós-moderna, alardeia-se uma comunidade moral, ao mesmo tempo que a velocidade e o relativismo leva o indivíduo a uma administração da vida que o afasta da reflexão moral de seus atos.

Para Bauman (2001), a metáfora do patinador é a imagem do homem pós-moderno, um sujeito que não sabe para onde vai, entretanto, sabe que não pode ficar parado e não deve carregar nada pesado (conhecimento sistematizado e acumulado), com riscos de quebrar a fina camada de gelo e de afundar em águas geladas. Na rapidez hedonista pós-moderna, somos torturados por uma racionalidade que aponta para o fracasso, só superado pelo fetiche por estar sempre empenhado em algo – o que nos move a relegar nossos aspectos internos e subjetivos.

Agora, em perspectiva marxista, considerando o mundo do trabalho em tempos neoliberais – que tem por irmãos a pós-modernidade e o toyotismo –, temos que:

O capitalismo moderno visa a fazer do indivíduo um trabalhador, mesmo fora da fábrica e do local de trabalho, não permitindo, como quer o modelo toyotista, a mínima autonomia de decisão ou de pensamento por parte do trabalhador. A isso se associa a construção de uma moral do “bem da empresa”, que é vendida como “bem comum” ou como “senso de dever”, que, para o trabalhador toyotizado, deveria ser a essência da própria vida” (Infranca, 2023, p. 54).

Autores como Lyotard, Derrida, Deleuze, representantes do desconstrutivismo, e, em certa medida, o próprio Bauman, instauram a angustiada consciência de fugacidade, de incerteza e de transição, provocada pela rejeição da temporalidade moderna e seus valores iluministas, a favor da multiplicidade, do efêmero e do transitório. Essa tendência de pensamento deu origem ao sentimento de brevidade e à inconsistência diacrônica.

As próprias bases teóricas da pós-modernidade desafiam as noções tradicionais de responsabilidade e de autoridade. A ênfase na diversidade de perspectivas e na desconfiança em relação às narrativas – múltiplas verdades – leva a uma visão mais descentralizada da *accountability*, na qual múltiplos atores e vozes são considerados relevantes na prestação de contas. A perda de centralidade gravitacional, em torno da qual o poder deve orbitar – a noção de *poder difuso* foucaultiano – busca nos lançar em um vórtice, ou seja, um turbilhão rodando vertiginosamente sem eixo.

Além disso, a pós-modernidade questiona a própria ideia de moralidade universal e estável, o que tem implicações na forma como a *accountability* é concebida e praticada – tudo é relativo, ou *there is no there there*. Com isso, pode haver uma maior ênfase na

responsabilidade individual e na negociação de significados e de valores, em contextos específicos (singulares), em vez de uma abordagem geral de *accountability*.

Uma das principais consequências desse vórtice é o aumento da pressão por desempenho e por sucesso em todas as esferas da vida social, o que pode gerar ansiedade, estresse e depressão nos indivíduos. O dispositivo de desempenho e de gozo do sujeito neoliberal implica em uma “nova” norma subjetiva, que valoriza a competição e o desempenho a todo custo, levando-os a se identificarem cada vez mais com sua atividade profissional e menos com outros aspectos da vida social, em uma perda de sentido na vida.

Ao se dedicarem exclusivamente ao trabalho ou às demandas da sociedade, como uma organização, resulta na fragmentação da identidade dos indivíduos e na perda de valores éticos e morais fundamentais para a convivência em sociedade. Com isso, essa norma subjetiva afeta a sua própria economia psíquica, levando-os a um estado de precariedade emocional e de instabilidade psicológica.

Por fim, é importante destacar que o dispositivo de desempenho e de gozo do sujeito neoliberal não é apenas uma imposição externa, mas sim uma norma internalizada por eles. Isso significa que os próprios sujeitos acabam reproduzindo esses valores em suas vidas. Com sua alma forjada na ordem neoliberal, o indivíduo é impelido a refletir a imagem do que é tido por belo pelo *espelho do capital*. Um *reconhecimento perverso*, ilusório e prejudicial à sua integridade moral e ética, que lhe desumaniza e atende apenas aos interesses instrumentais do sistema, por meio de sua *arbor generis capitalis* – a *árvore de desempenho*.

Amparados em Cassiano e Furlan (2013), mesmo que tenhamos algumas ressalvas à sua psicologia social crítica fundamentada na *biopolítica*, podemos conjecturar que o registro do nome dos estudantes na árvore de desempenho leva a um processo de enquadrar os indivíduos a uma determinada sociabilidade. O “enquadramento” se refere a um processo pelo qual o ser é colocado em uma determinada categoria ou moldura, que é definida pelas normas e pelas regras do grupo ou da organização em que está inserido.

Portanto, a prática do enquadramento é um processo em que os indivíduos são atravessados por organizações (Cassiano; Furlan, 2013). Por exemplo, a escola, enquanto complexo social, estabelece normas, valores e padrões que devem ser seguidos, como vestimenta, linguagem ou *performances* a serem alcançadas.²⁵⁴ O autor argumenta que esse

²⁵⁴ Aqui, poderíamos ter desenvolvido um profícuo debate com os conceitos althusserianos, principalmente com o conceito de Aparelho Ideológico de Estado, como realizamos em nossa dissertação de mestrado (Menezes, 2019), mas optamos por não desenvolver esse debate, por entender que as discussões em torno da psicologia social crítica atendiam de modo mais direto aos nossos objetivos.

processo é fundamental para a construção da identidade, pois a adesão aos padrões definidos pela organização é vista como uma forma de pertencimento a um grupo social.

Na aparência, quando um estudante tem seu nome registrado em uma posição de destaque na árvore, isso pode ser visto como uma forma de reconhecimento positivo e de valorização do seu desempenho, pois enquadra-se nos padrões esperados. Por outro lado, se o nome do estudante está registrado em uma posição menos favorável, pode haver um efeito depreciativo em sua autoestima e em sua autoconfiança, associando o “sucesso” a ideia de mérito individual. Ignorando com isso, as múltiplas determinações a que os estudantes estão submetidos.

Todavia, independentemente da posição do indivíduo na árvore, o que se processa é uma fratura social. Essa sociabilidade tem consequências graves para o desenvolvimento do ser, como a culpabilização pelo fracasso sem levar em conta outras variáveis do contexto. Ao naturalizarem, objetivarem e idealizarem a fixação dos nomes dos estudantes em uma árvore de desempenho, as escolas estão promovendo o *reconhecimento perverso*.

Para Lima (2010), esse tipo de reconhecimento se refere à oferta de garantia de direitos (reconhecimento social) realizada com uma função tática, seguindo uma racionalidade instrumental e estratégica, baseada apenas na defesa de interesses econômicos e políticos daquele que reconhece e não do sujeito que é reconhecido (Figura 46). Em outras palavras, o *reconhecimento perverso* ocorre quando uma pessoa ou um grupo oferece reconhecimento social a outra pessoa ou a outro grupo, não por um desejo genuíno de valorizar sua identidade ou garantir seus direitos, mas sim como uma forma de obter benefícios próprios.

Figura 46 – Spaece Girl: o lápis estrela do poder - pintando o mapa verde do Ceará



Fonte: Elaborada pelo autor, com *prints* capturados da reprodução do vídeo *Spaece Girl* durante debates no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas, Gestão da Educação e Formação de Professores da Universidade Federal do Ceará (GEPPGE/UFC), subgrupo Laboratório de Estudo e Pesquisa de Accountability no Estado do

Ceará (LEPACE), no decorrer das exposições sobre a Política Educacional no Ceará, baseada no texto de Araújo (2016), nos dias 9 de maio de 2018.²⁵⁵

Nota: Fotos manipuladas para evitar a identificação visual da professora. O conjunto de imagens captam um dos momentos culminantes do *Dia D do Spaece*, festa que antecedeu a aplicação da avaliação externa, realizada em certa escola pública do EF do Estado do Ceará, na década de 2010. A programação contou com a participação de toda a comunidade escolar, sendo realizadas apresentações artísticas e gritos de guerra. O momento culminante do evento ocorre quando uma professora, fantasiada de super-heróina, a *Spaece Girl* – vestida de verde (cor símbolo do Spaece) e portando o *lápiz estrela*, cujo guardião tem o poder de acertar as questões da avaliação, colorindo o mapa do Ceará de verde – convoca os estudantes a lutarem contra o arco inimigo da educação, o vilão *Mancha Vermelha*, que borra de vermelho o mapa educacional cearense com a cor da baixa proficiência estudantil. Contra esse vilão a *heroína* convoca os estudantes do 2º, 5º e 9º anos EF para comporem a *Liga dos Guardiões do Spaece*; para isso, todos devem participar da avaliação externa. Assim, a *Spaece Girl*, perguntando se no dia da avaliação os estudantes estarão na escola, indaga – ao mesmo tempo que conclama: “[...] Se vocês estiverem com dor de barriga [vocês virão para a escola]? [...] Se estiverem com dor de cabeça [vocês virão para a escola]? [...] Se estiverem com a perna quebrada [vocês virão para a escola]?” A cada pergunta da *Spaece Girl*, era entoado um uníssono “Sim!”, por parte dos estudantes. Então a heroína declara: “[...] Eu sabia que poderíamos contar com vocês [...]”. Diante do exposto e retomando nossa discussão sobre o *Bizarroverso*²⁵⁶, também conhecida como *Arret*, e sua *Liga da Injustiça da Inamérica*, o que assistimos aqui, com a *Spaece Girl*, é a força das organizações, dentre elas a educacional, com suas garantias de realização dos sujeitos. Muito mais do que uma simples *Escola Nota 10* ou escola premiada pelo *Pemed*, a questão que se impõe é a do *totem* de veneração (escola premiada), que deve ser respeitado. Gestores, professores e estudantes são levados a acreditar (ou aceitar) – de modo mistificado, alienante – as ideologias sustentadas por discursos de equidade, eficácia, qualidade, performatividade, sucesso etc. de uma educação que visa resultados mensuráveis. O que se processa, de modo dissimulado, é o estabelecimento de regras de comportamento e condutas a todo o grupo, materializado no estabelecimento de padrões (moldes), que devem ser adotados por todos os sujeitos: doentes ou não, devemos vestir a camisa da organização, em prol de um suposto bem maior. Os sujeitos são enquadrados por meio de um repertório de estratégias de gestão da alma, um processo de aliciamento e sedução – mobilizando componentes psíquicos – que favorecem a manipulação de nossa subjetividade. Ao analisarmos a figura da *Spaece Girl*, uma professora fantasiada de super-heróina, não podemos negligenciar o fato de que existe um elo entre sujeitos e organização. Esse elo é material, mas também afetivo e imaginário. O docente, um trabalhador, ao desenvolver suas atividades não o faz apenas vendendo sua força de trabalho ao capital – no caso em questão, ao Estado. A professora, servidora pública municipal, está vendendo as condições físicas e emocionais que a constituem como sujeito. Nesse movimento, que é um movimento de mobilização psíquica, o trabalhador pode, não raras vezes, ignorar, ressignificar ou distorcer a dimensão ético-moral inserida no contexto de trabalho, seduzido por promessas de realização veiculadas pelo discurso organizacional. A partir dessa arquitetura, o desenho da ação, que envolve todo o evento o *Dia D do Spaece*, deve ser analisado considerando os dispositivos e mecanismos de controle – sobre o afetivo e o intelectual dos trabalhadores e estudantes – presentes em conteúdo oculto e semioculto, que fortalece os processos de mistificação da realidade.

Isso pode levar à manutenção do estigma e da exclusão social daqueles que são *reconhecidos* de forma perversa. Ou seja, esse tipo de reconhecimento “reduz as infinitas possibilidades de criação das personagens²⁵⁷ [papéis – não substanciados – nas dinâmicas de

²⁵⁵ O **GEPPGE** é um Projeto de Extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), coordenado pela Profa. Dra. Clarice Zientarski (FACED/UFC), com estudos e pesquisas desenvolvidas durante os anos de 2016-2021, ligados a “Projeto Rede Mapa e a Gestão do ensino Público e o Percorso formativo: identificando a realidade no Ceará” e “Políticas públicas de regulação por resultados e o governo democrático da educação básica”. Vídeo arquivado no acervo iconográfico do *Observatório das Políticas de Accountability*, sob a coordenação da Dra. Clarice Zientarki, Me. Hermesom C. M. Menezes e Me. Telmano Rodrigues Sampaio. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1WhTW9Dey9t6d20S9lwxhDx6rHLh1YpFn?usp=share_link. Acesso em: 10 fev. 2024.

²⁵⁶ Vide p. 574-575.

²⁵⁷ O conceito de “personagem”, em Ciampa é uma construção social que se forma, a partir da internalização de proposições substantivas no lugar de proposições verbais. Isso significa que, ao invés de descrever as atividades que uma pessoa realiza, usamos substantivos para descrevê-la, criando a ilusão de que ela é dotada de uma substância e que essa substância se expressa através dela. Por exemplo, ao dizer “João é médico”, estamos criando a ilusão de que João é dotado de uma substância chamada “médico” e que essa substância se

identidades] à representação de uma identidade fetichizada, estigmatizada” (Lima, 2010, p. 183).

Aqui há uma relação entre a transformação da personagem em forma-personagem e a proposta de Marx (2013b) sobre a transformação da mercadoria em forma-mercadoria: ambas são processos de fetichização. No caso da mercadoria, lembremos, Marx argumenta que ela é fetichizada porque parece ter um valor intrínseco, independentemente do trabalho humano que foi necessário para produzi-la. Isso ocorre porque o valor da mercadoria é determinado pelo mercado, e não pelo trabalho humano que foi necessário para produzi-la.

Assim, a mercadoria se torna uma forma-mercadoria, ou seja, uma coisa com um valor de troca abstrato. Da mesma forma, na sociedade contemporânea, a personagem também pode ser fetichizada e transformada em uma forma-personagem (Lima, 2010). Isso ocorre quando a identidade do indivíduo é reduzida a uma única característica ou a uma imagem, como sua aparência física ou posição social. Essa redução da identidade do indivíduo pode levar à sua objetificação e ao tratamento como uma coisa com um valor de troca abstrato.

A forma-personagem é fetichizada quando a personagem passa a se apresentar como objeto misterioso, fantasmagórico, em outros termos, como um fetiche. Isso ocorre porque a internalização de proposições substantivas no lugar de proposições verbais coisifica a atividade sob a forma da personagem, que subsiste independentemente da atividade que a tenha engendrado e deveria sustentá-la. Essa coisificação da atividade sob a forma da personagem é uma das consequências do fetichismo na vida e nas negociações identitárias dos sujeitos e suas consequências políticas.

Conforme Ciampa (1998, 2009), a identidade é um processo dialético e político:

Cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida [...]. Uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia [...]. A questão da identidade, assim, deve ser vista não como questão apenas científica, nem meramente acadêmica: é, sobretudo, uma questão social, uma questão política (Ciampa, 2009, p. 127).

Diante da concepção da natureza dialética e política do processo de formação da identidade apresentada por Ciampa, somos instigados a citar uma passagem de Marx sobre a interação entre os indivíduos e as relações sociais:

Quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo (...). Só no

expressa através dele. Isso coisifica a atividade de João como médico, sob a forma da personagem "médico", que subsiste independentemente da atividade que a tenha engendrado e deveria sustentá-la. Em outras palavras, estamos reduzindo João à sua profissão e obscurecendo as verdadeiras relações entre ele e sua atividade como médico (Castro; Lisbão, 2017).

século XVIII, na “sociedade burguesa”, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz esse ponto de vista, o indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, desse ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento. O homem é, no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade (Marx, 2010c, p. 26).

Em ambas as abordagens se destacam a importância de considerar o caráter dinâmico e interativo das relações sociais e o contexto político mais amplo, seja para a formação da identidade ou para a compreensão do indivíduo.

Concentrando-nos na psicologia social crítica, temos que a identidade não é algo fixo ou estático, mas sim uma construção social e histórica, influenciada por fatores internos e externos ao indivíduo. Essa ideia tem implicações para a compreensão da subjetividade dos indivíduos, o que leva Ciampa, juntamente com outros pesquisadores, a propor o sintagma *Identidade-Metamorfose-Emancipação* (Lima, 2010; Lima; Ciampa, 2012).

No sintagma, a palavra “identidade” se refere à construção sócio-histórica da identidade pessoal, enquanto “metamorfose”, refere-se ao processo de mudança contínua da identidade ao longo do tempo. Já “Emancipação”, refere-se ao processo de libertação das condições opressivas que limitam a liberdade e o desenvolvimento do ser humano.²⁵⁸

Atendo-nos um pouco mais a categoria de metamorfose, temos que esta pode levar à emancipação ou à alienação (estranhamento), dependendo das condições histórico-sociais em que ocorre (Ciampa, 1998; Lima; Ciampa, 2012). A metamorfose, como um processo de transformação da identidade pessoal, envolve mudanças nas crenças, nos valores, nos comportamentos e nas relações sociais. Essas mudanças podem ser influenciadas por

²⁵⁸ Dentre os vários autores que influenciaram a concepção do sintagma *Identidade-Metamorfose-Emancipação* está Jürgen Habermas, com seu construtor de *Mundo da Vida* e sua *Teoria da Ação Comunicativa* (Souza Filho; Santos, 2017). Para a teoria habermasiana, o *Mundo da Vida* é o espaço em que ocorrem as interações sociais e comunicativas entre os indivíduos. Tal Mundo abrange a esfera da vida cotidiana, incluindo as relações interpessoais, as práticas e as normas culturais e os significados compartilhados. Já a *Teoria da Ação Comunicativa* busca compreender a natureza da ação humana, enfatizando a importância da comunicação e do entendimento mútuo na interação social. Habermas (1990) argumenta que a linguagem desempenha um papel central nesse processo, pois é através da comunicação linguística que os indivíduos constroem significados compartilhados e alcançam um entendimento intersubjetivo. No contexto do sintagma, a conexão com o *Mundo da Vida* se dá porque a identidade dos sujeitos é construída a partir das interações sociais que ocorrem nesse espaço – eis que, as ideologias e as alienações influenciam a forma como os indivíduos constroem suas identidades. Por outro lado, a metamorfose proposta por Ciampa pode desenvolver um modo de resistência às formas de dominação presentes no *Mundo da Vida*. Ao reconhecer que a identidade não é fixa, os sujeitos podem buscar transformá-la em direção à emancipação (Lima; Ciampa, 2012). Aqui, destaquemos, sem a pretensão de estender o debate, que a crítica marxista à leitura habermasiana se concentra principalmente na questão da estrutura social e das relações de poder. Se Habermas enfatiza a importância da comunicação e do entendimento mútuo na formação da identidade e na busca pela emancipação, os teóricos marxistas argumentam que esses aspectos estão condicionados pelas relações sociais e econômicas. A ênfase na comunicação e no diálogo, sem uma análise das relações de classe e das condições materiais de existência, seria insuficiente para promover a transformação social e a emancipação verdadeira.

fatores internos (desenvolvimento psicológico) e externos (condições sociais), em uma busca do indivíduo pela emancipação – mesmo que sejam somente fragmentos de emancipação (Ciampa, 1997).

A utopia emancipatória emerge de metamorfoses da identidade que se engendram por uma “falta sentida ou de uma meta visada” (Ciampa, 1997, p. 3). A *falta sentida* é uma experiência subjetiva de ausência ou um vazio que pode ser vivenciado por um indivíduo em relação a si mesmo, aos outros ou ao mundo. Para o autor, essa *falta* é um traço fundamental da identidade, pois ela pode motivar os indivíduos a buscarem mudanças e transformações em suas vidas, mas também pode ser uma fonte de sofrimento e de angústia.

Como bem destaca Lima (2009, 2010), o reconhecimento é fundamental para a formação da identidade, pois faz parte da condição de existência dos indivíduos, enquanto participantes da vida em sociedade. Todavia, a identidade também é importante para a formação do reconhecimento, uma vez que a forma como os indivíduos se reconhecem e são reconhecidos pelos outros influencia diretamente na construção de sua identidade. À vista disso, a formação da identidade e do reconhecimento são processos interdependentes, que se retroalimentam.

Assim, a prática de enquadramento escolar, que naturaliza, objetiva e idealiza a fixação dos nomes dos estudantes em uma árvore de desempenho, p. ex., negligenciando a complexidade social e a identidade do indivíduo, resulta no reforço da objetificação e da *personagem fetichizada* – uma representação unidimensional e limitada do indivíduo, reduzindo ainda mais sua complexidade social e sua identidade (Lima, 2009, 2010).

As categorias da psicologia social crítica aqui apresentadas, e de longe esgotadas, expõem a complexidade que compõe a materialidade da árvore de desempenho e sua simbiose com as políticas de *accountability*. Essa relação fetichizada só pode ser discriminada e individualizada como elemento do sistema em que se totaliza e se unifica. Essa totalidade, lembremos, é o que Marx chama de concreto, que é a unidade presente na diversidade.

Dito isso, é necessário, para a adequada análise da *accountability fetichizada*, com seus processos de mistificação simbólica no espaço escolar, considerarmos o indivíduo, no nosso caso o estudante (o fruto). É claro que, é possível investigar a *accountability* e sua relação com as avaliações em larga escala, em uma perspectiva lógico-formal – e muitas pesquisas têm sido realizadas nessa seara. Ou seja, atendo-se às estruturas lógicas e às relações formais entre os conceitos envolvidos, sem necessariamente considerar os sujeitos ou os indivíduos e as contradições na totalidade em que esses conceitos são aplicados. Agora, se a pesquisa desvela o objeto estudado, aí é outra questão.

É importante atentarmos que os indivíduos envolvidos nas situações concretas, como estudantes, professores e gestores têm um papel fundamental na operacionalização da *accountability* – como resultado de relações sociais. Contudo, esclareçamos, mesmo já iniciado a exposição, não se trata aqui de apropriarmos-nos da teoria marxiana para propor uma psicologia marxista ou desenvolver uma investigação da *accountability* no campo da psicologia social crítica, como possa parecer – uma vez que recorreremos a autores desta área do conhecimento, para elaborar algumas análises sobre a identidade e o reconhecimento do indivíduo. Nossa ação busca apenas evidenciar que no capitalismo, políticas educacionais e árvore de desempenho são antípodas solidárias que imprimem cores à subjetividade objetivada dos indivíduos. Ou, nas palavras de Marx (2013b, p. 116):

Para evitar possíveis erros de compreensão, ainda algumas palavras. De modo algum retrato com cores róseas as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes. Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas.

Marx (2013b), portanto, não anula o indivíduo, antes usa tal conceito para analisar o capitalismo. Partindo da ideia de *mônada*, enquanto uma substância simples que constituiria a realidade – com a palavra “simples” queremos dizer sem partes, em que não há extensão, nem divisibilidade possível, ou seja, o verdadeiro átomo da natureza, o elemento de todas as coisas, compondo as compostas –, teorizada pelo alemão Leibniz, Marx elaborou sua crítica à concepção de indivíduo expressa pela filosofia burguesa.

A partir desse entendimento, podemos considerar que o *Prêmio Escola Nota 10* e a *árvore de desempenho*, conformados à lógica antinômica da sociabilidade do capital, afetam o indivíduo de modo direto e indireto. De modo direto, são utilizadas como critério para premiações e bonificações, além de orientarem o trabalho pedagógico, que envolve o ensino-aprendizagem e influenciam a autoestima e a motivação de estudantes e professores. De modo indireto, o desempenho obtido pelos estudantes e publicizado pode ser visto como um resultado do trabalho da escola como um todo e pode influenciar a reputação do corpo docente, discente e da gestão perante a comunidade escolar e a sociedade em geral.

Ou seja, em suma é o indivíduo que é afetado – uma vez que a organização é algo inumano. Por isso, o debate sobre o indivíduo, embora esse tema seja uma questão mal compreendida em relação à obra de Marx, é crucial para entendermos o impacto das políticas de *accountability* no campo educacional. Ora, o efeito das políticas de *accountability* – aqui,

de modo mais específico as avaliações – sobre a comunidade escolar não é sentido apenas nas questões pedagógicas ou administrativas, mas envolve o próprio sujeito, enquanto ser humano que trabalha e que sente.

Aqui, retomamos o título de nossa seção 9.2, “A árvore de desempenho: ‘vossos olhos se abrirão e sereis como deuses’ – Será?”. Eis que, o Capital, na conjuntura neoliberal, apresenta-se como uma serpente astuta, que oferece a maçã do individualismo e da meritocracia. Como Eva (do hebraico *chavah*, que significa “vida” ou “viver” – por implicação de algo), somos seduzidos por essa ideologia, que nos leva a crer que somos deuses e que tudo depende apenas de nosso desempenho individual. No entanto, assim como no relato bíblico, isso é uma ilusão que nos conduz a queda (estranhamento) inevitável.

Com a árvore de desempenho (do conhecimento do bem e do mal), símbolo do mercado, o neoliberalismo nos leva a depositar nossa fé cega na busca por um conhecimento que nos tornem deuses. Assim, acreditamos que, se seguirmos suas regras e se competirmos entre nós, seremos recompensados com o sucesso e com a felicidade – inseridos no reino das fantasmagorias. Entretanto, como no *Paraíso Perdido* de Milton (2002), essa árvore é uma armadilha que nos mantém presos a um mundo distópico.

Assim como o homem no *Paraíso Perdido*, que se afastou de Deus e da natureza, o indivíduo reduzido à individualidade – abstração gerada pela ideologia burguesa – é o ser afastado da sua verdadeira natureza e da comunidade, em busca da sua própria realização egoística. Muitos, por acreditarem que são indivíduos isolados, separados do mundo e dos outros, e que o sucesso ou o fracasso dependem apenas de seus esforços, esquecem ou desconhecem que a realidade é muito mais complexa e que as desigualdades sociais são resultado de estruturas econômicas e sociais que afetam a todos.

Assim, como *Fausto*, de Goethe (2002), podemos nos encontrar presos a um pacto com o *Diabo*, em nosso caso, o *Capital* – acorrentados à *aritmética da accountability* –, em que a promessa da individualização nos leva a acreditar que estamos no controle de nossas vidas, mas na verdade nos tornamos reféns de um sistema que nos mantém presos a uma realidade de injustiças sociais. A meritocracia, que parece oferecer uma solução para as desigualdades, na verdade, é o fruto enfeitado da *serpente*, que nos seduz à armadilha do estranhamento, à solidão e à degradação da sociedade como um todo.

Para escaparmos dessa armadilha, precisamos contestar a ideologia da natureza intrínseca do indivíduo, reconhecer que somos seres sociais e históricos, enxergar para além das árvores do mercado, reconhecer que o propalado sucesso não depende apenas de nossos

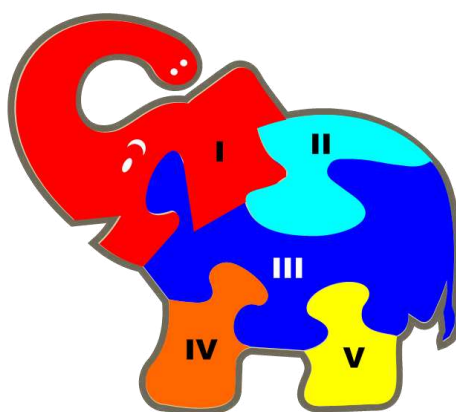
esforços individuais, mas também das estruturas sociais e econômicas que nos cercam – o Capital e sua sociabilidade. Uma vez que,

Essa forma de vida articula moral e psicologia, economia e direito, política e educação, religião e teologia política, propondo um tipo de individualização baseada no modelo da empresa. Uma vida que deve ser apreendida, dirigida e avaliada como se faz com uma empresa. [...] Podemos falar em “instauração” porque a força do neoliberalismo é performativa. Ela não atua meramente como coerção comportamental, ao modo de uma disciplina que regula ideias, identificações e visões de mundo. Ela molda nossos desejos, e, nesse sentido, a performatividade neoliberal tem igualmente efeitos ontológicos na determinação e produção do sofrimento. Ela recodifica identidades, valores e modos de vida por meio dos quais os sujeitos realmente modificam a si próprios, e não apenas o que eles representam de si próprios (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2020, p. 11).

Devemos, portanto, compreender que o neoliberalismo não atua somente como uma teoria político-econômica, mas como um gestor que reifica e que dita o modo de ser, conviver, sentir e fazer de todos aqueles que estão inseridos nesse sistema. Nessa esteira, a *accountability*, como é um dos principais pilares da ideologia neoliberal na hodiernidade, visa a construção de um indivíduo performático, empreendedor e autossuficiente, que almeja maximizar seus resultados em um mercado supostamente livre.

Contudo, para desvendarmos e escaparmos do labirinto teórico que se tornou o estudo da *accountability*, é necessário reconhecermos a importância das estruturas sociais e econômicas que nos cercam, os mecanismos de controle e os dispositivos de legitimação. Precisamos desenvolver uma consciência crítica capaz de questionar os discursos hegemônicos que naturalizam as desigualdades e que nos induzem a crer em um individualismo acrítico. Para que com isso, possamos verificar se a *accountability* é uma ferramenta que pode ser usada tanto para controlar e oprimir quanto para dar voz e poder às classes oprimidas.

BLOCO V
DESMISTIFICANDO A *ACCOUNTABILITY*



12 À GUIZA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

12 À GUIZA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu significado principal, no fundamento (núcleo central) de sua essência, a *accountability* é uma relação na qual um *ser* (indivíduo ou organização antropomorfizada) deve explicar e assumir a responsabilidade pelas ações. Relação que descreve a exigência de razões de conduta, por um prestar contas (*accounts*) que torna o *ser* um agente moral, estabelecendo laços de identidade interdependentes entre as partes: isso implica na construção de um *ser* responsável (*accountable*), fundado em intersubjetividade com o *Outro* (Lacan, 1988).

O *ser accountable*, *ser* inserido ou *ser* em busca de se inserir no metabolismo social é um *ser* que se tornou inteligível, ao agir de modo adequado e significativo para o *Outro*, sendo entendido (aceito e aprovado) em suas ações. Isso se dá porque a *accountability*, seu mantra, é conformada às normas sociais, ela é uma prática social que obedece e dita expectativas para uma *boa conduta*.

Não obstante, o *responder por*, o *prestar contas a*, o *dar conta de*, significa muito mais do que a pura prestação de contas, é acima de tudo, justificar as razões para uma ação, dar explicações do que foi ou não foi feito, fornecendo as razões que separaram as expectativas (o trabalho prescrito) da ação realizada (o trabalho real).

Na era da gestão, nossas condutas são enquadradas por uma *moral accountability*, estabelecendo as virtudes do indivíduo pós-moderno, um ser sôfrego, fragmentado, regido por um utilitarismo que lhe dilacera a alma, em uma busca sem fim por resultados que sempre se movem ao serem alcançados, exigindo dos competidores (*Sisifos* modernos) mais esforço para alcançarem o prêmio, antes que a meta se desloque novamente.

Pelo mistificado consenso social, em simbiose com sua irmã siamesa, a coerção (força – punição, penalização, repreensão), naturalizam-se as práticas de controle, impondo a justificação de condutas, suporte para a bonificação ou a sanção, estabelecendo a ideologia de harmonia ou de equalização das disputas, em um campo de batalha perpétuo, que segue as leis do mercado, com sua ilusão discursiva de evitar conflitos.

Aos *highlanders* escandalosos – que se digladiam na arena da *paz perpétua* do *bellum omnium contra omnes* – é imposta e internalizada (inculcada) a crença/fé nas normas, nos princípios e nos processos ditados pelos gurus do *Deus Mercado*: sejam performáticos, empresas de si mesmo, empreendedores. Eis que somos tidos como portadores da chave sagrada, chave que abre os portais que dão acesso ao reino encantado (*shoppings* educacionais). Uma vez no mundo das fantasmagorias, onde tudo é mercadoria – da vida à

morte, passando pela venda da alma ao comércio de órgãos –, tudo assume um valor de troca.

É nesse mundo que a *accountability* está inserida e é nele que ela é mistificada. Uma ideologia, uma força material que nos arrasta, por meio de seu poder, a assumir um novo papel social: sermos *homo accountable*. Não basta fazer, temos de desejar fazer. Não basta ser mensurado, temos de desejar, alimentar a sanha orgiástica do ser medido, comparado e atingir o orgasmo na vitória – preservando a imagem pudica do ser misantropo com empatia, desde que seja conveniente. Ao indivíduo reificado, mas vale parecer do que ser.

Distintamente do que as concepções teóricas sobre a *accountability* indicam – que a ligam à regras e a procedimentos, seguida de usos de recursos para cumprir as expectativas –, sua presença nos mais distintos rincões da antissociabilidade do capital não tem se restringido ao seu princípio norteador: *ninguém pode ser accountable por um Outro, sem que este Outro tenha delegado ao ser (indivíduo) algum poder e um grau de autonomia*.

Na lógica meritocrática do neoliberalismo, todos são *responsibles e accountables*, por seus sucessos ou fracassos. Tendo em vista que, segundo as robinsonadas pós-modernas, somos mônadas, indivíduos atomizados. Como alguém disse um dia: não existe sociedade, o que existe são indivíduos. Indivíduos livres, velozes, *nus, transparentes*, cuja nudez mascara aquilo em que estão verdadeiramente se tornando (ou são): seres de consciência obliterada, incapazes de enxergar que estão despossuídos de seus instrumentais de trabalho, induzidos a acreditar na liberdade privada e na transparência das leis que regulam o mecanismo satânico que os dilaceram, por meio de uma gestão da alma inumana.

Por isso, devemos nos perguntar, em nossas investigações, qual o alcance (limites e possibilidades) do princípio da *accountability* com sua regra de ouro nas democracias? Respondemos: o controle do poder, através do qual, aqueles que possuem e que usam o poder devem prestar contas e serem responsabilizados. Alguns, soando as trombetas do *Estado de Direito* e da sua cidadania abstrata, louvam a livre escolha nos processos eleitorais, esquecendo que está abrindo mão de governar, para que o *Outro* governe em seu lugar (em seu nome). Talvez ansiando uma servidão voluntária, para se defenderem de um inimigo imaginário, um *espectro* que ronda o mundo.

Desse modo, na urna é só o indivíduo (isolado), a ele é dito: você tem o poder de decidir o futuro. Todavia, na transparência da urna, no número apresentado, na face estampada do candidato, em nenhum momento ela me revela os acordos firmados nas antessalas do poder. Em nenhum momento os/as sacerdotes/sacerdotisas do *Oráculo de Mont Pèlerin* nos revelam a verdade por trás dos *fóruns*, das *ágoras*, dos *bazar's* e das *catedrais* do Capital.

Devemos nos atentar que, ao fazer ciência, esta não é neutra, pois o homem é um ser social, toma partido – ele não paira acima do bem e do mal. Assim, não há axiologia neutral na ciência: na ordem do capital, ela é interessada. Do simples estudar a queda da maçã até o produzir a arma do juízo final, há interesses. Nós não somos *intelligentsia*, ao contrário disso, somos intelectuais orgânicos. O próprio ato de conceituar é uma ação política que envolve a *práxis*. Como uma ação teórica, intervindo no mundo na prática, essa *práxis* também é pela prática gerada e transformada, assim a *práxis accountability* não é estática, é dialética.

Ademais, por ser uma coisa, processo, fenômeno (no sentido de coisa) a *accountability* está em disputa, desde sua conceituação até sua efetividade, opondo intelectuais contra e a favor do mecanismo. Valendo-se de frases de efeito e de glorificação, os *dementadores* (criaturas que se alimentam de nossa alma, deixando-nos em um estado de desespero etc.) ou se preferirem um termo gramsciano, os intelectuais tradicionais da ordem do capital, constroem, por meio de uma *manipulação da linguagem*, narrativas que esvaziam conceitos e categorias, impulsionando a intransparência e o vazio (nudez), preenchido com o que lhes for conveniente.

No entanto, sendo a *accountability* um mecanismo em disputa, cabe aqueles que lutam em prol dos subalternos, desvelá-la. Verificar sua capacidade de atuar através de suas próprias contradições, em benefício da classe-que-vive-do-trabalho, ou se ela deve ser descartada. Não se trata de um reformismo, pois a base em que ela se assenta, o capitalismo, é irreformável.

Defender uma reforma da *accountability* ou de sua, digamos, *gramática moral* é cair no mais simples idealismo – coisa comum entre os defensores do capitalismo humanista, por exemplo. Não podemos esquecer que um dos pilares da *accountability*, embora não seja mencionada por seus estudiosos, é a tese do reconhecimento: um estranhamento nas relações sociais. Os prêmios, as bonificações não põem fim ao estranhamento, na verdade eles aprofundam sua lógica perversa.

Reformas na *accountability* são possíveis, podemos até torná-la mais inteligente, como defendem alguns de seus propugnadores, mas o problema é o sistema do capital e a sua estrutura interna pautada nas relações de produção alienantes (estranhadas), reificantes e fetichistas. Então é melhor não a reformar? É claro que devemos atuar sobre a *accountability*, para impedir que a criatura mate o criador ou que a barbárie dizime mais esperanças, sonhos, além dos que já pereceram, vítimas de seus da(r)dos quantofrênicos envenenados.

O ponto de nossa crítica não está no mecanismo em si, mas na contradição da

estrutura interna das relações de produção. O reconhecimento que a *accountability* alimenta, através de suas ferramentas e de seus processos é perverso. É um reconhecimento recíproco que parte da desigualdade entre indivíduos, reforçando a mercantilização na/da educação. Corrompendo a vida social na escola, ao gerar novas relações estranhadas que justificam, por meio de “uma luta”, o poder recíproco de coisas – com valor de troca baseado em uma aparência.

Desse modo, a *accountability* – da Inglaterra do século XI, com Guilherme I, até chegar no mundo inglês do século XX, com Margaret Thatcher, e no Brasil do XXI, com Lula – mudou. Ela incorporou na formação do *homo accountable* um reconhecimento mútuo, uma aparência gerada para o mover de uma antissociabilidade baseada na antropologia do trabalho estranhado.

O que temos por esse reconhecimento mútuo é o poder da mercadoria expresso na metafísica da árvore de desempenho, escondendo, enquanto mostra, a realidade da educação. Esse reconhecimento pressupõe, na conversão do humano em frutas, com ou sem valor de troca, a formação dos indivíduos cada vez mais utilitaristas diante do trabalho estranhado. Para que as relações sociais entre os indivíduos atomizados, fragmentados, meras sombras de um resto de ser, possam aparecer como uma luta pelo reconhecimento (modo de apresentação) de suas propriedades privadas.

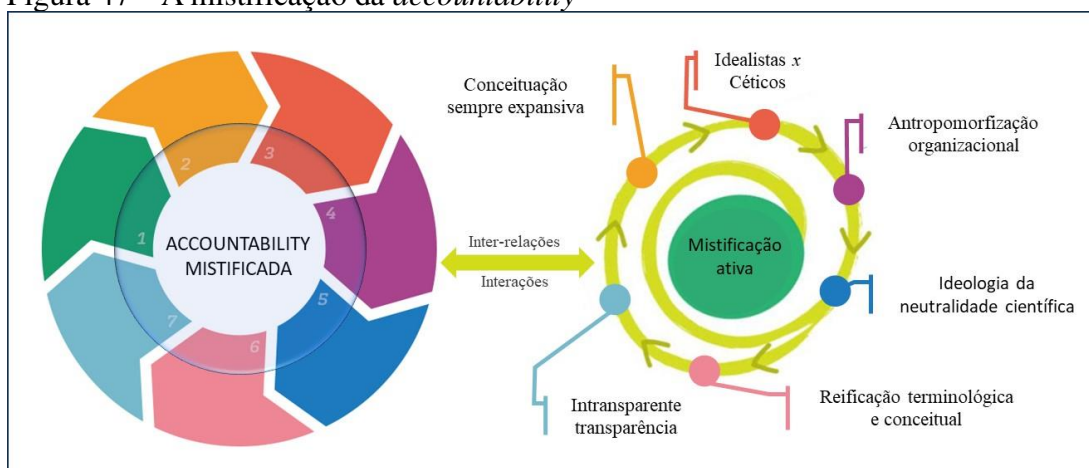
Eis que, a *accountability* atende as carências do sistema capitalista, pois reforça o reconhecimento mútuo, que não é uma *relação constitutiva* das relações sociais, mas uma forma aprimorada e específica delas, que é gestada sob o capitalismo, e de modo particular, no neoliberalismo. Como se vê, e isso foi um de nossos maiores esforços na desmistificação da *accountability*, ela não pode ser mobilizada como categoria crítica das relações sociais, em que a propriedade privada é fundamento. Podemos reformá-la, mas jamais salvá-la, pois seria necessário emancipá-la do trabalho estranhado e não operar em favor dele.

Foi nesse proceder, sobretudo no movimento em espiral, que realizamos nossos *detours* e chegamos à confirmação de nossas premissas de pesquisa, além de ampliar nossa própria compreensão sobre *a mistificação da accountability e sobre seus processos ideológicos na realidade efetiva do mecanismo accountability educacional*.

A mistificação da *accountability* em inter-relação e em interação com o fenômeno da (i) mistificação ativa do termo, ocorre: (ii) mediante sua reificação terminológica e conceitual; (iii) ante a intransparente transparência; (iv) por sua conceituação, sempre expansiva; (v) pela disputa entre seus estudiosos, opondo idealistas e céticos; (vi) em virtude da antropomorfização organizacional; (vii) devido à ideologia da neutralidade científica

(Figura 47).

Figura 47 – A mistificação da *accountability*



Fonte: Elaborada pelo autor.

Nota: Em um movimento dinâmico, marcado por interações e por inter-relações das partes entre si e das partes com o todo e do todo com as partes, as formas de mistificação da *accountability* influenciam umas as outras, bem como são influenciadas pelo todo, em um movimento não-linear e não-hierárquico, mas em espiral.

Desmistificar a *accountability* não significa, todavia, a ação de conceituá-la, mas desvelar o mito da impossibilidade de tal ação. Como conceito científico, a *accountability* não pode existir no limbo ou no vazio, no *Nada*, no *não-Ser*. Só em uma realidade absurda um conceito que norteia uma era pode *ser tudo e não ser nada* ao mesmo tempo. Ser tudo, pois está em todos os lugares. Ser nada, pois são tantas as versões da coisa, que chegam a negar-se; até aquilo que as une é relativizado.

Por isso, faz-se necessário, à semelhança da democracia e da cultura, termos tão vastos e polissêmicos – para usarmos o *introito* de alguns estudiosos – a *accountability* é um conceito que pode e deve ser definido, embora haja uma tendência de incluir cada vez mais dimensões e tipologias em sua estrutura, expandindo seu escopo. Entretanto, a falta de clareza na sua definição conceitual compromete seu significado, levando a seu uso indiscriminado.

No discurso político e acadêmico contemporâneo, a *accountability* tem sido usada abrangendo várias outras ideias vagamente definidas, como responsabilidade, transparência, prestação de contas. Em particular, a lógica gerencial da *New Public Management* elevou a *accountability* a um status de "ícone", conferindo-lhe simultaneamente o valor de ferramenta e objetivo – um fim em si mesma –, mas assemelhada a um princípio genérico.

Conceituar a *accountability*, na ordem pós-moderna em que vivemos, de negação da verdade, é um exercício sobremaneira de luta de classes, para saber com o que estamos lidando. A questão, portanto, não é ser um apologista romântico, nem denunciante idealista,

mas lutar por “rasgar a camisa de força [...] perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito” (Mészáros, 2015a, p. 35). Do contrário, “[...] o dominado [como declara Saviani] não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação” (Saviani, 2003, p. 45).

A ideia é tentar usar a própria contradição do mecanismo em prol de avanços em nossa luta por uma sociedade mais justa. Assim, delimitar os parâmetros da *accountability* é tomar ciência de seus limites e de suas possibilidades, no cenário de dominação e de resistência que o mundo do capital nos impõe. Com isso, desmistificar a *accountability*, na perspectiva de seu conceito, visa proporcionar:

Um processo mais focalizado e substantivamente mais significativo [...] visa dar mais valor agregado às práticas de *accountability*, tanto para os atores quanto para os fóruns, como meio de, essencialmente, estabelecer em que medida as funções públicas são desempenhadas de forma adequada e bem-sucedida (Bovens; Schillemans, 2014, p. 676, tradução nossa).

Ou seja, o discurso da falta de fundamentos para uma definição conceitual da *accountability* tem gerado uma série de efeitos perversos que, em última instância, afetam as nossas vidas na sociabilidade intransparente do capital. A ascensão da democracia neoliberal tem acrescentado o significado de cidadão cliente na nova ordem, cliente que responsabiliza autoridades e servidores públicos por suas atividades, suas práticas e seus resultados.

Com sua promoção da mercantilização do setor público e com a introdução da *New Public Management*, a nova ordem tem acrescentado indicadores de desempenho como uma medida de responsabilização para instituições governamentais e até mesmo indivíduos. Uma quantificação que também atinge a educação.

Reconhecendo a relevância do princípio de *qualidade* – conformada à lógica produtivista e à competitividade – diversos estados nacionais e subnacionais introduziram sistemas de gestão educacional conformados aos princípios da *accountability*. Gestores, professores e estudantes são instigados à competição em um sistema de *accountability* baseado em avaliações que fragmentam os indivíduos, colocando-os uns contra os outros na luta por pontuações e por classificações superiores – vencedores por seu próprio *capital humano*, no qual os perdedores não têm ninguém além de si mesmos para culpar por suas ineficiências. O resultado é um desastre tecnocrático, com *efeitos espúrios e com consequências nem sempre indesejáveis*, que são tanto irracionais quanto destrutivas dos objetivos mais amplos da educação.

Como resultado de sua expansão, a *accountability* passou a ser um termo recorrente no campo educacional, mediando a relação educação/governança. Esta concepção educacional conforma-se à nova irracionalidade, ressonância da chamada *condição pós-moderna*, orientada pelos valores do mercado, preservando alguns princípios modernos como eficiência e otimização de custos. Essa irracionalidade afirma uma espécie de *mundo líquido, transparente*, sob o domínio do estético, sendo marcado pelo declínio das metanarrativas.

Não obstante, a educação seja uma vítima da ideologia tecnocrática e das diretrizes de mensuração estabelecidas pelos organismos multilaterais, não podemos esquecer que estes processos *quantofrênicos* incitam, mediante seus dados estatísticos, pendores narcísicos e as próprias necessidades de reconhecimento, como marca da *fratura social*. Fratura resultante da ordem do capital, que produz, dentre múltiplos efeitos, a angústia vivida por indivíduos dilacerados entre a resistência em aderir à sua lógica, não apenas desumana, mas desumanizadora, e as necessidades sociais e até mesmo reais (autênticas) de sobrevivência.

Como já dizia Marx e Engels (2016, p. 39-40), n' *A Ideologia Alemã*, “o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais.” Aqui, os autores tratam das *necessidades necessárias* (reais) do ser humano, contrapondo-se as *necessidades sociais* que emergem – na sociedade do capital – no mercado e que são satisfeitas mediante a troca – uma característica do fenômeno do estranhamento: a quantificação do não quantificável.

O mundo da troca de mercadorias converte-se no mundo de satisfação das necessidades sociais e o homem é convertido em *escravo* de seus interesses privados. Os sujeitos são destroçados em sua generacidade humana e envolvidos nas trocas. Uma vez estranhados, os sujeitos veem-se indiferentes entre si (indivíduos isolados) e, mediante a força e a potência desse estranhamento, o interesse geral é restrito pelo interesse de um homem, através do uso de outros homens (reificados), em uma luta orientada por suas necessidades particulares e por objetivos limitados e imediatistas.

Uma das consequências de tal fenômeno é que com a *accountability* mistificada, a luta por performance, resultados etc. entrelaça-se na cotidianidade com as necessidades sociais conformadas à lógica do capital – verdadeiras e autênticas necessidades fetichizadas dos homens particulares, expressão da objetivação das necessidades da classe hegemônica, que *decide* quais necessidades são necessárias ou desnecessárias.

De modo semelhante a nossa dissertação (Menezes, 2019), aqui, concluímos esta

tese, exclamando: “Que obra-prima o homem!” (Shakespeare, 2015, p. 98). Tão magnífica é essa obra de arte, que o Capital busca dominá-la, por processos de reificação, de estranhamento e de fetichização, atribuindo-lhe um valor de troca. Para isso, age para anular o *seu fazer-se* como classe, *fazer-se* que se processa no contínuo diálogo com o campo da cultura, pois: “Tão nobre em sua razão, tão infindo em faculdades, em forma e movimento quão rápido e admirável, na ação tão próximo dos anjos, na apreensão tão semelhante a um deus [...]” (p. 98).

Embora a escola seja considerada o ambiente ideal para a formação humana e para a educação, sua essência é intrinsecamente complexa e permeada por contradições. O sistema escolar representa uma instituição com uma estrutura definida, impregnada dos valores predominantes na sociedade, particularmente, aqueles dos grupos dominantes. Nesse contexto, a escola oferece oportunidades excepcionais para o acesso e o domínio do conhecimento acumulado ao longo da história, porém, simultaneamente, ela também pode perpetuar o estranhamento sociocultural das classes subalternas, através de um processo educacional influenciado por um conhecimento instrumentalizado. A educação e as políticas educacionais relacionadas à escola estão inextricavelmente ligadas à sociedade e como resultado, refletem as contradições e os valores do sistema hegemônico, como o neoliberalismo.

Esse panorama impulsiona a democracia em direção à normatividade neoliberal e influencia as políticas educacionais em prol de acordos superficiais, guiados por uma visão hegemônica de educação, que promove a competitividade individual, em detrimento do ensino e da transmissão do conhecimento acumulado. Isso leva à preparação para avaliações e à assimilação de conhecimento orientado pelo mercado, em vez de promover a verdadeira humanização. Nesse encadeamento, a *accountability* educacional e a democracia liberal se estabelecem como meios para o consenso social, favorecendo a autonomia individual e mantendo o *status quo*, em detrimento da busca pela emancipação humana.

A conformidade com as regras do jogo na ordem socio metabólica do capital mantém o proletariado em sua posição, pois os indivíduos internalizam a subjetividade do mercado. A *accountability*, que está ligada às experiências que formam sujeitos e instituições, justifica a responsabilização do indivíduo pelo insucesso socioeconômico, enquanto absorve Estado e Mercado. Esse movimento faz parte de uma estrutura dinâmica, que alimenta a exclusão social e se entrelaça com o *establishment*, estruturando as oligarquias globais e locais.

Em tempos nebulosos, esta tese é uma manifestação política, um texto científico em simbiose com a imaginação histórico-literária, uma imaginação artística, intervindo nos acontecimentos com força construtiva. Buscamos, modestamente, aprender com Marx, Engels e Mészáros, com o uso da literatura e das figuras metafóricas, a fim de interpretar uma época, almejando contribuir com o arsenal teórico-prático que desafia a hegemonia da barbárie do capital, por uma sociedade (verdadeiramente) humana e justa. Desse modo, apreende-se que a escrita é um instrumento político que pode ser utilizado para a organização da classe trabalhadora, descortinando o caráter transitório e reificador do capital.

REFERÊNCIAS

- A MATEMÁTICA DO DIABO. Direção: Donna Deitch. Roteiro: Robert J. Avrech. Elenco: Kirsten Dunst, Brittany Murphy, Paul Freeman, entre outros. Manaus: Polo Industrial de Manaus, 1999. DVD (95 min), son., color.
- A PELE QUE HABITO. Diretor: Pedro Almodóvar. Roteiro: Pedro Almodóvar e Agustín Almodóvar. Atores principais: Antonio Banderas, Elena Anaya e Jan Cornet. Manaus: Filme-vídeo. 2011. DVD (120min), son., color.
- ABELMANN, Charles; ELMORE, Richard; EVEN, Johanna; KENYON, Susan; MARSHALL, Joanne. When accountability knocks, will anyone answer? **CPRE Policy Brief No. RR-42**, Philadelphia, PA, University of Pennsylvania, Consortium for Policy Research in Education, 1999. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED428463.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**, Brasília, n. 10, ENAP, 1997. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/556>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. Responsabilização pela competição administrada. *In*: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; CUNILL, Nuria (coord.). **Responsabilização na Administração Pública**, São Paulo: CLAD/Fundap, 2006. p. 113-164.
- ACRE. Lei nº 3.976, de 15 de setembro de 2022. Altera a Lei nº 3.532, de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre os critérios de distribuição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, pertencente aos municípios. **Diário Oficial do Estado**, Rio Branco, n. 13.371, 16 set. 2022. Disponível em: <https://www.al.ac.leg.br/leis/?p=16147>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- ADAMS, Guy B.; Ingersoll, Virgínia Hill. Culture, Technical Rationality and Organizational Culture'. **American Review of Public Administration**, Mil Oaks, v. 20, n. 4, p. 285-302, dez. 1990. DOI: <https://doi.org/10.1177/027507409002000403>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/027507409002000403>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009a.
- AFONSO, Almerindo Janela. Estado, mercado, comunidade e avaliação: esboço para uma rearticulação crítica. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XX, n. 69, p. 139-164, dez. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000400007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PzG4WMcRBwdbvnSkrDKfF8J/>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- AFONSO, Almerindo Janela. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Contrapontos**, Itajaí, v. 7, n. 1, p. 11-22, jan./abr. 2007. Disponível em:

<https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/888>. Acesso em: 20 mar. 2018.

AFONSO, Almerindo Janela. Gestão, autonomia e accountability na escola pública portuguesa: breve diacronia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 13-30, 2010. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol26n12010.19678>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19678>. Acesso em: 10 mar. 2017.

AFONSO, Almerindo Janela. Mudanças no Estado-avaliador: compartivismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 18, n. 53, p. 267-284, abr./jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/bBY4jtTrbmqnxmRcJrQkqj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 fev. 2018.

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em Educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 13, n. 13, jul. 2009b. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/view/545>. Acesso em: 20 mar. 2018.

AFONSO, Almerindo Janela. Para uma conceitualização alternativa de accountability em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/VPqPJDyyZ5qBRKWVfZfDQ3m/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2018.

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas avaliativas e accountability em educação – subsídios para um debate ibero-americano. **Sísifo**, Lisboa, n. 9, p. 57-69, mai./ago. 2009c. Disponível em: <http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/148>. Acesso em: 20 mar. 2018.

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas de responsabilização: equívocos semânticos ou ambiguidades político-ideológicas? **Revista de Educação – PUC**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 8-18, 2018. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v23n1a4052>. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/4052/2563>. Acesso em: 20 mar. 2018.

AFONSO, Almerindo Janela. Recuo ao cientificismo, paradoxos da transparência e corrupção em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1313-1326, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508145423>. Acesso em: 20 mar. 2018.

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, Ano XXII, n. 75, ago. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CGkRcsCcsynSwtSRsj44LBf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2018.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o Poder Soberano e a Vida Nua I. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **Nudez**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Ilha de Santa Catarina, v. 5, p. 9-16, 2005. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 15 abr. 2018.

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: arquivo e testemunha (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ÁLVARES, Lucas Parreira. O Diabo, a Serpente, e outras faces etnológicas na obra de Karl Marx. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, nº 14, 01-33, e021020, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/cemarx.v14i00.15156>. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15156>. Acesso em: 25 abr. 2021,

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios da sociologia do trabalho. 2 ed.. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Giovanni. Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade: mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI. **Educação: revista de estudos da educação**, Maceió, v. 10, n. 16, p. 61-76, jun. 2002. Disponível em: <https://www.estudosdotrabalho.net/>. Acesso em: 17 abr. 2019.

ALVES, Júlio César Lopardo; JACKSON FILHO, José Marçal. Trabalho, Saúde e Formação Política na Enquete Operária de Marx. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 1, p. 13-31, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00044>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/T96hSMz4h88vbPqrMxjKXqf/?lang=pt#>. Acesso em: 19 fev. 2019.

ANDERS, Günther. **L'Obsolescence de l'homme**. Sur l'âme à l'époque de la deuxième révolution industrielle. Paris: Éditions Ivrea, 2002.

ANDERSEN, Hans Christian. **A roupa nova do imperador**. São Paulo: Brinque-Book, 1997.

ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. Nas trilhas do Materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editora, 2004

ANDRADE, Carlos Drummond de. No meio do Caminho. *In*: FROTA, Lélia Coelho (org.). **Carlos e Mário**: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.

ANDRADE, Mário de. Jorobabel. *In*: FIGUEIREDO, Tatiana Longo; LOPEZ, Telê Ancona

(org.). **Mário de Andrade: Poesias completas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013. p. 175. (v. 1).

ANDRADE, Oswald de. A marcha das utopias. *In*: ANDRADE, Oswald de. **Obras completas**: Ponta de lança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. (v. 5).

ANDREWS, Christina W.; KOUZMIN, Alexander. O discurso da nova administração pública. **Lua Nova** – Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 45, p. 97-129, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yzWznhrmJpKT6LT5DKftDzD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho).

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Constituição, Federação e propostas para o novo plano nacional de educação: análise das propostas de organização nacional da educação brasileira a partir do regime de colaboração. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 749-768, jul.-set. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WzSGcyD3kzgvHsxX5LPrTCg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2020.

ARAÚJO, Karlane Holanda. **O Prêmio Escola Nota Dez e suas implicações à subjetividade das crianças do 2º do ensino fundamental do estado do Ceará**. 2020, 285 f.: il. color. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza/CE, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/52316>. Acesso em: 13 jul. 2021.

ARAÚJO, Karlane Holanda. **Os efeitos do Prêmio Escola Nota Dez nos processos pedagógicos das escolas premiadas de Sobral e das apoiadas de Caucaia no ano de 2009**. 2016. 185f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza/CE, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/15716>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARGYRIS, Chris; SCHÖN, Donald A. **Organizational Learning**: a Theory of Action Perspective. Reading/Mass: Addison-Wesley, 1978.

ARISTÓTELES. **Física I-II**. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 1985.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora Fiocruz, 2012.

ARROJO, Rosemary (org.). **O signo desconstruído**: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas, Pontes, 1992.

ARRUDA, Assis. **Dicionário biográfico**: família Gomes Parente. Fortaleza: Premius, 2012.

ASSIS, Christiane Costa. O Constitucionalismo Whig e os Limites do Estado de Direito. **Direito Público**, Brasília, DF, v. 9, n. 49, 2013. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2201>. Acesso em: 18 ago. 2021.

AU, Wayne. Teaching under the New Taylorism: high-stakes testing and the standardization of the 21st century curriculum, **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 43, n. 1, p. 25-45, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00220272.2010.521261>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Au-TeachingNewTaylorism.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.

AUBERT, Nicole. La management par urgence. In: BRUNSTEIN, Ingrid (org.). **L'homme à l'échine pilé**. Paris: Desclée de Brouwer, 1999. p. 87-99.

AUBERT, Nicole; GAULEJAC, Vincent de. **El coste de la excelencia**. Buenos Aires: Paidós, 1993.

AVARUS, Dante; SANCHEZ E SANCHEZ, Carlos Luís. Novos desafios para a prestação de contas em tempos de pandemia: populismo e algoritocracia. **Rev. Mex. Ciência. Político Soc.**, Cidade do México, v. 66, n. 242, p. 167-187, ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22201/fcpys.2448492xe.2021.242.79322>. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/79322>. Acesso em: 17 abr. 2018.

BACHELARD, Gaston. A Máscara. In: BACHELARD, Gaston. **O Direito de Sonhar**. São Paulo: Difel, 1986.

BADIOU, Alain. **Pequeno Manual de Inestética**. Lisboa: Piaget, 1999.

BAHIA. Emenda Constitucional nº 29, de 26/08/2022. Modifica os critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. **Diário Oficial**, Salvador, 27 ago. 2022. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=435778#:~:text=Modifica%20os%20crit%C3%A9rios%20de%20distribui%C3%A7%C3%A3o,e%20Intermunicipal%20e%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20%3F>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BALL, Stephen John. Cidadania global, consumo e política educacional. *In*: SILVA, Luiz Heron (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 121-137.

BALL, Stephen John. **Educação global S.A.**: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

BALL, Stephen John. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3DXRWXsr9XZ4yGyLh4fcVqt/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2018.

BALL, Stephen John. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, Campinas, v. 35, n. 2, p. 37-55, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15865>. Acesso em: 18 out. 2018.

BALL, Stephen John. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 539-564, set/dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sHk4rDpr4CQ7gb3XhR4mDwL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BALL, Stephen John. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, Minho, v. 15, n. 2, 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37415201.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

BALL, Stephen John. **The education debate**. Bristol: The Policy Press, 2009.

BALL, Stephen John. The teacher's soul and the terrors of performativity. **Journal of Educational Policy**, London, v. 18, n. 2, p. 215-228, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1080/0268093022000043065>. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Stephen-Ball-14/publication/232916965_The_Teacher's_Soul_and_the_Terrors_of_Perfomativity/links/543b81b10cf24a6ddb977693/The-Teachers-Soul-and-the-Terrors-of-Perfomativity.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

BALL, Stephen John; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette; PERRYMAN, Jane; HOSKINS, Kate. Assessment technologies in schools, 'deliverology' and the 'play of dominations', **Research Papers in Education**, London, v. 27, n. 5, p. 513-533. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/02671522.2010.550012>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02671522.2010.550012>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BALL, Stephen John; OLMEDO, Antonio. Care of the self, resistance and subjectivity under neoliberal governmentalities. **Critical Studies in Education**, London, v. 54, n. 1, p. 85-96. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/17508487.2013.740678>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/resistanceCSE.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Construir sociedades del conocimiento**: nuevos retos para la educación terciária. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2003. Disponível em

www.obancomundial.org.ar/. Acesso em: 15 mar. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Educación superior en los países en desarrollo**: peligro y promesas. Washington DC.: Grupo de Trabajo conjunto Banco Mundial-UNESCO sobre educación superior y sociedad, 2000. Disponível em www.suc.unam.mx/riseu/hemeroteca/. Acesso em: 12 mar. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Fazendo a educação dar certo**: O sucesso do Ceará e Sobral nas reformas educacionais para a alfabetização universal. Washington, DC: Banco Mundial, 2019. 180 p. (Relatório nº 139704-BR). Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/31707>. Acesso em: 07 maio 2023.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: lecciones derivadas de la experiencia. Washington, DC.: Banco Mundial, 1995. Disponível em: www.suc.unam.mx/riseu/hemeroteca/. Acesso em: 15 abr. 2018.

BANSEL, Peter. The subject of policy. **Critical Studies in Education**, London, v. 56, n. 1, p. 5-20, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/17508487.2015.971839>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/17508487.2015.971839.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BARBERIS, Peter. The new public management and a new accountability. **Public administration**, London, v. 76, n. 3, p. 451-470, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9299.00111>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/toc/14679299/1998/76/3>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. 3. Reimpressão. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARKER, James R. Tightening the iron cage: concertive control in self-managing teams. **Administrative Science Quarterly**, Mil Oaks, v. 38, n. 3, p. 408-437, 1993. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0001-8392%28199309%2938%3A3%3C408%3ATTICCC%3E2.0.CO%3B2-H>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Pensamento, palavras e obras. *In*: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José. Maria (orgs.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. p. 63-82.

BARRIE, James Matthew. **Peter Pan**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2012.

BARROS, Alexsandro de Almeida. **90 anos do Princípio de Incerteza de Heisenberg**: Das grandezas não comutáveis ao artigo de 1927. 2018. 77f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática (PPGECM), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3204>. Anexo em: 3 fev. 2022.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, esp. p.725-751, out. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TVLjsSNcwyChwwYkxtGX7YD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BARROSO, João. Organização e regulação dos ensinos básico e secundário, em Portugal: sentidos de uma evolução. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 63-92, abr. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kkYMGgxdnT5TvLWNvg5BksB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2018.

BARRY, Andrew. Transparency as a political device. *In*: AKRICH, Madeleine; BARTHE, Yannick; MUNIESA, Fabian; MUSTAR, Philippe (dir.). **Débordements: Mélanges offerts à Michel Callon**. Nouvelle édition [en ligne]. Paris: Presses des Mines, 2010 (généré le 25 janvier 2024). DOI: <https://doi.org/10.4000/books.pressesmines.703>. Disponível em: <http://books.openedition.org/pressesmines/703>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: BDC União de Editoras S.A, 2001.

BASTOS, Antonio Virgílio; GONDIM, Sonia Maria Guedes; LOIOLA, Elizabeth. Aprendizagem organizacional versus organizações que aprendem: características e desafios que cercam essas duas abordagens de pesquisa. Encontro de Estudos Organizacionais, 2., 2002, Recife. **Anais [...]**. Recife: ANPAD, 2002. Disponível em: <http://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/V3903220-230.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2022.

BAUDRILLARD, Jean. **Palavras de ordem**. Porto: Campo das Letras, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUM, Lyman. Frank. **O mágico de Oz**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida: diálogos com David Lyon**. Rio de Janeiro: Zahar. 2013.

BEETHOVEN, Ludwig Van. **Symphony no. 3 in E-flat major op. 55 (Sinfonia Eroica)**: 1st movement, Piano solo. Viena: [c. 1805], 1 partitura. Disponível em: <https://musescore.com/hmscomp/symphony-no-3-op-55-ludwig-van-beethoven-beethoven-eroica-symphony-no-3-in-e-flat-major-1st-movement-piano-solo>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BEHN, Robert D. **Rethinking Democratic Accountability**. Washington: Brookings Institution Press, 2001.

BEHN, Robert. D. O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ENAP, ano 49, n. 4, 1998. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v49i4.399>. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/399>. Acesso em: 18 mai. 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 165-196.

BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2013a.

BENJAMIN, Walter. **O Capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

BENJAMIN, Walter. O trabalho das passagens. **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, n. 3, p. 69-77, 1997. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v0i3p69-77>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/64749>. Acesso em: 18 abr.2021.

BENJAMIN, Walter. **Origem do Drama Barroco Alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: **Obras escolhidas I**: Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 222-235.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História**: Edição Crítica. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

BERRY, Rita S. Y. Collecting data by in-depth interviewing. **British Educational Research Association Annual Conference**, University of Sussex, Brighton, UK. September 2-5, 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Berry.Collecting%20data%20by%20in-depth%20interviewing.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

BESLEY, Tina. Theorizing Teacher Responsibility in an Age of Neoliberal Accountability. **Beijing International Review of Education**, Beijing, v. 1, n. 1, p. 179-195, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1163/25902547-00101013>. Disponível em: https://brill.com/view/journals/bire/1/1/article-p179_179.xml?ebody=references. Acesso em: 21 nov. 2021.

BEVIR, Mark. Governança Democrática: uma genealogia. **Revista de Sociologia e Política** [online], Curitiba, v. 19, n. 39, p. 103-114, jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/YkZsZbDQpz94zmpNdrRWwyt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2020.

BIANCHI, Álvaro. Um sardo no mundo grande e terrível. **Revista Cult**, Editora Bregantin, São Paulo, ano 20, n.222, p. 26-30, abr./2017.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Nova Versão Internacional**. Traduzida pela Comissão de Tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Vida, 2007.

BIRD, Peter. **Accountability: Standards in Financial Reporting**. Haymarket Publishing London, 1973.

BIVINS, Thomas. Responsibility and accountability. *In*: FITZPATRICK, Kathy; BRONSTEIN, Carolyn (eds). **Ethics in public relations**: responsible advocacy. Sage,

Thousand Oaks/London, 2006, p. 19-40. Disponível em:
<https://homepages.se.edu/cvonbergen/files/2012/12/Resonsibility-and-Accountability1.pdf>.
 Acesso em: 17 mar. 2021.

BLACK, Edwin. **IBM e o Holocausto: A Aliança Estratégica entre a Alemanha Nazista e a Corporação Mais Poderosa da América**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BLACK, Max. Metáfora. **Investigação Filosófica**, Macapá, v. E4, p. 64-85, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/investigacaofilosofica/issue/view/170>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral do político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: fragmentos de um dicionário político**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 20. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

BOGALHEIRO, Manuel. Tecno-animismo ou a existência mágica de objetos técnicos. **International Journal of Film and media arts**, Lisboa, v. 6, n. 1, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.24140/ijfma.v6.n1.03>. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/ijfma/article/view/7391>. Acesso em: 2 jun. 2022.

BOHR, Niels. **Física atômica e conhecimento humano: ensaios 1932-1957**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BOLLE, Willi. **Grandesertão.br**. São Paulo, Duas cidades: Editora 34, 2004.

BONAMINO, Alícia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022012005000006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/rtQkYDSjky4mXG9TCrgRSqJ/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BORÓN, Atílio Alberto; GONZÁLEZ, Sabrina. Resgatar o inimigo? Carl Schmitt e os debates contemporâneos da teoria do estado e da democracia. In: BORÓN, Atílio Alberto (org.). **Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania**. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); São Paulo: USP – Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, abr. 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100601030822/9BorGon.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BOTTANI, Norberto; TUIJNMAN, Albert. International education indicators: framework, development and interpretation. In. **Making Education Count: Developing and Using**

International Indicators. Organisation for Economic Cooperation and Development - OECD, Paris (France). Centre for Educational Research and Innovation, 1994. p. 21-35. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED411322.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2020.

BOTTOMORE, Thomas Burton. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOVENS, Mark. Analysing and Assessing Accountability: A Conceptual Framework. **European Law Journal**, London, v. 13, n. 4, p. 447-468, jul. 2007a. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0386.2007.00378.x>. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Analysing_and_Assessing_Accountability_A.pdf. Acesso em: 19 mai. 2018.

BOVENS, Mark. New forms of accountability and EU-governance. **Comparative European Politics**, London, v. 5, n. 1, p. 104-120, 2007b. DOI: <http://dx.doi.org/10.1057/palgrave.cep.6110101>. Disponível em: <https://www.studocu.com/row/document/universite-du-luxembourg/law/new-forms-of-accountability-and-eu-governance/5865849>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BOVENS, Mark. Public Accountability. In: FERLIE, Ewan; LYNN, Laurence E.; POLLITT, Christopher (eds.). **The Oxford handbook of public management**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 183-208. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Bovens_05_Publicaccountability08Ferlie%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Bovens_05_Publicaccountability08Ferlie%20(2).pdf). Acesso em: 19 mai. 2018.

BOVENS, Mark. Two Concepts of Accountability: Accountability as a Virtue and as a Mechanism. **West European Politics**, London, v. 33, n. 5, p. 946-967, 2010. Disponível em: <https://dspace.library.uu.nl/bitstream/handle/1874/204069/925518538.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 mai. 2018.

BOVENS, Mark; SCHILLEMANS, Thomas. **Meaningful Accountability**. Oxford: Handbooks of Public Accountability; Oxford University Press, 2014.

BOVENS, Mark; SCHILLEMANS, Thomas; 'T HART, Paul. Does public accountability work? An assessment tool. **Public administration**, London, v. 86, n. 1, p. 225-242, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Does_Public_Accountability_Work_An_Assessment_Tool.pdf. Acesso em: 19 mai. 2018.

BOVENS, Mark; SCHILLEMANS, Thomas; GOODIN, Robert. E. Public accountability. In: BOVENS, Mark; GOODIN, Robert. E.; SCHILLEMANS, Thomas. **The oxford handbook of**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 1-20. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199641253.001.0001>. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/2014OxfordHandbookofPublicAccountabilityCh1%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/2014OxfordHandbookofPublicAccountabilityCh1%20(2).pdf). Acesso em: 19 mai. 2018.

BRADBURY, Malcolm. As cidades do modernismo. In: BRADBURY, Malcolm; MCFARLANE, James (org.). **Modernismo-Guia geral**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRANDSMA, Gijss Jan; SCHILLEMANS, Thomas. The Accountability Cube: Measuring Accountability. **Journal of Public Administration Research and Theory**, Oxford, v. 23, n.

4, p. 953–975, 1 october 2013. DOI: <https://doi.org/10.1093/jopart/mus034>. Disponível em: <https://academic.oup.com/jpart/article/23/4/953/960691?login=false>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Constituição de 1934. In: POLETTI, Ronaldo. **Constituição de 1934**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. (Coleção Constituições brasileiras, v. 3).

BRASIL. Decreto nº 20.772 de 11 de dezembro de 1931. Autoriza o Convênio entre a União e as unidades políticas da Federação, para o desenvolvimento e padronização das estatísticas educacionais. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, Seção 1, p. 20032, 15 dez. 1931a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20772-11-dezembro-1931-507794-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 5, 25 abr. 2007b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Decretos nº 20.826 de 20 de dezembro de 1931. Aprova e ratifica o convênio entre a União e as unidades políticas da Federação para o desenvolvimento e a uniformização das estatísticas educacionais e conexas. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, Seção 1, p. 20544, 23 dez. 1931b. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20826-20-dezembro-1931-515613-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 maio 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional N° 108**, de 26 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/arquivos-pdf/infografico-fundeb-permanente-emenda-constitucional-no-108-2020>. Acesso em 15 out. 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional N° 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 8, 12 nov. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. **Indicadores de Qualidade da Educação Superior**. Brasília, DF, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 10 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 27833, 23 dez. 1996a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 17 maio 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11114.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Lei no 11.274, 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos art. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9(nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p.1, 7 fev. 2006b. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11274&ano=2006&ato=ab5ATWE5kMRpWTaa5>. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 22, 21 jun. 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11494.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 5 abr. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12796.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial União**, Brasília, DF, Seção 1, Edição Extra, p. 1, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13415.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no artigo 60 § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 28442, 26 dez. 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF,

Seção 1, p. 5, 25 abr. 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1993. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-61587/plano-decenal-de-educacao-para-todos---1993-2003>. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Poder Executivo. Portaria nº 160, de 26 de março de 1953. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, p. 5.691, 25 abril de 1953. (Repositório da legislação do ensino secundário no Brasil - 1837-1971).

BRASIL. Presidência da República. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 824, 14 de julho de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1982.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, Ano 47, v. 121, n. I, jan./abr. 1996. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v47i1.702>. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. From old to new developmentalism in Latin America. *In: Texto para discussão 193*. São Paulo: Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2682/TD%20193%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia da estagnação**. Crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994. São Paulo: Editora 34, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BRICOUT, Bernadett (org.). **O Olhar de Orfeu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRITO, Márcia Xavier de. Introdução. *In: SHELLEY, Mary. Frankenstein ou o Prometeu moderno*. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017.

BROOKE, Nigel. Controvérsias sobre políticas de alto impacto. **Cadernos de Pesquisa**, [Fundação Carlos Chagas], São Paulo, v. 43, n. 148, p. 336–347, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000100017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/4NMskYknyk6YrVkNjNHBw6q/?lang=pt#>. Acesso em: 12 maio 2020.

BROOKE, Nigel. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742006000200006>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a06.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRYER, Robert Arthur. The history of accounting and the transition to capitalism in England.

Part one: theory. **Accounting, Organizations and Society**, Amsterdam, v. 25, n. 2, p. 131-162, 2000. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(99\)00032-X](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(99)00032-X). Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/s0361-3682\(99\)00032-x.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/s0361-3682(99)00032-x.pdf). Acesso em: 19 out. 2019.

BURGOS, Marcelo T. B.; BELLATO, Caíque C. Gerencialismo e Pós-gerencialismo em busca de uma nova imaginação para as políticas educacionais no Brasil. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, set.-dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752019v939>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/hzHGhpwGMxYvzhvqwzPP7vs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2018.

BURKE, Joseph C. **Achieving accountability in higher education: Balancing public, academic, and market demands**. San Francisco: Jossey-Bass. 2005.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

BURTON, Robert. **A anatomia da melancolia**. Curitiba: Editora UFPR, 2011. (v. 1).

BUSUIOC, Madalina. Accountability, control and independence: The case of European agencies. **European Law Journal**, London, v. 15, n. 5, p. 599-615, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0386.2009.00480.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/toc/14680386/2009/15/5>. Acesso em: 3 jun. 2018.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 2. ed. 24. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

CAMARGO, Rubens Barbosa de; PINTO, José Marcelino de Rezende; GUIMARÃES, José Luiz. Sobre o financiamento no Plano de Desenvolvimento da Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 135, p. 817-839, set./dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000300014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/V6mttsvnRTxFrskMPDxmQ7r/#>. Acesso em: 17 jul. 2022.

CAMATTE, Jacques. **Capital and community: the results of the immediate process of production and the economic work of Marx**. Translation originally published by Unpopular Books, London 1988. Transcription, markup & minor editing: Rob Lucas, 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/camatte/capcom/camatte-capcom.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2022.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, v. 24, n. 2, p. 30-49. fev./abr. 1990. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049/8182>. Acesso em: 12 fev. 2018.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Record - Editora Best Seller, 2010.

- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. A Linguagem da Administração Pública: Um Estudo Sobre a Abordagem Pós-Moderna. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 16, n. 59, 2011. DOI: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v16n59.3750>. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/3750/0>. Acesso em: 25 maio 2021.
- CARAVANA SPAECE. Caravana Spaece 2022 - Escola Municipal Colégio Edith Braga. YouTube, 26 out. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=ytpPQcJNeDw>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital, essência e aparência**. Expressão Popular, São Paulo, 2017. (v. 2).
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **A periodização e a ciência da história**: observações preliminares. Rio de Janeiro: FGV. 1977. (mimeografado).
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento**: Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. O mito do método. **Boletim Carioca de Geografia** (Associação dos Geógrafos Brasileiro), Rio de Janeiro, ano XXV, p. 61-100, 1976.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Para uma leitura do método em Karl Marx: anotações sobre a "Introdução" de 1857. **Cadernos do ICHF, UFF, ICHF**, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense. 1990.
- CARMONA, Salvador; EZZAMEL, Mahmoud. Accounting and accountability in ancient civilizations: Mesopotamia and ancient Egypt. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Leeds, v. 20, n. 2, p. 177-209. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570710740993>. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/SSRN-id1016353%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/SSRN-id1016353%20(1).pdf). Acesso em: 16 jan. 2021.
- CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES, Luciene Cristina. *Accountability* e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v6i2.13240. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13240>. Acesso em: 27 jun. 2020.
- CARNOY, Martin; RHOTEN, Diana. What does globalisation mean for educational change? A comparative approach. **Comparative Education Review**, Chicago, v. 46, n. 1, p. 1-9, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1086/324053>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Carnoy20and20Rohten.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- CARRASQUEIRA, Karina. **A política de responsabilização educacional do município do Rio de Janeiro**. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes2013/dkcarrasqueira.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2022.
- CARROLL, Lewis. **Alice através do espelho**. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2021.
- CARROLL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2019.

CARROLL, Lewis. **Alice's adventures in Wonderland**. In: GARDNER, Martin (ed.). **The annotated Alice**. New York: W.W. Norton & Company, 2000.

CARROLL, Lewis. **As Aventuras de Alice no País das Maravilhas**. [S. l.]: Relógio d'Água, 2009.

CARVALHO, Castelar de. **Para compreender Saussure**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CARVALHO, Paulo César. **Ensaio fotográfico de Leon Trotsky**: da câmara obscura para a câmara clara. São Paulo, Bacamarte Editorial. [Livro eletrônico]. 2017. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/Carvalho-PC-Ensaio-fotografico-de-Leon-Trotsky-2017-4%C2%AA-versa%CC%83o-2.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. A nova burguesia cearense: discurso regionalista e luta pela hegemonia. Modernidade e pobreza: as ciências sociais dos anos 90. Encontro de Ciências Sociais do Nordeste, 5., 1991, Recife. **Anais [...]**. Recife: Fund. Joaquim Nabuco, 1991. Disponível em: <https://acervo.ufrn.br/Record/oai:localhost:123456789-81985>. Acesso em: 1 mar. 2020.

CARVALHO, Tiago. Günther Anders Sobre a Alma Na época Da Segunda Revolução Industrial. **Philosophica**, Lisboa, n. 55-56, p. 255-273, 2020. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP_2a8ed718cab44f5fdeb43a93f029f3f1. Acesso em: 11 mar. 2023.

CASSIANO, Marcella; FURLAN, Reinaldo. O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 372-378, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dgLDtXKSqwS85RSQJpRrZP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CASTRO, Claudio de Moura. A CAPES na visão de um ex-diretor. **Análise**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 360-76, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/315-Texto%20do%20artigo-1176-2-10-20110523.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CASTRO, Emanuel Messias Aguiar; LISBÃO, Marcondes. Forma-Personagem e fetichismo: uma leitura complementar à obra de Ciampa. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, B29, e170759, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29170759>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/BTKmZM3MbySPLDvVhhbrhDS/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2020.

CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (org.). **O Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CAVALCANTE, Pedro. Gestão Pública Contemporânea: do movimento gerencialista ao pós NPM. **Texto para Discussão (IPEA)**, Rio de Janeiro, (TD) 2319, p. 1-40, 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8027/1/td_2319.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

CEARÁ. **A proficiência ajustada dos municípios**. Fortaleza: Seduc, 2012. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2012/08/17/nota-explicativa-de-calculo-da-proficiencia-ajustada/>. Acesso em: 15 fev. 2023

CEARA. Decreto nº 30.797, de 29 de dezembro de 2011. Regulamenta a Lei nº 15.052/2011, que cria o Premio Escola Nota 10, destinado a premiar as escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo e quinto anos do ensino fundamental, e da outras providencias. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, serie 3, ano III, nº 249, 30 de dezembro de 2011a. Disponível em: <http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/index.php/opaic/historico/legislacao>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CEARÁ. Decreto nº 32.079, de 9 de novembro de 2016. Regulamenta a Lei nº 15.923, de 15 de dezembro de 2015, que cria o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo, quinto e nono anos do ensino fundamental, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, p. 1, 9 nov. 2016a. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/130303916/doi-ce-09-11-2016-pg-1>. Acesso em: 11 mar. 2020.

CEARÁ. **IPECE Informe – Nº 184**. Fortaleza – Ceará: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), dez. 2020. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/12/ipece_informe_184_02_dez2020.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

CEARÁ. Lei 14.484, de 08 outubro de 2009. Institui o prêmio aprender pra valer, destinado ao quadro funcional das escolas da rede estadual de ensino, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 20 out. 2009a. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4993-lei-14-484-de-08-10-09-d-o-de-20-10-09>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CEARÁ. Lei nº 12.612, de 07 de agosto de 1996. Define, na forma do art. 158, parágrafo único, II, da Constituição Federal, Critérios para distribuição da parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 7 ago. 1996. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/titulos-de-utilidade-publica/item/2512-lei-n-12-612-de-07-08-96-d-o-de-12-08-96>. Acesso em: 11 jan. 2020.

CEARÁ. Lei nº 13.203, de 21 de fevereiro de 2002. Institui o prêmio educacional “Escola do Novo Milênio – Educação Básica de Qualidade no Ceará”, relativo ao ano de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 25 fevereiro de 2002. Disponível em: [https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/itemlist/tag/ESCOLA%20NOVO%20MIL%C3%80ANIO%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20DE%20QUALIDADE#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.203%2C%20DE%2021.02,\(DO%2025.02.02\).&text=Institui%20o%20Pr%C3%AAmio%20Educativo%2022Escola,2001%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/itemlist/tag/ESCOLA%20NOVO%20MIL%C3%80ANIO%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20DE%20QUALIDADE#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.203%2C%20DE%2021.02,(DO%2025.02.02).&text=Institui%20o%20Pr%C3%AAmio%20Educativo%2022Escola,2001%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 10 jan. 2017.

CEARÁ. Lei nº 13.541, de 22 de novembro de 2004. Institui o Programa de Modernização e Melhoria da Educação Básica – PMMEB, nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública do Estado do Ceará. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 24 nov. 2004. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4117-revogada-pela-lei-14-484-de-08-10-09-d-o-de-20-10-09-lei-n-13-541-de-22-11-04-d-o-de-24-11-04>. Acesso em: 11 mar. 2020.

CEARÁ. Lei nº 14.023, de 17 de dezembro de 2007. Modifica dispositivos da Lei nº 12.612,

de 7 de agosto de 1996, que define critérios para distribuição da parcela de receita do produto e arrecadação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, pertencente aos municípios, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 17 dez. 2007a. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/5457768/pg-1-caderno-1-diario-oficial-do-estado-do-ceara-doece-de-19-12-2007>. Acesso em: 11 mar. 2020.

CEARÁ. Lei nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007. Cria o Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC, de cooperação técnica e incentivo para melhoria dos indicadores de aprendizagem nos municípios cearenses e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 19 dez. 2007b. Disponível em:

<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4310-lei-n-14-026-de-17-12-07-d-o-19-12-07>. Acesso em: 11 mar. 2020.

CEARÁ. Lei nº 14.371, de 19 de junho de 2009. Cria o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhor resultado no Índice de Desempenho Escolar Alfabetização (IDE-Alfa), e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 19 jun. 2009b. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/5365-lei-n-14-371-de-19-06-09-d-o-de-19-06-09-revogado-pela-lei-n-15-923-de-15-12-15>. Acesso em: 11 mar. 2020.

CEARÁ. Lei nº 14.483, de 08 de outubro de 2009. Institui a premiação para alunos do ensino médio com melhor desempenho acadêmico nas escolas da rede pública de ensino do estado e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 20 out. 2009c. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4994-lei-n-14-483-de-08-10-09-d-o-de-20-10-09>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CEARÁ. Lei nº 15.052, de 6 de dezembro de 2011. Institui o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem no 2º e 5º anos de ensino fundamental, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 12 dez. 2011b. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/2792-lei-n-15-052-de-06-12-11-do-12-12-11-revogado-pela-lei-n-15-923-de-15-12-15>. Acesso em: 11 mar. 2020.

CEARÁ. Lei nº 15.923, de 15 de dezembro de 2015, regulamentada pelo Decreto nº 32.079, de 9 de novembro de 2016. Modifica a Lei Estadual nº 15.052, de 6 de dezembro de 2011, que define premiação para as escolas públicas de 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental com os melhores resultados na avaliação do Spaece, bem como apoio financeiro às escolas de 5º e 9º ano com os menores resultados nesta avaliação. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 16 dez. 2015. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4227-lei-n-15-923-de-15-12-15-d-o-15-12-15>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CEARÁ. Lei nº 16.144, de 07 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº. 14.483, de 8 de outubro de 2009. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 08 dez. 2016b. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizaotematica/educacao/item/4664-lei-n-16-144-de-07-12-16-d-o-08-12-16>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CEARÁ. **Mecanismo de incentivo a partir da cota parte do ICMS**: O Modelo de Rateio do Estado do Ceará. Fortaleza: IPECE, 2023. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/05/Apresentacao_Cota_Parte_ICMS_IQe_e_IQS_Mai2023.pdf. Acesso em: 20 ago, 2023.

CEARÁ. **Projetos Banco Mundial**: Operação SWAP. Fortaleza: IPECE, 2008. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/SWAP/p4r/projetos_banco_mundial.htm. Acesso em: 11 mar. 2018.

CEARÁ. Secretaria de Educação. **Criação da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios (COPEM)**. Fortaleza: 2007c. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/coordenadoriade-cooperacao-com-os-municipios-para-desenvolvimento-da-aprendizagem-na-idade-certa-copem/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CEARÁ. Secretaria de Educação. Portaria nº 0998/2013-GAB, de 19 de novembro de 2012. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 22 nov. 2013. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2015/12/portaria0998.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CENEVIVA, Ricardo. Accountability: novos fatos e novos argumentos – uma revisão da literatura recente. Encontro Nacional de Administração Pública – ENAPG, 2., São Paulo (SP). **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2006. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/publicos/wp-content/uploads/sites/572/2012/03/ricardoceneviva.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2022.

CEPAL/UNESCO. **Educação e conhecimento**: eixo da transformação produtiva com equidade. Brasília, DF: IPEA/CEPAL/INEP, 1995. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1638/S33098N962Av2_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 jul. 2021

CHAGAS, Eduardo Ferreira. A fundamentação subjetiva e social da religião em Ludwig Feuerbach e Karl Marx. **Revista Dialectus**, Fortaleza, v. 5, n. 12, p. 8-35, jan./jul. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38434/1/2018_art_efchagas.pdf. Acesso em: 18 jan. 2018.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. Diferença entre alienação e estranhamento nos manuscritos econômico-filosóficos (1844) de Karl Marx. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 8, n. 16. p. 23-33, jul./dez. 1994. DOI: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v8n16a1994-1023>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/1023/928>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. O indivíduo na teoria de Marx. **Revista Dialectus**, Ano 1, n. 1, p. 1-16, jul./dez. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21936/1/2012_art_efchagas.pdf. Acesso em: 18 jan. 2018.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. O Método Dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. **Síntese - Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 38, n. 120, p. 55-70, 2011. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/download/1036/1460/3876>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Trans/Form/Ação** [online], Mirília/SP, v. 36, n. 2, p. 63-84, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732013000200005>. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/5116>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Editora Artmed. 2000.

CHASIN, José. **Marx**: Estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHAUÍ, Marilena. A História no pensamento de Marx. *In*: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO; Expressão Popular, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1431.dir/cap5.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CHAUÍ, Marilena. Entrevista: Uma razão social – a filósofa Marilena Chauí. Entrevista concedida a Robinson Borges. **Valor Econômico**, São Paulo, Caderno EU & Fim de Semana, ano 7, n. 293., 5 maio 2006.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**: categorias e leis da dialética. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2004.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e a Ordem Global. Bertrand Brasil. 2002.

CHRISTENSEN, Lars Thøger; LANGER, Roy. Public Relations and the Strategic Use of Transparency: Consistency, Hypocrisy, and Corporate Change. International Communication Association Annual Conference, 2008, Quebec, Canadá. **Annals** [...]. Quebec: ICAAC, May 2008.

CHRISTENSEN, Tom; LAEGREID, Per. **Changing accountability relations-the forgotten side of public sector reforms**. Stein Rokkan Centre for social studies uni research, [s. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <https://norceresearch.brage.unit.no/norceresearch-xmlui/bitstream/handle/1956/5785/Notat%2005-2011%20Laegreid%20and%20Christensen.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 ago. 2017.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A Estória do Severino e a História da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

CIAMPA, Antônio da Costa. **As metamorfoses da “metamorfose humana”**: Uma utopia emancipatória ainda e possível hoje? Comunicação apresentada no Simpósio “Metamorfoses da Identidade no Mundo Contemporâneo” do XXVI Congresso Interamericano da SIP. set. 1997. (mimeografado).

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade humana como metamorfose: a questão da família e do trabalho e a crise de sentido na modernidade. **Interações**: estudos e pesquisa em psicologia, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 87-101, 1998. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/140131.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

CLAD. Conselho Latino-americano de Administração Pública. *In*: BRESSER-PEREIRA,

Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (coord.). **Responsabilização na administração pública**. São Paulo: CLAD/Fundap. 2006.

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia. Introdução: organização e estudos organizacionais. *In*: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. p. 27-57. (v. 1).

COELHO NETTO, José Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

COLLODI, Carlo. **As aventuras de Pinóquio**: história de um boneco. 1. ed. SP: Darkside, 2022.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Entrevista: O espectro criminal: entre sombras e imagens – Uma entrevista com Jean Comaroff e John Comaroff. Entrevista concedida a Andrea Roca. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 25, n. 2, p.182-192, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/153626-Texto%20do%20artigo-329294-1-10-20190117%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/153626-Texto%20do%20artigo-329294-1-10-20190117%20(2).pdf). Acesso em: 15 out. 2022.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Transparent fictions; or, the conspiracies of a liberal imagination: an afterword. *In*: WEST, Harry G.; SANDERS, Todd. (ed.). **Transparency and conspiracy**: ethnographies of suspicion in the New World Order. Durham: Duke University Press, 2003. p. 287-299.

CONTRERAS, José. **A autonomia dos professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? *In*: TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 75-123.

CORDEIRO, João. **Accountability**: a evolução da responsabilidade pessoal nas empresas – o caminho da execução eficaz. -São Paulo: Évora, 2013.

COSTA, Anderson Gonçalves; VIDAL, Eloisa Maia. Accountability educacional: pilares, questões e debates. XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd, João Pessoa, 2018. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/3896-texto_proposta_completo.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.

COSTA, Nelson Barros da. Contribuições do marxismo para uma teoria crítica da linguagem. **DELTA**: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 16, n. 1, p. 27–54, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502000000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/4FT5T4zmf4wrFBbrnjbLzDd/#>. Acesso em: 20 set. 2020.

COSTA, Nelson Nery. **Ciência política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Estruturalismo e miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COX III, Raymond W. Accountability and Responsibility in Organizations: The Ethics of Discretion. **Viešoji Politika Ir Administravimas** [Pub. Pol'y in Admin.], *Kaunas/Lithuania*, n. 13, p. 39–51. 2004. Disponível em:

file:///C:/Users/User/Downloads/admin,+4_R.W.CoxIII.pdf. Acesso em: 18 set. 2019.

CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos do direito constitucional**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002.

CUMBE, Luís Leonardo; INÁCIO, Helena. The impact of external audit on the accountability of the common fund of the Mozambique National Institute of Statistics. **Managerial Auditing Journal**, United Kingdom, v. 33, n. 6/7, p. 538-557, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/MAJ-01-2017-1500>. Disponível em: https://e-tarjome.com/storage/btn_uploaded/2020-04-05/1586078323_10539-etarjome%20English.pdf. Acesso em: 11 out. 2019.

CURTIS, Ami B.; HARVEY, Richard D.; RAVDEN, Daran. Sources of Political Distortions in Performance Appraisals Appraisal Purpose and Rater Accountability. **Group & Organization Management**. [s. l.], v. 30, n. 1, p. 42-60, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1177/1059601104267666>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1059601104267666>. Acesso em: 12 ago. 2022.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DAHLBERG, Ingetraut. A referent-oriented, analytical concept theory for interconcept. **International Classification**, [Revista de Biblioteconomia de Brasília], Brasília, DF, v. 5, n. 3, p. 142-151, 1978b. Disponível em: https://web.archive.org/web/20220504203022id_/https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-1978-3-142.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do Conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978a. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v7i2.115>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>. Acesso em: 15 mar. 2022.

DAL MAGRO, Tamires. Revoluções, incomensurabilidade e racionalidade científica nos escritos tardios de Thomas Kuhn. **Principia: an international journal of epistemology**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 183-216, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/1808-1711.2013v17n1p183>. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/jonas0,+p171-9%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/jonas0,+p171-9%20(1).pdf). Acesso em: 4 jan. 2022.

DALE, Roger. Globalisation and education: demonstrating a “common world educational culture” or locating a “globally structured educational agenda”? **Educational Theory**, Illinois, v. 50, n. 4, p. 427-248, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1741-5446.2000.00427.x>. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/j.1741-5446.2000.00427.x%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/j.1741-5446.2000.00427.x%20(1).pdf). Acesso em: 07 jan. 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DAVIES, Nicolas. **FUNDEB: a redenção da educação básica?** Campinas: Autores Associados, 2008.

DAY, Patricia; KLEIN, Rudolf. **Accountabilities: five public services**. London: Travistock, 1987.

DDHC. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789**. Universidade de São

- Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.
- DE CAUX, Luiz Philipe. Introdução aos excertos de Marx sobre James Mill (1844): Ou sobre o reconhecimento. **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, v. 21, n. 1, pp. 93-98, 2016, DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v21i1p93-98>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/115985>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- DE FERRANTI, David; JACINTO, Justin; ODY, Anthony J.; RAMSHAW, Graeme. **How to improve governance: a new framework for analysis and action**. [S. l.]: Brookings Institution Press, 2009.
- DE FREITAS, Rogério Gonçalves de; COELHO, Higson Rodrigues. Futuro antecipado na Educação: OCDE e controle do Conhecimento Global . **Roteiro**, [s. l.], v. 44, n. 3, p. 1–24, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v44i3.21401>. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21401>. Acesso em: 8 jul. 2023.
- DE LISSOVOY, Noah. Pedagogy of the Impossible: Neoliberalism and the Ideology of Accountability. **Policy Futures in Education**, United Kingdom, v. 11, n. 4, p. 423–435. 2013. DOI: <https://doi.org/10.2304/pfie.2013.11.4.423>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.2304/pfie.2013.11.4.423>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. 1. ed. 13. reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- DEBRAY, Régis. **O Estado sedutor: as revoluções midiológicas do poder**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DEFOE, Daniel. **Robinson Crusoe**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- DEJOURS, Christophe. A carga psíquica do trabalho. *In*: DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian (orgs.). **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. 1. ed., 12. reimpr. São Paulo, SP: Atlas. 2011. p. 21-32.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- DEJOURS, Christophe. Addendum da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. *In*: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte (orgs.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho** Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz. 2004. p. 47-104.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Rio, 1976.
- DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 219-230.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia** 1. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** 2. ed., São Paulo, Editora 34, 1997.

DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18).** Bauru: EDUSC, 2003. (v. 1).

DEMO, Pedro. **Pobreza política.** São Paulo, Cortez, 1988.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx: O Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DERRIDA, Jacques. **Margens da Filosofia.** Campinas, Papirus, 1991.

DERRIDA, Jacques. **Pensar em não ver: escritos sobre as artes do visível (1979-2004).** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

DERTHICK, Martha; DUNN, Joshua M. False Premises: the accountability fetish in education. **Harvard Journal of Law and Public Policy**, Cambridge, v. 32, n. 3, p. 1015-1034, 2009. Disponível em: https://journals.law.harvard.edu/jlpp/wp-content/uploads/sites/90/2017/12/JLPP_32_3.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.

DETZEN, Dominic; HOFFMANN, Sebastian. Accountability and ideology: The case of a German university under the Nazi regime. **Accounting History**, Melbourne, v. 25, no. 2, p. 174-192, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1032373219836301>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/1032373219836301.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

DICK, Philip K. **O Androide e o Humano.** 1. ed. Lisboa: Vega. 2006

DICKENS, Charles. **Oliver Twist.** São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2021.

DISTELHORST, Greg. **Publicity-Driven Accountability in China.** 2013. 122 f. Thesis (PhD.) - Massachusetts Institute of Technology, Dept. of Political Science, 2013. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/84853>. Acesso em: 22 fev. 2020.

DORN, Sherman. **Accountability Frankenstein: Understanding and Taming the Monster.** Charlotte, NC: Information Age. 2007.

DRUMMOND, Albert. O pecado da preguiça se elevou à virtude: o frustrante mercado. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.18224/mos.v7i1.3981>. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/3981>. Acesso em: 13 jan. 2023.

DUARTE, André Luís Faria; BOENTE, Renata Miranda Pires; MARINHO, Roberta Borrelli de Araújo; ZOUAIN, Débora Moraes. Produção Acadêmica sobre *Accountability*: Categorizações na Área de Administração Pública. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 459-475. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n3a9. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Duarte_Boente_Marinho_Zouain_2018_Producao-Academica-sobre--Acco_51771.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

DUARTE, André Luís Faria; ZOUAIN, Deborah Moraes. Categorização de *Accountability*: Um Resgate Histórico Bibliográfico. VIII Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade (AdCont), Rio de Janeiro, 2017. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: AdCont, 2017.

Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/2017-VIIIAdCont.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2020.

DUARTE, André Luís Faria; ZOUAIN, Deborah Moraes. Resgate conceitual de *accountability*: proposta de categorização a partir de estudo bibliométrico. **Revista Gestão Organizacional**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 102-127. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22277/rgo.v12i2.4720>. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/4720>. Acesso em: 17 abr. 2020.

DUARTE, André Luís Faria; ZOUAIN, Deborah Moraes; SANTOS, Mayara da Silva; BAZANINI, Roberto. *Accountability*: mapeamento da produção e análise de redes dos artigos das divisões de gestão e políticas públicas do ENANPAD. **RACEF – Revista de administração, contabilidade e economia da FUNDACE**, v. 9, p. 19-28, 2018. DOI: <https://doi.org/10.13059/racef.v9i3.510>. Disponível em: <https://racef.fundace.org.br/index.php/racef/article/view/510>. Acesso em: 07 fev. 2020.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

DUBNICK, Melvin J. Accountability and the Promise of Performance: In Search of the Mechanisms. **Public performance & management review**, Nova Jersey, v. 27, n. 3, p. 376-417, 2005. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Accountability_and_the_Promise_of_Performance_In_S.pdf. Acesso em: 19 fev. 2018.

DUBNICK, Melvin J. Accountability as a Cultural Keyword. *In*: BOVENS, Mark; GOODIN, Robert E.; SCHILLEMANS, Thomas (ed.). **The Oxford Handbook of Public Accountability**. Oxford: Oxford University Press. 2014. p. 21-38. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Accountability_as_a_Cultural_Keyword.pdf. Acesso em: 19 fev. 2018.

DUBNICK, Melvin J. Accountability as a Meta-Problem. **Prepared for presentation at Minnowbrook III – Phase II, The Future of Public Administration, Public Management, and Public Service Around the World**, Crowne Plaza Hotel, Lake Placid, September 5-7, 2008. Disponível em: <http://mjdubnick.dubnick.net/papersrw/2008/Dubnick%20MIII.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

DUBNICK, Melvin J. Clarifying Accountability: An Ethical Theory Framework. *In*: SAMPFORD, Charles; PRESTON, Noel Preston; BOIS, C.A. (eds). **Public sector ethics: finding and implementing values**, Leichhardt, NSW, Australia: The Federation Press/Routledge. 1998. p. 68-81. Disponível em: <http://mjdubnick.dubnick.net/pubs/1998/Dubnick1998.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

DUBNICK, Melvin J. Seeking Salvation for Accountability. *In*: Prepared for delivery at the 2002 Annual Meeting of the American Political Science Association, **Copyright by the American Political Science Association**, Boston, August 29- September 1, 2002. Disponível em: <https://mjdubnick.dubnick.net/papersrw/2002/salv2002.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

DUBNICK, Melvin J.; YANG, Kaifeng. The pursuit of accountability: Promise, problems, and prospects. *In* MENZEL, Donald e WHITE, Harvey (eds.). **The state of public**

administration, New York, NY: M.E. Sharpe. 2010. p. 171-186. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/The Pursuit of Accountability Promise Pr.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/The_Pursuit_of_Accountability_Promise_Pr.pdf). Acesso em: 19 fev. 2018.

DUBNICK, Melvin. “A Moral Being is an Accountable Being”: Adam Smith and the Ethical Foundations of Accountable Governance (March 1, 2010). **68th Annual Meeting of the Midwest Political Science Association**, March 22-25, 2010, Palmer House Hotel, Chicago IL. DOI: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1600883>. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1600883>. Acesso em: 21 set. 2018.

DUBNICK, Melvin; O’KELLY, Ciarán. Dissecting the Semantics of Accountability and Its Misuse (January 11, 2019). Paanakker, H.L, Masters, A and Huberts, L. (ed.). *Quality of Governance: Values and Violations*, Palgrave Macmillan. Forthcoming, **Queen's University Belfast Law Research Paper**, Belfast, n. 2016 06, 2019. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3314034>. Acesso em: 12 jan. 2020.

DUFOUR, Dany-Robert. **A cidade perversa: liberalismo e pornografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182007000100001>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642824/10376>. Acesso em: 03 set. 2019.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Une théorie marxiste du néolibéralisme. Dossier Fin du néolibéralisme? **Actuel Marx**, Paris, n. 40, p. 1-13. 2006. DOI: <https://doi.org/10.3917/amx.040.0024>. Disponível em: <https://www.cepremap.fr/membres/dlevy/dle2006n.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

DUMEZ, Hervé. De l'obligation de rendre des comptes ou accountability. **Annales des Mines - Gérer et comprendre**, Paris, n. 91, p. 4-8. 2008. DOI: <https://doi.org/10.3917/geco.091.0004>. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/GC2008dossieraccountability%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/GC2008dossieraccountability%20(1).pdf). Acesso em: 26 out. 2021.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção tópicos).

EAGLETON, Terry. **A Ideologia de estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

EAGLETON, Terry. Capitalismo, modernismo e pós-modernismo. **Crítica marxista**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 53-68, 1995. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=2&numero_revista=2. Acesso em: 12 mar. 2017.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.

EAGLETON, Terry. Marxismo e Desconstrução. In: EAGLETON, Terry. **Walter Benjamin: Ruma a uma crítica revolucionária**. Fortaleza: Omni, 2010.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006.

EAGLETON, Terry. **The Idea of Culture**. Oxford: Blackwell, 2000.

EAGLETON, Terry. **A função da crítica**. 1.ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1991.

EBRAHIM, Alnoor. Accountability Myopia: Losing Sight of Organizational Learning. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, Thousand Oaks, v. 34. n. 1, p. 56-87. 2005.

DOI: <https://doi.org/10.1177/0899764004269430>. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/228616472_Accountability_Myopia_Losing_Sight_of_Organizational_Learning. Acesso em: 20 mar. 2020.

ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

EDVINSSON, Leif; MALONE, Michael S. **Capital intelectual: descobrindo valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos**. São Paulo: Makron Books, 1998.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ELSTER, Jon. Accountability in Athenian politics. In: MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan (org.). **Democracy, accountability, and representation**. Nueva York: Cambridge University Press, 1999. p. 253-278.

ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos Argumentos em favor do individualismo metodológico. **Lua Nova: Revista De Cultura E Política**, n. 17, p. 163–204. 1989. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/wGKcRRCGhD8xwxhZskhZGRR/#>. Acesso em: 11 nov. 2021.

ENDERLE, Rubens. Em 1846, no seu exílio em Bruxelas, Marx... [Orelha de livro]. In: MARX, Karl. **Sobre o Suicídio**. 1. ed., 8. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2020.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo, Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

ENGELS, Friedrich. Engels a Joseph Bloch (em Königsberg). Londres, 21-22 de Setembro de 1890. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas em três tomos**. Lisboa: Edições “Avante!”; Moscovo: Edições Progresso, 1985a. p. 547-549.

ENGELS, Friedrich. Engels a W. Borgius. Londres, 25 de Janeiro de 1894. In: MARX & ENGELS. **Obras escolhidas em três tomos**. Lisboa: Edições “Avante!”; Moscovo: Edições Progresso, 1985b. p. 565-567.

ENGELS, Friedrich. **Esboço de uma crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2021.

ENGELS, Friedrich. Introdução a Guerra Civil na França, de Karl Marx. *In*: MARX, Karl. **A guerra civil na França**. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. **Germinal**: Marxismo e educação em Debate, Salvador, v. 4, n. 2, p. 131–166, dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v4i2.9391>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9391>. Acesso em: 03 ago. 2019.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da Natureza**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ENRIQUEZ, E. Vida psíquica e organização. *In*: FREITAS, Maria Ester de; MOTTA, Fernando C. Prestes (orgs.). **Vida psíquica e organização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 11-40

ERICKSEN, Robert P. **Complicity in the Holocaust: Churches and Universities in Nazi Germany**. Cambridge: Cambridge University Press. 2012.

ERKKILÄ, Toro. Governance and accountability: A shift in conceptualization. **Public Administration Quarterly**, Towson, v. 31, n. 1/2, p. 1-38, 2007. Disponível em: <http://faculty.cbpp.uaa.alaska.edu/afgjp/padm601%20fall%202007/governance%20and%20accountability.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2020.

ESPINOSA, Baruch de. **Ética**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)

ESPINOSA, Baruch de. **Tratado teológico-político**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ESPÍRITO SANTO. Lei Ordinária nº 11.227, de 29 de dezembro de 2020. Dispõe sobre critérios e prazos para repasse das parcelas do produto da arrecadação de impostos, nos termos dos arts. 158, III e IV, e 159, § 3º, da Constituição Federal, nas condições que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vitória, p. 5, 30 de Dezembro de 2020. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/5331#/p:13/e:5331?find=11.227>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ESTUDANTES DE SOBRAL, berço de Ciro, relatam pressão para fraudar provas. **Gazeta do Povo**. Educação. 01 dez. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudantes-de-sobral-berco-de-ciro-relatam-pressao-para-fraudar-provas-1w6ztizlnmqnx8p1t89dml0p/>. Acesso em: 12 abr. 2018.

EVANGELISTA, Olinda (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In*: ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas-SP: Alínea, v. 1, 2012, p. 52-71.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, Niterói, ano 10, n.15, p.1-29, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.10i15.p6865>. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6865>. Acesso em: 16 out. 2019.

EVANS, Peter. Além da "Monocultura Institucional": instituições, capacidades, e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 20-63. jan./jun. 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/pCYnHKTXXPL6wY9gWcd4Gbq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 8 ago. 2017.

EVANS, Peter. Hybridity as an administrative strategy: combining bureaucratic capacity with market signals and deliberative democracy. Congreso internacional del CLAD sobre la reforma del estado y de la administración pública, 7., 2002, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: CLAD, 2002. Disponível em: <https://clad.org/wp-content/uploads/2020/07/ConfPle-PEvans-VIIICong.pdf>. Acesso em: 3 maio 2018.

EVANS, Richard J. **O Terceiro Reich no Poder**. 1. ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

EZZAMEL, Mahmoud. Accounting, Control and accountability: Preliminary Evidence from Ancient Egypt. **Critical Perspectives on Accounting**, Amsterdam, v. 8, n. 6, p. 563-601. 1997. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570710740993>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/cpac.1997.0123.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

FACAL, Joseph; MAZOUZ, Bachir. L'imputabilité des dirigeants publics. Éléments de Théorie et observtions tirées de l'expérience québécoise. **Revue Française de gestion**, Paris, v. 39, n. 237, p. 117-132. 2013. DOI: <https://doi.org/10.3166/RFG.237.117-132>. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/RFG_237_0117.pdf. Acesso em: 07 mai. 2020.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O Sequestro da Subjetividade. In: FARIA, José Henrique de. **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 45-67.

FARMER, David John. **The Language of Public Administration**. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1995.

FAULSTICH, Enilde. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, jun. 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/400076014/E-Faulstich-A-Socioterminologia>. Acesso em: 05 fev. 2023.

FAUSTO, Ruy. **A apresentação marxista da história**: modelos em Marx (Lógica e política – III). São Paulo: Editora 34. 2002.

FEENBERG, Andrew. **Transforming technology**: a critical theory revisited. Oxford: Oxford University Press, 2002.

FEIJÓ, Ricardo Luís Chaves. A ideia de ciência em Karl Marx. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 14, n. 31, set./dez 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2015v14n31p293>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2015v14n31p293>. Acesso

em. 14 mar. 2022.

FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo; BORGES, André. Ideias fora do lugar: o neoliberalismo como categoria de análise das políticas sociais no Brasil. **Organização & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 46, p. 13-37. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000300001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/zbtqyKGYD5CqwjBM7YvqTDM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mai. 2018.

FERNANDES, Florestan. A reconstrução da realidade nas Ciências Sociais. In: IANNI, Octavio (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 123-174.

FERNANDES, Ivanildo. Da Aritmética Política à Quantofrenia: sobre a opção do Sinais por dados estatísticos para garantia da qualidade da educação superior. Documento de Trabalho n. 116. **Observatório Universitário**, Rio de Janeiro, Data Brasil (Ensino e Pesquisa UCAM), out. 2013. Disponível em: http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_116.pdf. Acesso em: 12 jan. 2018.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas. In: VELOSO, Fernando; GIAMBIAGI, Fabio; HENRIQUES, Ricardo (orgs.). **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 213-238.

FERNANDES, Wanderson de Araújo; ARRAES, Jeremias Pereira da Silva. Análise bibliométrica das pesquisas científicas sobre accountability publicadas entre 2013 a 2018. Congresso Internacional de Contabilidade Pública, 2., 2019, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: CICP, 2019. Disponível em: https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/iicicp/finais_site/21.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

FILGUEIRAS, Isabel. Clãs políticos: Famílias controlam 45% das prefeituras cearenses. Fortaleza: **Jornal O Povo**, 07 fev. 2016. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/dom/2016/02/06/noticiasjornaldom,3572309/clas-politicos-familias-controlam-45-das-prefeituras-cearenses.shtml>. Acesso em: 12 fev. 2019.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2006. Disponível em: <http://www.flexibilizacao.ufba.br/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.

FINLEY, Sir Moses. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FIRME, Thereza Penna; STONE, Vathsala. Entrevista: A avaliação é como um espelho que reflete a realidade. Entrevista concedida a Maggi Krause. **ItaúSocial**, Rede Galápagos, São Paulo. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/a-avaliacao-e-como-um-espelho-que-reflete-a-realidade/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

FIRMO, Érico. A genealogia do poder. **O povo cenário**, Fortaleza, ano I, n. 3, p. 47-53, 2012.

FONTES, Virgínia. **Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

FORTALEZA. Lei Complementar nº 169, de 12 de setembro de 2014. Dispõe sobre a gestão democrática e participativa da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza, institui o Programa Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (PMDE), modifica o Estatuto do Magistério de Fortaleza, e dá outras providências. **Portal da Câmara Municipal de Fortaleza**, Fortaleza, 12 de setembro de 2014. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/2329/text?print>. Acesso em: 12 dez. 2018.

FORTALEZA. Notícias. Prefeito Roberto Cláudio entrega Prêmio Escola com Excelência em Desempenho 2020: Iniciativa reconhece o destaque de escolas municipais nos resultados do Spaece e do Spaece-Alfa 2019. **Portal da Prefeitura de Fortaleza/CE**, Fortaleza, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-entrega-premio-escola-com-excelencia-em-desempenho-2020>. Acessado em: 17 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz & Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

FOX, Jonathan. The uncertain relationship between transparency and accountability. **Development in Practice**, [s. l.], v. 17, n. 4-5, p. 663–671, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/09614520701469955>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09614520701469955>. Acesso em: 03 jan. 2018.

FRAGA, Paulo Denisar Vasconcelos. **A teoria das necessidades em Marx: da dialética do reconhecimento à analítica do ser social**. 2006. 232 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Programa de Pós-graduação em Filosofia, Campinas/SP, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2006. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2006.377544>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/377544>. Acesso em: 05 abr. 2021.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A serpente, espelho de Eva. **Medievalista** [on-line], n. 27, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.2840>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/medievalista/2840>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Professora Sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'água, 2003.

FREITAS, Luiz Carlos de. Apresentação: Políticas públicas de responsabilização na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 345-351, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Tj6ngrDgv68qtsVMpsKPqkx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à distribuição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FREY, Klaus (coord.). O acesso à informação. In: SPECK, Bruno Wilhelm (org.). **Caminhos da transparência**: análise dos componentes de um sistema nacional de integridade. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p. 377-408.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FRØLICH, Nicoline. Multi-layered accountability - Performance-based funding of universities. **Public Administration**, v. 89, n. 3, p. 840-859, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9299.2010.01867.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9299.2010.01867.x>. Acesso em: 02 fev. 2020.

FULDA, Hans Friedrich. Teses para a dialética como método de exposição (no “Capital” de Marx). **Crítica Marxista**, Campinas, n. 45, p. 109-116, 2017. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/documento2018_06_29_2036_57.pdf. Acesso em: 11 fev. 2021.

FUNG, Archon; GRAHAM, Mary; WEIL, David. **Full Disclosure**: The Perils and Promise of Transparency. Cambridge: Cambridge University Press. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1017/9780521699617>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/full-disclosure/9B7CB449268A9F314347062EAC6D6248>. Acesso em: 10 abr. 2023.

FURLAN, Vinicius. **(Bio)políticas de reconhecimento e modulações de personagens**. 2020. 159 f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/23786>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FURLAN, Vinicius. **Biopolítica, Reconhecimento e Identidade**. 2. ed. Curitiba: Editora CRV, 2021.

FURLONG, John. Reforming teacher education, reforming teachers: accountability, professionalism and competence. In: PHILLIPS, Robert; FURLONG, John (ed.). **Education, Reform and the State: 25 years of policy, politics and practice**. London: Routledge. 2001.

GALVÃO, Andréia. O neoliberalismo na perspectiva marxista. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 27, p. 149-156, 2008. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario2015_06_01_18_21_2828.pdf. Acesso em: 09 set. 2020.

GALVÃO, Antônio Mesquita. **A crise da ética: o neoliberalismo como causa da exclusão social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GÁRATE, Manuel. **La revolución capitalista de Chile (1973-2003)**. Santiago, Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado. 2012.

GARSTEN, Christina; MONTOYA, Monica Lindh de. Introduction: Examining the Politics of Transparency. In: GARSTEN, Christina; MONTOYA, Monica Lindh de. **Transparency in a New Global Order**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2008. p. 1-21. DOI: <https://doi.org/10.4337/9781848441354.00007>. Disponível em: <https://www.elgaronline.com/edcollchap/9781845423254.00007.xml>. Acesso em: 10 mar. 2023.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis, Editora Vozes. 2003.

GAULEJAC, Vincent de. Existir en un mundo paradójico. **Administración y Organizaciones**, Ciudad de México, v. 10, n. 20, p. 21-42, 2008. Disponível em: <https://rayo.xoc.uam.mx/index.php/Rayo/article/view/215>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

GENERAL ACCOUNTING OFFICE. Block Grants: Issues in Designing Accountability Provisions, **GAO/AIMD-95-226**, September 1995. Disponível em: <https://www.gao.gov/assets/aimd-95-226.pdf>. Acesso em: 11 et. 2021.

GENTILI, PABLO. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (orgs.). **Escola S.A: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996. p. 9-49.

GERIGK, Willson; CODATO, Adriano. Elites políticas, ideologia e gasto público nas pequenas cidades brasileiras. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 125-158, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ppe50n3art5>. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/2150/1322>. Acesso em: 2 jan. 2019.

GHOSH, Ritwick; FAXON, Hilary Oliva. Smart corruption: Satirical strategies for gaming accountability. **Big Data & Society**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 1-6, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/20539517231164119>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/20539517231164119>. Acesso em: 10 set. 2023.

GODFREY, Andy; HOOPER, Keith. Accountability and decision-making in feudal England:

Domesday Book revisited. **Accounting History**, Melbourne, v. 1, n. 1, p. 35-54, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1177/103237329600100103>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/103237329600100103.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2020.

GODOY, Elena; SANTOS, Sebastião Lourenço dos. A metáfora como gatilho ostensivo do efeito: o paradoxo das coisas diferentes. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 403-420, set./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-22-03-403-420>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/r5jdTSRZsP6D5D3WYFKyRFm/>. Acesso em: 2 nov. 2023.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2020.

GOETHE, Johann Wolfgang. **Fausto/Werther**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

GOLDFINCH, Shaun; WALLIS, Joe. Two myths of convergence in public management reform. **Public Administration**, London, v. 88, n. 4, p. 1099-1115, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9299.2010.01848.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9299.2010.01848.x>. Acesso em: 11 fev. 2020.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Os “governos das mudanças” (1987 - 1994). In: SOUSA, Simone de (org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 409-424.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. (v. 3).

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (v. 1).

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (v. 2).

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (v. 5).

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Introdução ao estudo da filosofia**. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. (v. 1).

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GRAMSCI, Antônio. **Quaderni del cárcere**. Edizione critica di Valetino Gerratana. 3. ed. Torino: Einaudi, 2007. (v. 4).

GRAY, Andrew; JENKINS, Bill. Codes of accountability in the new public sector.

Accounting, Auditing & Accountability Journal, Leeds, v. 6, n. 3, p. 52-67. 1993. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513579310042560>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/09513579310042560.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

GREEN, Jane. **Beyond managerial rhetoric**: reclaiming what is practical, personal and implicit in the idea of educational accountability. 322 f. Thesis (PhD). Institute of Education, University of London, University College London, 2007. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10019306/1/498729.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. A dialética do avesso. **Crítica marxista**, Campinas, n. 14, p. 21-44, 2002. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo84artigo2.pdf. Acesso em 19 mar. 2020.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário da mitologia grega e romana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GRIMM, Jacob Ludwig Carl; GRIMM, Wilhelm Carl. **Contos de fadas - obras completas**. Belo Horizonte: Edi-tora Itatiaia, 2012.

GROSSI, Giuseppe; THOMASSON, Anna. Bridging the accountability gap in hybrid organizations: the case of Copenhagen Malmö Port. **International Review of Administrative Sciences**, Mil Oaks, v. 0, n. 0, p. 1-17. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/0020852314548151>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/GrossiThomasson2015.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2021.

GURGEL, Diago de França. “Nem toda aleluia é uma aleluia”: acerca da categorização metafórica na narrativa ficcional. **Letras**, Curitiba, v. 93, p. 253-277, jan./jun 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras>. Acesso em: 2 nov. 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HALL, Angela T.; FERRIS, Gerald R. Accountability and extra-role behavior. **Employee Responsibilities and Rights Journal**, Springer, London, v. 23, n. 2, p. 131-144, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10672-010-9148-9>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10672-010-9148-9>. Acesso em: 17 jun. 2020.

HALL, Angela. T.; FRINK, Dwight. D.; BUCKLEY, M. Ronald. An accountability account: A review and synthesis of the theoretical and empirical research on felt accountability. **Journal of Organizational Behavior**, New York City, v. 38, n. 2, p. 204-224, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1002/job.2052>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/job.2052>. Acesso em: 22 dez. 2021.

HALLIGAN, John. Accountability in Australia: control, paradox, and complexity. **Public Administration Quarterly**, [s. l.], v. 31, n. 3/4, p. 453-479, 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41288299>. Acesso em: 7 jul. 2020.

HALLIGAN, John; BUICK, Fiona; O'FLYNN, Janine. Experiments with joined-up, horizontal and whole-of-government in Anglophone countries. In: MASSEY, Andrew (Ed.). **International handbook on civil service systems**. 2011. p. 77-99. DOI: <https://doi.org/10.4337/9781781001080.00010>. Disponível em:

[file:///C:/Users/User/Downloads/Experiments with Joined-Up Horizontal and Whole-of.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Experiments%20with%20Joined-Up%20Horizontal%20and%20Whole-of.pdf). Acesso em: 13 jan. 2020.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **Os Artigos Federalistas**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2014.

HART, Paul; WILLE, Anchrit. Ministers and top officials in the dutch core executive: Living together, growing apart? **Public Administration**, London, v. 84, n. 1, p. 121-146, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.0033-3298.2006.00496.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.0033-3298.2006.00496.x>. Acesso em: 9 mar. 2022.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAUG, Wolfgang Fritz. **A crítica da estética da mercadoria**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

HAYEK, Friedrich August von. **A Pretensão do Conhecimento**. São Paulo: LVM Editora, 2019.

HAYEK, Friedrich August von. Friedrich von Hayek: líder y maestro del liberalismo económico, **El Mercurio**, Santiago, ps. D8–D9, 12 de abril. 1981. Disponível em: <https://puntodevistaeconomico.com/2016/12/21/extracts-from-an-interview-with-friedrich-von-hayek-el-mercurio-chile-1981/>. Acesso em: 10 out. 2022.

HAYEK, Friedrich August von. **The Constitution of Liberty**. The University of Chicago Press, 2011.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. 4. ed.. Petrópolis: Editora Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2007.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia do direito**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Cursos de estética I, II, III e IV**. São Paulo: Edusp, 2000.

- HEIDEGGER, Martin. **A Origem da Obra de Arte**. Lisboa, Edições 70, 1989.
- HEIDEMANN, Francisco Gabriel; SALM, José Francisco (org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento** – Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UnB, 2009.
- HEINRICH, Carolyn J. Measuring public sector performance and effectiveness. *In: Handbook of Public Administration: Concise Paperback Edition*. SAGE Publications Ltd, 2003. p. 25-37. 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.4135/9780857020970.n3>.
- HELOANI, Roberto. **Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.
- HELOANI, Roberto. **Modelos de gestão e educação: gerencialismo e subjetividade**. São Paulo: Cortez., 2018.
- HERÁCLITO de Éfeso. Fragmentos. *In: ANAXIMANDRO; PARMÊNIDES; HERÁCLITO. Os pensadores originários*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- HERÁCLITO de Éfeso. Fragmentos. *In: OS PRÉ-SOCRÁTICOS. Fragmentos, doxografia e comentários*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Os pensadores).
- HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing Consent**. Nova York: Pantheon Books, 2002.
- HERÓDOTO. **História**. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 1985.
- HIGGS, Edward. **The Information State in England**. London: Palgrave MacMillan. 2004.
- HILL, Paul; JOCHIM, Ashley. Political Perspectives on School Choice. *In: BERENDS, Mark (ed.) Handbook of Research on School Choice*. New York and London: Routledge, 2009. p. 3-18.
- HIRANO, Ana Carolina Yoshida. **Accountability no Brasil: os cidadãos e seus meios institucionais de controle dos representantes**. 2007. 243 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25052007-141025/publico/tese_ana_carolina_yoshida_hirano_andrade_mota.pdf. Acesso em: 22 jan. 2018.
- HOBSBAWM, Eric John. **A Era das Revoluções - 1789-1848**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.
- HOBSBAWM, Eric John. **A Era do Capital – 1848-1875**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.
- HOBSBAWM, Eric John. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. 44. reimpressão. Companhia das Letras, São Paulo, 2011.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. *In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Pensamento Crítico).

HOBBSAWM, Eric. Marx und Weber, ein Kommentar. *In*: KOCKA, Jürgen (org.). **Max Weber, der Historiker**. Band 73, Kritische Studien zur Geschichtswissenschaft. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1986. p. 84-89. DOI: <https://doi.org/10.13109/9783666357343.84>. Disponível em: <https://www.vr-elibrary.de/doi/epdf/10.13109/9783666357343.84>. Acesso em: 21 mar. 2018.

HOBBSAWUM, Eric John. **Tempos fraturados**. Cultura e sociedade no Século XX. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

HOLANDA, Marcos Costa (org.). **Ceará: a prática de uma gestão por resultados**. Fortaleza: IPECE, 2006. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/Ceara_GPR.pdf. Acesso em: 11 nov. 2020.

HOLANDA, Marcos Costa; BARBOSA, Marcelo Ponte; COSTA, Leandro Oliveira; NOGUEIRA, Cláudio André G. **Proposta de Mudança no Rateio da cota parte do ICMS entre os municípios cearenses**. Fortaleza: IPECE, Texto para Discussão 51, 2007.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HOPMANN, Stefan Thomas. No child, no school, no state left behind: Schooling in the age of accountability. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 40, n. 4, p. 417-456. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00220270801989818>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/00220270801989818.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

HURSCH, David. Assessing No Child Left Behind and the Rise of Neoliberal Education Policies. **American Educational Research Journal**, Washington, DC, v. 44, n. 3, p. 493-518. 2007. DOI: <https://doi.org/10.3102/0002831207306764>. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Assessing_No_Child_Left_Behind_and_the_Rise_of_Neo.pdf. Acesso em: 11 mai. 2020.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**: introdução geral à fenomenologia. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

HUSSERL, Edmund. **Investigações Lógicas**: prolegômenos à lógica pura. Rio de Janeiro: Forense, 2014. (v. 1).

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IANNI, Octavio. **Língua e Sociedade**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1999.

IASI, Mauro Luís. **O dilema de Hamlet**: o ser e o não ser da consciência. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Viramundo, 2014.

IASI, Mauro. Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais. *In*: IASI, Mauro. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2017. p. 85-112. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-596-4.p95-124>. Disponível em:

https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/73/2531/4171?inline=1. Acesso em: 18 fev. 2021.

ILIENKOV, Evald Vasilievich. **Dialectics of the Abstract and the Concrete in Marx's Capital**. Moscou, Progress Publishers, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ilyenkov/1960/dialetica/index.htm>. Acesso em: 04 jan. 2023.

INFRANCA, Antonino. Ricardo Antunes: um ferrenho defensor dos direitos do trabalho. In: ANTUNES, Caio; NOGUEIRA, Claudia Mazzei (orgs.). **Ricardo Antunes: para além do mundo do trabalho**. 1. ed. Campinas: Papel Social, 2023. p. 47-63.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

JACKSON, Michael. Responsibility versus accountability in the Friedrich-Finer debate. **Journal of Management History**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 66-77, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1108/17511340910921790>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242337690_Responsibility_versus_Accountability_in_the_Friedrich-Finer_Debate. Acesso em: 20 abr. 2022.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

JAPIASSU, Hilton F. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

JOANNIDES, Vassili. Accounterability and the problematics of accountability. **Critical Perspectives on Accounting**, Elsevier, Amsterdam, v. 23, n. 3, 244–257, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2011.12.008>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1045235411001742>. Acesso em: 12 jun. 2020.

JOANNIDES, Vassilis. Accounterability and the problematics of accountability. **Critical Perspectives On Accounting**, Elsevier, 2012, in press (in press), [s. l.], v. 23, n. 3, p. 244-257, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2011.12.008>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1045235411001742?via%3Dihub>. Acesso em: 10 fev. 2019.

JUANIHA, Alcido Manuel; BORTOLI, Cassiana; SEVERO PEIXE, Blênio Cezar. Análise da Produção Científica Internacional sobre a *Accountability* no Setor Público de período de 2011 a 2015. XVI Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 16., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEA/USP, 2016. Disponível em: <http://www.congressusp.fipecafi.org/web/artigos162016/104.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.

KAMUF, Peggy. Accounterability. **Textual Practice**, London, v. 21, n. 2, p. 251-266, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1080/09502360701264428>. Disponível em: https://www.academia.edu/28072034/Accounterability_pub_pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 2009.

KANT, Immanuel. **A Religião nos Limites da Simples Razão**. Lisboa: Edições 70, 2008.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 2007.

KANT, Immanuel. **Lógica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

KAUPPINEN, Antti. Epistemic norms and epistemic accountability. **Philosopher's Imprint**, [s. l.], v. 18, n. 8, p. 1-16, april 2018. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/cgi/p/pod/dod-idx/epistemic-norms-and-epistemic-accountability.pdf?c=phimp;idno=3521354.0018.008;format=pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

KEARNS, Kevin. P. The strategic management of accountability in nonprofit organizations: An analytical framework. **Public administration review**, [s. l.], v. 54, n. 2, p. 185-192, 1994. DOI: <https://doi.org/10.2307/976528>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/976528?origin=crossref>. Acesso em: 19 ago. 2021.

KENNY, Charles D. Horizontal Accountability: Concepts and Conflitcts. *In*: MAINWARING, Scott; WELNA, Christopher. **Democratic Accountability in Latin America**. Oxford. 2003. p. 55-76.

KIM, Taeyeon; YUN, John T. Logics of accountability: Cross-national patterns in schoollevel controls. education policy analysis archivs. **Education Policy Analysis Archives**, Arizona State, v. 27, n. 119, p. 1-34, september de 2019. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.27.4597>. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Logics_of_Accountability_Cross-national_Patterns_i.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.

KISTEMANN JR., Marco Aurélio; SOUSA, Francisco Jucivania Felix de. Uma investigação sobre apropriação de resultados de matemática do SPAECE: o caso da Escola Jabuti. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 125-153, jan./jul. 2018. Acesso em 14 de maio de 2018. DOI: <https://doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v8i1.392>. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/392>. Acesso em: 20 ago. 2021.

KLEIN, Rodrigo Hickmann; KLEIN, Deisy Cristina Barbiero; LUCIANO, Edimara Mezzomo. O Uso da Accountability Theory em Pesquisas sobre Transparência Governamental: Abordagens e Perspectivas. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, Volta Redonda, v. 4, n. 2, p. 204-224, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20401/rasi.4.2.221>. Disponível em: <https://www.rasi.vr.uff.br/index.php/rasi/article/view/221>. Acesso em: 22 jan. 2021.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KONDER, Leandro. Benjamin e o marxismo. **Alea: Estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 165–174, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2003000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/ss5P5wpdNkVSVXYryjKVmRN/?lang=pt#>. Acesso em: 09 jan. 2022.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

KOPNIN, Pavel Vasil'evich. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOPPELL, Jonathan G.S. Pathologies of accountability: ICANN and the challenge of “multiple accountabilities disorder”. **Public administration review**, [s. l.], v. 65, n. 1, p. 94-108, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2005.00434.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/toc/15406210/2005/65/1>. Acesso em: 15 fev. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006a.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: http://www.titosenafaed.udesc.br/Arquivos/Artigos_textos_historia/Koselleck.pdf. Acesso em: 11 jan. 2017.

KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola: IUPERJ, 2006b, p. 97-111.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KOSIK, Karel. **La Crise des temps modernes**: Dialectique de la morale. Les éditions de la passion. Paris. 2003.

KRAMER, Heirich; SPRENDER, James. **O martelo das feiticeiras**: malleus maleficarum. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

KUCHAPSKI, Renée. Conceptualizing Accountability for Education Prepared for the SSTA by Renee Kuchapski, University of Saskatchewan. **SSTA Research Centre Report**, [s. l.: s. n.], n. 02-08, p. 1-42. 2002. Disponível em: <https://saskschoolboards.ca/wp-content/uploads/02-08.htm>. Acesso em: 25 jul. 2020.

KUCHAPSKI, Renée. **Reconceptualizing accountability for education**. Unpublished doctoral dissertation. University of Saskatchewan, Saskatoon, Saskatchewan. 2001. Disponível em: <https://www.collectionscanada.gc.ca/obj/s4/f2/dsk3/ftp05/NQ63889.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020

KUHN, Thomas. Comensurabilidade, comparabilidade, comunicabilidade. In: KUHN, Thomas. **O caminho desde A Estrutura**: Ensaio filosófico, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica. São Paulo: Editora UNESP, 2006a. p. 47-76.

KUHN, Thomas. Mundos possíveis na história da ciência. In: KUHN, Thomas. **O caminho desde A Estrutura**: Ensaio filosófico, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica. São Paulo: Editora UNESP, 2006b. p. 77-114.

KUHN, Thomas. O caminho desde A estrutura. In: KUHN, Thomas. **O caminho desde A Estrutura**: Ensaio filosófico, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica. São Paulo: Editora UNESP, 2006c. p. 115-132.

KUHN, Thomas. **O caminho desde A Estrutura**: Ensaio filosófico, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica. São Paulo: Editora UNESP, 2006d.

LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso da Servidão Voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LACAN, Jacques. O Estágio do Espelho como Formador da Função do [Eu] Tal Como Nos É Revelada na Experiência Psicanalítica. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 93-103. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7670460/mod_resource/content/1/O%20Est%C3%A1dio%20do%20Espelho%20%281949%29.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro XI**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar. 2008.

LACAN, Jacques. **O Seminário**: livro 7: A ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LACORTE, Rocco. Apontamentos sobre Tradutibilidade, Pedagogia e Hegemonia nos Cadernos de A. Gramsci. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v.7, n.3, dez. 2019, p. 141-182. DOI: <https://doi.org/10.26512/rfmc.v7i3.29301>.

LACORTE, Rocco. Linguagem e tradutibilidade em Gramsci. **Revista Novos Rumos**, Marília/SP, v. 57, n. 2, p. 57-70, jul.-dez, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2020.v57n2.p57-70>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/11387>. Acesso em: 22 set. 2020.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça** (ed. bilíngue). São Paulo: Claridade. 2003.

LAFER, Celso. Público/privado: suas configurações contemporâneas para a temática dos arquivos. *In*: **Documentos Privados de interesse público**: o acesso em questão – São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2004.

LAMPEDUSA, Tomasi Di. **O gattopardo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LANZARDO, Dario. Marx e a enquete operária. *In*: THIOLENT, Michael. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982. p. 233-246. (Série Teoria e História, v. 6).

LARRAIN, Jorge. Ideologia. *In*: BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 186.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa** – O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LAWN, Martin. Standardizing the European education policy space. **European Educational Research Journal**, Thousand Oaks, v. 10, n. 2, p. 259-272, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.2304/eej.2011.10.2.259>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.2304/eej.2011.10.2.259>. Acesso em: 18 maio 2019.

LAWN, Martin. Voyages of measurement in education in the twentieth century: Experts, tools and centres. **European Educational Research Journal**, Thousand Oaks, v. 12, n. 1, p. 108-119. 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.2304/eej.2013.12.1.108>. Acesso em: 18 nov. 2020.

LAZZARATO, Maurizio. Immaterial labour. *In*: VIRNO, Paolo; HARDT, Michael (org.). **Radical thought in Italy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996. Disponível em: <https://www.e-flux.com/legacy/2013/05/2.-Maurizio-Lazzarato-Immaterial-Labor.pdf?b8c429>. Acesso em: 14 jul. 2020.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Objetos**. 4. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.

LEFEBVRE, Henri. Estrutura Social: a reprodução das relações sociais. *In*: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Sousa. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1977, p. 219-252.

LEFEBVRE, Henri. **La vie quotidienne dans le monde moderne**. Paris: Gallimard, 1968.

LEFEBVRE, Henri. **Le temps des méprises**. Paris: Stock, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEFEBVRE, Henri; GUTERMAN, Norbert. **La conscience mystifiée**. Paris: Syllepse, 1999.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Materialismo e Empirio criticismo**. Lisboa: Editorial Avante, 1982.

LÊNIN, Vladimir Ilich. Como Organizar a Emulação? *In*: **Obras Escolhidas em três tomos**. Campo Grande. Lisboa: Edições "Avante!", 1977, t. 2, p. 441-447.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2007.

LENIN, Vladimir Ilyich. **Materialismo e Empirio criticismo: notas críticas sobre uma filosofia reacionária**. Moscovo: Edições Progresso; Lisboa: Edições Avante!, 1982.

LESSA, Sergio. A materialidade do trabalho e o “trabalho imaterial”. **Outubro**, São Paulo, n. 8, p. 27-46, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-8-Artigo-03.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, Aluísio Ferreira de. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica**. 1. ed. São Paulo: FAPESP; EDUC, 2010.

LIMA, Aluísio Ferreira de. Sobre a imprescindível articulação entre a Psicologia Social, Teoria Crítica, Interseccionalidade e Decolonialidade para a pesquisa da identidade-metamorfose. *In*: ALVES, Cecília Pescatore Alves; PORTUGUEIS, Diane; MIRANDA, Suélen Cristina de; NASCIMENTO, Clara Scaldelai do. **Metamorfose do mundo contemporâneo**. São Paulo: EDUC; PIPEq, 2021. p. 61-88.

LIMA, Aluísio Ferreira de. **Sufrimento de indeterminação e reconhecimento perverso: um estudo da construção da personagem doente mental a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação**. 2009. 285 f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17369>. Acesso em: 15

out. 2022.

LIMA, Aluísio Ferreira de; CIAMPA, Antônio da Costa. Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. *In*: LIMA, Aluísio Ferreira de (org.). **Psicologia social crítica: paralaxes do contemporâneo**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina. 2012. p. 11-30.

LIMA, Jagleyde Firmino Rodrigues; SANTOS, Jair Nascimento. O lado sombrio (*dark side*) e gestão de pessoas nas organizações. **Revista Administração de Empresas** – Unicuritiba, Curitiba, v. 3, n. 33, p. 731-750, 2023. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/6409-371382619-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/6409-371382619-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 18 jun. 2023.

LIPMAN, Pauline. Education Accountability and Repression of Democracy Post-9/11. **Journal for Critical Education Policy Studies**, Athens, v. 2, n. 1, p. 1-39, 2014. Disponível em: <http://www.jceps.com/wp-content/uploads/PDFs/02-1-01.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021.

LIPOVSTSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LIU, Shuiyun. Accountability in China: primitive attempts. *In*: STENSAKER, Bjorn; HARVEY, Lee. (Ed.). **Accountability in higher education: global perspectives on trust and power** / New York [u.a.]: Routledge, 2011. p. 73-92.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**. Petrópolis: Editora Vozes, E-book, 2006.

LOSURDO, Domenico. A fenomenologia do poder: Marx, Engels, Tocqueville. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 38, p. 31-53, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451996000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/h88cFKDZzYYLXWcvjzrn6ht/#>. Acesso em: 3 mar.2017.

LOUREIRO, André; CRUZ, Louisee; LAUTHARTE, Ildo; EVANS, David K. **O Ceará é um modelo para reduzir a pobreza de aprendizagem**. [S. l.]: World Bank Group, 2020. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/200981594196175640/pdf/The-State-of-Ceara-in-Brazil-is-a-Role-Model-for-Reducing-Learning-Poverty.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

LOURO, Alimir Costa. Um estudo bibliográfico da produção brasileira de artigos sobre *accountability* entre 1997 e 2013, em busca de construtos para pesquisas quantitativas. SINAD – Simpósio Nacional de Administração, 5., 2013, Lavras. **Anais [...]**. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/mpgoa/article/view/22887/15901>. Acesso em: 11 out. 2020.

LÖWY, Michael. A Escola de Frankfurt e a modernidade: Benjamin e Habermas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 32, p.119-127, 1992. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-32/#gsc.tab=0>. Acesso em: 7 abr. 2017.

LÖWY, Michael. **Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central (um estudo sobre afinidade eletiva)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LÖWY, Michael. Um Marx insólito. *In*: MARX, Karl. **Sobre o Suicídio**. 1. ed., 8. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 13-19.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais**: esboço de uma teoria geral. São Paulo, Vozes, 2016.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. 2. ed. São Paulo: Edições 34, 2009a.

LUKÁCS, Georg. Apêndice. *In*: GOETHE. **Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister**. São Paulo: Ensaio, 1994.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética Marxista**: Sobre a Particularidade como Categoria da Estética. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

LUKÁCS, György. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, György. **Arte e sociedade**. Escritos Estéticos 1932-1967. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009b.

LUKÁCS, György. Goethes Weltanschauung. *In*: Dossiê “Lukács: 50 anos depois, ainda”. Lukács sobre Goethe – Artigos de Berlin 1931-32. **Verinotio**, Nova Fase, Rio das Ostras/RJ, v. 27, n. 2, p. 343-430, mar. 2022. DOI: <http://doi.org/10.36638/1981-061X.2022.27.2.651>. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/651>. Acesso em: 2 ago. 2020.

LUKÁCS, György. **História e consciência da classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Lenin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012b.

LUKÁCS, György. **Marx e Engels como historiadores da literatura**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

LUKÁCS, György. Narrar ou descrever? *In*: LUKÁCS, György. **Ensaios sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 43-94.

LUKÁCS, György. O Romance como Epopeia Burguesa. **Revista Ad Hominem**, São Paulo, n.1., t. II, 2000.

LUKÁCS, György. **Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012a. (v. 1).

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013. (v. 2).

LUKÁCS, György. Prefácio. *In*: HELLER, Ágnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. 2. ed. Barcelona: Ediciones Península/Edicions 62, 1987. p. 9-14.

- LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social**: Questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010b.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- LYOTARD, Jean-François. **Economic libidinale**. Paris: [s. n.], 1974.
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986.
- MACHADO, Cristiane. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista @mbienteeducação**, v. 5, n. 1, p. 70 - 82, jan./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.26843/v5.n1.2012.117.p70%20-%2082>. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/117>. Acesso em: 17 dez. 2022.
- MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-436, abr./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/s2175-62362014000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/fyKb65xtFvXhMw3Hhpv9vNk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 mai. 2017.
- MACLEAN, Nancy. **Democracy in chains**: the deep history of the radical right's stealth plan for America. New York: Viking, 2017.
- MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. **Estudo e aplicação de metodologia para reengenharia de tesouro**: remodelagem do THESAGRO. 2015. 345f. Tese (Doutorado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- MADELIN, Louis. Sieyès. *In*: MADELIN, Louis. **Los hombres de la Revolución Francesa**. Buenos Aires: Vergara, 2004. p. 301-333.
- MAGRITTE, René. **La reproduction interdite**. Óleo sobre tela. 65,5 x 79 cm. Rotterdam: Museum Boymans van Beuningen, 1937. Disponível em: <https://www.boijmans.nl/en/collection/artworks/4232/la-reproduction-interdite>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- MAIMONE, Giovana Deliberali; TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira. Linguística e terminologia: contribuições para a elaboração de tesouros em ciência da informação. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, abr. 2011. Disponível em: http://www.dgz.org.br/abr11/F_I_art.htm. Acesso em: 6 set. 2022.
- MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen John Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- MAINWARING, Scott. Introduction: democratic accountability in Latin America. *In*: MAINWARING, Scott; WELNA, Christopher. **Democratic accountability in Latin America**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003. p. 3-33.

MÁIZ, Ramón. **Nación y revolución**: la teoría política de Emmanuel Sieyès. Madrid: Tecnos, 2007.

MANN, Thomas. **A montanha mágica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MANRIQUE, Jorge Isaac Torres. Una mirada crítica a los derechos a la transparencia, acceso a la información pública y rendición de cuentas. **Derecho y Cambio Social**, Lima, v. 10, n. 34, p. 1-20, 2013. Disponível em: <http://www.derechoycambiosocial.com/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

Manzi, Ronaldo. **Aula 8**: O grande Outro – notas sobre o estruturalismo. São Paulo: USP, 27 out. 2016. Disponível em: https://filosofia.fflch.usp.br/sites/filosofia.fflch.usp.br/files/eventos/2016/cursos%20de%20diferencia%C3%A7%C3%A3o/2016_curso_difusao_ronaldo_manzi/2016_curso_difusao_lacan_aula8.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. Marília: Unesp, 2012. 35 slides. Disponível em: https://transcricoes.com.br/wp-content/uploads/2014/03/texto_orientacao_transcricao_entrevista.pdf. Acesso em: 3 ago. 2020.

MARANHÃO. Lei n.º 6.035, de 18 de agosto de 2022. ALTERA, na forma que especifica, a Lei n.º 2.749, de 16 de setembro de 2002, que dispõe sobre os critérios para o crédito das parcelas do produto da arrecadação dos impostos do Estado pertencentes aos Municípios, e dá outras providências. **Diário Oficial**, São Luís, 18 ago. 2022. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2022?page=16. Acesso em: 15 fev. 2023.

MARANHÃO. **Projeto de Lei nº 340/2022**. Dispõe sobre a organização de seção de bibliotecas públicas mantidas pelo Estado e pelas universidades federais que seja especializada para uso dos cegos e das pessoas com grave deficiência visual, e dá outras providências. Assembleia Legislativa, São Luís, 2022. Disponível em: <https://www.al.ma.leg.br/noticias/44787>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MARCEL, Gabriel. **Être et Avoir**. Paris: Éditions Universitaires, 1991.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Cognição, Linguagem e Práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARGINSON, Simon. Competition and markets in Higher Education: a "glonacal" analysis'. **Policy Futures in Education**, v. 2, n. 2, p. 175-244, 2004. DOI: <https://doi.org/10.2304/pfie.2004.2.2.2>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/JEPF2.2004Marginson.pdf>. Acesso em: 17 out. 2020.

MAROY, Christian. Estado Avaliador, accountability e confiança na instituição escolar. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 319-338, jul./dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v2n2a2013-24780>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/24780>. Acesso em 12 mar.

2017.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Transparência administrativa**: publicidade, motivação e participação popular. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARTINS, Marcos Francisco. “Tradução” da escola unitária de Gramsci pela pedagogia histórico-crítica de Saviani. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 20, n. 4, p. 997-1017, 2018.

MARTINS, Pablo Procópio; SANTOS, Vanessa dos; SELL, Denílson; BASTOS, Rogério Cid. Análise da produção científica sobre os temas accountability e e-government. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, v. 1, n. 14, p. 96-120. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/34438-46349-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

MARTINS, Roberto de Andrade. A maçã de Newton: história, lendas e tolices. In: SILVA, Cibelle Celestino (ed.). **Estudos de história e filosofia das ciências**: subsídios para aplicação no ensino. São Paulo: Livraria da Física, 2006. p. 167-189.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. 1. ed. 2. Reimpr. São Paulo: Boitempo, 2016a.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital** - Resultados do Processo de Produção Imediata, 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARX, Karl. **Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1985.

MARX, Karl. Glosas marginales al “Tratado de economía política” de Adolph Wagner. In: DOBB, Maurice; PIETRANERA, Giulio; POULANTZAS, Nicos; RIESER, Vittorio; BANFI, Rodolfo. **Estudios sobre El Capital**. 2. ed. Madri: Siglo Veintiuno, 1976. p. 169-184. Disponível em: <https://historiacritica.files.wordpress.com/2014/07/marx-glosas-marginales-al-tratado-de-economia-politica-de-adolph-wagner.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2017.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MARX, Karl. Introdução à Contribuição à crítica da economia política. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b, p. 237-272.

MARX, Karl. Karl Marx to Laura Lafargue, 25 de setembro de 1869. In: **Collected Works (MECW)**, London: Lawrence & Wishart, 2010a. (v. 43). Disponível em: <https://www.koorosh-modaresi.com/MarxEngels/V43.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- MARX, Karl. **O 18 brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – Livro I (o processo de produção do capital). São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – Livro III (o processo global de produção capitalista). São Paulo: Boitempo, 2017c.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010c.
- MARX, Karl. Prefácio. *In*: MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010d. (Economia Política e Sociedade, v. 1).
- MARX, Karl. Prólogo. *In*: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008c.
- MARX, Karl. **Sobre A Questão Judaica**. São Paulo: Centauro, 2010e.
- MARX, Karl. **Sobre o Suicídio**. 1. ed. 8. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2020.
- MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia** – história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a. (v. 2).
- MARX, Karl. **Teorías sobre la Plusvalía I**. México: Fondo de Cultura Económica, 1980b.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1. ed. 5. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2016b.
- MARX, Karl. **Value, price and profit**: an introduction to the theory of capitalism. 1865. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/value-price-profit.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1. ed. 5. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MASSON, Gisele; MAINARDES, Jefferson. A Ideologia da sociedade do conhecimento e suas implicações para a educação. **Currículo sem Fronteira**, v.11, n.2, p. 70-85, jul./dez. 2011. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/art_v11_n2.htm. Acesso em: 25 jun. 2018.
- MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 5.941 de 2022. Dispõe sobre os indicadores para a distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) referente à educação, estabelece o Índice de Qualidade da Educação de Mato Grosso do Sul (IQE-MS), e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, p. 3-4, n. 10.923, 25 agosto de 2022. Disponível em:

https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10923_25_08_2022. Acesso em: 15 fev. 2023.

MATOS, Olgária Chain Féres. A dignidade da preguiça, a dignidade humana. Prefácio. *In*: LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Claridade, 2003. p. 7-13.

MATTOS, Laura Valladão de. Transformando ‘Verdades Abstratas’ em ‘Verdades Concretas’: Uma Análise Sobre a Metodologia Econômica de John Stuart Mill. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 101-128, jan.-mar. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612004000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/wZhr8J9766rrDd9yqRMX7LK/?lang=pt>. Acesso em 18 jan. 2023.

MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos. Accountability: uma revisão sistemática da produção do EnANPAD e EnAPG. **Revista Cereus**, Gurupi, v. 11, n. 1, p. 96-116, 2019. Disponível em: <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/2430>. Acesso em: 11 fev. 2020.

MAYER, David N. The English Radical Whig Origins of American Constitutionalism. **Washington University Law Review**, Washington, DC, v. 10, n. 1, p. 131-208, 1992. Disponível em: https://openscholarship.wustl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1827&context=law_lawreview&httpsredir=1&referer=. Acesso em: 22 set. 2021.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MAZZOCCO, Davide. **Cronofagia**: Come il capitalismo depreda il nostro tempo. Roma: D Editor, 2019.

MCCARY, Mark; PEEL, Joe; MCCOLSKEY, Wendy. **Using accountability as a lever for changing the culture of schools: examining district strategies**. Greensboro, N.C.: SERVE; Washington, DC: U.S. Dept. of Education, Office of Educational Research and Improvement, Educational Resources Information Center, 1997. (v. 1).

MCDERMOTT, Ray; HALL, Kathleen D. Scientifically Debated Research on Learning, 1854-2006. **Anthropology & Education Quarterly**, New York/ Michigan, v. 38, n. 1, 2007, p. 9-15. DOI: <https://doi.org/10.1525/aeq.2007.38.1.9>. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4126358>. Acesso em: 3 nov. 2021.

MCGRATH, Stephen Keith; WHITTY, Stephen Jonathan. Accountability and responsibility defined. **International Journal of Managing Projects in Business**, Leeds, v. 11, n. 3, p. 687-707. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJMPB-06-2017-0058>. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/IJMPB-Accountabilityandresponsibilitydefined%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/IJMPB-Accountabilityandresponsibilitydefined%20(1).pdf). Acesso em: 13 out. 2020.

MCKERNAN, John Francis. Accountability as aporia, testimony, and gift. **Critical Perspectives on Accounting**, Elsevier, Amsterdam, v. 23, n. 3, p. 258-278, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2011.12.009>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1045235411001754?via%3Dihub>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MCKERNAN, John Francis. The aporia of accountability. **Critical Perspectives on**

Accounting; in this issue, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 258-278, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/j.cpa.2011.12.009.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MCKERNAN, John Francis; KOSMALA, Katarzyna. Accounting, love and justice. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Leeds, v. 17, n. 3, p. 327–60, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570410545777>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/09513570410545777.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2021.

MEDEIROS, Alexandre José Gonçalves de. A história e a física do fantasma de Pepper. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 23, n. 3: p. 329-344, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/5811-Texto%20do%20Artigo-19291-1-10-20080902.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira; ALCADIPANI, Rafael. Nos bastidores corporativos, o sabor da vingança: *misbehaviour* e humor como forma de resistência e subversão. **Revista de Administração**, Uberlândia, v. 51, n. 2, p. 123-136, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5700/rausp1229>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/117175>. Acesso em: 14 mai. 2021

MEDEIROS, Keyty. Ceará desafia a lógica. [São Paulo]: **Ecoa/ UOL**, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/educacao-aprendizados-com-o-ceara/#page4>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MENDES, Maфра Tavares. O mito do mérito: ensaio sobre meritocracia e qualidade da educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 36, n. 4, p. 1302-1320, out. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795x.2018v46n4p1302>. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-54732018000401302&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2022.

MENESES, Jaldes R. **Vocabulário gramsciano - tradução e tradutibilidade**. Site Gramsci e o Brasil. 2006. Disponível em: http://www.acesa.com/gramsci/texto_visualizar.php?mostrar_vocabulario=mostra&id=66. Acesso em: 20 abr. 2017.

MENEZES, Hermeson Claudio Mendonça. **A accountability educacional – arquétipo do Estado Gerencial e Avaliador**: os des(caminhos) da democracia e a preservação do establishment. 2019, 392 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/46019#:~:text=A%20accountability%20educacional%2C%20ao%20caminhar,de%20consolida%C3%A7%C3%A3o%20da%20ordem%20excludente>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MENEZES, Hermeson Claudio Mendonça. O espetáculo da accountability em educação: a “in” visibilidade sob a insígnia da transparência. In: SCHNEIDER, Marilda Pasqual; ROSTIROLA, Camila Regina; VÁZQUEZ, Jaime Moreles (org.). **Dispositivos de accountability em perspectiva**: limites e alternativas 2021 à política de avaliação educacional. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021. p. 35-60.

MENEZES, Hermeson Claudio Mendonça; MENDONÇA, Cristiane Maria Oliveira; ARAUJO, Jessika Candido. Accountability educacional: um novo espelho dos príncipes? Seminário Internacional de Políticas Públicas em Educação, 2., 2019, Joaçaba. **Anais** [...].

Joaçaba: Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), 2019. p. 159-164. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/23934-Texto%20do%20artigo-76877-81277-10-20200508%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/23934-Texto%20do%20artigo-76877-81277-10-20200508%20(2).pdf). Acesso em: 2 dez. 2019.

MENEZES, Hermes Claudio Mendonça; MENDONÇA, Cristiane Maria Oliveira. “Espelho, espelho meu, existe alguém mais accountable do que eu?” - o reflexo que adocece: a reificação do trabalhador docente e a busca por reconhecimento. Encontro Nacional da ABET, 2023. Brasília (DF). **Anais** [...]. Brasília (DF): UnB, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29327/1334201.18-14>. Disponível em: [“Espelho, Espelho Meu, Existe Alguém Mais Accountable Do Que Eu?” - O Reflexo Que Adoecce: A Reificação Do Trabalhador Docente E A Busca Por Reconhecimento | Even3 Publicações](https://doi.org/10.29327/1334201.18-14). Acesso em: 17/02/2024.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva. 2003.

MESSNER, Martin. The limits of accountability. **Accounting, Organizations and Society**, Amsterdam, v. 34, n. 8, p. 918–938. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.07.003>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/j.aos.2009.07.003.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2020.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2. ed. rev. 3. reimpr. São Paulo, Boitempo, 2016a.

MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. **Outubro**, São Paulo, n. 4, p. 7-15, 2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. rev. 3. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2015a.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e Precarização – um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria no Brasil I**. 16. ed. São Paulo: Boitempo, 2015b.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência II - A dialética da estrutura e da história**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. 1. ed. rev. 1. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2015c.

MÉSZÁROS, István. **O poder da Ideologia**. 1. ed. 5. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014a.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. rev. 4. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2016b.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MÉSZÁROS, István. Transformações materiais e formas ideológicas. *In: MÉSZÁROS, István. Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história.* 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2014b. p. 105-176.

MILL, John Stuart. **Sobre a Liberdade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MILL, John Stuart. **System of logic: ratiotianative and inductive.** The Collected Works of John Stuart Mill, v. VII e VIII. Toronto: University Toronto Press, 1973. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/26495/26495-pdf.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.

MILLER, Hugh T.; FOX, Charles J. **Postmodern Public Administration.** 1. ed. rev. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2007.

MILTON, John. **Paradise Lost.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

MILTON, John. **Paraíso Perdido.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

MILTON, John. **Paraíso Reconquistado.** São Paulo: Cultura, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/>. Acesso em: 18 fev. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como Éthos da Pesquisa Qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1103-1112. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014194.18912013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DgfNdVrZzZbN7rKTSQ8v4qR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 fev. 2017.

MINOIS, Georges. **As Origens do Mal: uma história do pecado original.** São Paulo: Editora UNESP, 2021.

MISES, Ludwig von. **A Mentalidade Anticapitalista.** Campinas: Vide Editorial, 2015.

MISES, Ludwig von. **As seis lições.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

MÖHLMANN, Mareike; ZALMANSON, Lior. Hands on the wheel: Navigating algorithmic management and Uber drivers' autonomy. **Conference:** International Conference on Information Systems, December 10-13, 2017, Seoul, South Korea. Seoul: ICIS, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mareike-Moehlmann-2/publication/319965259_Hands_on_the_wheel_Navigating_algorithmic_management_and_Uber_drivers'_autonomy/links/59c3eaf845851590b13c8ec2/Hands-on-the-wheel-Navigating-algorithmic-management-and-Uber-drivers-autonomy.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

MONFARDINI, Rodrigo Delpulpo. Sobre o fetichismo da mercadoria como base da mistificação da origem da riqueza. Encontro nacional de Economia, 38., 2010, Salvador/BA. **Anais [...].** Salvador/BA, [s. n.], 2010. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/345-93a29ccd4a0e234527a95c8184c18294.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. **O espírito das leis.**

Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1982.

MORA, Jose Ferrater. **Diccionario de filosofia**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1971.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Indagações sobre a questão do conhecimento no campo da educação. **Perspectiva** [online], Florianópolis, v. 27, n. 02, p. 315-346, 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rp/v27n02/v27n02a03.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2020.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, Braga, Portugal, v. 14, n. 001, p. 7-25, 2001. Disponível em: https://cdn.ueg.edu.br/arquivos/desenvolvimento_curricular_134/conteudoN/2673/Texto_-_RECUO_DA_TEORIA:_DILEMAS_NA_PESQUISA_EM_EDUCACAO.pdf. Acesso em: 15 fev. 2021.

MORAES, Maria Célia Marcondes de.; MÜLLER, Ricardo Gaspar. E. P. Thompson e a pesquisa em Ciências Sociais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 481-517, jul./dez. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/15886-Texto%20do%20Artigo-51533-1-10-20101126.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2020.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROSÁRIO, Ângela Buciano do. Culpa e narcisismo na tragédia moderna. **Analytica** [on-line], São João Del Rei, v. 1, n. 1, p. 73-89, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2316-51972012000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 ago. 2022.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MORRISON, Grant; CAMERON, Stewart; WILLIAMS III, James H. **Sete Soldados da Vitória** - Box único (8 volumes). Edição única. São Paulo: Editora Panini Brasil LTDA, 2022. (Título original: MORRISON, Grant; CAMERON, Stewart; WILLIAMS III, James H. Seven Soldiers of Victory Book One. New York, DC Comics, 2012).

MOSHER, Frederick C. The Changing Responsibilities and Tactics of the Federal Government. **Public Administration Review**, [s. l.], v. 40, n. 6, p.541-548, nov. - dec., 1980. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/3110305.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MOSLEY, Layna. **Interview Research in Political Science**. Cornell Univ. Press: Ithaca. 2013.

MOULIER-BOUTANG, Yann. **Cognitive Capitalism**. London: Polity Press, 2011.

MULGAN, Richard. 'Accountability': an ever-expanding concept? **Public Administration**, v. 78, n. 3, p. 555-573, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9299.00218>. Disponível em: https://crawford.anu.edu.au/pdf/staff/richard_mulgan/MulganR_02.pdf. Acesso em: 09 fev. 2018.

MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em O Capital. **Boletim SEAF**, n. 2. Belo Horizonte: SEAF, 1982. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2015/09/muller-exposic3a7c3a3o-e-mc3a9todo-dialc3a9tico-em-marx.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

NASCIMENTO, Edna Maria Fernandes dos Santos. Saussure: o estruturalista antes do termo. **Diálogos Pertinentes** – Revista Científica de Letras, Franca/SP, v. 4, n. 4, p. 259-276, jan./dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.26843/dp.v4i1.233>. Disponível em: <https://publicacoes.unifran.br/index.php/dialogospertinentes/article/view/233>. Acesso em: 22 jun. 2022.

NCEE - National Commission on Excellence in Education. **A nation at risk**: The imperative for educational reform. (Stock No. 065-00-00177-2). Washington: DC: U.S. Government Printing Office, 1983. Disponível em: https://edreform.com/wp-content/uploads/2013/02/A_Nation_At_Risk_1983.pdf. Acesso em: 11 fev. 2017.

NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2175-62362012000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/D9rWCZq8yqtBmtCTQSCjnPk/?lang=pt#>. Acesso em: 19 abr. 2018.

NIEMEYER, Lucy. **Elementos de Semiótica Aplicados ao Design**. Rio Janeiro: 2AB, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal**: Prelúdio a uma Filosofia do Futuro. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce home**: como alguém se torna aquilo que é. 1. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2022.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, Demasiado Humano**. Um livro para espíritos livres. São Paulo: Cia. das Letras, 2008. (v. 2).

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, Demasiado Humano**. Um livro para espíritos livres. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. (v. 1).

NOORDEGRAAF, Mirko; VAN DER MEULEN, Martijn. Professional power play: Organizing Management in health care. **Public Administration**, London, v. 86, n. 4, p. 1055-1069, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9299.2008.00746.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9299.2008.00746.x>. Acesso em: 14 jun. 2022.

NUNES, Jordão Horta. **As metáforas nas ciências sociais**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Goiânia: Editora UFG, 2005.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e as novas poliarquias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/jbXvTQR88QggqcdWW6vXP8j/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2017.

O'BOYLE, Edward. Requiem for *Homo Economicus*. **Journal of Markets and Morality**, [s.

- l.], v. 10, n. 2, p. 321-337, 2007. Disponível em:
<https://www.marketsandmorality.com/index.php/mandm/article/view/235>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- O'BOYLE, Edward J. **From homo economicus to person of action**. July 16, 2018. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/332564180_From_Homo_Economicus_to_Person_of_Action. Acesso em: 12 out. 2021.
- O'DONNELL, Guillermo. Delegative Democracy. **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 5, n. 1, p. 55-69, jan. 1994. Disponível em:
http://www.rochelleterman.com/ComparativeExam/sites/default/files/Bibliography%20and%20Summaries/O'Donnell%201994_0.pdf. Acesso em: 18 mar. 2018.
- O'DONNELL, Guillermo. Ilusions about Consolidation. **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 7, n. 2, p. 34-51, abril 1996. Disponível em:
file:///C:/Users/User/Downloads/9781315264530_previewpdf.pdf. Acesso em: 18 mar. 2018.
- O'DONNELL, Guillermo. On the State, Democratization and some Conceptual Problems: A Latin American View with Glances at some Postcommunist Countries. **World Development**, Amsterdam, v. 21, n. 8, p. 1355-1370, august 1993. Disponível em:
https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/192_0.pdf. Acesso em: 18 mar. 2018.
- OECD. **Public Administration after “New Public Management”**: Value for Money in Government, OECD Publishing. Paris: OECD, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1787/20798946>. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/governance/public-administration-after-new-public-management_9789264086449-en. Acesso em: 10 maio 2021.
- O'KELLY, Ciarán; DUBNICK, Melvin. Accountability and its Metaphors - From Forum to Agora and Bazaar. **Paper presented at the EGPA Conference**, Speyer, Germany. 2014a. Disponível em: <http://mjdubnick.dubnick.net/papersrw/2014/OKelly&Dubnick2014.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- O'KELLY, Ciarán; DUBNICK, Melvin. The Corruption of Accountability. **Paper presented at Northeast Conference on Public Administration**, Portsmouth, United States. 2014b. Disponível em:
https://pureadmin.qub.ac.uk/ws/portalfiles/portal/13668017/NECoPA_Paper.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.
- OLIVEIRA, Ana Gardennya Linard Sírio; ESTRELA, Eliana Nunes; VIDAL, Eloisa Maia. Financiamento da Educação Básica no Ceará: o ICMS na promoção da equidade. VIII Congresso Nacional de Educação – CONEDU, Campina Grande, 2022. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em:
<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/88154>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **Marx e a exclusão**. Pelotas: Seiva, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático** São Paulo, Paz e Terra, 1995. p. 24-28.

OLIVEIRA, Francisco de. Oração a São Paulo: a tarefa da crítica. *In*: RIZEK, Cibele; ROMÃO, Wagner (org.). **Francisco de Oliveira**: tarefa da crítica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de. Resultado das políticas de incentivo na rede durante os 30 anos de Spaece. *In*: **Seminário**: Spaece – 30 anos de avaliação da educação do Ceará. Fortaleza: Instituto Unibanco; UECE, 10 nov. 2022. https://www.ced.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/82/2022/05/7.-JF_SPAECE_VERSAO_FINAL_rev_08-MESA-07-LINA-KATIANov2022.pdf

OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de. **Resultado das políticas de incentivo na rede durante os 30 anos de SPAECE**. Fortaleza: SEDUC, 2020. Disponível em: https://www.ced.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/82/2022/05/7.-JF_SPAECE_VERSAO_FINAL_rev_08-MESA-07-LINA-KATIANov2022.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

OLSEN, Johan P. Accountability democrática e mudança da ordem política europeia. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 68, n. 4, p. 745-784, out./nov. 2017. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i4.3186>. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3186/1930>. Acesso em: 22 mai. 2020.

OLSEN, Johan P. Accountability democrática, ordem política e mudança: explorando processos de accountability em uma era de transformação europeia. **Revista do Serviço Público** - ENAP, Brasília, DF, v. 68, n. 4, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i4.3186>. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3186>. Acesso: 4 set. 2017.

OLSEN, Johan P. Administrative Reform and Theories of Organization. *In*: Campbell, Colin; PETERS, B. Guy (eds.). **Organizing Governance: Governing Organizations**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1988.

ONU. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 1 nov. 2017.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Nacional, 2005.

ORWELL, George. **A Fazenda dos animais**: um conto de fadas. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

OSSEGE, Christoph. Accountability—are We Better off Without It? An empirical study on the effects of accountability on public managers' work behaviour. **Public Management Review**, [s. l.], v. 14, n. 5, p. 585-607, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/14719037.2011.642567>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14719037.2011.642567>. Acesso em: 9 jun. 2020.

PAPADOPOULOS, George Demetrios. **Education 1960-1990**: The OECD Perspective. Published: Paris, France: OECD, 1994. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Education_1960_1990_OECD_PERSPECTIVE.pdf. Acesso em: 18 dez. 2017.

PARÁ. **Projeto de Lei nº 272/2022**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixar em lugar visível

e de fácil acesso ao público, a escala de todos os funcionários de serviço e jornada de trabalho, naquele estabelecimento. Câmara dos Deputados, Belém, 08 de março de 2022. Disponível em: <https://cmb.pa.gov.br/processo-no-272-2022-de-08-de-marco-de-2022-lulu-das-comunidades/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PARANÁ. Lei nº 249/2022. Estabelece critérios para os Índices de Participação dos Municípios na cota-parte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. **Diário Oficial**, n. 11.246, 24 ago. 2022. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/municipios/educa_juntos/regime_colaboracao#:~:text=%E2%96%BA%20Lei%20Complementar%20n.%C2%BA,e%20Intermunicipal%20e%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 15 fev. 2023.

PASSONE, ERIC; ARAÚJO, Karlane Holanda. Dispositivo de avaliação educacional do Ceará: a (in)visibilidade dos estudantes deficientes. **Cadernos De Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 175, p. 136–159. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/6824>. Acesso em: 14 jun. 2020.

PAULA, Adna Candido de. **A Jorobabel Marioandradina: poesia e crença**. 2002. 162f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2002. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/11158/adna-candido-de-paula/>. Acesso em: 19 mar. 2022.

PAULANI, Leda Maria; MÜLLER, Leonardo André Paes. Símbolo e signo: o dinheiro no capitalismo contemporâneo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 793-817, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612010000400002>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/36025>. Acesso em: 19 jul. 2021.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

PAULO NETTO, José. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade** [online], São Paulo, n. 111, p. 413-429. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002>. Acesso em: 21 jan. 2017.

PAULO NETTO, José. Lenin e a instrumentalidade do Estado. *In*: LÊNIN, Vladimir Ilyich. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULO NETTO, José. **O que é marxismo**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PEARSON, Hayley; Sutherland, Margaret. The complexity of the antecedents influencing accountability in organisations. **European Business Review**, [s. l.], n. 29, p. 419-439, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1108/EBR-08-2016-0106>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/EBR-08-2016-0106/full/html>. Acesso em: 17 jul. 2021.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

PEREIRA, Maria da Glória; SILVA, Wendel Alex Castro; ARAÚJO, Elisson Alberto Tavares. Análise da Produção Científica sobre Accountability na Área de Administração Pública. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE**, Ribeirão Preto, v. 9,

n. 3, p. 12-28, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v9i3.510>. Disponível: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/369.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PERLMAN, Morris. Party Politics and Bureaucracy in Economic Policy. *In*: Tullock, Gordon (ed.). **The Vote Motive: An Essay in the Economics of Politics**. With Applications to the British Economy Institute of Economic Affairs, London, 1976. p. 59-79.

PERNAMBUCO. Lei nº 16.616 de 15 de julho de 2019. Modifica a Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, relativamente a redefinições de critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos Municípios. **Diário Oficial**, Olinda, 16 ago. 2019. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=46438>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PERONI, Vera Maria Vidal (org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

PESSOA, Fernando. **Obra poética de Fernando Pessoa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. (v. 1).

PIGLIA, Ricardo. **O último leitor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PINHEIRO, Daniela. Oligarquia Irritada. **Revista Piauí**, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/oligarquia-irritada/>. Acesso em 28 out. 2018.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov./dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000600006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/g3xgtqkwFJS93RSnHFTsPDN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. O conceito de responsabilidade em Iris Young. **Lua Nova**, São Paulo, n. 91, p. 77-104, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/100243>. Acesso em: 14 jan. 2020.

PIRES, Rogério Brittes W. Fetichismo religioso, fetichismo da mercadoria, fetichismo sexual: transposições e conexões. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 347-391, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2014.87763>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87763>. Acesso em: 14 jan. 2020.

PISA – Programme for International Student Assessment. Learning for Tomorrow's World. **First Results from PISA 2003**. OECD: Paris, 2004. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/school/programmeforinternationalstudentassessmentpisa/34002216.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The Concept of Representation**. Berkeley, CA, Los Angeles, CA and London: University of California Press, 1972.

PITSCHAS, Rainer. Gestão do valor público – Um conceito de governação pública baseado no valor entre a economização e o bem comum. *In*: MOZZICAFREDDO, Juan; GOMES, João Salis; BATISTA, João S. (org.). **Interesse Público, Estado e Administração**. Oeiras: Celta Editora, 2007.

PLATÃO. **A República**. 14. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2014.

POCHMANN, Márcio. A nova classe do setor de serviços e a uberização da força de trabalho. **Revista do Brasil** [online], São Paulo, n. 130, 9 jul. 2017. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/a-nova-classe-do-setor-de-servicos-e-a-uberizacao-da-forca-de-trabalho/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

POCHMANN, Marcio. Brasil sem **industrialização**: a herança renunciada. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação**: As origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PÔNTICO, Evágrio. **Sobre os Oito Vícios Capitais**. Espiritualidade dos Padres do Deserto. Fonte: VE Multimeios. 2012. Disponível em: <http://migre.me/d4zSb>. Acesso em: 11 out. 2020.

POUGH, F. Harvey; JANIS, Christine M.; HEISER, John B. **A vida dos vertebrados**. São Paulo: Athaeneu, 2013.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

PRADO JR., Caio. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. **Discurso**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 41-78, 1973. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.1973.37760>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37760>. Acesso em: 11 ago. 2018.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. **Do dinheiro ao capital**. Artigo 19, 2012. Sítio Pessoal. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2011/11/marx-do-dinheiro-aocapital.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

PRADO, Lucio Lourenço. J. S. Mill: lógica, linguagem e empirismo. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, UNESP/campus de Marília/SP, v. 5, p. 4-19, 2006a. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/reic/article/view/736>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PRADO, Lucio Lourenço. **Jonh Stuart Mill e o psicologismo**: o system of logic nas origens da filosofia contemporanea. 2006. 166 f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia da PUC-SP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006b. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/11707>. Disponível em: 12 fev. 2022.

PRADO, Lúcio Lourenço. Nomes próprios gerais no contexto da semântica de JS Mill. **Trans/Forma/Ação**, UNESP-Marília/SP, v. 28, n. 1, p. 67-83, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732005000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/bqpnDsPLtL894rtSfxs8yBQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PRADO, Lúcio Lourenço. Stuart Mill e a crítica ao psicologismo semântico. **Revista Guairacá de Filosofia**, Guarapuava-PR, v. 31, n. 1, p. 3-19, 2015. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/guaiaraca/article/view/4550>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PSEUDO-XENOFONTE. **A Constituição dos Atenienses**. 3. ed. Coimbra-Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013 [332-322 a.C]. (Série Autores Gregos e Latinos

– Textos). Disponível em: <https://www.efuturo.com.br/materialbibliotecaonline/2557A-Constituicao-dos-Atenienses.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

QIU, Shengnan; MACNAUGHTON, Gillian. Mechanisms of Accountability for the Realization of the Right to Health in China. **Health and Human Rights Journal**, Cambridge, v. 19, n. 1, p. 279–292, June 2017. Disponível em: <https://cdn2.sph.harvard.edu/wp-content/uploads/sites/13/2017/06/McNaughton.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura**. Alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

RANIERI, Jesus. Apresentação. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 11-17.

RANSON, Stewart. Public accountability in the age of neo-liberal governance. **Journal of Education Policy**, London, UK: Routledge, v. 18, n. 5, 459-480, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1080/0268093032000124848>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/248975598_Public_Accountability_in_the_Age_of_Neo-Liberal_Governance. Acesso em: 07 jan. 2021.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema americano**: como os teste padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

REALE, Miguel. **Introdução à filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

REALE, Miguel. Invariantes axiológicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 131-144, set./dez. 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/X5NwJGWbnZQxCMWFKs3V5ZB/>. Acesso em: 11 ago. 2018.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia**: Nietzsche à Escola de Frankfurt. São Paulo: Paulus, 2006. (v. 6).

RESENDE, Anita Cristina A. **Para a Crítica da Subjetividade Reificada**. Goiânia: Editora UFG, 2009.

RHODES, Roderick A. W. Understanding governance: Ten years on. **Organization Studies**, [s. l.], v. 28, n. 8, p. 1243-1264, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/0170840607076586>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0170840607076586>. Acesso em: 10 fev. 2020.

RIBEIRO, Henrique César Melo; MOLINA, Rodrigo do Carmo. Características da produção acadêmica sobre *stakeholders* e *accountability* divulgadas no *Scopus* no período de 1996-2014. **Revista de Governança Corporativa**, Guarulhos, 4, n. 2, p. 34-62, jul.-dez., 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.21434/rgc.v4i2.35>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/21-Texto%20do%20Artigo-176-187-10-20210401.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.810>. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/810>. Acesso em: 21 set. 2018.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 11.253. Dispõe sobre os critérios de apuração dos índices percentuais destinados à entrega de 25% do ICMS pertencente aos municípios e dá outras providências. **Diário Oficial**, Natal, n. 15.250, 24 ago. 2022. Disponível em: https://www.set.rn.gov.br/content/Producao/aplicacao/set_v2/legislacao/enviados/normas_recebes_detalhe.asp?sTipoNoticia=&nCodigoNoticia=5235#:~:text=Lei%2011.253%2F2022&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20crit%C3%A9rios%20de,munic%C3%ADpios%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 15 fev. 2023.

ROBERTS, John. The possibilities of accountability. **Accounting, organizations and society**, Amsterdam, v. 16, n. 4, p. 355-368. 1991. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/scripts/redirect.php?u=http%3A%2F%2Fwww.sciencedirect.com%2Fscience%2Farticle%2Fpii%2F0361-3682%2891%2990027-C:h=repec:eee:aosoci:v:16:y:1991:i:4:p:355-368>. Acesso em: 4 jun. 2019.

ROBERTS, John; SCAPENS, Roberts W. Accounting systems and systems of accountability – understanding accounting practices in their organisational contexts. MACINTOSH, Norman B., & HOPPER, Trevor (ed.). **Accounting, the social and the political: classics**. ELSEVIER, Amsterdam, 2005. p. 67-73. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/202.pdf.pdf>. Acesso em: 17 out. 2020.

ROBERTS, Jonh. No one is perfect: The limits of transparency and an ethic for ‘intelligent’ accountability. **Accounting, Organizations And Society**, Amsterdam, v. 34, n. 8, p. 957-970, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.04.005>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368209000452>. Acesso em: 5 fev. 2021.

ROCHA, Arlindo Carvalho. *Accountability: Três Modelos Teóricos, Três Abordagens*. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/apb857.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

ROCHA, Arlindo Carvalho; SCHOMMER, Paula Chies; SPANIOL, Enio L.; SOUZA, Alessandra Debone. A coprodução do controle como bem público essencial à *accountability*. XXVI Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, ANPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpad, 2012. Disponível em: https://anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=848&cod_evento_edicao=63&cod_edicao_trabalho=14639. Acesso em: 17 jul. 2019.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

ROELS, Joris; VERSTRAE, Willy. Biological formation of volatile phosphorus compounds. Elsevier. **Bioresource Technology**, Amsterdam, v. 79, n. 3, p. 243-250. 2001. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/s0960-8524\(01\)00032-3.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/s0960-8524(01)00032-3.pdf). Acesso em: 11 mar. 2022.

RORAIMA. **Lei Complementar nº 311 de 2022**. Dispõe sobre critérios de distribuição do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, pertencente aos municípios, em atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, e revoga a Lei nº 303, de 28 de dezembro de 2021, e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rr/lei-complementar-n-311->

[2022-roraima-dispoe-sobre-criterios-de-distribuicao-do-produto-da-arrecadacao-do-imposto-sobre-operacoes-relativas-a-circulacao-de-mercadorias-e-sobre-prestacoes-de-servicos-de-transporte-interestadual-e-intermunicipal-e-de-comunicacao-icms-pertencente-aos-municipios-em-atendimento-ao-disposto-na-emenda-constitucional-no-108-de-26-de-agosto-de-2020-e-revoga-a-lei-no-303-de-28-de-dezembro-de-2021-e-da-outras-providencias](#). Acesso em: 15 fev. 2023.

ROSA, Antônio Lisboa Teles da; HOLANDA, Marcos Costa; MAIA Junior, Francisco Queiroz. O marco lógico da Gestão Pública por Resultados (GPR). *In*: HOLANDA, Marcos Costa (Org.). **Ceará: a prática de uma Gestão Pública por Resultados**. Fortaleza: IPECE, 2006. p. 38-54. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=1deb3430-d131-4040-afab-f60823821a2c>. Acesso em: 7 fev. 2018.

RUFF, Ryan Richard. State-level autonomy in the era of accountability: A comparative analysis of Virginia and Nebraska education policy through No Child Left Behind. **Education Policy Analysis Archives**, Arizona State, v. 27, n. 6, p. 1-34, january, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.27.4013>. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4013/2196>. Acesso em: 18 mai. 2022.

RUTHVEN, Kenneth Kyle. **O mito**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

RYAN, Katherine E.; FELLER, Irwin. Evaluation, accountability and performance. Measurement in national education systems. *In*: RYAN, Katherine E.; COUSINS, J. Bradley (org.). **The Sage international handbook of educational evaluation**. Thousand Oakes: Sage, 2009. p. 171-189.

RYAN, Katherine. E.; FELLER, Irwin. Evaluation, accountability and performance measurement in national education systems – Trends, methods, and issues. *In*: RYAN, Katherine. E.; COUSINS, J. Bradley. (ed.), **The Sage International Handbook of Educational Evaluation**. Los Angeles: Sage. 2009, p. 171–189.

SADER, Emir. Estado e democracia: os dilemas do socialismo na virada do século. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós–neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999. p.120-130.

SAES, Décio Azevedo Marques de. O lugar dos conceitos de "estrutura" e "instituição" na pesquisa em educação. **Cadernos CERU**, v. 23, n. 1, p. 281-296, 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v23i1p281-296>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/51605>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SAFATLE, Vladimir. Linguagem e negação: sobre as relações entre ontologia e pragmática em Hegel. **Dois Pontos**, Curitiba, v. 3, n. 1, 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v3i1.5163>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/5163>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**. Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SAFATLE, Vladimir; JÚNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

SAHLINS, Marshall. **Esperando Foucault, Ainda**. 1. ed. São Paulo: Editora Ubu, 2018.

SAJEETHA, T. Fathima; KANESHALINGAM, K. T. Accountability of Public Institutions: A Bibliographic Survey. **Kalam International Research Journal**, South Eastern University of Sri Lanka, v. 13, n. 3, p. 41-50. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/04.K2020-41-50.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SALAMA, Pierre. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SALMINEN, Ari; LEHTO, Kirsi. Accountable to Whom? Exploring the Challenge of Multiple Accountabilities in Finnish Public Administration. **Halduskultuur** –Administrative Culture, Tallinn, v. 13, n. 2, p. 147-162, 2012. Disponível em: <https://halduskultuur.eu/journal/index.php/HKAC/article/view/72>. Acesso 8 fev. 2021.

SAMPA. Compositor: Caetano Veloso. Intérprete: Caetano Veloso. São Paulo. Universal, 2011. (DVD). Faixa 10.

SAMPAIO, Evaldo. A virada linguística e os dados imediatos da consciência. A virada linguística e os dados imediatos da consciência. **Trans/form/ação**, UNESP-Marília/SP, v. 40, n. 2, p. 47–70, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732017000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/QF8bzJGLpt7vdf4r9BhMnLS/#>. Acesso em: 25 maio 2021.

SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles. (2015). A Psicologia Política da crise do movimento sindical brasileiro dos anos 1990. Uma análise da consciência política num momento de desmobilização. *In*: Silva, Alessandro Soares da; CORRÊA, Felipe (org.). **No interstício das disciplinaridades**: a Psicologia Política. Curitiba: Prismas, 2015. p. 175-218. Acessado em 13 de maio de 2021, de: https://www.researchgate.net/publication/344134101_No_Intersticio_das_Disciplinaridades_a_Psicologia_Politica

SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. **Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 173-195, p. 2001. Disponível e,: <https://abpsicologiapolitica.files.wordpress.com/2019/06/revista-psicologia-politica-v1n1.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SANTA CATARINA. Lei nº 18.489 de 22 de agosto de 2022. Dispõe sobre a repartição do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) pertencente aos Municípios, nos termos da alínea “a” do inciso II do caput e do § 3º do art. 133 da Constituição do Estado, e estabelece outras providências. **Diário Oficial**, Florianópolis, 23 ago. 2022. Disponível em: https://legislacao.sef.sc.gov.br/html/leis/2022/lei_22_18489.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.

SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia. 3. ed. São Paulo: FAPESP: Iluminuras, 2009.

SANTOS, Sebastião Lourenço dos; GODOY, Elena. Arquitetura do processamento cognitivo: efeito racional e efeito emocional. **Lingua(gem) em Discurso**, Tubarão, v. 21, série 3, jul/dez., p. 435-454, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-210309-11320>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ld/a/b6mCJCRWWhYKc3jDSt37LbQ/>. Acesso em: 3 nov. 2023.

SANTOS, Sebastião Lourenço dos; GODOY, Elena. Efeito racional e efeito emocional: um estudo pragmático da cognição humana. **Memorare**. Dossiê Especial Pragmática: desenvolvimentos e extensões, Tubarão, v. 7, n. 2, maio/ago., p. 44-58, 2020. DOI: <https://doi.org/10.19177/memorare.v7e2202044-48>. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/memorare_grupep/article/view/9745. Acesso em: 3 nov. 2023.

SÃO PAULO. **Projeto de Lei nº 424 de 4 de agosto de 2022**. Altera a Lei nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a parcela, pertencente aos municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000450098#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%203.201,e%20Intermunicipal%20e%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SARAMAGO, José. **A Caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. Campinas/SP: Autores Associados, 36. ed. 2003.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300027>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7pgYkYztK6ZyPny97zmQvWx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 fev. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise crítica da política do MEC. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (org). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 99-119.

SCHAPIRO, Meyer. Schapiro contra Heidegger: The controversy over a painting by Van Gogh. **The Charnel-House - From Bauhaus to Beinhau**. [on-line]. 2014. Disponível em: <https://thecharnelhouse.org/2014/11/29/schapiro-contra-heidegger-the-controversy-over-a-painting-by-van-gogh/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

SCHEDLER, Andreas. ¿Qué es la rendición de cuentas? IFAI, Mexico – DF, **Cuadernos de Transparencia**, n. 3. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/13838330/Qu%C3%A9_es_la_rendici%C3%B3n_de_cuentas. Acesso em: 18 fev. 2017.

SCHEDLER, Andreas. Conceptualizing accountability. In: SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. (ed.). **The Self-Restraining State**. Power and Accountability in New Democracies. London: Lynne Rienner Pub., 1999, p. 13 -28.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Dispositivos de *accountability* na reforma da educação básica brasileira: tendências em curso. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 19, n. 60, p. 469-493, jan./mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.19.060.ao08>. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24433/23271>. Acesso em: 14 dez. 2019.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Tessituras intergovernamentais das políticas de *accountability* educacional. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.55, n.43, p.162-186, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n43ID11811>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/11811/8290>. Acesso em: 11 jan. 2018.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; MIGUEL, Samuel Santos. Produção científica sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização (*accountability*) no Brasil. **Atos de Pesquisa em Educação**, [s. l.], Blumenau, v. 14, n. 1, p. 262-278, maio 2019. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/6634>. Acesso em: 07 ago. 2019.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; MORAIS, Michele Luciane Blind de. Balanço da produção acadêmica sobre *accountability* no Brasil. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 123-135. 2018. DOI: <https://doi.org/10.4025/tpe.v21i3.45559>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/45559>. Acesso em: 12 mai. 2020.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. *Accountability* em educação: mais regulação da qualidade ou apenas um estágio do Estado-avaliador? **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP. v. 17, n. 1, p. 58-74, jan. /abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.2592/EDT17N1A20150074>. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8634818/pdf_130. Acesso em: 25 jul. 2017.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz; DURLI, Zenilde. Políticas de avaliação e regulação da qualidade: repercussões na educação básica. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 109-138, jan./mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2018v16i1p109-138>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/28253>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; ROSTIROLA, Camila Regina. **Accountability e avaliações em larga escala**: um olhar a partir das novas configurações do estado neoliberal. 2013. Disponível em: Disponível em: <http://indicadoresdequalidade.unoesc.edu.br>. Acesso em: 03 jan. 2018.

SCHOENSTER, Lauren. **Clãs políticos no Congresso Nacional**. Transparência Brasil, São Paulo, jun. 2014. Disponível em: <https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/Clas%20politicos%20no%20congresso%20nacional.pdf>. Acesso em: 4 out. 2018.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. São Paulo: Editora

da Unesp, 2017.

SCOTT, Colin. Accountability in the regulatory state. *Journal of law and society*, Cardiff, v. 27, n. 1, p. 38-60, 2000. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/1467-6478.00146>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/toc/14676478/2000/27/1>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/ptr6WM63xtBVpfvK9SxJ4DM/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2018.

SEGATTO, Catarina; ABRUCIO, Fernando. A gestão por resultados na educação em quatro estados brasileiros. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 68, n. 1, p. 85-106, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i1.762>. Disponível em:

SENA, Paulo. A União e a aplicação dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, n. 203/204/205, 2004. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.83i203-04-05.901>. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1360>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**. São Paulo: Editora Record, 2009.

SEVERO PEIXE, Blênio Cezar; ROSA FILHO, Celso da; ABREU PASSOS, Gabriela de. Governança Pública e *Accountability*: Uma Análise Bibliométrica das Publicações Científicas Nacionais e Internacionais. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 15, n. 36, p. 77-96, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n36p77>. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/16UspInternational/124.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2021.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação & Sociedade**, Campinas: v. 27 n. 96 – Especial, p. 1021-1056, out, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PsCdVc87JdsF6KDX7LhGq6H/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.

SHAH, Idries **The dermis probe**. London, UK: Octagon Press, 1989.

SHAIKH, Anwar. **Capitalism, competition, conflict and crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

SHAIKH, Anwar. Entrevista: O mercado é como um ringue e ninguém quer dar de cara com Muhammad Ali. Entrevista concedida a Pablo Pryluka. **Jacobina**, [s. l.], Sociologia, n. 7, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/12/o-mercado-e-como-um-ringue-e-ninguem-quer-dar-de-cara-com-muhammad-ali/>

SHAKESPEARE, William. **A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2015.

SHAW, Robert; PERKINS, Dennis. Ensinar às organizações a aprenderem: o poder dos fracassos produtivos. *In*: NADLER, David A; GERSTEIN, Marc S; SHAW, Robert B. **Arquitetura organizacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

SHEARER, Teri. Ethics and accountability: from the for-itself to the for-the-other. **Accounting, Organizations and Society**, Amsterdam, v. 27, n. 6, p. 541–73, 2002. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(01\)00036-8](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(01)00036-8). Disponível em: <https://www.le.ac.uk/pu/oldsite/research/cppe/levinas/pdf/shearer.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein ou o Prometeu moderno**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2017.

SHENG, Andrew. **Financial Crisis and Global Governance: A Network Analysis**. Grupo Banco Mundial: Comissão para o Crescimento e Desenvolvimento, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/57634183/Financial_Crisis_and_Global_Governance_A_Network_Analysis. Acesso em 09 jan. 2023.

SHEPHERDSON, Charles. Uma libra de carne: a leitura lacaniana d'O visível e o invisível. **Discurso**, São Paulo, n. 36, p. 95-126. 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2007.38074>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/38074>. Acesso em: 15 out. 2022.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 127-160, jan./jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2011v29n1p127>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n1p127/19415>. Acesso em: 19 dez. 2017.

SHIROMA, Eneida; EVANGELISTA, Olinda. Apresentação. *In*: EVANGELISTA, Olinda (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014. p. 21-45.

SHIROMA, Eneida; SANTOS, Fabiano Antônio dos. Slogans para a construção do consentimento ativo. *In*: EVANGELISTA, Olinda (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014. p. 21-45.

SHORE, Cris; WRIGHT, Susan. Coercive accountability: The rise of audit culture in higher education. *In*: STRATHERN, Marilyn (ed.), **Audit cultures: Anthropological studies in accountability, ethics, and the academy** London, UK: Routledge. 2000, p. 57-89.

SILVA JÚNIOR, César da; SASSON, Zesar. **Biologia**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, Deise Rosalio. Hegemonia e educação: teoria e prática para a mudança política. I JOINGG – Jornada Internacional de estudos e pesquisas em Antonio Gramsci, Fortaleza, v. 1, p. 12-35, 2016. **Anais** [...]. Fortaleza, JOINGG / JOREGG, 2016. Disponível em: <http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/HEGEMONIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-TEORIA-E-PR%C3%81TICA-PARA-MUDAN%C3%87A-POLITICA.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SILVA, Eduardo Pinto e; HELOANI, Roberto. Gestão educacional e trabalho docente: aspectos socioinstitucionais e psicossociais dos processos de saúde doença. **Revista**

HISTEDBR [on-line], Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 207–227, 2009. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v9i33.8639564>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639564>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SILVA, Eduardo Pinto; HELOANI, Roberto. Trapaça. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (orgs.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 483-488.

SILVA, Guillermo Manuel Riquelme; TORO, Alberto Antonio López; BASTÍAS, Lady Sthefany Bastías. La Accountability Educacional: Una discusión teórica. **REXE - Revista de Estudos e Experiências em Educação**, Concepción, v. 17, n. 35, p. 119-131, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2431/243158173008/html/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica**. Florianópolis, SC: Insular, 2011.

SILVA, Ludovico. **O Estilo literário de Marx**. Expressão Popular. 2012.

SILVA, Wendel Alex Castro; GOMES, Maria Cristina de Oliveira. Evolução da *accountability* no Brasil: análise dos achados de 1999 a 2008. SEMEAD, 14., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEA-USP. 2011. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/14semead/resultado/trabalhosPDF/809.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SINCLAIR, Amanda. Public Sector Culture: Managerialism or Multi-culturalism. **Australian Journal of Public Administration**, [s. l.], v. 48, n. 4, p. 378-386, 1989. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8500.1989.tb02240.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8500.1989.tb02240.x>. Acesso em: 17 out. 2017.

SINCLAIR, Amanda. The chameleon of accountability: Forms and discourses. **Accounting, Organisations and Society**, Amsterdam, v. 20, n. 2/3, p. 219-237. 1995. DOI: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(93\)E0003-Y](https://doi.org/10.1016/0361-3682(93)E0003-Y). Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/The Chameleon of Accountability Forms and Discours.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/The%20Chameleon%20of%20Accountability%20Forms%20and%20Discours.pdf). Acesso em: 10 jan. 2018.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SMITH, Angela M. Attributability, Answerability, and Accountability. **Defense of a Unified Account**, Ethics, Chicago, v. 122, n. 3, p. 575-589, abril 2012. Disponível em: <https://www.mit.edu/~shaslang/mprg/ASmithAAA.pdf>. Acesso em: 5 out. 2021.

SMITH, Angela M. Control, responsibility, and moral assessment. **Philosophical Studies**, Berlin/Heidelberg, v. 138, n. 3, p. 367-392, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s11098-006-9048-x>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11098-006-9048-x>. Acesso em: 3 nov. 2020.

SOBE, Noah Webster; BOVEN, David. T. Nineteenth-century world's fairs as accountability systems: Scopic Systems, Audit Practices and Educational Data. **Education Policy Analysis**

Archives, Arizona State, v. 22, n. 118, 2014. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.v22.1673>. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Nineteenth-Century_Worlds_Fairs_as_Accountability.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

SOBE, Noah. Webster. Educational accountability and global accountability. *In*: STEINER-KHAMSI, Gita & WALDROW, Florian (eds.). **World yearbook of education 2012: Policy borrowing and lending in education**. New York, NY: Routledge. 2012, p. 80-94.

SOLL, Jacob. **The reckoning: Financial accountability and the rise and fall of nations**. Philadelphia: Basic Books, 2014.

SOUSA JUNIOR, Justino de. Alienação, fetichismo e discurso em O Capital. **InterMeio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS, Campo Grande, v. 22, n. 42/44, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/3376>. Acesso em: 11 out. 2023.

SOUZA FILHO, José Alves de; SANTOS, Beatriz Oliveira. O sintagma identidade-metamorfose-emancipação e sua relação com o construto mundo da vida. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, n. 29, e170491. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29170491>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZVxHxkwnT9ykNHwxHtMt4MD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro**, Brasília, Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. 3. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2009.

SOUZA, Zákia Lian de Souza; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 24, v. 84, p. 873–895, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Qz7TkWG9XWK4kKSHZqzvZBc/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 14 mar. 2019.

SRNICEK, Nick. Computational Infrastructures and Aesthetics. *In*: COX, Christoph; JASKEY, Jenny; MALIK, Suhail (orgs.) **Realism Materialism Art**. Stenberg Press, 2015. p. 307-312. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/arena-attachments/799654/8ec57874e10c085956319ee899a42be2.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

STAR WAR: Episódio IV – Uma Nova Esperança. Direção: George Lucas. Produção: Gary Kurtz. Roteiro: George Lucas. Intérpretes: Mark Hamill, Harrison Ford, Carrie Fisher, Peter Cushing, Alec Guinness e outros. Manaus: Twentieth Century Fox Home Entertainment Brasil, 2004. DVD (121 minutos).

STEIN, Gertrude. **Everybody's Autobiography**. Exact Change; Reprint edition, 2004.

STEVENSON, Robert Louis. **O médico e o monstro e outros experimentos**. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2019.

STEWART, Thomas A. **Capital Intellectual**: A nova vantagem competitiva das empresas. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

STIGLITZ, Joseph E. **On liberty, the right to know, and public discourse**: The role of transparency in public life. Oxford Amnesty Lecture, 1999. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/436941546609601734/pdf/WP-Stiglitz-right-to-know-OUO-9.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

STRATHERN, Marilyn. The tyranny of transparency. **British Educational Research Journal**, [s. l.], n. 26, v. 3, p. 309–321. (2000). DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/713651562>. Disponível em: <https://bera-journals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1080/713651562>. Acesso em: 10 jun. 2022.

STRATHERN, Paul. **Wittgenstein (1889-1951) em 90 minutos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência. São Paulo: Centauro, 2002.

TAUFER, Felipe. Possui o 'jovem Marx' uma teoria do reconhecimento? **Sofia**, v. 10, n. 2, p. 149-174, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47456/sofia.v10i2.35663>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sofia/article/view/35663>. Acesso em: 03 jan. 2023.

TAYLOR, Matthew M. Alcançando a Accountability: uma abordagem para o planejamento e implementação de estratégias anticorrupção. **Revista da CGU – Controladoria-Geral da União**, Brasília/DF, v. 11, n. 20, p. 1311-1330, 2019. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/44351>. Acesso em: 19 nov. 2019.

TCHAKHOTINE, Serge. **A mistificação das massas pela propaganda política**. Brasília: Argumento, 2003.

TEO, Tang Wee; OSBORNE, Margery. Understanding accountability from a microanalysis of power dynamics in a specialized STEM school. **Critical Studies in Education**, London, v. 55, n. 2, p. 229-245. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/17508487.2014.900097>. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Understanding_accountability_from_a_micr%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Understanding_accountability_from_a_micr%20(1).pdf). Acesso em: 19 ago. 2019.

THATCHER, Margaret. Interview for Woman's Own ("no such thing [as society]"). Jornalista: Douglas Key. Local: No.10 Downing StreetIn. **Guardian Unlimited**, 1987. Disponível em: <https://www.margarethatcher.org/document/106689>. Acesso em: 10 nov. 2020.

THICK, Anne. Accounting in the late medieval town: the account books of the stewards of Southampton in the fifteenth century. **Accounting, Business & Financial History**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 265-290, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1080/095852099330214>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/095852099330214.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

THIOLLENT, Michael Jean Marie. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: A Árvore da Liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987. (v. 1).

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Maldição de Adão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (v. 2).

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou Planetário de Erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

TIBURI, Márcia. Aprender a pensar é descobrir o olhar. **Jornal do Margs**, Porto Alegre, Edição n. 103 – Tapeçarias do Petit Palais: arte, aconchego e poder, set./out., 2004. Disponível em: <https://acervo.margs.rs.gov.br/periodicos/jornal-do-margs-no-103-tapeçarias-do-petit-palais-arte-aconchego-e-poder/>. Acesso em: 14 out. 2023.

TOLEDO, Rolando Serra; YERAS, Alfredo Moreno; CRUZ, Gilda Vega; PÉREZ, Ibette Alfonso; MAGALHÃES, Daniel S.F.; MURAMATSU, Mikiya. La física en la extensión universitaria a través de la holografía como medio de educación social. **Revista Brasileira de Ensino de Física** [online], São Paulo, v. 36, n. 1, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/ArticulopublicadoenRBEF2014.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.

TOLLE, Oliver. Apresentação. *In*: HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A arquitetura**. Tradução, introdução e notas de Oliver Tolle. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 13-59.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TOUTAIN, Lúcia Maria Batista Brandão. Representação da informação visual segundo a ontologia e a semiótica. *In*: TOUTAIN, Lúcia Maria Batista Brandão. **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007.

TRAGTENBERG, Maurício. Relações de poder na escola. *In*: TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. p. 77-84.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TRIUNFO da vontade. Direção: Leni Riefenstahl. Produção de Leni Riefenstahl. Roteiro: Leni Riefenstahl, Walter Ruttmann, Eberhard Taubert. Alemanha: Reichsparteitagfilm, 1935. 1 DVD. (114 min.).

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. A dialética materialista e a prática social. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 121–142, 2006. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2899>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2899>. Acesso em: 6 nov. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Dialética e pesquisa em ciências sociais. *In*: NETO, Vicente Molina & TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva (org.). **A pesquisa qualitativa na educação física**: alternativas metodológicas. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS/Sulina, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed., 25. reimpressão. São Paulo: Atlas. 2019.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2001.

UFJF/CAED. **SPAECE – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará**. 2019. Disponível em: <https://institucional.caeddigital.net/index.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

UHR, John. Redesigning accountability: From muddles to maps. **Australian Quarterly**, Sydney, v. 65, n. 2, p. 1-16, 1993. DOI: <https://doi.org/10.2307/20635716>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/20635716.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

UNESCO. **Accountability in Education: Meeting Our Commitments**. Paris: UNESCO. 2017. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002593/259338e.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, Tailândia; Unesco, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 01 fev. 2018.

UNESCO. **Fórum Mundial de Educação de Incheon na Coreia do Sul**. Declaração de Incheon Educação. Maio de 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por. Acesso em: 01 fev. 2018.

UNICAMP. **Laboratório de Ensino de Óptica do Instituto de Física Gleb Wataghin da Unicamp**. São Paulo: Unicamp. 2022. Disponível em: <http://sites.ifi.unicamp.br/laboptica/holografia-2/>. Acesso em: 11 fev. 2022.

UNITED STATES OF AMERICA. **No Children Left Behind Act**. U.S. Department of Education. Washington, DC. Jan. 2002. Disponível em: <https://www2.ed.gov/nclb/overview/intro/execsumm.pdf>. Acesso em: dez. 2017.

UNITED STATES OF AMERICA. **Testing Integrity Symposium: Issues and Recommendations for Best Practice**. U.S. Department of Education. Washington, DC. Jan. 2002. Disponível em: <https://nces.ed.gov/pubsearch/pubsinfo.asp?pubid=2013454>. Acesso em: 22 jul. 2023.

URBAN, Mathias. From ‘Closing the Gap’ to an Ethics of Affirmation. Reconceptualising the Role of Early Childhood Services in Times of Uncertainty. **European Journal of Education**, [s. l.], v. 50, ed. 3, Special Issue: Education and Social Transformation, p. 293-306, September 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/ejed.12131>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/toc/14653435/2015/50/3>. Acesso em: 11 mar. 2022.

USEF. **United States Equestrian Federation Rule Book**. Lexington: USEF, 2011. Disponível em: <http://www.usef.org/documents/ruleBook/2011/08-DR.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

VALDÉS, Juan Gabriel. **Pinochet's economists: The Chicago school of Economics in Chile**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

VAN GOGH, Vincent. **O Par de sapatos**, 1886. 1 reprodução, gênero natureza-morta, período pós-impressionismo, técnica tinta a óleo, tela, dimensões 37,5 centímetro x 45 centímetro, mantido em Amsterdam no Museu Van Gogh. Disponível em: <https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Vincent-van-Gogh/839575/Um-par-de-sapatos%2C-1886.html>. Acesso em: 12 out. 2022.

VAUGHAN, Diane. The dark side of organizations: Mistake, Misconduct, and Disaster. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, Estados Unidos da América, v. 25, p. 271-305, ago./1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.soc.25.1.271>. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.soc.25.1.271>. Acesso em: 14 set. 2022.

VAZQUEZ, Adolfo. Filosofia da práxis. Unidade da teoria e da prática. In: MAGALHÃES-VILHENA, Vasco (org.). **Práxis**. Lisboa: Horizontes, 1980. (v. 2).

VENTURA, Lidnei. Homeschooling ou a educação sitiada no intèrieur: notas a partir de Walter Benjamin. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2014815, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 3 mar. 2021.

VERNANT, Jean-Pierr. **Mito & pensamento entre os Gregos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VIDAL, Carlos. **Invisibilidade da pintura**: história de uma obsessão (de Caravaggio a Bruce Nauman). 2010. 830f. Tese de doutoramento, Belas-Artes (Pintura), Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/2409>. Acesso em: 11 nov. 2020.

VINCENT, David. Alfabetização e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Educação** [online], Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, pp. 539-560. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000800002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/kBvYsbWTvHswKk8qyZ4TPnB/>. Acesso em: 21 fev. 2019.

VOLANTE, L. **Evaluating test-based accountability perspectives**: An international perspective. Paper presented at the Association for Educational Assessment Europe's 8th Annual Conference, Stockholm, Sweden, 8-10 November 2007.

WALFORD, Geoffrey. Privatization in industrialized countries. In: LEVIN, Henry M. (ed.). **Privatising education**: can the marketplace deliver choice, efficiency, equity and social cohesion? Boulder, Colorado: Westview, 2001. p. 178-200.

WEBB, P. Taylor. Re-mapping power in educational micropolitics. **Critical Studies in Education**, London, v. 49, n. 2, p. 127-142, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/17508480802040183>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17508480802040183>. Acesso em: 11 mai. 2021.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel. (org.). WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2004. p. 13-60. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

- WEBER, Max. Burocracia e liderança política. *In*: WEBER, Max. **Textos selecionados**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Economistas).
- WILDE, Oscar. **O retrato de Dorian Gray**. São Paulo: Penguin /Companhia das Letras, 2012.
- WILLARD, Claude. Uma obra sempre no centro da atualidade. *In*: WILLARD, Claude (org.). **A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade**. São Paulo: Ícone. 2002.
- WILLEMS, Tom; VAN DOOREN, Wouter. Lost in diffusion? How collaborative arrangements lead to na accountability paradox. **International Review of Administrative Sciences**, Mil Oaks, v. 77, n. 3, p. 505-530, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0020852311408648>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0020852311408648>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- WILLIAMS, Raymond. Base and superstructure in marxist cultural theory. **New Left Review**, London, v. 1, n. 82, p. 3-16, Nov./Dec., 1973. Disponível em: http://lasagreatideas.weebly.com/uploads/2/2/8/4/22844838/marxist_base_and_ss_reading_1_.pdf. Acesso em: 18 jan. 2017.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002a.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tratado lógico-filosófico**. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002b.
- WOLFELSOHN, James. **El Portal de desarrollo global**. Discurso na reunião anual das Agências Multilaterais. Washington, 1996. Disponível em: www.brettonwoodsproject.org/topic/knowledgebank. Acessado em: 21 fev. 2023.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- WOOD, Ellen Meiksins. Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna. **Crítica Marxista**, Campinas, Unicamp, p. 118-129, 1996. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=3&numero_revista=3. Acesso em: 1 mar. 2019.
- WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda “pós-moderna”? *In*: WOOD, Ellen M.; FOSTER, John Bellamy (org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 7-22.
- WORLD BANK. **Governance and development**. Washington. Oxford University Press. 1992. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/604951468739447676/pdf/multi-page.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2020.

XAVIER, Roberto Salles. Accountability e as suas Múltiplas Abordagens: um Balanço Teórico. Encontro da ANPAD, 35., Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento_edicao=58. Acesso em: 12 fev. 2020.

YDESEN, Christian; ANDREASEN, Karen E. Accountability practices in the history of Danish primary public education from the 1660s to the present. **Education Policy Analysis Archives**, Arizona State, v. 22, n. 120. 2014. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.v22.1618>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/1618-6627-1-PB.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

YOUNG, Iris Marion. **Responsibility for justice**. Oxford: Oxford University Press. 2011.

YOUNG, Michael. **The rise of the meritocracy**. London: Transaction Publishers, 1994.

ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ZUMOFEN, Raphaël. **Public accountability** – A summary analysis. Working paper de l'IDHEAP. 2016. Disponível em: https://serval.unil.ch/resource/serval:BIB_83DBDEA5F696.P001/REF. Acesso em: 05 out. 2021.

ZUMOFEN, Raphael. Redefining accountability in a strategic perspective to enhance performance. **IRSPM Conference**, Panel L 101 – Open Panel - University of Birmingham, 30 March - 1 April 2015, p. 1-20, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/L101Zumofen.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

APÊNDICE A – CRONOGRAMA (QUESTIONÁRIO E ENTREVISTAS)

CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO GUIA E SUA APLICAÇÃO JUNTO AOS GESTORES(AS) E PROFESSORES(AS) DAS ESCOLAS PREMIADAS – PEMED 2020 (FORTALEZA/CE)

Atividade / Trimestre (Ano)	2021				2022				2023			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Levantamento de dados das escolas			X	X								
Elaboração do Questionário				X	X							
Pré-Teste do Questionário Guia				X	X							
Questionário Guia – Versão Revisada						X						
Contato com Instâncias Competentes *						X	X	X				
Contato com os sujeitos da pesquisa						X	X	X				
Visita as escolas (Carta-Convite)						X	X	X				
Entrevistas – Gestor A									X			
Entrevistas – Gestor B									X			
Entrevistas – Gestor C									X			
Entrevistas – Gestor D									X			
Entrevistas – Gestor E									X			
Entrevistas – Gestor F									X			
Entrevistas – Professor A									X			
Entrevistas – Professor B									X			
Entrevistas – Professor C									X			
Entrevistas – Professor D									X			
Entrevistas – Professor E									X			
Entrevistas – Professor F									X			
Ajustes do Questionário Guia (no processo)									X			
Audição das Entrevistas									X			
Degração das Entrevistas									X			
Análise Preliminar das entrevistas									X	X		
Análise de Conteúdo – Entrevistas									X	X		

Fonte: elaborado pelo autor.

(*) Solicitação de autorização, junto a Secretaria Municipal de Educação (SME) e demais órgãos ou instâncias competentes, para a realização das entrevistas com Gestores(as) – Diretores(as) escolares – e Professores(as) da Rede de Educação de Fortaleza.

APÊNDICE B – QUESTÕES GUIA: GESTORES(AS)

QUESTÕES GUIA – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES(AS) DAS ESCOLAS PREMIADAS – PEMED 2020 (FORTALEZA/CE)

Bloco I: Ideb e Spaece

1. Como você percebe a importância do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece) para a educação cearense? Considere em sua análise, os objetivos, as finalidades e os impactos do Spaece sobre a rede pública de educação do Município de Fortaleza.
2. Qual a influência do Ideb e da Gestão Escolar para o avanço da “qualidade educacional” e como a cultura avaliativa (presente no Spaece) afeta o cotidiano da escola?

Bloco II: A política de *accountability*

3. Levando em conta a dinâmica da gestão escolar e as políticas de avaliação externa, submetidas às diretrizes de Responsabilização e Prestação de Contas da SME, qual o seu conhecimento sobre o mecanismo de *accountability*? Você já ouviu falar sobre tal mecanismo?
4. Você acredita que as avaliações externas como o Spaece ou até mesmo o Ideb são instrumentos cientificamente neutros e transparentes – ou seja, sem interesses ideológicos? Para sua análise, entenda a noção de transparência como: a informação publicizada e compreendida pelo sujeito.

Bloco III: a gestão educacional

5. Você se sente “cobrado” pela comunidade escolar (professores, funcionários, alunos e pais) por bons resultados no Ideb e Spaece – considerando o sistema de *rankings*, bonificação e premiação? E que estratégias foram aplicadas para evidenciar a melhoria do desempenho dos estudantes na escola?
6. A quem você atribui a responsabilidade e a culpa por resultados insatisfatórios nas avaliações externas? Existe oposição/resistência entre os sujeitos educacionais às políticas de *accountability*?

APÊNDICE C – QUESTÕES GUIA: PROFESSORES(AS)

QUESTÕES GUIA – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES(AS) DAS ESCOLAS PREMIADAS – PEMED 2020 (FORTALEZA/CE)

Bloco I: Ideb e Spaece

1. Como você analisa as preocupações da equipe gestora com as metas do Ideb e das avaliações externas, como o Spaece? Nessa toada, essas ferramentas (Ideb e Spaece) expressam a qualidade da educação pública?
2. Os professores são avaliados e devem prestar contas sobre os resultados, referentes ao Ideb e Spaece, sendo responsabilizados pelos resultados obtidos? Peça que considere em sua análise o sistema de ranqueamento entre escolas e a política de bonificação e premiação.

Bloco II: A política de *accountability*

3. Levando em conta a dinâmica da gestão escolar e as políticas de avaliação externa, submetidas as diretrizes de Responsabilização e Prestação de Contas da SME, qual o seu conhecimento sobre o mecanismo de *accountability*? Você já ouviu falar sobre tal mecanismo?
4. Você conhece casos em que professores e/ou gestores foram penalizados por que não alcançaram as metas estabelecidas pelas políticas de *accountability*? Porém, independente desses casos terem ocorrido, qual sua opinião sobre tal política?

Bloco III: a *práxis* educativa

5. O que você pensa das críticas que são feitas as políticas de avaliação, responsabilização e prestação de contas, acusada de converter a escola em uma fábrica de preparação para testes? A escola costuma preparar os estudantes para as avaliações em larga escola ou desenvolve outras estratégias?
6. A quem você atribui a responsabilidade e a culpa por resultados insatisfatórios nas avaliações externas? Existe oposição/resistência entre os sujeitos educacionais às políticas de *accountability*?

APÊNDICE D – CARTA CONVITE**CARTA-CONVITE APRESENTADA A GESTORES(AS) E PROFESSORES(AS),
CONVIDANDO-OS(AS) A PARTICIPAR DA PESQUISA DE TESE DE DOUTORADO****CARTA CONVITE****PARA PARTICIPAR DE PESQUISA DE TESE DE DOUTORADO**

Caro Senhor(a), _____.

Convidamos Vossa Senhoria para participar da pesquisa *A mistificação da accountability: processos ideológicos na realidade efetiva do mecanismo na educação*. A investigação (entrevistas) compõe parte da Tese de Doutorado realizada pelo pesquisador Me. Hermeson Claudio Mendonça Menezes, doutorando do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC),

Essa Pesquisa tem o propósito de investigar as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil, com foco nas políticas de *accountability* educacional (mecanismo identificado com a tríade *avaliação, responsabilização e prestação de contas*). De forma particular busca-se estudar como a *accountability* educacional contribui para dificultar a compreensão de como o mundo social funciona, por meio de seus instrumentos de avaliação, *responsabilização e prestação de contas* – todos direcionados a quantificação de dados – índices de medição da qualidade da educação.

Para alcançar nosso intento, analisamos os indicadores contidos no Ideb e os resultados do Spaece. Especificamente, em relação aos entrevistados o critério de escolha baseou-se no *ranking* das escolas vencedoras do Prêmio Escola com Excelência em Desempenho (Pemed) 2020. A Secretaria Municipal de Educação (SME) contemplou com premiações as unidades escolares do 2º ano do Ensino Fundamental que obtiveram 85% dos alunos alfabetizados no nível desejável, bem como aquelas com proficiência igual ou maior a 190 pontos atingidos no Spaece-Alfa 2019.

É desse grupo que selecionamos os participantes (gestores e professores), oriundos das escolas classificadas em primeiro lugar no *ranking* de cada distrito. Se após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) vossa senhoria decidir participar da pesquisa, desde já agradecemos.

Vossa participação permitirá compreendermos como as políticas educacionais centradas em avaliação externa em larga escala, concomitantemente, nas políticas de *accountability* influenciam a educação. Assim, será possível enriquecer o debate sobre as repercussões e contribuições para superação das mazelas que incidem sobre a educação brasileira.

Desde já contamos com vossa colaboração e agradecemos por vossa atenção.

Atenciosamente,

Me. Hermeson Claudio Mendonça Menezes
Pesquisador (Doutorando) do PPGE/UFC

Fortaleza, __/__/____

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

PESQUISA DE TESE DE DOUTORADO

* * *

A MISTIFICAÇÃO DA ACCOUNTABILITY: PROCESSOS IDEOLÓGICOS NA REALIDADE EFETIVA DO MECANISMO NA EDUCAÇÃO

CONSENTIMENTO INFORMADO ENTREVISTA APLICADAS A GESTORES E PROFESSORES(AS)

Estimado/a Gestor(a)/Professor(a):

Eu, Hermeson Claudio Mendonça Menezes, RG _____, estudante regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED/UFC), convido o senhor (a) para participar de uma pesquisa que estou desenvolvendo, sob a orientação da Profa. Dra. Clarice Zientarski para a obtenção do título de doutor em Educação.

Esta pesquisa, que tem por título “A mistificação da accountability: processos ideológicos na realidade efetiva do mecanismo na educação”, pretende investigar as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil tendo como objeto de análise a *accountability* (mecanismo identificado com a tríade *avaliação, responsabilização e prestação de contas*). De forma particular busca-se estudar como a *accountability* educacional contribui para dificultar a compreensão de como o mundo social funciona, por meio de seus instrumentos de avaliação e quantificação – índices de medição da qualidade da educação.

Para alcançar nosso intento, analisamos os indicadores contidos no Ideb e os resultados do Spaece. Especificamente, em relação aos entrevistados o critério de escolha baseou-se no *ranking* das escolas vencedoras do Prêmio Escola com Excelência em Desempenho (Pemed) 2020. A Secretaria Municipal de Educação (SME) contemplou com premiações as unidades escolares do 2º ano do Ensino Fundamental que obtiveram 85% dos alunos alfabetizados no nível desejável, bem como aquelas com proficiência igual ou maior a 190 pontos atingidos no Spaece-Alfa 2019.

Sua participação nessa pesquisa consistirá em me conceder entrevistas semiestruturadas, que serão registradas pelo preenchimento de questionário e através de gravação de áudio.

Os eventuais riscos relativos a esta pesquisa são dirimidos com as medidas de confidencialidade e liberdade de participação. O senhor (a) poderá a qualquer momento solicitar esclarecimentos ao pesquisador, poderá não responder a alguma questão da entrevista que julgar constrangedora ou mesmo deixar de participar da pesquisa sem sofrer qualquer penalização.

Para evitar ainda eventuais riscos o (a) senhor (a) terá a garantia de que as perguntas a serem respondidas serão formuladas de modo a não ferir sua integridade física ou moral, garantindo o respeito a sua dignidade enquanto pessoa e enquanto profissional. Sua participação nesta pesquisa não lhe acarretará nenhuma despesa financeira, bem como não trará remuneração.

Além da garantia do sigilo das informações o (a) senhor (a) terá a garantia do anonimato em relação ao nome da escola, a sua identidade e de todos os demais participantes nos textos que resultarem da pesquisa e que serão posteriormente publicados exclusivamente para fins científicos (tese de doutorado, congressos e artigos).

Como benefício, essa pesquisa contribuirá com subsídios para a compreensão sobre como a *accountability* (educacional) mistifica a realidade e coproduz sua própria mistificação, estada no mito da neutralidade axiológica.

Se o Senhor (a) estiver suficientemente esclarecido sobre realização dessa pesquisa, bem como de sua participação, convido-o a assinar este TCLE, elaborado em duas vias sendo que o (a) senhor (a) receberá uma via assinada e a outra ficará na posse da pesquisadora responsável.

Endereço d(os, as) responsável(is) pela pesquisa:

<p>Nome (Pesquisador): Instituição: Endereço: Telefones para contato:</p>
--

O abaixo assinado _____, _____ anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, ____/____/____

Nome do participante da pesquisa

Assinatura

Hermeson Claudio Mendonça Menezes

Nome do pesquisador

Assinatura

Nome do profissional
que aplicou o TCLE

Assinatura

ANEXO A – QUADRO DE ELEMENTO NÃO VERBAIS

Categorias	Sinais	Descrição das categorias	Exemplos
1. Falas simultâneas	[[Usam-se colchetes para dois falantes iniciam ao mesmo tempo um turno.	... B: mas eu não tive num remorso né' A: [mas o que foi que houve” J: [meu irmão também fez uma dessas’ B: depois ele voltou e tudo bem,
2. Sobreposição de vozes	[Dois falantes iniciam ao mesmo tempo um turno.	... E: o desequilíbrio ecológico pode a qualquer momento: acabar com a civilização [natural J: [mas não pode ser/ o mundo tá se preocupando com isso E./ (+) o mundo ta evitando/.../
3. Sobreposições localizadas	[]	Ocorre num dado ponto do turno e não forma novo turno. Usa-se um colchete abrindo e outro fechando.	... M: A. é o segu [inte’ eu queria era:: [im] A: M: eh: dizer que ficou pronta [a cópia A: [ah sim] M: ela fez essa noite (+)/.../
4. Pausas e silêncios	(+) ou (2.5)	Para pausas pequenas sugere-se um sinal + para cada 0.5 segundo. Pausas em mais de 1.5 segundo, cronometradas, indica-se o tempo .	Ver exemplos no item 5.
5. Dúvidas ou sobreposições	()	Quando não se entender parte da fala, marca-se o local com parênteses e usa-se a expressão <i>inaudível</i> ou escreve-se o que se supõe ter ouvido.	... A: /.../ por exemplo (+) a gente tava falando em desajuste, (+) EU particularmente acho tudo na vida relativo, (1.8) TUDO TUDO TUDO (++) tem um que sã::o (+)/ tem pessoas problemáticas porque tiveram muito amor (é o caso) (incompreensível) (+) outras porque/.../
6. Truncamentos bruscos	/	Quando o falante corta a unidade pôde-se maçar o fato com uma barra. Esse sinal pode ser utilizado quando alguém é bruscamente cortado pelo interlocutor.	... L: vai tê que investi né” C: é/ (+) agora tem uma possibilidade boa que é quando ela sentiu que ia morá lá (+) e:le o dono/ ((rápido)) ela teve conversan comi/ agora ele já disse o seguinte (+) ...
7. Ênfase ou acento forte	MAIÚSCULA	Sílaba ou palavras pronunciada com ênfase ou acento mais forte que o habitual.	Ver item 5

Continua

Categorias	Sinais	Descrição das categorias	Exemplos
8. Alongamento de vogal	::	Dependendo da duração os dois pontos podem ser repetidos.	“ A: co::mo” (+) e:::u
9. Comentários do analista	(())	Usa-se essa marcação no local da ocorrência ou imediatamente antes do segmento a que se refere.	((ri)), ((baixa o tom de voz)), ((tossindo)), ((fala nervosamente)), ((apresenta-se para falar)), ((gesticula pedindo a palavra))
10. Silabação	-----	Quando uma palavra é pronunciada sílaba por sílaba, usam-se hifens indicando a ocorrência.	
11. Sinais de entonação	” ’ ,	<i>Aspas duplas</i> para subida rápida. <i>Aspas simples</i> para subida leve (algo como um vírgula ou ponto e vírgula). <i>Aspas simples abaixo da linha</i> para descida leve ou simples.	Ver itens 1, 6 e 8.
12. Repetições	Própria letra	Reduplicação de letra ou sílaba.	e e e ele; ca ca cada um.
13. Pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção		Usam-se reproduções de sons cuja grafia é muito discutida, mas alguns estão mais ou menos claros.	eh, ah, oh. ih:::, mhm, ahã, dentre outros
14. Indicação de transição parcial ou de eliminação	... ou /.../	O uso de reticências <i>no início e no final</i> de uma transcrição indica que se está transcrevendo apenas um trecho. <i>Reticências entre duas barras</i> indicam um corte na produção de alguém.	Ver item 5.

Fonte: Marcuschi (1986, p. 10-13 *apud* Manzini, 2012, slides 8-10).

Concluído


ANEXO B – LEITURA E INTERPRETAÇÃO DOS INDICADORES: SPAECE-ALFA (2º ANO EF)

SPAECE | 2019

Leitura e interpretação dos indicadores


Para dar início ao processo de apropriação e uso dos resultados da avaliação externa em larga escala, é preciso compreender o significado dos indicadores que constituem esses resultados.

Em primeiro lugar, é preciso conhecer a caracterização dos indicadores de desempenho e de participação da sua escola, divulgados na plataforma do programa.




Participação

- Nº previsto de estudantes
- Nº efetivo de estudantes
- Percentual de participação




Desempenho



TEORIA DA RESPOSTA AO ITEM

- Proficiência média
- Distribuição dos estudantes por padrão de desempenho
- Desempenho por campo temático



TEORIA CLÁSSICA DOS TESTES

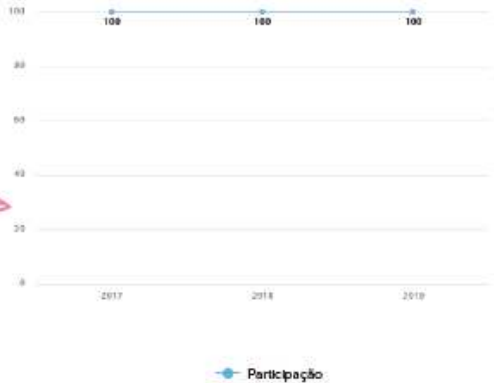
- Percentual de acerto por descritor

PARTICIPAÇÃO

Esse indicador é muito importante, uma vez que, por se tratar de avaliação censitária, quanto maior a participação dos estudantes, mais fidedignos são os resultados dos testes cognitivos. Isso significa dizer que é possível generalizar os resultados para toda a escola quando a participação efetiva for igual ou superior a **80%** do total de alunos previstos para realizar a avaliação.

Neste exemplo, é possível perceber que a participação dos alunos de uma determinada escola na avaliação externa foi superior a 80% dos estudantes previstos, nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Verifique, nos resultados da sua escola, os percentuais de participação dos estudantes nos testes de Língua Portuguesa - alfabetização.



Ano	Participação (%)
2017	100
2018	100
2019	100

23

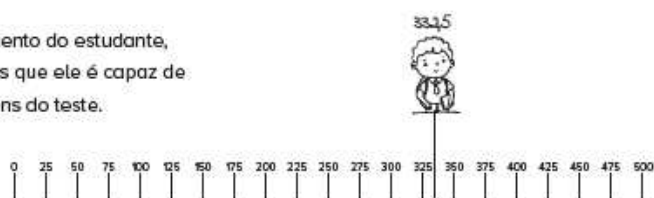
Continua

DESEMPENHO

I. Proficiência média

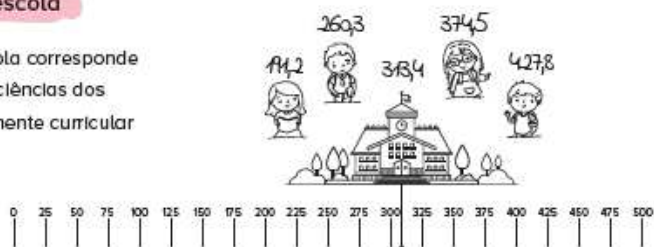
Proficiência

Valor estimado do conhecimento do estudante, calculado a partir das tarefas que ele é capaz de realizar na resolução dos itens do teste.



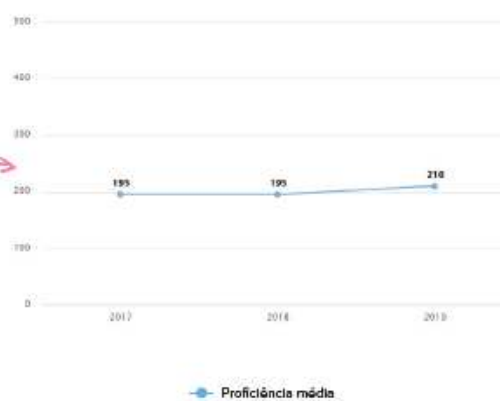
Proficiência média da escola

A proficiência média da escola corresponde à média aritmética das proficiências dos estudantes em cada componente curricular e etapa avaliada.

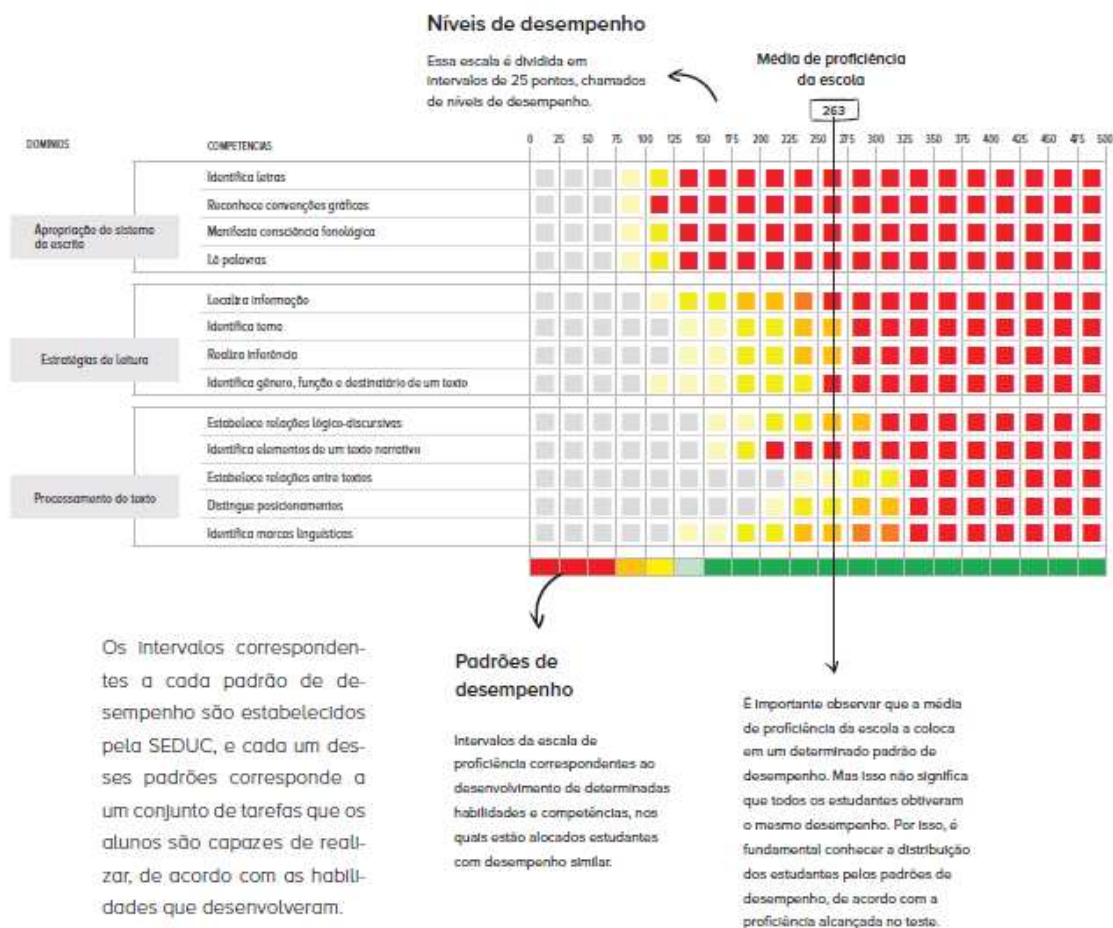


Esse indicador contribui para o monitoramento da qualidade da educação ofertada pelas escolas e pelas redes, especialmente quando se observa sua evolução entre ciclos de avaliação sucessivos.

Neste exemplo, observa-se a proficiência média alcançada pelos alunos de uma determinada escola na avaliação externa, em determinada disciplina e etapa, nos anos de 2017, 2018 e 2019.



Para entender a relação entre a proficiência e o desempenho dos estudantes, é importante observá-la na **escala de proficiência**.



A escala de proficiência do SPAECE, para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e para o ensino médio, é a mesma escala utilizada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), cuja variação vai de 0 a 500 pontos. Essa escala é dividida em intervalos de 25 pontos, chamados de níveis de desempenho. Com base nas expectativas de aprendizagem para cada etapa de escolaridade e nas projeções educacionais estabelecidas pelo SPAECE, os níveis da escala são agrupados em intervalos maiores, chamados de padrões de desempenho.

II. Distribuição dos estudantes por padrão de desempenho estudantil

De acordo com a proficiência alcançada no teste, o estudante apresenta um perfil que nos permite aloçá-lo em um dos padrões de desempenho. Em uma mesma turma e escola, podemos ter vários alunos em cada um dos padrões de desempenho. Esta distribuição pode ser representada por números absolutos e por percentual. Importante saber quantos estudantes

se encontram em cada padrão e o que eles são capazes de realizar, tendo em vista o seu desempenho.

Esse indicador é imprescindível ao monitoramento da equidade da oferta educacional em sua escola, ao se constatar que os dois últimos padrões são considerados desejáveis, enquanto os dois primeiros sinalizam para a necessidade de ações de intervenção pedagógica.

Percentuais de estudantes em cada padrão de desempenho

2019



NÃO ALFABETIZADO

Estudantes revelam carência de aprendizagem em relação às habilidades previstas para sua etapa de escolaridade, apontando, à equipe pedagógica, a necessidade de planejar um processo de recuperação.

ALFABETIZAÇÃO INCOMPLETA

Estudantes realizam tarefas ainda próximas ao padrão anterior, mas já mobilizam diferentes estratégias leitoras, mesmo que de forma inconsciente, sendo esse o ponto a ser considerado para a recuperação desses estudantes.

INTERMEDIÁRIO

Estudantes ainda não demonstram um desenvolvimento satisfatório das habilidades esperadas para sua etapa de escolaridade, demandando reforço para consolidar e sistematizar a aprendizagem em direção a uma formação adequada.

SUFICIENTE

Estudantes revelam ter consolidado as habilidades mínimas e essenciais esperadas para sua etapa de escolaridade, requerendo atividades de aprofundamento, a fim de avançarem ainda mais em seu processo de aprendizagem.

DESEJÁVEL

Estudantes conseguiram desenvolver as habilidades e competências previstas para sua etapa de escolaridade ou possuem um desenvolvimento além do esperado, sendo necessário proporcionar novos desafios, a fim de manter seu interesse e auxiliá-los a aprimorar seus conhecimentos.



A descrição pedagógica de cada padrão de desempenho pode ser conferida na seção **Padrões de desempenho e Itens**, bem como na plataforma do programa, no menu **O PROGRAMA > Padrões de Desempenho**.

III. Percentual de acerto por descritor

Além da proficiência, da distribuição dos estudantes pelos padrões de desempenho e da participação, nos resultados da avaliação do SPAECE, você pode conferir quais foram as habilidades avaliadas e o desempenho dos estudantes em relação a cada uma. Essas habilidades vêm descritas na matriz de referência por meio dos seus descritores.

Para conhecer esses resultados, acesse a página de resultados na plataforma de avaliação e monitoramento, pelo link abaixo:



<https://avaliacaoemonitoramentoceara.caedigital.net/#/resultados>

Turma	D01	D02	D03	D04
A - TARDE	78,45	68,49	62,97	74,52
B - TARDE	68,37	67,54	61,12	54,44

MATRIZ DE REFERÊNCIA	
D01	_____
D02	_____
D03	_____
D04	_____
D05	_____
D06	_____
D07	_____
D08	_____

Uma vez compreendidos os conceitos relativos a uma avaliação externa em larga escala, os profissionais da escola precisam conhecer o trajeto necessário para analisar e interpretar os resultados educacionais de forma colaborativa e eficiente. Esse trabalho deve reunir todos os envolvidos com o desempenho dos alunos, uma vez que as ações propostas não serão responsabilidade de um indivíduo somente, e sim de todos os membros das equipes pedagógica e gestora.



Nesse intuito, a próxima seção sugere um roteiro com o caminho a ser percorrido para a análise dos resultados da avaliação externa. O roteiro restringe essa análise a alguns dados bastante significativos, que podem incentivar reflexões mais direcionadas à realidade da escola, mas você pode ampliar as discussões com as equipes da sua escola, mantendo um debate permanente sobre avaliação, currículo, ensino e aprendizagem.



No ambiente de desenvolvimento profissional, disponível na plataforma do SPAECE 2019, há um conjunto de aulas sobre os conhecimentos esperados para a educação básica, em cada componente curricular avaliado, assim como um roteiro de leitura dos resultados. Não deixe de conhecer esse ambiente virtual de aprendizagem, feito para você!

ANEXO C – PADRÕES DE DESEMPENHO E ITENS: SPAECE-ALFA (2º ANO EF)

S P A E C E | 2019

Esta seção apresenta a descrição pedagógica dos padrões de desempenho estudantil estabelecidos para o SPAECE 2019 e um exemplo de Item para cada padrão.

Os padrões de desempenho consistem em uma caracterização do desenvolvimento das habilidades e competências correspondentes ao desempenho esperado dos estudantes que realizaram os testes cognitivos da avaliação externa.

Desse modo, você, professor, pode conferir qual é o padrão de desempenho em que sua escola, suas turmas e seus alunos estão situados, de acordo com a proficiência que os estudantes alcançaram nos testes, e verificar quais são os conhecimentos já desenvolvidos e os que ainda precisam de atenção.

Esse movimento é extremamente importante para que você possa orientar, junto às equipes pedagógica e gestora, as ações de intervenção pedagógica necessárias para que os estudantes obtenham o desenvolvimento esperado para sua etapa de escolaridade.

					
	Não Alfabetizado	Alfabetização Incompleta	Intermediário	Suficiente	Desejável
2º Ano EF	Até 75	75 a 100	100 a 125	125 a 150	Acima de 150

39

Continua

**2º ano do ensino fundamental**


ATÉ 75 PONTOS


Não Alfabetizado

As habilidades desenvolvidas no padrão de desempenho **não alfabetizado**, até **75 pontos**, demonstram que os estudantes se encontram em processo inicial de alfabetização. Com relação à apropriação do sistema de escrita, realizam atividades mais elementares, como identificar letras entre desenhos, números e outros símbolos gráficos, reconhecer as letras do alfabeto, identificar as direções da escrita (da esquerda para a direita, de cima para baixo), além de reconhecerem as diferentes formas de grafar uma mesma letra.

Questão

P020447H6

 Ouça a letra que eu vou dizer: E.

 Faça um X no quadradinho onde aparece a letra que você ouviu.

E

F

L

S

A habilidade avaliada nesse item é reconhecer as letras do alfabeto.

Esso habilidade demanda do estudante a distinção das letras que compõem o alfabeto, tendo como estímulo a leitura feita pelo aplicador, nesse caso, da letra E. Em sequência, o estudante deve reconhecer sua ortografia e associá-la a uma das letras presentes nas alternativas.

Os estudantes que marcaram a alternativa A, o gabarito, provavelmente desenvolveram a habilidade avaliada pelo item, pois identificaram corretamente a letra E.



2º ano do ensino fundamental

DE 75 A 100 PONTOS

Alfabetização Incompleta



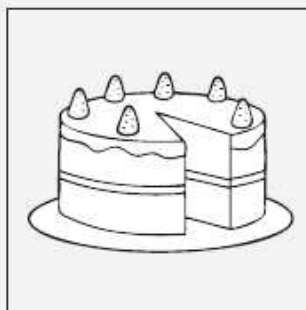
Os estudantes que se encontram no padrão **alfabetização incompleta**, entre **75 e 100 pontos**, resolvem tarefas relacionadas ao eixo de apropriação do sistema de escrita, como aquelas habilidades que dizem respeito ao desenvolvimento da consciência fonológica. Dentre elas, destacam-se a identificação de rimas e do número de sílabas de uma palavra. Com relação ao eixo de leitura, já leem palavras formadas por sílabas canônicas e não canônicas e frases com estrutura sintática simples (sujeito/verbo/complemento).

Tal constatação indica que esses estudantes desenvolveram habilidades iniciais de leitura, sendo um marco importante de seu processo de alfabetização.

Questão

FD3050905

Veja a figura abaixo.



Qual é o nome dessa figura?

- BOLO
- BOTO
- POÇO
- POLVO

Esse item avalia a habilidade de ler palavras no padrão canônico (consoante / vogal).

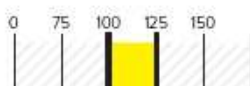
Nesse item, o estudante deve observar a imagem apresentada no suporte e associá-la ao seu nome.

A palavra "bolo", dissilaba e canônica, está escrita na alternativa A, o gabarito. Esses estudantes demonstraram ter desenvolvido essa habilidade.

**2º ano do ensino fundamental**

DE 100 A 125 PONTOS

Intermediário



Ao analisar as habilidades representativas do padrão **Intermediário**, no qual o estudante em processo de alfabetização adquire um perfil mais autônomo de leitura, observam-se competências referentes ao refinamento da apropriação do sistema de escrita e de estratégias de leitura.

Os estudantes que se encontram no intervalo de **100 a 125 pontos** ampliam suas habilidades quanto à identificação da sílaba inicial de uma palavra e ao reconhecimento das diferentes formas de grafá-la. Além disso, identificam o espaçamento entre palavras na segmentação da escrita. Quanto ao eixo de leitura, os estudantes ampliam a habilidade de ler frases com estrutura sintática complexa (sujeito/verbo/complemento/adjunto). Tais estudantes realizam atividades relacionadas às habilidades de localizar informações explícitas em textos curtos, como bilhetes, avisos, receitas, convites e fábulas. Além disso, conseguem identificar o propósito comunicativo em textos de gêneros diversos, que apresentam formas estáveis veiculadas no cotidiano, como, por exemplo, convite e receita.

Para esses estudantes, são necessárias atividades que favoreçam sua percepção do texto de forma global, ou seja, de como as partes de um texto se relacionam na construção do todo.

Questão

PQ20108H6

 Faça um X no quadradinho da frase que está escrita corretamente.

- O ME NI NO GOS TA DE PI PO CA.
- OMENINOGOSTADEPIPOCA.
- OMENINO GOSTADE PIPOCA.
- O MENINO GOSTA DE PIPOCA.

A habilidade aferida nesse item é de identificar o espaçamento entre palavras na segmentação da escrita.

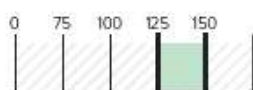
Essa tarefa está relacionada à apropriação do sistema de escrita e ao reconhecimento de que as palavras em uma frase, por exemplo, apresentam

um espaçamento significativo no que tange à identificação de uma palavra. Assim, a segmentação correta da frase está apresentada na alternativa D, o gabarito, e os estudantes que marcaram essa alternativa provavelmente desenvolveram a habilidade avaliada.

**2º ano do ensino fundamental**

DE 125 A 150 PONTOS

Suficiente



Além das habilidades descritas anteriormente, os estudantes que se encontram no padrão **suficiente**, no intervalo de **125 a 150** pontos da escala de proficiência, ampliam a habilidade de identificar o número de sílabas de uma palavra, agora a partir de palavra ouvida ou com apoio de uma imagem. Amplia-se, também, a habilidade de identificar o propósito comunicativo em textos de diferentes gêneros, nesse caso, bilhete e cartaz, por exemplo. Surge neste padrão a habilidade de reconhecer gêneros de textos que circulam em diferentes instâncias sociais, em contextos mais imediatos de vida dos estudantes.

As intervenções pedagógicas para esse grupo de estudantes devem favorecer a familiaridade com textos de gêneros variados e com situações sociais nas quais esses textos são utilizados.

Questão

P010024HE

Leia o texto abaixo.

BOLO NA CANECA

INGREDIENTES:

- 4 colheres de sopa de farinha
- 4 colheres de sopa de açúcar
- 2 colheres de sopa de chocolate em pó
- 1 ovo pequeno
- 3 colheres de sopa de leite
- 3 colheres de sopa de óleo

MODO DE PREPARO:

1. Juntar a farinha, o açúcar e o chocolate e mexer.
2. Adicionar o ovo (recheio) e mexer com um garfo.
3. Por fim, juntar o leite e o óleo e mexer de novo.
4. Levar ao microondas em potência máxima durante três minutos. Pronto!

Disponível em: <http://imgre.me/wp/YGS>. Acesso em: 11 abr. 2017. (P010024HE_SUP)

Esse texto é

- um cartaz.
- um convite.
- uma lista.
- uma receita.

Esse item avalia a habilidade de reconhecer o gênero discursivo.

Para acertar esse item, o estudante deve fazer uma leitura global do texto atentando para a principal característica do gênero instrucional, que é orientar ou instruir sobre algo. O estudante precisa atentar tanto para a forma do gênero receita culinária, que

apresenta lista de ingredientes e modo de preparo, quanto para as informações nele explicitadas para, então, identificar o gênero.

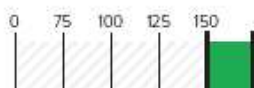
Os estudantes que marcaram a alternativa D, o gabarito, possivelmente desenvolveram a habilidade avaliada pelo item, pois identificaram que se trata de uma receita culinária.



2º ano do ensino fundamental

ACIMA DE 150 PONTOS

Desejável



Os estudantes que se encontram no padrão **desejável** desenvolveram habilidades que superam aquelas esperadas para o período de escolaridade em que se encontram. O que evidencia essa ampliação cognitiva, diferenciando esses estudantes dos que se encontram em padrões anteriores, é a capacidade de interagir com textos de estrutura mais complexa e de temática menos familiar.

Os estudantes que se encontram neste padrão de desempenho, no intervalo de **150 a 175 pontos** da escala de proficiência, ampliam as habilidades de identificar a sílaba medial de uma palavra e de localizar informação explícita em texto verbal, nesse caso, de extensão mediana. Da mesma forma, conseguem identificar o gênero de textos, como lista e fábula, e a finalidade de textos que circulam em diferentes esferas sociais, como, por exemplo, curiosidade. Esses estudantes já são capazes de inferir informação em texto não verbal e de reconhecer o assunto de um texto ouvido, de vocabulário simples, relacionando as informações pontuais que concorrem para o sentido global do texto.

Neste padrão de desempenho, no intervalo de **175 a 200 pontos** da escala de proficiência, os estudantes são considerados alfabetizados devido à ampliação das capacidades cognitivas referentes ao processo de interpretação. Os avanços dessa capacidade são percebidos pela ampliação da habilidade de inferir informações, agora em textos verbais, e reconhecer o assunto de textos lidos. Esses estudantes localizam informações explícitas em textos mais extensos, em que a informação se encontra de forma literal ou por meio de paráfrase, inclusive as que aparecem mais ao final dos textos. Além disso, conseguem reconhecer gêneros discursivos, como, por exemplo, bilhete, anúncio e cartaz. Ainda quanto à leitura, os estudantes interpretam textos que articulam linguagem verbal e não verbal.

Aqueles que se encontram no intervalo de **200 a 225 pontos** da escala de proficiência reconhecem o gênero e a finalidade de textos diversos, a partir da resolução de tarefas que apresentam textos com vocabulário complexo e localizam informações explícitas em um texto verbal longo, de forma literal ou parafraseada.

Observa-se que, a partir de **225 pontos** da escala de proficiência, os estudantes ampliam as habilidades descritas ao longo dos padrões de desempenho, na medida em que, para a realização das tarefas propostas pelos itens, exige-se do estudante a mobilização de diferentes estratégias de leitura, devido à complexidade dos textos.

SPAECE | 2019

Questão P020220E4

Leia o texto abaixo.

Cada um é como é

Papai é como é, entendo ele até,
Sua vida não é mole, não.
Sai pra trabalhar, só volta pro jantar,
Cochila em frente da televisão.

Mamãe foi sempre assim, cuidou sempre de mim,
Uma adorável chateação:
É um tal de toma banho, escova os dentes,
Troca de roupa e vai fazer sua lição.

Vovô é o que há, tem sempre pra falar
Uma novidade genial.
Se esquece e conta sempre a mesma história
E adormece entre as notícias do jornal.

Disponível em: <<http://letras.mus.br/toquinho/87177/>>. Acesso em: 14 fev. 2014. Fragmento. (P020220E4_SUP)

De acordo com esse texto, a mamãe era

apressada.

cuidadosa.

genial.

nervosa.

Esse item avalia a habilidade de inferir informação em texto verbal.

Para resolver esse item, é necessário que o estudante proceda à leitura do texto atentando para as informações explícitas e, também, inferindo a característica da mãe, que é a de cuidar. Essa informação pode ser percebida trechos que dizem que a mãe

orienta a tomar banho, escovar dentes, trocar de roupa e fazer a lição.

Os estudantes que marcaram a alternativa B, o gabarito, possivelmente desenvolveram a habilidade avaliada pelo item, pois identificaram que a característica da mãe é ser cuidadosa.

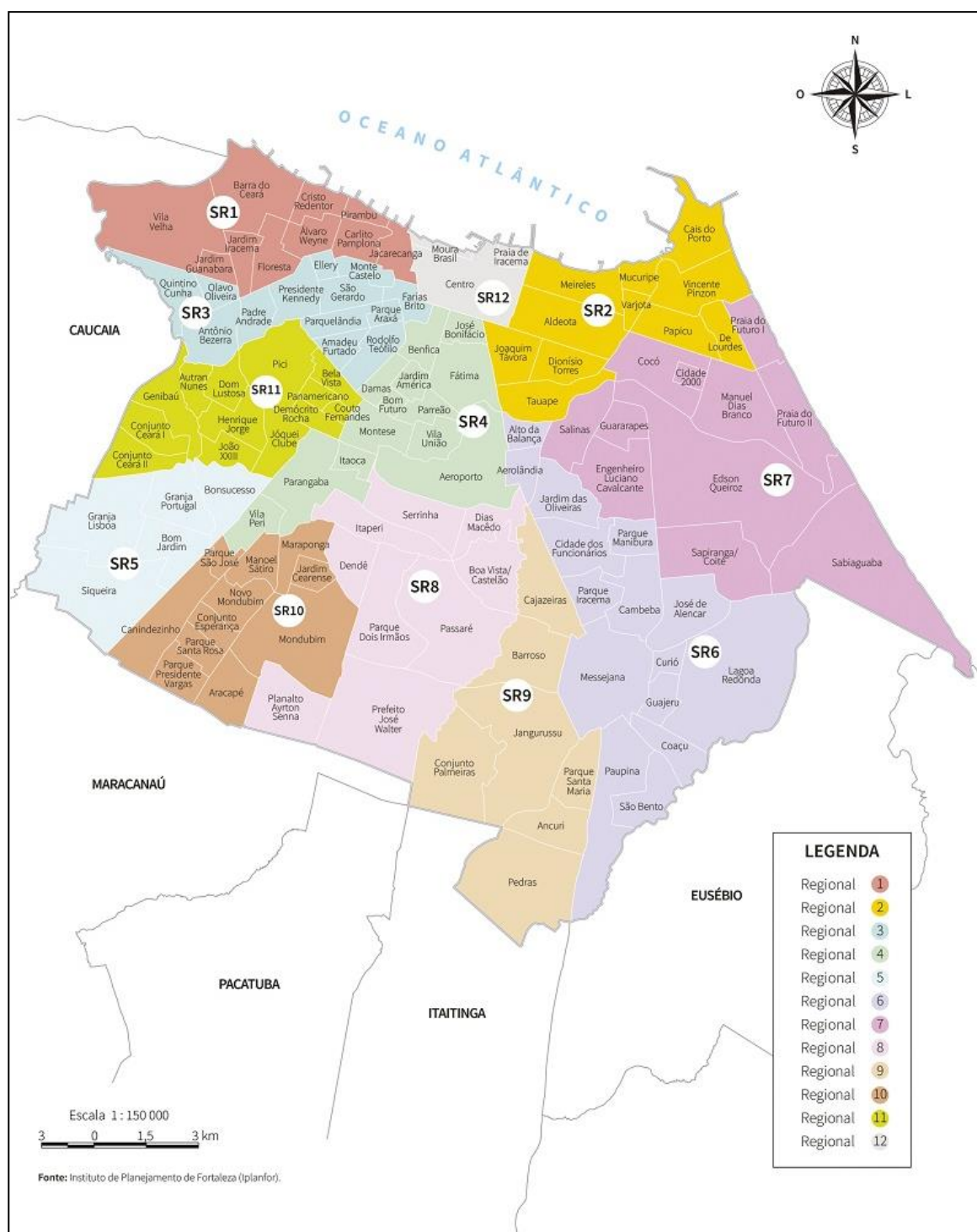
49

Fonte: Ceará (2019, p. 39-49).

Conclusão

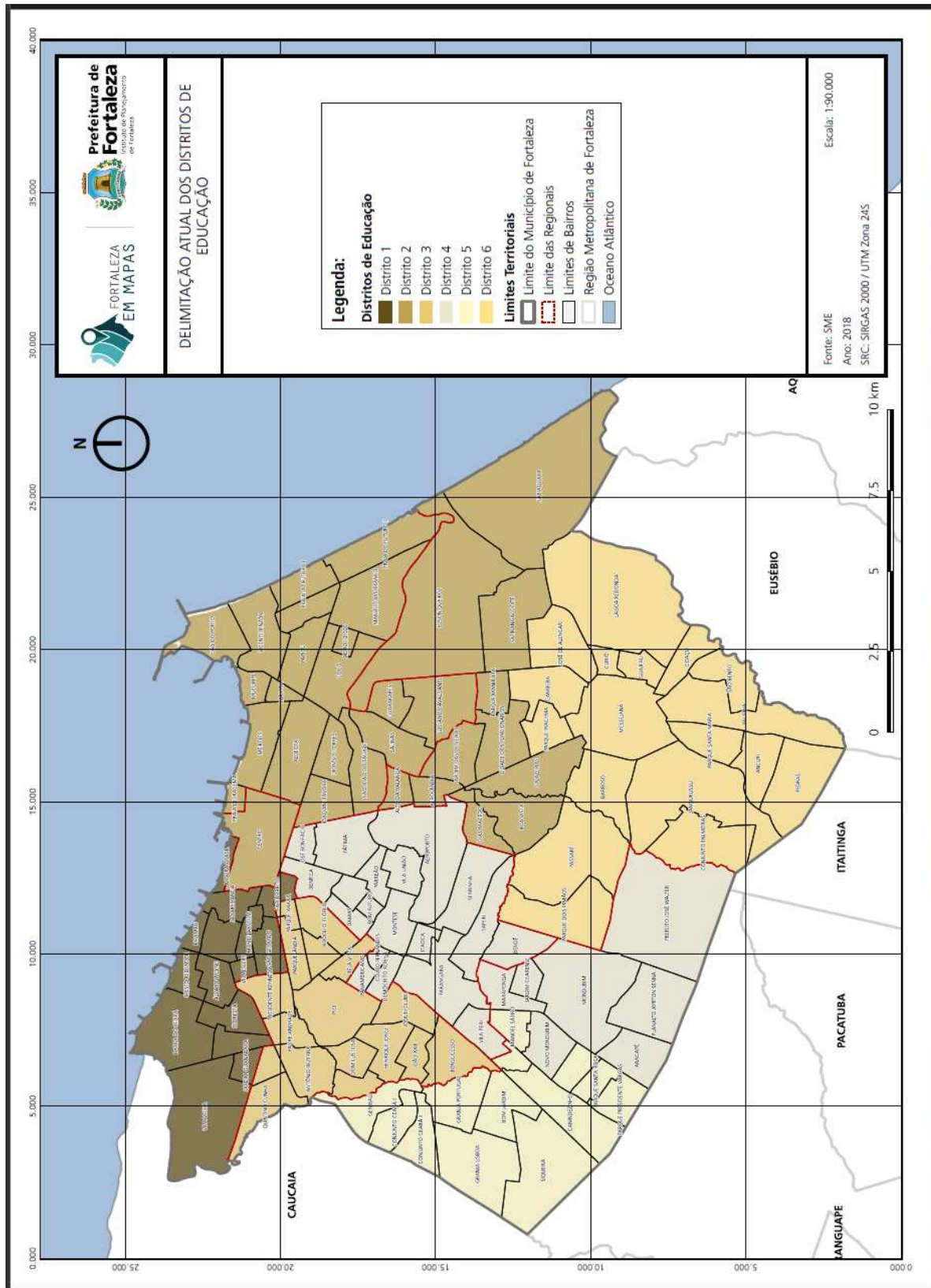
Nota: Dados extraídos de: CEARÁ. Secretaria da Educação do Ceará. **Conteúdo:** Revista do Professor – Alfabetização. Juiz de Fora, Spaece / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1, 2019. Disponível em: <https://avaliacaoemmonitoramentoceara.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ANEXO D – REGIONAIS DE FORTALEZA



Fonte: <https://www.anuariodoceara.com.br/fortaleza/mapas/>.

ANEXO E – DISTRITOS ESCOLARES DE FORTALEZA



Fonte: Fortaleza – Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), 2018. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/pesquisa?tema=ENSINO%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O>. Acesso em: 10 mar. 2020.

ANEXO F – A PROFICIÊNCIA AJUSTADA DOS MUNICÍPIOS



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ *Secretaria da Educação*

A PROFICIÊNCIA AJUSTADA DOS MUNICÍPIOS¹

1. OS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A PROFICIÊNCIA AJUSTADA DOS MUNICÍPIOS

A proficiência ajustada é formada por três elementos: a *Proficiência Média do Município*, a *Taxa de Participação na Avaliação* e o *Fator de Ajuste para Universalização do Aprendizado*.

1.1 A Taxa de Participação da Avaliação

A *taxa de participação* é um incentivo para que se busque a participação plena dos alunos na avaliação. É definida como:

$$\text{Taxa de Participação} = \frac{\text{Total de alunos que participaram da avaliação}}{\text{Total de alunos matriculados nas turmas avaliadas}}$$

1.2 O Fator de Ajuste de Universalização do Aprendizado

A utilização deste fator de ajuste tem por finalidade estimular os municípios a incluírem um maior percentual de alunos nos níveis adequados. Isto se faz necessário pelo fato da média de proficiência não expressar devidamente o grau de universalização do aprendizado.

a) O Fator de Ajuste para a Alfabetização

O Fator de ajuste assumirá um valor percentual de 0 a 100%, a partir da distribuição das crianças em cada nível de aprendizado da classificação utilizada:

1. Nota técnica explicativa referente à incorporação de novos elementos no cálculo das médias municipais de proficiência das avaliações do SPAECE, para as turmas de Alfabetização de 5º ano.

$$\begin{array}{l}
 0,00 \text{ x Percentual de Crianças no nível considerado } \textit{Não Alfabetizado} \\
 0,25 \text{ x Percentual de Crianças no nível considerado } \textit{Alfabetização Incompleta} \\
 0,50 \text{ x Percentual de Crianças no nível considerado } \textit{Intermediário} \\
 0,75 \text{ x Percentual de Crianças no nível considerado } \textit{Suficiente} \\
 + 1,00 \text{ x Percentual de Crianças no nível considerado } \textit{Desejável} \\
 \hline
 \textit{Fator de Ajuste para a Universalização da Alfabetização}
 \end{array}$$

Assim, deve-se observar que se todas as crianças são consideradas *Não Alfabetizadas*, o fator assumirá o valor de 0% (zero). Por outro lado, se todas as crianças atingem o nível *Desejável*, o valor do fator será de 100%.

b) Os Fatores de Ajuste para Língua Portuguesa e Matemática do 5º Ano

Os fatores para Língua Portuguesa e Matemática do 5º ano são análogos ao da Alfabetização, com exceção de que só possuem 4 ponderações diferentes. Assim teremos:

$$\begin{array}{l}
 0,25 \text{ x Percentual de Crianças no nível considerado } \textit{Muito Crítico} \\
 0,50 \text{ x Percentual de Crianças no nível considerado } \textit{Crítico} \\
 0,75 \text{ x Percentual de Crianças no nível considerado } \textit{Intermediário} \\
 + 1,00 \text{ x Percentual de Crianças no nível considerado } \textit{Adequado} \\
 \hline
 \textit{Fator de Ajuste para a Universalização do Aprendizado no 5º Ano}
 \end{array}$$

2. O CÁLCULO DA PROFICIÊNCIA AJUSTADA DOS MUNICÍPIOS

A proficiência ajustada na alfabetização será equivalente à *Proficiência Média da Alfabetização*, multiplicada pela *Taxa de Participação* da Alfabetização, e pelo *Fator de Ajuste para a Universalização da Alfabetização*:

$$\begin{array}{l}
 \textit{A Proficiência Ajustada} \\
 \textit{da Alfabetização}
 \end{array}
 =
 \begin{array}{l}
 \textit{Proficiência da Alfabetização} \\
 \textit{x Taxa de Participação na Avaliação da Alfabetização} \\
 \textit{x Fator de Ajuste para a Universalização da Alfabetização}
 \end{array}$$

A proficiência ajustada de Língua Portuguesa se trata da multiplicação da proficiência em Língua Portuguesa no 5º ano, pela taxa participação na avaliação de Língua Portuguesa do 5º ano, e pelo fator de ajuste:

$$\begin{aligned} \text{A Proficiência Ajustada} &= \text{Proficiência em Língua Portuguesa} \\ \text{de Língua Portuguesa} &\quad \times \text{Taxa de Participação na avaliação em Língua Portuguesa no 5º ano} \\ &\quad \times \text{Fator de Ajuste para a Universalização do Aprendizado de Língua Portuguesa no 5º Ano} \end{aligned}$$

A proficiência ajustada de Matemática é semelhante. Entretanto, antes desse cálculo, é realizada uma readequação na escala, para interpretar o resultado final pela escala de Língua Portuguesa, da seguinte forma:

$$\text{Proficiência de Matemática na Escala de Língua Portuguesa} = \text{Proficiência de Matemática} - 25$$

De onde vem esse "25"?

Para o cálculo do IDE, na escala de 0 a 10, é realizada uma transformação do seguinte tipo:

$$A \rightarrow \frac{\text{Nota na escala de Língua Portuguesa} - 75}{275 - 75} = \text{Nota na escala de 0 a 10}$$

$$B \rightarrow \frac{\text{Nota na Escala de Matemática} - 100}{300 - 100} = \text{Nota na escala de 0 a 10}$$

Assim, para passar uma nota da escala em Matemática para a escala de Língua Portuguesa basta igualarmos A e B:

$$\frac{\text{Nota na escala de Língua Portuguesa} - 75}{275 - 75} = \frac{\text{Nota na Escala de Matemática} - 100}{300 - 100}$$

Resolvendo chegamos a:

$$\text{Nota na escala de Língua Portuguesa} = \text{Nota na Escala de Matemática} - 25$$

Assim, a Proficiência Ajustada em Matemática na escala de Língua Portuguesa será:

$$\begin{aligned} \text{A Proficiência Ajustada} &= \text{Proficiência em Matemática na escala de Língua Portuguesa} \\ \text{em Matemática na escala} &\quad \times \text{Taxa de Participação na avaliação em Matemática no 5º ano} \\ \text{de Língua Portuguesa} &\quad \times \text{Fator de Ajuste para a Universalização do Aprendizado de Matemática no 5º Ano} \end{aligned}$$

Após isso, a proficiência ajustada do quinto ano é obtida pela média aritmética simples calculada entre a *Proficiência Ajustada em Matemática na Escala de Língua Portuguesa*, e a *Proficiência Ajustada de Língua Portuguesa*.

3. EXEMPLO

Tabela A: Resultados referentes à avaliação das turmas do 2º ano

Proficiência Média	Número de Alunos Matriculados	Número de Alunos Avaliados	Percentual de Alunos no nível <i>Não Alfabetizado</i>
190	60	58	2,5%
Percentual de Alunos no nível <i>Alfabetização Incompleta</i>	Percentual de Alunos no nível <i>Intermediário</i>	Percentual de Alunos no nível <i>Suficiente</i>	Percentual de Alunos no nível <i>Desejável</i>
2,5%	5%	20%	70%

- Taxa de Participação da Avaliação

$$\frac{58}{60} = 0,9667 = \mathbf{96,67\%}$$

- Fator de Ajuste para a Universalização da Alfabetização

$$0 \times 2,5\% + 0,25 \times 2,5\% + 0,5 \times 5\% + 0,75 \times 20\% + 1,00 \times 70\% = \mathbf{88,13\%}$$

$$\text{Proficiência ajustada da Alfabetização: } 190 \times 96,67\% \times 88,13\% = \mathbf{161,87}$$

Tabela B: Resultados referentes à avaliação das turmas do 5º ano em *Língua Portuguesa*

Proficiência Média	Número de Alunos Matriculados	Número de Alunos Avaliados	
250	60	58	
Percentual de Alunos no nível <i>Muito Crítico</i>	Percentual de Alunos no <i>Crítico</i>	Percentual de Alunos no nível <i>Intermediário</i>	Percentual de Alunos no nível <i>Adequado</i>
10%	5%	15%	70%

- Taxa de Participação da Avaliação de Língua Portuguesa

$$\frac{58}{60} = 0,9667 = \mathbf{96,67\%}$$

- Fator de Ajuste para a Universalização do Aprendizado de Língua Portuguesa

$$0,25 \times 10\% + 0,5 \times 5\% + 0,75 \times 15\% + 1,00 \times 70\% = \mathbf{86,25\%}$$

- Proficiência ajustada de Língua Portuguesa

$$250 \times 96,67\% \times 86,25\% = \mathbf{208,44}$$

Tabela C: Resultados referentes à avaliação das turmas do 5º ano em *Matemática*

Proficiência Média	Número de Alunos Matriculados	Número de Alunos Avaliados	
280	60	58	
Percentual de Alunos no nível <i>Muito Crítico</i>	Percentual de Alunos no <i>Crítico</i>	Percentual de Alunos no nível <i>Intermediário</i>	Percentual de Alunos no nível <i>Adequado</i>
5%	10%	10%	75%

- Taxa de Participação da Avaliação de Matemática

$$\frac{58}{60} = 0,9667 = \mathbf{96,67\%}$$

- Fator de Ajuste para a Universalização do Aprendizado de Matemática

$$\mathbf{0,25 \times 5\% + 0,5 \times 10\% + 0,75 \times 10\% + 1,00 \times 75\% = 88,75\%}$$

- Proficiência de Matemática na Escala de Língua Portuguesa

$$280 - 25 = 255$$

- Proficiência Ajustada de Matemática na Escala de Língua Portuguesa

$$255 \times 96,67\% \times 88,75\% = \mathbf{218,78}$$

- Proficiência Ajustada do 5º ano (Mesma Escala de Língua Portuguesa):

$$\frac{218,78 + 208,44}{2} = \mathbf{213,61 \text{ (FINAL)}}$$